

HUGO DE CARVALHO QUINTA

**A trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades:
o livreiro-editor de religiosos, universitários e intelectuais na cidade de São Paulo
(1954-2006)**

ASSIS

2021

HUGO DE CARVALHO QUINTA

**A trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades:
o livreiro-editor de religiosos, universitários e intelectuais na cidade de São Paulo
(1954-2006)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, Processo nº 2017/14191-3).

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

Q7t

Quinta, Hugo de Carvalho

A trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades: o
livreiro-editor de religiosos, universitários e intelectuais na
cidade de São Paulo (1954-2006) / Hugo de Carvalho
Quinta. Assis, 2021.

693 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

1. Frei Benevenuto de Santa Cruz. 2. Livraria Duas
Cidades. 3. Professor Santa Cruz. 4. História do Livro.
5. História editorial brasileira. I. Título.

CDD 920.4



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades: o livreiro-editor de religiosos, universitários e intelectuais na cidade de São Paulo (1954-2006)

AUTOR: HUGO DE CARVALHO QUINTA

ORIENTADOR: WILTON CARLOS LIMA DA SILVA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. WILTON CARLOS LIMA DA SILVA (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. TANIA REGINA DE LUCA (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/FCL-Assis

Prof. Dr. PLINIO MARTINS FILHO (Participação Virtual)
Escola de Comunicações e Artes / USP/São Paulo

Profa. Dra. MARISA MIDORI DEAECTO (Participação Virtual)
Escola de Comunicações e Artes / USP/São Paulo

Prof. Dr. FABIO FRANZINI (Participação Virtual)
Filosofia e Ciências Humanas / UNIFESP/Guarulhos

Assis, 13 de agosto de 2021

Aos meus queridos pais, Olga e José, que me
proporcionaram estudos, carinho e afeto;
à minha irmã, Giovanna, que sempre me encoraja
com sua ousadia e desassombro;
à minha esposa, Soraya, que preenche meus dias
com amor e companheirismo;
e à querida Maria Antonia, sem a qual eu não
poderia ter realizado este trabalho.

AGRADECIMENTOS

O esboço inicial do projeto de pesquisa intitulado “Entre fé, autores e leitores: Frei Benevenuto de Santa Cruz e a Livraria e Editora Duas Cidades (São Paulo, 1954-2006)” começou nos últimos meses do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, cursado na UNILA sob a orientação do professor Andrea Ciacchi, quem me apresentou alguns livros editados pela Livraria Duas Cidades e me estimulou a investigar o tema. Tenho o costume de o chamar de mestre porque ele me ensinou um bocado de coisas, sobretudo a capacidade de aguçar o faro de pesquisador. Sou muito grato ao mestre por ter me encorajado a seguir nessa empreitada.

Em agosto de 2016, Andrea ponderou que esta tese somente seria possível caso eu descobrisse o paradeiro de Maria Antonia para verificar a possibilidade de eu ter acesso ao arquivo pessoal de Santa Cruz e da Duas Cidades. Imbuído dessa tarefa, tomei conhecimento de que ela trabalhava na Livraria Unesp. Liguei para o telefone do estabelecimento, me apresentei, disse o que pretendia estudar e ela aceitou me conceder uma entrevista para o projeto de pesquisa. Viajei para São Paulo, colhi seu testemunho e ela me permitiu examinar a massa documental caso eu ingressasse num programa de doutorado. Daí em diante construímos não apenas uma relação entre o pesquisador e a herdeira do arquivo, como também formamos uma bela amizade. Dois anos depois, ela e sua irmã, Lilian, me receberam na casa da família em Ibitinga, onde se encontra uma parte significativa do acervo. Agradecê-la seria muito pouco diante das numerosas portas que ela abriu para esta pesquisa, razão pela qual eu também dedico este trabalho à querida Maria Antonia.

Depois de tê-la conhecido em 14 de setembro de 2016, e de ter tido a certeza de acesso ao objeto principal desta pesquisa, eu não sabia quem poderia orientar este trabalho. O Andrea me apresentou ao professor Wilton Carlos Lima da Silva, que prontamente se mostrou interessado em orientar este trabalho, fez uma série de sugestões bibliográficas sobre como investigar os arquivos pessoais e me deu a incumbência de ser aprovado no processo seletivo da Pós-Graduação em História da Unesp. Após ingressar no programa, o professor Wilton me instigou no decorrer dos anos de doutorado, deixando-me totalmente livre para realizar as entrevistas e as pesquisas nos acervos, da mesma forma que me alertou sobre a importância da produção acadêmica e do planejamento da trajetória profissional. Nesse sentido, sou imensamente grato ao professor Wilton por ter aceitado a orientar esta tese, ter dado liberdade de trabalho e ter sinalizado a crueza agri-doce dos tortuosos caminhos no ensino superior.

A envergadura deste trabalho foi possível graças à bolsa de doutorado concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – processo 2017/14191-3). O

investimento da fundação me possibilitou participar de eventos nacionais e internacionais, consultar acervos localizados em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Paris, assim como realizar entrevistas com amigos e familiares de Santa Cruz, e com autores e frequentadores da Livraria Duas Cidades. Por esses motivos agradeço à fundação e às seguintes pessoas e instituições de guarda: Frei Márcio e Joseane Tavares da Biblioteca Lebret; Márcia Beatriz do Arquivo Público do Estado de São Paulo; Vera Esau da Câmara Brasileira do Livro; Marcele Souto do Arquivo Bienal; Diane Kahale do *Archives Nationales*; Jackson do Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas; e Elivanda do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Estendo meus agradecimentos às pessoas que prestaram seus testemunhos para esta pesquisa: Frei Carlos Josaphat, Frei Betto, Domingos Zamagna, Rogério C. de Cerqueira Leite, Augusto Massi, Roberto Schwarz, Davi Arrigucci Jr., Laura de Mello e Souza, Ana Luisa Escorel, Humberto Pereira, João Antonio Caldas Valença, Fernando Uchoa Santa Cruz e Marcia Vinci.

Se a bolsa permitiu ampliar as fontes de pesquisa, os membros das bancas de qualificação e de defesa da tese foram fundamentais em demonstrar as potencialidades e as limitações deste trabalho, particularmente porque leram o texto e fizeram considerações valiosíssimas, as quais me permitiram burilar o argumento desta tese. Por essas e outras razões, agradeço as professoras Tania Regina de Luca (Unesp) e Marisa Midori Deaecto (Usp), assim como os professores Paulo Teixeira Iumatti (Université Sorbonne Nouvelle/Paris 3), Plínio Martins Filho (Usp) e Fábio Franzini (Unifesp).

Os quatro anos de doutorado foram uma etapa prazerosa graças aos servidores públicos da Unesp, aos colegas e à equipe da revista *Faces da História*. Nas figuras do Lino (secretário da pós-graduação) e do Márcio (colaborador do escritório de pesquisa e internacionalização), agradeço aos servidores da Unesp. Estendo meus agradecimentos aos queridos colegas Adriano Rodrigues, Aline Menoncello, Benedito Inácio, Edyene Moraes, Gilvana Gomes, João Lemos, José Rodolfo, Juliana Fiorot, Milena Mayer e Tiago Viotto, assim como sou grato a todos que participaram no conselho editorial da *Faces da História*, principalmente as colegas Amanda Pereira e Helen de Oliveira, com quem compartilhei a editoria da revista durante o ano de 2019.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Gihan Jebai, que me auxiliou a coletar os dados do catálogo da editora por meio de fórmulas da planilha do Excel, e a minha tia Raimunda, que é minha referência de força e tenacidade diante de quaisquer dificuldades do viver. Ao fim e ao cabo, agradecer minha esposa Soraya (a primeira leitora deste trabalho), minha irmã Giovanna e meus pais Olga e José seria insuficiente perto do que esses amores sempre fizeram por mim, razão pela qual eu também dedico este trabalho à minha família e companheira, responsáveis por me manterem firme no leme.

QUINTA, Hugo de Carvalho. *A trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades: o livreiro-editor de religiosos, universitários e intelectuais na cidade de São Paulo (1954-2006)*. Orientador: Wilton Carlos Lima da Silva. 2021. 693 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2021.

RESUMO

Esta tese investiga a trajetória de José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) e da Livraria Duas Cidades, a fim de examinar o papel desempenhado pelo livreiro-editor e por sua empresa na conformação de um campo cultural e intelectual na cidade de São Paulo, entre 1950 e 1970. Em função do objetivo proposto, estruturamos o trabalho em cinco capítulos. No primeiro, *Da víscera nordestina à lida dominicana*, abordamos as linhagens familiares de José Petronilo, seu ingresso na vida religiosa adotando o nome de Frei Benevenuto, suas atividades como dominicano, amigo do padre Lebret, membro do movimento Economia e Humanismo, e suas primeiras incursões no universo livreiro e editorial. Em *A cidade de Deus* analisamos as relações do frade com políticos e mecenas, além de sua atuação no âmbito cultural até fundar a Duas Cidades em 1954, livraria e editora que existiu até 2006 na capital paulista. Motivado pela Ação Católica e pelo Concílio Vaticano II, Frei Benevenuto comercializou e editou títulos filosóficos e teológicos ligados ao pensamento católico progressista dos anos 1960. No terceiro capítulo, *A ditadura invadiu a livraria*, descrevemos a ação dos agentes policiais do regime civil-militar contra o estabelecimento, em 1969, analisando as consequências desse episódio para a maior aproximação do frade com o meio acadêmico e a sua renúncia à batina em 1972. Em *A cidade dos homens* mapeamos sua peleja com a Ordem Dominicana e seu trabalho como livreiro-editor nos anos 1970, período em que ficou conhecido por clientes, leitores e autores como Professor Santa Cruz, promovendo uma inflexão no perfil dos livros editados e importados pela casa. Amigo íntimo do crítico literário Antonio Candido, publicou alguns dos melhores frutos das ciências humanas e sociais uspiana e de outras instituições. E concluímos a tese com *Poesia, música e afeto nas duas cidades de Santa Cruz*, ocasião em que apresentamos o círculo de afetos em torno do livreiro-editor. Partimos da sua relação com a esposa Maria Antonia, seguimos pelas edições sobre música e poesia, e tratamos da sua amizade com Augusto Massi, responsável pela coleção Claro Enigma, projeto que reafirmou a Livraria Duas Cidades como um dínamo cultural brasileiro a partir da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Frei Benevenuto de Santa Cruz; Livraria Duas Cidades; Professor Santa Cruz; história cultural e intelectual paulista; história do livro; história editorial brasileira.

QUINTA, Hugo de Carvalho. *La trajectoire de Santa Cruz et de la Livraria Duas Cidades : le libraire-éditeur des religieux, étudiants universitaires et intellectuels de la ville de São Paulo (1954-2006)*. Thèse dirigé par Wilton Carlos Lima da Silva. 2021. 693 f. Thèse (Doctorat en Histoire) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculté des Sciences et des Lettres, Assis, 2021.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie la trajectoire de José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) et de la Livraria Duas Cidades, afin d'examiner le rôle joué par le libraire-éditeur et son entreprise dans la formation d'un champ culturel et intellectuel dans la ville de São Paulo, entre 1950 et 1970. Selon l'objectif proposé, nous avons structuré l'œuvre en cinq chapitres. Dans le premier, *Du viscère du nord-est à la labeur dominicaine*, nous abordons les lignées familiales de José Petronilo, son entrée dans la vie religieuse en adoptant le nom de Frère Benevenuto, ses activités de dominicain, ami du Père Lebret, membre du mouvement Économie et Humanisme, et ses premières incursions dans l'univers du livre et de l'édition. Dans *La ville de dieux*, nous analysons les relations du frère avec les politiciens et les mécènes, en plus de sa performance dans la sphère culturelle jusqu'à ce qu'il fonde la Duas Cidades en 1954, librairie et maison d'édition qui a existé jusqu'en 2006 dans la capitale de São Paulo. Motivé par l'Action Catholique et le Concile Vatican II, Frère Benevenuto commercialise et édite des titres philosophiques et théologiques liés à la pensée catholique progressiste des années 1960. Dans le troisième chapitre, *La dictature a envahi la librairie*, nous décrivons l'action des agents de police du régime civil-militaire contre l'entreprise, en 1969, en analysant les conséquences de cet épisode pour la plus grande approximation du frère avec l'environnement académique et son abandon de la soutane en 1972. Dans *La ville des hommes*, nous avons cartographié sa dispute avec l'Ordre Dominicain et son travail en tant qu'éditeur de livres dans les années 1970, une période au cours de laquelle il est devenu connu des clients, des lecteurs et des auteurs comme le professeur Santa Cruz, en promouvant une inflexion dans le profil des livres édités et importés par la maison. Ami proche du critique littéraire Antonio Candido, il publie quelques-uns des meilleurs fruits des sciences humaines et sociales de USP et d'autres institutions. Et nous concluons la thèse avec *Poésie, musique et affection dans les deux villes de Santa Cruz*, l'occasion que nous présentons le cercle des affections autour de libraire-éditeur. Nous sommes partis de sa relation avec sa femme Maria Antonia, nous avons suivi les éditions sur la musique et la poésie, et nous avons traité son amitié avec Augusto Massi, responsable pour la collection Claro Enigma, un projet qui a réaffirmé la Livraria Duas Cidades en tant que dynamo culturelle brésilienne à partir de la ville de São Paulo.

Mots-clés : Frère Benevenuto de Santa Cruz; Livraria Duas Cidades; Professeur Santa Cruz; l'histoire culturelle et intellectuelle de São Paulo; l'histoire du livre; histoire éditoriale brésilienne.

QUINTA, Hugo de Carvalho. *La trayectoria de Santa Cruz y de la Livraria Duas Cidades: el librero-editor de religiosos, universitarios e intelectuales en la ciudad de São Paulo (1954-2006)*. Orientador: Wilton Carlos Lima da Silva. 2021. 693 f. Tese (Doctorado en Historia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Facultad de Ciencias y Letras, Assis, 2021.

RESUMEN

Esta tesis investiga la trayectoria de José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) y de la Livraria Duas Cidades, con el fin de examinar el papel desempeñado por el librero-editor y su empresa en la formación de un campo cultural e intelectual en la ciudad de São Paulo, entre 1950 y 1970. En función del objetivo propuesto, estructuramos el trabajo en cinco capítulos. En el primero, *Desde las entrañas nordestinas a la labor dominicana*, nos acercamos a los linajes familiares de José Petronilo, su entrada en la vida religiosa adoptando el nombre de Fray Benevenuto, sus actividades como dominico, amigo del padre Le Bret, miembro del movimiento Economía y Humanismo, y sus primeras incursiones en el universo de la creación de libros y la edición. En *La ciudad de dios* analizamos las relaciones del fraile con políticos y mecenas, además de su actuación en el ámbito cultural hasta fundar Duas Cidades en 1954, librería y editorial que existió hasta 2006 en la capital de São Paulo. Motivado por la Acción Católica y el Concilio Vaticano II, Fray Benevenuto comercializó y editó títulos filosóficos y teológicos vinculados al pensamiento católico progresista de la década de 1960. En el tercer capítulo, *La dictadura invadió la librería*, describimos la acción de los agentes de policía del régimen cívico-militar contra el establecimiento, en 1969, analizando las consecuencias de este episodio para una mayor aproximación del fraile con el entorno académico y su renuncia a la sotana en 1972. En *La ciudad de los hombres* mapeamos su disputa con la Orden Dominica y su trabajo como librero-editor en la década de 1970, período en que él se hizo conocido por clientes, lectores y autores como profesor Santa Cruz, promoviendo una inflexión en el perfil de libros editados e importados por la casa. Amigo íntimo del crítico literario Antonio Candido, publicó algunos de los mejores frutos de las ciencias humanas y sociales de USP y de otras instituciones. Y concluimos la tesis con *Poesía, música y afecto en las dos ciudades de Santa Cruz*, donde presentamos el círculo de afectos en torno del librero-editor. Partimos de la relación con su esposa Maria Antonia, seguimos por las ediciones sobre música y poesía, y nos ocupamos de su amistad con Augusto Massi, responsable por la colección Claro Enigma, un proyecto que reafirmó la Livraria Duas Cidades como un dínamo cultural brasileño a partir de la ciudad de São Paulo.

Palabras clave: Fray Benevenuto de Santa Cruz; Livraria Duas Cidades; profesor Santa Cruz; historia cultural e intelectual de São Paulo; historia del libro; historia editorial brasileña.

QUINTA, Hugo de Carvalho. *The trajectory of Santa Cruz and Livraria Duas Cidades: the bookseller-editor of religious, university students and intellectuals in the city of São Paulo (1954-2006)*. Supervisor: Wilton Carlos Lima da Silva. 2021. 693 f. Thesis (Doctorate in History) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculty of Sciences and Letters, Assis, 2021.

ABSTRACT

This thesis investigates the trajectory of José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) and Livraria Duas Cidades, in order to examine the role played by the bookseller-editor and his company in the formation of a cultural and intellectual field in the city of São Paulo, between 1950 and 1970. By the proposed objective, we structured the work into five chapters. In the first, *From the northeastern viscera to the Dominican life*, we approach the family lineages of José Petronilo, his entry into religious life adopting the name of Friar Benevenuto, his activities as dominican, friend of father Lebrez, member of the Economy and Humanism movement, and his first incursions into the bookseller and publishing universe. In *The city of good* we analyze the relations of the friar with politicians and patrons, in addition to his performance in the cultural sphere until he founded Duas Cidades in 1954 - a bookstore and publishing house that existed until 2006 in the capital of São Paulo. Motivated by Catholic Action and the Second Vatican Council, Friar Benevenuto commercialized and edited philosophical and theological titles linked to progressive catholic thought of the 1960s. In the third chapter, *The dictatorship invaded the bookstore*, we describe the action of the police agents of the civil-military regime against the establishment, in 1969, where we analyze the consequences of this episode for the greater approximation of the friar with the academic environment and his renunciation of the soutane in 1972. In *The city of men*, we mapped his dispute with the Dominican Order and his work as bookseller-editor in the 1970s, a period in which he became known to clients, readers and authors as Professor Santa Cruz, promoting an inflection in the profile of books edited and imported by the house. A close friend of literary critic Antonio Candido, he published some of the best fruits of the USP human and social sciences and the other institutions. And we conclude the thesis with *Poetry, music and affection in the two cities of Santa Cruz*, where we present the circle of affections around the bookseller-editor. We start from his relationship with his wife Maria Antonia, we follow the editions about music and poetry, and we deal with his friendship with Augusto Massi, responsible for the Claro Enigma collection, a project that reaffirmed the Livraria Duas Cidades as a Brazilian cultural dynamo from the city of São Paulo.

Keywords: Friar Benevenuto de Santa Cruz; Livraria Duas Cidades; Professor Santa Cruz; cultural and intellectual history of São Paulo; book history; Brazilian editorial history.

LISTA DE ABREVIATURAS

Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
Academia Brasileira de Letras (ABL)
Associação Nacional de Livrarias (ANL)
Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA)
Ação Libertadora Nacional (ALN)
Câmara Brasileira do Livro (CBL)
Centro Pastoral Vergueiro (CPV)
Comissão de Desenvolvimento do Pernambuco (CODEPE)
Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU)
Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)
Companhia Editora Nacional (CEN)
Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Economia e Humanismo (EH)
Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP)
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
Fiscalização Bancária do Banco do Brasil (FIBAN)
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)
Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement (IRFED)
Juventude Agrária Católica (JAC)
Juventude Estudantil Católica (JEC)
Juventude Independente Católica (JIC)
Juventude Universitária Católica (JUC)
Juventude Operária Católica (JOC)
Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP)
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)
Museu de Arte Moderna (MAM)
Museu de Arte de São Paulo (MASP)
Ministério da Educação e Cultura (MEC)
Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Partido Democrata Cristão (PDC)
Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Partido Social Democrático (PSD)
Partido Social Progressista (PSP)
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Partido dos Trabalhadores (PT)
Presse Universitaire de France (PUF)
Serviço Nacional de Informação (SNI)
Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL)
Sociedade Impulsionadora da Instrução (SII)
Sociedade Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS)
Société d'Application Généralisée des Méthodes d'Analyse (SAGMA)
Tradição, Família e Propriedade (TFP)
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
União Democrática Nacional (UDN)
Universidade de São Paulo (USP)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Um frade em recolhimento de estudo em sua célula	59
Figura 2. Frei Benevenuto de Santa Cruz no Convento de Saint-Maximin	60
Figura 3. Frente e verso do cartão de Frei Benevenuto (1945)	64
Figura 4. Carta de Carlos Pinto Alves a Frei Benevenuto.....	79
Figura 5. Palestra de Frei Benevenuto na Faculdade de Direito do Recife	98
Figura 6. Primeira página do diário de viagem de Frei Benevenuto	99
Figura 7. Benevenuto com o grupo de Economia e Humanismo do Recife.....	100
Figura 8. Sessão de abertura do I Congresso Internacional de Economia Humana	120
Figura 9. Princípios para a Ação, de L. J. Lebret (Edições SAL, 1952)	154
Figura 10. Curso Problemas da Artes Sacra, por Frei Benevenuto no MAM (1950)	172
Figura 11. Frei Benevenuto como membro da Comissão do IV Centenário de São Paulo...	178
Figura 12. Fachada e salão principal da Livraria Duas Cidades	242
Figura 13. Poemas para rezar (1959), de Michel Quoist.....	263
Figura 14. Antropologia Sexual (1965), de Abel Jannièr	272
Figura 15. Dominicanos DCCL (1966), escrito por vários autores.....	282
Figura 16. Suicídio ou sobrevivência do ocidente? (4ed, 1964), de L. J. Lebret	294
Figura 17. Carta de André Villette ao padre Lebret (1954)	295
Figura 18. O compromisso da fé (1971), de Emmanuel Mounier.....	298
Figura 19. A reforma da empresa (1964), de Alexandre Dubois	303
Figura 20. Apelos ao senhor (1963), de L. J. Lebret	305
Figura 21. O evangelho e o povo (1967), de Jacques Loew.....	306
Figura 22. De Marx a Mao Tse-tung (1963), de Henri Chambre.....	307
Figura 23. Unidade no pluralismo (1967), de Roger Schutz.....	308
Figura 24. A Igreja sem Fronteiras (1965), de Bernardo Catão	309
Figura 25. A tradição bíblica (1968), de Georges Auzou.....	310
Figura 26. Ontologia e História (1968), de Henrique C. de Lima Vaz	311
Figura 27. Os sinais dos tempos e a evangelização (1969), de José Comblin	312
Figura 28. Carta de Jean de Latour a Frei Benevenuto de Santa Cruz	316
Figura 29. Pedido de busca do SNI sobre José Petronilo de Santa Cruz.....	350
Figura 30. Professor Santa Cruz, docente de Sociologia do Desenvolvimento	356
Figura 31. Carta de Santa Cruz e proposta de aquisição das quotas da SII.....	370
Figura 32. O despejo da Livraria Duas Cidades	379
Figura 33. Moção de apoio à Livraria Duas Cidades do IEL da UNICAMP.....	381
Figura 34. Antonio Candido no lançamento de Porta-Retrato, de Teresa Pires Vara	398
Figura 35. Carta de Antonio Candido para Livraria Duas Cidades.....	399
Figura 36. Vários Escritos (1970), de Antonio Candido	403
Figura 37. Carta de Ana Luisa Escorel à Mara Valles sobre Vários Escritos	407
Figura 38. Os Parceiros do Rio Bonito (1971), de Antonio Candido.....	410
Figura 39. O Discurso e a Cidade (1993), de Antonio Candido.....	412
Figura 40. Carta de Mara Valles para Câmara Brasileira do Livro sobre Prêmio Jabuti	413
Figura 41. Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido (1979).....	414
Figura 42. Fotografia do interior da livraria – escada de acesso ao mezanino.....	427
Figura 43. Trecho do filme Compasso de Espera na Livraria Duas Cidades	428
Figura 44. Antonio Candido palestrando na Livraria Duas Cidades.....	429
Figura 45. Fotografia do interior da livraria – hall de entrada	441
Figura 46. Duas Cidades na Vª Bienal do Livro de São Paulo (1978).....	443
Figura 47. Santa Cruz e o Ministro Eduardo Portella na VIª Bienal do Livro (1980)	444
Figura 48. Fotografias do interior da livraria – corredor de acesso ao fundo da loja.....	446

Figura 49. Professor Santa Cruz em sua mesa de trabalho na Livraria Duas Cidades	447
Figura 50. O livreiro como presidente em exercício da ANL	454
Figura 51. Sobre o problema do ser: o caminho do campo (1969), de Martin Heidegger	488
Figura 52. As sete pragas da universidade brasileira (1978), de Rogério Cerqueira Leite ...	495
Figura 53. São Paulo: três cidades em um século, de Benedito Lima de Toledo (1 e 2 ed)..	500
Figura 54. Táxi e Crônicas no Diário Nacional (1976), de Mário de Andrade	521
Figura 55. Carta de Telê Porto Ancona Lopez para Professor Santa Cruz (maio de 1976) ..	522
Figura 56. Carta de Antonio Candido à Livraria Duas Cidades (maio de 1971)	528
Figura 57. Carta de Ana Luisa Escorel para Humberto Pereira (janeiro de 1972).....	531
Figura 58. Mário de Andrade: Ramais e Caminho (1972), de Telê Porto Ancona Lopez	532
Figura 59. Ao vencedor as Batatas, de Schwarz; e O coro dos Contrários, de Wisnik	534
Figura 60. Dinâmica e gênese dos grupos (1970), de Gérald Bernard Mailhiot	541
Figura 61. 1930: a crítica e o modernismo (1974), de João Luiz Lafetá.....	542
Figura 62. Estrutura da lírica moderna (1978), de Hugo Friedrich	544
Figura 63. Os clandestinos e os direitos (1979), de Lygia Sigaud	545
Figura 64. Através 1 (1977), escrito por vários autores	546
Figura 65. O Professor Santa Cruz em sua Livraria Duas Cidades no ano de 1987	553
Figura 66. Antonio Candido, Ana Maria Rappa, Maria Antonia e Alberto Martins (Betito)	555
Figura 67. Correspondência de José para Maria entre 1975 e 1985.....	558
Figura 68. Música Popular Brasileira (1982), de Oneyda Alvarenga	565
Figura 69. Os Cocos e As melodias do boi e outras peças, de Mário de Andrade	567
Figura 70. Capa e contracapa de Exercitia (1970), por José Geraldo Nogueira Moutinho ...	572
Figura 71. Murilo Mendes e Frei Benevenuto em frente à Fontana di Trevi, em 1961	575
Figura 72. Carta de Murilo Mendes para Frei Benevenuto (1966)	578
Figura 73. Convergência (1970), de Murilo Mendes	579
Figura 74. Capa e folha de guarda de Helianto (1973), por Orides Fontela.....	581
Figura 75. Décio Pignatari e os irmão Campos na Livraria Duas Cidades (1975-1979)	584
Figura 76. Massi, Candido e Betito lançando a Espírito Crítico na Livraria Duas Cidades .	591
Figura 77. Frente e verso do catálogo da Coleção Claro Enigma	597
Figura 78. Villaça, Orides, Moura Jr., Paes e Santa Cruz na Livraria Duas Cidades	601
Figura 79. Poemas (1990), de Alberto Alexandre Martins em capa dura e brochura	604

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Títulos e exemplares publicados pela Livraria Duas Cidades (1955-2006)	259
Tabela 2. Os cinco maiores capista da Livraria Duas Cidades (1955-2006).....	497
Tabela 3. Áreas temáticas da editora Livraria Duas Cidades (1955-2006)	647
Tabela 4. Quantidade de títulos e exemplares por ano (1955-2006)	651
Tabela 5. Os 15 títulos com maior número de exemplares impressos.....	656
Tabela 6. Os 16 primeiros autores por quantidade de títulos publicados	658
Tabela 7. Nacionalidades dos autores da Livraria Duas Cidades (1955-2006).....	661
Tabela 8. Editoras e instituições públicas em coedições com a Livraria Duas Cidades	662
Tabela 9. Coleções da editora Livraria Duas Cidades	663
Tabela 10. Editoras estrangeiras das obras traduzidas pela editora Livraria Duas Cidades ..	677
Tabela 11. Tradutore/as da editora Livraria Duas Cidades	681
Tabela 12. Capistas da Livraria Duas Cidades	687
Tabela 13. Gráficas utilizadas pela editora Livraria Duas Cidades	690

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Ranking das áreas temáticas entre 1955 a 1959	261
Gráfico 2. Ranking das 5 maiores áreas temáticas entre 1960 e 1969	267
Gráfico 3. Áreas temáticas por número de títulos em primeira edição (1960-1969)	268
Gráfico 4. Nacionalidade dos autores da Livraria Duas Cidades (1955-1969)	273
Gráfico 5. Países de origem dos livros estrangeiros traduzidos pela Duas Cidades.....	274
Gráfico 6. Principais selos estrangeiros de livros traduzidos pela Duas Cidades	274
Gráfico 7. Principais áreas temáticas de livros traduzidos pela Livraria Duas Cidades.....	275
Gráfico 8. Anos com maior número de títulos traduzidos pela Duas Cidades (em 1. ed).....	280
Gráfico 9. As maiores tradutora(e)s da Livraria Duas Cidades (títulos em 1. Ed).....	281
Gráfico 10. Os 15 títulos com maior número de tiragens pela Duas Cidades	284
Gráfico 11. Os 10 autores com maiores tiragens pela Duas Cidades (em todas as edições).285	
Gráfico 12. Nacionalidade dos autores da Livraria Duas Cidades (1970-1979)	490
Gráfico 13. Ranking das 5 maiores áreas temáticas entre 1970 e 1979	492
Gráfico 14. Os 16 autores com mais títulos publicados pela Livraria Duas Cidades.....	494
Gráfico 15. Áreas temáticas por número de títulos em primeira edição (1970-1979)	502
Gráfico 16. Ranking de títulos em primeira edição (1955-2006).....	503
Gráfico 17. Ranking de título em todas as edições (1955-2006).....	504
Gráfico 18. Ranking de exemplares em primeira edição (1955-2006).....	505
Gráfico 19. Rankings de exemplares em todas as edições (1955-2006)	506
Gráfico 20. Editoras e órgãos governamentais em coedição com a Duas Cidades (1 ed).....	518
Gráfico 21. Quantidade de títulos coeditados por ano com a Duas Cidades (1ed)	519
Gráfico 22. Ranking das 4 maiores áreas temáticas entre 1980 e 1989	571

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Maria Antonia, a livreira da Duas Cidades.....	24
Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades	26
As duas cidades de Santa Cruz	34
1. DA VÍSCERA NORDESTINA À LIDA DOMINICANA.....	41
O menino de engenho vai à França	43
A morada no Convento Santo Alberto Magno	63
Padre Lebret, Economia e Humanismo e Frei Benevenuto.....	85
Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e Sociedade Amigos do Livro (SAL)	134
2. A CIDADE DE DEUS	160
Um livreiro-editor dominicano na metrópole brasileira dos anos 1950	163
Fundação da Livraria Duas Cidades	184
O livreiro e a livraria missionária de leigos e clérigos católicos	200
O editor e a editora religiosa: um catálogo cristão	244
3. A DITADURA INVADIU A LIVRARIA	317
Os funcionários religiosos da empresa presos pelo regime civil-militar.....	319
DOPS, os frades encarcerados, Carlos Marighella e o grampo na livraria	331
Frei Benevenuto aposenta a batina e se aproxima da academia	345
4. A CIDADE DOS HOMENS.....	358
A peleja entre José Petronilo de Santa Cruz e a Ordem Dominicana.....	361
Antonio Candido, Professor Santa Cruz e a crítica literária uspiana.....	387
O livreiro e a livraria de intelectuais e universitários paulistanos	418
O editor e a editora de universitários: um catálogo ilustrado	464
5. POESIA, MÚSICA E AFETO NAS DUAS CIDADES DE SANTA CRUZ	548
Unha e carne: José, Maria e a livraria	550
Outras paixões: música e poesia no catálogo	562
Augusto Massi, um cliente que virou parceiro e amigo	586
A coleção Claro Enigma e a editora de volta à vitrine	595
O ARRUAR DO LIVREIRO-EDITOR DE DEUS E DOS HOMENS.....	607
FONTES	611
BIBLIOGRAFIA	619
ANEXOS.....	631
José Petronilo de Santa Cruz: cronologia (1918-1997).....	632
Tabelas das edições da Livraria Duas Cidades.....	646

INTRODUÇÃO

Era uma livraria e editora da intelectualidade paulistana. Fundada no meio do século passado por incentivo da Ordem Dominicana e sob a liderança de um padre que deixou a vida religiosa na década de 1970 para se dedicar apenas ao mundo dos livros, a Livraria Duas Cidades enraizou-se no espaço urbano e sociocultural da cidade de São Paulo entre 1954 e 2006. Foram centenas de obras publicadas e comercializadas durante os 52 anos, além dos milhares de títulos importados e da diversidade de áreas temáticas que estiveram presentes no catálogo da editora e no acervo da livraria. Desde a fundação até meados dos anos 1960, o empreendimento cultural possuía duas salas comerciais no edifício da Praça da Bandeira, 40, local frequentado por industriais, políticos, juventude católica, pessoas ligadas ao movimento Economia e Humanismo¹ e religiosos que submetiam suas obras ao crivo da editora. Mas a longevidade da empresa dirigida por José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) deu-se na rua Bento Freitas, 158, sede da empresa entre 1968 e 2006, lugar onde a maior parte dos clientes eram universitários, poetas e intelectuais de diversas cidades brasileiras.

Dois jornais de grande circulação noticiaram o fim da livraria em tom nostálgico. Enquanto a *Folha de S. Paulo*² fez alusão à relevância cultural da Duas Cidades para a intelectualidade de São Paulo, relatando a amizade entre Antonio Candido e Santa Cruz desde a década de 1950, razão pela qual o editor publicou as obras do crítico literário e de seus orientandos a partir dos anos 1970; *O Estado de S. Paulo*³ alardeou a nuance política da cinquentenária livraria, cuja sede importava livros comunistas e recebia a presença de intelectuais e guerrilheiros, citando como exemplo os episódios do assassinato de Carlos Marighella pelo regime militar e da importação de títulos marxistas que eram retidos na alfândega pelos censores do governo. Essas reportagens corroboram a ideia de que o empreendimento foi um ponto de encontro de intelectuais e uma grande importadora de títulos na área de ciências humanas. Maria Antonia, viúva de Santa Cruz e então proprietária da empresa, relata aos jornalistas a degradação do centro da cidade e a presença da internet como alguns dos fatores que sucumbiram o projeto inaugurado em 1954.

¹ BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, p. 249-266, 2012.

² CARIELLO, Rafael. Livraria de intelectuais paulistanos chega ao fim: Duas Cidades, no centro de SP, foi centro de referência e editora de ponta nos anos 70. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 86, n. 28297, 23 set. 2006. Ilustrada, p. E3.

³ DURAN, Sérgio. Liquidação marca o fim de livraria histórica: depois de 52 anos, Duas Cidades encerra suas atividades no centro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 127, n. 41248, 23 set. 2006. Cidades/Metrópole, p. C7.

Explorar e dimensionar o grau de reconhecimento da livraria e editora no universo cultural e intelectual de São Paulo obriga-nos a refletir não apenas sobre o contexto social, político, religioso e universitário em que ela foi pensada, construída e desenvolvida, mas também as relações sociais urdidas pelo proprietário, o posicionamento e o tamanho da empresa dentro da estrutura do mercado livreiro e editorial da segunda metade do século passado e, sobretudo, compreender a centralidade do livreiro e editor na concepção e condução do projeto até o ano de seu falecimento. Se porventura incorremos em generalizações ao abordar a totalidade da história da Duas Cidades e a trajetória de Santa Cruz como personagem do mundo do livro, tampouco seria possível desvelar as nuances, as clivagens, as contradições e os paradoxos que a fizeram adquirir um capital simbólico no tecido social de alguns centros urbanos do país a partir dos anos 1960, ao ponto de ser lembrada como a livraria da intelectualidade paulistana e um marco cultural da cidade.

Nessa linha de considerações, a meta deste trabalho é saber em que medida o papel desempenhado pela livraria e editora e por José Petronilo (também conhecido como Frei Benevenuto/Professor Santa Cruz/Bené) conformaram um campo cultural e intelectual entre os anos 1950 e 1970. A fim de cumprir esse objetivo, procuramos investigar de que modo ocorreu a formação social e profissional de Santa Cruz e as primeiras experiências que o fizeram ser livreiro e editor; quais foram as sedes e as filiais da Duas Cidades e como essas localidades se transformaram ao longo dos anos; de que maneira a ordem dominicana esteve presente na criação e concepção da livraria e na definição dos títulos que foram publicados nos quinze primeiros anos da editora; como se formou o campo religioso e intelectual no entorno do empreendimento; quais foram as relações institucionais e sociais predominantes no círculo do diretor e da empresa; quem eram as pessoas que estavam a serviço da livraria e da editora nessas três décadas e de que modo essa identificação auxilia na análise do campo simbólico em que a casa cultural de Santa Cruz gravitava; qual foi o impacto da ditadura civil-militar na livraria, na editora e na trajetória do livreiro-editor; o que o levou a abandonar a ordem; como se deu o processo de inflexão no catálogo da editora e dos livros importados pela livraria; como estava organizado o mercado editorial brasileiro e a rede de livrarias da capital que concorriam com a Duas Cidades; quais foram as gerações de intelectuais e universitários que a escolheram como editora e como livraria; e em que medida é possível aferir a importância do criador e da criatura para a cultura brasileira e paulistana.

Essas são algumas das questões levantadas durante a execução do projeto de pesquisa intitulado “Entre fé, autores e leitores: Frei Benevenuto de Santa Cruz e a Livraria e Editora Duas Cidades (São Paulo, 1954-2006)”. O plano delineado tinha a ambição de abarcar, em

profundidade, desde os anos que Frei Benevenuto se inseriu no meio livreiro e cultural até o ano de fechamento da empresa. Percebemos que a aspiração não cabia na execução de uma tese doutoral, muito menos em nossa capacidade de alinhar a biografia de um indivíduo e a memória de um *lócus* cultural que perdurou durante cinquenta anos. Mas também não poderíamos simplesmente negar como se deu a formação de Santa Cruz na ordem dominicana, os trabalhos que ele executou enquanto frade e os personagens que o influenciaram nos anos como religioso; fomos igualmente convencidos de que seria imprescindível problematizar a fase religiosa da empresa, as circunstâncias políticas, sociais e culturais que levaram à sua fundação, tanto quanto dimensionar o impacto da ditadura na livraria, na linha editorial conduzida por Santa Cruz e os fatores que o levaram a abandonar a batina. Em nosso ponto de vista, somente assim é possível investigar a ambiência que provocou o criador e a criatura a tornarem-se simbolicamente reconhecidos no meio intelectual, cultural e social da metrópole forjada no meio do século XX⁴.

Os estudos acerca da história do livro no Brasil e da trajetória de livreiros e editores nacionais subsidia-nos na vereda a ser percorrida. Salvo algumas exceções⁵, a exemplo de *O livro no Brasil: sua história*⁶, de Laurence Hallewell, título que é resultado de sua tese defendida em 1970⁷ e que recebeu a primeira edição brasileira em 1985 – obra que tardou a impactar a historiografia do livro nacional e que se tornou um cânone da área em décadas posteriores –, as pesquisas sobre o livro, livreiros e editores iniciaram-se na década de 1980, ganharam dimensão nos anos 1990 e consolidaram um campo de pesquisa nesta centúria.

Dois trabalhos ilustram as primeiras iniciativas com a finalidade de problematizar a figura do editor. O primeiro é *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*⁸, que é produto da dissertação de mestrado de Alice Mitika Koshiyama, defendida em 1978, publicada inicialmente em 1982 e que teve o propósito de refletir sobre as incursões de Lobato como autor de livros infantis e na seara dos negócios industriais, financeiros e editoriais. E o segundo trata-se da coleção *Editando o Editor*, capitaneada e idealizada por Jerusa Pires Ferreira, dirigida por ela e

⁴ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no Meio Século XX*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 19.

⁵ Uma delas é a obra de ANDRADE, Olímpio de Souza Andrade. *O livro brasileiro: desde 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978. A primeira edição foi publicada pela editora Paralelo, em 1974.

⁶ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

⁷ Originalmente publicado em inglês sob o título, *Books in Brazil: a history of the Publishing Trade*.

⁸ KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2006. (Coleção Memória Editorial, 4)

por Plínio Martins Filho, editada desde 1989⁹ por meio do relato de *Jacó Ginsburg*¹⁰, e em 1991¹¹ publicaram o segundo título com o testemunho de *Flávio Aderaldo*¹². Desde a obra inaugural, a proposta que norteia a coleção parte de um esforço coletivo: os organizadores de cada livro convidam os editores a serem entrevistados e orientam os estudantes de editoração no trabalho “[...] de escutar, gravar, selecionar e, finalmente, editar o pensamento nuclear de cada um desses profissionais, respeitando o fluxo de seu discurso, seu ritmo próprio, seus saberes peculiares, suas formas de expressar a vida, experiência e trabalho”¹³. A aura da coleção abarca o trabalho de profissionais que desenvolveram um amplo leque de projetos editoriais, desde as publicações de esquerda veiculadas por *Ênio Silveira*¹⁴, passando pelas edições populares realizada por *Arlindo Pinto de Souza*¹⁵, além da valiosa contribuição de *Jorge Zahar*¹⁶ para a área de ciências sociais. Editando o Editor também publicou a experiência de *Cláudio Giordano*¹⁷, o “caçador de relíquias”; de *Samuel Leon*¹⁸, cuja intenção era fazer uma editora eminentemente literária; de *Plínio Coêlho*¹⁹, o libertário editor de obras anarquistas; e de *Guilherme Mansur*²⁰, o tipógrafo-poeta-editor e artista gráfico²¹.

Embora não tenhamos a pretensão de exaurir todas as obras que discutam a história do livro e a atuação de livreiros e editores no Brasil, trazemos à baila²² outros títulos que foram publicados nos últimos vinte anos por historiadores e cientistas sociais a fim de demonstrar o

⁹ Ano em que a Prol Editora Gráfica e a Com-Arte (editora laboratório dos alunos de Editoração da Escola de Comunicação e Artes da USP) publicaram o primeiro livro da coleção.

¹⁰ AMORIM, Sônia Maria de Amorim; TREMEL, Vera Helena F. (org.). *Jacó Ginsburg*. São Paulo: Prol/Com-Arte, 1989. (Editando o Editor, 1).

¹¹ Neste ano, a editora da USP substituiu a Prol Editora Gráfica e passou a publicar os livros da coleção em parceria com a Com-Arte. Para maiores informações sobre a Com-Arte, consultar: BOCCHINI, Maria Otilia. Projetos Editoriais em Laboratório. In: FILHO, Plínio Martins (org.). *Livros, Editoras & Projetos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997. p. 81-100.

¹² CABRINI, Conceição A.; GUEDES, Maria do Carmo (org.). *Flávio Aderaldo*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1991. (Editando o Editor, 2).

¹³ SALLES, Marcelo Yamashita Salles. (org.). 2013. *Plínio Coêlho*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2013. 104p. (Editando o Editor, 8). p. 10.

¹⁴ FERREIRA, Jerusa Pires Ferreira (org.). ALMEIDA, Maria Assis de; FERNANDES, Magali Oliveira; SENRA, Mirian (editoras). *Ênio Silveira*. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2003. (Editando o Editor, 3).

¹⁵ FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Arlindo Pinto de Souza*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1995. (Editando o Editor, 4).

¹⁶ FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Jorge Zahar*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2001. (Editando o Editor, 5).

¹⁷ FERNANDES, Magali Oliveira; MONTONE, Sonia; FONTANA, Carla Fernanda; LARSSON, Fábio (editores). *Cláudio Giordano*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2003. (Editando o Editor, 6).

¹⁸ VICENTINI, Raquel Maygton. *Samuel Leon*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2010. (Editando o Editor, 7).

¹⁹ SALLES, *op. cit.*, p. 23-104.

²⁰ MELLO, Simone Homem de. *Guilherme Mansur*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2018. (Editando o Editor, 9).

²¹ QUINTA, Hugo. O caleidoscópio telúrico de Guilherme Mansur: tipógrafo-poeta-editor e artista gráfico. *História Unisinos*, v. 24, n. 1, p. 157-160, jan./abr., 2020.

²² Listo apenas algumas das referências deste trabalho. Ao longo da tese dialogamos com outras publicações e pesquisas que têm se dedicado ao mundo dos livros.

enraizamento desse campo de estudo nas pesquisas acadêmicas. *Um Editor no Império*²³ e *Rei do Livro*²⁴ são livros que examinam dois personagens que se destacaram no ofício editorial e colaboraram para a cultura do livro e da leitura brasileira durante o Oitocentos e princípio do Novecentos. O primeiro trata da biografia de Francisco de Paula Brito (1809-1861) e das “[...] circunstâncias históricas que convergiram para o aparecimento do editor no Brasil [...]” e o segundo reúne uma coletânea de textos que versam sobre o livreiro-editor lusitano Francisco Alves de Oliveira (1848-1917) e o empreendimento que ele erigiu no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Europa, a Livraria Francisco Alves. *O Império dos Livros*²⁵ é uma obra que nasceu canônica para a historiografia nacional do impresso, da leitura e dos agentes que exerceram o ofício do livro e da edição, a exemplo do francês Anatole Louis Garraux (1833-1904)²⁶. Para além desses títulos, merece destaque o *Figuras de autor, figuras de editor*²⁷, cujo enfoque está dividido em duas partes, a primeira a analisar a formação de autores e editores no Brasil durante o século XIX até o início do XX, e a segunda a abordar as figuras de autor e editor nas empresas de Monteiro Lobato.

Ainda no âmbito nacional, há mais duas obras que dialogam com este trabalho. A primeira é *A construção do livro*²⁸, título de referência para bibliófilos, historiadores e cientistas sociais que pretendem examinar esse tipo de impresso em sua materialidade e história. No prefácio, Antonio Houaiss enuncia que “[...] Emanuel Araújo dá o passo à frente substantivo na bibliologia brasileira e lusofônica, impondo-se a partir daí como a obra de consulta e referência indispensável em tudo quanto se refira aos temas do amplo espectro teórico e prático do livro [...]”. E a segunda é *Brasilianas*²⁹, a substancial e inovadora pesquisa desenvolvida por Gustavo Sorá durante o doutorado, a qual trata do papel de José Olympio e de sua casa homônima na moldura do mercado editorial brasileiro entre 1920 e 1950, apresentando a maneira como o livreiro-editor e a empresa foram centrais na diferenciação da figura do editor e na formação de um campo editorial de escala nacional.

²³ GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um Editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2016. (Coleção Memória Editorial, 10). p. 27.

²⁴ BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Rei do Livro*: Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Lihed/UFF, 2016. (Coleção Memória Editorial, 9).

²⁵ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros*: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

²⁶ DEAECTO, *op. cit.*, p. 280-303.

²⁷ BIGNOTTO, Cilza Carla. *Figuras de autor, figuras de editor*: as práticas editoriais de Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

²⁸ ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*: princípios da técnica de editoração. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008. p. 21.

²⁹ SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2010. (Coleção Memória Editorial, 6)

As formulações teórica-metodológicas de Sorá são de grande importância para esta tese, na medida em que ele se dedicou a cotejar a formação, a ascensão e o declínio de José Olympio e de seu empreendimento, costurando essa perspectiva com o mercado de livros nacional e demonstrando que a profissionalização da empresa ampliou a clientela e conquistou um capital simbólico para a cultura do país. Para isso, ele colheu testemunhos de autores da editora e de pessoas que tiveram relações pessoais e (ou) profissionais com o livreiro-editor e sua empresa, bem como analisou o círculo de agentes do universo político e cultural que conviveram com José Olympio, artifício que Sorá nomeou de “arte da amizade”³⁰, recurso habilmente utilizado pelo proprietário da casa ao largo de sua trajetória como empresário nacional do livro. Além disso, o pesquisador teve acesso aos arquivos da Livraria José Olympio Editora, o que o levou a examinar um material repleto de fontes originais e inéditas para seu estudo.

A trama entretecida em *Brasilianas* auxilia-nos a descrever a história da Livraria Duas Cidades. A pesquisa de Sorá nos ajuda a aferir a escala que o livreiro-editor da Duas Cidades ocupou no cenário nacional e na cidade de São Paulo, o prestígio simbólico de José Petronilo no universo do impresso e da leitura da segunda metade do século passado, em especial entre as décadas 1950 e 1970. E estamos a falar de uma editora que teve duas linhas editoriais predominantes no catálogo, de um livreiro-editor que contribuiu para a formação de leitores e autores e de uma livraria que propiciou a sociabilidade de intelectuais e de estudantes universitários (católicos e leigos) que a frequentaram e (ou) publicaram pela editora.

Considerando o irrisório número de artigos, textos e memórias que estavam disponíveis antes de escrever o projeto de pesquisa, a questão que nos afligia era saber se existia material para elaborar um plano de investigação que justificasse a execução de uma tese. Após dias de consultas virtuais, em meados de 2016 deparamo-nos com o texto *Duas Cidades*³¹, de Decio Zylbersztajn, o qual menciona Maria Antonia como uma pessoa essencial para a livraria. Aqui e acolá esbarramos com o nome dela no material bibliográfico que estávamos a reunir, mas não sabíamos do seu paradeiro até ler o último parágrafo da crônica: “hoje voltei à Praça da Sé onde visitei Maria Antonia, na livraria da UNESP. Fui para agradecer apresentando um exemplar do meu primeiro livro de contos [...]. Uma pequena homenagem a alguém que incorpora o papel da casa de livros. Salvar vidas, formar leitores, e quem sabe, escritores”.

Entramos em contato com Maria Antonia por telefone, informamos a nossa pretensão de pesquisar sobre a Duas Cidades e a trajetória do livreiro-editor, perguntamos se existiam

³⁰ Ibid., p. 213-265.

³¹ ZYLBERSZTAJN, Decio. *Duas Cidades*. Blog da Reformatório. São Paulo, mai. 2004. Disponível em: <https://blogdareformatorio.wordpress.com/2015/10/15/duas-cidades/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

acervos do fundador e da empresa, e se ela poderia nos conceder um depoimento. Ressabiada, hesitou em relação à existência de documentos pessoais de Santa Cruz e do empreendimento que ele erigiu, mas aceitou prestar um testemunho sobre os laços profissionais e afetivos que a ligam à Duas Cidades e a José Petronilo. Após esse primeiro contato, viajamos para São Paulo no dia 14 de setembro de 2016 com a finalidade de entrevistar Maria Antonia, que nos recebeu no último andar da Livraria Unesp, situada na Praça da Sé, onde ela nos concedeu uma longa entrevista e compartilhou uma enxurrada de informações que foram cruciais para a pesquisa.

Maria Antonia, a livreira da Duas Cidades

O depoimento de Maria Antonia Pavan de Santa Cruz abordou os anos de convivência e trabalho com José Petronilo; desde 1971, quando ela se mudou de Ibitinga para São Paulo com o propósito de cursar Letras na Universidade de São Paulo (USP), até 1997, ano em que ele faleceu. Um conhecido a informou que a Duas Cidades estava com uma vaga aberta para o setor de importação de livros, ela prestou o teste de seleção e foi contratada para atender os clientes da livraria. A então estudante de Letras jamais poderia imaginar que um emprego provocaria uma mudança radical em sua vida pessoal e profissional; primeiro assumindo a gerência da livraria em 1974, depois casando-se com Bené³² em 1993 e tornando-se dona da empresa de 1997 a 2006.

Ao longo do testemunho ela discorreu sobre os trinta e cinco anos em que trabalhou na Duas Cidades, sobre o relacionamento pessoal e profissional com Santa Cruz e sobre a larga experiência que ela assimilou no mundo dos livros, principalmente no gerenciamento da livraria e no contato diário com os frequentadores, clientes e autores. Ela detalhou o espaço físico da empresa na rua Bento Freitas, 158, onde a livraria ocupava o térreo de um edifício residencial e o mezanino da loja abrigava a editora e os setores de importação e contabilidade, bem como mencionou os arquitetos João Carlos Cauduro e Ludovico Martino, dois afamados profissionais da arquitetura e do *design* moderno paulistano, os quais desenvolveram o projeto dessa sede. Mas a livreira também falou do local onde a Duas Cidades foi concebida, na rua 7 de Abril, em uma sala cedida pelo médico José Maria de Freitas para reuniões do movimento Economia e Humanismo. No momento que Frei Benevenuto julgou necessário fundar uma livraria e editora com o objetivo de difundir e publicar obras que pudessem ser úteis para o trabalho em torno da

³² Nos depoimentos, Maria Antonia o chama, carinhosamente, de Bené.

economia humana, foi o empresário Severo Gomes, proprietário da Tecelagem Parahyba S/A, que cedeu uma sala comercial no sétimo andar do edifício localizado na Praça da Bandeira, 40:

O embrião foi exatamente a livraria e foi ali que começou. Como era muito frequentado, as pessoas sabiam do material que estava vindo. [A empresa] cresceu de tal forma que aí [ele] sentiu necessidade de ter o prédio próprio – maior do que o espaço que eles tinham ali – com o fruto da venda dos livros e [das] revistas que importavam. A procura era grande, as pessoas percebendo que era possível ter em mãos [esse] material que estava saindo na França, pediam que ele importasse. [E foi assim que] ele pôde comprar aquela loja na Bento de Freitas³³.

O depoimento de Maria Antonia também tratou de alguns dos autores que passaram a fazer parte do catálogo da editora, como Lêdo Ivo, Augusto de Campos, Mário de Andrade e Antonio Candido, que foi, segundo ela, uns dos principais responsáveis pela sobrevivência da empresa, tanto pelos livros que publicou como pela amizade estabelecida com Santa Cruz. Foi o crítico literário que criou a ponte entre seus orientandos e o editor, que publicou as pesquisas desenvolvidas por Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Telê Ancona Lopes, João Luís Lafeté, Suzi Frankl Seperber, José Miguel Wisnik, entre outros.

Foi através desse testemunho que tomamos conhecimento da conjuntura que levou Frei Benevenuto a abandonar a Ordem Dominicana e a ser chamado de Professor Santa Cruz por clientes da livraria e autores da editora. Maria Antonia confidenciou que mesmo após ele ter deixado de ser padre e confessor, as pessoas o procuravam na livraria para benzê-las ou para tratar de assuntos particulares. Ela também destacou os planos que ele traçou para a livraria e editora a partir dos 1970, discorreu sobre as livrarias concorrentes, sobre o impacto dos planos econômicos de 1980 na empresa e da censura do regime civil-militar ao impedir a venda de alguns títulos importados.

Nessa ocasião, Maria Antonia não apenas tratou das coedições da Duas Cidades com instituições do meio público e privado, como também mencionou as personalidades do meio político e intelectual que frequentavam a livraria: “[...] Franco Montoro, Fernando Henrique [Cardoso], vários Ministros da Cultura, da Educação que vinham a São Paulo. [...] Todo o pessoal da USP e da Mackenzie”³⁴. Em seguida, ela afirmou que a livraria contribuiu na formação de gerações de universitários:

[...] Foi formadora. [A Duas Cidades] tinha esse material que eles precisavam. Hoje alguns são professores, outros foram para outras áreas, mas frequentando a livraria, tendo lá várias áreas [disponíveis], porque dentro de Humanas [tinha] cinema, teatro,

³³ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016.

³⁴ Ibid.

música, filosofia, literatura francesa, espanhola, e brasileira nós tínhamos menos, porque tinha outras livrarias famosas em São Paulo que supriam essa necessidade. Mas depois ele foi ampliando – Arquitetura e Urbanismo [e] na área de humanas em geral. Sociologia, Política, História. Ele importava em todas essas áreas. Livros de arte, os mais significativos³⁵.

A livreira fez alusão aos amigos que conviveram com Santa Cruz como Frei ou livreiro-editor, a relevância do padre francês Louis-Joseph Lebret (1897-1966)³⁶ na formação de Frei Benevenuto e a luta de Augusto Massi para manter a Duas Cidades viva no plano simbólico e terreno. Ela mencionou algumas capas e capistas, uma parcela das coleções editadas, dos títulos que foram publicados e dos projetos que não foram concretizados. Ainda que *en passant*, fez um pequeno relato do casamento entre ela e o Bené, das feiras internacionais do livro de que ele participava, da paixão do livreiro-editor por música clássica e poesia, do acervo pessoal de José Petronilo e da empresa que ele fundou e dirigiu.

A preciosidade do relato encontra-se no envolvimento umbilical da livreira com a história do empreendimento cultural, na exposição de uma série de informações que não estavam publicadas e, sobretudo, por ter confirmado a existência de um acervo familiar sob sua guarda e propriedade. Embora o arquivo ainda não esteja abrigado em uma instituição de natureza arquivística, ela consentiu a nossa consulta e pesquisa na massa documental, assim como se comprometeu a colaborar com o desenvolvimento deste trabalho.

Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades³⁷

Passaram-se aproximadamente um ano e meio desde o primeiro depoimento que colhemos de Maria Antonia até o encontro que tivemos com ela na livraria da Praça Sé. Em maio de 2018, durante a primeira pesquisa de campo na cidade de São Paulo, a herdeira do arquivo nos franqueou o acesso a uma primeira leva de documentos do acervo pessoal e da livraria e editora. Ela tinha em mente doar o material para uma instituição de ensino superior ou organização especializada na guarda de acervos, mas suas primeiras iniciativas fracassaram³⁸. Nesse ínterim,

³⁵ Ibid.

³⁶ Vamos falar sobre o padre Lebret e a amizade entre ele e Frei Benevenuto no primeiro capítulo desta tese.

³⁷ Nesta parte utilizo trechos de um artigo que foi escrito por mim e pelo professor orientador desta pesquisa. Ver: QUINTA, Hugo; SILVA, Wilton Carlos Lima da. O arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz: o livreiro-editor da Livraria Duas Cidades. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 76, p.241-264, ago. 2020.

³⁸ Maria Antonia chegou a conversar com algumas pessoas e instituições que pudessem guardar o acervo e disponibilizar a consulta ao público. Algumas pastas do acervo chegaram a ser enviadas para a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) em 2018, mas ela readquiriu os documentos e em fevereiro de 2019 entrou com o processo de doação do arquivo para o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e está aguardando a resposta da instituição.

a custodiadora do arquivo compreendeu a importância desta pesquisa e aceitou que fôssemos responsáveis por parte do conjunto documental, o que nos levou a ter acesso direto aos inúmeros tipos documentais do acervo. A cada encontro com a livreira da Duas Cidades, ela contava casos de sua trajetória na empresa e fornecia material do arquivo, como na ocasião das pesquisas de campo que realizamos em setembro de 2018 e fevereiro de 2019; a primeira na capital paulista e a segunda na casa da família de Maria Antonia, em Ibitinga, onde se encontra uma parte abundante do arquivo do livreiro-editor e da empresa que ele fundou e dirigiu.

Ibatinga está localizada no estado de São Paulo e é nacionalmente reconhecida como a capital nacional do bordado. Ela nasceu e viveu nessa cidade durante a infância e a adolescência, e foi graças ao trabalho de sua mãe como costureira que a família comprou a casa onde atualmente reside Lilian, a irmã de Maria Antonia que também trabalhou na Duas Cidades entre final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Esse lar abriga tanto os objetos familiares quanto uma parte substancial do acervo, a exemplo da centena de pastas de autores que foram publicados pela editora; dos álbuns com registros fotográficos da empresa na participação e promoção de eventos culturais, nos lançamentos de livros, na realização de exposições e na abertura de uma filial da livraria no Museu da Imagem e Som (MIS) de São Paulo; das pastas de plástico avulsas e das pastas-arquivo com fotografias do Frei Benevenuto e do professor Santa Cruz, contendo cartões-postais, marca-textos, adesivos de comemoração dos quarenta anos da empresa, além de correspondências pessoais e profissionais do padre e do livreiro-editor; da lista de possíveis investidores da Duas Cidades; do projeto arquitetônico da empresa assinado pelos arquitetos João Carlos Cauduro e Ludovico Martino, em setembro de 1966, ano em que a empresa adquiriu uma sala comercial na rua Bento Freitas. A fim de otimizar nosso trabalho, a herdeira do acervo deixou a maior parte desse material conosco, e assim conseguimos consultá-lo e digitalizá-lo, procedimento adotado na primeira e segunda levadas de documentos que recebemos em maio e setembro de 2018.

Foi em Ibatinga que tivemos acesso à biblioteca do selo Livraria Duas Cidades. O fundo editorial integra a quase totalidade de títulos que foram publicados entre 1955 e 2006. Nessa oportunidade, realizamos duas ações concomitantes: de um lado, organizamos os títulos e as coleções editadas por ordem cronológica, e de outro transferimos os dados de um documento originalmente produzido pela editora para uma planilha eletrônica, o qual contém a uma lista cronológica das obras publicadas (títulos dos livros, autores, edição, ano de publicação e número de exemplares impressos). Em seguida, acrescentamos à planilha informações que não estavam descritas no documento original, tais como a área temática de cada obra, as coleções publicadas, os anos de existência de uma filial da livraria em Belo Horizonte (de 1958 a 1961),

o aparecimento da logomarca da empresa a partir de 1963, os nomes das editoras das obras traduzidas e as gráficas onde os livros eram impressos. Também fotografamos a biblioteca da editora (o conjunto dos livros publicados entre 1955 e 2006), retratos das capas, das contracapas, das orelhas, dos frontispícios, das fichas catalográficas, das páginas onde constam as gráficas e das lombadas dos livros.

Ainda em Ibitinga, Maria Antonia concedeu-nos uma entrevista sobre a formação, organização e preservação do arquivo em tela, que é o principal objeto de pesquisa desta tese. Baseando-se no *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*³⁹, utilizamos o roteiro⁴⁰ de entrevista com as pessoas que produzem ou custodiam esse tipo de acervo com o propósito de colher informações do conjunto documental, dos lugares onde o acervo foi abrigado e do material relativo ao âmbito pessoal e profissional de José Petronilo. Esse itinerário de perguntas divide-se em três etapas, a primeira trata da produção, acumulação e custódia, a segunda dos documentos digitais e a terceira dos documentos fotográficos.

Logo no início perguntamos o que a motivava a doar o fundo documental. Ela argumentou que o material é um rico manancial de documentos acumulados por Santa Cruz durante sua vida como religioso, livreiro e editor. Segundo Maria Antonia, os registros desse arquivo podem ser úteis para pesquisas que examinem a história da Ordem Dominicana brasileira, os trabalhos que Frei Benevenuto desenvolveu com setores da cultura paulistana, no grupo Economia e Humanismo, na Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS)⁴¹, sociedade fundada sob a liderança do padre Lebret⁴² e que se dedicou a elaborar projetos de planejamento urbano para diversas cidades e estados brasileiros nos decênios de 1950 e 1960. A livreira também assegurou que o fundo documental da Livraria Duas Cidades pode colaborar com as pesquisas sobre a história do livro, o qual contém pastas dos autores religiosos e leigos, a biblioteca dos títulos publicados pela editora, as correspondências entre autor e editor, entre clientes e livraria, entre o livreiro-editor e amigos,

³⁹ DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. *Manual de organização de arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

⁴⁰ O roteiro encontra-se no anexo 2 do manual, *Ibid.*, p. 56-57.

⁴¹ Para maiores informações sobre a SAGMACS, consultar o artigo de PONTUAL, Virgínia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: práticas urbanísticas, CEPUR e SAGMACS. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V.13, n. 1, pp. 151-169, maio de 2011; e a tese de CESTARO, Lucas R. *A atuação de Lebret e da SAGMACS no Brasil (1947-1964): ideias, planos e contribuições*. São Carlos, 2015. 376 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, USP. Ressaltamos, entretanto, que na primeira parte desta tese vamos tecer algumas considerações sobre o trabalho de Frei Benevenuto na SAGMACS e no grupo Economia e Humanismo.

⁴² Sobre o trabalho que o padre Lebret desenvolveu no Brasil através da SAGMACS e de outros órgãos voltados para a formação de agentes do desenvolvimento urbano e social, consultar o livro de ANGELO, Michelly Ramos de. *Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS: a formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. São Paulo: Almedina, 2013.

além de fotografias da livraria, do Santa Cruz, de recortes de reportagens, entre outros materiais que permitem desvelar aspectos ainda não examinados na historiografia do livro no Brasil.

Ao longo dessa entrevista, Maria Antonia confidenciou que não sabe dizer se houve eliminação de documentos pessoais e da empresa no período em que ele era frade e a Duas Cidades pertencia à Ordem Dominicana. Ela desconhece se ocorreu descarte das cartas que lhe foram destinadas e endereçadas ao convento, e ignora o que porventura tenha sucedido com o acervo da empresa quando houve a transferência da sede da Praça da Bandeira para a rua Bento Freitas, assim como tem dúvidas se a documentação era arquivada no convento ou na livraria nos anos em que a Ordem era proprietária do empreendimento dirigido pelo Frei Benevenuto. Mas desde o momento que começou a trabalhar na livraria, ela notou que Santa Cruz encarregava a sua secretária a arquivar os documentos de caráter institucional na sede do empreendimento cultural e aqueles que eram de ordem pessoal, ou que não tivessem conexão com o trabalho de livreiro e editor, ele os levava para seu domicílio. Apesar de o processo de guarda e acumulação do conjunto documental não ser devidamente sistematizado e organizado, a custodiadora garantiu que ele decidia onde os documentos deveriam ser guardados ou arquivados.

Os registros de caráter profissional são relativos às atividades que ele exerceu como padre, livreiro e editor da Duas Cidades. Frei Benevenuto recebia correspondências do padre Lebret, dos membros franceses e brasileiros do Economia e Humanismo e de personalidades do mundo político e cultural de São Paulo e outras localidades. Maria Antonia chama nossa atenção para o fato de que as missivas trocadas entre o frade, Lebret e o grupo tinham uma dimensão afetuosa, que ultrapassava as tratativas dos projetos que eles estavam a desenvolver. Paralelamente, enquanto o livreiro recebia convites para participar de feiras do livro, catálogos e revistas das editoras estrangeiras (sobretudo das francesas e espanholas) para decidir os títulos a serem importados; o editor trocava cartas com os autores para tratar de assuntos relacionados ao contrato do livro e à materialidade das obras a serem publicadas, embora também tenha havido algumas correspondências entre autor e editor que ultrapassaram os temas profissionais, a exemplo da missivas trocadas entre Santa Cruz e o poeta Murilo Mendes.

Com relação ao material de âmbito privado, a custodiadora do arquivo menciona que ele tinha um escritório no apartamento, cujo espaço abrigava livros e correspondências pessoais. Além das missivas enviadas por familiares, ele também recebeu cartas de Alceu Amoroso Lima, Carlos Pinto Alves e de outros personagens do universo político, cultural, industrial e dominicano, assim como as fotografias e os discos de vinil (predominantemente de música clássica e popular brasileira) que acumulou ao longo da vida. A herdeira do acervo ressalta que

até o falecimento do livreiro-editor não houve descarte ou transferência dos tipos documentais resguardados no apartamento, com exceção da biblioteca pessoal de Santa Cruz e das obras publicadas pela editora, que primeiramente foram alocadas em um depósito alugado na capital paulista e depois foram despachadas para Ibitinga.

O testamento de José Petronilo previu a doação de seus bens a Maria Antonia, tornando-a proprietária do espólio pessoal e empresarial do marido: o apartamento, o arquivo pessoal, o acervo da livraria e editora e as cotas⁴³. Depois de idas e vindas da massa documental, depois do esforço e da obstinação que ela tem tido para evitar a eliminação (ou descarte) do material, o nosso papel foi o de organizar, analisar e digitalizar o conjunto documental em consonância com os preceitos teórico-metodológicos da arquivologia, da história e das ciências sociais.

Investigar arquivos que não estão abrigados em instituições de guarda causam o duplo desafio: encarar criticamente o contato direto com as fontes e examinar a documentação sem descuidar das regras elementares para auscultar, consultar e ordenar arquivos pessoais. Além do *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*, baseamo-nos em uma vasta bibliografia para classificar e descrever o fundo de José Petronilo de Santa Cruz. As diretrizes descritas no manual subscrevem o avanço das pesquisas e dos pesquisadores que nas últimas décadas publicaram ensaios, teses, artigos e livros sobre essa temática, estudos que problematizam suas experiências etnográficas⁴⁴, historiográficas⁴⁵ e multidisciplinares⁴⁶. Há trabalhos que tratam também do impacto das novas tecnologias e dos espaços digitais⁴⁷ na prática arquivística e nas pesquisas que utilizam os arquivos de indivíduos como fonte de pesquisa.

⁴³ A questão societária da Livraria Duas Cidades será analisada no segundo, terceiro e quarto capítulos desta tese.

⁴⁴ Consultar: HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. pp. 67-76; SORÁ, Gustavo. Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América Latina”. *Fontes*, n. 3, 2015-2, p. 15-28.

⁴⁵ Consultar: GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, pp.121-127; HEYMANN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n. 19, p. 41-66, 1997; FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, dez. 2018, pp. 95-114, dez. 2018; IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 78, 2018, pp. 97-120; ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, n. 17, Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 85-91.

⁴⁶ Consultar: COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1991; FAVIANO, Giovana Beraldi. Fundo Camargo Guarnieri: reflexões multidisciplinares. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 73, ago. 2019, p. 291-302.

⁴⁷ Consultar: ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. pp. 45-54; BOSCHI, Caio. O historiador, os arquivos e as novas tecnologias: notas para o debate. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. (Org.).

A acumulação de documentos e de outros materiais não está necessariamente desprovida de intenções, predileções e rejeições, tanto por parte dos produtores como dos familiares, dos custodiadores ou das instituições de guarda. Deve-se considerar as múltiplas intromissões nos arquivos pessoais desde o processo de constituição até o momento em que são disponibilizados para consulta pública. Cabe aos pesquisadores e aos locais de guarda localizarem as possíveis intervenções na composição do arquivo, registrando as ingerências a fim de esclarecer a relação entre os documentos e de construir a biografia do acervo.

Trata-se de desmistificar o arquivo como um repositório de truísmos, muito menos de considerá-lo como atitude consciente dos indivíduos que guardam documentos pensando em deixar rastros para o futuro. O arquivo pessoal é um ato autobiográfico muitas vezes carente de objetividade e neutralidade, o que pode relativizar a verdade dos documentos abrigados no acervo de um indivíduo⁴⁸. O ato autobiográfico encontra-se no vínculo entre a subjetividade do sujeito e a relação que ele estabelece diante de determinadas circunstâncias da vida. “[...] É desta instabilidade que surge a riqueza dos actos autobiográficos como fonte de informação única, e particularmente complexa, para o estudo do Homem, da sua auto-representação e da sua auto-construção”⁴⁹.

Tanto os pesquisadores quanto os locais de guarda devem organizar um arquivo pessoal observando o conjunto de documentos que o integra, o qual pode elucidar aspectos da memória individual e coletiva⁵⁰. É necessário que os atores envolvidos nesse trabalho avaliem as fontes criticamente, sendo capazes de conferir a historicidade do arquivo pessoal, examinando “[...] as práticas e os discursos por meio dos quais o ‘monumento’, o arquivo-fonte, encobre o ‘fragmento’, os gestos – múltiplos, diacrônicos, descentralizados – que constituíram concretamente esses conjuntos documentais”⁵¹.

A contextualização do material mediante um olhar etnográfico dos consulentes procura reconhecer as causas, os propósitos envolvidos e as possíveis intenções do indivíduo ao

Outros combates pela história. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. pp. 59-71; MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. pp. 17-44.

⁴⁸ SILVA, Wilton Carlos Lima da. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. *Diálogos*, Maringá, v.21, n. 2, set., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i2.39526>. Acesso em: 01 nov. 2019.

⁴⁹ CARVALHO, Sofia Alexandre Costa de. *O arquivo pessoal como construção auto/biográfica: a reconstrução da narrativa de vida do arquivo pessoal Godofredo Ferreira*. Lisboa, 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e Documentação) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 50.

⁵⁰ VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007, pp. 3-13.

⁵¹ HEYMANN, *op. cit.*, 2014, p. 72.

acumular documentos, analisando o arquivo sem associá-lo, automaticamente, a um desejo de testemunho pessoal. Do ponto de vista etnográfico, avaliar o material armazenado por uma pessoa é procurar as relações e os significados das numerosas atividades que o personagem do arquivo realizou em distintos momentos de sua vida, sob a influência do contexto social, cultural e político de uma época⁵².

Logo que recebemos os documentos textuais e iconográficos de Maria Antonia, a nossa ação imediata foi zelar pelo material, acondicionando as pastas em três caixas arquivo. Ato contínuo, tivemos a precaução de manter os documentos nas pastas em que estavam guardados, de modo que não interferimos no arranjo do material para que pudéssemos averiguar as intencionalidades do produtor (ou da herdeira) do arquivo. A consulta aos documentos sem alterar o local onde estavam armazenados, implicou-nos a desenvolver mecanismos de consulta do acervo evitando o contato direto e recorrente com as fontes, o que nos levou a digitalizar⁵³ o material que está sob nossa responsabilidade.

Após essa etapa foi possível identificar o arco temporal que abrange o arquivo pessoal Santa Cruz e de sua empresa (1918-2005), bem como os materiais textuais e iconográficos. Entre esses documentos, destacamos o quadro cronológico de edições da Livraria Duas Cidades; adesivos; catálogos; selos; sacolas; papéis timbrado; relação de títulos esgotados; relação dos livros publicados pelo selo da Livraria Moraes Editora⁵⁴; listas de preços dos livros; os contratos (de autoria, de locação de imóveis); ofícios; matérias de jornal; revistas científicas; entrevistas; ensaios; reportagens; relatórios; requerimentos; procurações; nomeações; exonerações; publicações em diário oficial; termos de responsabilidade; abaixo-assinado; alvarás; atestados; cartões (de visita e postais); estatutos (de fundação da SAGMACS e da Livraria Duas Cidades); notas de pesar; certidões (de nascimento, de batismo, de reservista, de casamento); passaporte; anotações; moções de apoio; cobranças; comunicados; convocação;

⁵² Sorá (*op. cit.*, 2015-2), por exemplo, utilizou a metodologia etnográfica ao pesquisar os arquivos da editora (e do editor) José Olympio. Ele apresenta a história do arquivo, as ações envolvidas na acumulação e separação do material, a relevância do conjunto documental para elucidar a trajetória do editor e os modos como José Olympio se apropriou do acervo com o objetivo de ressaltar a magnificência cultural da empresa. Esse arquivo foi estudado como um espaço social cujo resultado é proveniente da intervenção humana, das experiências, ações e atitudes das pessoas que cuidaram do arquivo e da memória social do indivíduo e da empresa.

⁵³ Estamos conscientes dos obstáculos inerentes ao arquivamento eletrônico, as novas tecnologias podem interferir nos arranjos documentais e alterar a forma de organização, valoração, veracidade e autenticidade das fontes. Entretanto, optamos por digitalizar os documentos do acervo para evitar a consulta frequente do material físico e ter acesso ao conjunto documental através do computador e das nuvens. A digitalização do acervo de José Petronilo de Santa Cruz ocorreu à luz das reflexões de COLOMBO, *op. cit.*, 1991, BOSCHI, *op. cit.*, 2010, ARTIÈRES, *op. cit.*, 2014, MACKEMMISH, *op. cit.*, 2014 e de PAJEÚ, Hélio Márcio; CARVALHO, David Oliveira; MOURA, Rhayza Rodrigues. Organização e classificação de documentos digitais de arquivos pessoais nas nuvens. *Ciência da Informação em Revista*. Maceió, v. 5, n. 3, p. 58-70, set./dez. 2018.

⁵⁴ Vamos tratar das coedições da Duas Cidades com a Livraria Moraes Editora no segundo capítulo deste trabalho.

diplomas; discursos; planos de aula; orações; informes; leis; listas (de livros doados, de revistas, de nomes e endereços); bilhetes; diários e notas de viagem; telegramas; correios eletrônicos, cartas e fotografias.

A multiplicidade e variedade de documentos abrigados em um arquivo pessoal são capazes de enfeitiçar⁵⁵ os consulentes, correndo o risco de o conteúdo ser mais relevante que o contexto de criação dos documentos. A rigor, o vício de percepção do conjunto documental esvazia o valor probatório no momento em que se relativiza as condicionantes que levaram à criação da fonte. As atividades dos indivíduos⁵⁶ geram documentos que representam as ações individuais e institucionais, assim como também há documentos que dizem respeito aos aspectos mais íntimos, como os diários da viagem⁵⁷ de Frei Benevenuto na França, ou até mesmo as correspondências com o padre Lebret ou as cartas e bilhetes para Maria Antonia.

O acervo de José Petronilo de Santa Cruz integra um conjunto de registros iconográficos. Os suportes visuais têm desafiado a área arquivística a problematizar a presença das imagens nos arquivos, uma vez que esses registros se distinguem tanto na materialidade quanto na forma de expressão, sobretudo se considerarmos a recorrente presença da iconografia nos acervos. As especificidades desse tipo documental demanda um tratamento específico, com a mesma diligência de investigação das fontes textuais, buscando compreender o contexto de origem do documento em detrimento do conteúdo da imagem.

Analisar os documentos fotográficos abrigados em arquivos pessoais perpassa por investigar: “[...] quem os produz; quem os edita em álbuns, caixas ou outras espécies de dispositivos de exibição; quem os mantém sob custódia; quem representa o papel de organizador dos eventos registrados visualmente; de quem é a iniciativa de fotografar”⁵⁸. Essas e outras indagações guiaram o nosso trabalho em relação às fontes iconográficas de tal acervo, que possui sete álbuns, vinte e uma fotos avulsas e mais algumas imagens a representar o universo familiar, religioso e profissional.

⁵⁵ GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, pp.121-127.

⁵⁶ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, f. 2, p. 27-39, jul. dez. 2009.

⁵⁷ Este e outros documentos podem ser problematizados como egodocumentos, conforme nos ensina Camargo (*op. cit.*, p. 38): “Termo cunhado pelo historiador holandês Jacob Presser, em 1958, para designar documentos em relação aos quais, na altura, os pesquisadores manifestavam ainda grande desconfiança: autobiografias, memórias, diários, cartas pessoais e outros textos em que a pessoa escreve sobre si ou sobre seus sentimentos. A história das mentalidades e a micro-história não os tinham convertido ainda em objeto de reflexão”.

⁵⁸ LACERDA, Aline Lopes de. A imagem nos arquivos. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. p. 63-64.

Tendo em vista que o arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz é o principal objeto de pesquisa desta tese, procuramos demonstrar que a análise da massa documental levou em consideração a natureza orgânica do conjunto, um trabalho conduzido através dos princípios que orientam a identificação e classificação do material pertencente ao fundo de Santa Cruz, uma conduta que considerou o contexto⁵⁹ de produção e acumulação dos documentos textuais e iconográficos, investigando a relação entre os registros das fontes e o produtor do arquivo ao encarar o acervo sob os auspícios da metodologia funcional e como um todo indissociável.

As duas cidades de Santa Cruz

Nos interstícios do acervo pessoal do livreiro-editor e do estabelecimento cultural que ele erigiu há um indivíduo e uma empresa que transitaram entre a cidade de Deus e a cidade dos homens. Frei Benevenuto no universo divino, Professor Santa Cruz no universo terreno, Bené para íntimos e tio Zé para familiares. “O nome da livraria inspirado na *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, sugeria como horizonte utópico: *Civitas, concors hominum multitudo* (A cidade é a reunião dos homens em comunhão)”⁶⁰. Enquanto a obra do teólogo e filósofo medieval deslinda um conflito entre as cidades divina e humana, o acervo de José Petronilo e da livraria e editora nos sugere um ponto de interseção entre os planos terreno e espiritual.

A Livraria Duas Cidades teria reforçado o conflito ou promovido o diálogo entre os reinos da fé e da razão? O emaranhado de fontes do arquivo pessoal não resolvia o enigma, motivo pelo qual investigamos outros acervos e recorreremos à memória de amigos, autores, clientes, familiares e colegas que conviveram com Santa Cruz e frequentaram a livraria e editora. Mas foi durante o trabalho de organização, identificação e digitalização do conjunto documental que notamos o quanto o aparente paradoxo entre as facetas divina e humana estava presente no círculo de convivência do religioso e do livreiro-editor, nas pessoas que queriam se confessar com ele mesmo após ter sido *ex-claustrado* da Ordem, nas obras editadas e nos livros vendidos, ou até mesmo nos conflitos que ocorreram entre ele e os dominicanos. Parecia-nos imprescindível ampliar o leque de fontes documentais e enveredar-se em depoimentos e

⁵⁹ HEYMANN, Luciana. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, f. 2, p. 40-57, jul. dez. 2009.

⁶⁰ MASSI, Augusto. Revisitando Duas Cidades. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. V. 68, p. 23-37, dezembro de 2012. p. 24.

entrevistas orais a fim de buscar uma avaliação mais precisa da relevância de Santa Cruz e de seu projeto para a cultura e a intelectualidade brasileira e paulistana.

Nas pesquisas de campo na cidade de São Paulo consultamos os documentos disponíveis na Biblioteca Padre Lebet, na Câmara Brasileira do Livro (CBL), no Arquivo Bial, no Arquivo Público e na Junta Comercial (JUCESSP) pertencentes ao estado de São Paulo. Na capital paulista também gravamos os depoimentos de Frei Carlos Josaphat, Rogério C. de Cerqueira Leite, Domingos Zamagna, Humberto Pereira, Frei Betto, Augusto Massi e Márcia Vinci. Já em Belo Horizonte vasculhamos o Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG). Em Paris encaramos os *Archives Nationales*, localizado na comuna de Pierrefitte-sur-Seine, e entrevistamos Laura de Mello e Souza. Na capital pernambucana colhemos o testemunho de Fernando Uchoa Santa Cruz, e por meio de videoconferência, questionário ou telefonemas, registramos os depoimentos de João Antonio Caldas Valença, Ana Luisa Escorel, Lucio Gomes Machado, Davi Arrigucci Jr. e Roberto Schwarz.

Os materiais pesquisados nesses locais somam-se aos documentos do acervo pessoal de Santa Cruz. A Biblioteca Lebet contém informações sobre a formação religiosa do Frei Benevenuto, o Arquivo Bial possui fontes que demonstram o envolvimento do padre na realização de um curso de Arte Sacra, na organização da II Bienal de Arte e no envolvimento que ele teve com os mecenas da cultura paulistana, ao passo que site e o material da CBL noticiam sobre os prêmios Jabuti que a editora e alguns de seus autores receberam. O repositório da JUCESSP e da JUCEMG contempla o histórico jurídico, societário e patrimonial da Livraria Duas Cidades, o Arquivo da Província possui os relatórios contábeis e as prestações de contas escritas pelo religioso nos anos em que a Ordem Dominicana era a proprietária majoritária da empresa. Nos *Archives Nationales* encontram-se os fundos de Louis Joseph-Lebet e Raymond Delprat, franceses que trabalharam no Brasil, fundaram instituições responsáveis por elaborar projetos que visavam solucionar insuficiências urbanísticas e formar agentes do desenvolvimento, um trabalho que era liderado por Lebet em nível internacional e por Frei Benevenuto em nível nacional. O fundo do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), abrigado no Arquivo Público do estado, guarda inquéritos, autos de qualificação e interrogatório, entre outros documentos que dizem respeito ao comportamento açodado dos agentes do DOPS na perseguição, prisão e tortura de dominicanos e opositores que lutavam contra a ditadura e tinham relações diretas ou indiretas com os membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella e a Livraria Duas Cidades.

A metodologia da história oral⁶¹ é mais um instrumento utilizado nesta tese. Testemunhos⁶², depoimentos e entrevistas também podem ser compreendidos como “histórias dentro da história”⁶³, e assim, as fontes orais presentes neste trabalho entoam a memória de personagens que vivenciaram a realidade política, intelectual e sociocultural do contexto moderno e contemporâneo do país, em especial da Ordem Dominicana, da intelectualidade paulistana e da relação desse período com a trajetória do livreiro-editor. A memória histórica em face da memória dos entrevistados pode ser exitosa se “[...] o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas [...]”⁶⁴ segue um conjunto de procedimentos que envolve, por exemplo, “[...] a preparação da entrevista, a sua realização e o seu tratamento [...]”⁶⁵. Não encaramos os depoimentos como verdades absolutas e irrefutáveis, mas sim como um mecanismo que nos permite conhecer um pouco mais sobre ação dos homens, “[...] de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e contrapoder existentes; e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens [...]”⁶⁶. A grande valia da história oral está na possibilidade de escrever a história a partir de uma miríade de versões, expressas nas intenções ou predileções que se encontram nos testemunhos, procurando desvelar a minuciosa trama ideológica presente na linguagem.

O nosso propósito não é recompor o passado por intermédio dos testemunhos, e sim de que maneira esse passado está a ser interpretado pelos entrevistados. Este trabalho não desconsidera um depoimento que porventura está a desvirtuar a realidade, incorrendo em equívocos ou incorreções no decorrer de seu relato; “[...] o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes”⁶⁷. É nesse seara que reside a maior peculiaridade da história oral, tendo em vista que os testemunhos não podem ser analisados sem considerarem a biografia e a memória, justamente porque a história oral “[...] decorre de toda uma postura com relação

⁶¹ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

⁶² HARTOG, François. A testemunha e o historiador, Conjuntura do final do século: a evidência em questão?, Epílogo: Michel de Certeau, In: *Evidência da História; O que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 203-228, 229-252, 253-264.

⁶³ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 73-98, dez. 2008. p. 92.

⁶⁴ ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202. p. 170.

⁶⁵ *Ibidem.*, p. 172.

⁶⁶ CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 19.

⁶⁷ ALBERTI, Verena, *op. cit.*, 2013, p. 26.

à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”⁶⁸.

As experiências dos entrevistados⁶⁹ foram de grande valia para esta tese e são fontes de pesquisa desta tese. Os relatos elucidaram nuances obnubiladas da vida de Santa Cruz e foram relevantes para a análise da Duas Cidades como produtora de bens simbólicos e como espaço de sociabilidade e de formação para as gerações que vivenciaram a livraria e (ou) publicaram pela editora. Por abordamos períodos específicos de suas vidas, os depoimentos também ajudam a apreender determinadas conjunturas da história brasileira.

As lembranças de Frei Carlos Josaphat, Frei Betto, Domingos Zamagna, João Antônio Caldas Valença e Humberto Pereira tocaram no horizonte do religioso, docente, livreiro, editor e intelectual que pertencia à congregação dominicana. A Duas Cidades, o padre e o livreiro-editor dominicano e secular estiveram presentes na vida dos depoentes, seja editando três obras do Frei Carlos, seja lecionando Ética no Convento das Perdizes para Frei Betto e Domingos Zamagna (que traduziu um livro do teólogo francês Marie-Dominique Chenu), seja João Antonio Caldas Valença, naquela altura Frei Maurício e funcionário da área contábil da editora antes de ser preso e torturado pelo regime militar, seja Humberto Pereira exercendo a função de editor da empresa após o assassinato de Carlos Marighella até 1975.

Em decorrência da profunda amizade da família de Antonio Candido com José Petronilo, os testemunhos de Laura de Mello e Souza e Ana Luisa Escorel (filhas do professor e crítico literário) nos ajudam a refletir sobre a relação dos Mello e Souza com Santa Cruz, pois elas conviveram com o padre na infância e adolescência e com o livreiro-editor secular na juventude e na fase adulta, sendo que a segunda também foi capista da editora. Em outra perspectiva, os depoimentos de Roberto Schwarz e Davi Arrigucci Jr., que conheceram a livraria quando estavam cursando a graduação na Faculdade de Filosofia e Letras da USP ainda localizada na rua Maria Antônia, coloca-nos questões de dois autores que publicaram seus trabalhos acadêmicos pela editora. Com relação ao âmbito familiar, o relato de Fernando Uchoa Santa Cruz vai desde o período em que ele conheceu o tio Zé na infância, aprofunda-se no momento em que o sobrinho o visitou para compartilhar as dúvidas existenciais de um jovem militante trotskista e perdurou até o dia em que o tio faleceu. Já as entrevistas com Márcia Vinici, Rogério Cerqueria Leite e Augusto Massi dizem respeito ao Professor Santa Cruz; a primeira foi auxiliar de vendas da livraria ente maio de 1986 e setembro de 1987, o segundo publicou oito livros

⁶⁸ Ibid., p. 31.

⁶⁹ HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

pela editora entre 1976 e 1992 (obras na áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Economia, Política e Música) e o último coordenou, concebeu e dirigiu a coleção Claro Enigma, editada e lançada pela a Livraria Duas Cidades, além de ter sido um grande amigo da casa.

Se as fontes orais e documentais fazem parte de uma ampla gama de registros que favoreceram a elaboração deste trabalho, há outros estudos, autores e áreas da história e das ciências sociais que balizam esta tese. Na história do livro, o marco inaugural é *O Aparecimento do Livro*⁷⁰, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, originalmente publicado na França em 1958. Mas também dialogamos com as pesquisas de autores que oscilam entre a história do livro, da leitura e da cultura, como *A mão do autor e a mente do editor*⁷¹, de Roger Chartier, e *A questão dos livros*⁷², de Robert Darnton, historiadores que pesquisaram as diversas práticas em torno do livro, as formas como os agentes (escritores, leitores, produtores, editores, tradutores, livreiros, capistas) participam da cadeia de produção, circulação e comercialização das obras impressas, interferindo na materialidade das obras e atuando no mercado livreiro e editorial, de sorte a evidenciar os choques e as tensões decorrentes da cultura escrita. Além desses, as intersecções e as contribuições⁷³ da obra de Pierre Bourdieu para a história cultural e o arcabouço teórico-metológico que ele legou para a sociologia da cultura, em especial no que se refere à noção de campo intelectual⁷⁴ e editorial⁷⁵, auxilia-nos a compreender o papel desempenhado e o espaço ocupado por um agente da cultura e por sua produtora de bens simbólicos.

Os pesquisadores que estudam o gênero biográfico dialogam com este trabalho na medida em que analisam a vida ou a trajetória de um indivíduo a partir das relações micro e macro social, da história política e sociocultural de determinada época. *O Desafio Biográfico*⁷⁶, de François Dosse, *O pequeno X*⁷⁷, de Sabina Loriga, e outros estudos que versam sobre o gênero biográfico alertam para o necessário distanciamento do pesquisador em relação ao indivíduo biografado; de não mitificar, tripudiar ou ficcionalizar a pessoa investigada,

⁷⁰ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

⁷¹ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁷² DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁷³ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Ensaio Geral, 3)

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et. al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp. 105-145.

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 39, p. 198-249, mai./ago. de 2018.

⁷⁶ DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Usp, 2015.

⁷⁷ LORIGA, Sabina. *O Pequeno X: da biografia à história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (História e Historiografia, 6)

investigando-a, portanto, a partir de circunstâncias históricas específicas, percebendo-a inserida nas teias de relações sociais, dentro uma perspectiva que envolve o âmbito público e privado, aproximando-se das origens familiares e educacionais, ao mesmo tempo em que analisa as atividades profissionais ou sociais que essas pessoas exercem na sociedade. “Importa, por conseguinte, afastar toda lógica de submissão ou de dominação (da história sobre a biografia ou reciprocamente) e conservar a tensão, a ambiguidade, considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade”⁷⁸.

Nessa linha de considerações, o caminho percorrido nesta tese arvora-se na figura do livreiro-editor e na história da Livraria Duas Cidades, empreendimento que ele concebeu, fundou e dirigiu. Essa pequena casa cultural fez parte da cadeia de produção, circulação e venda de livros no Brasil durante cinquenta anos, período em que foi um ponto de encontro de professores e estudantes universitários, de poetas e leitores, um local que ajudou a conformar um campo cultural e intelectual, importou obras estrangeiras, publicou títulos em diversas áreas temáticas, inovou nas práticas editoriais e no *design* gráfico das capas. Com a intenção de examinar a contribuição de Santa Cruz e de sua livraria e editora para a vida intelectual e cultural paulistana e brasileira entre os anos 1950 e 1970, os cinco capítulos deste trabalho dedicam-se a refletir sobre as ações e realizações do criador e da criatura dentro de um panorama histórico, político e social pleno de clivagens e dissensões, e de um mercado livreiro e editorial cada vez mais autônomo e fragmentado.

O primeiro capítulo, *Da víscera nordestina à lida dominicana*, enreda-se na formação social e intelectual de José Petornilo de Santa Cruz, as suas origens regionais e familiares, passando pelo ingresso na Ordem Dominicana, o curso e Filosofia e Teologia na França, o retorno ao Brasil residindo na cidade de São Paulo, os feitos que ele promoveu em decorrência da amizade e do trabalho com o padre Louis-Joseph Lebret até as suas primeiras iniciativas no mundo do livro e da edição. *A cidade de Deus* é o capítulo subsequente, cujo panorama recai não apenas em verificar a maneira como as múltiplas linguagens imanentes no tecido cultural da metrópole paulistana dos anos 1950 forjaram o livreiro-editor religioso, que se relacionava com agentes do meio político, social e cultural, ao ponto de ele ter decidido fundar a Livraria Duas Cidades como parte de um projeto individual, comercializando e editando obras religiosas nacionais e internacionais, dirigidas à intelectualidade e juventude católica paulistana e mineira. O terceiro capítulo, *A ditadura invadiu a Livraria Duas Cidades*, retrata os anos em que houve

⁷⁸ LORIGA, *op. cit.*, p. 225

um ponto de inflexão na história nacional por meio do golpe civil-militar e de suas consequências nos rumos da empresa e na vida de Frei Benevenuto.

A cidade dos Homens é o quarto capítulo, cujo foco investiga a diversificação e ampliação das áreas temáticas das obras que eram importadas pela livraria e dos títulos editados pela editora, fase em que Antonio Candido ocupou um papel proeminente nos bastidores do selo por meio dos laços de irmandade que o unia ao Professor Santa Cruz, o qual passou a atender e a conviver com leitores e autores oriundos da intelectualidade e da juventude universitária de São Paulo e de outras regiões do Brasil. E encerramos esta tese com *Poesia, música e afeto na Duas Cidades*, no qual procuramos avaliar a relevância da Maria Antonia, do Augusto Massi, da poesia, da música e do meio intelectual e universitário para a trajetória do livreiro-editor, os quais foram elementos vitais para ele ter falecido sem presenciar o fim de sua casa cultural.

O roteiro traçado neste trabalho urde as imbricações existentes na vida religiosa e profissional de Santa Cruz, nas realizações do empreendimento que ele concebeu, fundou e dirigiu, e no modo como esse universo microsociai articula-se com o horizonte social, cultural e intelectual da capital paulista e de outras cidades brasileiras. A prolífera trajetória do livreiro-editor e a relevante contribuição da Livraria Duas Cidades para formação de gerações de estudantes universitários e para a história do livro brasileiro reafirma a importância e o ineditismo desta tese cuja abordagem destaca a trajetória de um homem que encravou um dínamo cultural a existir 52 anos na cidade de São Paulo.

1. DA VÍSCERA NORDESTINA À LIDA DOMINICANA

Comendadores Jantando
A Frei Benevenuto Santa Cruz

Assentados, mais fundo que sentados
eles sentam sobre as supercadeiras:
cadeiras com patas, mais que pernas,
e de pau-d'áço, um que não manqueja.
Se assentam tão fundo e fundadamente
que mais do que sentados em cadeiras,
eles parecem assentados, com cimento,
sobre as fundações das próprias igrejas.

2

Assentados fundo ou fundassentados,
à prova de qualquer abalo e falência,
se centram no problema circunscrito
que o prato de cada um lhe apresenta;
se centram atentos na questão prato,
atenção ao mesmo tempo acesa e cega,
tão em ponta que o talher se contagia
e que a prata inemocional se retesa.
Então, fazem lembrar os do anatomista
o método e os modos deles nessa mesa:
contudo, eles consomem o que dissecam
(daí se aguçarem em ponta, em vespa);
o prato deu soluções, não problemas,
e tanta atenção só visa a evitar perdas:
no consumir das questões pré-cozidas
que demandam das cozinhas e igrejas.

João Cabral de Melo Neto¹

¹ NETO, João Cabral de Melo. *A educação pela pedra e outros poemas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.255-256.

O percurso delineado no primeiro capítulo desta tese investiga as raízes familiares e a formação sociocultural de José Petronilo de Santa Cruz. Para compreender as particularidades desse período, avaliamos as circunstâncias que o impeliram a ingressar na Ordem Dominicana, a rede de relações que ele estabeleceu com atores do campo religioso, político, empresarial, intelectual e cultural durante os anos 1940 e 1950, o trabalho desenvolvido com o padre Lebret e os primeiros contatos com o universo livreiro e editorial.

Santa Cruz chegou a São Paulo depois de ter deixado o nordeste brasileiro para viver por quatro anos no sudeste da França. Durante a estadia no convento de Saint-Maximin, o então Frei Benevenuto realizou parte da profissão religiosa e cursou Filosofia e Teologia na *École Théologique* até 1942, quando retornou ao Brasil, passou a residir no Convento Santo Alberto Magno (também conhecido como Convento das Perdizes) e se tornou padre. Nessa época, a inserção da Igreja Católica na sociedade brasileira estava a ser redimensionada, motivo pelo qual os dominicanos reestruturaram o seu campo de ação e passaram a trabalhar em face das novas exigências, estimulando o deslocamento de frades para as capitais do país. Foi nesse contexto que o jovem padre se enveredou nas capitais paulista, carioca e mineira, passou por outras cidades proferindo palestras, lecionou Ética para os alunos do estudantado de Perdizes e arquitetou uma rede de sociabilidade com industriais, intelectuais, políticos e mecenas da cultura. Entre abril e julho de 1947, padre Lebret fez sua primeira viagem ao Brasil, ministrou um curso na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e conheceu Frei Benevenuto. Daí em diante passaram a trabalhar juntos, razão pela qual o religioso nordestino se tornou uma referência das ideias e ações de Lebret no Brasil, estabeleceu um grupo de Economia e Humanismo no país, coordenou a SAGMACS, ampliou o contato com figuras proeminentes da sociedade paulistana, fundou o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e aventurou-se na seara editorial ao conceber a Sociedade de Amigos do Livro (SAL).

Nessa toada, o capítulo inaugural deste trabalho realinha as origens, a formação e as veredas que guiaram Santa Cruz em direção à atuação como livreiro e editor dominicano. Um rebento nordestino que ingressou em uma congregação religiosa, atravessou o Atlântico, estabeleceu seu primeiro contato com o velho continente, submergiu em leituras e aprendeu francês. Um jovem que retornou ao país natal com o desejo de servir a Deus e à cultura, que conheceu padre Lebret, encantou-se com sua economia humana e enveredou nos salões da elite paulistana, conhecendo governantes e as carências dos habitantes dos grandes centros urbanos. Essas experiências não o alijou do mundo da cultura. Pelo contrário, foi por meio do trabalho religioso que ele se formou como homem e como frade, se tornou amigo do padre Lebret e se aproximou das tarefas de um livreiro-editor.

O menino de engenho vai à França

A vida de José destoa dos fatos ocorridos com Carlos. Este, personagem principal de *Menino de Engenho*², presenciou o assassinato da mãe ocasionado pelo pai, o que o levou a residir no Engenho Santa Rosa, de propriedade da sua família materna e situado no interior paraibano. Ambos, porém, são nordestinos e passaram a infância em engenhos de cana-de-açúcar; mas José não faz parte do universo ficcional, não é paraibano, não se dedicou à vida libertina na adolescência, nem assistiu ao rompimento de sua família diante de um episódio insólito.

Por volta das três horas da tarde do dia 03 de abril de 1918³, José Petronilo⁴ de Santa Cruz nasceu no Engenho São Salvador (também conhecido como Engenho Guindaste), localizado em São Luís do Quitunde, cidade que está a aproximadamente sessenta quilômetros de Maceió, capital do estado de Alagoas. Filho primogênito do cartorário Theotônio de Santa Cruz Oliveira e da dona de casa Julieta de Santa Cruz Oliveira, José era irmão de Antonio Elias de Santa Cruz Oliveira, de Euclides de Santa Cruz Oliveira, de Humberto de Santa Cruz e da caçula Maria Augusta de Santa Cruz. Os testemunhos colhidos para este trabalho e a documentação do acervo de José Petronilo não nos permite alinhar a linhagem familiar dos Santa Cruz, muito menos mensurar a influência dos pais em sua decisão de se dedicar ao sacerdócio.

O morgado foi o único membro da família que seguiu uma vida religiosa, cumprindo todas as etapas de uma formação cristã⁵. Foi batizado na Igreja Nossa Senhora dos Prazeres de Maceió, em 13 de setembro de 1918, e aos dezenove anos de idade foi crismado por Dom Joaquim Mamede, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro, ocasião em que foi apadrinhado pelo poeta e crítico literário pernambucano Willy Lewin⁶. Em 21 de novembro de 1937 tem sua tomada de hábito⁷ (também chamada de vestição) em Toulouse, capital da região Occitânia, localizada no sul da França. Desde então passou a portar o hábito e a ser chamado de Frei Benevenuto, nome que o acompanhou até aposentar a batina, em 1972.

² REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 103 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

³ Informação extraída da certidão de nascimento lavrada no tabelião público de São Luís do Quitunde, firmada pelo escrivão Antonio Ferreira de Lima em 19 de setembro de 1953.

⁴ Há documentos em que este sobrenome está escrito com um ou dois L. Decidimos manter a grafia conforme consta na certidão de nascimento, com apenas um L.

⁵ Os certificados de nascimento, batismo e crisma encontram-se no Arquivo pessoal de Santa Cruz.

⁶ Para maiores informações sobre a influência de Willy Lewin na geração de poetas nordestinos da década de 1930, consultar: SANTOS, Marcelo dos. Paratextos cabralinos: uma sugestão de leitura da obra de João Cabral de Mello Neto. *Boletim de Pesquisa Nelic*, Florianópolis, v. 4, p. 82-93, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-784X.2011nesp4p82>. Acesso em: 20 abr. 2020; 'NUNCA analisaram meu humor', diz João Cabral. *Folha de S. Paulo – Especial Mais!*, São Paulo, 30 mar. 1991. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/300391b.htm>. Acesso em: 02 abr. 2020.

⁷ Informação disponível na ficha cadastral de Frei Benevenuto, cuja consulta foi realizada no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas – Arquivo dos Frades Dominicanos localizado em Belo Horizonte.

Antes de analisarmos as etapas de sua formação religiosa durante o período que residiu na França, vamos delimitar o horizonte biográfico desta tese, depois expor o percurso educacional de Santa Cruz durante a adolescência, para, em seguida, analisar o papel desempenhado pela Igreja Católica brasileira nos anos 1920 e 1930 e a influência da Ordem francesa na constituição da congregação dominicana brasileira. Esses aspectos são basilares na compreensão de um frade que se tornou livreiro e editor por intermédio de um trabalho social e intelectual como religioso, mediante as atividades que desenvolveu desde a década de 1940 até o ano em que se desvinculou da vida monástica.

Longe de termos a pretensão de redigir um relato biográfico que percorra as minúcias e as peripécias da vida de um indivíduo, ou de termos o intuito de selecionar os acontecimentos mais decisivos de sua existência a fim de descrevermos o percurso de um homem durante sua existência, este trabalho procura compreender o indivíduo a partir da atividade laboral que ele desempenhou durante cinco décadas. Para não cairmos na ilusão biográfica⁸, o que nos orienta é a problematização do livreiro-editor e da casa cultural que ele fundou e dirigiu. Para isso é necessário destrinchar sua formação educacional, religiosa e as funções que ele desempenhou antes de criar seu empreendimento, como também é imprescindível avaliar sua atuação nos distintos campos sociais, culturais e intelectuais onde atuou, procurando depurar as relações que ele estabeleceu com os diversos agentes desses campos. Santa Cruz não apenas é confrontado pelas estruturas e pelos agentes de cada um dos campos que ele se relacionou, mas também interferiu e contribuiu para a mudança dos espaços e dos agentes com os quais interagiu durante sua jornada como religioso, como livreiro-editor e como sujeito do século XX. Nesse sentido, esta tese procura distanciar-se do relato de vida tradicional, pautado eminentemente nos registros oficiais e na dimensão biológica do indivíduo.

Também não pretendemos escrever uma hagiografia de Frei Benevenuto de Santa Cruz, na medida em que não queremos investigar “[...] a trajetória, o caminho, o percurso que leva uma vida a se aproximar de Jesus, tornando-se mais um de seus discípulos”⁹. Tampouco temos a intenção de navegar na biografia mística, cuja finalidade é perquirir uma pessoa que conduz sua vida sob os desígnios de Deus, gênero responsável por inaugurar a narrativa biográfica moderna, dedicada ao mistério, à dimensão da vida privada e à formação de uma subjetividade, devota de “[...] uma trajetória única, fruto de uma formação marcada por eventos e iniciativas

⁸ BOURDIEU, Pierre. La ilusión biográfica. *Acta Sociológica*, México D. F., n. 56, p. 121-128, septiembre-diciembre, 2011.

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita*. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 15-38. p. 18.

singulares”¹⁰. A partir dessas premissas, procuramos investigar e situar José Petronilo de Santa Cruz num determinado contexto sociocultural, identificando aquilo que o assemelha e o diferencia das estruturas que ele interagiu, descrevendo-o como um ser “[...] resultante de suas próprias ações ou das ações variadas que advêm do social e, por isso mesmo, sujeito a mutações, a desdobramentos, a inflexões, a mudanças de rumo, a transformações que o torna um novo e diferenciado sujeito”¹¹. Nesse sentido, estamos a utilizar a perspectiva contemporânea de prosopografia, o que equivale a dizer que nosso objetivo é “[...] desenhar uma figura de sujeito naquilo que ela se assemelha e se distancia em relação a um todo social que é a sua própria possibilidade de existência”¹². E é justamente por essa razão que nos interessa relacionar Santa Cruz aos distintos campos onde ele se formou, trabalhou e desenvolveu atividades de ordem política, social e cultural.

José Petronilo se relacionou com diversas pessoas e instituições dos lugares onde residiu, viajou e laborou no decurso de sua existência, o que nos incentiva a investigar as singularidades e as controvérsias que ele estabeleceu em relação aos campos e às personalidades com quem manteve contato. Escrever sobre a vida de Santa Cruz não se trata de idealizá-lo, ao ponto de perder de vista o contexto, os vínculos e as organizações que ele foi capaz de influenciar ou de ser influenciado. A nossa proposta é examinar a figura de um livreiro-editor que foi dominicano e realizou diferentes projetos como membro da Ordem; um personagem que aos trinta e seis anos fundou uma livraria e editora e sempre esteve envolvido na seara cultural.

Por essas razões, reconhecemos que o tratamento da temporalidade¹³ delineado neste trabalho procura dialogar os cinco capítulos temáticos com subcapítulos diacrônicos, estruturados a partir dos trabalhos fundantes que forjaram o livreiro-editor e de como as realizações de seu empreendimento implicaram no panorama sociocultural paulistano e brasileiro, levando em consideração que o personagem e sua casa cultural estiveram circunscritos no universo religioso, universitário, intelectual, livreiro e editorial.

Não nos furtamos de empregar a impureza¹⁴ do gênero biográfico nesta tese. Transitamos entre a imaginação histórica e os fatos, muitas vezes utilizamos a verve literária e a intuição sem perder de vista o rigor acadêmico de um trabalho ambientado preponderantemente na área da história e das ciências sociais, mas que também estabelece pontes com outras áreas do conhecimento. Em razão do hiato temporal presente nas fontes escritas e nos testemunhos orais,

¹⁰ Ibid., p. 21.

¹¹ Ibid., p. 26.

¹² Ibid., p. 31.

¹³ DOSSE, François, *O desafio biográfico*, op. cit., p. 67.

¹⁴ Ibid., p. 55-122.

buscamos preencher essa lacuna por intermédio de referências bibliográficas e de hipóteses condizentes com a trajetória de Santa Cruz, o que nos auxiliou a compreender as circunstâncias de produção dos documentos e os ruídos da memória presentes nos depoimentos. A intuição aqui empregada é um meio para complementarmos as ausências presentes nas fontes utilizadas neste trabalho, como ocorrem em relação aos poucos documentos que tratam da família, infância, adolescência e juventude do personagem.

Uma das lacunas de seu acervo pessoal tem a ver com o interregno entre o nascimento em São Luís do Quitunde, os estudos secundários no Recife e a viagem para a França com o propósito de tornar-se padre. Não conseguimos desvendar se sua família se mudou para a capital pernambucana, se ele foi sozinho ou se passou a residir na casa de parentes ou amigos da família. A partir do artigo de Augusto Massi¹⁵, tomamos conhecimento de que ele estudou no Colégio Marista¹⁶ da capital pernambucana e foi colega e amigo de João Cabral de Melo Neto: “[...] tentei confirmar a história com o próprio João Cabral, que não somente se recordava do amigo como frisou várias vezes que ele era o primeiro da classe”. Já nos depoimentos do sobrinho, Fernando Uchoa Santa Cruz¹⁷, e da viúva, Maria Antonia¹⁸, fomos informados de que ele teria ingressado na Faculdade de Direito do Recife, embora o nome de José Petronilo não conste nas listas (de 1933 a 1939) de estudantes matriculados no curso¹⁹. O desencontro desta informação sinaliza duas possibilidades: uma sugere que ele foi aprovado no teste de seleção e não se matriculou, e a outra é de que ele jamais tentou ingressar no bacharelado em Direito.

Diante das etapas iniciais de formação religiosa e das poucas fontes relativas à sua infância e adolescência, nos perguntamos quais seriam as razões que o levaram a se dedicar à vida monástica; o que o motivou a ingressar na ordem dominicana e não em outra congregação religiosa; e em que medida seu padrinho de crisma teria sido uma peça-chave para inserção de José no *éthos* da poesia, da religião e da cultura francesa. Para abordar esses questionamentos, cabe refletir sobre o papel da Igreja no Brasil²⁰ nas décadas 1920 e 1930, depois dimensionar a influência francesa na Ordem Dominicana brasileira desse período e avaliar a provável

¹⁵ MASSI, Augusto. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, op. cit., p. 27.

¹⁶ A comunidade religiosa Marista do Recife foi instituída em 1910, e no ano seguinte fundou-se o Colégio Imaculada Conceição, abrigado no sobrado da Estação Ponte d’Uchôa. Em 1921, a escola foi transferida para a rua do Hospício, no centro recifense, e depois para a Avenida Conde da Boa Vista, em 1924, quando passou a ser chamada de Colégio Marista, no lugar em que ficou conhecido como o casarão do antigo Colégio Marista, onde José Petronilo estudou. Para maiores informações, consultar: HISTÓRIA. *Colégio Marista São Luís*, Recife. Disponível em: https://marista.edu.br/saoluis/?page_id=1227. Acesso em: 10 mar. 2020.

¹⁷ Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

¹⁸ Maria Antonia Pavan Santa Cruz, entrevista, 14 set. 2016.

¹⁹ Consulta realizada nos documentos digitalizados pelo Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (CCJ – UFPE).

²⁰ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

relevância de Willy Lewin (1909-1971) na formação de seu afilhado, a fim de cotejar os motivos que o levaram a ingressar na congregação dos pregadores.

A influência do catolicismo na sociedade brasileira do século passado corrobora seu enraizamento no tecido político e sociocultural do país. Com o advento da República, a hierarquia eclesiástica sentiu-se ameaçada pelo discurso positivista que ganhou envergadura no meio estatal, incitando a separação entre a Igreja e as instituições republicanas, que colocavam em marcha a racionalidade positiva em cima das questões religiosas, ainda que o país fosse majoritariamente católico. A partir de 1922, os membros eclesiásticos reagiram ao poder do Estado por meio de um plano que defendia a sacralização e a restauração católica da sociedade brasileira, um projeto elaborado e liderado pelo arcebispo Dom Sebastião Leme (1882-1942), que tinha tomado posse da arquidiocese de Olinda em 1916 e publicara a *Carta Pastoral*, cuja redação atacava o ensino leigo, reforçava a necessidade de implementação do ensino religioso e de uma mentalidade eclesiástica capaz de promover os valores espirituais e religiosos acima dos valores materiais da vida humana. A epístola de Dom Leme foi considerada basilar para as atividades da Igreja ao longo dos anos 1920 e 1930, pois foi o pontapé inicial para a produção de um projeto de ação pastoral para todo o país.

Cristianizar, catolizar e romanizar a sociedade são três verbos que retratam os trabalhos da Igreja até meados dos anos 1940. Os bispos eram favoráveis a um país regido por uma ordem cristã, lutavam contra as orientações religiosas de congregações protestantes e sustentavam que a orientação moral cristã era o melhor antídoto para o povo brasileiro. “A argumentação de Dom Leme era taxativa: sendo o Brasil um país de tradição católica, onde a maioria da população afirmava sua crença nessa fé, nada mais lógico do que a implantação de um Estado católico”²¹. O plano episcopal pátrio era forçar uma diretiva cristã advinda da Santa Sé, o que equivale a dizer que as ações realizadas no plano nacional estavam apoiadas diretamente pela Cúria Romana, vinculando, assim, a Igreja brasileira aos ditames do Vaticano.

Mas esse projeto somente seria viável e exitoso mediante a organização dos meios de divulgação do ideário católico ao público. Tanto as exposições orais (conferências, sermões, confissões, programas radiofônicos) como as publicações impressas (folhetos, revistas, memoriais) eram destinadas às pessoas de distintas faixas etárias, estratos sociais e etnias, ainda que na primeira metade do século passado tenha havido uma preocupação especial com a classe média e o operariado, ao mesmo tempo em que sucedeu um portentoso investimento no ensino

²¹ AZZI, Rioldando; GRIJP, Klaus Van der. *História da Igreja no Brasil*, op. cit., 2008, p. 16.

religioso em detrimento do ensino leigo. Essas questões estavam na órbita de preocupações da Igreja, que tinha a pretensão política de reinsserir a fé cristã no bojo do Estado brasileiro.

No que diz respeito ao operariado, a atuação do episcopado nacional pautou-se pelas orientações da Santa Sé de recristianização dos trabalhadores, demonstrando um profundo desconhecimento em relação às famílias operárias brasileiras, que compartilhavam os “[...] padrões morais e religiosos inoculados pela tradição católica, enquanto algumas passavam a aderir ao espiritismo ou às denominações protestantes. A tônica anticlerical era assumida apenas por um grupo mais aguerrido de operários [...] vinculados ao anarcossindicalismo”²². Num primeiro momento, os setores eclesiásticos abrandavam as dificuldades sociais do operariado por meio de ações assistenciais e recreativas, incapazes, entretanto, de forjar o trabalhador como protagonista dessas atividades. Mas com o passar dos anos, alguns padres, bispos e Freis fomentaram a criação de associações católicas e de círculos operários engajados na doutrina social²³ da Igreja, cuja ênfase recaía na dignidade humana e na construção de uma ordem socioeconômica mais justa.

Com relação à temática educacional, o posicionamento do clero foi no sentido de combater todo e qualquer ensino que não estivesse pautado no catolicismo. A escola pública era considerada um meio de difusão de ideias contrárias aos ensinamentos cristãos, motivo pelo qual a Igreja levou a cabo uma intensa campanha²⁴ para inserção do ensino religioso nas escolas públicas, o que veio a ocorrer durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). Se de um lado havia uma espécie de “guerra santa” para colocar em voga o ensino religioso, de outro havia o interesse econômico. Diante do expressivo aumento de escolas públicas e do avanço de protestantes e leigos na área educacional, a hierarquia eclesiástica não se fez de rogada e promoveu um forte trabalho para multiplicar o número de instituições de ensino católicas até os anos 1950. Muitos afirmam que esses colégios eram voltados apenas às pessoas abastadas, o que é parcialmente verdadeiro, na medida em que houve o ensino profissionalizante, artesanal e doméstico direcionado às camadas populares. Mas, de fato, fundaram numerosas escolas religiosas para as altas e médias classes urbanas, a exemplo da instituição onde Santa Cruz estudou, “[...] uma alternativa satisfatória mediante uma permanência parcial do aluno no ambiente colegial, e, conseqüentemente, preços mais módicos [...]. Os colégios dos maristas e dos salesianos eram típicos estabelecimentos destinados à classe média”²⁵.

²² Ibid., p. 102.

²³ Ibid., p. 105

²⁴ Ibid., p. 154-155.

²⁵ Ibid., p. 158, 160.

Para além dos meios de comunicação, do operariado e do ensino religioso, o projeto da nova cristandade forjava uma mentalidade que combatia o protestantismo, o liberalismo e, de maneira mais contundente, o comunismo, que era visto pela hierarquia eclesiástica como um ideário propulsor da desordem social. Tanto na literatura produzida pelo clero, quanto nos textos do laicato católico e nos manuais didáticos religiosos, o que se nota é a glorificação dos ideais da Idade Média como forma de salvar o país dos inimigos, como um meio de proteger a hegemonia católica diante do risco de um mundo moderno, republicano e de um Estado laico. É por esse motivo que o poder pontifício dos anos 1920 enaltecia os traços elementares da sociedade medieval e das cruzadas como forma de enfrentar os adversários da Igreja, ao ponto de defenderem a Inquisição como instrumento de combate aos infiéis. Essas premissas defendiam os ideais cristãos contra os modelos seculares e embasavam a ideologia “[...] dos católicos militantes dos anos 1930, os quais com frequência insistiam na condenação dos hereges e ateus, como espíritas, protestantes e comunistas, apelando também para o braço secular, ou seja, para o poder público”²⁶. As autoridades eclesiais compreenderam a chegada de Vargas ao poder como uma oportunidade de estreitar os laços com o governo, apoiando-o incondicionalmente desde que a Igreja pudesse implementar seu projeto sem resistências.

Se antes destacamos algumas relações da Igreja com a sociedade, agora vamos tratar das suas relações com o poder público. “Em termos brasileiros, a posição mais aceita pelo episcopado passou a ser esta: nem separação, nem união dos poderes, mas um regime de apoio mútuo e colaboração entre as autoridades políticas e eclesiásticas”²⁷. Posicionamento que ficou explícito logo no início do governo varguista, quando Dom Sebastião Leme (arcebispo do Rio de Janeiro desde 1921) visitou o então presidente da República, gesto que foi retribuído com a visita de Vargas ao cardeal e sua participação na inauguração do Cristo Redentor em outubro de 1931. Mas o primeiro sinal de entendimento institucional entre os poderes público e eclesial foi por meio do decreto de 30 de abril de 1931, o qual previa o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Ainda que a lei não atendesse ao desejo da Igreja de inserir o ensino católico obrigatório na rede pública de educação, aos menos demonstrou o interesse do governo em “[...] favorecer os interesses da instituição eclesiástica, impedindo-a, porém, de possuir direitos adquiridos na própria esfera do Estado”²⁸.

Foi a partir desse episódio que Dom Sebastião Leme decidiu formar uma organização que pudesse representar e instrumentalizar os interesses da Igreja perante os entes estatais, a Liga

²⁶ Ibid., p. 189.

²⁷ Ibid., p. 198.

²⁸ Ibid., p. 224.

Eleitoral Católica. Fundada em 1932, a entidade pretendia eleger deputados para a nova constituinte, parlamentares que atuassem na defesa dos dez postulados católicos lançados na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e apresentados no Congresso Nacional. “Durante a assembleia, oitenta e oito itens foram negociados com os representantes da Igreja e incluídos em seguida na Constituição de 1934, considerando-se uma grande vitória católica”²⁹. Nota-se que a ênfase no combate à laicidade do Estado vai perdendo força na medida em que a Igreja negocia a implementação de medidas de seu interesse, preponderando os acordos políticos sobre o idealismo propagado nas primeiras décadas da República.

Malgrado o plano de sacralização do Estado defendido por Dom Sebastião Leme, não se pode desprezar o papel que ele desempenhou na formulação de um catolicismo militante³⁰ e na criação de instituições que formavam intelectuais católicos leigos, personalidades que se tornaram braços seculares da Igreja, assim como propagadores e defensores do catolicismo, a exemplo de Jackson de Figueiredo (1891-1928) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983). O primeiro foi um dos quadros militantes influenciados pelas ideias do cardeal Leme, um fidedigno seguidor de suas orientações desde que lera a *Carta Pastoral*. Já o segundo foi influenciado por Jackson e Leme, embora a sua atuação tenha se alterado ao longo dos anos, rompendo com o conservadorismo eclesiástico e tornando-se um dos mais importantes intelectuais católicos brasileiros do século passado.

Com o apoio do arcebispo do Rio de Janeiro, Jackson de Figueiredo foi responsável por fundar a revista *A Ordem*, em 1921, e o *Centro Dom Vital*, em 1922, ano inaugural da ofensiva da Igreja Católica na defesa da nova cristandade apresentada pelos leigos católicos militantes. Sob sua direção, a revista adquiriu um tom conservador no âmbito político e religioso ao combater liberais, comunistas e protestantes, propondo uma organização social regida por uma mentalidade católica defensora do tradicionalismo de Dom Leme e embasada na hierarquia eclesiástica. Enquanto a revista era uma publicação irradiadora das ideias do centro³¹, este era um ponto de encontro das lideranças católicas cariocas, um local que homenageava Dom Vital, bispo pernambucano que enfrentou as posturas liberais da coroa na segunda metade do Oitocentos e deflagrou um novo marco na trajetória da Igreja – a defesa do ultramontanismo. O centro ampliou suas sedes para diversas regiões do Brasil e abrigou personalidades que se tornaram figuras de destaque no cenário nacional.

²⁹ Ibid., p. 230.

³⁰ SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez., 2008a.

³¹ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der. *História da Igreja no Brasil*, op. cit., 2008, p. 198; p. 243-245.

Alceu Amoroso Lima é uma dessas personalidades. Filho de pais ateus, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro e assumiu os negócios da família. Aos vinte e seis anos iniciou a carreira de crítico literário adotando o pseudônimo Tristão de Athayde. Após o falecimento de Jackson em 1928, Alceu sucedeu-o na direção da revista e do centro, e assumiu a fé católica. Eles trocaram correspondências por mais de dez anos³², nas quais tratavam de assuntos políticos, religiosos e filosóficos, de modo que a conversão de Alceu ao catolicismo não foi algo extemporâneo, casual ou fortuito, mas resultado de uma reflexão compartilhada com Jackson. Embora Alceu tenha atuado como um representante secular da Igreja no âmbito político³³, foi na esfera cultural que ele desempenhou a maior parte de sua militância. “Leu e divulgou no Brasil pensadores como Maritain, Congar e Lebret. [...] Ao contrário de Jackson de Figueiredo, não tinha o perfil do polemista, mas do conciliador. Jackson era marcado pela intuição; Alceu, pela erudição”³⁴. Essa vertente intelectual o acompanhou desde o início de sua trajetória como líder cultural cristão, fundando, em 1929, a Ação Universitária Católica (AUC)³⁵, instituição defensora dos princípios eclesiais no meio acadêmico. De perfil conservador de 1928 a 1938, Alceu tornou-se defensor de regimes democráticos, período em que conviveu e se correspondeu com Frei Benevenuto e o padre Lebret. Depois vamos tratar da relação entre eles e da influência do pensamento de Lebret na sua guinada política e intelectual. Agora, porém, nos interessa realçar que Alceu também conhecia a obra do filósofo cristão Jacques Maritain (1882-1973)³⁶ e dos teólogos dominicanos Humbert Clérrisac (1864-1914)³⁷, Pierre Bernadot (1883-1941)³⁸ e Yves-Marie-Joseph Congar (1904-1995)³⁹.

³² SILVA, Wellington Teodoro da. *História Revista*, *op. cit.*, 2008a, p. 558.

³³ A pedido de Dom Leme, Alceu foi alçado a secretário da Liga Eleitoral Católica com a missão de defender os interesses da Igreja Católica perante os dirigentes políticos do congresso nacional.

³⁴ SILVA, Wellington Teodoro da. *História Revista*, *op. cit.*, 2008a, p. 559.

³⁵ Desde sua criação até finais dos anos 1930, boa parte de seus integrantes participavam do integralismo brasileiro. Depois o movimento se unificou à Ação Católica Brasileira fundada em 1935, e em seguida ampliou os horizontes ideológicos na defesa da democracia e do pensamento progressista, transformando-se em Juventude Universitária Católica (JUC) nos anos 1940. Vamos tratar da Ação Católica e da JUC nos três primeiros capítulos deste trabalho.

³⁶ A obra de Jacques Maritain influenciou uma geração de intelectuais católicos das décadas de 1930 e 1940. Foi por intermédio do padre Humbert Clérrisac que Maritain se aproximou dos dominicanos franceses. Apesar de ter apoiado as hostes franquistas num primeiro momento da guerra civil espanhola, Maritain tornou-se forte opositor do regime franco-fascista. Para mais informações, consultar: ALMEIDA, Renato Rua de. *Biografia e obra de Jacques Maritain*. Instituto Jacques Maritain do Brasil. São Paulo, mai. 2016. Disponível em: <http://maritain.org.br/biografia-e-obra-de-jacques-maritain/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

³⁷ Padre dominicano que esteve no entorno da Ação Católica francesa. Segundo Silva (*op. cit.*, 2008a, p. 559), Clérrisac foi autor de *Le Mystère de l'Église*, obra prefaciada por Jacques Maritain.

³⁸ É o nome civil do padre dominicano Marie-Vincent Bernadot, que fez parte da Província dominicana de Toulouse, também foi escritor, tradutor, diretor da revista *La Vie Intellectuelle*, fundador da *Éditions du Cerf* e autor do primeiro livro publicado pela Livraria Duas Cidades, *Nossa Senhora na minha vida*, em 1955. No segundo capítulo vamos tratar da relação de editoras francesas com o selo dirigido por Frei Benevenuto.

³⁹ Nome do frade dominicano Marie-Joseph Congar. Além de ter sido preso nos campos de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial, foi professor de *Le Saulchoir* (centro de estudos que pertence aos dominicanos

O fato de um dos maiores intelectuais católicos brasileiros ter sido influenciado por esses pensadores nos impele a refletir sobre a centralidade da Ordem Dominicana francesa na construção desta congregação no Brasil, que pertenceu à Província de Toulouse desde 1881, ano da fundação dos primeiros missionários de São Domingos em território nacional, até 1952, quando a brasilianização da missão culminou na criação da Província de São Tomás de Aquino. Foram setenta e um anos de estreito envolvimento com os frades franceses para resultar na constituição de uma Província dominicana circunscrita ao território nacional.

Antes de abordamos a relação entre os dominicanos franceses e brasileiros, cabe um breve relato sobre a história da Ordem de São Domingos, também conhecida como Ordem dos Pregadores ou Ordem Dominicana, congregação instituída na cidade Toulouse, em 1216, pelo sacerdote castelhano São Domingos de Gusmão. Encorajados por seu mestre, os dominicanos são conhecidos por serem frades mendicantes, devotos do voto de pobreza e dos valores de uma vida comunitária, modesta e fortemente dedicada à formação intelectual. No tocante à divisão política-administrativa, há a eleição de um Mestre Geral no âmbito internacional, ao passo que no plano regional existem as Províncias. Estas são subdivisões que abrigam os frades de um ou mais países, e cuja existência decorre de certos pré-requisitos, tais como a quantidade de conventos, de sacerdotes e de *Studios* voltados ao noviciado, à profissão religiosa e aos estudos em Filosofia e Teologia. Outra característica importante é a vestimenta dos dominicanos, o hábito composto por uma túnica branca, um escapulário de tecido a cobrir os ombros, um capuz branco, uma capa de cor preta e um rosário pendurado ao cinto de couro.

Os primeiros pregadores franceses que vieram ao Brasil tinham o intuito de estabelecer as missões religiosas nas regiões interioranas do país. Houve, entretanto, um replanejamento da Ordem a partir dos anos 1930 e 1940, décadas em que os frades passaram a promover o apostolado intelectual em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outras capitais e cidades de médio porte⁴⁰. O estudo de Claire Pic⁴¹, *Os dominicanos de Toulouse no Brasil (1881-1952)*, trata da presença e influência dos frades francófonos na formação da Província brasileira, problematizando a maneira como ocorreu a brasilianização da missão no país.

franceses) e defensor do ecumenismo. Por defender a reforma da Igreja Católica, ele foi marginalizado durante o pontificado do Pio XII (1939-1958), mas isso não o impediu de apoiar a teologia da libertação e ser um dos consultores do Concílio Vaticano II, sendo nomeado como cardeal, em 1994, por João Paulo II.

⁴⁰ MOURA, Frei Sérgio Lobo de. Desafios de uma reimplantação: a ordem dominicana no Brasil entre as duas guerras mundiais. *Perspectiva Teológica*, ano 29, n. 78, mai./ago., 1997, p. 233-243.

⁴¹ PIC, Claire. *Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952): de la mission a l'apostolat intellectuel*. Directeur de thèse: Richard Marin. 2014. 338 f. Thèse (Doctorat en Histoire) – École doctorale TESC, Université Toulouse II – Le Mirail, Toulouse, 2014.

Embora saibamos que o trabalho dos dominicanos se estendeu pelo centro-oeste, norte e nordeste antes de 1930, o nosso raio de observação está delimitado em alguns aspectos da atuação da Ordem dos Pregadores na capital paulista desde 1930 até 1960, interregno em que tiveram presença cada vez mais expressiva nos centros urbanos. Mas sem prejuízo de ofuscar alguns episódios ocorridos antes dessa época, destacamos que nas primeiras décadas da República houve uma competição entre os atores seculares e religiosos na “civilização” dos indígenas, disputa que se tornou ainda mais renhida quando tratou de verificar quem teria acesso aos cofres do Estado para realizar o catecismo mundano ou católico. De um lado, as elites liberais, anticlericais e o Serviço de Proteção dos Índios, de outro as missões dominicanas de origem francesa e outras congregações religiosas estrangeiras; as primeiras queriam pacificar os índios sob os pressupostos dos princípios positivistas, e as segundas desejavam evangelizar os povos originários à sombra da bíblia e da Igreja. Os representantes seculares evocavam os emblemas nacionais para se confrontarem às missões religiosas estrangeiras⁴², presença que lhes recordava a intromissão colonial da Europa nos temas do país.

Dois fatores impeliram no deslocamento dos pregadores para as grandes cidades. O primeiro foi a resistência das autoridades estatais e das elites liberais com o trabalho dos missionários estrangeiros na evangelização dos povos indígenas, ao passo que o segundo decorre do crescente ateísmo presente no velho continente, o que levou a Igreja não apenas a perder fiéis, mas também a adotar o apostolado religioso em diversas cidades como forma de manter seus devotos. Por essas razões, “[...] os dominicanos estabeleceram-se nas grandes cidades a pedido da hierarquia católica brasileira, desejosos de que eles ministrassem cursos de religião aos jovens das classes mais ricas e das classes dirigentes”⁴³. Foi nesse viés que o clero nacional convocou a congregação dos devotos de São Domingos para se instalar nas grandes cidades a partir de 1927, ano da fundação do convento do Rio de Janeiro, momento em que os frades passaram a cumprir funções relevantes nas capitais, desempenhando, por exemplo, a missão estratégica de recristianizar as elites locais. “[...] Respondendo ao apelo das autoridades eclesiásticas brasileiras, os dominicanos completaram seu trabalho missionário desenvolvendo outro aspecto da vocação dominicana: o apostolado intelectual”⁴⁴.

⁴² Ibid., p. 213.

⁴³ [No original]: “[...] Les dominicains s’installent donc dans les grandes villes à la demande de la hiérarchie catholique brésilienne, qui souhaite qu’ils donnent des cours de religion à la jeunesse issue des catégories aisées et des classes dirigeantes”. Ibid., p. 260.

⁴⁴ [No original]: “[...] En répondant à l’appel des autorités ecclésiastiques brésiliennes, les dominicains complètent leur œuvre missionnaire en développant un autre aspect de la vocation dominicaine: l’apostolat intellectuel”. Ibid., p. 266.

A formação dos frades era direcionada à valorização do conhecimento como forma de propagar os valores cristãos para as pessoas de todas as classes sociais. Devido ao elevado grau de estudo dos dominicanos, alguns decidiram seguir a carreira docente nas instituições católicas de ensino superior, ocasião em que passaram a se relacionar com as elites e o operariado das cidades. A Igreja os identificava como teólogos de alto gabarito, convidando-os a participar dos debates e da formulação do pensamento cristão. Eles também proferiam cursos e palestras no *Centro Dom Vital*, nos conventos e em instituições do meio secular, publicavam seus textos em revistas religiosas, assim como participaram, em 1932, da criação do Instituto Católico de Estudos Superiores, que em 1942 se transformou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde muitos dominicanos tornaram-se professores.

É digno de nota salientar que a intelectualidade dominicana francesa era fortemente influenciada pela doutrina de São Tomás de Aquino, que também semeou raízes na Ordem dos Pregadores do Brasil, sobretudo a filosofia neotomista que fora reelaborada no século XIX sob os auspícios dos círculos intelectuais católicos da Europa. Em linhas gerais, o pensamento tomista desenvolvido no século XIII partiu das ideias elaboradas por Aristóteles e posteriormente foram redimensionadas pelos neotomistas aos pressupostos da fé cristã, uma teoria que aliou a lógica e a razão à verdade divina. Trata-se, sem sombra de dúvida, de um relato superficial da filosofia de São Tomás de Aquino, mas o suficiente para compreendermos que ela foi reestruturada pelos neotomistas diante do duplo objetivo: reforçar a superioridade da autoridade católica e dialogar com a modernidade científica e política existente na segunda metade do Oitocentos.

A mentalidade tomista e neotomista fazia parte da formação dos frades pregadores, sendo divulgada nos meios católicos da França e nas nações onde as missões atuavam. “[...] Esses missionários-transmissores são, ao mesmo tempo, os dominicanos franceses que chegaram ao Brasil a partir dos anos trinta e os estudantes dominicanos brasileiros que fazem sua formação na França e estão imersos nas ideias que circulam lá”⁴⁵. Formou-se uma rede de circulação de um pensamento gestado pelos intelectuais francófonos, em seguida apreendido, intermediado e resignificado pelos intelectuais leigos e missionários brasileiros. É nessa conjuntura que a obra de Maritain foi amplamente acolhida pela Ordem latino-americana. O autor fez parte da plêiade de pensadores francófonos que beberam da fonte de São Tomás de Aquino e engendrou um pensamento disseminado “[...] nos círculos intelectuais católicos de outros países do cone sul,

⁴⁵ [No original]: “[...] Ces missionnaires-transmetteurs sont à la fois les dominicains français qui arrivent au Brésil à partir des années trente et les étudiants dominicains brésiliens qui font leur formation en France et s’imprègnent des idées qui y circulent”. Ibid., p. 270.

especialmente na Argentina e no Chile”⁴⁶, ao ponto de sua obra ter sido uma referência para a democracia cristã latino-americana, principalmente na defesa de um apostolado que envolvesse o engajamento social.

Esta é a segunda fase do catolicismo brasileiro, semeada na década de 1940 por uma ala da Igreja que iniciava um engajamento em direção às questões sociais. Esta corrente conquistou resultados perceptíveis na década de 1950, quando diversas proposições foram realizadas em torno da Ação Católica e de associações que eram dirigidas pelos dominicanos. Enquanto a primeira fase (anos 1920) era personificada por Jackson de Figueiredo e identificada como uma etapa nacionalista e antiliberal, a segunda (dos anos 1930 até 1960) exprimiu uma posição de transição, saindo de uma postura conservadora para um catolicismo que dialogasse com os pressupostos progressistas vigentes naquela época, etapa liderada por Alceu Amoroso Lima. Além de ter sido o maior intelectual católico dessa época, ele também foi um dos principais interlocutores com os padres progressistas da França e do Brasil, muitos dos quais estudavam na Província de Toulouse e percebiam a relevância de pregar um catolicismo dirigido tanto às elites industriais e intelectuais, como aos trabalhadores e às classes médias urbanas.

José Petronilo de Santa Cruz esteve entre os jovens brasileiros que foram estudar na França em novembro de 1937 e retornaram ao país em agosto de 1942, repatriados⁴⁷ pelo governo de Vargas em plena Segunda Guerra Mundial. Alguns meses antes de sua partida para o território francófono, nos chamou atenção o fato de ele ter sido apadrinhado por Willy Lewin na cerimônia de crisma, um relevante poeta pernambucano dos anos 1940, homem que exerceu ascendência intelectual no grupo de mancebos escritores nordestinos⁴⁸, assíduos frequentadores do Café Lafayette de Recife, a exemplo de João Cabral e Lêdo Ivo.

João Cabral homenageou Lewin no poema *Pedra do Sono*. Considerava-o seu orientador intelectual não somente pelo fato de ele ter estabelecido uma relação próxima com a geração de jovens escritores da qual João Cabral fazia parte, mas sobretudo por Lewin ter franqueado a consulta aos livros de sua biblioteca ao coletivo de jovens escritores, compartilhando “[...] as ideias e os livros guardados na biblioteca entre os interessados no prolongamento das investigações poéticas a partir da modernidade, especificamente europeia [...], de autores ingleses e franceses em sua quase totalidade, e na qual escasseavam os brasileiros”⁴⁹.

⁴⁶ [No original]: “[...] dans les milieux intellectuels catholiques d’autres pays du cône sud, notamment l’Argentine et le Chili”. Ibid., p. 272.

⁴⁷ MEMÓRIA DOMINICANA. Implantação da Ordem dos Frades Pregadores no Brasil, 1878-1952: pela Província de Toulouse (França). Juiz de Fora: Ordem dos Dominicanos, 1980-2013, n. 20. Semestral. p. 78. Este fascículo encontra-se disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas, em Belo Horizonte.

⁴⁸ SANTOS, Marcelo dos. *Boletim de Pesquisa Nelic, op. cit.*, p. 86.

⁴⁹ Ibid., p. 87-88.

Os títulos de literatura francesa moderna que faziam parte de sua biblioteca permitiram ao grupo tomar conhecimento sobre o surrealismo e outras correntes literárias. Por intermédio de Lewin, os jovens se reuniam no Café Lafayette de Recife para ler, declamar poesia e trocar ideias e versos. Embora o nome de Santa Cruz não tenha sido mencionado como um dos membros desse grupo, supomos que ele tenha participado de alguns dos encontros nesse café, ou até mesmo tenha aproveitado dos livros disponíveis na biblioteca de Lewin, que pode tê-lo influenciado a seguir a carreira religiosa justamente porque fora um católico convicto e praticante⁵⁰. Os livros e a amizade eram o ponto de ligação entre João Cabral, Santa Cruz e Lewin, três leitores vorazes de poesia. Já os laços entre Lewin e Santa Cruz tinha relação ao universo católico⁵¹ e à literatura francesa; ele talvez tenha sido um dos grandes apoiadores para Santa Cruz atravessar o rubicão, abandonar a vida secular e dedicar-se à cidade de Deus.

Não sabemos a data exata que ele aportou na França. Sabemos, entretanto, que foi em Toulouse, mais precisamente no dia 21 de novembro de 1937, onde ele vivenciou o ato de vestição⁵², passando a utilizar a batina dominicana e adotando o nome religioso de Frei Benevenuto de Santa Cruz, O.P., pertencente à Ordem dos Pregadores. Depois continuou treze meses em Toulouse para realizar o noviciado, concluindo, assim, a profissão temporária certificada em 25 de dezembro de 1938, o que lhe deu acesso aos estudos de Filosofia e Teologia em Saint-Maximin até 25 de dezembro de 1941, quando concluiu a profissão solene⁵³.

Saint-Maximin-la-Sainte-Baume é uma cidade localizada no sudeste da França, a aproximadamente 800 quilômetros de Paris e a 400 e poucos quilômetros de Toulouse, local que abriga o histórico convento de Saint-Maximin⁵⁴ e a basílica de Sainte Madeleine. O convento era destinado à formação de frades dominicanos até finais dos anos 1950, depois se converteu em monumento histórico, até fazer parte do ramo hoteleiro francês.

⁵⁰ 'NUNCA analisaram meu humor', diz João Cabral. *Folha de S. Paulo*, *op. cit.*, s/p.

⁵¹ No acervo pessoal de Santa Cruz há um bilhete da secretária de Benevenuto para Willy Lewin, enviado em 08 de setembro de 1948. Neste documento, a secretária menciona que o frade solicitou que ela enviasse a Lewin uma cópia do trabalho que Benevenuto expôs na III Conferência Interamericana de Ação Social Católica.

⁵² As datas expressas neste parágrafo foram extraídas da ficha cadastral de Frei Benevenuto de Santa Cruz, preenchida e assinada por ele no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1942. Este documento encontra-se disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas.

⁵³ Este período também é chamado de estudantado. Para saber um pouco mais sobre as diferentes etapas de formação de um frade dominicano, consultar: ETAPAS DE FORMAÇÃO. *Ordem dos Pregadores*, Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Disponível em: <http://www.dominicanos.org.br/site457/detalhes1.php?id=128>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁵⁴ O convento passou a ser considerado um espaço cultural, hoteleiro e turístico desde 1959, sendo classificado como monumento histórico a partir de 1969. Atualmente é o *Hôtel Le Couvent Royal*.

Publicado em 1943, *Dominicains*⁵⁵ é um álbum foto biográfico que retratou o convento e a sua relação com os pregadores, servindo-nos de guia para nos aproximarmos da estadia e dos estudos de Frei Benevenuto em Saint-Maximin. Redigido em francês, composto de um prefácio e de três partes que abordam a história dos dominicanos no convento, a dinâmica de estudos e de trabalho dos jovens frades, além de contemplar os leitores com numerosas (e belíssimas) fotografias dos estudantes e do sítio sagrado. No prefácio⁵⁶, padre Gillet⁵⁷ parabenizou os religiosos e o Sr. Solia, responsáveis pela confecção do álbum, assim como teceu considerações saudosas e edulcoradas sobre a habitação religiosa, que, como ele, passaram a juventude religiosa nesse convento. Fundado em 1295 por Carlos II, então conde de Provença, o Frei Gillet menciona que o local já recebeu reis, rainhas, príncipes, princesas, poetas e santas, como Madeleine, que lá se encontra esculpida.

Os textos presentes no restante do álbum não estão assinados por nenhum religioso, nem mesmo por Solia, que acreditamos ter sido o responsável pelas fotografias e pela edição do livro. *Paisagem de Pedras*⁵⁸ abre a primeira parte da obra e situa o convento próximo à costa do mar Mediterrâneo, entre Toulon e Marselha, cujo sítio abriga a basílica de Marie Madeleine e o Convento de Saint-Maximin, concebido por uma arquitetura gótica e edificado no sul da França. A segunda parte intitula-se *Paisagem d'alma*⁵⁹, a qual contextualiza o período em que os dominicanos foram expulsos do claustro durante a revolução francesa, retornaram em 1859, e depois foram exotados em outras duas ocasiões até regressarem em 1923. “Essa ‘paisagem d'almas’ é a Vida dos homens da batina branca que se escondem há quase sete séculos no admirável quadro de pedra de Saint-Maximin, [...] a Vida de uma imensa e célebre família religiosa, [...] espelhada por toda a terra [...]: *a Vida dos Dominicanos*”⁶⁰.

Esta é a designação da última parte do álbum, que está subdividida em cinco temáticas: *Dos homens que trabalham*⁶¹, *Aqueles que trabalham com suas mãos*⁶², *Aqueles que estudam*⁶³, *Dos homens que rezam*⁶⁴ e *Dos homens que ensinam*⁶⁵. A primeira procurou defender o modo

⁵⁵ SOLIA. *Dominicains*. Bellegarde (Ain): presses de SADAG, 1943. 93p. Este álbum fotobiográfico encontra-se disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas.

⁵⁶ Ibid., p. 7.

⁵⁷ O francês Martin Stanislas Gillet (1875-1951) foi Mestre Geral da Ordem dos Pregadores de 1929 a 1946.

⁵⁸ [No original]: “*Paysage de Pierres*”. SOLIA. *Dominicains*, op. cit., p. 10-32.

⁵⁹ [No original]: “*Paysage D'Ames*”. Ibid., p. 33-35.

⁶⁰ [No original]: “[...] Ce « paysage d'âmes », c'est la Vie des hommes blancs qui se cachent depuis sept siècles presque dans l'admirable cadre de pierre de Saint-Maximin, [...] la Vie d'une immense et célèbre famille religieuse, [...] répandue par toute la terre [...]: *la Vie des Dominicains*”. Ibid., p. 34.

⁶¹ [No original]: “*Des hommes qui travaillent*”. Ibid., p. 37-39. Tradução nossa.

⁶² [No original]: “*Ceux qui travaillent de leurs mains*”. Ibid., p. 40-44. Tradução nossa.

⁶³ [No original]: “*Ceux qui étudient*”. Ibid., p. 45-56. Tradução nossa.

⁶⁴ [No original]: “*Des hommes qui prient*”. Ibid., p. 57-81. Tradução nossa.

⁶⁵ [No original]: “*Des hommes qui enseignent*”. Ibid., p. 82- 93. Tradução nossa.

de vida monástico, afirmando que a vida sacerdotal tinha o objetivo de tornar as pessoas melhores, motivo pelo qual deveriam cumprir numerosas atividades laborais, as quais eram presenciadas pelos visitantes do convento que viam uma legião de frades trabalhando no claustro. A segunda temática exemplificou as outras tarefas dos dominicanos no convento, que cumpriam afazeres com o propósito de sanar as necessidades da congregação ali residente; enquanto uns “[...] varrem os corredores intermináveis e as salas espaçosas, [...] outros estão ocupados ao redor do fogão, para preparar a humilde refeição de todos”⁶⁶, ou até mesmo nos jardins, nas hortas, nos estábulos, na lavanderia, na carpintaria e nas colheitas, empreitadas executadas tanto na parte exterior como no interior do convento. Mas nem todos da comunidade passavam seus dias ocupados com labores domésticos, havia atividades bem delimitadas para que os jovens frades pudessem ter uma experiência ampla, realizando as tarefas de um homem comum e dedicando-se à reflexão filosófica e teológica do cristianismo.

Na temática *Aqueles que estudam*, manifesta-se a centralidade do conhecimento e das leituras na formação de um dominicano, as horas diárias dispendidas na biblioteca, nas aulas e em suas células (ver figura 1), a aquilatarem o pensamento cristão. Guiados pelo exemplo de São Domingos, os frades estudantes e os padres professores liam cotidianamente, estudavam e ensinavam como deveria ser a vida de um pregador. Depois o álbum descreve a importância das numerosas universidades medievais, sublinhando que os dominicanos foram alunos de destaque no medievo, a exemplo de São Tomás Aquino e do padre Lagrange⁶⁷. Em seguida, discorre-se sobre os sete anos de formação para que os jovens frades se tornassem padres: três anos eram dedicados à Filosofia e Teologia, e o restante estudando “[...] a Suma Teológica de São Tomás de Aquino, a síntese completa da teologia especulativa, ainda que familiarizados com o Grego e o Hebreu, os métodos históricos em mãos, eles abordam francamente a Bíblia e a História do Cristianismo”⁶⁸.

Ainda que os estudos fossem orientados pelos professores do convento, os frades não deveriam se ater apenas às disciplinas que eram lecionadas, mas também tinham a obrigação de aperfeiçoar a cultura artística e literária. Os que estavam destinados à pregação deveriam aprender, propagar e relacionar a aprendizagem filosófica e teológica aos milhares de problemas cotidianos vivenciado pelos fiéis. Após os sermões e as palestras, voltariam às

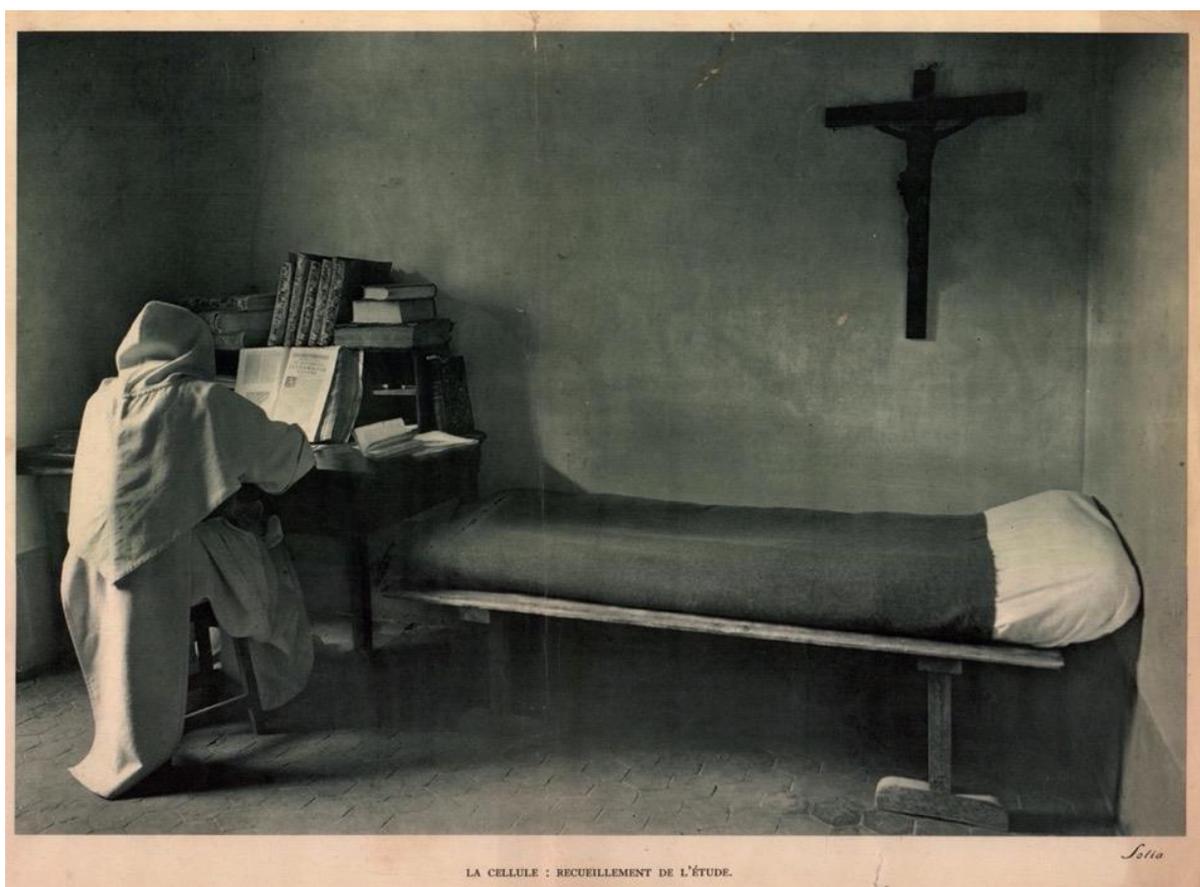
⁶⁶ [No original]: “[...] balaient les interminables couloirs et les salles spacieuse, [...] d’autres s’affairent autour des fourneaux, pour apprêter l’humble repas de tous”. Ibid., p. 40

⁶⁷ Marie-Joseph Lagrange (1855-1938) foi teólogo, escritor e intelectual francês de linhagem liberal e democrática.

⁶⁸ [No original]: “[...] la Somme Théologique de saint Thomas d’Aquin, l’entière synthèse de la Théologie spéculative, tandis que familiarisés avec le Grec et l’Hébreu, méthodes historiques en mains, ils abordent franchement la Bible et l’Histoire du Christianisme”. Ibid., p. 51

bibliotecas e às suas células de descanso e estudo para lerem e escreverem suas reflexões e pensamentos. Já aqueles que tinham perfil docente, deveriam dedicar de dois a três anos de especialização cursada e certificada por alguma universidade. Assim que concluíssem os estudos, estavam aptos a lecionar em instituições católicas ou seculares de ensino superior, bem como poderiam colaborar em revistas, coleções ou publicações voltadas aos saberes teológicos, filosóficos ou históricos, algumas das quais eram fundadas e dirigidas por padres dominicanos.

Figura 1. Um frade em recolhimento de estudo em sua célula



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz.

Embora não seja possível identificar quem é o frade que se encontra na primeira imagem, ao menos conseguimos imaginar como seria o recolhimento de um frade em sua célula, local de sonhos, pesadelos e de leituras abençoadas pelo crucifixo de Cristo. Do rol de fotografias que compõem o *Dominicans*, apenas as imagens⁶⁹ aqui reproduzidas encontram-se no acervo pessoal de Santa Cruz, o que nos permite deduzir que o Frei de costas na fotografia pode ser o nosso personagem.

⁶⁹ Ibid., p. 47-48. A primeira figura encontra-se na página 47 e a segunda na página 48.

De todo modo, ambos retratos sugerem o que era uma vida monástica, recolhida e no meio dos livros. Assim vemos o jovem Frei Benevenuto na biblioteca do convento (ver figura 2), portando a batina branca e posando para uma das fotografias do álbum, ao mesmo tempo em que parece demonstrar uma leitura compenetrada. Essas imagens ilustram o quanto a formação religiosa envolvia a dimensão intelectual e as tarefas rotineiras de um convento.

Figura 2. Frei Benevenuto de Santa Cruz no Convento de Saint-Maximin



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz.

As duas últimas temáticas do álbum tratam da importância das orações, dos mestres dos noviços e dos padres professores na formação de um frade dominicano. *Dos homens que rezam*

é uma temática dedicada a enunciar que cada jovem frade era orientado por um mestre ao longo dos sete anos. Os mestres eram padres que tinham o dever de instruí-los por meio de exemplos e ensinamentos concedidos individualmente, ensinando-lhes os princípios que regem uma vida monástica. No momento em que os frades se sentissem preparados ao sacerdócio, eles tinham que se ajoelhar em frente ao seu prior “[...] e com as mãos em suas mãos, como para se entregar inteiramente à sua conduta, e por meio da vontade de Deus, ele fez Profissão religiosa, e declarou em voz alta, em público: *‘Eu prometo obediência a Deus... Às Leis e aos Chefes da Ordem... até a morte’*”⁷⁰. Este era o ritual por meio do qual o jovem deixava a vida secular e recebia as ordens sacras, concluindo os sete anos de formação e tornando-se um padre dominicano. *Dos homens que ensinam* é a temática que fecha o álbum, a relatar, de um lado, o perfil dos jovens que procuram entranhar-se na vida religiosa sob os auspícios de Deus, e, de outro, o trabalho dos padres professores que se dedicavam a ensinar e orientar os frades, responsáveis por irradiar o conhecimento religioso adquirido ao longo de décadas por meio dos livros e ensaios teológicos que escreviam ou das revistas que editavam.

Embora *Dominicains* apresente uma virtuosa história do convento, dos frades e dos padres, a pesquisa de Claire Pic, *Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952)*, desmistifica o período de residência dos frades brasileiros no claustro de Saint-Maximin, afirmando que eles não se adaptavam à rotina conventual. Segundo a autora, o desconforto dos frades era uma “[...] evidência [de] que havia um espírito mais conservador do que nas outras províncias francesas, o que não correspondia às tendências mais progressivas dos aspirantes brasileiros à vocação Dominicana”⁷¹. Apesar de a década de 1930 ter sido um período a produzir uma safra de jovens padres formados pela Província de Toulouse, houve uma geração que se formou lendo não apenas os teólogos conservadores, mas também a doutrina progressista de Maritain, cujas ideias destacavam um tomismo renovado e condizente com as questões em voga nessa época. Enquanto os estudantes da Província de Paris tinham contato com um espaço pleno de renovação no catolicismo social francês, corporificado pelos padres Congar, Chenu e Lebreton, os frades brasileiros que estudavam em Saint-Maximin tinham uma formação religiosa fortemente austera, se queixavam do paradigma intelectualmente retrógrado e eram resistentes às regras do convento. “A reputação de austeridade de St. Maximin permanece intacta no início

⁷⁰ [No original]: “[...] et les mains dans ses mains, comme pour se livrer entièrement à sa conduite, et par elle à la volonté de Dieu, il fait Profession religieuse, et déclare à haute voix, en public : « *Je promets obéissance à Dieu... aux Lois et aux Chefs de l’Ordre... jusqu’à la mort.* »”. Grifos do original. Ibid., p. 58.

⁷¹ [No original]: “[...] évidence qu’il y régnait un esprit plus conservateur que dans les autres provinces françaises, ce qui ne correspondait pas aux tendances plus progressistes des aspirants brésiliens à la vocation dominicaine. PIC, Claire. *Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952)*, op. cit., p. 281.

dos anos cinquenta e as alusões à sua distância do mundo moderno testemunham o conservadorismo que reinavam lá”⁷².

Os relatos e estudos sobre St. Maximin nos aproximam das experiências vivenciadas por Benevenuto durante os anos de claustro, período de grande importância para sua formação intelectual, e fortemente relacionado a outras características que nos parecem essenciais para a compreensão do livreiro-editor. Assim, nesta etapa buscamos circunscrever a linhagem familiar, educacional e religiosa de Santa Cruz, acompanhando os vestígios que ele deixou desde o nascimento até o ingresso na congregação dos pregadores. Para ser ter uma noção precisa do contexto em que ele deixou a vida secular e se integrou de corpo e alma aos desígnios de Cristo, discorreremos sobre a Igreja Católica e a congregação dominicana dos anos 1920 e 1930, assim como tateamos algumas de suas amizades e o período de estudos em Recife, para, dessa forma, investigar suas primeiras experiências religiosas até chegar ao Frei Benevenuto, um dos noviços de Saint-Maximin. Apesar da experiência estrangeira, ele terminou sua formação religiosa na terra natal, apenas três anos após o desembarque no Rio de Janeiro, em agosto de 1942, quando os frades brasileiros foram repatriados pelo governo e concluiriam “[...] seus estudos Teológicos e Filosóficos no Brasil por motivo da Grande Guerra. Após a festa de São Domingos, eles seguem [...] para as casas de seus pais e voltam para iniciar seus estudos no dia 15 de setembro, provisoriamente no Convento do Leme”⁷³.

Se inicialmente nos acercamos do menino de engenho que foi à França com o objetivo de se tornar um padre dominicano, em seguida vamos avaliar algumas nuances de sua carreira sacerdotal e de sua convivência com outros frades no Convento Santo Alberto Magno, quando se correspondeu com intelectuais, religiosos e empresários, conheceu Le Bret, foi um expoente do movimento Economia e Humanismo e teve as primeiras incursões no mundo livreiro.

⁷² [No original]: “La réputation d’austérité de St Maximin est donc toujours intacte au début des années cinquante et les allusions à son éloignement du monde moderne témoignent du conservatisme qui y règne”. Ibid., p. 284.

⁷³ MEMÓRIA DOMINICANA, *op. cit.*, n. 20, p. 78.

A morada no Convento Santo Alberto Magno

Cor branca, cabelo e olhos castanhos, altura de um metro e sessenta e cinco centímetros, nariz afilado, rosto oval, boca pequena, solteiro e religioso. Assim o certificado de reservista do exército⁷⁴ descreve José Petronilo de Santa Cruz, que assinou o documento em Maceió, capital do estado de Alagoas, no dia 21 de agosto de 1942, declarando que iria residir em São Paulo, na rua Caiubi, 126, localizada no bairro Perdizes, onde se encontra o Convento Santo Alberto Magno desde 1938. A ficha de reservista é um indício a comprovar a estada na casa de sua família, que morava na capital alagoana pelo menos desde os anos 1920⁷⁵.

No acervo pessoal de Santa Cruz constam poucos documentos que dizem respeito à trajetória de seus pais e irmãos, motivo pelo qual colhemos o depoimento de seu sobrinho⁷⁶ para resgatar um pouco da ventura de seus familiares. Sobre os irmãos de José Petronilo, Fernando Uchoa Santa Cruz⁷⁷, filho de Humberto, comentou que seu pai era advogado e procurador público do INSS, que seu tio Euclides era médico do Senado Federal, que seu tio Antonio Elias era servidor público do INSS e que sua tia Maria Augusta atualmente mora numa casa de idosos em Brasília. Fernando teceu detalhes da história de sua família e da íntima covidência que com o seu tio Zé, assim como relatou que seus avós paternos eram de origem pernambucana e criaram os filhos em Alagoas. Sua avó era dona de casa, conhecida por todos como Lili, e seu avô, Teotônio, era proprietário de um cartório em Maceió. Para além dessas informações sobre os pais de Santa Cruz, descobrimos a data de falecimento do senhor Teotônio por meio de duas epístolas que Frei Benevenuto enviou a Alceu Amoroso Lima⁷⁸; na primeira, de 30 de dezembro de 1947, o frade disse que estava na capital alagoana porque seu pai não se sentia bem de saúde, e na segunda, enviada de São Paulo no dia 20 de janeiro de 1948, o remetente confidenciou que seu pai havia falecido.

Como já foi dito anteriormente, José Petronilo foi o único dos irmãos que decidiu seguir a vida monástica e estabelecer uma ligação profunda não apenas com Deus, mas também com o desenvolvimento intelectual e cultural. De 1942 a 1945, Frei Benevenuto dedicou-se

⁷⁴ Este documento encontra-se no Arquivo Pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

⁷⁵ Das três fotografias familiares que se encontram no acervo de Santa Cruz, duas estão identificadas no verso e foram tiradas em Maceió – a primeira, de 1923, retrata os irmãos José, Antonio e Humberto, e a segunda, de dezembro de 1947, figura o patriarca da família em seu cartório. Na terceira imagem estão a mãe, Julieta, o pai, Teotônio, e os irmãos Humberto e Euclides.

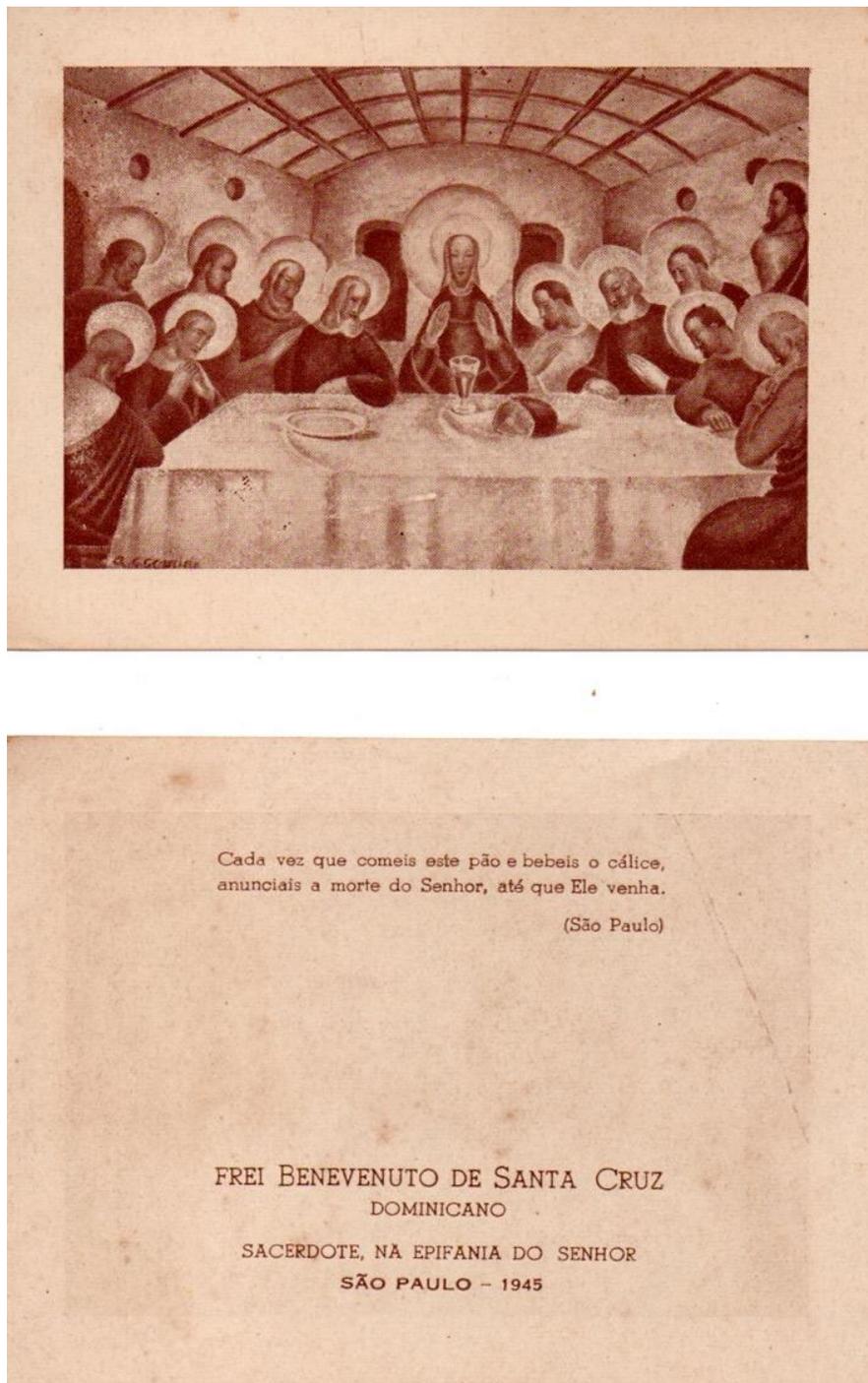
⁷⁶ Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ As 16 (dezesesseis) cartas de Frei Benevenuto a Alceu Amoroso Lima foram enviadas entre 1944 e 1959 e encontram-se disponíveis na CASA ALCEU AMOROSO LIMA. Correspondência. Padre Benevenuto de Santa Cruz. Disponível em: <http://acervoaal.ddns.net:8080/pessoa/search?nome=Padre+Benevenuto+de+Santa+Cruz>. Acesso em: 20 jul. 2019.

obstinadamente aos estudos para concluir sua ordenação religiosa e rezar a sua primeira missa como padre no Convento de Santo Alberto Magno, em 6 de janeiro de 1945, como comprova o certificado escrito em latim⁷⁹ e seu cartão de sacerdote dominicano residente em São Paulo.

Figura 3. Frente e verso do cartão de Frei Benevenuto (1945)



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz

⁷⁹ O certificado assegurando a primeira missa realizada por Frei Benevenuto encontra-se em seu acervo pessoal.

O conjunto que faz parte da massa documental de Santa Cruz é insuficiente para dimensionar e caracterizar a sua vida conventual, de modo que os depoimentos de seus colegas, alunos e amigos religiosos são fontes que possibilitam a reconstituição de suas atividades como padre dominicano residente na clausura de Perdizes, onde viveu durante trinta anos, de 1942 a 1972. Os testemunhos de Domingos Zamagna, Frei Betto, Frei Carlos Josaphat, Humberto Pereira e João Antonio Caldas Valença abordam os anos em que eles conviveram, trabalharam e foram alunos de Benevenuto no *Studium* dominicano de São Paulo.

O mineiro Domingos Zamagna nasceu em 1945 e teve contato com a congregação dos pregadores desde a infância. Na juventude cursou o seminário da Ordem em Juiz de Fora, ingressou na vida religiosa em finais dos anos 1950 e foi frade até 1975. No interregno dos vinte e cinco anos como sacerdote, cursou o noviciado em Belo Horizonte, depois concluiu as graduações em Comunicação Social, Filosofia e Teologia na PUC de São Paulo, e o mestrado em Ciências Bíblicas no Instituto Bíblico Pontifical da Itália. Domingos tornou-se jornalista logo que aposentou a batina, trabalhando na TV Globo e em outras emissoras, e depois seguiu carreira docente na área de Comunicação Social e Teologia. Ele nos relatou que o primeiro contato com Frei Benevenuto ocorreu em Juiz de Fora, onde ele assistiu a uma palestra de Santa Cruz dirigida à estudiantada dominicana. Eles se reencontram em Belo Horizonte por algumas vezes, residiram no Convento de São Paulo e Zamagna foi seu aluno no curso de Filosofia ofertado no *Studium* das Perdizes, mais precisamente na disciplina de Ética, entre finais dos anos 1950 e início dos anos 1960. Domingos declarou que houve “[...] um dia, em sala de aula, [que] ele leu uma carta⁸⁰ dele com Teilhard de Chardin, uma coisa muito curiosa. Teilhard de Chardin morreu em [1955] e [...] Benevenuto foi correspondente com Teilhard de Chardin”⁸¹. Zamagna também comentou que o religioso não era avaro em suas relações, tinha o prazer de viabilizar a amizade entre as pessoas, dava atenção aos mais jovens, era um indivíduo que procurava criar pontes, um padre que levava os intelectuais paulistanos para palestrar em suas aulas, e foi um dos responsáveis por abastecer a biblioteca do Convento Santo Alberto Magno.

Frei Maurício era o nome religioso de João Antonio Caldas Valença, outro ex-dominicano que conviveu com o nosso personagem, trabalhou nas bibliotecas da estudiantada e do convento, e depois na Livraria Duas Cidades. Pernambucano nascido nos anos 1940, estudou no colégio Marista de Recife na infância e adolescência, depois ingressou na Ação Católica e foi militante

⁸⁰ Não encontramos nenhuma correspondência entre Frei Benevenuto e Teilhard de Chardin. Salientamos, entretanto, que em uma carta (Fundo Lebrecht 45 AS, cota 19860461/117, *Archives Nationales*) enviada ao padre Lebrecht no dia 18 de abril de 1963, Benevenuto mencionou que tinha perdido uma pasta repleta de correspondências.

⁸¹ Domingos Zamagna, entrevista, 22 jul. 2019.

dessa entidade na juventude. No final dos anos 1950, a sua liderança no movimento católico o levou a realizar trabalhos com Dom Helder Câmara no Rio de Janeiro, iniciar o noviciado em Belo Horizonte e cursar Filosofia e Teologia em São Paulo no início dos anos 1960. Foi nessa ocasião que ele conheceu Santa Cruz, moravam na mesma habitação religiosa e Frei Maurício era um dos bibliotecários da Ordem naquela altura. Este trabalho possibilitou que ele e Frei Romeiro (nome religioso de Gabriel Romeiro) tivessem contato semanal com Frei Benevenuto e a Livraria Duas Cidades da Praça da Bandeira, na medida em que eles definiam as obras que deveriam ser importadas e adquiridas para o acervo da biblioteca do convento e do *Studium*. Boa parte desses livros e revistas eram importados da França por Santa Cruz, títulos recém-editados na área de Filosofia, Teologia, Psicologia, História Medieval, além de revistas de Espiritualidade e de Teologia que eram publicadas pelos dominicanos franceses, ingleses e alemães. Durante seu depoimento, João comentou que o acervo da biblioteca abrangia títulos preciosos de literatura estrangeira e nacional: “[...] a Brasiliana do convento era uma das melhores de São Paulo, ou, talvez, do Brasil. E sempre ficamos atentos para não ter lacunas nessas áreas, por isso [tive contato com] a Livraria Duas Cidades, quando conheci Benevenuto”⁸². Em determinado trecho da entrevista, ele diz algo que destoa dos outros testemunhos, argumentando que a presença de Santa Cruz em sua vida foi eminentemente profissional, que jamais tiveram uma relação próxima, nem mesmo quando, a pedido dos superiores, ele e Frei Fernando foram trabalhar na Duas Cidades da Bento Freitas, em 1969, momento que conviveram com um livreiro-editor silencioso e que não dava abertura para uma convivência profissional amistosa. O envolvimento desses jovens sacerdotes com Carlos Marighella pode ter sido um dos motivos para Benevenuto evitar uma aproximação, ou, quem sabem, por ele ter se sentido ameaçado pelos superiores da Ordem, os quais tinham recorrentes atritos com o diretor da livraria e queriam consolidar a presença dos dominicanos na empresa.

No terceiro capítulo vamos esmiuçar a relação dos Freis Maurício e Fernando com a editora, bem como a nódoa que a ditadura civil-militar deixou na história da Duas Cidades. Nesta etapa do texto nos interessa demonstrar duas coisas, a primeira é que Santa Cruz não era visto por todos da mesma forma, e a segunda é que ele trabalhou em prol dos livros e das bibliotecas do convento e do estudantado antes de ter fundado a livraria e editora. Em seu acervo pessoal há algumas correspondências que dizem respeito à Biblioteca Circulante São Domingos. No dia 24 de fevereiro de 1948, ele enviou uma carta a Sérgio Milliet, então diretor da Biblioteca Municipal, solicitando a doação de obras para o acervo circulante da Ordem, que

⁸² João Antonio Caldas Valença, entrevista, 12 ago. 2019.

era aberto ao público em geral. Ele também enviou missivas a outros destinatários ligados aos órgãos públicos do município e do estado de São Paulo, conseguindo arrecadar títulos de diversas áreas temáticas – como atesta o documento com os livros enviados pelo departamento de educação do referido estado –, desde o *Manual da criação de bovinos*, de Nicolau Athanassof, até a *Recordação da casa dos mortos*, de Dostoievski.

Frei Carlos Josaphat destacou a intimidade de Benevenuto com o universo do livro e da cultura, “[...] um campo em que raramente um dominicano [se dedica], [mas] que é um campo fundamental. [...] E ele era muito de chegar em casa, e dizer: ‘olha, saiu fulano de tal na Europa, na França publicou isso’. Para nós, [ele] era como uma lâmpada, e a gente ia atrás daquilo”⁸³. Frei Carlos o considerava um padre inteligente para realizar a atividade editorial e comentou que ele tinha bom trato com os escritores, de modo que “[...] a importância de um Benevenuto numa casa é um foco de luz”⁸⁴. Josaphat foi autor de três títulos publicados pela Duas Cidades, teve uma militância social proeminente, militou na Ação Católica, escreveu numerosos títulos que são referência nos estudos de teologia, era considerado um padre de esquerda, e foi um dos responsáveis por fundar o jornal *Brasil, Urgente* (publicado entre março de 1963 e abril de 1964)⁸⁵. No segundo capítulo deste trabalho iremos averiguar a atuação e as publicações de Frei Carlos pela editora da Ordem, a seguir relatamos a maneira como um dos maiores intelectuais católicos do Brasil descreveu Santa Cruz como um promotor cultural dos dominicanos.

Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo)⁸⁶ nasceu na capital mineira em 1944, aos treze anos de idade ingressou na Juventude Estudantil Católica (JEC), começou o noviciado em 1965 e no ano seguinte se mudou para São Paulo com o objetivo de cursar Filosofia e Teologia no Convento das Perdizes, quando também se envolveu com a Ação Libertadora Nacional (ALN). No terceiro capítulo trataremos das ligações do frade com a ALN, a esquerda e Carlos Marighella, mas por enquanto evidenciamos a relação entre ele e Benevenuto. Betto não se recorda se eles se conheceram antes ou depois de sua mudança para São Paulo, mas supõe que tenham se conhecido entre 1959 e 1961, pois ele era frequentador assíduo do convento de Belo Horizonte e da filial mineira da Livraria Duas Cidades. Mas ele se recorda que Frei Benevenuto foi seu professor de Ética no curso de Filosofia, em 1966, quando passaram a viver na mesma comunidade. Quando perguntamos se eles conversavam com frequência, Frei Betto diz:

⁸³ Frei Carlos Josaphat, entrevista, 11 set. 2018.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ SILVA, Wellington Teodoro da. *Brasil, Urgente: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963-1964)*. Juiz de Fora, 2008b. 344 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas e de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

⁸⁶ Frei Betto, entrevista, 26 jul. 2019.

[...] Não, não tínhamos conversas muito pessoais. O fato é o seguinte: ele era muito ligado à intelectualidade, à cultura. E eu, por razões de ter trabalhado na *Realidade* e depois no Teatro Oficina, também fiquei ligado a esse mundo artístico e intelectual. E isso nos aproximou. Mas nunca fomos juntos a nenhum lugar, não tenho a menor memória disso. Apenas conversas. Ou no refeitório, ou no claustro, ou no quarto dele, que era uma atração turística, como o meu, de tamanha desorganização. Livros e papéis por todos os cantos, mas coisas pontuais. E uma empatia muito forte que eu tinha com ele. Eu sei disso porque eu convivia com outros frades adultos com os quais eu não tinha a mesma empatia⁸⁷.

Humberto Pereira é outro mineiro que conheceu Frei Benevenuto durante a vida conventual. Mas diferente de Frei Betto, Pereira tornou-se grande amigo de Santa Cruz. Belo-horizontino nascido em 1939, Humberto cursou o primário e o colegial na capital mineira, fez parte da JEC, começou o noviciado em 1959, adotou o nome religioso de Frei Patrício e frequentou a filial mineira da Duas Cidades nesses anos. Em março de 1960, ele mudou-se para São Paulo a fim de cursar Filosofia e Teologia no convento das Perdizes. Embora ele tenha conhecido e se aproximado de Benevenuto somente quando se mudou para capital paulistana, Humberto assegurou que sabia da existência do frade desde a época que cursava o noviciado, afirmando que se simpatizou com Santa Cruz “[...] desde o começo, porque era um homem muito inteligente, muito sensível, muito culto, e muito relacionado com a intelectualidade, a sociedade, o meio político e intelectual aqui de São Paulo, praticamente do Brasil todo, mas particularmente de São Paulo”⁸⁸. Em seguida, Pereira nos assegurou que eles mantiveram um bom diálogo desde o momento em que se conheceram, justamente por Benevenuto ser “[...] um homem de cultura, de sensibilidade artística também, ele ouvia música clássica, ele lia os grandes poetas, ele tinha correspondência, por exemplo, com Jorge de Lima⁸⁹. [...] Enfim, era um homem de muita sensibilidade”⁹⁰. O depoente residiu no Convento Santo Alberto Magno de 1960 a 1966, no ano seguinte foi para Belo Horizonte, ingressou no curso de Cinema e retornou para São Paulo em 1969, quando teve mais contato com Benevenuto: “[...] convivência de frades, almoçávamos no mesmo horário, se bem que ele tinha uma vida de muito apostolado, como a gente chamava, ele saía muito de noite, ia jantar na casa de um e de outro [...]”⁹¹. Em suas palavras, Santa Cruz era “[...] inteligente, sensível, solidário, vaidoso, místico. E um tipo muito sedutor, ele seduzia facilmente as pessoas. Agora, muito capaz de indignação, se

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

⁸⁹ Não encontramos a correspondência com Jorge de Lima no acervo de Santa Cruz.

⁹⁰ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

⁹¹ Ibid.

indignava com injustiça, se indignava com burrice, se indignava com injustiça e com burrice”⁹². Mais adiante, Humberto Pereira incluiu mais predicados ao seu amigo:

[...] *Gourmant*. Gostava de comer e beber bem, não todo dia evidentemente. Eu me lembro dele, jovem, mostrando como é que se dança frevo, trançando perna no meio do claustro [...], mostrando como é que se dança frevo. Um homem que presava muito as raízes dele, não as de Recife, mas, no fundo, as de São Luís do Quitunde⁹³.

O depoente aposentou a batina um pouco antes de Frei Benevenuto, trabalhou na Livraria Duas Cidades entre 1969 e 1974, depois ficou dois anos numa produtora de filmes, e no final dos anos 1970 foi para TV Globo, sendo um dos responsáveis por fundar a revista e o programa *Globo Rural*, trabalhando na emissora durante quatro décadas. Nos dedicamos a destrinchar a relação entre eles nos terceiro e quarto capítulos deste trabalho, agora gostaríamos de salientar os trechos de seu testemunho que tratam da atuação religiosa de Santa Cruz. Em certa altura do relato, Humberto comentou que houve momentos de dificuldades econômicas no convento, que não era simples gerir uma habitação religiosa com sessenta, setenta frades. Ele diz que seu amigo teve um papel importante no convento das Perdizes: “[...] o Benevenuto [...] passava uma sacolinha entre os ricos que ele conhecia, o Severo Gomes, o Joaquim Carioba, o Milton Vargas [...]. Ele deu muita coisa [para os dominicanos]. Você, como frade, [entrega seus talentos], a sua vida [e] o seu coração [...] para a Ordem”⁹⁴. O depoente prossegue afirmando que Benevenuto não vivenciava a rotina de uma vida conventual, pois tinha o hábito de realizar numerosas atividades fora do claustro. Não por acaso, muitos seminaristas ficavam surpresos com sua presença no convento, muitos dos quais estavam cursando Filosofia e Teologia, sabiam que ele era amigo de relevantes intelectuais paulistanos e queriam conhecê-los. Então Santa Cruz “[...] vinha com Antonio Candido, [ciceroneava] Antonio Candido, [que] fazia a palestra e saía. [Ou seja,] ele não estava desligado do convento, mas ele estava em altas esferas”⁹⁵. Ainda assim, Humberto afirma que o amigo não se ausentava dos grandes acontecimentos litúrgicos, como o dia de São Domingos, de Santo Antônio, entre outras festividades religiosas.

Nesse particular, o aparente paradoxo entre uma vida sacerdotal e uma vida apostólica tem a ver com a conjuntura vivenciada pela Igreja Católica nos decênios 1940 e 1950. O impulso de Frei Benevenuto para o universo terreno não destoava da atmosfera modernizante que

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Ibid.

provocava a estrutura eclesiástica nesses anos, a qual impelia os padres de diferentes congregações a colocarem em prática um trabalho sacerdotal voltado à realidade celestial e mundana. Ainda assim, houve diversos prelados que resistiram à implantação de uma nova mentalidade, impedindo os avanços e apoiando a hierarquia eclesiástica. Mas uma parcela significativa do clero viu-se obrigada a desfazer a figura mítica do padre, a promover a colaboração dos leigos nas tarefas da Igreja, a tratar dos problemas sociais vigentes no país e a atualizar os rituais católicos para não sucumbir no ostracismo.

A força da laicidade advinda com o regime republicano, somado à industrialização dos governos Vargas, à formação de uma burguesia nas cidades e ao crescimento do protestantismo, foram elementos propulsores para a desmistificação da figura do padre. Os bispos notavam que a sociedade estava cada vez mais urbana e aburguesada, fatores que implicavam na relativização do prestígio sacerdotal em diversas urbes, principalmente a partir dos anos 1950, momento em que os leigos católicos passaram a assumir funções que anteriormente eram realizadas por padres⁹⁶. Assim, a Igreja adotou a estratégia de promover a participação dos leigos⁹⁷ com o intuito de conter a descrença dos fiéis na Igreja e o avanço dos protestantes na esfera religiosa, de forma que tomaram algumas medidas para atualizarem a vida clerical⁹⁸, seja por meio de congressos de estudos ou de publicações periódicas que divulgavam novidades na área da Teologia – a exemplo de *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, publicada desde 1941 pelos franciscanos de Petrópolis –, seja por meio da customização de um hábito eclesiástico compatível os novos tempos. “[...] A batina transformava o padre numa figura antiquada, e representante de valores hierárquicos superados. Em fins dos anos 1950, iniciou-se na Europa um processo de modernização do hábito eclesiástico, com a utilização do *clergyman*, com repercussões no Brasil”⁹⁹. Muitos padres passavam por crises¹⁰⁰ de fé que não necessariamente significavam descrença religiosa, mas era a expressão de um desconforto que sentiam diante de uma vida religiosa ancorada no celibato e nos pressupostos da romanidade do catolicismo, razão pela qual diversos sacerdotes mudavam de congregações ou de religião, sem necessariamente abandonar a crença espiritual.

A Ação Católica é uma das organizações que impulsionaram as mudanças na Igreja. Fundada em 1935 sob a liderança de Dom Leme, o objetivo da entidade era não apenas promover a participação dos jovens no movimento litúrgico, mas também estimulá-los à ação

⁹⁶ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der, *op. cit.*, 2008, p. 558-559.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 572.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 573.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 575.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 576.

social¹⁰¹. As organizações de juventude católica que foram criadas nos anos posteriores somente podem ser compreendidas se consideramos o enraizamento da Ação Católica no laicato brasileiro, principalmente entre os universitários. Todas as instituições católicas anteriormente mencionadas (Centro Dom Vital, Instituto Católico de Estudos Superiores, Associação Universitária Católica) foram construídas porque houve a arregimentação dos jovens leigos, os quais deveriam defender os valores cristãos na sociedade.

Durante a primeira década de existência, a Ação Católica era uma entidade centralizada, apoiadora de regimes autoritários, defensora de uma visão conversadora e das lições advindas da Santa Sé, assim como dividiam seus membros por sexo e idade¹⁰² e manifestavam os valores de uma sociedade tradicional e hierarquizada. Aos poucos crescia a fileira de jovens que oxigenavam o movimento com lufadas de ideais progressistas, o que gerava uma reação das hostes conservadoras. *O Legionário*¹⁰³, por exemplo, era um periódico católico sediado em São Paulo, promovido pelo movimento mariano e que tinha um grande alcance na hierarquia eclesiástica e nos setores conservadores do laicato, tais como a Tradição, Família e Propriedade (TFP). Plínio Correia de Oliveira fazia parte da TFP, escreveu artigos para o jornal e condenava os “desvios” morais no seio da entidade leiga. Ele publicou, em 1943, *Em defesa da Ação Católica*, obra que reverbera as opiniões conservadoras sobre a “[...] instituição católica, enfocando principalmente três aspectos: divisão entre clérigos e leigos, valorização das associações, devoções e forma de espiritualidade do catolicismo romanizado, e, por último, a preparação do cristão para a defesa da própria Igreja”¹⁰⁴. No limite, o livro era a negação de uma instituição que pretendia servir como canal de diálogo com a sociedade, propondo a participação de jovens que acreditavam em Deus, mas que ao mesmo tempo enxergavam a Igreja como uma instituição *démodé*, antiquada no aspecto cultural e moral.

A juventude católica progressista conhecia as ideias de Jacques Maritain¹⁰⁵ e endossavam seu posicionamento contrário à guerra civil espanhola, ao franquismo, ao nazismo, ao fascismo e a qualquer modalidade de regime autoritário. O pensamento do filósofo francês alimentou corações e mentes dos jovens leigos e de Alceu Amoroso Lima, que passou a criticar o regime franquista e a defender o fim da ditadura varguista, lutando pela abertura democrática em 1945. De um lado, a obra de Maritain interpelou o arquétipo romanizado que a Santa Sé formulou

¹⁰¹ Ibid., p. 510-511.

¹⁰² Ibid., p. 511-512.

¹⁰³ Ibid., p. 515.

¹⁰⁴ Ibid., p. 515.

¹⁰⁵ Ibid., p. 517-518.

para a Ação Católica, e, de outro lado, a sua obra foi capaz de medrar uma nova postura das lideranças do Centro Dom Vital e da Ação Católica.

Nessa linha de considerações, em julho de 1950 ocorreu a IV Semana Nacional da Ação Católica, evento que culminou na elaboração de novos estatutos da entidade e na reorientação do movimento em direção à sociedade civil organizada e democrática. Por intermédio da pressão levada a cabo pelos prelados, a comissão episcopal decidiu criar cinco movimentos especializados da juventude¹⁰⁶, tais como a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), organizações que manifestavam o apoio ao apostolado nessas camadas sociais, do campo à universidade. “Se a implantação da Ação Católica ocorreu num período de afirmação de governos autoritários, a nova etapa corresponde à abertura para a democracia liberal, resultante da vitória dos aliados ao final da Segunda Guerra Mundial, e expressa no Brasil pela Constituição de 1946”¹⁰⁷.

Os anos de 1950 abriram um novo horizonte para a atuação do clero no Brasil. Dom José Delgado, Dom Eugênio Sales e Dom Helder Câmara foram bispos do Nordeste que atuaram no sentido de uma atuação pastoral inovadora e condizente com os infortúnios sociais dessa região¹⁰⁸. O último foi responsável por articular a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituição fundada em 1952 e responsável por reforçar a pastoral social no país. Nascido na capital cearense, Helder Câmara (1909-1999) teve contato com a ventura religiosa desde menino, o que o levou a escolher a vida clerical ainda adolescente e a realizar uma trajetória vertiginosa no seio da Igreja, ordenando-se sacerdote aos 22 anos de idade¹⁰⁹ e sendo nomeado arcebispo¹¹⁰ de Recife em 1964.

Em que pese a atuação dos bispos do Nordeste para amainar os problemas sociais da região, ainda vigorava a verve eclesial europeia na Igreja Católica brasileira, o projeto pastoral (e romanizado) de Dom Leme ainda tinha força política e simbólica na atuação do episcopado nacional. Havia forte presença do clero estrangeiro no país, da mesma forma que se fazia presente numerosas organizações leigas e congregações femininas oriundas de outras nacionalidades. “Parte expressiva da educação católica [estava] nas mãos de congregações de origem europeia, que em geral [procuravam se] manter fiéis à mentalidade dos países de sua

¹⁰⁶ Ibid., p. 518-519.

¹⁰⁷ Ibid., p. 518-519.

¹⁰⁸ Ibid., p. 592-594.

¹⁰⁹ Ibid., p. 593.

¹¹⁰ Ibid., p. 594.

proveniência¹¹¹. De todo modo, a renovação pastoral iniciada pelos bispos do Nordeste somente foi possível porque os sacerdotes e bispos europeus tiveram pouca influência nessa região, o que possibilitou a força da pastoral social em diversos estados nordestinos. No decorrer dos anos 1950¹¹², e mediante a grande influência desses bispos, o clero começou perceber que seria necessário compreender a realidade do país, aprofundar no estudo das desigualdades sociais e agir mediante a adoção de medidas que pudessem contribuir para reversão do quadro socioeconômico perverso. Dom Helder Câmara foi o bispo responsável por conduzir os trabalhos da CNBB de 1952 a 1964, procurando liderar a instituição com o objetivo de mediar as diferenças na hierarquia eclesiástica e enfrentar os desafios colocados nessa quadra histórica.

Sob a chancela da Santa Sé, a CNBB representou um ponto de viragem na história do catolicismo brasileiro. O pioneirismo do padre cearense foi central no desenvolvimento dessa confederação ancorada na atuação pastoral: “[...] a ênfase que começou a ser dada pela Igreja às questões de ordem socioeconômicas, por um lado, e, por outro, a declarada decisão de realizar suas atividades em colaboração com o poder público”¹¹³. Respalhado pelos leigos da Ação Católica, Dom Helder provocou os baluartes do clero nacional.

O processo de conscientização democrática e social assenhorou-se dos bispos paulatinamente, as orientações do episcopado aos prelados perderam tónus diante da criação da CNBB, instituição estratégica para a participação e organização dos chefes das dioceses na formulação de diretrizes que pudessem ser dirigidas à população. O êxito da CNBB deveu-se não apenas à liderança de Helder Câmara, mas também ao consistente apoio da Ação Católica (e de suas juventudes especializadas)¹¹⁴ nas atividades da confederação, em especial quando se analisa a atuação dos leigos na assessoria aos bispos, provocando-os a enfrentar as iniquidades sociais e desafiando-os a valorizar os pressupostos progressistas e democráticos. Igualmente, “[...] a própria divisão da Ação Católica em regionais foi um prenúncio da própria divisão da CNBB em regionais, facilitando uma ação pastoral diversificada”¹¹⁵. Para ter-se uma ideia da estreita relação entre as duas entidades, Dom Helder foi eleito, em 1953, como assistente geral da Ação Católica Brasileira e secretário-geral da CNBB.

A congregação dominicana não estava alheia às mudanças que ocorreriam no clero nacional. Embora a Ordem brasileira pertencesse à conservadora Província de Toulouse, os anos 1930 e 1940 desabrocharam uma renovação no catolicismo social francês. Como já foi

¹¹¹ Ibid., p. 595.

¹¹² Ibid., p. 620-621.

¹¹³ Ibid., p. 626.

¹¹⁴ Ibid., p. 622-623.

¹¹⁵ Ibid., p. 624.

dito, os dominicanos Yves Congar, Marie-Dominique Chenu (1895-1990)¹¹⁶ e Louis-Joseph Lebret expressam essa nova fase. Ainda que os jovens dominicanos brasileiros estudassem na conservadora província francesa, eles eram fortemente influenciados pelo pensamento desse novo catolicismo social representado pela Província de Paris. Assim que retornavam ao Brasil, procuravam colocar em prática as ideais progressistas apreendidas nas obras desses frades e de outros filósofos e teólogos, e entravam em atrito com os padres conservadores da Ordem. Ainda assim, é possível identificar um paradoxo relacionado ao posicionamento dos dominicanos brasileiros e franceses¹¹⁷: enquanto a Província de Toulouse era a mais conservadora das províncias pregadoras da França, a missão dominicana do Brasil era avaliada como a mais progressista quando comparada às congregações europeias que atuavam no país.

As conexões estabelecidas entre dominicanos brasileiros e franceses ultrapassavam as fronteiras da profissão religiosa. Havia um trânsito das ideias¹¹⁸ formuladas por pensadores cristãos franceses e assenhorada por frades e leigos brasileiros que estavam ávidos por uma perspectiva progressista da filosofia e teologia cristã. Se as missões localizadas no Brasil profundo não permitiam esse intercâmbio, o estabelecimento dos dominicanos nas grandes cidades e a atuação dos frades pregadores como mensageiros desse pensamento foram elementos galvanizadores de um apostolado intelectual que lhes permitiram conquistar notoriedade nos círculos católicos, aproximarem-se da hierarquia eclesiástica e contribuir para o enraizamento do catolicismo no país. Podemos afirmar que a atuação dos dominicanos brasileiros contribuiu para o posicionamento da Igreja nas cidades, inserindo-as na dinâmica de um país que flertava com a democracia liberal após 1945.

“Centenário dos Dominicanos” é um texto de Alceu Amoroso Lima (assinado sob o pseudônimo Tristão de Athayde) publicado no *Jornal do Brasil* em 06 de novembro de 1981, cujo argumento corrobora o papel fundamental cumprido pela Ordem na consolidação do catolicismo brasileiro do século passado:

[...] E sua atuação em nosso meio, de 1881 a 1981, já passou por três fases: a inicial, com a ida direta aos sertões do Araguaia; a seguinte, ao passarem desses sertões aos salões intelectuais dos grandes centros; e a presente, com sua influência junto às Comunidades Eclesiais de Base [...]. Essa entrada dos filhos de São Tomás de Aquino no âmago de nossos sertões foi sucedida, como dissemos, por sua extensão aos meios universitários e sociais do Rio, S.

¹¹⁶ Da mesma forma que Congar, Chenu foi alijado do pontificado de Pio XII (1958-1963) por ter se engajado nas questões que diziam respeito à reforma da Igreja Católica, a exemplo de seu envolvimento no movimento dos padres operários. Ele também apoiou a teologia da libertação latino-americana e foi nomeado como perito no Concílio Vaticano II. Chenu estudou a exegese bíblica, a história medieval e a filosofia de São Tomás de Aquino.

¹¹⁷ PIC, Claire, *op. cit.*, 2014, p. 285.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 276.

Paulo e Belo Horizonte. Três deles se destacaram, desde logo, nessa segunda fase: Frei Sala e Frei Pedro Secondi no Rio e Frei Tauzin em Belo Horizonte. Os dois primeiros foram cofundadores do Instituto Católico de Estudos Superiores, raiz da futura Universidade Católica do Rio. [...] Se somarmos essa dupla missão missionária, nos sertões e nos salões, à presente atuação dos jovens dominicanos brasileiros, continuadores dos franceses do início do século, junto às comunidades de base do nosso povo do trabalho manual e da ascensão social das nossas massas, teremos um quadro aproximado da imensa contribuição que esses filhos de S. Tomás de Aquino vieram prestar e continuarão a prestar, no futuro, à nossa cultura filosófica, religiosa e social. Não nos esqueçamos, igualmente, da esteira luminosa que o renascimento católico no início do século em França, no tempo de Péguy e Léon Bloy, estendeu ao Brasil, pela passagem de Bernanos, durante a Segunda Grande Guerra, assim como pela influência do ‘humanismo integral’ de Jacques Maritain em nossa geração na silenciosa revolução social que se vem processando, entre nós, desde 1930, tanto na mente das elites, como nos fatos das massas em movimento ascensional¹¹⁹.

Nas entrelinhas, o artigo de Alceu sinaliza a sua proximidade com a congregação dominicana brasileira, um relacionamento fortalecido para além das autoridades da Ordem, a exemplo da amizade entre ele e Frei Benevenuto de Santa Cruz. Na Casa Alceu Amoroso Lima encontram-se as dezesseis¹²⁰ cartas que nosso personagem enviou a Alceu entre 1944 e 1959, já no acervo pessoal de Santa Cruz são quatro as cartas de Alceu endereçadas ao frade, três de 1947 e uma de 1948. O vínculo entre o jovem padre formado na França e o intelectual cristão de renome é um forte indício do modo como as ideias poderiam circular nos meios católicos, viabilizando projetos, trocando impressões intelectuais, compartilhando dúvidas, críticas e construindo pontes que desenvolveram a cultura católica no Brasil.

Nós iremos abordar a correspondência¹²¹ trocada entre eles no decorrer dos dois primeiros capítulos desta tese, e por ora analisaremos as três cartas redigidas à mão que Benevenuto

¹¹⁹ Este texto foi extraído da tese de PIC, Claire, *op. cit.*, 2014, p. 277.

¹²⁰ Quinze foram escritas à mão, uma foi datilografada e apenas duas têm dia e mês (sem mencionar o ano).

¹²¹ Neste e nos outros capítulos desta tese iremos apresentar algumas correspondências trocadas entre Frei Benevenuto e personagens do universo religioso, intelectual, industrial e universitário do Brasil e de alguns países da Europa. Santa Cruz trocou cartas com Carlos Pinto Alves, padre Le Bret, Murilo Mendes, com membros do movimento Economia e Humanismo, e com autores, amigos e frequentadores da Livraria Duas Cidades. Cientes de que a utilização de missivas como objetos e fontes de pesquisa requer o emprego de metodologias epistolares, procuramos analisar essas correspondências levando em consideração os pressupostos metodológicos para interpretação e análise das cartas, tais como: o contexto político e sociocultural em que elas são escritas; as subjetividades presentes na forma como a redação ocupa o espaço da página; a maneira como elas são datadas e assinadas; as insígnias, carimbos e selos estampados; as questões filológicas decorrentes da linguagem, ortografia, inteligibilidade e expressões do período em que são escritas; a construção do indivíduo (remetente e destinatário) manifestado nas cartas, assim como as especificidades das comunicações institucionais, entre outras questões atinentes ao âmbito de metodologias epistolares. Nós transcrevemos boa parte das epístolas para o Word, procuramos evitar os vocábulos daquela época e algumas expressões utilizamos as normas da língua portuguesa e francesa vigentes atualmente, bem como citamos alguns trechos não utilizando o sublinhado presentes em algumas palavras, expressões ou frases, pois partimos do pressuposto que essas ênfases não prejudicam a compreensão (e o sentido) das missivas. Optamos por citar trechos legíveis e compreensíveis, embora tenhamos mais analisado e

enviou para Alceu, as duas primeiras de 1944 e iniciadas de modo formal pelo remente, enquanto a terceira, de 1946, manifesta a aproximação entre eles pelo conteúdo e pela forma como o frade iniciou a epístola: “Caríssimo Dr. Alceu, um grande abraço”. Escolhemos essas epístolas com o objetivo de demonstrar a maneira como a rede de relações Brasil-França envolvia frades e leigos católicos que estavam no entorno do convento das Perdizes.

Na carta de 17 de outubro de 1944, Frei Benevenuto lamentou o retorno do padre dominicano Joseph-Vincent Ducattillon (1898-1957)¹²² a seu país, afirmando que não o conheceu quando esteve na França e disse que estava surpreso com a vitalidade do frade, um “[...] exemplo para outras vidas dominicanas que começam apenas. Estive com ele dois dias – Frei Romeu foi conosco – na usina de meu amigo Carlos Pinto Alves aqui perto de Campinas e lá o conheci na intimidade”. Um pouco mais adiante, o remetente comentou que aquela era a primeira carta que ele enviava a Alceu, “[...] o que não faço sem uma imensa tristeza neste momento em que o espírito de incompreensão e de confusão não hesita em lançar-lhe as mesmas pedras [...]”. O remetente, a pedido de Ducattillon, enviou ao destinatário uma cópia do artigo escrito pelo religioso francês em 1935; comentou que o texto tratava de questões que se passavam naquele tempo e sugeriu a difusão do artigo no Brasil. Em seguida, Santa Cruz informou que tinha feito uma tradução do texto às pressas, cuja publicação está impressa na *Folha da Manhã*, e que se Alceu tivesse a intenção de publicá-lo em *A Ordem* – como transcrição – ele aperfeiçoaria a tradução. “[...] Aliás, o senhor, querendo, poderá publicá-lo mesmo no corpo da revista, pois como me dizia o fr. Ducattillon ele estendia os direitos de tradução à Ordem igualmente [...]. O senhor fica livre. [...]. Eu acho que estamos no começo de uma carta que vai ser muito longa”.

Em primeiro de novembro de 1944, Frei Benevenuto escreveu a sua segunda carta a Alceu Amoroso Lima. O religioso enviou a tradução do artigo do padre Ducattillon, a ser publicado em *A Ordem*, dizendo que lhe enviou uma cópia, com correções feitas a lápis, por estar em

parafrazeado o teor das cartas. Sobre, consultar: MOARES, Marcos Antonio de; NEVES, Rodrigo Jorge Ribeiro. Apresentação do dossiê artífices da correspondência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 67, p. 103-105, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i67p103-105>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/137594/133215>. Acesso em: 19 jan. 2021; FERRARI, Márcio. Metodologia epistolar: projeto franco-brasileiro estabelece critérios para a publicação de correspondência intelectual. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 262, p. 52-55, 2017. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/12/052-055_epistolografia_262.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021; PAGÈS, Alain. A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autógrafos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 67, p. 106-123, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i67p106-123>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/137569/133197>. Acesso em: 19 jan. 2021.

¹²² Vincent é o nome religioso de Joseph Ducattillon, dominicano francês que teve sua profissão religiosa em 1921 e doutorado em Teologia em 1927. Segundo reportagem do jornal catarinense *O Estado*, publicada em 29 de setembro de 1944 e intitulada “Está no Rio famoso orador sacro”, Ducattillon era conhecido nos meios católicos e intelectuais do Brasil. Durante sua estada no país fez conferências no Rio de Janeiro e em Florianópolis.

época de exames no convento. Informou que Frei Rosário Joffily (1913-2000)¹²³ iria lhe escrever uma carta sobre a tradução de *Introdução à Filosofia*, de Maritain. E encerrou a carta confidenciando ao destinatário que os frades estavam ansiosos com a chegada do novo arcebispo, todos esperançosos de “[...] uma ação menos ‘boicotada’”. No estado atual das coisas até respiração [é] impossível aqui em São Paulo. [...] Dezembro estou ordenado sacerdote, no máximo dia 6 de janeiro [...], poucas semanas que ainda me restam de preocupação”.

A circulação de ideias e publicações, assim como a rede de contatos entre leigos católicos e dominicanos franceses e brasileiros, fica ainda mais nítida na missiva que Benevenuto enviou a Alceu em 03 de maio de 1946. O remetente tratou de cumprir o que havia prometido ao destinatário, e enviou uma carta aos dominicanos de Paris solicitando a assinatura, em nome de Alceu Amoroso Lima, de três¹²⁴ revistas religiosas francesas: *La Maison-Dieu*, *La Vie Intellectuelle* e *La Vie Spirituelle*. Posteriormente, Benevenuto comentou que pediu a seu amigo Paulo Emílio¹²⁵ que entrasse em contato com o fundador de revista *Esprit*, o filósofo cristão Emmanuel Mounier¹²⁶, e lhe perguntasse se este estaria interessado em conceder uma representação dessa revista no Brasil. Na própria carta, o frade escreveu o endereço de Mounier caso Alceu tivesse interesse em contatá-lo pessoalmente e propor a venda da revista no Brasil por meio da editora Agir¹²⁷. O frade prosseguiu afirmando que a “[...] *Esprit* está editando uma ótima coleção de livros, dos quais alguns já saíram, como livro do P. H. de Lubac¹²⁸ sobre *Proudhon et le Catholicisme*, e uma série da revista *Dieu Vivant*¹²⁹, coisa realmente notável”. Depois ele comentou que recebera notícias dos colegas dominicanos franceses sobre a *Revue*

¹²³ Jovino Joffily era seu nome civil. Nordestino, de família tradicional na política do Rio Grande do Norte, nasceu em João Pessoa em 1913. Cursou o primário e o secundário em Natal, depois concluiu o colegial e ingressou no ensino superior da cidade do Rio de Janeiro. Era primo de Mário Pedrosa, frequentava os círculos intelectuais da intelectualidade carioca e conheceu Alceu Amoroso Lima. Ingressou na JUC em 1934, iniciou o noviciado no Brasil e cursou os estudos superiores religiosos na França, retornando para o Brasil em 1948, quando foi viver no Convento Santo Alberto Magno. Informações extraídas do texto de J. C. Vargens Tambasco, publicado no *Jornal Opinião* (eletrônico), em 14 março de 2019, sob o título “70 anos que o Frei Rosário chegou à Serra da Piedade”.

¹²⁴ Eram originalmente publicadas por *Éditions du Cerf*. Iremos tratar deste selo pertencente aos dominicanos franceses no segundo capítulo, pois a Livraria Duas Cidades traduziu e editou inúmeros títulos dessa editora.

¹²⁵ Deduzimos que se trata do historiador e crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), que também era católico, esteve na França, em 1946, com o objetivo de realizar suas pesquisas sobre cinema e foi docente da USP. Embora não tenhamos nenhum depoimento ou documento que comprove o vínculo entre eles, avaliamos que era plenamente possível essa amizade, pois nossas fontes documentais e testemunhais comprovam a amizade de Santa Cruz com Antonio Candido e Lourival Gomes Machado, professores da USP e amigos de Paulo Emílio.

¹²⁶ Vamos tratar de Emmanuel Mounier no segundo capítulo.

¹²⁷ É a sigla da livraria e editora Artes Gráficas Reunidas S. A., fundada por Cândido Guinle de Paula Machado e Alceu Amoroso Lima em 1944, encerrando suas atividades em 1999. Segundo Laurence Hallewell (*O livro no Brasil, op. cit.*, 2012, p. 545), “[...] a Agir, com 320 títulos em seus catálogo, gozava da reputação de ser a editora mais bem administrada de toda a indústria editorial do Brasil”.

¹²⁸ O padre francês Henri-Marie de Lubac (1896-1991) fazia parte da congregação jesuíta, fez sua formação religiosa na Europa, foi perito do Concílio Vaticano II e promoveu ideias progressistas na Igreja Católica.

¹²⁹ Eram publicadas por *Éditions du Seuil*. Iremos tratar deste selo no próximo capítulo, pois a Livraria Duas Cidades traduziu e editou alguns títulos dessa casa editorial francesa.

Thomiste (editada pela escola de Teologia de Saint-Maximin), os quais informavam que a publicação seria retomada. Frei Benevenuto disse que iria escrever uma carta a seus colegas franceses, e perguntou a Alceu se ele gostaria de ter uma assinatura ou ser agente dessas revistas no Brasil. O remetente afirmou estar convicto de que o país “[...] não assina mais as grandes revistas europeias por dificuldade em suas assinaturas, enviar pagamentos por bancos etc. E acho que nós deveríamos facilitar muito a entrada dessas grandes revistas justamente procurando torná-las acessíveis. Que acha o senhor?”. Por fim, o frade comentou que estava próximo de conseguir uma pessoa para traduzir¹³⁰ o livro *A Realistic Philosophy*¹³¹; se dona Helena Junqueira (diretora da escola de serviço social) não pudesse, Carlos Pinto Alves cumpriria a tarefa. E o remetente terminou a epístola pedindo que o destinatário enviasse algumas obras de sua autoria à biblioteca do Convento Santo Alberto Magno, tais como *Afonso Arinos* (1922), *Estudos* (3ª série, 1930), *As repercussões do catolicismo* (1932), *Introdução ao Direito Moderno* (1933) e *Pela Ação Católica* (1935).

As três primeiras cartas de Frei Benevenuto a Alceu Amoroso Lima atestam o envolvimento de diversas pessoas na circulação e profusão de revistas, livros e pensamentos, muitas das quais contribuíam para o desenvolvimento do convento das Perdizes. Carlos Pinto Alves é uma das pessoas que participou de diversos projetos culturais realizados por intermédios dos frades residentes nesse convento, sendo amigo de alguns deles, como foi amigo íntimo de Santa Cruz. Carlos era empresário paulista, casado com a afamada pintora Moussia Pinto Alves, e era um homem que frequentava os salões e as igrejas. Segundo Tristão de Athayde, Carlos tinha a aptidão de desfrutar de uma vida faustosa, ligada a industriários e banqueiros, “[...] mas como um ser absolutamente livre [...]. Falava do seu amigo Roberto Simonsen, o maior potentado da indústria paulista do seu tempo, com a mesma ternura com que tratava o seu amigo dominicano Frei Benevenuto, ou os seus amigos intelectuais”¹³².

No acervo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz há quinze cartas enviadas de Carlos Pinto Alves ao jovem frade dominicano, quatorze delas datadas entre 1943 e 1955, e uma sem mencionar dia, mês ou ano, algumas com o timbre do remetente, outras com o timbre da Metalúrgica Matarazzo, todas redigidas à mão. No arquivo também se encontra um documento sobre as comemorações das bodas de prata do casal Carlos e Moussia, em 10 de maio de 1948,

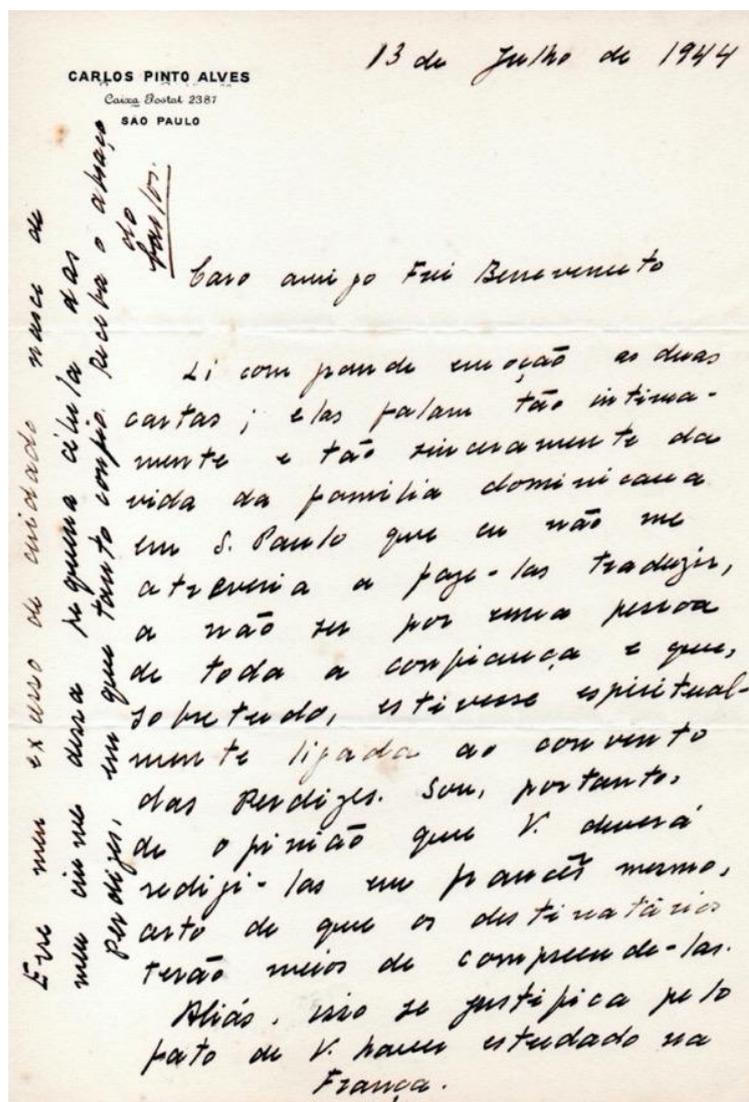
¹³⁰ Benevenuto menciona outra tradução que seria realizada por Frei Gil Gomes Leitão. Por se tratar de uma carta redigida à mão, não conseguimos identificar o nome da obra e do autor.

¹³¹ Não conseguimos descobrir quem é o autor deste livro.

¹³² Artigo intitulado Carlos Pinto Alves e escrito por Alceu Amoroso Lima (sob o pseudônimo Tristão de Athayde). Encontramos o texto no site oficial de Moussia Pinto Alves (<https://www.moussia.com.br/artigo-de-tristao-de-ataide-sobre-c>). Neste site (www.moussia.com.br) há informações sobre a vida e obra da escultora e artista plástica.

sendo que Frei Benevenuto foi o celebrante do 25º aniversário desse enlace matrimonial. Percebemos, assim, que a proximidade entre eles não se restringia às questões religiosas, pois as temáticas tratadas nas cartas enviadas de Carlos a Benevenuto envolvia livros, edições, relacionamentos, confissões de pecados do remetente ou angústias religiosas do destinatário. Nesta parte da tese vamos dialogar com as quatro epístolas de autoria do empresário paulistano, uma de 1943, duas de 1944 e a última de 1947.

Figura 4. Carta de Carlos Pinto Alves a Frei Benevenuto



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz

Essas cartas exemplificam os laços de amizade entre Carlos e Benevenuto, revelam uma atmosfera de intimidade. Logo no início da missiva do dia 12 de dezembro de 1943, Carlos, o

então diretor da Metalúrgica Matarazzo¹³³, disse que a estadia de Benevenuto e de outro frade na Usina Santa Bárbara¹³⁴ estava assegurada durante um dia e uma noite, depois comentou que os religiosos também poderiam ir à metalúrgica. “Independentemente desses passeios, no próximo domingo eu o espero em casa às 3 horas. Está combinado?”. O clima de familiaridade é ainda mais flagrante no início da carta que o empresário escreveu no dia 22 de maio de 1944, interpelando o religioso: “como é isto, Frei Benevenuto, esqueceu-se de mim? Cortou relações comigo? Não mais me telefonou, nem me procurou. Dirá que tenho feito a mesma coisa; mas eu é em respeito a seus estudos, à sua disciplina, e, porque, quero vê-lo o mais cedo possível, sacerdote de Cristo”. Carlos continuou o tom afetivo afirmando ter uma grande admiração por Benevenuto e que estará alegre quando esse dia chegar. “Saiba, pois, que não se passa um dia sem que eu me lembre de si. Receba o abraço do Carlos”. E a terceira carta, enviada em 13 de julho de 1944 (ver figura 4), não apenas entou a camaradagem entre eles, mas também expôs a esperança do remetente com a “[...] pequena célula das Perdizes”.

Se as três primeiras cartas têm a intimidade e a amizade como um denominador comum, a epístola do dia 11 de maio de 1947 reverbera a força da cumplicidade entre eles, brotando uma franqueza de amigos que estão acima de qualquer suspeita. Foram doze páginas escritas à mão, nas quais Carlos começou dizendo que aprendera com Benevenuto sobre não haver suspeitas entre dois amigos, “[...] sobretudo quando se trata de assuntos que estão acima de nosso próprios interesses”. Sem rodeios, o remetente disse-lhe que primeiro queria falar sobre o lado atribulado de Benevenuto, do fosso entre suas aspirações religiosas e da sua evidente sensibilidade. Na opinião de Carlos, a tensão do frade era motivada por várias causas, muitas das quais advindas da dificuldade de aliar o cuidado espiritual ao esforço de lucidez. “[...] Entretanto, depois de todos esses tormentos que nos foram provocados pelas conversas com o P. Le Bret, creio ter vislumbrado um dos nossos mais secretos defeitos: defeito em mim quase insanável, mas que em você, com um pouco de luz, poderá ser desfeito sem deixar traços”.

Carlos achava que a causa sobressaliente das inquietações de Benevenuto estava relacionada ao infortúnio que o remetente também dizia estar acometido. “[...] Tanto eu, quanto você, e como alguns outros amigos, fomos ‘desenraizados’, não temos mais capacidade de

¹³³ Para conhecerem um pouco mais sobre a industrialização brasileira e o império industrial que a família Matarazzo formou no estado de São Paulo, consultar: GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mai. 2005, p. 17-53; VICHNEWSKI, Henrique. *As indústrias matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. Campinas, 2004. 295 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

¹³⁴ Sobre a Usina Santa Bárbara, consultar: IBGE. Usina Santa Bárbara: Santa Bárbara d’Oeste (SP). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=450576&view=detalhes>. Acesso em: 22 jul. 2020.

receber a força de nossa terra, de somar o nosso povo, por causa de nossa cultura francesa demasiadamente intelectual. Eu no mundo, você no convento [...]”. O empresário continuou a argumentação dizendo que eles tinham assimilado a cultura francesa de tal forma que sentiam certa vergonha do Brasil, sugerindo ao frade que refletisse sobre em que medida “[...] os anos em Saint Maximin contornaram as raízes brasileiras de você e de seus amigos”.

Posteriormente, o remetente confidenciou que o francesismo do padre Lebret foi o que o deixou mais atormentado nas conversas que eles tiveram, “[...] o quanto ele representa o povo francês, o quanto ele ama os pescadores bretões e a gente da França: e o quanto nós desprezamos o Brasil! É duro para mim, é duro para você, é duro para alguns de nossos amigos, mas é a verdade”. Segundo Carlos, o amor que ele e Benevenuto procuravam ter pelo ser brasileiro era imbuído de um gesto precipitado, impaciente e mesquinho, na medida em que eles já não pensavam e sentiam como os brasileiros. “Pensamos como a França pensa, sentimos como a França sente. Vergonha, vergonha, vergonha! Favas à França!”.

O remetente continuou a epístola afirmando que eles e o padre Lebret sentiam os “corações transtornados” com as iniquidades do Brasil. Mas enquanto o primeiro era “objetivo e francês”, eles eram “[...] subjetivos e anêmicos, tudo vai salvar a gente arranjando uns pobres para o P. Lebret levar para a França”. Logo depois, Carlos afirmou que a miséria brasileira era de ordem moral, religiosa, capitalista e racial, era “[...] uma miséria a ‘tratar’, miséria no duro (ou demo?)”. Carlos disse que suas considerações não tinham a intenção de se colocar contra o trabalho que Lebret pretendia fazer no país, ele dizia “[...] essas coisas para acordar a nossa responsabilidade para com nossa gente. Se eu tive instrução, foi à custa do Brasil; se você conseguiu estudos, foi à custa do Brasil: e isso realmente custou suor e sacrifício de nossa gente”. Ato contínuo, o remetente sugeriu que o frade procurasse estar atento ao seu redor, ver o que lhe cerca sem angústia nem pânico, e ter mais confiança no convento das Perdizes:

[...] Uma pequena célula dominicana mal alojada e malnutrida, plantada como uma lanterna no alto de uma colina de S. Paulo. Um Convento sem claustro e sem Igreja, sem livros e sem salas-de-aula, em que uma dúzia de jovens morrem de amor pelo cristo! Há dez anos atrás não existiam, hoje existem, pela graça de Deus. Não será esse convento uma das âncoras da Praça de São Pedro na América do Sul? ‘Fincar pé’ nessa âncora não será o nosso primeiro dever? Se esse pobre Convento das Perdizes não existisse, não teríamos uma escola de Teologia no Brasil, nem Economia e Humanismo, [...].

Se Carlos chamava a atenção de Benevenuto para olhar ao seu redor, ele também dizia que seu entorno era de uma família aburguesada e alheia à graça de cristo, pessoas que o estafavam, ao mesmo tempo em que lhe propiciavam alimento e instrução. “[...] Sem um

autêntico chamado de Deus, posso abandonar essa família?”. Depois lançou mais dois questionamentos que procuravam refletir se ele deveria renunciar ao povo do seu país em detrimento dos povos de outras nações. Em tom paternal, sentenciou: “tenho quase 50 anos, você 27; estou acabando, e você começando. Perto dos 50 anos todo o meu esforço consiste em procurar voltar ao ponto de partida; cheio de mocidade você se sente desorientado – como se já não tivesse encontrado o Oriente! – como somos ingratos e tolos!”. O remetente prosseguiu comentando que o religioso deveria ser grato ao chamado dos dominicanos, afastando-lhe de uma vida pequeno-burguesa e propiciando-lhe estudar na França. Enquanto “[...] irmão seus preparavam-lhe agasalho em S. Paulo; aqui se ordenou Sacerdote; [...] não será aqui o seu ‘centro’, não será aqui que deve centralizar-se a sua inquietude; não estará aqui a sua barca e a sua âncora[?!]”. E o empresário encerrou a longa missiva pedindo ao querido amigo que procurasse rogar a Deus, pedindo-lhe que o ajudasse a encontrar o caminho do “homem cristo-jesus”, isto é, que o frade procurasse se guiar pela simplicidade do povo brasileiro, uma gente maltratada, miserável e nem por isso menos temente em Cristo.

As correspondências apresentadas são documentos que manifestam a ligação entre os círculos católicos brasileiros, os pensadores cristãos franceses e os frades pregadores que intermediavam o intercâmbio de um catolicismo social no Brasil. Por intermédio das cartas e dos depoimentos apresentados, identificamos a maneira como Frei Benevenuto se relacionava com personalidades cristãs que pertenciam ao universo econômico, cultural e intelectual do país. Em certa medida, o exemplo do frade nos permite cotejar como se dava a inserção dos religiosos nos debates intelectuais, resultando na brasilianização da missão dominicana e na formação da Província de São Tomás de Aquino, em 7 de março de 1952, o que significou a incorporação dos conventos fundados pelos dominicanos franceses no Brasil.

A formação da província brasileira expressava um desejo dos missionários nativos e da Província de Toulouse, cuja autorização da fundação de São Tomás de Aquino ocorreu mesmo diante da dificuldade de se formar um *Studium* no país¹³⁵, o que deveria ter impedido a criação da nova província. Mesmo diante dessas incorreções, o mestre-geral de Toulouse, Frei Emanuel Soarez, permitiu a recriação do *Studium* de São Paulo alegando que havia numerosos frades brasileiros que retornavam da França, os quais poderiam contribuir para a consolidação desse local de formação de sacerdotes pregadores. O mestre-geral “encontrou o país em processo de desenvolvimento e a Missão Dominicana, caminhando agora rumo aos centros urbanos, já

¹³⁵ PIC, Claire, *op. cit.*, 2014, p. 288.

amadurecida para se tornar uma Província da Ordem”¹³⁶. A base da nova província era formada pelos conventos de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, cidade escolhida para abrigar a residência oficial do primeiro provincial, Frei Sébastien Tauzin¹³⁷, que convocou o primeiro conselho provincial realizado na capital mineira entre os dias 17 e 20 de abril de 1952.

Neste encontro¹³⁸ estiveram presentes aproximadamente dezenove pessoas entre religiosos, priores de todos os conventos dominicanos, diretor da escola apostólica e Sebastião Tauzin. Para além dos frades que teceram um sucinto relatório sobre as atividades de seus conventos, houve a exposição dos responsáveis por setores especializados da Ordem, bem como a intervenção dos dominicanos que estavam ligados diretamente ao apostolado e à vida religiosa. Frei Romeu Dale tratou da *Vida religiosa e apostolado moderno*; Tauzin dissertou sobre *A reorganização da Escola Apostólica*; Frei Tomás Balduino falou sobre *O recrutamento*; Frei Benevenuto de Santa Cruz palestrou sobre *Os dominicanos e o setor social*; Frei Martinho Penildo Burnier discorreu sobre *O problema da localização do noviciado e estudantado*; Frei Reginaldo de Sá expôs sobre *A localização provisória da Teologia* e Frei Pedro Secondi palestrou sobre *A concepção dominicana das missões*. Nos dias 19 e 20 houve a reunião apenas dos conselheiros, ocasião em que decidiram manter o noviciado no convento de São Paulo e os cursos de Filosofia e Teologia em Belo Horizonte, o que foi posteriormente reavaliado.

As temáticas das exposições anteriormente mencionadas reverberam o tom dos debates dominicanos que ocorriam no início dos anos 1950, bem como reforçam a relevância da atuação dos frades brasileiros “[...] na difusão das ideias e das experiências então desenvolvidas nos círculos dominicanos franceses, e desempenham um papel de mensageiros entre as redes intelectuais católicas de um lado a outro do Atlântico”¹³⁹. Os estudantes que cursaram o noviciado e a profissão religiosa em Saint-Maximin, nos anos 1930 e 1940¹⁴⁰, presenciaram o conservadorismo reinante na Província de Toulouse, embora tenham tido a possibilidade de estabelecer contato com os frades de Paris e o pensamento que estes defendiam. No início da

¹³⁶ MEMÓRIA DOMINICANA. Implantação da Ordem dos Frades Pregadores no Brasil, 1952-1965: pela Província Dominicana Brasileira São Tomás de Aquino. Juiz de Fora: Ordem dos Dominicanos, 1980-2013, n. 21. Semestral. p. 1.

¹³⁷ Sébastien Tauzin (1907-1993) era francês, realizou sua profissão religiosa na Província de Toulouse e foi enviado para o Rio de Janeiro em 1935, a fim de lecionar Filosofia na Faculdade Católica e na Faculdade Santa Úrsula. Em 1943, ele publicou seu livro chamado *Bergson e São Tomaz: o conflito entre a intuição e a inteligência*, editado pela Desclée de Brouwer e prefaciado por Tristão de Athayde. Logo em seguida foi para Belo Horizonte com o objetivo de abrir uma casa da Ordem, ocasião que o alçou ao posto de vigário provincial. Como primeiro provincial de São Tomás de Aquino, fundou o Seminário de Juiz de Fora. Em 1956 retornou à sua terra natal.

¹³⁸ MEMÓRIA DOMINICANA, *op. cit.*, 1952-1965, n. 21, p. 2-3.

¹³⁹ [No original]: “[...] à la diffusion des idées et des expériences développées alors dans les milieux dominicains français et jouent un rôle de passeur entre les réseaux intellectuels catholiques d’un bord à l’autre de l’Atlantique”. Tradução nossa. PIC, Claire, *op. cit.*, 2014, p. 278.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 288.

década de 1940, a província sediada no Brasil passou a receber religiosos cada vez mais influenciados por um pensamento progressista, jovens religiosos que procuraram irradiar um novo ideário na Ordem e nos círculos católicos, levando-os a participar de projetos que promoviam a Ação Católica, a democracia cristã e a doutrina social da Igreja.

Estamos certos de que Frei Benevenuto não foi o único frade a desempenhar esse papel. Num primeiro momento, acreditamos que ele tenha sido um dos articuladores do movimento apostólico social e intelectual no seio da Ordem Dominicana paulista, mas num segundo momento percebemos que ele alargou seu espaço e suas formas de atuação para outras regiões do país, posteriormente desempenhando a função de livreiro e editor. Independentemente dos exageros, das contradições, das lacunas ou até mesmo do forte apelo íntimo em muitas das correspondências e dos testemunhos, nos parece razoável afirmar que Benevenuto foi um dos frades que voltaram à terra natal fortemente influenciado pelos progressismo dos pensadores católicos franceses. Ele estreitou os laços de amizade com a elite paulista e praticou um apostolado cultural e social. Como veremos a seguir, não foi à toa que ele embarcou na nau desenvolvimentista liderada pelo padre Lebret, o grande idealizador da economia humana.

Padre Lebret, Economia e Humanismo e Frei Benevenuto

Entretecer o novelo formado por padre Lebret, movimento Economia e Humanismo e Frei Benevenuto poderia resultar em outra tese se não definirmos com precisão quais são os fios que dizem respeito a este trabalho. Entre encontros e despedidas, Lebret e Benevenuto conviveram por aproximadamente dezenove anos; desde 1947, quando se conheceram, até 1966, o ano de falecimento do dominicano francês. Ao longo desse período, os dois elaboraram e conduziram projetos de cunho social e urbanístico para diversas cidades brasileiras e estrangeiras, ao mesmo tempo que fomentaram o movimento Economia e Humanismo no Brasil e construíram uma amizade calcada no desejo de um mundo mais justo, igualitário e solidário.

A indagação que permeia esta etapa da tese tem a finalidade de investigar em que medida os laços que atam Frei Benevenuto ao padre Lebret e ao movimento Economia e Humanismo foram determinantes na formação do livreiro-editor. Responder essa questão requer deixar de lado uma abordagem minuciosa sobre as numerosas pesquisas e projetos urbanísticos e sociais que eles realizaram, atividades que envolveram uma miríade de pessoas e instituições. Tampouco queremos cair em reducionismos ou análises que escamoteiem programas importantes, cujos resultados ainda ecoam na esfera do urbanismo e do catolicismo. Partindo dessas premissas, iremos apresentar e analisar algumas fontes textuais, publicações, dissertações, teses e artigos científicos que procuraram perscrutar as atividades do padre francês no Brasil¹⁴¹, embora tenhamos a impressão de que esses estudos não procuraram aquilatar o papel estratégico de Frei Benevenuto na consecução e realização desses projetos, considerando que ele foi um dos grandes promotores, articuladores e empreendedores da economia humana e dos estudos desenvolvidos para governos municipais e estaduais do país, assim como foi o grande responsável por importar e comercializar os livros originais de Lebret, e depois traduzi-los, editá-los e revendê-los território nacional.

Nessa linha de considerações, propomos, primeiro, traçar um breve relato biográfico do religioso francês, a abarcar desde sua origem familiar, passando pela formação escolar e religiosa, até chegar nos anos em que ele fundou o Economia e Humanismo e viajou a Pauliceia com o objetivo de lecionar um curso na antiga Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo¹⁴² e palestrar no Rio de Janeiro, ocasião em que Lebret conheceu Benevenuto e confiou-lhe a tarefa de representar o movimento no Brasil. À vista desse contato, nos dedicaremos a analisar a relevância do francês na formação de Santa Cruz, os programas e as atividades que

¹⁴¹ Ainda que *en passant*, procuraremos discorrer um pouco sobre a inserção de Lebret na América Latina.

¹⁴² Hoje Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

eles edificaram, bem como as circunstâncias religiosas dos anos em que trabalharam juntos. Em linhas gerais, trataremos dos projetos que eles desenvolveram e das viagens que realizaram, procurando esmiuçar o quanto a aproximação com as ideias e o movimento liderado por Lebret provocou um amadurecimento pessoal e profissional de Frei Benevenuto como livreiro-editor, que passou a difundir as obras do padre francês e enveredar nos salões das elites políticas e industriais paulistanas, ao mesmo tempo que passou conviver cotidianamente com diversos membros da Juventude Universitária Católica (JUC) e das demais entidades da Ação Católica.

Louis-Joseph Lebret (1897-1966) nasceu em Le Minihic-sur-Rance, comuna francesa situada na região da Bretanha. Descendente de uma família campesina, marinheira e católica, Lebret foi aluno da escola naval de Saint Brieuc, tornou-se piloto e tenente antes de assumir o posto de oficial da Marinha Nacional francesa durante a Primeira Guerra Mundial, o que o levou a receber o galardão da Legião da Honra pelo trabalho realizado como oficial. Mas a honraria não foi o único legado do tempo de guerra, a sua sabedoria marinheira propiciou-lhe o traquejo com o cálculo, a capacidade de resiliência diante das intempéries do mar e das injustiças sociais, ao mesmo que tempo forjou outras habilidades decorrentes de sua trajetória marinheira¹⁴³.

A despeito da estabilidade profissional propiciada pela carreira naval, Lebret abdicou-se do posto militar aos 26 anos de idade e ingressou na Ordem Dominicana em 1923, ordenando-se sacerdote em 1928¹⁴⁴. Foi na condição de padre que ele realizou a sua primeira pesquisa e ação, “[...] em 1929, na costa da Bretanha, França, quando a mecanização das atividades pesqueiras e a repercussão da crise mundial desorganizaram o mercado internacional e influenciaram negativamente a economia local”¹⁴⁵. A sua aproximação dos pescadores de Saint-Malo – cidade portuária localizada a aproximadamente treze quilômetros de Le Minihic-sur-Rance –, estimulou-o a erigir a Associação dos Jovens Marítimos, um braço da Juventude Operária Católica (JOC) francesa.

Essa experiência o levou a desencadear diversas pesquisas em torno dos mecanismos de funcionamento do mercado litorâneo francês, europeu e internacional, estimulando-o a aprofundar seus estudos nas áreas sociológicas e econômicas. As múltiplas referências teóricas¹⁴⁶ do padre Lebret abarcavam¹⁴⁷ desde o movimento neotomista de renovação católica, defendido pelo padre Antonin-Gilbert Sertillange, passando por Emmanuel Mounier, por certas

¹⁴³ BOSI, Alfredo., *op. cit.*, 2012, pp. 250-251.

¹⁴⁴ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 310.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 310.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 60-61.

¹⁴⁷ GODOY, José Henrique Artigas de. Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebret: Desenvolvimentismo e Práxis Progressista Católica nas Décadas de 1950 e 1960. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 63(1):e20170188, p. 1-41, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582020198>. Acesso em: 15 jul. 2020. p.7-9.

concepções de Émile Durkheim, pelos engenheiros Thomas Suavet, Jean Queneau e Paul Verney, pelos sociólogos Paul-Henry Chomart de Lauwe, Henry Desroches, Frédéric Le Play, pela sociologia e filosofia religiosa de Jacques Maritain e Abbé Henri de Tourville, pelo economista François Perroux, pelo geógrafo Pierre George, pelo urbanista Gaston Bardet e pelo intuicionismo de Bergson, assim como pelos estudos comunitários de Ferdinand Tönnies e do anarquista Kropotkin, além de aspectos da teoria marxista, em especial os que dizem respeito à exploração do trabalho, da etnografia urbana e da condenação ao capitalismo liberal.

A partir desses nomes podemos inferir dois elementos vitais levados a cabo pelo padre Lebret em suas pesquisas: a interdisciplinaridade e o substrato religioso progressista. Com relação ao primeiro, o arcabouço teórico e metodológico que ele manuseava questionava as disfunções sociais e estabelecia um conjunto de ações que deveriam ser efetuadas para alterar o diagnóstico traçado e contribuir para o aprimoramento de uma civilização em que a economia estivesse a serviço da humanidade. Em seus estudos e obras, ele dialogava com as diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo seu argumento mediante análise política, econômica, cultural, social, ambiental e geográfica, os quais “[...] se apresentariam interconectados na dinâmica social e entre nações, por isso o desenvolvimento humanista deveria ter caráter integral, concernindo todos os aspectos da vida em sociedade, e universal, envolvendo todos os povos em uma civilização solidária”¹⁴⁸. Paralelamente, ele foi persuadido pelos “[...] círculos católicos progressistas que tentaram articular um movimento pela ‘democracia cristã’ nos anos 1950, cuja característica principal era trazer para o centro do debate a questão social”¹⁴⁹.

Lebret conheceu a realidade dos pescadores da região da Bretanha, ingressou na ordem dos pregadores, entrou em contato com as obras e o pensamento desses e de outros autores, e fundou¹⁵⁰ a Economia e Humanismo no ano de 1941, em Marseille. No ano seguinte publicou o primeiro número do periódico *Économie et Humanisme*, realizou uma pesquisa sobre as convergências e divergências entre propriedade e comunidade, e lançou o manifesto homônimo ao nome da revista. Em 1943, o sociólogo (e então dominicano) Henri Desroche se somou à equipe, montaram um centro de Economia e Humanismo em Lyon e continuaram as publicações relacionadas ao movimento e aos aspectos metodológicos que eram utilizados nas pesquisas. Fundaram, em 1945, a *Société d’Application Généralisée des Méthodes d’Analyse*

¹⁴⁸ Ibid., p. 8.

¹⁴⁹ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 71.

¹⁵⁰ “Entre aqueles que assinaram o manifesto de fundação do movimento encontravam-se os padres Lebret, Marie-Réginald Loew, Alain-Zacharie Serrand, Abbé Pierre Bouche e Marie-Fabien Moos, e os leigos Gustave Thibon, Raymond Delprat, Gaston Bardet, Jean-Marie Gatheron, Alexandre Dubois, Alfred Sauvy, François Perroux, René Moreux e Emmanuel Mounier”. GODOY, José Henrique Artigas de., *op. cit.*, p. 34.

(SAGMA), entidade cuja finalidade era realizar investigações sobre os problemas sociais e urbanísticos, o que procuraram fazer desde o princípio, quando conduziram uma pesquisa sobre a questão da habitação nas grandes cidades francesas e Lebret iniciou uma série de palestras pelo país¹⁵¹. Se entre 1941 e 1945 ocorreu um trabalho voltado ao desenvolvimento conceitual e doutrinal do movimento, ocupando-se das questões de dimensão territorial e do trabalho multidisciplinar, entre 1945 e 1950 foram contratados pelo Ministério da Reconstrução e Urbanismo francês com o objetivo de projetarem uma solução para o problema das habitações fortemente bombardeadas na guerra, ocasião em que Lebret se tornou o responsável por dirigir os trabalhos nas cidades de Lyon, Saint-Etienne, Nantes e Marseille. “[...] O porto de Le Havre, talvez o mais danificado, abrigou também um grupo de Economia Humana. A pesquisa expandiu-se no sentido de detectar as carências alimentares da bacia parisiense. Grenoble, centro industrial importante, contou com uma das equipes mais ativas”¹⁵². Entremontes, Lebret publicou, em 1946, o *Principes pour l’action e Guide du Militant*, ano em que o movimento também fundou, em Paris, a livraria e editora *Économie et Humanisme*¹⁵³.

1947: os frutos da primeira viagem de Lebret ao Brasil

O dominicano francês fez sua primeira viagem a América Latina aos 50 anos de idade, mais precisamente ao Brasil, local da sua ventura inaugural por um país subdesenvolvido. Esta viagem não foi fortuita, sucedeu em consequência de uma relação entre Lebret e um padre brasileiro que residia na França e cursava seu estudos em Teologia. Por meio do fundo Lebret consultado nos *Archives Nationales* de Pierrefitte-sur-Seine, encontramos a correspondência datilografada que Frei Romeu Dale (1911-2007)¹⁵⁴ trocou com o padre francês desde 1941 até 1952, período em que trocaram suas percepções sobre a Economia e Humanismo e a realidade

¹⁵¹ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 312.

¹⁵² BOSI, Alfredo., *op. cit.*, 2012, p. 255.

¹⁵³ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 312.

¹⁵⁴ Frei Romeu Dale nasceu no Rio de Janeiro, cursou a escola de técnica agrícola em Viçosa, Minas Gerais, e depois ingressou na Faculdade de Direito da capital fluminense. Durante o período universitário conheceu as ideias de figuras expoentes da Igreja Católica, a exemplo do Cardeal Leme, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Os acadêmicos cariocas dessa época foram influenciados por beneditinos e dominicanos, Dale optou pela segunda congregação, realizando o noviciado e a profissão religiosa em Saint-Maximin, em seguida cursando Teologia no Instituto Católico de Toulouse e o doutoramento na Universidade São Tomás de Aquino, em Roma. Retornou ao Brasil, residiu no Convento das Perdizes e depois foi alocado no Convento do Leme, dedicando-se à Economia Humanismo, à Ação Católica e à JUC. Foi defensor do ecumenismo, integrou a CNBB e aproximou-se de Dom Helder Câmara. Paralelamente atuou na comunicação social, contribuiu para a criação da livraria SAL e fez trabalhos avulsos para a Vozes. Foi perito do Concílio Vaticano II, e, em 1987, foi pároco interino dos dominicanos de São Paulo. Faleceu, em 2007, na capital mineira. Para maiores informações, consultar o texto escrito por ZAMAGNA, Domingos. Frei Romeu Dale, OP (1911-2207). *Gentil Weblog*. Disponível em: <https://pgentil.wordpress.com/2008/12/01/homenagem-a-Frei-romeu-dale/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

brasileira. Nas duas primeiras epístolas (a primeira de 17 de janeiro e a segunda de 03 de maio 1941)¹⁵⁵ que Lebret dirigiu a Dale, o remetente agradeceu o contato do religioso brasileiro, disse que gostaria de conhecê-lo pessoalmente, acrescentou que pensava em viajar para América do Sul com o fim de conhecer a realidade do continente, convidou o destinatário a participar das reuniões do grupo de Economia e Humanismo e pediu que ele enviasse artigos e textos sobre os problemas brasileiros.

Foi assim que Frei Romeu Dale passou a ser um interlocutor e disseminador do movimento entre os frades brasileiros que viviam na França. Ele trocava informações com alguns membros da equipe lebreteana e recebia as revistas publicadas pelo grupo. Passado um ano do primeiro contato entre eles, notamos a liderança que Lebret atribuiu a Dale na carta datilografada que o francês enviou ao brasileiro no dia 28 de maio de 1942. Nesta, o remetente lamentou o regresso do destinatário à terra natal e deu-lhe a seguinte tarefa:

[...] Então é no Brasil primeiro e [depois] na América do Sul que você terá que formar um centro de Economia e Humanismo. Espero que seus superiores lhe deem condições para fazer isso. Se nos for possível, enviaremos a você a nossa Revista regularmente, ficaríamos felizes em ter o maior número possível de assinantes, mas talvez fosse melhor que você estabelecesse um centro sul-americano de Economia e Humanismo, no qual você combinaria os estudos específicos para a América e os principais artigos de nossa própria Revista que sempre procuraremos enviá-la, mesmo que por meio diplomáticos. Parece-me fundamental que ao chegar lá, você se engaje na ação da Economia e Humanismo. Peço-lhe que seja fiel e mantenha este título para que possamos começar nossa batalha no plano mundial [...]¹⁵⁶.

Eles trocaram algumas cartas nos anos seguintes sem almejam grandes avanços no enraizamento do grupo no Brasil. Foi em 1946 que Dale viabilizou a possibilidade de Lebret vir ao seu país com o objetivo de divulgar o movimento, como nos mostra o seguinte trecho da carta datilografada que ele enviou ao padre francês no dia 28 de abril: “[...] um dos nossos melhores amigos de São Paulo entusiasmou-se com o seu trabalho, e como ele¹⁵⁷ tem influência

¹⁵⁵ Fundo Lebret 45AS, cota 19860461/101, *Archives Nationales*.

¹⁵⁶ [No original]: “[...] C’est donc au Brésil d’abord et en Sud Amérique que vous allez avoir à constituer un centre d’Économie et Humanisme. J’espère que vos supérieurs vous laisseront toute latitude pour cela. S’il nous était possible de vous faire passer régulièrement notre Revue, nous serions heureux d’y avoir le plus grand nombre possible d’abonnés, mais peut-être vaudra-t-il mieux que vous constituiez un centre autonome sud-américain d’Économie et Humanisme dans lequel vous cumuleriez les études propres à l’Amérique et les articles principaux de notre propre Revue que nous réussissons toujours à vous faire passer, fut-ce par la valise diplomatique. Il me semble capital que dès votre arrivée là-bas, vous engagiez l’action d’Économie et Humanisme. Je vous demander de notre être bien fidèle et de garder ce titre afin que nous puissions engager notre bataille au plan mondial [...]”.

Tradução nossa. Fundo Lebret 45AS, cota 19860461/101, *Archives Nationales*.

¹⁵⁷ Frei Romeu poderia estar se referindo a dois personagens. Uma possibilidade seria André Franco Montoro, que em 1946 era filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC) de São Paulo e depois se integrou à direção do grupo de

em São Paulo, ele conseguiu que você fosse convidado a vir ao Brasil para dar um curso na ‘Escola Livre de Sociologia e Política’ de São Paulo [(ELSP)]”¹⁵⁸. Ato contínuo, o remetente teceu considerações sobre esta instituição de ensino superior, salientou que não se tratava de uma instituição de caráter confessional, embora os fundadores tivessem formação católica e tinham o objetivo de edificar um centro de excelência em pesquisa e estudos universitários, argumentando que a ELSP era cada vez mais influente na juventude intelectual paulistana. Dale enfatizou a importância de Lebret vir ao Brasil para ministrar o curso, o que seria uma boa oportunidade para ele criar uma rede de contatos, semear as bases do movimento e fundar um grupo de Economia e Humanismo no país.

Antes de Lebret realizar a viagem, eles ainda trocaram algumas missivas sobre questões relativas ao período de estadia, ao envio de livros e revistas editados pelo movimento, assim como também falaram da possibilidade de Dale realizar uma publicação sul-americana da revista *Économie et Humanisme*. Conforme solicitado por Lebret, o frade brasileiro despachou para La Tourette dois livros de *História Econômica do Brasil*, um escrito por Roberto Simonsen e o outro por Caio Prado Júnior, ambos adquiridos pela filial paulista da Livraria Agir¹⁵⁹. Durante os meses que antecederam a viagem, Lebret também recebeu cartas de Cyro Berlinck, então diretor da ELSP, e trocou algumas epístolas com Dale antes de sua primeira aterrissagem no Brasil, em abril de 1947.

O fato de nenhuma das cartas trocadas entre os frades dominicanos mencionarem o nome de Frei Benevenuto foi algo que chamou a nossa atenção. Durante as etapas iniciais da pesquisa levantamos a hipótese de que Santa Cruz conheceria Lebret durante seus estudos na França, e, a partir disso, teria se enveredado no movimento lebretiano. Embora não destacamos a possibilidade de eles terem se conhecido no período que Benevenuto estudou em Saint-Maximin, podemos afirmar, com segurança, que não houve proximidade entre eles até a

Economia e Humanismo fundado no Brasil (Ver: GODOY, José Henrique Artigas de., *op. cit.*, 2020, p. 16). Mas também é possível que ele esteja mencionando Carlos Pinto Alves, homem diretamente ligado à elite industrial paulista e aos dominicanos de São Paulo. Além disso, há outros dois documentos que podem reforçar a mediação de Carlos para a realização do curso na ELSP. Um está no arquivo pessoal de Santa Cruz, na fonte nomeada de *Relatório sobre os trabalhos desenvolvidos por Economia e Humanismo no Brasil*: “[...] a ideia de realização deste curso havia surgido em entendimento do Dr. Carlos Pinto Alves com o Diretor daquela Escola, Dr. Cyro Berlinck”. E o outro está no fundo Lebret 45AS, cota 19860461/155, *Archives Nationales*, onde há uma carta de Carlos para Lebret, de 04 de junho de 1947, na qual o remetente comentou que estava impactado com o curso ministrado pelo padre na ELSP, e que gostaria de criar um centro de Economia e Humanismo em São Paulo.

¹⁵⁸ [No original]: “Une de nos meilleurs amis de São Paulo s’est épris d’enthousiasme pour vos travaux, et comme il a de l’influence à São Paulo, il a réussi à vous faire inviter à venir au Brésil pour donner un cours à la ‘Escola Livre de Sociologia e Política’ de São Paulo [(ELSP)]”. Tradução nossa. Fundo Lebret 45AS, cota 19860461/101, *Archives Nationales*.

¹⁵⁹ No fundo Lebret 45AS, cota 19860461/101, *Archives Nationales*, há uma nota de envio da mercadoria emitida pela Livraria Agir Editora, datada de 12 de fevereiro de 1947, a constar o remetente, o destinatário e as obras.

primeira vinda de Lebret ao Brasil. Após a primeira passagem do francês pelo país, Benevenuto não apenas começou a ser mencionado nas cartas que Lebret enviava a Dale, como também eles passaram a se corresponder depois dessa viagem. As pistas deixadas que encontramos no fundo Lebret nos faz crer que eles se conheceram no Brasil por intermédio de Frei Romeu, que naquela altura era residente no Convento Santo Alberto Magno. Ainda que Frei Benevenuto não tenha conhecido Lebret até 1947, supomos que ele já teria entrado em contato com os livros do bretão, como também consideramos que Dale foi o grande articulador desse intercâmbio, como fica demonstrado no conteúdo das epístolas apresentadas. Ao fim e ao cabo, a carta enviada por Carlos Pinto Alves a Frei Benevenuto, de 11 de maio de 1947, é um forte indício de que o contato com o padre francês causou um choque cintilante na aura do jovem padre.

Lebret provavelmente optou por atuar em um país latino-americano como uma maneira de colocar em prática as ideias formuladas em uma nação repleta de desafios, ou talvez ele desejasse se distanciar dos problemas do grupo francês, que passava por um conflito ideológico e financeiro no final dos anos 1940. “A crise ideológica estava relacionada a uma divisão no seio do grupo, onde alguns optavam por seguir uma corrente do catolicismo social *leplaysiano*, enquanto outros, dentre os quais Lebret, também sentiam atraídos pela doutrina socialista”¹⁶⁰. Assim, a economia humana era resultado de uma formulação contrária aos dois blocos hegemônicos do pós-guerra, da elaboração de uma terceira via que primeiro foi chamada de *mystique chrétienne*, mas que depois se tornou o *ni libéralisme, ni socialisme*. Este era o pensamento de Lebret quando veio ao Brasil em 1947, o que provocou um mal-estar entre o grupo Economia e Humanismo (doravante EH) e o clero católico, justamente porque o movimento não repudiava o socialismo. Essa tensão aumentou quando Henri Desroches (1914-1994)¹⁶¹ publicou, em 1949, *Signification du Marxisme*, editado pelo selo *Économie et Humanisme* em parceria com *Éditions Ouvrières*¹⁶². O autor integrava a equipe de EH, foi dominicano até 1950 e saiu da Ordem após a repercussão negativa de seu livro perante o clero.

¹⁶⁰ ANGELO, Michelly Ramos de. *Les Développeurs: Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. São Carlos, 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. p. 63.

¹⁶¹ Henri-Charles Desroches é o nome civil do ex-dominicano Frei Charles, que esteve na Ordem de 1934 a 1950. Durante esse período, ele foi um dos principais formuladores da economia humana, seja publicando obras, seja liderando a livraria *EH*. Sociólogo, especialista em sociologia da religião e organizações cooperativas, ele passou a utilizar Henri Desroches depois de aposentar a batina. Foi diretor da *École des hautes études en science sociales*, como também foi diretor e fundador, em 1959, do *Collège coopératif* e da *Université coopérative internationale*, todos situados em Paris. Segundo depoimento de Maria Antonia, Desroches foi grande amigo de Santa Cruz durante toda a vida. No acervo pessoal de José Petronilo há algumas correspondências entre eles que comprovam essa amizade. Os dois se reencontraram no princípio da década de 1990, em uma viagem que Santa Cruz fez a Paris na companhia de Maria Antonia, de Fernando Urocha e outros familiares.

¹⁶² Vamos apresentar esta editora no segundo capítulo deste trabalho.

Nessa linha de considerações, a primeira viagem de Lebret ao Brasil foi o momento oportuno para ele divulgar o movimento EH para jovens universitários brasileiros que estivessem interessados a encarar os desafios do país sob o horizonte da economia humana. O auditório da ELSP foi o palco do padre Lebret entre os dias 14 de abril e 05 de junho de 1947, onde ocorreu o curso intitulado *Introdução geral à Economia Humana*¹⁶³, composto de 36 aulas oferecidas de segunda a sexta-feira, todas voltadas para a pós-graduação em Economia Social da ELSP. O curso foi distribuído em três partes. A primeira tratou dos aspectos históricos relacionados à dimensão econômica e política; a segunda trabalhou com alguns pressupostos teóricos da economia humana; e a terceira era eminentemente teórica, abordando os fundamentos de “[...] uma economia voltada para as necessidades básicas do ser humano em sociedade, e avessa tanto ao puro jogo do mercado como ao planejamento férreo do Estado. Era a terceira via que preconizava os líderes europeus da nascente democracia cristã”¹⁶⁴.

Bosi e Angelo nos alerta para o público presente no curso. Bosi afirma que se tratava de uma maioria de intelectuais cristãos, embora houvesse “[...] agnósticos e simpatizantes de esquerda ligados à Universidade de São Paulo”¹⁶⁵. Angelo vai além, e diz que a plateia também era composta “[...] por uma elite industrial, intelectual e política, dentre eles jovens promissores, como o futuro governador de São Paulo Lucas Nogueira Garcez, André Franco Montoro, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, Antônio Queiroz Filho”¹⁶⁶. Diante desse público e da temática abordada, não é forçoso afirmar que a primeira viagem de Lebret foi frutífera, na medida em que ele estabeleceu contatos e deu início à fundação de uma sociedade de planejamento urbano e a um grupo brasileiro de EH.

Alceu Amoroso Lima, assinando sob o pseudônimo Tristão de Athayde, publicou dois ensaios no carioca *Diário de Notícias*¹⁶⁷, ambos publicados em 1947, o primeiro no dia 20 de julho e o segundo no dia 10 de agosto, textos que representam um termômetro da passagem de Lebret pelo país. De um lado, demonstram que sua estada não passou despercebida nos meios políticos, religiosos e intelectuais, de outro lado comprovam que Lebret visitou outros países do continente¹⁶⁸. O líder do EH não restringiu seu âmbito de atuação, tampouco se autocensurou

¹⁶³ O curso foi publicado pela ELSP em dois volumes, os quais encontram-se disponíveis no fundo Lebret 45AS, cota 19860461/144, *Archives Nationales*, sob o título *Introduction Générale a L'Économie Humaine*.

¹⁶⁴ BOSI, Alfredo., *op. cit.*, 2012, p. 255-256.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 255.

¹⁶⁶ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2010, p. 78.

¹⁶⁷ Disponível no fundo Lebret 45AS, cota 19860461/155, nos *Archives Nationales*.

¹⁶⁸ Sobre a atuação de Lebret na América Latina, ver: PONTUAL, Virgínia. *Louis-Joseph Lebret na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

ao abordar temáticas que eram demonizadas¹⁶⁹ pela hierarquia eclesiástica, o que gerou um conflito com parte do clero brasileiro e retardou seu retorno ao país, ocorrido apenas em 1952.

Foi durante a primeira estada no Brasil que Lebret estabeleceu contatos com dirigentes ligados ao plano político, econômico, universitário e católico. Boa parte dessas pessoas fizeram parte do núcleo formador da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) e foram responsáveis pela contratação de estudos e projetos que foram realizados durante os anos 1950 e 1960. Em certa medida, a viagem de 1947 ampliou o horizonte de ação de Lebret justamente por ele ter tido a oportunidade de conhecer a realidade de um país subdesenvolvido. Embora a análise marxista utilizada em seu curso e em sua palestra tenham soado ultrajantes para o clero, Lebret não era comunista nem capitalista, razão pela qual havia uma simpatia dos grupos que o receberam no país, pessoas que estavam ávidas por um desenvolvimento socioeconômico distinto do que era oferecido por norte-americanos e soviéticos. O público participante do curso da ELSP era formado por pessoas que estavam interessadas nessa terceira via, a exemplo dos universitários cristãos e da elite industrial, “[...] representada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – a financiadora da estada de Lebret no Brasil”¹⁷⁰. As universidades católicas vinham sendo criadas a reboque do crescimento industrial e econômico brasileiro, instituídas a partir de um projeto político, financeiro e intelectual da Igreja, que pretendia formar jovens das camadas médias das grandes cidades, o que aumentava sua influência e riqueza, ao mesmo tempo que conseguia estruturar círculos intelectuais cristãos. Assim, não foi acidental que o grupo brasileiro de EH desenvolvesse, em 1949, uma pesquisa sobre *Pensamento social dos universitários*, partindo de “[...] seis mil questionários que foram distribuídos aos alunos das Escolas Superiores da Capital”¹⁷¹ paulista. Lebret estava motivado em conquistar a atenção da juventude universitária do país, e aqueles que se envolveram com o movimento nessa época tornaram-se deputados, governadores, senadores e ministros de estado nos decênios posteriores.

Os membros da diretoria assinaram o estatuto¹⁷² da SAGMACS em 26 de julho de 1947, entidade com sede e foro na cidade de São Paulo e criada nos moldes da SAGMA francesa. A

¹⁶⁹ Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo de São Paulo, foi um dos cardeais que proferiu críticas contundentes à passagem de Lebret pelo Brasil. Embora as conferências e os cursos tenham abordado obras marxista, a gota d’água foi a postura de Lebret contrária ao fechamento arbitrário do Partido Comunista Brasileiro, em maio de 1947, posicionamento que foi duramente criticado pelas autoridades eclesiásticas do país, as quais se dirigiram ao papado para informar o ocorrido. Esse episódio levou a fazer com que o movimento EH fosse criticado e vigiado pela Cúria Romana durante o decênio de 1950. Ver: PIC, Claire., *op. cit.*, 2014, p. 274-275.

¹⁷⁰ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2010, p. 70

¹⁷¹ Citação da página 2 do *Relatório sobre os trabalhos desenvolvidos por Economia e Humanismo no Brasil*, documento (sem data) abrigado no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

¹⁷² Este documento faz parte do arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

finalidade precípua da sociedade era conduzir pesquisas e meios de investigação que permitissem aos membros associados estudar as idiosincrasias econômicas, sociais e humanas presentes no território nacional. Esses estudos seriam expressos por gráficos, diagramas monográficos e outros mecanismos que viabilizassem o exame minucioso de distintos complexos sociais. As conclusões extraídas dos projetos elaborados deveriam servir de orientação para políticas e programas dirigidos por organismos públicos e privados. Essas ações deveriam ser promovidas por meio de contratos que garantissem a realização de pesquisas e estudos com vistas a oferecer soluções para problemas urbanos e sociais. O estatuto previa o limite de cinquenta sócios efetivos e a diretoria tinha a missão de administrar e dirigir a Sociedade. O documento previu as questões financeiras e patrimoniais, algumas disposições gerais sobre o funcionamento da Sociedade, assim como a assinatura da diretoria composta por Luiz Cintra do Prado¹⁷³ (diretor-presidente), Luciano Vasconcelos de Carvalho (diretor-gerente), Olga Soares Pinheiro, André Franco Montoro, José Maria de Freitas¹⁷⁴ e Lucas Nogueira Garcez (diretores-adjuntos).

Para além desses membros, na página dois do *Relatório sobre os trabalhos desenvolvidos por Economia e Humanismo no Brasil*, aparece o nome do leigo católico francês Jean Le Duigou (diretor-técnico). Este documento menciona que muitos daqueles que participaram do curso de Leuret na ELSP envolveram-se na criação do grupo brasileiro de EH e da SAGMACS. “A reunião de fundação foi precedida de uma tarde de formação espiritual pregada pelo Pe. Leuret no Convento dos Dominicanos. A SAGMACS foi fundada [...] em reunião realizada na Sociedade Paulista de Medicina com a presença do Pe. Leuret”¹⁷⁵. Em seguida, o relatório lista os nomes dos trinta e quatro sócios que aderiram à Sociedade, dentre os quais estavam os diretores e figuras como Severo Gomes, João de Scantimburgo e Carlos Pinto Alves, e posteriormente expressa que “[...] por sugestão do Pe. Leuret e aprovação do então Vigário-Provincial da Ordem Dominicana, Frei E. Dupuy, a parte doutrinária e espiritual do movimento

¹⁷³ Luiz Cintra do Prado (1904-1984) nasceu em Amparo, interior do estado de São Paulo, em 1904. Passou a infância e adolescência frequentando escolas do interior, ingressando na Escola Politécnica de São Paulo, em 1921, para cursar Engenharia Civil. Concluiu o curso em 1926, continuou os estudos na pós-graduação, tornou-se doutor em Ciências Físicas e depois foi estudar no *College de France*. Retornou ao Brasil, assumiu a docência na Poli e ingressou no grupo EH, convidando alunos e professores da universidade para participarem do movimento.

¹⁷⁴ Pelas informações que conseguimos reunir, José Maria de Freitas foi um dos fundadores da Escola Paulista de Medicina (1933), atuou como docente e assumiu a direção dessa instituição de 1954 a 1956 e de 1964 a 1968. Foi em seu primeiro mandato que a referida escola criou o departamento de Cirurgia e passou a fazer parte da esfera federal, em 1956. No depoimento de Maria Antonia (entrevista, 14 set. 2016), ela mencionou que a primeira sala de reuniões do grupo de EH foi cedida por José Maria de Freitas, localizada na rua 7 de Abril da capital paulista, onde estava localizada a SAGMACS e o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas, como veremos adiante.

¹⁷⁵ Trecho extraído do *Relatório sobre os trabalhos desenvolvidos por Economia e Humanismo no Brasil*, documento (sem data) abrigado no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades. Diferente da data prevista no estatuto, o relatório menciona que a entidade foi fundada em 27 de julho de 1947.

ficou a cargo de Frei Benevenuto de Santa Cruz, que desde o início vinha acompanhando todos os trabalhos preparatórios”. Havia reuniões regulares desde a fundação da SAGMACS, algumas acompanhadas de aulas e palestras dos Freis Benevenuto, Romeu Dale e João Baptista Pereira dos Santos. Além disso, Lebret sugeriu que Santa Cruz passasse um ano em La Tourette a fim de realizar um estágio na sede central do grupo de EH.

A liderança assumida pelo religioso brasileiro pode estar relacionada a algumas hipóteses que não foram abordadas pelos autores que estudaram a SAGMACS, o padre Lebret e o movimento Economia Humanismo no Brasil. Acreditamos que existem duas razões principais para Benevenuto ter sido prestigiado com a possibilidade de cursar o estágio na França. A primeira está relacionada à transferência¹⁷⁶ de Frei Romeu Dale para o convento do Rio de Janeiro em 1948, e a segunda tem a ver com a articulação de Carlos Pinto Alves atuando nos bastidores do grupo brasileiro de EH. Demonstramos que ele foi íntimo de Benevenuto, acreditava no movimento e veremos que eles executaram algumas edições em conjunto. Santa Cruz estava alinhado ao pensamento do padre Lebret, dominava a língua francesa e fazia parte do grupo de frades progressistas do convento das Perdizes. Não obstante, as críticas da hierarquia eclesiástica brasileira ao teor das conferências do padre Lebret estenderam-se aos dominicanos ligados ao movimento EH, os quais se transformaram em figuras indigestas para o clero conservador. As cartas¹⁷⁷ do padre Nicolas (provincial do Convento Santo Alberto Magno) ao padre Tauzin (Provincial dos dominicanos a partir de 1952) manifestam a indisposição da ala retrógrada dos dominicanos com a atuação de Benevenuto no movimento liderado por Lebret, afirmando que esse engajamento do jovem religioso era imprudente.

Antes de partir para o estágio em La Tourette, Benevenuto procurou reforçar as bases do grupo EH, diluir as resistências da Ordem em relação ao movimento, estreitar os laços com a intelectualidade, a juventude e a elite do laicato católico, e paralelamente difundir¹⁷⁸ revistas dominicanas francesas em território nacional. Ele planejava ir para a França em janeiro 1948, porém adiou seu plano para recepcionar o integrante francês de EH, Jean Le Duigou, que aportou no Brasil para conduzir as atividades da equipe durante o estágio do religioso. Santa Cruz não assumiu nenhum posto na SAGMACS de imediato, mas aos poucos ele se tornou o eixo do movimento no país, como notamos nas cartas¹⁷⁹ que ele trocou com diversos padres.

¹⁷⁶ PIC, Claire., *op. cit.*, 2014, p. 274.

¹⁷⁷ Segundo a autora, as missivas foram trocas entre 1948 e 1952. PIC, Claire., *op. cit.*, 2014, p. 275.

¹⁷⁸ Na última parte deste capítulo veremos que Benevenuto criou um Centro de Difusão de Revistas Dominicanas.

¹⁷⁹ No arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz há uma série de correspondências do frade nos anos de 1947, 1948 e 1949, muitas das quais eram trocadas com padres brasileiros e franceses, e tratavam das questões relacionadas à Ordem, ao grupo EH no Brasil e ao relacionamento que ele tinha com alguns industriais brasileiros. Apresentaremos as cartas mais emblemáticas para os propósitos desta tese.

Esses intercâmbios epistolares demonstram que as habilidades desenvolvidas pelo dominicano foram conjugadas em diversas frentes. Liderava o grupo EH, desempenhava seus afazeres de padre, trabalhava na biblioteca do convento, montou um Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e proferia palestras, como a “Conferência preparatória da páscoa universitária”, em 26 de maio de 1948, ocorrida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde ele foi apresentado “[...] ao numeroso auditório pelo bacharelado Paulo de Tarso Santos¹⁸⁰. [...] Na gravura, vê-se Frei Benevenuto de Santa Cruz OP, quando pronunciava a sua palestra ladeado pelos srs. Paulo Geraldo Bourroul e pe. Lionel Corbeil, presidente e assistente da JUC respectivamente”¹⁸¹. Esta notícia nos mostra que o frade procurava estar articulado ao ambiente universitário da cidade, colocando em prática suas tarefas religiosas, suprindo a carência de livros na biblioteca conventual, ao mesmo tempo que estimulava o diálogo com a juventude leiga e católica, seja nas reuniões do grupo EH, seja em palestras que poderiam coligar universitários em prol do movimento.

Foi nessa toada que Frei Benevenuto conduziu suas atividades religiosas e terrenas antes da viagem. Ainda que não tenhamos evidências, é bem provável que ele tenha orientado o trabalho de Jean Le Duigou entre fevereiro e setembro de 1948, quando ele foi para La Tourette a fim de se tornar um quadro tecnicamente apto a manejar as ferramentas que eram utilizadas pelos membros fundadores do EH. As fontes disponíveis em seu acervo pessoal e no fundo Lebret possibilitou reconstituir a semana que antecedeu a viagem e os onze meses de estágio.

O estágio de Frei Benevenuto na sede francesa de EH

Na massa documental de Santa Cruz há documentos que comprovam seus preparativos para atravessar o Atlântico e cursar o estágio no grupo de EH da França, a exemplo do pedido de autorização ao Banco do Brasil para adquirir 11.500 francos com a finalidade de realizar uma viagem de estudos em Paris; ou uma carteira de exportação comprovando o despacho de café e

¹⁸⁰ Paulo de Tarso Santos (1926-2019) nasceu em Araxá, Minas Gerais. Realizou os estudos primários e secundários na capital paulista, ingressando na Faculdade de Direito da USP nos anos 1940. Concluiu o curso de Direito e foi galardoado com os prêmios Rodrigues Alves Filho (destinado ao primeiro aluno do curso) e Duarte de Azevedo (consagrado ao melhor estudante de direito civil). Filiou-se, em 1948, ao Partido Democrata Cristão (PDC) e elegeu-se vereador de São Paulo em 1955. Participou do Congresso Mundial da Democracia Cristã realizado no Chile, ocasião em que defendeu a influência do cristianismo na esfera política, como também conseguiu aprovar o relatório, *Reforma da empresa*, de sua autoria, e cujo enfoque estabelecia que a democracia cristã deveria lutar pela participação dos empregados nos dividendos e na gestão das empresas privadas, percepção que fazia parte do rol de preocupações de EH. Ver: PAULO DE TARSO SANTOS. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-de-tarso-santos>. Acesso em: 01 set. 2020.

¹⁸¹ CONFERÊNCIA PREPARATÓRIA DA PÁScoa UNIVERSITÁRIA. *Folha da Manhã*, São Paulo, 27 mai. 1948. Encontramos informações sobre esta conferências apenas nessa fonte jornalística.

açúcar para os religiosos francófonos; assim como a declaração de viagem expedida pela *Air France*, em 28 de setembro de 1948¹⁸², informando que o senhor José Petronilo de Santa Cruz comprou um bilhete aéreo de Recife a Paris, com data prevista para o dia 29 de setembro daquele ano. Mas dentre todos os documentos presentes no acervo pessoal do livreiro-editor, os mais relevantes para pensarmos esse período são algumas fotografias e o diário de viagem redigido por ele antes da viagem e durante os meses de estágio.

Embora não esteja claro os motivos que o levaram a ter escolhido o voo partindo da capital pernambucana, podemos supor que isso se deveu tanto por um ímpeto de visitar parentes e amigos, como por um desejo de propagar a EH no Recife, cidade que fazia parte de uma região cada vez mais aberta ao diálogo com um catolicismo progressista. Sabemos que ele esteve na capital pernambucana entre os dias 22 e 29 de setembro por intermédio da primeira página diário de viagem (ver figura 6), no qual ele escreve que proferiu cinco conferências na Faculdade de Direito (ver figura 5). Em suas palavras, “[...] sinto que não fui bastante técnico. Na volta tenho que estar muito mais na engrenagem econômica. Grande entusiasmo de uma assistência numerosa, e muito fiel aos cinco dias. O principal foi o choque: impressão de que a ideia de *engagement*¹⁸³ sacudiu muita gente”. Em seguida, ele começou a refletir sobre o papel que a Ação Católica brasileira teria para o trabalho de EH, afirmando que a organização poderia ser um óbice para o êxito do movimento no país pela carência de “elites e de mentalidade militante”, mas depois se deu conta de que a ideia do *engagement*, “[...] de inserção eficaz no plano de Deus (aspecto temporal como condição de validar o aspecto total) são suficientemente poderosas e dinâmicas para suplantar cada deficiência”. Ato contínuo, ele escreveu sobre como a Ação Católica brasileira poderia se beneficiar da experiência da Ação Católica francesa:

[...] em França foi da Ação Católica que nasceu a necessidade de ultrapassar o terreno religioso pela inserção no temporal [...]. A A.C. no Brasil tem uma grande missão: educação religiosa, significação das práticas religiosas, elevação do nível intelectual e moral dos cristãos. Mas já podemos partir sem as dificuldades de confusão (entre [espiritual] e temporal), que só aos poucos foi reunidos e superados em França. Nosso grande papel será mais a pedagogia da ação: necessidade de interação política, baseadas na ideia do B. Comum.

O frade continuou a proferir conferências na Faculdade de Filosofia dos colégios São José e Marista, assim como participou de uma mesa redonda na Faculdade de Direito sobre EH. Em

¹⁸² É comum pesquisadores desconsiderarem esse tipo de documentação presente em acervos pessoais, embora elas podem revelar a esfera íntima de um indivíduo, modos de vida e hábitos de consumo, convívio e etiqueta social. Ver: SILVA, Wilton Carlos Lima da., *op. cit.*, 2017, p. 41-42.

¹⁸³ Tradução nossa para *engagement*: engajamento, compromisso, contrato.

seu diário, escreveu sobre suas destrezas e imperícias, chegando à conclusão de que falava com desenvoltura e não tinha medo de se expor, porém sentia desmedida necessidade de sistematizar sua vida, “[...] e armazenar mais tempo ao estudo e a leituras, já que não posso (por temperamento e pelas necessidades do Brasil) embrenhar-me unicamente à ação, como fez o P. Lebret. Ele tinha quem lhe preparasse o terreno à sua frente”.

Figura 5. Palestra de Frei Benevenuto na Faculdade de Direito do Recife¹⁸⁴



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Em seu diário, Santa Cruz prosseguiu comentando sobre a conferência exposta na Escola de Serviço Social. Nesta ocasião, procurou dirimir os equívocos da plateia entre Serviço Social e EH, argumentando que esses mal-entendidos tinham a ver com as particularidades brasileiras,

¹⁸⁴ Frente e verso da fotografia.

cujas disfunções chegavam sempre atrasadas com relação à Europa. E a partir daí relatou o quanto ele tinha ficado contente de ter reencontrado os familiares e conhecido pessoas que poderiam impulsionar a economia humana no Recife.

Figura 6. Primeira página do diário de viagem de Frei Benevenuto

1948, Outubro (1)

[Setembro 22-29, Recife]

Cinco conferências na F. de Direito sobre E.H. tanto que não foi bastante técnico. Há muita coisa que estaria muito mais no empastamento econômico. Fosse um maior número de uma assistência numerosa, e muito fiel ao curso de E.H. O principal foi o choque: um momento de que a ideia de engagement saísse muito forte.

Aí agora pensei que a pequena vitalidade da ação Católica no Brasil fosse um terreno impossível para o lançamento de nosso trabalho E.H., com a falta de elite e de mentalidade militante, o que me deixou bastante pessimista.

Agora, comeco a crer que a ideia de engagement, se inserida eficaz no plano de Deus (aspecto temporal com condições de realizar o aspecto social, físico) são suficientemente poderosos e dinâmicos para suplantarem esta situação. E podemos assim beneficiar da experiência francesa: em França foi a ação Cat. que nasceu a necessidade de ultrapassar o terreno religioso pelo interesse no temporal (E.H., M.P.F., M.F.R. etc). A A.C. no Brasil tem um grande missão: atuação religiosa, purificação dos praticantes religiosos, elevação do nível intelectual e moral do cristão. Mas já podemos partir sem o dilemas de confusão (entre esp. e temporal), que do lado francês foi vencido e superado em França. Nosso grande papel será pois a pedagogia de ação: necessidade de intervenção política, baseada na ideia do B. Comum, com Bb a impenitência a dar a supremacia do econômico.

Conferência na Faculdade de Filosofia do Colégio J. José (dos noços); no Colégio marista e mais reuniões na F. de Direito sobre E.H.

Tenho grande facilidade para falar, não tenho medo, mas sinto grande necessidade de meditação na vida e ocupar mais tempo ao estudo e a leituras, já que não posso (por

Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

No que tange ao âmbito familiar, ele diz o quanto estava feliz de passar a semana com os primos, sentindo-se ligado a eles e afirmando ser uma outra pessoa quando estava próximo deles, comportando-se de modo mais extrovertido e expansivo, confiando em si próprio e desfrutando do calor humano que eles emanavam. Por outro lado, ele também sentia profunda

“[...] tristeza [...] deles instalados demais na vida, à margem do mundo que sofre, que se inquieta. Falta de leituras, de contatos humanos e artísticos profundos, certo empobrecimento”. Benevenuto duvidava que Rodolfo participasse do grupo EH, como também afirmou estar aflito com a indecisão de Geraldo¹⁸⁵ (ver figura 7) e com a falta de controle e método de Antonieta¹⁸⁶, exprimindo que era “[...] com grande emoção e saudade que deixo esses dias deliciosos [e] terrivelmente fatigantes – e entro na *Constellation* do Air France, dia 29 às 17h30”.

Figura 7. Benevenuto com o grupo de Economia e Humanismo do Recife¹⁸⁷



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz

¹⁸⁵ Supomos que ele esteja a mencionar Luiz Geraldo Araújo. No acervo pessoal de Santa Cruz há outra foto datada de janeiro de 1948 e assinada por LGA, onde Benevenuto está a escrever em estado meditativo, o verso da imagem está escrito o nome completo do frade e, entre parênteses, “futuro arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife”.

¹⁸⁶ É provável que ele esteja se referindo a Antonieta Monteiro de Araújo. Há uma fotografia (datada de janeiro de 1948) no acervo pessoal de Santa Cruz onde estão Antonieta e Frei Benevenuto.

¹⁸⁷ Frente e verso da fotografia.

Santa Cruz chegou ao aeroporto de Paris-Orly às 21h30, trinta minutos depois estava na *gare des invalides*, onde os padres Bonche e Berger estavam à sua espera, ao passo que Lebret estava em um jantar previamente agendado com o ministro da agricultura francesa. Foram para a morada dos padres operários na *avenue l'italie*, local que Frei Benevenuto encontrou os frades Desroches e Roberto; jantaram pão, queijo e vinho, e trocaram ideias até meia noite e vinte, quando chegou o padre Lebret: “grande alegria em rever Le Doux Père¹⁸⁸, vestindo um elegante terno azul-marinho. Conversamos até 2 horas da madrugada”. Até o dia primeiro de outubro ele permaneceu em Paris, conheceu a livraria *Économie e Humanisme* e relatou que todos o receberam calorosamente, afeto que ele atribuiu à propaganda do padre Lebret.

No dia seguinte, Benevenuto viajou quinhentos quilômetros de automóvel em direção a La Tourette, no sul da França, acompanhado do padre Lebret, de Raymond Delprat e Huguette (desenhista protestante de EH). Alegou ter sentido uma profunda sensação ao longo de um percurso prevalecente de paisagem campina, passando por poucas cidades importantes, mas onde residia, em suas palavras, “toda a tradição rural da França”; depois escreveu a palavra civilização e explicou-a da seguinte forma: “[...] não há um pedaço de terra abandonado que não esteja cultivado. As casas das ‘fermes’ são tão bonitas! Há uma massa ‘humana’ sobre a terra [...]. Estamos longe dos contrastes brasileiros entre a casa-grande senhorial e as choupanas e os casebres dos lavradores”. Ainda no mês de outubro, entre os dias 3 e 10 participou da reunião mensal da equipe de EH no convento *Sainte-Marie de La Tourette*, localizado no departamento de Êveux, na qual estavam presentes Desroches, Lebret, Delprat, Queneau, Suavet, Moos, entre outros. Dos dias 11 a 13 foi para Suíça, viajando de trem durante aproximadamente trezentos quilômetros, de Lyon para Friburgo, onde foi recebido por dominicanos suíços. No dia 12 esteve em Hauterive, a quase quarenta quilômetros ao norte de Friburgo, onde visitou Dom Tomás Keller (religioso brasileiro pertencente à Ordem Beneditina); no mesmo dia foi para Genebra, percorrendo cerca de cento e trinta quilômetros, local em que padre Moos o esperava para um saboroso jantar num restaurante popular. No dia 13, ele passou a manhã no *Bureau International du Travail*, encontrando-se com o padre Lervoy e um brasileiro, de São Paulo, que no diário foi identificado como Bandeira de Melo¹⁸⁹. Em seguida, Benevenuto e Moos almoçaram num dos restaurantes “chiques” de Genebra, depois o padre deu-lhe uma hora de liberdade, a qual ele aproveitou para entrar em uma livraria de Genebra, ver “um mar de livros” e sair desolado sem comprar um único título pelo fato de os

¹⁸⁸ Tradução nossa: o doce padre.

¹⁸⁹ Frei Benevenuto não dá mais detalhes de quem seria Bandeira de Melo, mas salientamos que Luiza Bandeira de Melo, que também não descobrimos nenhuma informação biográfica, foi sócia fundadora da Duas Cidades.

preços serem abusivos. Voltou para Lyon na noite do dia 13, dormiu no convento da cidade e no dia seguinte foi para La Tourette, onde ficou até o dia 20, quando retornou para Paris de automóvel na companhia de Lebret e Delprat.

Frei Benevenuto seguiu a escrita do diário descrevendo uma série de viagens ocorridas no restante do mês de outubro e durante o mês de novembro, sem tecer maiores detalhes das atividades ocorridas nessas localidades. Do dia 25 a 30 de outubro, viajou aproximadamente cento e trinta quilômetros de Paris para Rouen, cidade localizada na região noroeste da França, sendo que no dia 26 passou o dia na cidade portuária de Le Havre, onde visitou a *Mission de la Mer*, uma associação de representação dos trabalhadores marítimos. Ele entrou no mês de novembro estando em La Tourette entre os dias 7 e 16 de novembro, escrevendo no diário que passou “3 dias de cama, bem aquecido depois de leituras para a tese¹⁹⁰”. No dia 13, o frade escreveu sobre a situação financeira do convento de La Tourette, da província de Toulouse e do conjunto de conventos dominicanos, mencionando que a situação era catastrófica, de déficit permanente. Também redigiu sobre a discussão de reestruturação da Ordem, afirmando que os dominicanos iniciaram sua missão realizando pregações ambulantes, construindo conventos por onde passavam, e formando, em sua opinião, um clero inculto. Mas prosseguiu considerando que esse tipo de pregação já não era uma característica da Ordem em meados do século XX, o que propiciou a formação de um clero tão culto quanto os frades. No dia 14, ele assistiu a uma missa para os jecistas (juventude estudantil católica) franceses, e em 16 de novembro ele retornou, de trem, para Paris, onde ficou até o dia 26.

Em 30 de novembro, o religioso percorreu cerca de cento e oitenta quilômetros de Paris para Cambrai, cidade situada no norte da França, onde participou de um seminário no colégio Notre Dame. No dia 01 de dezembro, depois de ter conduzido quarenta quilômetros mais ao norte do país, chegou em Valenciennes, ocasião em que participou das discussões em torno da promoção operária. Nos dias 2 e 3 de dezembro viajou mais quarenta quilômetros ao nordeste do país, mais precisamente em Maouberge, onde visitou um centro metalúrgico importante.

¹⁹⁰ Tivemos dificuldade em compreender qual seria a tese que Frei Benevenuto pretendia desenvolver na França. Há duas cartas no acervo pessoal de Santa Cruz que mencionam a referida tese, a primeira é uma missiva enviada do Frei M. Labourdette (então professor de Teologia da Escola Teológica de Saint-Maximin) para Frei Benevenuto, em janeiro de 1949, e a outra é a epístola do Frei João Bapstista Pereira dos Santos (frade dominicano ligado ao convento das Perdizes) para Frei Benevenuto, de 17 de janeiro de 1949. Na primeira, o francês mencionou estar contente com o fato de ele estar a redigir uma tese sobre a propriedade, cuja temática precisa ser aprofundada nos fundamentos doutrinários, filosóficos e teológicos. Na segunda, porém, Frei João diz que achava inútil ele fazer a tese na França, porque o título não iria lhe servir de nada no Brasil. Frei João diz que “[...] Maximin sempre sofreu de titulite, agravada de forte dose de escolaticismo rançoso. Se você quer passar lá dois ou três meses como quer o Provincial, procure pelo menos incutir nos brasileiros o desejo eficaz de ver outras coisas aí em França antes de retornar a esses brasis. Se vierem apenas com a bagagem sammaximinesca, é certo que voltarão muito chucros e impreparados para as diversas tarefas que se impõem a nós aqui”.

Posteriormente, atravessou a fronteira entre França e Bélgica, percorrendo mais quarenta e cinco quilômetros e passando os dias 3 e 4 em Charleroi, pequena cidade do sul belga, onde entrou em contato com sindicalistas, visitou um centro industrial e hospedou-se no colégio dos jesuítas. No dia 4 percorreu aproximadamente setenta quilômetros em direção à Bruxelas, ficou hospedado no convento dos dominicanos e participou, pela tarde, de uma reunião com dirigentes da Ação Católica do país. No dia seguinte dirigiu cem quilômetros em direção à Bruges, cidade localizada a noroeste do país. Regressou à capital no dia 6 e terminou o dia com um jantar na companhia da JOC belga e membros de EH. Dia 7 percorreu cem quilômetros a leste de Bruxelas, chegou em Liège pela noite e jantou com os padres operários.

No dia 8 conduziu cento e trinta quilômetros em direção a Luxemburgo, onde ficou até o dia 9 e retornou para a França no dia seguinte, percorrendo mais duzentos e cinquenta quilômetros até Reims, nordeste da França, aproveitando a ocasião para visitar uma comunidade de apartamentos populares. Em 12 de dezembro foram cerca de quinhentos e cinquenta quilômetros ao sul do país, chegando em Neaux, onde visitou uma capela e participou de um seminário. Retornou a Paris no dia 13, percorreu mais quinhentos quilômetros e ficou na capital francesa até meados de janeiro de 1949.

Em seu diário, Santa Cruz mencionou o nome de religiosos ligados ao movimento operário francês com os quais conviveu, participou de reuniões, almoçou e jantou, trocando experiências não apenas sobre as temáticas operárias, mas também acerca da pedagogia, da propriedade e até sobre os erros do stalinismo. Os nomes recorrentemente mencionados são de Desroches e Le Bret, embora ele tenha mencionado frades e leigos ligados ao movimento EH. Em 9 de janeiro, Frei Benevenuto almoçou na casa de Emmanuel Mounier¹⁹¹ na companhia de outros religiosos e leigos católicos; depois escreveu que se dedicou ao trabalho entre os dias 10 e 15, sendo que no dia 16 participou da reunião nomeada “Juventude da Igreja”, ocasião em que ficou profundamente comovido com os temas discutidos e com a singela mesa de refeição oferecida. No dia seguinte participou da reunião anual sobre os pensamentos regionais da JOC francesa, circunstância em que debateu sobre a situação do sindicalismo no país. Em 19 de janeiro, Benevenuto registrou no diário que conversou com alguns religiosos sobre questões relacionadas ao Vaticano, dia 22 foi para La Tourette, e entre os dias 24 e 31 esteve em Saint-Maximin, passando também por Lyon e Marseille, retornando a Paris em princípios de fevereiro, onde trabalhou e participou de discussões em torno da evolução da Ação Católica.

¹⁹¹ No próximo capítulo iremos tratar desse filósofo cristão, um dos principais influenciadores de uma nova mentalidade militante fomentada no seio das organizações leigas católicas, e autor do livro *Compromisso da Fé*, publicado pela Livraria Duas Cidades em 1971.

Ficou na capital francesa até o dia 8 de fevereiro, quando ele e Leuret percorreram duzentos e cinquenta quilômetros em direção à Bretagne, no sul do país, dormiram na casa de parentes do padre, em Myenne, e depois conduziram trezentos e cinquenta quilômetros até Normandie. Ele não mencionou quais trabalhos desenvolveram nessas cidades, mas escreveu que visitou igrejas góticas, passou na casa de amigos, visitou uma abadia dos beneditinos e no dia 11 estava a trinta e cinco quilômetros ao norte de Normenadie, mais precisamente em Lisieux. Nesta urbe visitou uma missão dominicana, e na noite do dia seguinte dirigiram sessenta e cinco quilômetros com destino à cidade portuária Le Havre, ocasião que visitaram amigos beneditinos, conheceram revistas editadas por essa congregação religiosa, e no dia 13 retornaram à capital francesa.

Frei Benevenuto escreveu no diário que ficou em Paris entre os dias 14 e 28 de fevereiro, período em que teve reuniões com amigos religiosos e recebeu orientação teológica sobre o casamento. Disse que passou um domingo com Desroches na casa de Jeanine Salane, depois ouviu uma exposição de Desroches no quarto do padre Laporte, assim como jantou com os padres operários, conhecendo um pouco melhor sobre as pressões causadas em ambiente proletário, “a vida na sujeira, pobreza e exiguidade de espaço”. Nessa altura do diário, Benevenuto começou a escrever sem precisar as datas e lugares. Mencionou que conversou com Bonche acerca dos problemas da coletividade e da inutilidade do cosmo, depois escreveu que estava na Suíça na companhia de outros frades, com os quais discutiu assuntos religiosos e bebeu um whisky com padre Colette, em Marseille, onde anotou ter a impressão de que a cidade estava fechada e elitizada. Fez outras anotações avulsas sobre suas percepções da equipe EH, sobre sua necessidade de encontrar paz, silêncio e intimidade após os trabalhos.

Ele redigiu as seis últimas páginas de seu diário em francês, tecendo considerações de ordem íntima, muitas delas difíceis de serem compreendidas por estarem escritas cada vez mais ilegíveis, apresentando um amontoado de informações às vezes desconexas para o leitor, embora revelem confidências trocadas com a alcova de sua alma. Podemos notar essa dimensão íntima ao ele escrever que nos últimos meses sentia viver os dias mais importantes e decisivos de sua vida, disse estar em paz consigo, sentindo-se amigo de si próprio, sem rancor nem ódio por ninguém. Em 5 de abril de 1949, ele afirmou que conseguiu aceitar a possibilidade da morte, citando uma frase do poeta Rainer Maria Rilke sobre a condição humana, e depois escreveu que passou a Semana Santa no convento de La Tourette na companhia do padre Leuret e de Henri-Charles, permanecendo em concórdia com o mundo. Depois começou a escrever frases curtas no diário, afirmando que sentia o tempo se esgotando, e mais adiante sentenciou que “[...] nada

pode me arrancar da França... Eu estou e estarei aqui pelo mais profundo de minha alma”¹⁹². E encerrou o diário relatando o quanto o trabalho tem sido doloroso para ele: “trabalho, dor e fadiga – pensando que sou minha força e refúgio para uma multidão de pessoas – as cartas vêm e esmagam-me, e ainda assim eu tenho que me levantar e viver”¹⁹³.

Ele provavelmente está se referindo às cartas¹⁹⁴ que Le Duigou lhe enviava do Brasil, nas quais o técnico francês manifestava um resumo dos trabalhos realizados, relatando e problematizando os numerosos percalços que estavam a ser enfrentados pelo grupo EH e a SAGMACS brasileira. Essas missivas não dizem respeito ao universo do livreiro-editor, mas os temas apresentados nelas chamam a atenção de Benevenuto para a necessidade de aproximar (e formar) as juventudes católicas nos princípios do movimento e a urgência de multiplicar a documentação de EH publicada em língua portuguesa. O remetente argumentou que precisava retornar para a França antes do período previsto e que somente Santa Cruz seria capaz desanuviar os atritos entre ocorridos entre a hierarquia eclesiástica e o grupo brasileiro de EH.

Se o teor das cartas de Le Duigou sinalizam o tamanho dos desafios que ele enfrentaria no seu retorno antecipado ao Brasil, em agosto de 1949, o diário do frade nos permite penetrar nos caminhos percorridos, nas relações interpessoais e no universo de um religioso que estava com 30 anos de idade e se aprofundava no universo operário, livreiro, cultural e intelectual da França. Além desses documentos, Santa Cruz enviou duas cartas a Alceu Amoroso Lima relatando alguns dos trabalhos que ele desenvolveu durante o estágio e o auxílio financeiro que pretendia conseguir para o movimento. Tanto no diário quanto nas cartas é possível identificar que naqueles meses ele conheceu autores religiosos, editoras, revistas e livrarias, assim como ele pôde contatar grupos, associações e sindicatos operários, relacionar com a Ação Católica europeia e participar das discussões e das atividades na sede do EH. Essa experiência lhe possibilitou estreitar os laços de dependência e identificação com a cultura e intelectualidade francesa. Durante o estágio ele pôde desenvolver a aptidão para o trabalho coletivo e para a aprendizagem diante das adversidades, atributos que lhe seriam úteis não apenas na direção do grupo EH e da SAGMACS no Brasil, mas também à frente das funções de livreiro e editor.

Frei Benevenuto estava em Paris quando enviou duas cartas¹⁹⁵ redigidas à mão a Alceu Amoroso Lima, por meio das quais conseguimos adentrar em uma versão mais analítica de sua

¹⁹² [No original]: “[...] Rien peut m’arracher de la France... j’y suis et j’y serai par le plus profond de mon âme”. Tradução nossa.

¹⁹³ [No original]: “Travail, peine, fatigue – penser que je suis ma force et un havre pour une multitude de personne – les lettres m’arrivent et m’écrasent, et pourtant il faut me lever et vivre”. Tradução nossa.

¹⁹⁴ Estas encontram-se disponíveis no Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

¹⁹⁵ Essa correspondência encontra-se disponível no endereço eletrônico da Casa Alceu Amoroso Lima.

estadia na França, das possibilidades e dificuldades do grupo francês de EH, e dos desafios que ele teria de encarar ao retornar à pátria.

Na primeira, enviada em 15 de novembro de 1948, o frade começou pedindo desculpas por não estar a escrever regularmente ao intelectual cristão, relatando que estava extremamente dedicado à experiência de estudos e de envolvimento com vários membros da sede de EH. Graças aos padres Lebret e Desroches, ele tem “[...] tido contatos os mais preciosos e da maior importância para a compreensão dos problemas e da evolução das coisas aqui na França”. Como ele não podia abraçar todas as experiências que o estágio estava a lhe proporcionar, o remetente disse que procurava desenvolver seu faro para estar mais próximo das oportunidades, das mentes “[...] e das ebulições de maior vulto”. Para Benevenuto, a incerteza do futuro não o impedia de perseverar em prol do trabalho e da fé, sentindo que pela primeira vez ele tinha consciência de fazer parte de um movimento que entrará para a história.

Benevenuto prosseguiu a carta escrevendo algumas linhas sobre a turbulenta política francesa daquela época, depois comentou que a despeito das dificuldades enfrentadas pela sede de EH, o estágio estava a transcorrer bem e a convivência diária com o padre Lebret era muito preciosa e prazerosa. O remetente continuou relatando que Lebret iria para França, Bélgica e Luxemburgo à procura de recursos que pudessem amainar a penosa condição financeira do movimento. Nesse trecho da carta, ele contou a Alceu sobre um problema relacionado à dificuldade do grupo em manter o escritório parisiense de EH por não terem condições de pagar a quantia relativa ao aluguel da sala. Em suas palavras, “[...] o primeiro episódio dessa crise na situação em Paris foi a liquidação forçada das edições E. H., [o que] apenas pôde manter a Livraria, a qual tem ao lado apenas uma pequena sala, onde o P. Desroches trabalha – *exprimido*¹⁹⁶ – com uma secretária”. Ele continuou expondo que Lebret estava exaurido com esses acontecimentos e não sabia mais a quem poderia pedir socorro. Em consideração ao que esperavam de Lebret no Brasil, Benevenuto perguntou a Alceu se ele poderia arrecadar fundos com os brasileiros que acreditavam na importância do movimento para contornar os desafios nacionais. O remetente descreveu as precárias condições de trabalho do grupo EH em Paris: “[...] onde um a um, eu, o P. Lebret, o P. Desroches e 3 dominicanos operários, e onde, numa sala menor do que a da ‘Ordem’ na praça 15 trabalham quatro pessoas, por cima de revistas, livros, mesa de desenho”. Diante desse cenário, o remetente pediu para Alceu arrecadar fundos para o movimento, informando às pessoas que se tratava da sobrevivência de um dos setores mais relevantes para EH, “[...] e que si aqui a coisa fracassar por dificuldades financeiras, a

¹⁹⁶ Grifo do original.

ação aí no Brasil seria fatalmente comprometida. Em São Paulo já não tenho a quem pedir, pois fui obrigado a pedir [os] amigos para minha viagem, que a Ordem não pode de forma alguma custear”. O frade concluiu a carta solicitando que Alceu enviasse¹⁹⁷ a quantia à Antonieta¹⁹⁸.

Embora não tenhamos encontrado a contestação de Alceu Amoroso Lima, o jovem frade escreveu a segunda missiva no dia 19 abril de 1949. O remetente começou agradecendo a quantia financeira enviada pelo destinatário, a qual permitiria a continuidade dos trabalhos da livraria *Économie et Humanisme*. Benevenuto prosseguiu expondo que todos notavam o grau de fadiga mental, espiritual e física do padre Lebret, que apesar da falta de tempo, de vigor corpóreo e dos problemas práticos advindos das divisões no interior da Igreja, estava redigindo três ou quatro livros simultaneamente. De soslaio, Santa Cruz mencionou a livraria SAL (Sociedade Amigos do Livro)¹⁹⁹, afirmando que o livro *Acion, marche vers Dieu* (1949), de Lebret, fora enviado a Alceu e à livraria, depois prosseguiu falando sobre livros:

[...] mesmo que o senhor já sabe que atualmente as edições E. H. são feitas em coedições com ‘Les Éditions Ouvrières’, livraria importante e editora geral para todo o movimento operário em França. Eles manifestaram o desejo de uma mais intensa difusão no Brasil e como o Carlos Pinto Alves respondeu que não se sentia suficientemente aparelhado para fazê-la, eles pediram-me que indicasse uma grande Livraria que a pudesse fazer. Indiquei a Agir e penso que já devem ter escrito nesse sentido. Sei que se o senhor ainda estiver na AGIR apoiará o pedido das Éditions Ouvrières, dirigida por um dominicano.

O diário de viagem e as epístolas destinadas a Alceu Amoroso Lima dizem respeito às viagens, às descobertas de si, ao modo de sua articulação no interior da equipe central de EH e à maneira como ele se enveredou na dinâmica de livrarias e editoras católicas. O jovem frade atuava tanto para auxiliar na resolução das dificuldades financeiras do grupo francês como para escoar os livros do movimento operário e de EH ao Brasil. Procuramos destrinchar os caminhos percorridos por nosso personagem porque acreditamos que a experiência do estágio foi decisiva para constituição de sua identidade pessoal e clerical, proporcionando-lhe maturidade para dirigir a SAGMACS e o grupo de EH durante os anos 1950 e 1960. Os anos de 1947 a 1949 também foram determinantes para a formação do livreiro-editor que ele viria a ser a partir dos anos 1950, uma vez que o contato com Lebret propiciou-lhe o estágio na sede da equipe de EH,

¹⁹⁷ Ele redigiu o seguinte endereço: rua 7 de Abril, 235, 4º andar, sala 404, São Paulo, onde ficava o escritório do grupo de EH e da SAGMACS.

¹⁹⁸ Procuramos maiores informações biográficas da secretária de Frei Benevenuto, que trabalhou com ele de meados dos anos 1940 até meados dos anos 1950, deixando o trabalho para se dedicar à vida monástica. O nome completo dela era Antonia W. Ribeiro da Silva, mas ela assinava correspondências como Antonieta. A única informação que descobrimos é que ela fez parte da diretoria da Associação Paulista de Bibliotecários, em 1973.

¹⁹⁹ Na última parte deste capítulo analisaremos a Livraria (e depois Edições) SAL.

levando-o a conhecer países, pessoas, intelectuais e religiosos ligados ao universo da cultura, do livro e da edição, entrando em contato com a livraria *Économie et Humanisme* e outras editoras religiosas, conhecendo as juventudes católicas organizadas da França, Bélgica, Suíça e Luxemburgo, e articulando com Alceu Amoroso Lima uma forma de a Livraria Agir importar e revender os títulos publicados pelas Éditions Ouvrières. Embora tenhamos demonstrado que as pressões sofridas por Lebret não diziam respeito apenas à sua atuação no campo social e progressista da Igreja, naquela altura o padre francês ainda estava impedido de retornar às terras brasileiras. Enquanto o líder de EH esteve impedido de viajar, Benevenuto comprovou sua experiência e vigor para estruturar as bases do movimento no país.

Frei Benevenuto, padre Lebret e a SAGMACS entre 1949 e 1952

Antes de investigarmos o regresso de Frei Benevenuto à terra natal, dedicamo-nos a apresentar o contexto em que a Igreja e os dominicanos do Brasil vivenciaram uma série de transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial e durante os anos 1950, justamente com o intuito de compreender como funcionava as estruturas do catolicismo no período que Santa Cruz liderou o grupo de EH brasileiro e Lebret passou a vir amiúde ao país.

Nos dez primeiros anos (1935-1945) de inserção da Ação Católica no laicato e na sociedade brasileira houve a preponderância de uma vida contemplativa, ao ponto de muitos universitários passarem a fazer parte dos mosteiros beneditinos²⁰⁰. Essa característica tem a ver com três fatores que prevaleceram naquele momento, o primeiro relacionado à aura clerical imposta pela Igreja, o segundo resultado da conjuntura política repressiva do Estado Novo, desestimulando uma ação política mais assertiva, e o terceiro fazia parte da quadra histórica da Igreja, que ainda não tinha se despertado para os anacrônicos problemas sociais do país.

No decurso da década de 1950 houve um rearranjo desse fatores, na medida em que as esferas política e social transitaram no plano intelectual e prático com maior desenvoltura, encorajando o engajamento e participação do laicato católico nas controvérsias políticas e sociais. Se os beneditinos passaram a se dedicar à renovação da liturgia clerical, os dominicanos se comprometeram a enfrentar as iniquidades sociais. “É interessante observar que os dominicanos passam a atuar através dos conventos em Belo Horizonte e Juiz de Fora, e começaram a assumir liderança na orientação da juventude, como assistentes da Ação Católica, até então marcada pela influência beneditina”²⁰¹. Essa atitude dos pregadores veio a

²⁰⁰ AZZI, Rioldo; GRIJP, Klaus Van der., *op. cit.*, 2008, p. 521.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 521.

desencadear uma divisão nessa entidade no final dos anos 1950; num frente havia os que defendiam a continuidade do movimento beneditino de aperfeiçoamento espiritual, e noutra frente estavam os frades dominicanos a abonarem uma ação ostensiva na esfera social.

Aos trancos e barrancos, o país procurava retomar o leito democrático durante esse decênio. Ainda que Juscelino Kubitschek quase não assumiu a presidência da República por parte de uma ala conservadora das forças armadas, ele exerceu o cargo maior do executivo nacional e levou a cabo um projeto desenvolvimentista que também foi apoiado pela Igreja Católica. A hierarquia eclesiástica instruiu os prelados a defenderem as reformas sociais tanto pelo apoio político ao governo vigente como pelo discernimento de uma realidade brasileira profundamente desigual, o que desencadeou em novas formulações dos dignitários católicos sobre reformas desenvolvimentistas que pudessem enfrentar o abismo social. Essa inflexão no posicionamento da Igreja não implicou em afirmar que ela se voltou à esquerda do espectro político²⁰², o clero tinha medo do comunismo e queria distância dos socialistas. Ainda assim, o apoio da Igreja às ações reformistas e desenvolvimentistas do governo JK forjou uma renovada atividade pastoral, estimulando que as lideranças do “[...] laicato assumissem posições marcantes na luta pela transformação social, com simpatia declarada pela ideologia socialista. Sob pressão do laicato mais atuante na esfera política e social, a atitude do episcopado sofreu uma evolução significativa”²⁰³. Ao longo dos anos 1950, setores expressivos da Igreja questionaram as desigualdades geradas pelo capitalismo e abriram a possibilidade de diálogo com novas formas de organização social. Dom Helder Câmara e a CNBB são os maiores símbolos desse novo horizonte almejado por uma parte significativa da Igreja brasileira. Outrossim, o EH tornou-se um centro irradiador dessa fase social-desenvolvimentista, de modo que a contínua presença de Lebrecht no Brasil nos anos 1950 acabou por franquear a realização de projetos executados pela SAGMACS, então coordenada por Frei Benevenuto.

Na segunda quinzena do mês de agosto de 1949, o religioso retornou a seu país com uma bagagem a acomodar roupas, incertezas, missais da *Éditions du Cerf*²⁰⁴ e a pressão da hierarquia eclesiástica sob seus ombros. Parece-nos que o cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta queria evitar o pronto retorno de Santa Cruz, talvez para ter tempo hábil de esvaziar o grupo de EH da capital paulista. No dia 05 de agosto de 1949, padre Nicolas enviou uma epístola²⁰⁵ ao

²⁰² Ibid., p. 352.

²⁰³ Ibid., p. 361.

²⁰⁴ Missais é um livro composto com as missas celebradas nas dioceses durante o ano. No dia 4 de agosto de 1949, o dominicano Dominique Dubarle (então diretor das *Éditions du Cerf*) escreveu uma carta a Frei Benevenuto desejando-lhe boa viagem, forças para enfrentar as dificuldades em São Paulo, e pediu que o frade transferisse a quantia devida da aquisição dos missais. Esta epístola faz parte da massa documental de Santa Cruz.

²⁰⁵ Esta carta encontra-se no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

frade dizendo que ele deveria permanecer na França e cumprir o plano de escrever sua tese. O remetente expôs que o destinatário não precisaria ajustar contas com o cardeal porque padre Tauzin mediara a situação, depois continuou argumentando que seus superiores eram contrários ao seu retorno e pediu que ele verificasse a possibilidade de cancelar a passagem de avião.

Diante das resistências do clero brasileiro em relação a Benevenuto e Lebret, chegamos à conclusão de que o movimento EH sofreu com as posições retrógradas da Santa Sé. O religioso brasileiro retornou à revelia de seus superiores e o padre francês obteve a permissão de regressar ao Brasil em 1952. Enquanto Lebret esteve impedido de atravessar o atlântico, coube a Benevenuto reorientar a bússola da SAGMACS e da equipe paulista de EH. Partindo dessas premissas, acompanharemos as atividades de Santa Cruz à frente dessas organizações, identificaremos alguns dos projetos desenvolvidos pela Sociedade, e paralelamente vamos dialogar com algumas correspondências intercambiadas entre Frei Benevenuto e padre Lebret. Lembramos, mais uma vez, que não temos a pretensão de aprofundar nos projetos desenvolvidos por essa entidade, tampouco nos dedicaremos a pensar a sua relação com a evolução do planejamento urbano e social de São Paulo e de diversas regiões brasileiras. Esses estudos foram²⁰⁶ e continuam²⁰⁷ a ser realizados por diverso(a)s pesquisadore(a)s.

Mais que identificar a centralidade de Frei Benevenuto na direção e consecução dos trabalhos da equipe SAGMACS e do grupo EH, a pergunta que nos guia é saber em que medida a convivência com o padre Lebret e os trabalhos em torno de EH modelaram o livreiro-editor de Deus e dos homens. A partir dessa questão, nos acercaremos de algumas pesquisas da SAGMACS, da participação do padre Lebret nesses projetos e contratos, das viagens que eles fizeram e das funções que Frei Benevenuto foi cumprindo com o passar dos anos.

Entre 1947 e 1964, a Sociedade levou a cabo trinta projetos de planejamento urbano e social. Desse montante, Lebret, apoiado por Benevenuto e outros membros, participou e dirigiu ao menos a metade, sendo um dos grandes responsáveis para a contratação de boa parte dessas

²⁰⁶ Ver: ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2010; PONTUAL, Virgínia., *op. cit.*, 2011; CESTARO, Lucas R., *op. cit.*, 2015. Michelly Ramos de Angelo afirma que as primeiras pesquisas recuperaram o legado de Lebret e da SAGMACS a partir dos anos 1990, assim como a autora cita, menciona e utiliza duas referências bibliográficas importantes para estudar a Economia e Humanismo e o padre Lebret: PELLETIER, Denis. *Économie et Humanisme: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers monde (1941-1966)*. Paris: Éditions du Cerf, 1996; BREUIL, Mathilde Le Tourneur. *Le père Lebret et la construction d'une pensée chrétienne sur Le développement : dans le sillage de modèles politiques et intellectuels émergents au Brésil, 1947-1966*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, mémoire de master II, 2006.

²⁰⁷ Ver: ANDRADE, Francisco Jatobá de; ARAUJO, Tarcisio Patricio de (Org.). *Diálogos com Lebret: 60 anos depois*. Recife: Cepe, 2016; GODOY, José Henrique Artigas de. A práxis de Lebret: economia humana, desenvolvimento católico e a industrialização do Nordeste. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 36 (2), p. 188-219, 2016; GODOY, José Henrique Artigas de., *op. cit.*, 2020.

pesquisas. De acordo com Angelo²⁰⁸, Lebret fez aproximadamente dez viagens ao Brasil, permanecendo por volta de quatro meses em cada estadia, embora o período mais longo de suas vindas ao país tenha sido no interregno de 1952 a 1958, realizando uma viagem 1952, outra em 1953, duas em 1954, uma em 1956, duas em 1957, uma em 1960 e outra 1961. Essas incursões tinham o intuito de formar pessoas que iriam trabalhar nos projetos de desenvolvimento de periferias, de favelas e de planos diretores, ao mesmo tempo que ele articulava o fechamento de contratos, estreitava as relações com agentes da elite política, industrial e intelectual do país. E aos poucos foi executando pesquisas para os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Desde o princípio da jornada de Lebret pelo Economia e Humanismo, o padre se deu conta de que determinadas pesquisas somente seriam concretizadas com a formação de profissionais especializados, engajados na dimensão humana do movimento e aptos a trabalharem com instrumentos e insumos destinados ao tipo de investigação que desenvolviam. Foi o que ele chamou de *les développeurs*, “os agentes de desenvolvimento”²⁰⁹, concepção que ele vinha elaborando desde os anos 1940, época em que essa expressão estava mais próxima da noção da formação de militantes que aliavam técnica à ação em prol do desenvolvimento humano e social²¹⁰. A noção de “agentes de desenvolvimento” ocorreu quando ele fundou o IRFED (*Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement*)²¹¹ em 1958, instituto que promoveu a formação de profissionais de numerosos países. Chamamos a atenção para o fato de que nem todos os militantes ou *développeurs* conjugavam as camadas pessoal, espiritual e profissional simultaneamente, uns eram mais ligados ao aspecto técnico e outros eram atraídos pelo lado militante do movimento.

Dentre os dois perfis de profissionais, Santa Cruz sempre foi um quadro militante que aliava a religiosidade aos pressupostos de EH e aos instrumentos técnicos do movimento; outros, porém, eram quadros eminentemente técnicos, leitores das obras especializadas de Lebret. Dos cerca de 300 profissionais que passaram pela SAGMACS, os que fizeram parte da entidade por mais tempo foram os que desempenharam uma função política e militante. “[...] Um ponto que notamos foi que a maioria dos profissionais que tiveram uma maior vinculação política e religiosa com as ideias de Lebret foram aqueles ligados ao escritório da SAGMACS

²⁰⁸ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 24.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 41.

²¹⁰ No segundo capítulo iremos abordar a importância dos livros de Lebret para a formação militante de membros da SAGMACS, de EH e das juventudes católicas.

²¹¹ Ver o sexto capítulo de ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 213-264.

de São Paulo”²¹². Como veremos no segundo capítulo, o impacto das obras de Lebret entre os jovens católicos latino-americanos estava relacionado à capacidade de ele propor uma forma de ação que pudesse enfrentar as injustiças sociais. Diversos participantes²¹³ da SAGMACS paulista reconheceram que o pensamento de Lebret e de Emmanuel Mounier influenciaram as mentes e os corações da JUC. Esses autores influenciaram as gerações de 1950 e 1960, incluindo os milhares de jovens que participaram das outras organizações católicas leigas e as centenas de pessoas que participavam do movimento EH e da Sociedade nesses anos. Mas o êxito desta instituição estava relacionado ao fortalecimento da ideia de planejamento urbano e regional suscitado no decênio de 1950, cujo período a SAGMACS e outras empresas de fora da administração pública exerceram assessoria técnica temporária a órgãos governamentais²¹⁴.

Lebret e Benevenuto estavam cada vez mais articulados aos órgãos públicos paulista durante o decênio de 1950, principalmente no decorrer do mandato de Lucas Nogueira Garcez à frente do governo de São Paulo (1951-1955). Garcez ainda fazia parte da diretoria da SAGMACS quando ganhou a eleição em 1950, e depois eleito não hesitou em contratar os projetos dessa entidade (salvando-a da falência²¹⁵) durante o interregno de sua gestão. Além disso, ele intermediou o retorno do padre Lebret em 1952, ao mesmo tempo que apoiou diversas demandas²¹⁶ vindas de Frei Benevenuto entre 1950 e 1952, conseguindo bolsas de estudos para estudantes conhecidos do religioso ou melhorando as linhas de ônibus que davam acesso à Faculdade de Direito e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade Católica de São Paulo, localizada na rua Monte Alegre.

De 1949 a 1951²¹⁷, o religioso brasileiro exerceu atividades militantes no âmbito da equipe de EH do país. Ele lecionou numerosos cursos e seminários para as alunas da Escola de Serviço Social de São Paulo; colaborou, por dois anos, com o “Centro Técnico do Trabalho”, sustentado pela Ação Social e gerido pelo padre Saboia de Medeiros; criou, em parceria com a JOC e os Círculos Operários, cursos e seminários destinados à formação de sindicalistas cristãos, momento em que estabeleceu contato com lideranças operárias católicas de vários bairros da capital e das cidades vizinhas; e dedicou-se à formação espiritual e militante de líderes operários e de estudantes secundaristas e universitários. Foi nesses anos que ele recebeu

²¹² Ibid., p.50.

²¹³ Ibid., p. 53-54.

²¹⁴ Ibid., p. 32.

²¹⁵ Ibid., p. 152.

²¹⁶ As solicitações de Benevenuto eram encaminhadas à secretaria do governador; os documentos com os pedidos e as respostas encontram-se no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz.

²¹⁷ Neste parágrafo citamos dois documentos que fazem parte da massa documental de Santa Cruz. O primeiro chama-se *Relatório sobre os trabalhos desenvolvidos por Economia e Humanismo no Brasil* e o segundo trata-se carta-convite do diretor do Departamento de Cultura e Ação Social da USP, enviada em 15 de fevereiro de 1950.

numerosas demandas para realizar palestras em torno do movimento EH, a exemplo do convite do diretor do Departamento de Cultura e Ação Social da USP, Vicente Ferreira da Silva Filho, convidando-o a realizar conferências sobre economia.

No ano de 1950 ele recebeu a primeira correspondência do padre francês, ao menos daquilo que conseguimos levantar das cartas trocadas entre eles. No *Archives Nationales*²¹⁸ encontramos 47 epístolas intercambiadas entre 1950 e 1966, sendo que 23 eram de Benevenuto para Lebret e 24 eram de Lebret para Benevenuto. Já o arquivo pessoal de Santa Cruz abriga 38 cartas enviadas de Lebret para Benevenuto no interregno de 1954 a 1964, demonstrando que o religioso não tinha o hábito de guardar uma cópia das cartas enviadas²¹⁹. A maioria dessa correspondência aborda os aspectos técnicos dos projetos e estudos que foram desenvolvidos pela SAGMACS, as questões contratuais, a formação de profissionais, os contratos que precisavam ser geridos, entre outros assuntos que dizem respeito ao funcionamento dessa instituição. No decorrer dos anos, as epístolas realçam o afeto e as confidências relevadas por ambos, as preocupações com o estado de saúde, as revelações de incapacidades e fraquezas (principalmente expressas por parte de Benevenuto) e o cansaço com a sobrecarga de trabalho.

Enquanto Lebret não vinha ao Brasil, Benevenuto atuou mais próximo da militância de EH, estreitou laços com as juventudes católicas organizadas (principalmente com a universitária e a operária), dialogou com lideranças políticas, industriais e culturais, assim como participou de uma série de atividades e contatos com o campo da cultura e da religião. A SAGMACS e a equipe paulista de EH ficavam situadas “[...] no mesmo endereço e tiveram por muito tempo o mesmo coordenador, Benevenuto. Podemos dizer que o escritório de pesquisas se incluía ao movimento EH brasileiro – um dos braços do grupo EH francês – e buscava colocar em prática as aspirações de economia humana [...]”²²⁰.

Podemos identificar as relações que Lebret e Benevenuto construíram por meio das cartas que eles trocaram e da bibliografia sobre essa temática. Os contatos²²¹ de Lebret com Romeu Dale, Alceu Amoroso Lima, Dom Helder Câmara, Josué de Castro e Lucas Nogueira Garcez, somado à intermediação de Frei Benevenuto, permitiram-lhe conseguir a autorização para retornar ao Brasil em 31 de maio de 1952 sob o pretexto de realizar um estudo em torno das condições de vida do operariado e dos trabalhadores rurais. Durante sua segunda estada no país, enquanto Alceu Amoroso Lima o apresentava aos coletivos católicos e às elites dirigentes da

²¹⁸ Disponíveis no Fundo Lebret 45AS, cotas 19860461/101 e 19860461/117, nos *Archives Nationales*.

²¹⁹ A maior parte das cartas de Benevenuto para Lebret, pesquisadas no *Archives Nationales*, foram escritas à mão. Ressaltamos que apenas três cartas se repetem no fundo Lebret e no acervo pessoal de Santa Cruz.

²²⁰ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 154.

²²¹ *Ibid.*, p. 160.

União Democrática Nacional (UDN)²²² e do Partido Democrata Cristão (PDC), Garcez o apresentava às elites dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e às elites industriais de São Paulo. Josué de Castro mediava sua relação com o governo federal presidido por Vargas, Frei Romeu Dale o colocava em contato com os participantes da JUC, Dom Helder Câmara²²³ arquitetava algumas ações conjuntas com Lebret durante os anos 1950 e Frei Benevenuto agia na retaguarda de todas as ações que eram lideradas pelo padre francês.

Foi durante a segunda vinda de Lebret ao Brasil que “a estruturação da SAGMACS como órgão de assessoria técnica se efetivou por meio da contratação de trabalhos de desenvolvimento regional pela CIBPU”²²⁴, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaiana criada em 1951²²⁵. Durante a Conferência dos Governadores dos estados que faziam parte da comissão (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e, posteriormente, Rio Grande do Sul) houve a discussão dos problemas das regiões ligadas à bacia do rio Paraná. O estado de São Paulo presidiu todas as administrações da CIBPU por possuir a maior receita tributária entre os estados partícipes, e Garcez foi o primeiro presidente da comissão que contratou a SAGMACS. “[...] O resultado dessa pesquisa preliminar é um relatório realizado entre 01 de junho e 31 de agosto de 1952 por Benevenuto e Lebret, intitulado *Conclusions provisoires du Voyage d'étude* [...], ‘documento estritamente confidencial’ contendo 64 páginas”²²⁶. Finalizado o estudo, Garcez assinou um convênio com a entidade para ampliar o escopo da pesquisa, trabalho que desaguou no livro *Problemas de desenvolvimento, necessidades e possibilidades para o Estado de São Paulo (1952-1954)*²²⁷, publicado pela SAGMACS em 1954, obra composta de dois volumes; o primeiro com textos e análises, e o segundo com quadros, cartas cartográficas e gráficos. No rol de autores principais constam Antonio Bezerra Baltar, Benevenuto de Santa Cruz, Darcy Passos, Eduardo Passos, Louis-Joseph Lebret e Raymond Delprat, além de incluir nomes de uma série de colaboradores diretos, pesquisadores e desenhistas.

Santa Cruz e Lebret somente conseguiram avançar nos estudos e publicações da SAGMACS e de EH a partir de 1952, ano importantíssimo na vida pessoal e profissional de Benevenuto. Foi nesse ano que eles conseguiram efetivar o primeiro estudo sob os auspícios do

²²² Ibid., p. 157.

²²³ GODOI, José Henrique Artigas de., *op. cit.*, 2020, pp. 17-41.

²²⁴ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 147.

²²⁵ Ibid., p. 162.

²²⁶ Ibid., p. 163.

²²⁷ Há um exemplar deste estudo disponível no acervo pessoal de Santa Cruz. Em 1957, a SAGMACS publicou *Problemas de desenvolvimento, necessidades e possibilidades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (1955-1957)*.

governador de São Paulo, o que os levou a ter um contrato para analisar a bacia do Rio Paraná, iniciar o processo de estruturação da SAGMACS, realizar outros trabalhos que estavam a ser demandados, avançar nas relações com autoridades e dirigentes de São Paulo, Rio de Janeiro e de outras localidades. Após entregarem o estudo confidencial para Garcez e cumprirem o cronograma previamente estabelecido por Leuret, eles prosseguiram suas andanças por Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maceió e outras regiões nordestinas, depois foram para África²²⁸ e chegaram na França, mais precisamente em La Tourette, no dia 21 de setembro pela noite.

No dia 04 de outubro, o frade participou da reunião do conselho de direção da equipe de EH na companhia dos leigos Alexandre Dubois, George Célestin, Raymond Delprat, Pierre Gouffier, senhor e senhora Duthuit, dos padres Louis-Joseph Leuret, Étienne Viau, Thomas Suavet²²⁹, François Malley e do abade Mercier. Apesar dos onze temas previstos na pauta do conselho, iremos tratar apenas daqueles que dizem respeito à participação de Benevenuto e dos assuntos que estavam relacionados à evolução de EH em seu país. O item inaugural da reunião tratava da mudança de conjuntura. Padre Leuret ponderou dois fatores principais desse item, o primeiro sobre o processo de mudança das perspectivas traçadas na fundação de EH com o espraiamento do movimento por diversos países, e o segundo foi a criação de uma associação de EH no Brasil desde 1947, a qual estava em perfeitas condições de progredir. Em seguida, Frei Benevenuto considerou que seu país apresentava uma conjuntura diferente da França,

²²⁸ Não está claro quais foram os reais motivos que levaram Frei Benevenuto a acompanhar o padre Leuret na viagem para África. Somente foi possível reconstituir esse itinerário através das fontes disponíveis no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz (as fotografias e as *Notas tomadas por Frei Benevenuto de Santa Cruz durante a viagem* encontram-se neste acervo) e no fundo Leuret (abriga vários telegramas de Leuret para correspondentes africanos, nos quais ele informa que Frei Benevenuto o acompanharia na viagem). Supomos que o padre talvez quisesse apresentar ao frade um pouco da realidade e dos trabalhos que ele estava a desenvolver em alguns países do continente africano, ou talvez ele tenha sido algo ainda mais casual, tendo em vista que a viagem de Leuret a África estava previamente marcada e, por esse motivo, ele convidou Benevenuto a acompanhá-lo, na medida em que o Santa Cruz tinha o compromisso de ir à França, em setembro, com o propósito de participar de algumas reuniões na sede de EH. A partir das fotografias tiradas em Alagoas e no sertão pernambucano, e das *Notas tomadas por Frei Benevenuto de Santa Cruz durante a viagem*, escritas pelo religioso desde Conakry, capital da República da Guiné, no dia 13 de setembro de 1952, conseguimos recompor o itinerário que eles fizeram, algumas das pessoas que conheceram, as atividades realizadas e as impressões pessoais do frade. Apesar do valor histórico presente nessa documentação, não iremos analisar essas viagens neste trabalho porque elas não são imprescindíveis para compreendermos os trabalhos fundantes de formação do livreiro-editor.

²²⁹ É o nome religioso de Maurice Suavet (1908-1975), que nasceu em Bellegarde (a 140 km de Paris) e faleceu em Marseille. Fez o ensino fundamental e superior na capital francesa, passando de 1926 a 1930 na *École Nationale Supérieure d'Arts et Métiers*. Formou-se em Engenharia, iniciou a carreira em uma refinaria de açúcar e depois foi trabalhar em uma empresa de aquecedores. Ingressou no noviciado dominicano no convento de Amiens, em 1934, e adotou o nome de Frei Thomas. cursou a profissão religiosa Sauchoir de Kain, então convento de estudos da Província da França, e foi ordenado padre em 1939. Entre diversas atividades que ele realizou em vida, foi um dos fundadores de EH, quando conheceu padre Leuret, dirigiu a revista *EH* de 1957 a 1967 e publicou várias obras pelo selo *Économie et Humanisme* e pela Livraria Duas Cidades, esta responsável por editar *Construir a Igreja* (1959), *Renovar o Exame de Consciência* (1960) e *A espiritualidade em plena vida* (1962). Ver: OLIVIER, Chatelan. Thomas Suavet. *Dictionnaire biographique des frères prêcheurs*. [Online], Notices biographiques, S. Disponível em: <https://journals.openedition.org/dominicains/624#entries>. Acesso em 19 set. 2020.

opinando que era preciso fortalecer a equipe de EH como um movimento. Para ele, o movimento deveria ser propagado como um meio de canalizar as aspirações das pessoas que queriam ferramentas para pensar e transformar o mundo em um lugar mais justo, e encontravam essa estrutura de reflexão e ação no movimento:

[...] E. H. tem um grande público graças ao esforço de difundir a doutrina, as conhecidas conferências sobre o método. As assinaturas [de revistas] como resultado da nova fórmula E.H. estão em ascensão. As primeiras publicações de E.H. ainda têm todo o seu valor [...]. Em dois ou três anos, um esforço considerável terá que ser feito para disseminar as obras, mas também para realizar a evolução da falta de padres e de leigos que se faz presente²³⁰.

Depois de ponderar que a difusão das obras era uma das tarefas centrais a serem cumpridas pela equipe brasileira, ele prosseguiu sua intervenção considerando que a eleição de dois governadores foi importante para consolidar o movimento no país. Expôs que o governador de São Paulo fez parte da SAGMACS e do grupo de EH, assim como o governador do Paraná era entusiasta do movimento e fundou uma associação rural levando em consideração os métodos lebrebianos. Prosseguiu afirmando que ele e Lebrez entregaram um estudo provisório a Garcez, o qual solicitou uma investigação mais ampla e minuciosa, escolhendo ao menos cinquenta regiões do estado de São Paulo para serem estudadas no período de oito a dez meses, razão pela qual o governador requisitou a presença de Lebrez no país para treinar e formar as pessoas que trabalhariam na pesquisa.

A reunião avançou abordando um cronograma de trabalho, de estudos, de formação e de publicações de livros e revistas para o ano de 1953. Falou-se sobre a livraria *Économie et Humanisme*, momento em que elogiaram a senhora Duthuit (substituta de Desroches) por ter reequilibrado a saúde financeira da empresa, a qual pediu para os partícipes da reunião recomendarem a livraria, dizendo que as demandas eram prontamente atendidas. Ela prosseguiu falando que o Brasil era responsável por um terço dos negócios da livraria, que as vendas estavam em processo de expansão, e que “[...] o P. de Santa Cruz está encarregado das encomendas por mais um ano. Ele montou uma casa editorial no Brasil, mas é preciso de uma livraria para fornecê-los. Os livros antigos podem lhe render serviço”²³¹. Depois debateram

²³⁰[No original]: “[...] E. H. a une grande audience grâce à l’effort de diffusion de la doctrine, aux conférences sur la méthode. Les abonnements à la suite de la nouvelle formule E. H. sont en remontée. Les premières publications E. H. ont encore toute leur valeur, [...]. Dans deux ou trois ans un effort considérable sera à faire pour diffuser les ouvrages, mais pour effectuer l’évolution le manque de prêtres, de laïcs se fait sentir”. Tradução nossa. Fundo Lebrez 45AS, cota 19860461/38, *Archives Nationales*.

²³¹[No original]: “[...] Le P. de Santa Cruz assure les commandes encore pour 1 an. Il monte une maison d’édition au Brésil mais il faut une librairie pour la fournir. Les livres anciens peuvent lui rendre service”. Tradução nossa.

sobre a situação financeira e administrativa, e definiram, entre outras coisas, a estrutura diretiva da equipe central (diretoria geral assumida por Lebret, a diretoria da equipe francesa por Raymond Delprat e a diretora da equipe brasileira por Frei Benevenuto de Santa Cruz) e da associação internacional de EH (Dubois foi mantido presidente, Lebret nomeado como secretário-geral, Delprat como tesoureiro e Jean Queneau como vice-presidente).

Após terem discutido todos os pontos previstos na pauta da reunião, o conselho de direção passou a elencar as decisões e resoluções tomadas durante a Assembleia Geral da associação de EH, realizada no dia 5 de outubro de 1952. Raymond Delprat aceitou assumir a diretoria da equipe francesa de EH e o padre Lebret aceitou coordenar, como diretor geral, o trabalho das equipes francesa e estrangeiras. Ficou acertado a criação de um setor de estudos e pesquisas em sociologia religiosa, assim como ficou definido a colaboração e o apoio da equipe francesa nos relevantes trabalhos que seriam realizados pela equipe brasileira entre 1952 e 1954. Enunciaram as publicações e traduções que tinham sido editadas recentemente, definiram as ações que seriam realizadas pela livraria *Économie et Humanisme* com a finalidade de aumentar as vendas e a distribuição das obras e revistas produzidas por membros do movimento, bem como ficou acordado a participação da equipe central de EH na Conferência Internacional de Economia Humana, prevista para ocorrer, em 1954, na cidade de São Paulo.

O retorno de Lebret ao Brasil, a intensa viagem de dez dias em países africanos, os assuntos discutidos na reunião e aprovados na assembleia geral devem ser interpretados mediante uma consideração mais ampla do posicionamento de Frei Benevenuto no movimento e na dinâmica das equipes francesa e brasileira de EH. Se o frade procurou irradiar as ideias lebrebianas entre 1947 e 1952, divulgando obras e revistas do movimento por meio do centro de assinaturas que ele fundou e das conferências e palestras em conventos, universidades e outras instituições de ensino, foi apenas com a segunda passagem de Lebret pelo Brasil que foi possível estruturar a SAGMACS, investir na interlocução política e incrementar seus esforços em torno do livro e da edição. O frade se dedicou a abrir terreno para Lebret no plano da ação e do pensamento; em primeiro plano estreitando os laços políticos e intelectuais através da SAGMACS, de Carlos Pinto Alves, de Alceu Amoroso Lima, de Severo Gomes e de outras pessoas, e em segundo plano irradiando os livros e as revistas de EH por meio do Centro de Difusão de Revistas Dominicanas, criado em 1947 e sediado no convento das Perdizes.

Pelos documentos do conselho de direção e da assembleia geral de EH, não podemos aquilatar até que ponto Benevenuto estava convicto em dedicar-se à ação de planejamento urbano e territorial sem prosseguir com a difusão das ideias do movimento. Como foi apresentado, as incursões de Benevenuto e Lebret no Brasil estavam a render dividendos para

a equipe central de EH, assim como a promoção das publicações pelo frade representava um terço das vendas da livraria *Économie et Humanisme*. Na reunião do conselho, Duthuit mencionou que Santa Cruz criara um selo (Edições SAL) para fortalecer esse serviço, reforçando o argumento de que ele não negligenciou o trabalho de divulgação, edição e vendas das obras e revistas de EH, como desejava padre Lebret. E isso não o impediu de dedicar-se com afinco nos trabalhos da SAGMACS e na organização do congresso de EH.

A pesquisa contratada pela CIBPU e o I Congresso Internacional de Economia Humana

Lebret retornou ao Brasil com o intuito de proferir um curso de formação para pesquisadores entre 27 de dezembro de 1952 e 07 de janeiro de 1953²³². Nesse curso, o padre abordou o histórico de pesquisas econômicas e sociais, os diversos métodos de análise, a elaboração gráfica de quadros estatísticos, a pesquisa em economia humana, os princípios da organização territorial ou regional, a utilização de mapas, o exercício da cartografia, os instrumentos de análise (questionário, cotação, diagrama etc), a coleta de dados, a pesquisa sobre nutrição, além de outras ferramentas utilizadas pelos estudos coordenados pelo religioso francês.

A tese de Angelo auxilia-nos a compreender quem era o público-alvo desse curso. A autora considera que a maior parte dos participantes faziam parte de camadas médias urbanas, universitários ou recém-formados, muitos eram “jovens intelectuais de esquerda”²³³, constatação que ela fez após ter entrevistado diversas pessoas que trabalharam na Sociedade. A nossa impressão é de que a maioria do público participante do curso, da SAGMACS e do grupo de EH eram universitários, alguns com o pensamento político de esquerda muito bem definido, enquanto outros estavam mais ligados ao ideário progressista presente na sociedade brasileira durante os anos 1950 e 1960.

Foi por volta de 1952 que o escritório da equipe de São Paulo saiu da rua sete de abril para o 13º andar do edifício localizado na Praça da Bandeira, n. 40. Olívio Gomes, pai de Severo Gomes²³⁴ e então proprietário da Tecelagem Paraíba, emprestou duas salas que ele possuía

²³² Ibid.

²³³ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 168.

²³⁴ Severo Fagundes Gomes (1924-1985) nasceu em São Paulo. Era filho de Augusta Fagundes Gomes e Olívio Gomes. O pai adquiriu a Cobertores Paraíba na década de 1930, fábrica sediada em São José dos Campos. Severo cursou o ensino fundamental e superior na capital paulista, ingressando na Faculdade de Direito da USP em 1942. Cinco anos depois concluiu o curso e envolveu-se na administração das empresas da família, atuando 17 anos na iniciativa privada e assumindo o posto de diretor-presidente da Tecelagem Paraíba (sucessora da Cobertores Paraíba), período em que a empresa esteve entre as dez maiores do setor. Embora tenha sido membro de diversas associações patronais, sempre manteve suas relações com os meios intelectuais e artísticos da capital paulista, chegando a assumir a diretoria do MAM. Ele era eleitor da UDN, participou dos movimentos que golpearam o

nesse endereço para abrigar a SAGMACS, o grupo de EH e o centro de assinatura de revistas, e depois foi a primeira sede da Livraria Duas Cidades. Os esforços de Benevenuto e Lebret em 1952 e 1953 impeliram a virtuosa fase que a Sociedade vivenciou até 1958²³⁵, momento em que aumentou o número de técnicos na organização, houve numerosos projetos contratados em diversas cidades e estados brasileiros, criou-se a equipe do Rio de Janeiro, o boletim *Equipes de Economia Humana* passou a ser impresso e divulgado, assim como promoveram o I Congresso Internacional de Economia Humana entre os dias 18 e 25 de agosto de 1954.

A primeira conferência de caráter internacional realizado por EH foi uma oportunidade singular para Lebret e as demais lideranças do movimento irradiarem a teoria e metodologia da economia humana para um auditório repleto de universitários, políticos, intelectuais, industriais e representantes do movimento de outras nacionalidades. “O evento pode ser considerado a abertura sul-americana de Lebret através do estabelecimento de novos contatos e a consagração de uma rede de economia e humanismo internacional”²³⁶, sendo promovido pelo Instituto de EH e patrocinado pela Comissão do IV Centenário de São Paulo. O congresso ocorreu no Instituto de Educação Caetano de Campos, a comissão organizadora foi presidida por Frei Benevenuto de Santa Cruz e incluiu os nomes de Antonio Delorenzo Neto²³⁷, Severo Gomes, José Pinheiro Cortez e José Arthur Rios como representantes.

governo de Jango e assumiu o Ministério da Agricultura em 1966, nomeado por Castelo Branco. Finda a presidência de Castelo, ele retornou à iniciativa privada, voltou a ocupar um cargo público como Ministro da Indústria e Comércio em 1974, no governo Geisel, anos depois se filiou ao PMDB, e em 1982 foi eleito Senador pelo estado de São Paulo. Severo foi grande amigo de Santa Cruz durante todos esses anos e publicou *Entre o passado e o futuro*, em 1982, pela Livraria Duas Cidades. Ver: SEVERO GOMES. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>. Acesso em: 20 set. 2020.

²³⁵ Ibid., p. 176-189

²³⁶ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2010, p. 79.

²³⁷ Antonio Delorenzo Neto (1918-2015) nasceu em Guaranésia, município mineiro localizado a 430km de Belo Horizonte. Durante o primário e o secundário estudou em escolas guaranesianas, e depois foi para São Paulo. cursou medicina na USP durante dois anos, mas abandonou a carreira médica para ingressar no curso de Direito da mesma universidade. Foi o prefeito eleito mais novo do Brasil, aos 27 anos de idade assumiu a administração de sua cidade natal entre 1946 e 1950. Em 1949 ganhou uma bolsa de estudos da França para realizar uma especialização de Direito Internacional na Universidade de Paris, ano em que participou, entre os meses de março e junho, de uma sessão de estudos na sede central de EH, em La Tourette, na companhia de Frei Benevenuto e de outros brasileiros, franceses, alemães, suecos, argentinos, chilenos, canadenses e norte-americanos (fundo Lebret 45AS, cota 19860461/36, *Archives Nationales*). Terminou o mandato e foi morar na capital paulista, onde atuou como professor e diretor da ELSP durante os anos 1950. Também fundou e dirigiu a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Osasco (falaremos mais sobre elas no terceiro capítulo desta tese), organizou a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Contábeis de Laranjal Paulista, deu aulas em diversas Instituições de Ensino Superior, concluindo sua carreira universitária na Universidade Estadual Paulista e aposentando-se aos 70 anos de idade. Faleceu aos 97 e foi velado no Convento Santo Alberto Magno. Antonio Delorenzo e sua esposa, Ida Delorenzo, foram íntimos de Frei Benevenuto, que publicou *Sociologia aplicada à educação* (1974) pela Duas Cidades. Iremos falar mais sobre essa amizade nos próximos capítulos. Para mais informações biográficas de Antonio Delorenzo Neto, consultar: FARIA, Rodrigo Santos de. O município em face do planejamento regional: a atuação profissional de Antonio Delorenzo Neto na construção do pensamento municipalista interamericano nas décadas de 1950-1960. *Anais do XV Enanpur*, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2013; GUARANESIANOS EM DESTAQUE. Dr. Antonio Delorenzo Neto. *Coletivo Museu Casa da Memória de Guaranésia*. Disponível em: <https://guaranesiamemorias.wordpress.com/guaranesianos-de-sucesso/>. Acesso em 10 mai. 2020.

A abertura do congresso ocorreu no dia 18 de agosto, contou com a presença de membros da equipe francesa de EH, de autoridades públicas e do governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez (presidente de honra do congresso), que abriu a sessão solene de instalação do congresso e “[...] recebeu os congressistas em seu gabinete como parte da programação do evento”²³⁸ (ver figura 8). A organização do congresso previa a realização de dez sessões temáticas entre os dias 19 e 25 de agosto, uma no período da manhã e outra no período da tarde, contando com a participação de Antonio Bezerra Baltar, Alceu Amoroso Lima, Eduardo Bastos, Josué de Castro, George Celestein, Louis-Joseph Lebret, “[...] entre os expositores [de] nacionalidades francesa, americana, chilena e brasileira, representadas por dirigentes políticos, professores de universidades, componentes do grupo EH francês e dirigentes da CIBPU”²³⁹.

Figura 8. Sessão de abertura do I Congresso Internacional de Economia Humana²⁴⁰



Fonte: Fundo Lebret 45 AS, cota 19860461/180, *Archives Nationales*.

Um congresso de envergadura internacional e inserido nas festividades do IV Centenário da cidade de São Paulo foi um momento oportuno para reunir representantes de diversas nacionalidades e congregar as equipes brasileira, francesa, chilena e uruguaia de EH. No

²³⁸ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2010, p. 80.

²³⁹ *Ibid.*, p. 80.

²⁴⁰ Da esquerda para direita: Benevenuto, Lebret, Lucas Nogueira Garcez, Alexandre Dubois e George Célestin.

próximo capítulo vamos procurar destrinchar o significado da realização do evento no bojo das comemorações do aniversário da cidade, festividade que representou um marco para a cultura paulistana. Por ora ponderamos que o decênio de 1950 foi o momento da cultura e da economia da metrópole reverberar uma série de sentimentos e ressentimentos que trafegavam entre o passado, o presente e o futuro, os quais mitificavam uma parte da história de São Paulo e ao mesmo tempo apontavam para as mudanças deflagradas no tecido social, urbano e cultural da cidade. Em certa medida, o discurso lebreiano dialogava com essas mudanças, principalmente no quesito de planejamento e desenvolvimento urbano. Mas também havia as ligações políticas, o prestígio que ele foi acumulando entre universitários, dirigentes, lideranças e industriais paulistas, assim como foi uma boa oportunidade para Lebet ampliar seu espectro de atuação para além das fronteiras brasileiras. “[...] Temos clareza de que outras novas aberturas políticas se deram a partir dessa, mas numa escala maior, colocando em contato franceses e latino-americanos e traçando os rumos do movimento EH nesses países”²⁴¹.

O vento parecia ser favorável à SAGMACS e à equipe brasileira de EH após o encerramento do congresso, mas as antigas divergências de Frei Benevenuto com o arcebispo de São Paulo acentuaram-se nos meses finais de 1954, obrigando-o a mudar para o convento dominicano do Rio de Janeiro (situado no Leme e chamado de São Tomás de Aquino) por determinação de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, chefe da arquidiocese paulista. O episódio chegou à França e esteve entre os temas discutidos na assembleia geral de EH de 12 de dezembro de 1954²⁴², quando um dos assuntos abordou a ação do movimento no estrangeiro, tratando da conferência internacional e da equipe brasileira. Lebet falou que o evento foi “[...] um grande sucesso, o maior sucesso das conferências do ciclo, ao que parece, com cobertura oficial da Universidade de São Paulo. Foi ela quem reuniu mais participantes. No entanto, não teve toda a coesão desejável”²⁴³. O padre francês avaliou que a equipe brasileira estava em grande dificuldade em razão da nomeação de Frei Benevenuto para o convento do Leme.

Frei Benevenuto no convento do Rio de Janeiro e o boletim *Equipes de Economia Humana*

Foi um período conturbado na trajetória religiosa de Benevenuto, tempo em que residiu no Convento São Tomás de Aquino devido as desavenças com o alto comando da Igreja de São

²⁴¹ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2010, p. 81.

²⁴² Fundo Lebet 45 AS, cota 19860461/38, *Archives Nationales*.

²⁴³ [No original]: “Elle a eu un très grand succès, le plus grand succès des conférences du cycle, paraît-il, avec couverture officielle de l’Université de Sao-Paulo. C’est elle qui a réuni le plus de participants. Elle n’a cependant pas eu toute la cohésion désirable”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 3.

Paulo. Não conseguimos identificar qual foi o ponto de ruptura e por quanto tempo ele morou na capital fluminense, mas podemos deduzir que suas incursões progressistas no campo da cultura e de EH incomodavam a ala conservadora da hierarquia eclesiástica. Por uma carta datilografada que ele enviou ao provincial Sébastien Tausin no dia 28 de dezembro de 1954²⁴⁴, conseguimos tatear o imbróglio em torno de transferência conventual. Envida do Rio de Janeiro, Benevenuto principiou a missiva agradecendo a compreensão do destinatário em relação aos seus infortúnios com o cardeal de São Paulo e prosseguiu afirmando que deixou o trabalho organizado em São Paulo. Como veremos mais adiante, ele continuou a epístola de quatro páginas falando sobre o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas que ele tinha estruturado em 1947 e os motivos que o levaram a fundar a Livraria Duas Cidades. Por enquanto nos interessa sublinhar que ele teve o apoio do padre provincial, manteve-se na direção de EH e criou uma livraria e editora que o permitiu propagar teólogos progressistas da Igreja Católica e aliados ao movimento liderado por Lebret.

Em 1955, Santa Cruz chegou a abrir uma filial da Duas Cidades na portaria do convento do Leme, sucursal que era bem movimentada²⁴⁵. Em maio de 1956, padre Tausin aposentou-se de suas funções na província dominicana e Frei Mateus Rocha²⁴⁶ foi eleito vigário provincial da Ordem. Em 1958, Santa Cruz continuava a residir oficialmente no Rio, ainda que suas atividades ocorressem majoritariamente na capital paulista, como informa a Memória Dominicana: “[...] Frei Benevenuto de Santa Cruz em São Paulo a maior parte do tempo pela [...] Sagmacs ou Duas Cidades”²⁴⁷. Não sabemos qual foi o ano que Benevenuto voltou a morar em São Paulo, mas sabemos que as correspondências dirigidas a ele eram enviadas ao convento das Perdizes, à SAGMACS ou à Livraria Duas Cidades desde 1957.

A título de suposição, e apesar de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta ter sido arcebispo da capital até 1964, imaginamos que Benevenuto voltou a residir em São Paulo entre

²⁴⁴ Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades. Correspondências.

²⁴⁵ MEMÓRIA DOMINICANA. Implantação da Ordem dos Frades Pregadores no Brasil, 1952-1965, n. 21, *op. cit.*, p. 31.

²⁴⁶ Frei Mateus Rocha (1923-1985) nasceu em Dom Silvério (MG). Ingressou, primeiro, na congregação mariana, depois foi para os lazaristas de Petrópolis e por fim escolheu a Ordem Dominicana. Coursou o noviciado e a profissão religiosa em Saint-Maximin, entre finais dos anos 1940 e início de 1950. Foi influenciado pelas obras de Jacques Maritain, Congar, Chenu, Lebret (dominicanos), Daniélou e Henri de Lubac (jesuítas), entre outros. Assim que voltou ao Brasil, ele apostou na Ação Católica como um meio importante meio de ação e renovação social, e foi apoiado por frades dominicanos, dirigentes leigos, intelectuais e políticos progressistas, a exemplo de Darcy Ribeiro e Juscelino Kubitschek. Frei Mateus foi padre provincial da ordem dominicana de 1956 a 1963, renunciando ao cargo para fundar, a convite de Darcy Ribeiro, um Instituto de Teologia Católica na Universidade de Brasília. Ele tem sido autor de livros pela Livraria Duas Cidades, *JEC, o evangelho no Colégio* (1958) e *Quem é este Homem* (1969). Para maiores informações, consultar: REZENDE, Antônio Muniz de. Minhas memórias com Frei Mateus da Rocha: um testemunho. *Pólemos*, Brasília, v. 2., n. 3, p. 220-234, jul. 2013.

²⁴⁷ MEMÓRIA DOMINICANA. Implantação da Ordem dos Frades Pregadores no Brasil, 1952-1965, n. 21, *op. cit.*, p. 51.

finais dos anos 1950 e início dos anos 1960, momento em que Frei Mateus Rocha era provincial e Frei Bernardo Catão tornou-se prior de São Paulo²⁴⁸, dois padres progressistas que publicaram obras pela Duas Cidades e provavelmente tenham intermediado o retorno de Benevenuto para o Convento Santo Alberto Magno. Somente em 1963 temos a informação de que ele participou, sob a condição de sócio do prior de São Paulo (categoria que o vinculava ao claustro das Perdizes), da eleição de Frei Alexandre Oscar Lustosa para vigário provincial²⁴⁹.

Já os boletins *Equipes de Economia Humana* são um meio para verificarmos o período que Frei Benevenuto transitou entre Rio e São Paulo com a finalidade de cumprir suas tarefas no movimento, na SAGMACS e na Livraria Duas Cidades. Frei Romeu Dale foi responsável por iniciar a formação de uma equipe de EH na capital fluminense, e os boletins foram organizados e publicados por esse grupo a partir de 1952²⁵⁰. Santa Cruz provavelmente não participou da concepção desse boletim, e não sabemos quando se encerrou a publicação desses textos informativos sobre as atividades das equipes de EH, pois tivemos acesso²⁵¹ apenas a alguns números publicados entre 1953 e 1956.

O boletim contava com uma média de trinta páginas por edição, estava sediado no Rio de Janeiro e era publicado bimestralmente. No editorial do boletim n. 9, distribuído em outubro de 1953, a equipe pediu desculpas pelos atrasos na entrega do boletim, prometeram regularizar a distribuição no mês de dezembro e anunciaram o custo de cinco cruzeiros para o número avulso e de trinta cruzeiros para a assinatura anual. No boletim n. 10, de dezembro de 1953, na seção noticiário (p. 23) publicaram a matéria *Centro Brasileiro de Economia e Humanismo*, na qual afirmaram que Frei Benevenuto convocou uma reunião para os interessados debaterem sobre a criação desse centro. O religioso presidiu a sessão que contou com a participação de membros de Recife, Curitiba e dos grupos paulista e carioca de EH. Após acaloradas discussões, decidiram formar uma comissão encarregada de elaborar um novo estatuto para a entidade. Pelos números que consultamos, a ideia de formar um centro não foi concretizada.

Na capa do boletim n. 20, de agosto de 1955, extraímos mais algumas informações sobre o *Equipes de Economia Humana*, cuja sede era na rua México, n. 74, no Rio de Janeiro, e G. A. Machado era o responsável pela edição datilografada e impressa artesanalmente. Na seção crônica (p. 24) foi publicado o texto intitulado *Equipes de Economia Humana (Rio)*, assinado por S. B. J. e que tratava das mudanças da equipe de EH carioca. O grupo era formado por oito

²⁴⁸ Ibid., p. 71.

²⁴⁹ Ibid., p. 77.

²⁵⁰ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 154.

²⁵¹ Fundo Raymond Delprat 87AS, cota 19920554/13, *Archives Nationales*.

pessoas em 1954, mas no ano seguinte reuniu vinte pessoas formadas em diversas áreas do conhecimento. Os encontros dessa equipe eram uma oportunidade de estudos e debates, ocasião em que escolhiam um texto a ser debatido, como *Au Contact de Forces Vivant*. O autor comentou que o sonho de ter uma sede própria foi realizado por Alceu Amoroso Lima, que cedeu uma sala do *Centro Dom Vital* para o grupo fazer as reuniões e preparar as publicações do boletim. Essas mudanças estimularam a contribuição de 121 assinantes e aumentaram a tiragem do boletim para 200 exemplares. Na página seguinte (p. 25) foi publicada a crônica *Economia e Humanismo (São Paulo)*, que “[...] além da sede central do movimento, com seu escritório técnico (SAGMACS), começou a se organizar, em São Paulo, uma pequena equipe, com elementos jovens sobretudo, e que está-se dedicando a estudar o pensamento de E. H. e temas a ele ligados”. Frisou-se que ocorriam duas reuniões mensais e informaram que em uma delas utilizaram o texto do *Curso de Economia Humana* ministrado por Lebreton em 1947 e na outra fizeram uso do livro *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior.

Em outubro de 1955 foi publicado o boletim n. 21, ainda no mesmo formato e diagramação. A crônica que vamos apresentar foi assinada por Frei Benevenuto (páginas 23 e 24) e intitulada *Movimento de Economia e Humanismo no Brasil*. O frade iniciou o texto informando que no mês de julho realizaram uma assembleia geral da SAGMACS em São Paulo, circunstância que elegeram a seguinte diretoria pelo prazo de dois anos: Antonio Delorenzo Neto (diretor-presidente); Frei Benevenuto de Santa Cruz (diretor-técnico); Vicente Marota Rangel (diretor-gerente); Antonio Bezerra Baltar, J. B. de Arruda Sampaio, Severo Gomes e José Morais Netto (diretores-adjuntos). Três assuntos foram os principais temas da assembleia, o primeiro discorreu sobre o convite da CIBPU para realizar a pesquisa da Bacia do Paraná e o segundo (p. 23) abordou a necessidade de ampliar a difusão das obras e revistas de EH:

Ficou, nesse setor, aprovado um convênio com a Livraria Duas Cidades, que funciona em sala contígua a sede em São Paulo, para que as ‘Duas Cidades’ ficasse encarregada dessa difusão, não só mantendo um estoque constante de todos os livros de Economia e Humanismo, como também programando em 1956 uma série de traduções das edições de Economia e Humanismo. Na mesma linha de ideias, foi feito, por intermédio dos sócios presentes, um apelo a todos os militantes e amigos de Economia e Humanismo no Brasil para se associarem à difusão doutrinária do movimento, trabalhando em particular, para conseguir maior número de assinaturas das duas revistas ‘Economie et Humanisme’ e ‘Efficacité’.

Já o terceiro ponto considerou que os membros de EH deveriam assumir a tarefa de promover um maior envolvimento com os simpatizantes do movimento, “[...] não só para que os respectivos trabalhos sejam melhor conhecidos, como também para preparar, lentamente, e

em bases sólidas, a criação de um Centro Nacional do Movimento, com ligações e grupos em cada Estado do país” (p. 23). Na página seguinte, Frei Benevenuto relatou sobre os contratos que estavam a ser assinados pela SAGMACS e terminou o texto mencionando duas edições que estavam programadas para serem lançadas, em 1956, pela Livraria Duas Cidades, o curso de Lebret, *Introdução à Economia Humana*, e *Aux Contact des Forces Vivantes*²⁵². De todos os boletins que consultamos²⁵³, a contracapa do n. 21 em diante passou a constar a propaganda da Duas Cidades, anunciando que o estabelecimento possuía todas as edições da revista *Économie et Humanisme*, era responsável pela assinatura da *Efficacité*, tinham o “estoque das mais recentes novidades em Sociologia, Economia, Política, Urbanismo e Filosofia”, trabalhavam com o serviço de reembolso postal e informavam que as assinaturas das revistas podiam ser encomendadas no convento dominicano do Leme.

As edições de *Equipes de Economia Humana* ilustram o vínculo de Frei Benevenuto com a equipe de São Paulo, reforçando a ideia de que o convento do Rio de Janeiro era apenas a residência oficial do frade, quase um local de passagem. Esses boletins também comprovam que o estágio de amadurecimento do grupo paulista era superior ao grupo carioca, tanto do ponto de vista do número de participantes e da organização das reuniões, quanto dos temas e autores que eram escolhidos para os debates e exposições. Mais que isso, essas publicações deram ênfase ao desejo manifestado por Santa Cruz desde o início de sua jornada no movimento: a aspiração de irradiar as obras de EH com o objetivo de arregimentar e formar militantes, propiciando a criação de um centro nacional que pudesse ampliar os ensinamentos da economia humana em todas as regiões brasileiras. Os boletins expressam o pendor do religioso para a formação de militantes em EH, ao mesmo tempo que realçam sua vocação para área cultural, seja por meio da assinatura de revistas ou da Livraria Duas Cidades.

Paralelamente às idas e vindas do religioso entre Rio de Janeiro e São Paulo, a SAGMACS era contratada para elaborar projetos de planejamento social e urbanístico para algumas cidades e capitais brasileiras. Os estudos realizados para São Paulo, Belo Horizonte²⁵⁴ e Rio de Janeiro são ilustrativos de uma nova fase que já não contava com a presença constante do padre Lebret no Brasil. Em 5 de julho de 1957, um dos assuntos tratados na carta²⁵⁵ datilografada que o padre enviou a Benevenuto falava justamente da necessidade de eles

²⁵² Esses livros não constam no catálogo da editora.

²⁵³ Além dos números apresentados, também consultamos os boletins de número 23 (fevereiro) e 24 (abril), ambos publicados em 1956. A partir do número 23, a capa, a diagramação e o suporte de publicação mudaram para um formato semelhante ao utilizado na literatura de cordel.

²⁵⁴ Para mais informações, ver: ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 182 e 185.

²⁵⁵ Fundo Lebret 45AS, cota 19860461/117, *Archives Nationales*.

refletirem sobre o futuro de EH na América Latina, e que o momento era oportuno para o frade procurar um assistente técnico que pudesse auxiliá-lo na direção das pesquisas e abrandar a sobrecarga de trabalho realizado por Santa Cruz. Lebret continuou escrevendo que suas viagens ao Brasil seriam mais curtas e espaçadas, pois a equipe francesa vivia um momento de transição. Nessa missiva, o padre francês mencionou o estudo urbanístico do município de São Paulo, contratado por Wladimir de Toledo Piza (prefeito da capital nos anos de 1956 e 1957), realizado pela SAGMACS e desenvolvido sob o título *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana*, que foi entregue em 1958, já na administração do prefeito Adhemar de Barros, responsável por dificultar a continuidade do estudo e quase inviabilizá-lo por completo²⁵⁶. Embora a pesquisa jamais tenha sido implementada pela prefeitura, ela foi mais uma oportunidade para formar pesquisadores na SAGMACS²⁵⁷ e trouxe uma novidade em relação aos trabalhos anteriores, porque foi o primeiro a ultrapassar a interpretação sociológica dos levantamentos urbanísticos, conseguindo entretecer um estudo interdisciplinar e humanista que levava em consideração a dimensão de todo território paulistano, da periferia ao centro da cidade²⁵⁸.

Já o estudo produzido para o Rio de Janeiro envolveu uma série de singularidades. A equipe carioca era chefiada por José Arthur Rios antes mesmo da contratação do estudo encomendado pelo *O Estado de S. Paulo*, em 1957, e publicado no próprio jornal, em 1960, sob o título *Aspectos humanos da favela carioca*²⁵⁹. Os procedimentos adotados pelo sociólogo à frente da equipe fluminense resplandeceu uma série de contradições entre os grupos paulista e carioca, o que desencadeou profundos desentendimentos entre Rios e Benevenuto. Uma das contradições era a ausência de profissionais da equipe paulista trabalhando no estudo, e a outra era a autonomia demandada por Rios na condução dos trabalhos. As inúmeras cartas trocadas entre Lebret e Benevenuto, entre Lebret e Baltar e entre Lebret e Rios circunscrevem o tamanho da confusão, cuja causa principal era o desejo do sociólogo em conduzir os trabalhos da maneira como convinha a ele e sua equipe. Diante dos impasses, Benevenuto fechou o escritório carioca e concluiu o estudo em torno da favela, enquanto Rios criou, em 1960, a Secretaria de Pesquisa e Planejamento. A despeito dessa pesquisa ter sido possível, em grande parte, graças ao destaque conquistado pela equipe paulista nos trabalhos para a CIBPU²⁶⁰, os caminhos traçados pelos dois grupos eram distintos: o grupo paulista²⁶¹ contava com a participação de membros

²⁵⁶ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 180.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 182.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 184.

²⁵⁹ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 185.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 187.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 186

da JUC, com a militância de Benevenuto e com a interlocução dele e de Lebret com lideranças do meio político e industrial, fatores que possibilitaram o êxito da Sociedade nos anos 1950.

Mas o entrevero do frade com José Arthur Rios, somado à fundação da Duas Cidades e ao progressivo distanciamento de Lebret dos trabalhos no Brasil, talvez tenham sido os elementos iniciais do desestímulo de Frei Benevenuto em relação às atividades da SAGMACS, levando-o a pender progressivamente para as funções de livreiro e editor. Dentre todos os assuntos abordados na carta datilografada de Lebret a Santa Cruz no dia 10 de outubro de 1958²⁶², o remetente comentou que o frade deveria tirar ao menos um mês de descanso para recuperar a saúde e a energia. Disse, em seguida, que a ideia de Benevenuto em desistir da Sociedade representaria um golpe fatal no EH do Brasil, e enunciou que eles deveriam encontrar uma saída para as dificuldades relatadas por Santa Cruz. Mas caso eles não encontrassem uma solução rapidamente, o remetente fez a seguinte pergunta e constatação: “[...] Não seria mais fácil encontrar alguém para a livraria Duas Cidades? Eu repito: a tua saída da SAGMACS seria o fim”²⁶³. Lebret ainda comentou sobre outros temas e terminou dizendo que estava satisfeito com as boas vendas de seus livros²⁶⁴ na Duas Cidades.

Frei Benevenuto não renunciou às tarefas da SAGAMACS, tampouco entregou a direção da livraria e editora para outro frade. Na carta datilografada de Lebret a Santa Cruz, datada de 20 março de 1959²⁶⁵, descobrimos que o destinatário ainda estava responsável pelos dois empreendimentos, não apenas porque o remetente fez uma série de demandas sobre a Sociedade como pelo fato de ele mencionar, ao final da missiva, que padre Suavet estava preparando a segunda edição francesa de *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente*, pedindo ao livreiro-editor para aguardar as revisões e traduzir o livro com as informações atualizadas.

O fim da SAGAMCS e a amizade entre Frei Benevenuto e o homem universal

Santa Cruz continuou a dirigir a Sociedade procurando formar pessoas que pudessem colaborar com os projetos que estavam a ser desenvolvidos. A formação recebida por esses profissionais eram coordenadas por Lebret e assessoradas por Benevenuto, que era o quadro da SAGMACS com maior experiência nas teorias e metodologias de EH, a pessoa que esteve dedicada em

²⁶² Fundo Lebret 45AS, cota19860461/117, *Archives Nationales*.

²⁶³ [No original]: “[...] Ne serait-il pas plus facile de trouver quelqu'un pour la librairie Duas Cidades? Je te le répète : ton lâchage de SAGMACS serait la fin”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 1.

²⁶⁴ O remetente mencionou dois títulos, o Volume IV e *Dimensões da Caridade*. Não sabemos qual é o volume IV mencionado por Lebret, e a tradução de *Dimensões* foi publicada pela casa editorial de Santa Cruz em 1960, sendo que as traduções dos livros do padre francês passaram a ser editadas pela Duas Cidades a partir de 1959. Supomos, portanto, que as obras mencionadas nessa carta eram as originais francesas comercializadas pela livraria.

²⁶⁵ Fundo Lebret 45AS, cota19860461/117, *Archives Nationales*.

quase todos os estudos realizados por essa instituição. Dentre os brasileiros que participaram de um curso proferido por Lebret ou trabalharam com o padre francês, destacamos aqueles que exerceram carreira política, como Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio, Hélio Bicudo, Lucas Nogueira Garcez, Franco Montoro, entre outros. Eles eram jovens quando conheceram o líder de EH, foram influenciados pelas ideias lebretianas, ocuparam cargos no Estado por meio de cooperação técnica e tornaram-se lideranças políticas em nível nacional²⁶⁶.

Entre 1959 e 1964, o progressivo afastamento de Lebret do Brasil não o impediu de manter uma ligação profunda com o país que lhe abriu a oportunidade de desenvolver uma série de projetos nos países latino-americanos e ganhar reconhecimento no cenário internacional. Em seu diário, no dia 28 de julho de 1960 ele anotou que “[...] o Brasil é um dos mais maravilhosos laboratórios de pesquisa que nos está aberto”²⁶⁷, ano em que ele recebeu um título honorífico. O seu fiel escudeiro brasileiro lhe enviou uma carta manuscrita, em 6 de janeiro de 1960, contando a boa-nova: “[...] a Universidade de São Paulo (a universidade do estado) acaba de te nomear Doutor Honoris Causa. Acho que o reitor da universidade anunciará esta escolha recente para você mesmo”²⁶⁸. Benevenuto prosseguiu falando de sua saúde e da tradução de *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente*, a qual estava atrasada por causa da demora do arcebispo responsável em conceder o *imprimatur* (autorização eclesiástica para que um texto seja impresso), o que o impedia de colocar o livro a venda no início do período escolar.

O anúncio de Frei Benevenuto sobre a concessão do título de doutor *honoris causa* a Lebret, assim como as informações que ele escreveu na carta, reforçam a ideia dos laços que os unia para além das atividades da SAGMACS. O prêmio foi concedido ao padre francês em 14 de dezembro de 1959, que recebeu o galardão no dia 29 de julho de 1960, provando o reconhecimento da USP pelos trabalhos que ele vinha desenvolvendo em São Paulo e no Brasil desde 1947. Como vimos, o estado paulista foi o grande apoiador das ações lebretianas, e Garcez foi o primeiro governador que contratou um trabalho de envergadura para a Sociedade, abrindo o espaço para formar mais pessoas e conquistar novas pesquisas.

Findo o mandato de Carvalho Pinto (governador de São Paulo entre 1959 e 1962), os profissionais que estavam atuando no Estado retornaram à SAGMACS e decidiram mudar o estatuto da organização, de associação sem fins lucrativos para cooperativa prestadora de

²⁶⁶ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 189-190.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 194

²⁶⁸ [No original]: “l’Université de São Paulo (celle de l’État) vient de vous nommer Doctor Honoris Causa. Je pense que le Recteur de l’université vous annonçera lui-même ce choix tout récent”. Tradução nossa. p. 1. Fundo Lebret 45AS, cota19860461/117, *Archives Nationales*.

serviços²⁶⁹ a ser dirigida por Frei Benevenuto. Esse modelo jurídico permitia-lhe potencializar a assinatura de contratos e mudar a maneira como os trabalhos seriam implementados²⁷⁰.

Em janeiro e março de 1963, Lebret enviou duas²⁷¹ cartas datilografadas a Santa Cruz. No dia 10 janeiro encaminhou a primeira diretamente de Beirute (capital do Líbano). Entre outras coisas, o remetente disse que não saberia se teria tempo e saúde para ir ao Brasil: “[...] Tudo isto é a velhice. Há tempos você me chama o “velho” que acaba por se tornar realidade!”²⁷², evidenciando uma forma carinhosa de Benevenuto se dirigir a Lebret. A segunda foi escrita no dia 23 de março, ocasião em que Lebret disse estar contente com as boas vendas de *O Drama do Século XX*, embora ele desejasse que a boa recepção deste livro não inviabilizasse a comercialização da terceira edição brasileira de *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente*. Além desses livros, o remetente escreveu que estava alegre com a boa recepção de *Manifesto por uma civilização solidária*, cuja obra não foi possível revisar como ele gostaria.

Agora é a vez de apresentarmos as três²⁷³ cartas manuscritas que Benevenuto endereçou a Lebret em 1963, a primeira em abril, a segunda em maio e a terceira em agosto. No dia 18 de abril, Santa Cruz lamentou que o padre não pudesse dedicar mais tempo ao seu país, afirmando que o escritório de São Paulo estava a passar por uma fase virtuosa, ainda que não fosse possível elaborar um diagnóstico seguro sobre o futuro da cooperativa. Considerou que o governo de Ademar de Barros (governador do estado de São Paulo entre 1963 e 1966) estava sendo regido por uma improvisação absoluta, a exemplo da dissolução do grupo de planejamento urbano estruturado por Carvalho Pinto, o que ao menos provocou o retorno dos profissionais à equipe da SAGMACS, que passou a reunir vinte pessoas trabalhando em tempo integral. E encerrou a carta contando que se sentia esmagado diante do exitoso ciclo da cooperativa e das edições.

Benevenuto abriu a segunda epístola, datada do dia 27 de maio, expressando que estava preocupado com a saúde de Lebret e com a autocobrança do padre em relação às tarefas que ele ainda tinha de realizar. Disse que o sentimento de Lebret no plano internacional talvez fosse parecido ao que ele sentia no plano nacional, onde “[...] todos são revolucionários, mas ninguém sabe que revolução é nem como se preparar para enfrentar os problemas que estão presentes. Eu acredito muito que a desordem logo dominará o país”²⁷⁴.

²⁶⁹ Ibid., p. 179.

²⁷⁰ Ibid., p. 191.

²⁷¹ Fundo Lebret 45AS, cota19860461/117, *Archives Nationales*.

²⁷² [No original]: “[...] Tout ceci est la vieillesse. Il y a d’ailleurs tellement longtemps que tu m’appelles le « vieux » qu’il faut bien que ça finisse par se réaliser !”. Tradução nossa. Ibid., p. 1.

²⁷³ Fundo Lebret 45AS, cota19860461/117, *Archives Nationales*.

²⁷⁴ [No original]: “[...] tout le monde est révolutionnaire, mais personne ne sait de quelle révolution il ne s’agit ni comment se préparer pour faire face aux problèmes qui se présentent. Je crois beaucoup que le désordre domine bientôt le pays”. Tradução nossa. Ibid., p. 1.

Depois de aproximadamente dois meses, o frade encaminhou a terceira missiva ao padre Lebret no dia 1 de agosto. Expôs, de início, que os trabalhos na SAGMACS estavam progredindo de maneira consistente, anunciando que tinham entregado um projeto preliminar de desenvolvimento para o estado do Paraná. Salientou, porém, que ele precisaria reformular a equipe rapidamente, pois muitos técnicos estavam saindo da cooperativa para trabalharem em órgãos públicos. Em seguida, comentou que dentro de um mês ele iniciaria “um curso de ‘Iniciação ao desenvolvimento e aos métodos de enquete e planificação’. É apaixonante. Eu devo tudo isso a você: é o fruto de seu trabalho em [1947]”²⁷⁵. O remetente encerrou a epístola ressaltando que as publicações dos livros de Lebret iam muito bem, informando que fizeram novas edições de *Dimensões da Caridade*, *Renovar o Exame de Consciência*, *Manifesto por uma civilização solidária*, *Drama do século XX* e a primeira de *Apelos ao Senhor*.

Nesse conjunto de cartas apresentadas é possível verificar o processo de idas e vindas em torno da cooperativa e a ascensão contínua da editora. Enquanto a SAGMACS ficava a mercê dos profissionais que se reintegravam ao escritório e depois deixavam a cooperativa para assumirem funções no serviço público, a Livraria Duas Cidades incrementava seu catálogo com novas edições e reedições dos livros de Lebret e de outros autores. Após o golpe civil-militar, houve profissionais da organização que foram perseguidos, outros ficaram desempregados e uma parte entrou na clandestinidade e deixou o país. Nós acreditamos que as coléricas circunstâncias políticas e econômicas da década de 1960, somadas ao golpe de Estado e à dificuldade de Frei Benevenuto em formar uma equipe sólida que funcionasse a médio e longo prazo, foram as causas inviabilizadoras para a cooperativa manter seu escritório logo após a imposição do longo e taciturno regime civil-militar.

As teias que unem Lebret, EH e Benevenuto repercutiram nas edições das obras do padre que foram publicadas pela Livraria Duas Cidades e até mesmo quando Santa Cruz foi solidário e amigo do francês, como podemos identificar nas três cartas manuscritas de Frei Benevenuto a Frei Alexandre Oscar Lustosa (Provincial dos Dominicanos) nos meses de junho e julho de 1965²⁷⁶. Na primeira, enviada no dia 5 de junho diretamente do convento de Strasbourg, Santa Cruz informou que tinha acabado de sair da universidade onde assistiu à banca de defesa da tese de Frei Bernardo Catão, e ressaltou o exímio trabalho realizado pelo religioso. Depois o remetente disse que tinha melhores notícias do estado de saúde do padre Lebret, que parecia estar fora de perigo, embora estivesse fraco e abatido com o tratamento intensivo dos médicos.

²⁷⁵ [No original]: “[...] un cours « d’initiation au développement et aux méthodes d’enquête et de planification ». C’est passionnant. Je vous dois tout cela : c’est le fruit de votre travail en [1947]”. Tradução nossa. Ibid., p. 1.

²⁷⁶ Encontram-se no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Frei Benevenuto de Santa Cruz.

Assim, expôs que pretendia ficar mais uns dias em Paris e passar por Lisboa no retorno ao Brasil, a fim de ajustar alguns detalhes com a Livraria Morais²⁷⁷.

No dia 01 de julho, Benevenuto enviou a segunda carta a Frei Alexandre. Disse, de pronto, que adiou o retorno em razão da decisão dos médicos de operarem Lebret, levando-o a estender mais alguns dias em Paris, ao menos até o momento que o padre se restabelecesse da operação e os médicos dessem um diagnóstico preciso. Além dos motivos expostos, o remetente prosseguiu argumentando que Lebret pediu que ele ficasse mais alguns dias para conhecer e recepcionar o presidente do Chile, Eduardo Frei²⁷⁸, que passaria no hospital para visitá-lo. Em seguida, Benevenuto comentou sobre os trabalhos do IRFED e o encontro que ele teve com Frei Carlos Josaphat, finalizando a epístola ao mencionar que o livro de Bernardo Catão estava nas vitrines de todas as livrarias parisienses.

E a última carta de Frei Benevenuto a Frei Alexandre foi enviada em 12 de julho, quando ele informou ao destinatário o resultado da cirurgia efetuada no padre, argumentando que ele não poderia retornar imediatamente ao Brasil. Depois enunciou que visitou o padre no sábado pela tarde, e este pediu que Benevenuto ficasse até a noite, dizendo que estava ciente da morte e que aquela seria a última vez que estariam juntos se ele voltasse ao Brasil naquele instante. Em suas palavras, “[...] eu fiquei na maior sinuca do mundo, sobretudo quando ele me abraça várias vezes *à la française*, dizendo-me que eu era uma das pessoas a quem ele queria maior bem no mundo e que ele estava pronto para morrer, mas que lamentava não poder terminar tudo o que ele estava planejando”. Ato contínuo, Santa Cruz encerrou a carta afirmando que retornaria ao Brasil no próximo fim de semana.

Louis-Joseph Lebret veio a falecer no dia 20 de julho de 1966. Antes da morte, ele retribuiu a amizade e o carinho de Santa Cruz por meio de uma declaração²⁷⁹ feita em Paris, em 27 de abril de 1966. Neste documento há descrição dos trabalhos que Frei Benevenuto desempenhou durante os quase vinte anos que trabalharam juntos, certificando que o religioso foi seu principal assistente e colaborador nas seguintes atividades: 1-) Na enquete sobre as necessidades e possibilidades do estado de São Paulo (1952-1954), encomendada pela CIBPU, informando que Benevenuto foi o principal redator do relatório final do documento; 2-) O mesmo trabalho realizado para o Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1955-1957); 3-) O estudo sobre *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana* (1957-1958); 4-) A

²⁷⁷ Analisaremos a parceria da Livraria Duas Cidades com a Livraria Morais no segundo capítulo deste trabalho.

²⁷⁸ Eleito presidente pelo PDC chileno, em 1964, e exercendo o mandato até 1970. Foi um grande defensor de EH no Chile da década de 1940 em diante.

²⁷⁹ Fundo Lebret 45AS, cota cota19860461/117, *Archives Nationales*.

viagem de estudo que eles fizeram a África, Benevenuto como assistente de Lebret, quando analisaram os desafios e as possibilidades da passagem de uma economia de subsistência para uma economia de mercado. Nos itens 5 e 6, Lebret alegou que Santa Cruz era membro da Associação Internacional de Economia Humana e correspondente do IRFED no Brasil.

Já o suplemento especial “Grande São Paulo”, publicado pela *Folha de S. Paulo* entre os dias 17 e 23 setembro de 1967, dedicou uma parte desse caderno exclusivamente a Lebret, espaço em que Santa Cruz e outros articulistas escreveram suas homenagens ao padre francês. Frei Benevenuto prestou sua deferência ao “velho marinheiro” assinando o artigo “L. J. Lebret, um homem universal”²⁸⁰, no qual descreveu o legado do padre para o mundo, exemplificou os trabalhos que ele desenvolveu na França, no Brasil e nos outros países onde o “homem universal” esforçou-se para colocar em prática o EH e sua ideia de desenvolvimento.

O religioso começou o artigo relatando sobre o primeiro contato de Lebret com o Brasil em 1947. Depois expôs que eles tiveram a oportunidade de conviver diariamente durante 1948, ano em que Santa Cruz foi testemunha da intuição do padre diante da necessidade de envolver os países ricos, as classes abastadas, os políticos e os religiosos na tarefa de contornar a miséria humana enraizada no mundo. Mais adiante, o autor relatou que houve um dia em que eles conversaram até tarde da noite sobre a tensão que pairava no grupo central de EH, momento em que deveriam ser tomadas deliberações fundamentais no que dizia respeito à organização do movimento. As preocupações com as questões do subdesenvolvimento foi uma característica determinante no pensamento lebretiano, algo que estava completamente articulado com a sua teoria em prol de uma economia humana, o que foi uma contribuição de Lebret para o aperfeiçoamento do conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Frei Benevenuto prosseguiu o artigo relatando as grandes pesquisas desencadeadas no Brasil, enumerando os projetos liderados pelo padre francês em diversas regiões do país, tanto em grandes como pequenas cidades, resultado do trabalho vultoso que o “velho marinheiro” vinha executando desde 1929, quando auxiliou os pescadores da região litorânea francesa a resistirem diante da industrialização da atividade pesqueira.

Dois pontos altos da trajetória do padre francês foram descritas pelo autor. O primeiro, em plena II Guerra Mundial, quando fundou o movimento EH em 1941, acompanhado do economista François Perroux e do dominicano Jacques Loew. De acordo com Benevenuto, Loew foi o primeiro padre operário da história da Igreja e informou que ele vivia num bairro

²⁸⁰ SANTA CRUZ, Frei Benevenuto de. L. J. Lebret, um homem universal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, suplemento especial Grande São Paulo, p. 368-369, 17 a 23 set. 1967. Este texto faz parte do Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

pobre do município de Osasco. “Jacques Loew conta sua experiência entre os estivadores marseheses num livro recentemente editado em São Paulo: [...] ‘O evangelho e o povo’, edição da Livraria Duas Cidades”²⁸¹. O segundo foi a criação do IRFED em 1958, cujo resultado é “[...] uma conclusão a que chegou o pe. Lebret após dez anos de trabalho e experiência de subdesenvolvimento: não se pode apenas falar em desenvolvimento ou analisar o subdesenvolvimento, é preciso transformar o subdesenvolvimento em desenvolvimento”²⁸². Benevenuto reforçou que numerosos alunos, de distintas nacionalidades, estudaram no IRFED.

A opção do padre francês pelos pobres o levou a trabalhar em organismos internacionais, como a ONU e a FAO, ao mesmo tempo que liderou uma série de trabalhos em diversos países, a exemplo do Vietnã, Líbano, Senegal, Colômbia, Venezuela e Uruguai. Na opinião do autor, “[...] o pe. Lebret foi, como se sabe, um dos homens que mais contribuíram para dar ao mundo de nosso tempo a consciência do problema da fome”²⁸³, dedicando sua vida ao desenvolvimento solidário dos povos como forma de semear um mundo mais fraterno, igualitário e humano.

Encerramos este longo novelo a unir Lebret, EH e Frei Benevenuto apresentando a homenagem que seu grande discípulo brasileiro publicou na *Folha de S. Paulo*. O texto apresentou o legado deixado por Lebret aos diversos povos do mundo, dos lugares onde o padre trabalhou, desenvolveu pesquisas e conheceu uma miríade de pessoas, sempre focado no objetivo de mudar as ultrajantes desigualdades sociais. “Um homem universal” é um título não apenas revelador das ações de Lebret pelo mundo, mas também definidor da íntima convivência entre o autor do texto e o homenageado. Eles conviveram e tornaram-se amigos. Santa Cruz foi formado nos pressupostos de EH, esteve na França e na África na companhia do padre francês, ao mesmo tempo que no Brasil desenvolveram projetos de grande envergadura, ao ponto de o religioso brasileiro conhecer pessoas da elite cultural, industrial e intelectual de São Paulo e de outras cidades pelo fato de ser o grande discípulo de Lebret no país. Foi nessa toada que Benevenuto se enveredou no mundo livreiro e editorial. Começou criando o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas, cujo foco era a assinatura de periódicos dominicanos importados da França para os conventos da Ordem, para a SAGMACS e para particulares; e depois trabalhou na tradução e publicação das obras de Lebret e de outros membro de EH, primeiro na Edições SAL e logo em seguida como livreiro-editor da Livraria Duas Cidades.

²⁸¹ Ibid., p. 369.

²⁸² Ibid., p. 369.

²⁸³ Ibid., p. 369.

Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e Sociedade Amigos do Livro (SAL)

A difusão cultural das publicações religiosas francesas e a propulsão da Livraria Duas Cidades somente foram possíveis por meio de duas organizações: o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas, que começou a ser estruturado por Frei Benevenuto em 1947, e a Sociedade Amigos do Livro (SAL), criada primeiro como livraria, em 1946, por Carlos Pinto Alves, Inah de Oliveira Ribeiro e Sylvio Whitaker Leite Penteado, e seis anos depois fundou-se a Edições SAL com o apoio de Santa Cruz. Enquanto o Centro constituiu um local de assinaturas de revistas dominicanas oriundas da França e um polo de importação de livros que abasteciam as bibliotecas dos conventos da Ordem e do grupo de EH paulista, a Livraria SAL parece ter tido o ímpeto de funcionar como comercializadora de livros de origem francesa e a editora publicou as traduções de obras de filosofia, teologia, espiritualidade e Economia e Humanismo, obras que dialogavam com as abordagens progressistas de autores leigos ou religiosos.

Aproximamo-nos dessas organizações quase por acaso. No decorrer da pesquisa que descobrimos esses pontos irradiadores do pensamento católico vanguardista. O acervo de Santa Cruz possui pouquíssimos documentos relativos ao Centro e à SAL, assim como os depoimentos colhidos não mencionam a participação de Benevenuto nesses espaços difusores da cultura dominicana e francesa; somente Maria Antonia tinha uma ideia vaga sobre a SAL, sem saber quem eram as pessoas envolvidas e ao que se referia a marca da empresa, apenas afirmando que ali teria sido o primeiro esboço da Duas Cidades. Foi a partir do acervo do padre Lebret e do Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas que começamos a desvelar o enigma por trás dessas entidades, descobrindo qual era o significado da sigla da livraria e editora, o que nos levou ao registro da empresa na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). Nesses acervos encontramos documentos relativos ao centro importador de revistas e livros dominicanas e à participação de Frei Benevenuto na estruturação da Edições SAL. Se as fontes investigadas dificultam uma análise pormenorizada do papel desempenhado por ambas instituições no âmbito da cultura religiosa, ao menos elas têm o condão de nos acercar das pessoas envolvidas na realização desses trabalhos, do período de formação da figura do livreiro-editor dominicano e da relevância das obras e revistas importadas para renovação do pensamento cristão no seio da Ação Católica (em especial da JUC), o que potencializou a propagação de uma cultura religiosa progressista na cidade de São Paulo, naquela altura carente de livrarias e editoras voltadas para a área da religião.

Nessa linha de considerações, e com base nas fontes que temos disponíveis, propomos apresentar as duas organizações, dimensionar a importância delas para a cultura religiosa

paulistana e identificar o papel ocupado por Santa Cruz na concepção e realização do Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e da Edições Sociedade Amigos do Livro. Diante desse objetivo, o roteiro traçado aqui compõe uma breve exposição da seara política, cultural, livreira e editorial do Brasil e de São Paulo durante os anos 1930, sobretudo da segunda metade da década de 1940 até o início dos anos 1950, procurando relacionar esse período da história cultural brasileira com as fontes documentais abrigadas nos arquivos supracitados.

A revolução de 1930 desencadeou uma série de mudanças no cenário político e sociocultural do país, representando o início de uma era comandada por um dos políticos mais proeminentes da história nacional. A controversa e astuta trajetória de Getúlio Vargas no poder permitiu a edificação de uma série de instituições e mecanismos legislativos que desenvolveram o tecido social e mudaram o jogo político, ao mesmo tempo que a revolução de Outubro²⁸⁴ promoveu, ao longo do decênio de 1930, um processo de integração nacional por meio da construção de um discurso que ultrapassava os horizontes regionais, capaz de espalhar o sentimento vanguardista semeado na década de 1920.

No momento em que consideramos as abissais disparidades da sociedade brasileira das primeiras décadas republicanas, e apesar das contradições suscitadas a partir da revolução de Outubro, não resta dúvidas que este movimento diversificou as condições socioeconômicas e ampliou a participação de diversos agentes sociais na construção do país. “Isto ocorreu em diversos setores: instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio [...]. Tudo ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o estado”²⁸⁵. Nesse contexto, artistas, intelectuais e escritores ficaram cada vez mais engajados nas esferas política, ideológica, religiosa, social e cultural do país. “[...] Mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período”²⁸⁶.

Com vimos anteriormente, as reformas educacionais propostas pelo governo Vargas geraram uma série de conflitos com a Igreja e com os defensores dos métodos tradicionais de ensino, em especial porque o executivo propunha a consolidação de uma escola pública leiga cuja meta era a formação de cidadãos. Este objetivo partia de duas premissas governamentais; a primeira era a de que as pessoas educadas para o exercício da cidadania poderiam ser mais

²⁸⁴ CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, V.2, n. 4, abr. 1984, p. 27-36, abril de 1984.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 27.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 28.

criteriosas na escolha dos gestores públicos e a segunda estava relacionada à possibilidade de redesenhar a administração pública, o que ampliaria as profissões de nível superior. Essa formulação tinha em vista expandir os quadros de uma nova elite dirigente e de novos servidores técnicos que poderiam ocupar as novas profissões surgidas sob a demanda do poder estatal. “Tratava-se de ampliar e ‘melhorar’ o recrutamento da massa votante, e de enriquecer a composição da elite votada. Portanto, não era uma revolução educacional, mas uma reforma ampla, pois no que concerne ao grosso da população a situação pouco se alterou”²⁸⁷. Embora essa mudança de paradigma jamais tenha significado uma revolução *stricto sensu* – de ascensão social e educacional das parcelas mais pobres da sociedade –, não se pode negar o crescimento de escolas básicas e técnicas, desencadeando na vagarosa fundação de universidades em todo território nacional, entre os decênios 1930 e 1960.

O paulatino fortalecimento do ensino superior alargou o rol de atuação das camadas privilegiadas e ocasionou um tímido resultado nos setores mais desprotegidos pelo Estado brasileiro. “Sem contar que algumas faculdades de filosofia e economia (estas, mais recentes) efetuaram uma relativa radicalização das atitudes e concepções, devido à difusão das ciências sociais e humanas, que levaram o espírito crítico a domínios onde reinavam a tradição e o dogmatismo”²⁸⁸. Esse cenário foi propício à aceitação de novos paradigmas e convenções entendidas como um direito até por aqueles que refutavam o modernismo dos anos 1920. Muitos do(a)s escritor(a)s da década de 1930 utilizaram essa libertação gestada pelos modernistas, rompendo com os formalismos e pedantismos da linguagem, buscando na informalidade da língua o esteio de suas prosas e versos²⁸⁹.

Candido nos assegura que “naquela altura o catolicismo se tornou uma fé renovada, um estado de espírito e uma dimensão estética. ‘Deus está na moda’, disse com razão André Gide em relação ao que ocorria na França e era verdade também para o Brasil”²⁹⁰. Já abordamos nesta tese que o posicionamento da hierarquia eclesiástica em direção ao laicato católico foi originário das ideias de Jackson de Figueiredo, da revista e do Centro que ele fundou e dirigiu, os quais foram indispensáveis para a ascensão de Alceu Amoroso Lima e da Ação Católica como instrumento de militância do laicato. O espiritualismo católico brasileiro dos anos 1930 arregimentou numerosos escritores e políticos para o integralismo e para as ideias de direita.

²⁸⁷ Ibid., p. 28.

²⁸⁸ Ibid., p. 29.

²⁸⁹ Ibid., p. 30.

²⁹⁰ Ibid., p. 31.

Se esse espiritualismo atraiu amplas camadas da sociedade, o marxismo foi capaz de influenciar uma parcela de escritore(a)s, intelectuais e ensaístas que não se entendiam como socialistas ou comunistas, apenas estavam persuadido(a)s por uma necessidade de compreensão e objetivação da “[...] ‘realidade brasileira’ (um dos conceitos-chave do momento. Ela se encarnou nos ‘estudos brasileiros’ de história, política, sociologia, antropologia, que tiveram incremento notável, refletido nas coleções dedicadas a eles”²⁹¹. A coleção *Brasilianas*, da Companhia Editora Nacional, a coleção *Azul*, da editora Schmidt, a *Documentos Brasileiros*, da José Olympio, entre outras coleções são exemplificativas desse ímpeto de compreensão das questões nacionais e da formação da sociedade brasileira. Foi também nessa época que fundaram os cursos superiores de Letras, História, Filosofia e Ciências Sociais e incluíram a Sociologia no ensino médio, de modo que houve o desenvolvimento gradual de estudos críticos sobre o país, ampliando o número de categorias a serem estudadas (operários, índios, pobres, negros, trabalhadores rurais) e contratando docentes e investigadores estrangeiros que passaram a lecionar nas instituições de ensino superior recém-criadas.

As camadas médias e as elites nacionais foram as maiores beneficiárias desse período getulista. Enquanto o crescimento do ensino médio e técnico fomentou a participação social dos setores intermediários, uma parcela da elite aproveitou a oportunidade para entranhar-se no âmbito da cultura e atuar em uma perspectiva progressista, setor que se dedicou a promover e a criar instrumentos e instituições promotoras da cultura nacional. O pendor para esse tipo de ação foi relevante em um país que era demasiadamente carente dessas ferramentas, ainda que o papel desempenhado por essa parcela da elite tenha feito com que alguns se sentissem os verdadeiros representantes do conhecimento e da cultura do país, uma espécie de tutores da nação²⁹². Em que pese esse sentimento da elite como detentora de todos os bens e manifestações culturais, os anos 1930 representaram um avanço na democratização da fruição da cultura por setores mais amplos da sociedade brasileira.

A história do livro no Brasil aponta o ano de 1936 como o primeiro *boom* ocorrido no mercado editorial nacional²⁹³, o que foi possível graças ao aumento e à diversificação dos leitores. Uma vez que o hábito de adquirir livros por uma população segue padrões muitas vezes intangíveis pelos dados estatísticos, “[...] os *booms* que caracterizam a evolução dos mercados editoriais na América Latina estão associados à baixa autonomia institucional dos mesmos e às formas de se controlar as interdependências com os demais mercados nacionais e

²⁹¹ Ibid., p. 32.

²⁹² Ibid., p. 34.

²⁹³ SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, p. 325.

linguísticos”²⁹⁴. Nesse sentido, Sorá defende que o processo de autonomização institucional do universo editorial brasileiro iniciou nos anos 1930, avançou na década seguinte e consolidou como indústria do livro entre os anos 1950 e 1960.

Ainda que o Rio de Janeiro tenha sido a cidade a abrigar o maior número de profissionais e empresas relacionadas ao mercado do livro durante a década de 1930, São Paulo manteve-se próximo da capital fluminense nesse período, não necessariamente no tocante ao número de gráficas, livrarias ou editoras, mas sobretudo na grandiloquência dos empreendimentos e suas capacidades produtivas. Empresas como a Revista dos Tribunais, a Companhia Editora Nacional (CEN) e a Companhia Melhoramentos eram as maiores do país em suas respectivas áreas, sendo a primeira voltada para a gráfica, a segunda para a edição e a terceira para a produção de papel. As três firmas possuíam um rendimento profícuo superior às suas concorrentes nesses setores²⁹⁵.

No campo especificamente editorial, e a despeito da revolução de Outubro liderada por Vargas e da revolução Constitucionalista conduzida pelos paulistas que lutavam contra o getulismo, foi ao longo dos anos 1930 que a CEN se tornou a maior casa de edição de livros da capital paulista²⁹⁶. “[...] Em 1938, Octalles afirmava que sua empresa respondia por cerca de um terço de toda a produção do país (na época, em torno de dez milhões de exemplares por ano)”²⁹⁷, cujo crescimento permaneceu até meados dos anos 1950, momento em que conquistou o primeiro posto entre as editoras brasileiras, editando 349 títulos apenas no ano de 1955 e chegando à produção de cinco a sete milhões de exemplares impressos por ano. Embora o crescimento vertiginoso da CEN tenha sido garantido por sua força na área de didáticos, a empresa também publicou livros de Arte relacionados à história do Brasil e numerosas coleções que procuravam discutir a ciência e o pensamento literário, histórico e cultural do país. Biblioteca do Espírito Moderno era uma coleção da CEN destinada aos universitários e aos leitores médios, dividida a partir de séries nas áreas de filosofia, ciência, literatura, história, biografia, chegando a publicar o afamado filósofo cristão Jacques Maritain. Instituída em 1938, passado quatro anos a coleção atingiu meio milhão de exemplares vendidos²⁹⁸. O resultado editorial dessa época foi narrado por Miceli:

O surto editorial da década de 1930 é marcado pelo estabelecimento de inúmeras editoras, por fusões e outros processos de incorporação que ocorrem

²⁹⁴ Ibid., p. 329.

²⁹⁵ Ibid., p. 332.

²⁹⁶ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 412.

²⁹⁷ Ibid., p. 413.

²⁹⁸ Ibid., p. 419.

no mercado editorial e, ainda, por um conjunto significativo de transformações que acabaram afetando a própria definição do trabalho intelectual: aquisição de rotativas para impressão, diversificação dos investimentos e programas editoriais, recrutamento de especialistas para os diferentes encargos de produção e acabamento, inovações mercadológicas nas estratégias de vendas – implantação do serviço de reembolso postal, contratação de representantes e viajantes etc. –, mudanças na feição gráfica dos livros, com o intento de ajustar o acabamento das edições às diferentes camadas do público, e, sobretudo, empenho das principais editoras sem verticalizar o processo produtivo e diversificar suas atividades²⁹⁹.

O crescimento da indústria editorial não ocorreu sem percalços. O processo de distribuição dos livros foi algo que inquietou editores como Monteiro Lobato³⁰⁰, José Olympio, Octalles Marcondes Ferreira e outros que viviam às custas dos negócios da edição e do livro. Desde o século XIX, a imensa maioria dos editores também eram livreiros justamente porque enxergavam as livrarias como um dos poucos espaços possíveis para comercialização de seus livros, além de funcionarem como locais de divulgação da marca e de espaço de sociabilidade das elites leitoras³⁰¹. “Como um missionário, como um bandeirante, certo tipo de produtores e comerciantes de livros contava com condições objetivas de racionalizar os intercâmbios com outros mercados, sejam do exterior, sejam unidades de um país em processo de unificação fiscal, educativa, política”³⁰². Mas foi apenas em princípios da década de 1940 que surgiram firmas sólidas e dedicadas exclusivamente à distribuição dos livros³⁰³. O serviço de reembolso postal foi uma das alternativas criada pelas editoras para enfrentar os problemas da distribuição do livro em escala nacional, expediente que aumentou os negócios e atingiu os habitantes das cidades mais remotas do país, com a previsão de o leitor pagar pelo livro somente quando a agência postal do local efetuasse a entrega da mercadoria. “[...] Ainda que materialmente o crescimento do mercado tenha demonstrado os limites desta formulação, ela se reproduz como emblema das batalhas que os editores travam periodicamente com os organismos públicos, em busca de novas instâncias gerais que possam dar maior saída à venda de livros”³⁰⁴.

A conjuntura deflagrada pela Segunda Guerra Mundial no plano internacional pressionou o Brasil a limitar as importações de produtos manufaturados e a investir na construção da indústria brasileira. Foi nesse contexto que a cidade de São Paulo alçou ao patamar de maior centro industrial da América Latina no ano de 1941, o que a possibilitou ser palco de um dos

²⁹⁹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 148.

³⁰⁰ Para maiores informações sobre Lobato como empresário do livro e escritor, ver: KOSHIYAMA, Alice Mitika., *op. cit.*, 2006, pp. 67-112; e BIGNOTTO, Gilza Carla., *op. cit.*, 2018, pp. 235-518.

³⁰¹ SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, p. 333.

³⁰² *Ibid.*, p. 334.

³⁰³ *Ibid.*, p. 335.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 278.

mais pujantes centros gráficos do “[...] hemisfério Ocidental com 4.368 firmas de impressão tipográfica, 33 oficinas litográficas e 26 estabelecimentos de estereotipia [...], além de abrigar dezesseis das 38 fábricas de papel mais importantes do Brasil. Sua produção representava 70% do material de leitura impresso no país”³⁰⁵.

Há uma série de fatores a serem considerados para se compreender as causas precípuas que promoveram a consolidação da capital paulista como maior centro gráfico do país³⁰⁶. Um deles está relacionado ao desenvolvimento tecnológico da indústria gráfica a partir de investimentos cada vez mais onerosos para abrir uma empresa nesse setor, em razão do encarecimento do novo maquinário comercializado no mercado. Outro fator tem a ver com a existência de pequenas empresas que utilizavam o maquinário usado, as quais eram de propriedade dos mais qualificados operários e artesãos gráficos que conseguiram poupar uma renda duramente acumulada com o suor de seu trabalho, aplicá-la na aquisição de máquinas usadas e criarem empresas gráficas que muitas vezes empregava crianças, familiares ou pessoas próximas de sua rede convivência³⁰⁷. A modernização técnica somada ao crescimento do mercado editorial implicava em disputas renhidas no conjunto dos saberes³⁰⁸ utilizados pelos artesãos do livro e os operários gráficos, os quais tinham de aprender os modos de manuseio e utilização das máquinas a cada novo processo de mecanização³⁰⁹. Nessa linha de considerações, o vagaroso avanço e aperfeiçoamento da indústria livreira e editorial durante a primeira metade do século passado deu um salto durante os anos 1930 e iniciou o processo de institucionalização e autonomização no decorrer do decênio de 1940, cujo período foi favorecido não apenas pelos avanços advindos com as consequências da Segunda Guerra Mundial, mas também porque o final deste conflito também representou o esgarçamento do Estado Novo brasileiro.

Findo os primeiros quinze anos de Vargas no poder, o mandatário sofreu o golpe manietado por uma das forças que foram fortalecidas em seu governo. Os principais candidatos da disputa eleitoral de 1945 foram o general do Exército, Eurico Gaspar Dutra, e o brigadeiro da Força Aérea, Eduardo Gomes, ambos militares da ativa e católicos fervorosos³¹⁰. Logo os

³⁰⁵ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 539.

³⁰⁶ Para esse e outros assuntos ligados aos aspectos de produção do livro em São Paulo entre as duas grandes guerras mundiais, consultar: IUMATTI, Paulo Teixeira. *Arte & Trabalho: aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2016.

³⁰⁷ *Ibid.*, p. 48.

³⁰⁸ O autor sugere duas frentes de pesquisa que ainda não foram devidamente aprofundadas. Uma é a objetivação do papel desempenhado por desenhistas, capistas, artesãos e artistas gráficos e suas conexões com a vida intelectual e os negócios editoriais; e a outra é relativa aos estudos do livro em sua forma e materialidade. Essas frentes de pesquisas podem contribuir tanto para a história do livro quanto para história social. *Ibid.*, p. 59.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 64-65.

³¹⁰ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 387.

militares, um dos principais avalistas do Estado Novo brasileiro, foram os candidatos favoritos ao pleito que dava abertura para a construção democrática no país. A deposição de Getúlio, “[...] pelas Forças Armadas, em outubro de 1945, seria o primeiro golpe planejado em conjunto pelas três instituições militares – Exército, Marinha e Aeronáutica. Para efetivar o golpe, foi criado o embrião do que viria a ser o Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa)”³¹¹. Apesar da novidade em relação à atuação política conjunta das três instituições militares, a Constituição de 1946 inaugurou uma abertura democrática atabalhoada, anos que possibilitaram uma ampliação imperfeita da participação política e uma série de oscilações na economia.

Como dissemos há pouco, a democracia nascida na Constituição de 1946 não foi plena. O direito de greve foi restritivamente garantido, não incluíram os trabalhadores rurais na legislação trabalhista e não restringiram a intromissão dos militares nos interesses da República, que ocuparam cada vez mais espaço e foram uma das peças-chave no golpe civil-militar de 1964. As balizas enunciadas nessa Carta Magna demonstram as suas fragilidades logo no início de sua vigência, quando o general Dutra (presidente eleito) cortou relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, dirigiu suas hostilidades aos comunistas brasileiros e colocou o forte³¹² Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ilegalidade. Os limites dessa democracia mambembe ficaram ainda mais evidentes com a evolução do poder de organização dos trabalhadores rurais e de distintos setores da sociedade civil, entre a segunda metade de 1950 e início dos anos 1960, que lutavam por um conjunto de reformas (agrária, ensino, legislação trabalhista) com objetivo de assegurar direitos e diminuir as disparidades sociais.

A tempestuosa presidência Dutra no campo político repetiu-se na esfera econômica, principalmente quando ele liberou as importações de modo desordenado até 1948 e evitou qualquer tipo de política que pudesse induzir o crescimento econômico e industrial do país. Ainda assim, e a despeito da falta de programa para o país, a Constituição de 1946 criou as condições para o início do processo de fortalecimento do ensino superior em nível nacional e de autonomização do mercado livreiro e editorial.

A primeira universidade brasileira foi criada de modo tardio e peculiar. Em razão da visita de Estado do rei da Bélgica em 1920, o governo nacional reuniu as faculdades existentes na capital fluminense e fundou a Universidade do Rio de Janeiro com o propósito de galardoar o monarca com o título de doutor *honoris causa*³¹³, instituição de ensino que foi nomeada de Universidade do Brasil entre 1937 e 1945. Após a queda de Vargas e a reforma educacional

³¹¹ Ibid., p. 388.

³¹² Ibid., p. 397.

³¹³ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 415.

promovida em dezembro de 1945 houve a integração efetiva das faculdades a uma instituição de ensino superior, a qual passou a ser chamada de Universidade Federal do Rio de Janeiro a partir de 1947. Mas a primeira universidade fundada no país, “[...] no sentido geralmente aceito da palavra, foi criada em São Paulo, em 1934, como um subproduto da derrota daquele estado na Revolução Constitucionalista de 1932, derrota diretamente atribuída às deficiências educacionais de seus oficiais!”³¹⁴. Houve muitos desafios nos primeiros anos da USP, a instituição não conseguiu diplomar nem uma centena de pessoas nas áreas de humanidades e de ciências até 1941. No plano nacional, o fim da era Vargas representou um horizonte promissor na instauração da nomeada República Populista: “[...] vários outros estados criaram universidades, além das muitas iniciativas da Igreja e de entidades privadas no ensino superior. Em 1950, o número de estudantes matriculados tinha duplicado, em âmbito nacional, chegando ao total de 44 097”³¹⁵. Entretanto, foi no governo JK (1956-1961) que houve um aumento exponencial das instituições de ensino superior financiadas pelo Estado brasileiro, da única Universidade do Brasil estruturou-se uma malha de universidades federais espalhadas por diversas cidades do território nacional³¹⁶.

A expansão dessas instituições era um fator positivo para o crescimento do mercado livreiro e editorial, na medida em que ampliava o público leitor especializado e estimulava o fortalecimento de toda a indústria do livro. São Paulo, por exemplo, não apenas possuía o maior parque gráfico do país, mas também abrigava “[...] escolas de artes gráficas, fábricas de material tipográfico e de tintas, e já se cogitava o monotipo, possibilitando a conservação de matrizes. Em julho de 1946 já se falava na fundação da ‘Câmara Brasileira do Livro’”³¹⁷, e muitos aproveitaram as importações facilitadas por Dutra para trazerem papel e máquinas do exterior. A quantidade de 743 títulos (inéditos e reedições nacionais)³¹⁸ e aproximadamente 5 milhões de livros impressos na capital paulista no ano de 1946 são números que atestam esse progresso na edição de livros se comparados à década posterior³¹⁹. Embora o crescimento não tenha ocorrido com o mesmo impulso até 1956³²⁰, deste ano até 1964 retomou-se a produção e “[...] os 6 milhões de exemplares lançados em São Paulo em 1956 eram 24 milhões em 1964”³²¹.

³¹⁴ Ibid., p. 415.

³¹⁵ Ibid., p. 416.

³¹⁶ Ibid., p. 417.

³¹⁷ ANDRADE, Olímpio de Souza Andrade., *op. cit.*, 1974, p. 23.

³¹⁸ Ibid., p. 140-141. Ver Quadros 1 (Obras editadas em São Paulo – títulos e tiragens de 1926 a 1973) e 2 (Obras editadas em São Paulo – títulos e tiragens segundo gênero no ano de 1946).

³¹⁹ Para se ter uma ideia precisa desse declínio, o Quadro 1 informa que foram 338 títulos (inéditos e reedições nacionais) e 2.150.289 exemplares impressos em 1956.

³²⁰ Ibid., p. 24.

³²¹ Ibid., p. 25.

No que tange ao preço e ao perfil dos livros importados, a França era um dos países que assumiu a dianteira na exportação de títulos para o Brasil desde finais do Oitocentos e durante toda a primeira metade do século passado, começando a perder o primeiro lugar para os Estados Unidos durante a década de 1950, e um dos motivos era o alto custo dos livros franceses³²². Apesar da influência norte-americana, ainda havia um quantidade expressiva de títulos francófonos importados: em 1953, o Brasil comprou 260.779 quilos de livros dos Estados Unidos e 278.647 quilos de livros da França, mas no ano seguinte a situação se inverteu e o país adquiriu 500.338 quilos dos Estados Unidos e 333.330 quilos da França³²³. O acréscimo na importação de livros norte-americanos deveu-se a uma atitude governamental e não por um anseio dos leitores brasileiros. Naquela altura, o país era distante da cultura estadunidense, que começou a influenciar o mercado editorial nacional tanto do ponto de vista da forma (responsáveis por criarem o livro em formato paperback/brochura) quanto da perspectiva do consumo (exportavam mais livros técnicos que literatura)³²⁴. Outro fator que dificultou a importação de livros da França foram os empecilhos impostos pela “[...] Fiban (Fiscalização Bancária do Banco do Brasil), órgão encarregado em autorizar a importação de livros da França”³²⁵ e, como veremos no segundo capítulo, foi em razão dos obstáculos colocados por essa instituição que Frei Benevenuto decidiu fundar a Livraria Duas Cidades.

As dificuldades de importação de livros durante a Segunda Guerra Mundial procurou sopesar essa lacuna com a multiplicação de novas editoras no Brasil. “[...] Os números oficiais apresentados pelo *Anuário Estatístico do Brasil* indicam uma taxa de crescimento de 46,6% entre 1936 e 1944 e de 31% entre 1944 e 1948”³²⁶, apontando a redução do número editoras no pós-guerra e as dificuldades que as empresas criadas provavelmente enfrentaram na década de 1940, tanto pela instável situação econômica do país como pela abertura das importações pelo governo Dutra. Segundo os dados levantados por Hallewell, o Brasil apresentou uma queda no número de editoras existentes nesse período³²⁷: possuía 146 em 1936, aumentou para 280 em 1948 e caiu bruscamente para 144 em 1953, uma queda puxada em grande parte pela cidade do Rio de Janeiro, que de 107 editoras em 1948 foi para 34 em 1953. São Paulo, porém, teve um

³²² Ibid., p. 81.

³²³ Ibid., p. 82.

³²⁴ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 540-541.

³²⁵ Ibid., p. 541.

³²⁶ Ibid., p. 543.

³²⁷ Ibid., p. 544.

crescimento equilibrado, de 25 editoras, em 1936, passou para 45, em 1948, e assumiu a liderança nacional, em 1953, ao possuir 43 editoras – 30% do total de selos existentes no país³²⁸.

Os números apresentados revelam as mudanças estruturais do universo editorial brasileiro, principalmente os dados que dizem respeito à expansão da quantidade de tiragens impressas, os quais manifestam a entrada de novos leitores, a abertura para mais áreas temáticas, correntes de interesses e casas editoriais criadas. “[...] É com as tiragens que se estendeu uma primeira mola de autonomia comercial dos livreiros-editores, em relação à estreita subordinação às elites leitoras que, na República Velha, controlavam os ritmos de seleção, produção, circulação e consumo de livros”³²⁹. Concomitantemente, a classe do editor passou a galvanizar uma parcela de autoridade singular como uma categoria vertebral do mercado do livro. A partir de então, o peso específico da figura do editor espalhou-se em todos os ramos desse mercado e ampliou o espectro de escolhas que ele poderia fazer para sua casa, os quais distinguiriam sua empresa tanto pelo conjunto de relações que possuíam nos meios culturais, políticos e intelectuais como pela linha editorial que concebiam para suas editoras. “[...] Esse quadro processual não ofusca, pelo contrário, dá maior relevo ao fato de que as inovações da [CEN] foram fundamentais para se imaginar a edição de livros brasileiros como indústria”³³⁰. Essas transformações avançaram nos anos 1940, quando o mercado nacionalizou, aumentou o número de editoras e intensificou as concorrências comerciais no país e no exterior.

Do rol de empresas dedicadas à edição e comercialização de livros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, havia as que eram especializadas a atender o público católico ou as que dedicavam parte de suas prateleiras e de seu catálogo para os leitores cristãos. A carioca Livraria Schimdt Editora, fundada em 1930 e de propriedade do poeta, livreiro e editor Augusto Frederico Schmidt³³¹, foi um local a reunir “[...] os escritores que passaram a frequentar a nova livraria – entre os quais Hamilton Nogueira, Sobral Pinto, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco e o próprio Alceu Amoroso Lima – ficaram conhecidos pelo nome Círculo Católico”³³². Grupo profundamente contrário à República Velha e que soube reanimar o sentimento nacionalista gestado pelos modernistas quando “[...] um catolicismo renascido surgiu como uma contestação ideológica ao positivismo imperante”³³³, o que

³²⁸ Os dados podem ser consultados na “Tabela 20. Editoras brasileiras, 1936-1953” (ibid., p. 881). O autor chama nossa atenção (ibid., p. 543) para o fato de que esses levantamentos estatísticos se pautavam pelo número de editoras registradas, período em que muitas firmas gráficas incluíam o nome *editora* em sua razão social.

³²⁹ SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, p. 155.

³³⁰ Ibid., p. 165.

³³¹ Mais informações sobre o poeta e sua empresa, ver: SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, pp. 122-131; HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 466-473.

³³² HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 467.

³³³ Ibid., p. 466.

demarcou o retorno dos valores religiosos tradicionais e a presença de muitos defensores do catolicismo e do fascismo, a exemplo dos títulos que foram publicados pela coleção Azul. “[...] Antes, porém, que isso ocorresse, católicos, fascistas e comunistas podiam ‘bater papo’ alegremente, todos juntos, na livraria e até mesmo ler e recomendar entre si a leitura dos livros de uns e de outros”³³⁴. Schimdt foi flexível quanto as áreas temática de seu catálogo e das linhas ideológicas expressas nos livros editados. Publicou obras literárias, como *O país do carnaval* (1931), do jovem Jorge Amado, *Caetés* (1933), o primeiro romance de Graciliano Ramos, e livros acadêmicos, como *Casa-grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Schmidt procurou pautar sua atividade editorial pelo lançamento de autores brasileiros, muitos ainda desconhecidos para o grande público, mas depois vendeu a maior parte de suas quotas e tornou-se sócio de sua empresa em 1939. Ainda na capital fluminense, como já dissemos neste trabalho, havia a Livraria Agir³³⁵, empresa que também era editora e teve Alceu Amoroso Lima entre os sócios-fundadores, casa responsável por publicar 320 títulos no decorrer de sua existência (1944-1999), obras de religião, literatura brasileira, pedagogia, arte e livros didáticos.

A partir da Livraria Schimdt Editora e da Livraria Agir podemos afirmar que diversos selos existentes entre 1930 e 1960 dedicaram parte expressiva de seu catálogo às edições religiosas; talvez pela robusta influência do catolicismo no Brasil, como no caso da família de José Olympio, que deu impulso à publicação de doutrinas e textos relevantes sobre a Igreja Católica, alguns escritos por membros do clero³³⁶. Segundo o levantamento feito por Sorá, o país parecia abrigar diversas livrarias e editoras católicas no decênio de 1930:

[...] A editora Vozes, de Petrópolis, já se destacava entre as coleções de ‘obras características’. Por meio dos *ABL* [*Anuário Brasileiro de Literatura*], registramos edições católicas dos seguintes selos: Lumen Christ, ABC, Livraria Boa Leitura, Gráfica Olímpica, Melhoramentos, Companhia Editora Nacional, Civilização Brasileira, Papelaria Aliança, Publicações Sagrado Coração de Jesus de Taubaté, editora Carioca, Cruzada da Boa Imprensa, Alba, Brasília e Mosteiro de São Bento. A edição de literatura “mediúnica” parece ter tido enorme difusão, por meio das edições da Livraria Editora da Federação Espírita e da editora Espírita³³⁷.

As casas mencionadas pelo autor evidenciam as poucas editoras eminentemente católicas. Melhoramentos, CEN e Civilização Brasileira foram algumas das que publicaram alguns livros religiosos, enquanto a Vozes dedicou a maior parte dos livros publicados à religião. Como

³³⁴ Ibid., p. 467.

³³⁵ Ibid., p. 545.

³³⁶ SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, p. 286.

³³⁷ Ibid., p. 286.

aponta Sorá, esse era um dos obstáculos para a investigação de edições religiosas (livros, doutrinas, coleções, linhas editoriais) entre os anos 1920 e 1950, justamente pelo fato da grande variedade de selos comerciais não necessariamente se vincularem a algum credo ou dedicarem partes expressivas de seu catálogo às obras religiosas. Estas tinham uma produção média-baixa entre finais da década de 1930 e início da década de 1940, ocupando apenas 4%³³⁸ do total de gêneros editados pelas selos comerciais brasileiros daquela época, assim como representavam 1,5%³³⁹ dos gêneros publicados pelas seis maiores editoras desse período (CEN, Globo, José Olympio, Irmãos Pongetti, Francisco Alves e Melhoramentos).

Outro obstáculo para a pesquisa de edições religiosas está relacionado ao fato de as autoridades eclesiásticas possuírem poder para censurar e cercear a possibilidades da edição de uma obra a partir do *imprimatur* (imprima-se) e do *nihil obstat* (nada obsta), cujas concessões eram obrigatórias antes de imprimir os livros católicos e vinham registradas nas primeiras páginas de todos títulos editados por selos pertencentes à Igreja, especificando os nomes do cleros e bispos que davam as autorizações. Além disso, a presença do laicato católico nas decisões editoriais é mais um dos desafios para investigar as editoras e livrarias religiosas. Tristão de Athayde e Augusto Schmidt eram leigos próximos da Ação Católica, editaram e escreveram muitos livros que transitavam pelos leitões da literatura e da espiritualidade.

Uma das peculiaridades do segmento de livros religiosos não se encontrava na quantidade de títulos lançados, e sim na primazia de vultosas tiragens, particularmente as de linha doutrinária. Títulos didáticos e de religião-espiritualidade comumente alcançam as primeiras posições nas quantidades de tiragens impressas, nas políticas de incentivo governamental, “[...] nos processos de diferenciação do mundo do livro no Brasil e, paradoxalmente, parecem representar as categorias que expõem maior dificuldade de objetivação, por causa dos circuitos fechados de distribuição-consumo-publicidade”³⁴⁰. Até 1990 é possível identificar essa característica dos livros religiosos, que nessa época ocupavam um quinto dos livros impressos no país, “[...] mesmo não estando devidamente representados em estatísticas e, de modo similar, nos livros escolares, em feiras internacionais”³⁴¹.

Iremos nos dedicar mais detidamente às publicações católicas no próximo capítulo, por ora gostaríamos de salientar que a maioria das editoras estavam sediadas no eixo Rio-São Paulo, ligação dominante no mercado de bens culturais brasileiros desde finais do Oitocentos.

³³⁸ MICELI, Sérgio., *op. cit.*, p. 152. Dado extraído do “Quadro 3 – A produção de livros segundo o gênero e as editoras (1938-1943)”.

³³⁹ *Ibid.*, p. 153. Dado extraído do “Quadro 4 – A produção das maiores editoras segundo o gênero (1938-1943)”.

³⁴⁰ SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, p. 287.

³⁴¹ *Ibid.*, p. 287.

Ademais, boa parte dos selos anteriormente mencionados não tinham suas firmas instaladas na cidade de São Paulo, o que pode indicar que a capital paulista estava carente de livrarias e editoras dedicadas à temática religiosa ou apenas confirma o que indicamos anteriormente sobre as dificuldades de estudar as edições religiosas, tendo em vista que elas geralmente se faziam presente em livrarias e editoras que não tinham um credo ou uma única linha editorial.

Para examinarmos como o mercado livreiro distribuiu geograficamente na capital paulista, precisamos nos deslocar para o centro da cidade, local que abrigou numerosas livrarias entre 1930 e 1970³⁴². Foi nessa região que se intensificou o comércio de livros até os anos 1950, onde ficou consensualmente estabelecido a existência do centro velho e do centro novo. O primeiro, também chamado de centro histórico, compreende o Largo do São Francisco, Praça da Sé e Largo de São Bento, região que abriga as ruas 15 de novembro, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, entre outras. Já o centro novo é circunscrito pelo Largo do Paissandu e pelas praças Ramos de Azevedo, República e José Gaspar, região onde estão as ruas Conselheiro Crispiniano, Consolação e Xavier de Toledo, as avenidas São Luís, Rio Branco, Ipiranga e São João, assim como as ruas Barão de Itapetininga, José de Barros, Marconi, 7 de abril, Bráulio Gomes e a inesquecível Maria Antônia para muitos dos estudantes universitários da USP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie durante os anos 1960.

Gonçalves traçou uma cartografia das livrarias do centro da capital paulista com dois objetivos³⁴³. De um lado, levantar a quantidade de estabelecimentos existentes nessa região, o público consumidor e os produtos oferecidos, e de outro lado reconhecer quais seriam os fatores determinantes que promoveram o crescimento das livrarias até atingirem o cume na metade do século passado e o posterior decréscimo nas décadas posteriores. “[...] O número de livrarias deu um salto ainda maior nos anos 1950, totalizando 78 estabelecimentos – [...] momento de maior concentração de livrarias na região central da cidade, [...] na década de 1970 temos registro de apenas dezessete livrarias no Centro da cidade”³⁴⁴.

Como vimos anteriormente, a revolução Constitucionalista de 1932 representou um divisor de águas na história do comportamento das elites paulistas com relação ao investimento em cultura, educação e ciência. Foi nesse contexto que seus dirigentes fundaram, em 1935, o Departamento de Cultura da cidade e nomearam Mário de Andrade como primeiro diretor da

³⁴² GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo. *Cartografia das livrarias do Centro de São Paulo (1930-1970)*. Orientadora: Marisa Mídori Deaecto. 2012. 55 f. Relatório final (Trabalho apresentado ao Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria da USP, feito com apoio do PIBIC/CNPq) – Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2012.

³⁴³ Ibid., p. 4-8.

³⁴⁴ Ibid., p. 8.

instituição, cuja meta principal era estruturar uma rede de bibliotecas em São Paulo³⁴⁵, cada uma voltada para um público específico. A Biblioteca Pública Municipal, dirigida à pesquisa, aos estudos universitários e ao público em geral, a Biblioteca Monteiro Lobato (antes Biblioteca Infantil) e a Biblioteca Circulante nas praças e bairros periféricos da capital. “Todas as iniciativas do Departamento de Cultura durante a década de 1930 prepararam o mercado editorial e possibilitaram o grande desenvolvimento que ele conheceria nas décadas seguintes”³⁴⁶. Gonçalves não aprofundou nas considerações sobre a relevância dos acontecimentos nacionais e internacionais para o crescimento de livrarias no centro da cidade entre 1930 e 1950, tampouco problematizou o processo de autonomização e industrialização do livro no Brasil, mas nem por isso deixou de mencionar a efetiva importância do Instituto Nacional do Livro (INL, fundado por Getúlio Vargas em 1934)³⁴⁷ e da criação das universidades como fatores indispensáveis para o fomento do mercado editorial. As instituições de ensino superior foram determinantes para o aumento de livrarias e editoras na cidade de São Paulo, cuja população³⁴⁸ era de 1.325.261 pessoas em 1940 e de 2.198.096 em 1950, sendo que no país havia 20.017 estudantes de ensino superior (graduação)³⁴⁹ em 1940, 44.100 em 1950 e 66.072 em 1955. Desconhecemos o número de universitários que estudavam na capital paulista, mas podemos afirmar que milhares residiam na metrópole brasileira do meio do século passado.

Ao menos quatro instituições de ensino superior foram criadas na cidade entre 1930 e 1950³⁵⁰. A primeira foi a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada em 1933 por empresários, naquela altura fortemente influenciada pelas ciências sociais norte-americanas, a faculdade pretendia formar uma elite dirigente que pudesse atender as demandas paulistas. A USP foi a segunda, erigida em 1934 mediante a união das faculdades já existentes na capital paulista – Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Direito – com a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que a partir de 1935 contratou diversos docentes franceses para desenvolverem a FFCL³⁵¹ no

³⁴⁵ GOMES, Denise Pedroso. *O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização da leitura*. Orientadora: Maria Rita de Almeida Toledo. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. p. 16-58.

³⁴⁶ GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo., *op. cit.*, 2012, p. 11.

³⁴⁷ Iremos nos debruçar sobre o INL no quarto capítulo deste trabalho, momento em que abordaremos as coedições da Livraria Duas Cidades com essa instituição.

³⁴⁸ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 861. Consultar “Tabela 14. População das cidades mais importantes do Brasil comparada com a cidade de outros países, 1920-1950”.

³⁴⁹ *Ibid.*, 859. Consultar “Tabela 13. Matrícula Escolar, alfabetização e população, 1930-1975”.

³⁵⁰ GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo., *op. cit.*, 2012, p. 12-13.

³⁵¹ Gonçalves diz que a FFCL esteve na Alameda Glete, na avenida Brigadeiro Luís Antônio e na Praça da República até receber o prédio próprio, em 1949, na rua Maria Antônia, onde ficou até 1968, quando foi para a cidade universitária por causas dos dramáticos embates entre os estudantes da USP e da Mackenzie. *Ibid.*, p. 12.

campo do ensino e da pesquisa, nomes como “[...] Pierre Deffontaines, Roger Bastide, Jean Maugué, Alfredo Bonzon, Pierre Monbeig, Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss”³⁵².

A terceira foi a Universidade Católica de São Paulo, erigida em 1945 a partir da junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento – criada pela Ordem de São Bento em 1940 – com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” – instituição erigida em 1933 pela Ordem de Santo Agostinho, localizada no bairro Consolação, próxima da rua Maria Antônia e da Universidade Mackenzie. E esta foi a quarta universidade fundada nesse período, instituição enraizada “[...] na Escola Americana (1871) e no Colégio Protestante (1886), instalados no Brasil por missionários americanos. A ligação com o país e a religião de origem era tão forte que até 1961 todos os diretores dessas instituições eram protestantes americanos”³⁵³. O colégio oferecia curso superior em literatura e ciências sob a orientação de universidades nova-iorquinas, mas adequou-se à realidade brasileira em 1938, momento em que criou a Escola de Engenharia Mackenzie, em 1947 instituiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, depois a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a Faculdade de Ciências Econômicas, e em 1952 houve a junção dessas instituições para formar a Universidade Presbiteriana Mackenzie, situada na esquina da rua Maria Antônia com a rua Itambé.

Se o comércio de livros era em grande parte ditado pelas Faculdades de Direito durante os anos 1930, o crescimento brasileiro, as condicionantes internacionais, a fundação das novas universidades e a influência da cultura francesa no mundo do livro estimulou a criação dos cursos de pós-graduação a partir dos anos 1940, o que mudou o panorama das ciências humanas e sociais e das livrarias e editoras abertas para atender um público universitário cada vez mais especializado e desejoso de obras que pudesse auxiliá-lo nos estudos, pesquisas e visões de mundo. “O ‘centro novo’ tornou-se o novo polo da vida social, comercial e cultural das elites paulistanas – de que fazia parte uma pequena comunidade de escritores, intelectuais, artistas –, abrigando galerias de arte, livrarias e editoras, [e] as oficinas [gráficas] que estavam próximas”³⁵⁴, o que intensificou a demanda de conhecimento, estreitou os laços de sociabilidades das elites intelectuais, universitárias e econômicas, criando as condições para a metrópole tornar-se um dínamo cultural do país durante os anos 1950.

Foi nesse contexto que a livraria “Sociedade Amigos do Livro Ltda.” montou sua loja no novo centro de São Paulo, em outubro de 1946, mais precisamente no nono andar do edifício localizado na avenida Ipiranga, n. 586, com a finalidade de comercializar livros, jornais,

³⁵² Ibid., p. 12.

³⁵³ Ibid., p. 13.

³⁵⁴ IUMATTI, Paulo Teixeira., *op. cit.*, p. 84.

revistas, gravuras, estampas, publicações usadas e quaisquer outros itens vinculados ao ramo livreiro³⁵⁵. A SAL constituiu-se no dia 01 de outubro, o contrato social foi firmado no dia 22 deste mês e previu a criação de uma sociedade por quotas a integrar três sócios brasileiros, Carlos Pinto Alves, Inah de Oliveira Ribeiro e Sylvio Whitaker Leite Penteado, cada um deles com uma quota de Cr\$ 25.000,00. Não conseguimos encontrar informações mais detalhadas sobre Inah e Sylvio, e sabemos apenas que a primeira foi tradutora, o segundo era advogado e assinou³⁵⁶, em 1948, junto com Carlos Pinto Alves e mais 67 pessoas, a escritura de fundação do Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo. É importante lembrar que Carlos trabalhava para a família Matarazzo, era marido da artista plástica Moussia Pinto Alves, homem próximo dos dominicanos residentes no convento das Perdizes, íntimo de Frei Benevenuto de Santa Cruz e apaixonado pela cultura francesa. O texto de Gonçalves traz a única informação bibliográfica que nós encontramos sobre a livraria: “a SAL vendia obras importadas da França, e Alfredo Bosi diz que nela as suas ‘veleidades de leitor de filosofia encontravam as coberturas sóbrias da Gallimard, da Plon, da PUF, da J.Vri’ – importantes editoras francesas”³⁵⁷.

Mas a livraria não se dedicou exclusivamente à comercialização de livros oriundos da literatura e da academia da França, ela também focou na difusão das ideias do catolicismo e do movimento Economia e Humanismo. No fundo Lebrét³⁵⁸, arquivado nos *Archives Nationales*, encontramos a carta datilografada que Frei Romeu Dale enviou a Raymond Delprat no dia 22 de dezembro de 1946, cuja abordagem principal referia-se à fundação da livraria na cidade de São Paulo por pessoas amigas dos dominicanos. O remetente expôs que os proprietários “[...] desejam contribuir para a propagação do pensamento católico de hoje e tenho certeza que ficariam felizes em fazer o movimento e as publicações de Economia e Humanismo conhecidas no Brasil. A livraria se chama: SAL (Sociedade dos Amigos dos Livros)”³⁵⁹.

Passada exatamente uma semana, Romeu Dale enviou outra epístola datilografada³⁶⁰ a Raymond Delprat. Nesta, o remetente tratou especificamente da livraria, comentou que tinha conversado com os amigos da SAL e que todos se mostraram interessados em receber a revista *Économie et Humanisme* e as obras do movimento o mais breve possível, desde que o selo EH

³⁵⁵ As informações sobre a Livraria SAL foram extraídas do arquivo da JUCESP. Neste acervo há uma ficha cadastral simplificada e uma ficha com informações detalhadas sobre o contrato social da SAL e suas alterações.

³⁵⁶ NASCIMENTO, Ana Paula. *MAM: museu para metrópole*. Orientadora: Maria Cecília França Lourenço. 2003. 280 f. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), FAU, USP, São Paulo, 2003. p. 136 e 250.

³⁵⁷ GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo., *op. cit.*, 2012, p. 44.

³⁵⁸ Fundo Lebrét 45AS, cota 19860461/101, *Archives Nationales*.

³⁵⁹ [No original]: “Ils désirent contribuer à faire connaître la pensée catholique d’aujourd’hui et je suis sûr qu’ils seraient contents de faire connaître au Brésil le mouvement et les publications d’*Économie et Humanisme*. La librairie s’appelle : SAL (Sociedade dos Amigos dos Livros)”. Tradução nossa. *Ibid.*, p. 1.

³⁶⁰ Fundo Lebrét 45AS, cota 19860461/101, *Archives Nationales*.

concordasse em ceder uma porcentagem de desconto que beneficiasse sua comercialização na livraria. O remetente diz que se a editora estivesse de acordo com a proposta, a SAL gostaria de receber cinco exemplares do número de novembro/dezembro da revista e de cada uma das seguintes obras³⁶¹: *Le pain et l'or* (1947), de Jean-Marie Gatheron, prefácio de Lebret e o primeiro número da coleção *Économie et Humanisme*; *Caractères de la Communauté* (1944), segundo número dessa coleção, obra escrita por Desroches, François Perroux, Gustave Thibon, Louis Gardet e Geston Bardet; *Propriété et communautés* (1947), terceiro livro dessa coleção e escrito por Lebret, H. Paissac, M. Labourdette, E. Marmay, M.- J. Gerlaud, J. Macqueron, R. Aubenas, J. Dauvillier e A. Murat; *Principes et perspectives d'une Économie Humaine* (1947), quarta obra dessa coleção, título escrito por Lebret e Gatheron; *Les dockers de Marseille* (1945), de M. R. Loew, primeiro livro da coleção *Documents Économie et Humanisme*; *Une politique de l'habitat* (1946), de Paul Voisin, segundo livro dessa coleção; *Structures nouvelles dans l'entreprise* (1946), de Alexandre Dubois, quinto livro dessa coleção e *En mission prolétarienne* (1946), de Jacques Loew, segundo livro da coleção *Spiritualité*. Por fim, Frei Romeu pediu para os exemplares e a fatura serem endereçadas à livraria.

A ficha cadastral da empresa, as cartas escritas por Dale e as informações compartilhadas por Gonçalves foram as únicas referências que encontramos sobre o perfil cultural e jurídico da livraria. Ainda assim, essas fontes foram imprescindíveis para identificarmos que a SAL foi fundada por pessoas que pertenciam à elite cultural de São Paulo, que ela estava sediada no centro novo da capital e tinha a meta de promover a cultura literária, universitária e católica francesa, além de se mostrarem interessados em irradiar a revista e as obras de EH no Brasil, provavelmente persuadidos pelo incentivo das importações durante o governo Dutra. De todo modo, mediante análise das alterações do contrato social da livraria, notamos que Inah retirou-se da sociedade em 31 de agosto de 1951 e o capital da empresa ficou estipulado em Cr\$ 100.000,00, dividido em partes iguais entre os remanescentes Carlos e Sylvio. O primeiro retirou-se da sociedade em 1953 e transferiu suas cotas para Hugo Ribeiro de Almeida, antes, porém, eles fundaram a Edições SAL em parceria com Frei Benevenuto de Santa Cruz e outras pessoas. É curioso notar que essa informação não consta nas alterações contratuais, e o objeto social somente veio a incluir a edição como atividade fim da empresa em 1958, quando eles já não eram sócios da livraria. Isso pode ter ocorrido porque Benevenuto, Carlos e Sylvio decidiram

³⁶¹ A carta menciona apenas o nome dos títulos. Nós acrescentamos o nome dos autores, o ano de publicação e nome das coleções para os livros que pertenciam a uma coleção. Pode haver algum conflito em relação à edição, pois em alguns títulos encontramos apenas o ano de publicação.

criar outra pessoa jurídica com a mesma sigla do estabelecimento livreiro ou talvez a informação não tenha sido devidamente registrada no contrato social.

O dado concreto é que a Edições SAL foi provavelmente fundada em 1951, possivelmente sob a influência, liderança e interesse de Frei Benevenuto em criar um canal de promoção e difusão das obras de EH e das vertentes progressistas e contemporâneas da teologia, filosofia e espiritualidade francesa. A firma editorial seria o espaço oportuno para traduzir as obras francesas de EH e de outros títulos que pudessem alcançar um público universitário e católico bem maior do que aquele que consumia os títulos importados pela livraria. Na missiva datilografada que Santa Cruz enviou a Maria Cecília no dia 6 de julho de 1951³⁶², o religioso descreveu os motivos que o levaram a fundar a editora e pedia o apoio da destinatária para fazer parte do projeto como sócia e tradutora. Ao fim e ao cabo, essa epístola realça o seu pensamento sobre o mundo editorial, demonstrando que a Edições SAL estava na origem do que viria a ser a Livraria Duas Cidades. Por sua relevância, segue abaixo a íntegra da carta:

São Paulo, 6 de julho de 1951

Prezada amiga Da. Maria Cecília,

Vou tomar a liberdade de lhe comunicar um projeto em que estou profundamente interessado e para o qual vou lhe pedir toda sua atenção e interesse. Vou, pois, expor – o mais simples e diretamente possível o meu assunto.

Há cerca de um ano venho me preocupando bastante com o problema da difusão, em português, dos princípios doutrinários, espiritualidade e métodos de trabalho e ação de Economia e Humanismo. Estive quase a ponto de organizar um movimento – que como a Sra. sabe, dirijo aqui no Brasil – uma verdadeira pequena editora para divulgação de nossos livros, para o que já possuía toda autorização dos editores franceses. Algumas pequenas dificuldades forçaram-me a adiar tal projeto. Mesmo assim fiz uma pequena tentativa, com o lançamento de “Princípios para a ação”, do Pe. Leuret, em tradução do Carlos, e cuja edição foi um sucesso, pois o livro (que si não me engano Carlos lhe enviou), já está esgotado. A tentativa encheu-me de animação.

Simultaneamente, várias e longas conversas com Silvio e Carlos, convenceram-me da real possibilidade de pensar numa editora mais ampla, que não fosse só para a difusão de Economia e Humanismo, e sim para divulgação, em obras originais e traduções, de livros de orientação católica, de teologia, filosofia e espiritualidade. Estávamos impressionados – sem querer ofender ou criticar pessoalmente

³⁶² Encontra-se no Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades. Não descobrimos informações biográficas sobre a destinatária da carta.

ninguém – com o nível em geral medíocre das edições católicas aqui no Brasil e nos pareceu que tínhamos elementos para uma tentativa visando valorizar a divulgação de grandes autores e permitir por esse meio participar mais ativamente do esforço de aprofundamento e renovação do cristianismo aqui no Brasil. Chegamos mesmo a pensar que possivelmente pecaríamos por omissão si não nos dispuséssemos a fazer a tentativa, pois que tudo indicava que a hora era chegada, que a ideia estava madura, pensada e sob seus múltiplos aspectos analisada e ponderada, e enfim que indiscutivelmente havia uma sêde sensível nos meios mais esclarecidos do catolicismo nacional reduzido a só poder satisfazer às necessidades espirituais das pessoas – indiscutivelmente minoria – que lêem com facilidade o francês, o inglês e o alemão.

O resultado de todas as nossas cogitações e troca de ideias foi a resolução de fundar aqui em S. Paulo uma Editora dentro da linha doutrinária e espiritual que a Sra. sabe que é a nossa e que, a pedido do grupo inicial interessados, teria minha humilde orientação religiosa. Obtive logo a aprovação e o encorajamento de meus superiores que vêm nisso uma grande obra de evangelização para nosso meio. Queremos começar pequeno, para ir aos poucos dando firmeza à obra. A Editora – que chamar-se-á Edições SAL Ltda. será distinta da Livraria e como o nome indica será uma sociedade por quotas limitadas. Estabelecemos quotas de 10.000,00Cr\$, que serão subscritas por: Silvio Penteado, Carlos Pinto Alves, Frei Benevenuto de Santa Cruz, Hugo Ribeiro de Almeida e 3 rapazes de nossa confiança, da Ação Católica daqui: Nelson Corazza, Vicente Marota Rangel e Eduardo Bastos. A parte Comercial ficará a cargo do Silvio e de Eduardo Bastos.

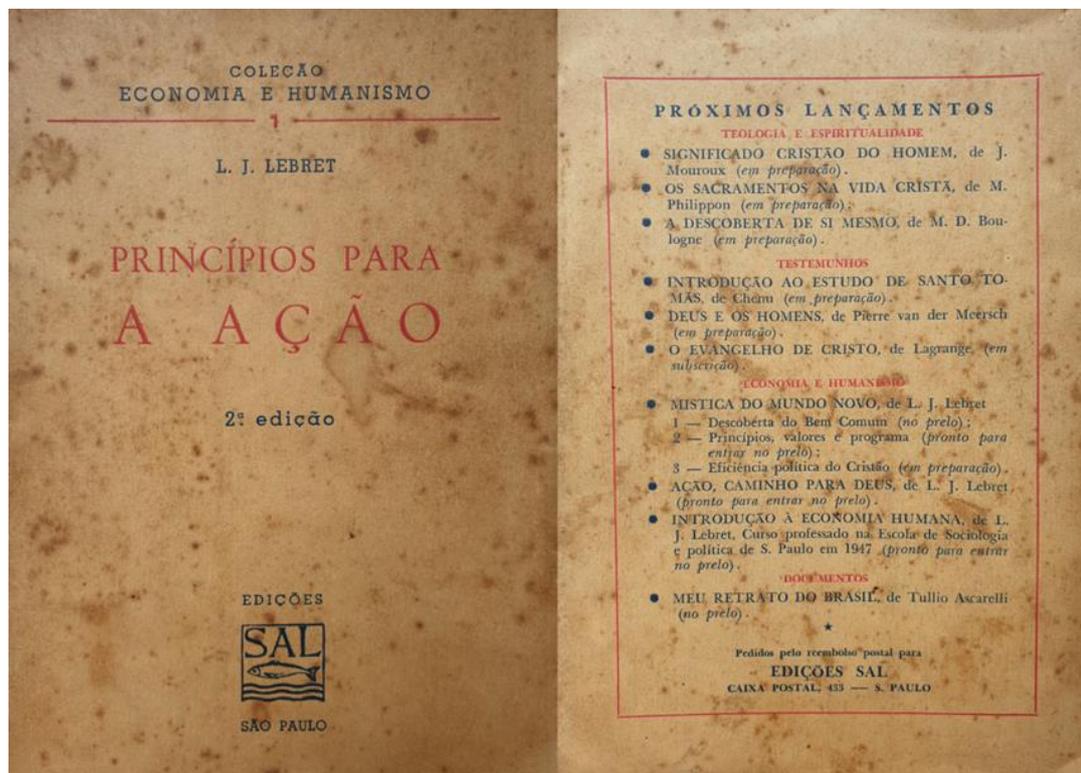
Na reunião de ontem foi lembrado seu nome para associar-se à nossa ideia e por isso estou, em meu nome e em nome de todos, enviando-lhe o meu e o nosso Convite, pois sei que estamos na mesma linha espiritual, temos gostos e preocupações idênticas e que sua participação ao nosso trabalho não só firmaria a homogeneidade do grupo, nos animaria e reconfortaria, e assim, se nosso projeto a interessasse, e lhe sendo possível sua entrada com uma ou duas quotas, permitiria que resolvêssemos o problema ainda não solucionado até o momento presente: atingir o Capital de Cr\$100.000,00 para o lançamento da Editora. Peço-lhe, pois, que examine o assunto com interesse fraternal, dizendo-me sem constrangimento e com simplicidade o que lhe parece, e se sua participação financeira vai ser possível. Como no momento, para as decisões finais de lançamento e registro, tudo está pronto, resta-nos só o problema de integrar o Capital inicial fixado por nós e acima referido. Em visto disso permito-me pedir-lhe que nos responda alguma coisa com o mínimo de demora que lhe fôr possível. Indispensável dizer-lhe que, de qualquer maneira contamos muito com sua participação em nossa obra, conhecedores que somos de seus talentos de tradutora. Estou certo de que, com a graça de Deus, vamos poder fazer uma grande obra e é com grande prazer que a convidamos para associar-se a um trabalho que deve ser de grupo e de equipe.

Muito grato pela sua atenção envio-lhes minhas atenciosas saudações.

Frei Benevenuto de Santa Cruz, O.P.

A carta nos chama atenção para o envolvimento dos membros da Ação Católica com a editora. Eduardo Bastos participou ativamente da SAGMACS, Nelson Corazza parece ter se tornado advogado e industrial, enquanto Vicente Marota Rangel seguiu carreira acadêmica na área do Direito, foi docente da USP a partir de 1954 e realizou seu doutorado na Universidade de Paris. A participação de leigos católicos no empreendimento reforça a aproximação do religioso com o laicato católico, tema que iremos nos debruçar no próximo capítulo.

Figura 9. *Princípios para a Ação*, de L. J. Lebrete (Edições SAL, 1952)



Fonte: fotografia extraída pelo autor

Na parte que nos dedicamos a examinar a relação entre o padre Lebrete, o movimento Economia e Humanismo e Frei Benevenuto, analisamos a reunião do Conselho de Direção de EH realizada na França, em 04 de outubro de 1952, logo após a viagem que eles fizeram para a África. Durante a sessão, a senhora Duthuit (responsável pela livraria EH) parabenizou o frade pela fundação da editora no Brasil, o que, segundo ela, certamente iria garantir o espraiamento das ideias de EH mediante a tradução das obras de membros do movimento. Mas o selo foi um

pouco além e lançou um título que pensava o país a partir da análise de um italiano ligado à cultura brasileira. Esses foram as premissas e os objetivos das Edições SAL em suas primeiras edições, quando lançaram, em 1952, *Apresentação do Brasil*, de Tullio Ascarelli, livro traduzido da segunda edição italiana por Olinto de Castro, e a segunda edição de *Princípios para a Ação*³⁶³, de L. J. Lebret, título inaugural da coleção Economia e Humanismo.

Esses foram os dois únicos títulos publicados durante os anos 1950. Na contracapa da segunda edição de *Princípios para a Ação* (ver figura 9) encontram-se os próximos lançamentos, as coleções e as supostas áreas temáticas (Teologia e Espiritualidade, Testemunhos, Economia e Humanismo e Documentos) das Edições SAL. Mas com exceção da obra de Tullio Ascarelli, que foi anunciada na contracapa com o título *Meu retrato do Brasil*, embora tenha sido publicada com o nome *Apresentação do Brasil*, os outros títulos mencionados não foram publicados. Pelo levantamento que fizemos mediante pesquisa realizada na internet, a SAL continuou a editar durante os anos 1960. Na área de religião publicaram *O Mistério da Igreja* (1960), do dominicano francês Humbert Clérissac e *Os chifres do Diabo: Capitalismo e Comunismo* (1964), do Frei João Baptista Pereira dos Santos. E ampliaram o catálogo para área de literatura, publicando *Coração de Vidro* (1966), de José Mauro Vasconcelos e *Mão de Obra* (1968), escrito por Jorge da Cunha Lima. Encontramos outros títulos referentes à editora SAL, mas essas obras não dizem respeito ao selo criado em 1951. A última alteração do contrato social da SAL é de 1967, informando a retirada de um integrante da sociedade e a continuidade de mais de vinte sócios na empresa, entre os quais figurava Jorge da Cunha Lima. Outro indício da mudança da editora pode ser visto no pictograma utilizado pelo selo, enquanto o peixe (representação do cristianismo) era o símbolo utilizado nas publicações de 1950 (ver figura 15), as edições de 1960 vinham apenas com as iniciais SAL, que também pode se referir ao seguinte trecho do evangelho: “vós sois o sal da terra; vós sois a luz do mundo”. Com efeito, não conseguimos conhecer as razões por detrás da saída de Carlos e Sylvio da empresa durante a década de 1950, mas ao menos temos vestígio das causas que levaram o frade a não prosseguir na ideia da editora.

Nas duas primeiras páginas do “Relatório ao Capítulo Provincial de Julho de 1960 sobre a Livraria Duas Cidades”³⁶⁴, escrito por Frei Benevenuto no dia 17 de junho do mesmo ano, ele expôs um breve histórico de suas atividades no ramo livreiro e editorial antes de fundar a casa

³⁶³ Na carta enviada pela secretária (Antonietta) de Frei Benevenuto ao padre Lebret, em 16 de setembro de 1952 (Fundo Lebret 45AS, cota 19860461/51, *Archives Nationales*), ela comenta que os direitos de tradução da segunda edição ainda não tinham sido pagos. Informou, em seguida, que Bastos estava a cuidar das edições e ele teria dito que somente pagaria a quantia devida no final do ano.

³⁶⁴ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

de Deus e dos homens. Em fins de 1947, Santa Cruz abriu o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas, que durante um ano funcionou no corredor da Portaria do Convento Santo Alberto Magno e foi criado com a finalidade “[...] de prestar serviços aos Conventos da Ordem e a outras pessoas ligadas à Ordem, principalmente as revistas das [Éditions] du Cerf, além de outras”³⁶⁵. Diante do crescimento do Centro no ano de 1948, o frade transferiu-o para uma sala provisória da SAGMACS na rua 7 de abril, n. 235, local que facilitaria a distribuição e a gestão das assinaturas por estar bem localizado e próximo ao correio central da cidade. Assim que a SAGMACS foi transferida para o 13º andar do edifício na Praça da Bandeira, n. 40, o Centro entrou em acordo com a Sociedade e passou a ocupar uma sala inteira do escritório.

Segundo Benevenuto, a crescente procura pelas revistas e edições francesas de EH e das Éditions du Cerf fez com que o Centro ultrapassasse o trabalho de assinaturas de revistas e proporcionasse um estoque cada vez maior das obras de EH e da editora Cerf, passando a atender a permanente procura por títulos franceses. “Em 1952-1953 o Centro distribuía no Brasil um pouco mais de 1.000 exemplares de revistas francesas, encarregava-se das compras para as bibliotecas de todos os Conventos da Ordem no Brasil, assim como da aquisição de livros para uma grande parte dos assinantes de revistas”³⁶⁶, o que levou ao crescimento exponencial do estoque de títulos franceses. Foi nessa toada que o centro de assinaturas se tornou uma espécie de pequena livraria e o local onde ele realizou suas duas primeiras experiências editoriais. “A primeira foi a distribuição pelo Centro, da tradução de “Princípios para Ação”, do P. Lebret, cuja edição foi custeada por Economia e Humanismo. A edição, de 3.000 exemplares, esgotou-se em menos de dois anos”³⁶⁷. E a segunda experiência foi efetivada com a criação das Edições SAL, ocasião em que foi editada a segunda edição de *Princípios para ação* (4.000 mil exemplares impressos, sendo 3.200 foram comercializados e distribuídos pelo Centro) e *Apresentação do Brasil*, como mencionamos anteriormente.

O religioso alegou no relatório que o desinteresse da livraria SAL pelo ramo das edições conduziu ao abandono da iniciativa, mas sabemos que Benevenuto vinha de um prolongado conflito com seus superiores eclesiásticos. Alguns eram contrários a ligação do frade ao padre Lebret e a sua recorrente ausência das atividades da Igreja, seja viajando no país ou no exterior, seja realizando os trabalhos da SAGMACS e a distribuição de revistas religiosas. O fato de ele ter assumido a atividade editorial talvez tenha sido a gota d’água para seus superiores o impedir de continuar nesse projeto, ou, quem sabe, o sucesso de vendas do livro de Lebret poderia

³⁶⁵ Ibid., p. 1.

³⁶⁶ Ibid., p. 1.

³⁶⁷ Ibid., p. 2.

representar um perigo para membros do clero, os quais ainda tinham uma série de restrições ao padre francês e suas supostas ligações com o comunismo.

A despeito de Benevenuto não mencionar que o Centro pode ter sido erigido em decorrência de uma ação que vinha sendo desempenhada pelo Frei Romeu Dale, supomos que a atividade realizada por este padre pode ter sido o embrião para o surgimento desse local de assinaturas. Nas duas cartas que Dale enviou a Raymond Delprat em 1946, ele informou ao destinatário não apenas os assuntos referentes à livraria SAL, mas também sobre o trabalho de coleta de assinaturas da revista *Économie et Humanisme* em São Paulo. Frei Romeu deixou de cumprir essa missão assim que ele foi transferido para o convento do Rio de Janeiro, momento em que Frei Benevenuto passou a ser o principal colaborador do padre Lebret e decidiu criar um Centro onde ele pudesse importar revistas dominicanas francesas e revendê-las no país, embora também tenha comercializado livros e periódicos de outras congregações religiosas, tendo em que vista que ele pautou sua atuação sacerdotal sempre guiado pela ideia de difundir a linha progressista do pensamento católico.

Para além de todos os indícios que já sinalizamos, há duas epístolas e uma informação no relatório anteriormente mencionado que indicam a predisposição do frade para criar um espaço onde ele pudesse exercer o trabalho livreiro e editorial. Uma foi enviada a Frei Romeu Dale em 3 de dezembro de 1953³⁶⁸ e a outra foi datilografada e endereçada ao padre provincial Sébastian Tauzin no dia 17 de janeiro de 1954³⁶⁹. Na primeira, Santa Cruz pede desculpas pelo atraso na resposta e disse que o projeto de fundação do *Centro Brasileiro de Economia e Humanismo* estava em andamento, fez outras ponderações sobre as atividades do grupo de EH e encerrou o último parágrafo da carta afirmando que estavam próximo de criar a “Editora Duas Cidades S. A.”. Partiriam do investimento inicial de um milhão de cruzeiros, embora naquela altura tivessem apenas 460.000 cruzeiros. Em suas palavras, “[...] logo que o prospecto fique pronto, impresso, remeterei uns exemplares. As ações são de 1.000,00. Espero a entrada do Convento do Rio. A Editora SAL foi liquidada e os sócios e suas quotas passaram para ‘Duas Cidades’”.

No relatório³⁷⁰ ele expôs a tentativa de fundar este selo em 1953, quando chegou a constituir uma casa editorial formada por Antonio Delorenzo Neto, Antonio de Queiroz Filho, Álvaro Guimarães Filho, Carlos Pinto Alves, Frei Benevenuto de Santa Cruz, Hugo Ribeiro de

³⁶⁸ Fundo Lebret 45AS, cota 19860461/101, *Archives Nationales*. A carta está escrita à mão, tem o dia e o mês, mas não menciona o ano. Supomos ser 1953 pelo teor das informações registradas na missiva.

³⁶⁹ Documento abrigado no acervo dos dominicanos em Belo Horizonte – Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

³⁷⁰ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades. Ibid. p. 2.

Almeida, João Baptista de Arruda Sampaio, João da Gama Cerqueira e Paulo de Tarso Santos. Este grupo registrou a empresa como Sociedade Anônima Editora Duas Cidades, com o capital de um milhão de cruzeiros, contratando Joaquim Cardoso para assumir a gerência da editora. Mas a transferência do frade para o convento do Rio de Janeiro e a interdição que ele sofreu do Cardeal Motta o impediu de prosseguir com o projeto, o grupo optou por desfazer a empresa e o Centro voltou a funcionar como uma pequena livraria.

Na segunda carta, Frei Benevenuto principiou anunciando ao padre provincial que iria lhe escrever outra carta com maiores detalhes sobre sua ideia de fundar uma editora, ressaltando que a missiva enviada naquele instante pretendia tratar de uma assunto urgente. Ato contínuo, ele diz, “[...] como o Sr. sabe, desde 1947, auxiliado por Antonieta, iniciei um serviço de assinaturas para as revistas dominicanas estrangeiras. Esse centro foi crescendo e hoje nós distribuimos, em todo o Brasil, 400 assinaturas”. Continuou o argumento afirmando que o Centro exercia uma função relevante por adquirir livros para os conventos dominicanos e para a biblioteca de EH no Brasil, por preços infinitamente mais módicos do que os praticados pelas livrarias. Depois ele afirmou que “até agora o Centro funcionou sem existência legal; e o Banco do Brasil sempre facilitou os pagamentos para o exterior. A situação mudou, porém, com a reforma cambial Osvaldo Aranha”. Segundo Santa Cruz, o banco passou a requerer que as importações fossem efetivadas por meio de um novo regime de leilão de cambio, as quais poderiam ser feitas apenas por organismos ou sociedades jurídicas efetivamente registradas. Diante desse cenário, o frade informou ao padre provincial que a renovação das assinaturas estava ameaçada por causa das medidas bancárias, o que poderia afetar esse “[...] modo excelente de apostolado que é a leitura e difusão de nossas revistas. Solicito, pois, ao Sr. permissão e licença para registrar legalmente o Centro de Difusão de Revista Dominicanas em nome de Frei Domingos e no meu”, utilizando o capital correspondente aos valores que já vinham sendo arrecadados com as assinaturas vigentes. E encerrou a epístola informando que depois poderiam vincular o Centro à Editora que estava a ser criada, mas naquele momento precisavam agir rapidamente para evitar a interrupção das assinaturas durante o ano de 1954.

Ao acompanharmos e analisarmos a trajetória religiosa de Frei Benevenuto chegamos à conclusão de que ele sempre esteve próximo do mundo dos livros. Na adolescência recifense participou do círculo de Willy Lewin e João Cabral de Mello Neto, na juventude fez uma imersão nas leituras filosóficas e teológicas durante a formação religiosa no convento de Saint-Maximin e depois conheceu e trabalhou a fundo com o padre Lebret, ocasião em que teve a oportunidade de viajar por diversos países da Europa, conhecer editoras e livrarias religiosas e seculares, assim como pôde penetrar nos pressupostos de Economia e Humanismo, levando a

cabo um intenso trabalho de enraizamento e consolidação do movimento no Brasil. Pelas fontes consultadas e mencionadas, parece-nos que ele estava convicto de que o sucesso de EH no país dependeria da formação militante e intelectual dos religiosos e leigos católicos envolvidos, e a partir dessa premissa ele se esforçou para criar as vias de distribuição e comercialização de livros e revistas de vanguarda não apenas às bibliotecas dos dominicanos e ao grupo de EH brasileiro, mas também aos coletivos católicos que estiveram cada vez mais envolvidos com as ideias suscitadas pela teoria lebreiana. Foi nesse contexto atribulado e prenhe de conflitos com os superiores da hierarquia eclesiástica que Frei Benevenuto fundou a Livraria Duas Cidades como um estabelecimento que poderia comercializar e editar livros. No próximo capítulo nos debruçamos no intenso apostolado de Santa Cruz na seara cultural, procurando aprofundar ainda mais a rede de relações que ele foi edificando com a elite industrial, com os organismos culturais e com as instituições organizadas da Ação Católica paulistana, mineira e de outros estados, pessoas e entidades que parecem ter sido a espinha dorsal da fase religiosa de sua empresa e de suas veredas como livreiro-editor dominicano.

2. A CIDADE DE DEUS

Rio, 28 de dezembro 1954

Caro Padre Provincial,

[...] Assinei, pois, o pedido de registro da sociedade, em meu nome pessoal e como tal apareço como um dos sócios, aliás, como sócio responsável pela sociedade, o que garante a orientação da mesma. [...] A sociedade que se chama – Livraria Duas Cidades – foi registrada como uma sociedade de responsabilidade limitada [...]. Dei à sociedade uma finalidade muito ampla – comércio do livro em geral – o que nos deixa a coberto para tudo o que se refere ao ramo, como por exemplo editar livro, etc. Si a oportunidade aparecer, poderá ser ela o embrião de uma atividade de edição, na qual sempre pensei e que, já bem encaminhada como Sr. sabe, foi desmontada com atropelos decorrentes da situação que criou-se a meu respeito em S. Paulo. [...] Quanto ao futuro e à orientação a ser dada ao caso em questão, fica tudo inteiramente em suas mãos. Creio ter feito bem em salvar um trabalho de sete anos, permitindo a um público cada vez maior a leitura de um pensamento que as circunstâncias locais brasileiras ainda por talvez muito tempo não permitirão [que] se exprima aqui com tanta força e liberdade. [...]¹

Frei Benevenuto de Santa Cruz

¹ Trechos da carta de Benevenuto ao padre Sébastian Tauzin. Epístola arquivada no acervo dos dominicanos em Belo Horizonte – Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

A fundação da Livraria Duas Cidades somente pode ser pensada à luz da multiplicidade de linguagens e projetos culturais que ecoavam na cidade de São Paulo das décadas de 1950, da conjuntura política brasileira dos anos 1960, do círculo social no em torno de Frei Benevenuto, de sua liderança no grupo EH e de suas primeiras experiências como livreiro-editor. Somente assim é possível verificar as razões pelas quais ele tomou a iniciativa de convencer o provincial da Ordem Dominicana a fundar uma livraria especialmente voltada à intelectualidade e à juventude católica paulistana e mineira, ao passo que a editora paulatinamente constrói um catálogo a contemplar obras de religiosos franceses e brasileiros, muitos dos quais faziam parte de uma vertente progressista do pensamento social, teológico e filosófico da Igreja Católica.

Com a intenção de descrever, verificar e explorar a conjuntura que levou à fundação da Livraria Duas Cidades em 1954, exploramos alguns aspectos do Brasil e de São Paulo no meio do século passado, um país e uma metrópole que passavam por uma série de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Na capital crescia o número de indústrias, de aplicações empresariais em setores da cultura e de investimento do poder público na USP. Esses fatores forjavam uma metrópole cultural e universitária, onde o crescimento econômico propiciava a formação de uma classe média urbana, demandante de bens simbólicos, favorável ao investimento do mecenato na fundação de teatros, museus e cinemas, de sorte a estimular a elaboração de políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior. Consequentemente, o crescimento das elites e das camadas médias provocou a propagação de livrarias e editoras na cidade, ao mesmo tempo que os dominicanos ganhavam terreno no tecido social brasileiro e paulistano. As ações e o pensamento de Le Bret na metrópole conquistaram corações e mentes de jovens universitários ligados (direta ou indiretamente) ao catolicismo, muitos dos quais faziam parte do grupo Economia e Humanismo e da SAGMACS. E o posicionamento de Frei Benevenuto como um dos grandes articuladores das ideias lebretianas em território nacional é perceptível durante as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, quando também ocorreu o I Congresso Internacional de Economia Humana.

Esse ano foi paradigmático não apenas para história da metrópole e do movimento EH, mas também para Santa Cruz. Em dezembro de 1954, ele fundou a livraria e editora cuja meta era comercializar e publicar livros que irradiassem o ideário da economia humana e de vertentes progressistas do pensamento social católico. Mediante a instituição da empresa e do trabalho que esta desenvolveu até o final dos anos 1960, examinaremos, de um lado, o perfil do público frequentador da livraria, e, de outro lado, o público leitor dos livros comercializados no estabelecimento e publicados pela editora, partindo da rede de contatos que Benevenuto arregimentou nos anos 1940 e 1950 e da presença da Ordem nos negócios da empresa. Mas

para um olhar mais detido do lugar ocupado pela Duas Cidades no mercado livreiro, será abordada a filial da livraria em Belo Horizonte e outras livrarias e editoras de cunho religioso.

Procuramos dar expressão à cidade de Deus mediante a caracterização de uma empresa dirigida por um religioso, de propriedade dos dominicanos e frequentada por uma clientela formada por agentes e leitores ligados ao campo da cultura, da religião, da intelectualidade e das universidades. Examinamos o perfil da livraria através dos relatórios que Santa Cruz produzia para a Ordem, dos testemunhos das pessoas que vivenciaram o período religioso do estabelecimento e dos títulos que eram importados pelo livreiro para abastecer a biblioteca do Convento das Perdizes, a livraria e o grupo de EH. Outrossim, investigamos as publicações levadas a cabo pelo editor religioso entre o período de fundação da empresa até o fim dos anos 1960, as quais são analisadas por meio de uma série de dados extraídos do quadro cronológico de títulos publicados pela editora, informações que abarcam desde a presença dos autores nacionais e estrangeiros, a quantidade de títulos publicados por ano, as tiragens impressas por livro (em cada ano e década), as coleções que existiram durante a fase religiosa, o perfil temático das obras publicadas, entre outras informações que são apresentadas a fim de definir a linha editorial do selo Duas Cidades.

A partir dessa moldura, inicialmente propomos alinhavar o segundo capítulo desta tese esmiuçando as condicionantes urbanas, sociais e culturais do Brasil e da cidade São Paulo nos anos 1950. Nesse decênio, a metrópole foi um terreno fértil para a existência de múltiplas linguagens, a exemplo da fundação de uma livraria e editora voltada à propagação de livros oriundos de autores progressistas do catolicismo dos anos 1960. Porém, examinamos que o golpe civil-militar, o posterior endurecimento do regime e outros fatores endógenos ao empreendimento cultural propiciaram uma mudança de rumos na trajetória do livreiro-editor de uma empresa ainda regida sob a tutela da congregação dominicana.

Um livreiro-editor dominicano na metrópole brasileira dos anos 1950

A metrópole foi palco para diversas expressões manifestadas no tecido sociocultural da cidade. Frei Benevenuto de Santa Cruz entranhou-se em alguns dos projetos que estavam a ser edificados e foi mais um das centenas de personagens que corroboraram o dinamismo cultural paulistano do meio do século passado. O fato de ele ter sido mais um não significa que suas ações tenham sido menos relevantes. Santa Cruz era um dos poucos dominicanos que transitava nos meios políticos, culturais e intelectuais da cidade, ao mesmo tempo que estabeleceu contatos com membros da elite e conheceu universitários e operários por meio das juventudes ligadas à Ação Católica. Como vimos no capítulo anterior, sua relação com o padre Lebret, a Economia e Humanismo e a SAGMACS fizeram com que ele convivesse com figuras proeminentes da capital paulista, o que lhe proporcionou uma atuação para além dos limites do movimento lebreteano, levando-o a desenvolver e a estimular outras atividades no campo da cultura. O Centro de Revistas Dominicanas e a SAL foram dois empreendimentos deflagrados por ele entre finais dos anos 1940 e início dos anos 1950, ambos apoiados por agentes da intelectualidade e do laicato cristão residentes na metrópole, onde o religioso também contou com o apoio de algumas personalidades do mecenato e da política para proferir um curso de Arte Sacra no Museu de Arte Moderna, participar do conselho administrativo da II Bienal de São Paulo, presidir o I Congresso Internacional de Economia Humana e ser membro da comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, atividades que ocorreram de 1950 a 1954, e culminaram na fundação da Livraria Duas Cidades.

A fim de investigar o cabedal de relações, ações e talentos desenvolvidos por Frei Benevenuto no campo da cultura, propomos desanuviar esse conjunto de projetos encabeçados ou apoiados por Santa Cruz. Esses trabalhos desaguaram na edificação da livraria e editora por uma aspiração nutrida desde o tempo de sua formação religiosa e o estágio cursado na França, passando por sua relação com a cultura e o pensamento católico de vanguarda desse país. Ainda assim, ele procurou instrumentalizar a formação recebida não apenas por meio de assinaturas de revistas e edição de livros, mas também realizando ações culturais mais amplas ao proferir palestras, conferências e cursos, bem como organizando exposições e festividades, ao mesmo tempo que recebia convites para escrever artigos para revistas ou fazia parte de conselhos e comissões circunscritas na seara política, cultural e social da cidade de São Paulo.

Nesta parte procuramos deslindar em que medida essas ações foram importantes para moldarem o pensamento e o trabalho do livreiro e editor dominicano. Antes de verificarmos como foi a atuação de Santa Cruz na metrópole brasileira dos anos 1950, analisaremos a

conjuntura política e sociocultural do Brasil e da capital paulista, buscando relacionar a dinâmica desencadeada no plano nacional com a constituição de uma cidade que passou a se promover como a locomotiva do país.

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio voltou a residir no Palácio do Catete e a presidir o Brasil por meio de eleições diretas. Vargas era oposição ao governo Dutra e aos liberais filiados ou ligados à UDN, marcando sua posição ao defender um projeto de desenvolvimento para o país em que o Estado interviria na economia investindo na industrialização, na garantia ao emprego e no combate à alta do custo de vida. O plano da campanha e do governo acenava aos eleitores dos setores populares e produtivos, na medida em que ele procurou incentivar um crescimento que não prescindia o bem-estar social e o fortalecimento da indústria, sobretudo da indústria de base. Mediante a definição do projeto de governo, e aos 67 anos de idade, “[...] Vargas percorreu todos os estados e as principais cidades do país. Também montou acordos e alianças inacreditáveis. Para atrair votos no Norte e Nordeste, por exemplo, ele escolheu como candidato a vice-presidente um político quase desconhecido no Sul: o advogado Café Filho”², que tinha combatido o Estado Novo e participado da Aliança Nacional Libertadora. Embora o estratagema de Getúlio fosse eficaz para a disputa eleitoral, o plano veio a demonstrar suas carências no decorrer do mandato, tendo em vista que ele procurou estruturar um arco suprapartidário que abarcava “[...] novas e velhas lideranças políticas regionais, e misturava os empresários interessados nos benefícios da industrialização com a força eleitoral dos operários, dos trabalhadores e dos setores de baixa classe média, em expansão nas grandes cidades”³.

Enquanto Vargas e seus seguidores apostaram na feição de um projeto nacional-desenvolvimentista, a oposição defendia o aperfeiçoamento da nação com o investimento do capital estrangeiro. O papel desempenhado pelo Estado no crescimento do país é o cerne da disputa entre esses programas, ambos com interpretações e soluções particulares para os problemas da nação, ambos a disputar corações e mentes da sociedade brasileira até o tempo do agora. Uns acreditam na centralidade do ente estatal para a formulação de políticas públicas de proteção social, de crescimento econômico e de geração de empregos, outros defendem que a máquina pública é um estorvo para o avanço do país, apostando no livre mercado e no capital internacional e privado como elementos basilares para estimularem a economia e o trabalho.

A conjuntura política nacional da primeira metade dos anos 1950 não estava desconectada dos acontecimentos políticos, econômicos e urbanísticos em disputa na esfera estadual e municipal de São Paulo. A aliança que permitiu Lucas Nogueira Garcez ser eleito governador

² SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M., *op. cit.*, 2018, p. 400.

³ *Ibid.*, p. 400-401.

do estado São Paulo foi resultado de um acordo realizado entre Getúlio Vargas (PTB) e Adhemar de Barros (Partido Social Progressista – PSP), que terminava seu mandato como governador do estado e escolheu Garcez (PSP) para representar a chapa formada por meio da aliança entre PSP e PTB. Um dos lemas empunhados na campanha de Lucas era de que o Estado não podia parar, proposição que ia ao encontro do projeto de modernização do país defendido por Vargas, por muitos industriais paulistas e urbanistas que naquele momento eram porta-vozes da tese de que São Paulo era “uma cidade grande, uma metrópole – a capital do estado que se auto intitulava a ‘locomotiva do Brasil’”⁴.

Esse enunciado vinha ganhando adeptos desde o fim do Estado Novo. Em certa medida, o lema foi crucial na representação dos rumos que a cidade deveria seguir naquele momento, os quais enfatizavam que crescimento urbano iria trazer uma série de benefícios para a capital paulista. Essa perspectiva foi hegemônica até 1954, quando “[...] as atenções foram redirecionadas para outros aspectos da grande metrópole – sobretudo seus problemas –, e o futuro de São Paulo, aos poucos, passou a ser visto com outros olhos”⁵. Neste ano, a cidade comemorava seus 400 anos de existência, circunstância oportuna para propagar os grandes feitos e conquistas da metrópole nos meios de comunicação, gerando uma aura positiva em torno das comemorações do IV Centenário, ao ponto de diversas agências de publicidade utilizarem o emblema da festividade como peças de propaganda⁶ para empresas privadas que quisessem vincular suas marcas à grandiosidade e modernidade entoada pelos organizadores do evento. No início dos anos 1950 predominou o discurso hegemônico que projetava a capital paulista para um futuro promissor⁷, mas essa mensagem começou a sofrer resistências após o IV Centenário, quando urbanistas e cientistas sociais começaram a desmistificar o discurso ufanista e previram um futuro trágico⁸ para São Paulo.

A exacerbação de modernidade escoava por meio de narrativas que estavam presentes no imaginário e no vocabulário de urbanistas, políticos, pensadores e empresários que queriam projetar o novo sem necessariamente se desfazer das tradições impostas. Tanto na esfera nacional quanto municipal, os anos 1950 reverberavam o desejo de construir um país e uma cidade calcada nas ideias de esperança e de progresso modeladas após o fim da II Guerra

⁴ ZOREK, Bruno de Macedo. Esgarçamento do futuro: transformações nas representações do destino de São Paulo na década de 1950. *Plural*, São Paulo, v. 25.1, p. 226-247, 2018. p. 231.

⁵ *Ibid.*, p.232.

⁶ Para mais informações sobre utilização do IV Centenário como peça de propaganda, ver: LOFEGO, Silvio Luiz. A construção da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, v. 2, n. 2, p. 25-44, 2006.

⁷ ZOREK, Bruno de Macedo., *op. cit.*, 2018, p. 234.

⁸ *Ibid.*, p. 237-244.

Mundial. No que diz respeito a São Paulo, parte relevante da nascente burguesia industrial da cidade passou a defender pensamentos progressistas elaborados no estrangeiro, como a Economia e Humanismo e outros ideários que encantavam esses industriais cada vez mais fortalecidos economicamente, decididos a investir no campo da cultura e da educação.

Esses agentes pretendiam vencer os obstáculos provincianos da metrópole incentivando a criação de bens culturais que legitimassem e prevalecessem suas visões de mundo. “Tanto representantes da oligarquia como da nova burguesia dos ciclos de industrialização da cidade buscaram na cultura, sob a forma do mecenato artístico, recurso para a legitimação de sua supremacia social”⁹. Os empreendimentos desencadeados pelo mecenato vinham desde a Semana de Arte Moderna de 1922, passaram pelos anos 1930 com a fundação da USP e das bibliotecas públicas, intensificaram-se no pós-guerra e geraram resultados contundentes na capital paulista em meados dos anos 1950, transfigurando a cidade no mais relevante polo urbano e cultural do país. Se a rede produção, circulação e distribuição de bens culturais eram inexpressivas na cidade de São Paulos da década de 1920, as amarras políticas, sociais e econômicas foram superadas e redimensionadas nos decênios posteriores. Como demonstramos anteriormente, foi justamente entre o pós-guerra 1940 e o decênio de 1950 que a cidade duplicou o número de habitantes, edificou uma malha industrial e urbana que possibilitou o crescimento do número de produtores e de entidades difusoras da cultura e da educação. Esse conjunto de fatores implicou no vigoroso investimento de dois empresários que se destacaram no setor de comunicações, da indústria e da cultura, as ações de Assis Chateaubriand (1892-1968) e Francisco Matarazzo Sobrinho (1898-1977) dinamizaram e ampliaram o comércio livreiro, editorial, jornalístico, industrial e cultural porque eles tiveram o duplo propósito de fortalecerem seus capitais empresarial e simbólico.

Ainda que a diversificação e ampliação das instituições promotoras e irradiadoras da cultura na capital paulista não tenham democratizado o acesso dos bens culturais a todas as camadas da população, ao menos essas iniciativas fermentavam um ambiente propício ao aumento do contingente de pessoas que passaram a frequentar museus, bibliotecas, teatros, universidades, livrarias e outros estabelecimentos de fruição cultural. Os dois empresários anteriormente mencionados foram relevantes mecenas da cultura por terem criado instituições que ainda hoje são indispensáveis equipamentos culturais da cidade. Assis Chateaubriand fundou, em 1947, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) sob a direção do italiano Pietro Maria Bardi, e no ano seguinte Francisco Matarazzo Sobrinho edificou o Museu de Arte Moderna

⁹ NEVES, Juliana. São Paulo no segundo pós-guerra: imprensa, mercado editorial e o campo da cultura na cidade. *RBCS*, v. 26, n. 75, p. 119-132, fev. 2011. p. 119.

(MAM) sob a direção do belga Leon Dégand. Eles certamente não foram os únicos promotores da cultura paulistana, mas foram responsáveis por fomentarem essas e outras iniciativas no campo das artes e das comunicações na capital paulista; Chateaubriand criou a TV Tupi em 1950 e Matarazzo edificou, em 1948, o Teatro Brasileiro de Comédia em sociedade com Franco Zampari, no ano seguinte fundou a Companhia Cinematográfica Vera Cruz e foi o grande idealizador e realizador da primeira Bienal de São Paulo em 1951¹⁰.

A despeito de Assis Chateaubriand e Francisco Matarazzo terem se destacado no mecenato cultural paulistano pelas benfeitoras que deixaram para a dramaturgia, cinema e artes plásticas, ambos também investiram no universo letrado, o primeiro aplicando seus recursos no setor jornalístico e o segundo na área do livro ao criar o Instituto Progresso Editorial. A aplicação de recursos nessas áreas não destoava da demanda gerada em São Paulo nessa quadra histórica; os cultores do modernismo e os egressos do mundo letrado e universitário paulistano começaram a publicar ensaios, críticas e obras literárias na imprensa e nas novas experiências editoriais que surgiam na metrópole. Além do grupo Clima¹¹ no campo da crítica literária, cinematográfica, artística e teatral, e da Martins¹² como proeminente editora de literatura brasileira dos anos 1940 e 1950, havia poetas e artistas que a partir de 1945 começaram a contrapor o alicerce modernista e a ampliar o rol de linguagens disponíveis no campo da cultura.

O conjunto de instituições públicas e privadas que foram fundadas na cidade de São Paulo dos anos 1950 criou um ambiente propício para a renovação e diversificação das linguagens, ao mesmo tempo que propiciou o surgimento de mecanismos de sociabilidade urbana semelhante ao que ocorria em outras metrópoles, localidades que escoavam múltiplas produções culturais. A capital paulista foi um palco privilegiado para essas manifestações, o que redimensionou o papel da cidade no país, justamente por abrigar instituições que vinham sendo criadas desde os anos 1930, as quais repercutiam novidades nas artes, no urbanismo, na arquitetura e em todos os setores que eram direta ou indiretamente afetados durante esses anos de efervescência cultural. Mas foi na década de 1950 que as linguagens existentes e emergentes entraram em conflito, os novos atores e discursos engendrados defendiam uma renovação cultural condizente com a modernidade proposta por artistas, urbanistas, políticos e mecenas;

¹⁰ Ibid., p. 123.

¹¹ Sobre os críticos do grupo Clima, consultar: PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Este grupo era formado pelos críticos e professores universitários Lourival Gomes Machado, Paulo Emílio Salles Gomes, Decio de Almeida Prado, Ruy Coelho, Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza, todos expoentes da FFCL da USP. No decorrer deste trabalho iremos tratar de alguns membros que participaram do grupo Clima, em particular do casal Antonio e Gilda.

¹² Sobre José de Barros Martins e sua livraria e editora Martins, ver: SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, p. 362-387; PONTES, Heloisa. *Retratos do Brasil: um estudo dos editores e das editoras e das “coleções Brasileiras”*, nas décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 2º semestre de 1988.

uma modernidade compatível com uma cidade que se vendia como locomotiva do país, calcada em um espírito racionalista e empenhada em solidificar as novas formas de expressão artística¹³.

Diante de um crescimento urbano, industrial e populacional avassalador, São Paulo ganhou ares de metrópole moderna e cosmopolita ao ter sido capaz de servir de arrimo para os novos projetos culturais que viam na capital o espaço propício para divulgar ideias, estéticas e empreendimentos contemporâneos. O mecenato proveniente da indústria e da imprensa foram propulsores dessas novas linguagens, a exemplo de Chateaubriand, Matarazzo e até mesmo de Olívio Gomes e seu filho, Severo Gomes, que apoiaram o movimento EH, a SAGMACS e a Livraria Duas Cidades. As instituições de ensino superior auxiliaram na construção e complexificação de novas linguagens e empreendimentos científicos e culturais que se municiavam das teorias para produzirem estudos e pesquisas que dialogavam com o que havia de mais elaborado em outras grandes cidades e universidades mundo afora. Essas linguagens e manifestações irrompiam nas intervenções culturais, evidenciando o choque entre localismo e cosmopolitismo, a mistura de ideias e as várias nuances de representação das artes.

Somente nessa atmosfera de clivagens, de irrupção de novas linguagens, de novos atores em cena e de uma burguesia em ascensão que seria possível acolher o padre Louis-Joeph Lebet e sua economia humana sem soar estranho ou *démodé* para universitários, industriais e políticos que desejavam ultrapassar as barreiras do provincianismo. São Paulo se autoafirmava como uma metrópole que luzia a ideia de um progresso irrefreável, ávida por ideias e matrizes de pensamentos contemporâneas em diversas áreas do conhecimento e do espírito, demonstrando sua urgência de dialogar com outras metrópoles e nacionalidades. Não é por acaso nem por obra do destino que esse ambiente aclimatava figuras como Frei Benevenuto de Santa Cruz, personagens que se sentiam parte de uma engrenagem que deveria romper com determinadas estruturas vigentes, seja criando ou participando dos equipamentos culturais que pudessem ecoar novas dinâmicas, identidades e linguagens desenraizadoras¹⁴.

Mas a reverberação de todas as ações culturais somente foram possíveis graças a atuação dos mecenas e de seus investimentos em instituições que pudessem dar vazão às modernas e múltiplas vozes que emanavam na metrópole. “O Museu de Arte Moderna de São Paulo, particularmente, desenvolveu uma ação incisiva na mudança de linguagem plástica, com exposições e, sobretudo, com as Bienais”¹⁵. Estas acolheram e impulsionaram novos projetos,

¹³ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no Meio Século XX*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

¹⁴ *Ibid.*, p. 36.

¹⁵ *Ibid.*, p. 44.

consagrando as vanguardas modernas e convidando artistas plásticos e pintores de diversas nacionalidades e correntes artísticas. A existência de mecenas originários de uma burguesia ascendente reforça a ideia de deslocamento entre os setores sociais dominantes e de mudança das principais atividades produtivas. Enquanto os grupos tradicionais estavam ligados à elite cafeeira e agrária, uma parcela dos grupos emergentes eram imigrantes (ou filhos de imigrantes) que ascendiam socialmente por meio de novas atividades produtivas e misturavam-se à nova intelectualidade que despontava na classe média paulistana, muitos dos quais eram formados pela FFLC da USP, a exemplo do que ocorreu durante a fundação do MAM, que contou com apoio cabal de Sérgio Milliet, Lourival Gomes Machado e de outros intelectuais que faziam parte do grupo ilustrado emergente na metrópole.

Ao fim e ao cabo, a imanência de uma cultura cosmopolita se manifestava em todos os campos que estavam dispostos a reformular determinados valores, desafiando as certezas vigentes e compatibilizando seus anseios às novas veredas da cidade-metrópole, que estava se remodelando para fazer jus a autoimagem de locomotiva que não podia parar. “As obras realizadas por Oscar Niemeyer e sua equipe no Parque do Ibirapuera, para sediar a exposição do IV Centenário de São Paulo, são exemplares do movimento arquitetônico moderno que passa a guiar a imagem de progresso urbano”¹⁶. Diante de um contexto que se perfazia em clivagens nas formas de expressão, nos sentidos e nos valores, diversos agentes ligados ao universo do pensamento, das artes, da dramaturgia e da literatura participaram dos eventos disponíveis no rol de atrações das comemorações do quarto centenário, estreitando os laços que ligavam a cidade à cultura, e o crescimento industrial aos mecenas culturais.

Os filhos da primeira geração de imigrantes nascida em São Paulo começaram a ascender socialmente, exerciam atividades no setor de comércio, serviços e indústrias, aos poucos fundavam empresas no ramo de comunicação e da cultura, ampliando o leque de linguagens e sensibilidades que eram permanentemente incluídas no vocabulário e nos projetos culturais que estavam a ser realizados. Foi na década de 1940 que o número de migrantes superou a quantidade de imigrantes, “[...] São Paulo recebeu 431.153 brasileiros procedentes de outras regiões e somente 45.518 estrangeiros. [...] Originários da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, de Alagoas, do Ceará, de Sergipe”¹⁷. Frei Benevenuto era um desses migrantes. Oriundo do estado de Alagoas, mudou-se para São Paulo em razão de sua profissão religiosa na congregação dominicana e aos poucos passou a conviver com o círculo de profissionais,

¹⁶ Ibid., p. 46.

¹⁷ Ibid., p. 56-57.

intelectuais, industriais e empresários que ascendiam socialmente, muitos dos quais eram migrantes provenientes de outras cidades ou a primeira geração de descendente de imigrantes.

E é nessa metrópole pujante, paradoxal, multiétnica e multicultural que o novo centro de São Paulo se tornou local onde a boemia, o lazer e parte dos equipamentos culturais possibilitavam a sociabilidade entre burguesia, intelectualidade, profissionais liberais, servidores públicos, mecenas e outras pessoas que percorriam essa região flanando:

[...] do Teatro Municipal à avenida São João, passando pela praça Júlio Mesquita, alcançando as ruas do Arouche, *Bento Freitas* e Rego Freitas, atravessando pela Sete de Abril ou a Barão de Itapetininga, rumo à Praça Dom José Gaspar, de volta à Biblioteca Municipal, daí até a rua *Maria Antonia*. Da mesma forma que a Universidade de São Paulo ancorou em larga medida o processo de modernização cultural da cidade, a Biblioteca Mário de Andrade simbolizou a diferença específica da boêmia que a circundou, que se nutriu em suas fontes durante o dia e se abeberou em suas projeções à noite¹⁸.

Mencionamos alguns exemplos para se ter uma ideia da diversidade de mecanismos e ações culturais que brotavam na cidade de São Paulo desde a década de 1940 até as comemorações do IV Centenário, quando a metrópole se tornou um local acolhedor dos mais variados empreendimentos e manifestações no âmbito da cultura. A revista do grupo *Clima* foi fundada em 1941, no ano seguinte o empresário Alfredo Mesquita estreou a livraria Jaraguá, que era uma casa de chá frequentada pelas madames e um “[...] ponto de encontro de intelectuais, artistas e figuras da vida mundana paulistana”¹⁹. Dois anos depois, em 1944, inaugurou-se a *Brasilense*, que veio a ser uma livraria, editora e um espaço onde se realizariam mostras periódicas de pintores modernos. Em 1946, fundou-se a galeria *Domus*, em 1947 o MASP, em 1948 o MAM, em 1950 criou-se a revista *Anhembi* (periódico de divulgação científica e cultural) e o Instituto de Arte Contemporânea – promovido no interior do MASP e coordenado por Lina Bo Bardi. No ano seguinte, o MAM realizou a I Bienal de Artes Plásticas, inauguraram o Salão Paulista de Arte Moderna e iniciaram a construção do Parque do Ibirapuera. Durante o ano de 1954 ocorreu as comemorações do IV Centenário, envolvendo diversos eventos nas áreas do cinema, da literatura, da arquitetura, além de também ter sido o ano em que o Teatro Arena conseguiu sua sede própria e Frei Benevenuto de Santa Cruz fundou a Livraria Duas Cidades. A partir desses exemplos é possível ter uma dimensão da quantidade de espaços propagadores das artes e da cultura que foram surgindo na cidade, em especial dos estabelecimentos que foram difusores das produções internacionais.

¹⁸ *Ibid.*, p. 60. Grifos nosso.

¹⁹ *Ibid.*, p. 91.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo foi uma das instituições mais exitosas no sentido de promover eventos e abrigar projetos de vanguarda. Auxiliada por agentes do campo político e cultural nacional para trazer à baila produções internacionais de distintas facetas artísticas, o MAM surgiu como uma associação da sociedade civil, sem fins lucrativos, e cuja meta era impulsionar o gosto artístico do público mediante dois objetivos; o primeiro de “adquirir, conservar, exigir e transmitir à posteridade obras de Arte Moderna”, e o segundo de “incentivar o gosto artístico no campo da plástica, da música, da literatura e da arte em geral”²⁰.

Esses objetivos foram atendidos ao menos nas atividades realizadas no MAM entre 1949 e 1952, período em que ocorreram 87 exposições, aproximadamente 6.000 obras foram expostas e 280.000 pessoas visitaram o museu e a I Bienal. Dentre as obras expostas em 1949, destacamos as aquarelas e desenhos do pintor mexicano Diego Rivera, a pintura do pernambucano Cícero Dias, as fotografias do húngaro Thomas Farkas, as pinturas do espanhol Pablo Picasso, o painel Tiradentes de Candido Portinari; e em 1951 houve exposições da I Bienal, da Arquitetura Luso-Brasileira, de Cenografia Italiana, de quadros pertencentes ao acervo do museu e de Arte Religiosa francesa (pintura e escultura), organizada por Frei Benevenuto e o senhor Bérard, realizada no dia 10 de dezembro de 1951²¹.

Mas não eram apenas as exposições promovidas pelo MAM que estabeleciam um diálogo com diversas linguagens e produções nacionais e internacionais, os cursos e as conferências ocorridas no museu também tinham essa característica. No mesmo período, a instituição realizou 65 conferências proferidas por artistas e intelectuais do Brasil e de outros países, recebendo por volta de 8.000 ouvintes. Sublinhamos as ocorridas nos meses de agosto, setembro e outubro de 1949, como a de Albert Camus sobre “Um moralista: Chamfort”, de Antonio Candido sobre o escritor luso-brasileiro “Cláudio Manoel”, de Murilo Mendes sobre “Considerações sobre o movimento literário atual no Brasil” e de Mário Pedrosa sobre os “Criadores da Arte Virgem”²². Nesse interregno foram realizados 12 cursos teóricos, somando um total de 230 aulas e 1.800 ouvintes, a exemplo do “Curso sobre pintura moderna”, ministrado por Sergio Milliet entre 30 de novembro de 1949 e 16 de janeiro de 1950 e do “Curso de Problemas da Arte Sacra”, lecionado por Frei Benevenuto de Santa Cruz entre 25 de outubro e 6 de dezembro de 1950, sempre às 18 horas das quartas-feiras²³.

²⁰ Informações extraídas do estatuto da entidade consultado no fundo MAM do Arquivo Bienal.

²¹ Informações extraídas na parte I (Exposições) do documento “Atividades do Museu de Arte Moderna de São Paulo de 1949 a 1952”, consultado no fundo MAM do Arquivo Bienal. Não identificamos quem era o Sr. Bérard.

²² Informações extraídas na parte II (Conferências) do documento “Atividades do Museu de Arte Moderna de São Paulo de 1949 a 1952”, consultado no fundo MAM do Arquivo Bienal.

²³ Informações extraídas na parte III (Cursos) do documento “Atividades do Museu de Arte Moderna de São Paulo de 1949 a 1952”, consultado no fundo MAM do Arquivo Bienal.

Figura 10. Curso *Problemas da Arte Sacra*, por Frei Benevenuto no MAM (1950)

Curso de arte sacra, no Museu de arte moderna
de São Paulo.

1^a aula : 27. outubro. 1950

definições e perspectivas.

O convite q. me foi feito pela Direção do
M. de arte moderna para aceitar esse curso
reiu ~~de conceitos~~ maravilhosamente de encontro a
um ~~paciente~~ desejo, preocupações e ansus-
tias que ~~me~~ em mim são cada vez maiores,
diante do que se vê — ou não se vê — entre
nós em matéria de arte sacra ou religiosa.

- angústia: estando na espeja, tendo nela
um si absoluta, ^{em} no seu caráter absoluto,
permanente e transcendente, não é sem
um nostálgia e um inquietação ~~de~~ cuja
profundidade proporções que vive quotidia-
namente me diante de constata quanto,
por um culpa, seu membr, espírito de
fato ~~em~~ divorcio entre a espeja e as
formas de vida e expressão do mundo
em que vivemos.

há pois entre aqui na análise dessa
separação entre a espeja (ou o uistão) e o
mundo sem um equivoco e ambíguo que
que determinam determinam no passado
(e determinam ainda) tal situação.

Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

Tanto a exposição organizada quanto o curso proferido pelo dominicano demonstram seu andar para artes em geral, e pela arte religiosa em particular. Logo adiante falaremos um pouco mais sobre a exposição francesa de Arte Religiosa, por ora destacamos o curso *Problemas da Arte Sacra*. Este foi divulgado em *O Estado de S. Paulo*²⁴, o Arquivo Bial possui um documento com informações biográficas sobre o frade e a estrutura prevista para seu curso,

²⁴ MUSEU DE ARTE MODERNA. Curso sobre Problemas da Arte Sacra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 1950. p. 4.

assim como o acervo pessoal de Santa Cruz abriga aproximadamente oitenta páginas de anotações para cada uma das aulas que ele expôs nos meses de outubro e novembro, tendo em vista que um grave acidente²⁵ o impediu de concluir o curso no mês de dezembro.

No Arquivo Bienal há duas páginas escritas à mão. No início da primeira, nomeada de “Frei Benevenuto de Santa Cruz; dominicano”, consta um breve relato biográfico informando que o religioso ingressou na Ordem em 1937, cursou Filosofia e Teologia na França e participou de estudos especializados em Paris, ocasião que teve “[...] contato com meios artísticos franceses, especialmente o grupo da revista *Art Sacré*, dirigida pelos dominicanos Régamey e Coutrurier”, informando, em seguida, três artigos inéditos²⁶ do religioso: “Arte como conhecimento humano”, “O valor ‘sagrado’ da expressão humana” e “Exigências das artes aplicadas ao culto cristão”. A segunda página apresenta o título do curso e os temas das seis aulas: 1. Definições e perspectivas (ver figura 10); 2. As exigências religiosas nas artes aplicadas ao culto; 3. Os artistas e o povo cristão; 4. Decadência e renovação da arte sacra; 5. Arte Sacra e arte moderna; 6. A querela entre a tradição e a renovação.

Essas temáticas nos permitem afirmar que o religioso era um homem de seu tempo, alguém que vivia numa metrópole pulsante em cultura, reverbera as linguagens em disputa e também expunha a peleja entre tradição e renovação na arte sacra. Nosso propósito não é entranhar nas relações íntimas do frade com a arte religiosa; nos interessa perceber como o livreiro-editor dominicano interagiu com o campo da cultura em sentido amplo e com a cultura francesa em sentido estrito, procurando compreender o modo como ele se relacionava e convivia com as instituições culturais e com os mecenas e políticos paulistanos que fomentavam o ambiente cultural da cidade. Supomos que esse curso tenha sido relevante para Santa Cruz não apenas pelo fato de ele ter guardado as anotações das quatro aulas que proferiu no MAM,

²⁵ O curso estava previsto para encerrar em 06 de dezembro, quando ele supostamente lecionaria a sexta aula. No bloco de anotações sobre o curso não encontramos nenhuma menção ou referência a qualquer dia do mês de dezembro, tampouco descobrimos registro sobre a derradeira classe nos jornais ou em qualquer outro documento abrigado no acervo pessoal de José Petronilo. Por outro lado, há uma fonte presente neste arquivo que nos leva a deduzir que ele não terminou o curso por conta do grave acidente que sofreu. A secretária de Frei Benevenuto enviou uma carta a Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau (1926-2008) em 21 de dezembro de 1950, informando à destinatária que o religioso estava proibido de realizar qualquer esforço por ter sofrido um acidente de automóvel que o levou a fraturar a clavícula e duas costelas. A remetente prosseguiu pedindo para Violeta não se preocupar, o acidente tinha ocorrido no dia 2 de dezembro e Benevenuto se recuperava bem. Nas palavras da secretária, “[...] ele tinha ido passar uns dias em Ubatuba, no litoral, para preparar uma Semana de Economia e Humanismo que deveria se realizar este mês. Estava num JIP com o *chauffeur*, quando quebrou-se a direção e o carro caiu numa profundidade de 12 metros, indo espatifar-se numa pedra”. Disse, em seguida, que “[...] Frei Benevenuto logo levou uma pancada na cabeça e ficou desacordado, mas foi jogado no mar. O *chauffeur* que tinha ficado pendurado numa árvore, logo desceu para salvá-lo, não evitando, entretanto, que Frei Benevenuto afundasse algumas vezes e engolisse bastante água”. A remetente disse a Violeta que o frade estava de acordo com as duas últimas cartas que ela tinha enviado, pediu a destinatária para transmitir o ocorrido ao padre Leuret e informá-lo que o governador do estado, Lucas Nogueira Garcez, fez uma visita a Benevenuto no convento das Perdizes.

²⁶ Estes textos não fazem parte do acervo de Santa Cruz e não encontramos esses escritos em outros arquivos.

mas também por revelar sua vocação para uma área da cultura que ultrapassava as raias do universo livreiro e editorial.

Cabe um comentário sobre as referências utilizadas pelo expositor. Ainda que não tenhamos conseguido estruturar uma bibliografia precisa a partir das menções avulsas que ele escreveu no amontoado das anotações referente ao curso *Problemas da arte sacra*, ao menos podemos citar alguns dos nomes de artistas, pensadores e autores franceses que ele utilizou durante as aulas. A exemplo do filósofo Jacques Maritain, da escultora Camille Claudel (1864-1943), do escritor André Gide (1869-1951), do pintor Maurice Denis (1870-1943) e de diversos fragmentos escritos ou datilografados dos ensaios e livros de autoria do frade dominicano e historiador da arte Pie-Raymond Régamey (1900-1996), com quem trocou cartas²⁷ entre 1949 e 1951 com o intuito de trazer o padre ao Brasil para ministrar o curso de arte sacra, realizar palestras e participar de outras atividades.

Tanto no Arquivo Bienal quanto na massa documental de Santa Cruz não há nenhum documento que nos assegure a presença do padre Pie-Raymond na exposição organizada por Frei Benevenuto e o Sr. Bérard, tampouco se ele fez as palestras previstas para março de 1952. De todo modo, essas correspondências demonstram a interlocução do religioso com diferentes agentes de peso do campo cultural de São Paulo e da França. Nas cartas Benevenuto comentou que tratou do curso e da exposição com o diretor, Lourival Gomes Machado, e o presidente, Francisco Matarazzo Sobrinho, do MAM, argumentando que eles se mostraram interessados em receber Régamey, em promoverem o curso *Problemas da Arte Sacra* e a Exposição Francesa de Arte Religiosa. Essas e outras missivas também atestam as mediações do frade em direção à elite cultural e política de São Paulo e do Rio de Janeiro, como podemos verificar na epístola datilografada que ele enviou a Carlos Lacerda no dia 01 de dezembro de 1951²⁸.

A carta foi endereçada ao jornal *Tribuna da Imprensa* e o dominicano a iniciou demonstrando uma certa proximidade, dirigindo-se ao destinatário de forma afetuosa: “meu caro Carlos”. O frade prosseguiu pedindo desculpas por não ter enviado os artigos que o destinatário tinha solicitado, argumentou que ele tinha o vício intelectual da perfeição, algo que era incorrigível e muitas vezes o levava a deixar de cumprir as tarefas que não podiam ser adiadas. Posteriormente, comentou que desejava compartilhar com Lacerda sobre o evento que ele estava organizando: “[...] trata-se de uma grande e muito bem escolhida exposição francesa de arte religiosa, da melhor qualidade, que será inaugurada 6ª feira próxima no Museu de Arte

²⁷ A correspondência intercambiada entre Frei Benevenuto e padre Régamey encontra-se disponível no acervo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

²⁸ Carta abrigada no acervo pessoal de Santa Cruz. Neste há apenas esta missiva trocada entre o frade e Lacerda.

Moderna daqui”. O remetente escreveu que Lacerda deveria supor o quanto esse evento poderia atrair o interesse de um público diversificado, motivo pelo qual ele estava se empenhando intensamente na organização a despeito de o cardeal de São Paulo ter exigido que a exposição não tivesse o caráter oficial da Igreja. Por essa razão, Frei Benevenuto afirmou que seria interessante se a *Tribuna da Imprensa* pudesse dar um grande destaque ao evento, da mesma forma como o jornal estava a promover a I Bienal de São Paulo (ocorrida entre outubro e dezembro de 1951). O remetente estava ciente que a sucursal paulista do jornal reproduziria a Bienal no noticiário, embora ele chegou à conclusão da importância de uma divulgação mais ostensiva logo após uma conversa com Carlos Pinto Alves, a partir da qual indagavam “[...] se não seria possível que a Tribuna mandasse o Mario Pedrosa até aqui, e assim poderia ele escrever um artigo substancial que seria lido no Brasil inteiro? Claro que gostaria muito se você viesse também – e isso para mim seria grande alegria”. E arrematou a epístola dizendo que a exposição provavelmente ocorreria entre 7 de dezembro de 1951 e 15 de janeiro de 1952.

A despeito de não conseguirmos identificar a data precisa de realização da Exposição Francesa de Arte Religiosa, o evento certamente ocorreu no MAM em dezembro de 1951²⁹. Não conseguimos, entretanto, verificar se Carlos Lacerda foi à abertura da exposição, e muito menos descobrimos se Mário Pedrosa pôde comparecer ao evento e tecer sua crítica na *Tribuna da Imprensa*. Ainda assim, examinar essas correspondências e as fontes pesquisadas no Arquivo Bienal ao menos nos possibilita compreender como ele se relacionava com pessoas que tinham prestígio no mundo da cultura, da intelectualidade e da política, aproveitando essas ocasiões para promover a arte religiosa nos equipamentos culturais da metrópole ou convidando artistas plásticos modernos para produzirem seu afrescos em uma capela dominicana.

Este local de culto religioso foi resultado de um projeto social nomeado Unilabor³⁰, uma comunidade de trabalho formada por um grupo de operários e dirigida pelo Frei João Baptista Pereira dos Santos em São Paulo, no bairro Alto do Ipiranga. Essa comunidade foi responsável por promover um conjunto de ações religiosas, políticas, educativas e culturais que desaguaram na constituição de uma fábrica destinada a construir móveis modernos. Durante os treze anos de funcionamento (1954-1967)³¹, os princípios que guiavam a Unilabor eram oriundos das experiências extraídas pelo movimento Economia e Humanismo francês, que incentivava a

²⁹ Anteriormente dissemos que os documentos do Arquivo Bienal mencionam o dia 10 de dezembro de 1951 como data de início (sem mencionar a data final) da exposição.

³⁰ CLARO, Mauro. *Dissolução da Unilabor: crise e falência de uma autogestão operária – São Paulo, 1963-1967*. Orientadoras: Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsányi e Fernanda Fernandes da Silva. 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2012.

³¹ *Ibid.*, p. 17.

criação de comunidades de trabalho conduzidas por meio da autogestão, coletivos que na época do pós-guerra adquiriam “[...] um sentido de transformação social em torno do qual se reuniu um setor expressivo da intelectualidade progressista [europeia e latino-americana], onde essa corrente de pensamento teve grande importância”³². Em meados de 1948, Frei João Baptista estagiou no grupo EH francês e conheceu o trabalho dos padres operários em uma fábrica de relógios localizada no sudeste do país, concebida como uma estrutura organizacional em que os trabalhadores participavam dos lucros e dos processos decisórios³³.

O religioso decidiu fundar a Unilabor inspirado em sua experiência francesa. A fábrica produziu móveis para ambientes domésticos, baseava-se na estética do movimento concretista e em sistemas modulares que viabilizaram uma produção racionalizada³⁴. Frei João Baptista foi além dos negócios e da produção de móveis, procurando promover círculos de debate e palestras com os operários, convidando políticos e artistas. Essa colaboração foi iniciada em 1950, quando Frei Benevenuto solicitou “[...] a cooperação dos muitos artistas plásticos que foram convidados a decorar a capela [Cristo Operário]: Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Yolanda Mohalyi, Moussia Pinto Alves, entre outros”³⁵. Santa Cruz atraiu os artistas modernos para a decoração da capela, bem como editou *Unilabor: uma revolução na estrutura da empresa*, de Frei João Baptista e publicado pela Livraria Duas Cidades em 1962.

Até aqui podemos testemunhar o quanto os anos 1950 foram marcantes na relação de Frei Benevenuto com o mundo da cultura. Para além dos projetos que ele desenvolvia no Centro de Difusão de Revistas Dominicanas, na Edições SAL, na SAGMACS e no grupo brasileiro de EH, ele aproveitou o crescimento das instituições culturais da cidade para promover a arte religiosa através do convite feito aos artistas plásticos para decorarem a capela Cristo Operário, do curso *Problemas da Arte Sacra* e da Exposição de Arte Religiosa Francesa. A perspicácia do religioso em potencializar o conhecimento que ele possuía da cultura católica, somado à rede de relações que ele estabeleceu com agentes religiosos, políticos e culturais da França e da metrópole brasileira, permitiu-lhe promover eventos e projetos culturais³⁶ que posteriormente

³² Ibid, p. 18-19.

³³ SANTOS, João Baptista Pereira dos. *Unilabor: uma revolução na estrutura da empresa*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

³⁴ CLARO, Mauro., *op. cit.*, 2012, p. 20.

³⁵ Ibid., p. 22.

³⁶ Pietro Maria Bardi foi outra personalidade importante do meio cultural paulistano que trocou correspondência com Frei Benevenuto. No acervo pessoal de Santa Cruz há duas correspondências do frade com Bardi (então diretor do Museu de Arte de São Paulo – MASP). A primeira foi enviada de Pietro a Benevenuto no dia 4 de setembro de 1952, solicitando que o destinatário enviasse os projetos de construção da Igreja no convento das Perdizes, os quais seriam publicados na *Habitat* (revista do MASP). E a segunda foi dirigida do frade ao diretor do museu em 18 de novembro de 1952, quando ele informou a Bardi que todos os projetos submetidos ao júri do concurso promovido pelo MAM foram recusados, o que inviabilizaria publicá-los na *Habitat*.

geraram convites para ele escrever ensaios para revistas³⁷ francesas e participar da comissão do IV Centenário e do conselho administrativo da II Bienal de São Paulo.

A partir desses indícios identificamos a rede de relações que ele foi urdindo com pessoas e empreendimentos ligados ao universo artístico, livreiro e editorial francês. Essa rede ia sendo construída no Brasil mediante os diversos projetos e contatos que estavam ligados ao movimento católico progressista dos decênios de 1950 e 1960. Separamos mais dois exemplos que reforçam o campo de atuação do religioso. Depois de ter sofrido o acidente, Santa Cruz participou de uma semana de estudos na paróquia São João Batista, em São Paulo, cujo tema era “O Santo Sacramento do Matrimônio”³⁸. O evento previa uma série de palestras, entre os dias 13 e 20 de maio de 1951, dentre as quais elencamos as conferências de André Franco Montoro sobre “O matrimônio em face da realidade social” e de Frei Benevenuto sobre “As jovens de hoje, lares de amanhã”, a primeira destinada aos moços e a segunda dirigida aos casais. A participação do frade nesse formato de semana de estudos, endereçada principalmente aos leigos católicos e com a participação de Montoro, que veio a ser uma relevante figura da política brasileira durante a segunda metade do século passado, é mais um vestígio das relações que ele vinha entremeando com a juventude católica e personalidades do âmbito cultural, político e universitário. Outro exemplo que compartilhamos tem a ver com o fato de Santa Cruz e Ciccillo Matarazzo terem sido dois dos vinte e três convidados do governador Lucas Nogueira Garcez para participarem da cerimônia de fundação do “Centro Brasileiro de Estudos”³⁹, realizada no dia 30 de abril de 1953 no Palácio dos Campos Elíseos.

Nessa linha de considerações, o ano de 1954 coroa todas as incursões de Frei Benevenuto no âmbito político e sociocultural da metrópole, ano em que ele foi chamado a assumir funções importantes nos eventos que diziam respeito às comemorações do aniversário da cidade. No primeiro capítulo tratamos do envolvimento de Santa Cruz com o governador do estado de São Paulo e com outras lideranças políticas que estavam direta ou indiretamente relacionadas ao

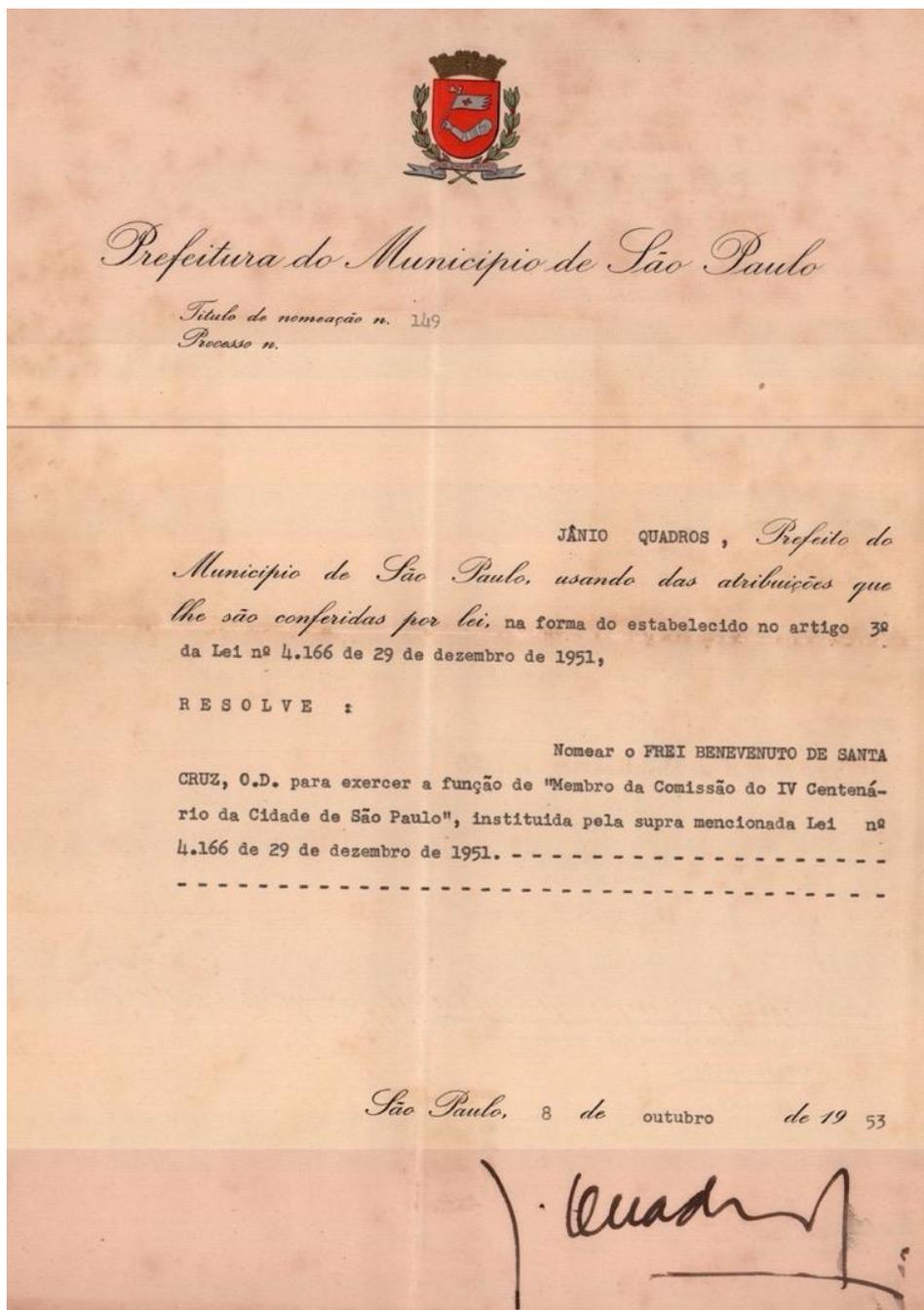
³⁷ No dia 18 de outubro de 1950, Santa Cruz recebeu uma carta de Bernard Boutier, representante do hebdomadário *La Vie Catholique illustrée*, revista editada e publicada em Paris desde 1945. Boutier disse que acabava de retornar de uma viagem pela América do Sul, na qual pôde conversar com o padre René Voillaume (fundador das congregações religiosas baseadas na espiritualidade de Charles de Foucauld), o qual fez excelentes comentários sobre o Brasil e o aconselhou que entrasse em contato com Benevenuto para verificar a possibilidade de o frade escrever um texto sobre a Igreja Católica de seu país. Por fim, comentou que o público francês estava muito mal informado sobre a vida católica brasileira, e que ficaria contente se o padre pudesse enviar um texto para a revista. Boutier disse que se tratava de um periódico popular, com tiragem de 53.000 cópias por semana e que atingia um público imenso de cristãos e não cristãos. A resposta de Benevenuto foi enviada apenas no dia 23 de janeiro 1951, quando lamentou não ter respondido antes pela quantidade de trabalho e pelo acidente de automóvel que tinha sofrido, o que o impedia de redigir o texto naquele momento.

³⁸ O SANTO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1951. p. 9.

³⁹ CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 mai. 1953. p. 9. Não encontramos mais informações sobre este evento em outras fontes de pesquisa.

movimento EH e aos projetos que eram contratados pela SAGMACS, agora estamos a explorar seus caminhos e planos culturais desencadeados na metrópole que realizava o IV Centenário e a II Bienal de Arte no mesmo ano em que ele fundou a Livraria Duas Cidades.

Figura 11. Frei Benevenuto como membro da Comissão do IV Centenário de São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

As celebrações do IV Centenário vinham sendo pensadas desde o início dos anos 1950. Matarazzo assumiu a presidência da comissão em 1951 e em 13 de julho de 1952 os encarregados de organizar as comemorações publicaram um imenso anúncio no jornal sob o

título “A comissão do IV Centenário ao povo de São Paulo”⁴⁰. Este pronunciamento oficial da comissão e do conselho executivo do evento ocupou uma página inteira do periódico para anunciar que já estavam aprovadas numerosas manifestações musicais, culturais, artísticas e teatrais, estrangeiras e nacionais, assim como exposições, concursos literários, comemorações religiosas, congressos científicos (como o I Congresso Internacional de Economia Humana), eventos esportivos, divertimentos populares, exposição agropecuária e a inauguração do Ibirapuera, “um parque comparável aos maiores do mundo”. E finalizaram o anúncio tocando na vaidade dos habitantes da cidade ao dizer que “São Paulo terá orgulho dos seus 400 anos”.

Santa Cruz talvez fosse um dos poucos personagens religiosos que estavam entranhados na construção e promoção de algumas das atividades circunscritas na festividade. Não sabemos ao certo o que levou Jânio Quadros, prefeito de São Paulo entre 1953 e 1955, a nomear o dominicano, em 08 de outubro de 1953, para exercer a função de “Membro da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo” (ver figura 11). Tampouco conhecemos os reais motivos que levaram o religioso a solicitar exoneração do cargo em 12 de janeiro de 1954, a qual foi atendida pelo prefeito em 14 de janeiro, quando houve uma “cerimônia da Comissão do IV Centenário no salão da prefeitura de São Paulo em que nomeia o novo membro Candido Fontoura, que substituiu Frei Benevenuto de Santa Cruz”⁴¹; a solenidade contou com a presença do prefeito, do vice-prefeito e de Francisco Matarazzo Sobrinho.

O convite para integrar a comissão talvez tenha partido do prefeito, do governador ou até mesmo de Ciccillo. Supomos, porém, que o pedido de exoneração procedeu dos superiores da Ordem Dominicana, contrários ao apostolado indômito do padre, que participava das inúmeras atividades que descrevemos anteriormente, da comissão administradora da II Bienal (de dezembro de 1953 a fevereiro de 1954) e da recepção aos autores premiados no concurso literário promovido pela comissão organizadora das festividades. Foi na Biblioteca Municipal de São Paulo que ocorreu a sessão solene de entrega dos prêmios aos autores João Cabral de Mello Neto (poesia), Gastão de Hollanda (romance), Edgard da Rocha Miranda (teatro) e Walter George Durst (roteiro de cinema), na qual saudou “os autores premiados, em nome da Comissão do IV Centenário, Frei Benevenuto de Santa Cruz, o. p.”⁴²

Supomos que seus superiores o tenham obrigado a abandonar a dita comissão em virtude do documento “Determinação do R. P. Vigário Provincial sobre a Participação de Frei

⁴⁰ A COMISSÃO do IV Centenário ao povo de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1952. p. 3.

⁴¹ COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1954. p. 9.

⁴² RECEPÇÃO NOS CAMPOS ELÍSEOS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1954. Capa.

Benevenuto na vida da Comunidade”⁴³. Esta fonte não consta dia, mês ou ano, mas está assinada pelo provincial, Frei Sébastien Tauzin, e prevê sete determinações a serem seguidas pelo frade:

1) Em virtude de seu trabalho em Economia e Humanismo está dispensado de parte do ofício coral [...]; 2) De manhã, em princípio permanece no convento [...] e participa do almoço da comunidade, recreio e vésperas; 3) Jantar normalmente no Convento, exceto três dias por semana, em que por causa de seus compromissos teria muita dificuldade em voltar ao Convento. Nesses dias poderá jantar na cidade em um lugar previamente combinado com o P. Prior; 4) Não aceitará refeições em casas particulares sem autorização do P. Prior, toties quoties; 5) Uma vez por semana pelo menos, por exemplo, sábado, não aceitará compromissos durante a noite e assistirá aos ofícios rezados nesse tempo; 6) Não terá participação na administração material de Economia e Humanismo e prestará conta do dinheiro que possa receber pessoalmente e de suas despesas ao P. Prior; 7) Para uso de trajes civis, mesmo com autorização do Exmo. Sr. Cardeal, deverá pedir licença toties quoties ao Superior Provincial ou em caso urgente ao superior local.

Ainda que o documento não esteja datado, existem fortes indícios de que a determinação foi expedida nessa fase de intensa militância cultural e apostólica. Seus superiores tinham desconfianças do frade desde o momento em que ele conheceu o padre Lebret, ingressou no EH e se embrenhou em eventos e manifestações culturais. O fato de o documento não mencionar a Livraria Duas Cidades e de a transferência do religioso para o convento do Rio de Janeiro ter ocorrido em dezembro de 1954, fortalece nossa hipótese de que a vida mundana do padre deixava seus superiores irascíveis diante de um religioso imbricado nos altos escalões da política, da cultura e da intelectualidade paulistana, partícipe e organizador de eventos.

A despeito de Frei Benevenuto ter solicitado sua exoneração da comissão em janeiro de 1954, ele estava completamente envolvido nas celebrações do aniversário da cidade, ocorridas ao longo daquele ano. Havia mostras que promoviam a indústria paulista, exposições nacionais e internacionais de órgão públicos, de firmas de arquitetura, até exibições de caráter artístico, a exemplo da “[...] II Bienal de Arte de São Paulo, inaugurada em [dezembro de] 1953 e prorrogada até [fevereiro] de 1954 para alcançar o ano das comemorações, [e] teve grande repercussão”⁴⁴. A Comissão do IV Centenário patrocinou a realização da II Bienal, que em seu Catálogo Geral⁴⁵ informa que a presidência de honra do evento era composta por Getúlio Dorneles Vargas (Presidente da República), Vicente Ráo (Ministro das Relações Exteriores), Oswaldo Aranha (Ministro da Fazenda), Antonio Balbino (Ministro da Educação e da Saúde

⁴³ Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Frei Benevenuto de Santa Cruz.

⁴⁴ ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento., *op. cit.*, 2015, p. 79.

⁴⁵ Consultado no Arquivo Bienal. Fundo da Fundação Bienal de São Paulo.

Pública), Lucas Nogueira Garcez (Governador do estado de São Paulo) e Jânio Quadros (Prefeito do município de São Paulo). A comissão artística era composta por pessoas como Carlos Pinto Alves, Lourival Gomes Machado, Mário Pedrosa, Tarsila do Amaral, Sérgio Milliet, Flávio de Carvalho, entre outras. Já a diretoria executiva era presidida por Francisco Matarazzo Sobrinho, a diretoria artística por Sérgio Milliet, a diretoria técnica por Wolfgang Pfeiffer, a administração era Biogio Motta e o conselho de administração era composto por dezesseis membros, dentre os quais destacamos Carlos Pinto Alves, Sérgio Buarque de Holanda e Frei Benevenuto de Santa Cruz.

Somente pelos nomes figurados no Catálogo Geral é possível ter uma noção da importância da II Bienal no conjunto das comemorações do aniversário da cidade. Realizada no Parque do Ibirapuera, a exposição inaugurou dois pavilhões projetados por Niemeyer, os antigos Palácio dos Estados (hoje Pavilhão das Culturas Brasileiras) e Palácios das Nações (hoje Museu Afro Brasil), e tornou-se “a mais lembrada entre todas as Bienais, [...] conhecida como ‘Bienal da Guernica’, referenciando a mais famosa obra de Pablo Picasso, de 1937, [expondo] quase o dobro de obras em relação à edição anterior”⁴⁶ e envolvendo a participação de 712 artistas nacionais e estrangeiros.

Infelizmente não encontramos outros vestígios da participação de Frei Benevenuto na mais afamada das bienais de São Paulo. Porém não é irrelevante que seu nome figure ao lado de outros personagens de prestígio da intelectualidade e da cultura brasileira. Diga-se de passagem, todas as atividades que ele presenciou na condição de participante ou realizador corroboram mais do que sua inclinação para as tarefas culturais, elas alcançam a esfera das relações institucionais com o MAM e das interpessoais com Francisco Matarazzo Sobrinho, mecenas que deixou um inegável legado cultural para São Paulo, a despeito de ter imposto sua perspectiva urbana e sociocultural para a metrópole.

*Exemplo de tenacidade a serviço da cultura*⁴⁷ é o título do depoimento prestado por Santa Cruz em 17 de julho de 1976, no qual deixou patente seu reconhecimento e relacionamento com Cicillo. Logo no início do primeiro parágrafo o depoente ressaltou que era uma alegria para ele dizer sobre a vida prestante de alguém que ele conhecia desde 1947. Realçou, em seguida, que ele foi testemunha do surgimento do MAM, fundado e financiado por iniciativa de Matarazzo. De acordo com as palavras do depoente, “[...] todos sabem qual foi a participação dessa entidade nas atividades culturais dos anos 50, os benefícios que prestou aos artistas e

⁴⁶ 2ª BIENAL de São Paulo. Bienal. Disponível em: <http://www.bienal.org.br/exposicoes/2bienal>. Acesso em: 01 out. 2020.

⁴⁷ Documento disponível no Arquivo Bienal. Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho.

apreciadores da arte que aqui encontravam pela primeira vez [...] um acervo organizado de arte moderna, acessível à visitação pública [...]”⁴⁸, possibilitando o contato da população com as obras de prestigiosos artistas. Depois Santa Cruz falou sobre “[...] as fantásticas bienais de artes plásticas [...]”, fomentadas pelo mecenas e que ainda continuavam a cumprir um papel essencial nas artes nacionais e internacionais. Mais adiante, ele descreveu o papel de Ciccillo para a realização do IV Centenário: “[...] como Membro da Comissão do IV Centenário, presidida por Francisco Matarazzo Sobrinho, pude ver mais de perto sua abnegação, o seu apego à cultura, o seu dinamismo, o seu entusiasmo e a sua grande capacidade de realização”⁴⁹.

Desse depoimento podemos extrair algumas observações dos laços que Santa Cruz foi construindo não apenas com o destacado membro do mecenato cultural paulistano, mas também com a cidade de São Paulo. As atividades do religioso nessa época reforçam ainda mais a força dos anos 1950 e do IV Centenário para a sua atuação como agente cultural e livreiro-editor ligado a um estabelecimento que amplificou seu espaço de atuação para além da Economia e Humanismo. Ele foi um sujeito ativo em uma metrópole que alimentava e retroalimentava as infinitas linguagens que estavam presentes no tecido cultural. Foi nos anos 1950 que os projetos modernizadores ganharam corpo, que o ideário do progresso cultural, científico e tecnológico, conquistou corações, mentes e se enraizou na cidade: “[...] é notável que neste movimento não faltaram os cientistas, que empreenderam uma verdadeira cruzada pela criação de instituição sólidas, cujo exemplo maior é a Universidade de São Paulo e seu desdobramento principal, a criação da Fapesp”⁵⁰, instituição concebida quando Caio Prado Jr. era deputado estadual e apresentou o projeto de criação da Fundação Paulista de Pesquisas Científicas, sancionada pelo governador Carvalho Pinto apenas em 1960.

Ainda na condição de dominicano, Benevenuto era um dos “[...] produtores dos mais diversos campos da cultura [que se] empenharam na promoção dos eventos: ora como dirigentes, muitas vezes como colaboradores diretos, por vezes como personalidades de apoio”, tecendo, assim, “uma relação solidária entre os organizadores e as mais diferentes expressões do mundo cultural”⁵¹. Ciccillo foi uma das personalidades que soube arregimentar ao seu redor distintos dirigentes das esferas artísticas, intelectuais, religiosas e públicas, motivo pelo qual muitos desses dirigentes eram gratos ao mecenato cultural desempenhado pelo industrial. Nesse ambiente de modernização do tecido cultural da metrópole, o religioso foi contemporâneo à

⁴⁸ Ibid., p. 1.

⁴⁹ Ibid., p. 2.

⁵⁰ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento., *op. cit.*, 2015, p. 84.

⁵¹ Ibid., p. 88.

criação de todas as instituições atuantes no campo da ciência e da cultura, cujas intenções eram vocacionadas ao diálogo com as correntes internacionais, a exemplo do interesse da ELSP e da USP pela Economia e Humanismo, ou do MAM pela arte religiosa francesa.

Também conseguimos identificar as veredas do livreiro-editor na metrópole dos anos 1950 por meio da entrevista que Antonio Carlos Vilaça concedeu ao *O Estado de S. Paulo* em 1988⁵², mais uma vestígio que comprova a aura religiosa, intelectual e artística em torno do frade. Vilaça ingressou primeiro na ordem beneditina, depois na congregação dominicana e por fim decidiu abandonar a vida religiosa porque não se encaixou àquele período de apostolado militante enraizado em muitos padres. Embora o entrevistado tenha se tornado um importante escritor brasileiro, ele disse que o fato de ter aposentado a batina não implicou em perder a fé. Ele confidenciou que os anos de vivência conventual permitiram-lhe amadurecer pessoal e intelectualmente, relatando que no Convento Santo Alberto Magno era possível ler “[...] as Memórias de Churchill, o que era inusitado para um ambiente tipicamente religioso dos anos 50. Havia no ar uma abertura para a esquerda que se concretizou anos mais tarde. Fascínio que se encarnava, aliás, na figura de Frei Benevenuto de Santa Cruz [...]”⁵³, apresentando-o como discípulo de Lebret no Brasil, o padre francês que, segundo o entrevistado, foi um personagem relevante na história moderna da Igreja.

Partindo das considerações de Vilaça e de todas as atuações do jovem dominicano, testemunha ocular desses indelévels acontecimentos e clivagens experimentados no âmbito da Igreja Católica e da cultura disseminada na metrópole, chegamos à fundação da Livraria Duas Cidades. Ao reconstruirmos a formação pessoal e religiosa de Frei Benevenuto, identificamos as múltiplas circunstâncias que forjaram o livreiro-editor dominicano, que vai de suas raízes nordestinas, de seu ingresso na congregação dos pregadores, dos estudos na França e da mudança para São Paulo, passando pela residência no convento das Perdizes, pelo estágio na sede de EH, pela amizade e trabalho com o padre Lebret e a SAGMACS, até a formação do Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e das Edições SAL, incluindo as atividades concretizadas no MAM e a rede de relações que ele foi edificando entre meados dos anos 1940 e 1950. Esses elementos o levaram a conceber, em 1954, aos 36 anos de idade, um projeto político e cultural de fundação de uma livraria e editora no centro de São Paulo, onde havia uma profusão de linguagens culturais reverberadas no meio do século passado.

⁵² VILAÇA, Antonio Carlos. A fé o diálogo como transcendência. *O Estado de S. Paulo*, ano VII, n. 428, 1 out. 1988. Cultura, p. 1-3.

⁵³ *Ibid.*, p. 2.

Fundação da Livraria Duas Cidades

A simples leitura da documentação disponível sobre a fundação da Livraria Duas Cidades pode sugerir que a criação da empresa decorreu de questões eminentemente jurídicas e burocráticas. Mas se ultrapassarmos a mera leitura desses documentos e escarafuncharmos a relação entre eles e o itinerário construído pelo frade no universo da intelectualidade e da cultura religiosa e secular, concluímos que o surgimento do empreendimento extrapolou os impasses burocráticos e alcançou as ações de um padre intimamente vinculado à disseminação da leitura, da cultura e do pensamento de um catolicismo aberto ao profano. Até aqui procuramos apresentar e analisar as principais condicionantes da formação intelectual e religiosa de Frei Benevenuto, circunscrevemos seu campo de atuação e suas vinculações com a ala progressista dos dominicanos franceses e brasileiros. Também descrevemos as teias de relacionamento que ele foi costurando com políticos, artistas, mecenas, industriais e juventude católica, muito dos quais pertenciam à elite paulistana e brasileira, conquistaram projeção nacional no decorrer dos anos e estavam enraizados na dinâmica cultural da metrópole brasileira.

Sem estudar essas condicionantes não conseguiríamos compreender as razões que levaram à criação da livraria e editora, os atos constitutivos de edificação da empresa, o quadro societário e os primeiros anos de funcionamento do estabelecimento concebido por Santa Cruz. O que o motivava a coordenar a empresa, como ele percebia a atuação livreira e a dinâmica editorial, e qual era seu ponto de vista sobre o posicionamento da Ordem Dominicana na concepção da empresa são algumas das indagações que perfilam e orientam a escrita desta parte da tese. O embrião identitário da Duas Cidades permaneceu até suas bodas de ouro. Os primeiros anos da empresa foram o período em que a alma da casa é elaborada em bases sólidas, o que permitiu sua cinquentenária existência superando os altos e baixos da política e da economia nacional, enfrentando as peias impostas por setores da Ordem, da Igreja e do crescimento urbano de São Paulo. E essa longa duração somente foi possível porque Santa Cruz traçou um plano coerente com suas ideais e com o pensamento vocalizado por parcelas expressivas do catolicismo e do laicato brasileiro.

Antes de investigarmos a fundação da livraria e editora, situamos a sua constituição no panorama político, socioeconômico, editorial e católico brasileiro da segunda metade dos anos 1950. Partimos desse cenário para depois traçarmos a participação do catolicismo no segmento cultural, a fim de analisarmos alguns pressupostos teóricos da história do livro que nos auxiliem a investigar o projeto de instituição da casa cultural pensada e dirigida por Santa Cruz.

A eleição presidencial que precedeu o redemoinho político provocado com o suicídio de Getúlio Vargas foi vencida por um político bem-aventurado na carreira política. Juscelino Kubitschek, popularmente conhecido como JK, pavimentou seu terreno político no PSD de Minas Gerais e ocupou quase todos os cargos eletivos antes de se tornar presidente. Foi deputado federal por duas vezes, prefeito de Belo Horizonte e governador do Estado mineiro até chegar à Presidência da República, quando disputou a eleição contra Juarez Távora (PDC), UDN e outros segmentos da direita. JK costurou a chapa PSD e PTB, cuja força nacional e a defesa do getulismo o emplacou como presidente e João Goulart como vice-presidente⁵⁴ do mandato que transcorreria entre 31 de janeiro de 1956 e 31 de janeiro de 1961. Mas as tramas para impedir a posse da chapa vencedora vinham da UDN, dos militares, de alguns ministros do poder executivo e de Café Filho, que assumiu o governo após a morte de Vargas⁵⁵. Os golpistas, porém, não contavam com o lancinante contragolpe aplicado pelo general legalista Teixeira Lott, Ministro de Guerra que articulou o movimento posteriormente conhecido como Novembrada. A reação coordenada por Lott foi fundamental para garantir a posse dos eleitos pelo voto direto, mas ela não impediu a constante presença das Forças Armadas no tabuleiro político, comprovando o grave equívoco das agremiações partidárias, as quais permitiram, endossaram e até estimularam a participação e a interferência dos militares no regime democrático brasileiro, alçando-os a protagonistas da cena pública e tornando-os um dos principais artífices do golpe que deflagrou 21 anos de ditadura civil-militar.

O perfil agregador e carismático de Juscelino atraía distintas correntes. Mas foi por meio do Plano de Metas que ele obteve sucesso ao unir diferentes setores da sociedade, os quais “[...] aceitaram se unir em torno de um grande projeto de planejamento econômico capaz de resumir as principais linhas de sua administração. [...] Foi o primeiro e o mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao país”⁵⁶. Não era apenas o lema do programa, “cinquenta anos em cinco”, que fez um sucesso estrondoso, a estratégia por trás desse projeto incumbiu ao Estado a realização de um vigoroso plano de desenvolvimento econômico, cujo enfoque estaria no avanço do processo de industrialização, principalmente das indústrias responsáveis pelo setor de produção de bens duráveis, o que resultou na mudança dos hábitos da população ao disseminarem inúmeros produtos no mercado de consumo.

A promoção do desenvolvimento por meio de reformas estruturais a superarem o subdesenvolvimento, aliado ao entendimento de que as mudanças envolveriam o engajamento

⁵⁴ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M., *op. cit.*, 2018, p. 412.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 413.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 415.

e a participação do povo, eram algumas das premissas trabalhadas pelos técnicos do governo e intelectuais brasileiros. Essas matrizes de pensamento não estavam restritas ao âmbito tecnocrata, intelectual e universitário, os ventos progressistas da administração JK também estimularam o campo da cultura, da estética à produção artística⁵⁷.

Em que pese o fato de a aliança PSD-PTB ter gerado resultados positivos tanto na defesa do legado getulista quanto na mediação das relações entre sindicalismo e governo – evitando, assim, a instabilidade política que pairava a administração JK –, o destemido Plano de Metas não enfrentou o maior obstáculo brasileiro – as iniquidades sociais. Ao incentivar um crescimento financiado pelo capital estrangeiro e por concessões econômicas e fiscais, houve um aumento abrupto da inflação⁵⁸ e do clientelismo como forma de ter o apoio necessário para aprovar as pautas de seu governo no Congresso Nacional. Juscelino também evitou o problema do latifúndio num período em que a maioria da população brasileira vivia no campo. A opção do governo pela industrialização foi uma das razões que levaram ao crescimento do fluxo migratório para as cidades, à mudança da configuração territorial do país e à intensificação das lutas por direitos e terra. Como dissemos no primeiro capítulo, a ala progressista da Igreja Católica defendeu o governo JK e colocou em prática uma série de projetos compatíveis com um país moderno e engajado socialmente, mas outra parcela do clero ficou incomodada com a inserção dos comunistas nos meios rurais, os quais estimulavam os trabalhadores a criarem sindicatos e a participarem do Movimento de Educação de Base.

No tocante ao universo livreiro e editorial, os governos da alcunhada República “Populista” (1945-1964) significaram uma fase próspera para as editoras progressistas⁵⁹. As casas Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, Brasiliense, de Caio Prado Jr., ou até mesmo a modesta Tempo Brasileiro, de Eduardo Portella, são alguns dos selos que difundiram o pensamento nacionalista de esquerda⁶⁰ e auxiliariam na institucionalização da atividade editorial. A Zahar Editores foi outra casa que não tinha uma marca definitivamente de esquerda, mas que se consolidou como uma editora progressista. Fundada, em 1957, por Jorge Zahar, que iniciou a sua trajetória profissional na rede de livrarias LER e criou sua editora “[...] especializada em ciências sociais, a que acrescentou arte, filosofia, psicologia, antropologia, história, linguística e comunicações. [...] Em 1963, a Zahar publicava cerca de quarenta títulos por ano e, em 1980, esse número chegara a 140: oitenta livros novos e sessenta reedições”⁶¹.

⁵⁷ Ibid., p. 418-421.

⁵⁸ Ibid., p. 422-423.

⁵⁹ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 593.

⁶⁰ Ibid., p. 594.

⁶¹ Ibid., p. 595.

A atividade editorial foi beneficiada com o momento auspicioso proporcionado pelo governo JK, período em que houve um índice de crescimento econômico de sete a oito por cento ao ano e triplicou a produção de livros. Se em 1955 foram impressos 21.393,861 exemplares, em 1962 foram impressos 66.559,000 exemplares⁶². “[...] Não havia, porém, um grande número de novas casas editoras. Em São Paulo, foi fundada a Duas Cidades, pequena editora dedicada à sociologia, religião, literatura e arte”⁶³, e no Rio de Janeiro foram criadas algumas editoras dirigidas ao público em geral, a Exemplo da Expressão e Cultura, voltada aos livros infantis e de arte e da J. Ozon, direcionada aos didáticos. As casas erigidas nesses anos diversificaram a atividade editorial brasileira, embora a baixa quantidade de selos abertos “[...] pode ter sido causada pelo efeito inibidor de uma taxa inflacionária em rápida ascensão. Já durante 1958, os custos de impressão haviam subido 30%. Sem dúvida, essa inflação foi deflagrada pela política expansionista de Kubitscheck [...]”⁶⁴. Nas próximas etapas deste capítulo iremos verificar como os dois governos sucessores de Juscelino não conseguiram proporcionar uma estabilidade política e econômica, o que gerou uma série de conflitos sociais e interferiram no crescimento da indústria editorial.

O decênio de 1950 também amplificou a propagação da palavra da Igreja principalmente na imprensa e no rádio, embora também tenham trabalhado no mundo livreiro e editorial. “Sob a influência marcante do pensamento aristotélico-tomista, os clérigos julgavam que a conversão para a fé e a fidelidade aos seus preceitos era resultado de uma tarefa de convencimento intelectual”⁶⁵. Assim, os sacerdotes católicos apostavam na imprensa, no rádio, no livro ou em outros tipos de impresso como meios de irradiação da palavra e do pensamento cristão. Enquanto as rádios católicas⁶⁶ multiplicaram-se nos anos 1950, a imprensa religiosa foi crescendo no território nacional ao longo do século XX, criando livrarias e editoras católicas, publicando boletins e revista. Porém, boa parte dessa imprensa era fortemente difundida nas famílias que frequentavam as paróquias, associações religiosas ou tinham alguma relação com os colégios católicos, lugares onde recebiam ou podiam comprar milhares de folhetos, revistas e livros que expressavam ensinamentos religiosos dogmáticos e morais.

Por outro lado, a imprensa católica da primeira metade do século passado sofria com a falta de recursos financeiros e materiais para dar vazão às suas publicações, assim como tinha

⁶² Os dados podem ser consultados na “Tabela 22. O comércio do livro no Estado Novo e na República ‘Populista’”. Ibid., p. 885-886.

⁶³ Ibid., p. 600.

⁶⁴ Ibid., p. 600.

⁶⁵ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der., *op. cit.*, 2008, p 443.

⁶⁶ Ibid., p. 462-463.

menor expressão nos grandes centros urbanos, onde as elites ou camadas médias eram mais resistentes às publicações católicas por serem influenciadas por um pensamento liberal e positivista. As limitações da imprensa católica ultrapassavam as questões materiais e atingiam apenas o público fiel e convicto das ideias cristãs, uma imprensa que não buscava criar canais de diálogo com outras vertentes religiosas ou culturais⁶⁷. Assim, se os boletins ou as folhas paroquiais⁶⁸ tinham o intuito de auxiliar na formação de quadros da Igreja, algumas das revistas⁶⁹ de cultura católica, como a *Vozes* e *A Ordem*, tinham uma orientação conversadora nos anos 1920 e 1930. Esse panorama mudou a partir da década de 1940, quando passaram a defender a democracia e os pressupostos progressistas. Aliás, já afirmamos neste trabalho que Alceu Amoroso Lima foi um dos grandes responsáveis do laicato católico por iniciar a abertura da Igreja para um horizonte progressista, ainda que o ápice desse movimento do catolicismo para um conjunto de preceitos democráticos, ecumênicos e sociais ocorreu durante o Concílio Vaticano II⁷⁰, que transcorreu entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965.

Também foi na primeira metade do Século XX que as primeiras livrarias católicas⁷¹ funcionaram precariamente, com sérias dificuldades na distribuição de livros no território nacional. Dentre as congregações religiosas presentes no Brasil, os franciscanos lideraram esse setor tanto na parte editorial quanto livreira, fundando algumas livrarias em diversas capitais do país. Já os salesianos instituíram suas livrarias precipuamente para a venda das edições destinadas aos alunos dos colégios salesianos, onde construía as lojas próximas às suas escolas, como ocorreu em Niterói e em São Paulo. Na medida em que não se vendia muitos livros e outros tipos de publicações nas livrarias religiosas, muitas congregações utilizavam suas lojas para vender outros artefatos cristãos. Embora essas características pudessem ser facilmente replicadas para as livrarias de quase todas as ordenações, “[...] os dominicanos fundaram em São Paulo a livraria Duas Cidades para a difusão de um pensamento cultural mais aberto: ‘Colaboraria tanto para a aquisição como para a divulgação de obras específicas e inacessíveis no mercado nacional’, [assim] escreve Oscar Lustosa”⁷².

Quando Frei Benevenuto datilografou a carta⁷³ destinada ao vigário provincial, Sébastian Tauzin, em 28 de dezembro de 1954, explicando as razões de criação do estabelecimento, ele já tinha protocolado o instrumento particular de constituição da Livraria Duas Cidades no dia

⁶⁷ Ibid., p. 449.

⁶⁸ Ibid., p. 453.

⁶⁹ Ibid., p. 454-455.

⁷⁰ Ibid., p. 458. Ainda neste capítulo falaremos um pouco mais sobre o Concílio Vaticano II.

⁷¹ Ibid., p. 459.

⁷² Ibid., p. 460.

⁷³ Disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

16 de dezembro⁷⁴. Embora essa atitude possa parecer um detalhe irrelevante, a Ordem Dominicana não permite que os sacerdotes tenham bens em seu nome, assim como seus dons pessoais são doados para a vida religiosa e seus atos devem seguir as leis da congregação. Mesmo diante dessas determinações, Santa Cruz fundou a empresa incluindo seu nome civil como um dos sócios, o que era proibido sem o consentimento de seus superiores. Em outras correspondências mencionadas anteriormente, o frade anunciara sua intenção de fundar um estabelecimento que ele pudesse dar continuidade aos trabalhos que vinha fazendo no Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e nas tentativas editoriais sucedidas na SAL.

Na epístola do dia 28 de dezembro de 1954, o religioso escreveu ao vigário da província dominicana diretamente do Rio de Janeiro, onde ele passou a residir depois de ter sido transferido do convento das Perdizes para o convento do Leme. Ainda que Sébastian Tauzin também morasse na clausura fluminense, Frei Benevenuto apresentou seus argumentos por escrito e expôs ao destinatário que as instituições bancárias promoveram mudanças jurídicas e econômicas, dificultando a importação de revistas e livros em nome de pessoa física. Diante do impasse, o remente optou instituir a pessoa jurídica e manter comercialização de revistas que já era realizada pelo Centro. Explicou, em seguida, que o Banco do Brasil recusava o pagamento das faturas das importações porque a atividade comercial não era feita por uma sociedade comercial registrada, declarando que a política cambial adotada pelo governo Café Filho vinha impedindo essas transações por particulares. Ele disse que tratou desse tema com o “[...] Diretor de Fiscalização Bancária em S. Paulo no dia 17 de dezembro último, quando [este] declarou-me que não somente eu não pagaria mais nenhuma das faturas de livros e revistas no entanto já recebidos, como também nada pagar[ia] em 1955 se continuasse [...]”⁷⁵ a importar por meio particular. Segundo o diretor do banco, o prazo-limite para definir a quota cambial de 1955 se encerraria no dia 18 dezembro, “[...] quando ele iria receber a lista oficial dos pedidos de quotas, enviadas pela Câmara Brasileira do Livro[(CBL)], que é o Sindicato dos Livreiros”⁷⁶.

Frei Benevenuto inscreveu a sociedade comercial na CBL naquela tarde em que conversara com o representante bancário. No dia seguinte, ele mencionou a Tauzin que registrou o estabelecimento na JUCESP e na FIBAN. Como o prior de São de Paulo estava ausente no momento da inscrição, Benevenuto assumiu a reponsabilidade de fundar o estabelecimento baseado na conversa que eles tiveram. Por esse motivo, o frade argumentou que não tinha tempo hábil para obter a autorização ou procuração de algum representante

⁷⁴ No arquivo da JUCESP consta a data de constituição da empresa em 16 de dezembro de 1954.

⁷⁵ Disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades. p. 2.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 2.

jurídico da Ordem, razão pela qual escrevia a carta para explicar detalhadamente como se deu o processo de regularização da empresa. Não ficamos convencidos com os argumentos apresentados pelo frade ao seu superior. Notamos que há divergência temporal quando cruzamos a data de constituição da JUCESP com a carta enviada a Tauzin, o que nos leva a crer que Benevenuto provavelmente tenha mentido para o prior com o objetivo de evitar represálias.

Foi por meio de explicações pouco convincentes que ele fundou a Livraria Duas Cidades em seu nome pessoal e de mais três sócios. O estabelecimento foi registrado como uma sociedade de responsabilidade limitada às quotas do capital social da empresa, que no momento da abertura foi de Cr\$ 200.000,00, divididos em quotas de Cr\$ 25.000,00. Desse montante, Santa Cruz tinha 5 quotas (Cr\$ 125.000,00), “[...] quantia [que] corresponde ao capital apurado com a liquidação do Centro: parte em dinheiro, parte em móveis e parte em estoque de livros e revistas. É supérfluo acrescentar que esta quantia pertence, de fato e de direito, à Ordem e que apenas está em meu nome pela circunstância já aludida”⁷⁷. Explicitou que a partir de então a livraria comercializaria os livros e revistas de EH, motivo pelo qual a SAGMACS cedia uma de suas salas, com telefone, para o estabelecimento criado. “[...] Ficarão encarregados do trabalho da Livraria em São Paulo, Maurílio Laterza⁷⁸, Luiza Maria Bandeira de Mello (secretária da Sagsmacs)⁷⁹ e Ana Maria Rappa (a secretária do Congresso Internacional de Economia Humana)⁸⁰, que entraram como sócios”⁸¹, com uma quota de Cr\$ 25.000,00 cada. Para ele, a sociedade era uma garantia de que todos iriam levar a sério as tarefas a serem realizadas pela livraria, o que era ainda mais importante diante de sua ausência de São Paulo.

⁷⁷ Ibid., p. 3.

⁷⁸ Conseguimos coletar informações esparsas sobre a biografia de Maurílio Laterza, de modo que não descobrimos o ano de seu nascimento e morte. Pelos vestígios encontrados, Maurílio era mineiro, provavelmente nascido em Uberaba, e no início da juventude foi para São Paulo cursar Engenharia na Politécnica da USP, período que se envolveu com a Sagsmacs, o grupo de EH e decidiu ingressar como sócio da Livraria Duas Cidades. Nos anos 1950, ele participou do movimento estudantil universitário, foi membro de uma chapa de esquerda que disputava a UEE-SP, ocasião em que se aproximou de Rubens Paiva, então deputado federal que o levou para as fileiras do PSB nos anos 1960, decênio que Maurílio se tornou docente e membro do conselho universitário da USP.

⁷⁹ Para além de ter sido secretária da SAGMACS e sócia da Livraria Duas Cidades, não encontramos praticamente nenhuma informação sobre Luiza Maria Bandeira de Mello, com exceção de um registro presente nas alterações de contrato da JUCESP, o qual inclui em seu nome o sobrenome Laterza a partir de 23 de novembro de 1957, quando ela provavelmente se casou com Maurílio.

⁸⁰ Ana Maria Rappa Sad nasceu na capital paulista em 1931 e atualmente reside no bairro Higienópolis. Na juventude foi aluna de Moussia Pinto Alves, mas veio a exercer o ofício de escultora a partir dos anos 1980. Antes, porém, foi secretária do I Congresso Internacional de EH no mesmo ano que se tornou sócia da Duas Cidades desde a fundação até o ano 2000, segundo informação consultada nas fontes da JUCESP. Em conversas aleatórias com Maria Antonia, a herdeira da casa nos disse que após a morte de Santa Cruz, Antonio Candido intermediou a saída de Ana Maria da sociedade e quitou a quantia que lhe era devida. Para mais informações, consultar: ANA Maria Rappa Sad. Biografia. Disponível em: <https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Ana%20Sad%20-%20Ana%20Maria%20Rappa%20Sad/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁸¹ Disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades, *op. cit.*, p. 3.

O frade encaminhou para o fim da carta dizendo que ele seria remunerado por seu trabalho na livraria, o que lhe permitiria contribuir com a Ordem Dominicana. Expôs que o contrato estabeleceu ampla abrangência de comercialização para a Livraria Duas Cidades Ltda., a qual poderia realizar todos os atos que diziam respeito ao ramo livreiro e editorial. E encerrou a missiva expressando que ali estavam os motivos que o impeliram a criar a casa, ciente de que a orientação dela estariam sob sua responsabilidade, ressaltando que o estabelecimento continuaria o trabalho iniciado em 1947, quando começou a irradiar um pensamento católico que arejava as reflexões do laicato católico que se interessava pelas obras e revistas importadas.

Parece-nos um tanto quanto ingênuo acreditar na literalidade dos motivos expressos na carta que ele escreveu ao superior dos dominicanos. O fato de o religioso ter fundado a livraria e editora sem a anuência prévia da Ordem não nos parece que foi apenas motivada pelos novos requisitos legais para importação de livros e revistas. As tentativas anteriores de Santa Cruz fundar uma editora e seus embates com a hierarquia eclesiástica católica são evidências que nos permitem afirmar que o livreiro-editor aproveitou as mudanças ocorridas no sistema de importação e a quantia monetária disponível no centro de difusão de revistas para criar um empreendimento que ele vinha almejando pelo menos desde o momento que ingressou no movimento EH e expressou o desejo de espalhar um pensamento produzido por pensadores católicos progressistas. Essas circunstâncias sinalizam o projeto político e cultural do religioso para o universo livreiro e editorial e a compreensão que ele tinha da necessidade de revender obras e publicações que pudessem promover uma Igreja Católica progressista e aberta às questões que ultrapassavam a cidade de Deus e afligiam as pessoas na cidade dos homens. As incursões de Benevenuto pelo mundo do livro francês corroboram a nossa hipótese de que ele pretendia promover seu apostolado por intermédio da venda de livros e revistas, e da realização de conferências, reuniões e cursos que disseminassem as ideias de religiosos e leigos católicos que dialogavam com outras religiões e refletiam sobre as iniquidades e os dramas humanos.

Ao analisarmos o instrumento particular⁸² de constituição da Livraria Duas Cidades em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, chegamos à conclusão de que o objeto da empresa era nada menos que a junção da experiência de Santa Cruz no Centro e nas Edições SAL. Após mencionar que a sociedade teria sede e foro na capital do estado de São Paulo, o documento previu que a empresa poderia comercializar objetos relativos: a) a todas as modalidades do comércio “[...] de livros impressos, revistas, jornais, estampas, gravuras, e outros artigos ligados ao ramo da livraria; b) edição de livros impressos, revistas e jornais; c)

⁸² Documento disponível no Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

importação e exportação de livros impressos, revistas e jornais; d) [...] assinaturas de revistas e jornais nacionais e estrangeiros”⁸³. A cláusula IV determinou que o sócio José Petronilo de Santa Cruz seria o responsável por gerenciar o estabelecimento, com plenos poderes para representar a sociedade perante terceiros e para praticar todos os atos de administração da empresa. O parágrafo segundo dessa cláusula definiu que “[...] será de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), o ordenado mensal do Gerente”⁸⁴, e o parágrafo seguinte estabeleceu que o administrador não poderia realizar atos estranhos à atividade fim da sociedade comercial. O documento estabelecia que o diretor era obrigado a apresentar os balancetes e os movimentos realizados na empresa de forma verbal ou escrita, assim como poderia conceder a outro sócio a possibilidade de utilizar a firma social e outros poderes de direção por intermédio de procuração ou mandato⁸⁵. Em seguida, o contrato estipulou o capital social de Cr\$ 200.000,00 e suas respectivas divisões entre os sócios José Petronilo de Santa Cruz, Ana Maria Rappa, Maurílio Laterza e Luiza Maria Bandeira de Mello, como também definiu a obrigatoriedade de a empresa realizar um inventário anualmente, informando os ativos e passivos do estabelecimento e a percentagem atualizada das quotas sociais dos associados. Antes de definir o que aconteceria com a sociedade em caso de falecimento de um sócio, o instrumento previu a saída de associados definindo que estes deveriam receber ou compartilhar os lucros ou prejuízos, limitado à quantia pré-estabelecida em seus respectivos capitais sociais. Os quatro sócios e as duas testemunhas (uma delas era Frei João Baptista Pereira dos Santos) assinaram o instrumento de constituição da firma comercial no dia 16 de dezembro de 1954.

Daí em diante Santa Cruz passou a informar o vigário provincial com regularidade. Em 18 de outubro de 1955, ele enviou uma breve descrição da “Situação da Ordem na constituição da Livraria Duas Cidades Ltda.”⁸⁶, notificando Tazuin das modificações realizadas no dia 2 de maio daquele ano, quando o registro do capital da sociedade foi para Cr\$ 210.000,00 e a quantia da congregação dominicana (Cr\$ 105.000,00), ainda em nome de Frei Benevenuto, estava dividida entre móveis, utensílios, estoque de livros e revistas, e Cr\$ 35.243,80 em dinheiro.

Em dia 16 de abril de 1956, o frade enviou outra carta⁸⁷ a Sébastien Tazuin, que estava prestes a deixar a chefia dos dominicanos e seria substituído por Frei Mateus Rocha em 20 de maio daquele ano, dia em que ocorreu o capítulo da Província de São Tomás de Aquino⁸⁸. Frei

⁸³ Ibid., p. 1.

⁸⁴ Ibid., p. 2.

⁸⁵ Ibid., p. 3.

⁸⁶ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

⁸⁷ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

⁸⁸ MEMÓRIA DOMINICANA, *op. cit.*, n. 21, p. 37.

Benevenuto trabalhava em Curitiba quando redigiu a missiva e talvez tenha decidido enviá-la porque ele notava o desconforto de seus superiores em relação à criação do empreendimento, de modo que a carta era uma iniciativa o para ele descrever os negócios relativos à Duas Cidades e apresentar os sete pontos que deveriam ser considerados pela Ordem. Dentre todos os itens abordados pelo religioso, destacamos os mais relevantes para compreendermos o contexto de fundação da empresa e seu posicionamento perante os temas mais delicados.

Frei Benevenuto pediu a Tauzin para manifestar aos participantes da reunião que todos os atos atinentes à livraria eram periodicamente informados ao vigário da congregação, que sempre o encorajou a prosseguir com o trabalho nesse setor cultural. Um pouco mais adiante, Santa Cruz defendeu a entrada de sócios na empresa afirmando que a medida era relevante no plano cultural e financeiro, forçando os associados a se sentirem responsáveis pelo crescimento de uma empresa que estava em fase consolidação, assim como garantiriam a condução das atividades da livraria apenas com sua orientação dada à distância, com breves passagens pela capital paulista. O remetente continuou a tratar do tema societário expondo que ele não via motivos para os sócios renunciarem o capital investido na empresa e desistirem dessa forma de apostolado, que em sua opinião era fundamental para o panorama religioso brasileiro, argumentando que seria importante a Ordem aperfeiçoar e ampliar seu trabalho nesse setor por meio da definição de um plano de edições e da criação de filiais da livraria em outras cidades.

Caso os dominicanos tivessem pretensão de continuar a obra e não quisessem se desfazer do capital já empenhado na criação da sociedade comercial, Benevenuto afirmou que seria necessário modificar o contrato da empresa e transferir suas quotas para a Sociedade Impulsionadora da Instrução (SII) – pessoa jurídica pertencente à Ordem –, a qual designaria um procurador para tratar dos negócios relativos à livraria e editora. Depois o frade expôs sobre a orientação da empresa, argumentando que o meio mais eficiente de garantir a diretriz dominicana da Duas Cidades seria por meio da definição de um comitê composto de três religiosos (um dos quais seria o procurador da SII) definidos pelo vigário provincial. Competiria ao comitê conduzir o trabalho intelectual da livraria e editora sem se envolver nas prerrogativas administrativas do estabelecimento, as quais seriam realizadas pelo procurador definido pela Ordem através da SII. Por fim, Santa Cruz encerrou a longa missiva pedindo desculpas por ter escrito a carta à mão e expressando que esses seriam os pontos a serem examinados durante a reunião do capítulo provincial.

Parte das mudanças sugeridas pelo religioso somente foram levadas a cabo em 1957, quando houve um caloroso desentendimento entre Frei Mateus Rocha (então provincial dos dominicanos e diretor da SII) e Maurílio Laterza. Nos damos conta da discordância entre eles

por meio de duas cartas datilografadas que o vigário endereçou ao sócio da Duas Cidades em 1957, a primeira de 16 de fevereiro e a segunda de 22 de fevereiro. O curto intervalo entre as epístolas e o tom áspero na escrita do provincial são sinais de que as divergências não seriam facilmente sanadas. Mesmo diante de uma mensagem escrita à mão nas duas cartas, informando que elas não foram entregues ao destinatário, não é possível negar o teor e a provável sucessão dos fatos descritos, na medida em que Frei Mateus fez questão de mencionar que as escrevia para formalizar sua posição diante das duas conversas que eles tiveram pessoalmente.

Na epístola escrita em 16 de fevereiro⁸⁹, o padre iniciou afirmando que ele refletiu sobre as dificuldades apontadas por Maurílio a respeito do futuro da Duas Cidades, e declarou que manteria “[...] Frei Benevenuto de Santa Cruz como delegado da Província para tratar, em meu nome, de todos os assuntos que se referem à dita Livraria. Merecedor de minha inteira e irrestrita confiança, é a ele que você deve se dirigir para resolver os assuntos da Livraria”⁹⁰, ressaltando que o destinatário não deveria recorrer aos superiores da Ordem para discutir quaisquer assuntos da empresa. Frei Mateus prosseguiu discorrendo sobre a conversa que ele e Maurílio tiveram em janeiro daquele ano, ocasião em que o destinatário se referiu aos problemas da Duas Cidades, os quais ele respondia, por escrito, naquela carta. No tocante à “alteração do contrato social”, o remetente expressou ser favorável a uma mudança parcial do documento e aprovava a transferência das quotas de Luiza Bandeira de Mello Laterza para Maurílio, ao passo que as quotas de Frei Benevenuto seriam cedidas à SII e o capital da empresa seria acrescido mantendo as proporções entre os associados. Depois Frei Mateus tratou do “exercício da gerência da Sociedade”, declarando que manteria Frei Benevenuto na gerência do empreendimento. Quanto ao item de “admissão de novos sócios”, o provincial manifestou que “[...] não estaria de acordo com espírito da sociedade impedirmos a admissão de novos sócios. A expansão que a livraria, a meu ver, está exigindo, o recomenda e exige [...]”⁹¹. O remetente abordou outros problemas mencionados pelo destinatário e concluiu a carta expressando que essas eram suas orientações para a Livraria Duas Cidades.

Frei Mateus foi ainda mais incisivo na carta do dia 22 de fevereiro⁹². Diante das controvérsias novamente levantadas por Maurílio, ele disse que enviava a epístola para ratificar, por escrito, o juízo que ele anunciou pessoalmente ao destinatário no dia anterior. “[...] Esta decisão é que não é mais possível mantermos a sociedade, uma vez que foram quebradas

⁸⁹ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

⁹⁰ Ibid., p. 1.

⁹¹ Ibid., p. 2.

⁹² Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

a confiança mútua e a cordialidade imprescindíveis a qualquer associação”⁹³. O remetente prosseguiu dizendo que tinha confirmado e reafirmado sua decisão a Santa Cruz, mas para antecipar o desfecho do caso, ele ordenou a “[...] Frei Benevenuto – que continua merecedor de minha inteira e irrestrita confiança – [estudar] com você a melhor forma de resolvermos o assunto, mantendo nossos interesses recíprocos”⁹⁴. O padre concluiu a carta pedindo que Maurílio enviasse, por escrito, um relato das acusações que lhe foram pessoalmente dirigidas.

Essas correspondências reforçam a percepção de que a fundação da livraria e editora não ocorreu sem percalços, conflitos e adequações que foram colocadas em prática nos primeiros anos de existência da casa. As alterações mencionadas por Frei Mateus foram homologadas na JUCESP⁹⁵, em 23 de novembro de 1957, quando ocorreram algumas modificações no contrato da empresa⁹⁶, como a transferência da sede da Duas Cidades para o 7º andar do mesmo edifício onde já se encontravam, a permanência de Ana Maria e a saída de Maurílio e Luiza Laterza da sociedade, e a alienação das quotas de José Petronilo para a SII, então dirigida por José Rocha (nome civil de Frei Mateus), salientando que o diretor da SII ou seu representante legal exerceriam o cargo de gerente da sociedade comercial. Em 08 de novembro de 1957, José Rocha, Ana Maria Rappa, Maruílio Laterza, José Petronilo de Santa Cruz, Luiza Maria Bandeira de Mello Laterza e duas testemunhas (uma delas era Antônio Larazo de Almeida Prado⁹⁷) assinaram as alterações do contrato. Na íntegra da nota que Benevenuto endereçou a Frei Mateus, atestamos que a casa continuou a ser dirigida, pensada e planejada por Santa Cruz:

*São Paulo 25 de agosto de 1957*⁹⁸

Nota ao Revmo. Padre Provincial sobre a Livraria Duas Cidades

1. A Livraria Duas Cidades representa o fruto de uma experiência de sete anos, 1947-1954, no Centro de Difusão de Revistas Dominicanas.

Atualmente, apesar das conhecidas dificuldades surgidas com os antigos sócios que acarretaram pesados encargos financeiros provenientes da indenização paga aos mesmos, posso afirmar sem exagero que a Livraria está consolidada, com um grande número de amigos fregueses em todo o país e com um estoque muito importante de livros escolhidos.

⁹³ Ibid., p. 1.

⁹⁴ Ibid., p. 1.

⁹⁵ Documento disponível no acervo da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

⁹⁶ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades

⁹⁷ Antônio Larazo de Almeida Prado (1925-2020) era escritor, tradutor, jornalista e livre-docente em Língua e Literatura Italiana pela USP, onde foi professor entre 1953 e 1958, momento em que solicitou sua transferência para a Unesp, campus de Assis, e fundou o curso Letras desta universidade.

⁹⁸ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

É importante, porém, que pensemos em seu crescimento e sua expansão. Sobre esse problema desejo fazer as seguintes considerações que me parecem da maior importância:

- necessidade de criarmos, no momento e em condições oportunas, filiais no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre;

- necessidade de completar a atividade de importação de livros estrangeiros com atividade editorial;

- necessidade, para a Província, de encarar o problema da Livraria, como um setor importante do apostolado dominicano no Brasil.

2. As considerações acima partem de minha convicção profunda de que esse setor de apostolado é capital para a Província. Não somente é importante proporcionarmos aos leigos e clérigos de todo o país os melhores livros estrangeiros, como também parece-me um dever sério incentivarmos a cultura profana e religiosa brasileira com a atividade editorial. Por outro lado, o setor de edições da Livraria é, sem nenhuma contestação, o meio e o instrumento para incentivar a atividade intelectual dos dominicanos brasileiros, evitando de um lado uma fatal dispersão de esforços sem um órgão coordenador e de outro lado, proporcionando um rendimento apostólico maior e mais amplo e extenso, dado o pequeno número de nossos religiosos e a diversidade das tarefas a que são solicitados, sem que se possa tão cedo responder a todas essas tarefas e atingir todos os pontos do Brasil.

Todas essas considerações são fundamentadas na atual situação cultural brasileira. Mostram tanto a experiência da Livraria quanto os numerosos contatos e conversas que esse trabalho é inadiável, dada a sede que se nota em todos os setores e pontos do Brasil em aprofundar os problemas, o que já permite uma atividade editorial de obras de valor, sem risco ou aventura. Deve-se pensar, igualmente, que no momento os empreendimentos editoriais surgem de todos os lados, solicitando praticamente todas as pessoas competentes e qualificadas e a meu ver seria um erro estratégico e tático que a Ordem se omitisse na atual conjuntura, deixando passar a oportunidade de se organizar para essa tarefa, e não dando a seus religiosos a oportunidade de organizarem seu trabalho intelectual e apostólico dentro de um plano pensado e organizado.

3. Tiro dessas reflexões as seguintes conclusões:

- se a Livraria já está organizada e consolidada, ela não pode ser de modo algum atividade individual minha, por razões óbvias. É necessário que a Ordem passe a considerá-la como tarefa da Província. Daí decorre a necessidade de:

a) interessar na obra toda a Província;

b) ser criado, com três religiosos e dois leigos competentes, um Conselho Responsável pelas Edições, não só pelo volume do trabalho como também para divisão de responsabilidades.

- sem pretender fazer passos demasiados apressados, é necessário, no entanto, prever maiores disponibilidades financeiras, pois a atividade editorial o exige.

Frei Benevenuto de Santa Cruz

O diagnóstico apresentado pelo religioso é paradigmático para refletirmos sobre a maneira como ele estava a propor o funcionamento da casa perante a Ordem Dominicana e o cenário sociocultural brasileiro daquela época. De um lado, ele afirmou que a livraria estava cada vez mais consolidada por causa das relevantes importações que vinham sendo feitas e do número cada vez maior de clientes procedentes de diversas localidades do país, motivo pelo qual deveriam refletir sobre a expansão da casa para outras capitais brasileiras. De outro lado, Santa Cruz enfatizou que o setor editorial da Duas Cidades deveria ser considerado pela Ordem como um meio para convergir os esforços dos dominicanos para um tipo de apostolado que poderia fomentar a atividade intelectual de leigos e religiosos católicos, e de outros setores da sociedade que queriam aprofundar suas leituras em uma doutrina aberta e renovadora. Se as edições cresciam lentamente, a livraria decidiu abrir sua primeira filial fora da capital paulista. No dia 28 de junho de 1958 foi registrada na JUCESP⁹⁹ mais uma alteração¹⁰⁰ do contrato da sociedade comercial, o qual permitiu a abertura de filial em outras cidades do país e informou a inauguração de uma sucursal na rua São Paulo, n. 848, em Belo Horizonte, solicitação que foi aprovada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)¹⁰¹ em 17 de julho de 1958.

Ao analisarmos o documento de alteração dos sócios e do contrato da Livraria Duas Cidades disponível na JUCESP, notamos que Santa Cruz permaneceu na direção da casa e promoveu um vigoroso desenvolvimento do estabelecimento em termos humanos, financeiros e materiais. Se a casa possuía quatro sócios e um capital de Cr\$ 200.000,00 em 1954, três anos depois ficaram apenas dois sócios (Ana Maria e SII), a sede da livraria foi transferida para o 7º andar do mesmo edifício onde já estava instalada e o capital social foi elevado para Cr\$ 700.000,00. Em 1958, os sócios remanescentes abriram a filial na capital mineira, em 1959 elevaram o capital social da empresa para Cr\$ 1.190.000,00, em 1962 para Cr\$ 3.815.000,00, em 1964 para Cr\$ 5.390.000,00 e em 1966 para Cr\$ 7.000.000,00, quantia trinta e cinco vezes maior do que o montante estabelecido na fundação do estabelecimento, números que sugerem o constante investimento que a SII realizava na empresa.

Após contextualizarmos e circunscrevermos os principais elementos na constituição da livraria e editora, resta investigarmos quais eram as condicionantes por detrás da venda e edição de livros, verificando quais eram as ideias transmitidas pelos livros comercializados ou editados pela casa gerenciada por Santa Cruz e identificando de que maneira esses títulos estimulavam

⁹⁹ Documento disponível no acervo da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

¹⁰⁰ Em 20 de maio de 1958, José Rocha, Ana Maria Rappa e duas testemunhas (uma delas é o professor Carlos Osmar Bertero, hodiernamente docente da FGV) assinaram o instrumento particular de modificação do contrato. Este instrumento encontra-se disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas.

¹⁰¹ Documento disponível no acervo da JUCEMG.

o pensamento do público leitor. Nesse quesito, cabe um diálogo entre alguns princípios teórico-metodológicos da história do livro e o projeto do livreiro-editor da Duas Cidades.

Uma das formas de investigar o sistema de confecção de um livro é examiná-lo em “[...] um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se o livreiro não assumir esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor. Por influenciar o autor tanto antes quanto depois do ato da escrita, o leitor completa o circuito. Autores também são leitores”¹⁰² que se unem a mais autores e leitores, formando novas áreas temáticas, tipologias de escrita e outras tendências que afetam tanto as obras publicadas quanto o público leitor. Existem inúmeras formas de um autor instrumentalizar seu trabalho a fim de atingir determinados objetivos, a exemplo do intuito de escrever um manuscrito para responder as críticas dirigidas a um livro já publicado, entre outros propósitos. “[...] Assim, o circuito se completa. Transmite mensagens, transformando-as no caminho, enquanto passam do pensamento à escrita e daí aos caracteres impressos, até voltarem ao pensamento”¹⁰³. Historiadoras e historiadores do livro devem estar atentos às etapas e à integralidade do processo, procurando reconhecer as mudanças no decorrer do tempo e do espaço, e as vinculações da obra com as peculiaridades econômicas, políticas, culturais e sociais, almejando uma análise completa do sistema que orienta a produção do livro.

Até o presente momento procuramos realçar as principais características que forjaram o livreiro-editor dominicano, delimitando suas atividades religiosas, profissionais, intelectuais e culturais, bem como a conjuntura econômica, social e política que ele estava inserido quando fundou a Livraria Duas Cidades. Continuaremos a deslindar o ambiente que circundava as atividades de Santa Cruz, mas a partir de agora iremos nos ater ao circuito de comunicação que vai do autor ao editor, uma cadeia¹⁰⁴ que envolve gráficos, distribuidores, livreiros e leitores, procurando expor, dentro do possível, as ações do livreiro-editor para cada uma dessas etapas e algumas das pessoas que atuaram em um ou mais pontos do circuito. Examinaremos, assim, o processo de propagação de um texto, ou mais especificamente dos livros que eram publicados pela editora e comercializados pela livraria. Isso não significa que esse circuito vai limitar uma investigação mais ampla que pretendemos fazer em torno das veredas do livreiro-editor e da Livraria Duas Cidades, sinalizando suas respectivas contribuições para a história do livro, da cultura e da sociedade paulistana e brasileira. O circuito auxilia-nos a extrair as relações existentes entre os agentes que faziam parte da cadeia de publicação de um manuscrito, o que nos permite compreender as disciplinas históricas relacionadas à cadeia de transmissão do texto.

¹⁰² DARNTON, Robert., *op. cit.*, 2010, p. 193.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 193-194.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 195.

Ao deslindarmos o padrão de encomenda da livraria, os títulos editados e as pessoas que figuravam nesse esquema, conseguimos investigar outras especificidades que dizem respeito à Igreja Católica, à Ordem Dominicana e aos leigos católicos. Mas a análise desse padrão também nos permite averiguar as relações entre autores e editores, e de que maneira essas conexões interferiam tanto na dinâmica da livraria quanto da editora. Embora existam numerosos trabalhos sobre a distinção da figura do editor no universo livreiro e editorial, ainda faltam pesquisas que tratem das habilidades e competências dessa figura, o que pretendemos investigar mediante a avaliação dos documentos presentes no acervo de edições da Duas Cidades. “Como os editores firmavam contratos com os autores, faziam alianças com livreiros, negociavam com autoridades políticas e lidavam com finanças, fornecimentos, cargas e publicidade?”¹⁰⁵. Destrinchar essas questões contribuem para a história do livro e da edição.

Também vamos perquirir as estratégias traçadas na propaganda dos livros. Quais eram os motes utilizados na promoção dos títulos comercializados ou publicados, como era o tom das correspondências comerciais ou os modelos e os locais dos anúncios propagados pela Duas Cidades. Em relação aos gráficos e distribuidores, o acervo da editora e os testemunhos colhidos nos permite tecer algumas considerações sobre o plano de distribuição dos livros e o número de gráficas que imprimiram os livros da editora. No que tange à figura do livreiro, analisamos as condicionantes, as ações e as intervenções de Santa Cruz como agente cultural, como um livreiro que pensava e agia para além das questões de oferta e demanda, comercializando títulos não apenas voltados ao seus princípios, valores e gostos, mas também direcionados aos interesses dos clientes da casa. E assim chegamos ao último elo do circuito, os leitores, um dos grupos mais difíceis de examinar por envolver mecanismos atinentes ao universo da psicologia e da fenomenologia. Para os interesses presentes neste trabalho, buscamos caracterizar o perfil das leitoras e leitores dos livros editados ou vendidos pela casa e quais eram as camadas sociais dos clientes e frequentadores. Pretendemos investigar “[...] sobre quem lê o quê, em quais condições, em qual momento e com qual efeito conectam os estudos da leitura à sociologia”¹⁰⁶.

Vamos examinar esse circuito levando em consideração o livreiro e a livraria, o editor e a editora; primeiro na fase religiosa, depois na etapa mundana. Independente das características sobressalentes em cada período, o nosso propósito é refletir em que medida a casa de Santa Cruz foi capaz de comercializar e editar títulos que porventura tenham sido capazes de incutir novas ideias no pensamento do público frequentador e leitor da Livraria Duas Cidades.

¹⁰⁵ Ibid., p. 209-210.

¹⁰⁶ Ibid., p. 217.

O livreiro e a livraria missionária de leigos e clérigos católicos

Alinhar a figura do livreiro e a marca da livraria envolve compreender o modo como o dominicano e a casa dirigida por ele tornaram-se catalisadores do pensamento progressista católico dos anos 1950 e 1960. Frei Benevenuto não pertencia à hierarquia eclesiástica, muito menos foi um personagem que atuou na linha de frente da Ação Católica, da CNBB, do Concílio Vaticano II ou da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (II CELAM). A Livraria Duas Cidades não se transformou no maior local de comércio de livros religiosos, tampouco conseguiu abrir filiais pelo país afora, como ocorreu com a Vozes. Mas o livreiro e a livraria foram porta-vozes e pontos difusores de uma literatura de vanguarda do catolicismo social. Enquanto o livreiro dominicano trabalhou numa época em que setores da Igreja começaram a notar o quanto era importante denunciar as iniquidades socioeconômicas do país e se envolver com movimentos populares, intelectuais, leigos, políticos, mecenas da cultura e industriais abertos às ideias renovadoras do catolicismo, Santa Cruz compreendeu a relevância de fundar um espaço que ampliasse a comercialização de livros e revistas a um público de leigos e clérigos que desejavam ler obras de autores que colocavam as contradições humanas e espirituais no centro das discussões. Desde sua fundação até o fim do decênio de 1960, a livraria cresceu, abriu e fechou a filial de Belo Horizonte, mudou de endereço em São Paulo e aos poucos tornou-se um espaço de sociabilidade, onde religiosos e crentes procuravam encontrar publicações de escritores que encabeçavam valores e ideais para uma sociedade mais aberta, justa, plural, humana, democrática e ecumênica.

A década de 1960 foi desafiadora para a maioria dos brasileiros, influenciou as congregações religiosas, a Ação Católica e suas juventudes especializadas, assim como afetou o campo da cultura e da política nacional. Em maior ou menor medida, uma parte significativa dos professores, estudantes e sacerdotes vinculados às ordenações cristãs, e até mesmo os leigos das juventudes católicas, em especial da JEC e JUC, engajaram-se na luta por melhores condições de vida para a população marginalizada nos centros urbanos e rurais ao mesmo tempo que defendiam o universo de Cristo. O público ligado ao catolicismo e parte dos setores esclarecidos das grandes cidades queriam conhecer os livros de filósofos, teólogos, historiadores e escritores cristãos que pensavam a interface entre as questões religiosas e terrenas. Nesse sentido, o nome da livraria e editora anunciava sua vocação.

A fim de identificarmos os traços característicos do livreiro e da livraria, dimensionando a relevância do estabelecimento e do trabalho de Santa Cruz à frente da Duas Cidades, propomos analisar a maneira como a história do país e do catolicismo brasileiro dos anos 1960

formaram um terreno fértil para a ação de um Frei que edificou uma casa irradiadora de ensinamentos progressistas e vanguardistas de escritores cristãos. Para além da história do país, da Igreja e da Ação Católica brasileira nessa década, vamos situar a livraria dominicana no conjunto de livrarias existentes na cidade de São Paulo, assim como iremos investigar de que modo a experiência e a formação prévia de Benevenuto caracterizam o perfil do livreiro. O país passou por uma temerária turbulência política e social, o povo sofreu as consequências do golpe civil-militar de 1964, e nem por isso religiosos e leigos deixaram de adquirir obras que os auxiliassem nos momentos de ação e reflexão sobre o papel dos cristãos nos destinos da nação.

Nove meses após a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960, Juscelino Kubitschek jamais poderia imaginar que estava realizando um ato extraordinário ao dar posse a Jânio Quadros, evento que ocorreria somente em 2003, quando “[...] um presidente civil, eleito pelo voto popular, tornaria a entregar a faixa ao seu sucessor”¹⁰⁷. A capital federal estava repleta de cartazes defendendo o retorno de JK em 1965, uma multidão se dirigiu ao aeroporto da cidade para manifestar sua gratidão ao político mineiro. Porém, antes de sua partida, Juscelino delineou uma estratégia para sua sucessão que não levou em conta o peso político dos paulistas. O estado de São Paulo foi favorecido com suas ações governamentais, a indústria paulista cresceu durante seu mandato, os empresários tiveram acesso a crédito e a forte expansão urbana fez com que a metrópole se tornasse a maior e mais relevante cidade do país.

Apesar da invulgar candidatura de alguém que se apresentava como antipolítico, Jânio Quadros soube galvanizar as frustrações da sociedade diante do encarecimento do custo de vida, da desvalorização salarial e da estrutura partidária brasileira, incapaz de acomodar as demandas sociais. Foi nesse cenário que ele ganhou a eleição. Porém, o seu trejeito histriônico, acrescido de uma trajetória de homem público regional, voltado à dinâmica da cidade e do estado de São Paulo, dificultava os acordos políticos. Além de ter sido um provocador de atritos, ele praticamente não tinha relações com as lideranças partidárias nacionais, seu governo não possuía maioria na Câmara e no Senado, e ainda assim o presidente não estruturou uma base de apoio no Congresso Nacional. A oposição ao seu governo foi crescendo nas agremiações trabalhistas, nos movimentos populares e no partido comunista, os quais tripudiavam do plano econômico do governo, questionavam a restrição ao crédito, o congelamento salarial e a limitação do poder de compra das famílias, pressionadas pela desvalorização da moeda.

Mesmo diante de uma panorama desolador, Jânio pediu para o vice-presidente, João Goulart, chefiar a missão comercial brasileira na China, em julho de 1961. Durante a ausência

¹⁰⁷ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M., *op. cit.*, 2018, p. 428.

de seu sucessor, ele levou a cabo sua renúncia ao cargo porque imaginava que fosse causar um alvoroço nacional e ser reconduzido à presidência pelos braços do povo. Mas não foi assim que os episódios se desencadearam. Os atores políticos aceitaram sua renúncia sem objeção, o povo não mexeu uma palha por causa de Jânio e ele retornou para a cidade São Paulo como uma promessa que nunca se realizou. Os militares, porém, eram contrários à sucessão presidencial conforme as normas previstas na Constituição Federal de 1946, e decidiram intervir no processo a despeito da inconstitucionalidade de seus atos, ultrapassando suas obrigações funcionais para atuarem como políticos. A solução dada ao impasse instalado foi uma gambiarra institucional com a adoção do regime parlamentarista sem consulta popular. Ainda que não seja possível identificar o que levou Goulart a aceitar a proposta parlamentarista, o fato era que o país estava prestes a entrar em uma guerra civil e talvez ele quisesse evitar uma saída drástica, ou quem sabe imaginou que teria tempo hábil para neutralizar a oposição, construir uma base parlamentar e recuperar o regime presidencialista, o que apenas ocorreu em 1963.

O clima político e econômico do país permanecia quente. No plano internacional, o presidente foi instado a negociar a dívida externa com os norte-americanos e a regulamentar a incidência do capital estrangeiro na economia brasileira. Já no plano nacional, principalmente no Nordeste do país, as Ligas Camponesas e outros movimentos populares realizavam progressivas manifestações em favor da reforma agrária. E os problemas não paravam de aumentar, de um lado a parcela famigerada de pernambucanos que viviam no sertão começavam a pilhar armazéns, de outro lado os fazendeiros e latifundiários exterminavam lideranças camponesas. Diante da calamitosa situação econômica, as greves se espalhavam pelo país, os empresários sentiam-se acuados e os grevistas fortaleceram a esquerda e as instituições sindicais brasileira, cada vez mais autônomas na ação.

A esquerda era ampla, proativa e heterogênea. Nesse campo cabia “[...] comunistas, socialistas, nacionalistas católicos, trabalhistas, e se acomodavam partidos, associações de sargentos, marinheiros, fuzileiros navais ou estudantes, sindicatos e federações operárias ou camponesas, organizações e grupos revolucionários”¹⁰⁸. As correntes de esquerda superaram as divergências e as diferenças, e pela primeira vez elaboraram um programa unitário apresentado no final de 1961, cujo foco era a consecução das reformas de base, iniciando pela reforma agrária e depois promoveriam a reforma urbana, bancária, eleitoral, universitária. Ainda que a esquerda estivesse articulada e unida, as eleições de outubro de 1962, que elegeu os congressistas e onze governadores, não modificou a correlação de forças no Congresso.

¹⁰⁸ Ibid., p. 439.

De cada lado da trincheira havia um projeto que estava nitidamente demarcado no ano de 1963. Tanto a direita como a esquerda seguiram na disputa distantes de resolver suas querelas no seio do jogo democrático. O governo perdia sua capacidade de formar uma base de apoio sólida e as forças políticas estavam cada vez mais polarizadas dentro e fora do parlamento. Ainda assim, Jango orientou seu partido a levar para o Congresso uma emenda constitucional a regulamentar a reforma agrária, que não obteve votos suficiente para ser aprovada e demonstrou que o presidente não fazia uma leitura correta das forças em disputa.

Na mensagem anual encaminhada ao parlamento, Jango optou por dobrar a aposta ao formalizar a agenda das reformas e ao propor a realização de um plebiscito que defendia mudanças na carta magna e transmitiria poderes legislativos ao Executivo. Para a direita e o golpismo, a mensagem era a demonstração de que o presidente poderia sair da legalidade a qualquer momento, a imprensa alardeou a agenda presidencial e abalou a opinião pública de Goulart. A cidade de São Paulo foi o primeiro lugar onde foi possível constatar que bandeira da legalidade já não pertencia à esquerda. “[...] No dia 19 de março [de 1963], uma multidão saiu da Praça da República e marchou compacta até a praça da Sé, carregando faixas, bandeiras e uma profusão de rosários – para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo, gritavam um coro”¹⁰⁹. Essa caminhada ficou consagrada como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais em parceria com a União Cívica Feminina, ocasião que reuniu aproximadamente 500 mil pessoas e na qual houve um estridente apelo dos participantes para a intervenção das Forças Armadas, demonstrando que a oposição ao governo era formada a partir de um caldo social difuso e heterogêneo.

Jango tinha em suas mãos algumas possibilidades de reação à tomada do poder pelos militares, mas tanto ele como alguns setores do governo, lideranças progressistas e partidos de esquerda optaram por aguardar o desenrolar dos acontecimentos. Todos, tanto da situação como da oposição, apostavam em uma curta duração da intervenção militar. Apesar da ausência de resistências das agremiações políticas, o Congresso cassou uma centena de mandatos e realizou uma eleição indireta com apenas um candidato, o general Humberto de Alencar Castello Branco, que chegou à presidência da República coagindo os parlamentares.

Os primeiros atos do governo civil-militar prenunciavam uma mudança de paradigma na política brasileira e inauguravam uma dinâmica de “[...] colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente

¹⁰⁹ Ibid., p. 444.

ditatorial”¹¹⁰. Para atingirem esse objetivo, solaparam a arquitetura institucional do Estado, planejaram um novo regime jurídico, instituíram um novo esboço de crescimento econômico e estruturaram um sistema de informação e punição política, instaurando a censura para calar os dissidentes. No regime civil-militar, a Presidência da República era a área mais delicada para as Forças Armadas, motivo pelo qual os militares tornaram-se presidentes sem legitimidade popular e estabeleceram poderes de exceção durante os 21 anos em que uma junta militar e cinco generais dirigiram o país. Castelo Branco de 1964 a 1967, Costa e Silva de 1967 a 1969, Garrastazu Médici de 1969 a 1974, Ernesto Geisel de 1974 a 1979, e João Figueiredo de 1979 e 1985, quando as forças civis finalmente retomaram o leito democrático no país.

A história do Brasil entre os últimos governos democraticamente eleitos e os governos civis-militares antidemocráticos esboçam um conjunto de tensões e de disputas que conduziram o país a duas décadas com ausência de liberdade de expressão, organização e eleição do presidente do Executivo. Como já dissemos neste trabalho, a Igreja não ficou neutra diante dos acontecimentos, a ala conservadora ficou ao lado dos retrógados, condenando a esquerda e os comunistas, e a ala progressista defendeu a ascensão dos movimentos populares, das reformas, das greves e da luta dos povos contra a opressão e as desigualdades. Dentre os vários setores católicos pertencentes ao progressismo, iremos nos aprofundar na Ação Católica dos anos 1960, e em especial na JUC, pois o livreiro e a livraria miraram nessa zona da Igreja para oferecer livros e revistas que ampliassem o horizonte de ação e de reflexão de leigos e clérigos cristãos.

Os grupos de Ação Católica não estavam alheios ao que ocorria na política brasileira durante a década de 1950. Seus membros reivindicaram o direito de participação política, principalmente a partir da Sétima Semana Nacional da Ação Católica, em 1961, quando houve um conjunto de orientações nesse sentido. “[...] A disputa por maior liberdade de ação na esfera política era sobretudo uma exigência da JUC. Alguns católicos já haviam fundado um partido democrata cristão para participarem mais ativamente da vida pública do país”¹¹¹. É interessante notar que a organização do laicato não ocorria à revelia da hierarquia eclesiástica, alguns membros dos altos escalões da Igreja estimulavam o crescimento da Ação Católica, desde que estivesse subjugada ao estrito controle do episcopado e seguisse as diretrizes da Santa Sé.

Foi nessa ocasião que muitos perceberam o pendor para a catequese e o apostolado, especialmente os que ingressaram no magistério¹¹². Aos poucos, padres e clérigos renunciavam à exclusividade da catequese e deixavam os leigos participarem nos rituais litúrgicos. Ainda

¹¹⁰ Ibid., p. 448-449.

¹¹¹ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der., *op. cit.*, 2008, p. 256.

¹¹² Ibid., p. 494.

que de forma lenta, gradual e segura, a Igreja brasileira incentivou a renovação de suas estruturas de funcionamento tanto por meio do exercício do culto quanto do apostolado social, e, portanto, marcharam no sentido contrário à clericalização proposta por Dom Leme. Esses estímulos possibilitaram que os fiéis atuassem na organização clerical ou na propagação missionária, o que envolvia a participação na vida política e social do país. Neste quesito, “[...] a Ação Católica passou a atuar progressivamente numa forte crítica ao capitalismo, colocando em ênfase o aspecto da participação popular no processo político”¹¹³.

Mas a abertura da hierarquia eclesiástica para o laicato não ocorreu sem conflitos e dissensões entre sua ala progressista e conservadora. As divisões não se davam apenas entre os bispos das dioceses em apoiar ou restringir esses movimentos, as congregações religiosas também não agiram de modo uníssono. Enquanto os salesianos, via de regra, não participavam do Movimento Litúrgico, os dominicanos promoviam a Ação Católica, que era refutada pelos marianos. As cisões não estavam circunscritas nas ordenações, atingiam as dioceses e as paróquias, confirmando, portanto, que não havia unanimidade com relação aos movimentos renovadores da Igreja brasileira.

Do ponto de vista geográfico, a estrutura clerical do estado de São Paulo era a maior defensora do conservadorismo religioso até meados dos anos 1940, ao passo que o estado de Minas Gerais, em especial as cidades de Uberaba, Juiz de Fora e Belo Horizonte, representou o polo defensor de iniciativas católicas progressistas. Apesar das controvérsias apresentadas pelos setores contrários aos movimentos renovadores, a demonstração inequívoca do sucesso desses empreendimentos traduzia-se na “[...] quantidade expressiva de rapazes e moças que ingressavam na vida religiosa [...], estudantes universitários de importantes centros urbanos optavam espontaneamente pela vida religiosa, a fim de dar à sua existência um sentido mais pleno”¹¹⁴. Os jovens da classe média e trabalhadora urbana foram os mais confrontados pelos patrocinadores dos valores cristãos conservadores, e por esse motivo foram os principais responsáveis “[...] para uma verdadeira renovação para a instituição monástica do país, até então sob uma influência predominantemente europeia”¹¹⁵.

Influenciados pelos padres progressistas, a partir dos anos 1950 houve uma revoada de jovens que entraram para a congregação dominicana por meio da ação dos assistentes da Ação Católica. Ao assistente eclesiástico cabia construir o movimento, sem restringir ou orientar a participação de seus membros, muito menos adotar soluções pré-estabelecidas pela hierarquia

¹¹³ Ibid., p. 500.

¹¹⁴ Ibid., p. 509.

¹¹⁵ Ibid., p. 510.

eclesiástica. O trabalho dos assistentes faziam os leigos compreender suas responsabilidades na construção da Ação Católica, o que formou um laicato independente e arredo ao clero.

Foi nos grandes centros urbanos que a Igreja Católica abriu diversas Instituições de Ensino Superior a partir dos anos 1940, quando ainda vigia a percepção eclesial de espriar os valores cristãos nas cidades e eram apoiados pelo Ministério da Educação de Vargas, que autorizou a criação de faculdades e universidades católicas. Do ponto de vista prático, a fundação dessas instituições permitia a formação de seus membros em organizações alicerçadas no ideário cristão, sem correr o risco de que estudantes ou noviços fossem influenciados pelas universidades estatais. Outrossim, “[...] o oferecimento de cursos superiores, monitorados pela instituição católica, permitia que os alunos dos colégios dirigidos pelos religiosos pudessem prolongar e ampliar a formação recebida anteriormente”¹¹⁶. Enquanto as universidades católicas do Rio de Janeiro e de São Paulo tornaram-se pontifícias em 1946, Porto Alegre (1948), Recife (1952), Campinas (1955), Belo Horizonte (1958) e mais cinco cidades abrigaram as instituições católicas de ensino superior nesses anos.

Em 1964 havia onze universidades e diversas faculdades católicas espalhadas pelo Brasil. A hierarquia eclesiástica do país optou por edificar um ensino superior focalizado em três áreas, a Filosofia, o Serviço Social e a Enfermagem. No ano do golpe civil-militar, todas universidades católicas somavam 19 faculdades de Enfermagem, 25 de Serviço Social e 41 de Filosofia. A grande maioria das faculdades de Filosofia foram instituídas por meio dos organismos católicos que elaboravam a educação religiosa, pois “[...] as congregações de clérigos aproveitavam os cursos de Filosofia já ministrados aos seus futuros membros, como preparação ao sacerdócio, a fim de servir de base para a implantação da faculdade”¹¹⁷. Com isso pretendiam capacitar seus quadros religiosos, assim como as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras dessas instituições pretendiam formar docentes para o ensino secundário dos colégios católicos.

No primeiro capítulo comentamos que os resultados do projeto de Dom Leme não chegaram a lograr a sacralização da sociedade brasileira como era pretendido, mas ao menos deixou uma série de legados para a Igreja Católica, a exemplo das primeiras universidades que foram criadas no período de seu cardinalato. Por outro lado, a partir dos anos 1950 começou a pipocar o número de estudantes que pertenciam a JUC e estudavam nas universidades católicas, jovens que aos poucos demonstraram disposição para lutar contra as desigualdades e as carências brasileiras, o que evidencia a maior eficiência da Ação Católica quando comparado à sacralização de Dom Leme. As universidades religiosas foram um espaço de fermentação da

¹¹⁶ Ibid., p. 327.

¹¹⁷ Ibid., p. 337.

JUC e estimularam seu crescimento entre 1950 e 1964, mas os críticos alegam que essas instituições provocaram alto investimento da Igreja e favoreceram apenas as classes abastadas.

JUC, esquerda católica e Livraria Duas Cidades

Para compreender a Juventude Universitária Católica em sua inteireza e peculiaridade, não basta enquadrá-la como um movimento oriundo da elite e das classes médias cristãs¹¹⁸. Esta perspectiva limita a projeção que a JUC alcançou no país e na Igreja. Com efeito, muitos jucistas se identificavam como pertencentes a uma pequena burguesia ascendente nas grandes cidades, alguns eram filhos de família operária. A maneira como enxergavam o pertencimento de classe ilustra algumas das características elementares da ideologia estudantil durante a República populista, cuja centralidade estava na defesa do nacionalismo e do desenvolvimento. No início dos anos 1950, os jucistas questionavam os problemas atinentes ao âmbito universitário, a exemplo dos exíguos empregos para universitários recém formados. “[...] A análise da evolução ideológica dos movimentos estudantis da periferia do sistema capitalista permite ver a passagem [...] de uma posição de [...] rebelião ou [...] de reforma, a uma posição mais radical, que passa a ter como referências as classes populares”¹¹⁹.

As seis hipóteses analisadas por Souza¹²⁰ sobre a ascensão da JUC no meio universitário, religioso e político do país partem do pressuposto de que esta organização se antecipou em relação aos outros setores organizados do catolicismo. A primeira hipótese tem a ver com o envolvimento entre a prática estudantil (sobretudo política) e a prática reflexiva da JUC; a segunda aborda a ação dos jovens mediante a origem de classe e o contexto do movimento estudantil, da Igreja, das universidades e do país; a terceira parte do princípio que a prática estimulava um ambiente ideológico por meio do qual os estudantes escolhiam a bibliografia que seria utilizada para formularem suas orientações teóricas; a quarta caracteriza a dificuldade da juventude católica em distinguir o plano religioso e social; a quinta trata da maneira como a prática política dos jucistas propiciou os conflitos ideológicos com alguns setores da Igreja; e a última hipótese problematiza a JUC como a primeira instituição da Igreja que encarnou a crise do país ao tentar desvencilhar-se de sua origem de classe para defender os setores populares.

No primeiro capítulo sinalizamos que universidade brasileira cresceu consideravelmente entre os anos 1950 e 1970, de 52.600 matrículas em 1950 para 93.200 em 1960 e 425.500 em

¹¹⁸ SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 46.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 48-49.

1970¹²¹. “[...] Nos anos de maior atividade da JUC (1960-1963), os universitários estão apenas se aproximando e ultrapassando a cifra de 100.000. É nesse meio ainda relativamente reduzido que exercerão sua influência”¹²². O baixo número de matrículas no ensino superior dos anos 1960 não reflete a projeção que o movimento estudantil (a JUC e a UNE) alcançou nessa década. Algumas perspectivas conflitantes pautavam as discussões sobre a universidade entre 1950 e 1964, uma encabeçava a perspectiva liberal-burguesa, outra defendia uma educação atrelada ao ensino religioso católico e uma parcela significativa debatia a cultura popular e o nacional-desenvolvimentismo. No início da década de 1960, a JUC e a UNE se engajaram nessas discussões e participaram do primeiro encontro sobre a reforma universitária, período em que a UNE foi dirigida pelo jucista Aldo Arantes, entre 1961 e 1962. Mas o regime instaurado em 1964 passou a perseguir estudantes e professores, implantando um modelo que priorizou o investimento do capital estrangeiro e um plano tecnocrático-empresarial para universidades brasileiras¹²³.

O método e o organograma empregado pelos jucistas originou-se na Ação Católica estrangeira¹²⁴. O método foi aprimorado no Canadá, na França e na Bélgica por meio da prática elaborada pelo padre Cardjin, que desenvolveu as técnicas “ver-julgar-agir” e “a formação na ação”, procedimentos que inspiraram a Ação Católica brasileira a partir dos anos 1950. Com relação ao organograma, o trabalho era realizado pela equipe de militantes, estruturada por faculdade e dirigida por uma pessoa que integrava a equipe de dirigentes, a qual era apoiada por uma equipe diocesana, garantidora da coordenação geral. Também havia a equipe nacional, que anualmente realizava o Conselho Nacional, geralmente precedido por um encontro prévio a fim de preparar o congresso. Entre a esfera local e nacional existia uma equipe regional, cuja responsabilidade era conduzir os trabalhos em um ou mais estados da federação, e, por fim, havia as equipes-piloto (instância de base da JUC) formada por estudantes vinculados a um curso universitário (engenharia, serviço social, medicina, filosofia etc).

Embora a estrutura organizacional pareça rígida e antiquada, a realidade é que a equipe nacional não pautava ou dirigia as outras instâncias da JUC, atuando apenas na realização dos encontros e de outras iniciativas da organização. As equipes regionais e locais tinham liberdade de proposição e de ação, não por acaso foram altamente afirmativas e renovadoras durante os conselhos nacionais e regionais. O elo da Igreja com os universitários católicos estava na figura

¹²¹ Ibid., p. 75. Dados extraídos do “Quadro n. 1 – Evolução das Matrículas no Ensino Universitário (1950-1970)”.

¹²² Ibid., p. 74.

¹²³ Ibid., p. 77-79.

¹²⁴ Ibid., p. 86-87.

do assistente eclesiástico, cuja função era representar o poder clerical em nível regional ou nacional. “[...] De 1949 a 1961, o assistente nacional foi Frei Romeu Dale, sacerdote dominicano; de 1962 a 1965 D. Cândido Padim, bispo-auxiliar do Rio de Janeiro e assistente-geral da AC [e da] JUC”¹²⁵.

No primeiro capítulo tratamos da relevância de Frei Romeu na criação do grupo de Economia e Humanismo no Brasil, de sua amizade com o padre Lebret e Frei Benevenuto, além de sua transferência para o convento do Rio de Janeiro em 1947. Foi na capital fluminense que Dale amparou os trabalhos da JUC durante doze anos, período sumamente importante para a história da organização, na medida em que ele conduziu a entidade conferindo liberdade aos militantes e estimulando o debate e a troca de experiências, sem tolher quaisquer disposições renovadoras propostas por seus membros.

As atividades da JUC não se restringiam à esfera política, a organização também participava de projetos de cunho religioso e cultural, a exemplo das campanhas de Páscoa, de retiros espirituais e de encontros entre jucistas. Mas foi no âmbito político que a JUC se tornou conhecida em nível nacional e promoveu uma atuação militante original, cheia de contradições e rica de experiências para a Ação Católica e o movimento estudantil brasileiro dos anos 1950 e 1960. Os críticos da JUC alegam que a organização fazia parte de um movimento de cunho elitista, que jamais alcançou a massa populacional brasileira. Se julgá-la como elitista restringe uma compreensão mais ampla da entidade, não é impecioso afirmar que ela se constituiu como um movimento militante universitário de poucos quadros. “[...] No período de 1959-1964 o número de jucistas oscilava entre três e cinco mil estudantes, o que representava de 4 a 6% do número de universitários no país”¹²⁶. Das 61 cidades com cursos universitários em 1955, apenas 28 tinham representação da JUC, conjuntura levemente alterada em 1960, quando das 88 cidades com cursos universitários, 52 possuíam uma equipe da JUC, o que confirma um crescimento compatível com a ação de seus membros, cada vez mais envolvidos com as questões políticas e sociais do país.

Na perspectiva defendida por Souza, houve três momentos vivenciados pela JUC brasileira entre 1950 e 1968¹²⁷. Em maior ou menor medida, cada período foi pautado pela prática militante (especialmente política), pela reflexão filosófica, teológica e sociológica do movimento, pela maneira como os jucistas concebiam a participação de seus membros na Ação Católica e pelo relacionamento que deveriam estabelecer com a estrutura clerical da Igreja. Na

¹²⁵ Ibid., p. 88.

¹²⁶ Ibid., p. 90. Dados extraídos do “Quadro n. 2”.

¹²⁷ Ibid., p. 103.

primeira etapa, de 1950 a 1958, a entidade debateu questões alusivas ao ambiente universitário e paulatinamente definiu uma política estudantil contrária aos grupos católicos reacionários.

Entre 1959 e 1964 ocorreu o segundo momento, ocasião em que a prática política entrou fortemente em cena e os jucistas disputaram as eleições de centros acadêmicos e da União Nacional dos Estudantes. O ponto inaugural dessa etapa deu-se com a reunião do Conselho de Belo Horizonte, em 1959, quando boa parte das equipes regionais defenderam a noção de ideal histórico, pensamento central da organização nos anos posteriores. Nesse interregno houve um esforço hercúleo “[...] para superar o dualismo espiritual-temporal, sagrado-profano, e isso leva inevitavelmente a alargar a noção de apostolado e o âmbito mesmo das atividades de um movimento de Ação Católica”¹²⁸. O engajamento político e a elaboração teórica da maioria dos jucistas desse período extrapolavam as noções de cunho moderado e começavam a dialogar com as pautas da esquerda em nível nacional, provocando os primeiros conflitos com os bispos.

A inauguração do regime civil-militar significou o início da derrocada da JUC, dissolvida pela hierarquia eclesiástica em 1968. O contexto político de exceção obrigou os jucistas a recuarem na ação política e no movimento universitário, levando-os a redimensionarem a ação para o âmbito da reflexão. Foi justamente nesse lapso temporal que o poder clerical brasileiro iniciou um processo de revisão da colegialidade dos bispos e de consolidação do endurecimento da estrutura eclesiástica, compatibilizando-a à conjuntura de exceção. Essas mudanças acarretaram a alteração da direção da CNBB e da Ação Católica, nomeando bispos conservadores como assistentes das instituições clericais, os quais interviam no apostolado dos leigos até provocarem a dissolução completa dos vários movimentos organizados do laicato.

Anteriormente afirmamos que o decênio de 1950 foi importantíssimo para a Ação Católica e suas juventudes organizadas, sendo que os jucistas foram mais engajados nas duas cidades brasileiras onde a Livraria Duas Cidades tinha a sede e a filial. Foi nessa época que os membros das equipes de Belo Horizonte e de São Paulo participavam das greves que ocorriam nessas capitais e davam o tom das orientações reflexivas das equipes espalhadas pelo país. O programa de estudos e de ação do II Conselho Nacional da JUC, realizado na cidade de Curitiba em 1952, previa documentos do Pio XII e os livros de Lebreton, Bernadot (ambos autores da Duas Cidades), Guardini, Sertillanges, entre outros¹²⁹. No ano seguinte houve o III Conselho Nacional em Salvador, ocasião em que o programa de estudos pretendia investigar de que modo a cultura se expressava na sociedade, suas ligações com Cristo, entre outras questões relacionadas às expressões culturais coletivas. “[...] Na bibliografia, encontramos os nomes de

¹²⁸ Ibid., p. 104.

¹²⁹ Ibid., p. 111-112.

Lebret, Maritain, Guido Gonella, Cardeal Newmann, Gabriel Marcel, Mounier e o escritor brasileiro Gustavo Corção, naquele tempo ainda considerado um autor progressista”¹³⁰.

O selo da Livraria Duas Cidades publicou autores como Lebret, Bernadot, Maritain e Mounier, e a livraria provavelmente comercializou as obras dos outros autores que constam no rol bibliográfico dos conselhos nacionais de Curitiba e Salvador. Aliás, Lebret foi um dos autores católicos mais influentes nas fileiras jucistas, como podemos verificar no contato que Plínio de Arruda Sampaio, então dirigente da JUC, estabeleceu com o padre francês na capital paulista, em 1953, com o objetivo de discutirem o programa da organização.

O diálogo entre Plínio e Lebret ensejou a definição do programa do encontro nacional em dois eixos centrais, a formação econômico-social do universitário e a relação da questão social com a profissão. *O universitário e a questão social* foi o tema inaugural do IV Conselho Nacional, ocorrido em São Paulo entre os dias 13 e 21 de janeiro de 1954, oportunidade em que ocorreu “[...] a participação mais decisiva [...] dos dirigentes de São Paulo, um dos centros da JUC mais ativos, e dos de Belo Horizonte, bastante sensíveis à problemática social”¹³¹. Duas ideias lebreianas foram debatidas durante o evento, a economia humana e a noção de bem comum, evidenciando o desejo dos jucistas em promover uma ação militante.

Foi no Conselho Nacional, realizado na capital mineira em julho de 1959, que os jucistas defenderam um “ideal histórico para a JUC”¹³². Essa confluência não se ateve ao plano reflexivo, a ação política universitária e as questões sociais atinentes aos trabalhadores urbanos e rurais era consensual entre os jucistas. No plano teórico, o *Humanismo integral* de Maritain, muito presente nas discussões dos anos 1950, aos poucos foi sendo substituída pela teoria histórico-cristã de Emmanuel Mounier. Se a obra de Maritain entusiasmou “[...] os movimentos social-cristãos e os partidos democrata-cristãos (do Chile, da Venezuela e mesmo da seção paulista do PDC brasileiro), a ação dos militantes da JUC, sobretudo em Belo Horizonte e em São Paulo, se orientava mais pelo pensamento de Mounier [...]”¹³³.

Quando investigamos os programas dos conselhos regionais e estaduais da década de 1950, notamos que os anos passavam e os jucistas estavam cada vez mais interessados em superar o dualismo espiritual-temporal a partir da afirmação de ambos os planos, do diálogo que os cristãos deveriam promover entre as esferas humana e divina. O ideal histórico proposto por Mounier traçava a distinção entre os princípios cristãos e a realidade terrena, ao mesmo

¹³⁰ Ibid., p. 113.

¹³¹ Ibid., p. 117.

¹³² Ibid., p. 153.

¹³³ Ibid., p. 156.

tempo que concebia uma ponte entre a fé e as questões políticas e sociais. Esse pensamento embasou a militância política e o rompimento dos jucistas com a doutrina social representada pela neocristandade, momento em que se aproximaram das obras de Mounier, do padre Lebreton e do marxismo. Ainda que esses autores fossem lidos de modo raso e descontextualizado – muitas vezes porque desconheciam outras teorias que poderiam embasar suas ações –, ao menos suas obras legitimavam a prática política e social dos jucistas. Essa constatação corrobora não apenas o argumento de que a conjuntura do país e as ações cotidianas dos jucistas iam moldando suas reflexões e leituras de acordo com as circunstâncias, mas também comprovam que o pensamento teológico produzido no Brasil durante os anos 1950 ainda carecia de autores pátrios que pudessem propor ideias consequentes com a realidade nacional.

Durante o Conselho Nacional de comemoração dos dez anos da JUC, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1960, as ideias debatidas em Belo Horizonte tornaram-se perenes nos debates entre os jucistas. “[...] Foi realmente o começo do momento culminante de um processo em que a JUC se reconheceu capaz de desempenhar um papel de primeira linha na Igreja, na Universidade e mesmo na sociedade”¹³⁴. Durante o encontro, a organização redigiu um documento a partir do qual é possível identificar sua aproximação da esquerda democrática e das franjas progressistas da democracia-cristã de São Paulo¹³⁵, cuja orientação não era uma terceira via próxima dos preceitos do padre Lebreton. Meses após o encontro, o jucista Hebert de Souza (Betinho) candidatou-se à presidência da UNE e foi instado a dizer o que pensava sobre política nacional e reforma universitária. Embora ele não tenha vencido as eleições por uma margem apertada, este fato é significativo para demonstrarmos que a prática política se tornou determinante na agenda dos jucistas, o que incomodou a hierarquia eclesiástica e resultou no afastamento de Frei Romeu Dale da assistência nacional da JUC.

Concluído o conselho do Rio de Janeiro, os jucistas reuniram-se na Faculdade de Filosofia dos Jesuítas, em Nova Friburgo¹³⁶. A reunião contou com a participação de religiosos e teólogos que propunham a renovação da Igreja, tais como o dominicano Jean Cardonnel (1921-2009), o jesuíta e professor Henrique Lima Vaz (1921-2002) – docente nessa faculdade, autor e tradutor de alguns livros editados pela Duas Cidades –, os jucistas mineiros responsáveis pela publicação da revista *Ação Popular* e estudantes da Universidade Católica do Rio.

As reuniões continuaram entre os estudantes paulistas e cariocas, então assistidos pelo padre Lima Vaz em duas ocasiões. Em fevereiro de 1961 ocorreu o Seminário Nacional de

¹³⁴ Ibid., p. 159.

¹³⁵ Ibid., p. 163.

¹³⁶ Ibid., p. 175.

Estudos na cidade de Santos¹³⁷, que contou com a presença do jesuíta, de Cândido Mendes de Almeida e do dominicano Frei Carlos Josaphat (publicado pela Duas Cidades), ocasião em que debateram sobre a participação dos jucistas no contexto político do país. Posteriormente o padre Vaz, Hélio Jaguaribe e outras pessoas participaram da Semana Social da PUC-Rio, em março de 1961, quando o jucista Aldo Arantes propôs a redação de um manifesto, que posteriormente foi assinado pelo Diretório Central dos Estudantes dessa universidade e publicado em junho daquele ano, documento que delineava preceitos filosóficos e teológicos extraídos de uma perspectiva histórica da bíblia, advogando em prol do nacionalismo, de um mundo mais justo e harmonioso, e da propriedade humana em detrimento da propriedade capitalista, tal como estabelecia Mounier. Em 1963, padre Vaz afirmou que esse manifesto foi elaborado a partir das obras dos padres Congar, Chenu, Teilhard de Chardin (publicados pela Duas Cidades), de Lubac, e de filósofos como Mounier, os quais eram bastante lidos pela juventude cristã.

A iniciativa da hierarquia eclesiástica para conter o foco de militantes leigos cristãos não resultou no recuo dos jucistas. Pelo Contrário, durante o III Seminário Nacional de Estudos, realizado na cidade de Aracajú em 1963, o padre Vaz, mais uma vez, foi um dos participantes religiosos mais ativos do encontro, responsável por guiar os debates em torno dos seguintes temas: “[...] cristianismo e consciência histórica; consciência histórica e cultura; cultura, ideologia e cristianismo; a cultura moderna e suas manifestações ideológicas; polarizações ideológicas no mundo da cultura contemporânea”¹³⁸. É interessante notar que esse encontro reforçou a noção de consciência histórica tanto na JUC quanto na Ação Popular (AP), organização dissidente da JUC, fundada em 1962, ambas defensoras dessa linha de reflexão, ambas acolhiam militantes que participavam dos dois movimentos. Porém, a deflagração do regime civil-militar criou um fosso entre elas: “[...] a primeira tratando de desempenhar seu papel de movimento de Igreja, a segunda num compromisso cada vez mais concreto durante o ‘pacto populista’ e, mais tarde, na experiência da clandestinidade”¹³⁹.

Foi justamente no início dos anos 1960 que as outras organizações da juventude católica começaram a reconhecer a relevância das ações da JUC no âmbito das ações temporais e do engajamento espiritual, e decidiram promover uma militância semelhante à conduzida pelos jucistas. Muitas ações conjuntas foram desencadeadas no ano de 1963, de modo que nos primeiros meses de 1964 decidiram criar um documento-base¹⁴⁰ a orientar um horizonte de

¹³⁷ Ibid., p. 176-177.

¹³⁸ Ibid., p. 204.

¹³⁹ Ibid., p. 207.

¹⁴⁰ Ibid., p. 210.

método e ação para os movimentos da Ação Católica, texto publicado logo em seguida ao golpe civil-militar. Nesse contexto de exceção, era natural que a JUC criasse uma identidade forte, afastando quaisquer agremiações de direita ou de reformistas moderados, assim como também era natural que a reflexão teórica fosse progressivamente constante, profunda e complexa, distanciando os universitários que se diziam menos preparados para essas discussões. “[...] Se, em 1959, a orientação nova partira de estudantes de ciências sociais”¹⁴¹, naquele momento eram os universitários de filosofia que conduziam as reuniões de estudo. Enquanto a JUC chamava a atenção de muitos estudantes para a profundidade das análises teóricas, a Ação Popular seduzia os estudantes universitários com inclinação para a ação política.

Em junho de 1966, os jucistas publicaram o último boletim do movimento com dois textos escritos por Frei Bernardo Catão, que foi amigo de Santa Cruz e autor da Livraria Duas Cidades. Esses trabalhos foram apresentados na reunião da JUC ocorrida durante o encontro regional de São Paulo, em janeiro daquele ano, quando o religioso examinou os valores positivos do movimento no ambiente universitário. Nessa época, os militantes jucistas vinham questionando a falta de apoio da hierarquia eclesiástica nas perseguições da polícia militar, alegando que a ideologia adotada por um militante era de sua exclusiva responsabilidade e não deveria ser um óbice para o clero prestar solidariedade. Porém, a partir de 1964 houve alterações na cúpula da Igreja. Uma delas foi a não recondução de Dom Hélder Câmara para secretário-geral da CNBB, cujo cargo foi ocupado pelo arcebispo de Porto Alegre Dom Vicente Scherer¹⁴², personagem que dissolveu a JUC e as demais juventudes católicas em 1966¹⁴³.

A contextualização que apresentamos do país, da Igreja Católica e da JUC reforçam a ideia de que a vida política e social do país foi um terreno fértil para a atividade de correntes progressistas do laicato cristão. A Livraria Duas Cidades surgiu nesse período e foi um espaço importante para dar suporte intelectual aos cristãos desejosos por uma filosofia e teologia católica renovadora, apoiando os estudos e as reflexões de leigos e clérigos que pertenciam a esquerda cristã brasileira. Se no decorrer dos anos 1950 havia setores da Igreja e do laicato que desejavam uma abertura para as questões sociais e humanas, foi nos anos 1960 que essas alas desenvolveram uma postura anticapitalista, mencionando que o sistema econômico era ateu, contrário às ideias comunitárias e do bem comum. Esse ambiente deu base para a atuação de uma esquerda católica, que, como vimos, foi se formando no fim do decênio de 1950 em diante, quando o país entrava em uma fase altamente politizada e polarizada.

¹⁴¹ Ibid., p. 211.

¹⁴² Ibid., p. 221.

¹⁴³ Ibid., p. 231.

Aqui nos interessa compreender como foi se formando a concepção de revolução nas formulações teológicas e ações políticas da esquerda católica brasileira¹⁴⁴. Algumas doutrinas legitimavam a prática política de numerosos cristãos, principalmente aqueles que faziam parte das juventudes organizadas da Ação Católica, em especial da JUC, JEC e JOC. Essas concepções não eram elaboradas com o intuito de servirem como uma teoria restrita às especulações científicas do estudo religioso, e pretendiam propor uma teologia renovadora aos cristãos, uma reflexão que na década de 1970 se transformou na Teologia da Libertação. Segundo Silva e Baptista, as origens da esquerda católica brasileira remontam à “[...] década de 1940, através das conferências do padre Leuret e de Frei Benevenuto de Santa Cruz”¹⁴⁵, e no decênio seguinte foi sendo continuamente estimulada e elaborada por meio da terceira via leuretiana, dos universitários católicos e dos temas debatidos em nível nacional. Já nos anos de 1960 identificamos que o Brasil não era o único país a contar com clérigos e leigos dispostos a renovar uma série de pressupostos cristãos. O papado do franciscano João XXIII, entre 1958 e 1963, teve o condão de publicar oito encíclicas que abordaram temas de uma doutrina católica expansiva e gregária, a exemplo da *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra), de 1961, e *Pacem in Terris* (Paz na Terra) de 1963, assim como defendeu a liberdade religiosa e o ecumenismo no Concílio Vaticano II, inaugurado em 1962, e cuja intenção era revigorar o catolicismo.

Os ventos progressistas da Santa Sé refrescavam as reflexões dos cristãos brasileiros que estavam desassossegados com as questões sociais e políticas do país. Foi nesse ambiente que a ideia de revolução provocava os cidadãos, da esquerda à direita, orientando as identidades dos grupos, como a esquerda católica que objetivou a ideia de revolução na perspectiva cristã. Frei Carlos Josaphat foi um dos dominicanos que acompanhou o papado de João XXIII com interesse, e participou de diversos encontros, reuniões e seminários com a juventude católica brasileira, assim como foi o autor de *Evangelho e revolução social*, publicado pela Livraria Duas Cidades em 1962. Essa obra inaugurou uma etapa determinante para investigar “[...] o catolicismo brasileiro diante das questões sociais da segunda metade do século XX. Na obra, o autor defende que os cristãos deveriam elaborar [os temas políticos] fora das oposições capitalismo *versus* comunismo do período, partindo da compreensão integral do humano”¹⁴⁶.

Essa breve exposição de uma das obras que Frei Carlos Josaphat publicou pela Duas Cidades também sinaliza que a década de 1960 foi um período fértil para o surgimento de padres

¹⁴⁴ SILVA, Wellington Teodoro da Silva; BAPTISTA, Paulo Agostinho N. A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 23, e59752, 5 ago. 2020. DOI: 10.5216/sec.v23.e59752.

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ Ibid.

vinculados a uma esquerda católica brasileira, como também foi o caso do padre Henrique Lima Vaz e tantos outros; autores de uma teologia que refletia sobre as especificidades do país e oferecia uma nova percepção do papel do cristão no mundo. Mais adiante veremos que a livraria e editora dominicana dirigida por Santa Cruz estava em consonância com o progressismo e a esquerda cristã dos anos 1950 e 1960, seja comercializando ou publicando as obras de autores que tratavam dessas temáticas, as quais causaram forte impacto na juventude católica, nos clérigos, bispos, sacerdotes e padres brasileiros que defendiam uma revolução cristã.

Antes da Teologia da Libertação figurar como uma doutrina religiosa houve a experiência prática de numerosos leigos e clérigos da América Latina, sobretudo da juventude católica brasileira, que participou ativamente dos movimentos organizados por trabalhadores, camponeses e estudantes. Acabamos de investigar o desenvolvimento da JUC, suas bases teóricas de ação e reflexão, e as razões que levaram as juventudes católicas a serem interpeladas pelo clero, sendo oficialmente dissolvidas em 1966. Mas não foram apenas os universitários católicos que integraram a esquerda católica, houve jovens clérigos brasileiros e de outros países latino-americanos que se tornaram grandes teólogos da doutrina religiosa que defendia a revolução social: “[...] a grande maioria dos principais teológicos da libertação, que estudaram fora do país (França, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos), voltaram de suas pesquisas de doutorado ainda jovens, alguns com menos de trinta anos, outros não chegando a 35-40 anos de idade”¹⁴⁷. Frei Betto, Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, Enrique Dussel, Rubem Alves, Juan Luis Segundo, José Comblin, Carlos Mesters e muitos outros foram teólogos da libertação, sendo que os dois últimos publicaram ou traduziram livros pelo selo da Livraria Duas Cidades, e todos legaram uma vasta obra que ainda hoje orienta os movimentos pastorais.

O pensamento do livreiro dominicano como repórter da II CELAM

A segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, promovida pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e realizada em Medellín entre os dias 24 de agosto e 6 de setembro de 1968, é um evento ilustrativo da nova mentalidade que estava a ebulir nas estruturas eclesiais do continente. Iremos revisitar os pontos altos dessa conferência por intermédio das reportagens¹⁴⁸ realizadas por Frei Benevenuto de Santa Cruz, enviado especial

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ Estas foram consultadas no acervo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria da Duas Cidades, que abriga o recorte das reportagens – conseguimos descobrir a data de publicação porque encontra-se escrito à mão o nome do veículo jornalístico e a data de publicação –, com exceção do caderno especial sobre a II conferência do CELAM, impresso após o fim da conferência e disponível no arquivo de Santa Cruz.

da *Folha de S. Paulo*. Desconhecemos os motivos que levaram o jornal a contratar o dominicano para a cobertura do evento, mas podemos supor que seu trânsito na elite paulistana, a amizade¹⁴⁹ entre ele e Octávio Frias de Oliveira (então fundador, dono, diretor e editor do jornal), ou até mesmo a perspectiva progressista do religioso tenham sido algumas das razões que impeliram o periódico a convidá-lo para relatar suas impressões da conferência.

A primeira reportagem saiu no dia 25 de agosto sob o título “Reações, reservas e prudência em torno do discurso do papa”. Nesta, o frade expôs que a abertura da conferência ocorreu na catedral de Bogotá, palco da plenária do CELAM e conduzida pelo papa Paulo VI, que proferiu o discurso inaugural diante de uma plateia composta de bispos, religiosos, peritos, observadores e jornalistas. Depois discorreu sobre uma esperança contida entre os participantes que escutaram o papa, os quais esperavam uma autêntica discussão entorno dos problemas do catolicismo e da situação social, política e econômica do continente latino-americano. Frei Benevenuto prosseguiu fazendo duas observações sobre as reuniões que ocorreram durante a semana que antecedeu a conferência: “[...] a primeira, é que [...] há certa irritação por parte dos latino-americanos em face de um tipo de raciocínio elaborado em centros de teologia europeus [...]”, os quais produziam uma doutrina alheia às questões do continente; e a segunda é que “[...] chegou a hora de dar sentido exato e honesto às palavras que empregamos para falar dos homens e aos homens”. E concluiu a matéria dizendo que Paulo VI fez ouvidos moucos aos desejos dos participantes ao pronunciar um discurso extremamente prudente.

“O otimismo renasce em torno do episcopado brasileiro” foi a segunda reportagem escrita por Santa Cruz e publicada na *Folha* do dia 28 de agosto. De imediato, ele assegurou que “o ponto alto da reunião que iniciou os trabalhos da conferência de Medellín, foi o aplaudido discurso de d. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina e presidente do CELAM”. Dom Avelar enunciou dois eixos centrais: enquanto o primeiro era a “[...] afirmação enérgica da validade do Documento-Base elaborado pelo CELAM e a declaração de que o discurso de inauguração do papa não será um Freio para o desenvolvimento dos trabalhos da conferência”, o segundo fez alusão às declarações de Paulo VI, considerando que “[...] uma leitura atenta do discurso papal manifesta claramente não apenas a condenação da violência armada, como também a condenação à violência passiva, isto é, a que mantém as estruturas injustas e impede as reformas”. Em sua opinião, a intervenção de Avelar comprovava “[...] de maneira indiscutível a liderança do grupo de bispos brasileiros na reunião” e o espírito progressista da delegação do Brasil, que seria decisiva nas discussões e conclusões da

¹⁴⁹ Domingos Zamagna (entrevista, 22 jul. 2019) mencionou que Frei Benevenuto era amigo de Octavio.

conferência. Prosseguiu afirmando que os bispos brasileiros seriam capazes de arregimentar o apoio dos prelados das outras nações do continente para a renovação da ação católica na região. E encerrou manifestando que o tema oficial da conferência, “A posição da Igreja face à mudança de estruturas da América Latina”, expressava a renhida batalha travada pelos bispos.

A terceira reportagem, “As entrelinhas do papa e os grandes ausentes de Medellín”, publicada no dia 29 de agosto, abordou principalmente a ausência de pessoas que seriam peritos da assembleia da II CELAM. Nas palavras do repórter, “[...] está sendo profundamente lamentada [...] a ausência de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), convidado como perito da Delegação Brasileira de Bispos, que por motivos pessoais não pôde vir”. E depois reportou que a rápida e estrepitosa presença do bispo mineiro, Dom Geraldo de Proença Sigaud, inquietou muitos dos presentes na conferência, pois este padre conversador alegou que a eleição da delegação brasileira foi irregular, o que foi desmentido pelo cardeal Agnelo Rossi.

“Medelin: bispos tomam posição contra ‘imobilismo’ da Igreja” foi a quarta reportagem assinada por Frei Benevenuto, publicada no dia 31 de agosto. Ele argumentou que ainda não era possível afirmar quais seriam as posições e conclusões incorporadas às resoluções da conferência, mas informou que os trabalhos avançavam satisfatoriamente. “[...] Todos os observadores assumiram posição clara e decidida contra o ‘mobilismo’ da Igreja na América Latina e postularam uma revisão dos compromissos com estruturas sociais, econômicas e políticas vigente”. Em seguida, o enviado especial da *Folha* citou a conferência realizada por Dom Eugênio Sales, relatando que o cardeal brasileiro foi corajoso ao defender a promoção humana, manifestando que o poder clerical latino-americano deveria abandonar sua característica colonial e promover uma religião de povos livres.

O quinto texto de Frei Benevenuto, “Posições progressistas dentro do CELAM justificam a reunião”, foi publicado no dia 03 de setembro, ocasião em que o autor fez um balanço positivo da primeira fase da conferência. Ele afirmou que essa etapa foi caracterizada por reflexões e debates entre os bispos, os quais definiram sete temas gerais para compor o documento-base: “[...] liturgia, catequese, educação, juventude, pobreza, formação de clero, meios de comunicação social”. Segundo o repórter, o tema da pobreza foi explicitado como um “[...] testemunho de solidariedade aos pobres e miseráveis do continente e como testemunho de liberdade e independência face aos poderosos, os ricos e os governantes, devendo a Igreja abdicar corajosamente dos favores que deles recebem”. Após ter feito algumas menções sobre os outros temas, Santa Cruz expôs que as conclusões da conferência seriam publicadas por meio de uma mensagem dirigida aos povos da América Latina, documento que seria divulgado após a aprovação de Paulo VI. Posteriormente, considerou que era possível tecer um balanço positivo

da primeira fase da conferência diante da “[...] discreta atuação da representação vaticana, o que significa autonomia das igrejas locais do hemisfério e uma mudança importante do que ocorreu em outras reuniões similares do passado, quando a Santa Sé exercia um controle absoluto e uma influência definitiva”. E concluiu expressando que a face mais positiva da conferência encontrava-se no texto do documento-base, cujo mote denunciava a exploração, o militarismo, as aviltantes condições socioeconômicas, o analfabetismo e os marginalizados.

Na sexta reportagem, publicada no dia 05 de setembro sob o título “CELAM mostra sua eficácia em cinco fatos muitos sugestivos”, Frei Benevenuto elencou os pontos que evidenciam o sucesso do encontro. O primeiro deles era a constatação de que a organização do evento se comprometeu a promover uma “reunião latino-americana do povo de Deus [...], que segundo a expressão do Concílio, é toda a Igreja, com todos os seus membros [...]”. O segundo foi a recusa de um relatório da comissão que criticava a ação dos universitários católicos, o que motivou a seguinte pergunta de Frei Benevenuto: “[...] os estudantes devem restringir-se às atividades científicas ou devem compreender a realidade latino-americana?”. O terceiro discutiu a relação dos bispos com o tema da pobreza, sugerindo que eles deveriam renunciar aos títulos e aos modos de se vestir, abandonando quaisquer formas de ostentação. Enquanto o quarto tratou da rejeição do relatório sobre o trabalho, o que revelava, segundo o repórter, as divergências em certas áreas do episcopado do continente, o fato derradeiro discorreu da luta privada de Dom Sigaud, que acusava os representantes brasileiros de subverterem a Igreja.

“CELAM denuncia opressão dos privilegiados” é o título da sétima reportagem de Frei Benevenuto, publicada no dia 06 de setembro. Nesta, o religioso relatou que a assembleia acabara de entrar em sua fase decisiva, etapa em que iriam extrair as conclusões das comissões e subcomissões das conferências, as quais seriam posteriormente votadas no plenário. Entre todas elas, o repórter mencionou a comissão de justiça e paz, destacando que o relatório desse grupo abordou as causas da ausência de paz na América Latina, denunciando o colonialismo e a marginalidade urbana e rural. Essa comissão também tratou da justiça no sentido de que os cristãos latinos deveriam assumir a responsabilidade para a construção da paz e da legitimidade revolucionária “[...] em caso de ‘tirania evidente e prolongada’, tirania que não é necessariamente de uma pessoa, mas também das estruturas, mantido por uma classe de homens que se opõem de maneira injusta às transformações que poderiam terminar com a miséria”.

A penúltima reportagem assinada por Frei Benevenuto, “A ‘comunhão de Medellín’, um acontecimento revolucionário”, foi publicada no dia 07 de setembro. Ele iniciou relatando um fato histórico ocorrido na conferência: “[...] todos os observadores cristãos e não-católicos receberam a comunhão, durante a solene celebração que se oficia diariamente na capela do

Seminário São José. [...]”. Prosseguiu dizendo que após o fim da solenidade ecumênica, um bispo católico pegou-lhe pelo braço, e disse: “Meu velho, não devemos ter medo das palavras; isso tudo não é apenas uma face nova da Igreja, mas é uma Igreja nova, que vai jogando fora suas roupas mofadas e seus costumes rançosos”. O repórter dominicano concordou com a fala do bispo diante da experiência de ter participado de uma liturgia ocorrida “[...] não nos ambientes superintelectualizados de Oxford, Tubingen ou Paris, mas em terras onde até há bem pouco tempo ainda prevaleciam reações de intolerância inquisitorial e onde pastores e ministros evangélicos eram escorraçados do território das paróquias católicas”. Assegurou, em seguida, que a intercomunhão histórica realizada em Medellín poderia ser o prenúncio de uma nova etapa da cristandade latina. Depois tratou do movimento encabeçado por Dom Hélder Câmara (chamado Ação, Justiça e Paz), que estava embevecido com a aprovação de diversos preceitos de seu movimento no documento final da conferência.

“A CELAM recebeu seu atestado de maioria” foi a última matéria assinada por Frei Benevenuto de Santa Cruz diretamente de Medellín, publicada no dia 08 de setembro. Nesta, o religioso informou que enquanto o plenário votava as conclusões extraídas durante a assembleia, numerosos bispos solicitavam que elas fossem divulgadas sem a aprovação papal. Após a demanda dos bispos, Paulo VI aceitou a publicação do documento sem seu consentimento prévio, o que para o repórter representava o reconhecimento da maioria alcançada pela Igreja latino-americana. E o frade encerrou dizendo que a maioria delegada aos bispos era uma vitória irrefutável da segunda conferência.

Poucos dias após o fim do evento, a *Folha de S. Paulo* lançou o caderno especial, “A Igreja na América Latina: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Medellín, 26/08 a 06/09/1968”¹⁵⁰. Para além dos dois textos publicados na capa do caderno – “História e sentido das conclusões”, de Frei Benevenuto de Santa Cruz, e “É preciso aplicar, agora, o que foi aprovado em Medellín”, de Dom Avelar Brandão Vilela –, há um informe mencionando que a *Folha* promoveria, entre os dias 25 e 27 de setembro, um ciclo de conferências sobre as proposições e discussões do encontro que reuniu 160 bispos latino-americanos. Este ciclo contaria com a participação de Frei Benevenuto – observador do jornal junto a II CELAM e editor do caderno especial –, de Dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, e de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, que integraram a delegação brasileira em Medellín. O jornal informou que comercializaria um livreto contendo as teses e

¹⁵⁰ A IGREJA na América Latina: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano – Medellín, 26/08 a 06/09/1968. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano XLVIII, n. 14.336, 15 set. 1968. Caderno Especial, capa. Disponível no acervo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

recomendações extraídas da conferência, o ciclo de palestras e outros textos de análise escritos por Santa Cruz. Este publicou um breviário da conferência na capa do caderno especial, afirmando que apenas cinco vozes presentes no plenário da conferência foram contrárias às resoluções aprovadas, o que, em sua opinião, indicava o dever da Igreja do continente na revisão e atualização das estruturas garantidoras de uma realidade menos opressiva e injusta aos povos latino-americanos que clamavam por justiça e paz.

Se a cobertura da II CELAM realizada pelo dominicano é reveladora de uma fase construída por numerosos religiosos do continente desde meados dos anos 1940, as reportagens demonstram o quanto ele estava alinhado a essa fase progressista, compartilhada por muitos leigos, clérigos e bispos da região. Até aqui procuramos identificar as relações que Frei Benevenuto estabeleceu com personalidades de fora e de dentro da Igreja, assim como investigamos a visão teológica, política, social, intelectual e cultural que ele deixou escrito no conjunto de correspondências, conferências, anotações, notas, reportagens, matérias e outras fontes analisadas. Quando reconstituímos suas viagens, atividades, estudos e conferências, estamos a moldar a figura do livreiro-editor como um mediador cultural¹⁵¹; ou melhor, como um intelectual mediador que realizou uma série de incursões no campo da cultura. Santa Cruz iniciou essa mediação como a principal referência de EH no país, depois envolveu-se na seara livreira e editorial ao mesmo tempo que representava a Igreja em exposições e solenidades artísticas e intelectuais, assim como proferia palestras a religiosos, jovens e leigos católicos de São Paulo e de outras cidades brasileiras.

Frei Benevenuto foi capaz de produzir um conhecimento a partir de suas intervenções e interlocuções com pessoas e instituições relacionadas à área social, política e cultural. As ações colocadas em prática pelo livreiro-editor não eram necessariamente atreladas à esquerda cristã dos anos 1960, dado que ele passou a desempenhar um papel no setor livreiro de 1947 em diante, justamente quando comercializou livros e revistas que estimulavam novas reflexões teológicas, filosóficas, artísticas e sociais no catolicismo brasileiro. Ele foi um dos agentes que criou um canal de formação da esquerda católica e de uma ala que depois se tornou socialdemocrata, mas naquela época era vinculada ao Partido Democrata Cristão (PDC) de São Paulo, o que nos leva a crer que ele sempre esteve no meio do caminho entre a esquerda e a socialdemocracia brasileira, inclusive depois que ele se desvinculou da Ordem Dominicana.

¹⁵¹ GOMES, Angela de Casto Gomes; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Casto Gomes; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 9-37.

Independente de sua linhagem política, Santa Cruz foi um intelectual mediador desde os anos que trabalhou com o padre Le Bret até o fim da vida dedicando-se à Livraria Duas Cidades. Ele atuou como um dos tantos “[...] sujeitos [que] podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social”¹⁵². Essa característica vai se manifestar ao longo de todos os anos em que ele foi livreiro-editor, incluindo suas experiências prévias no Centro de Difusão de Revistas Dominicanas, nas Edições SAL, nos trabalhos da SAGAMACS, na II Bienal de Arte, no MAM de São Paulo e nas tantas palestras que ele proferiu. Nessas circunstâncias, ele compartilhou seu conhecimento com grupos e indivíduos de diversas camadas sociais, irradiando novas linguagens e ampliando o vocabulário científico, teológico e artístico em determinado contexto histórico.

Quaisquer tipos de intelectuais¹⁵³, independentemente da forma como agem e interagem perante a sociedade em que vivem¹⁵⁴, passam por um processo de formação, aprendizagem e relação com outros movimentos, instituições e atores sociais, muitos dos quais também desenvolvem projetos de diversos âmbitos. Essas redes comunicam-se com programas, teorias e atividades que formam um leque de “[...] percepções cognitivas e afetivas desses sujeitos [...]”, o que indicam suas “[...] preocupações com as dinâmicas de produção dos bens culturais, sendo, portanto, fundamental atentar para os fenômenos de sua ‘mediação’”¹⁵⁵. Nesse sentido, os intelectuais mediadores foram e continuam a ser personagens estratégicos para compreender uma história que procura investigar processos socioculturais que produzem e interferem na dinâmica de produção, circulação, comunicação e apropriação de bens culturais. Mediadoras e mediadores intelectuais propiciam mudança de sentidos e mentalidades por meio de suas variadas intervenções políticas e socioculturais. Antes e depois da vida religiosa, Santa Cruz foi um intelectual mediador. Assim, perquirir os trinta e poucos anos de sua trajetória religiosa é crucial para compreendermos seu trabalho como livreiro-editor de uma casa que desde o princípio mediou os anseios por conhecimentos relacionados aos planos divinos e terrenos.

Mas antes de percorrermos as veias do livreiro responsável pela Duas Cidades, vamos circunscrever o panorama de livrarias no país, e particularmente em São Paulo, procurando delimitar os meios de distribuição e comercialização disponíveis nos anos 1950 e 1960. Ao

¹⁵² Ibid., p. 10.

¹⁵³ BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

¹⁵⁴ SAID, Edward W. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁵⁵ GOMES, Angela de Casto Gomes; HANSEN, Patricia Santos., *op. cit.*, 2016, p. 12-13.

traçarmos o horizonte do comércio livreiro nacional e paulistano, buscaremos situar a posição e a dimensão da casa dirigida por Santa Cruz nesse período, o que também nos levará a identificar os pontos de convergência e divergência com outras livrarias que importavam livros franceses religiosos e comercializavam livros católicos.

As lojas da Duas Cidades e outras livrarias no centro de São Paulo

Já alertamos neste trabalho sobre a deficiência estrutural de distribuição de livros no território nacional, a qual era realizada predominantemente pelos correios. O serviço de reembolso postal começou a entrar em declínio a partir de 1967, quando despachou apenas 130 mil volumes contra os 250 mil expedidos em 1965¹⁵⁶. Outra carência do mercado livreiro era a ausência de um organização distribuidora que atendesse todas as editoras brasileiras, obstáculo que impedia a venda do livro compatível com o crescimento do número de estabelecimentos nos anos 1950. Das “[...] 267 livrarias existentes no Brasil em 1955, e as 94 existentes só no Estado de São Paulo, eram, em 1959, apenas quatro anos depois, 557 e 194 respectivamente”¹⁵⁷, o que ainda era insatisfatório para um país continental.

Ainda que esse problema pudesse ser amenizado por intermédio de uma eficiente política de propaganda¹⁵⁸ – conduzida por livrarias e editoras com anúncios publicados em jornais e revistas, ampliando, assim, a margem de pedidos recebidos –, o sistema de distribuição de livros no Brasil continuava deficitário em 1970, quando era executado por apenas 91 agentes localizados nas capitais paulista e carioca¹⁵⁹. Livrarias, farmácias, supermercados, bancas de jornal, papelarias e escolas eram alguns dos outros canais disponíveis para a comercialização do livro no território nacional. As três primeiras opções funcionaram bem com livros infantis e textos eminentemente populares, já os didáticos ou paradidáticos geralmente eram distribuídos por organismos governamentais, ao passo que algumas editoras praticavam a venda diretamente ao leitor por meio do crediário para a venda de coleções, séries, enciclopédias ou gêneros afins. O “Clube do Livro”¹⁶⁰ era outra experiência de comercialização de livros levada a cabo em São Paulo desde 1948, cujo alvo era formar uma escola de leitores.

Nesta tese investigamos algumas das especificidades da importação de livros franceses durante os anos 1950. Salientamos que dois dos principais fatores para o alto custo da operação

¹⁵⁶ ANDRADE, Olímpio de Souza Andrade., *op. cit.*, 1978, p. 66.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 67.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 66.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 68.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 69.

estavam relacionados ao preço dos originais e às taxas aduaneiras, impactando na quantidade de livros importados desse país. Mas a “[...] importação tornou-se livre pelo decreto-lei 63, de 21-11-1966, que, aprovando a nova Tarifa das Alfândegas, declara isentos do imposto de importação [...]: ‘livro, brochura, impresso e semelhantes para fim cultural, religioso ou didático, [...] em qualquer idioma’”¹⁶¹. Mesmo antes da promulgação do decreto, o livro francês foi muito importado para o Brasil nas décadas de 1950, 1960 e 1970, assim como eram as obras oriundas da Inglaterra e Estados Unidos, ou até mesmo da Espanha em 1974¹⁶². Mas quando comparamos o volume de importações provenientes da França e dos Estados Unidos nos anos 1954, 1961 e 1970, é inegável que os norte-americanos assumiram a dianteira na remessa de livros para Brasil, despachando, em 1970, 915.720 (kg) contra os 112.560 (kg) dos franceses.

Outras informações sobre a comercialização, distribuição e importação de livros em nível nacional permiti-nos compreender o peso do estado de São Paulo no mercado livreiro do país. Dos 194 estabelecimentos que a região possuía em 1959, 78 encontravam-se na região central da capital durante a década de 1950, período que representou o auge de livrarias no centro da cidade¹⁶³. Nesse sentido, abrir uma livraria na área central da cidade representava estar no entorno de algumas universidades, a exemplo do Mackenzie, da ELSP, da PUC e de algumas faculdades da USP, indicando que o comércio livreiro poderia atender um público leitor especializado, como ocorreu com a Duas Cidades, a Francesa, entre outras que eram frequentadas por docentes e discentes, os quais posteriormente publicaram suas teses e dissertações por muitas das livrarias que também eram editoras. No contexto do meio do século passado, as universidades anteriormente mencionadas investiram na área das humanidades, viabilizando a ascensão dos cursos de Sociologia, História, Letras e Filosofia.

O crescimento das ciências humanas e do comércio livreiro acompanharam o ritmo de desenvolvimento urbano, cultural, industrial e social da cidade de São Paulo nos anos 1950. Enquanto o intenso processo de industrialização da capital tornou exequível a construção da mais robusta estrutura gráfico-editorial do Brasil, o investimento nas estruturas socioculturais permitiu a construção de bibliotecas, livrarias, museus e universidades nessa região. Muitos dos intelectuais que estudavam nessas instituições tinham o hábito de comprar livros nacionais e importados, depois tornaram-se professores, passaram a publicar seus estudos e a formar uma geração de alunos que frequentavam as livrarias localizadas no centro da capital paulista. Nesse

¹⁶¹ Ibid., p. 82.

¹⁶² Ibid., p. 82-83.

¹⁶³ GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo., *op. cit.*, p. 15-16; p. 50.

período, livrarias¹⁶⁴ como a Nobel abriu uma filial na rua Maria Antônia, a Martins ampliou as áreas temáticas comercializadas e passou a vender (e a editar) títulos de ciências humanas, assim como a Mestre Jou construiu seu departamento editorial no centro da cidade a fim de atender os universitários, publicando originais e traduções de obras europeias.

O centro novo de São Paulo progrediu entre 1940 e 1960, ao ponto de atrair não apenas livrarias, mas também estabelecimentos de luxo, predominantemente localizados nas ruas Marconi e Barão de Itapetininga. Enquanto a Marconi era a sede das livrarias Teixeira, outrora dos irmãos Teixeira¹⁶⁵, e Jaraguá, de Alfredo Mesquita, a Barão era considerada como uma das ruas mais prestigiosas e seletas da capital, onde estava a sede da *Folha de S. Paulo*, da Confeitaria Vienense, das livrarias Parthenon, de José Mindlin, e Brasiliense, de Caio Prado Jr., rua que ficava a quatrocentos metros da Praça Ramos, endereço da Mappin, a maior loja de departamento da cidade nesses anos. Segundo levantamento realizado por Gonçalves, o centro novo possuía 51 livrarias e o centro velho abrigava 27, somando 78 estabelecimentos situados na região central de São Paulo no meio do século passado¹⁶⁶. O autor estabeleceu as diferenças entre as configurações espaciais das livrarias que pretendiam atingir o grande e o médio público; as primeiras não restringiam os tipos de obras comercializadas e construía espaços que tinham o objetivo de promover a alta rotatividade da clientela, ao passo que as segundas eram geralmente frequentadas por um público universitário e suas espacialidades estimulavam a permanência dos clientes nos estabelecimentos.

Gonçalves cita a Livraria Duas Cidades como exemplo de um estabelecimento de médio porte, onde “[...] havia mesas para que os clientes [pudessem] consultar as obras antes de comprá-las; [e] o proprietário [...] ‘recebia a clientela para longas conversas sobre livros’”¹⁶⁷. Mas ele também menciona a Freitas Bastos, que tinha “‘uma sala dos amigos da livraria’, onde os clientes podiam fazer reuniões e consultar obras de referência, a Jaraguá, [com sua] sala de chá, e a Brasiliense, [que] realizava em seus salões exposições de artistas europeus”¹⁶⁸. Além dessas, ele também fez breves descrições das livrarias Gazeau, com suas galerias subterrâneas, e Ornabi, construída nas salas do edifício das Arcadas.

¹⁶⁴ Ibid., p. 18.

¹⁶⁵ Para mais informações sobre a livraria Teixeira, consultar: QUINTA, Hugo. Garraux e os irmãos Teixeira: os livreiros-editores da pauliceia finissecular. *Tempos Históricos*, vol. 23, p. 289-315, 2º Semestre de 2019.

¹⁶⁶ GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo., *op. cit.*, p. 22.

¹⁶⁷ Ibid., p. 22. Embora o autor não mencione o endereço da Duas Cidades, provavelmente ele faz alusão ao estabelecimento localizado na rua Bento Freitas, n. 158, a partir de agosto de 1968. Logo adiante iremos tratar dos locais onde a livraria e editora residiu entre 1954 e 2006.

¹⁶⁸ Ibid., p. 22-23.

O declínio dessa região começou nos anos 1960 e 1970, quando as livrarias e os outros estabelecimentos comerciais transferiram suas lojas para outras localidades da metrópole. A especulação imobiliária aumentou o preço dos imóveis no centro de São Paulo, a malha viária dessa região tornou-se incompatível com o crescente fluxo de pessoas, carros e transporte público, e os edifícios do bairro estavam progressivamente depauperados e antiquados para o modelo de livraria desenhado naquele período. Paralelamente, as instituições financeiras foram para a avenida Paulista e atraíram as grandes livrarias para as proximidades, como a loja da Cultura, construída no Conjunto Nacional em 1969, a sede da Sciliano em 1970, na rua Augusta, ou da Parthenon em 1978, localizada na Paulista. Do ponto de vista de locomoção urbana, o metrô paulista construído a partir de 1968 estabeleceu uma conexão com as “[...] regiões de subcentros [...] por servirem de ligação entre a área central e a periferia. [...] As livrarias voltadas ao grande público, embaladas pelo sucesso de venda, [conseguiram] acompanhar as mudanças na geografia econômica da cidade”¹⁶⁹. Outrossim, as livrarias de cunho acadêmico foram extremamente prejudicadas pela mudança do centro financeiro e pela transferência da FFCL da USP, em 1968, para a cidade universitária, distanciando uma clientela que aos poucos deixou de frequentar o centro da cidade por causa de sua progressiva degradação.

Nessa linha de considerações, dois tipos de livrarias foram edificadas na região central de São Paulo. Um tipo era basicamente dedicado a um público mais restrito de intelectuais, eruditos e universitários, arquitetando espaços voltados à sociabilidade e à disposição da maioria do estoque de livros “[...] em altas prateleiras, que ocupavam paredes inteiras, expondo apenas a lombada dos títulos [...]”¹⁷⁰. E o outro tipo eram as livrarias dirigidas ao grande público, comercializadoras de *best-sellers*, dispostas em locais amplos o suficiente para dispor numerosas obras com a capa voltada para frente e decoradas com a finalidade de conquistar a diversificada clientela e de obter auspiciosos dividendos, diferentemente do que ocorria, por exemplo, com a Livraria Duas Cidades, voltada a um público especializado desde sua fundação.

A reconfiguração da cartografia financeira de São Paulo, promovida pelo crescimento econômico brasileiro entre 1968 e 1973, somado à mudança da FFCL, às alterações dos meios de transporte urbano e à progressiva degradação do centro, foram os fatores que desaguaram no decréscimo do número de livrarias nessa região, somando 55 estabelecimentos em 1960 e apenas 19 no decênio seguinte¹⁷¹. Como vimos, as grandes livrarias e outras modalidades de

¹⁶⁹ Ibid., p. 26.

¹⁷⁰ Ibid., p. 49.

¹⁷¹ Ibid., 50. Dado extraído do levantamento feito por Gonçalves: “Gráfico 2. Distribuição das livrarias entre o Centro Velho e o Centro Novo de São Paulo por década”.

comércio transferiam seus escritórios e lojas para a avenida Paulista e proximidades, muitas vezes ocupando o lugar das antigas mansões dos barões do café, paulatinamente substituída por arranha-céus. No centro da cidade restou poucas livrarias de médio e pequeno porte, as quais conseguiram sobreviver mediante a estreita relação estabelecida entre livreiros, intelectuais, estudantes e professores universitários, público que fazia questão de frequentar esses estabelecimentos mesmo diante da deterioração dessa região.

Do conjunto de livrarias existentes nessa localidade durante as décadas de 1950 e 1960, as filiais da Agir¹⁷² na rua Bráulio Gomes, da Vozes na rua Senador Feijó (local que abrigou outras livrarias católicas), bem como a sede da Herder na rua 7 de Abril, e da Francesa na Barão de Itapetininga, eram lojas que tinham um perfil semelhante à Livraria Duas Cidades. Agir, Vozes e Herder por comercializarem livros religiosos e filosóficos, e a Francesa por ser uma das maiores importadoras das obras provenientes dos países francófonos, principalmente de títulos na área de ciências humanas. Dessas, chamamos atenção para a Vozes e a Francesa.

Fundada em 1897 por membros da Ordem Franciscana de Petrópolis (RJ), a Vozes começou editando textos destinados aos alunos de uma escola e quatro anos depois construiu a Tipografia da Escola Gratuita de São José, oficina edificada no convento dessa congregação¹⁷³. Em 1911, publicaram o primeiro número da revista católica *Vozes de Petrópolis*, nome que posteriormente batizou a editora responsável por vender livros no varejo e é considerada a primeira sede da livraria Vozes. Os franciscanos decidiram espalhar lojas pelos país a partir de 1940, primeiro estreando a filial do Rio de Janeiro neste ano, em 1943 inaugurando a sucursal de São Paulo, e daí em diante disseminaram suas lojas em “[...] Belo Horizonte (1957); Porto Alegre (1968); Brasília (1974); Recife (1975), Fortaleza (1983), Curitiba (1977), Salvador (1985), Goiânia (1988), Juiz de Fora (1986), Cuiabá (1986), Londrina (1992), Florianópolis (1995), Aparecida (1998), São Luís (1998) e Manaus (1997)”¹⁷⁴, logrando, inclusive, abrir uma filial em Lisboa. Os religiosos representavam boa parte do público frequentador das livrarias Vozes até 1961, na medida em que a casa estava restrita às vendas de suas publicações. Mas depois ampliaram e diversificaram não somente o catálogo da editora, mas também os livros disponíveis em todas as sucursais, atingindo diversas áreas do conhecimento, em especial os temas ligados à política, sociedade e psicologia. “[...] Durante a ditadura militar foi uma das raras editoras a lançar autores repudiados pelo regime, como Darcy Ribeiro e Paulo Freire, e a

¹⁷² Ibid., p. 31.

¹⁷³ MACHADO, Ubiratan. *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

¹⁷⁴ Ibid., p. 107.

divulgar temas polêmicos, como a teologia da libertação e o movimento feminista”¹⁷⁵. Ainda que a editora tenha conseguido manter sua linha editorial e comercial durante a ditadura, o regime não deixou barato essa ousadia, e muitas de suas sucursais recebiam visitas de agentes da polícia militar. De todo modo, a Vozes ultrapassou os cem anos de existência e “[...] detém a maior rede de livrarias católicas do país (23 lojas), sendo a quarta maior editora brasileira”¹⁷⁶.

Já a Livraria Francesa foi inaugurada em 25 de julho de 1947, numa modesta sala da rua Benjamin Constant pelo casal francês Juliette Monteil e Paul-Jean (1907-1973). O casal imigrou para o Brasil nos anos 1940 e iniciou a atividade livreira com um estoque reduzido, mas nos primeiros anos de atividade conquistou a credibilidade das editoras francesas e o estabelecimento passou a receber substanciosas encomendas. O crescimento permitiu-lhes transferir a sede da livraria em 1949, primeiro para uma sala e depois para o andar térreo de um edifício localizado na rua Barão de Itapetininga, n. 275, onde se encontra hodiernamente. “[...] Adotando como lema ‘A livre mensageira do pensamento francês no Brasil’ e como logotipo a figura de Narciso, a livraria tornou-se reduto da comunidade francesa [...]”¹⁷⁷, constituindo-se como um relevante polo cultural da capital paulista. Paul-Jean era engenheiro de formação, politicamente situado no campo de esquerda, interessado por cultura, e com passar dos anos tornou-se um livreiro que frequentava as rodas políticas e intelectuais da USP e de outras universidades brasileiras, aproximando-se do PCB e relacionando-se com Caio Prado Jr. e Luís Carlos Prestes. “[...] Aos sábados, a livraria se enchia de escritores, artistas, professores, pertencentes a uma geração ainda fortemente embebida de cultura francesa, como Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido. Era a livraria preferida de Roger Bastide, quando professor da USP”¹⁷⁸, e frequentada pelo docente e editor Jacó Guinsburg, entre outros.

No decênio de 1950 inauguram uma sucursal no Rio de Janeiro, situada na avenida Presidente Antônio Carlos, rente ao edifício Maison de France. Foi “[...] considerada a maior livraria de livros franceses do mundo, fora da França, a Livraria Francesa deu origem à editora Difel – Difusão Europeia do Livro”¹⁷⁹, editora que traduziu diversos livros europeus na área de ciências humanas e era coordenada por Jacó Guinsburg¹⁸⁰, que depois fundou a Perspectiva e promoveu uma linha editorial próxima da Difel. Com o falecimento de Paul-Jean em 1973, o estabelecimento começou a ser dirigido por sua filha, Claudie Monteil (1940-2005), que 16

¹⁷⁵ Ibid., p. 108.

¹⁷⁶ Ibid., p. 108.

¹⁷⁷ Ibid., p. 175.

¹⁷⁸ Ibid., p. 175.

¹⁷⁹ Ibid., p. 176.

¹⁸⁰ No quarto capítulo deste trabalho iremos analisar a trajetória editorial de Jacó Guinsburg e de sua Perspectiva.

anos depois recebeu o reconhecimento público da USP pela tarefa empreendida no campo da cultura, e atualmente a livraria é conduzida pela filha de Claudie, Silvia Monteil¹⁸¹. Antes, porém, a livraria teve alguns momentos prestigiosos, como a presença de Jean-Paul Sarte, em 1960, para realizar uma tarde de autógrafos, ano em que também recebeu o padre Louis-Joseph Lebret para uma tarde de autógrafos¹⁸² do livro *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?*, obra traduzida por Frei Benevenuto e publicada pela Livraria Duas Cidades.

No quarto capítulo desta tese iremos nos aprofundar na história da Livraria Francesa. Por ora nos interessa demonstrar que ela foi um dos estabelecimentos concorrentes da livraria dirigida por Santa Cruz, principalmente a partir da década de 1970, quando ele aposentou a batina, alterou a modalidades dos livros comercializados na loja e promoveu uma inflexão no catálogo da editora. Tanto a Francesa quanto a Duas Cidades estavam situadas no centro de São Paulo e foram grandes importadoras de livros franceses, mas a segunda se especializou por encomendar livros religiosos entre 1954 e 1969, enquanto o comércio de Paul-Jean estava focado na área de ciências humanas desde o princípio. É verdade que Frei Benevenuto também foi responsável por importar numerosos títulos franceses da área de filosofia e de outras ciências correlatas à religião, mas esta foi a principal área temática da livraria e da editora durante os primeiros quinze anos de existência da casa dominicana.

Em outros trechos deste trabalho salientamos algumas das localidades onde a Duas Cidades esteve presente ao longo de sua história. Dissemos que a sede principal da casa, entre 1954 a 1968, foi na Praça da Bandeira, n. 40; nos três primeiros anos funcionando no 13º andar do edifício, ao lado do escritório da SAGMACS, e depois foi para o 7º andar do mesmo prédio. Santa Cruz também abriu um pequeno serviço de vendas nas portarias dos conventos São Tomás de Aquino e Santo Alberto Magno e na Escola Apostólica de Juiz de Fora. Em 1962, a avenida 9 de julho, n. 40, é o endereço que consta nos livros publicados pela editora, resultado de uma mudança no traçado viário da capital paulista, e, portanto, permaneceu no prédio da Praça da Bandeira até agosto de 1968, quando o estabelecimento se mudou para uma sala comercial localizada no edifício da rua Bento Freitas, n. 158, onde funcionou a sede principal da casa até 2006, ano em que teve suas atividades encerradas. Maria Antonia abriu uma filial da livraria, de curta duração, no Museu de Imagem e Som nos início dos anos 2000¹⁸³.

Mas foi em 1958 que Frei Benevenuto abriu a única sucursal da casa fora do estado de São Paulo, estreando uma loja do estabelecimento na capital mineira. “Inaugurada em Belo

¹⁸¹ MACHADO, Ubiratan., *op. cit.*, 2008, p. 176.

¹⁸² À PROCURA de uma civilização autêntica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 set. 1960. Folha Ilustrada, p. 4.

¹⁸³ Iremos apresentar algumas informações sobre essa filial no quinto capítulo deste trabalho.

Horizonte a filial da ‘Duas Cidades’. Bênçãos das instalações pelo Arcebispo Coadjutor; discurso do Edgard da Mata Machado, tarde de autógrafos do Padre Provincial pelo lançamento do livro ‘A J.E.C., o evangelho nos Colégios’¹⁸⁴, escrito por Frei Mateus Rocha e publicado pelo selo dominicano. No acervo pessoal de Santa Cruz não há documentos sobre a loja mineira, tampouco encontramos informações detalhadas na JUCEMG, ainda que o registro da sucursal mencione as atividades fins do comércio, o regime jurídico e o endereço da livraria na rua São Paulo, n. 848, loja B. Ainda assim, conseguimos traçar algumas características da filial mineira, da sede paulista e de traços característicos do livreiro dominicano a partir dos depoimentos de Frei Betto, Domingos Zamagna e Humberto Pereira, e dos relatórios sobre a Duas Cidades, escritos por Frei Benevenuto e destinados ao provincial dos dominicanos.

Quando questionamos Frei Betto¹⁸⁵ em que circunstâncias conheceu Santa Cruz, ele respondeu que não tinha a menor ideia se tinha sido antes ou depois de sua mudança para o convento de Perdizes, nos anos 1960. Ato contínuo, Betto mencionou que eles provavelmente se conheceram entre 1959 e 1961, quando ele frequentava o convento dominicano e a filial da Duas Cidades na capital mineira. Perguntamos se ele tinha alguma memória dessa loja e em que medida ela foi importante para a sua formação, e o entrevistado disse que se tratava de um estabelecimento sediado no canto de uma galeria na rua São Paulo, centro de Belo Horizonte, em um espaço pequeno. Frei Betto prosseguiu relatando que a filial foi relevante para a formação de todos os membros da “[...] da Ação Católica [...]. Porque os livros que nos interessavam, era ela que importava, ou era ela que divulgava. Então, [a filial] tinha um peso muito grande pela sua consistência, e o pessoal que trabalhava [lá] era muito próximo de nós da Ação Católica, nos indicava livros etc.”¹⁸⁶. Mais adiante, indagamos qual seria a sua avaliação sobre o papel de Frei Benevenuto na Ordem, e ele respondeu considerando que Santa Cruz se destacou, nos anos 1960, pelos contatos que estabeleceu com a alta intelectualidade de São Paulo, “[...] principalmente os iluminares da USP, como Antonio Candido e Sergio Buarque de Holanda. Era íntimo dessas pessoas. Depois eu vim a ser amigo dessas pessoas graças ao Benevenuto, foi ele quem me abriu o caminho”¹⁸⁷.

Sobre a relação de Frei Betto com a Livraria Duas Cidades, o entrevistado respondeu que frequentou mais a filial – no período que morava em Belo Horizonte e pertencia à JEC – do que a sede, argumentando que não tinha o hábito de ir à loja paulista por duas razões: “[...] primeiro

¹⁸⁴ MEMÓRIA DOMINICANA., *op. cit.*, n. 21, p. 54.

¹⁸⁵ Frei Betto, entrevista, 26 jul. 2019.

¹⁸⁶ *Ibid.*

¹⁸⁷ *Ibid.*

porque tudo o que publicava lá aparecia aqui na biblioteca [do convento de Perdizes], então não tinha necessidade de ir lá, aqui eu tinha tudo; e, segundo, por falta de tempo. Eu tinha uma vida intensa [...]”¹⁸⁸. Em contrapartida, ele disse que a loja mineira foi um ponto de encontro para o pessoal da Ação Católica, os principais fregueses da filial, onde conversavam sobre política e outros assuntos. Durante a entrevista, perguntamos por qual motivo ele não mencionou Frei Benevenuto em seu livro *Batismo de Sangue*, indagando-o se seria por uma hipotética falta de solidariedade de Santa Cruz perante a prisão dos dominicanos na ditadura¹⁸⁹, ao que ele respondeu expondo que Santa Cruz foi solidário e não tinha razão para fazer essa alusão no livro. Depois de termos colhido seu testemunho, supomos que o distanciamento poderia estar relacionado ao fato de o livreiro-editor ter sido de duas gerações anteriores aos frades presos, mas em seguida pensamos que essa hipótese não seria um fator preponderante para o afastamento de Betto da sede da Duas Cidades. Ele alegou que não tinha o hábito de frequentar a sede do estabelecimento porque o convento de Perdizes estava abarrotado de livros e a sua vida na metrópole era de intenso apostolado social e intelectual, argumentos que não nos convenceram sobre os reais motivos de Frei Betto ter maior proximidade da filial mineira e menor envolvimento com a sede paulista da livraria e editora.

Depois questionamos como era a relação de Santa Cruz com o mundo dos livros, e ele o descreveu “[...] como um sujeito que era aficionado ao mundo dos livros. Tanto que se transformou em livreiro e editor, que é uma coisa que está muito dentro do carisma dominicano”¹⁹⁰. Em sua opinião, Frei Benevenuto fundou a Duas Cidades por causa da vigorosa vida intelectual dos pregadores, principalmente dos religiosos franceses que publicavam vários títulos importantes para o público católico progressista: “[...] ele criou esse vínculo de importar, da França, autores e obras importantes, porque [aqui] não havia grande produção cristã, de alto nível intelectual. Havia o Gustavo Corção, o Alceu Amoroso Lima, mas eram poucos. [Naquela época, muitos] respiravam a cultura francesa”¹⁹¹. E ele concluiu seu depoimento avaliando o papel simbólico da casa para a história da Ordem, da cultura de São Paulo e do livro brasileiro:

Olha, para o meio social e cultural, ela representa um espaço de liberdade intelectual, onde se respirava um conhecimento aberto, progressista, crítico. Quer dizer, uma livraria que valorizava autores abertos, progressistas. Também autores conservadores. O maior público ali era gente que estava interessada em literatura de esquerda ou literatura inovadora. Do ponto de vista dos dominicanos foi uma referência muito forte para nós. Nos

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ No próximo capítulo falaremos sobre a prisão dos dominicanos que trabalhavam na Livraria Duas Cidades.

¹⁹⁰ Frei Betto, entrevista, *op. cit.*, 2019,

¹⁹¹ Ibid.

aproximou, como me aproximou pessoalmente, de muitos intelectuais que talvez se não fosse essa ponte do Benevenuto e da Livraria, eu não teria me tornado amigo dessas pessoas, apesar da diferença de geração¹⁹².

Domingos Zamagna¹⁹³ corrobora a exposição de Frei Betto ao dizer que o livreiro-editor era uma pessoa que criava pontes entre as pessoas, sempre muito atencioso com os jovens. Ele tinha impressão que “[...] um dos maiores prazeres do Santa Cruz era colocar você em contato com outras pessoas, para você se tornar amigos dessas pessoas. Ele não era avaro em suas amizades, [sempre levou] intelectuais ao convento para dar palestra pra gente. Quer dizer, ele era um animador cultural de primeira grandeza”¹⁹⁴. Quando perguntamos se Domingos teve uma relação próxima com Santa Cruz, o entrevistado contestou que eles conversavam com frequência, relatando que ia à livraria tanto para papear com o diretor do estabelecimento como para consultar livros ou realizar algum trabalho de tradução. Segundo Zamagna, Frei Benevenuto não apenas abastecia a biblioteca do convento, ele era generoso ao emprestar livros da loja para os noviços fazerem um trabalho da escola apostólica. Depois o interpelamos sobre quem era o público frequentador da livraria, ao que ele respondeu afirmando que era comum “[...] encontrar professores, intelectuais, artistas [...]”, muitos dos quais tinham interesse em ter acesso aos livros europeus. Domingos expôs, em seguida, que a marca do estabelecimento era a importação de livros de qualidade, o que, em sua opinião, era muito bem supervisionado por Santa Cruz. “[...] Por isso, o que havia de mais inteligente em São Paulo frequentava a Duas Cidades, independentemente de religião, de tendência política, era ali que as pessoas iam para procurar livros de Filosofia, Arte, Teologia e Literatura”, acrescentando que a livraria foi um “[...] centro de irradiação cultural da capital [...] e do interior do estado de São Paulo, porque muita gente vinha para consultar, ver o que chegou da Europa”¹⁹⁵.

No momento em que pedimos para o entrevistado definir o traço mais marcante de Frei Benevenuto, Zamagna argumentou que a despeito de sua formação religiosa clássica, o livreiro-editor sempre esteve dedicado em conhecer as vias de renovação da cultura e da Igreja. “[...] Isso era claro nele. Ele tinha uma formação clássica, aristotélica, tomista, muito forte; mas ele percebia que o mundo estava mudando. Qual a estrada que é preciso fazer para colaborar com essa mudança, essa transformação?”¹⁹⁶, e Zamagna responde o autoquestionamento dizendo que o padre Lebret, o marxismo e outros autores e teorias eram algumas das veredas abertas por

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Domingos Zamagna, entrevista, 22 jul. 2019.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid.

Santa Cruz. Depois perguntamos qual foi papel do frade na congregação dominicana e como ele avaliava a relação do religioso com a Ordem, ao que Domingos sentenciou que Frei Benevenuto se doou aos dominicanos de corpo e alma, sublinhando que para compreendê-lo era necessário aquilatar a sua relação com Le Bret, acrescentando que ele era um homem de vanguarda e estudioso de Economia e Sociologia, ressaltando que nem todos os frades estudavam essas temáticas. Ato contínuo, expôs que “[...] nem sempre a escolha dos autores que ele publicava era bem aceito pela Igreja”, ao que acrescentou: “[...] eu acho que ele foi este aglutinador de forças, foi o irradiador de cultura, mas isso animado por um projeto de vida pessoal, que era o projeto de vida dele como religioso. A gente não entende o Santa Cruz fora da Igreja e da Província Dominicana”¹⁹⁷. Na altura em que solicitamos para o entrevistado descrever o livreiro-editor dominicano, Zamagna destacou que o religioso estava “[...] preocupado em acabar com dicotomia entre fé e realidade terrestre. Quer dizer, tudo que é humano interessa ao mundo da fé [...]”¹⁹⁸, realçando que muitos não pensavam dessa forma na Ordem. E ao interpelamos sobre o espaço da livraria na rua Bento Freitas, Domingos disse que se tratava de um local privilegiado, chamando atenção para o fato de que ali era comum o diálogo entre os frequentadores sobre assuntos universitários e livros.

Já o testemunho de Humberto Pereira¹⁹⁹ abordou as principais características da livraria e do livreiro. Em sua opinião, o estabelecimento era importador de revistas e livros franceses, muitos das quais eram ensaios de caráter universitário, das áreas de Economia, Filosofia e Teologia. Dentre as revistas especializadas que eram encomendadas, destacou a *Économie et Humanisme*, a *Ésprit* e a *Lumière Revue*, chamando atenção para a tradição dos dominicanos franceses na produção editorial de alto nível. Posteriormente perguntamos se ele teve contato com a filial da Duas Cidades em Belo Horizonte entre 1958 e 1961, ao que Humberto respondeu dizendo que apesar de ter estabelecido um contato superficial, conheceu o pessoal que gerenciava a loja mineira. Sobre a relação da Duas Cidades com os movimentos progressistas da Igreja naquela época, o entrevistado comentou que a editora e a livraria comercializaram numerosas obras relativas aos debates que estavam acontecendo antes, durante e depois do Concílio do Vaticano II, incluindo a posição progressista defendida pelos bispos e religiosos latino-americanos durante a II CELAM. Mais adiante, questionamos se ele considerava Santa Cruz um intelectual, ao que depoente respondeu sustentando que o livreiro-editor “[...] não era um intelectual burocrático, ele era uma pessoa que sabia ver com malícia intelectual um

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ Humberto Pereira, entrevista, 26 jul. 2019.

acontecimento político, científico, econômico. Ele era um homem de leitura. E outra, tem que ler muito para ser um dominicano”²⁰⁰.

Nos minutos finais de seu testemunho, Humberto teceu sua opinião sobre o livreiro e a livraria. Primeiro argumentou sobre a limitação de Santa Cruz no que diz respeito à gestão e expansão da empresa, sentenciando que ele jamais foi expansionista na editora e na livraria. Ressaltou, em seguida, que desde o princípio o livreiro-editor encarnou a máxima da frase extraída de Santo Agostinho, a cidade dos homens e a cidade de Deus, “[...] porque ele podia fazer uma editora somente religiosa, mas [decidiu] pegar essa expressão [...] exatamente para poder tratar dos assuntos do homens. Economia e Humanismo, por exemplo, não é necessariamente cristão, o espírito é protestante, é muito mais amplo”; e por isso o entrevistado crê que essa complementaridade era manifestada no catálogo da editora e no perfil da livraria, pendendo para uma ou outra cidade – a de Deus no período religioso e a dos homens na fase secular de José Petronilo. Posteriormente, questionamos se a Duas Cidades foi importante para formação dos religiosos brasileiros, ao que Humberto respondeu dizendo que os livros editados não tiveram nenhuma relevância, mas “[...] os livros importados pela livraria, por encomenda do convento, aí, meu amigo, a livraria foi um grande manancial da biblioteca dos dominicanos, aí foi fundamental para a nossa formação religiosa”²⁰¹. O entrevistado ressaltou que Santa Cruz estruturou um departamento de importação dentro da livraria e sublinhou o bom relacionamento que o livreiro tinha com o casal da Livraria Francesa. Perguntamos, por fim, qual era o público frequentador da Duas Cidades, e Humberto Pereira contestou afirmando que o estabelecimento não era muito visitado por religiosos por se tratar de uma livraria progressista. Em sua opinião, “[...] as livrarias Paulinas e Vozes tinham um público mais religioso que a Duas Cidades. Agora, era uma [casa] muito frequentada por universitários, tanto alunos quanto professores, jornalistas e intelectuais em geral, pessoal de teatro e cinema sempre passava por lá”, tendo em vista que também era comercializado os clássicos, “[...] você queria uma versão, em francês, da Ilíada ou Odisseia, você encontrava lá. Então era um público de formação superior”²⁰².

Os três depoimentos possibilitam-nos desenhar alguns traços do livreiro e da livraria, independentemente dos possíveis ruídos ou inconsistências dos entrevistados. A partir desses relatos conseguimos identificar as grandes marcas do livreiro, como a sua capacidade de criar pontes e estabelecer amizades entre as pessoas, às vezes colocando em contato a juventude da Ação Católica com intelectuais, políticos ou mecenas culturais de São Paulo e de outras

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² Ibid.

localidades do país. Embora Humberto tenha dito que a grande falha do livreiro-editor foi na gestão da empresa, o que inviabilizou a expansão do estabelecimento no decorrer dos anos, os três garantiram que Frei Benevenuto era um grande leitor, com notável formação intelectual – habilidade e competência relevante para quem trabalha no universo livreiro e editorial. Eles também sublinharam a capacidade de Santa Cruz em ampliar os horizontes do catolicismo no Brasil, comercializando e publicando um pensamento religioso progressista, especialmente durante os anos 1960. Frei Betto e Humberto Pereira destacaram o relacionamento que o livreiro estabeleceu com as editoras religiosas e seculares da França, afirmando que a grande marca da livraria era a importação de livros e revistas europeias, principalmente francesas, encomendas importantíssimas para a biblioteca do Convento Santo Alberto Magno. Diante do horizonte traçado pelos entrevistados, propomos relacionar esses testemunhos com os três relatórios escritos por Frei Benevenuto sobre a situação da livraria, todos dirigidos às reuniões provinciais da Ordem ocorridas em 1960, 1963 e 1967.

O primeiro “Relatório ao Capítulo Provincial de julho de 1960 sobre a Livraria Duas Cidades”²⁰³ é o mais relevante pela quantidade de informações e posições manifestas nas onze páginas datilografadas. Neste trabalho já mencionamos as duas primeiras laudas desse relatório, as quais dizem respeito ao “Centro de assinatura de revistas dominicanas”, trecho que Santa Cruz esboçou uma sinopse de suas atividades no setor livreiro e editorial antes da fundação da sociedade comercial. Já no segundo item do relatório, “A atual Livraria Duas Cidades”²⁰⁴, o religioso começou descrevendo sobre a dificuldade de importação de livros impostas pelo Banco do Brasil a partir de janeiro de 1955, quando ficou estabelecida a impossibilidade de encomendas em nome de pessoa física e o fez providenciar o registro da empresa para continuar sua experiência de oito anos no centro de assinatura de revistas religiosas.

Frei Benevenuto prosseguiu discorrendo sobre o regime jurídico da sociedade e a quantidade de quotas disponíveis para cada um dos sócios, deixando claro que o valor declarado em seu nome pertencia à Ordem Dominicana. Depois de ter explicado os motivos de a empresa ter sido criada em seu nome, a transferência de suas cotas para a SII e os problemas societários entre 1955 e 1957, ele expôs que solicitou, em maio de 1960, o aumento de capital na JUCESP, informando que esse crescimento decorria dos lucros provenientes da conta corrente da SII na empresa, sem gerar nenhum encargo para a congregação dominicana. Ele prosseguiu informando que “[...] em junho de 1957, a Livraria alugou três salas no 7º andar do mesmo prédio, onde já funcionava e nas quais se acha na presente data”. Ato contínuo, deixou claro

²⁰³ Disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 3.

que “apesar da insuficiência da quota inicial de importação, posteriormente reduzida de 20% pelo Banco do Brasil, em 1958, a Livraria mantém um pequeno serviço de vendas nas portarias dos Conventos de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Escola Apostólica de Juiz de Fora”²⁰⁵.

O religioso argumentou que o serviço de vendas nos conventos não era lucrativo para a Duas Cidades, na medida em que os livros importados eram caros, os encarregados das vendas concediam vultosos descontos, os custos da distribuição dos livros para essas cidades eram elevados e o longo prazo de amortização dos títulos encomendados eram os fatores que dificultavam a realização desse serviço. Acrescentou que a venda era reduzida para a maioria dos livros e a manutenção de um baixo estoque nesses lugares desfalcava a livraria, onde as vendas eram geralmente rápidas e garantidas. Ainda assim, ele estava convicto de que o sacrifício valia a pena pelo fato de disponibilizar livros que poderiam ser importantes às pessoas que frequentavam os conventos e a escola. Mesmo diante dessas e de outras dificuldades, “(condições desfavoráveis de importação, pessoal interno [pouco] capacitado cultural e comercialmente, localização desfavorável, etc.), a Livraria [está] em fase de plena expansão, como se verá mais abaixo pela apresentação de dados financeiros e pelo setor editorial”²⁰⁶.

O livreiro prosseguiu afirmando que o aumento dos custos de importação impactou na assinatura das revistas – de 2.000, entre 1956 e 1958, passou para menos de 800, em 1960. Por outro lado, ele garantiu que a venda de livros tem sido consistente, ao ponto de a livraria conseguir manter seu estoque sem ser prejudicada financeiramente. Em sua opinião, o bom resultado conquistado podia ser mensurado pela “clientela selecionada” que frequentava o estabelecimento, mencionando que as pessoas que se dirigiam à livraria, pessoalmente ou por carta, não compravam obras “[...] reconhecidamente medíocres, sem valor intelectual ou espiritual. [...] Outro aspecto positivo é a orientação que se proporciona a pessoas de todos os Estados do país através de uma selecionada lista de novidades recebidas, [...] distribuída periodicamente pela Livraria, em mil exemplares”²⁰⁷, atingindo as dioceses, os seminários e os conventos brasileiros. Para Benevenuto, a sede da livraria era um local estratégico para Ordem, explicando que sua tática era não comercializar “[...] livros integristas, reacionários ou simplesmente neutros (isto é, que não trazem ao assunto nenhum progresso doutrinário ou [...] perspectiva de pesquisa positiva)”²⁰⁸, e acrescentando que o estabelecimento era mais uma possibilidade de trabalho para os padres dominicanos viverem de seus próprios rendimentos.

²⁰⁵ Ibid., p. 4.

²⁰⁶ Ibid., p. 4.

²⁰⁷ Ibid., p. 4.

²⁰⁸ Ibid., p. 5.

Nesse sentido, ele defendeu a coerência do estabelecimento com a missão e a função da Ordem. Em suas palavras, esse movimento era evidente na “orientação que se está constatando [...] na livraria junto tanto a leigos quanto a padres já ordenados e em ministério, a clérigos em período de formação e mesmo a alguns Bispos”²⁰⁹. Essas pessoas iam pessoalmente à livraria para comprar “[...] o melhor livro sobre determinado assunto [...]”, seguros de que estavam a realizar uma boa aquisição. O livreiro estava convencido de que essa era “[...] a razão de ser da livraria e por aí ela representa um verdadeiro espaço missionário ou um terreno de missão”²¹⁰. Em seguida, opinou que o estabelecimento deveria ser ampliado pela Ordem, pois ali estavam a construir um local de informação e de reflexão das pessoas:

É nesse ‘espaço’ que está atualmente em jogo – e que estará ainda por muitos anos, 10, 20 ou 50 – a passagem (deixando de lado os aspectos puramente profanos ou culturais) de um pensamento religioso (ponto capital para os clérigos brasileiros em período de formação nos seminários e conventos) rotineiro, tradicional e sentimentalmente infantil para uma fase consciente, reflexiva e viril. Trabalhar na informação e orientação dessa passagem é uma tarefa da Ordem do Brasil de hoje, exatamente como foi tarefa da Ordem no seu início, influir na passagem de uma repetição incompetente da Doutrina Sagrada para uma reflexão (com os instrumentos intelectuais da época) sobre o mundo a partir da Doutrina Sagrada. A importância e urgência dessa missão tornam-se patentes quando se analisa a distância entre a estrutura do pensamento religioso (e os meios de divulgação e exposição de que se serve) no Brasil de hoje, e a evolução global do país (indústria, técnica, transportes, ciências, ensino, etc.)²¹¹.

Frei Benevenuto aprofundou-se em sua exposição ao tratar, no item três, das “Edições Duas Cidades”, setor que analisaremos na próxima etapa deste capítulo e motivo pelo qual vamos ao item seguinte, “Filial de Belo Horizonte”. O livreiro-editor dominicano discorreu sobre a loja da capital mineira, assegurando que a fundação da sucursal, em agosto de 1958, pretendia atender a uma demanda da cidade, mas a realidade “[...] do mercado de Belo Horizonte não parece justificar a existência de uma livraria especializada apenas em livros franceses”²¹². Ele alterou o direcionamento da loja colocando livros editados no Brasil, e ainda assim a venda dos títulos publicados pela Duas Cidades era maior em Recife e Porto Alegre do que em Belo Horizonte. Prosseguiu dizendo que a filial estava a ser um pesado encargo para a empresa e decidiu contratar um novo gerente para tentar recuperá-la. Relatou que os custos de instalação da sucursal foi de Cr\$ 100.000,00, o estoque de livro franceses enviados pela matriz

²⁰⁹ Ibid., p. 5.

²¹⁰ Ibid., p. 5.

²¹¹ Ibid., p. 5.

²¹² Ibid., p. 7.

Paulistana foi de Cr\$ 1.030.000,00, assim como foram encaminhados 8.000 exemplares de títulos editados pela Livraria Duas Cidades no valor de Cr\$ 811.760,00, somando um total de Cr\$ 1.847.000,00 investido pela matriz. Diante desse cenário, os sócios consideraram que se o estado da filial continuasse deficitário até o final daquele ano, seriam obrigados a fechar a loja para não prejudicar a atividade da sede paulista.

No item cinco, “Situação financeira”, Santa Cruz ponderou que as finanças do empreendimento eram satisfatórias, mesmo diante dos dispêndios realizados na sucursal de Belo Horizonte. Prosseguiu argumentando que se não fosse o valor dispendido na loja mineira, conseguiriam não apenas encomendar os livros importados, mas também financiar as edições e adquirir um espaço mais amplo para a matriz. Assim, ele apresentou os valores dos lucros adquiridos pelo estabelecimento entre 1955 (Cr\$ 92.370,10) e 1959 (Cr\$ 336.431,90), informando que o baixo lucro de 1957 (Cr\$ 46.143,20) decorreu da indenização paga aos sócios que se retiraram da empresa. Depois ele especificou o quanto dessas quantias coube à SII nesses anos, destacando que “[...] o desenvolvimento da Livraria (aumento do estoque de livros importados) e da Editora tem sido feito com recursos provenientes do próprio movimento de vendas e com pequenos empréstimos a Bancos”²¹³. Segundo o livreiro, quando se retiravam os encargos com fornecedores estrangeiros, direitos de tradução e direitos autorais, a Duas Cidades devia Cr\$ 90.000,00 ao banco e Cr\$ 50.000,00 a um particular, o que para ele representava um processo normal da atividade de uma casa que atingiu boas vendas mensais. Depois ele detalhou os valores gastos com duplicatas para o setor editorial, as vendas dos livros franceses, as despesas mensais fixas, o montante disponibilizado pela venda a crédito e a quantia restante para o estabelecimento quitar as importações, custear as edições e amortizar as dívidas com a instituição bancária. E finalizou esse item relatando que os lucros mencionados não foram devolvidos à SII porque foram reinvestidos no crescimento da livraria e das edições, argumentando que a livraria concedia vantagens à congregação dominicana: “[...] as compras de livros dos conventos da Ordem e dos religiosos foram feitas com o desconto de 15%, as compras do Estudantado com 20%; além disso, Frei Benevenuto [...] entrega mensalmente à caixa do Convento de São Paulo Cr\$ 5.000,00 como honorários de seu trabalho”²¹⁴.

“Perspectivas” foi o derradeiro item tratado pelo livreiro. Ele iniciou esse trecho sugerindo que uma análise acurada da Duas Cidades deveria considerar duas questões centrais. A primeira era a constatação de que a empresa conquistou um patamar adequado de estabilidade comercial e a segunda era que essa condição exigiria o desenvolvimento da atividade editorial.

²¹³ Ibid., p. 8.

²¹⁴ Ibid., p. 9.

“[...] Para se firmar como editora, tornar-se mais conhecida e poder em parte autofinanciar suas edições, a Editora deverá, a partir do próximo ano desenvolver um grande esforço, até atingir um acervo de aproximadamente 50 livros editados”²¹⁵. Na perspectiva do livreiro-editor, essa quantia permitiria aumentar o faturamento mensal e adquirir a experiência necessária para definir uma linha editorial para a Duas Cidades, o que possibilitaria o crescimento sistemático da livraria e da editora. Assim seria possível chegar ao momento de organizá-la em três eixos: o primeiro era estruturar a venda de livros no território nacional por intermédio de uma distribuição própria ou em acordo com outros livreiros especializados, o segundo era garantir as edições a partir dessas vendas e o terceiro era expandir o capital atual da empresa. Esses custos envolveriam a majoração de salários e o pagamento das despesas de aluguel para as futuras lojas, na medida em que a sede não estava a suportar o estoque dos livros importados e editados, assim como os gastos com o pagamento dos direitos autorais, dos direitos de tradução, dos tradutores e da tipografia. O religioso sugeriu que a transformação da Sociedade Limitada em Sociedade Anônima seria a melhor fórmula para aumentar o capital da empresa, o que lhe permitiria ter mais acionistas e capital social – modificação que jamais ocorreu na história da Duas Cidades. Na sua opinião, o ponto central para o crescimento não era de ordem financeira:

[...] É necessário que o crescimento e desenvolvimento da editora e da Livraria sejam compreendidos e aprovados pela Província, que eventualmente os conventos da Província possam contribuir para esse desenvolvimento com participação financeira; sobretudo, que o setor editorial seja assumido por uma equipe de padres da Província, constituindo-se para isso um Conselho Consultivo das Edições. Se até ao presente momento os problemas relativos à Livraria como tal e às edições foram assumidos exclusivamente por mim – sempre em referência ao Padre Provincial e com assentimento dele – é evidente que, já na situação atual, já na perspectiva de um desenvolvimento da Livraria, as tarefas que se apresentam não podem mais restringir-se à atividade de uma só pessoa. [...] Não menos importante é que a experiência que adquiri durante alguns anos nessa atividade possa ser transmitida a mais um ou vários padres da Província²¹⁶.

Este extenso relatório é paradigmático das linhas mestras por detrás do estabelecimento que estava a ser gerido, pensado e problematizado por Frei Benevenuto. Por intermédio desse documento é possível aferir o quanto ele valorizava a atividade livreira e editorial para a Ordem e para a cultura brasileira, assim como ele tem claro o papel que a Duas Cidades poderia cumprir na difusão de doutrinas cristãs que discutiam os temas terrenos e os dramas humanos. Segundo o frade, a propagação de obras com esse perfil ainda não era realizada por nenhuma outra casa

²¹⁵ Ibid., p. 10.

²¹⁶ Ibid., p. 10-11.

religiosa, motivo que lhe fazia crer que os dominicanos não poderiam ser omissos nesse trabalho que promoveria a congregação perante a sociedade católica e mundana, ao mesmo tempo que contribuiria para a cultura brasileira. Esse relato é um chamamento a Ordem, uma convocação para seus superiores se envolverem no crescimento e planejamento tanto da livraria quanto da editora, cuja existência poderia empregar padres e espriar um pensamento progressista cristão ao publicar e revender obras de autoria dos dominicanos.

Em 19 de outubro de 1963, o livreiro enviou a Frei Mateus Rocha o segundo “Relatório sobre a Livraria Duas Cidades”²¹⁷, ocasião que realçou dois episódios ocorridos depois do último capítulo provincial. O primeiro foi a elevação do capital da livraria e das quotas da SII, e o segundo foi o fechamento da sucursal mineira em 1961, quando os déficits mensais impossibilitavam sua recuperação. “[...] Toda a instalação, móveis e parte do estoque foram liquidados em Belo Horizonte e a maior parte do estoque de livros franceses foi transferida para São Paulo”²¹⁸. Depois ele apresentou o lucro líquido da empresa em 1961 (Cr\$ 2.208.900,00) e 1962 (Cr\$ 3.364.337,00), ressaltando que a maior parte desse valor foi reinvestido no desenvolvimento da empresa. Por fim, esclareceu que a taxa de câmbio daquele ano provocou a diminuição das importação de livros e revistas.

O último “Relatório sobre a Livraria Duas Cidades”²¹⁹ foi redigido por Frei Benevenuto no dia 24 de junho de 1967. Logo de saída ele disse que os fatos mais relevantes a serem comentados era a elevação do capital da empresa, passando de Cr\$ 3.815.000,00 para Ncr\$ 8.610,00, e a aquisição da nova sede do estabelecimento, “[...] com loja, sobreloja, 300m², pelo preço de Ncr\$103.660,00. A compra, realizada em 10 de agosto de 1966, foi feita a prazo, devendo a última prestação ser paga em 15 de julho de 1968”²²⁰. Mais adiante, ele comentou que havia uma tendência de aumentar as encomendas de títulos estrangeiros, e por isso planejava um programa de expansão das importações. Prosseguiu apresentando o novo “[...] Serviço de Distribuição de Livros Franceses, atendendo [as livrarias] de Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba, Uberaba e Porto Alegre. No momento, a importação é feita diretamente de 25 editoras francesas, 1 suíça e 1 belga, e indiretamente de duas casas exportadoras francesas”. Paralelamente, comentou sobre as encomendas feitas de Portugal entre 1965 e 1967. Prosseguiu comentando que no início daquele ano, “[...] a Livraria Duas Cidades organizou [...] uma Exposição de Livros Franceses de Cultura Religiosa em São Paulo e Belo Horizonte e vai

²¹⁷ Disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²¹⁸ Ibid., p. 1.

²¹⁹ Disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²²⁰ Ibid., p. 1. Todas as citações deste parágrafo são da primeira página do relatório.

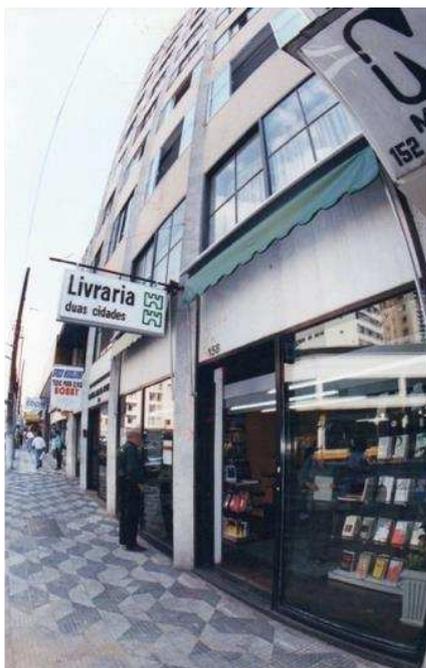
realizar no segundo semestre, a mesma Exposição no Rio de Janeiro”. E concluiu expondo os valores gastos com livros para a biblioteca do convento das Perdizes entre 1963 e 1967.

Esses relatórios são reveladores do conjunto de conhecimentos e habilidades do livreiro e das características da livraria, aproximando-nos dos depoimentos de Frei Betto, Domingos Zamagna e Humberto Pereira. Nesses documentos conseguimos identificar o problema de gestão relatado por Humberto, na medida em que o curto período de existência da filial em Belo Horizonte atesta um equívoco no planejamento da criação da filial, ao mesmo tempo que a criação de um comitê editorial e o plano de expansão da editora jamais aconteceu na história da Livraria Duas Cidades. Não obstante, a exitosa importação de livros – característica ressaltada pelos três entrevistados – foi a atividade mais relevante nos quinze primeiros anos de existência da casa, até mesmo durante o período de aumento da tarifa cambial. Além disso, os relatórios corroboram a afirmação dos testemunhos no que diz respeito à abertura promovida por Santa Cruz no campo da cultura, tendo em vista que o frade expressou claramente qual deveria ser a tarefa desempenhada pela Ordem na comercialização e edição de livros que pudessem atender aos clérigos em formação, aos jovens leigos católicos da JUC e JEC e outros setores da sociedade, do laicato e da Igreja, demonstrando clareza quanto à linha editorial a ser executada. Paradoxalmente, ele também demonstrou habilidades contábeis sobre os lucros e dividendos auferidos pela empresa, clareza em relação aos obstáculos a serem transpostos e ao futuro que poderia ser projetado, expondo uma ousadia prudente com o crescimento do estabelecimento. Já o progressivo desenvolvimento da Duas Cidades pode ser aquilatado pelos consecutivos aumentos de capital e de lucro da sociedade comercial, levando-a a adquirir, em 1966, a loja e sobreloja localizada na rua Bento Freitas, n. 158, no centro da cidade de São Paulo.

Embora Santa Cruz não tenha apresentado maiores detalhes da nova sede, sabemos que esta foi instalada no andar térreo de um edifício residencial e concebida pelos prestigiosos arquitetos e *designers* João Carlos Cauduro e Ludovico Martino, responsáveis por projetarem um espaço com características modernistas (ver figura 12). A porta de entrada seguia o alinhamento predial e estava envolta por uma grande vitrine, o que permitia aos transeuntes avistar a exposição das capas dos livros e o interior do espaço. Assim que entravam, a clientela era recebida em uma salão principal circundado por estantes, mesas e gravuras, que se interligava a outro espaço de acervo por meio de um corredor composto por estantes em ambos os lados e uma longa mesa de apoio central. O salão principal, logo à esquerda chamava atenção a escada que dava acesso à sobreloja por sua cor amarela e formato, uma vez que adotava a tipologia de Santos Dumont, caracterizada pelos lances intercalados entre a pisada direita e esquerda, resultando em um elemento de composição funcional e estética do espaço. Até

meados dos anos 1970, o livreiro-editor trabalhou na sobreloja, onde funcionava o departamento contábil e editorial, uma sala de reuniões e seu escritório particular. Com o avançar da idade, ele utilizou o salão dos fundos como um espaço de trabalho e convívio com amigos, clientes e frequentadores da casa.

Figura 12. Fachada e salão principal da Livraria Duas Cidades



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

A contratação dos arquitetos e *designers* modernistas é uma evidência dessa abertura de Santa Cruz para a contemporaneidade. Frei Benevenuto era um padre capaz de proferir uma

palestra sobre a “Influência da religião no desenvolvimento social e econômico”²²¹, realizada no anfiteatro da Faculdade de Medicina, ao mesmo tempo que anunciava²²² a comercialização de revistas francesas pela Livraria Duas Cidades, publicava os livros pelo selo, dirigia o estabelecimento, o grupo de EH e a SAGMACS, e ainda reunia os amigos e colaboradores de Louis-Joseph Lebret para a missa²²³ realizada no convento de Perdizes. Domingos Zamagna tem razão quando diz que não é possível compreender o livreiro-editor sem avaliar a relação que ele teve com os dominicanos, o padre Lebret e seu Economia e Humanismo. Assim como também não é possível averiguar as características do livreiro dominicano sem avaliar o trânsito que ele estabeleceu com diversos agentes do campo político e cultural da cidade de São Paulo, do Brasil e da França, fatores fundamentais para compreendermos a visão vanguardista que ele promoveu por meio da Duas Cidades, um foco de irradiação e renovação da mentalidade cristã.

Frei Benevenuto planejava suas ações no campo político, social e cultural. O trabalho desempenhado no EH, na SAGMACS, no Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e nas primeiras experiências editoriais foram conduzidos como uma tarefa missionária e formadora. É nesse sentido que defendemos a figura do livreiro-editor como um intelectual mediador, um homem que direcionava seu trabalho e experiência com o propósito “[...] de colocar os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos, formando públicos, ‘criando’ novos produtos culturais ou novas formas de comunicação e aproximação de produtos culturais conhecidos [...]”²²⁴. O intelectual mediador consegue aliar um conjunto de conhecimentos e saberes culturais, políticos e sociais já existentes, e reelaborá-los a fim produzir novos sentidos e valores para a sociedade²²⁵. Esse tipo de intelectual não apenas medeia as relações e produções, como também é responsável por criar e conferir outros sentidos aos produtos e exercícios relativos à sua atividade. O livreiro-editor acumulou uma experiência mediadora ao longo dos anos em que assumiu funções estratégicas no âmbito político e cultural, edificando “[...] um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades [...]”²²⁶ e executando projetos. Ele se relacionou com políticos progressistas, conviveu com a elite e o mecenato cultural de São Paulo e cobriu a II CELAM, circunstâncias em que demarcou sua forma de pensar, a qual é tangível na linha editorial que ele coordenou entre 1955 e 1970, como veremos a seguir.

²²¹ Frei Benevenuto fará conferência religiosa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1962. p. 9. Única fonte que encontramos sobre esta exposição.

²²² ASSINATURAS de revistas francesas Livraria Duas Cidades. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 12 dez. 1968. p. 2.

²²³ PADRE L. J. LEBRET. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1966. p. 23.

²²⁴ GOMES, Angela de Casto Gomes; HANSEN, Patricia Santos., *op. cit.*, 2016, p. 17.

²²⁵ *Ibid.*, p. 18.

²²⁶ *Ibid.*, p. 20.

O editor e a editora religiosa: um catálogo cristão

Frei Benevenuto de Santa Cruz tornou-se editor por um chamado divino e terreno. Esta sentença pode parecer lugar-comum, ainda mais quando perfilamos a figura de um religioso atuante no campo da cultura, amante dos livros e de Deus. Mas podemos fazer essa afirmação sem cair no senso comum, sem sermos contraditórios em relação às fontes que abordam sua trajetória como livreiro-editor. Estas apresentam um conjunto de evidências a reforçarem sua consistente defesa da missão editorial que a Ordem Dominicana deveria cumprir na publicação de obras renovadoras e formadoras do pensamento cristão, tarefa que ainda não era realizada por nenhum dos selos católicos existentes no país. Essa postura é presente em nosso personagem desde os tempos em que ele trabalhou com o padre Leuret e o movimento Economia e Humanismo, fase que ele expressou essa preocupação missionária e formativa, razão pela qual decidiu estruturar mecanismos de difusão das publicações católicas francesas por meio da assinatura de livros e revistas que pudessem auxiliar as pessoas interessadas em conhecer a EH e doutrinas cristãs em compasso com as questões sociais dos anos 1950 e 1960. Também foi nessa quadra histórica que ele se dedicou a equipar a biblioteca do convento de Perdizes e da escola dominicana em Juiz de Fora, período que ele lecionou o curso de Artes Sacras no MAM, organizou exposições, fez parte do conselho de administração da II Bienal de Artes em São Paulo e lecionou palestras e conferências sobre diversos temas e problemas, o que o levou a conhecer personalidades de distintos meios e classes sociais.

Diante desse contexto histórico, o religioso parece ter percebido as carências e as necessidades de um público leitor católico; um público que não lia em outros idiomas e queria ter acesso às obras religiosas das correntes progressistas e da esquerda católica, escritas por autores estrangeiros ou nacionais. Quando entremeamos as especificidades do mercado de bens culturais dessa época com as fontes investigadas neste trabalho, nos parece claro que ele enxergou as circunstâncias oportunas para publicar determinados tipos de textos que ainda não eram editados e comercializados em território nacional. Essa percepção fez com que ele e outras pessoas decidissem criar, primeiro, as Edições SAL, depois a Editora Duas Cidades, e, finalmente, a Livraria Duas Cidades, que nomeia a livraria e o selo da casa que ele fundou após ter se envolvido no universo livreiro, editorial e artístico de São Paulo. Nas páginas anteriores descrevemos e analisamos o período de sua formação, as redes de sociabilidade que ele edificou, participou ou se envolveu, assim como tateamos algumas relações de amizade e os trabalhos desempenhados, procurando demonstrar o contexto sociopolítico do país, da Igreja e do laicato católico, justamente com o objetivo de traçarmos o ambiente nacional e religioso

onde o livreiro-editor dirigiu e gerenciou a casa cultural de propriedade da Ordem, mas extremamente identificada com a visão mundana e espiritual de Frei Benevenuto.

Se antes nos dedicamos a alinhar o livreiro e a livraria, agora nos propomos a enlear o editor e a editora entre 1955 (ano em que foi publicado o primeiro livro) e 1969 (último ano em que os títulos religiosos lançados foram a área temática predominante do catálogo). Por mais que a figura do editor dominicano não tenha se constituído de maneira isolada e estanque, decidimos tratá-la separadamente não apenas para fins didáticos, mas também porque ser livreiro, editor ou livreiro-editor são atividades específicas, e cada qual envolve um conjunto de competências e habilidades elaboradas social e historicamente. Por essa razão, examinamos o trabalho editorial concebido e liderado por Frei Benevenuto dialogando com uma bibliografia que aborda os diversos saberes e materialidades presentes na história do livro e na figura do editor enquanto categoria analítica estratégica nos ramos livreiro e editorial, sobretudo a partir do velho continente Oitocentista, quando essa figura começou a atingir um grau de profissionalização, autonomia e autoridade central no mundo do livro, como um dos agentes responsáveis por decidir quais manuscritos deveriam ser impressos e publicados.

Para compreendermos a linha editorial desenvolvida por Santa Cruz entre 1955 e 1969, partimos dos saberes e materialidades esboçados na história do livro e posteriormente analisamos a noção de campo editorial a fim de situar a livraria e editora no mercado livreiro nacional, comparando-a a outros selos católicos que existiam no país durante os anos 1960. Foi nesse interregno que a casa publicou numerosas obras religiosas que tratavam de assuntos seculares contemporâneos, muitos dos quais diziam respeito aos dilemas sociais, filosóficos e humanos presentes nessa década. Após a ambientação teórica e metodológica do contexto de trabalho do editor dominicano, vamos investigar o programa editorial executado pelo frade partindo do quadro cronológico dos livros publicados pela Livraria Duas Cidades, com ênfase nos quinze primeiros anos de edições da casa.

Partindo deste quadro e de outras fontes disponíveis na massa documental da empresa, nos interessa refletir sobre como Frei Benevenuto pensava a editora do ponto de vista empresarial e cultural; como ele estabelecia o pagamento dos direitos autorais e de tradução, e de que maneira ele distribuía as funções no setor editorial da empresa. Também averiguamos como era o processo de seleção dos títulos publicados; quem eram as pessoas que participavam das escolhas; qual era o grau de diversificação do catálogo; de que modo determinados autores e obras ganharam terreno nas edições; quem eram os autores e suas nacionalidades; quem eram os principais tradutores; qual era a quantidade de livros traduzidos e se houve autores da casa que desempenharam esta função. Buscamos identificar o gênero nuclear, o título mais vendido,

o preço cobrado por alguns títulos e o perfil das edições e reedições com alta tiragem, com o propósito de realçar as obras que se sedimentaram no catálogo e as que foram resenhadas e divulgadas nesse período. Outras questões serão abordadas, como a unidade estilística dos títulos editados na fase religiosa (o grande filão da Duas Cidades nessa época); a quantidade de títulos e exemplares impressos pelo selo entre 1955 e 1969; as apostas do editor diante de um público leitor circunscrito ao âmbito católico progressista e de esquerda; os anos de crescimento mais acentuado de publicações e os mecanismos de controle e censura da Igreja Católica. Depois de percorrido esse itinerário, chegamos às coleções entremeadas durante as bodas de cristal da empresa, os responsáveis por planejá-las e suas características fundantes. Ao esquadriharmos o quadro cronológico e as outras fontes documentais e bibliográficas, pretendemos descrever o conjunto de traços que compunham o editor e a editora dominicana.

Nessa linha de considerações, é apropriado refletirmos sobre o complexo processo que envolve a publicação do livro a fim de compreendermos as dinâmicas do período em análise. Inicialmente é necessário ponderarmos sobre as instâncias que interferem na materialidade dos manuscritos e dos títulos impressos, no público leitor, na seleção da edições e das áreas temáticas, elementos que modificam a produção, circulação e comercialização das obras. Roger Chartier²²⁷ relaciona a história do livro à participação de leitores, editores e autores que influenciam (e modificam) as distintas formas de ler um impresso, afirmando que a historicidade da leitura não é um ato preso no tempo e no espaço. Para o autor, os processos revolucionários alteram os hábitos de leitura, o sentido, o suporte, a forma e a técnica, como hodiernamente é visível com a textualidade eletrônica²²⁸. As invenções técnicas de cada época interferem na maneira como as pessoas leem um livro, como os autores publicam seus manuscritos e como os editores se adequam às demandas do mercado de bens culturais, do público consumidor e do contexto sociocultural em que estão inseridos.

As intervenções implicam em numerosas mudanças textuais, gráficas e mecânicas na construção de um livro. Esse processo nos chama atenção para uma história cultural do livro que leve em consideração outras áreas do conhecimento, como as Ciências sociais, a Comunicação, a Filosofia, a Crítica Literária e quaisquer outras disciplinas que auxiliem na análise interdisciplinar²²⁹ de um objeto de pesquisa em torno do livro e da edição, como temos procurado fazer no decorrer deste trabalho. Outro item importante e compatível com os primeiros quinze anos de publicação do selo dominicano é relativo ao uso da escrita no âmbito

²²⁷ CHARTIER, Roger., *op. cit.*, 2014.

²²⁸ *Ibid.*, p. 21-25.

²²⁹ *Ibid.*, p. 15.

religioso, cujo panorama abarca uma longa experiência na impressão de textos que envolvem “[...] autobiografias espirituais e exames de consciência, visões e profecias, viagens místicas e narrativas de peregrinação, preces e conjurações. Em terras católicas (mas não exclusivamente nelas) esses testemunhos de fé preocupavam as autoridades eclesiásticas [...]”²³⁰, que muitas vezes censuravam ou eliminavam esses escritos, e mantiveram as estruturas de controle das publicações católicas até finais do século vinte.

Dentre todos os profissionais que atuam na cadeia de produção, distribuição e comercialização dos livros, gostaríamos de nos ater à figura do editor. “[...] Os juízos dos editores, delineados por uma longa experiência no mercado das ideias, determinam aquilo que chega aos leitores [...]”²³¹, e em certa medida são um dos agentes responsáveis por regular a dinâmica de construção do conhecimento. Desde a concepção moderna de edição, o editor deixou de ser um mero mercador de livros para tornar um espécie de “[...] homem duplo, ao mesmo tempo comerciante e intelectual capaz de conceber e gerir um fundo de propriedades literárias cujo catálogo exprime toda sua originalidade”²³².

Foi na era moderna que a leitura se tornou uma prática cada vez mais recorrente e ampla, período que os profissionais do livro começaram a reger o ofício por uma lógica mais racional e empreendedora, cuja meta era atender às demandas da sociedade. Esse processo resultou na ampliação dos tipos livros comercializados principalmente a partir dos Oitocentos, quando o surgimento da imprensa à vapor permitiu o aumento da quantidade de livros disponíveis no mercado²³³, das inovações técnicas, do transporte transatlântico, dos correios e dos processos imigratórios, variáveis que também estimularam novos meios de sociabilidade²³⁴. A ascensão econômica e letrada da burguesia europeia forjou um sistema público de ensino em diversos países do velho continente. Essa dinâmica promoveu a cadeia de produção e distribuição de livros em nível internacional, propiciando o surgimento de uma cultura de massa, na qual jornais, revistas e outros tipos de impresso divulgavam notícias ou investigações científicas; período que deu origem aos editores-empresários, escolares ou responsáveis por propagar uma cultura popular, disponível ao grande público de trabalhadores urbanos.

²³⁰ Ibid., p. 29.

²³¹ DARNTON, Robert., *op. cit.*, 2010, p. 16.

²³² [No original]: “[...] un homme double, à la fois négociant et intellectuel capable de concevoir et de gérer un fonds de propriétés littéraires dont son catalogue exprimait toute l’originalité”. Tradução nossa. MOLLIER, Jean-Yves. Naissance de la figure de l’éditeur. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (Org.). *Figures de l’éditeur*. Paris: nouveau monde, 2005. p. 13-24. p. 14.

²³³ Ibid., p. 15.

²³⁴ BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor: notas para a sua história. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005. p. 231.

“Homem duplo, negociante no antigo sentido do termo e intermediário ou mediador cultural entre os escritores e o público, o editor conseguiu operar o início de transferência da sacralidade, arrebatando aos primeiros uma parte do seu magistério e da sua aura”²³⁵. A máxima do editor como intermediário o situa entre o autor e os leitores, a porta de entrada que possibilita os autores chegarem aos leitores²³⁶, um profissional que procura resolver a equação entre a qualidade do texto e sua potencial capacidade de vendas, um leitor que detém o poder de decidir a publicação de um manuscrito²³⁷ possível de atingir um determinado público. Tanto é assim que muitos autores de meados do Oitocentos até meados do Novecentos²³⁸ passaram a enxergar o editor como alguém que podia ser tanto mensageiro e cuidador quanto um censor de suas ideias. Por mais que os editores não iniciem qualquer projeto de publicação, a eles cabem dar o comando de levar adiante os planos editoriais. Esse é o eixo central de funcionamento dessa figura, é o que a diferencia dos outros agentes partícipes no mercado livreiro e faz com que o editor desenvolva saberes peculiares à função, como compreender a seleção dos textos, o fluxo de fabricação, distribuição, promoção e comercialização dos títulos editados, ao mesmo tempo que aprimora suas capacidades administrativas, jurídicas, econômicas e sociais. “Nesse lugar, às vezes de juiz, às vezes de polinizador, entre as leituras possíveis e as efetivamente disponíveis na sociedade, entre a apatia e a dinamização do mercado de bens culturais, é que se deve buscar sua dimensão histórica, econômica, social e cultural”²³⁹. Nesse viés, o processo que levou da construção das redes editoriais iniciadas no Oitocentos aos conglomerados editoriais originados a partir de 1950 fez com que alguns presumissem a morte do editor.

A profissionalização desse agente o obrigou a desempenhar seu labor levando em consideração a quantidade finita de recursos simbólicos e econômicos disponíveis, bem como as múltiplas estratégias utilizadas pelos concorrentes que disputam as várias fatias do mercado livreiro. “[...] Espaço social regido por uma lógica de distinção, o campo editorial refrata, de acordo com suas próprias lógicas, o capital econômico, cultural e relacional mantido pelos editores”²⁴⁰. Cada editor é formado mediante sua experiência social, política, intelectual e

²³⁵ [No original]: “Homme double, négociant au sens ancien et intermédiaire ou médiateur culturel entre les écrivains et le public, il était parvenu à opérer un début de transfert de sacralité en ravissant aux premiers une part de leur magistère ou de leur aura”. Tradução nossa. MOLLIER, Jean-Yves Ibid., *op. cit.*, 2005, p. 17.

²³⁶ CORNILLE, Jean-Louis. La Mort de l'éditeur. Axe Représentation. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (orgs). *Figures de l'éditeur*. Paris : nouveau monde, 2005. p. 43-57.

²³⁷ Ibid., p. 48.

²³⁸ Ibid., p. 49-50.

²³⁹ BRAGANÇA, Aníbal., *op. cit.*, 2005, p. 224.

²⁴⁰ [No original]: “[...] Espace social gouverné par une logique de distinction, le champ éditorial réfracte, selon ses logiques propres, les capitaux économiques, culturels et relationnels détenus par les éditeurs”. Tradução nossa. SERRY, Hervé. *Figures d'éditeurs français après 1945 : habitus professionnel et transformation du champ*

cultural, permitindo-lhe forjar seus próprios critérios de percepção e avaliação, os quais são utilizados num campo editorial pertencente a determinado país e período histórico. E cabe aos investigadores que examinam a figura de um editor, sinalizarem as ferramentas manuseadas pelo profissional que é objeto de sua análise e as modificações do campo editorial onde atuam.

Um editor pode desenvolver seu programa procurando atender um ou mais flancos do mercado livreiro, a exemplo do escolar, científico, universitário, religioso, juvenil, infantil, literário, entre vários outros que compõem o universo editorial. Isso implica em objetivar as táticas instrumentalizadas pelos editores em suas respectivas zonas de atuação²⁴¹, e mais: evidenciar as tensões, comparar as técnicas e estéticas expressadas por uns e outros, esquadrihar os planos editoriais que edificam, conduzem e destinam para uma ou mais áreas temáticas. Nesse sentido, os pesquisadores do livro podem examinar o grau de independência dos atores que participam da indústria editorial, os desafios que enfrentam dentro dessa cadeia e as contribuições que legam ao universo do livro e da edição.

Mercado editorial e os selos católicos brasileiros nos anos 1960

Partimos desses pressupostos para investigar o mercado editorial e as editoras católicas brasileiros existentes durante os anos 1960, década em que o livreiro-editor dominicano enunciou um plano de publicações fortemente identificado com a temática da religião. Nesse decênio “[...] houve ampliação significativa do acesso à educação e à cultura, mas num quadro de submissão à racionalidade da sociedade produtora de mercadorias”²⁴². Foi nessa época que a indústria cultural do país atingiu sua maioridade com a entrada do meio de comunicação televisivo, ampliando o rol de difusores do noticiário cotidiano, das telenovelas e de tantas outras produções. A indústria do livro representa um segmento deste setor da comunicação, o qual cresceu em termos quantitativos durante essa fase, ampliando o leque de opções oferecidas aos leitores. Reimão²⁴³ foi uma das autoras que se dedicou a estudar o mercado editorial brasileiro entre os anos 1960 e 1980, municiando-se de informações conjunturais, de dados extraídos da quantidade de títulos e exemplares impressos em cada ano, dos pontos de venda disponíveis e das áreas temáticas mais vendidas, enfatizando os *best-sellers* relacionados ao

éditorial. Axe Représentation. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (orgs). *Figures de l'éditeur*. Paris : nouveau monde, pp. 73-89, 2005. p. 73.

²⁴¹ LEGENDRE, Bertrand. Autour de quelques figures de l'éditeur. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (orgs). *Figures de l'éditeur*. Paris : nouveau monde, 2005. p. 345-347.

²⁴² RIDENTI, Marcelo. Caleidoscópio da cultura brasileira (1964-2000). In: MICELI, Sérgio; PONTES, Heloisa. (Orgs.). *Cultura e Sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Edusp, 2014. pp. 21-72. p. 25.

²⁴³ REIMÃO, Sandra. *Mercado Editorial Brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018. p. 6.

campo editorial da literatura de ficção e não ficção. Apesar de a autora reconhecer a possibilidade de imprecisão dos números diante das fontes utilizadas e do foco dado aos títulos literários que se tornaram sucesso de vendas, a sua pesquisa apresenta algumas tendências de funcionamento do mercado livreiro onde Santa Cruz contribuiu para a cultura escrita do país.

Reimão investiga a produção editorial da década de 1960 levando em consideração o contexto político nacional, as preferências temáticas dos leitores brasileiros que se interessavam por literatura ficcional e não ficcional, bem como os números que atestam a relação de livros por habitante brasileiro. Em linhas gerais, a autora abordou algumas das manifestações artístico-culturais produzidas no país entre 1964 e 1969, destacando o florescimento de manifestações culturais questionadoras do regime civil-militar²⁴⁴, expressões que não eram necessariamente voltadas às massas, mas predominantemente fruídas por uma parcela da classe média de estudantes, intelectuais e universitários de esquerda, que nos anos inaugurais do regime de exceção conseguiram driblar o governo. Nesse contexto, a classe média era produtora e consumidora de apresentações teatrais, de livros teóricos ou ficcionais alinhados à esquerda do espectro político, obras que tratavam de questões comportamentais e das censuras impostas pelo governo, as quais eram gozadas por uma plateia que enchia os teatros de vanguarda e adquiriam títulos que abordavam a supressão das liberdades coletivas e individuais.

Na altura em que a autora apresenta a quantidade de livros por habitante durante a década de 1960 (dados extraídos do IBGE)²⁴⁵, chegamos à conclusão de que o livro ainda estava longe de fazer parte dos bens de fruição cultural das massas. O país possuía 71.868,00 milhões de habitantes, produzia 36.322,827 milhões exemplares impressos e apresentava uma média de 0,5 livro por habitante em 1961. Esses números não foram substancialmente alterados em 1969, quando a população atingia 92.282,0000 milhões de habitantes, produzia 68.583,400 exemplares e alcançou uma média de 0,7 livros por habitante.

A autora abordou os livros mais vendidos desse decênio, deixando claro que os dados enunciados pelo IBGE não mencionam os nomes dos autores, sinalizando que “[...] as coletas de dados sobre mercado editorial só começaram a ser feitas mais sistematicamente a partir de 1970, com o chamado ‘milagre brasileiro’”²⁴⁶. Por esse motivo, ela optou por investigar apenas as quatorze listagens semanais dos livros mais vendidos em 1968, extraídas da revista *Veja* entre setembro e dezembro deste ano. Embora a amostra seja extremamente limitada para um quadro mais fidedigno do mercado durante os anos 1960, ao menos conseguimos identificar

²⁴⁴ Iremos tratar dessas manifestações no próximo capítulo deste trabalho.

²⁴⁵ Ibid., p. 18. Dados extraídos do quadro “Relação livros por habitante/ano em alguns anos da década de 1960”.

²⁴⁶ Ibid., p. 20.

que a série dos doze livros mais vendidos nesses meses indicam uma boa aceitação de títulos marxistas e de outros temas políticos e comportamentais, que geralmente são identificados com leitores progressistas ou de esquerda. Nessa lista aparece, as obras *Eros e Civilização* e *Materialismo histórico e existência*, ambas de Hebert Marcuse, a primeira publicada pela Zahar e a segunda pela Tempo Brasileiro; ou até mesmo *Um projeto para o Brasil*, de Celso Furtado, editado pela Saga, e *Kama Sutra*, de Vatsyayama, do selo Coordenada de Brasília. Essas publicações indicam a abertura para questões políticas e comportamentais²⁴⁷. Já *O desafio americano*, de Jean-Jacques Servan-Schreiber, publicada pela Expressão, era o único título da lista direcionado ao pensamento político de direita. Para além das literatura de temas sexuais e cômicas, dos relatos autobiográficos e de assuntos econômicos e sociopolíticos, a lista da autora também inclui obras ficcionais de Leon Eliachar e Fernando Sabino.

Diante dos dados gerais referentes aos anos 1960 e da lista dos livros mais vendidos em 1968, Reimão estabeleceu três tendências da produção editorial que permaneceram até os anos 1990: “[...] 1. predomínio dos textos não ficcionais sobre os ficcionais (excluindo os infantis e os didáticos); 2. predomínio do autor estrangeiro sobre o nacional; 3. manutenção de alguns blocos temáticos como os preferidos de vendagem: sexo e comportamento, política e economia”²⁴⁸. Nesse cenário, a autora chegou à conclusão de que “[...] a sensação de ‘explosão’ do mercado editorial da década de 1960 [...]” não está exclusivamente relacionada ao âmbito quantitativo, às nacionalidades dos autores mais comercializados, aos temas predominantes, à superioridade das obras não ficcionais sobre as ficcionais, ou à edição de manuscritos que fizessem parte de expressivas correntes literárias que exprimissem o Brasil dessa época. Para ela, nesse decênio ocorreu “uma explosão qualitativa que se deu num reforço mútuo entre o público leitor e editores”²⁴⁹; o primeiro desejava adquirir livros comportamentais e políticos que tinham qualidade e relevância, e os segundos procuraram atender essa demanda por meio da oferta de obras bem editadas sob o ângulo técnico e gráfico.

Finda a apresentação do mercado editorial brasileiro dos anos 1960, agora vamos analisar o panorama dos selos católicos existentes no país. Aqui nos referenciamos na obra de Hallewell e na monografia de Silva²⁵⁰, este responsável por reunir um conjunto de informações que estavam esparsas e dizem respeito ao universo editorial cristão. Silva chama atenção para os

²⁴⁷ Ibid., p. 20-22. Nestas páginas encontra-se a lista completa dos doze livros levantados pela autora.

²⁴⁸ Ibid., p. 24.

²⁴⁹ Ibid., p. 25.

²⁵⁰ SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da. *Editoras católicas no Brasil*. Orientadora: Isabel Siqueira Travancas. 2011. 68 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Produção Editorial) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

poucos estudos sobre as publicações religiosas, razão pela qual ele decidiu pesquisar não apenas a editora evangélica Canção Nova (foco de seu estudo), mas também o aparecimento, crescimento e consolidação das editoras católicas brasileiras. Se estas inauguraram os trabalhos com a vinda congregações religiosas europeias para o território nacional – instalando as primeiras gráficas religiosas que tinham o propósito de publicar documentos que atendiam às demandas dessas ordenações –, o crescimento do mercado editorial durante a primeira metade do século XX também estimulou esses selos a difundirem livros direcionados a um público leitor em crescimento. Durante a segunda metade da centúria passada, parte desses leitores aprovavam as renovações realizadas pelo Concílio Vaticano II e pelos bispos brasileiros e latino-americanos por meio da CNBB e da II CELAM, além dos movimentos de base que eram apoiados por setores da esquerda católica. Segundo Silva, a Vozes, no campo intelectual, e a Paulinas, com seu repertório catequético, bíblico e pastoral, são algumas das editoras mencionadas em seu estudo que tiveram trajetórias e produções editoriais consistentes, embora o autor também tenha feito alguns comentários sobre a Paulus, Loyola, Salesiana, Ave-Maria, FTD, Santuário, Cléofas, Canção Nova, Palavra & Prece e edições CNBB²⁵¹. Ainda que o autor tenha esboçado o panorama contemporâneo dos selos religiosos, vamos nos ater ao histórico das editoras católicas que ele alinhou no segundo capítulo de sua monografia²⁵².

Para além da Livraria Schmidt Editora e da Agir, ambas pertencentes a leigos católicos, Silva e Hallewell urde mais detalhes dos selos de propriedade das congregações religiosas. O segundo, cita as Edições Paulinas, “[...] fundada na Itália pelo padre Tiago Alberone e pela irmã Tecla Merlo, que enviou o padre Bento Bonno para São Paulo, no início de agosto de 1931, como o primeiro passo para a expansão da congregação paulina pelo mundo”²⁵³. Tanto os padres da Pia Sociedade de São Paulo (Paulus) como as Freiras da Pia Sociedade das Filhas de São Paulo (Paulinas), desenvolveram um programa editorial voltado às famílias de imigrantes italianos, moradores do bairro operário do Brás, na capital paulista. Os paulus fundaram uma tipografia responsável por editar as publicações dessa ordenação, a exemplo do hebdomadário *La Sequilla*, divulgado pelas paulinas, que também circulavam suas produções nas portas da Igreja ou nas caixa de correio das famílias, a exemplo de *O Domingo*, folheto litúrgico que promovia as edições da casa, cujas temáticas versavam sobre santos e dogmas religiosos. Em 1934, as paulinas compraram uma impressora tipográfica e iniciaram as edições próprias com a

²⁵¹ Ibid., p. 3.

²⁵² Ibid., p. 5-19.

²⁵³ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012., p. 781.

publicação do periódico *Família Cristã*, e no ano seguinte lançaram o livro inaugural, *Mês de maio*, traduzido pelo padre Afonso Muzzarelli e identificado ao catecismo religioso²⁵⁴.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, e diante da queda das importações, Silva considera que a Vozes traduziu muitos livros que discorriam sobre temas religiosos. Mas já mencionamos neste trabalho que a produção editorial brasileira (e católica) vivenciou uma fase contínua de crescimento editorial a partir dos anos 1950, período que aumentou a oferta dos títulos religiosos dogmáticos em decorrência da reforma do ensino realizada em 1954, a qual incluiu o ensino religioso no primeiro e segundo ciclos da educação fundamental. Lançada pela Edições Paulinas²⁵⁵ em 1954, a coleção “Doutrina Cristã”²⁵⁶ foi uma coleção catequista dirigida a professores e estudantes que atingiu o número de 5,3 milhões de exemplares impressos passados dez anos da sua primeira publicação.

No decorrer dos anos 1960 havia um público leitor de 10 mil clérigos, quantia que ampliou a diversificação dos leitores, a propagação das coleções²⁵⁷ e a variedade das produções e dos temas abordados pelas editoras católicas. Foi nessa década que a Vozes e a Paulinas abriram suas filiais, aumentaram o número de títulos publicados e atingiram leitores ainda mais diversos. “[...] Em 1962, é criado o Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC) no Rio de Janeiro, e as Paulinas são encarregadas, pela CNBB, de produzir manuais catequéticos sintonizados com sua orientação”²⁵⁸. Nessa circunstâncias, a Edições Paulinas cresceu ao ponto de publicar os primeiros livros que se tornaram *best-sellers*, primeiro com *Jesus nos leva ao pai*, de P. Voltarelli e N. Bordeghini, e depois o *Pequeno catecismo de iniciação cristã*, de N. Bordeghini, ambos com numerosas edições e milhares de exemplares vendidos. Por outro lado, Hallewell²⁵⁹ adverte que a Paulinas começou a mudar sua linha editorial nos anos 1960 em virtude das reformas anunciadas pelas instâncias superiores da hierarquia eclesiástica, período que a editora passou a traduzir obras de teólogos que ultrapassavam o catecismo e discutiam os assuntos atinentes à fase progressista da Igreja Católica.

Fundada em 1902 pelos irmãos maristas, a Frère Théophane Durand (FTD) é uma editora religiosa que também ganhou envergadura nos anos 1960 ao concentrar sua produção no mercado editorial de livros didáticos. Aos poucos conquistou alta lucratividade e foi uma das

²⁵⁴ SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da., *op. cit.*, 2011, p. 6.

²⁵⁵ Ver: SOBRAL, Carolina Bednarek. *Edições Paulinas: Religião, Política, e Prática Editorial (1962-1994)*. Orientadora: Marisa Midori Deaecto. 2021. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 7.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 21

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 13.

²⁵⁹ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012., p. 781.

maiores beneficiadas pelo programa coordenado pela Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted) e pelo projeto de coedições do Instituto Nacional do Livro (INL)²⁶⁰. Já a congregação dos salesianos fundaram, em 1962, a gráfica Salesiana. Passados dois anos, a gráfica começou a editar livros voltados à catequese escolar por meio da impressão de uma média de 8 títulos anuais, e no final dos anos 1980 atingia a marca de 70 livros e 150 reedições. “A editora Salesiana atua principalmente nas áreas de educação, paradidáticos, religião e salesianidade, [destacando-se] na produção de agendas escolares. Presta também serviços gráficos, campo onde atua há mais de 40 anos”²⁶¹. Ainda podemos mencionar os jesuítas que erigiram a Loyola em 1963, selo responsável por publicar livros acerca da juventude, do casamento e de outras temáticas mais amplas, como a obra *Moral e História em John Locke*, de Edgar José Jorge Filho²⁶². Com o passar dos anos, “[...] especializou-se no público dos movimentos leigos da Igreja, como os cursilhos de cristandade e a Renovação Carismática Católica (RCC). Ela começa a se expandir na década de 1970, a partir dos cursos de ‘promoção humana’ ministrados pelos padres jesuítas ligados à editora”²⁶³.

Como podemos notar pelos exemplos mencionados, os selos católicos ampliaram a diversidade de sua produção e almejavam atender predominantemente a dois flancos do mercado livreiro, o educacional e o cultural, este mais direcionado à classe média católica e ilustrada, em especial entre finais dos anos 1960 e início dos 1970. Segundo Silva, o setor cultural foi estimulado pelo crescimento das universidades leigas e católicas, época em que a Vozes cerrou fileiras no segmento acadêmico e investiu na área de ciências humanas. Aliás, este selo começou a cumprir um relevante papel intelectual no cenário nacional dos anos 1960, função que era desempenhada pelas editoras Agir, na capital fluminense, e Herder, na capital paulista, durante a década de 1950. De origem alemã, a Herder inaugurou sua filial brasileira em 1952 e hodiernamente tem “[...] o nome de EPU (Editora Pedagógica Universitária) [...]”²⁶⁴. Silva²⁶⁵ diz que este selo publicou obras do padre Leuret no Brasil, mas ele não mencionou quais foram os títulos traduzidos. Nós encontramos apenas uma obra do padre francês que foi comercializada no país sem a tradução para a língua portuguesa ter sido realizada pela Edições SAL ou pela Livraria Duas Cidades – trata-se de *Propriedade e Socialização*, publicado, em 1965, pela Livraria Figueirinhas, casa portuguesa localizada na cidade do Porto.

²⁶⁰ SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da., *op. cit.*, 2011, p. 8. No quarto capítulo desta tese analisaremos o papel do INL na história do livro brasileiro e no catálogo da Livraria Duas Cidades.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 15.

²⁶² HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012., p. 781.

²⁶³ SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da., *op. cit.*, 2011, p. 15

²⁶⁴ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012., p. 756.

²⁶⁵ SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da., *op. cit.*, 2011, p. 11-12.

Voltando à Vozes, foi nos anos 1960 que este selo renovou sua direção e seu programa editorial, publicando títulos que tratavam dos assuntos discutidos no Concílio Vaticano II. O franciscano Ludovico Gomes de Castro assumiu a direção da Vozes de 1962 a 1986, período que “[...] ampliou o parque gráfico, dobrou a equipe de trabalho e expandiu a linha editorial de publicações”²⁶⁶, reorientando a produção para publicações de assuntos ligados às questões sociais latentes nos anos 1960 e 1970, como os problemas do desemprego e da reforma agrária. “A Editora Vozes cresceu durante a ditadura com a edição de livros de crítica social, explorando a relutância do regime militar a desafiar abertamente os órgãos da Igreja. Com o apoio da Ordem Franciscana e da [...] CNBB, [lidou com] a presença de censores em suas redações”²⁶⁷. Mesmo não sendo um selo confessional como a Paulinas e a Loyola, a Vozes executou seu projeto editorial sem sofrer retaliações das autoridades eclesiais.

A *Revista Eclesiástica Brasileira* e a *Revista de Cultura Vozes* foram dois periódicos editados por essa casa. Ambas adotaram o tom renovador em suas publicações, defendendo o ecumenismo e uma diversidade de temáticas que extrapolavam o âmbito religioso, como a relação da comunicação com a cultura de massa. Foi assim que a Vozes progressivamente se tornou importante na intelectualidade brasileira, ao ponto de incluir o laicato católico no conselho editorial da casa a partir de 1969, “[...] quando Rose Marie Muraro²⁶⁸ se torna editora de assuntos não religiosos e a produção do gênero passa a ser 50% de toda a produção”²⁶⁹, ano em que o crescimento das publicações foi evidenciado nos 84 títulos²⁷⁰ publicados, em contraste com os 50 livros²⁷¹ editados em 1959. Já na década de 1970, a Vozes foi precursora na publicação da Teologia da Libertação, doutrina formulada por diversos teólogos latino-americanos e cuja elaboração aborda um conjunto de princípios enraizados nas questões discutidas na II CELAM e amadurecidas nas décadas seguintes.

Outros selos mencionados por Silva²⁷² são Ave-Maria e Santuário. O primeiro pertence aos missionários claretianos e se destacou pela tradução e edição da Bíblia Sagrada em 1957. Traduzida pelos monges beneditinos diretamente do grego e hebraico, publicaram a primeira edição com 42 mil exemplares impressos. Já o segundo selo é de propriedade da ordenação

²⁶⁶ Ibid., p. 10.

²⁶⁷ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012., p. 728.

²⁶⁸ Ibid., p. 729. Rose Maria Muraro foi editora, autora, tradutora e feminista. Ela traduziu duas obras da Livraria Duas Cidades, a primeira publicada em 1961, *Construir o Homem e o Mundo*, de Michel Quoist, e a segunda, *A espiritualidade em plena vida*, de Thomas Suavet, editada em 1962. Nos anos 1980, Rose compartilhou com Leonardo Boff a presidência do conselho editorial da Vozes, e publicou *Sexualidade, Libertação e Fé*, em 1985. Na década de 1990, ela fundou Espaço e Tempo, seu próprio selo progressista.

²⁶⁹ SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da., *op. cit.*, 2011, p. 11.

²⁷⁰ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012., p. 630.

²⁷¹ Ibid., p. 413.

²⁷² SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da., *op. cit.*, 2011, p. 16.

mariana, que no ano de sua fundação (1904) lançou o *Manual do devoto de Nossa Senhora*, publicação que se tornou *best-seller* da Santuário ao imprimir de 500 mil exemplares em sua septuagésima edição. Em 1927, começaram a editar o periódico *Ecos Marianos*, cujo enfoque dizia respeito ao Santuário Nacional dessa congregação e à progressiva afeição dos fiéis para a Virgem de Aparecida, revista que chegou a imprimir 60 mil exemplares em alguns anos.

Diante do exposto, os anos de 1960 foram auspiciosos para o crescimento de editoras católicas que propagavam o tom progressista vivenciado pela Igreja nesse período. Para além da Vozes e da Paulinas, a Paz e Terra é mais um selo que publicou títulos atinentes à fase renovadora da Igreja. Fundado, em 1966, pelo sociólogo e jornalista Waldo A. César, e inspirado na carta circular do papa João XXII, *Pacem in Terris*, o estabelecimento iniciou sua trajetória como o propósito de reaproximar os progressistas religiosos de todas as vertentes cristãs. “[...] Como quase todas as questões sociais e políticas eram, para os cristão radicais do Brasil, merecedoras de uma abordagem ou interpretação religiosa, seu alcance tomou uma notável amplitude”²⁷³, principalmente por ter traduzido para a língua portuguesa autores ainda desconhecidos no Brasil. Em 1968 publicaram 16 títulos, no ano seguinte editaram 25 livros e depois estabeleceram uma organização editorial que não ficou restrita ao âmbito religioso, sendo vendida para Fernando Gasparian nos anos 1970, época que Fernando Henrique Cardoso e Antonio Callado integraram o conselho editorial e publicaram obras feministas e outros temas de vanguarda durante a década de 1980.

Como vimos anteriormente, o crescimento do mercado editorial brasileiro nos anos 1950 tem relação com a modernização da indústria do livro nessa década, o que gerou um processo de profissionalização²⁷⁴, diversificação e distribuição dos títulos em nível nacional. As congregações religiosas que possuíam editoras estavam atentas à dinâmica do mercado livreiro, redimensionaram suas atribuições no plano cultural e procuraram comercializar obras não necessariamente destinadas às pretensões do mercado livreiro. Assim, buscaram estabelecer uma linha editorial que extrapolasse os textos bíblicos, os *best-sellers*, as catequeses e os catecismos, e decidiram editar manuscritos que estimulasse abordagens compatíveis com o momento renovador da Igreja e com os problemas urdidos no tecido social. Muitas dessas casas atuavam no limiar entre obras de venda e obras formadoras; ora publicavam livros com alta vendagem para tornaram-se conhecidas pelo grande público, ora utilizavam o lucro conquistado com essas vendas para publicar livros renovadores da doutrina da Igreja e dos temas que afligiam a sociedade. Uns viam a publicação como um produto de alta rentabilidade, outros

²⁷³ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012., p. 635.

²⁷⁴ RIDENTI, Marcelo., *op. cit.*, 2014, p. 58.

como uma missão e alguns conduziram uma via intermediária entre o produto e a missão, mantendo a casa em funcionamento sem perder de vista a identidade do plano de publicações.

O quadro cronológico dos livros publicados pela Livraria Duas Cidades

A partir de exposição do padrão de funcionamento do mercado editorial e dos selos católicos vigentes nos anos 1960, conseguimos situar a Livraria Duas Cidades nesse contexto. E a melhor forma de identificarmos as principais características do programa de edições dirigido por Frei Benevenuto é esquadrihar o quadro cronológico de títulos publicados e confrontá-lo com o mercado livreiro católico e nacional, procurando realçar e relacionar os pontos de convergência e divergência. Ao analisarmos a produção de uma editora, devemos perquirir a identidade edificada por meio das escolhas dos livros e coleções, e dos agentes que porventura interfeririam direta ou indiretamente na seleção dos títulos e das coleções.

Aqui nos valem o argumento de Sorá sobre a antropologia da edição, a qual examina o catálogo como o ponto de partida para o arranjo sistemático do universo livreiro. “[...] De modo amplo, os catálogos deixam à disposição do investigador um sistema de indícios a partir do qual, no limite, sua interpretação pode ser estendida até os estados de desenvolvimento de um mercado [...]”, ao mesmo tempo que podem desentranhar os laços sociais que circundam o processo editorial e desempenham uma influência específica da produção da casa. Os catálogos são impressões concisas e geralmente destinadas a uma vida efêmera, na medida em que listam os títulos vendidos por uma editora durante determinado mês, período ou ano, e são usualmente voltados às pessoas que trabalham nas vendas dos livros. Além desses aspectos, os catálogos podem ser uma fonte de pesquisa dos pesquisadores do livro e da edição ao buscarem averiguar a dinâmica do processo de seleção das obras que eram publicadas. Por meio do catálogo conseguimos perceber que o sistema classificatório desenvolvido pelo editor não se trata de um acaso ou de algo fortuito. “[...] O conjunto de títulos, autores, gêneros e coleções distribui-se hierarquicamente no interior do catálogo, com base numa ordem que remete ao agente classificador e à gênese de suas razões práticas”²⁷⁵. Ao estudarmos o catálogo, podemos avaliar o peso de cada um dos gêneros anunciados e das reedições²⁷⁶ publicadas, a recorrente presença destas no documento indicam os temas que se consolidam na produção de uma editora.

Sorá defende que a etapa inicial para entendermos um livro que integra um sistema de livros, “[...] é a partir do catálogo daquele agente, que decide as formas de entregá-lo ao público

²⁷⁵ SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, p. 270-271.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 275.

por meio de sua publicidade. A descrição dos catálogos leva às diferenças reunidas em seu interior”²⁷⁷, e a relação entre eles nos permite verificar quais eram as estratégias de propaganda utilizadas para chamar atenção do público, quais eram os distribuidores e livreiros que estabeleciam parcerias, entre outras variáveis que eram consideradas ao definirem o valor do livro e ao estabelecerem as táticas contra os concorrentes. O autor afirma que a investigação do catálogo possibilita não apenas reaver modelos editoriais, os gêneros publicados e os autores adotados num determinado período e localidade, como também “[...] devolver temporalidade a obras, autores, coleções, que, uma vez consagrados, passam a ser concebidos como se tivessem sido clássicos desde sua origem”²⁷⁸. Via de regra, as análises literárias ou ilustradas de uma obra geralmente descuidam de uma análise do catálogo onde as obras são divulgadas e das escolhas feitas por um editor num determinado tempo e espaço.

No acervo da Livraria Duas Cidades encontram-se disponíveis apenas os catálogos de 1989, 1995, 2000 e 2005, o que nos impossibilitou de realizar um estudo das publicações por intermédio dos catálogos. Ainda assim, o arquivo da editora possui um documento nomeado de “Quadro cronológico das Edições da Livraria”²⁷⁹, arquivo de vinte e uma laudas a constar praticamente todas as publicações (primeiras edições e reedições) da editora entre 1955 e 2001. Trata-se de um quadro a enumerar cada um dos livros publicados com as seguintes informações: ano de edição, mês, título da obra, nome do autor, número da edição e a quantidade de exemplares impressos. Nós partimos dessa fonte para construirmos a planilha que nomeamos de “Quadro cronológico dos livros publicados pela Livraria Duas Cidades”, a partir da qual acrescentamos um conjunto de informações coletadas na pesquisa que fizemos na biblioteca da editora abrigada na casa da família de Maria Antonia, em Ibitinga.

Nessa ocasião tivemos acesso à praticamente todos os livros publicados pelo selo dirigido por Santa Cruz, e assim pudemos dispor os livros por ordem cronológica e fotografar todos os títulos da editora (retratos da capa, da contracapa, das orelhas, do frontispício, da lombada, da página com informações catalográficas, da página com as oficinas gráficas e de alguns prefácios)²⁸⁰. Esse trabalho nos possibilitou acrescentar mais dados ao documento produzido pela editora, tais como: identificar a área temática de cada obra e os projetos editoriais não publicados; reconfigurar as coleções e coedições publicadas; estabelecer o período de existência da filial de Belo Horizonte (1958-1961) e o ano em que a logomarca da Duas Cidades apareceu

²⁷⁷ Ibid., p. 271.

²⁷⁸ Ibid., p. 271.

²⁷⁹ Disponível no Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

²⁸⁰ O que equivale a dizer que foram tiradas uma média de seis a sete fotos por livro, somando um total de aproximadamente mil e quinhentas imagens extraídas da biblioteca da editora nomeada Livraria Duas Cidades.

nos livros editados; os diferentes endereços do estabelecimento; os nomes da(o)s tradutora(e)s, da(o)s prefaciadora(e)s, da(o)s capistas, das editoras estrangeiras dos livros traduzidos e das gráficas que imprimiam as obras. Ao cruzarmos as informações disponíveis no documento original com as informações acrescentadas na planilha que produzimos, levantamos uma série de dados quantitativos que nos permitem realizar uma análise qualitativa partindo dos pressupostos delineados por Sorá para escrutinarmos o programa editorial da Duas Cidades.

Tabela 1. Títulos e exemplares publicados pela Livraria Duas Cidades (1955-2006)

Títulos e Exemplares	Quantidade
Títulos em 1ª edição	288
Títulos 1ª edição e reedições	464
Exemplares 1ª Edição	861.942
Exemplares reedições	1.045.949
Exemplares de todas as edições	1.907.891

Fonte: dados levantados pelo autor

A primeira tabela deste trabalho apresenta os dados gerais das edições da Livraria Duas Cidades entre 1955 e 2006. Com relação aos 288²⁸¹ títulos publicados, chamamos atenção para o fato de que essa quantidade inclui alguns poucos títulos que já tinham sido impressos por outra editora, a exemplo de *Princípios para a ação*, de Louis-Joseph Lebret, que primeiro foi publicado pela Edições SAL, e de outros 11 títulos lançados por outros selos, os quais foram contabilizados no histórico de primeiras edições da casa. Também é importante esclarecer que os dados apresentados na Tabela 1 não incluem os projetos editoriais que não foram

²⁸¹ Aproveitamos a ocasião para fazer uma ligeira correção do artigo que publicamos na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (QUINTA, Hugo; SILVA, Wilton Carlos Lima da., *op. cit.*, 2020, p. 242), no qual informamos que a editora publicou 272 títulos em primeira edição. Os ajustes que nós fizemos na planilha após a publicação do artigo nos levaram a chegar na quantidade de 288 títulos lançados pela editora.

comercializados e os 16 títulos editados em coedição²⁸² da Duas Cidades com a lusitana Livraria Morais, na medida em que essas obras não constam no quadro cronológico da editora e eram traduzidas, editadas e impressas em Portugal, incluindo apenas o nome do selo dominicano dirigido por Santa Cruz na capa e nas primeiras páginas do livro. Também advertimos que o quadro cronológico de edições da Livraria Duas Cidades prevê apenas o número de exemplares impressos nas edições e reedições entre 1958 e 2001, de modo que não conseguimos obter o número total de exemplares impressos em todos os títulos publicados. Mesmo assim, decidimos incluir em nossa planilha os 13 títulos editados entre 2001 e 2006, dos quais 12 fazem parte da Coleção Espírito Crítico (em coedição com a Editora 34) e a última obra publicada, *Que é isto – a filosofia?*, de Martin Heidegger (em coedição com a Vozes).

O editor e a editora dominicana entre 1955 e 1959

Feito esses esclarecimentos, iniciamos a descrição analítica das publicações procurando apresentar algumas informações gerais da produção editorial da Livraria Duas Cidades, em especial dos livros editados entre 1955 e 1969. Com o auxílio de Maria Antonia, levantamos 78 áreas temáticas²⁸³ dos 288 títulos publicados, e procuramos identificá-las evidenciando suas especificidades. Nas publicações realizadas entre 1955 e 1959, a editora lançou 10 títulos, sendo que 7 desse total foram traduzidos (seis da França e um da Itália): *Nossa senhora na minha vida* (1955), de M. V. Bernadot (sem o nome do tradutor); *Ouvindo a Igreja do Silêncio* (1956), escrito por diversos autores e traduzido por Heni Savaia; *Para construir um mundo melhor*

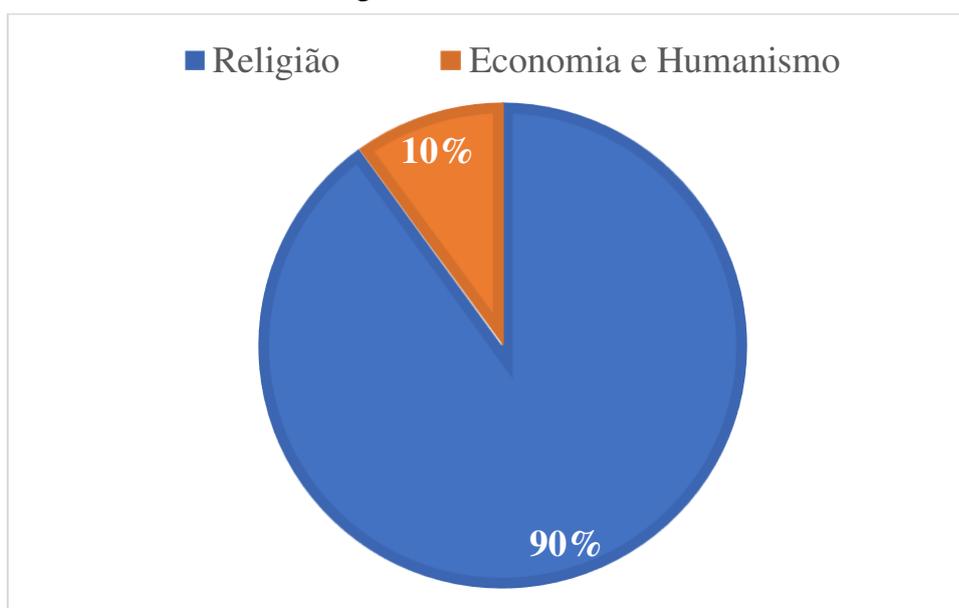
²⁸² No acervo da Duas Cidades consta apenas uma lista das 16 obras coeditadas por essas casas. Neste documento há as seguintes informações escritas à mão: “até 2000, total em tiragens [de] 1.854.250 exemplares. Incluindo esses em coedição, total [de] 289 títulos”. Não sabemos, porém, quais foram os critérios utilizados por quem estimou esses dados, e ainda assim eles não diferenciam substancialmente dos dados que nós levantamos.

²⁸³ Áreas temáticas dos livros da Livraria Duas Cidades: 1) Administração; 2) Antropologia e Religião; 3) Arquitetura e Urbanismo; 4) Arte e Filosofia; 5) Autobiografia; 6) Bibliografia; 7) Biografia; 8) Capitalismo; 9) Ciência e Filosofia; 10) Ciência e Tecnologia; 11) Ciências Política; 12) Ciência, Tecnologia e Sociedade; 13) Ciências; 14) Ciências Humanas e Sociais; 15) Ciências Políticas e Sociais; 16) Ciências Sociais; 17) Crítica de Arte; 18) Crítica Literária e História; 19) Crítica Literária; 20) Crítica Literária: cordel; 21) Crítica Literária: música; 22) Crítica Literária: poesia; 23) Cultura; 24) Direito; 25) Economia; 26) Economia e Humanismo; 27) Economia e Sociologia; 28) Educação; 29) Energia Nuclear; 30) Estética; 31) Estética musical; 32) Ética e Política; 33) Filosofia; 34) Filosofia da Religião; 35) Filosofia do Direito e Sociologia; 36) Filosofia e Biografia; 37) Filosofia e História; 38) Filosofia e Psicologia; 39) Fotografia; 40) História; 41) Homenagem; 42) Indústria, Economia e Energia Nuclear; 43) Linguística; 44) Literatura; 45) Literatura e Psicanálise: ensaios; 46) Literatura e Sociedade; 47) Literatura hispano-americana; 48) Literatura infantil; 49) Literatura: contos; 50) Literatura: correspondência; 51) Literatura: crônicas; 52) Literatura: diário de viagem; 53) Literatura: novela; 54) Literatura: romance; 55) Mapa; 56) Música; 57) Poesia; 58) Política e Tecnologia; 59) Política, Economia e Tecnologia; 60) Psicologia; 61) Relações Internacionais; 62) Relatos de Guerra; 63) Religião; 64) Religião e Filosofia; 65) Religião e Política; 66) Religião e Sexualidade; 67) Religião e Sociedade; 68) Religião e Sociologia; 69) Romance; 70) Romance Histórico; 71) Sociologia; 72) Sociologia da cultura; 73) Sociologia e Teoria Literária; 74) Sociologia Médica; 75) Teatro; 76) Teatro e Psicanálise; 77) Tecnologia e Indústria Aeronáutica; 78) Teoria Literária.

(1958), também escrito por diversos autores e traduzido por Monsenhor Luiz Gonzaga Miele e prefaciado Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota; *A aventura mística de Charles de Foucauld* (1958), de Michel Carrouges e traduzido por A. C. Villaça; *JEC, o evangelho no colégio* (1958), de Frei Mateus Rocha; *O cristão e a cidade* (1959), de Edgard de Godói da Mata Machado; *Saint-Exupery e o céu sem limites* (1959), de Irmã Rosa Maria; *Construir a Igreja* (1959), de Thomas Suavet e traduzido pelo Frei Bernardo Catão; *Princípios para a ação* (1959), de L. J. Lebret e traduzido por Carlos Pinto Alves; e *Poemas para rezar* (1959), de Michel Quoist e traduzido pelo Frei Lucas Moreira Neves.

Com a breve descrição dos 10 títulos publicados nesse período, tecemos algumas considerações sobre os cinco primeiros anos da editora. Duas áreas temáticas aparecem nesse período, a Religião corresponde a 90% do total de títulos publicados, e a Economia e Humanismo representa apenas 10% desse conjunto (ver gráfico 1).

Gráfico 1. Ranking das áreas temáticas entre 1955 a 1959



Fonte: dados levantados pelo autor

Princípios para a ação é a única obra a representar Economia e Humanismo. Os 9 títulos restantes pertencem ao âmbito religioso, escritos por autores nacionais e estrangeiros que tinham certo prestígio entre os leigos e sacerdotes, os quais exploravam uma abordagem menos catequista e doutrinária do catolicismo. *Para construir um mundo melhor* fazia parte do movimento homônimo da Igreja, foi prefaciado pelo então arcebispo de São Paulo e demonstra a iniciativa de lançar uma obra que propunha o diálogo entre as questões terrenas e divinas. Como também foi o caso de *JEC, o evangelho no colégio*, obra do então provincial dominicano

e que aborda a relação dessa corrente do laicato católico com o ensino e a sociedade, livro que, como vimos, foi lançado na sucursal mineira da Duas Cidades e contou com a presença de outro ilustre autor da editora, Edgard de Godói da Mata Machado, político, jurista, filósofo e leigo católico que lançou *O cristão e a cidade*. O livro *Construir a Igreja*, de Thomas Suavet (membro francês do grupo EH), discute uma Igreja aberta às questões seculares, como sugere o subtítulo da obra, “apostolado da técnica e técnica do apostolado de hoje”. Mas dentre as 288 obras publicadas pela Livraria Duas Cidades, *Poemas para rezar* (ver figura 13), de Michel Quoist, foi um dos poucos *best-sellers* da editora, título que em suas quatro primeiras edições (todas de 1959) atingiu 20.000 exemplares impressos, e foi o único livro dessa época que informou o nome do capista, o pintor Fernando Lemos²⁸⁴. Além disso, esta obra obteve o recorde de vendas desde a primeira até a 39 edição, publicada em 1984, quando atingiu 353.053 exemplares impressos, 18% do total de tiragens realizadas na história da editora.

Alguns dos motivos do sucesso dessa obra e do plano editorial que estava a ser arquitetado por Santa Cruz estão descritos na carta manuscrita²⁸⁵ que o livreiro-editor endereçou a Alceu Amoroso Lima no dia 28 de julho de 1959. O remetente iniciou a missiva dizendo o quanto estava contente com o retorno de Alceu para o Brasil, comentou que durante esse período protelou a escrever para o destinatário para não o incomodar nos Estados Unidos, mas agora que ele estava de volta à pátria, Santa Cruz decidiu enviar a missiva para deixar seu abraço e falar sobre a editora. Frei Benevenuto expôs que os obstáculos para a importação “[...] e o número cada vez menor de pessoas (sobretudo os moços) que leem francês foram me convencendo pouco a pouco da circunstancial necessidade de fazer edições em português”²⁸⁶. Citou os primeiros títulos e depois se aprofundou na publicação do carro-chefe do selo, o livro *Prières*, de M. Quoist. Em suas palavras, a tradução do francês foi lançado com o título “[...] (se não é bom a culpa é minha!) de *Poemas para rezar*. Foi um verdadeiro sucesso, sobretudo depois que D. Helder leu na rádio globo alguns dos poemas e recomendou o livro. Em dois meses vendemos 5.000 exemplares. Saiu agora (uma semana) a 2ª edição, também de 5.000.”²⁸⁷. Ressaltou que esta edição tinha 3.000 exemplares reservados a particulares e livreiros, continuou dizendo que essa quantia seria insuficiente para atender o público e decidiu preparar a terceira edição: “[...] não sei se o senhor conhece o original francês. Pelos

²⁸⁴ O lisboeta José Fernandes Lemos (1926-2019) adotou o nome artístico de Fernando Lemos. Foi artista plástico, fotógrafo, desenhista, artista gráfico, pintor. Trabalhou e residiu entre Brasil e Portugal. Nos anos 1950 lutou contra a ditadura salazarista, depois lecionou artes gráficas na FAU (USP) e realizou uma série de outros trabalhos.

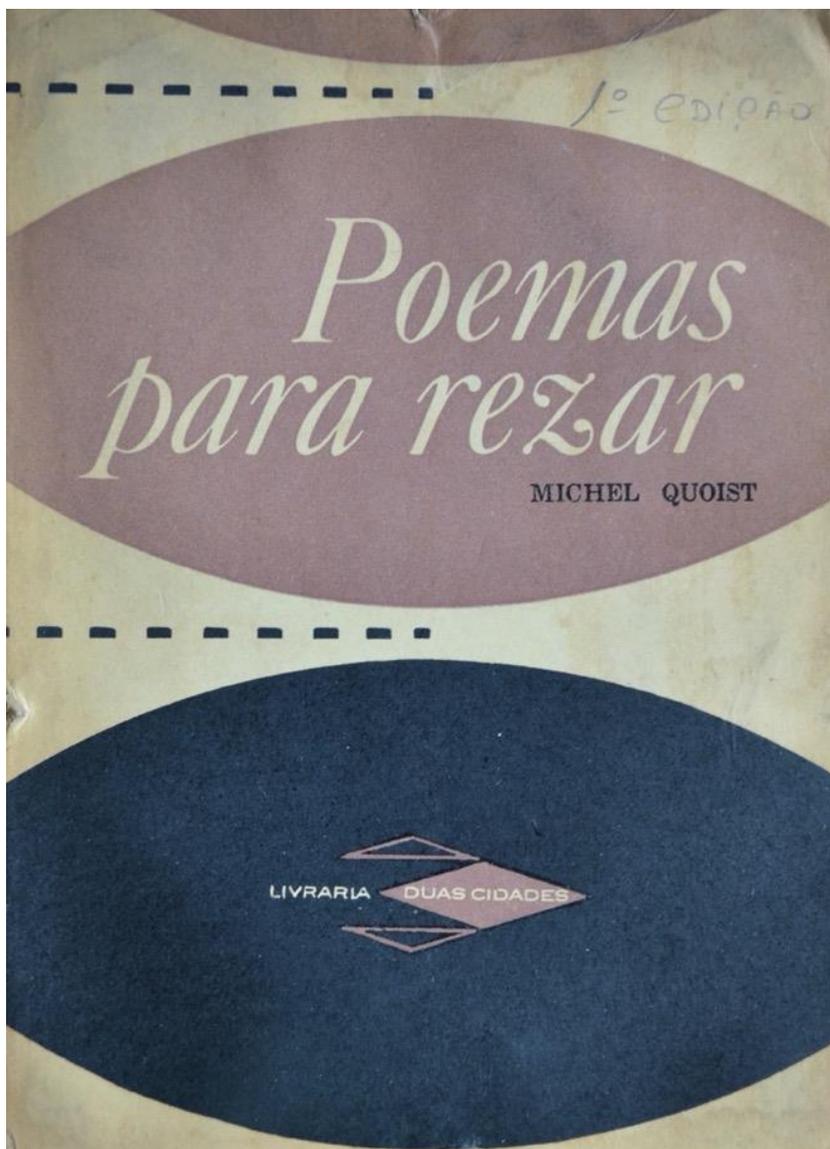
²⁸⁵ Epístola disponível no acervo da Casa Alceu Amoroso Lima. Pasta Frei Benevenuto de Santa Cruz.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 1.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 1.

testemunhos que tenho recebido, o livro tem revolucionado a vida espiritual de muita gente e para muitos tem sido ocasião de verdadeira descoberta do cristianismo”²⁸⁸.

Figura 13. *Poemas para rezar* (1959), de Michel Quoist



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Depois comentou brevemente sobre o livro de Edgard, informando que se tratava de três conferências do autor, passou, de soslaio, pelo livro do padre Suavet, e falou sobre o ensaio da dominicana brasileira, Irmã Rosa Maria, que trata do percurso espiritual de St. Exupéry. Assim que terminou as apresentações dos títulos publicados, o frade mencionou que estava a construir o plano de edições para 1960 e pretendia publicar as obras de Lebret, Abbé Pierre, Julián

²⁸⁸ Ibid., p. 2.

Mariás, as conferências de Gilson Freitas em São Paulo²⁸⁹ e estava decidindo se publicaria a obra de T. Lynn Smith sobre o Brasil²⁹⁰. Logo em seguida, Benevenuto expôs que enviaria a Alceu alguns dos livros publicados e fez a seguinte observação: “como o senhor é incontestavelmente o pai de tudo isso que estamos fazendo agora – o fruto de seu trabalho de 30 [anos] – creio que essas notícias lhe levarão satisfação e lhe darão [...] um pouco de esperança para o futuro do Brasil”²⁹¹. Diante da presença de Alceu no Brasil, o remente ousou lhe fazer um pedido: “se o senhor achar útil e oportuno, fale um dia em um de seus artigos desse trabalho que estamos fazendo aqui em São Paulo, que é um trabalho da Ordem. E se o Quoist lhe der apetite, fale também sobre ele”²⁹². E encerrou a carta informando que enviaria o próximo livro do Lebret, enunciou que o procuraria no Rio de Janeiro em sua próxima ida à cidade, teceu brevíssimas considerações sobre o centro latino-americano de EH, localizado em Montevideú, e concluiu expressando a alegria que teria de reencontrá-lo.

Apesar de não termos encontrado os artigos de Alceu Amoroso Lima sobre a Livraria Duas Cidades e as primeiras obras editadas pelo selo dominicano, essa carta manifesta o *modus operandi* de Frei Benevenuto na atividade editorial e o sucesso comercial de *Poemas para rezar*, sobretudo com a promoção do livro por Dom Helder Câmara, projetando a editora e a obra pra os principais centros urbanos do Brasil. Além disso, essa missiva demonstra não apenas o reconhecimento do livreiro-editor pelo trabalho intelectual desempenhado por Alceu Amoroso Lima, mas também sua habilidade em promover a divulgação do catálogo do selo mediante a utilização dos laços de amizade²⁹³ e dos recursos simbólicos e materiais entremeados com o destinatário ao longo de anos.

Outras fontes que nos ajudam a explorar o programa editorial desenvolvido por Santa Cruz são os três relatórios que ele enviou ao capítulo provincial nos anos 1960. Já utilizamos essas fontes para problematizar o livreiro e a livraria, agora iremos revisitá-las para urdir o editor e a editora. No primeiro “Relatório ao Capítulo Provincial de julho de 1960 sobre a Livraria Duas Cidades”²⁹⁴, o religioso argumentou sobre as publicações no terceiro item, “Edições Duas Cidades”²⁹⁵, dedicando-se a descrever sua percepção sobre o trabalho editorial realizado entre 1955 e 1959. Nessa etapa do relatório, argumentou que tanto a livraria como a editora poderiam potencializar o trabalho missionário da Ordem, sublinhando que as edições

²⁸⁹ Título não publicado.

²⁹⁰ Título não publicado.

²⁹¹ Ibid., p. 2.

²⁹² Ibid., p. 3.

²⁹³ Esta é uma categoria analítica utilizada por Sorá. Iremos explorar essa noção no quarto capítulo desta tese.

²⁹⁴ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²⁹⁵ Ibid., p. 6-7

ampliariam a vocação missionária da congregação dominicana. Existiam dois obstáculos em sua percepção, “[...] de um lado, o acesso às línguas estrangeiras reduz-se a um número limitado de pessoas; de outro lado a atual produção editorial brasileira no campo religioso (em seu sentido mais amplo) é extremamente pobre, não só em qualidade como em quantidade”²⁹⁶. Assim, o editor dominicano defendeu que a Ordem assumisse a tarefa de atender a crescente demanda do público leitor, de distintas camadas sociais e culturais, que se valem da “[...] leitura como instrumento de informação e de reflexão”²⁹⁷. Para ele, o êxito nesse setor dependeria do esforço da casa em “[...] manter uma linha exigente e sem concessões. Penso que o esforço perseverante de alguns anos nessa linha contribuirá, aliás, para criar uma emulação e provocar uma ascensão do nível de outras editoras no setor religioso ou de inspiração religiosa”²⁹⁸.

Frei Benevenuto relatou que nos últimos dois anos vinha se dedicando à organização da editora, fez um breve comentário sobre os livros então publicados e assegurou que a tiragem média de 5.000 exemplares por título era arrojada para o padrão nacional, onde era recorrente lançamentos de 3.000 exemplares e vendas realizadas a longo prazo, ao passo que a Duas Cidades vendia suas edições em curto prazo. Ele prosseguiu informando que havia três livros no prelo, dez em preparação para serem publicados entre o segundo semestre de 1960 e o primeiro de 1961, e uma lista de títulos a serem editados, acrescentando que a venda das edições da casa estava presente em todas as capitais e grandes cidades brasileiras. Depois ele expôs que as obras da Duas Cidades estavam a ser bem-aceitas pela crítica, com exceção de uma resenha negativa do livro *Poemas para rezar*, publicada na *Vozes de Petrópolis*, que traduziu a recensão do Frei Thomas Calmel, lançada na revista *La Pensée Catholique*.

O frade encaminhou para o fim do terceiro item do relatório informando que o ano de 1961 seria decisivo para a editora, na medida em que tentariam alcançar a marca de 50 títulos editados e reeditados. Esse crescimento possibilitaria quitar o investimento realizado nas publicações e arcar com as despesas progressivamente crescentes. Passado esse período, o selo poderia autofinanciar suas edições “[...] e avançar mais lentamente até poder fixar definitivamente sua linha editorial. Essa fixação exigirá a experiência de pelo menos 5 anos, durante os quais, além dos problemas já citados deverá ser constituído seu corpo de tradutores, revisores e desenhistas de capas”²⁹⁹. O livreiro-editor expressou que esperava contar com o apoio da Ordem para vencer essa etapa experimental, o que exigiria o aporte financeiro da

²⁹⁶ Ibid., p. 6.

²⁹⁷ Ibid., p. 6.

²⁹⁸ Ibid., p. 6.

²⁹⁹ Ibid., p. 7.

congregação para o estabelecimento obter acesso a crédito nos bancos, eventualmente alterar a denominação jurídica da sociedade e estruturar um Conselho Consultivo das Edições.

No último item descrito no relatório, nomeado de “Perspectivas”³⁰⁰, Frei Benevenuto retomou o tema das edições sentenciando que o selo somente se tornaria conhecido e capaz de autofinanciar suas publicações se aumentasse a quantidade de títulos publicados, o que asseguraria maiores rendimentos mensais e maturidade para delimitar a linha editorial. Segundo editor dominicano, a definição da linha possibilitaria não apenas o crescimento sustentável da editora, mas também a composição definitiva da Livraria Duas Cidades a partir de três bases: “[...] a) organização da venda em todo o Brasil, através de uma rede própria de distribuição ou de acordo com outros livreiros especializados; b) em função dessa venda, assegurar o mínimo anual de edições, capaz de tornar possíveis as operações bancárias destinadas a financiá-las”; c) garantir o crescimento do “[...] capital atual, de tal forma que as despesas e encargos crescentes da Livraria não dependam exclusivamente de recurso aos Bancos”³⁰¹. Para o diretor da casa, o acréscimo do capital da empresa era indispensável para cobrir o aumento de despesas relacionadas ao acréscimo de ordenados, ao custo de aluguel das futuras instalações – os espaços onde estavam alojados eram insuficientes para acomodar os livros importados e editados –, e aos encargos gerados pelas edições. Benevenuto considerou que o aporte financeiro não era o mais relevante para promover o desenvolvimento da Duas Cidades, e sim a compreensão e aprovação da Ordem em relação ao trabalho que estava a ser realizado. Por fim, o religioso sugeriu que a Ordem solicitasse uma contribuição monetária de seus conventos (investimento que seria especialmente alocado no setor editorial), que em troca indicariam padres para compor o Conselho Consultivo das Edições.

Tanto a carta destinada a Alceu Amoroso Lima quanto o relatório dirigido ao capítulo provincial dos dominicanos expõem as reflexões de Frei Benevenuto para a construção do catálogo da casa e a experiência que ele adquiriu com as primeiras publicações. O religioso estava ciente dos encargos que envolviam o processo editorial, chamou os dominicanos às falas, cobrando o envolvimento da congregação no financiamento e na seleção dos títulos por intermédio da constituição de um Conselho Consultivo das Edições, o que, diga-se de passagem, jamais ocorreu na história da editora. No relatório, ele deixou claro que o desenvolvimento e consolidação da linha editorial da casa dependeria da quantidade de títulos que seriam publicados, o que garantiria o autofinanciamento das edições e a oferta de títulos que despertassem a reflexão dos leitores. Como já descrevemos neste trabalho, a Ordem, por

³⁰⁰ Ibid., p. 9-11.

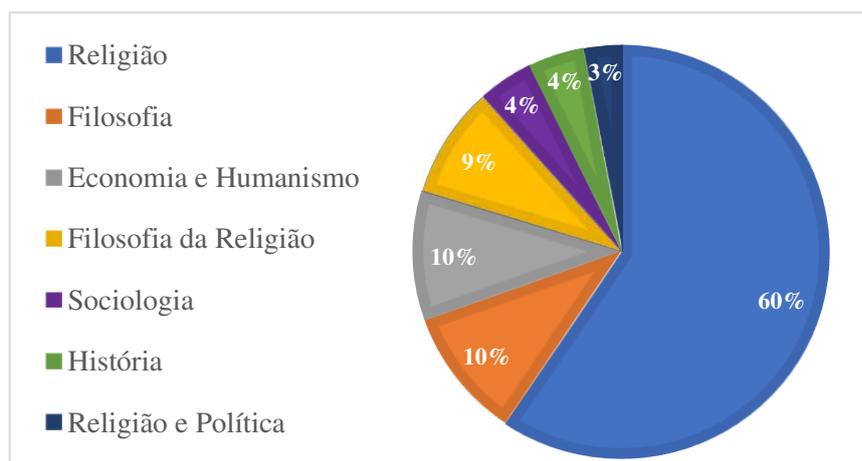
³⁰¹ Ibid., p. 10.

meio da SII, investia financeiramente no estabelecimento e solicitava a prestação de contas de Benevenuto, mas parece não ter dado muita relevância à produção editorial da casa.

O editor e a editora dominicana nos anos 1960 e as coedições com a Livraria Morais

Mesmo diante da falta de colaboradores na editora, o livreiro-editor continuou na direção do empreendimento sem se prostrar diante das dificuldades. Pelo contrário, foi na década de 1960 que ele diversificou as áreas temáticas (ver gráfico 2) e ampliou o número de títulos publicados (ver gráfico 3). Pelo levantamento que fizemos, e considerando os livros publicados em primeira edição, cresceu o número de áreas temáticas presentes no catálogo; de duas, entre 1955 e 1959, para dezoito, entre 1960 e 1969. No gráfico 2 incluímos apenas os assuntos que ocuparam as cinco primeiras posições no ranking de áreas temáticas, o que expressa os temas que foram representados ao menos com 2 títulos publicados nesse período, como foi o caso da Religião e Política, ocupando o quinto lugar com 3%. Logo em seguida estão a História e a Sociologia, ambas atingiram 5% e conquistaram o quarto lugar. A Filosofia da Religião ocupou a terceira posição com 9%, ultrapassada pela Economia e Humanismo e a Filosofia, ambas em segundo lugar com 10%, e a Religião assumiu a liderança isolada com 60% dos títulos publicados na década de 1960.

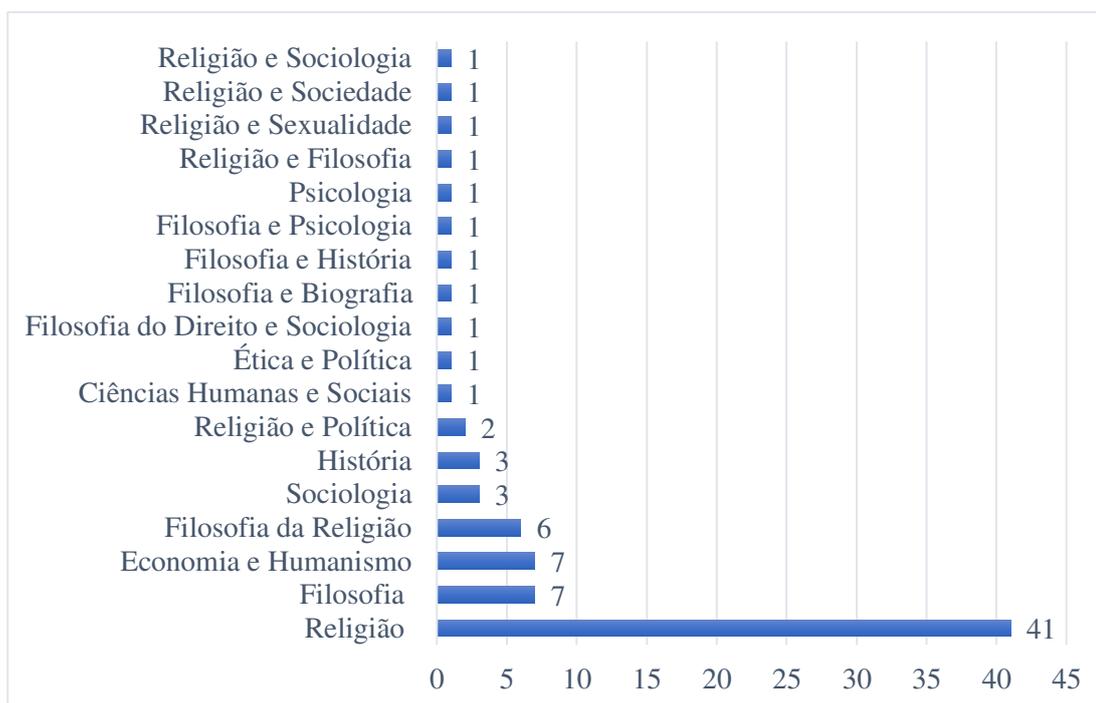
Gráfico 2. Ranking das 5 maiores áreas temáticas entre 1960 e 1969



Fonte: dados levantados pelo autor

Já o gráfico 3 representa as dezoito áreas temáticas e a respectiva quantidade de títulos publicados por tema, comprovando (ainda que muitas áreas tenham publicado apenas um título) a ampliação e a interseção dos assuntos retratados entre 1960 e 1969, principalmente quando comparados aos cinco primeiros anos de edições do selo.

Gráfico 3. Áreas temáticas por número de títulos em primeira edição (1960-1969)



Fonte: dados levantados pelo autor

No decênio de 1960, a casa lançou 80 títulos em primeira edição e 335.562 exemplares impressos, 43 títulos lançados em reedições e uma tiragem de 297.106 exemplares, o que representa um total 123 títulos (editados e reeditados) e 632.668 exemplares. Esses números expressam o esforço do livreiro-editor em realizar um programa editorial minimamente consistente, tanto pela oferta de novos títulos quanto pelas reedições, ultrapassando os 50 títulos que ele tinha previsto no relatório anteriormente analisado. Quando nos atemos ao número de livros lançados e exemplares impressos em primeira edição, notamos que houve altos e baixos durante essa década, pois o selo iniciou publicando 5 títulos e 24.000 exemplares em 1960, 3 títulos e 10.000 exemplares em 1961, 8 títulos e 45.000 exemplares em 1962, 12 títulos e 55.000 em 1963, 4 títulos e 15.300 exemplares em 1964, 4 títulos e 16.000 exemplares em 1965, 5 títulos e 19.000 exemplares em 1966, 16 títulos e 62.532 exemplares em 1967, 10 títulos e 34.670 exemplares em 1968, 13 títulos e 54.060 exemplares em 1969. Se compararmos esses números com o trabalho editorial da Vozes nesse período, ou até mesmo com a quantidade de 1.821 títulos e 23.624.309 exemplares impressos na capital paulista no ano de 1964³⁰², fica explícito que a Livraria Duas Cidades era um selo de pequeno para médio porte. Nesse cenário, e mesmo diante da constatação de que o número de reedições da casa e suas respectivas tiragens

³⁰² ANDRADE, Olímpio de Souza Andrade., *op. cit.*, 1974, p. 140. Dado extraído do “Quadro 1 – Obras editadas em São Paulo e Rio de Janeiro”.

tenham sido menor que os títulos e exemplares impressos em primeira edição, podemos deduzir que as reedições foram avalistas do autofinanciamento do projeto editorial concebido pelo editor, e permitiram que Frei Benevenuto continuasse seu programa de publicações.

Conseguimos averiguar sua estratégia editorial e empresarial por meio do segundo “Relatório sobre a Livraria Duas Cidades”³⁰³, dirigido a Frei Mateus Rocha no dia 19 de outubro de 1963. Neste, o religioso considerou que “[...] apesar da alta do preço do papel, não houve redução do ritmo [de publicação], pelo contrário, uma real consolidação do movimento editorial, representada pela reedição de obras esgotadas e pelas novas edições”³⁰⁴. Ele mencionou os títulos, suas respectivas tiragens e os autores que estavam a ser lançados e reeditados, comprovando os dados que apresentamos anteriormente. Em seguida, o livreiro-editor anunciou os 4 títulos que foram lançados nessa época em coedição com a Livraria Morais Editora, o que resultou em uma tiragem de 20.000 exemplares. Depois mencionou que o estabelecimento alugou, em 1961, um amplo depósito na rua Quirino de Andrade, centro de São Paulo, em frente à Biblioteca Municipal, e anunciou que a distribuição dos livros editados pelo selo eram feitas por intermédio de representantes localizados em Fortaleza, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Prosseguiu expondo que durante sua viagem para Europa chancelou vários contratos de direitos autorais para traduções, informando que a editora possuía a autorização para editar e traduzir dez livros estrangeiros. Ao final do relatório, expôs que visitou Lisboa durante sua passagem pelo velho continente, ocasião em que contratou “[...] com a Livraria Morais um sistema de coedições no Brasil e em Portugal, assim como a distribuição exclusiva de nossas edições nos dois países”³⁰⁵, expondo que aproveitou a estada em Portugal para descontinuar o contrato de edições que a Duas Cidades tinha com selo dominicano Verdade e Vida, mantendo apenas a distribuição para o Brasil dos cadernos bíblicos “Evangelho”.

De todos os documentos que consultamos durante a pesquisa, este relatório é a única fonte a mencionar a parceria entre a Livraria Duas Cidades e a Livraria Morais, bem como o número de exemplares impressos nos 4 primeiros títulos editados na coedição entre as duas casas. No acervo da livraria e editora consta apenas uma lista das 16 obras coeditadas por esses selos, a qual não menciona o número de exemplares impressos por título. Durante a pesquisa em Ibitinga consultamos esses livros e nos demos conta de que todo o processo editorial era realizado pela Morais (tradução, edição e impressão), e apenas incluíam o nome da Livraria

³⁰³ Documento disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

³⁰⁴ Ibid., p. 1.

³⁰⁵ Ibid., p. 2.

Duas Cidades na capa e nas primeiras páginas de cada obra, o que provavelmente era realizado com as obras traduzidas, editadas e impressas pelo selo dirigido por Frei Benevenuto e comercializados em Portugal com o nome da Livraria Morais na capa e páginas iniciais dos livros. Aliás, somente conseguimos fazer essa suposição mediante as informações que o religioso transcreveu nesse relatório de 1963. Embora tomamos a decisão de não incluir os 16 títulos na lista de livros publicados pelo selo dominicano brasileiro, a relevância desses livros nos impele a tecer breves considerações sobre o selo lisboeta e o perfil de alguns dos títulos lançados por meio dessa parceria.

A história da Livraria Morais Editora³⁰⁶ começou em meados do Oitocentos. Mas esta casa conquistou notoriedade no cenário cultural lisboeta a partir de 1957, ano que António Alçada Baptista (1927-2008)³⁰⁷ comprou a livraria em parceria com outros sócios, alterou o foco dos livros comercializados – de obras jurídicas para livros que estimulassem o debate de ideais –, e aos poucos o local tornou-se um ponto de encontro entre leigos católicos, intelectuais e juventude universitária³⁰⁸. Os frequentadores costumavam encontrar livros franceses originais ou traduzidos para a língua portuguesa, muitos dos quais foram censurados pela ditadura salazarista. Tanto as coleções quanto os títulos avulsos editados pela Livraria Morais captavam “[...] o espírito de cada época, [aquiesciam] a um novo tipo de filosofia religiosa, a um projeto consistente de revisão do discurso tradicional católico que, apesar da censura, e só talvez graças a um certo analfabetismo imperante na época, pôde circular, disseminar-se e influenciar as mentalidades”³⁰⁹. Publicaram Emmanuel Mounier, difundiram a mensagem do Vaticano II e da Teologia da Libertação, edições que a tornaram fortemente identificada com as correntes de esquerda e as alas progressistas do catolicismo.

A censura do regime salazarista chegou à Livraria Morais, e uma das grandes razões para essa perseguição cerrada era a revista *O tempo e o modo*, periódico que tinha um modelo semelhante a *Esprit*, dirigida por Mounier. António alegava que um dos grandes problemas da

³⁰⁶ LUDOVICO, Sara. Um editor já desmascarado ou marcado: a Livraria Morais Editora e a censura. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 16, p. 453-473, 2016. DOI:https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_20.

³⁰⁷ Em 1927 nasceu António Alçada Baptista na cidade de Covilhã, localizada a aproximadamente 270 km de Lisboa. Realizou os estudos secundários com os padres jesuítas do Colégio Santo Tirso, ocasião em que se aproximou do cristianismo e das obras de teólogos como Emmanuel Mounier e Teilhard de Chardin. Em 1945, António ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e exerceu a profissão jurídica por apenas cinco anos. Depois de ter desempenhado algumas funções no Centro Nacional de Cultura de Portugal, em 1957 comprou a Livraria Morais e dirigiu-a até 1972, ocasião em que iniciou a atividade livreira e editorial. Foi opositor ao regime salazarista e em 1963 fundou o periódico *O tempo e o modo*, dirigindo-o até 1969; revista que seguia o modelo editorial da francesa *Esprit*. Ver: ANTÓNIO Alçada Baptista. Breve Biografia. Disponível em: <http://www.antonioalcadabaptista.org/biografia.html>. Acesso em 10 nov. 2020.

³⁰⁸ LUDOVICO, Sara., *op. cit.*, 2016, p. 454.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 456.

censura era a arbitrariedade na proibição dos títulos, o que provocou problemas econômicos para a Moraes em decorrência do encalhamento dos exemplares interditados, tornando-a uma das editoras com o maior número de obras censuradas³¹⁰. Boa parte dos livros apreendidos eram textos ensaísticos, traduzidos sobretudo do francês, que tratavam de temas contemporâneos sobre “[...] âmbitos tão variados como a contestação política, a história, a moral e os costumes, a emancipação da mulher, o erotismo e a sexualidade, a religião, a ideologia (socialista e marxista), a pobreza”³¹¹. O plano editorial da casa abarcou várias coleções que às vezes incluíam apenas 4 títulos por série, a exemplo de “Temas e Problemas”, de “O Tempo e o Modo” (homônima da revista) e de “Círculo do Humanismo Cristão”, todas atingidas pela censura. Sob a direção de António Alçada Baptista, a paz e a religião foram dois assuntos sobressalientes nos livros publicados e os mais proibidos pelo salazarismo. “[...] No catálogo estão representados teólogos-chave da assim chamada ‘primeira vaga’ do Catolicismo progressista na Europa, como Mounier, Maritain, Marie-Dominique Chenu, Yves-Congar, Teilhard du Chardin, entre outros”³¹². Ao fim e ao cabo, o plano de edições da Moraes ofereceu obras que auxiliavam as reflexões dos movimentos que lutavam contra a ditadura salazarista.

Havia uma série de semelhanças entre as linhas editoriais da Duas Cidades e da Moraes, sobretudo porque os coordenadores dos programas de publicações parecem demonstrar uma afinidade em relação à potência missionária que os livros poderiam desempenhar. Talvez tenha sido por esse motivo que Frei Benevenuto decidiu desfazer a parceria com o selo dominicano português e estreitar os laços com a casa coordenada por António Alçada Baptista, na medida em que era vantajoso para eles traduzirem e publicarem obras estrangeiras que pudessem ser comercializadas no Brasil e em Portugal.

Antropologia sexual (1965), de Abel Jannièr (ver figura 14), então padre jesuíta e professor do Instituto Católico de Paris, foi um dos 16 títulos coeditados, livro cujo mote demonstra a abertura dos teólogos para temas que eram tabus para a Igreja. Emmanuel Mounier foi outro autor que fez parte dessa parceria editorial com *Introdução aos existencialismos* (1963), o que sugere a iniciativa de Frei Benevenuto em comercializar a obra do filósofo cristão que influenciou fortemente a JUC, a Ação Popular, os bispos progressistas e a esquerda cristã. Nesse sentido, a promoção do diálogo com os cristãos seculares pode ser vista tanto em *Leigos para os novos tempos* (1965), de Mário Rossi, como em *Sobre a tolerância e outros ensaios* (1965), de Primo Mazzolari. E a interseção entre abordagens celestiais e mundanas estão

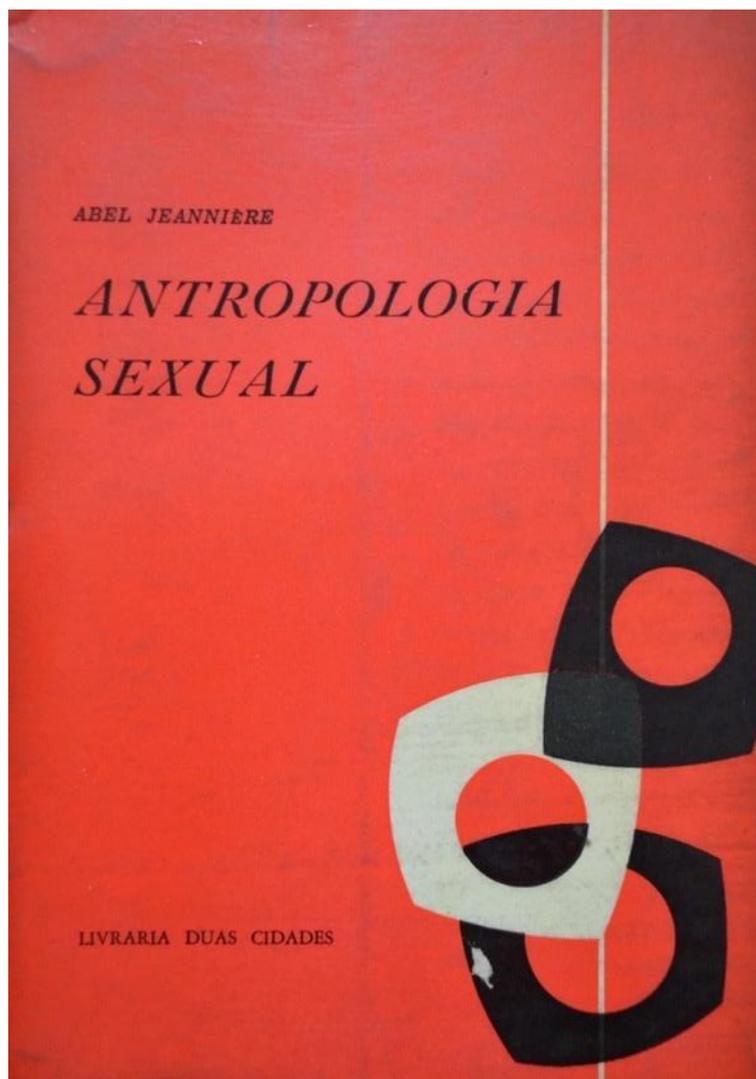
³¹⁰ Ibid., p. 460.

³¹¹ Ibid., p. 462.

³¹² Ibid., p. 465.

presentes em *Economia e sociedade: coração-troca-dom* (1961), de François Perroux; *Moral para o nosso tempo* (1965), de Marc Oraison e em *A carreira científica de Teilhard de Chardin* (1965), de Louis Barjon e Pieroy, um dos cinco títulos da parceria editorial que homenageou o padre jesuíta, filósofo e teólogo francês que influenciou os movimentos de renovação católica.

Figura 14. *Antropologia Sexual* (1965), de Abel Jannièr



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Salta aos olhos os nomes e as nacionalidades dos autores publicados, muitos dos quais eram franceses ou de outros países europeus. Essa característica também foi predominante no catálogo de livros editados pela Livraria Duas Cidades entre 1955 e 1969, quando 73% dos autores publicados eram estrangeiros (ver gráfico 4), quase a metade dessa quantia era de franceses e o restante de origem belga, canadense, húngara, russa, sueca, suíça, entre outras. Dos 191 autores que publicaram na história da editora (1955-2006), 45 eram franceses e os

outros de nacionalidades que tinham o idioma francês como uma das línguas oficiais, a exemplo da Bélgica (3 autores), do Canadá (1 autor) e da Suíça (5 autores). Esses números demonstram a predileção pelos autores estrangeiros em detrimento dos autores nacionais nos anos em que os títulos religiosos predominaram no catálogo da editora. Indicam, ademais, que havia poucos religiosos, teólogos ou filósofos cristão brasileiros que eram publicados, atraíam o interesse do público, ou simplesmente não era dado o devido espaço aos autores pátrios. Com efeito, a predominância de autores estrangeiros confirmam o cenário editorial brasileiro e católico dos anos 1960, ratificando, de um lado, a tendência apontada por Reimão no que tange à preponderância das obras estrangeiras em relação às nacionais, e, de outro lado, o argumento de Silva e Hallewell sobre as editoras católicas que publicaram traduções de pensadores cristãos que foram precursores das perspectivas renovadoras, os quais eram bem-aceitos por leigos, sacerdotes e membros progressistas da hierarquia eclesiástica.

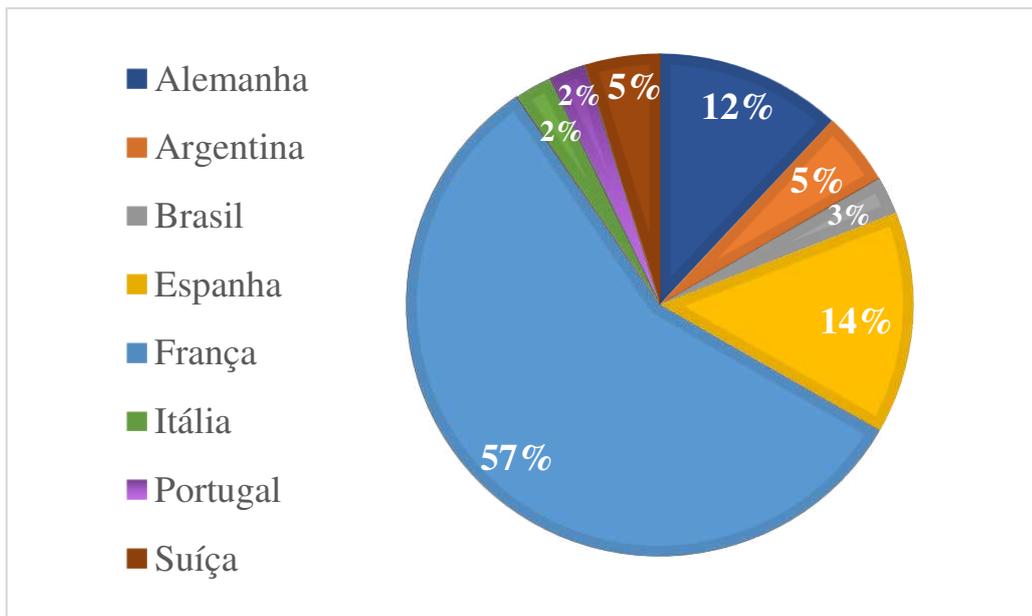
Gráfico 4. Nacionalidade dos autores da Livraria Duas Cidades (1955-1969)



Fonte: dados levantados pelo autor

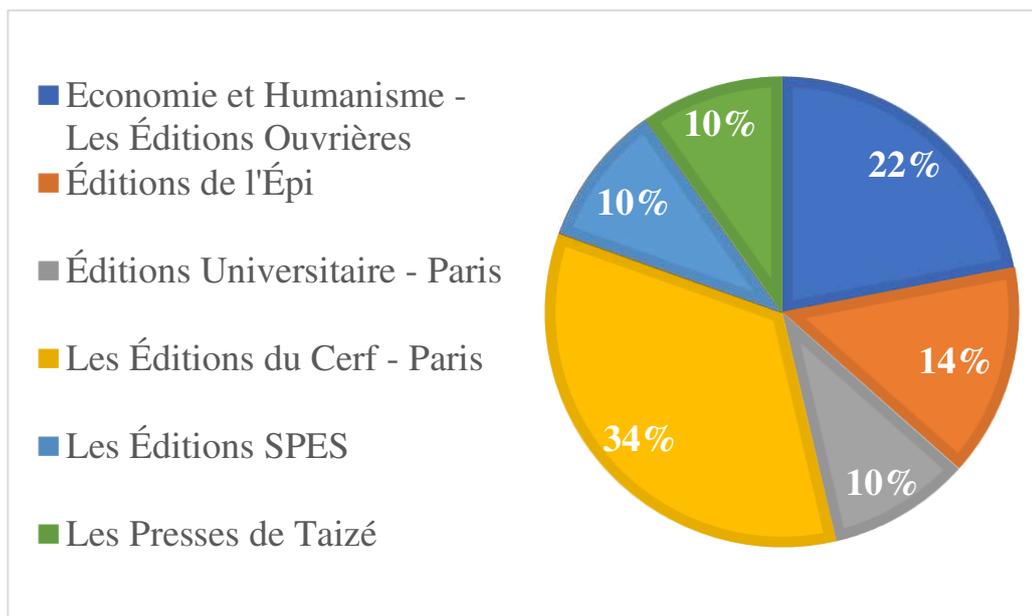
Ao nos darmos conta da superioridade de autores estrangeiros presentes nos quinze primeiros anos de publicação da editora, decidimos levantar quais eram as nacionalidades dos selos estrangeiros que cediam os direitos a tradução de suas obras para a Livraria Duas Cidades entre 1955 e 2006 (ver gráfico 5). Enquanto as editoras alemãs representam 12% dos títulos traduzidos, número alavancado pelas obras de Martin Heidegger, as casas espanholas levam 14% das traduções, sobretudo pelos livros de Julián Marías. Ambos eram autores de Filosofia, a segunda área temática predominante nas décadas de 1960 e 1970.

Gráfico 5. Países de origem dos livros estrangeiros traduzidos pela Duas Cidades



Fonte: dados levantados pelo autor

Gráfico 6. Principais selos estrangeiros de livros traduzidos pela Duas Cidades



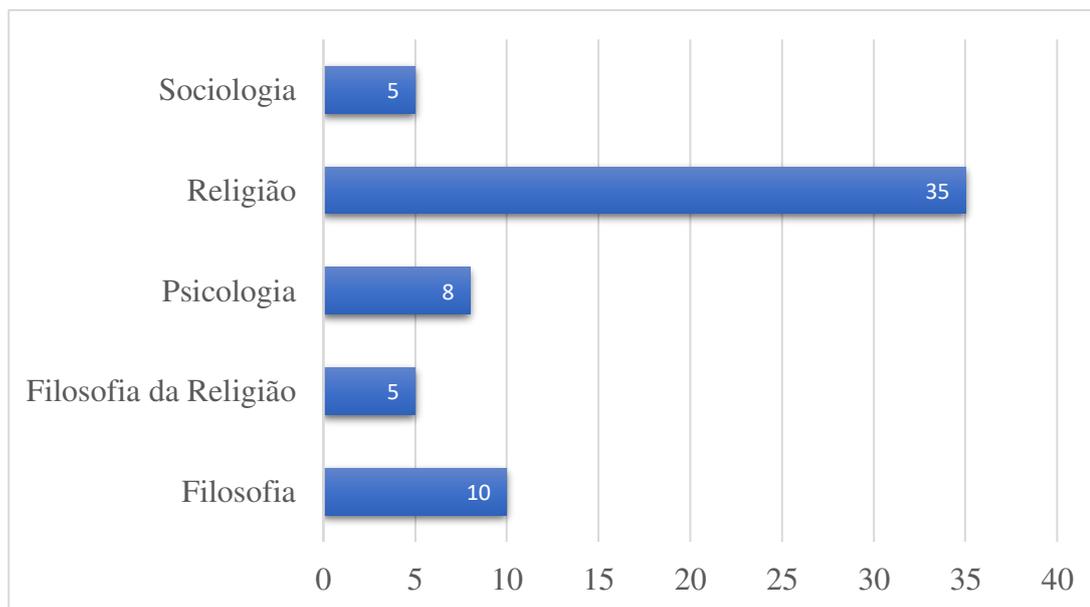
Fonte: dados levantados pelo autor

Outra informação relevante a ser extraída do gráfico 5 é a predominância absoluta das editoras francesas, ocupando 57% dos títulos traduzidos pela Livraria Duas Cidades. Esse é mais um dado que comprova a estreita relação do livreiro-editor e da congregação dominicana brasileira com a França, assim como sugere a força da produção editorial religiosa francesa, que possuía um conjunto significativo e virtuoso de casas pertencentes ou relacionadas às ordenações cristãs. O gráfico 6 é ilustrativo dos principais selos estrangeiros que tiveram suas

obras traduzidas pela editora dirigida por Santa Cruz. As seis casas mencionadas nesse gráfico são de origem francesa, Frei Benevenuto conheceu algumas delas pessoalmente, como a Les Éditions Ouvrières (22%), que pertencia ao movimento operário católico e publicava as obras de Economia e Humanismo, ou a Les Éditions du Cerf (34%), selo que durante muitos anos foi de propriedade da Ordem Dominicana francesa e tinham prestigiosos autores em seu catálogo.

Dos 86 títulos e 24 áreas temáticas que tiveram livros traduzidos (em primeira edição) pela Duas Cidades, não é por acaso que 35 obras pertencem à área da Religião e 5 à área de Filosofia da Religião (ver gráfico 7). Como também não é fortuito que as 10 obras de Filosofia (ver gráfico 7) represente a segunda área com maior número de títulos traduzidos. Tanto a Religião como a Filosofia foram duas áreas que se sedimentaram no catálogo da editora nos anos 1960, ao passo que os títulos filosóficos continuaram a ser traduzidos na década de seguinte, quando a editora iniciou o processo de inflexão no catálogo, publicando livros de outras áreas temáticas e traduzindo obras de Psicologia e Sociologia.

Gráfico 7. Principais áreas temáticas de livros traduzidos pela Livraria Duas Cidades



Fonte: dados levantados pelo autor

A predominância das obras religiosas publicadas pelo selo dominicano conduzido por Frei Benevenuto nos levou a estudar o processo editorial religioso da França dos anos 1950 e 1960, época em que o livreiro-editor desenvolveu seu programa editorial por meio da tradução de numerosas obras provenientes de autores e editoras francesas. De 1945 a 1995, os sacerdotes

desse país publicaram aproximadamente 25.000 títulos religiosos³¹³, encararam o desafio de propagandear o conhecimento católico ao mesmo tempo em que desempenhavam uma atividade apostólica e secular, função que envolvia familiarizar-se com técnicas produtivas e comerciais atinentes ao mundo do livro. Essa era uma oportunidade para os padres aprenderem o ofício da edição e colocarem em prática um projeto editorial que poderia patrocinar tanto o espírito ortodoxo quanto heterodoxo da Igreja, patrocinando um pensamento militante e progressista, como foi o caso da Éditions du Cerf, pertencente aos dominicanos, e da Éditions Ouvrière, fundada pela JOC, ou favorecer um pensamento doutrinário e tradicional geralmente encabeçado por editores leigos, a exemplo da Oitocentista Éditions Mame, de Alfred Mame.

Quando nos deparamos com os dados econômicos e estatísticos da produção editorial francesa entre 1946 e 1957, nota-se o descompasso entre o crescimento das publicações gerais e a manutenção dos números das edições religiosas. As casa católicas representavam 7,24% da média anual de 10.634 títulos publicados em 1957, quando se editou 751 obras³¹⁴. Na década posterior (de 1957 a 1968), os livros religiosos cresceram ao ponto de ultrapassar as edições gerais nas médias anuais, setor que foi puxado pelos novos títulos publicados até 1968, em especial os que estavam relacionadas aos temas discutidos no Concílio Vaticano II e na renovação teológica católica dos autores leigos e católicos europeus. Esse foi o período mais auspicioso das edições religiosas, que de 1973 a 1978 vivenciaram uma queda abrupta, a exemplo dos 324 livros que publicaram em 1975³¹⁵.

Por mais que as edições de títulos religiosos franceses fossem realizadas pelos selos especializados e generalistas, tanto os primeiros quanto os segundos não foram capazes de interromper o declive editorial ocorrido na década de 1970 e o desaparecimento de dois terços dos editores religiosos franceses entre 1954 e 1995³¹⁶. Ainda que não tenhamos a intenção de estabelecer relações diretas entre a situação das edições católicas brasileiras e francesas até os anos 1990, o que ocorreu com a cadeia editorial deste país pode ser útil para analisar as publicações cristãs no Brasil, ainda mais quando levamos em conta os pontos de convergências entre essas nações durante os decênios de 1950 e 1960, em especial durante o Concílio Vaticano II (1962-1965). Nos meios eclesiásticos ainda é comum dizer sobre o “antes” e o “depois” desse concílio, o que realça a relevância do evento para a história da Igreja Católica, sobretudo durante a segunda metade do século passado.

³¹³ ALBARIC, Frère Michel; MIGNON, Jacques. L'édition religieuse en France. In : FOUCHÉ, Pascal (dir.). *L'édition française* : depuis 1945. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1998, p. 279-311. p. 279.

³¹⁴ Ibid., p. 280.

³¹⁵ Ibid., p. 281.

³¹⁶ Ibid., p. 284.

O movimento gerado em virtude do evento possibilitou que o cristianismo revigorasse suas origens, palavras e manifestações ritualísticas, redimensionando seu poder simbólico perante os cristãos ao compatibilizar o aprimoramento dogmático com a história católica. O dominicano Marie-Dominique Chenu (1895-1990) foi um dos teólogos que defenderam a renovação da Igreja, promovendo novas concepções para o cristianismo ao afirmar que a instituição católica não deveria impor ou prevalecer suas posições na sociedade, mas encorajar o diálogo entre cristãos e não cristãos, entre a dimensão espiritual e terrena, abrindo-se para o mundo. Não é por acaso que houve uma forte reação dos setores conservadores da hierarquia eclesiástica e do laicato cristão, os quais questionavam as novas doutrinas propostas para a Igreja e recusavam as novas formas e rituais propostos pelos católicos progressistas.

Em outros momentos deste trabalho abordamos as renovações litúrgicas levadas a cabo pelas alas que desejavam revigorar a prática pastoral, bíblica e patrística, fileiras que manifestavam apoio ao ecumenismo e outras temáticas. Essas propostas começaram a ser principalmente forjadas nos anos 1940, quando o pensamento social cristão francês ganhou força no campo católico renovador, em especial dos dominicanos francófonos. Mas isso também foi possível graças ao nascimento das Éditions du Cerf em 1929³¹⁷, por solicitação do papa Pio XI aos dominicanos da Província de Paris, pedindo-lhes para realizar o apostolado por meio da promoção e publicação de livros. Essa casa editorial dos dominicanos franceses assumiram as ideias e a edição da revista *La Vie Intellectuelle*, concebida em 1919 pelo dominicano Marie-Vincent Bernadot (1883-1941), autor de *Nossa senhora na minha vida* (1955), o primeiro livro publicado pela Livraria Duas Cidades.

Muitos dos livros editados pela Cerf nos anos 1940 e 1950 foram cruciais para colocar em marcha uma nova cristandade que ajudou a culminar no Concílio Vaticano II. Alguns desses títulos fizeram parte da coleção *Rencontres*³¹⁸, editada a partir de 1941 em substituição ao periódico *La Vie Intellectuelle*, proibido de circular pela Ocupação alemã na França. Dos 71 livros publicados por essa coleção, destacamos o título inaugural, nomeado de *La Contemplation*³¹⁹, escrito por A. M. Festugière, M. D. Chenu, C. Dumont, F. Florand, Sr. Delbrel, A. Maydiou, A. M. Dubarle, L. M. Dewailly, H. Donadaine, H. Clerissac e Joseph Malègue. Dentre esses autores, dois tiveram suas obras traduzidas e publicadas em coleções da Livraria Duas Cidades; Dominique Dubarle com *A Civilização e o Átomo* (1968), traduzido por

³¹⁷ Para maiores informações sobre a história da Éditions du Cerf, consultar: LA MAISON. Les éditions du Cerf. Disponível em: <https://www.editionsducerf.fr/librairie/la-maison>. Acesso em: 20 nov. 2020.

³¹⁸ Coleção “Encontros”. Tradução nossa. Ibid., p. 303.

³¹⁹ *A contemplação* é o primeiro volume dessa coleção. Tradução nossa. Ibid., p. 304.

Ritinha Alzira Stevenson de Godoy Camargo, quarto título da coleção Questões Abertas; e Marie-Dominique Chenu com *Povo de Deus no Mundo* (1969), traduzido por Domingos Zamagna, o oitavo título publicado pela coleção O Evangelho no Século XX³²⁰.

Na primeira metade desta centúria, as divisões entre o campo conservador e progressista do catolicismo francês estava presente na Ação Católica, em alguns dos periódicos publicados nesse período e na esfera político-social, entre aqueles que defendiam o legado de justiça social proposto pelo marxismo e aqueles que reagiam atemorizados pelas ideias de Marx e Engels. As editoras também demarcaram uma ou outra posição. Enquanto a Éditions Ouvrières³²¹ era responsável pela publicação da revista *Économie et Humanisme*, fundada pelo padre Leuret, a Éditions du Cèdre publicava a revista *La pensée catholique*, então dirigida pelo padre Luc Lefèvre. Além dessas, a Éditions du Seuil³²² é outra editora que é digna de nota, responsável por publicar as obras de Teilhard de Chardin e Emmanuel Mounier nos anos 1950 e 1960, fase em que essa casa era dirigida pelos católicos Paul Flamand e Jan Bardet, a qual era defendida e repudiada por religiosos e leigos cristãos. Podemos acrescentar o *Centre Catholique des Intellectuels Français*³²³, que a partir de 1948 publicou a revista *Recherches et débats*, posteriormente transformada em uma coleção de autores conservadores e renovadores.

Um dos tantos sinais do progressismo católico francês pode ser constatado na abertura da hierarquia eclesiástica desse país para as ciências psicológicas, quando, a partir de 1950, divulgaram trabalhos na área da teologia moral e da psicologia religiosa³²⁴. Daí em diante muitos selos editoriais religiosos do país ampliaram as abordagens do comportamento humano, desde homossexualidade, passando pelo alcoolismo, problemas conjugais, até maturidade emocional. Marc Oraison era um dos autores mais destacados nessas áreas, e teve um título editado e publicado pela Livraria Duas Cidades em 1962, *Aspectos psicológicos da educação religiosa*, traduzido por Frei Alexandre Lustosa.

Muitos dos livros ofertados ao público católico francês nesse período foram traduzidos e publicados em outros idiomas, chegando aos cristãos de outros países. Esses títulos foram um dos vetores para que o papa João XXIII divulgasse a convocação de um concílio ecumênico em 1959, assembleia inaugurada em 11 de outubro de 1962 e encerrada pelo papa Paulo VI em 8 de dezembro de 1965. Ainda que seja difícil mensurar o impacto do Vaticano II nas edições religiosas, pode-se afirmar que houve um crescimento significativo dos novos títulos religiosos

³²⁰ Apresentamos e analisamos as coleções da Livraria Duas Cidades um pouco mais adiante.

³²¹ ALBARIC, Frère Michel; MIGNON, Jacques., *op. cit.*, 1998, p. 304.

³²² Para maiores informações sobre a Éditions du Seuil, consultar: SERRY, Hervé., *op. cit.*, 2005, p. 73-89.

³²³ ALBARIC, Frère Michel; MIGNON, Jacques., *op. cit.*, 1998, p. 304.

³²⁴ *Ibid.*, p. 305.

que eram comercializados no mercado livreiro francês entre 1966 e 1969. As edições católicas francesas desse período foram lançadas em cadernos, revistas, crônicas e livros de autores que difundiram suas obras não apenas na terra natal, mas tiveram suas obras traduzidas em outros idiomas, a exemplo de Portugal, Brasil e de outros países da Europa e da América Latina. “É claro que de todos os eventos religiosos desde o início da era cristã, o Vaticano II é o que teve o maior impacto editorial, após a edição da Bíblia”³²⁵. Nessa quadra histórica, a Igreja reverberou o desejo de milhares de cristãos que desejavam maior autonomia na investigação teológica, no apostolado e na atualização do catolicismo.

Entre finais dos anos 1940 até início dos anos 1970, o *L'Annuaire catholique de France* publicou a lista de grandes coleções católicas, comprovando que nesses anos houve o crescimento proeminente das coleções religiosas francesas e da quantidade de títulos publicados nessa coleção. Os editores partiam do pressuposto de que um livro publicado numa coleção alcançava maior difusão, e por esse motivo inovaram não apenas na forma, lançando coleções cristãs de bolso, ou nos gêneros editados, publicando coleção de biografias. As mais famosas foram *Livre de Vie*, iniciada pela Seuil em 1960, e *Foi Vivante*, lançada pela Cerf em 1965.

Mas a situação começou a se alterar em 1972, quando se instalou uma crise no campo editorial francês. Neste ano, profissionais ligados ao livro religioso, tanto de livrarias como de editoras, enviaram um *Livre Blanc* aos bispos da França, no qual relatavam a crise em que estavam imersos. É crível supormos que essa situação tinha a ver com a própria dimensão que a Igreja Católica dava ao livro como um meio de comunicação social capaz de influenciar os indivíduos e as massa. Nem mesmo a resolução *Inter mirifica*³²⁶, lançada no Concílio Vaticano II em 4 de dezembro de 1963, incluiu o livro como um mecanismo de propagação do catolicismo, embora o documento tenha mencionado a imprensa, a televisão, a rádio e o cinema.

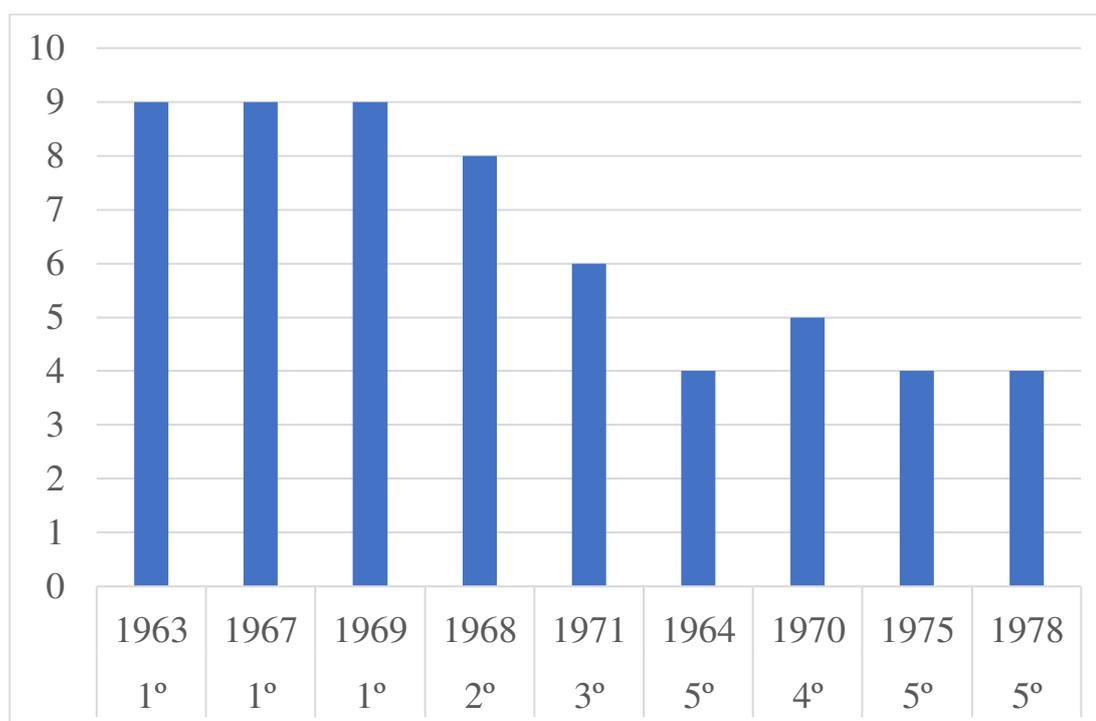
Conforme vimos no gráfico 6, tanto a Éditions du Cerf (34%) quanto a Éditions Ouvrière (22%) foram as duas casas editoriais francesas com o maior número de títulos traduzidos pela Livraria Duas Cidades. A primeira de propriedade dos dominicanos e a segunda da juventude operária católica, ambas promotoras do pensamento progressista desenvolvido por teólogos e intelectuais cristãos. A maioria dos livros provenientes dessas editoras integraram as coleções publicadas e coordenadas por Frei Benevenuto nos anos 1960, com exceção de cinco títulos da Cerf. Um deles foi *A Igreja e o Progresso* (1968), de Cristian Duquoc, traduzido por Irles Coutinho de Carvalho; e os restantes foram os quatro volumes de *Introdução à Filosofia de S.*

³²⁵ [No original: “Il est Clair que de tous les événements religieux depuis le début de l'ère chrétienne, Vatican II est celui qui a eu la plus grande répercussion éditoriale, après l'édition de la Bible”. Tradução nossa. Ibid., p. 305.

³²⁶ Ibid., p. 309.

Tomas de Aquino, de H. D. Gardeil, todos publicados em 1967, e cada qual com uma ênfase no pensamento do filósofo medieval cristão: o primeiro na introdução à lógica, o segundo na cosmologia – ambos traduzidos por Wanda Figueiredo –, o terceiro na psicologia, traduzido pelo padre Augusto J. Chiavegato, e o último na metafísica, traduzido pelo filósofo Paulo Eduardo Arantes. A tiragem média era de 4.000 exemplares impressos por título. Embora a Éditions du Seuil não tenha sido altamente representada no catálogo da Duas Cidades, vale a pena destacar duas obras traduzidas pela casa dominicana, *O teatro e a angústia dos homens* (1970), de Pierre-Aimé Touchard, traduzido por Pedro Paulo Sena Madureira e Bruno Palma, e *O compromisso da Fé* (1971), de Emmanuel Mounier, traduzido por Frei Eliseu Lopes.

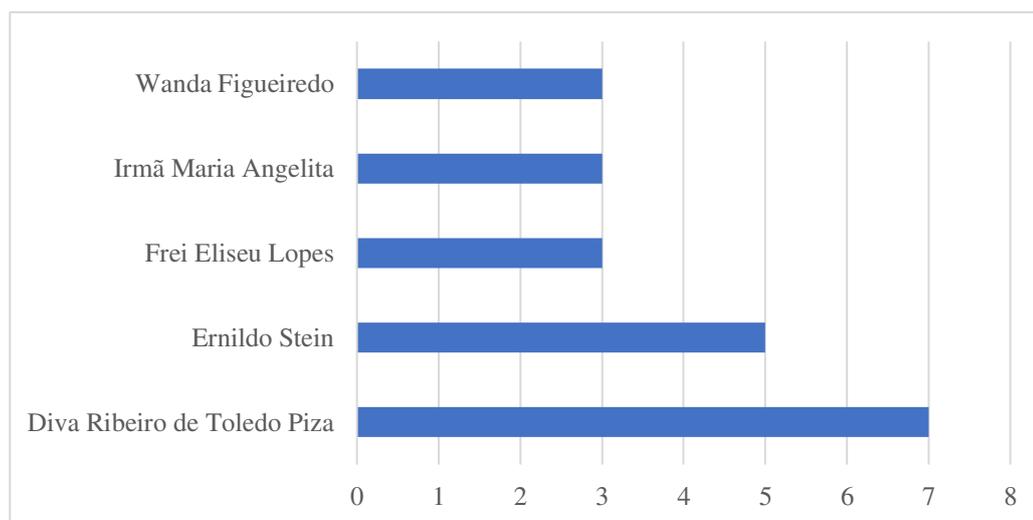
Gráfico 8. Anos com maior número de títulos traduzidos pela Duas Cidades (em 1. ed)



Fonte: dados levantados pelo autor

A(o)s tradutora(e)s cumpriram um papel fundamental nas edições da Livraria Duas Cidades durante os anos 1960 (ver gráfico 8), década que o selo lançou o maior número de obras escritas por autores estrangeiros, predominantemente francófonos; período em que a quantidade de livros traduzidos em primeira edição superava os títulos de autores nacionais. Os anos de 1963, 1967 e 1969 tiveram o maior número de obras traduzidas ao publicar 9 livros, logo seguido pelo ano de 1968, com 8 livros traduzidos. Depois houve uma queda em 1970 e 1971, quando foi 5 e 6 títulos traduzidos, decréscimo que está relacionado à queda ocorrida na França e às particularidades da trajetória do livreiro-editor, como veremos no terceiro capítulo.

Gráfico 9. As maiores tradutora(e)s da Livraria Duas Cidades (títulos em 1. Ed)



Fonte: dados levantados pelo autor

Esses dados comprovam a relevância das obras estrangeiras no catálogo da Livraria Duas Cidades durante o decênio de 1960. Boa parte desses títulos eram provenientes de editoras europeias e foram transpostos para o idioma português por pessoas que eram religiosas e leigas, próximas do campo da educação, da intelectualidade católica e do meio universitário. Esses profissionais e a atividade geralmente são relegadas nos estudos do livro e da edição. O fenômeno, porém, não envolve apenas “[...] uma apropriação especial de textos [...], há a personalidade do tradutor, para quem a tradução era muitas vezes uma entrada para uma carreira nas letras. Para alguns, a tradução era simplesmente uma atividade profissional”³²⁷ daqueles que praticam o ofício procurando equilibrar o trabalho entre a liberdade e a exigência de fidelidade ao texto. Partindo desses pressupostos, destacamos a(o)s cinco maiores tradutor(a)s (ver gráfico 9) do selo dirigido por Santa Cruz, personagens que foram responsáveis pelo maior número de traduções nos anos 1960 e 1970.

Contabilizando apenas os títulos lançados em primeira edição, Wanda Figueiredo³²⁸, Irmã Maria Angelita³²⁹ e Frei Eliseu Lopes³³⁰ traduziram 3 livros cada; Ernildo Stein³³¹ traduziu 5 e Diva Ribeiro de Toledo Piza³³² foi responsável por 7 traduções. Wanda, Irmã Maria e Frei

³²⁷ CHARTIER, Roger., *op. cit.*, 2014. p. 187.

³²⁸ Supomos que Wanda Figueiredo era mineira, irmã de Betinho, Henfil, Maria Cândida, Zilah, Maria da Glória e Filomena. Caso a nossa suposição esteja correta, a tradutora também foi autora de *Aqui São Paulo* (1971), *Aqui Rio* (1973), *Balaio Mineiro: memória de uma família brasileira* (2008), entre outras.

³²⁹ Foi professora do Colégio São Carlos, das irmãs sacramentinas, onde lecionou História Geral, em 1957.

³³⁰ Hugo de Lucena Lopes era o nome civil do dominicano mineiro Frei Eliseu Lopes, que chegou a ser prior da Ordem dos Pregadores e tinha posições progressistas dentro e fora da congregação.

³³¹ Ernildo Stein (1934-) é natural de Santa Rosa (RS). Filósofo, foi professor da UFRGS durante a maior parte da sua carreira universitária e atualmente é docente da PUC-RS. Falaremos sobre ele no quarto capítulo deste trabalho.

³³² Não encontramos nenhum traço biográfico de Diva Ribeiro de Toledo Piza.

Eliseu foram responsáveis por trabalhar com obras na área de religião ou filosofia da religião, traduzindo livros de autores franceses ou franco-suíços, com exceção *Ética e Política* (1967), do espanhol José Luis Aranguren, traduzida por Wanda Figueiredo. Por outro lado, tanto Ernildo Stein quanto Diva Ribeiro de Toledo Piza traduziram obras filosóficas, publicadas pela Livraria Duas Cidades durante as décadas de 1960 e 1970; o primeiro cuidou de todas as obras do alemão Martin Heidegger e a segunda de todos os livros do espanhol Julián Marías. Pelos dados extraídos do gráfico 2, a Filosofia foi a segunda área temática de lançamentos no catálogo da editora ao publicar 10% dos títulos nos anos 1960.

Figura 15. *Dominicanos DCCL* (1966), escrito por vários autores



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Outra forma de avaliarmos o peso e o crescimento das edições e traduções no catálogo da casa dominicana está presente no “Relatório sobre a Livraria Duas Cidades”³³³, redigido por Frei Benevenuto no dia 24 de junho de 1967 e destinado aos priores da Ordem dos Pregadores. Logo no início do documento, o livreiro-editor mencionou a aquisição de um imóvel situado na rua Santo Antônio, n. 1320, de 153m², situado no centro de São Paulo e devidamente quitado no valor de Ncr\$ 20.000,00, informando que ali construiriam o depósito das edições da casa.

Depois de ter apresentado as edições, reedições ou coedições, o religioso tratou do movimento de vendas dos livros editados pelo selo em 1964, de Ncr\$ 48.170,00; em 1965, de Ncr\$ 100.305,00; e em 1966, de Ncr\$ 151.015,00, comprovando o crescimento das vendas. Seguiu relatando sobre o lançamento, em 1966, de 2.000 exemplares do livro *Dominicanos DCCL* (ver imagem 15), obra comemorativa do 75º aniversário da Ordem e escrita por diversos autores que abordaram a história e os trabalhos da congregação. Em razão das dívidas acumuladas pelas aquisições dos terrenos onde seriam construídos o depósito e as salas comerciais na rua Bento Freitas, onde a livraria e editora passou a funcionar desde finais de 1966, o religioso solicitou que a província dos dominicanos colaborasse na venda de ao menos metade dos exemplares impressos desse livro, o que aliviaria as despesas do estabelecimento.

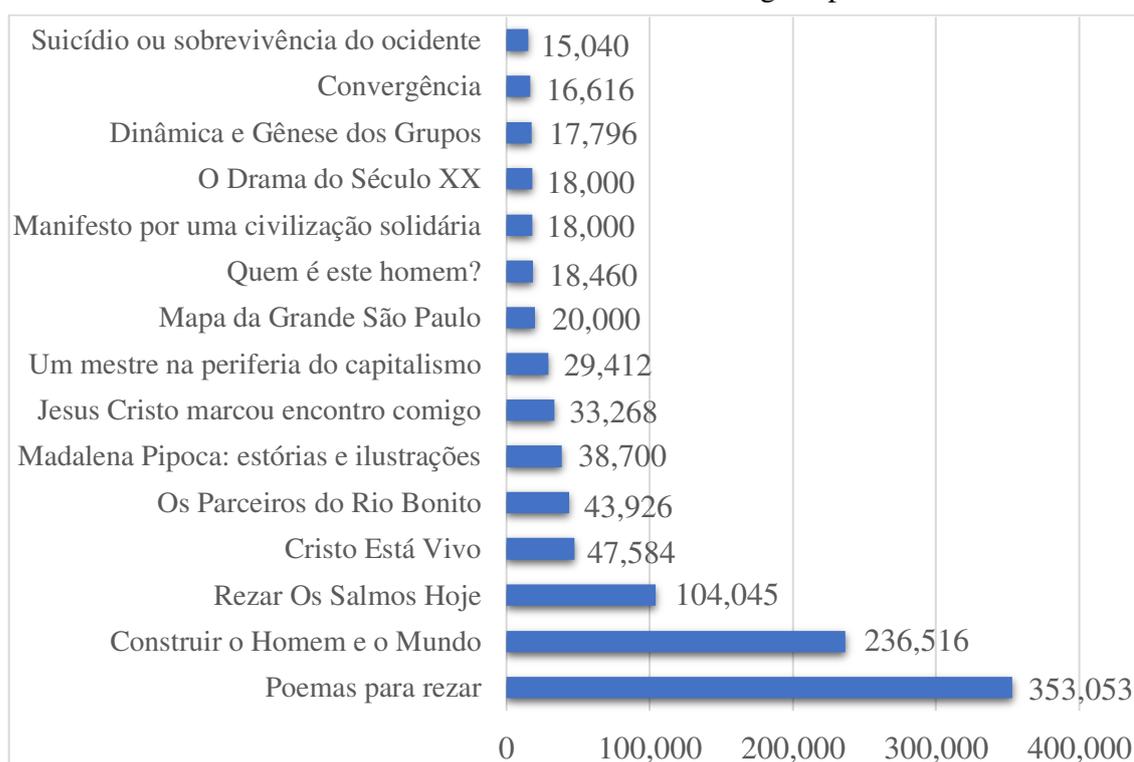
Esse relatório é ilustrativo do volume de vendas, da quantidade de títulos publicados pela editora e da opção pelos autores estrangeiros como uma forma de consolidação do catálogo nos quinze primeiros anos da editora. Como vimos, as circunstâncias pareciam favoráveis às traduções durante a década de 1960, período em que o custo das importações elevaram e o crescimento do mercado livreiro nacional acolhia os trabalhos de autores estrangeiros diante do irrisório número de pessoas que liam nas línguas ádvenas. Mas a quantidade de livros traduzidos pela casa dominicana não apenas sinalizam a força dos autores e editoras religiosas francesas na produção de obras progressistas, mas também indicam os poucos autores católicos nacionais, com exceção de alguns nomes religiosos que motivaram grandes tiragens e vendas nessa época.

O gráfico 10 representado abaixo apresenta os quinze primeiros títulos com maior número de tiragens na história da editora dirigida por Santa Cruz. Dos 4 livros que tiveram o maior número de exemplares impressos, *Poemas para rezar* (1959-1992, 39 edições), *Construir o Homem e o Mundo* (1961-1987, 35 edições) e *Cristo Está Vivo* (1971-1982, 5 edições) são de Michel Quoist, sendo que *Rezar Os Salmos Hoje* (1969-1998, 23 edições) foram cânticos traduzidos do hebreu para o português, por Francisco Teixeira e Carlos Mesters. O quarto título, *Cristo Está Vivo* (1971-1982, 5 edições), de Michel Quoist, seguido de *Os Parceiros do Rio*

³³³ Disponível no Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

Bonito (1971-2001, 9 edições), de Antonio Candido, e *Madalena Pipoca: estórias e ilustrações* (1979-1984, 4 edições), de Maria Heloisa Penteado. O sétimo livro da lista com o maior número de exemplares impressos é *Jesus Cristo marcou encontro comigo* (1974-1982, 4 edições), também de Michel Quoist; o oitavo é *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990-2000, 4 edições), de Roberto Schwarz; o nono foi a edição de um *Mapa da Grande São Paulo* (1970); o décimo, *Quem é este homem?* (1969-1995, 6 edições), de Frei Mateus Rocha, seguido de dois livros do padre Lebret, *Manifesto por uma civilização solidária* (1961-1963, 4 edições) e *O drama do Século XX* (1963-1966, 3 edições). O décimo terceiro, *Dinâmica de Gênese dos Grupos* (1970-1988, 8 edições), de Gérald Bernard Mailhiot; o décimo quarto, *Convergência* (1970), de Murilo Mendes, e o último é de autoria do padre Lebret, nomeado *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente* (1960-1964, 4 edições).

Gráfico 10. Os 15 títulos com maior número de tiragens pela Duas Cidades

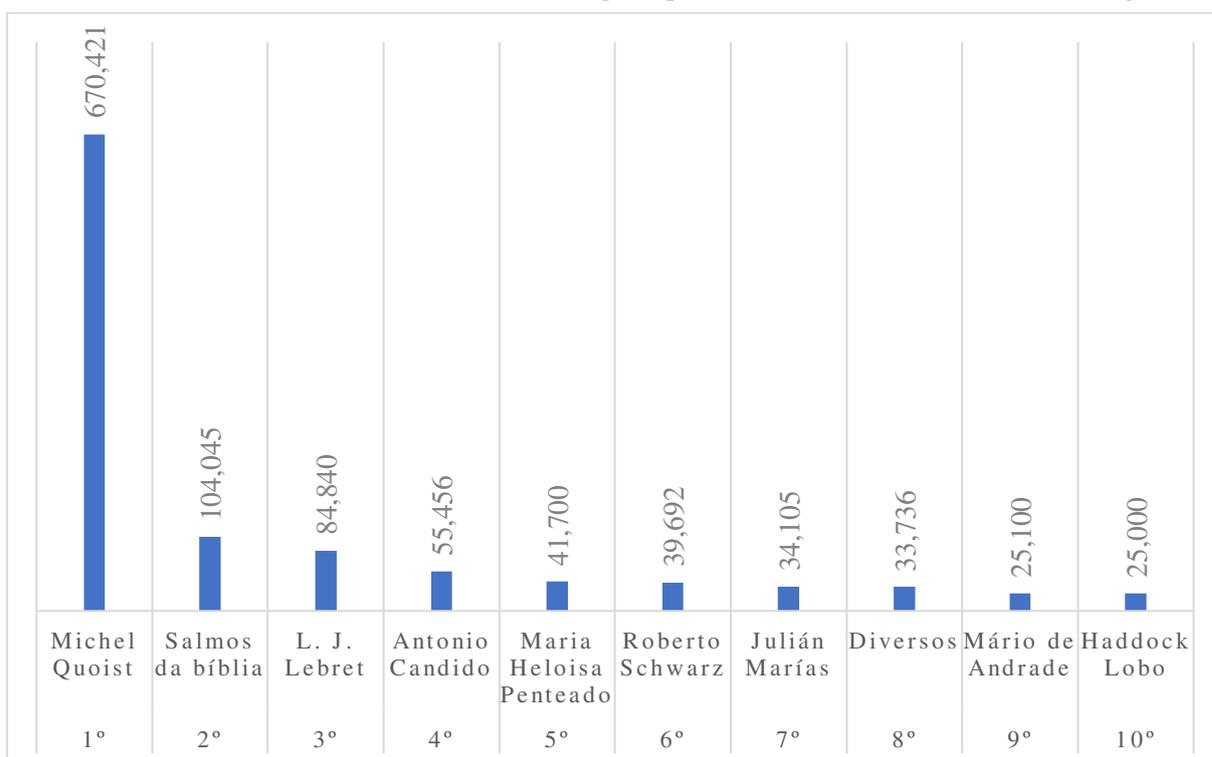


Fonte: dados levantados pelo autor

Dessa tabela podemos inferir o inegável peso de Michel Quoist e Louis-Joseph Lebret no catálogo da editora, em especial quando analisamos os números do gráfico 11. O primeiro publicou apenas 4 livros pela Livraria Duas Cidades, mas todos foram sucesso de vendas, encontram-se na lista dos 15 títulos com maior número de tiragens pelo selo e somam um total de 670.421 exemplares impressos. O segundo teve 6 livros publicados pela casa, dos quais 3

entram na lista do gráfico 10 e o total de exemplares impressos (somando todos os livros e edições) o situa como o terceiro autor da editora com 84.840 tiragens, ultrapassado apenas pelo livro *Rezar os Salmos Hoje*, com 104.045 exemplares (ver gráfico 11). Mais adiante iremos analisar a presença de Antonio Candido, Maria Heloisa Penteadó, Roberto Schwarz, Julián Marías, Murilo Mendes, Mário de Andrade e outros autores e obras que tiveram peso no catálogo, por ora nos interessa refletir sobre os escritores e os livros religiosos da editora.

Gráfico 11. Os 10 autores com maiores tiragens pela Duas Cidades (em todas as edições)



Fonte: dados levantados pelo autor

Parte significativa das pastas dos autores religiosos presentes no acervo da Livraria Duas Cidades abrigam apenas os contratos entre o autor e a editora, poucas pastas abrigam informações substanciais sobre os autores, suas publicações, resenhas, reportagens, cartas, fotografias e outros documentos que ultrapassam a relação burocrática entre autor e o selo por meio do qual ele publica seus manuscritos. Mas este não é o caso da pasta em nome de Michel Quoist (1921-1997)³³⁴, autor responsável pelas maiores vendas e tiragens na história da Duas

³³⁴ Nascido no dia 18 de junho de 1921 em Le Havre (França), Michel Quoist trabalhou desde os 14 anos de idade em razão da morte de seu pai. Nesse período ingressou na Ação Católica francesa e ocupou diversos cargos dentro da organização, de militante a dirigente federal. Aos 18 anos de idade ingressou no seminário vocacional e participou de experiências missionárias em diversas regiões da França. Depois estudou Teologia no grande seminário de Rouen, iniciando sua preparação para o sacerdócio, sendo ordenado em julho de 1947. Em seguida,

Cidades. Nesta há algumas cartas trocadas entre autor e editor, ou entre o editor e a secretária do autor, epístolas intercambiadas desde 1960 até 1971, assim como também consta informações quantitativas das obras lançadas pelo selo, prestação de contas do pagamento dos direitos autorais e uma entrevista realizada por Humberto Pereira (então assistente editorial da Duas Cidades) com o autor, publicada na revista *Família Cristã*³³⁵ em novembro de 1973, periódico ainda hoje impresso pela Edições Paulinas.

A relação (epistolar) entre Frei Benevenuto (editor) e Michel Quoist (autor)

Michel Quoist foi presbítero e militante no movimento Economia e Humanismo durante alguns anos, razões pelas quais supomos que ele tenha conhecido Frei Benevenuto durante os anos 1950. Essa hipótese ancora-se na primeira carta datilografada que o editor enviou a Quoist no dia 8 de abril de 1960, na qual iniciou chamando-o de querido amigo e dizendo que já tinha se passado alguns anos desde a última vez que estiveram juntos. O remetente prosseguiu afirmando que o autor provavelmente estava ciente da publicação de *Prières (Poemas para Rezar)* pela Livraria Duas Cidades, que naquela altura tinha 25.000 exemplares impressos e era o maior sucesso da casa, informando que enviou a Quoist um exemplar da quinta edição. Posteriormente, Benevenuto declarou que tinha acabado de receber uma carta de Villette (editor-chefe da Éditions Ouvrières), a quem ele escrevera questionando sobre a aquisição dos direitos de tradução da obra *Réussir (Construir o Homem e o Mundo)*, e obteve a resposta de que os direitos pertenciam ao autor. Assim, editor pediu ao autor que lhe desse prioridade na publicação desse livro, assegurando que iniciaria a tradução logo após receber o contrato.

iniciou o bacharelado em Ciências Sociais e Políticas no Instituto Católico de Paris ao mesmo tempo que estabelecia contato com diferentes experiências missionárias. Após a graduação, retornou a Rouen e residiu num bairro operário da cidade a fim de desenvolver um estudo sociológico para sua tese de doutorado, orientada pelo professor Gabriel Le Bras, docente da Universidade de Paris. O trabalho foi defendido e aprovado por unanimidade do Juri; tese que contou com o financiamento do Centro de Pesquisa Científica e do Ministério da Reconstrução e do Urbanismo da França, sendo posteriormente publicada sob o título *Le Ville et l'Homme*, encorajando-o a seguir na escrita. Membro do movimento Economia e Humanismo durante o doutorado, em seguida foi ser vigário numa grande paróquia popular de sua cidade natal. Com o passar dos anos, Quoist tornou-se um escritor envolvido com os movimentos juvenis de sua diocese e com outras responsabilidades assumidas em nível nacional e internacional, quando foi secretário-geral do comitê episcopal francês para a América Latina. Assim, o que lhe proporcionou conhecer a França e outros países onde ele proferia conferências e participava de retiros espirituais. Depois Quoist solicitou o retorno para sua cidade natal com o desejo de tornar pároco da grande diocese de Le Havre. Residindo nesta cidade, continuou a escrever e publicar seus livros, os quais eram traduzidos para diversos idiomas, sempre com grande aceitação do público leitor. Além de escritor e pároco, ele também coordenou a coleção “Visages du Christ” pelas Éditions Ouvrières, coleção marcada por um design gráfico arrojado e lançada como “livro de bolso”, com aparência moderna, facilmente transportável e a preço acessível. Informações extraídas da pasta do autor arquivada no acervo da Livraria Duas Cidades.

³³⁵ Para maiores informações sobre o mensário *Família Cristã*, consultar: FAMÍLIA Cristã. Histórico. Disponível em: <https://www.paulinas.org.br/familia-crista/?system=paginas&id=2259&action=read#!prettyPhoto>. Acesso em: 25 nov. 2020.

O autor respondeu com outra missiva datilografada no dia 16 de abril de 1960, quando se referiu ao destinatário como querido padre. Principiou afirmando que eles realmente tinham se conhecido há muitos anos, estava contente com o bom trabalho realizado pelo livreiro-editor e agradeceu as informações sobre a edição brasileira de *Prières*, declarando que este livro estava a ser bem-recebido em todos os lugares onde era traduzido. Quanto aos direitos de tradução de *Réussir*, o presbítero informou que estava a formular os contratos de tradução e edição do livro. Assegurou a prioridade de tradução e publicação a Frei Benevenuto, mas pediu que ele manifestasse o interesse em editar o livro prontamente, senão repassaria o direito de tradução para outras editoras. Em suas palavras, “o preço de cessão dos direitos é de 10% do preço do catálogo fixado pela editora. E um pagamento no valor de 500 Novos Francos, quitados no momento da assinatura”³³⁶. O autor concluiu a epístola assegurando que enviaria o contrato se o destinatário estivesse de acordo com as condições previamente expostas.

No dia 21 de abril de 1960, Quoist enviou outra carta datilografada ao livreiro-editor com o propósito de sanar algumas dúvidas. A primeira delas estava relacionada com o interesse de um agente editorial lusitano em traduzir *Réussir* para a língua portuguesa. O autor garantiu que o livreiro-editor tinha prioridade na publicação, mas gostaria de saber como estava a ser a promoção e difusão de *Prières* em Portugal. Ato contínuo, Quoist sustentou que consideraria assinar exclusivamente com uma editora portuguesa caso Benevenuto não tivesse interesse em propagar o livro em Portugal. E pedindo desculpas por sua ignorância, terminou a carta questionando qual era a língua predominante na América do Sul.

As duas missivas foram respondidas e datilografadas pelo livreiro-editor em 11 de maio de 1960. Após pedir desculpas por ter demorado a contestar as cartas, o religioso declarou que estava em conformidade com as condições da tradução e publicação de *Réussir*, solicitou o envio do contrato para o endereço da Livraria Duas Cidades e afirmou que projetava lançar o livro na primeira semana de novembro, assim os leitores poderiam comprá-lo durante as festas natalinas. Quanto as perguntas feitas pelo autor na última carta, Frei Benevenuto afirmou que tinham iniciado a divulgação de *Prières* em Portugal, em parceria com o selo dominicano Verdade e Vida, editora localizada na cidade de Fátima e responsável pela distribuição dos livros das Duas Cidades no país. Argumentou que a tradução de *Réussir* por outra editora lusitana poderia gerar problemas na comercialização do livro pela Duas Cidades, pois não seria possível impedir o envio e a comercialização dos livros de Portugal para o Brasil. O remetente

³³⁶ [No original]: “Le prix de Cession des Droits est de 10% du prix du Catalogue fixé par vos soins. Un à valoir de 500 Nouveaux Francs, versés au moment de la signature”. Tradução nossa. p. 1. Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

acrescentou que os contratos das traduções feitas pelas casas portuguesas geralmente estabeleciam uma cláusula que impediam a tradução do livro por uma editora brasileira. Diante dessas considerações, o livreiro-editor concluiu a carta presumindo que suas ponderações eram suficientes para o autor recusar o contrato com a editora lusitana, e assegurou que pediria para a Verdade e Vida levar a cabo uma potente promoção de suas obras em Portugal.

Michel Quoist contestou a carta do livreiro-editor no dia 18 de maio de 1960. Nesta breve epístola, ele afirmou que enviava três cópias do contrato para tradução e publicação de *Réussir*, sendo que um deles deveria ser assinado e devolvido para o autor. Em seguida, informou que o contrato não mencionava o número de exemplares que deveriam ser impressos na primeira edição do livro, item que ficaria a critério de Frei Benevenuto. Por fim, mencionou que compreendia e aceitava os argumentos apresentados pelo livreiro-editor com relação à tradução da obra por uma editora portuguesa, mas solicitou que o frade conversasse com Verdade e Vida para a realização de uma eficaz divulgação da obra, tendo em vista que *Prières* ainda era desconhecida em Portugal. No *post-scriptum*, o autor advertiu sobre a inclusão de alguns capítulos na nona edição francesa de *Réussir* e disse que enviaria esses acréscimos prontamente.

Em 13 de junho de 1960, Santa Cruz respondeu a missiva do autor informando que enviava a cópia do contrato assinada e a quantia de 500,00 Novos Francos, acrescentando que aguardava os capítulos adicionais da obra. Michel Quoist enviou uma carta a Frei Benevenuto no dia 6 de julho de 1961, ocasião que disse ter enviado ao editor os capítulos adicionais da última edição francesa de *Réussir* e a ordem que elas deveriam ser inseridos no livro. No fim da epístola, o autor deixou Frei Benevenuto à vontade para revisar os capítulos, mas disse que aguardava a tradução da obra, chamando atenção para o fato de que estipularam a publicação do livro em até doze meses após a assinatura do contrato, o qual foi firmado no dia 18 de maio de 1960. Santa Cruz contestou o autor no dia 24 de agosto de 1961, e enunciou que enviava ao autor, via postagem marítima, as cópias da edição brasileira de *Réussir*. Em seguida, o editor dominicano disse: “Eu não sei se você vai gostar do título escolhido para a edição em nossa língua – *Construir o homem e o mundo*. Este título já foi escolhido e o livro estava impresso quando vi que as Éditions Ouvrières lançou uma obra com um título semelhante: *Construir o homem*”³³⁷. Frei Benevenuto prosseguiu relatando que a primeira edição de 5.000 exemplares estava praticamente esgotada, razão pela qual decidiram imprimir a segunda edição de 10.000

³³⁷ [No original]: “Je ne sais pas si le titre choisi pour l’édition en notre langue – Construir o homem e o mundo – vous plaira. Ce titre était déjà choisi et le livre imprimé quand j’ai vu que les Éditions Ouvrières ont publié un ouvrage avec un titre semblable : Construire l’homme”. Tradução e grifos nosso. Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

exemplares. Por fim, o remetente ressaltou que lançaram a nona edição de *Prières*, obra que tinha chegado ao patamar de 45.000 exemplares impressos, e por esse motivo solicitou que o autor lhe informasse quais eram os números das tiragens francesas de *Prières* e *Réussir*.

Foram praticamente oito anos sem intercâmbios epistolares até a secretária de Michel Quoist enviar uma carta datilografada ao diretor da Livraria Duas Cidades em 25 de julho de 1969. Ela iniciou a missiva mencionando que numerosos leitores do autor desejavam conhecer a quantidade de exemplares impressos dos livros que foram traduzidos pela casa. Por esse motivo, a secretária pediu para o editor informar as tiragens das obras *Poemas para Rezar* e *Construir o homem e o mundo*. Frei Benevenuto respondeu à carta no dia 19 de agosto de 1969, e enunciou os números de *Poemas pra Rezar* (155 mil exemplares, 22 edições) e de *Construir o homem e o mundo* (125 mil exemplares, 17 edições). O editor advertiu a secretária do autor sobre o fato de esses livros serem editados pela Livraria Morais, motivo pelo qual ela deveria entrar em contato com esse selo para descobrir as tiragens dessas obras em Portugal.

Passado um pouco mais de um ano, no dia 3 de dezembro de 1970, Michel Quoist enviou uma carta para o diretor da Livraria Duas Cidades. O autor disse que não tinha recebido a resposta da carta que sua secretária enviara no dia 25 de julho de 1969 e solicitou informações sobre as edições de seus livros. Ato contínuo, o remetente perguntou ao livreiro-editor se ele teve conhecimento da publicação de seu último livro lançado pela Éditions Ouvrières, em março de 1970, sob o título *Le christ est vivant*. O autor expôs que um editor brasileiro expressou o desejo de traduzir essa obra para a língua portuguesa, mas antes de respondê-lo, o remetente preferiu verificar se o destinatário teria interesse em editar essa obra.

Frei Benevenuto respondeu Michel Quoist com uma longa missiva datilografada, enviada no dia 17 de dezembro de 1970. Primeiro, o editor agradeceu ao autor por lembrar da Duas Cidades antes de autorizar a edição de seus novos livros por outros selos, afirmando que pensou em solicitar os direitos de tradução de *Le christ est vivant* (*Cristo está Vivo*), mas os problemas que ele vinha enfrentando para regularizar o pagamento dos direitos autorais dos outros dois livros de Quoist o deixou inibido para fazer essa solicitação. Porém, diante da oferta do próprio autor, o remetente afirmou se sentir encorajado a traduzir e publicar esse livro, motivo pelo qual entrou em contato com a Éditions Ouvrières e aguardava o contato para assiná-lo e iniciar o processo de edição da obra. Frei Benevenuto informou ao autor que tinha respondido à carta de sua secretária, aproveitando a ocasião para enviar uma cópia da resposta ao autor e atualizá-lo dos números referentes às últimas edições dos dois livros. Feito esses esclarecimentos, o livreiro-editor disse que a última carta enviada pelo autor lhe dava a oportunidade de tratar das peias que ele e a Duas Cidades estavam enfrentando há algum tempo.

Segundo Frei Benevenuto, esses obstáculos demandaram muita energia de todos os que trabalhavam na casa, afirmando que passaram por esse período constantemente pressionados, o que impactou não apenas o erário da livraria e editora, mas também o impediu de planejar e executar as edições da casa por meses. Essas circunstâncias provocaram o adiamento dos pagamentos previamente estabelecidos, a renúncia dos projetos editoriais acordados e a redefinição do prazo contratual dos títulos já publicados. Depois de longos e sofridos dias de tormenta, o religioso acreditava que o pior tinha passado, a despeito de persistir na luta para sanar os déficits econômicos que o impedia de prever o dia seguinte.

Ao longo de toda essa fase conturbada, o editor assegurou ao autor que *Poemas para Rezar* e *Construir o homem e o mundo* foram os pilares que o permitiu continuar adiante mesmo diante das numerosas dificuldades, pois as vendas desses livros aumentaram no decorrer desse período. Não obstante, o frade enunciou que não conseguiria quitar, de imediato, os direitos autorais devidos a Quoist e a Éditions Ouvrières, mesmo porque essa conjuntura instável ainda permaneceria por mais alguns anos. Diante desse cenário, Frei Benevenuto propôs uma solução com relação ao pagamento dos direitos autorais devidos para os dois livros do autor que estavam a ser publicados pela casa: em janeiro de 1971 ele quitaria os direitos das vendas de 1970, mas solicitou que os débitos relativos às vendas de 1968 e 1969 ficassem suspensas até ele conseguir sanar todos os empecilhos econômicos da empresa. De pronto, o diretor da casa assegurou ao autor que a situação não decorria da falta de organização ou de firmeza no tocante ao trabalho desempenhado, mas expôs que a casa passou por momentos difíceis em 1969. Assim, seu esforço tem sido deixá-la de pé, assegurando-lhe sua perseverança e esperança na nova fase que poderia inaugurar dali em diante.

A secretária do autor enviou uma carta ao livreiro-editor em 29 de novembro de 1971, na qual solicitava a quantidade de tiragens impressas para as duas obras que já estavam publicadas pela editora. Em 9 de dezembro daquele ano, Frei Benevenuto enviou uma missiva a Michel Quoist informando que lançaram *Cristo está vivo* com uma tiragem de 10.000 exemplares já praticamente esgotada, o que o levou a imprimir mais 10.000 exemplares. Comunicou o autor que enviou um exemplar do livro por avião e cinco pelos correios, e disse que estava contente com o sucesso da obra. Acrescentou que as vendas de *Poemas para Rezar* (200 mil exemplares, 26 edições) e *Construir o homem e o mundo* (175 mil exemplares, 22 edições) progrediram no último ano. Ato contínuo, o editor aproveitou a ocasião para chamar a atenção do autor para o descumprimento contratual da editora portuguesa Perpétuo Socorro, casa que não restringiu a venda das obras de Quoist ao território lusitano e comercializava seus livros no Rio de Janeiro e em São Paulo por intermédio de livreiros portugueses estabelecidos no Brasil.

Passado uma semana, Frei Benevenuto enviou outra epístola ao autor informando a boa-nova: o êxito de *Cristo está Vivo* impeliu um grande jornal de São Paulo a publicar uma reportagem sobre Michel Quoist e seus livros publicados no Brasil. Por esse motivo, o jornalista entrou em contato com a Duas Cidades e solicitou os seguintes documentos³³⁸: um fotografia do autor, uma sinopse de seus dados biográficos e o número das tiragens das edições francesas e estrangeiras. No dia 27 de dezembro de 1971 veio a resposta redigida pela secretária de Quoist e o material solicitado pelo jornalista: um breve texto com informações sobre o abade, uma foto do autor e três listas com o rol dos livros e suas respectivas tiragens.

Por meio desse conjunto de epístolas trocadas entre Michel Quoist e Frei Benevenuto conseguimos urdir as tramas de um relacionamento estabelecido entre autor e editor, em especial pelo fato de ser uma correspondência editorial³³⁹ desencadeada entre um autor estrangeiro e um editor brasileiro. Quando nos enveredamos pelas cartas, tateamos ao menos uma parte do processo editorial, da liberdade que o autor pode conferir ao editor para revisar ou editar seu livro, das negociações dos direitos de tradução, da prestação de contas das edições realizadas, dos problemas enfrentados, das cobranças de ambas as partes quando algo extrapola as mediações e confidências previamente estabelecidas, ou até mesmo dos meios de divulgação, comercialização e promoção dos livros. Com efeito, “[...] a correspondência autor-editor desdobra, em toda sua extensão, as estratégias de mediação editorial no processo de construção de uma obra”³⁴⁰. As epístolas geralmente se diferenciam de outras fontes de um acervo editorial porque são através delas que podemos notar como ocorria as negociações entre as partes, as redes editoriais por trás das publicações, os intercâmbios culturais, os recortes de jornais, fotografias, revistas ou outras fontes que podem auxiliar o pesquisador a examinar a dinâmica relacional entre autor e editor, bem como as múltiplas vias que levam à construção material de um livro e à promoção de um autor e de suas obras.

A entrevista intitulada “Michel Quoist tem um objetivo: tornar Cristo conhecido”³⁴¹, publicada no mensário *Família Cristã* em novembro de 1973, é uma boa amostra de um dos milhares de meios que uma casa editorial pode divulgar seus autores. Essa entrevista foi realizada em Le Havre por Humberto Pereira, naquela época editor-adjunto da Livraria Duas

³³⁸ Estes estão na pasta do autor, abrigada no acervo de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

³³⁹ MOSQUEDA, Ana. Archivos de editores: ¿cómo elaborar los segmentos epistolares? *Translaciones. Revista Latinoamericana de Lectura y Escritura*. V. 5 (10), p.12-38, diciembre 2018.

³⁴⁰ [No original]: “[...] la correspondencia autor-editor que se despliegan en toda su extensión las estrategias de la mediación editorial en el proceso de construcción de una obra”. Tradução nossa. Ibid. p. 29.

³⁴¹ PEREIRA, Humberto. Michel Quoist tem um objetivo: tornar Cristo conhecido. Entrevistado: Michel Quoist. *Família Cristã*, São Paulo, ano 39, n. 455, p. 8-11, nov. 1973.

Cidades, que foi para Europa pela primeira vez na vida³⁴² com o objetivo de participar de feiras de livro, de estabelecer contatos editoriais, possibilidades de traduções e para resolver assuntos com alguns autores estrangeiros da casa, a exemplo do contato com Michel Quoist, aproveitando a ocasião para colher seu testemunho para a revista católica.

Após uma breve exposição da trajetória religiosa e profissional do presbítero francês, este respondeu a primeira pergunta dizendo que ele e seus companheiros cuidavam de uma paróquia habitada por 18.000 pessoas³⁴³. Um pouco mais adiante foi questionado sobre como ele enxergava os cristãos que não iam à Igreja, o autor considerou que se antes havia muitos fiéis que frequentavam a Igreja, suas sacristias e obras, hoje muitas dessas pessoas se deram conta de que o mundo iníquo era edificado sem que muitos deles lutassem contra essas injustiças. O autor prosseguiu declarando que ainda havia pessoas que estavam cientes de que Deus estava entre eles, habitava o coração dos homens e participava da luta por um mundo mais justo e fraterno, acrescentando a relevância de ouvir e debater com os jovens sobre a construção da sociedade que desejavam. O entrevistador inquiriu o que era Jesus Cristo para o autor, ao que Quoist retorquiu dizendo que era toda a vida dele, o eixo de suas reflexões. Em suas palavras, “[...] ultimamente tenho pensado muito neste Jesus que está por toda parte, no coração da vida como ela é, à espera do encontro e reconhecimento de cada um de nós. Foi o que procurei dizer no meu último livro *Jesus Cristo marcou encontro comigo*”³⁴⁴. A partir da afirmação de que sua obra era bastante lida no Brasil, um dos últimos questionamentos da entrevista era sobre como seus livros eram recebidos nos outros países. Quoist afirmou que suas obras eram bem recebidas em diversos países, indicando que *Poemas para Rezar* estava traduzido em 20 idiomas e tinha mais de 2 milhões de exemplares impressos. Segundo o entrevistado, “[...] no livro *Cristo está Vivo* eu dizia que nossos contemporâneos, especialmente os jovens, não conhecem mais as palavras e expressões dos teólogos. [...] Então procuro falar mais as palavras e expressões dos teólogos”³⁴⁵. E a entrevista encerrou informando que o autor tinha 5 livros publicados no Brasil, três tinham sido editados pela Duas Cidades, que naquela altura estava preparando a publicação de *Jesus Cristo marcou encontro comigo*, e as outras obras foram *Diário de Dany* e *Diário de Ana Maria*, ambos lançados pela Livraria Agir.

Apesar do estabelecimento dirigido por Santa Cruz ter sido responsável pela edição de apenas quatro títulos do presbítero francês, esses livros foram o esteio para a sobrevivência da

³⁴² Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

³⁴³ PEREIRA, Humberto., *op. cit.*, 1973, p. 9.

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 11.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 11.

casa nos momentos de tensão política, econômica e social. Diferentemente dos livros de Louis-Joseph Lebret e de outros autores publicados pelo selo, as obras de Quoist dialogavam com um público diversificado ao apresentarem uma linguagem acessível, procurando abordar as questões divinas sem necessariamente se aprofundar nos dilemas terrenos. Com outro viés, os títulos de Lebret caminhavam mais nitidamente na bifurcação entre os temas religiosos e seculares, problematizando os dramas humanos por meio de uma linguagem interdisciplinar e oferecendo saídas para tentar superar as estruturas que reforçavam as desigualdades no planeta.

Lebret, Mounier e outros autores da renovação católica no catálogo da Duas Cidades

Lebret era mais um de tantos outros autores católicos forjados em uma Igreja que buscava acolher temas progressistas³⁴⁶ a partir da segunda metade dos anos 1940, década em que esses autores procuraram aperfeiçoar as temáticas religiosas e sociais, aproximando-as das classes populares. A ala progressista do catolicismo cresceu durante os anos 1950, quando Lebret e os setores de vanguarda da Igreja conquistaram espaço e legitimidade de atuação não apenas na hierarquia eclesiástica, mas também em diversos setores da sociedade, ao ponto de chegarem no Concílio Vaticano II como principais artífices das encíclicas renovadoras defendidas pelo papa João XXIII. Nesse arrimo, as obras de Lebret ganharam terreno no Brasil, conquistaram numerosos bispos e padres brasileiros que encarnavam os pressupostos católicos renovadores, muitos dos quais viam com bons olhos a atuação do padre francês. Além disso, o autor executou trabalhos de cunho social e urbanístico em diversas localidades do país, o que o levou a conhecer lideranças políticas, intelectuais e religiosas, e simultaneamente enlear uma excelente relação com a juventude católica brasileira, especialmente a JUC paulistana.

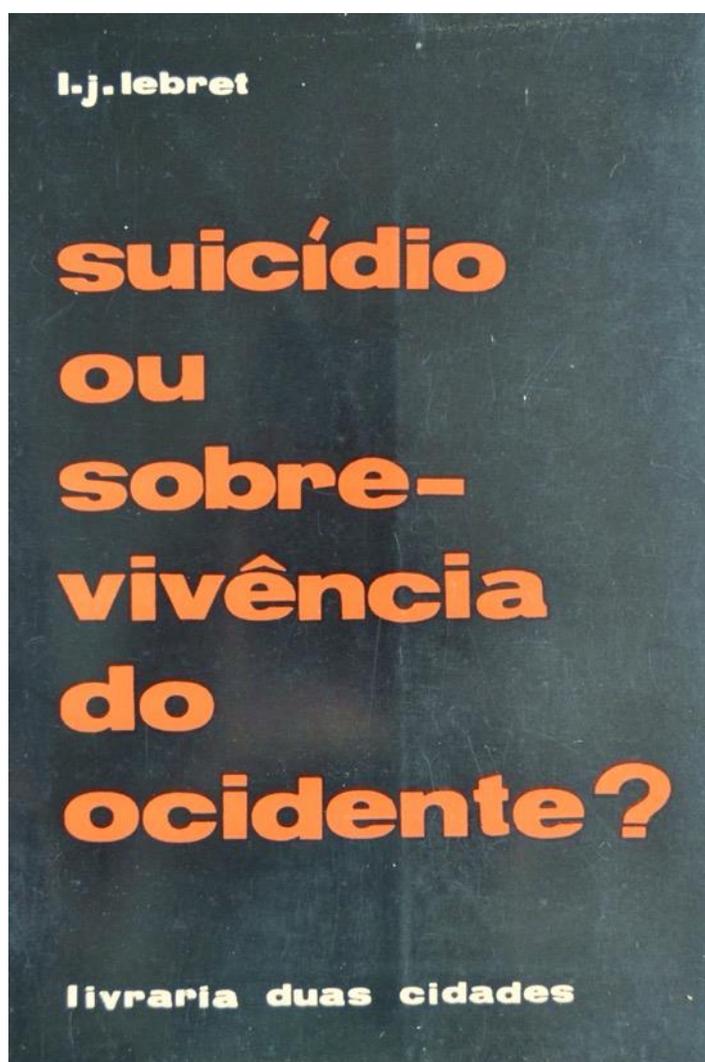
Não por acaso, Lebret e Emmanuel Mounier foram os autores com maior influência na Ação Católica brasileira, superando o reconhecimento que antes era concedido a Maritain. Acompanhados pelo padre Henrique Vaz, que publicou *Ontologia e História* (1968) pela Livraria Duas Cidades, Lebret e Mounier lançaram obras no Brasil que inspiraram a JUC nos anos 1950 e 1960. “Num quadro eclesiástico dos autores mais citados nos documentos da JUC, Mounier aparece em segundo lugar (54%), ao lado do Padre Henrique Vaz, e sendo superado apenas por Lebret (84%)”³⁴⁷. Vimos que o pensamento desses personagens influenciaram os documentos e as ações da JUC e da esquerda católica, a exemplo dos membros da Ação Popular e dos bispos, frades e intelectuais brasileiros que pautaram sua atuação embasando-se nas

³⁴⁶ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der., *op. cit.*, 2008, p. 633-635.

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 522.

reflexões de Maritain, Mounier, Lebre, padre Vaz e outros. Muitas das pessoas que se sentiam contempladas pelas obras desses autores validavam, em maior ou menor medida, as teorias marxistas como um meio de interpretar a realidade socioeconômica do país. Os militantes cristãos progressistas e de esquerda manifestaram-se em prol de uma missão que estreitava os laços da fé com a política com o propósito de alterar as distorções geradas pelo capitalismo. E nesse ponto havia uma diferença entre os dois autores, enquanto Lebre propôs uma terceira via, Mounier defendeu um engajamento dos cristãos por uma sociedade anticapitalista.

Figura 16. *Suicídio ou sobrevivência do ocidente?* (4ed, 1964), de L. J. Lebre



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Uma das grandes novidades trazidas por Lebre à juventude universitária católica brasileira e latino-americana³⁴⁸ tem a ver com sua metodologia proposta para orientar a ação,

³⁴⁸ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 50-53.

delineada no *Princípios para a ação*, primeiramente publicado pela Edições SAL e depois pela Livraria Duas Cidades, em 1959. Alguns membros da SAGMACS entraram em contato com a obra do padre francês quando eram universitários e faziam parte da JUC, encantados com o pensamento que representava um cristianismo voltado às questões socioeconômicas e espirituais. Os participantes da Sociedade e os militantes da JUC identificavam-se com a Economia Humana e a teologia francesa, uma vez que essas envolviam doutrinadores, pensadores e ideólogos responsáveis por produzirem obras reformadoras do catolicismo.

Figura 17. Carta de André Villette ao padre Lebre (1954)

2020

LES ÉDITIONS OUVRIÈRES

SOCIÉTÉ ANONYME
AU CAPITAL DE 5.600.000 FR\$
N° d'identification : 553-75-113-0305

12, AVENUE SCEUR-ROSALIE
Boite postale 23-13
PARIS XIII

REGISTRE DU COMMERCE
SEINE N° 239.666 B

O. P. L. N° 13.009 — 91.1735
O. P. M. 736-75-6-02204
R. P. L. N° 15.165 SEINE CA



DIRECTION GÉNÉRALE
Téléphone : GO Bellins 29-07
PORT-Royal 18-56

Révérénd Père LEBRET
ECONOMIE & HUMANISME
La Tourette
EVEUX par l'ARBRESLE Rhône

1165
23-3-54

V/RÉFÉRENCE _____ V/LETTRE DU _____ N/RÉFÉRENCE _____
AV/MC 176

OBJET _____ PARIS, LE 22 Mars 1954

Cher Père,

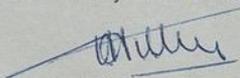
Merci de votre bonne lettre du 12 courant. Je vous adresse cette réponse à la Tourette, vous la trouverez vraisemblablement à votre retour de Paris.

Delprat m'avait effectivement signalé votre fatigue extrême et je remercie le Seigneur ~~de~~ vous envisagez sérieusement de vous reposer.

J'ai fait envoyer un certain nombre d'exemplaires de "Civilisation" à votre destination, rue St-Honoré, je pense que vous les avez reçus.

En ce qui concerne le Père Benevenuto de Santa Cruz le nécessaire a été fait et nos services de vente se sont mis d'accord avec lui. Le seul point que nous n'avons pu lui consentir est l'exclusivité de vente pour le Brésil; nous avons en effet d'excellents clients libraires là bas. De toute façon nous lui avons fait des conditions très avantageuses qui vont lui permettre de revendre aux libraires.

Je vous assure, Cher Père, de mes sentiments filialement dévoués.


André Villette

PJ / 1 lettre arrivée ce jour pour vous

Conforme à la norme AFNOR Z 22
PIÈCES JOINTES

Fonte: Fundo Lebre 45 AS, cota 19860461/143, *Archives Nationales*.

Ao longo da pesquisa encontramos mais documentos relacionados aos livros de Lebre no *Archives Nationales* que no acervo pessoal de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades. No

primeiro capítulo deste trabalho esquadramos os laços que atavam o livreiro-editor ao idealizador de EH, vimos que a correspondência entre eles abordava mais os trabalhos da SAGMACS que as obras do padre francês publicadas no Brasil. Apesar disso, Lebret foi peça-chave no catálogo da editora pelo perfil dos títulos publicados e por ter sido o agente que colocou a Éditions Ouvrières em contato com Frei Benevenuto, solicitando que essa casa atendesse as demandas do livreiro-editor. Duas epístolas trocadas entre Lebret e André Villette (diretor da Éditions Ouvrières) comprovam a colaboração do dominicano francês para que suas obras fossem editadas e comercializadas pela Livraria Duas Cidades.

Em 12 de março de 1954, Lebret enviou uma missiva dirigida a André Villette. Entre outros temas, o remetente disse que esteve com Frei Benevenuto durante sua jornada no Brasil, expôs que o frade estava interessado em revender os títulos do catálogo da Ouvrières em seu país e pediu que Villette exportasse as obras da casa levando em consideração que o livreiro-editor ainda teria de repassar um desconto de 30% aos livreiros brasileiros. Nas palavras de Lebret, “[...] eu peço que você se esforce ao máximo para satisfazê-lo. Aliás, você deve ter recebido uma carta dele sobre esse assunto”³⁴⁹. A resposta de André Viellette a Lebret foi enviada no dia 22 de março daquele ano (ver figura 17), ocasião em que o diretor da casa francesa informou que acordou as condições de vendas das obras de Éditions Ouvrières com o religioso, enfatizando que ofereceram uma proposta amplamente vantajosa para Frei Benevenuto, embora estivessem impedidos de facultar a exclusividade da comercialização dos livros, uma vez que tinham contato com outros livreiros brasileiros.

Essas cartas certificam o empenho de um dos maiores autores da Éditions Ouvrières em conseguir condições especiais de revenda das obras da editora para Frei Benevenuto. Elas comprovam a mediação de Lebret, que colocou o livreiro-editor em contato com a editora operária, a qual foi a segunda casa estrangeira com o maior número de títulos traduzidos pela Livraria Duas Cidades. Ainda que não tenhamos acessado os documentos dessas publicações, Santa Cruz provavelmente negociou os direitos de tradução de boa parte das obras de Lebret diretamente com a Ouvrières, cuja permissão possibilitou a publicação de seis livros do padre francês, os quais apresentaram uma tiragem média de 5.000 exemplares por título. Além de *Princípios para a ação* (1959-1984, 8 edições), a casa também publicou *Dimensões da caridade* (1960-1963, 3 edições) – traduzido por M. Conceição Goulart Pacheco –, *Renovar o exame de consciência* (1960-1963, 3 edições) – escrito em coautoria com Thomas Suavet e traduzido por Neusa e Jean Schwartz –, *Suicídio ou sobrevivência do ocidente* (1960-1964, 4 edições) –

³⁴⁹ [No original]: “[...] Je te demande donc de faire l'effort maximum pour lui donner satisfaction. Tu as d'ailleurs du recevoir une lettre précise de lui à ce sujet”. Tradução nossa. Fundo Lebret 45 AS, cota 19860461/143, AN.

traduzido por Frei Benevenuto e capa de Mira Schendel³⁵⁰ (ver figura 16) –, *Manifesto por uma civilização solidária* (1961-1963, 4 edições) – também traduzido por Frei Benevenuto –, *O drama do século XX* (1963-1966, 3 edições) – traduzido por Fátima de Souza e Frei Benevenuto –, e *Apelos ao senhor* (1963 e 1967, 2 edições) – traduzido por Fátima de Souza. Diante dessas informações, podemos aferir que as edições e reedições desses livros foram realizadas durante os anos 1960, decênio em que uma parte significativa do laicato católico progressista desejava refletir sobre os assuntos apreciados pelo autor.

Não era apenas as obras de Lebret que municiavam esses leitores, o pensamento de Emmanuel Mounier também incutiu a ação da JUC devido à pulsão sociopolítica que vigia no território nacional. Nessa época, a universidade e o movimento estudantil passavam por uma “[...] intensa discussão sobre os problemas do desenvolvimento, do nacionalismo, da cultura popular, das reformas e da revolução. E, ainda, um número crescente de publicações era produzido e reproduzido na universidade”³⁵¹. Tanto Lebret como Mounier tiveram respaldo do laicato católico latino-americano³⁵², seus livros estimularam setores da militância cristã para questionarem o conservadorismo do clero e a conjuntura desigual do continente. As reflexões desses autores balizaram a luta de intelectuais, estudantes de teologia, universitários católicos, operários, sindicalistas e padres brasileiros. Leigos e religiosos cristãos se dirigiram ao velho continente para conhecer as experiências do operariado, das cooperativas, dos centros de estudo da Bélgica e França e de outros países onde as ações renovadoras eram reformuladas, redirecionadas e colocadas em prática.

Após a experiência nos países europeus, essas pessoas retornavam ao Brasil e incutiam as ideias vanguardistas em alguns setores organizados do cristianismo, a exemplo do PDC, do EH, da Ação Católica e da Ação Popular. Esses grupos oxigenaram diversas instâncias da hierarquia eclesiástica e provocaram uma parte da Igreja Católica do país a enfrentar os poderes reinantes na sociedade, dialogando com agentes do campo político, cultural, educacional e social³⁵³. Como vimos no primeiro capítulo, alguns dominicanos residentes em São Paulo –

³⁵⁰ Mira Schendel (1919-1988) foi uma artista plástica e visual de origem judia. Nascida na Suíça, aos vinte e poucos de idade ela foi para Sarajevo e casou-se com um operário desse país. Passado alguns anos, ela se separou e mudou para o Brasil em 1949, onde residiu primeiro em Porto Alegre e a partir de 1951 em São Paulo. Foi na capital paulista que ela expôs seu trabalho na I Bienal de Arte de São Paulo, em 1953 casou-se com o livreiro Knut Schendel (adotando seu sobrenome) e se radicou na metrópole até o fim da vida. Para maiores informações sobre a artista, consultar: BATISTELA, Erica Dias. Mira Schendel: todas as formas de dizer o indizível. *Revista Criação & Crítica*, n. 25, p. 181-197, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v1i25p181-197>.

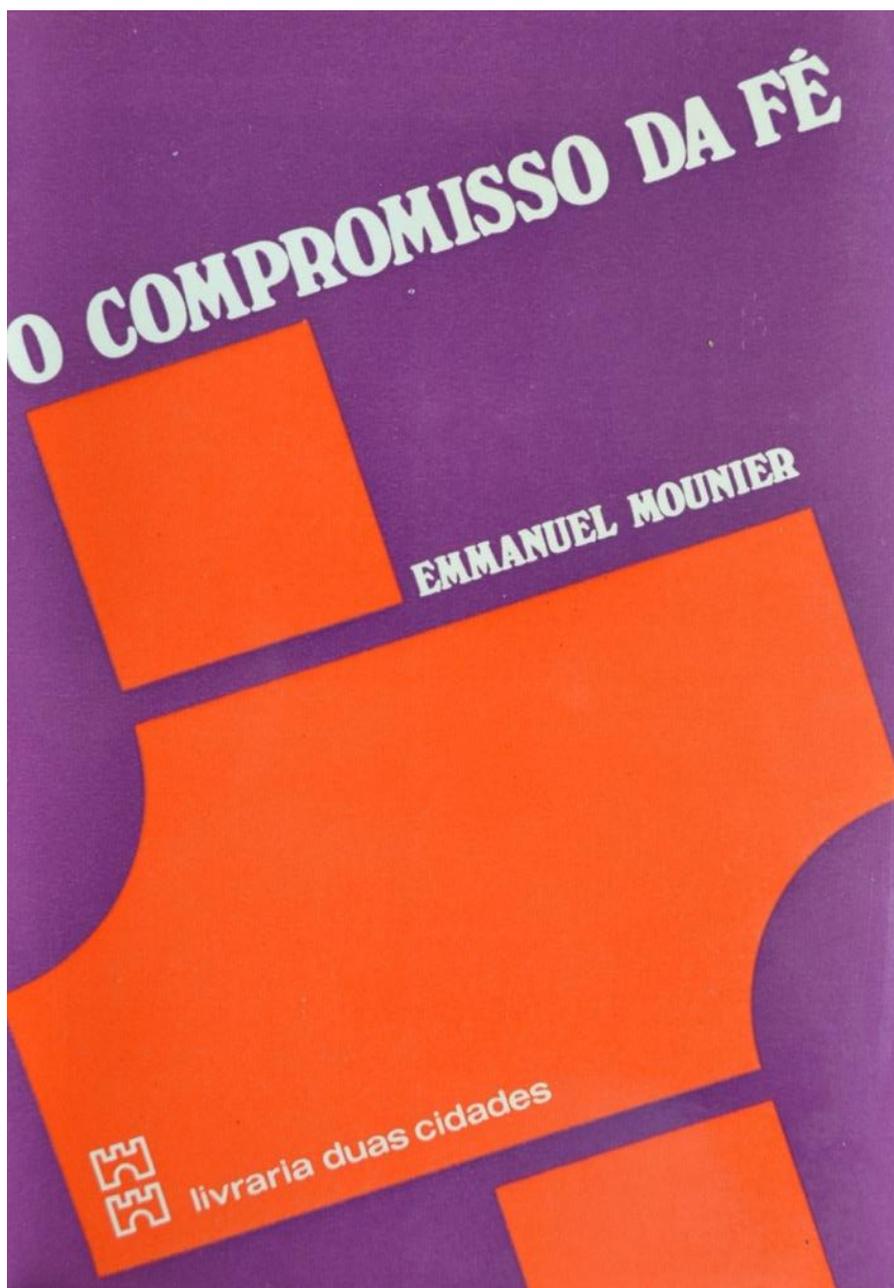
³⁵¹ ANGELO, Michelly Ramos de., *op. cit.*, 2013, p. 55.

³⁵² *Ibid.*, p. 57.

³⁵³ SOUZA, Rogério Luiz de. O pensamento de Jacques Maritain e de Emmanuel Mounier no campo católico brasileiro e a educação libertadora de Paulo Freire. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 82, p. 177-198, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n82-09>. p. 185 e 188.

como os Freis Benevenuto, João Baptista Pereira dos Santos e Romeu Dale – tiveram suas formações na França e retornaram à terra natal como precursores do processo de formação de uma militância católica progressista de leigos e sacerdotes. “[...] Esses religiosos ensaiaram um movimento de convergência com movimentos que buscavam uma educação baseada no humanismo integral e de renovação nos sistemas secundário e universitário brasileiros, mantendo-se muito ligados aos dominicanos franceses”³⁵⁴.

Figura 18. *O compromisso da fé* (1971), de Emmanuel Mounier



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

³⁵⁴ Ibid., p. 186.

Se o pensamento de Maritain foi predominante entre intelectuais, pensadores e universitários católicos dos anos 1940, as reflexões de Lebreton e Mounier ganharam terreno nas décadas seguintes. Este inspirou uma atuação pautada no horizonte da política e do humanismo, orientando a militância das correntes progressistas e socialistas cristãs. “[...] O personalismo de Mounier consistia em uma oposição frontal ao individualismo. A preocupação dessa revolução personalista era descentralizar o indivíduo para colocá-lo em uma perspectiva aberta à construção da pessoa humana em comunidade”³⁵⁵. O desempenho dos jucistas de São Paulo e Belo Horizonte estava relacionado ao engajamento desses militantes em uma perspectiva progressivamente comunitária e socialista. “[...] O grupo de estudantes dominicanos comungava os impasses e as opções de expressiva parcela de uma geração universitária. Eram alunos da Universidade de São Paulo (USP) e alguns discípulos do padre Lebreton”³⁵⁶.

Frei Benevenuto tinha relações mais próximas com jucistas residentes na capital paulista, assim como era ligado aos políticos, educadores, intelectuais, operários e professores universitários de diversas localidades do país. Mas o livreiro-editor não definia a linha editorial da Duas Cidades somente a partir de seus relacionamentos. A influência que ele recebeu do pensamento católico francês e os contatos com as editoras religiosas deste país o fez traduzir as obras de Mounier e de outros autores que organizaram um livro sobre a teoria do filósofo cristão. *Introdução aos existencialismos* (1963) foi a primeira obra do autor publicada pela Livraria Duas Cidades (em coedição com a Livraria Moraes), a segunda foi a tradução de um título escrito por um conjunto de autores franceses, nomeado *Presença de Mounier* (1969) e a última obra publicada foi *O compromisso da fé* (1971), escrita pelo autor (ver figura 18), traduzida por Frei Eliseu Lopes e capa de José Márcio Brandão.

Embora as traduções tenham sido o grande filão da casa dominicana dirigida por Frei Benevenuto, os movimentos da Igreja e da sociedade estimularam a formação de leigos e sacerdotes brasileiros que se tornaram escritores e praticantes de um apostolado voltado às questões políticas e sociais. Já demonstramos neste capítulo que os anos 1960 pulsaram correntes contestatárias no campo e na cidade, envolvendo universitários, trabalhadores, padres e alguns bispos extremamente politizados, muitos dos quais colocaram em prática ações no campo social e cultural. Um deles foi o Frei Carlos Josaphat, dominicano residente em São Paulo e responsável por ter lançado o mensário *Brasil Urgente*, em março de 1963, cujo mote propagava um ideário cristão renovado, balizado pela justiça social. O jornal³⁵⁷ durou apenas

³⁵⁵ Ibid., p. 186.

³⁵⁶ Ibid., p. 187.

³⁵⁷ AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der., *op. cit.*, 2008, p. 460-462.

um ano em razão do ambiente altamente polarizado. De todo modo, o periódico concebido por Josaphat foi capaz de reunir um grupo de vanguarda do catolicismo, o qual denunciava as explorações, promovia o pensamento progressista dos teólogos nacionais e debatia os temas candentes no país. Essa iniciativa provocou um mal-estar na Igreja e nos setores conservadores do laicato católico, levando a Ordem a anunciar que o frade iria cursar o doutorado na Europa.

A fundação de *Brasil Urgente* e da Livraria Duas Cidades por pregadores são evidências da inserção desses religiosos no âmbito cultural, capazes de criarem instrumentos para reflexão teológica e política dos cristãos. Não por acaso, o jornal foi inspirado no livro *Evangelho e revolução social* (1962-1963, 2 edições), de Frei Carlos Josaphat e publicado pela Duas Cidades. Nas palavras do autor³⁵⁸, um dia Frei Benevenuto comentou que se ele entregasse o manuscrito finalizado, o livreiro-editor devolveria o livro impresso em trinta dias. Para Frei Carlos, Santa Cruz foi importante em sua trajetória não apenas por ter publicado seu primeiro livro, mas principalmente porque esse título o colocou no debate nacional. A primeira edição obteve uma tiragem de 10.000 exemplares e a segunda de 5.000 exemplares, números que comprovam a divulgação do livro por diversas cidades brasileiras. Ao comparamos as quantidades impressas dessa obra com as tiragens das outras duas que ele lançou pelo selo, *O evangelho da unidade e do amor* (1966), de 3.000 exemplares, e *O sermão da montanha* (1968), de 4.520 exemplares, chegamos à conclusão de que o livro inaugural do autor arrebatou corações e mentes daqueles que almejavam um pensamento revolucionário cristão³⁵⁹.

Frei Carlos fez parte da esquerda católica brasileira. Os cristãos que fizeram parte dessa corrente embrenharam-se na realidade dos camponeses e participaram dos movimentos de educação popular, outros conheceram a situação dos pobres e miseráveis. É nesse cenário que a ideia de revolução ganhou corpo e forma: “[...] entendida como processo inexorável e uma tarefa – é a grande ideia-força do período e as forças de esquerda principiam análises sobre a sua compreensão, sobre as vias estratégicas de sua realização e os recursos e aparelhamentos necessários para a sua efetivação histórica”³⁶⁰. No anos que antecederam o golpe de estado civil-militar de 1964, formou-se uma esquerda católica em torno dos jucistas, da Ação Popular e de alguns religiosos que se posicionaram na disputa política e publicaram suas reflexões.

O dominicano é desses autores e sua obra inaugural é um dos livros mais importantes para estudar os setores do catolicismo ligados à esquerda. “[...] Esse documento histórico e seu

³⁵⁸ Frei Carlos Josaphat, entrevista, 11 set. 2018.

³⁵⁹ SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo e revolução: fragmento de um caso brasileiro. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 173-180, jan./jun. 2012.

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 177.

autor exerceram uma função referencial para esse denso tema, conceituando intuições e sistematizando uma demanda política e religiosa do período”³⁶¹. Embora se trate de um breviário revolucionário, o livro faz parte das recordações de ex-militantes dessa época, catapultando o autor entre pensadores e políticos da esquerda e do progressismo nacional, como Paulo de Tarso, Magalhães Pinto e Miguel Arraes. *Evangelho e revolução social* vinha no lastro das ideias que estavam sendo discutidas no Concílio Vaticano II e na tentativa de organizar o ideal revolucionário na perspectiva católica. Essa obra projetou Frei Carlos como um relevante intelectual católico. De uma lado, ele soube entremear São Tomás de Aquino, os papas e a Bíblia, demonstrando o grau de amadurecimento da esquerda cristã, e de outro lado ele foi um dos precursores da Teologia da Libertação entre finais de 1960 e início de 1970, doutrina originada por teólogos latino-americanos, muito dos quais participaram da II CELAM, defenderam o ideal revolucionário e influenciaram a intelectualidade católica francesa. Tanto é assim que François Houtart e Émile Pin escreverem *A Igreja na revolução da América Latina*, lançado pela Duas Cidades em 1969 e traduzido por Jayme Leite de Godoy Camargo.

Ao longo de nossa exposição sobre o editor e a editora, mencionamos uma série de títulos traduzidos e editados pelo selo dominicano, muitos dos quais fizeram parte das coleções lançadas pela casa em seus quinze primeiros anos de funcionamento. Dos 90 títulos lançados nesse período, 54 fizeram parte das dez coleções publicadas entre 1955 e 1971. Essas compilações corroboraram a linha editorial de um estabelecimento religioso conduzido por um frade progressista, entusiasta das ideias reformadoras da Igreja Católica. Em certa medida, elas enunciam uma aposta do livreiro-editor nesses anos, principalmente por abordarem temas e problemas que imbricam questões terrenas e celestiais, abrindo caminhos para o público leitor conhecer um catolicismo renovador para aquela época.

Coleções religiosas da Livraria Duas Cidades (1955-1971)

Antes de apresentarmos as coleções publicadas pelo selo ainda pertencente à Ordem Dominicana, cabe algumas considerações em torno de uma editora que se especializou na feitura de coleções. Plínio Martins Filho é um editor brasileiro com larga experiência no universo livreiro, trabalhou na Perspectiva³⁶², na editora da Universidade de São Paulo e fundou a Ateliê Editorial em 1995. Depois de larga experiência no universo editorial, Martins Filho

³⁶¹ Ibid., p. 177.

³⁶² Iremos cotejar essa editora no quarto capítulo deste trabalho.

escreveu o texto “A relação produtor/editor”, publicado em *Livros, Editoras e Projetos*³⁶³, ocasião em que ele compartilhou sua experiência na Perspectiva e abordou as coleções como a grande aposta da casa. Para Martins Filho, a eleição das obras a serem publicadas é uma das tarefas mais difíceis para um editor. “[...] No Brasil, dentre a maioria das casas editoriais, há algumas que, mesmo visando ao lucro, conseguem selecionar títulos que contribuem para o aprimoramento intelectual do leitor e para o conhecimento de assuntos pertinentes ao país”³⁶⁴.

O autor argumenta que a edição de coleções foi uma decisão estratégica da Perspectiva, reforçando que este selo selecionava os títulos de diversas disciplinas e incluía-os em coleções. Segundo Martins Filho, estas podem atingir uma dupla função para os leitores, de um lado norteiam seus interesses intelectuais e de outro ordenam suas bibliotecas pessoais. As compilações também adquirem uma especificidade bibliográfica quando demarcam suas áreas temáticas, na medida em que possibilitam a consulta dos livros de uma editora a partir dos assuntos reunidos em coleções. “[...] Em geral, todas as coleções da Perspectiva, independentemente de seu formato e dos títulos nelas abrangidos, atendem, como já afirmamos, ao setor de formação e informação cultural, por meio de um material paradidático cuidadosamente selecionado”³⁶⁵. O autor afirma que uma editora não constrói seu catálogo apenas pela seleção dos manuscritos a serem editados e lançados no mercado livreiro, mas principalmente por meio de um planejamento cultural que orienta suas produções desde sua fundação, como foi o caso da Perspectiva a partir do final da década de 1960.

A fim de cumprir essa dimensão cultural, a casa optou por coleções elaboradas a partir de “[...] um projeto gráfico moderno, idealizado de forma que apenas duas ou três pessoas executem todo o processo de edição. [...] Nesse sentido, salientamos a vantagem de editar em coleções, porque cada coleção já tem seu projeto gráfico determinado”³⁶⁶. Para Martins Filho, o privilégio de possuir uma arte gráfica previamente concebida economiza o processo editorial e diminui os custos da produção, o que viabiliza um quadro de funcionários reduzido. Esses pressupostos dispensavam a contratação de um novo capista a cada livro lançado numa coleção da Perspectiva, cuja arte gráfica final era idêntica, apenas trocavam a cor de cada área temática.

O autor teceu outras considerações sobre as particularidades das coleções lançadas pela Perspectiva, as quais iremos examinar no quarto capítulo deste trabalho. Aqui interessa-nos averiguar os pontos de convergência e divergência entre a concepção das coleções da

³⁶³ FILHO, Plínio Martins. A Relação Produtor/Editor. In: FILHO, Plínio Martins (Org.). *Livros, Editoras e Projetos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997. p. 47-80.

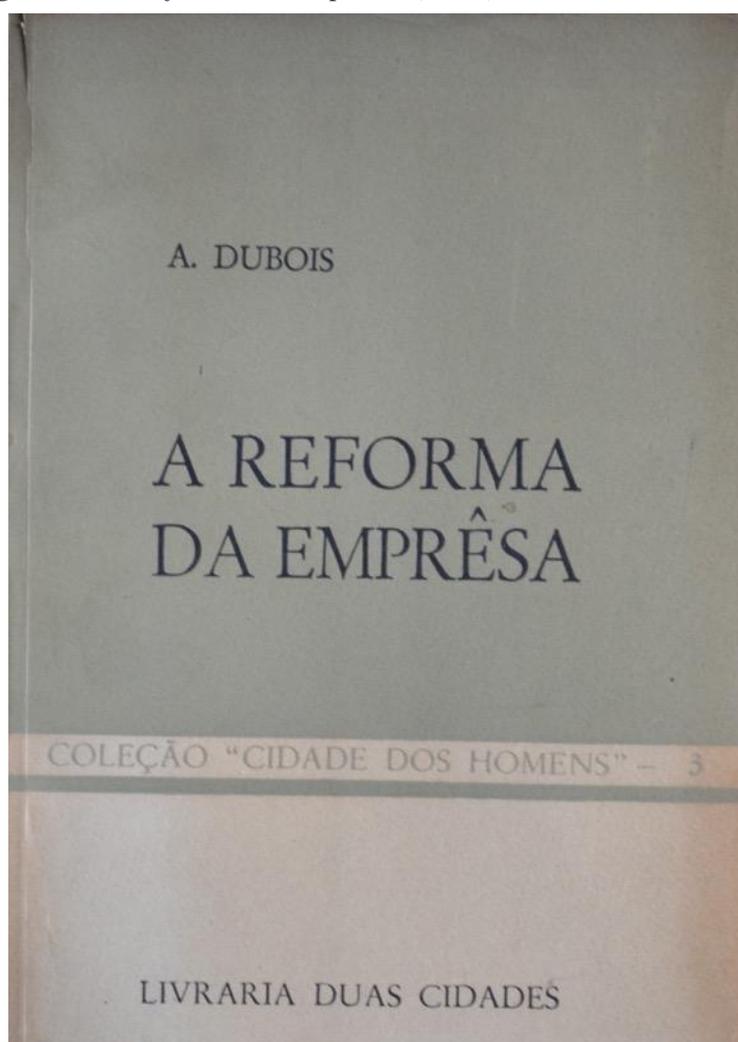
³⁶⁴ Ibid., p. 51.

³⁶⁵ Ibid., p. 52.

³⁶⁶ Ibid., p. 53.

Perspectiva e da Livraria Duas Cidades, duas casas que foram praticamente contemporâneas e localizadas na cidade de São Paulo. A primeira pensou as coleções a partir da definição de um projeto cultural pautado na formação e informação de leitores a partir de diferentes assuntos publicados por meio de livros paradidáticos. A segunda também forjou um projeto cultural em sua linha editorial, tanto nas edições dos livros avulsos quanto nas coleções, de modo que nos quinze primeiros anos ocorreu a edição de obras relacionadas à formação e informação de assuntos religiosos que se imiscuíam aos temas terrenos, caracterizando suas coleções por meio de uma arte gráfica previamente definida para cada compilação, muitas das quais eram semelhante às edições francesas. Diferente da Perspectiva, a Duas Cidades não teve muitos títulos publicados em coleções e tampouco adotou essa estratégia como forma de reduzir os custos e o tempo editorial, mas ambas traçaram suas coleções como um meio de aprimorar, orientar e formar intelectualmente as leitoras e os leitores em determinadas áreas temáticas.

Figura 19. *A reforma da empresa* (1964), de Alexandre Dubois



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Nessa linha de considerações, propomos examinar as coleções editadas pela Livraria Duas Cidades de 1955 a 1971 partindo das seguintes proposições: o estilo visual de cada coleção; os filões que as coleções inauguraram no catálogo do selo e verificando se permaneceram ao longo dos anos; as prováveis apostas do editor para cada coleção e se essas eram semelhantes ou destoantes dos títulos lançados fora das coleções; a quantidade de autores nacionais e estrangeiros; as obras de prestígio cultural alocadas nas coleções; e o conjunto de coleções da Duas Cidades como um meio de avaliar a posição dos gêneros temáticos e a estratégia do projeto cultural religioso levado a cabo nesses anos.

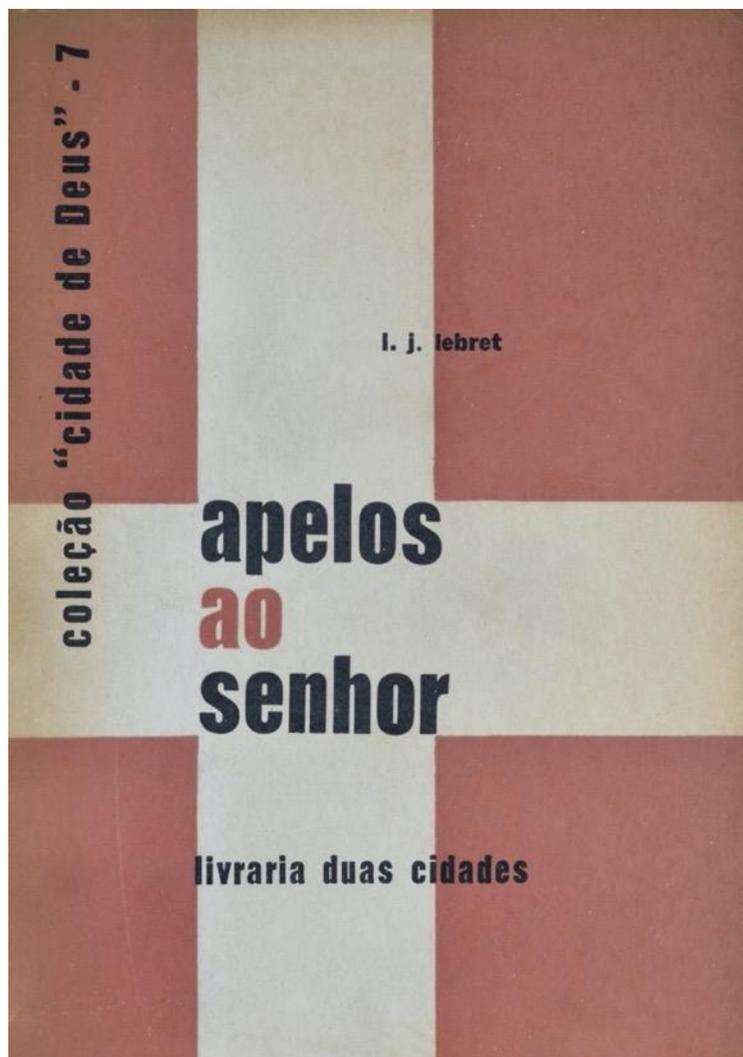
A coleção “Cidade dos Homens” nomeia a primeira coleção lançada pela casa. Seguindo o mesmo padrão visual (alterando apenas as cores das capas), e com apenas 3 títulos em seu conjunto, os dois primeiros foram publicados em 1959, *Princípios para a ação*, de Louis-Joseph Lebret, e *O cristão e a cidade*, de Edgard de Godói da Mata Machado. Em 1964 publicou-se *A reforma da empresa* (ver figura 19), de Alexandre Dubois, a derradeira obra dessa breve compilação, que demarcou as questões terrenas no catálogo por intermédio da Economia e Humanismo, presente no primeiro e terceiro títulos escritos por autores franceses publicados pela Éditions Ouvrières, e da reflexão religiosa sobre a vida de um cristão na urbe, redigido por um autor brasileiro.

“Cidade de Deus” foi a segunda coleção da Livraria Duas Cidades, a maior produzida pela editora nesse período. Dos 10 títulos³⁶⁷ publicados nessa coleção entre 1959 e 1968, todos eram de autores religiosos franceses e seis foram editados a partir da aquisição dos direitos de tradução da Éditions Ouvrières. Este foi o caso dos três primeiros: *Construir a Igreja* (1959), de Thomas Suavet; *Dimensões da Caridade* (1960), de L. J. Lebret; e *Renovar o exame de consciência* (1960), de T. Suavet e L. J. Lebret. Enquanto o quarto título, *A doutrina espiritual do evangelho* (1960), de B. M. Chevignard, era proveniente da Éditions du Cerf, o quinto, *A espiritualidade em plena vida* (1962), de T. Suavet, o sexto, *Rumos de um catolicismo evangélico* (1962), de René Girault, e o sétimo, *Apelos ao senhor* (1963), de Lebret (ver figura 20), eram das Éditions Ouvrières. Já o oitavo, *Problemas da vida espiritual* (1963), de Yves Montcheuil, e o décimo, *Ação e vida cristã* (1968), de M. A. Levassor, eram das Éditions l'Épi. A alusão ao crucifixo utilizado nas capas foi o padrão visual que se repetiu em todos os livros

³⁶⁷ Chamamos atenção para o fato de que não conseguimos identificar o nono livro dessa coleção. Como já dissemos, a reconstrução do catálogo da editora partiu do documento nomeado “quadro cronológico das edições da livraria” e da consulta que fizemos no acervo da Duas Cidades, localizado em Ibitinga. Como o documento não menciona as coleções, nós as reconstruímos pela consulta da biblioteca de livros da editora, que possui ao menos um exemplar de quase todos os títulos publicados. Supomos, assim, que o nono livro da coleção “Cidade de Deus” foi algum livro reeditado fora da coleção, e provavelmente tivemos acesso à obra reeditada fora da coleção, não nos permitindo identificar qual seria o nono livro dessa compilação.

dessa coleção, embora cada título tenha sido identificado com cores específicas e numeração nas capas e lombadas.

Figura 20. *Apelos ao senhor* (1963), de L. J. Lebret

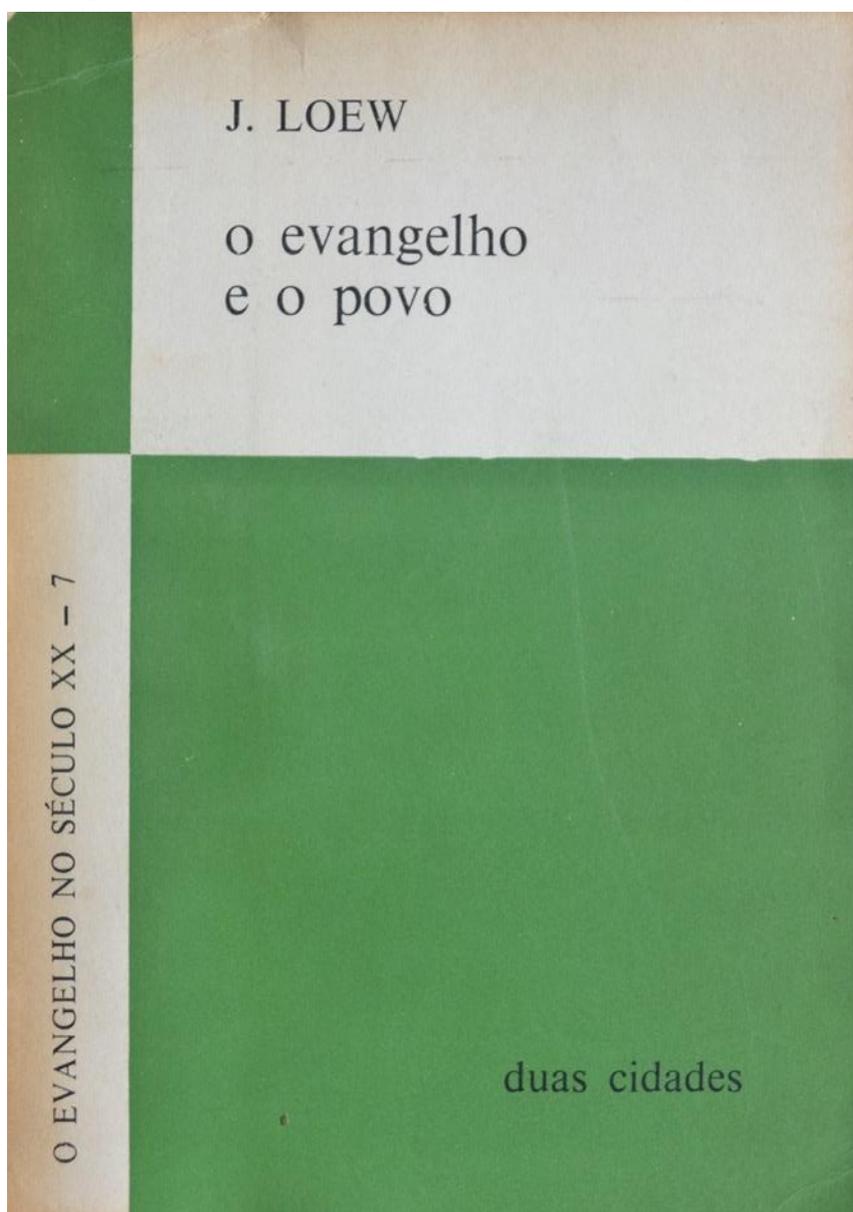


Fonte: fotografias extraídas pelo autor

A terceira coleção, “O Evangelho no Século XX”, abrigou 8 livros e propôs uma investigação contemporânea do Evangelho na centúria passada. Desse conjunto, 6 livros são de autores franceses – metade dos quais tiveram os direitos de tradução adquiridos da Éditions du Cerf, dois da Éditions Ouvrières e um da Éditions l’Épi – e 2 são de autores brasileiros. A *juventude, o evangelho e a igreja* (1961), de Pierre-André Liégé, foi o título inaugural da coleção, que seguiu com *Construir o homem e o mundo* (1961), de Michel Quoist, e depois com *As exigências do reino de Deus* (1962), de Yves de Montcheuil. Os autores brasileiros são publicados no quarto e quinto títulos, *Cristianismo e Juventude* (1963), de Frei André Muniz

de Rezende, e *Crônicas do reino de Deus* (1963), de Frei Lucas Moreira Neves. Os três títulos restantes são *O evangelho e o povo: missão operária* (1967), de Jacques Loew (ver figura 21), *Panorama espiritual da atualidade* (1967), de Albert-Marie Besnard, e *Povo de Deus no Mundo* (1969), de Marie-Dominique Chenu. É interessante notar que essa coleção estava em compasso com muitos dos anseios previstos no decênio de 1960, propondo discussões inovadoras sobre o cristão, a Igreja, a juventude e o operariado católico. Alguns desses autores foram importantes teólogos e doutrinadores dominicanos, participaram do Concílio Vaticano II e da Economia e Humanismo. No que diz respeito às capas, esta coleção seguiu um padrão visual representado por blocos geométricos realçados pelas diferentes cores de cada título.

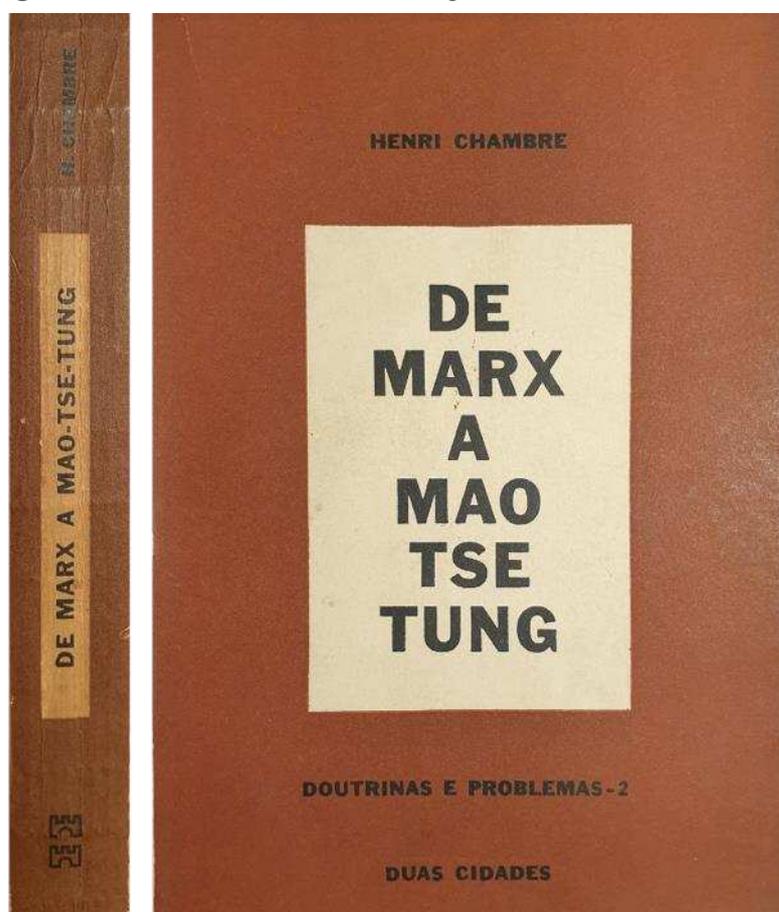
Figura 21. *O evangelho e o povo* (1967), de Jacques Loew



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

A quarta coleção também contemplou 8 títulos em seu conjunto e foi a única coleção desse período que mencionou o nome do coordenador. “Doutrinas e Problemas” era o título dessa compilação dirigida por Frei Benevenuto de Santa Cruz, a qual foi peculiar não apenas na imbricação dos temas tratados, mas também na diversidade de autores estrangeiros (oriundos da França e de outros países) e na identidade visual, que somente não se manteve a mesma porque o primeiro título, *Sociologia e Religião* (1962), de Alain Birou, foi o único em que os direitos autorais foram adquiridos da Éditions Ouvrières e a capa destoou das sete restantes.

Figura 22. *De Marx a Mao Tse-tung* (1963), de Henri Chambre



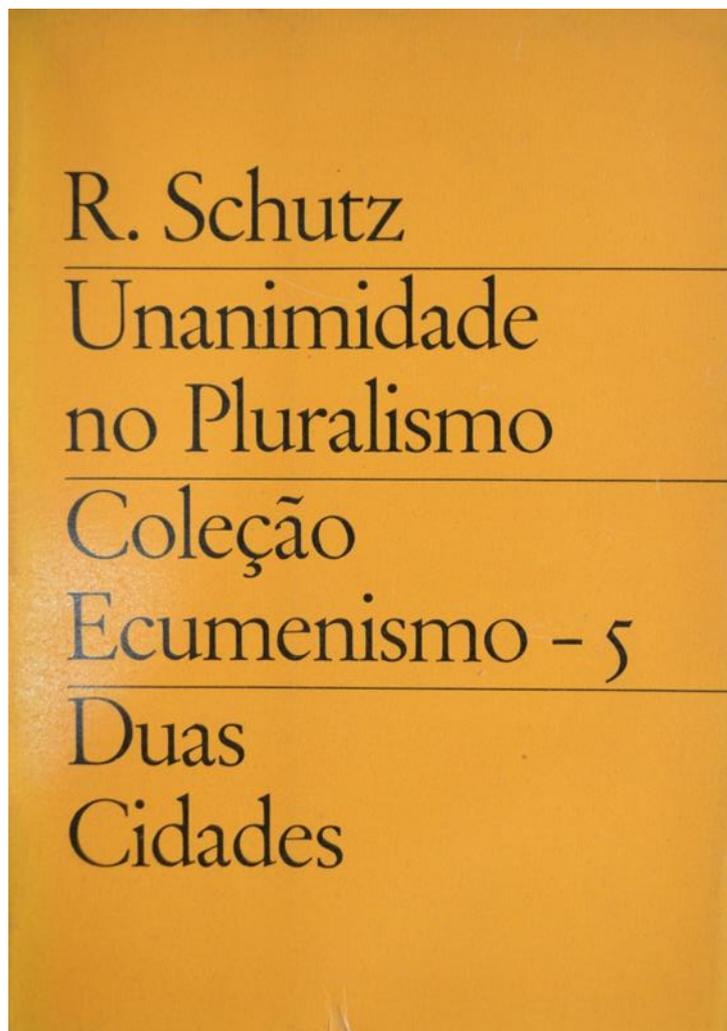
Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Se o primeiro livro propunha uma interface da religião com a sociologia, o segundo, *De Marx a Mao Tse-Tung* (1963), de Henri Chambre, promovia um diálogo da religião com a política. Foi na lombada desta obra que pela primeira vez apareceu o moderno logotipo da Livraria Duas Cidades (ver figura 22), com duas torres sobrepostas a representar as cidades de Deus e dos homens, criado pelo arquiteto e designer Ludovico Martino, em 1963³⁶⁸. O terceiro

³⁶⁸ MASSI, Augusto., *op. cit.*, 1992, p. 25.

título, *A estrutura social: teoria e método* (1963), do filósofo espanhol Julián Marías, era da área de sociologia e foi prefaciado por Gilberto Freyre. Já o quarto, *Do direito natural à sociologia* (1963), do belga Jacques Leclercq, trafegou entre a filosofia do direito e a sociologia, e o quinto, *As classes sociais* (1964), de Émile Pin, vinculado à área de sociologia. A história se fez presente no sexto livro, *Nação e Nacionalismo* (1965), do padre belga José Comblin, que veio ao Brasil nos anos 1960, foi expulso do país em 1968³⁶⁹ pela ditadura civil-militar, depois retornou e aqui ficou até o fim da vida, sendo um dos idealizadores da Teologia da Libertação. *Ética e desenvolvimento* (1966), do norte-americano Deni A. Goulet, que pertencia ao movimento Economia e Humanismo, foi o sétimo título; e *Ética e Política* (1967), do filósofo espanhol José Luis Aranguren, fechou a coleção.

Figura 23. *Unidade no pluralismo* (1967), de Roger Schutz

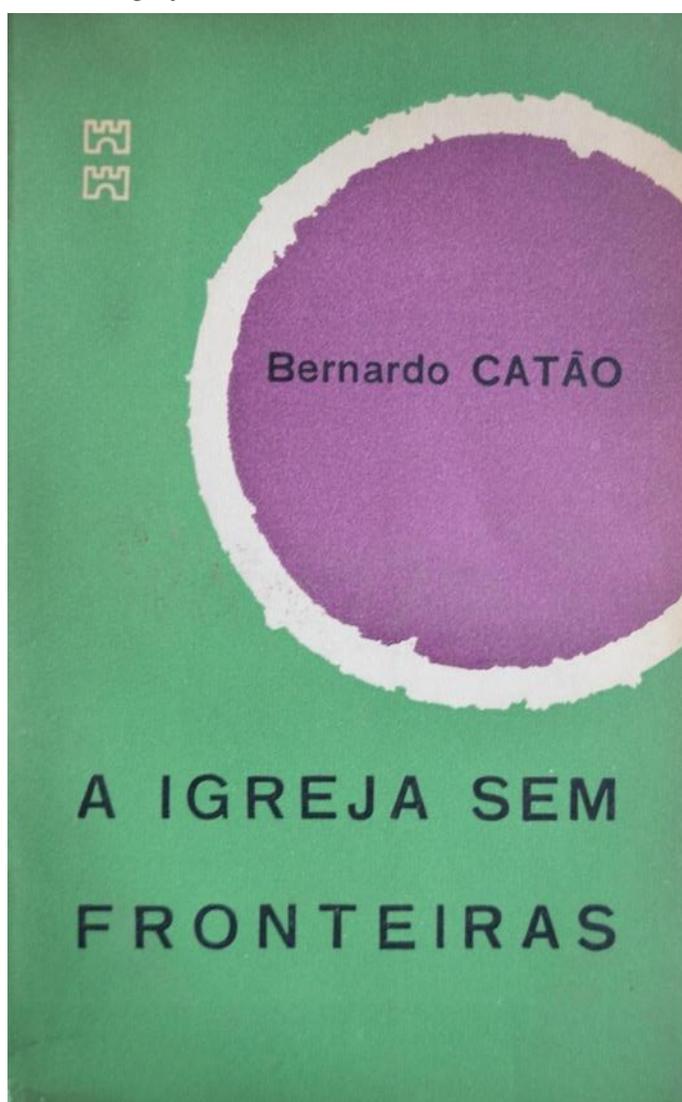


Fonte: fotografias extraídas pelo autor

³⁶⁹ BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 91.

“Ecumenismo” foi a quinta coleção do selo dominicano e abarcou 5 títulos de identidade visual idêntica, apesar de as cores terem sido alteradas em cada capa. Havia dois autores religiosos suíços na coleção, sendo que apenas o primeiro, *O homem moderno e a vida espiritual* (1963), era de Max Thurian e os direitos de tradução da Éditions l’Épi, enquanto os quatro restantes, *Viver o momento de Deus* (1963), *Dinâmica do provisório* (1967), *Unidade, esperança de vida* (1967) e *Unidade no Pluralismo* (1967, ver figura 23), foram escritos por Roger Schtuz e os direitos de tradução foram adquiridos de Les Presses de Taizé.

Figura 24. *A Igreja sem Fronteiras* (1965), de Bernardo Catão



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

A Igreja sem Fronteiras (1965, ver figura 24), de Bernardo Catão, é o título inaugural da coleção homônima, a sexta da Livraria Duas Cidades. Esta coleção publicou quatro títulos, sendo que os três primeiros eram de autores brasileiros, obras que comprovam a abertura do

livreiro-editor para o lançamento de livros que representavam o pensamento de vanguarda dos religiosos católicos o país. Essa percepção também pode ser constatada na segunda obra, *A pregação na renovação da Igreja* (1965), de Ivo Zanlorenzi, e na terceira, *À procura do espírito conciliar* (1967), de A. A. Andrey. A quarta, *Diálogo com Ateus* (1969), de Michel Lelong, é mais uma evidência da abertura da casa para uma reflexão contemporânea e condizente com o catolicismo progressista defendido por Frei Benevenuto e diversos padres, sacerdotes e bispos da América Latina e da Europa. Essa compilação não foi inovadora apenas no conteúdo, mas também na materialidade dos títulos impressos como “livros de bolso”.

Figura 25. *A tradição bíblica* (1968), de Georges Auzou

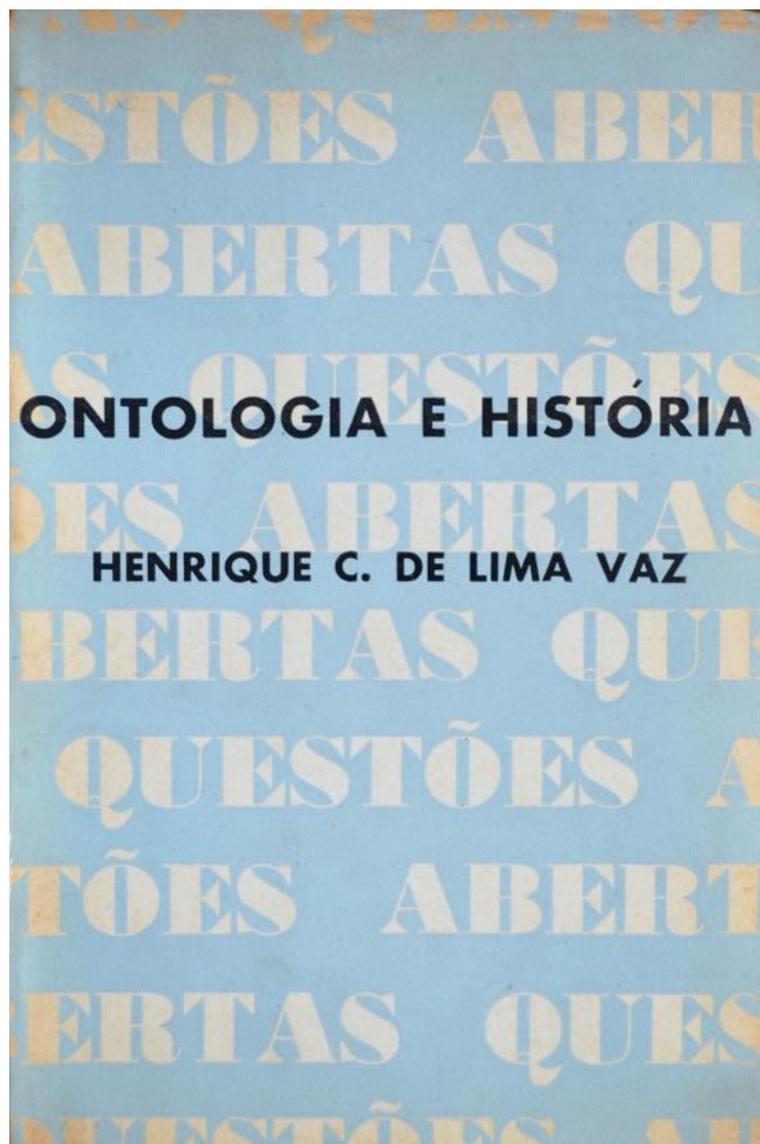


Fonte: fotografias extraídas pelo autor

A sétima coleção abarcou 4 títulos e foi nomeada como “Palavra de Deus”. Enquanto o segundo, *O evangelho da unidade e do amor* (1966), e o terceiro, *O sermão da montanha* (1968), eram livros de Frei Carlos Josaphat, o primeiro, *A palavra de Deus* (1967), e o quarto

(ver figura 25), *A tradição Bíblica* (1971), eram livros do biblista francês Georges Auzou, com os direitos de tradução adquiridos da Éditions de l'Orante. Em relação ao aspecto visual, a derradeira capa dessa coleção divergiu das três primeiras, tanto pelo fato de conseguirmos identificar o nome da capista Yasuko Tominaga nas páginas iniciais, como também pelo grande crucifício formado em *pixels*, divergindo da imagem abstrata presente na capa dos outros títulos.

Figura 26. *Ontologia e História* (1968), de Henrique C. de Lima Vaz

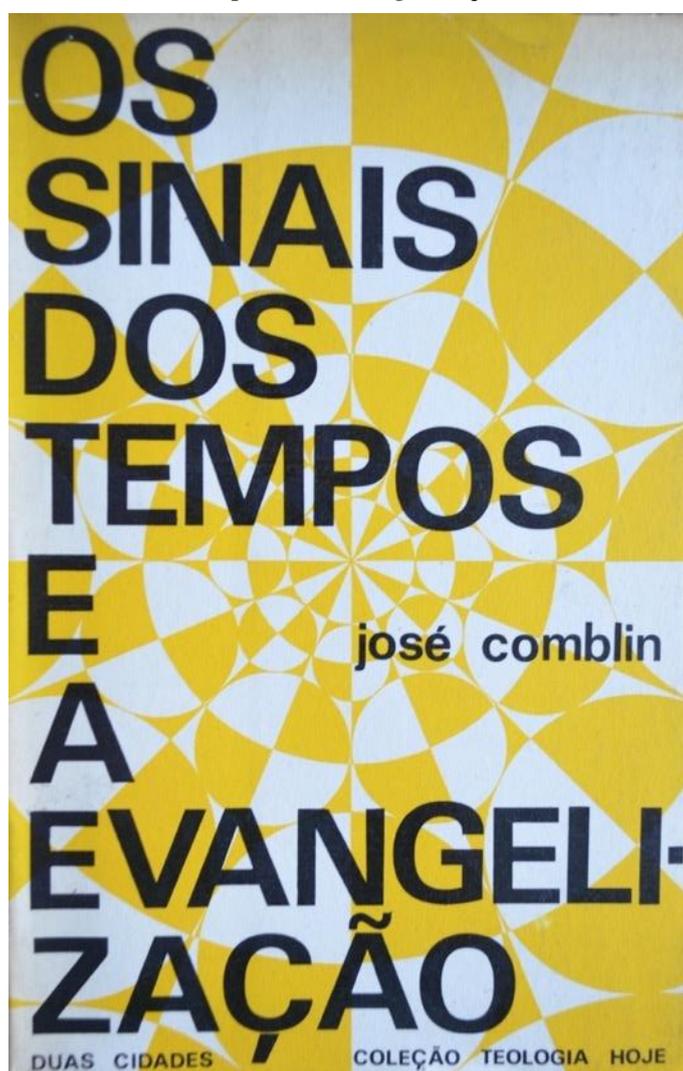


Fonte: fotografias extraídas pelo autor

“Questões Abertas” foi a oitava coleção lançada pelo selo dominicano e contemplou 5 títulos em seu conjunto, todos lançados em 1968. Esta é mais uma coleção da editora a promover o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, da Filosofia à História, passando pela Sociologia, Economia e Humanismo e Filosofia da Religião, temas tratados por um autor

brasileiro e quatro franceses. *Ontologia e História* (ver figura 26), de Henrique C. de Lima Vaz foi a obra inaugural da coleção, seguida por *A Arte da Conjectura*, de Bertrand Jouvenel (autor da Éditions du Rocher), *História e Mistério*, de Jean Lacroix (autor da Éditions Casterman), *A civilização e o átomo*, de Dominique Dubarle (autor da Éditions du Cerf), e *Diálogo com Teilhard de Chardin*, de Oliver A. Rabut (também da Cerf). O projeto gráfico manteve-se do primeiro ao último número, com o nome da coleção ao fundo e uma cor específica para cada uma das capas dos cinco títulos publicados.

Figura 27. *Os sinais dos tempos e a evangelização* (1969), de José Comblin



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Enquanto a décima coleção, “Religião e Sociedade”, lançou apenas um título, *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo* (1969), de Beatriz Muniz de Souza, a nona coleção, “Teologia Hoje”, abrigou 6 livros exclusivos da área de religião e apresentou as capas

assinadas por Yasuko Tominaga, as quais simulavam um caleidoscópio em todos os títulos publicados. A compilação principiou com *Estudos sobre a ceia do senhor* (1968), do suíço Jean-Jacques Von Allen (autor da Delachaux et Niestlé); o segundo foi *Os sinais dos tempos e evangelização* (1969), de José Comblin (ver figura 27), o terceiro, *Novas fronteiras da teologia* (1969), escrito pelos franceses André Dumas, Jean Bosc e Maurice Carrez (originalmente publicado pela revista *Foi et Vie*, n. 3, 1966, de Paris), o quarto, *Futuro da Teologia* (1970), redigido por diversos autores e o direito de tradução adquirido da Éditions du Cerf, o penúltimo, *Quem é teu Deus?* (1970), do francês Jacques Durandeaux (autor da Desclée de Brouwer), e *A Secularização* (1971), de Hubert Lepargneur, encerrou a coleção.

As dez primeiras coleções da Livraria Duas Cidades são uma síntese do projeto editorial levado a cabo por Frei Benevenuto de Santa Cruz entre 1955 e 1971. Sob sua coordenação, a editora difundiu um pensamento religioso renovador, oferecendo aos leitores obras teológicas e filosóficas que ofereciam novos atalhos do pensamento católico, auxiliando-os a interpretar o país que estavam vivendo por meio de livros com características divinas e seculares. Nesse período, a grande maioria dos autores das coleções e dos títulos avulsos eram franceses, embora ele tenha cedido espaço para jovens frades, teólogos e leigos brasileiros, os quais propunham uma doutrina cristã vanguardista e compatível aos temas nacionais, questionadora das disparidades sociais e do movimento conversador brasileiro em direção à ruptura constitucional. Ainda que a grande maioria dos livros publicados nessa época tenham sido preferencialmente dedicadas ao âmbito religioso, as coleções propuseram uma linha de reflexão que discutia os paradigmas vigentes na Igreja Católica e nos setores conservadores do clero, razão pela qual a casa editou títulos e coleções em compasso com o Concílio Vaticano II e a II CELAM, o que em nossa opinião forçou os outros selos católicos do Brasil a repensarem seus respectivos catálogos. Defendemos, assim, que as publicações religiosas da Duas Cidades foram precursoras da propagação de um pensamento católico progressista, na medida em que os livros lançados pelo selo dominicano instigou editoras como a Vozes, a Paulinas e outras que ampliaram o leque de seus catálogos para uma teologia condizente com os temas e problemas colocados pelas alas reformadas do catolicismo.

A Livraria Duas Cidades também foi ousada na linguagem das capas produzidas nesse interregno religioso. Embora apenas alguns livros publicados nesse período tenham divulgado o nome dos capistas, conseguimos ao menos identificar um padrão visual semelhante às edições religiosas francesas, algumas, inclusive, representavam a predileção do livreiro-editor por capas constituídas apenas por letras, como em *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?*, produzida por

Mira Schendel. A propósito, Santa Cruz não poupou esforços para convidar artistas de renome, como Fernando Lemos, que elaborou a capa de *Poemas para rezar*.

A noção de intelectual mediador é compatível com as ações levadas a cabo pelo livreiro-editor dominicano. Esse tipo de intelectual assume diversas funções e posições no decorrer “[...] de sua trajetória profissional, [...] ou pode ser ‘mediador’ em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga”³⁷⁰. Frei Benevenuto fez um grande esforço para se especializar, primeiro, em Filosofia e Teologia, mas depois aprendeu as ferramentas da Economia, da Geografia, da Sociologia e da teoria lebreteana quando esteve no grupo EH e na SAGMACS, ao passo que foi aprendendo a dinâmica do mercado livreiro com o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e os preceitos do universo editorial com a Edições SAL, além de sua predileção pelas artes em geral.

Foi no trânsito dessas experiências profissionais, educacionais e culturais que ele edificou uma sociabilidade³⁷¹ com grupos políticos e intelectuais do Brasil e da França. Seu percurso intelectual e profissional lhe colocou em contato com as editoras religiosas francesas e com intelectuais cristão deste país, possibilitando-o importar e traduzir as obras desses autores para a Livraria Duas Cidades, colocando à disposição do público leitor uma literatura cristã de ponta, em certos casos vanguardista e de esquerda, em outros renovadora da teologia. Essa sociabilidade foi elementar para ele viajar o país coordenando os projetos da SAGMACS, conversando com os jucistas de diversas regiões, conhecendo autoridades políticas e religiosas, e expondo suas conferências e palestras. A militância do frade o levou a conhecer padres brasileiros que estavam elaborando uma doutrina em compasso com as disputas sociais e políticas daquela época, a exemplo de Frei Carlos Josaphat, de José Comblin, de Henrique C. Lima Vaz, de Frei Mateus Rocha, entre outros.

Na fase religiosa da casa, Santa Cruz conseguiu traçar um programa editorial de importância cultural e política. Nessa ocasião, as obras difundiram ideias e práticas que atingiram amplos grupos sociais, tanto pelas altas tiragens de muitas de suas obras como pelo impacto que elas proporcionaram nos jucistas, em alguns padres e sacerdotes, nos bispos progressistas e nos leigos católicos, militantes da Ação Popular, da Ação Católica, ou simplesmente cristãos que liam os livros de Lebrete, Mounier, Chenu, ou até mesmo de Quoy para definirem sua ação. Muitos dos livros publicados por Frei Benevenuto nesses anos

³⁷⁰ GOMES, Angela de Casto Gomes; HANSEN, Patricia Santos., *op. cit.*, 2016, p. 22.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 24.

demonstram as estratégias que ele utilizou para colocar em prática um projeto cultural religioso que circulou entre variados grupos sociais.

Nessa linha de considerações, Frei Benevenuto edificou um projeto cultural católico ao conciliar suas origens nordestinas com uma formação intelectual francesa. Foi diretor do movimento Economia e Humanismo no Brasil, ocasião em que estreitou suas relações com o padre Lebret e os leigos católicos do campo político, cultural, intelectual e industrial da cidade de São Paulo e do Brasil. Esses contatos gerou uma rede de sociabilidades que lhe permitiu atuar em um espaço privilegiado, onde ele pôde desenvolver e mediar ações culturais que também tiveram impacto políticos na sociedade, a exemplo de sua participação na comissão organizadora do IV Centenário da cidade de São Paulo, no conselho administrativo da II Bienal, nos projetos desenvolvidos sob a liderança de padre Lebret e sobretudo no projeto editorial que ele conduziu praticamente sozinho, sem jamais ter sido atendido pela Ordem Dominicana na composição de um comitê editorial para as publicações da casa. Podemos considerar que ele foi, de fato, um intelectual mediador³⁷² capaz de atuar não apenas com públicos especializados na área da arte sacra, da intelectualidade universitária ou religiosa, mas também participando de eventos voltados a grandes públicos ou lançado livros que se espalharam pelo território nacional, a exemplo das obras de Michel Quoist.

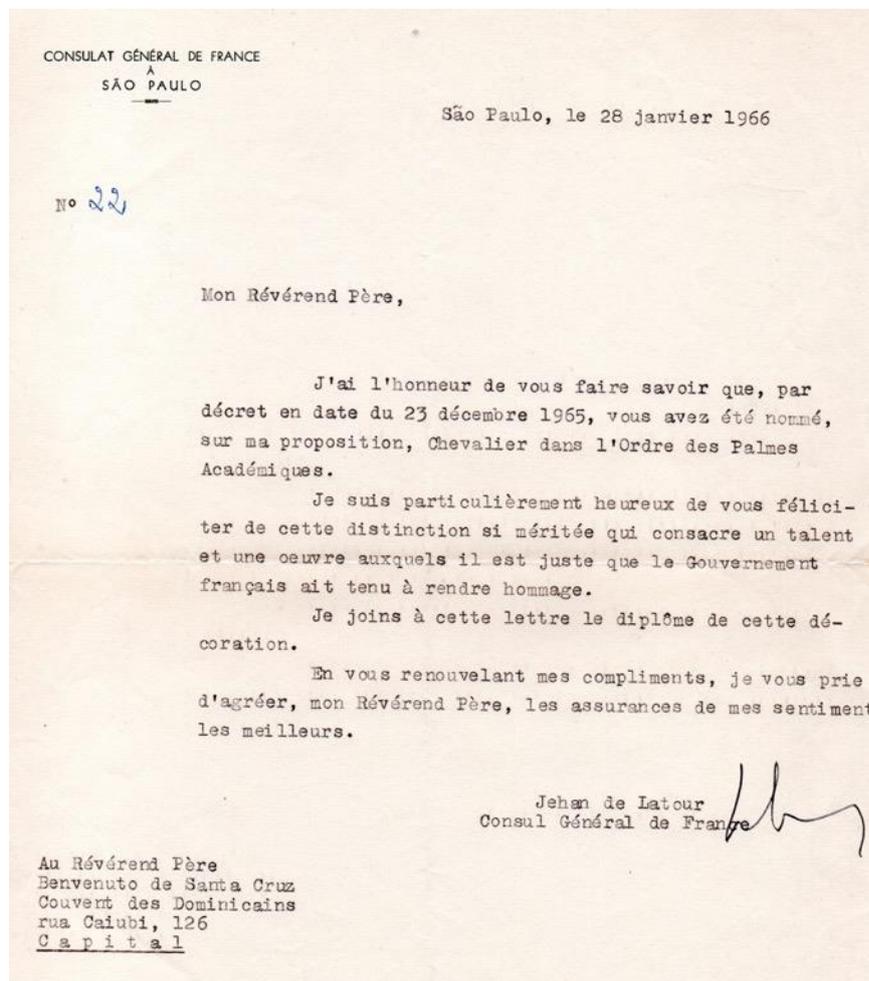
A ligação afetiva, cultural e educacional do livreiro-editor com a França foi fulcral para o desenvolvimento da livraria e editora. O frade passou parte de sua juventude no convento de Saint-Maximin, retornou ao país em 1948 para o ser formado pelo movimento EH e sempre retornou ao país tanto para visitar amigos, conseguir os direitos de tradução de algumas obras ou condições especiais para importação dos livros. Essa ligação reverberou no trabalho em EH, na relação com o padre Lebret, no curso de arte sacra, na exposição francesa de arte religiosa e nos livros importados e editados pela Duas Cidades. Não por acaso, o cônsul geral da França em São Paulo enviou uma carta a Frei Benevenuto no dia 28 de janeiro de 1966 (ver figura 28), na qual informou que o religioso recebeu o *Chevalier dans l'Ordre des Palmes Académiques*, premiação que homenageia os divulgadores da cultura francesa. Por meio do decreto de 23 de dezembro de 1965, Christian Fouchet (então Ministro da Educação da França), concedeu a distinção ao frade pelos relevantes serviços que ele prestou à cultura francesa³⁷³. Em 03 de novembro de 1967, a cerimônia do galardão ocorreu na Aliança Francesa de São Paulo, onde Jean de Latour, “[...] fez a entrega da condecoração de ‘Cavaleiro das Artes e das Letras’ a Frei Benevenuto de Santa Cruz, O. P., diretor da Livraria Duas Cidades. O cônsul e o agraciado

³⁷² Ibid., p. 21.

³⁷³ O diploma do prêmio encontra-se disponível no acervo de José Petronilo de Santa Cruz e Livraria Duas Cidades.

falaram no ato, ressaltando o papel da França na renovação religiosa [...]”³⁷⁴. A casa dominicana aproveitou a ocasião para organizar uma exposição de livros religiosos franceses, apresentando os títulos do selo dominicano e de 40 editoras da França.

Figura 28. Carta de Jean de Latour a Frei Benevenuto de Santa Cruz



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

O relacionamento do livreiro-editor com alguns autores francófonos foi crucial nos momentos obnubilados que o estabelecimento enfrentou. As obras de Quoist foram primordiais para manter a saúde financeira da casa minimamente suportável em 1969 e 1970. Na carta que Frei Benevenuto enviou ao autor em 17 de dezembro de 1970, ele não explicou os reais motivos das dificuldades que a casa enfrentava naqueles anos de chumbo, mas no próximo capítulo nos dedicaremos a investigar como a ditadura civil-militar empurrou Santa Cruz para abandonar a vida religiosa e quase decretou o fim da Livraria Duas Cidades.

³⁷⁴ INAUGURADA exposição de livros. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abril. 1967. p. 9.

3. A DITADURA INVADIU A LIVRARIA

São Paulo, 8 de novembro de 1968.

Exmo. Senhor Delegado,

Gostaria de chamar vossa atenção para um detalhe que certamente não é do conhecimento das autoridades e que eu, por causa de minhas informações pude apurar, como segue: [...] Estas informações que julgo úteis ao seu trabalho de preservar a ordem política e social no Brasil, e espero que tome enérgicas providências para coibir tais investidas contra a democracia nesta terra. Faltou mencionar ainda outro foco de subversão onde são feitas reuniões secretas: Livraria Duas Cidades na rua Bento Freitas, próxima à Praça da República, dirigida por frades especialmente treinados em técnicas de comunização, na França.

Teófilo Andrade Marcondes¹

¹ Nome fictício de um denunciante, em informe ao serviço secreto da Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Documento consultado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. DOPS/SP – 50G – 1 – 175.

O golpe civil-militar arruinou a democracia do país, mudou a vida de milhares de pessoas, bateu à porta da Ordem Dominicana, esvaziou os projetos da SAGMACS e invadiu a Livraria Duas Cidades. A fim de destrinchar as consequências da violência provocada contra a empresa, os funcionários e o livreiro-editor, o percurso delineado neste capítulo vai desde a representatividade e a interlocução que os dominicanos conquistaram na sociedade civil até a atuação dessa congregação na defesa dos religiosos que foram perseguidos e torturados por terem se empenhado na luta contra a ditadura. Entre eles estavam os Freis Fernando de Brito e Maurício, ambos funcionários da casa cultural dirigida por Santa Cruz, o primeiro trabalhou no setor editorial e o segundo na área contábil do estabelecimento.

Compreender o trabalho que esses religiosos cumpriam na empresa e o engajamento que eles desempenharam nos grupos opositores ao regime é o percurso que traçamos para investigar a sucessão de episódios que levou o DOPS a invadir a Livraria Duas Cidades. Partindo dessa premissa, iremos cotejar os motivos pelos quais o DOPS assassinou Carlos Marighella, então líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) e responsável por contatar Frei Fernando de Brito por intermédio de ligações que fazia ao telefone da casa. O homicídio do líder comunista e o envolvimento de frades com a ALN provocou uma hecatombe na congregação dos pregadores, na empresa e na vida do livreiro-editor dominicano, intimado para prestar esclarecimentos no DOPS, fichado e perseguido pela polícia política.

A fim de examinarmos o impacto desse episódio na história da Livraria Duas Cidades e na trajetória pessoal e profissional de Santa Cruz, procuramos circunscrever o assassinato no âmbito das atividades levadas a cabo pela Ação Católica e pela relação que o diretor da empresa estabeleceu com os dois frades dominicanos e com o público universitário católico e secular. Guiamos, assim, a tessitura deste capítulo a partir de três pistas. A primeira delas foi a atuação dos dois religiosos na casa cultural, a relação que eles estabeleceram com a ALN e a perseguição dos agentes policiais que os levaram à prisão. A segunda tem a ver com a relação entre DOPS, Carlos Marighella e o grampo no telefone da livraria, o que nos conduz à terceira pista: o interrogatório e o fichamento de Santa Cruz na polícia militar de São Paulo, a entrada de Humberto Pereira (então Frei Patrício) no lugar de Frei Fernando, os desentendimentos de Frei Benevenuto com a Ordem dos Pregadores e seu pedido de ex-clausuração enviado à Santa Sé.

Mediante a análise dessas pistas, o roteiro descrito para o terceiro capítulo tem o propósito de refletir em que medida as circunstâncias políticas e as ações da congregação dominicana resultaram no ponto de viragem promovido pelo livreiro-editor, instigando-o a abandonar a vida religiosa e a diversificar as áreas temáticas dos livros importados e editados, ao mesmo tempo que iniciava uma longa disputa com a Ordem para se tornar sócio majoritário da Duas Cidades.

Os funcionários religiosos da empresa presos pelo regime civil-militar

Fernando Mateus de Brito (1936-2019) e João Antonio Caldas Valença (1940-) eram os nomes civis do Frei Timóteo e Frei Maurício. O mineiro Fernando nasceu na cidade de Visconde do Rio Branco, e o pernambucano João nasceu na cidade de Garanhuns. Ambos² estimularam a vocação religiosa na juventude, fase que ingressaram na Ação Católica e conheceram a verve entusiástica de Frei Mateus Rocha. O primeiro iniciou o percurso dominicano aos 21 anos de idade, quando foi para a capital mineira, cumpriu a etapa da vestição em 1957 (escolhendo o nome religioso de Frei Timóteo, depois adotando Frei Fernando) e a profissão temporária em 1958, ano que se mudou para São Paulo, concluiu a profissão solene, tornou-se padre dominicano em dezembro de 1963 e concluiu o curso de Filosofia e Teologia no convento das Perdizes. O segundo ingressou na congregação dominicana aos 20 anos de idade, quando foi para Belo Horizonte, realizou a vestição em 1960 (escolhendo o nome religioso de Frei Maurício) e a profissão temporária em 1961, ano em que foi para a capital paulista, residiu no Convento Santo Alberto Magno, concluiu o curso de Filosofia e Teologia, a profissão solene e o sacerdócio em 1965. Enquanto Frei Fernando foi padre até o fim da vida, realizando diversas atividades para além de ter sido editor da Duas Cidades e responsável pela Escola Apostólica dos Dominicanos, Frei Maurício manteve-se na vida religiosa como bibliotecário do estudantado e do convento das Perdizes, e depois como funcionário da área contábil da editora até 1969, quando pediu para aposentar a batina com a finalidade de trabalhar na editora Abril.

Os dois dominicanos eram de uma geração anterior à de Frei Benevenuto. Eles ingressaram na congregação dos pregadores numa fase em que ela era reconhecida e notada pelos setores ilustrados, produtivos e operários das grandes cidades brasileiras, num período em que a Ordem começou o diálogo com as forças dirigentes do campo e da cidade, estreitando a relação com as elites industriais, os movimentos sociais, as camadas estudantis e universitárias do laicato católico. Como vimos nos capítulos anteriores, foi nessa quadra histórica que a Ação Católica liderou as alas progressistas da Igreja, tendo nos dominicanos uma das forças mais expressivas do catolicismo na luta por uma sociedade mais justa e solidária. Os Freis Fernando e Maurício se somaram a outros pregadores dessa geração que vivenciaram uma ordenação progressivamente aberta aos desígnios de Maritain, Lebreton, Mounier, Chenu e tantos outros teólogos e intelectuais cristãos que alimentavam um pensamento católico renovador, cujo enfoque enfrentava os dramas terrenos vigentes naquela época. Temos de ter em mente que

² Dados biográficos extraídos do Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pastas dos Freis Fernando e Maurício.

investigar o trabalho dos frades na Livraria Duas Cidades envolve compreender o contexto em que eles ingressaram na Ordem, iniciaram suas atividades no estabelecimento dominicano a pedido de seus superiores, foram contrários ao golpe civil-militar e depois foram perseguidos, presos e torturados pelos agentes do DOPS.

Entre finais dos anos 1950 e início de 1960, Timóteo, João e outros jovens católicos foram para a capital mineira e conheceram o inovador trabalho de Frei Mateus Rocha à frente da JEC, religioso que dialogava com a juventude sobre as reformas imprescindíveis para o país, a independência da mulher nas universidades e outros assuntos que corroboram a vanguarda dos pregadores na Igreja daqueles anos. João Antonio militou na Ação Católica do Nordeste, exerceu a direção latino-americana da JEC em meados dos anos 1950, em 1958 trabalhou com Dom Helder Câmara no Rio de Janeiro e depois iniciou sua formação religiosa em Belo Horizonte, principiando o percurso religioso ao lado do então Frei Patrício e de outros noviços. Já Frei Fernando foi para a capital mineira cursar o colegial, aproximou-se da Ordem dos Franciscanos, mas se encantou pelos dominicanos por meio do trabalho desenvolvido por Frei Mateus, que naquela altura também era provincial da congregação dos pregadores.

Para continuarem as etapas de formação religiosa, os Freis Fernando e Maurício foram para a cidade de São Paulo, residiram no convento das Perdizes e conheceram Frei Benevenuto. Por se tratar de uma ordenação mendicante, os dominicanos não podem ter bens em seus nome, motivo pelo qual os noviços iam para a capital paulista e trabalhavam ao mesmo tempo que realizavam seus estudos, contribuindo com as despesas do convento em relação à moradia, alimentação e atividades da congregação. Naquela altura já existia a Livraria Duas Cidades, mas eles cumpriram outras funções antes de ingressarem no estabelecimento. A falta de fontes sobre a passagem de Frei Fernando pela empresa foi compensada pelo depoimento³ que João Antonio Caldas Valença concedeu para este trabalho, testemunho crucial para recapitularmos o envolvimento desses frades com Santa Cruz e o período que eles trabalharam na livraria e editora de propriedade da Ordem Dominicana até serem presos pela polícia da ditadura.

João foi um dos poucos entrevistados a caracterizar Frei Benevenuto como uma pessoa discreta, de poucas palavras e desinteressado em se relacionar com os religiosos de sua geração. Enfatizou que o livreiro-editor tinha o compromisso de passar ao menos um dia da semana no convento, ocasião em que Santa Cruz passava apenas algumas horas na clausura, conversava com os frades e participava de uma refeição com a comunidade. Não obstante, o entrevistado reforçou que ele tinha uma preocupação especial com a formação do estudantado da Província

³ João Antonio Caldas Valença, entrevista, 12 ago. 2019.

de São Tomás de Aquino, em São Paulo, onde eram realizados os cursos de Filosofia e Teologia no início dos anos 1960. João expressou que sua relação com Frei Benevenuto começou quando ele e Frei Romeiro (nome religioso de Gabriel Romeiro, hoje jornalista da TV Globo e colega de profissão de Humberto Pereira) eram bibliotecários do convento e do estudantado, e se dirigiam semanalmente à Duas Cidades da Praça da Bandeira a fim de adquirir livros e revistas para o acervo das bibliotecas, obras editadas na França e importadas pela livraria, publicações dos dominicanos franceses em filosofia, teologia, espiritualidade e outras áreas do conhecimento. O entrevistado informou que eles passaram de três a quatro anos realizando essa atividade em parceria com Santa Cruz, que tinha um conhecimento profundo dos catálogos das editoras europeias e os informava das novidades que saíam no velho continente.

O entrevistado enfatizou que ele e Frei Fernando relacionaram-se com o livreiro-editor sobretudo no âmbito profissional. Ele enunciou que a Ordem, de comum acordo com Frei Benevenuto, os orientaram a trabalharem na editora, ao passo que a livraria era dirigida pela Margarida Oliva⁴ naqueles anos. Frei Maurício começou a trabalhar na editora no início do ano de 1969, quando Santa Cruz pediu para Anselmo (então diretor da Brasiliense) orientá-lo no setor de acompanhamento de estoque e de custo. No decorrer de dois meses, o entrevistado trabalhou nos dois selos, apreendendo as especificidades sobre o estoque de livros, as despesas desnecessárias para manter os títulos armazenados e a necessidade de escoar milhares de títulos (por venda ou doação) que estavam encalhados, deixando apenas os livros que tinham força editorial. Ele foi funcionário da área contábil do estabelecimento por oito meses e pediu demissão para trabalhar na editora Abril, o que não ocorreu em decorrência de sua prisão em novembro daquele ano, um dia antes de assumir a vaga. Segundo João, Frei Fernando assumiu como assistente editorial do estabelecimento no segundo semestre de 1967 e ficou na empresa até novembro de 1969, quando foi preso pelo DOPS. Durante dois anos, o religioso trabalhou como assistente editorial da casa, o que envolvia entrar em contato com as gráficas, comprar papel para impressão dos livros, dialogar com as tipografias e estabelecer um corpo de capistas, a exemplo da arquiteta e *design* Yasuko Tominaga, a qual esteve entre as cinco maiores capistas dos livros publicados pela Livraria Duas Cidades, como veremos no próximo capítulo. O ingresso dos frades desafogou o trabalho do livreiro-editor dominicano, que passou a decidir quais manuscritos seriam editados e a intermediar os contatos com as editoras estrangeiras para obter os direitos de tradução para a editora e as importações das obras para a livraria.

⁴ Não conseguimos encontrar informações sobre a livreira. Supomos que ela tenha sido a autora de *O diabo no Reino de Deus: por que proliferam as seitas?*, publicado, em 1997, pela editora paulista Musa.

Quando perguntamos como era relação deles com Frei Benevenuto, João assegurou que ele e Fernando o achavam uma pessoa silenciosa, dizendo que tinham certa dificuldade de convivência profissional com o diretor do estabelecimento. Um pouco mais adiante, pedimos para ele descrever qual seria o traço mais marcante de Santa Cruz, ao que ele contestou afirmando que se tratava de um livreiro-editor com erudição incomum, um personagem que soube aproveitar o período de renovação dos dominicanos para se profissionalizar no mundo do livro. O entrevistado prosseguiu afirmando que a Duas Cidades contribuiu para o cenário cultural e intelectual da cidade São Paulo e das universidades paulistanas, assim como o diretor do estabelecimento aproveitou seus contatos com professores e livreiros do Nordeste para revender as obras editadas pela casa às livrarias dessa região. Em sua opinião, nem a Vozes nem a Paulinas tinham a mesma premissa renovadora que teve a Livraria Duas Cidades no período religioso, local onde os leitores poderiam encontrar os grandes assuntos daquela época sem censura prévia ou restrições ideológicas. Ele enfatizou que Frei Benevenuto importava e editava obras de diversas áreas do conhecimento, encomendava desde a *Bibliothèque de la Pléiade* (afamada coleção da Gallimard) até mesmo publicações latino-americanas, a exemplo dos livros da Universidad Nacional Autónoma do México, realizando, assim, um trabalho abrangente do ponto de vista científico e cultural, o que pode ter sido uma das razões pelas quais os intelectuais de São Paulo enxergaram a editora Duas Cidades como um selo importante para publicação de seus estudos.

Sobre o possível prestígio de Santa Cruz como personagem do mundo livro, o entrevistado manifestou que a intelectualidade e a população pensante da capital paulista certamente consideravam o estabelecimento como uma das livrarias mais importantes da cidade, justamente porque era capaz de atender aos interesses imediatos desse público. Com relação a editora, João declarou que os títulos publicados eram voltados a leitores com alto nível de especialização e achava que boa parte dos livros editados depois de 1970 eram financiados pelos próprios autores. De um lado, o entrevistado qualificou o livreiro-editor como um mediador capaz de colocar em circulação obras importantes para um público específico daquela época, e de outro lado ele expôs que Santa Cruz não foi um dirigente hábil no marketing e na divulgação do estabelecimento, argumentando que os lançamentos de livros muitas vezes eram restrito aos intelectuais que frequentavam a casa, e acrescentando que o diretor não tinha o hábito de levar a Duas Cidades para eventos culturais de grande envergadura.

Depois de tratarmos da experiência que o entrevistado e Frei Fernando vivenciaram na livraria e editora dominicana, examinamos a relação de Santa Cruz e dos outros frades que foram direta ou indiretamente envolvidos com a ditadura civil-militar. Interpelamos João se o

aparato policial da ditadura perseguiu o livreiro-editor, e ele contestou afirmando que Frei Benevenuto foi chamado ao DOPS para ser interrogado, sem saber se houve outras retaliações. Na sua opinião, o diretor da casa provavelmente foi salvo pelas relações de amizade que ele tinha com a elite industrial de São Paulo, e declarou que ele nunca soube o que o interrogado expôs em sua defesa. O entrevistado imagina que o discurso de Frei Benevenuto para a polícia foi no sentido de que ele desconhecia qualquer envolvimento dos funcionários da editora com a ALN e Carlos Marighella, provavelmente declarando que mantinha um contato estritamente profissional com os Freis Maurício e Fernando. Diante dessa resposta, perguntamos se Santa Cruz desconhecia o engajamento dos religiosos, e João assegurou que o diretor da empresa ignorava o contato que eles tinham com Marighella e a ALN.

O entrevistado expôs que a prisão dele e dos outros frades foi um acontecimento que abalou a congregação dominicana. Ele considerou que seus superiores sabiam dos vínculos entre os jovens frades e a ALN, alegando que “Benevenuto não sabia por questão de segurança, de segurança para nós que estávamos no grupo de relação com Marighella, e no caso de Benevenuto para que ele não fosse atingido se houvesse alguma coisa de maneira mais contundente”. João avançou expondo que todas as congregações religiosas pertencentes à Igreja Católica jamais tiveram um compromisso cabal e militante com o ideário de esquerda, reforçando que havia poucos religiosos a apoiarem as organizações desse espectro ideológico. Sua tese era de que a Ordem não tinha o horizonte da esquerda como missão, a congregação apenas funcionava como um ponto de apoio para alguns grupos progressistas, a exemplo do convite que faziam às pessoas que eram contrárias ao regime civil-militar para falarem no convento, do suporte que davam para realização do congresso da UNE, da convocação de um cardeal para discorrer sobre as ligas camponesas, entre outras atividades.

Encaminhamos para o fim do testemunho de João Antonio Caldas Valença arguindo o entrevistado se houve solidariedade de Frei Benevenuto em relação aos frades presos, se Santa Cruz teria enviado uma carta ou feito uma visita aos religiosos encarcerados. João foi taxativo ao dizer que Santa Cruz não prestou nenhum tipo de solidariedade, agregando que o livreiro-editor fez muito bem em recuar, na medida em que a exteriorização de apoio aos frades poderia lhe trazer sérias consequências. Não obstante, João assegurou que a partir do momento que eles saíram da prisão, ele e Frei Fernando passaram algumas vezes pela Livraria Duas Cidades e eram muito bem recebidos por Santa Cruz, que jamais criou quaisquer objeções. Pelo contrário, o entrevistado considerou que José Petronilo entregou-lhes a documentação do período em que eles trabalharam na editora, papéis que foram entregues no Ministério da Justiça para eles receberem indenização das torturas recebidas enquanto estiveram sob a custódia do Estado.

O depoimento de João Antonio para este trabalho desvela uma série de incompreensões sobre o episódio envolvendo Carlos Marighella, os frades dominicanos e a Livraria Duas Cidades. Ainda vamos explicitar em que medida os religiosos se envolveram com o militante comunista e de que maneira o estabelecimento entrou nesse episódio cheio de mal-entendidos. Agora nos resta refletir sobre a fala do entrevistado à luz da experiência profissional que ele e Frei Fernando tiveram com Frei Benevenuto e a livraria e editora dominicana. João nos traçou a figura de um livreiro-editor culto, ligado a intelectualidade paulistana, pleno conhecedor dos catálogos estrangeiros e um exímio importador de obras, como um livreiro capaz de propiciar a comercialização de títulos que eram condizentes com o momento de abertura vivenciado pela Igreja naqueles anos. As características positivas são sopesadas com a definição de um Santa Cruz taciturno e distante dos frades, com pouca capacidade de promoção do estabelecimento e das obras vendidas no lançamento de livros ou em eventos ligados ao universo livreiro e editorial. Embora as críticas ao trabalho profissional de Santa Cruz corroboram outros testemunhos que colhemos para este trabalho, não conseguimos compreender se João guarda certo ressentimento com o silêncio ou a falta de solidariedade do livreiro-editor, ou se apenas externou sua convivência com um dominicano que pertencia a outra geração e vivia sob o peso de um regime ditatorial que sufocava a voz e a ação de seus concidadãos. No período que João trabalhava na Duas Cidades, ele passava por uma crise⁵ de vocação religiosa em razão do voto de castidade, solicitou sua exclausura dos dominicanos em 16 de julho de 1969 e foi residir em um apartamento próprio, que depois serviu de apoio aos perseguidos pela ditadura civil-militar e onde foi preso pelo DOPS em novembro daquele ano.

Para compreendermos o envolvimento dos jovens frades com o líder comunista e sua Aliança Libertadora Nacional, cabe um diálogo com uma obra que se tornou um documento histórico sobre esse período, escrita por um dominicano que vivenciou e participou desses acontecimentos. Em *Batismo de Sangue*, Frei Betto⁶ (Carlos Alberto Libânio Christo) iniciou o livro expondo a formação política e intelectual do baiano Carlos Marighella, as primeiras prisões do dirigente comunista durante o Estado Novo, o posterior ingresso na carreira política com deputado federal filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a contrariedade perante a ideia de frente ampla colocada por seus colegas de agremiação nos anos 1960, defendendo, por outro lado, a luta armada. Após o golpe de 1964, Marighella escreveu textos sobre a conjuntura

⁵ Sobre a crise de vocação do então Frei Maurício, consultamos três documentos: o primeiro é uma carta de Frei Domingos para o padre Couesnongle, redigida em 16 de julho de 1969, e os outros dois são relatos sobre João Antonio: um de 18 de janeiro e outro de 28 de agosto de 1971, ambos escritos pelo Frei Domingos Maia Leite (então provincial da Ordem Dominicana) e abrigados no Arquivo dos Dominicanos. Pasta Frei Maurício.

⁶ BETTO, Frei., *op. cit.*, 1987.

de seu país e a viabilidade da guerrilha no Brasil, assim como participou, em 1967, da Organização Latino-Americana de Solidariedade, ocorrida em Havana, oportunidade em que contactou lideranças revolucionárias do continente. O baiano migrou de um ativismo partidário para um ativismo militarista, passando a defender a guerrilha como o único caminho possível para derrubar as oligarquias e conduzir o povo ao poder, posição que foi acompanhada por agrupamentos comunistas e levou o comitê central a expulsá-lo do PCB⁷ em 1968.

Enquanto o baiano reunia o grupo dissidente da agremiação comunista e começava a definir as linhas de ação da ALN em 1967, Frei Osvaldo (colega de Carlos Libâneo no noviciado e aluno do curso de Filosofia da USP instalada na rua Maria Antônia) combinou com Frei Betto de receberem no convento das Perdizes “[...] um professor interessado em conhecer melhor a renovação da Igreja. [...] O professor: ‘Menezes’. A conversa girou em torno da História da Igreja, da importância do Concílio Vaticano II e da visão social e política dos cristãos”⁸. Esse contato inaugura a relação dos dominicanos com Menezes, codinome utilizado por Marighella durante a vida na clandestinidade. No ano seguinte, o país passou por uma crise política sem precedentes. Estudantes, artistas e intelectuais foram às ruas contra o assassinato de Edson Luís, o Ministério da Educação assinava acordos de cooperação com os Estados Unidos para reformar o ensino superior brasileiro sob o modelo norte-americano, a rua Maria Antônia foi palco da batalha campal entre os estudantes do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, e o ano acabou com a decretação do Ato Institucional nº 5, instrumento jurídico que suprimiu as garantias e liberdades individuais, coletivas e difusas, inaugurando o lado mais obnubilado do golpe civil-militar.

No decorrer da década de 1960 havia um grupo de noviços dominicanos a corroborarem as impressões de uma parcela expressiva dos universitários brasileiros. Para além dos Freis Osvaldo e Betto, os jovens frades⁹ Raton, Ivo, Magno e Tito, que também estudavam Filosofia na USP, foram contrários aos acordos feitos pelo MEC e presenciaram o conflito ocorrido na rua Maria Antônia. Antes de prosseguirmos investigando o envolvimento dos frades pregadores com Marighella, toca-nos avaliar o impacto dessa batalha campal ocorrida na rua da FFCL, na trajetória de uma geração de universitários que estudavam nessa faculdade e na Livraria Duas Cidades. As consequências desse episódio causou danos à livraria e editora dirigida por Frei Benevenuto, que, em agosto de 1966, comprou a sala comercial na rua Bento Freitas não apenas para se situar em um local mais cômodo e compatível com o crescimento do estabelecimento,

⁷ Ibid., p. 22-42.

⁸ Ibid., p. 45.

⁹ Ibid., p. 47-48.

mas também para estar a um quilômetro da rua Maria Antônia, a um quilômetro e meio da Mackenzie da rua Consolação, a um quilômetro da PUC da rua Marquês de Paranaguá e seiscentos metros da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Em outubro de 1968 ocorreu a insurreição do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) – representado pelos alunos do Mackenzie – contra os estudantes da USP. A barafunda envolveu tiros, coquetéis-molotovs e a certa altura parte do edifício da FFCL foi incendiado. A “Batalha da Maria Antônia” provocou o fechamento do prédio, a transferência dos cursos daquela faculdade para a cidade universitária¹⁰ situada no bairro Butantã e representou a vitória de uma parte do projeto educacional defendido pelo regime civil-militar, o qual pretendia profissionalizar e institucionalizar a carreira acadêmica ao mesmo tempo que extinguiu o plano de educação intelectual e política que vinha sendo conduzido na FFCL pelos professores e estudantes da faculdade. O cenário político e cultural dessa região da cidade influenciou a geração universitária da Maria Antônia que frequentava uma área urbana onde havia sindicatos, organizações estudantis, agremiações partidárias e uma intensa produção cultural da esquerda¹¹ no campo do cinema, das artes, do teatro, da música, da intelectualidade e do universo livreiro e editorial. “[...] Como as ações políticas convencionais estavam proibidas nos espaços públicos, a Faculdade de Filosofia da USP tornava-se um importante local de encontro e um centro difusor de conhecimento que dialogava com um público mais amplo”¹². Os relatos de quem vivenciou os anos da FFCL na Maria Antônia rememoram esse espaço a partir da nostalgia e da dor¹³, ora construindo um mito¹⁴, ora destacando a relevância daquela época para suas formações pessoais e profissionais, ao descreverem a rua como um ponto de confluência de distintos setores da sociedade e a faculdade “[...] como um centro de convergência política na qual predominavam as legendas de esquerda e as organizações católicas progressistas”¹⁵.

Uma potente atmosfera intelectual e política girava no entorno da rua Maria Antônia durante os 1960¹⁶. “Nesses espaços ligados de alguma forma à Maria Antônia havia também uns 400 metros que iam da Barão de Itapetininga à 7 de Abril, onde numas oito ou dez livrarias

¹⁰ BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. Da “Maria Antônia” à Cidade Universitária: narrativas e experiências de uma comunidade docente em trânsito (FFLCH-USP). *História Oral*, v. 20, n. 1, p. 77-100, jan./jun. 2017.

¹¹ SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014. p. 7-46.

¹² BIAZO, Glauber Cícero Ferreira., *op. cit.*, 2017, p. 83.

¹³ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Maria Antônia: a integração sobre um lugar a partir da dor. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, 8(2), outubro de 1996, p. 1-10.

¹⁴ TRIGO, Maria Helena Bueno. Maria Antonia: um mito?. *Plural*, Sociologia, USP, São Paulo, 2, p. 98-108, 1 sem. 1995.

¹⁵ BIAZO, Glauber Cícero Ferreira., *op. cit.*, 2017, p. 84.

¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Memórias da Maria Antonia. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 27-34.

os livros de filosofia, artes plásticas, literatura, eram achados em novos pontos de encontro”¹⁷. Para além das instituições universitárias anteriormente mencionadas, o pátio do edifício da FFCL era dividido com a Faculdade de Economia da USP, onde ocorria manifestações em defesa da escola pública e as teorias marxistas eram amiúde propaladas entre estudantes e professores. Nesse ínterim, Florestan Fernandes e outros docentes atuavam para reestruturar a arquitetura institucional da USP, a FAPESP era fundada em 1962 e o golpe de 1964 alterou o momento virtuoso da universidade ao iniciar os processos, as perseguições, as aposentadorias compulsórias e o exílio dos professores.

Os arredores da Maria Antônia era prenhe de estudantes universitários, militantes políticos e outros grupos sociais que ocupavam as calçadas e os bares, criando o *ethos* de um pensamento renovador fermentado pelos moços¹⁸ dos anos 1960. A FFCL já não fazia vista grossa aos problemas brasileiros que sucediam naquela época, o corpo docente da instituição, diferente do período de sua fundação em 1934, era majoritariamente formado por cidadãos brasileiros, muitos dos quais eram jovens docentes recém-formados com uma vigorosa produção acadêmica. Nesse contexto, a juventude de classe média ingressava nas universidades, as agitações que ocorriam dentro e fora do país serviam de estímulo para as reivindicações estudantis daqueles anos, e a rua Maria Antônia tornou-se o epicentro das manifestações na cidade de São Paulo. Parte da grande mídia noticiava os fatos criando uma falsa ideia de bem *versus* mal, representando os alunos e docentes da Universidade Mackenzie como membros da família, de Deus e da propriedade, enquanto os professores e estudantes da FFCL eram alcunhados de iconoclastas, ameaçadores da ordem e dos bons costumes.

A criação de uma imagem artificial dessas universidades, somada aos intensos debates sobre a reforma universitária de 1968, colocou combustível na temperatura política que deu vazão ao conflito deflagrado no dia 3 outubro deste ano. De um lado, os “bons” moços do CCC, e de outro os “subversivos” da FFCL. Estes tentavam resistir e proteger o prédio da faculdade, que era arrombado sem dó nem piedade: “[...] salas de aulas invadida, professores, alunos e funcionários revisitados, alguns expulsos, outros presos, enviados ao DOPS para interrogatório. Livros destruídos, papéis rasgados e espalhados pelo chão, máquinas de escrever destroçadas a pancadas”¹⁹. A refrega começou arruinando o edifício e depois devastou pessoas e profissões.

¹⁷ FILHO, O. C. Louzada. Crônica do Secundário. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. pp. 88-90. p. 89.

¹⁸ CANDIDO, Antonio. O mundo coberto de moços. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 35-39.

¹⁹ CHAUI, Marilena. Um lugar chamado Maria Antônia. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 240-255. p. 246-247.

“Tem início o expurgo, fundado em denúncias anônimas, calúnias, delação, rancores dos medíocres aspirando pelos cargos aos quais não poderiam chegar senão pela força e pela ignomínia”²⁰. A destruição do prédio da FFCL levou os cursos da faculdade para a cidade universitária, afastando-a do adensamento populacional na região central da cidade e marcando “[...] o início de um gradual isolamento da Universidade da vida ativa do tecido urbano e um encerramento paulatino em um universo acadêmico relativamente autônomo”²¹.

O episódio ocorrido na faculdade da rua Maria Antônia forçou a comunidade universitária a passar pela institucionalização da carreira acadêmica de 1970 em diante²². O regime civil-militar iniciou esse processo utilizando determinadas prerrogativas norte-americanas, decretando o fim das faculdades de filosofia, ciências e letras no Brasil, aplicando concurso público para o ingresso na carreira docente pública a partir de 1980 e implementando os núcleos de pesquisas durante o período de redemocratização do país. Esses núcleos eram formados por docentes que iniciaram suas carreiras na década de 1960 e formaram mestres e doutores a partir desses centros de pesquisas nascidos durante profissionalização da docência universitária.

Uma parte desses professores publicaram suas teses, dissertações e outros trabalhos pela Livraria Duas Cidades. Nos chamaram atenção os testemunhos de algumas pessoas que foram alunas da FFCL na rua Maria Antônia, vivenciaram intensamente os anos 1960, mencionaram as livrarias Francesa, Pioneira e outras que faziam parte dos arrabaldes da faculdade e não citaram a casa dirigida por Santa Cruz em seus depoimentos, a exemplo de Adélia Bezerra de Menezes²³, que publicou pelo selo, em 1995, *Do poder da literatura: ensaios de literatura e psicanálise*. O fato de não terem aludido a Duas Cidades como uma das livrarias que eram frequentadas nos anos 1960 nos leva a sustentar duas hipóteses: a primeira tem a ver com o fato da transferência da sede para rua Bento Freitas apenas em agosto de 1968, o que lhe impediu entrar no circuito de livrarias frequentadas pelos estudantes da FFCL nesse curto espaço de tempo; e a segunda hipótese é que o estabelecimento ainda era muito identificado com a religião, o laicato católico progressista e as pessoas que conheceram Lebrecht e o movimento EH, o que nos leva a crer que a loja era frequentada pelos docentes da faculdade nesses anos.

Retomamos os meandros dos eventos sucedidos nas adjacências da rua Maria Antônia porque supomos que a Livraria Duas Cidades foi para essa região da cidade justamente para

²⁰ Ibid., p. 247.

²¹ MAMMÌ, Lorenzo. O Centro Universitário Maria Antonia, entre Universidade e cidade. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (Coord.); CULTURAL, Centro de Preservação (Org.). *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2005. p. 28-34. p. 28.

²² BIAZO, Glauber Cícero Ferreira., *op. cit.*, 2017, p. 88-89.

²³ MENESES, Adélia Bezerra de. Maria Antônia: década de 60. SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 118-131. p. 121.

estar próxima daquelas universidades, sobretudo da FFCL. Boa parte dos testemunhos colhidos para este trabalho mencionaram que os *habitués* da livraria e editora eram professores e estudantes da USP, assíduos clientes, frequentadores e autores da livraria e editora a partir dos anos 1970, justamente no período em que a faculdade foi transferida para a cidade universitária. A mudança da casa para a rua Bento Freitas parece sinalizar o interesse de Frei Benevenuto em aproximar o estabelecimento das universidades e da comunidade uspiana, especialmente num período que havia religiosos do convento das Perdizes cursando Filosofia na FFCL da rua Maria Antônia. Os Freis Ratton, Oswaldo, Ivo, Magno e Tito estudavam nessa faculdade e provavelmente não frequentavam a Duas Cidades porque podiam ler e consultar as obras disponíveis na substanciosa biblioteca do convento das Perdizes.

Mas esses universitários dominicanos, somados aos Freis Betto, Fernando e Maurício, ultrapassaram suas obrigações estudantis e começaram a acolher “[...] pessoas filiadas a tendências políticas diversas que, por se colocarem em oposição ao regime, eram perseguidas”²⁴. A ditadura tinha consciência da genuína vertente progressista presente na Ordem Dominicana, razão pela qual o governo Castelo Branco cogitou expulsar os pregadores do Brasil em 1965. Depois anos depois, o então prior do convento de São Paulo, Frei Chico, foi preso pela Polícia Federal por “[...] liderar o movimento que propunha greve de vinte e quatro horas pela paz mundial”²⁵, circunstância que levou numerosos frades à porta do DOPS para exigirem a soltura do religioso. Nessa linha de considerações, o próprio Frei Oswaldo admitiu que muitos de sua geração ingressavam na congregação dos pregadores por se tratar de uma instituição religiosa politicamente engajada²⁶ com a realidade brasileira. Alguns meios de comunicação²⁷ da época retratavam os dominicanos de Perdizes com os responsáveis por criticarem algumas ações decorrentes do regime civil-militar e por semear novas ideias na Igreja, seja promovendo cursos, palestras e conferências, seja publicando livros. Entretanto, a grande imprensa começou a criticar a ordenação mendicante justamente no período em que os jovens frades se aproximaram de Carlos Marighella e da ALN, momento em que o Serviço Nacional de Informações (SNI) passou a monitorá-los.

O líder comunista soube que Frei Betto estava de mudança para o Rio Grande do Sul com o propósito de estudar no seminário jesuíta Cristo Rei, em São Leopoldo. Marighella entrou em

²⁴ BETTO, Frei., *op. cit.*, 1987, p. 50.

²⁵ *Ibid.*, p. 55.

²⁶ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue*. São Paulo, 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 23.

²⁷ *Ibid.*, p. 26.

contato com o religioso em maio de 1969, solicitou que ele realizasse a travessia de perseguidos políticos para o Uruguai, de onde partiriam para o velho continente. Em julho daquele ano²⁸, Frei Oswaldo, que coordenava as ações da célula religiosa de apoio a ALN, foi para a Suíça cursar Teologia na escola dominicana de Friburgo. Frei Fernando assumiu a liderança do grupo naquele mês e avisou Frei Betto que estava enviando mais perseguidos para o Sul do país. Os contatos de Frei Fernando com o líder comunista eram habitualmente realizados pelo “[...] telefone da Livraria Duas Cidades [...] por ser menos visado que o do convento, [e] servia às comunicações cifradas, códigos improvisados em nossos contatos pessoais”²⁹.

A polícia política fechava o cerco dos dominicanos que faziam parte da célula de apoio à ALN e Carlos Marighella. Os Freis Fernando e Ivo foram para o Rio de Janeiro na noite do dia primeiro novembro de 1969; o primeiro foi para conversar com Sinval, então editor da Vozes, sobre uma coedição desta casa com a Duas Cidades, encontro agendado pelo telefone da livraria; e o segundo foi passar o feriado de novembro com a família residente capital fluminense. No dia seguinte, almoçaram e “[...] tomaram o ônibus para ir à casa do Sinval, no Catete. [...] Os dois religiosos caminhavam pela Rua Silveira Martins quando os seguraram por trás, empurrando-os para o interior de uma perua que, de motor ligado, aguardava”³⁰. No mês de outubro do mesmo ano, Frei Maurício³¹ aguardava a aprovação de seu pedido de exclausuração, já morava em seu apartamento particular e continuava a trabalhar na Duas Cidades enquanto fazia testes de seleção para a editora Abril. Depois de ter passado o feriado de finados no litoral paulista, no dia 03 de novembro pela manhã recebeu a mensagem de que os Freis Fernando e Ivo não tinham retornado ao convento do Rio de Janeiro. Então ele encontrou Frei Ratton e outros frades, que circularam o convento das Perdizes de carro, viram que a clausura religiosa estava cercada de viaturas e julgaram que poderiam planejar uma saída do país no 04. Os religiosos deixaram Frei Maurício em frente ao edifício onde morava e deram a volta no quarteirão para assegurarem que ele entraria com segurança. Enquanto o frade abria a porta de entrada no prédio, dois homens à paisana o prenderam, colocaram-no em uma perua e o levaram para o DOPS.

²⁸ BETTO, Frei., *op. cit.*, 1987, p. 56-59.

²⁹ *Ibid.*, p. 72-73.

³⁰ *Ibid.*, p. 143.

³¹ Informações extraídas da Pasta Frei Maurício, consultada no Arquivo dos Dominicanos, em Belo Horizonte.

DOPS, os frades encarcerados, Carlos Marighella e o grampo na livraria

O encarceramento do frades dominicanos abalou a congregação pregadora. Os superiores da Ordem ficaram atônitos diante da invasão do convento das Perdizes e da sucessão de episódios que decorreram da prisão dos frades. A ala conservadora da Igreja Católica condenou os jovens pregadores, ao passo que a Ordem Dominicana articulou uma série de ações para proteger os presos e os foragidos. Influenciados pelos jornalões da época, uma parcela da sociedade civil progressista e de esquerda acreditou no noticiário e nas insinuações de que os dominicanos tinham entregado Marighella e outros militantes da ALN à polícia, ao mesmo tempo que a franja conservadora da população aplaudiu a prisão dos religiosos e parabenizaram os agentes do DOPS por terem encontrado o paradeiro do guerrilheiro comunista. A Livraria Duas Cidades ganhou notoriedade no noticiário por ser o local de trabalho do frade que estabelecia contato com o líder da organização, o qual foi preso na Operação Batina Branca, ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, sicário-mor do DOPS. Ainda hoje há inúmeras lacunas sobre os acontecimentos que desaguou na prisão dos frades, nos interrogatórios colhidos sob tortura, no grampo da livraria dominicana e no assassinato de Marighella, de sorte que nos interessa examinar em que medida a Duas Cidades e Frei Benevenuto foram envolvidos ao encarceramento dos religiosos que trabalhavam na editora, em especial do que utilizava o telefone da casa para se comunicar com o líder da ALN.

Levando em consideração essa moldura macabra, nesta parte do terceiro capítulo pretendemos averiguar a maneira como o Estado lidou com os frades presos sob sua custódia; e paralelamente tratamos do grampo realizado no telefone da livraria, do assassinato de Carlos Marighella e das menções realizadas à Duas Cidades em interrogatórios presentes no acervo do DOPS da capital paulista, consultados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde também encontramos e examinamos documentos que demonstram o modo como a polícia política montava um prontuário com informações sobre a livraria e editora dominicana.

Os estudantes secundaristas e universitários envolvidos no movimento estudantil entraram na mira dos agentes do DOPS desde o golpe civil-militar de 1964. Como vimos no segundo capítulo, nos 1960 houve uma geração de noviços e frades que participaram ativamente das organizações de juventude ligadas à Ação Católica, as quais ocupavam posição de destaque no movimento estudantil do país e tornaram-se alvo preferenciais dos órgãos de controle e repressão da ditadura. Os estudantes católicos organizados e os universitários seculares foram brutalmente perseguidos pelo regime, na medida em que boa parte das instituições de ensino superior e do corpo docente e discente eram vistos como ambientes de infiltrações comunistas

e locais a abrigar subversivos (vide a FFCL da rua Maria Antônia). Apesar do crescimento da repressão, em 1967 houve uma onda de protestos, manifestações e greves que levaram parte da opinião pública a posicionar-se favoravelmente aos estudantes seculares e católicos. Por terem influência e representação nas organizações que participavam do movimento estudantil, sobretudo da JUC e JEC, muitos padres, de diferentes congregações (franciscanos, beneditinos, dominicanos), protegiam os estudantes perseguidos, escondendo-os em sítios, claustros, igrejas, e muitas vezes sediam seus espaços para realização de reuniões e congressos clandestinos³².

A toada de manifestações contra as repressões do governo cresceram copiosamente em 1968. Os estudantes organizados foram protagonistas desses atos e contaram com a colaboração de diversos setores da sociedade. Professores, intelectuais, escritores, músicos, artistas, parlamentares, trabalhadores e religiosos aumentaram o coro dos protestos e das demandas dos estudantes em relação às garantias e liberdades individuais e coletivas, às reformas educacionais e ao pronto restabelecimento do regime democrático. Se é verdade que as manifestações cresceram nesse ano, também é verdade que o regime dobrou a aposta, colocou arapongas e agentes à paisana nas manifestações, passou a receber cada vez mais denúncias anônimas ou feitas por pessoas que se manifestavam a partir de pseudônimos, e decretou o AI-5. Esses informantes³³ colaboravam com os serviços secretos do DOPS e deixavam transparecer seu apoio ao governo, o que é perceptível quando faziam suas delações mencionando o amor à nação, a condenação ao comunismo, a caracterização dos perseguidos como subversivos e a defesa da democracia na perspectiva antidemocrática. Utilizavam expressões-chave que sinalizam a defesa do regime vigente, a exemplo do informe apresentado na epígrafe deste capítulo, a qual declara a Livraria Duas Cidades como um antro de frades especialmente treinados em técnicas de comunização na França. Nesse horizonte, o estudo de Souza sobre a documentação produzida pelo DOPS de São Paulo em relação à vigilância dos movimentos sociais do cristianismo demonstra que o órgão caracterizava³⁴ os religiosos e o laicato católico progressista como membros de grupos e organizações revolucionárias de esquerda, a fim de relativizar ou diminuir as críticas de teólogos padres e leigos católicos contra o regime.

A Operação Batina Branca comprova a estratégia dos agentes policiais. Terminologia adotada em razão do hábito branco utilizado pelos dominicanos, a ação foi planejada pela equipe do delegado Fleury durante meses e desencadeada contra os membros da congregação

³² SOUZA, Ademar Mendes de. *Estado e Igreja católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. São Paulo, 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 274-276.

³³ *Ibid.*, p. 281-296.

³⁴ *Ibid.*, p. 297-298.

pregadora em apenas uma semana³⁵, o que não apenas demonstrou que almejavam prender os frades e encontrar vestígios que pudessem incriminá-los, assim como manifestou que aspiravam colocar a ordenação dominicana contra a sociedade e as outras congregações da Igreja³⁶.

Enquanto Frei Betto estava preso em Porto Alegre em novembro de 1969, seus pais e Frei Domingos Maia Leite (então provincial dos pregadores brasileiros) foram visitá-los no cárcere. Seu superior o informou que o clero da capital gaúcha se pronunciou “[...] em defesa dos religiosos detidos e que os dominicanos franceses haviam escrito [uma epístola] ao Cardeal Roy, presidente da Comissão Justiça e Paz do Vaticano, carta publicada pelo *Le Monde* [...]”³⁷ em 15 de novembro daquele ano, cuja matéria discorria sobre o aspecto ditatorial do regime em voga no Brasil, denunciava a tentativa de separar os dominicanos do resto da Igreja e que lutariam para proteger os frades contra os abusos do poder estatal. Na versão de Frei Betto, a carta resultou que o Mestre Geral da Ordem Dominicana enviasse o padre Vincent de Couesnongle ao Brasil para apoiar os frades encarcerados.

No dia 02 de novembro de 1969, presos pelos agentes do DOPS no Rio de Janeiro, os Freis Fernando e Ivo encontravam-se no quinto andar do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e estavam com os braços e pernas algemados. Os agentes policiais entraram com Frei Fernando em uma sala com móveis deteriorados, sobre as mesas havia cordas, caixas atadas com fios e traves de madeira. Começaram a sessão de tortura:

[...] A corrente elétrica, ligada, explodiu em dor os limites de sua resistência macerada pelas longas e atrozess sevícias daquele eterno domingo.

– Pelo telefone da livraria – respondeu o frade entre gritos que nada diziam à surdez diabólica dos torturadores. [...] A uretra parecia arder em chamas, as pancadas, aturdiavam todas as partes do corpo, enquanto o delegado insistia:

– Que livraria?

A indagação caiu no vazio. Fleury deu-lhe um chute:

– Que livraria, seu filho da puta?

– A Livraria Duas Cidades. [...]

– Como Marighella se identificava no telefone? – berrou o chefe do Esquadrão.

– Por uma senha.

– Que senha? Como é a senha?

Fernando buscava, ansioso a inconsciência, o desmaio, a morte, enquanto o policial que segurava o fio em sua uretra apertava fortemente seus órgãos genitais. A frase emergiu:

– Diz que é “o Ernesto” e marca a hora em que devo encontrá-lo na gráfica.

– Onde fica a gráfica? – indagou Fleury.

– Na Alameda Casa Branca, altura do número 800.

– Vocês se encontraram há quinze dias, não foi?

³⁵ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte., *op. cit.*, 2011, p. 67.

³⁶ BETTO, Frei., *op. cit.*, 1987, p. 99.

³⁷ *Ibid.*, p. 132-133.

Era verdade. Como poderia sabê-lo? Fernando pensou que Ivo, no limite de sua resistência, tivesse falado. Constataria depois que a informação não fora dada por Ivo³⁸.

Os métodos inquisitoriais praticados pelos agentes do DOPS demonstram que eles eram habilmente treinados para conseguirem informações a partir das reações apresentadas pelos torturados. No final da sessão de pau-de-arara, Fleury disse a Frei Fernando que Marighella ligaria para a livraria nos próximos dias, ao que o frade retorquiu afirmando que o baiano lhe disse que iria viajar, e o delegado contestou o religioso dizendo que o comunista estava acuado e iria procurá-lo. Essa conversa entre o refém e seu algoz insinuava que a polícia já teria prendido Marighella ou ao menos sabia onde ele se encontrava.

Finda a sessão de tortura, os Freis Ivo e Fernando foram levados para o DOPS de São Paulo. Nesse ínterim, o convento das Perdizes tinha sido cercado de viaturas policiais, os agentes entraram na clausura e levaram Frei Domingos e outros religiosos para a delegacia. Na repartição, Sérgio Paranhos Fleury acompanhava Frei Domingos. Passaram por um corredor onde havia inúmeros presos, dentre os quais o provincial notou Frei Ivo cheio de hematomas, e em seguida entraram numa sala onde estavam três oficiais apresentados a Frei Domingos pelo delegado, que em seguida disse: “[...] – Tá vendo? Acabamos de prender os dominicanos e agora, através deles, vamos prender Marighella. Vamos tomar conta dos telefones do Convento e da Livraria Duas Cidades”³⁹. Parte dos dominicanos presos no convento das Perdizes foram liberados, mas os Freis Tito e Giorgio ficaram no calabouço e foram torturados com palmatórias e choques elétricos. “Todas as pessoas encarceradas em decorrência da prisão dos dominicanos foram absolvidas dois anos depois, por falta ou insuficiência de provas. O tribunal militar reconheceu que as confissões haviam sido forjadas pela polícia e arrancadas sob tortura”⁴⁰.

Houve resiliência, interrogatórios e muita tortura antes de serem absolvidos. A presa principal era o comunista baiano, responsável por marcar as reuniões com Frei Fernando por meio de ligações telefônicas, uma delas feitas ao convento e as outras para a Duas Cidades⁴¹. Para além das informações obtidas dos religiosos sob tortura, os investigadores agiam como se tivessem rastros seguros do paradeiro de Marighella. Os Freis Fernando e Ivo permaneceram no quarto andar da delegacia sem comer nem dormir até o dia 04 de novembro pela manhã, quando foram novamente separados. O primeiro foi levado para tomar banho, fazer a barba e ser conduzido à Livraria Duas Cidades. “[...] Os agentes do DOPS cercaram todo o quarteirão,

³⁸ Ibid., p. 146-147. Grifos do autor.

³⁹ Ibid., p. 153.

⁴⁰ Ibid., p. 153.

⁴¹ Ibid., p. 155-156.

espalharam-se pela loja e ordenaram ao padre que ficasse em sua mesa como se trabalhasse normalmente [...]”⁴². Embora Frei Fernando atendesse os telefonemas parecendo não desconfiar da farsa montada pelos policiais, o religioso imaginava que naquela altura dos acontecimentos, Marighella estaria estava fora da cidade de São Paulo:

O telefone tocou mais uma vez.

– Alô.

– Alô, Frei Fernando?

– Sim.

– Aqui é Ernesto. Vou à gráfica hoje às vinte horas.

– Sim – respondeu o preso, e desligou.

Reconhecera a senha, mas tinha certeza de que a voz não era a de Marighella. Pensou tratar-se de mais um teste do delegado. Encerrado o expediente comercial, Fernando foi levado de volta ao DOPS⁴³.

A ligação não foi realizada pelo comunista baiano⁴⁴. Segundo Frei Betto, Marighella solicitou que uma pessoa de seu esquema de segurança telefonasse para a livraria e fornecesse sua senha. Da Duas Cidades, Frei Fernando e os policiais foram para o DOPS, pegarem Frei Ivo e entrarem no carro que utilizavam para se encontrarem com “Ernesto” e realizar outras atividades da célula dominicana de apoio à ALN. Acompanhados por viaturas policiais, eles conduziram o veículo até a Alameda Casa Branca, onde supostamente encontrariam com Marighella. Assim que chegaram ao local marcado, os Freis foram retirados do carro algemados e colocados em decúbito ventral no chão próximo ao veículo. Passados alguns minutos ouviram tiros, gritos e logo em seguida os policiais levantaram os frades e os levaram para o DOPS.

Todos os indícios levam a crer que a polícia não apenas armou uma emboscada para Carlos Marighella, como também utilizou os frades para envolvê-los no assassinato do guerrilheiro. Esta é impressão de Frei Betto relatada no livro *Batismo de Sangue*. E nós compartilhamos desse ponto de vista quando investigamos o acervo do DOPS abrigado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, em especial a massa documental que relaciona a Livraria Duas Cidades aos jovens dominicanos, a alguns civis perseguidos pela ditadura e ao episódio que aniquilou o comunista baiano. De todo modo, é preciso termos em conta as condições de realização dos interrogatórios, muitos dos quais eram colhidos sob tortura dos investigados. Além disso, também precisamos estar cientes de que os informantes da polícia prestavam informações com juízos pré-estabelecidos e expressando fatos não necessariamente

⁴² Ibid., p. 157.

⁴³ Ibid., p. 158.

⁴⁴ Ibid., p. 159.

verdadeiros. Em outro trecho da delação⁴⁵ que se encontra na epígrafe deste capítulo, em 8 de novembro de 1968, Teófilo Andrade Marcondes (nome fictício) denunciava os dominicanos, informando, dentre outras coisas, que Frei Magno Vilela trabalhava na livraria dominicana, dirigida por Ana Maria Rappa, José Rocha e José Petronilo de Santa Cruz, acrescentando que a casa pertencia a SII e estava localizada na rua Bento Freitas. As declarações são parcialmente verdadeiras, pois Magno Vilela não trabalhava na casa, apenas José Petronilo era diretor do estabelecimento, enquanto José Rocha (nome civil de Frei Mateus) era representante legal da SII, que, junto com Ana Maria, eram os únicos sócios da empresa.

Outro exemplo de manipulação das informações com a finalidade de urdir uma narrativa que atendia aos interesses dos delegados do DOPS está no documento nomeado “Carlos Marighella”⁴⁶. Datado de 5 novembro de 1969, carimbado na parte superior da folha como secreto e destinado ao centro de informações da polícia, esta fonte detalha as diligências policiais ocorridas no dia 4 daquele ano, “[...] que mantinha delegado e investigadores na Livraria Duas Cidades, da Ordem dos Dominicanos, onde trabalhava Frei Fernando de Brito, à rua Bento Freitas, 158, recebeu telefonema às 16hs, do seguinte teor: “estou na gráfica às horas”. Segundo o informe, a pessoa responsável pela ligação era Carlos Marighella, “[...] e isto significava que às 20hs, o principal líder do terrorismo [estaria] na Alameda Casa Branca [...]”. Mencionam que a reunião agendada envolveria Marighella e os Freis Ivo e Fernando no local que “[...] haviam se encontrado cerca de dez vezes [...]”, sendo que os padres se dirigiram ao local utilizando um volks azul, de propriedade de outra pessoa que comumente lhes emprestava o veículo para esses encontros. Daí em diante descrevem a operação policial de captura do “terrorista”, cuja ação envolveu os Freis conduzindo o volks, que seguia precedidos de 8 viaturas policiais devidamente equipadas. Enunciam, em seguida, que chegaram ao local com quinze minutos de antecedência do horário marcado, e pouco tempo depois descia pela rua, caminhando, uma pessoa que coincidia com as características físicas de um dos homens de confiança do líder da ALN. Depois declaram que o capanga passou por uma viatura policial, onde estava um delegado e uma investigadora, parou, observou o carro durante cinco minutos e seguiu caminhando em direção à Alameda Casa Branca. No horário marcado para o encontro, Carlos Marighella subia em sentido contrário ao de seu guarda-costas, avistou o carro em que estava os frades, aproximou-se do veículo e entrou no carro. De acordo com o documento policial, os policiais cercaram o automóvel, deram voz de prisão ao comunista e pediram que ele saísse do automóvel, enquanto os Freis abandonavam o veículo conforme combinado com

⁴⁵ Documento investigado no Arquivo Público de São Paulo. DOPS/SP – 50G – 1 – 177 e 50G – 1 – 176.

⁴⁶ Documento investigado no Arquivo Público de São Paulo. DOPS/SP – 30Z – 160 – 2633.

os agentes do DOPS. Alegaram que o guerrilheiro resistiu e iniciaram os disparos das viaturas em direção ao volks onde estava Marighella, outros carros da polícia cercaram o quarteirão, mas por outra avenida desceu um automóvel com membros da ALN, e rompeu o cerco policial atirando copiosamente e ferindo dois policiais.

A descrição do episódio pelos agentes do DOPS motiva uma série de questionamentos, muitos dos quais foram colocados pelo advogado dos frades durante o julgamento que os absolveram dos crimes que lhes foram imputados. Aqui não nos interessa reconstituir o assassinato de Marighella, muito menos examinar a prisão dos jovens religiosos. Pretendemos, assim, examinar como a livraria e editora dominicana foi envolvida no entreviro. Após serem torturados, os Freis Ivo e Fernando disseram à polícia que o líder da ALN fazia as ligações para a Duas Cidades, marcava o encontro na Alameda Casa Branca sem dizer o horário preciso encontro, embora o documento secreto mencione que o horário significava às 20hs, levando-nos crer que eles sabiam do horário independente da ligação à livraria. Depois mencionaram que um capanga de Marighella passou por uma viatura policial, observou-a por cinco minutos e continuou a caminhada em direção ao local agendado, dando-nos margem a duvidar porque alguém que pertencia ao grupo mais perseguido pelo DOPS continuaria o trajeto sem procurar avisar alguém da ALN e seu líder do perigo iminente. No documento expuseram que os frades foram orientados a saírem do carro assim que Marighella entrasse no veículo, o que foi desmentido por Ivo e Fernando durante o julgamento, que nem sequer viram o comunista naquele dia – chegaram no local, foram colocados para fora do carro, deitados no asfalto em decúbito ventral e orientados pelos policiais a ficarem imóveis, até que minutos depois ouviram os disparos, sem conseguirem visualizar o que acontecia. Poderíamos acrescentar outras inconsistências do documento secreto do DOPS de São Paulo, mas, para o propósito deste trabalho, o documento é mais uma evidência de que o telefone da livraria estava grampeado pelos agentes dos órgãos de repressão bem antes do fatídico dia que Frei Fernando foi à livraria acompanhado dos agentes policiais, aguardou o telefonema que não foi feito pelo comunista e depois foram à Alameda Casa Branca para participarem de uma emboscada armada pelo DOPS contra os padres dominicanos e Carlos Marighella.

Enquanto Frei Fernando foi encurralado pela polícia por sua atuação como chefe da célula dominicana apoiadora da ALN e responsável pelos contatos telefônicos com “Ernesto”, Frei Maurício foi investigado, preso e torturado pelos órgãos de repressão porque apoiava alguns perseguidos pela ditadura, que o procuravam na Duas Cidades ou em sua residência particular na expectativa de que ele pudesse abrigá-los por uns dias ou providenciasse documentos falsos que lhes permitissem sair do país.

Uma dessas pessoas é Sebastiana Correia Bitencourt Guimarães⁴⁷, habitualmente chamada de Tiana por familiares e amigos. No auto de qualificação e interrogatório de Sebastiana⁴⁸, realizado no 21 de novembro de 1969, a interrogada declara que é brasileira, natural do estado de Goiás, casada, então com 34 anos de idade, residente na rua Consolação e estudante do primeiro ano do curso de Filosofia da Unicamp. Sebastiana comentou que passou a frequentar a Livraria Duas Cidades em 1963, quando queria se aprofundar nos assuntos teológicos, expressando que esteve no estabelecimento de duas a três vezes, e, assim, conheceu Frei Maurício, quando este ainda lhe parecia ser apenas um cliente da casa. Tiana prosseguiu o relato afirmando que ao conhecer o frade, ela teve outras conversas com o religioso no convento das Perdizes e na livraria, no decorrer das quais ela comentou sobre sua propensão para a vida monástica. Passado alguns anos, ela disse que encontrou com o frade na Duas Cidades, e depois em meados de 1966, quando ela se casou e o convidou para a comemoração. No ano seguinte, ela disse que se esbarrou casualmente com o religioso no interior de um ônibus, ocasião que ela passou seu endereço ao frade, que somente veio a visitá-la, inesperadamente, em fins de 1968. Neste dia conversaram sobre temas religiosos e de caráter médico, tendo em vista que o marido da interrogada era psiquiatra. Nesse ínterim, Tiana disse que foi à Duas Cidades para comprar obras do filósofo Immanuel Kant, encontrando-se com o frade mais uma vez, este a informou que o livro estava esgotado e convidou-a para irem à biblioteca do convento das Perdizes, onde ela poderia pegar a obra emprestada. Quando estavam no convento, Frei Maurício a informou que desejava deixar a vida religiosa.

De acordo com Tiana, foi nessa época que ela soube das tendências esquerdistas de Frei Maurício e conheceu uma amiga na universidade, chamada Yara Gouvea, estudante de línguas e integrante do movimento estudantil e de uma organização que a amiga não mencionou o nome. Yara disse à interrogada que precisava de um passaporte com o nome falso para sair do país, e Sebastiana sentiu-se comovida com a situação da amiga e decidiu ajudá-la a conseguir dois passaportes falsos, um para Yara e outro para um colega da amiga. Diante dessa situação, Tiana procurou Frei Maurício na Livraria Duas Cidades, contou-lhe a situação e entregou fotos das pessoas que precisavam dos passaportes falsos. Num primeiro momento, o frade ficou

⁴⁷ Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães integrava a JUC e era professora secundarista quando foi presa e torturada pela ditadura, em 1969. Assim que saiu da prisão, ela ficou exilada na França entre 1970 e 1975. Tiana foi uma das pessoas que recebeu a declaração de anistiada política, em 2008, quando foi autorizada a receber indenização do Estado por ter sido perseguida política durante o regime civil-militar. Para mais informações, ver: NORCIO, Lúcia. Caravana da Anistia concede indenizações para perseguidos políticos no Paraná. *Agência Brasil*, Brasília, ago. 2008. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-06-27/caravana-da-anistia-concede-indenizacoes-para-perseguidos-politicos-no-parana>. Acesso em: 13 dez. 2020.

⁴⁸ Documento investigado no Arquivo Público de São Paulo. DOPS/SP – 30 – Z – 160.

reticente, mas depois disse que tentaria providenciar a documentação. A interrogada expôs que “[...] recorreu a Frei Maurício porque Yara havia lhe segredado que pessoas da Livraria Duas Cidades ‘costumavam’ arranjar tais documentos”. Passado alguns dias, a interrogada entrou em contato com o frade e este a informou que não poderia confeccionar os passaportes falsificados. Entre outras informações expressas pela interrogada, ela disse que seu marido ignorava a história do passaporte, que ela estava ciente de fazer algo proibido por lei, que desconhecia Frei Fernando, alegou “[...] que jamais Frei Maurício falou-lhe de suas propensões marxistas-leninistas [...]”, assim como afirmou nunca ter tido relação com o movimento estudantil ou organizações terroristas e guerrilheiras.

A partir desse interrogatório colhido sob tortura conseguimos aquilatar ao menos uma parte da função que Frei Maurício desempenhou na célula dominicana de apoio à ALN. Um pouco mais adiante analisaremos o interrogatório que ele prestou ao DOPS, no qual ele confirmou que conhecia Tiana e procurou ajudar ela e outras pessoas perseguidas, as quais precisavam de documentos falsos para saírem do país ou de esconderijo para não serem presas pela ditadura. Por intermédios dos Freis Maurício e Fernando, a Duas Cidades tornou-se um dos espaços para que algumas pessoas perseguidas – ou que soubessem o paradeiro daqueles que eram perseguidos – os procurassem na livraria para pedir socorro. Como João Antonio Caldas Valença nos disse em seu depoimento, cada pessoa que era presa já tinha uma história formulada na cabeça para dizer aos policiais do DOPS, o que poderia ser dito e o que deveria ser omitido até os limites do corpo diante das sevícias. Não questionamos João sobre a história de Sebastiana, mas provavelmente ela soubesse que o então dominicano poderia ajudá-la a providenciar os documentos falsos para a amiga perseguida e que a livraria era o local mais fácil de encontrá-lo. Pelo interrogatório de Tiana, tudo indica que ela, de fato, não tinha ligações diretas com organizações de combate à ditadura, mas ela foi presa e torturada porque tinha conhecimento sobre a amiga perseguida e vinculada a uma dessas organizações. O fato de a Duas Cidades tornar-se um local de interposto dos frades que apoiavam os acossados pela ditadura foi algo que se repetiu em outros interrogatórios, como na arguição de Paulo Eduardo Pereira⁴⁹, na qual ele mencionou que uma amiga pediu para ele ir à livraria e avisar uma pessoa (sem mencionar o nome) que ela estava presa em Ribeirão Preto.

Também conseguimos avaliar a atividade dos Freis Maurício e Fernando no grupo de dominicanos que davam apoio de apoio à organização liderada por Marighella por intermédio dos interrogatórios que eles forneceram ao DOPS. Consultamos dois interrogatórios desses

⁴⁹ Documento investigado no Arquivo Público de São Paulo. DOPS/SP – 30 Z – 160 – 4387.

religiosos, ambos realizados em meados de novembro de 1969. Muito dos interrogatórios eram colhidos sob ameaça e extorsão, em circunstâncias que os agentes do DOPS lhes pediam para proferirem autoacusações, algumas registradas em depoimentos gravados em vídeo-tapes, sempre sob ameaça de que sofreriam novas torturas se não dissessem aquilo que os policiais lhes orientavam a dizer. Apesar disso, os interrogatórios nos auxiliam a examinar a relação entre o DOPS, os funcionários religiosos da Duas Cidades e o assassinato de Marighella.

Em seu interrogatório⁵⁰, Frei Maurício mencionou que deixou a Ordem Dominicana em julho de 1969 e confirmou que seu nome civil é João Antonio Caldas Valença. Após ele confirmar seus dados pessoais e relatar um pouco de sua militância religiosa no início da juventude, o interrogado disse que no início de 1968 soube que os frades Oswaldo, Magno e Betto estavam a constituir uma célula dominicana de apoio as organizações de resistência à ditadura, e o convidaram a colaborar com esse grupo realizando as seguintes atividades: alugar carros para transportar pessoas, locais para esconder os perseguidos pela polícia e obter fundos financeiros para dar suporte às operações da célula. Um pouco mais adiante, ele expôs que trabalhava na empresa de seu pai, em 1968, chamada Expresso Pernambucano, e doava 70% de seu salário ao grupo, cujo líder era Frei Oswaldo. O interrogado afirmou que participou de três reuniões dessa célula a partir de setembro de 1968, a qual era composta pelos Freis Oswaldo, Betto, Magno, Fernando, Ratton e Ivo, informando que esses encontros ocorriam no convento das Perdizes pela noite. Na primeira, os religiosos (Tito, Fernando, Ratton e Oswaldo) discorreram sobre o levantamento topográfico que fizeram na região de Conceição do Araguaia, na segunda verificaram sobre a possibilidade de convidar outros frades para integrarem o grupo e na terceira houve uma explanação de Frei Oswaldo sobre diversos grupos de resistência à ditadura no Brasil. Depois relatou que, em julho de 1969, residia na capela cristo operário, quando lhe pediram para dar acolhimento a um perseguido. No mês de setembro foi autorizado seu pedido de excomunhão da Ordem, mudou-se para um imóvel localizado na rua Rocha, onde Frei Ivo pediu para ele hospedar dois rapazes procurados pelo DOPS. Nesse contexto, ele comentou que estava trabalhando na Duas Cidades desde abril daquele ano e exercia a chefia de vendas e publicidade, declarando que a casa pertencia ao convento das Perdizes.

O interrogado prosseguiu dizendo que continuou a colaborar com a célula dominicana mesmo após ter se desvinculado da Ordem. Expressou que conseguiu um veículo emprestado pelo seu amigo Roberto Barros Pereira, engenheiro que compareceu à Livraria Duas Cidades

⁵⁰ Os códigos referem-se à íntegra do Auto de Qualificação e Interrogatório de João Antonio Caldas Valença (20 de novembro de 1969), pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. DOPS/SP – 30Z –160–4859; 30Z –160–4858; 30Z –160–4856; 30Z –160–4855; 30Z –160–4854; 30Z –160–4853; 30Z –160–4852; 30Z –160–4851.

para conversarem com o interrogado e Frei Fernando, relatando que o dono do veículo estava ciente de que o carro seria utilizado para proteger os perseguidos pelo regime civil-militar. E mencionou sobre outros veículos que foram emprestados por outros conhecidos de João. Expôs que a liderança do grupo passou para Frei Fernando depois que Frei Oswaldo foi estudar na Europa, ressaltando, mais uma vez, que o papel do grupo dominicano era prestar colaboração material às pessoas que precisavam fugir do país por motivos políticos, e por isso tinham contato com a ALN e Carlos Marighella. O interrogado prosseguiu dizendo que conheceu Tiana em Juiz de Fora, em 1962 ou 1963, depois confirmou que ela frequentava a Livraria Duas Cidades há alguns anos, sempre com o propósito de adquirir livros de filosofia e linguística. João afirmou que a cerca de 40 dias atrás ela o procurou na livraria, estava aos prantos e lhe pediu ajuda para conseguir documentos de identidade para um casal que precisava sair do Brasil por serem perseguidos pelo regime. Dentre outras informações, o interrogado fez as seguintes declarações: Frei Fernando realizava os contatos da célula com Marighella; Sebastiana não estava ligada a qualquer organização de esquerda; o apartamento onde residia pertencia a professora secundarista e universitária, Hermengarda Alves Ludke, que se encontrava na França cursando o doutorado, acrescentando, em seguida, que os livros da casa pertenciam à locatária, dentre os quais havia alguns títulos redigidos e publicados em francês, como *O manifesto do Partido Comunista*, ou *O papel histórico da classe trabalhadora*, de Lenin, e também *De Marx a Mao Tse-tung*, de Henri Chamber, publicado pela Livraria Duas Cidades em 1963. João confirmou que havia alguns apostilas sobre o marxismo e guerrilhas, as quais lhe foram repassadas pelos Freis Fernando e Ratton. João concluiu o interrogatório expressando que se considerava um socialista utópico, expôs que seu salário na Duas Cidades era de NCr\$ 400,00 mensais e finalizou declarando que jamais tinha sido preso ou processado.

Frei Fernando de Brito começou o longo interrogatório⁵¹ expondo seus dados pessoais, as tarefas de cada um dos membros da célula dominicana de apoio aos perseguidos políticos e como ocorria seus contatos com Carlos Marighella. O interrogado discorreu sobre sua trajetória pessoal e religiosa, dos locais onde estudou, de sua participação na Ação Católica como membro da JEC e do percurso que o levou a ordenar-se padre, em 1963, no convento das Perdizes. Passado três anos, ele foi para Juiz de Fora a pedido de seus superiores dominicanos, e em setembro de 1967 houve uma nova determinação provincial para que ele voltasse para São

⁵¹ Os códigos referem-se à íntegra do Auto de Qualificação e Interrogatório de Frei Fernando de Brito (19 de novembro de 1969), pesquisado no Arquivo Público de São Paulo. DOPS/SP – 30Z-160-4865; 30Z-160-4864 e 30Z-160-4863; 30Z-160-4862; 30Z-160-4861; 30Z-160-4860; 30Z-160-4990; 30Z-160-4989; 30Z-160-4988; 30Z-160-4987; 30Z-160-4986; 30Z-160-4985; 30Z-160-4984; 30Z-160-4983; 30Z-160-4982; 30Z-160-4981; 30Z-160-4980; 30Z-160-4979; 30Z-160-4978; 30Z-160-4977; 30Z-160-4976; 30Z-160-4975; 30Z-160-4974.

Paulo com o objetivo de trabalhar no setor editorial da Livraria Duas Cidades. No primeiros meses de 1968, o interrogado e Frei Oswaldo conversaram sobre os problemas sociais e políticos do país, ocasião em que decidiram formar uma célula dominicana para discutir a conjuntura brasileira e colaborar com as organizações que resistiam ao governo de exceção. Frei Fernando nomeou os integrantes do grupo religioso e relatou o que era discutido nessas reuniões, praticamente repetindo as informações declaradas por João Antonio Caldas Valença, apenas acrescentando que Carlos Marighella convidou a célula dominicana a auxiliar a ALN no acolhimento e na fuga dos perseguidos políticos. Entre os meses de agosto e novembro de 1968, o interrogado esteve em Belo Horizonte para resolver questões familiares, ainda que viesse regularmente a São Paulo para tratar de pendências na Livraria Duas Cidades e se inteirar dos trabalhos da célula dominicana de apoio à ALN, acrescentando que até junho de 1969 ele apenas manteve conversas com os integrantes do grupo, mas que nesse momento assumiu a coordenação do grupo pelo fato de Frei Oswaldo ter ido cursar o doutorado na Europa.

O interrogado declarou que veio a conhecer Carlos Marighella provavelmente em julho de 1969, quando ele foi ao Rio de Janeiro na companhia de Frei Ivo e teve o primeiro contato com o líder da ALN num apartamento localizado no bairro do Meyer. Nessa dia conversaram no interior de um veículo enquanto dirigiam nas imediações daquele bairro, quando estabeleceram que Marighella ligaria para o telefone da Duas Cidades quando precisasse se comunicar com Frei Fernando, assim como definiram a divulgação da ALN na Europa por intermédio de Frei Oswaldo, a conscientização do clero sobre a importância da organização para liquidar a ditadura vigente no país e a travessia de perseguidos políticos do Rio Grande do Sul para o Uruguai, aproveitando a estada de Frei Betto no convento de São Leopoldo. O frade disse que seus contatos com Marighella se davam pelo telefone da livraria, ocasião que o comunista utilizava o pseudônimo “Ernesto” e havia duas senhas para marcar o encontro presencial. Se a reunião fosse realizada em São Paulo, a senha era “apareça na gráfica”, o que significa dizer que o encontro realizar-se-ia na Alameda Casa Branca, n. 800, às 20hs; mas se o encontro fosse realizado no Rio de Janeiro, a senha era “pode buscar a tradução”, indicando que a reunião ocorreria nas imediações da rua Cruz com Carolina Santos, às 20hs. Frei Fernando expôs que ele e Frei Ivo foram para o Rio de Janeiro no dia 02 de novembro daquele ano com o objetivo de conversarem Sinval sobre as listas de presos políticos, a possibilidade de conseguirem religiosos para o grupo dominicano de apoio a ALN e locais para resguardar os perseguidos políticos. Entre outras informações expostas nesse interrogatório, Frei Fernando disse que foi preso no Rio de Janeiro, levado para o Cenimar – não mencionou as sessões de tortura no interrogatório –, depois ficou preso no DOPS de São Paulo e no dia 04 de novembro

foi levado à Livraria Duas Cidades pelos policiais, onde atendia os telefonemas enquanto aguardava a ligação de Carlos Marighella, mencionando que às 13h30 uma pessoa telefonou para o estabelecimento dizendo “aqui é por parte de Ernesto, esteja hoje na gráfica”. E prosseguiu relatando que ele e Frei Ivo foram ao local descrevendo a versão dos policiais, conforme relatamos no documento secreto. O religioso concluiu seu interrogatório informando que seu salário de editor era de NCr\$ 600,00 mensais e estava arrependido dos crimes cometidos. No final do documento está previsto que o preso infringiu a Lei de Segurança Nacional e foi detido na companhia de Frei Ivo.

A despeito de os interrogatórios dos Freis Maurício e Fernando divergirem de algumas informações expostas no livro *Batismo de Sangue*, conseguimos ao menos averiguar como a Livraria Duas Cidades tornou-se um dos cenários centrais do episódio que desaguou no assassinato de Carlos Marighella e na prisão dos religiosos que davam apoio aos perseguidos políticos pelo DOPS. Nunca é tarde relembrar que não temos pretensão de reconfigurar as linhas mestras do envolvimento da célula dominicana que contactou o líder comunista e colocou suas vidas em risco para evitar que algumas pessoas fossem presas e torturadas por um regime inegavelmente antidemocrático e de exceção. Apesar de algumas informações prestadas no interrogatório parecem estar condizente com os fatos ocorridos, uma análise mais acurada, especialmente quando comparamos os interrogatórios que eles prestaram com outras fontes bibliográficas e testemunhais, nos damos conta de que eles utilizavam determinadas informações e expressões porque estavam sob ameaça, e muitas vezes tinham acabado de saírem de uma sessão de tortura para prestarem interrogatórios gravados em vídeos-tapes, nos quais os agentes policiais orientavam o que deveria ser dito em frente à câmera.

Os religiosos Ivo e Fernando somente vieram a saber que Marighella provavelmente foi morto naquele episódio da Alameda Casa Branca quando retornaram ao DOPS. Os colegas presos lhes disseram que o delegado Fleury passou pelo cárcere e informou que o comunista estava morto. Após alguns anos, os frades argumentaram que envolvê-los naquele episódio do assassinato do líder da ALN era uma estratégia da polícia para incriminar a Ordem Dominicana. Na opinião deles, ao levarem Frei Fernando para a livraria e depois ele e Frei Ivo para participarem da captura do baiano fazia parte de um roteiro traçado pelo DOPS para fundamentar a versão policial. Sobre o apoio da célula dominicana à ALN, podemos afirmar que agiram com o propósito de auxiliarem os perseguidos políticos, seja oferecendo-lhes abrigo ou conseguindo documentos e meios para que essas pessoas pudessem deixar o país. Quando os religiosos se tornaram presos políticos, sofreram torturas físicas e psicológicas, viram suas vidas comprometidas ou até mesmo abdicaram da vida, como foi o caso de Frei Tito.

Questionamos a João Antonio e Frei Betto⁵² se Frei Benevenuto sabia do envolvimento deles com Carlos Marighella e a ALN. Como dissemos anteriormente, o primeiro foi taxativo ao dizer que Santa Cruz não sabia que o telefone da livraria era utilizado para contato com o líder da organização, e o segundo afirmou que embora não tivesse certeza, ele acreditava que o diretor do estabelecimento desconhecia que o telefone da livraria era utilizado para essa finalidade. Ao perguntarmos a Frei Betto como esse episódio interferiu na relação de Santa Cruz com os frades que trabalhavam no estabelecimento, ele respondeu manifestando que Frei Benevenuto provavelmente os apoiaram e compreendeu a relação deles com Marighella. Em seguida, indagamos se houve solidariedade do livreiro-editor com os encarcerados, ao que Frei Betto contestou dizendo, categoricamente, que houve solidariedade e manifestações de Santa Cruz, embora ele não tenha ido visitá-los no presídio. O entrevistado ressaltou que Ida Delorenzo, amicíssima de Santa Cruz e esposa de Antonio Delorenzo, foi várias vezes ao presídio onde eles estavam encarcerados. Em suas palavras, “[...] eu tenho certeza de que se o Benevenuto tivesse um pé atrás com a nossa situação, [...] seguramente a Ida não iria lá. [...] Ele teria envenenado a Ida com essa, possivelmente”⁵³.

O diretor da casa desconhecia⁵⁴ a atividade dos frades e a utilização do espaço e do telefone do estabelecimento para os contatos que eles estabeleceram com o baiano e os perseguidos políticos. Durante muitos anos a Livraria Duas Cidades carregou uma nódoa provocada por esse episódio. Para progressistas e esquerdistas, a livraria ficou conhecida como o local onde trabalhava os frades denunciadores do paradeiro de Marighella, enquanto conservadores e direitistas passaram a caracterizar a casa como um local de comunistas e subversivos. Como vimos no segundo capítulo, a carta que Frei Benevenuto enviou a Michel Quoist, em 17 de dezembro de 1970, esboça, sem mencionar a causa, o impacto negativo que o acontecimento proporcionou para a casa. Na próxima parte deste capítulo vamos avaliar a participação de Frei Benevenuto em um grupo de apoio aos frades encarcerados e de que maneira a invasão da livraria pelos agentes da ditadura impactou na trajetória do livreiro-editor e do estabelecimento que ele dirigia.

⁵² Frei Betto, entrevista, 26 jul. 2019.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ Em 1996, Santa Cruz declarou para *O Estado de S. Paulo* que Frei Fernando era gerente da editora e tinha atividades políticas que ele não sabia quais eram. Acrescentou que desconhecia o uso do telefone da livraria para fins de contato com Carlos Marighella, e concluiu sua breve curtíssima exposição declarando que o frade não denunciou o líder da ALN e que o DOPS tentou desmoralizá-lo perante a esquerda e os dominicanos. Ver: ALVES, Tarcísio. Deops envolveu livraria em atentado: versão policial afirma que Freis dominicanos delataram Marighella, líder da ALN. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 3, n. 105, 18 mar. 1996. Seu Bairro, p. Z12.

Frei Benevenuto aposenta a batina e se aproxima da academia

O diretor da livraria e editora dominicana ficou aturdido com a sucessão de acontecimentos envolvendo a Duas Cidades e os frades que trabalhavam na casa. Os agentes policiais primeiro grampearam o telefone da livraria, depois invadiram-na, cercaram as imediações da rua Bento Freitas e colocaram Frei Fernando para aguardar o telefonema do líder comunista. Provavelmente insatisfeitos com a quantidade de informações coletadas sobre a célula dominicana de apoio aos perseguidos políticos, os agentes do DOPS de São Paulo também recolheram publicações nacionais e internacionais sobre a prisão dos religiosos, muitas das quais eram provenientes de setores progressistas da Igreja e do laicato católico, assim como investigou a propaganda da Livraria Duas Cidades em revistas universitárias e produziram uma ficha de José Petronilo de Santa Cruz a pedido do Serviço Nacional de Informações. Após o impacto causado com a prisão dos frades e a invasão da livraria, Frei Benevenuto e outros dominicanos do convento das Perdizes organizaram um esquema de apoio aos religiosos encarcerados. Em 1968, um ano antes da invasão ao estabelecimento livreiro, Santa Cruz começou a lecionar na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco e manteve a atividade docente possivelmente até o início da década de 1970, quando decidiu se desvincular da Ordem Dominicana.

Na esteira dessas observações, encerramos este capítulo avaliando as condicionantes que levaram o livreiro-editor a aposentar a batina e se aproximar da academia. Ainda que muitas das entrevistas colhidas para este trabalho aleguem outros fatores determinantes para Frei Benevenuto deixar a congregação dos pregadores depois de três décadas portando o hábito dominicano, nós defendemos que o cerco da ditadura à livraria teve um papel determinante em sua decisão de deixar a Ordem em 1972. Primeiro investigamos o acervo do DOPS de São Paulo para avaliar de que maneira os órgãos de segurança da ditadura recolhiam informações sobre os dominicanos, o livreiro-editor e a casa que ele dirigia, depois perquirimos os depoimentos de Frei Betto e Humberto Pereira a fim de analisar como um grupo de padres agiram perante a prisão dos jovens frades. E por meio do testemunho de Humberto e de outras fontes documentais, avaliamos o papel que este cumpriu para o estabelecimento no período de transição da cidade de Deus para a cidade dos homens, momento em que nosso personagem iniciou a experiência docente, teve sua excomunhão aprovada e acercou-se do público universitário através dos livros publicados pela editora e dos clientes frequentadores da livraria.

Um dos documentos arquivados na massa documental do DOPS paulista é proveniente do jornal católico francês *Informations Catholiques Internationales*. O periódico bimensal foi

criado pelos dominicanos de Paris, publicado entre 1955 e 1983, e dirigido pelo jornalista Georges Hourdin. Em 15 de novembro de 1969, o jornal lançou um artigo chamado “Brasil: A ditadura põe a culpa nos dominicanos acusados de cumplicidade com os movimentos revolucionários”, o qual foi traduzido para a língua portuguesa, a pedido do DOPS⁵⁵, pela professora Anne Marie Mercer. Neste texto relatam que souberam da prisão dos dominicanos brasileiros por terem auxiliado a organização dirigida por Marighella, seja escondendo membros dessa entidade, seja transferindo os perseguidos para o Uruguai. Assim que o órgão policial divulgou o encarceramento dos frades, argumentam que a imprensa conservadora brasileira teceu manifestações ultrajantes contra a Ordem Dominicana. Mencionaram o editorial de *O Globo*, cujo enredo denunciava os jovens religiosos de terem traído o comunismo, ao delatarem Marighella, e a fé, por aderirem ao comunismo, assim como disseram que *O Estado de S. Paulo* julgou os pregadores como uma ameaça a segurança nacional, e o *Jornal do Brasil* anunciou que a polícia enviaria ao episcopado brasileiro um documento com informações sobre as denúncias contra os frades aprisionados.

Segundo a matéria, o então presidente dos bispos brasileiros respondeu à declaração do DOPS, assegurou seu apoio aos frades presos sustentando que eles não praticaram atos de violência ou terrorismo e pediu que lhes fossem respeitados os direitos humanos. Dias depois desse pronunciamento ocorreu a reunião do conselho presbiteriano de Porto Alegre, cuja declaração defendeu a prisão dos frades e a ação da polícia, embora declarassem que deveria ser respeitado as leis e os direitos dos religiosos. Do outro lado do atlântico, representantes das províncias dominicanas de Paris, Toulouse e Lyon, os padres Carré, Congo, Liège, Chenu (os dois últimos autores da *Duas Cidades*) e outros religiosos tornaram pública uma cartada enviada ao presidente da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, na qual prestavam solidariedade aos religiosos encarcerados e pediam que a Igreja não os desamparasse diante das ações de um regime ditatorial, enfatizando que os dominicanos eram a única ordenação católica do Brasil que lutava contra um governo de exceção. O artigo concluiu mencionando que o padre Couesnongle e o provincial da Ordem no Brasil publicou um comunicado defendendo os religiosos presos e pedindo para as autoridades competentes provarem as acusações que lhes eram feitas. E ao fim da tradução do texto vem um informe datilografado anunciando que o jornal francês era comercializado pela Livraria *Duas Cidades* em território nacional.

Também encontramos um editorial e um informe no acervo do órgão policial de São Paulo que demonstram como o aparelho de inteligência do regime ditatorial vasculhava

⁵⁵ Os códigos referem-se ao referido artigo. DOPS/SP – 50Z-0-347; 50Z-0-346; 50Z-0-345.

algumas publicações católicas. Ambos os textos são provenientes do *Centro de Informações Ecclesia*, boletim informativo criado durante o arcebispado de Dom Agnelo Rossi. No editorial intitulado “Uma Igreja Incômoda”⁵⁶, publicado em 19 de maio de 1972, os redatores argumentam que a autoridade eclesiástica e os leigos católicos vinham assumindo uma postura em defesa de uma sociedade mais fraterna, solidária e cristã para a América Latina, colocando em prática um conjunto de ações a propor justiça e reformas para o continente, movimento que tornou a Igreja um estorvo para aqueles que desejavam manter as iníquas e injustas estruturas vigentes, os quais alcunhavam os defensores da paz de subversivos. No mesmo boletim há uma matéria nomeada “Nova livraria católica em São Paulo”⁵⁷, a qual relata, primeiro, a inauguração do estabelecimento de propriedade do movimento familiar cristão, com sede na rua Frederico Abranches, e depois listaram as livrarias católicas⁵⁸ existentes na capital paulista de 1972, dentre as quais encontrava-se a Livraria Duas Cidades.

Tanto o artigo publicado no jornal *Informations Catholiques Internationales* quanto as duas matérias do *Centro de Informações Ecclesia* são evidências das investigações do DOPS sobre as instituições católicas que denunciavam os desmandos do regime civil-militar. A despeito do interregno temporal entre esses textos, a presença deles no acervo da polícia reforça o quanto os setores progressistas de religiosos e leigos cristãos incomodavam a ditadura, ao ponto de coletarem informações sobre os dominicanos e outras alas da Igreja que denunciavam as ações repressivas do governo. Não é fortuito que os agentes policiais incluíssem o rol de livrarias católicas existentes em São Paulo em suas investigações, locais que poderiam congregiar pessoas potencialmente subversivas. Com efeito, esses espaços eram vigiados pelos órgãos de inteligência do Executivo e podiam ser tragados pelas sevícias da repressão.

Algumas revistas universitárias e outras instituições ligadas à área científica e cultural também receberam a atenção do DOPS paulista, que não apenas fichavam as publicações, como também identificavam onde elas eram impressas e quais estabelecimentos as patrocinavam. No acervo do órgão policial descobrimos que a Duas Cidades, a Francesa e outras livrarias, editoras e cursos preparatórios para o vestibular anunciavam suas propagandas⁵⁹ na revista *A parte*,

⁵⁶ DOPS/SP – 50G-2-354A.

⁵⁷ DOPS/SP – 50G-2-353.

⁵⁸ “[...] São Paulo passa, agora, a ter as seguintes livrarias católicas: Livraria Edições Paulinas (Praça da Sé), Livraria e Centro Internacional Catequético, das Irmãs Paulinas (Praça Clóvis Bevilacqua), Livraria Paulina, das Irmãs Paulinas (R. Domingos de Moraes), Livraria Vozes Editora (R. Senador Feijó), Livraria Agir Editora (R. Bráulio Gomes), Livraria Editora Herder (Praça Dom José Gaspar), Livraria Duas Cidades (R. Bento Freitas), Livraria Ave Maria Ltda. (R. Jaguaribe), Livraria Editora Flamboyant Ltda. (R. Lavradio), Livraria Editora Salesiana Ltda (Largo Coração de Jesus) e Livraria Catedral (R. Senador Feijó). Junto a várias instituições católicas, como o Regional Sul I da CNBB, o Secretariado das Equipes de Nossa Senhora, e outras, também funcionam Livrarias, de interesse mais especializados”. Ibid.

⁵⁹ O código refere-se às duas revistas. DOPS/SP – 30C-1-19997.

criada, em 1967, pelo arquiteto, pintor, desenhista e professor Sergio Ferro Ferreira (então membro da ALN), ano em que ele também fundou a *Teoria e Prática*. Embora essas publicações tenham tido curta duração em razão do endurecimento do regime, ambas contribuíram com o pensamento universitário produzido naquela época, a primeira dedicando-se a discutir o teatro realizado pelos estudantes da USP e a segunda a problematizando a teoria e prática no campo das artes e humanidades, motivo pelo qual as duas revistas contaram com a participação de docentes uspianos das áreas de ciências humanas e sociais, de críticos de arte, atores, escritores e dramaturgos.

Além desses periódicos, encontramos uma alusão à Duas Cidades num documento datado de 27 de fevereiro de 1974, cujo assunto, “Revista de Filosofia”, provavelmente refere-se ao periódico *Discurso*, fundado, em 1970, pelo Departamento de Filosofia da USP e distribuído pelo Centro Acadêmico desse curso. As propagandas presentes nessa revista divulgavam os livros importados e comercializados pela casa de Santa Cruz, assim como as obras vendidas pelas livrarias Francesa, Ler, Ciências Humanas e Companhia Editorial Nacional. Nesse documento, o órgão policial fez a seguinte advertência: “chamamos atenção para a propaganda da Livraria Duas Cidades Ltda. onde, em 1969, foi marcado o ‘ponto de encontro’ entre Frei Ivo e Marighella”⁶⁰. Por mais que esses exemplos podem abrigar informações incorretas, como menção a Frei Ivo ao invés de Frei Fernando, ao menos eles nos permitem compreender como o órgão de inteligência do DOPS investigava e manipulava as informações das instituições e pessoas que eram contrárias à ditadura e foram direta ou indiretamente relacionadas a alguns fatos ocorridos durante o regime de exceção civil-militar.

Esse procedimento ocorreu com o nosso personagem em duas ocasiões. Na primeira, o serviço de informações da polícia paulista produziu um documento datado de 21 de março de 1974, intitulado “Benvenuto de Santa Cruz ou José Petronilo de Santa Cruz, ‘sem qualificação’”⁶¹. Nesta declaração relatam que o epigrafado foi diretor do movimento EH segundo um relatório da polícia de 1963, depois declararam que o Ministério do Exército comunicou o DOPS, em 20 de outubro de 1967, que o frade foi organizador da Ação Popular em Santos, responsável pela comercialização do jornal *Brasil, Urgente* e acrescentando que ele era diretor da Editora Duas Cidades; e concluíram afirmando que “no auto de qualificação e de interrogatório de Terezinha Godoy⁶², aparece o nome da Livraria Duas Cidades e o nome

⁶⁰ DOPS/SP – 50C-22-7213 é código onde se encontra a citação e as propagandas da Companhia Editora Nacional e da Livraria Ciências Humanas, e no código 50C-22-7211 estão as propagandas da Duas Cidades, Francesa e Ler.

⁶¹ DOPS/SP – 20-C-43-4150.

⁶² Para maiores informações sobre Terezinha Godoy, consultar: TEREZINHA DE GODOY ZERBINI. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/therezinha-zerbini/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

“Bene”, sendo este alcunha de [...] Benvenuto de Santa Cruz, proprietário e dirigente da já citada livraria (25/2/1970)”. A partir desse documento é possível deduzir que os órgãos de informação do governo às vezes colhiam dados incorretos ou imprecisos, a exemplo de terem mencionado o frade como Benvenuto, enunciarem que ele foi um dos responsáveis pela fundação da Ação Popular de Santos, algo que não encontramos em no acervo pessoal de Santa Cruz nem nos outros arquivos consultados durante nossa pesquisa, o que nos leva a crer que ele não se envolveu diretamente em uma entidade composta majoritariamente por jovens universitários e pessoas ligadas à JUC. Outro ponto que chamou nossa atenção foi o fato de não terem mencionado o interrogatório que Frei Benevenuto concedeu ao delegado Fleury em 1969, da mesma forma que não encontramos esse documento no acervo DOPS. E ainda que nenhuma outra fonte pesquisada mencione a Duas Cidades como um local de revenda do *Brasil, Urgente*, parece-nos crível que a casa tenha sido um ponto de comercialização do periódico dirigido por Frei Carlos Josaphat, assim como as informações de Terezinha Godoy são compatíveis a alguns dos depoimentos colhidos para este trabalho, os quais mencionaram o apelido Bené, utilizado pelas próximas a Benevenuto, como foi a interrogada.

Mas algumas incorreções e lacunas factuais permanecem na segunda ocasião em que o SNI requereu o pedido de busca nº 0346/750, de 14 de janeiro de 1977, nomeado “José Petronillo de Santa Cruz” (ver figura 29)⁶³. Neste documento de caráter confidencial, mencionaram, corretamente, a filiação, o local de nascimento e a residência do livreiro-editor, porém deturpam a realidade factual ao dizerem que era membro da Ordem Dominicana, formado em Direito pela faculdade do Recife, relatando que ele trabalhou em fábricas, foi responsável pelo jornal *Brasil, Urgente* e organizador da Ação Popular de Santos. De todo modo, afirmaram, acertadamente, que ele foi para a França seguir a carreira religiosa, onde estudou Filosofia e Teologia e fez cursos especializados, depois se tornou o mais importante representante do padre Le Bret no Brasil, citando os trabalhos que eles dirigiram no país, a SAGMACS, a participação do frade no conselho diretor de EH e do IRFED, no conselho de menores do Estado de São Paulo e na comissão organizadora do IV Centenário da cidade. Contudo, o documento descreveu duas informações que evidenciam o cerco que a ditadura parecia promover no entorno profissional e político de Santa Cruz; a primeira delas afirmou que o livreiro-editor estava “[...] sendo cogitado para [um] cargo⁶⁴ no Sindicato do Comércio Varejista de Livros de São Paulo”, e a segunda solicitava “[...] dados adicionais sobre o nominado que possam auxiliar na caracterização da posição político-ideológica, atividades

⁶³ DOPS/SP – 20-C-43-4150.

⁶⁴ Não conseguimos descobrir se o livreiro-editor ocupou ou pleiteou este cargo.

subversivas e atitude face à Revolução de 31 de MAR 64". Diante dessas afirmações, suspeitamos que a ditadura estava no enlaço do livreiro-editor, possivelmente por ele ser o diretor da Duas Cidades e pelo trabalho que vinha desenvolvendo à frente da casa, que durante os anos 1970 era frequentada por universitários e intelectuais, e houve uma inflexão no catálogo da editora ao lançar algumas obras que debatiam as contradições vigentes no país a partir de pesquisas acadêmicas conduzidas em diversas instituições de ensino superior do país.

Figura 29. Pedido de busca do SNI sobre José Petronilo de Santa Cruz

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
PEDIDO DE BUSCA Nº 0346/750 /ASP/SNI

DATA : 14 JAN 77
 ASSUNTO : JOSÉ PETRONILLO DE SANTA CRUZ
 REFERÊNCIA:
 ORIGEM :
 DIFUSÃO : II EX - 2a. SEC./ 1º DN - IV
 ANEXOS):

D.O.P.S.
DIRETORIA GERAL
 À Divisão de Informações
 Em 27 de Janeiro de 1977
 COMAR - DPF - DEOPS/SP

1. DADOS CONHECIDOS

a) JOSÉ PETRONILLO DE SANTA CRUZ é filho de THEOTONIO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA e JULIETA A. DE SANTA CRUZ OLIVEIRA; DLM 3 ABR 18, S. Luiz do Quitunde - AL; IDT 1.233.442; CPF nº 199.321.364; residente na Rua Gabriel dos Santos nº 398 - Aptº 43.

b) Antecedentes
 JOSÉ PETRONILLO DE SANTA CRUZ também Frei BENEVENUTO DE SANTA CRUZ da Ordem dos Dominicanos, é um dos proprietários e fundadores da "LIVRARIA DUAS CIDADES".

Formou-se em Direito no Recife, seguindo após para a França onde, já integrado na vida religiosa, estudou Filosofia e Teologia, Concluídos os estudos eclesiásticos, trabalhou em fábricas e fez vários cursos especializados, em Lyon e Paris.

No Brasil, foi o principal colaborador do padre LEBRET, nos diversos trabalhos realizados, entre os quais:

- Para a Comissão Interestadual da Bacia Paraná - Uruguai: "Necessidades e Possibilidades de Desenvolvimento do Estado de São Paulo" e "Necessidades e Possibilidades de Desenvolvimento nos Estados do Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul".

Além disso realizou, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Co-direção do grupo que realizou o levantamento urbano da cidade de Belo Horizonte-196 (ante-projeto do plano diretor da cidade).

2. DADOS SOLICITADOS

a) Dados adicionais sobre o nominado que possam auxiliar na caracterização da posição político-ideológica, atividades subversivas e atitude face à Revolução de 31 MAR 64.

b) Outros dados julgados úteis. -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

- oooooo 000 oooooo-

CONFIDENTIAL

7, 2 42

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (DOPS/SP – 20-C-43-4150)

O fato de o DOPS levantar informações sobre a trajetória religiosa, política e profissional de Santa Cruz impele-nos a dialogar com os depoimentos que Frei Betto e Humberto Pereira concederam para este trabalho. Ambos avaliaram o papel de Santa Cruz para a Ordem Dominicana e sua atividade cultural como livreiro-editor. Embora Frei Betto não tenha tido uma relação estreita com Benevenuto, ele foi aluno do frade durante sua profissão religiosa e habitaram no convento das Perdizes nos anos 1960. Betto relatou que Santa Cruz lhe apresentou a alguns personagens da alta intelectualidade paulistana, julgou que ele abandonou a Ordem

por razões afetivas, e o enxergava como um militante intelectual, “[...] quer dizer, [...] ele exercia esse papel de aproximar as pessoas, [...] era um articulador de convergências”⁶⁵.

Como salientamos no segundo capítulo, ainda que Frei Betto reconheça a importância de Santa Cruz para a área cultural da Ordem e sua capacidade de estabelecer pontes entre dominicanos e representantes da intelectualidade paulistana, nos interstícios do depoimento o entrevistado parece demonstrar um grau de distanciamento do então Frei Benevenuto, talvez pela diferença geracional, talvez pelo fato de jamais terem tido uma relação próxima, ou, quem sabe, porque ele e os outros frades que trabalhavam na livraria tenham sentido que o livreiro-editor se afastou dos jovens religiosos encarcerados. E é nesse sentido que o testemunho de Humberto Pereira⁶⁶ (Frei Patrício até o início dos anos 1970) torna-se uma fonte central para explorarmos o interregno entre finais dos anos 1960 e início de 1970, na medida em que seu testemunho trouxe uma versão um pouco diferente da relatada por Frei Betto no *Batismo de Sangue*. O então Frei Patrício habitava no convento das Perdizes quando a Duas Cidades foi invadida pelos agentes do DOPS e os sacerdotes encarcerados, motivo pelo qual ele e outros religiosos organizaram um grupo de apoio aos frades presos e o entrevistado se transformou em um personagem crucial tanto para Santa Cruz quanto para a livraria e editora.

Humberto passou a conviver com Frei Benevenuto quando se mudou para São Paulo, em março de 1960, período em que concluiu o noviciado e a profissão religiosa no Convento Santo Alberto Magno e exerceu atividades no campo da produção cinematográfica. No final dessa década ocorreu a prisão de quase todos os integrantes da célula dominicana envolvida com a ALN e Marighella, episódio retratado por Pereira a partir de uma versão de alguém que autuou nos bastidores dos acontecimentos, por meio de um grupo formado para apoiar os religiosos aprisionados e foragidos. Os Freis Magno e Raton conseguiram escapar da prisão e eram perseguidos, enquanto os outros membros da célula foram trancafiados e torturados. Segundo Humberto, a Ordem ficou abalada com a peripécia e houve uma parte dessa história “[...] que Frei Betto não sabe, [ou] sabe mal, porque [ele] estava no Rio Grande do Sul. O que aconteceu no Convento? Naquela hora é que se formou o que hoje se chama de *War Room*, uma sala de guerra, um salão de crise, do qual participaram os seguintes frades [...]”: Domingos Maia Leite, Benevenuto de Santa Cruz, Edson Braga de Souza, Sebastião Neves, Luiz Fernando Gorgulho e Patrício. Destarte, o entrevistado se aproximou da Duas Cidades e do livreiro-editor.

A Ordem Dominicana havia agendado um capítulo da província para ocorrer no estado de Goiás, durante os primeiros dias daquele obscuro mês de novembro. Como provincial, Frei

⁶⁵ Frei Betto, entrevista, 26 jul. 2019.

⁶⁶ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

Domingos teria de ir ao capítulo provincial, mas Humberto pediu a palavra durante uma reunião dos integrantes do salão de crise, argumentou que o chefe da congregação não poderia sair de São Paulo, sugeriu que os dominicanos situados em outras cidades deveriam se dirigir à capital paulista e reforçou que a situação dos religiosos encarcerados poderia levá-los à morte. O entrevistado disse que os frades do *War Room* concordaram com sua intervenção e decidiram não apenas convocar os dominicanos brasileiros, mas também um pregador do estrangeiro, o Vincent de Couesnongle. Assim que a reunião acabou, ele enviou um telegrama internacional para Roma solicitando a presença do padre francês em São Paulo pela relevância de um representante da Igreja acompanhar o enfado dos religiosos presos. Humberto declarou que a vinda de Couesnongle ao Brasil foi importantíssima, na medida em que o padre retornou a Roma e relatou suas impressões ao papa Paulo VI, que tomou partido dos frades, como foi dito por Frei Betto no *Batismo de Sangue*, embora o autor parece desconhecer o papel dos frades que compunham o salão de crise montado para defender os religiosos enjaulados e perseguidos.

Foi na primeira semana de novembro que Frei Patrício levantou cedo, dirigiu-se ao refeitório do convento para preparar seu café da manhã e reparou Frei Benevenuto estava vindo em sua direção. Em suas palavras, Santa Cruz “[...] sentou na minha frente, estava abatido, e falou: ‘a livraria não vai abrir hoje’; eu perguntei, ‘o que houve?’; ele disse, ‘o Fleury me convocou para ir ao DOPS, e eu não sei se saio de lá ou fico lá, eu não tenho como prever [o que irá acontecer], então a livraria não abre mais’”. Subitamente, Humberto Pereira protestou: “‘não senhor, me dá a chave que vou lá e abro’. [...] Ele foi para o DOPS e eu para a livraria. Eu não tinha nada com a livraria. Fui para politicamente abrir uma livraria que não podia ser fechada, atemorizada. Não foi minha valentia, foi minha juventude”. E acrescentou que Frei Benevenuto não tinha a menor ideia da relação que os funcionários religiosos da Duas Cidades tinham com a ALN, tampouco o cerco formado pelo DOPS dentro do estabelecimento:

Ele sabia que existia o Marighella, sabia que existia a ALN, não era bobo. E tinha um espião, um rapaz que era da Aeronáutica e conseguiu um emprego dentro da livraria. Quando abri a livraria, no segundo ou terceiro dia, esse menino pediu demissão. Tinha terminado a missão dele. Um rapazinho trabalhando com livro. Trabalhava embaixo, na parte da livraria, de venda. Eu não lembro o nome dele [...], eu sei que estive com esse rapaz na livraria dois ou três dias no máximo, ele pediu demissão e foi embora. [...] Um sujeito que foi da Aeronáutica, pede demissão e vai embora quando tinham recém prendido o Marighella... Não tem como não ser espião, não é?

Enquanto o livreiro-editor do estabelecimento estava no DOPS, Humberto Pereira abriu a livraria e recebeu os funcionários. Passado o horário de almoço, chegou Frei Benevenuto. Na

opinião do entrevistado, Fleury chamou o religioso para depor com o intuito de intimidá-lo, de demonstrar que conhecia seus passos e suas amizades com pessoas investigadas pelos órgãos de inteligência do governo. Naquele dia, o diretor da casa conversou com Humberto e pediu para ajudá-lo por uns dias assumindo a vaga de assistente editorial que era ocupada por Frei Fernando. “[...] Santa Cruz estava sozinho, as funcionárias que trabalhavam lá não tinham estofo para aguentar aquela carga em cima da Livraria Duas Cidades. [...] Ele pediu para ficar dias e fiquei mais de 4 anos”, de novembro de 1969 até junho de 1975.

O entrevistado recordou que a prisão dos frades e o assédio dos policiais em relação à livraria e ao convento provocaram novos caminhos para sua vida. Ele pretendia deixar a Ordem em 31 de dezembro de 1969, já havia planejado sua saída com seus superiores e naquela época tinha uma namorada com quem pretendia se casar (ainda hoje é sua esposa), mas a mancha que o regime civil-militar provocou na congregação dominicana e a caçada dos policiais aos Freis Magno e Raton o impeliu a continuar na ordenação até os dois conseguirem deixar o país, o que ocorreu apenas em setembro de 1970, quando se tornaram exilados políticos na Europa. Segundo Humberto, os integrantes do salão de crise chegaram à conclusão de que a prisão dos religiosos pretendia não apenas prejudicar os encarcerados e a congregação dominicana, mas também depreciar os setores progressistas da Igreja. Quando perguntamos se os membros do *War Room* foram solidários com os frades encarcerados, o entrevistado foi categórico ao dizer que eles ficaram do lado frades, sendo os responsáveis por estruturarem um sistema de assistência jurídica, de escala de visitas, de alimentação e de contato com as famílias. Humberto declarou que duas pessoas se destacaram nesse salão de guerra, a primeira foi Frei Edson, encarregado de levar alimentação aos religiosos uma vez por semana, e a segunda foi Frei Sebastião Neves, que conseguiu preparar um sistema de proteção aos dois dominicanos que não tinham sido presos, levando-os de um lugar para outro até conseguirem sair do país. Em seguida, o entrevistado expôs que cada um dos membros do *War Room* tomaram a decisão de conversarem com os bispos progressistas da Igreja brasileira, informando-os que a prisão dos frades era um atentado à ala renovadora do catolicismo, convencendo-os de que os religiosos não eram subversivos ou pegaram em armas. Também houve solidariedade aos frades quando estavam sendo julgados pelo Tribunal Regional Militar, momento em que Humberto e Santa Cruz foram pessoalmente à audiência portando o hábito branco.

Foi na esteira desses acontecimentos que o entrevistado assumiu o lugar de Frei Fernando de Brito como assistente editorial da Livraria Duas Cidades, em novembro de 1969. Assim que aposentou a batina, ele foi morar numa quitinete no centro de São Paulo e afirmou que dois anos depois Frei Benevenuto deixou a Ordem. Na opinião do entrevistado, o motivo que levou

Santa Cruz e outros padres a abandonarem a vida religiosa naquela época não tinha relação direta com as paixões que uns e outros poderiam ter tido nesse período, argumentando que havia um esgotamento de muitos frades com a estrutura eclesiástica, os quais deixavam a congregação sem abandonar suas crenças religiosas. Em sua opinião, o livreiro-editor morreu como devoto de nossa senhora e grande admirador dos poemas de São João da Cruz, porém a Ordem estava se degenerando nesses anos, momento em que se enfraquecia em decorrência de um negócio organizado por uns padres mais antigos e outros que tinham vindo de outras congregações, os quais montaram um consórcio para ganhar dinheiro, contrariando os princípios basilares de uma ordenação mendicante. Esses padres e alguns leigos convenceram a Sociedade Impulsionadora da Instrução (SII) a elaborar um consórcio chamado Aprovei, cujo mote era a comercialização da venda de veículos, o que quase levou a Ordem à falência. O entrevistado relatou que essa atividade empresarial deixou Frei Benevenuto extremamente irritado, ao ponto de um dia ele ter dito ao entrevistado: “Humberto, não aguento mais ficar lá dentro com aquele povo. Não aguento mais, não dá para ficar”.

Ao questionarmos se o impacto da ditadura na trajetória do livreiro-editor e da casa que ele dirigia esteve restrito ao interrogatório de Fleury com Santa Cruz e a invasão da livraria pelos agentes do DOPS, Humberto declarou que o chamado do delegado foi o ponto mais grave em sua opinião, pois demonstrava o desejo da polícia em amedrontar o ainda Frei Benevenuto. Apesar disso, o entrevistado ponderou que o cerco ao estabelecimento constrangeu a Livraria Duas Cidades, deixando todos prudentes, principalmente na área editorial, a exemplo do que aconteceu com ele logo no início de seu trabalho como editor da casa:

O escritor Ignácio de Loyola Brandão escreveu *Zero*⁶⁷, um livro que marcou a literatura brasileira contemporânea daquela época, como resistência à ditadura. Ele levou os originais pra mim, em primeiro lugar. Isso era um conhecimento que eu tinha, eu tinha também a minha geração, não era só a geração de Santa Cruz. Aí, eu falei assim para o autor: ‘Ignácio, eu li o livro, é um livro maravilhoso, mas agora não posso publicar’. Primeiro, havia um aperto financeiro, banco não emprestava dinheiro, esse tipo de coisa; segundo, a gente estava com os frades presos, não mão deles.

Nessa linha de considerações, o testemunho de Humberto Pereira clareia esses anos conturbados para o livreiro-editor e a Livraria Duas Cidades. Seu depoimento comprova a

⁶⁷ Para Hallewell (*op. cit.*, 2012, p. 654), “[...] *Zero: romance Pré-histórico*, de Ignácio de Loyola Brandão, escrito em 1968-1969, foi publicado inicialmente em tradução na Itália, onde ganhou diversos prêmios literários, antes de ser editado no Brasil, pela Editora Brasília, em julho de 1975. Foi, então, incluído nas listas de *best-sellers* durante alguns meses e alcançou uma segunda edição antes de ser subitamente proibido e processado como imoral e pornográfico, em 1976”.

solidariedade do grupo de frades que compunham o salão de crise perante os religiosos da célula dominicana de apoio a ALN, demonstrando que Frei Domingos não foi o único apoiador dos encarcerados, e houve, portanto, uma verdadeira rede de apoio para proteger os que fugiram do cárcere e para amparar os que estavam enjaulados no presídio Tiradentes. A fala do entrevistado amplia a compreensão do que Frei Betto expôs em seu *Batismo de Sangue*, assim como torna evidente o raio que caiu sob os ombros do livreiro-editor, do estabelecimento que ele dirigia e da Ordem Dominicana. Apesar de a maioria dos nossos entrevistados alegarem que Santa Cruz aposentou a batina por questões afetivas, o depoimento de Humberto alerta que houve um desgaste do nosso personagem com algumas ações tomadas pela congregação no início dos anos 1970, assim como em determinada altura de seu testemunho alegou que o novembro de 1969 foi o início do rito de passagem de Frei Benevenuto para Professor Santa Cruz.

Ao procurarmos juntar as peças desconexas que compõem esse período de transição da cidade de Deus para a cidade dos homens, a questão afetiva é a última hipótese que o levou a sair da vida religiosa para a vida secular. Nesse período ele ainda não tinha conhecido Maria Antonia, e ainda que alguns dos depoimentos colhidos para esta tese mencionem sua amizade com diversas mulheres, muitas das quais foram suas confessoras, nenhum deles afirmam que Santa Cruz tinha envolvimento próximo e afetivo com qualquer uma delas nessa época. Apenas uma foi recorrentemente mencionada em alguns testemunhos, a Ida Delorenzo, a qual foi apaixonada pelo Frei Benevenuto e não teve sua paixão correspondida, segundo esses relatos. Ida era esposa Antonio Delorenzo Neto⁶⁸. O casal era amicíssimo do religioso desde os tempos do movimento EH, ao ponto de ter se tornado um agregado da família, indo os visitar quase todos os finais de semana durante mais de uma década.

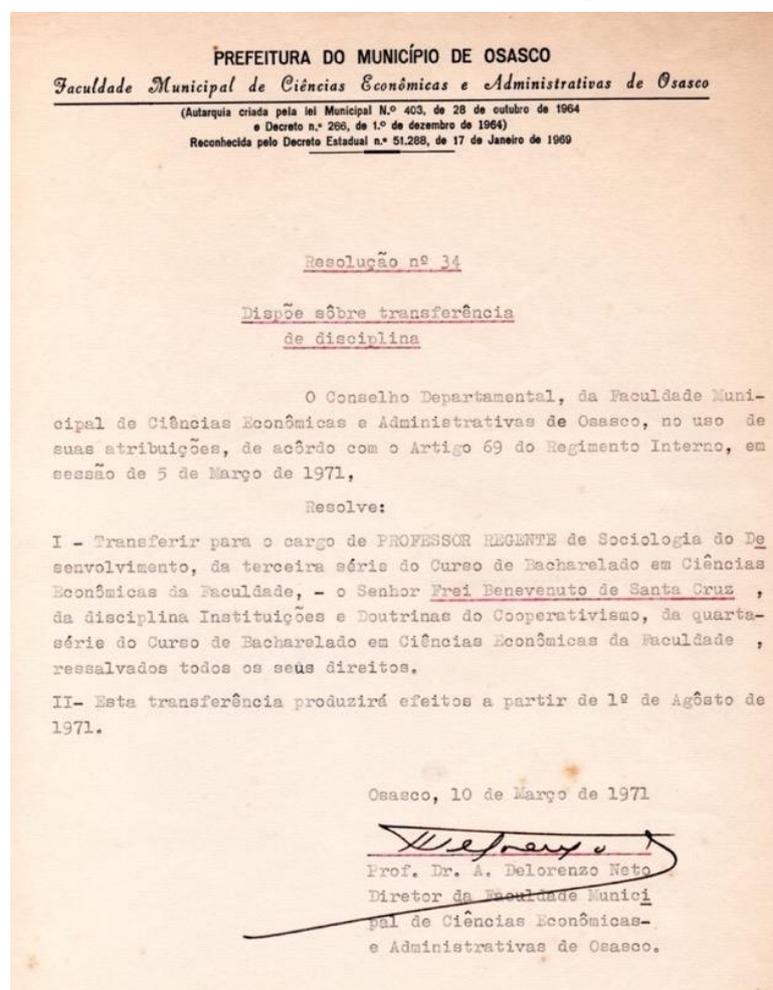
Foi mediante o convite de Antonio Delorenzo, então professor doutor e diretor da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, que Frei Benevenuto de Santa Cruz foi nomeado, em 4 de março de 1968, para exercer o cargo de professor⁶⁹ titular da cadeira de Instituições e doutrinas do Cooperativismo, da quarta série do curso de Ciências Econômicas desta faculdade. No arquivo pessoal de José Petronilo há uma resolução (ver figura 30) assinada por Antonio Delorenzo em 10 de março de 1971, a qual transfere Frei Benevenuto para a cadeira de Sociologia do Desenvolvimento. Foi a partir de sua docência nessa faculdade que o religioso começou a ser chamado e conhecido por muitos como

⁶⁸ Para maiores informações sobre Antonio Delorenzo, ler a nota de rodapé nº 237 do primeiro capítulo desta tese.

⁶⁹ O acervo pessoal de José Petronilo também abriga um ofício, de fevereiro de 1968, em nome do prefeito do município de Laranjal Paulista/SP e do professor Antonio Delorenzo, indicando Frei Benevenuto para reger a cadeira “Cooperativismo (Doutrina e Técnica)”, da quarta série do curso de Ciências Econômicas que estava a ser organizado na faculdade municipal. Parece-nos, porém, que a iniciativa não prosperou.

Professor Santa Cruz, sobretudo quando aposentou a batina. Não conseguimos desvendar por quanto tempo ele exerceu a carreira docente e se houve outras instituições que ele tenha lecionado nesses anos. Ainda assim, o fato de ele ter sido professor universitário durante os anos de chumbo nos faz crer que o livreiro-editor vinha refletindo sobre sua vida religiosa antes mesmo do episódio em que o DOPS invadiu a Livraria Duas Cidades. Como identificamos nos dois primeiros capítulos, o frade tinha suas divergências com alguns superiores da Ordem no período em que trabalhou com o padre Leuret e foi diretor da SAGMACS e do grupo de EH no Brasil, assim como seus relatórios encaminhados às reuniões do capítulo provincial reforçam a ideia de que ele se sentia desamparado nas tarefas livrescas e editoriais.

Figura 30. Professor Santa Cruz, docente de Sociologia do Desenvolvimento



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

O fato de ele ter assumido uma disciplina na faculdade de Osasco pode parecer algo inopinado, um convite de um amigo próximo ou até mesmo a necessidade de ter mais rendimentos para ajudar investir na livraria. Mas ao juntarmos as peças do *puzzle*, como a

experiência docente, a proximidade da vida universitária paulistana, o impacto estrondoso da invasão dos policiais na livraria, o fato de muitos de seus colegas, amigos e contemporâneos na Ordem terem falecido ou simplesmente abandonado a vida religiosa, e o seu desencanto com os negócios que vinham geridos pela SII, reconstituímos os motivos que o levaram a abandonar a congregação. Em 28 de dezembro de 1971⁷⁰, Frei Benevenuto enviou a Frei Domingos Maia Leite uma breve epístola datilografada com a seguinte mensagem: “em decorrência de decisão pessoal, venho solicitar a V. Revma. Que me seja concedida excomunhão pelo período de um ano”. No dia 30 de janeiro de 1972, Frei Domingos enviou uma carta datilografada ao padre Couesnongle, na qual afirmava que o pedido de Santa Cruz lhe causou grande espanto. Escreveu que a despeito de o frade ter conduzido sua trajetória religiosa à parte da comunidade “[...], de cujos atos jamais participava, a não ser muito raramente, não se podia esperar que, após trinta e quatro anos de vida religiosa viesse a dar tal passo. Seu problema impõe um exame sério da situação da Livraria Duas Cidades, de que foi fundador e é ainda o Diretor Geral”.

Em 06 de fevereiro de 1972, o provincial da Ordem enviou uma epístola a Frei Benevenuto atendendo ao seu pedido de desvinculação da congregação a partir daquela data. O fato de o religioso aposentar a batina após três décadas de vida religiosa na congregação dos pregadores e duas décadas como livreiro-editor dominicano da casa que ele concebeu, criou e dirigiu desde 1954 não impediu as tensas negociações para ele assumir as quotas da SII, tornando-se, portanto, sócio majoritário da empresa. A primeira disputa envolvendo José Petronilo e a Ordem Dominicana foi de 1972 a 1977, quando uma série de correspondências foram trocadas entre as partes para negociarem a transferência das quotas. Mas no final da década de 1980 houve outros embates com os superiores da Ordem devido à ação de despejo que a congregação promoveu contra o estabelecimento, devido ao baixo preço de aluguel que os proprietários cobravam do inquilino para utilizar o sala comercial da rua Bento Freitas. No próximo capítulo demonstraremos que essa peleja com os dominicanos ocorreu enquanto o livreiro-editor promovia um inflexão na linha editorial da casa e a livraria ampliava o escopo de sua clientela, recebendo tanto estudantes e professores universitários, como intelectuais e poetas de diversas áreas do conhecimento, justamente no período em que Antonio Candido se tornou um arrimo para a Livraria Duas Cidades, pertencendo ao quadro de autores, levando sua filha *designer* gráfica a produzir algumas capas para os livros editados pela casa, encorajando seus orientandos a publicarem seus trabalhos pelo selo e estimulando seus amigos e familiares a frequentarem o estabelecimento.

⁷⁰ As cartas mencionadas nesta página estão no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Frei Benevenuto.

4. A CIDADE DOS HOMENS

O arruar de Antonio Candido,
por José Petronilo de Santa Cruz

[...] Neste ano em que completo 25 anos de minha atividade de Livreiro e Editor, não poderia imaginar mais adequada comemoração para este aniversário da Livraria Duas Cidades do que a participação e a contribuição para a edição desta Homenagem a Antonio Candido. De fato, Antonio Candido assistiu ao nascimento da Livraria Duas Cidades e a conheceu mesmo ainda em germe, em seu embrião. Quanto a mim, tenho plena consciência do quanto lhe devo para ter podido manter e consolidar o perfil da Duas Cidades, desde sua fundação em 1954. Quanta troca de idéias, quanto apoio, quanto informação, quantos frutos de seu arruar influíram em minha linha de ação, em meus rumos de trabalho.

São Paulo, maio de 1979¹.

¹ SANTA CRUZ, José Petronillo de. O arruar de Antonio Candido. In: LAFER, Celso (org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. pp. 69-70.

O retorno à vida secular impeliu o ex-religioso a comprar as ações que pertenciam aos dominicanos e a repensar a identidade da Livraria Duas Cidades. Para avaliar as circunstâncias que redirecionaram o empreendimento à cidade dos homens, investigaremos a longa peleja entre José Petronilo e a Ordem Dominicana; os laços de irmandade que envolviam Santa Cruz e Antonio Candido; a complementariedade entre o projeto que vinha sendo desenvolvido e o novo marco que a empresa assumiu a partir dos anos 1970; o livreiro e a livraria conformando-se como um centro importador de obras estrangeiras e um ambiente a reunir intelectuais e universitários; e o editor e a editora investigados a partir do mercado editorial brasileiro desse período e da centralidade que o crítico literário assumiu na nova fase do selo ao levar numerosos autores a serem publicados pela casa.

Neste capítulo traçamos um itinerário que caracteriza nosso personagem como um livreiro-editor da intelectualidade paulistana dos anos 1970, demonstrando o universo livreiro e editorial em que ele circunscreveu o estabelecimento. Nesse decênio, a indústria do livro se profissionalizou em nível nacional, a figura do editor conquistou autonomia relativa e a empresa do Professor Santa Cruz estava situada no conjunto de livrarias e editoras que atendiam um setor livreiro e editorial ainda incipiente nessa época – o mercado dos livros voltados ao público universitário –, o qual tinha relação com o crescimento dos programas de graduação e pós-graduação no país, em especial das pesquisas levadas a cabo em mestrados e doutorados, ou até mesmo dos estudos que docentes desenvolviam em universidades brasileiras ou estrangeiras.

Mas a passagem do empreendimento da cidade de Deus para a cidade dos homens não transcorreu de maneira pacífica. A saída de Frei Benevenuto da congregação dominicana não resultou em transferência imediata das quotas que pertenciam à Sociedade Impulsionadora da Instrução (SII). O livreiro-editor levou cinco anos negociando com os superiores da Ordem para adquirir as quotas da SII, mas a transação não envolveu a loja e sobreloja localizada na rua Bento Freitas, cuja posse e propriedade manteve-se com os dominicanos, ao passo que o Professor Santa Cruz passou a pagar aluguel pelo uso do local. Esse processo de se tornar proprietário da empresa e inquilino do imóvel deflagrou uma relação amarga entre o proprietário da sociedade comercial e a ordenação religiosa que ele serviu durante trinta e quatro anos. Tendo em vista esse cenário, avaliaremos a traumática celeuma entre as partes, que durante cinco anos trocaram correspondências e balanços patrimoniais para tratar da transferência das quotas e no final dos anos 1980 discutiram sobre o reajuste de aluguel que a Ordem queria cobrar da livraria e editora, o que gerou uma ação de despejo do locador e uma ampla comoção e apoio do meio universitário e intelectual paulistano, o que provocou o crítico literário a liderar o debate e um abaixo-assinado.

Do rol de intelectuais que publicaram seus livros pela editora ou foram assíduos frequentadores da livraria, destaca-se a figura de Antonio Candido, um dos grandes responsáveis por medrar o estabelecimento nas décadas de 1970 e 1980. Ele publicou três livros pelo selo Livraria Duas Cidades, escreveu prefácios para alguns títulos, dirigiu uma coleção e intermediou o contato do livreiro-editor com sua filha, a *designer* gráfica Ana Luisa Escorel, e com seus orientandos que tinham defendido dissertações e teses; trabalhos que posteriormente foram publicados pelo livreiro-editor, alguns chegaram e ser premiados, projetando a casa no meio intelectual, universitário e cultural paulistano e brasileiro. Os laços de irmandade envolvem o irmão, Roberto de Mello e Souza, e a esposa, Gilda de Mello e Souza, que publicaram suas obras e pesquisas pelo selo. Por esse motivos, descrevemos a participação do crítico literário nos bastidores da empresa e analisamos o contexto em que a casa era cada vez mais frequentada pela intelectualidade e juventude universitária de São Paulo e de outras cidades brasileiras. Procuramos refletir sobre essa assiduidade dentro de uma correlação de hipóteses que estão interligadas à ditadura civil-militar, à importação de livros e ao *éthos* propiciado pelo espaço da livraria, um local apropriado para os universitários paulistanos visitarem com o propósito de comprar livros e encontrar professores, colegas e amigos.

Partindo desse contexto averiguamos a inflexão ocorrida no catálogo da editora. As obras de Antonio Candido, de seus orientandos e de outras pesquisadoras/es representavam uma fatia relevante da diversificação no catálogo da editora para as áreas de Ciências Humanas e Sociais, embora o selo também tenha publicado romances, contos, literatura infantil, títulos na área de Arquitetura e Urbanismo, de Administração de Empresas, de Ciência e Tecnologia, e em outros flancos do conhecimento. A linha editorial é objetivada e definida a partir dos dados coletados do quadro cronológico dos livros publicados pela Duas Cidades, o que significa analisar a presença dos autores nacionais e estrangeiros editados, a quantidade de títulos publicados por ano, o perfil temático desses livros, as coedições e coleções existentes nesse período, os prêmios Jabuti e APCA conquistados e a recepção das obras nos meios universitário e jornalístico.

A partir desse cenário avaliamos a figura do livreiro-editor com pendor para a intelectualidade paulistana e brasileira, responsável por projetar a Livraria Duas Cidades como uma casa cultural dedicada ao público universitário, característica expressa tanto na clientela da livraria quanto no catálogo da editora. As querelas com os superiores da congregação dominicana foi um dos fatores que dificultaram o trabalho de Santa Cruz, que ainda assim conseguiu manter o empreendimento aberto por mais tempo graças aos amigos que se rebelaram contra a atitude do locatário em despejar o inquilino do imóvel.

A peleja entre José Petronilo de Santa Cruz e a Ordem Dominicana

A peleja de Santa Cruz com os superiores da congregação dominicana iniciou seu ponto de viragem do terreno divino para o terreno secular. De Frei Benevenuto a Professor Santa Cruz; de livreiro-editor dominicano a livreiro-editor leigo. Mas a transição transcorreu num mar de mágoas, desentendimentos, incompreensões e diálogos por vezes ásperos, revelando que sua saída da vida religiosa diferia de um simples aposentar a batina. Havia a Livraria Duas Cidades no meio do caminho. Na perspectiva dos superiores da Ordem existia a preocupação de como agirem perante a sociedade comercial, da qual a SII tinha a maioria das ações. E no horizonte do Professor Santa Cruz existia a propriedade do imóvel situado na rua Bento Freitas, que estava em seu nome, e a convicção de sua incansável laboriosidade para manter a livraria e editora de pé durante quase duas décadas, do resultado de seu esforço quase solitário para conceber, fundar, conservar e projetar uma casa difusora de um pensamento cristão progressista.

Neste trecho da tese iremos examinar as discussões, as idas e vindas e as posturas de cada uma das partes na ribalta. De um lado, a SII representando os interesses dos dominicanos, e de outro lado o Professor Santa Cruz lutando para adquirir as quotas da Ordem. Ao deixar a vida religiosa em fevereiro de 1972, o livreiro-editor começou uma longa negociação com os superiores da Ordem para obter sua participação na sociedade comercial, a qual teve um desfecho apenas em julho de 1977, quando ele conseguiu concretizar uma proposta que atendia aos interesses dominicanos ao negociar o imóvel onde estabelecimento estava funcionando, transferindo-o para a congregação pregadora. A livraria e editora tornou-se inquilina da loja, e passado uma década ocorreu um novo imbróglio com os dominicanos em detrimento do reajuste do valor do aluguel. Diante da impossibilidade do locatário em pagar a nova mensalidade, a SII entrou com uma ação de despejo, o que gerou uma forte reação da sociedade civil e intelectual paulistana, em especial de Antonio Candido e de outros intelectuais, estudantes e professores universitários que defenderam a casa como um patrimônio cultural da cidade.

Partimos dos documentos disponíveis no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas e no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades para reconfigurar as disputas envolvendo o nosso personagem e os superiores da ordenação dominicana. Levando em consideração esses embates, aqui pretendemos situar e avaliar como transcorreu a longa contenda, e de que maneira a negociação das quotas e a ação de despejo são circunstâncias decisivas para compreendermos as sequelas da saída de Frei Benevenuto da vida religiosa, os novos atores que entraram em cena na livraria e editora a partir da década de 1970 e o campo universitário que começou a girar em torno do Professor Santa Cruz e de sua casa cultural.

O ainda frade se antecipou à autorização do seu pedido de exclaustração, e em 2 de fevereiro de 1972 endereçou um longo relatório² a Frei Domingos Maia Leite, então provincial dos dominicanos. Ele começou discorrendo sobre o capital registrado pela sociedade comercial naquela data, enfatizando que 81,5% das quotas eram da SII e 18,5% era de Ana Maria Rappa Sad. O remente prosseguiu avaliando que houve um crescimento do capital da empresa nesse período, cujo lucro foi reinvestido na expansão do capital da firma, na aquisição das instalações próprias – da loja e sobreloja de 300m², compradas em agosto de 1966 –, e no investimento em edições, reedições e importação de livros. Mediante os valores gastos para compra da sede própria, Benevenuto esclareceu que o estabelecimento começou uma célere recuperação do capital dispendido para obter o patrimônio, desenvolver o projeto e executar as obras da nova loja, afirmando que os pagamentos foram parcelados e a mudança para a Bento Freitas ocorreu em agosto de 1968 e o planejamento previa uma vultosa expansão a partir do ano seguinte. Porém, o plano esboçado foi por água abaixo com o episódio insólito de 1969, prejudicando gravemente a Duas Cidades. Apesar disso, o livreiro-editor argumentou que a situação foi revertida e garantiu a consolidação de um ambiente favorável para o crescimento do estabelecimento formado por 18 funcionários e apto a evoluir conforme havia sido previsto no final dos anos 1960. Em seu julgamento,

[...] face à opinião pública, não se pode negar que a imagem da Livraria Duas Cidades é e sempre foi um entre outros trabalhos dos dominicanos. Se bem que com uma estrutura comercial e contando com pessoas leigas entre seus proprietários, ela se propôs, segundo seu próprio nome, a atender ao que há de apelo no Brasil tanto na Cidade de Deus quanto na dos homens; proposição que se pretende de pregação, levando a Palavra e a verdade através dos livros ao povo brasileiro³.

Após traçar um breve paralelo entre o mundo do audiovisual e universo livreiro, enfatizando que o livro ainda era um instrumento de formação e comunicação importante, Frei Benevenuto prosseguiu relatando sobre o sistema de distribuição organizado pela casa. Segundo o remetente, as obras editadas pela Duas Cidades eram comercializadas no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e Recife, atendendo também a pedidos oriundos do interior dos estados de Amazonas, Mato Grosso e Piauí. O frade continuou traçando um paralelo entre os clientes situados no universo religioso e terreno. Se o povo da cidade de Deus (sacerdotes, bispos e clero) tinha o hábito de consumir os livros editados pelo

² Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

³ Ibid., p. 2-3.

selo e as obras estrangeiras vendidas pela livraria (comumente abastecida pelas importações de títulos inovadores na área de teologia), os leigos apresentavam grande interesse pelos periódicos especializados comercializados pela loja. Em suas palavras, “[...] quanto àquilo que com Santo Agostinho chamamos de cidade dos homens, tanto nas edições como na importação, foi criado um bom trabalho junto às universidades e faculdades brasileiras”⁴.

A fim de evidenciar as publicações do selo e as obras vendidas pelo estabelecimento, o livreiro-editor destacou a tradução dos livros do padre Lebret para a língua portuguesa e a importação de títulos franceses pela livraria, os quais eram cada vez mais adquiridos pelo público universitário. No que tange ao departamento de importações, Santa Cruz declarou que inauguraram a atividade de trazer títulos originários de editoras italianas e espanholas, assim como pretendiam importar livros de língua inglesa. Encaminhando para o final do relatório, o religioso disse que apesar dos entraves comerciais atinentes ao trabalho de quaisquer empresas, a Livraria Duas Cidades estava em condições de traçar um plano seguro e sustentável para os próximos anos. Tendo em conta os títulos que já haviam sido editados pela casa, alguns dos quais lograram boas vendas no Brasil, o empreendimento não tinha nenhuma restrição de crédito pelos fornecedores, da mesma forma que contava com o apoio de seus clientes. Para ele, a livraria e editora “[...] tem enfim uma marca e uma imagem estabelecidas, cultivadas durante anos de trabalho. Não pretendeu desde o início outros lucros que não fossem os de sua finalidade. O auto investimento constante explica, aliás, o fato de ter sobrevivido nos momentos difíceis [...]”⁵, e o patrimônio físico e moral conquistado. Concluiu ponderando que ele estava disposto a incluir as informações declaradas com estatísticas, documentações e outros balanços e documentos que os membros da Ordem solicitassem.

Este foi o último relatório sobre a casa que Frei Benevenuto enviou à Província de São Tomás de Aquino. Também foi o derradeiro documento em que ele se dirigiu à Ordem assinando o nome religioso, as tratativas seguintes ocorreram por meio de seu nome civil. Ele teve seu pedido de excomunhão aceito por Frei Domingos em 06 de fevereiro de 1972, apenas quatro dias depois do envio do relatório. Diante desses fatos, parece-nos que o livreiro-editor pretendia criar um canal de interlocução com os superiores da congregação pregadora, como se dissesse, nas entrelinhas, que se achava no direito de ter uma participação na casa, que logrou bons resultados graças à sua direção ao longo de décadas, procurando construir um dínamo cultural dos dominicanos, com irradiações pelo tecido social, cultural e intelectual de São Paulo e do Brasil; conquistando um público leitor tanto dos livros editados quanto das obras e revistas

⁴ Ibid., p. 3.

⁵ Ibid., p. 4.

importadas pela livraria, alcançando desde leigos e religiosos até uma clientela universitária não necessariamente cristã. No decorrer do relatório ele não tocou no assunto de transferência de quotas, em seu interesse em adquirir as ações da SII ou quaisquer outras informações que pudessem insinuar o que ele pretendia com o estabelecimento depois ter aposentado a batina.

Não conseguimos comprovar se houve conversas prévias antes do relatório, tampouco se ele procurou dialogar com alguns superiores da Ordem depois do envio do documento. Foi apenas em 16 de maio de 1972 que Frei Domingos entrou em contato com o livreiro-editor, quando enviou uma carta⁶ datilografada ao senhor Benevenuto em tom solene. Nesta, o padre lhe informou sobre a reunião do concílio da província para tratar de assuntos da congregação e da situação da livraria diante de sua desvinculação da vida religiosa, declarando que os padres decidiram confiar plenos poderes à comissão provincial de finanças para estudar e solucionar o caso em conjunto com o destinatário da carta. Propuseram, também, que ele continuasse na livraria como um de seus principais sócios e sugeriram a formação de uma nova sociedade limitada por quotas, na qual a Sociedade teria 51%, Santa Cruz 30,5% e Ana Maria 18,5%, enfatizando que se tratava de uma sugestão e finalizando com um abraço amigo e fraterno. No dia 22 de maio daquele ano, nosso personagem respondeu à missiva⁷ assinando seu nome civil e agradecendo a deferência da província perante o trabalho que ele desenvolveu na Duas Cidades, acrescentando que esperava viabilizar sua participação na empresa o mais breve possível e comprometendo-se a contatar a comissão de finanças da província.

A despeito do tom cordial adotado na resposta do livreiro-editor, o conteúdo da epístola sugere sua insatisfação com a solução apresentada pelos superiores da congregação. Mas diante de um início de tratativa respeitosa, ele demonstrou seu agradecimento com o oferecimento proposto sem necessariamente anuir ao que foi oferecido, despedindo-se fraternalmente de Frei Domingos. E é possível assegurar sua contrariedade com a oferta dos dominicanos e a tentativa de manter a prosa amistosa na epístola⁸ que José Petronilo enviou a Frei Domingos em 16 de julho de 1972, na qual agradecia a oferta dos superiores da Ordem na proposta comunicada em 16 de maio. Ainda assim, ele escrevia aquela carta para “[...] comunicar-lhe minha posição definitiva a respeito da Livraria Duas Cidades, confirmando o que verbalmente já expus a Frei José Neves na tarde de quarta-feira, dia 12 de julho”. Santa Cruz não apenas informou que declinava do oferecimento realizado pelo conselho da província, como propôs a compra de todas as quotas da livraria e editora que pertenciam à SII, pedindo que a Ordem manifestasse

⁶ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

⁷ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

⁸ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

seu interesse em vender suas quotas até o dia 31 daquele mês e que a transação fosse efetivada até o dia 25 do mês seguinte. Em caso de negativa dos proprietários, o remetente declarou que devolvia a procuração que a Sociedade lhe concedeu para gerenciar o estabelecimento. Mesmo diante de afirmações peremptórias, ele encerrou a missiva seguindo a aura respeitosa e afetiva das correspondências anteriores, lamentando os transtornos causados à congregação diante de sua decisão e declarando seu apego fraternal às província e aos membros do conselho.

Desconhecemos os motivos pelos quais ele realizou essa proposta definitiva. Talvez tenha se sentido desmerecido com a oferta da Ordem, talvez descobriu que a congregação não queria perder o controle acionário da empresa, deixando-o na direção da livraria e editora ao mesmo tempo que seria continuamente tutelado pela SII. Sequer sabemos o que falou pessoalmente a Frei José Neves. É provável que tenha desistido da proposta dos dominicanos porque sentiu que a oferta não valorizava o consistente trabalho cultural que ele conduziu praticamente sozinho quando pertencia aos pregadores. Uma atividade inaugurada com o Centro de Revistas Dominicanas, continuada pelas Edições SAL e incluindo as outras ações desempenhadas nos equipamentos culturais paulistanos e no movimento EH. Nosso personagem aparenta ter notado o apego dos superiores da Ordem ao patrimônio e ao lucro, contrariando os princípios de uma província mendicante, e possivelmente tenha sido por essa razão que decidiu propor a compra das quotas da Sociedade para não ter intermediários na direção da casa.

Mas a missiva enviada por José Petronilo em 16 de julho mexeu no brio dos superiores da Ordem. Frei Domingos, em nome do conselho provincial, respondeu a Santa Cruz no dia 24 de julho⁹ de 1972 utilizando o vocativo prezado e comunicando-lhe que ficaram surpresos com o teor da última carta enviada pelo destinatário, principalmente quando este manifestou sua “posição definitiva”. Apesar disso, o remetente declarou que o conselho aceitava a proposta de vender a totalidade das quotas que a Sociedade possuía na Duas Cidades, desde que o valor da venda levasse em consideração o balanço e todos os patrimônios da empresa, assegurando que o prazo para efetivação da transação dependeria da troca de informações e documentos por parte da SII e do estabelecimento. Frei Domingos expôs que pelo fato de o livreiro-editor ainda estava vinculado ao voto de pobreza, quaisquer transações comerciais deveriam contar com a anuência do mestre geral dos dominicanos. E o remetente concluiu lastimando que as negociações iniciadas de modo fraterno tenham chegado a um diálogo meramente comercial, mas ainda assim o conselho renovava a amizade pelo destinatário.

⁹ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

O pedido de excomunhão concedido por Frei Domingos em fevereiro de 1972 não implicava em sua desvinculação completa e imediata da ordenação, pois a solicitação também era avaliada pelo mestre geral dos dominicanos e pela Santa Sé. Nossa personagem podia utilizar seu nome civil e garantir seus proventos sem prestar contas à congregação, embora ainda estivesse ligado ao voto de pobreza até expedirem sua desvinculação definitiva, o que provavelmente ocorreu entre 1972 e 1973. De todo modo, o novo provincial dos dominicanos e diretor da SII, Frei Edson Braga de Souza, enviou uma missiva¹⁰ a José Petronilo em 24 de setembro de 1972. De forma extremamente solene, dirigindo-lhe a palavra com um prezado senhor e informando ao destinatário que até aquela data não tinham recebido uma resposta da carta que Frei Domingos lhe enviou no dia 24 de julho. Por esse motivo, o remente alegou que até o dia 01 de outubro esperariam uma resposta de Santa Cruz com uma oferta concreta de aquisição da parte da Sociedade na empresa. A resposta¹¹ de José Petronilo foi enviada a Frei Edson no dia 30 de setembro, mantendo a entonação solene e alegando que não tinha elaborado uma proposta de compra das quotas da SII porque Frei Domingos mencionou que quaisquer atos de compra e venda deveriam envolver a consulta ao mestre geral da Ordem, motivo pelo qual ele esperou essa resposta para dar seguimento às negociações.

Em 23 de outubro daquele ano, Frei Edson Braga de Souza endereçou outra missiva¹² ao nosso personagem com o propósito de registrar a conversa que tiveram pessoalmente. Primeiro declarou que a carta enviada pelo destinatário no dia 16 de julho não tinha mais validade, depois confirmou a transferência de 1416 quotas da Sociedade para Santa Cruz, afirmando que a Ordem ficaria com 2384 quotas, e em seguida enunciou que a cessão dessas quotas poderiam ocorrer por meio de uma minuta de alteração do contrato, embora exigindo que o livreiro-editor escrevesse uma carta declarando responder por quaisquer ônus fiscais decorrentes dessa transação. Por fim, o religioso concluiu transcrevendo a nova redação da cláusula IV do contrato social, a qual, em linhas gerais, estabelecia que o estabelecimento seria administrado pela SII, sendo possível a representação por um procurador nomeado unicamente para este fim por prazo indeterminado. No dia 11 de janeiro de 1973, José Petronilo enviou a SII a única epístola intercambiada entre as partes neste ano, cuja temática dizia respeito à alienação das quotas da Sociedade para o livreiro-editor, sua responsabilização perante quaisquer cobranças geradas pela transferência e declarando que a alteração contratual foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 05 de dezembro de 1972.

¹⁰ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

¹¹ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

¹² Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

Os documentos da Livraria Duas Cidades que estão abrigados no acervo da JUCESP infelizmente contemplam apenas as alterações contratuais da empresa desde 1954 até 1966, e depois de 1997 (ano do falecimento de Santa Cruz) até o encerramento da empresa, em 2006. Assim, as correspondências trocadas entre a SII e nosso personagem são fontes imprescindíveis para analisarmos os movimentos que levaram o livreiro-editor a continuar na gerência do empreendimento e a adquirir a maioria das quotas da empresa no final dos anos 1970. Até aqui vimos que ele aceitou a doação de uma parte das quotas da Sociedade para ele, tornando-se, dessa forma, um dos sócios da casa e mantendo-se na direção da livraria e editora. A carta de Frei Edson enviada ao nosso personagem no dia 26 de outubro não exprimiu as razões pelas quais as partes chegaram a esse acordo, mas veremos adiante que José Petronilo não desistiu da ideia de comprar a totalidade das quotas pertencentes à Ordem, assim como esta avaliou cuidadosamente os balanços contábeis para decidir como procederia perante a livraria e editora.

A SII começou a estudar o âmbito financeiro da empresa pelo menos desde o final do ano de 1972, quando averiguou se a Duas Cidades possuía algum débito com a Ordem, mas as negociações avançaram nos anos seguintes. Em dezembro de 1974, Frei Rolim recebeu um balanço analítico¹³ sobre o estabelecimento, documento emitido por um economista do Banco Econômico, cujo conteúdo declarava que a empresa tinha um índice de liquidez satisfatório, endividamento baixo e rentabilidade razoável. Em junho de 1975, um funcionário do Banco do Brasil emitiu um diagnóstico para a SII com as mesmas considerações do primeiro balanço analítico. Baseado nessas análises, Frei Rolim, novo diretor da SII, enviou uma carta¹⁴ ao livreiro-editor em 18 de junho de 1975, em tom mais amistoso que as tratativas anteriores. Iniciou a epístola com o vocativo, “Santa Cruz, meu abraço”, e declarou que enviava ao destinatário os dados da movimentação contábil da Livraria Duas Cidades referentes ao ano de 1974. Segundo o religioso, as análises foram levantadas para que a SII e Santa Cruz possuíssem uma radiografia precisa da empresa. Frei Rolim expôs que os analistas solicitaram dados de estoque, rentabilidade e outros relativos ao ano de 1974 para realizarem avaliações mais assertivas. E concluiu dizendo que o destinatário era a única pessoa capaz de apresentar essas e outras informações sobre o estabelecimento.

O arquivo pessoal de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades abriga uma carta da SII dirigida à casa no dia 3 de março de 1975, a qual trata das informações solicitadas. Nesta, o procurador da Sociedade solicitou o número de funcionários, salários, quantidade de exemplares vendidos e editados, e o lucro do setor editorial para realizarem um levantamento

¹³ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

¹⁴ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

financeiro detalhado da empresa. Diante da ausência de resposta de Santa Cruz ao pedido da SII, acreditamos que Frei Rolim decidiu enviar a missiva e os balanços financeiros no dia 18 de junho solicitando mais informações para o gerente da casa.

Foi no dia 24 de junho de 1975 que José Petronilo enviou uma missiva¹⁵ a Frei Rolim apresentando as reformulações na editora e os dados solicitados pela SII. Sobre as mudanças ocorridas no selo, o livreiro-editor enunciou que Humberto Pereira deixou a chefia do selo no dia 19 daquele mês recebendo um salário mensal de Cr\$ 5.535,00, declarando que ele assumiu a direção desse setor auxiliado pela assistente editorial Mara Valles¹⁶, cujo ordenado era de Cr\$ 2.500,00 mensais. Expôs que foi extinguida a função de chefe de vendas, então ocupada por Avelino Carlos do Nascimento, que recebia Cr\$ 4.470,00 mais comissões de 0,5% sobre as vendas efetivadas pelas publicações da casa, esclarecendo que a supervisão das vendas ficou sob o encargo de Armando Naga, contador da livraria e responsável pela administração-geral do escritório. A respeito da comercialização dos livros da editora para os estados do Paraná, Distrito Federal, interior de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, José Petronilo enunciou que o serviço foi delegado, “[...] mediante um primeiro contrato, de curta duração, a título de experiência à firma Universitária-Livraria, Papelaria e Distribuidora de Livros Ltda., sediada em Campinas, cujo sócio principal é o Sr. Lazaro Moreira, já nosso antigo e experimentado vendedor”. As vendas para a capital paulista e o estado do Rio de Janeiro continuaram sob responsabilidade de Messias Rodrigues Ferreira, cujo salário era de Cr\$ 532,80 mais 10% das comissões sobre as vendas efetivadas. Ao final da carta, Santa Cruz declarou que enviava um balanço demonstrativo dos títulos vendidos e editados em 1972, concluindo que não seria possível destrinchar o lucro do selo porque a contabilidade era única para a livraria e editora.

Após quatro meses de ausência de correspondências entre as partes, José Petronilo colocou em prática um plano para comprar as quotas da SII e tornar-se o sócio majoritário da Duas Cidades. No dia 4 de novembro de 1975, ele encaminhou uma longa carta a Frei Rolim expressando que dava continuidade ao diálogo que tiveram pessoalmente sobre a livraria e editora, o qual lhe provocou reflexões para a elaboração da proposta expressa ao final daquela epístola. De acordo com o remetente, a situação do estabelecimento em 1975 não era igual ao balanço apresentado em 1974, e por isso enviava os dados sobre a empresa até 30 de setembro

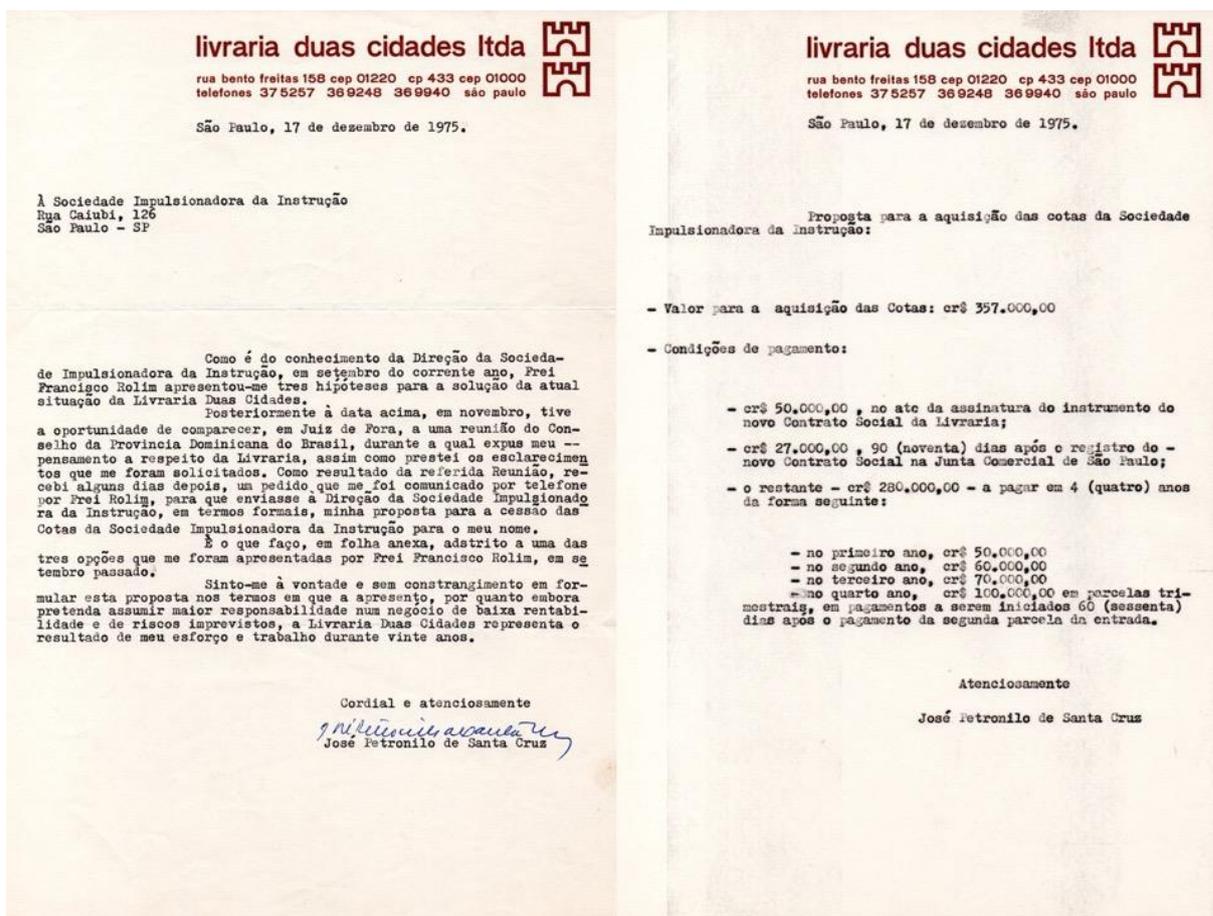
¹⁵ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

¹⁶ Mara Valles trabalhou no setor editorial da casa desde o início dos anos 1970 até 2001 (último ano em que seu nome aparece como assessora editorial do selo). Pretendíamos colher seu depoimento para esta tese, e por isso tentamos entrar em contato com Mara por meio de sua página pessoal do Facebook, mas infelizmente não obtivemos retorno. De todo modo, os testemunhos colhidos de autores da casa a identificam como uma pessoa afável, editora profissional e cuidadosa, e revisora extremamente competente. Com exceção de Humberto Pereira, não conseguimos informações sobre as pessoas mencionadas na missiva de 24 de junho de 1975.

de 1975, os quais constavam o saldo em bancos, o estoque tanto dos títulos importados e nacionais da livraria quanto das edições do selo, os fornecedores locais e estrangeiros, e as contas a pagar (despesa com pessoal e encargos sociais) até dezembro de 1975. O livreiro-editor mencionou que faltava os valores de móveis e utensílios pertencentes à empresa, equipamentos que sofreriam depreciação de 70% numa possível negociação de vendas das quotas. Prosseguiu dizendo que o balanço da posição da empresa naquele período demonstrava que o passivo absorveu o ativo – “[...] variável e imprevisível – dentro do qual venham a ser efetuadas as vendas do estoque, ponto sobre o qual repousa exatamente o risco do negócio”. Com o propósito de simplificar sua proposta, o remetente argumentou que incluiu o imóvel como ativo da empresa, declarando que partia desse patrimônio para elaborar sua proposta de compra das quotas da SII. Salientou, em seguida, que a empresa não podia deixar de pagar seus custos indiretos e a demora na resolução das tratativas prejudicaria os negócios da livraria, da editora e do planejamento econômico-financeiro futuro.

Ato contínuo, Santa Cruz expôs que a venda do estoque não quitaria os encargos da empresa. Havia outras despesas que não estavam listadas no quadro anexo, as quais estavam sendo levantadas para avaliarem a liquidez do estoque. “Essas obrigações, representadas por direitos autorais a pagar, são até dezembro de 1974, da ordem de Cr\$ 300.000,00. A essa quantia deverão ser acrescentados os direitos autorais de 1975, a serem calculados em 31 de dezembro próximo”. Considerando essa situação, o remetente anunciou que o valor do imóvel (Cr\$ 700.000,00) para a transferência das quotas garantiria os direitos da SII. Em suas palavras, “[...] posso lhe assegurar a autenticidade de meu empenho em não assistir à ruína da Livraria (que eu criei e procurei desenvolver da melhor maneira de que fui capaz), envolvendo-nos todos, a [SII], e a mim, nas consequências desastrosas de uma dissolução da Livraria”. Ainda expondo sobre seu interesse em comprar as quotas pertencente aos dominicanos, o remetente sublinhou que a sobrevivência da casa não dependia de acréscimo de capitais: “[...] depende, talvez mais, do conhecimento do ramo, de relacionamento e crédito nos meios bancários, nos mercados fornecedores nacionais e estrangeiros, fatores que não são adquiridos em curto espaço de tempo, mas, pelo contrário, que só se reúnem em longos anos de experiência”. Diante dessas considerações, o livreiro-editor enfatizou que aceitava negociar a aquisição das quotas da SII a partir de uma entrada e de um prazo para quitação das parcelas. Após apresentar sua proposta de aquisição das ações, que é praticamente idêntica ao conteúdo da carta e aos valores indicados no anexo que Santa Cruz enviou à SII em 17 de dezembro de 1975 (ver figura 31), ele afirmou que procurou atender todas as ponderações apresentadas por Frei Rolim.

Figura 31. Carta de Santa Cruz e proposta de aquisição das quotas da SII



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

A partir das correspondências escritas pelo livreiro-editor em novembro e dezembro de 1975, deduzimos que nosso personagem estava decidido a comprar a parte da Ordem na Livraria Duas Cidades. Ainda que essas cartas transpareçam sua contrariedade em pagar pelas ações de uma empresa cultural cuja direção, fundação e construção somente foi possível graças a sua inveterada abnegação, ele aparenta ter percebido que os superiores dominicanos não lhe doariam as ações. A proposta elaborada por Santa Cruz buscou, de um lado, colocar o imóvel como um ativo da empresa, e, de outro lado, esmiuçar os motivos pelos quais pretendia comprar as quotas da SII para dirigir a casa sem intermediários, desenvolvendo a linha editorial e as importações da livraria de maneira independente, evitando aborrecimentos diários que impediam a evolução do estabelecimento num cenário minimamente estável. Juridicamente, a Sociedade Impulsionadora da Instrução era a sócia majoritária da Duas Cidades, ao passo que a propriedade do imóvel parecia estar vinculada ao nome de José Petronilo, que assinou o contrato de aquisição loja em agosto de 1966. O livreiro-editor sempre soube que o voto de pobreza era uma pré-condição para ingressar na congregação, mas talvez ele esperasse uma

atitude menos aferrada ao dinheiro por parte dos superiores da congregação, ou um reconhecimento por sua exitosa divulgação cultural do pensamento católico progressista.

Mas a epístola¹⁷ de Frei Romeu Dale¹⁸ a Frei Rolim, escrita em 16 de fevereiro de 1976, demonstra que os dominicanos tentaram manter o empreendimento sob suas rédeas. Nesta missiva, Dale declarou que o Centro Pastoral Vergueiro (CPV, organização dirigida por este frade) entrou em contato com o provincial da Ordem para informá-lo que a entidade estudava assumir a condução da Duas Cidades. Segundo o religioso, esse estudo estava embasado em dois critérios; o primeiro era que o Centro teve conhecimento de que a província renunciaria à livraria e editora e o segundo tem a ver com o fato de que vários conselheiros da Ordem concordavam com essa decisão porque não havia frades dispostos a gerir o estabelecimento. O CPV se propôs a avaliar a possibilidade de dirigir a casa para mantê-la sob os auspícios dos dominicanos, assim como poderiam publicar e revender livros condizentes com seus princípios. Apesar disso, o Centro somente se dispunha a gerenciá-la se conhecessem sua real situação econômico-financeira, razão pela qual Frei Romeu esperava receber da comissão de finanças da Ordem uma cópia do balanço de 1975 e outras informações da empresa. Em resumo, Frei Romeu apresentou o seguinte plano para assumir o estabelecimento: “[...] 1. O afastamento do sr. José Petronilo de Santa Cruz da função de gerente, como condição *sine qua non*; 2. Nomeação pelo CPVergueiro, como beneplácito da Província, de uma ou duas pessoas habilitadas para [...] assumirem a direção administrativa e editorial da Livraria;” 3. Estabelecimento de três meses para que a entidade avaliasse as condições financeiras da casa e as possibilidades de conduzi-la conforme os propósitos da Ordem e do Centro.

Ficamos surpresos quando nos deparamos com a missiva de Frei Romeu Dale. No primeiro capítulo deste trabalho o identificamos como um dos principais personagens na construção do movimento Economia e Humanismo no Brasil, dividindo com o então Frei Benevenuto a responsabilidade de ciceronear o padre Le Bret em 1947, quando este esteve em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ainda no final dos anos 1940, o frade iniciou a divulgação de revistas religiosas estrangeiras no Brasil, depois foi o responsável por criar os boletins *Equipes de Economia Humana* e teve contato frequente com Benevenuto sobre a livraria e a Edições SAL. Os dois pareciam ter uma relação próxima, mas a carta solicitando o afastamento de José Petronilo como uma pré-condição de viabilizar a proposta do CPV é um sinal de que a amizade se deteriorou. Independente disso, a entidade declinou de conduzir a Duas Cidades, como está escrito na epístola de D’Elboux para Frei Rolim.

¹⁷ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

¹⁸ Sobre Frei Romeu Dale, consultar a nota de rodapé número 154 do primeiro capítulo deste trabalho.

Enviada em 08 de abril de 1976, o representante jurídico da SII escreveu a missiva¹⁹ ao provincial exprimindo que recebeu um bilhete de Frei Romeu declarando que o CPV desistia de gerenciar a casa. Em seguida, informou que entrou em contato com empresas de auditorias para examinarem a situação econômico-financeira da livraria e editora, e as tratativas com o perito da ASCOPLAN identificaram um diagnóstico satisfatório. “[...] Houve um aumento de 13% nas vendas e 25% nas despesas, ocasionando, em consequência, o “rombo” de mais de Cr\$ 224.000,00. O perito confirmou [...] o que o Dr. Cícero Figueiredo (Price Whitehouse) e os peritos do BB haviam dito: a firma está mal administrada”. D’Elboux afirmou que o especialista sugeriu reparos no contrato da firma, solicitou o inventário das mercadorias relativo aos anos 1973, 1974 e 1975 e o balanço do segundo semestre de 1975. E o remetente concluiu: “a estas alturas, ‘a bola está conosco’. Temos que nos definir”.

Por meio dessas conversas nos damos conta da intenção da Ordem em realizar uma negociação segura e vantajosa para seus interesses. Nem mesmo a proposta cabal de Santa Cruz dissuadiu os religiosos, que continuaram avaliando todas as possibilidades para vender suas quotas para o livreiro-editor. Em 12 de maio de 1976, D’Elboux enviou outra carta²⁰ para Frei Rolim informando que contactou Ana Maria Rappa por telefone a fim de agendar uma reunião para tratar do processo de venda das quotas, mas ela alegou que acataria qualquer decisão que atendesse aos interesses das partes. Depois reuniu-se com Santa Cruz, que disse avaliar qualquer proposta por escrito, inclusive a possibilidade de vender suas quotas. Segundo o remetente, José Petronilo comunicou que aceitaria uma nova avaliação do imóvel, mas não pagaria pelo serviço pelo fato de ter havido uma apreciação do imóvel em 1975, avaliado em Cr\$ 462.000,00. Ao concluir a carta, D’Elboux contou que Ana Maria ligou para a sua casa, “[...] inventando um ‘blá-blá-blá’ para dizer que está de acordo com qualquer solução (o que já havia dito ontem), mas que, a seu ver, a obra só vai para frente com o seu criador. Eu tive vontade de dizer que, com o seu criador, ela vai ‘pro brejo’”. Embora o remetente queira agradar os frades com observações por vezes pejorativas, as auditorias apontaram a má administração, o que tem a ver não apenas com a imperícia na gestão, mas também com a visão de negócio do livreiro-editor incompatível com a venda e edição de *best-sellers*, e o lucro a todo custo.

Mesmo diante dos argumentos e da proposta apresentada por Santa Cruz, a carta²¹ de Frei Rolim a José Petronilo, endereçada em 06 de julho de 1976, foi mais solene que as anteriores e solicitou mais informações sobre a Duas Cidades, como os livros disponíveis em estoque para

¹⁹ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²⁰ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²¹ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

a venda. O remetente enunciou que o conselho da província avaliou os termos da proposta de Santa Cruz, a qual tinha interesse em comparar as quotas de Santa Cruz naquelas condições, como quem diz, nas entrelinhas, que recusava a oferta. E encerrou a missiva agradecendo o trabalho e a dedicação de José Petronilo à frente da casa. No dia seguinte, Frei Rolim enviou uma brevíssima epístola²² a D'Elboux, na qual lhe enviava uma cópia da carta enviada a José Petronilo e dizia que a Ordem precisava de um diagnóstico financeiro preciso para vender suas quotas da empresa. Em suas palavras, “[...] disse que você entraria o quanto antes em contato com ele. Saber estoque, dívidas no exterior, direitos autorais, editora. Quanto vale tudo isso. Para você lhe digo que não devemos alienar nossa parte do prédio”.

Essas correspondências são fontes incontestes das negociações renhidas para Santa Cruz comprar as quotas da SII, comprovando que os superiores pouco levaram em conta o fato de celebrarem uma transação com um ex-filho de São Domingos. E havia outros interessados na livraria e editora. Em 22 de outubro de 1976, Roberto Riet Correa²³, provavelmente representando a editora Nova Fronteira, enviou uma missiva²⁴ para a SII propondo a aquisição de suas quotas na Livraria Duas Cidades pelo valor de Cr\$ 800.000,00, sendo que a metade seria pago à vista e a outra metade dividida em 18 parcelas com juros da tabela Price. Acrescentou que o aluguel da loja seria de Cr\$ 8.000,00 mensais, com isenção de cobrança durante a vigência do primeiro ano da locação, informando que a proposta excluía o imóvel. Esta epístola comprova o cerco formado em torno de Santa Cruz, na medida em que sua luta envolvia os dominicanos e outros agentes do mundo do livro interessados em comprar o estabelecimento, propondo, inclusive, o dobro do preço e melhores condições de pagamento que as apresentada pelo livreiro-editor, dificultando ainda mais sua negociação com a congregação pregadora²⁵.

Por meio desse conjunto de epístolas identificamos um intenso ressentimento entre as partes, o que fica ainda mais nítido no documento escrito à mão, sem data nem assinatura, com cinco páginas e dezessete pontos a realçarem as mágoas gestadas durante a negociação das quotas. Em linhas gerais, a pessoa que redigiu esse escrito argumentou que José Petronilo opôs-se a representação jurídica da SII, interpretando-a como uma atitude de desconfiança dos padres em relação ao seu trabalho, dizendo que os religiosos desejavam “calçá-lo” na condução do

²² Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²³ Das poucas informações que conseguimos coletar sobre Roberto Riet Correa, desvendamos que ela era gaúcho e faleceu aos 37 anos de idade, em 1977. Formou-se em direito, foi advogado e editor da Nova Fronteira e da Difel, mas não descobrimos em qual período ele trabalhou em cada uma dessas casas. Riet, então amigo do jornalista Janio de Freitas, foi encorajado por este a levar a cabo a edição e publicação do dicionário Aurélio.

²⁴ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²⁵ Nos acervos pesquisados não encontramos documentos sobre o desenrolar da venda das quotas da SII para José Petronilo em julho 1977, data mencionada em um texto do professor Roberto Romano que analisaremos um pouco mais adiante, declarando que a Duas Cidades se tornou inquilina do imóvel nessa data.

estabelecimento. Mas o autor do texto expôs que não eram os superiores da ordenação que desconfiavam de Santa Cruz, este era quem duvidava da conduta dos padres, principalmente quando contratou um advogado para auxiliá-lo na decisão de alterar o contrato da Livraria Duas Cidades Ltda. O relator do texto discordava da visão de Santa Cruz de que a casa jamais daria lucro diante da linha editorial adotada. Em sua opinião, a afirmação era uma inverdade quando se considerava que o estabelecimento foi capaz de quitar seus empréstimos e pagar o ordenado mensal do diretor e dos funcionários; de adquirir a sede própria e possuir um estoque avaliado em alta monta²⁶; de exercer a linha editorial ao mesmo tempo que cumpria todas as obrigações financeiras; e de pagar Cr\$ 3.5000,00 mensais ao livreiro-editor, sendo que antes de abandonar a congregação ele recebia Cr\$ 400,00 por mês.

O narrador disse que a recorrente intromissão do advogado de José Petronilo era uma demonstração de que seus interesses eram antagônicos aos da Ordem. Prosseguiu expressando que ele considerava a participação da SII no negócio como acidental, considerando-se o dono da casa. O autor anônimo repudiava as ninharias redigidas por Santa Cruz nas correspondências, procedendo como se tivesse o direito líquido e certo de obter 30,5% das quotas. Declarou, em seguida, que o melhor seria a SII vender suas quotas se concordasse com o teor daquelas negociações. Um pouco mais adiante, o relator expôs que os padres reconheciam o trabalho e a dedicação de José Petronilo na condução da Duas Cidades, mas a casa pertencia à Ordem Dominicana. Para o relator, o comportamento do livreiro-editor como se o estabelecimento fosse seu era uma demonstração de que ele jamais se sentiu parte dos dominicanos.

O teor dos itens escritos neste documento em alguma medida ilustram as máculas que foram se formando nas duas partes em disputa. Durante o ano de 1976 ainda houve uma série de levantamentos das despesas administrativas, tributárias e financeiras, assim como a apuração de lucros e perdas, do custo de vendas e resultados, além do balanço patrimonial da firma Duas Cidades. Como não temos o propósito de cotejar os valores desses balancetes, enunciamos que as planilhas contábeis abrigadas no acervo dos dominicanos como forma de certificarmos as sucessivas pretensões dos frades pregadores em efetivar uma negociação exitosa para seus interesses. O fato de não terem insistido com o CPV para gerir o estabelecimento também é um indicativo de que os religiosos desejavam se desfazer de uma sociedade comercial que teve em Santa Cruz o único padre que com experiência na seara livreira e editorial. Apesar disso, fica em aberto os motivos que levaram a SII a recusar a proposta de Robert Riet Correa e a transferir,

²⁶ Como este documento está escrito à mão, a redação de 200 milhões, sem mencionar a moeda corrente, parece-nos fora da realidade dos anos 1970. Pelos cálculos e balanços presentes no acervo dos dominicanos, o valor do estoque foi avaliado, em 1975, em Cr\$ 830.219,92. Supomos, assim, que os 200 milhões está superdimensionado.

em 1977, o restante de suas quotas para José Petronilo. Talvez a Ordem considerou o empenho e a alma do então Frei Benevenuto na criação e gestão da casa, quem sabe avaliaram o longo período de negociação com o livreiro-editor e chegaram num acordo mais próximo do oferecido por Roberto, ou os padres ficaram receosos de não concretizarem a transferência de suas quotas a Santa Cruz e perderem a propriedade integral do imóvel.

Uma década se passou sem atritos entre o locador e o inquilino da sala localizada na rua Bento Freitas, mas o reajuste da cobrança de aluguel deflagrou a nova peleja entre Santa Cruz e a Ordem Dominicana. As partes firmaram um contrato²⁷ de aluguel (o único que encontramos nos acervos pesquisados) da loja pelo período de trinta e seis meses contados a partir do dia 01 de agosto de 1978, com o valor mensal de Cr\$ 24.000,00 para o primeiro ano de vigência. Mas para tentar conter a inflação, o país mudou a moeda de cruzeiro para cruzados em 1986, e talvez tenha sido por isso que os religiosos reajustarem abruptamente o valor cobrado. O impedimento do locatário em pagar a nova quantia levou o locador a entrar com uma ação de despejo da Duas Cidades em agosto de 1987, o que gerou forte reação dos setores ilustrados da capital paulista e de outras cidades brasileiras. Professores, intelectuais, livreiros, editores e outros atores do campo universitário, cultural e civil escreveram cartas a representantes dos dominicanos, publicaram notas de repúdio, reportagens nos jornais e promoveram um abaixo-assinado.

A primeira manifestação de apoio à casa ocorreu por meio de uma correspondência²⁸ assinada por diversos docentes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e endereçada a Frei Oscar em 4 de setembro de 1987. Os professores, sensibilizados com a notícia do provável fechamento da livraria e editora, argumentaram que a medida resultaria em efeitos negativos para o Ensino Superior. Pediram que a Ordem permitisse a continuidade “[...] de serviços que essa conceituada editora vem prestando à comunidade leitora deste país e especificamente à Universidade”.

Em 14 de novembro de 1987, a *Folha de S. Paulo* publicou a reportagem “A livraria Duas Cidades deve mudar de endereço”²⁹, a primeira a retratar o episódio envolvendo a ordenação pregadora e o estabelecimento de José Petronilo. Mencionaram que a casa se encontrava na rua Bento Freitas há mais de vinte anos, onde se converteu em um importante local para uma geração de professores, estudantes e intelectuais paulistas, mas que estava ameaçada de despejo pelos dominicanos, proprietários do imóvel. “Santa Cruz, conforme relatou, ‘tentou discutir o

²⁷ Documento disponível no Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

²⁸ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

²⁹ REPORTAGEM LOCAL. A livraria Duas Cidades deve mudar de endereço. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 67, n. 10.051, 14 nov. 1987. Ilustrada, p. A-35.

assunto e chegar a um acordo, mas o aluguel pretendido era maior do [que] poderíamos pagar’. Atualmente, pelo ponto, a livraria paga cerca de Cz\$ 5.000,00 mensais, quantia que Santa Cruz reconhece irrisória”. O inquilino não se recusava a reajustar o aluguel, mas a quantia a ser paga não poderia ultrapassar quatro ou cinco vezes o valor que pagavam, e não dez vezes mais, como queria o locador. De um lado da contenda, José Petronilo relatou à reportagem que as condições financeiras da casa era limitadas, na medida em que o faturamento diminuiu em razão dos livros importados pela livraria sob taxas de câmbio escorchantes. Do outro lado da disputa, Frei Bruno Palma, representante da Ordem, contestou a informação de que congregação se recusava a um acordo afirmando que não poderiam receber um aluguel irrisório diante das despesas diárias dos dominicanos. O frade mencionou que por reconhecer o valor do empreendimento abrigado pelo imóvel, tentaram acordar com o inquilino um valor escalonado de locação entre outubro e dezembro de 1987, quando atingiria Cz\$ 40.000,00 mensais. O locatário declarou que seria difícil ganhar a ação e estudava transferir a livraria para outro imóvel. E a reportagem encerrou com a fala de Antonio Candido, confidenciando conhecer a casa desde sua fundação, defendendo-a como um local cujo objetivo é essencialmente cultural.

Antes de passarmos para a manifestação contundente do crítico literário, cabe um breve comentário sobre essa reportagem. No intervalo de tempo entre o contrato de aluguel de 1978 e a ação de despejo, desconhecemos os motivos que levaram a Ordem Dominicana a aceitar receber uma mensalidade modesta. De todo modo, o Frei Bruno Palma³⁰, representante dos dominicanos nesse litígio, parecia estar arredio a qualquer possibilidade de negociação abaixo do valor que a congregação apresentou, e sua fala para a reportagem provocou o longo texto de Antonio Candido escrito para a *Folha de S. Paulo*, publicado em 25 de dezembro de 1987.

Sob o título “Um caso triste”³¹, o professor e crítico literário redigiu um artigo de opinião sobre o episódio. Enunciou que ocorria um evento extremamente desolador na cidade de São Paulo pela ação de despejo que a Ordem Dominicana impetrou contra a Livraria Duas Cidades. Mesmo diante da alegação do inquilino de que não poderia pagar o aluguel proposto pela proprietária, esta ingressou com uma ação judicial que poderia inviabilizar “[...] uma instituição

³⁰ Frei Bruno Palma é o nome civil de Ivo de Souza Palma, que nasceu, em 1927, na cidade de Araraquara. Ordenado padre dominicano em 1957, realizou seus estudos de filosofia e teologia na França, entre 1950 e 1956, depois retornou ao Brasil, realizou atividades eclesiais e foi de novo para a França a fim de cursar o doutorado na *École Pratique des Hautes Études*, cujo estudo abordou a tradução das representações de rituais litúrgicos praticados em distintos países. Em 1980, recebeu o prêmio Jabuti pela tradução de *Anábase*, de Saint-John Perse, de quem traduziu boa parte da obra. Também ganhou o prêmio da Academia Brasileira de Letras, em 2004, pela tradução de *Marcas Marinhas*, também de Saint-John. Em parceria com Pedro Paulo Sena Madureira, traduziu, em 1970, *O teatro e a angústia dos homens*, livro de Pierre-Aimé Touchard publicado pela Livraria Duas Cidades. Além das traduções, escreveu *Cirandas*, obra de poesia lançada pela Ateliê Editorial, em 2017.

³¹ CANDIDO, Antonio. Um caso triste. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 67, n. 10.092, 25 dez. 1987. Ilustrada, p. A-28.

útil e prezada pelos leitores em geral, os estudantes, professores, intelectuais da cidade. Prezada por causa da qualidade do seu estoque e da qualidade das suas edições”. Em sua opinião, “[...] legalmente, [a Ordem] tem nas mãos a faca da lei e o queijo da propriedade. Mas estará moralmente com igual razão?”. Procurando ater-se aos fatos, ele diz conhecer a casa desde sua fundação, ressaltando que foi uma iniciativa partiu do então Frei Benevenuto de Santa Cruz. Segundo Candido, o livreiro-editor sempre conduziu o empreendimento com autorização dos padres superiores, “[...] mais tarde [...], justificado pelo êxito da empresa, comprou [o imóvel na] [...] rua Bento Freitas [...] por sua conta e risco, como se fosse empresário independente”. E declarou que a Ordem se tornou proprietária do estabelecimento em razão do voto de pobreza do frade ao ingressar na congregação dominicana.

Prosseguiu argumentando que o religioso abandonou o estado eclesiástico no início dos anos 1970 para se dedicar somente ao ramo livreiro e editorial. Nessa ocasião, Santa Cruz acordou com a Ordem a compra da razão social e do estoque da casa, ao passo que o imóvel permaneceu como propriedade da congregação. Em suas palavras,

“[...] quando eu soube disso, confesso que estranhei, pois do ponto de vista moral o proprietário de tudo era quem tudo adquirira e construía. Como a Ordem não é uma firma visando a lucros, pensei com os meus botões que natural seria que dissesse: ‘você imaginou, comprou, organizou, regou com o seu suor. Como era frade, não podia ser proprietário, nem o desejava, e a Ordem assumiu legalmente esta condição. Mas agora que mudou de estado e o impedimento caiu, moralmente você é o dono. Vamos passar tudo para o seu nome’. Pensei, mas não disse nada a ninguém fora de casa. Mesmo porque, pensei também logo depois numa hipótese que me pareceu verossímil: a Ordem ficou com o imóvel, mas naturalmente deixará que ele o desfrute enquanto vive, depois da sua morte terá, livre e desimpedida, a valiosa propriedade que ele praticamente lhe deu.

Para Antonio Candido, assim parecia se comportar os dominicanos ao aceitarem receber aluguéis parcimoniosos durante muitos anos. Esse gesto aparentava que os superiores da ordenação tomavam suas decisões considerando a dimensão ética dos fatos, o que permitiu a Duas Cidades prosseguir suas veredas mesmo diante das numerosas dificuldades. Uma delas foi a invasão do DOPS na livraria, e outras foram resolvidas pelo auxílio dos amigos, “[...] que concorreram para pagar débitos ou reforçar o capital, sem qualquer exigência de retorno. Com espírito igual, muitos autores editados por ela desistiram de receber seus direitos autorais”. Diante desse raio de colaboração, o crítico literário estava convicto de que a casa conseguia cumprir sua missão cultural. Entretanto, em junho daquele ano a Ordem informou ao inquilino que aumentaria o aluguel, e Santa Cruz concordou em pagar o valor estipulado pelo locador.

Porém, antes de uma conversa adequada entre as partes, o inquilino recebeu uma intimação para entregar o imóvel em 30 dias, gerando indignação em muitas pessoas, as quais pressionaram os religiosos a suspender a ação de despejo, o que levou os apoiadores a deduzirem que os padres iniciariam um diálogo com o locatário. Mas as condições apresentadas pela proprietária não podiam ser cumpridas pela livraria e editora, que fez uma contraproposta, cuja reação do locador foi impetrar outra ação de despejo no começo do mês de novembro.

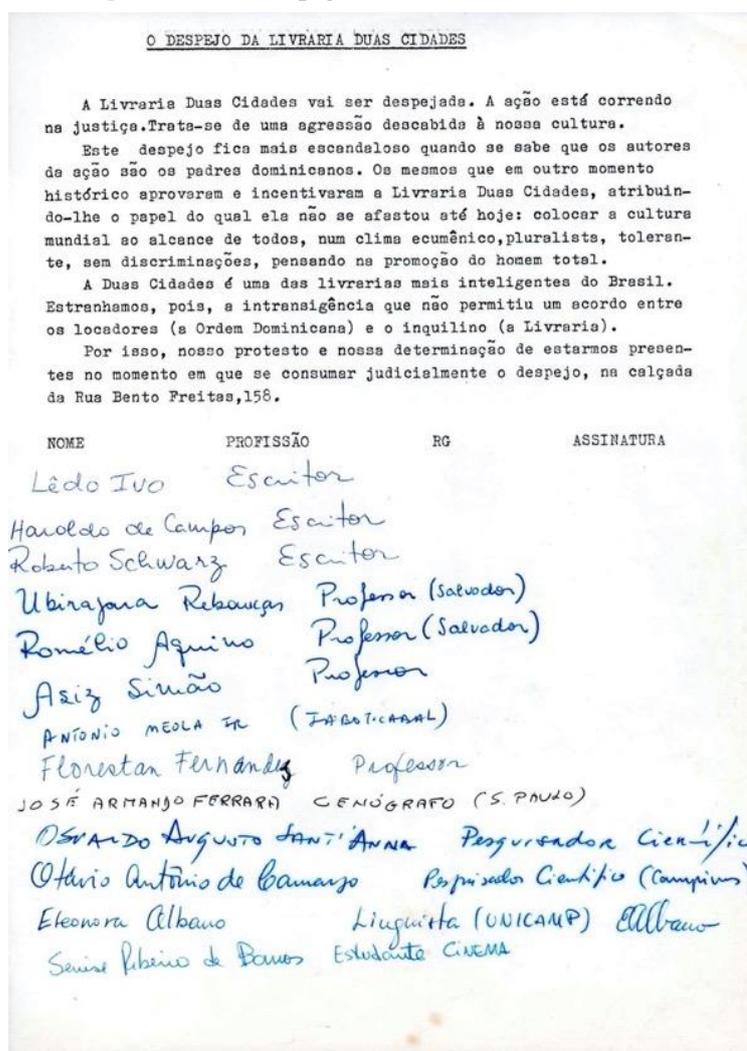
Ao fim e ao cabo, Antonio Candido encerrou seu artigo de opinião questionando se a proprietária do imóvel tinha legitimidade moral para pleitear a expulsão dos inquilinos. Em sua opinião, a congregação dominicana tinha legitimidade jurídica em relação à loja e sobreloja da rua Bento Freitas, mas faltava-lhe legitimidade moral para proceder com o despejo do inquilino. O crítico levantou as seguintes indagações: “[...] Qual o teor humano desse ato cruel que extinguirá [...] uma [...] instituição de cultura, privando [...] de trabalho e sobrevivência o confrade que a fundou e sustentou? A Ordem não poderia esperar [...] para fruir plenamente o que recebeu graças à iniciativa de quem é hoje quase septuagenário? Responda o leitor”. Em seguida, relatou que a postura dos superiores da congregação revelava uma genuína volúpia material, “[...] surpreendente em grupo religioso que contribuiu tanto para humanizar a Igreja, inclusive através do grande Le Bret, de quem o Professor Santa Cruz foi discípulo reverente e fiel colaborador”. Os frades pareciam desconsiderar a trajetória e o legado do livreiro-editor para os dominicanos, atendo-se apenas nas filigranas jurídicas e comportando-se, segundo o crítico, de modo extremamente triste e feio.

Na mesma página do artigo de opinião, a *Folha de S. Paulo* publicou o texto “Livraria recorre a abaixo-assinado”³². O repórter declarou que o estabelecimento promoveu um abaixo-assinado contra a ação de despejo impetrada pela Ordem, informou que o documento estava circulando em universidades e outras instituições, recebendo o apoio de prestigiosos intelectuais, como Antonio Candido, João Luiz Lafeté e Davi Arrigucci Jr. Após recapitular os motivos que embasam o litígio entre as partes, o autor da matéria relembra o episódio envolvendo Carlos Marighella e a invasão da livraria pelo DOPS, afirmando, sem comprovar, que Santa Cruz foi preso e submetido a interrogatório pelo delegado Fleury. O caso espantou parte expressiva da clientela, que ficou apreensiva de frequentar a livraria importadora e revendedora de livros estrangeiros voltados ao público intelectual e universitário. Apesar disso, o repórter escreveu que a casa se destacava por suas edições, “[...] considerada pelo professor João Luiz Lafeté [...] como ‘uma editora simpática, que publicou coisas importantes, sem visar

³² REPORTAGEM LOCAL. Livraria recorre a abaixo-assinado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 67, n. 10.092, 25 dez. 1987. Ilustrada, p. A-28.

lucro imediato””. O físico Rogério C. de Cerqueira Leite foi outro docente consultado pela reportagem, que naquela época também era do conselho editorial da *Folha* e autor da *Duas Cidades*, cuja virtude, em sua opinião, era a preocupação cultural mediante um trabalho de caráter público e desinteressado, lançando títulos impublicáveis numa perspectiva eminentemente comercial. O repórter concluiu a matéria citando alguns títulos lançados pelo selo nos anos 1970 e 1980, livros da área de teoria e crítica literária, filosofia, música e poesia.

Figura 32. O despejo da Livraria Duas Cidades



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

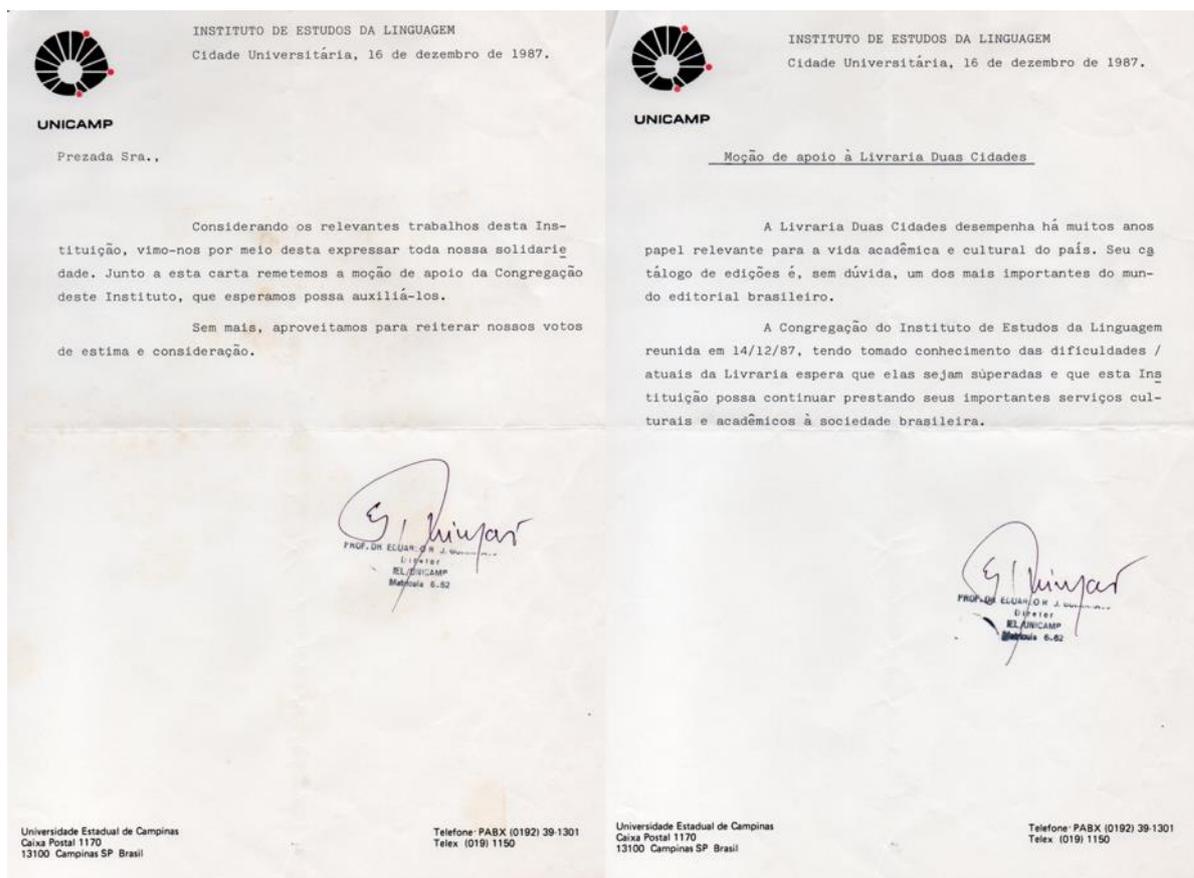
O acervo da Livraria Duas Cidades abriga cinquenta e seis folhas do abaixo-assinado firmado tanto por personalidades do campo artístico e universitário, como por aposentados, fazendeiros, pesquisadores, odontólogos, arquitetas, advogadas, comerciantes, bancárias, psiquiatras, engenheiros, jornalistas, médicos, fotógrafos, carteiro e até por um militar. O mote apresentado no texto do documento (ver figura 32) aparenta que a redação não foi concebida

pelo Professor Santa Cruz, mas provavelmente por um grupo de professores que se sentiram tocados com o artigo de opinião de Antonio Candido. O teor do fragmento escrito no abaixo-assinado afirma que a ação da Ordem era contrária ao desenvolvimento cultural, ordenação que outrora apoiou uma casa estruturada para atender o público leitor num espírito fraterno e ecumênico, “[...] pensando na promoção do homem total”. As folhas abrigadas no arquivo pessoal de Santa Cruz contabilizam 863 assinaturas numa época em que não havia plataformas digitais de abaixo-assinados on-line.

Além dos nomes listados na reportagem, o documento consta a assinatura de pessoas como Lêdo Ivo, Haroldo de Campos, Roberto Schwarz, Azis Simão e Florestan Fernandes (ver figura 32), além dos professores Octavio Ianni, João Alexandre Barbosa, Milton Vargas, José Miguel Wisnik, José Arthur Giannotti, Lúcia Naig, Decio de Almeida Prado, Nelson Schapochnik, Carlos Eduardo Jordão Machado, Celso Lafer e Marilena Chauí. Além desses, figurava no rol de apoiadores o tradutor João Moura Jr., os empresários João Antonio Caldas Valença, Roberto de Mello e Souza, Joaquim Müller Carioba e sua esposa, Maria da Penha Müller Carioba; os editores Luiz Schwarz e Humberto Geraldo Pereira; o artista gráfico Ettore Bottini; as antropólogas Lilia Schwarcz, Teresa Caldeira e Ruth Cardoso; os poetas Augusto de Campos, Nelson Archer e Orides Fontela; os sociólogos Francisco de Oliveira, Sérgio Fausto e Teresa Sales; os arquitetos Paulo Mendes da Rocha e Hugo Segawa; a psicanalista Rubia Delorenzo (filha do casal Antonio e Ida Delorenzo); o cineasta Pedro Farkas; a economista Lidia Goldenstein; o jornalista Augusto Massi; o artista plástico Valdir Sarubbi; o ator Lineu Moreira Dias e a atriz Sônia Braga. O amplo arco de apoiadores que representavam distintos setores profissionais aquiesciam a definição da casa como uma das livrarias mais importantes do país, um polo cultural que estava sob a ameaça de ser fechada pelos superiores da Ordem.

Tanto o artigo de opinião do professor Antonio Candido quanto o abaixo-assinado em defesa do estabelecimento sinalizam o perfil da clientela da livraria durante os anos 1970 e 1980. O relato entretecido pelo crítico literário não apenas promoveu a defesa enfática da livraria e editora, como deixou implícito sua proximidade com o livreiro-editor, principalmente quando teve as primeiras informações sobre a ação de despejo e externou suas impressões sobre o ocorrido apenas às pessoas de sua casa. Na próxima parte deste capítulo vamos alinhar a proximidade do decano da USP com o Professor Santa Cruz, por ora enfatizamos que seu texto publicado na *Folha de S. Paulo* provavelmente motivou o abaixo-assinado e uma enxurrada de manifestações declaradas em periódicos, moção de apoio e telegramas.

Figura 33. Moção de apoio à Livraria Duas Cidades do IEL da UNICAMP



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Uma delas foi “A histórica livraria, ameaçada de despejo”³³, escrita por Lindinha Sayon e divulgada no *Jornal da Tarde* em 30 de dezembro de 1987. Primeiro ela descreveu o estabelecimento como um local tradicional da cidade de São Paulo e um ponto de encontro de intelectuais especializado na importação de livros da área de ciências humanas. Expôs que a casa colaborou na formação de diversas biblioteca universitárias, em especial da UNESP, UNICAMP e USP, informando que o local estava ameaçado de despejo depois de três décadas de contribuição à cultura. O Professor Santa Cruz declarou à jornalista que a livraria e editora era acolhida por professores e universidades, relatou sobre a formação do quadro societário e o processo de importação de livros da França, Itália, Espanha e Estados Unidos. Contou sobre a aquisição do imóvel na rua Bento Freitas e disse que seria impossível pagar o valor proposto pelos inquilinos. Caso a proprietária não reconsiderasse sua posição, ele teria de encontrar outro espaço, mudança arriscada diante da situação econômica da casa. Em suas palavras, “[...] vejo isso como um fato melancólico. Tanta luta para agora estar com essa corda no pescoço, essa

³³ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

incerteza do futuro”. Segundo Lindinha, a barafunda fez com que alguns intelectuais formulassem um abaixo-assinado para demover a Ordem da ideia de despejar a Duas Cidades. Quanto aos dominicanos, os responsáveis pelo caso estavam viajando e nenhum outro frade podia opinar sobre o assunto. Essa matéria ilumina um característica essencial da firma, quando o livreiro-editor afirmou à jornalista que a casa era bem quista no meio universitário. Para além das diversas manifestações de docentes, o local recebeu a moção de apoio do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, em 16 de dezembro de 1987 (ver figura 33).

Nesse mês foram enviados dois telegramas³⁴ a José Petronilo. O primeiro, de Lêdo Ivo, transmitido no dia 28 com a seguinte mensagem: “Aceite querido amigo e editor minha solidariedade. Peça Antonio Candido [para] incluir meu nome no abaixo-assinado destinado a testemunhar excepcional atuação cultural e editorial [da] Duas Cidades. E defender seus direitos que também são nossos”. O segundo, transmitido no dia 30 por Paulo Cesar Loureiro (então diretor da Fundação Cultural de Curitiba), expressava sua revolta com a atitude traiçoeira daqueles que se escondiam por trás do ordenamento jurídico e negavam o espírito dominicano.

Já na alvorada de 1988, o professor Roberto Romano escreveu “O triste fim de uma livraria”³⁵, texto publicado na *Folha de S. Paulo*. O então professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP corroborou o trabalho da Duas Cidades no abastecimento de numerosas bibliotecas de São Paulo e na publicação de importantes teóricos de sociologia, literatura e religião, ampliando o leque de estudos nessas temáticas por meio dos 255 títulos publicados. Ele considerou que “o ecumenismo é a marca da editora e livraria. [...] Apresentam ao leitor culto, amplo espectro do que se pensou no seu mundo espiritual. Num país sem respeito democrático, torna-se lamentável mais este ato de aniquilamento dos intelectos”. Depois tratou da saída de Santa Cruz da vida religiosa: “[...] a própria Ordem ofereceu-lhe, em troca da propriedade formal das instalações, as suas quotas da livraria e editora. Caracterizava-se, deste modo, o parco interesse dominicano pelo aspecto mais elevado daquele empreendimento”. Em seguida, Roberto afirmou que Santa Cruz aceitou a imposição da congregação e “[...] transferiu o título de propriedade, por escritura pública. Isto fez da Duas Cidades uma inquilina dos frades, a partir de julho de 1977”. Explicitou que o inquilino jamais questionou o aluguel estipulado pela proprietária, considerando que o último contrato venceria em agosto de 1987, quando a casa recebeu uma exigência de desocupação do imóvel em trinta dias. Enquanto o processo

³⁴ Ambos abrigados no Arquivo pessoal de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

³⁵ ROMANO, Roberto. O triste fim de uma livraria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 68, n. 10.115, 17 jan. 1988. Cidades, p. A-22.

estava na Justiça, o autor do artigo esperava que os frades mudassem de ideia diante do abaixo-assinado protestando contra o despejo de um relevante estabelecimento cultural do país.

O docente da UNICAMP proferiu algumas declarações que não constam nos documentos consultados nos acervos pesquisados. As correspondências e os balanços não mencionaram a transferência do título da propriedade do imóvel de Santa Cruz para a Ordem Dominicana em troca da doação de quotas da SII para o livreiro-editor. Mas o artigo de Frei Bruno Palma, que apresentaremos e analisaremos logo adiante, esclareceu que houve a doação de 51% as quotas da Ordem (então sócia majoritária) sob a condição de receberem a parte de Santa Cruz no imóvel localizado na rua Bento Freitas, cujo contrato de aquisição, datado de agosto de 1966, foi assinado somente por José Petronilo, representando a empresa na negociação. Nessa linha de considerações, as fontes indicam que o livreiro-editor propôs a compra das quotas da Ordem em 1975 porque não desejava envolver o imóvel nas tratativas, tendo em vista que ao menos uma parte da sala estava em seu nome e foi comprada com o capital que ele levantou para efetivar a transação. Mas em julho de 1977 ele provavelmente optou por perder sua parte do imóvel para garantir a propriedade da Duas Cidades, tornando-se inquilino dos dominicanos. De todo modo, outras³⁶ manifestações engrossaram o coro de apoio à casa.

Santa Cruz recebeu mais dois³⁷ telegramas e uma epístola em janeiro de 1988. O primeiro, enviado em 06 de janeiro por Carrion Júnior, então deputado e vice-presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, que manifestou sua solidariedade ao empreendimento conduzido com maestria pelo Professor Santa Cruz; e o segundo foi transmitido, em 25 de janeiro, pela professora aposentada de língua e literatura grega da UNESP, Daisi Malhadas, que apoiou a luta do livreiro-editor para manter sua casa cultural em funcionamento, e informando que enviaria um telegrama³⁸ aos dominicanos para demonstrar sua indignação com o caso. Outra declaração foi redigida pelo então professor secundarista e estudante de mestrado em História da UNESP, José Luís Dutra de Toledo, que enviou uma carta³⁹ escrita à mão “ao abnegado e grandioso Professor Santa Cruz”. Inicialmente, declarou seu apoio à Duas Cidades diante de

³⁶ No arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas (pasta Livraria Duas Cidades) há o texto nomeado “Duas Cidades”, de Flávio Vesperiano Di Giorgi, publicado no semanário *O São Paulo* (de 22 a 28 de janeiro de 1988), e a carta de Frei Sérgio Lobo de Moura (então provincial dos dominicanos) endereçada a Dom Angélico em 18 de fevereiro de 1988, a qual questionava o teor do artigo de Flávio Di Giorgi. Além desses, o acervo dos dominicanos guarda uma reportagem publicada no jornal *Leia Livros*, São Paulo, ano X, n. 112, de fevereiro de 1988, informando que a Duas Cidades aguardava a audiência e que o abaixo-assinado ultrapassara mil assinaturas, assim como entrevistaram os professores Davi Arrigucci Jr. e Antonio Candido para falarem sobre o caso.

³⁷ Ambos abrigados no Arquivo pessoal José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

³⁸ Nesta, a professora enviou a seguinte mensagem: “Conhecendo a tradição de luta pela justiça da [Ordem], manifestamos estranheza pela maneira como trataram o Professor Santa Cruz, que tanto lutou e luta para manter a Duas Cidades a serviço da cultura”. Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas.

³⁹ Documento disponível no Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

uma ação que “[...] ressuscita o obscurantismo inquisitorial [...], mesmo sob uma outra faceta – a avidez pelo lucro ou por ‘dinheiro’”. Prosseguiu dizendo que leu as matérias da *Folha de S. Paulo*, ficou estarelecido com o fato de a Ordem se preocupar apenas com imóvel ocupado pela livraria e editora, e concluiu dizendo que ele era extremamente grato ao trabalho de Santa Cruz pela cultura contemporânea brasileira. A despeito de alguns apoios exagerem nos adjetivos empregados para julgarem a ação da congregação, o apoio reverberado por agentes públicos, professores e estudantes universitários evidenciam a ampla solidariedade angariada pelo livreiro-editor, provocando uma tardia e incisiva resposta do representante dos dominicanos.

Frei Bruno Palma dirigiu uma carta⁴⁰ ao diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, em 12 de fevereiro de 1988, solicitando a publicação da versão da Ordem contra as reportagens do jornal e os injuriosos artigos de Antonio Candido e Roberto Romano. Em suas palavras, “[...] peço-lhe que publique na íntegra a minha resposta, dando o mesmo destaque que foi dado às opiniões dos que defendem a versão da Livraria Duas Cidades”.

O longo artigo de Frei Bruno Palma na *Folha de S. Paulo*⁴¹ controverteu os ataques dirigidos à ordenação pregadora. Depois de mencionar o escopo da tese encampada nos artigos dos professores universitários e nas matérias do jornal, o religioso elencou cinco pontos que pretendiam elucidar a ação movida pelos dominicanos. O primeiro deles contestou a informação de que o então Frei Benevenuto, autorizado pela Ordem, comprou o imóvel na rua Bento Freitas como se fosse um negociante independente, o que era falso diante do voto de pobreza declarado por um indivíduo quando ingressa na vida religiosa. “Isto é, tudo o que o religioso tem é repartido com seus confrades; tudo o que ele ganha como donativo, ou obtém pelo seu trabalho, pertence à comunidade da qual faz parte, e vai para a caixa comum, de onde ele recebe aquilo de que precisa, segundo as suas necessidades”. Assim, nenhum frade que deixava a congregação poderia solicitar a devolução de quaisquer coisas obtidas durante os anos como religioso, “[...] mesmo porque ele sairia perdendo: a Ordem lhe pediria contas, também, nesse caso (por absurdo), dos anos em que ela o sustentou, da sua formação intelectual, cursos, viagens ao exterior, sem falar de tudo o que não se pode medir ou pesar, os bens espirituais e intelectuais.

No segundo ponto, o padre estava ciente de que o então Frei Benevenuto se esforçou para o desenvolvimento da casa e a compra do imóvel, atividades que não o desvinculavam de seus compromissos com a Ordem. A quantia que o frade angariou para comprar a loja, oriunda de pessoas e instituições financeiras cientes de que negociavam com um frade responsável por

⁴⁰ Documento disponível no Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas. Pasta Livraria Duas Cidades.

⁴¹ PALMA, Bruno. Ordem Dominicana responde sobre caso livraria Duas Cidades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 68, n. 101.141, 12 fev. 1988. Ilustrada, p. A-42.

uma livraria religiosa, “[...] ligada historicamente ao movimento ‘Economia e Humanismo’”. Depois ressaltou que ao deixar a Ordem, Santa Cruz declarou, por escrito, que transferia a posse do imóvel para os dominicanos, ao passo que a congregação doou sua quota-parte das ações da empresa (51%) ao livreiro-editor. Segundo o religioso, a ordenação não apenas abriu mão dessas ações para beneficiar um de seus ex-filhos, garantindo-lhe sustento futuro, como também colaborou “[...] generosa e desinteressadamente, por mais de anos, para a sobrevivência dessa empresa comercial, cobrando dos seus proprietários aluguel meramente simbólico”.

Frei Bruno tratou da mudança da linha editorial e livreira adotada pela Duas Cidades nos últimos anos. Durante os anos 1960, a casa vendia e publicava obras de cunho teológico e religioso, mas depois adotou outro programa, o qual poderia apresentar relevância cultural, mas destoava dos objetivos dominicanos, desobrigando moralmente a Ordem de financiar a empresa mediante o recebimento de aluguéis irrisórios. Seguindo essa linha de raciocínio, a ordenação ingressou com a ação de despejo “[...] por considerar uma injustiça contra nós recebermos tão pouco por uma área tão grande (de quase quinhentos metros quadrados) [...], que em setembro de 1987 fora de Cz\$ 2.700,00”. Ao final do texto, Frei Bruno salientou que a Ordem não queria prejudicar o estabelecimento, tampouco possuíam espírito obscurantista ou desprezo pela cultura e pelo livro, o que era incompatível com a secular história dos dominicanos. Argumentou que a ordenação apenas solicitava um contrato justo para as partes, declarando estarem dispostos a receber os Cz\$ 30.000,00 mensais oferecido pelo locatário. E concluiu com a seguinte mensagem: “esperamos que os amigos [...] da Editora e Livraria Duas Cidades (que têm nas mãos a faca e o queijo do prestígio intelectual) os persuadam, agora, de ceder de seu lado, para que essa pendenga tenha fim e possamos trabalhar em paz”.

Mas o texto de Frei Bruno não solucionou o caso, como informou a *Folha de S. Paulo* no texto “Despejo ameaça livraria Duas Cidades”⁴². De acordo com a redação do jornal, uma das razões alegadas para a estagnação das negociações tinha a ver com o fato de o locatário do imóvel encontrar-se com problemas de saúde, impedindo-o de encaminhar uma proposta formal à Ordem. O repórter salientou que ambas as partes concordavam com o valor de Cz\$ 30 mil mensais, o nó estava no prazo retroativo da cobrança e o período semestral de reajuste do contrato. Enquanto o advogado da Ordem dizia que a cobrança deveria retroagir a novembro de 1987, o advogado de Santa Cruz defendia a cobrança a partir de março de 1988, pois a definição da data interferiria no prazo e no valor do reajuste em razão da inflação. Apesar disso,

⁴² DA REDAÇÃO. Despejo ainda ameaça livraria Duas Cidades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 68, n. 10.170, 12 mar. 1988. Ilustrada, p. A-30.

a redação da *Folha* afirmou que o inquilino e o locador pareciam dispostos a encontrar um equilíbrio que permitisse a preservação da livraria e editora.

Por meio da documentação investigada, desconhecemos o desfecho desse intrincado episódio. Humberto Pereira foi o único testemunho⁴³ que abordou o caso da ação de despejo, afirmando que Frei Bruno Palma e Santa Cruz tornaram-se inimigos, ressaltando que o religioso queria tirar o estabelecimento do livreiro-editor, embora o entrevistado tenha a impressão de que o imbróglio foi resolvido mediante a elaboração de um contrato por meio do qual a Ordem permitia o uso do imóvel por José Petronilo enquanto ele fosse vivo. Humberto ponderou que Severo Gomes⁴⁴ foi uma peça-chave durante todo o enterevo com a congregação e mencionou uma reunião que os três fizeram no apartamento de Santa Cruz para definirem como este deveria se proteger das investidas dos superiores da congregação.

A acirrada peleja entre José Petronilo e a Ordem Dominicana começou no dia em que ele aposentou a batina. Foi uma longa transação para definir qual seria sua participação no empreendimento cultural, cujo desenlace foi difícil de recapitular por não tivemos acesso às alterações contratuais da empresa durante esses anos, o que nos facilitaria a destrinchar as negociações. Depois houve o processo da ação de despejo, aflorando novos rancores, discussões e embates. Embora Frei Bruno Palma tenha dito algumas inverdades, como a não disposição de Santa Cruz para negociar e o tamanho da área da loja, ele procurou contemporizar e sopesar o posicionamento da Ordem provavelmente pressionado pelas contundentes manifestações vindas da sociedade civil. Com efeito, esse caso expôs que o livreiro-editor e a Duas Cidades contavam com o apoio de parte significativa da intelectualidade paulistana, de professores e instituições universitárias, além de outras personalidades do meio público, artístico e cultural. E a forte reação dos amigos da casa possivelmente foi impulsionada pelo artigo de Antonio Candido, que por meio desse escrito exibiu sua proximidade com o Professor Santa Cruz e com o estabelecimento que este fundou e dirigiu enquanto esteve vivo. A seguir iremos deslindar como a profunda amizade entre eles foi decisiva para o programa desenvolvido pelo livreiro-editor nos anos 1970, o qual não teria sido possível sem o apoio do crítico literário.

⁴³ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

⁴⁴ Para informações sobre Severo Gomes, consultar a nota de rodapé número 234 do primeiro capítulo.

Antonio Candido, Professor Santa Cruz e a crítica literária uspiana

Os laços de irmandade entre Antonio Candido e Professor Santa Cruz foram entremeados em finais dos anos 1940, quando o primeiro começava sua carreira universitária e o segundo iniciava suas atividades no movimento Economia e Humanismo. O ponto de ligação chama-se Clarisse Tolentino, que era mãe do crítico literário, admiradora das ideias do padre Lebreton e de seu discípulo Frei Benevenuto. Temente em Deus, a matriarca dos Mello e Souza aproximou-se do jovem religioso de modo íntimo e confidente, seja ouvindo atentamente suas missas, seja confessando seus pecados. O apego ao frade fez com que ela o inserisse no ambiente familiar, conhecesse seus filhos, netas e netos, tornando-o *habitué* do lar de Antonio e Gilda, onde Clarisse passou a residir depois do falecimento de seu marido Aristides. Foi a partir dela e do pensamento lebretoniano que Candido se tornou amigo de Santa Cruz, conheceu seus primeiros trabalhos no universo livreiro editorial e passou a frequentar a Livraria Duas Cidades ainda localizada na Praça da Bandeira. Enquanto o docente foi enredando sua carreira universitária, o religioso desenvolvia suas habilidades de livreiro-editor dominicano. Ambos apreciavam a cultura e as artes, ambos se formaram leitores inveterados, aprenderam a língua francesa com maestria e apreciavam a literatura. Passado o período em que se firmaram em suas respectivas atividades, decidiram inaugurar uma parceria profissional que levou à publicação de obras de Antonio Candido, de sua esposa, Gilda de Mello e Souza e de seus orientandos da pós-graduação de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo. A primogênita do casal iniciou a carreira como artista gráfica produzindo capas para a editora, a filha do meio tornou-se próxima de Santa Cruz e frequentadora assídua da livraria, e Roberto, irmão do crítico literário, também teve seus manuscritos lançados pelo selo.

Ao reconfigurarmos esses laços, notamos o quão profunda era a amizade de irmãos não sanguíneos, uma amizade entre um ateu e um padre que compartilhavam o amor pelos livros. Somente as condicionantes materiais e afetivas nos possibilita aferir o papel desempenhado por Antonio Candido na nova fase inaugurada pela livraria e editora a partir de 1970, ano em que ele publicou seu primeiro livro pela casa. Como vimos anteriormente, o decano da USP fez uma defesa enérgica da Duas Cidades contra a ação de despejo impetrada pelos dominicanos, demonstrando que ele era um dos ilustres clientes do estabelecimento e reconhecia a relevância da empresa para a cultura paulistana. Mas ele também tinha plena consciência do caráter e da laboriosidade de Santa Cruz desde a fundação da Livraria Duas Cidades em 1954, e por isso defendeu o espaço como se defendesse um irmão, um amigo de longa data e um livreiro-editor como inegável vocação para a promoção do livro. Essas premissas nos levam a crer que apenas

conseguimos dimensionar e projetar o impacto de Antonio Candido para o estabelecimento se considerarmos a estreita relação do então frade com a família Mello e Souza, o percurso profissional do crítico literário no meio universitário, a sua iniciativa de estruturar uma pós-graduação na USP, e o seu trabalho na orientação de mestres e doutores, incentivando-os a publicarem seus estudos pelo selo de José Petronilo. Candido fomentou um canal por meio do qual foi possível a divulgação da crítica literária uspiana na década de 1970, o que permitiu a editora alterar o perfil de seu catálogo, reorientar os títulos importados pela livraria e inaugurar a fase secular da casa, especialmente vinculada ao universo acadêmico e intelectual.

Das três filhas do casal Antonio e Gilda, duas nos relataram sobre a convivência que tiveram com Santa Cruz. A primogênita, Ana Luisa Escorel, comentou que “Frei Benevenuto era grande amigo de meu pai e de minha avó, Clarisse, e convivi com ele, na nossa casa, desde a primeira infância”⁴⁵. Declarou, em seguida, que ele foi o padre que abençoou seu casamento com o cineasta Eduardo Escorel, assim como afirmou que os vínculos afetivos e profissionais de sua família com José Petronilo eram grandes porque o então religioso era amigo de toda família. Em sua perspectiva, “Frei Benevenuto era extremamente apegado a meu pai como foram também tantas outras pessoas”⁴⁶. Quando ele estava à frente da Livraria Duas Cidades meu pai o ajudou muito materialmente e levando autores amigos para ser publicados pela editora”. Já a filha do meio, Laura de Mello e Souza, descreveu o grau de aproximação do religioso com os seus:

O nome dele doméstico na casa era Frei: ‘hoje o Frei vem jantar, hoje o Frei vem aqui’. E o Frei era uma pessoa da minha família. [...] Ele estava sempre na minha casa com o seu hábito de lã creme. Muito simpático, muito afável. [...] Ele era muito ligado ao meu pai e à minha avó, sobretudo. [...] Eu ouvi a minha avó falar muito da mãe dele, dona [Julieta], não sei se elas se conheceram, se elas falaram por telefone. [...] Eu tenho uma vaga ideia que às vezes vovó pregava botão ou cerzia coisas para ele. Quer dizer, ele era praticamente um filho na casa. E depois eu fiquei sabendo que ele tomava conta de uma livraria e ele foi cada vez mais se identificando com a livraria⁴⁷.

Laura explicou que os dois irmãos de seu pai, Roberto e Miguel, também eram amigos de Benevenuto, acrescentando que para além de sua avó, tia, tios e padrinho, o religioso estava entre as pessoas mais próximas de seu círculo de intimidade. Santa Cruz tinha o hábito de

⁴⁵ Ana Luisa Escorel, questionário, 17 ago. 2020.

⁴⁶ No texto, “Antonio Candido e a Menina”, Ana Luisa Escorel relata as personalidades que frequentavam sua casa durante os anos de sua infância, porém ela não mencionou o nome de Frei Benevenuto/Professor Santa Cruz. Ver: ESCOREL, Ana Luisa. Antonio Candido e a menina. *Piauí*, São Paulo, edição 20, mai. 2008. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/antonio-candido-e-a-menina/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁴⁷ Laura de Mello e Souza, entrevista, 01 out. 2019.

presenteá-la com livros desde a infância, até que um dia ele chegou em sua casa com uma obra de *História Universal*, que embora fosse de difícil compreensão para uma criança, ela se deliciava com as ilustrações e lia o texto com interesse mesmo sem compreendê-lo, ao ponto de fazê-la crer que o presente pode ter despertado sua curiosidade para a área da História. Seus avós paternos eram católicos e insistiram para que as três filhas de Antonio e Gilda fossem batizadas, sendo que Ana Luisa e Laura receberam o primeiro sacramento do cristianismo pelas mãos de Frei Benevenuto. Se a primogênita e a caçula, Marina, optaram pelo ateísmo, Laura foi a única das irmãs que se aproximou e afastou do catolicismo no decorrer dos anos, argumentando que habitualmente conversava com o frade sobre seus dilemas religiosos.

Quando questionamos se sua proximidade com Santa Cruz se dava apenas no âmbito familiar, ela contestou afirmando que na juventude se tornou cliente da livraria no mesmo ano que ele aposentou a batina. “Já não podia chamar ele de Frei, ninguém dizia José Petronilo, e aí inventou-se: os amigos o chamavam de Bené. E papai não o chamava nem de Frei nem de Bené, acho que dizia Benevenuto, se não me engano”. Laura ingressou no curso de História da USP em 1972, e a partir daí teve o costume de ir à Duas Cidades para comprar livros, solicitar informações sobre algumas obras e encontrar-se com o livreiro. Em suas palavras, “várias vezes ele vinha com um título, e dizia, ‘Laurinha, acho que esse livro te interessa’. [...] Mas a minha relação com ele foi sobretudo com uma pessoa da família, como se fosse um tio, ele era uma pessoa de dentro de casa, as pessoas mais próximas da minha convivência familiar”.

Dentre as livrarias paulistanas, ela era assídua frequentadora da Kosmos, da Francesa e da Duas Cidades. Ainda graduanda do curso de História, Laura ia regularmente ao estabelecimento dirigido por Bené, onde seu pai tinha uma conta a partir da qual ela ocasionalmente comprava livros utilizando os recursos desse fundo. Mas a entrevistada se tornou cliente assídua devido ao vínculo que tinha com o livreiro-editor, com quem tinha liberdade para pedir livros de quaisquer assuntos, quem lhe recebia com afeto e conhecia seus interesses como leitora. Às vezes era Antonio Candido que chegava em casa, dizia que tinha passado no Benevenuto e comprado um livro para a universitária. Para Laura, seu pai e Santa Cruz “[...] eram amicíssimos, se queriam um bem enorme. E meu pai, que era um ateu – o Bené dizia que ele era um ateu clerical –, sempre se interessou por questões de religião, sempre leu livros religiosos e sobre a vida de Jesus”. Eles habitualmente conversavam sobre livros e religião, muitas vezes na própria livraria e editora. “[...] Papai ia frequentemente à Duas Cidades, então tiveram muito contato”. A historiadora nos assegurou que a amizade e a influência foi recíproca, ponderando que o livreiro-editor teve proximidade com outros membros da família Mello e Souza:

[...] O Bené editou livros do papai, editou *Parceiros do Rio Bonito*, editou *Exercícios de Leitura* da mamãe, editou *O Tupi e o Alaúde* da mamãe, depois editou *O Discurso e a Cidade*, *Vários Escritos*, vários livros do papai; a minha irmã, Ana Luisa, fez as capas, [...] Suzana, minha prima, filha do tio Roberto de Mello e Souza, também é designer e fez capas para a Duas Cidades [...]. A minha impressão é que a relação dos dois era fraterna. E só para te dizer uma coisa, quando o Benevenuto morreu, ele não tinha descendentes, vieram os sobrinhos dele de Alagoas e não havia onde enterrá-lo. Ele foi enterrado no jazigo, no túmulo do meu avô Aristides e da minha avó Clarisse, os pais do papai, [...] para você ter ideia da profundidade, do vínculo.

Em determinada altura da entrevista, questionamos sobre qual seria sua opinião sobre importância de Antonio Candido para a Livraria Duas Cidades, ao que que ela respondeu declarando que foi expressiva, principalmente quando houve muitos alunos dele que publicaram pela casa. Do rol de alunos publicados pelo selo, ela citou Davi Arrigucci Jr., João Luiz Lafetá, Roberto Schwarz, José Miguel Wisnik, Adélia Bezerra de Menzes, João Alexandre Barbosa, Walnice Nogueira Galvão e Telê Ancona Lopez. Em suas palavras, “[...] talvez [o papai] tenha sido a relação mais forte da vida profissional [do Bené]”. Essa opinião é endossada por Fernando Uchoa, sobrinho de Santa Cruz, quando nos declarou⁴⁸ estar convicto da relevância dessa amizade na configuração do catálogo do selo a partir do decênio de 1970.

As relações de amizade entremeadas entre o livreiro-editor e um dos autores mais ilustres da Livraria Duas Cidades remete-nos ao enquadramento teórico e metodológico delineado por Gustavo Sorá⁴⁹, quem analisou os laços que ligavam José Olympio e os diletos autores de sua editora. O estudo de Sorá nos ajudou a examinar de que modo as nuances materiais e afetivas das amizades do Professor Santa Cruz com autores da casa impactaram na construção do catálogo. Estamos cientes de que a José Olympio e a Duas Cidades foram duas empresas com características completamente distintas. A primeira tornou-se um dos maiores conglomerados editoriais do Brasil, conquistando autonomia e espaços diferenciados para a livraria e a editora no decorrer dos anos 1940 e 1950, principalmente quando passou a publicar uma geração de distinguidos autores da literatura brasileira. Já a segunda foi uma sociedade comercial de pequeno a médio porte no mercado livreiro e editorial do país, guiando-se pela importação e publicação de títulos religiosos de 1954 a 1969, e depois migrando seus esforços para a área de ciências humanas e sociais, sobretudo da crítica literária brasileira.

José Olympio soube articular suas habilidades comerciais e políticas para lançar seus autores no comércio livreiro nacional, ao passo que o Professor Santa Cruz pôde contar com a projeção de Antonio Candido no meio intelectual e universitário para reconfigurar o programa

⁴⁸ Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

⁴⁹ SORÁ, Gustavo., *op. cit.*, 2010, pp. 213-265.

editorial do selo e o plano de importações da livraria. Tanto o primeiro quanto o segundo edificaram contatos com agentes de peso do meio político, social e cultural em suas respectivas épocas de atuação, mas o primeiro era um mestre de cerimônias nato, um homem de negócios que se utilizava das relações de amizade para promover sua empresa e seus autores, enquanto o segundo estabelecia esses relacionamentos sem a pretensão imediata de auferir lucros ou de ganhar espaço na cena pública ou privada para promover sua empresa.

Como vimos nos testemunhos e na defesa de Antonio Candido perante a ação de despejo dos dominicanos, a amizade foi urdida pelos laços de irmandade, fraternidade e hombridade. A despeito de os relatos expressarem a relevância do crítico literário para a editora, não fica claro se o decano da USP propôs a parceria ou se foi Santa Cruz que tomou a iniciativa de contatá-lo para inaugurar uma nova fase nas edições da casa. Por isso vamos averiguar quais foram os ganhos dessa associação para o autor e para o livreiro-editor, e paralelamente analisaremos como Candido colaborou na remodelação do catálogo da Livraria Duas Cidades a partir dos anos 1970. Almejamos investigar de que maneira essa relação implicou no contato do editor com os orientandos e amigos do autor que publicaram pela editora; em que medida esses autores ganharam terreno no catálogo e por qual motivo essa geração de alunos da pós-graduação de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP optaram pelo selo do Professor Santa Cruz, assim como procuramos analisar as variáveis que implicaram na diversidade de áreas temáticas publicadas nesse decênio. Algumas dessas questões serão aprofundadas nas próximas partes deste capítulo, por ora nos interessa perceber como o sistema de relações conflagrado pelo o autor e o livreiro-editor viabilizou não apenas a publicação da crítica literária uspiana, mas também uma nova fase da Duas Cidades no mercado livreiro e editorial.

A comparação das trajetórias de Antonio Candido⁵⁰ e Professor Santa Cruz atesta algumas convergências pessoais e intelectuais em seus respectivos percursos. Coetâneos, ambos nascidos em 1918, o primeiro no Rio de Janeiro e o segundo em São Luís do Quitunde. Candido era filho de uma família abastada, passou a infância e adolescência residindo entre Santa Rita de Cássia, Poços de Caldas e um ano na França, sendo que na juventude tentou ingressar no curso de Medicina, mas acabou optando por estudar Ciências Sociais, entre 1939 e 1942, na FFCL da USP, e logo em seguida, a convite do docente Fernando de Azevedo, tornou-se professor-assistente de sociologia nessa faculdade entre 1942 e 1958. Já Santa Cruz era filho de uma família de classe média alagoana, fez seus estudos secundários no Recife, ingressou na

⁵⁰ Ver: RAMASSOTE, Rodrigo Martins. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. Orientadora: Heloisa Pontes. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006.

Ordem Dominicana, cursou Teologia e Filosofia na França entre 1938 e 1942, e depois retornou ao Brasil para residir no convento das Perdizes. Ordenou-se padre em 1945, enquanto trabalhava na biblioteca do convento até conhecer o padre Lebreton em 1947, quando se vinculou ao movimento EH e trabalhou no âmbito do planejamento urbano e do universo livreiro até começar sua carreira como livreiro-editor, em 1954, ao fundar a Livraria Duas Cidades.

Este ano foi emblemático para ambos. Houve a comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo, ocorreu o I Congresso Internacional de Economia Humana presidido por Frei Benevenuto e Antonio Candido defendeu sua tese de doutorado, *Os parceiros do Rio Bonito: o estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida*, orientada por Fernando de Azevedo. Mas eles se conheceram um pouco antes, mais precisamente em 1949⁵¹, quando o frade acabara de retornar da França após um ano de estágio na sede grupo de EH. Augusto Massi⁵² relata como foi o princípio dessa amizade:

Fiquei amigo do Padre Lebreton e participei um pouco do movimento Economia e Humanismo. Naquela ocasião, ele disse uma coisa que calou fundo em mim: ‘O futuro da humanidade está nas mãos dos socialistas independentes e dos cristãos convertidos ao cristianismo’. Minha mãe tinha grande simpatia pelas ideias do padre Lebreton. De modo que ela também se ligou fortemente ao Frei Benevenuto, a quem sempre tratou como se fosse um quarto filho. Foi ele quem rezou a missa de sétimo dia dela.

Assim nos damos conta de que a amizade entre eles foi cerçada pelo enredo do movimento EH, o qual exerceu grande influência na capital paulista durante os anos 1950. Mas não era apenas a teoria e a ação liderada pelo padre Lebreton que os unia, a disposição para as atividades intelectuais e culturais os aproximavam ainda mais, em especial quando Santa Cruz deixava o EH para dedicar-se exclusivamente à Livraria Duas Cidades, e Candido continuava sua carreira universitária incorporando a sociologia aos estudos de crítica literária⁵³. Porém foi nos anos 1940, enquanto ainda era estudante de ciências sociais, que o docente esmerou seu interesse pela crítica literária e a escrita ensaística, período que integrou o conselho editorial revista *Clima*⁵⁴ e começou sua carreira como crítico profissional. Paralelamente ao trabalho de professor-assistente da cadeira de Sociologia II, ele escreveu ensaios de crítica literária para a

⁵¹ SANTA CRUZ, José Petronillo de. O arruar de Antonio Candido. In: LAFER, Celso (org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. pp. 69-70. p. 69.

⁵² MASSI, Augusto., *op. cit.*, 2012, p. 29.

⁵³ JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 167.

⁵⁴ Para mais informações sobre este periódico, consultar: PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Folha da Manhã, entre 1943 e 1945, e para o *Diário de São Paulo*, de setembro de 1945 a fevereiro de 1947, sendo que em 1944 foi reprovado no concurso público para o cargo de professor de Literatura Brasileira no curso de Letras da USP. Apesar disso, ele lecionava, escrevia em periódicos – incluindo os ensaios publicados no suplemento literário de *O Estado de São Paulo* –, desenvolvia sua tese entre 1943 e 1954, assim como vivia sob o conflito profissional de escolher a carreira docente na sociologia ou na literatura.

Antonio Candido começou a resolver o impasse em finais de 1957. Neste ano foi convidado pelo professor Antonio Soares Amora para compor o quadro docente responsável pela fundação da Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, onde assumiu a cadeira de Literatura Brasileira. Após ter participado de uma série de reuniões realizadas na capital paulista, o professor mudou-se para Assis no segundo semestre de 1958 e ficou nessa cidade até o primeiro semestre de 1961. Foram anos extremamente profícuos para a carreira docente de Candido, pois ele começou a esboçar seus primeiros planos de aula na área de literatura brasileira, lançou uma de suas obras de maior envergadura, *Formação da Literatura Brasileira* (1959), e conheceu Teresa Pires Vara, uma de suas primeiras alunas na graduação que depois viria a ser estudante da pós-graduação e autora da Livraria Duas Cidades. Nesse interregno, ele também organizou o II Congresso de Crítica e História Literária, evento realizado na Faculdade de Assis, em junho de 1961, que contou com a participação dos irmãos Campos, Décio Pignatari, Paulo Emílio Salles Gomes, Roberto Schwarz, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Ao fim e ao cabo, a curta estada nessa longínqua cidade do interior do estado de São Paulo foi decisiva para sua identidade profissional⁵⁵, assegurando-lhe legitimidade acadêmica para exercer a docência e a pesquisa na área de Letras, em particular da crítica literária.

No trecho do memorial⁵⁶ escrito por Antonio Candido em 1974, o crítico expõe as razões pelas quais pleiteava uma vaga no concurso de professor titular de Teoria Literária da USP. Ele foi contratado por esta universidade em dezembro de 1960 com o propósito de inaugurar o curso de Teoria da Literatura, o que o impeliu a formar uma equipe que o apoiasse na condução das atividades dessa disciplina. Roberto Schwarz foi o primeiro convocado a fazer parte do grupo, e por esse motivo o professor o incentivou a cursar o mestrado de Literatura Comparada da Universidade de Yale. O estudante retornou ao Brasil em fins de 1963 com o título de mestre, e o docente o nomeou como assistente da disciplina de Teoria da Literatura. “[...] A partir de então, na medida das possibilidades de verba e das necessidades de serviço foram recrutados

⁵⁵ RAMASSOTE, Rodrigo Martins., *op. cit.*, 2006, p. 48.

⁵⁶ CANDIDO, Antonio *apud* JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro, *op. cit.*, 2014, p. 165.

outros elementos com o mesmo cuidado, estando atualmente o grupo em condições de assumir com eficiência a responsabilidade plena dos cursos de graduação e pós-graduação”⁵⁷.

Nessa linha de considerações, o capital simbólico amealhado por Candido no âmbito da crítica literária de rodapé durante os anos 1940 e 1950 foi progressivamente direcionado para a crítica literária universitária⁵⁸. O lançamento de *Formação*, em 1959, “[...] constituiu-se como o núcleo das formulações teóricas e interpretativas que iriam nortear os trabalhos posteriores do autor e de seu grupo, tornando a crítica literária uma especialidade acadêmica no interior das ciências humanas”⁵⁹. Seu movimento para consolidar o diálogo da sociologia com a crítica literária o motivou a elaborar um programa teórico e metodológico para estudos “‘propriamente dialéticos’ sobre textos literários”⁶⁰, sobretudo a partir dos anos 1960.

O docente conduziu uma série de reformas curriculares e influenciou a formação de seus orientandos no decorrer dessa década, período em que trabalhou como professor, orientador e coordenador do curso de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFCL da USP⁶¹ ainda situada na rua Maria Antônia. Foi por intermédio desse curso que Antonio Candido desenvolveu, em profundidade, a prática de pesquisa e a sua carreira universitária, ao mesmo tempo que se firmou profissional no campo da Letras. Nesse contexto, ele forjou e conservou uma estrutura institucional de atuação acadêmica ao organizar o currículo da graduação e pós-graduação⁶²: convidou professores para compor o programa; convocou e contratou, entre os estudantes e orientandos do curso, os futuros docentes; viabilizou a pesquisa dos alunos em acervos pessoais de renomados intelectuais e escritores brasileiros; colocou em prática medidas para angariar recursos que financiassem as pesquisas em curso; incentivou projetos de investigação coletiva ou individual; e, acima de tudo, influenciou a formação acadêmica de três gerações de críticos literários.

Candido aproveitava suas aulas, cursos e conferências como um meio para aprimorar seus estudos e esboçar as linhas iniciais dos ensaios que viriam a ser publicados em forma de livro a partir da década de 1960. Assim que retornou do mestrado, Roberto Schwarz ficou encarregado de ministrar as aulas de Introdução aos Estudos Literários na graduação, enquanto no âmbito da pós-graduação (ainda em regime de especialização) o professor lecionava disciplinas formativas e inovadoras, como o estudo da obra poética dos mais relevantes autores

⁵⁷ Ibid., p. 165.

⁵⁸ JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro, *op. cit.*, 2014, p. 209.

⁵⁹ Ibid., p. 217.

⁶⁰ Ibid., p. 218.

⁶¹ RAMASSOTE, Rodrigo Martins. A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1970). *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 19, p. 13-34, 2010.

⁶² Ibid., p. 13.

do movimento modernista, a exemplo de Mário de Andrade, João Cabral de Mello Neto, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira, de modo que ele “[...] extravasava os limites temporais aceitáveis, contrapondo-se aos padrões vigentes dessa tradição de ensino acadêmico”⁶³. Não por acaso, sua escolha envolvia alguns dos autores modernos com quem conviveu no âmbito pessoal e intelectual quando iniciou seu percurso como crítico literário, aproveitando da posição que ocupava na faculdade para legitimar o modernismo no meio universitário. Foi durante essas aulas que irrompeu o projeto de reunir estudantes interessados em proceder com uma pesquisa minuciosa dos comentários manuscritos feitos por Mário de Andrade nos livros da sua biblioteca particular. Com o apoio de Antonio Candido, Telê Ancona Lopez, Maria Helena Grembecki e Nites Feres dedicaram-se a examinar a marginalia do escritor paulistano de 1963 a 1968⁶⁴, quando tombaram, transcreveram e microfilmaram as anotações do autor nas margens de seus livros. Dessas orientandas, a primeira tornou-se autora da *Dois Cidades*, publicando uma obra decorrente dessa pesquisa.

O *Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine* e a *Sorbonne Université* convidaram⁶⁵ Candido para lecionar poesia e romance brasileiro moderno nessas instituições. No decorrer do ano letivo de 1965, ele morou em Paris e cumpriu o programa pré-determinado pelo Ministério da Educação da França, enquanto isso seus assistentes Roberto Schwarz e Walnice Nogueira Galvão cobriam sua ausência na graduação do curso de Letras (ambos que também integraram o catálogo da *Dois Cidades* nos anos 1970). Assim que regressou à pátria, o professor universitário dedicou-se a organizar o programa *stricto sensu* da pós-graduação, momento em que os estudantes eram obrigados a cursar um bloco de disciplinas conduzidas pelos expoentes da revista *Clima*, como Teoria Literária, ministrada por Antonio Candido, Teoria e História do Cinema, conduzida por Paulo Emílio, Sociologia da Arte, sob responsabilidade de Ruy Coelho, Estética, lecionada por Gilda de Mello e Souza, e História da Arte, dirigida por Walter Zanini, o único que não pertencia ao grupo de membros do periódico. A duração do mestrado era de dois anos, sendo que os alunos cursavam as disciplinas no primeiro, depois estudavam as teorias críticas no segundo, e os que apresentavam um rendimento satisfatório eram direcionados a escrever suas dissertações. Teresa Pires Vara foi de Assis para São Paulo cursar o mestrado, testemunhando as pesquisas desencadeadas na segunda metade dos anos 1960:

‘Ali, naquela pequena sala da Maria Antônia, vi surgirem os primeiros e mais importantes trabalhos que iriam definir as diversas linhas de pesquisa em

⁶³ Ibid., p. 18.

⁶⁴ Ibid., p. 19.

⁶⁵ Ibid., p. 20

teoria literária, quase todos eles voltados para as relações entre forma literária e realidade social: o trabalho de Roberto Schwarz sobre o romance machadiano, a tese de Walnice Galvão sobre Guimarães Rosa, o trabalho de João Alexandre Barbosa sobre José Veríssimo, a pesquisa de Onédia [Pereira Barboza] sobre as repercussões de Byron no Brasil; e as primeiras leituras de Mário de Andrade, feitas por [Telê, Nites e Maria Helena]’⁶⁶

O crítico literário foi para os Estados Unidos, em 1968, a fim de realizar palestras e ministrar uma disciplina na pós-graduação do curso de Letras da Universidade de Yale. No ano seguinte retornou ao Brasil e continuou suas aulas no mestrado de Teoria Literária e Literatura Comparada (TLLC) da USP. Em decorrência das reformas do sistema de Ensino Superior ocorridas nos anos 1970, houve modificações nas cátedras e nos departamentos das universidades brasileiras. A pós-graduação em TLLC foi reestruturada⁶⁷ à luz das reformas, passando a funcionar com sistema de créditos, disciplinas semestrais e a criação de um departamento homônimo ao programa, a partir do qual Candido lecionou os cursos voltados a apresentar, debater e problematizar as teorias críticas contemporâneas. Do ponto de vista institucional, as novas diretrizes viabilizaram a contratação de novos docentes para a graduação em Letras e a pós-graduação em TLLC, de modo que Davi Arrigucci Jr., João Alexandre Barbosa e Teresa Pires Vara foram alguns dos que integraram o quadro docente e tornaram-se autores da Livraria Duas Cidades.

No memorial acadêmico de Antonio Candido consta suas orientações e participações em bancas de mestrado e doutorado entre 1966 e 1975⁶⁸. Desse conjunto é possível extrair duas áreas temáticas predominantes, uma delas estava relacionada à pesquisa de autores e livros do movimento modernista e a outra dizia respeito à análise da crítica literária produzida no Brasil. Muitas de suas orientações contaram com o apoio financeiro da FAPESP, sendo que a primeira delas tratava da obra e das descobertas no acervo de Mário de Andrade, como foi o caso de Telê, que defendeu sua dissertação em 1966. Além dela e de outros orientandos e orientandas, ele também conduziu o mestrado de Vera Chalmers sobre as crônicas jornalísticas de Oswald de Andrade, a dissertação de José Miguel Wisnik sobre a música em torno da semana de arte moderna e o doutorado de Suzy Sperber sobre as bibliografias espirituais encontrada na biblioteca pessoal de João Guimarães Rosa, trabalhos que foram posteriormente publicados pela editora do Professor Santa Cruz. Das pesquisas acerca da crítica literária do país, Candido orientou o doutorado de João Alexandre Barbosa sobre José Veríssimo, e as dissertações de

⁶⁶ VARA, Teresa Pires *apud* RAMASSOTE, Rodrigo Martins, *Ibid.*, p. 21.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 22.

⁶⁸ *Ibid.*, 23-27.

João Luiz Lafetá, que discorreu sobre a relação da crítica com o modernismo, e de Adélia Bezerra de Menezes sobre o crítico Álvaro Lins, investigações posteriormente lançadas pela Duas Cidades. Outros autores publicados da casa e orientados pelo decano da USP eram estudantes não alinhados ao seu campo de investigação, como as teses de Haroldo de Campos sobre a morfologia em *Macunaíma*; de Décio Pignatari sobre os entremeios entre literatura e semiótica, e de Boris Schnaiderman sobre a poética de Maiakóvski.

Embora tenhamos citado apenas os estudantes que integraram o quadro de autores da editora, ressaltamos que o crítico literário foi responsável por orientar trinta e oito trabalhos de dissertação e tese enquanto integrou o corpo docente da pós-graduação em TLLC. Na direção do programa, Antonio Candido consolidou e estruturou o curso levando em consideração o que vinha estudando nos últimos anos, ao mesmo tempo que soube selecionar bons estudantes para serem orientados, promover duas linhas de pesquisas simultaneamente e divulgar o resultado das melhores investigações por meio de uma parceria firmada com o Professor Santa Cruz. Em nossa opinião, a união resultou em ganhos para ambos os lados. Se o editor precisava reorientar sua linha editorial mantendo a coerência de lançar obras, que, no limite, estimulavam o pensamento crítico e a formação de universitários, o amigo e autor da casa desejava publicar os trabalhos que ele orientava por meio de uma editora alinhada aos seus pressupostos acadêmicos e interessada em divulgar os melhores frutos das ciências humanas e sociais brasileiras.

Mas a ascensão de Antonio Candido na carreira acadêmica não ocorreu sem contradições e concorrências no meio do caminho. É evidente que o docente foi sagaz o suficiente para aproveitar o processo de hierarquização⁶⁹ que ocorria nas universidades brasileiras daquela época, da mesma forma que foi hábil em atrair um conjunto de discípulos ao seu redor, formar uma geração de pesquisadores e angariar os recursos necessários para encaminhar as pesquisas em torno da teoria e crítica literária, forjando investigações em acervos pessoais e promovendo a publicação desses trabalhos, o que ampliavam ainda mais seu capital simbólico. Apesar disso, houve professores que defendiam outros horizontes teórico e metodológico, como aqueles que defendiam uma história literária⁷⁰, a exemplo de Alfredo Bosi, ou a semiótica, como era o caso das pesquisas dos concretistas. Um exemplo de contrariedade explícita ocorreu a partir da tese de Haroldo de Campos, cuja proposição desagradou a professora Gilda de Mello de Souza, que escreveu *O Tupi e o Alaúde* (1979), publicado pela Livraria Duas Cidades, para confrontar o

⁶⁹ Para mais informações sobre o processo de hierarquização nas universidades, consultar: BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger., *op. cit.*, 2015, p. 1-52.

⁷⁰ Sobre os concorrentes de Antonio Candido, ver: RAMASSOTE, Rodrigo Martins., *op. cit.*, 2006, p. 99-110.

ponto de vista do autor. Ainda que seja possível identificar questões de gênero⁷¹ no tipo de pesquisas desenvolvidas pelos homens e mulheres que estiveram sob a supervisão de Candido, é impossível negar a capacidade que ele teve de reunir as condicionantes necessárias para levar adiante sua obra e as investigações de seus orientandos, ao mesmo tempo que estabelecia uma parceria com o Professor Santa Cruz para editar e publicar esses estudos durante os anos 1970.

Mário de Andrade: Ramais e Caminhos, de Telê Porto Ancona Lopez, publicado em 1972; *1930: a crítica e o modernismo*, de João Luiz Lafetá, publicado em 1975; *A imitação da forma: uma leitura de João Cabral de Mello Neto e Opus 60: ensaios de crítica*, ambos de João Alexandre Barbosa, o primeiro de 1975 e o segundo de 1980; *Teoria da poesia concreta*, de Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos, publicado em 1975; *Saco de Gatos: ensaios críticos*, de Walnice Nogueira Galvão, publicado em 1976; *3 linhas e 4 verdades: o jornalismo de Oswald de Andrade*, de Vera Maria Chalmers, publicado em 1976; *A mascarada sublime: um estudo de Quincas Borba e Porta-Retrato*, ambos de Teresa Pires Vara, o primeiro de 1976 e o segundo de 2001; *Ao vencedor as Batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, ambos de Roberto Schwarz, o primeiro de 1977 e o segundo de 1990; *O coro dos contrários: a música em torno da semana de 22*, de José Miguel Wisnik, publicado em 1977 ; e *o Cacto e as Ruínas*, de Davi Arrigucci Jr., lançado em 1997.

Figura 34. Antonio Candido no lançamento de *Porta-Retrato*, de Teresa Pires Vara



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

⁷¹ Em relação às diferenças entre o tipo de pesquisa desenvolvida pelas mulheres e homens orientadas por Antonio Candido, ver: *Ibid.*, p. 112-116.

A fotografia abaixo (ver figura 34), registrada na Livraria Duas Cidades em 2001, durante o lançamento do livro de Teresa Pires Vara, outrora aluna da graduação no curso de Letras de Assis e depois mestranda no programa de TLLC, ilustra o vínculo entre o professor e seus melhores frutos dos anos 1960 e 1970. Em uma única imagem é possível identificar a livraria, a editora, um dos autores mais ilustres da casa e uma de suas primeiras orientandas. Notamos o tom de confiança entre professor e aluna. Ele, com a obra da discípula nas mãos, olhando-a com ternura, ao passo que ela, lisonjeada com a presença do mestre, sorri um pouco acanhada ao não o encarar diretamente nos olhos. Nesse retrato podemos ter uma dimensão do quanto Antonio Candido era benquisto por suas orientandas e orientandos, o grau de respeito e admiração recíproco que havia entre ele e seus epígonos, assim como ele parece demonstrar confiança com o resultado de um trabalho bem-sucedido, que embora não tenha sido resultado de sua supervisão, certamente decorreu de uma investigação em que suas digitais se fazem presente em algumas das páginas escritas naquele livro.

Figura 35. Carta de Antonio Candido para Livraria Duas Cidades

15. IX - 76

D. Mara:

Ai vai finalmente o famoso livro. Acho que a Editora não comemorará com o (I) da folha de rosto, nem com o (Continua) da última página. O que poderia haver é uma "Nota do Editor", talvez no começo, talvez no fim, dizendo alguma coisa como:

"Este livro é a primeira parte de um estudo maior sobre Machado de Assis". Poderemos consultar o Autor, se quiserem.

Poucas vezes, ou talvez nunca, fizemos melhor, encaminhamos para editor um livro que, como este, me parece representar um momento decisivo da cultura brasileira.

Abraço de
Antonio Candido

11 B. Acho que vai ser preciso fazer uma revisão muito cuidadosa, porque o nome Roberto está fora do Brasil há muito tempo.

11 B. O Roberto diz que falta completar uma referência bibliográfica na p. 161; e também uma pequena nota sobre J. Sanó, que mandarei imediatamente.

Para problemas de contrato, a procurar com pleno poder, à sua mãe, D. Kathe Schwarz, cujo telefone é 853 6248.

Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Outro exemplo dessa proximidade pode ser notado na relação entre Candido e Roberto Schwarz, o mais antigo e estimado do grupo de discípulos. A partir do depoimento que ele nos concedeu, conseguimos averiguar tanto a conexão entre eles quanto a iniciativa do crítico literário em divulgar seu estudo realizado na França. Em suas palavras, “[...] a minha tese foi o meu livrinho *Ao vencedor as Batatas*, que mandei para Antonio Candido, [e ele prontamente] se interessou em promover a publicação pela Livraria Duas Cidades”⁷² (ver figura 35).

A carta de Antonio Candido endereçada à dona Mara (assistente editorial da Duas Cidades), em 15 de setembro de 1976, é uma demonstração dos vínculos entre o professor, o estudante e o selo editorial de Santa Cruz. Suas palavras são fortes e expressivas: “[...] poucas vezes, ou talvez nunca, dizendo melhor, encaminhei para editar um livro que, como este, me parece representar um momento decisivo da crítica literária”. Ademais, o remetente expôs a necessidade de se fazer um cuidadoso trabalho de revisão textual, disse que o autor pretendia incluir uma referência bibliográfica e indicou a mãe de Roberto, Dona Kathe, como intermediária do autor. E a editora não apenas manteve a numeração prevista para a folha de rosto e a última palavra do livro, como também criou uma nota chamada “explicação ao leitor”, cuja informação explicava que o livro era resultado da metade de um estudo do autor sobre Machado de Assis. Segundo Roberto Schwarz, a obra estava praticamente pronta quando ele retornou ao Brasil, em 1977, e foi lançada na Livraria Duas Cidades. Para o autor de *Ao vencedor as Batatas*, a relação entre Antonio Candido e Professor Santa Cruz foi benéfica tanto para o decano quanto para o livreiro-editor.

Davi Arrigucci Jr. foi outro testemunho⁷³ colhido para este trabalho que discorreu sobre a Livraria Duas Cidades, o livreiro-editor e a proximidade do crítico com José Petronilo. Após relatar como conheceu Antonio Candido (seu orientador do doutorado), contou-nos sobre a correspondência que intercambiou com seu mestre (enquanto este morava nos Estados Unidos), e sua transição da literatura espanhola para a TLLC. Foi nesse período que estabeleceu uma conexão cultural com o Professor Santa Cruz, quem era um excelente dono de livraria, “pelas compras que ele fazia eu aquilatava o grau de conhecimento que ele tinha. A seleção de livros e a importação adequada de escritores de diversos países mostrava seu grau de conhecimento. Mas [tornei-me] íntimo próximo do falecimento dele”; quando Santa Cruz o confidenciou que gostaria de publicar um livro dele pela Duas Cidades, argumentando que boa parte de seus

⁷² Roberto Schwarz, entrevista, 17 jun. 2020.

⁷³ Davi Arrigucci Jr., entrevista, 16 jun. 2020.

amigos tinham obras editadas pela casa. Segundo Davi, a livraria tornou-se “[...] uma extensão das nossas disciplinas da universidade [...] e Antonio Candido foi um grande comunicador do trabalho editorial do Professor Santa Cruz”, enfatizando que a amizade deles envolvia os planos intelectual e afetivo. As orientações do decano da USP foram importantes para o livreiro-editor, permitindo-lhe o acesso “[...] a uma fonte; um pé na universidade, que era a maior universidade brasileira, e outro pé no terreno da crítica [...]”, viabilizando sua atividade editorial por meio da publicação de uma nova geração de críticos literários acadêmicos.

Para o entrevistado, havia pontos de convergência entre Candido e Santa Cruz. Ambos foram leitores das obras de Le Bret e Emmanuel Mounier, bem como compartilharam a crença no pensamento socialista democrático. O perfil formador do docente e crítico literário também podia ser visto na formação de José Petronilo em Filosofia e Teologia, “[...] um homem de senso crítico, bastante apaixonado na defesa de seus gostos e escolhas intelectuais”. Ainda sobre a capacidade formativa do livreiro-editor, Davi Arrigucci considerou que ele colocou em prática “[...] a realização de projetos intelectuais alheios e foi um homem que teve esse descortino de levar à realidade muitos [estudos relevantes]; ele soube escolher [...]”. Em sua opinião, a aliança entre Antonio Candido e Professor Santa Cruz foi determinante para a carreira do livreiro-editor, “[...] certamente foi um gesto de amizade, mas também foi um gesto cultural [valioso], porque ele tinha [o dom] desbravador, de trazer o pensamento mundial para a livraria e acolher os projetos de jovens intelectuais do país para a editora”. Foi pela confluência desses dois fatores que a livraria e editora passou a atender um público cada vez mais universitário e intelectual da cidade de São Paulo e de outras regiões brasileiras. Segundo Maria Antonia⁷⁴, o ponto de viragem na história da editora começou com Antonio Candido, considerando que *Vários Escritos* (1970) foi uma das primeiras obras do selo fora do escopo religioso.

Nessa linha de considerações, Humberto Pereira⁷⁵ reforçou o argumento de que a amizade entre eles desaguou no novo programa editorial conduzido pela Duas Cidades de 1970 em diante. Entre 1970 e 1975, o chefe do departamento editorial presenciou as diversas mudanças ocorridas no empreendimento. Ele disse que a simples presença de Antonio Candido e de muitos discípulos no catálogo acabou trazendo outros autores do universo uspiano. Para além dos jovens críticos literários, vieram alguns estudantes da pós-graduação em Ciências Sociais, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro e Beatriz Muniz de Souza. Humberto ponderou que “[...] os livros do pessoal da USP vinham em forma de tese, e como eu era jornalista, falava assim: ‘Fulano/a, isso não é um livro, isso é uma tese que você fez para

⁷⁴ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016.

⁷⁵ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

seus examinadores, temos que fazer livro para leitor. [...] Vamos fazer dessa tese um livro””. Antonio Candido reparou a atuação do nosso entrevistado à frente da editora, e certo dia lhe disse que seu desempenho era semelhante ao trabalho dos editores americanos, os quais interferiam no manuscrito para aperfeiçoar o resultado do livro.

Por essas e outras razões, o crítico foi decisivo nesse período livraria e editora. Em suas palavras, “[...] Antonio Candido considerava o Benevenuto como irmão dele, e vice-e-versa, [...] ao ponto de [Santa Cruz me falar] que às vezes [o crítico] tinha ciúmes [da relação] que ele tinha com [Dona Clarisse], [...] que o tratava como um filho”. Humberto afirmou que abertura do catálogo para outras temáticas também veio por intermédio dos familiares do decano da USP, a exemplo de seu irmão Roberto de Mello e Souza, que publicou oito livros pela Livraria Duas Cidades, alguns na área de administração, como *Desenvolvimento de liderança na empresa* (1973), *Administração integrada* (1983), *Integração organizacional* (1991) e *Repensando RH* (1994); um na área de filosofia, *O executivo filósofo* (1992); um livro de contos, *Os contos da angústia malangosa* (1986); uma novela, *A Tisana* (1989); e um relato de guerra, *Mina R.* (1973), referente ao período em que ele participou da II Guerra Mundial como membro do exército brasileiro. Desse conjunto, apenas *Administração integrada* teve a capa elaborada por Lúcio Gomes Machado, sendo que as capas de *Desenvolvimento de liderança na empresa* e *Mina R.* foram produzidas por Ana Luisa Escorel, e os outros títulos tiveram as capas realizadas pela artista gráfica Suzana Moraes Barros.

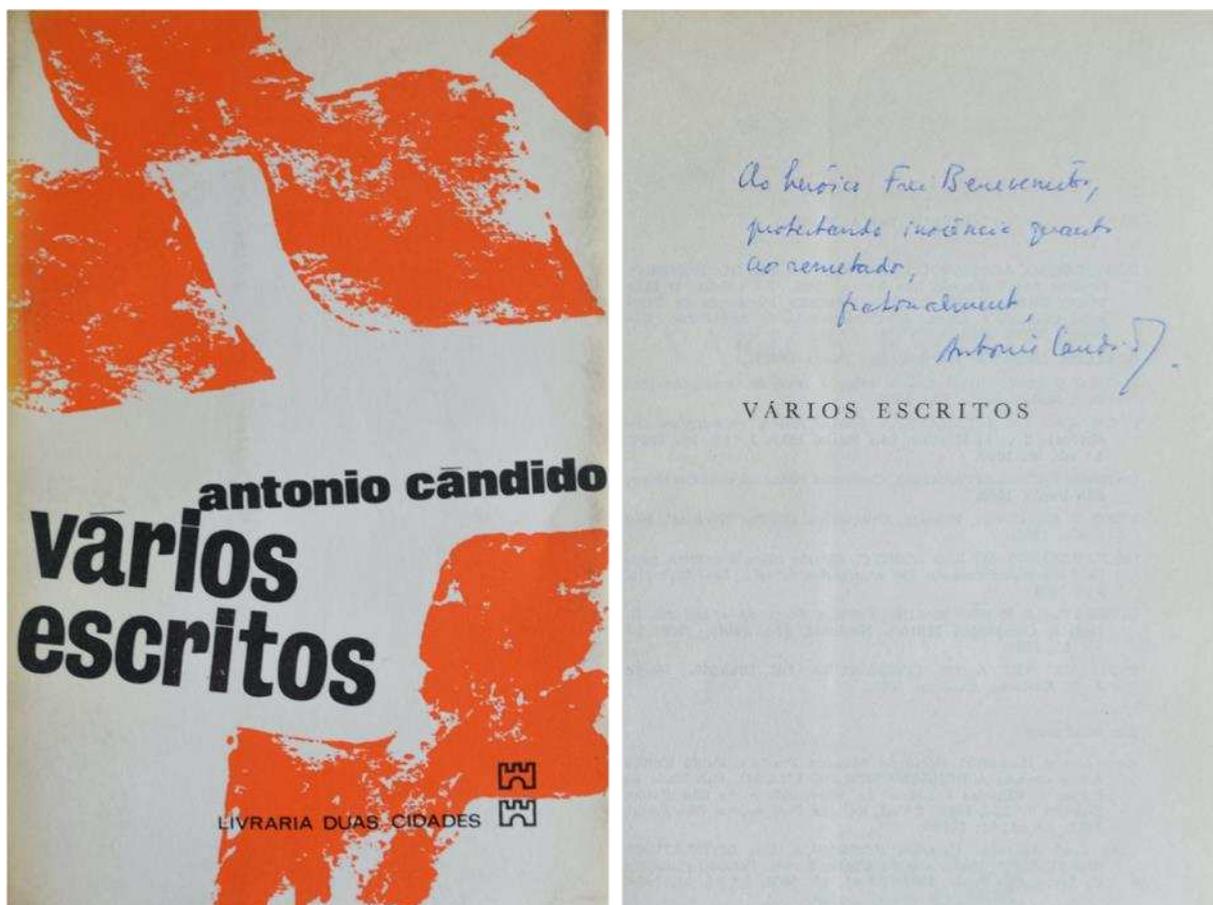
Mas o ponto de partida para o processo de inflexão no catálogo da Livraria Duas Cidades ocorreu com os livros de Antonio Candido publicados pela editora. Lançado em 1970, *Vários Escritos* teve 4000 exemplares impressos e trata-se de um conjunto de ensaios sobre poetas e escritores modernos. O segundo foi *Os parceiros do Rio Bonito*, inicialmente publicado pela José Olympio em 1964, e a segunda edição lançada, em 1971, pelo selo do Professor Santa Cruz, com 4160 exemplares impressos, título que apresentou várias reedições e se tornou uma das obras mais vendidos e referenciadas do catálogo. *O Discurso e a Cidade* foi o terceiro livro do autor publicado pela casa, cujo lançamento ocorreu em 1993, com uma tiragem de 2000 exemplares e um prêmio recebido, título que representa uma leitura amadurecida de sua crítica literária produzida durante os anos de docência e pesquisa universitária. Já o último livro de Candido pela Livraria Duas Cidades foi *Textos de Intervenção*, que saiu, em 2002, em coedição com a Editora 34 e integrou a coleção Espírito Crítico⁷⁶. A partir dessa obras podemos aquilatar

⁷⁶ Embora a coleção não faça parte do arco temporal analisado neste trabalho, no próximo capítulo vamos tangenciar algumas características da coleção Espírito Crítico, coeditada pela Editora 34 e Livraria Duas Cidades. Também é importante frisar que não temos as tiragens de nenhum dos livros publicados por essa coleção.

o peso de Antonio Candido no catálogo da editora a partir de dois enfoques: o primeiro é de ordem quantitativa, tendo em vista que ele ocupa a quarta posição no ranking⁷⁷ (ver gráfico 11) dos 20 autores com maior quantidade de exemplares impressos (55.546); e o segundo tem a ver com o fato de suas intervenções inaugurarem uma nova linha editorial na área da crítica literária, seja publicando seus livros, seja indicando a publicação das pesquisas de seus discípulos.

Dos quatro títulos, *Vários Escritos* estreou a nova fase da casa e é o único a contemplar uma série de documentos abrigados no acervo da editora. São fontes que dizem respeito ao processo de edição do livro, à preparação da capa e da diagramação, à escolha da gráfica para impressão dos exemplares, além de tratarem dos mecanismos de propaganda e venda da obra. Partimos desses documentos para reconstituir o itinerário de produção e comercialização desse livro, procurando identificar as pessoas que fizeram a revisão e as capas das três edições impressas, assim como os interlocutores que foram acionados para divulgar a obra em território nacional e internacional.

Figura 36. *Vários Escritos* (1970), de Antonio Candido



Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

⁷⁷ Candido ocupa o 8º lugar entre os 16 primeiros autores por quantidade de títulos publicados (ver tabela 6).

A primeira fonte arquivada na pasta de *Vários Escritos* é uma carta de Rudá de Andrade (1930-2009) dirigida a Antonio Candido. Filho de Oswald de Andrade, a missiva do remetente integrou o livro no ensaio em que crítico literário examina o trabalho do mais excêntrico dos modernistas. Há uma versão datilografada e cheia correções, e outra versão definitiva para compor a obra. Enviada em 9 de agosto de 1970, a epístola trata das percepções do filho em relação à mágoa de seu pai por não ser reconhecido pelos seus pares e pela imprensa nacional.

Para além dessa missiva, há recibos referentes ao pagamento de três provas gráficas revisadas por Herbert Alves de Souza, que recebeu 226,85 cruzeiros pelo serviço, e outro recibo relativo à concepção e execução da capa da primeira edição do livro elaborada por Fernando Fabrini, quem recebeu 253,92 cruzeiros pelo trabalho. Já a gráfica Editora Pensamento Ltda. foi contratada a imprimir 4220 exemplares ao custo unitário de Cr\$ 1,36 por título impresso.

Em 29 de setembro de 1970 foi firmado o contrato entre Antonio Candido de Mello e Souza e a Livraria Duas Cidades para publicação desse livro. O instrumento jurídico segue o padrão e as condições praticadas na maioria dos contratos da casa: estabelece-se que a editora fica responsável pela composição, paginação, impressão e encadernação da obra, ao passo que o autor cede os direitos de publicação e distribuição da obra em língua portuguesa e em outros idiomas. O honorário estabelecido pelo selo como forma de pagamento dos direitos autorais foi de 10% sobre o preço de capa de cada exemplar comercializado, enfatizando, de um lado, que os vencimentos seriam quitados uma vez ao ano, e, de outro lado, determinando que a editora poderia utilizar 200 exemplares para divulgação gratuita do livro na imprensa e em outros canais propaganda. O autor receberia 10 exemplares da primeira edição e 2 exemplares das edições subsequentes, sendo que poderia adquirir mais exemplares a partir de um desconto de 40% o preço de capa do título. Além de outras determinações contratuais, ficou estabelecido que os direitos subsidiários e de tradução (integral ou parcial, em quaisquer meios ou veículos de comunicação) deveriam ser requisitados à casa, uma vez que os honorários decorrentes desses serviços pertenciam ao autor e ao selo editorial.

A capa e a folha de rosto da primeira edição de *Vários Escritos* (ver figura 36) podem ser examinadas sob o horizonte afetivo e gráfico. Nelas encontram-se a amizade familiar entre autor e editor, e as questões técnicas de produção da capa. A dimensão afetiva está evidente na folha de rosto do exemplar abrigado no acervo da Livraria Duas Cidades, onde consta o autógrafo do autor com a seguinte mensagem: “ao heróico Frei Benevenuto, protestando inocência quanto ao resultado, fraternalmente, Antonio Candido”. Como quem diz, em tom de modéstia, não se responsabilizar pelo resultado do livro. Já a perspectiva de concepção da capa pode ser vista

tanto do ponto de vista técnico quanto afetivo, na medida em que Ana Luisa Escorel foi convidada a produzir a capa da segunda edição da obra, justamente quando ela iniciava sua carreira como *designer* gráfica, recém-egressa da Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro. Defendido em 1972, seu trabalho de conclusão de curso, nomeado *Brochura brasileira: objeto sem projeto*⁷⁸, foi publicado, em 1974, pela Livraria José Olympio Editora em coedição com o Instituto Nacional do Livro⁷⁹.

Três questões nos aproximam do trabalho de Ana Luisa. A primeira está relacionada a uma carta⁸⁰ que ela enviou a Humberto Pereira no dia 21 de janeiro de 1973, a partir da qual ela teceu alguns comentários sobre a capa do livro de seu cunhado, Lauro Escorel, que publicou *A pedra e o rio* (1973) pela Livraria Duas Cidades, título que aborda a interpretação do autor sobre o fazer poético de João Cabral de Mello Neto. Logo em seguida comentou sobre seu TCC, perguntando ao destinatário: “[...] Queria que desse sua opinião quanto à viabilidade de publicação. Se ela te parecesse possível, gostaria que me dissesse a quem devo me dirigir para oferecer o livro”. Já no questionário que nós enviamos a Ana Luisa, interrogamos se ela teria entrado em contato com Humberto porque pretendia publicar seu trabalho pelo selo, ao que ela respondeu: “confesso que não me lembrava nada desse episódio. Mas deve ter sido isso, sim”⁸¹.

A segunda questão diz respeito ao próprio conteúdo do livro, cujo enfoque analisa a brochura e concepção da capa, o processo de diagramação e o tratamento gráfico historicamente dado à capa e ao corpo do livro no Brasil. Em linhas gerais, o trabalho de Ana Luisa analisa as limitações da indústria gráfica e editorial do país em relação ao processo de elaboração da brochura e da diagramação, que eram concebidos dentro de um modelo substancialmente artesanal, às vezes artístico, porém sem levar em consideração as evoluções do modo de produção industrial e dos aspectos gráficos presentes no livro. Para enfrentar esses impasses, a autora defende concepção de um projeto gráfico para a capa e a diagramação do livro.

A partir dessas premissas chegamos à terceira questão, relacionada à análise do aspecto formal do revestimento de um livro⁸². A autora examina várias capas, incluindo a produzida para a primeira edição de *Vários Escritos*. Antes, porém, ela identificou algumas capas e brochuras brasileiras daquele período, diferenciando-as em tendências artísticas e gráficas. As primeiras geralmente eram elaboradas por pintores, gravadores ou desenhistas, enquanto as

⁷⁸ ESCOREL, Ana Luisa. *Brochura brasileira: objeto sem projeto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/INL, 1974.

⁷⁹ Na biblioteca pessoal de José Petronilo consta este livro com a seguinte dedicatória escrita à mão, na folha de rosto: “A Benê, com um grande abraço. Ana Luisa. Rio, 4 de junho de 1974”.

⁸⁰ Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

⁸¹ Ana Luisa Escorel, questionário, 17 ago. 2020.

⁸² ESCOREL, Ana Luisa., *op. cit.*, 1974, p. 30-36.

segundas dividiam-se entre as projetadas e as não projetadas, afirmando que as projetadas ainda não existiam no Brasil e as não projetadas utilizavam-se de “elementos gráficos – fotografia, caractere tipográfico, chapados, retículas, bendays, etc – [...] e também as configurações concebidas na estrita dependência dos processo de impressão, tendem a sofrer a ação de atitude artística”⁸³. Ela enquadra a capa de *Vários Escritos* como gráfica e não projetada, isto é, identificando-a “[...] com tipos e desenhos gráficos [empregados] [...] de maneira plástica, artística. [...] Estou considerando desenho gráfico aquele no qual se percebe a intenção de explorar as características do processo de impressão utilizado, de modo a fazê-lo participar da estrutura da solução”⁸⁴. Com efeito, o trabalho de Ana Luisa foi inovador para aquela época. Representa a percepção de uma jovem *designer* que discutiu as condicionantes da brochura brasileira e propôs uma nova forma para produção de livros no país partindo da realização de um projeto gráfico. Imbuída dessa missão profissional, ela bateu à porta da Livraria Duas Cidades para começar sua jornada como capista de livros.

Suas respostas para o nosso questionário deixam evidentes o motivo de seu contato com o livreiro-editor. Ana Luisa era *designer freelance* que precisava de trabalho, foi bem acolhida pela casa e definiu seu trabalho para a editora de Santa Cruz como “[...] capas de uma *designer* principiante [e] interessada em explorar a linguagem gráfica”. Enunciando, em seguida, “que recebia os títulos e as informações acerca dos textos e tentava interpretá-los graficamente”, esclarecendo que não executava a diagramação dos textos.

Em suas recordações, Santa Cruz valorizava o trabalho do *designer* e disse não ter havido nenhuma intromissão de funcionários ou do editor nas capas que ela desenvolvia. No tocante à experiência como capista da Livraria Duas Cidades, Ana Luisa declarou que o mais marcante foi “a liberdade para experimentar soluções pouco convencionais e a chance de amadurecer um pouco como profissional”. As respostas da programadora visual que iniciava sua carreira nos anos 1970 podem ser exploradas a partir da carta (ver figura 37) que ela enviou à Mara Valles em 17 de março de 1977, cuja matéria tratava da capa que ela desenvolvia para a segunda edição de *Vários Escritos*. Nesta epístola encontramos os laços de familiaridade entre o autor do livro, a capista e o livreiro-editor, bem as negociações da *designer* com a empresa.

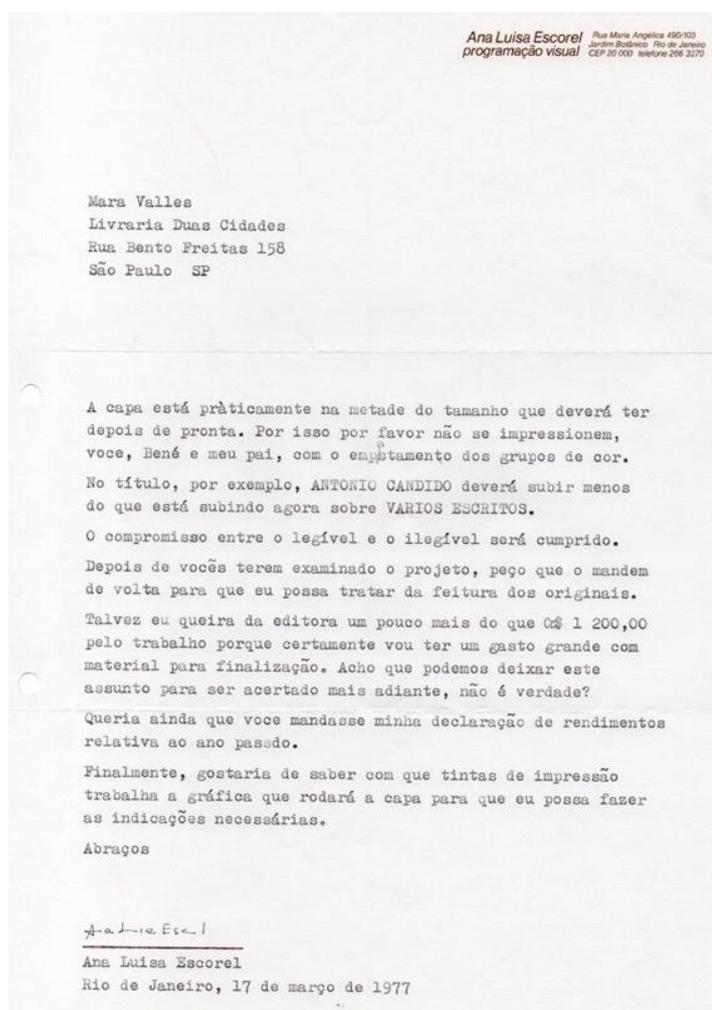
A biblioteca da editora infelizmente não possui a segunda edição de *Vários Escritos*. Apesar disso, a missiva de Ana Luisa nos permite verificar como ocorria as comunicações e negociações entre capista e editora. Notamos os termos técnicos de discussão para elaboração da capa, a exemplo das cores utilizadas pela gráfica e da sua proposta de destacar o nome do

⁸³ Ibid., p. 33.

⁸⁴ Ibid., p. 34.

autor do livro e dos escritores modernos examinados na obra, os quais teriam seus nomes sobrepostos em caixa alta. Além disso, notamos que a *designer* solicitou uma remuneração compatível com o trabalho realizado, o que efetivamente ocorreu quando a editora pagou o dobro do valor inicialmente acordado: ela recebeu Cr\$ 2.944 cruzeiros pela confecção da capa da segunda edição de *Vários Escritos*, com 3000 exemplares impressos em 1977. Ela ainda produziu a capa da terceira edição publicada em 1995, com tiragem de 2000 exemplares.

Figura 37. Carta de Ana Luisa Escorel à Mara Valles sobre *Vários Escritos*



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Mas é na primeira edição desta obra que conseguimos obter mais informações sobre as vendas, propaganda, resenhas, pagamento de direitos autorais e o período que a editora levou para vender os 4220 exemplares impressos⁸⁵. Por meio das fichas demonstrativas de direitos

⁸⁵ No quadro cronológico de livros publicados pela Livraria Duas Cidades consta o número de 4000 exemplares impressos na primeira edição de *Vários Escritos*. Essa diferença nos leva a crer que pode haver algumas discrepâncias entre as quantias de exemplares apresentadas no quadro cronológico e a real quantidade impressa.

autorais, constatamos que o selo levou seis anos para vender quase a totalidade da tiragem impressa, sobrando apenas 63 exemplares em 31 de dezembro de 1976. Entre 1970 e 1976, o preço de capa de *Vários Escritos* variou de 10,00 a 35,00 cruzeiros. O autor recebia o pagamento dos direitos autorais anualmente ou semestralmente, e houve uma vez que a editora lhe pagou os valores referentes a mais de dois anos, como consta no recibo assinado por Antonio Candido em 30 de agosto de 1975, no valor de Cr\$ 2.230,36. Atendendo ao pedido do autor, a quantia seria destinada à sua conta-corrente na Livraria Duas Cidades ou à coleção Série Universidade⁸⁶, da qual ele era um dos diretores.

No que tange às estratégias de propaganda, há duas missivas recebidas pela livraria e editora que manifestam a difusão da obra no meio universitário. A primeira delas, de 22 de outubro de 1970, foi enviada pela professora Josephina Chaia Pereira (regente da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília) ao diretor da Livraria Duas Cidades. Ela agradeceu o envio do livro de Antonio Candido e reafirmou que continuava o trabalho na coluna Estante do jornal *A Tribuna*, onde escrevia resenhas de algumas obras da editora. A segunda epístola, enviada em 05 de novembro de 1970 pela bibliotecária da UFPR, Vera de Almeida Pinto, que acusou o recebimento do livro do crítico literário e agradeceu a remessa da obra. Com relação às resenhas, a editora parece tê-las aproveitado para divulgar o livro, como podemos deduzir de um documento datilografado, provavelmente formulado em 1971 com a seguinte mensagem: “um livro obrigatório do Mestre Antonio Candido em 8 ensaios abordando Machado de Assis, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Basílio da Gama”, depois listam curtas resenhas dos periódicos *Visão*, *Jornal da Tarde*, *Folha de S. Paulo* e *O Pasquim*. Ao final da propaganda consta o texto, “útil para quem lê, para quem gosta de literatura, para quem está ensinando ou aprendendo”, e as informações catalográficas da obra, o valor do título, o endereço e os números de telefone da casa.

Para além da produção da capa, é possível analisar a segunda edição de *Vários Escritos* em relação aos pedidos de tradução do livro. Santa Cruz recebeu duas solicitações para traduzir alguns dos ensaios incluídos nesse título.

A primeira, enviada de Frankfurt, em 15 de julho de 1981, pelo Dr. Wolfgang Kauben, diretor do selo alemão Suhrkamp Taschenbuch Verlag, solicitando ao livreiro-editor os direitos de tradução do ensaio “Inquietude na Poesia de Drummond”. O texto iria compor a antologia “Materiais sobre Literatura Brasileira” (*Materialien zur brasilianischen Literatur*), editada por

⁸⁶ Falaremos sobre esta coleção na última parte deste capítulo.

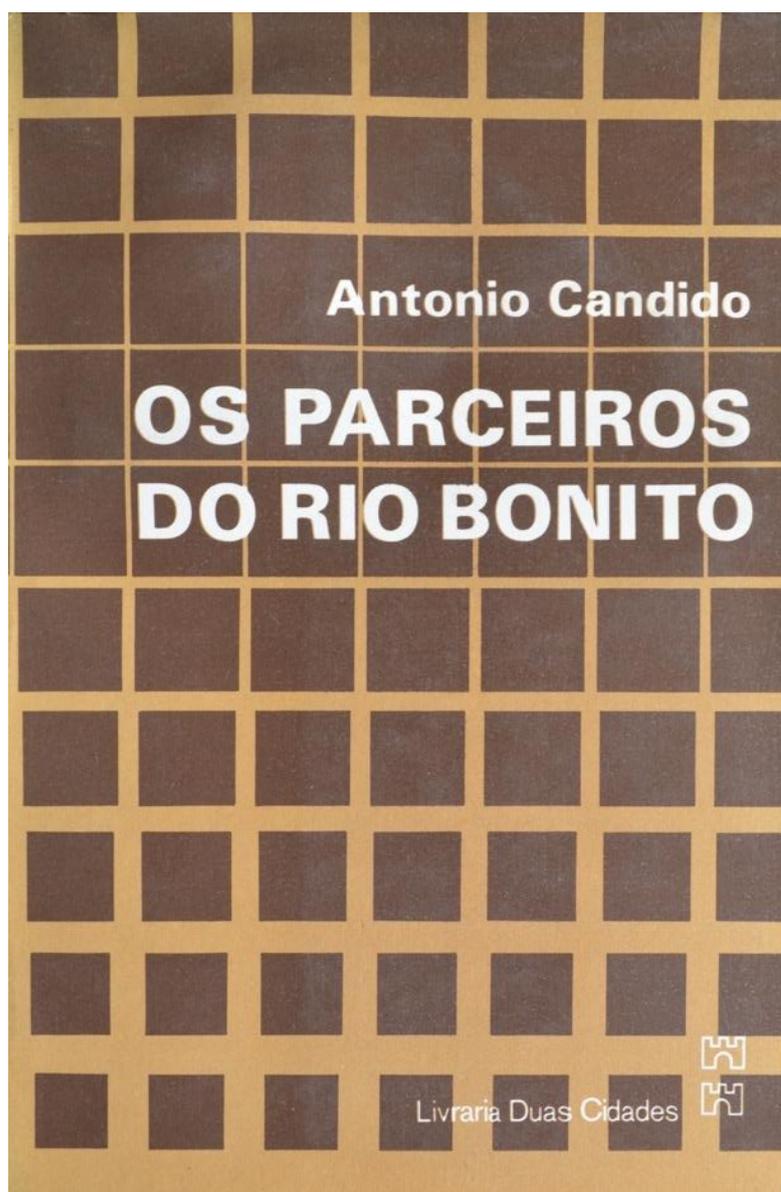
Mechtild Strausfeld e que faria parte da Série Suhrkamp Taschenbücher. O remetente oferecia 5 % pro rata do preço de varejo deduzido dos impostos – valor que seria pago após a publicação do livro –, como também se comprometia a enviar dois exemplares após a publicação. Embora o acervo da editora não conste a resposta de Santa Cruz, o livro foi publicado em 1984 pela Suhrkamp Taschenbuch Verlag incluindo o ensaio de Antonio Candido.

Já a segunda solicitação de tradução veio por meio da carta redigida por Ana Candido Perez (então chefe do setor cultural da Embaixada do Brasil em Caracas) para o editor da Livraria Duas Cidades. Enviada em 08 de janeiro de 1990, a diplomata expôs que o Centro de Estudos Brasileiros daquela embaixada planejava dedicar o terceiro número do fascículo *Panorama Brasileiro* à obra de Machado de Assis. A distribuição do folheto seria gratuita e destinada às bibliotecas e escolas públicas da Venezuela, e também aos visitantes da exposição iconográfica sobre o autor realista, evento organizado pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com a Biblioteca Nacional da Venezuela. Mediante essas explicações, a remetente solicitava os direitos de tradução, gratuitamente, do ensaio “Esquema de Machado de Assis”, presente no livro do crítico literário. A carta foi respondida por Santa Cruz em 15 de janeiro de 1990, autorizando a publicação do ensaio no fascículo supracitado.

Procedemos com um exame cuidadoso de parte dos documentos abrigados na pasta de *Vários Escritos*, na medida em que essas fontes nos permite avaliar as várias dimensões do universo do livro. Desde a formulação do contrato e pagamento de revisores, capistas e gráficas, passando por aspectos da materialidade da obra, do pagamento dos direitos autorais, da confecção de capas na perspectiva gráfica, das estratégias de propaganda da editora, das correspondências que envolviam pedidos de tradução dos ensaios, e até mesmo a carta do filho de Oswald incluída no livro. Nem de longe exaurimos todas as possibilidades de análise das fontes, e tampouco esse era nosso propósito. Nosso intuito é averiguar como ocorreu a produção, as negociações, a participação dos intermediários de uma das obras mais importantes do catálogo da Livraria Duas Cidades, concebida por um dos autores mais ilustres da casa.

Vários Escritos, diferentemente das demais obras de Antonio Candido publicadas pela editora, nos aproxima dos laços de amizade entre autor e editor. Apesar da inegável relevância desse livro para os estudos literários, ele não foi premiado nem entrou na lista de mais vendidos. A despeito das três obras restantes não possuírem muitas informações no acervo da editora, vale a pena discutirmos outros aspectos de *Os Parceiros do Rio Bonito* e *O Discurso e a Cidades* a partir do depoimento de Humberto Pereira, dos dados que levantamentos a partir do quadro cronológico de livros publicados pela editora e de outras fontes que nos permitem estimar a importância desses títulos para o autor e editora.

Figura 38. *Os Parceiros do Rio Bonito* (1971), de Antonio Candido



Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

Humberto Pereira⁸⁷ era chefe do departamento editorial quando recebeu em suas mãos *Os Parceiros do Rio Bonito* para ser publicado pela Livraria Duas Cidades em 1971. Segundo o editor, Antonio Candido não levou o livro que tinha sido lançado pela José Olympio, e sim o manuscrito original para ser revisto e editado. O entrevistado era extremamente rigoroso com as duas revisoras da empresa, as quais eram tecnicamente perfeitas em sua opinião. A obra foi composto e a gráfica produziu duas provas para a editora proceder com uma avaliação prévia. Havia o seguinte procedimento para a revisão: enquanto uma revisora lia o original, a outra

⁸⁷ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

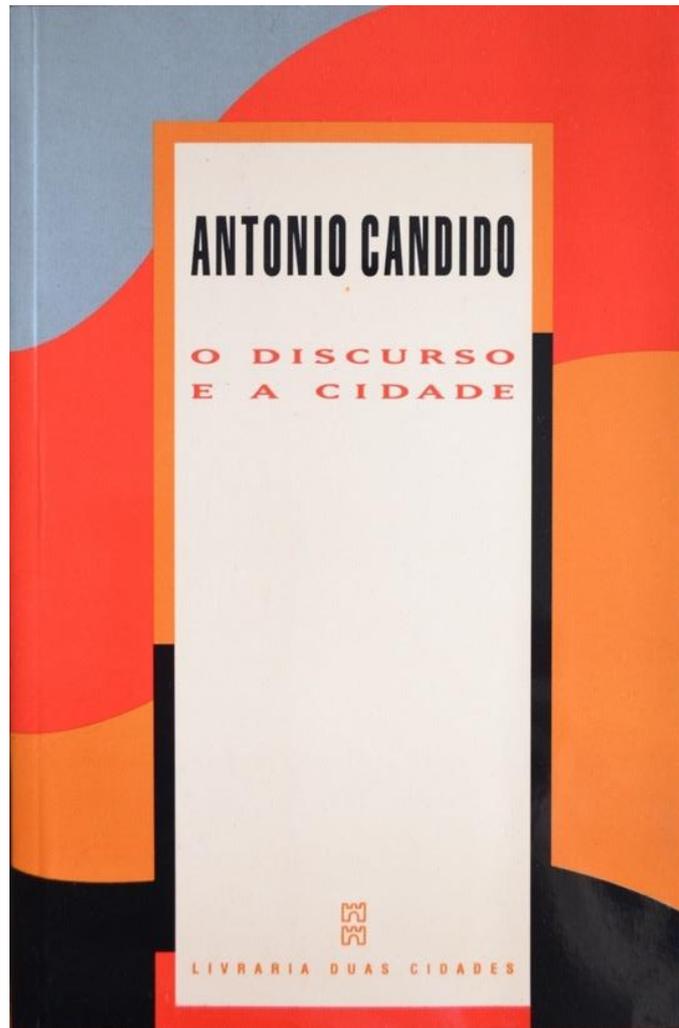
ficava com a cópia fazendo as anotações das incorreções, e as duas utilizavam sinais específicos quando ocorria uma disparidade entre o original e a cópia. Vencida as etapas de revisão das provas, o editor entrou em contato com Antonio Candido provavelmente por telefone: “tem três coisas aqui que estão erradas”, disse Humberto, ao que o autor contestou, “Será, Humberto? Três?”, e o editor retorquiu, “dê uma olhada que você vai ver”. Passado alguns dias, Candido foi à Duas Cidades, e Humberto comentou com ele: “professor, [os erros estão] no original”. Segundo o entrevistado, o autor pegou o manuscrito, verificou, e disse, “você tem razão, estão no original”. Outro comentário de Humberto foi o pedido do autor para que sua filha Ana Luisa fizesse a capa (ver figura 38) desse livro.

Os Parceiros representou um marco editorial para a Livraria Duas Cidades. Foram nove edições por este selo, a primeira em 1971 e a última em 2001, que ocorreu por meio da coedição com a Editora 34. A capa elaborada por Ana Luisa Escorel manteve-se até a penúltima edição, em 1999. Também foi o livro de Antonio Candido com o maior número de exemplares impressos pelo selo de Santa Cruz e a quinta obra do catálogo da editora com o maior número de tiragens – 43.926 exemplares (ver gráfico 10). De 1971 até 1987, os lançamentos variaram de 4 a 2 mil exemplares a cada nova edição, mas os números ganharam projeção em 1997, quando o livro fez parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e houve o pedido de 20.000 exemplares desse título para o programa governamental.

O Discurso e a Cidade foi outro livro do crítico literário com a capa (ver figura 39) concebida por Ana Luisa Escorel. Obra dedicada às filhas e galardoada com o prêmio Jabuti, em 1994, na categoria ensaios. A importância desse livro não reside na quantidade de exemplares impressos em suas duas edições, a primeira de 1993, com 2000 exemplares, e a segunda de 1998, com 530 exemplares. Esta obra reuni um conjunto de ensaios a retratar um intelectual maduro, com seu capital simbólico consolidado no meio universitário brasileiro e internacional. Antonio Candido escreveu ensaios sobre escritores nacionais, como Manuel Antonio de Almeida, Verga e Aluísio de Azevedo, e abordou escritores estrangeiros em “Quatro esperas”, como o francês Julien Gracq, o italiano Dino Buzzati, o grego Cavafis e do tcheco Kafka. “[...] Trata-se, na verdade, de um ensaio único em quatro capítulos, que aproximam quatro textos do século XX com muitas afinidades. A principal delas é a de serem obras aparentemente desvinculadas da História, sem a intenção de documentar a realidade”⁸⁸. Com efeito, *O Discurso e a Cidade* em certa medida representa a síntese do horizonte analítico consagrado pelo crítico.

⁸⁸ CIACCHI, Andrea. Antonio Candido, eccetera: conciso roteiro italiano de um crítico brasileiro. *Graphos*, v. 1, n. 2, p. 75-88, 1996. p. 80.

Figura 39. *O Discurso e a Cidade* (1993), de Antonio Candido



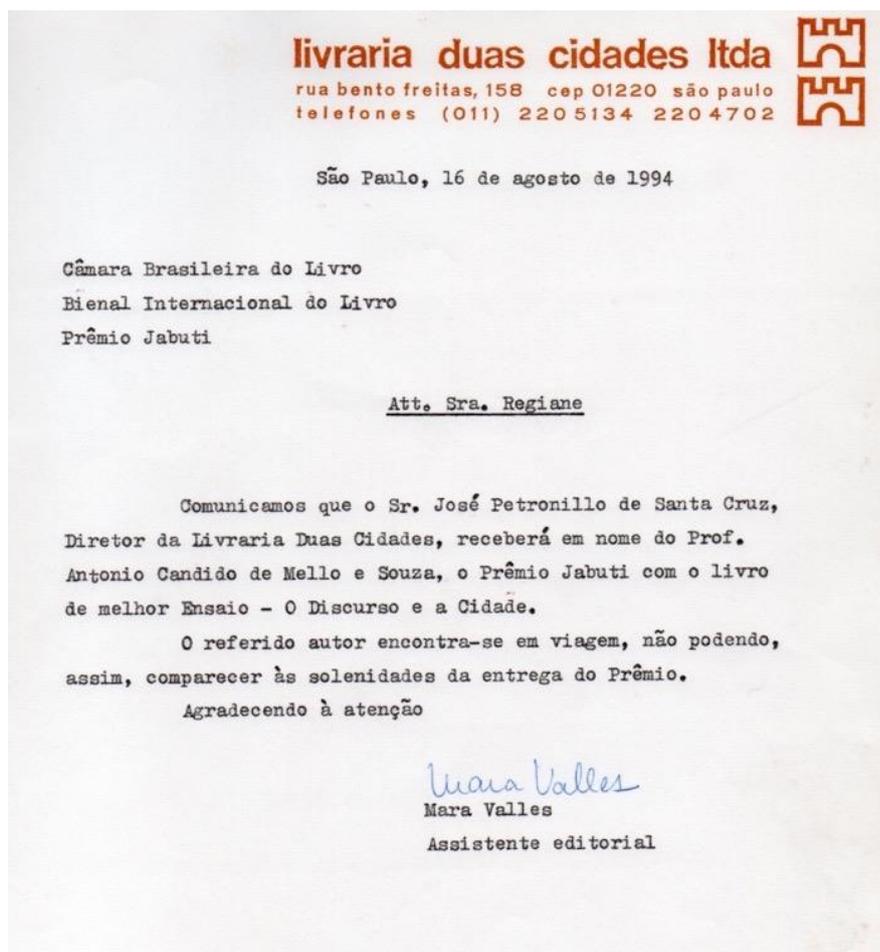
Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

Ao lermos o fascículo⁸⁹ da Câmara Brasileira do Livro relativo ao prêmio Jabuti de 1994, constatamos as categorias premiadas, os autores, as obras galardoadas e uma sinopse dos livros. Com relação ao título de Antonio Candido, laureado na categoria ensaios, o folheto diz: “[...] o autor cobre uma área da maior importância, revelando suas preocupações teóricas sobre importantes momentos da criação literária e analítica. De agradável leitura, com o conhecido rigor que caracteriza o autor, a obra é a mais interessante da categoria”⁹⁰. A premiação dessa obra reforça o capital simbólico que a livraria e editora foi amalhando no decorrer de sua existência, e simultaneamente fundamenta a união entre autor e editor, que aos setenta e seis anos de idade foi pessoalmente à cerimônia do prêmio Jabuti para receber a estatueta conferida ao ilustre autor da casa (ver figura 40).

⁸⁹ Consultamos o folheto na Câmara Brasileira do Livro.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 18.

Figura 40. Carta de Mara Valles para Câmara Brasileira do Livro sobre Prêmio Jabuti



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

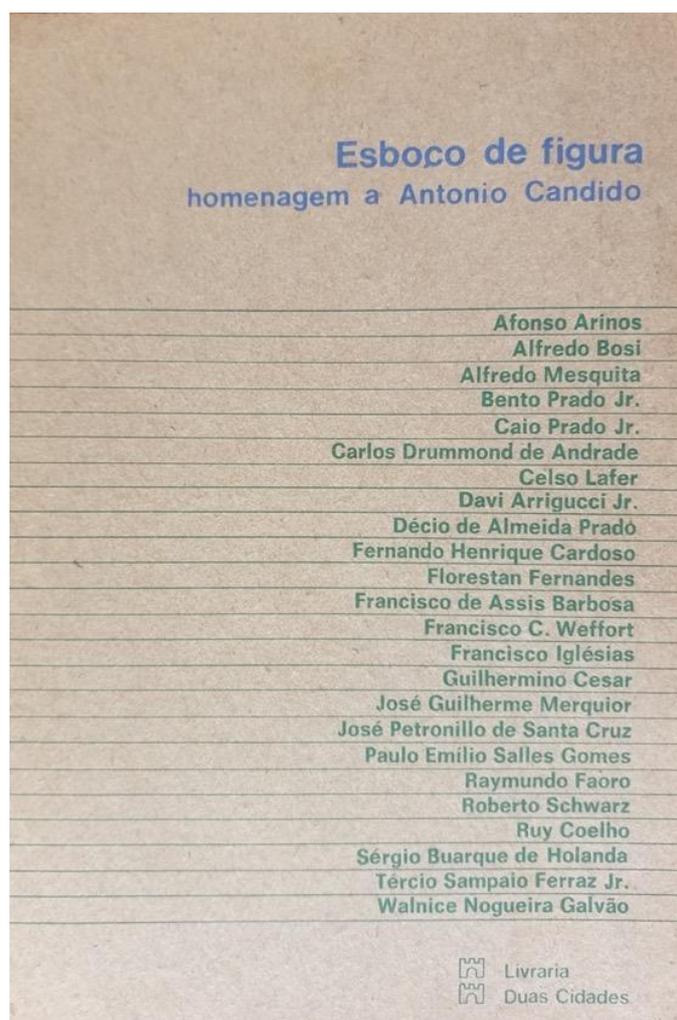
Antonio Candido não pôde comparecer à cerimônia. Por esse motivo, ele pediu ao seu editor, amigo e irmão não sanguíneo que o representasse na solenidade de entrega do galardão conferido ao livro que tem a dimensão da cidade como um dos objetos de análise, obra que nas entrelinhas se identifica com a livraria e editora da cidade de Deus e dos homens. Livro que espiritualmente produz um amálgama das figuras de Antonio Candido, Frei Benevenuto, padre Lebrecht, Professor Santa Cruz e dona Clarisse Tolentino. Não seria demasiado lúdico supor que uma aura de comoção, alegria e recordações tenha tomado conta do livreiro-editor enquanto caminhava na passarela em direção ao palco onde receberia, orgulhosamente, o jabuti do afamado autor da casa.

Notamos esses sentimentos ao regressarmos ao ano de 1979, quando Professor Santa Cruz completava vinte e cinco anos como livreiro-editor e lançava a primeira⁹¹ obra brasileira

⁹¹ Segundo Rodrigo Martins Ramassote (2006, p. 17-18), três títulos de homenagem a Antonio Candido foram publicados até 2006: LAFER, Ceslo (Org.). *Esboço de Figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo:

dedicada a homenagear o amigo. *Esboço de Figura: homenagem a Antonio Candido* foi organizada por Celso Lafer com o intuito de reverenciar um homem cheio de predicados humanísticos e um intelectual sexagenário que tinha se aposentado da Universidade de São Paulo em 1974, onde se tornou um dos docentes mais respeitados pelos estudantes e seus pares.

Figura 41. *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido* (1979)



Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

Na apresentação da obra, Lafer argumentou que os atributos pessoais do crítico literário o levaram “[...] a organizar este livro, à sua inteira revelia e seguramente contra sua maneira de ser – mais propensa, como ele costuma dizer, parafraseando Milton Campos, à austeridade que convém à República e à discrição que é do gosto dos mineiros”⁹². A capa concebida por Diana

Livraria Duas Cidades, 1979; SACARABÔTOLO, Eloísa Faria; D’INCAO, Maria Ângela (Orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Companhia das Letras/IMS, 1992; AGUIAR, Flávio (Org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Humanistas/Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁹² LAFER, Celso. Apresentação. In: LAFER, Celso (Org.). *Esboço de Figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. p. 7.

Mindlin (filha de José Mindlin) transfigura as linhas de uma página de caderno onde constam os nomes dos amigos, intelectuais, escritores e editores de peso que rendem suas homenagens ao crítico literário. Após a apresentação e os traços biobibliográficos do homenageado – os quais descreveram uma sinopse biográfica, mencionaram sua crítica publicada nos jornais e sua produção acadêmica entre 1945 e 1979 –, a obra divide-se em três seções – “Poesia e Depoimentos”, “Estudos sobre Antonio Candido” e “Estudos para Antonio Candido”.

Não pretendemos discutir o teor das mensagens de admiração, respeito e tributo realizadas por personalidades. Aqui nos interessa constatar que o livro contou com a colaboração de muitos de seus orientandos e amigos que eram clientes e frequentadores da Duas Cidades não apenas pelos atributos da livraria e editora, mas também pela relação que o decano da USP tinha com o Professor Santa Cruz. Em segundo lugar, não é menos relevante frisar que a primeira homenagem publicada sobre crítico literário tenha sido chancelada pela casa de seu amigo íntimo, e que o último escrito da primeira seção é de autoria do livreiro-editor, cujo texto⁹³ expressa, de modo contundente, boa parte do que vemos alinhavando nas duas primeiras partes deste capítulo. Trata-se de uma homenagem que personifica a longa e íntima amizade do editor com o autor que lhe permitiu seguir sua empreitada e realizar sua utopia editorial:

O arruar de Antonio Candido
José Petronillo de Santa Cruz⁹⁴

Em arruar o som é forte, a palavra de uso raro em nossa língua de hoje, é uma beleza estranha. Arruar evoca algo de firme, puro, liso e para mim associa-se à figura de Antonio Candido, identificando-se com sua pessoa, na lisura da trajetória de sua vida, como se o caminho de um homem como ele tivesse de ser evocado ou definido por um som de timbre limpo, forte e suave ao mesmo tempo. Creio que na magia ou no mistério da palavra está a face oculta de seu significado: força e suavidade definiram o homem, na coerência e na unidade da vida. Como no canto do poeta índio argentino Atahualpa Yupanki:

Los dos nacieron juntos
Camino y hombre

Assim é que, quando pensei em incluir nesta Coletânea minha homenagem ao amigo de 30 anos, a palavra arruar brotou de repente da memória. Arruar – como está no Aurélio – é, primeiramente, termo de engenharia e urbanismo: “traçar ou abrir ruas para fazer vila ou cidade”. E, logo em seguida, outro sentido: “passar pelas ruas, percorrer as ruas”, ilustrado por uma passagem de Machado de Assis em *Brás Cubas* e pelo título do livro do escritor pernambucano Mario Sette: *Arruar*, publicado em 1948.

⁹³ O manuscrito dessa homenagem encontra-se no Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz.

⁹⁴ SANTA CRUZ, José Petronillo de. O arruar de Antonio Candido. In: LAFER, Celso (Org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. pp. 69-70.

‘Hoje, dizia Maria Sette, já não se sabe arruar direito. Anda-se, ou melhor corre-se pelas ruas. Os meios de transporte não favorecem esse prazer dos antigos.’

Quem, porém, examinar atentamente sua biobibliografia verá que Antonio Candido, através de sua atividade e de sua produção literária é alguém que soube e ainda hoje sabe arruar. O arruar de Antonio Candido está nos livros que publicou – tão poucos para tanto arruar! – e nos artigos, estudos e prefácios publicados no Brasil e fora daqui e que denotam uma grande paixão em andar pelas ruas do saber, com apetite literário ou perspicácia sociológica, mas também como o engenheiro ou o urbanista do primeiro sentido da palavra, abrindo ruas e demarcando caminhos, como está tão bem demonstrado nos diversos depoimentos e estudos que compõem o presente volume.

Mas o arruar de Antonio Candido não está apenas no que foi passado para o papel. Além disso, e com que sabor e verve, está também na conversa: na riqueza das observações, na evocação de pessoas ou fatos, onde se misturam a atenção às riquezas do passado e a penetração do sentido do presente. Considero um privilégio ter sido, durante os longos anos de nossa convivência amiga, beneficiado com as longas conversas de onde brotavam como chama ou faísca o que ia armazenando no seu arruar.

Nesse ano em que completo 25 anos de minha atividade de Livreiro e Editor, não poderia imaginar mais adequada comemoração para este aniversário da Livraria Duas Cidades do que a participação e a contribuição para a edição desta Homenagem a Antonio Candido. De fato, Antonio Candido assistiu ao nascimento da Livraria Duas Cidades e a conheceu mesmo ainda em germe, em seu embrião. Quanto a mim, tenho plena consciência do quanto lhe devo para ter podido manter e consolidar o perfil das Duas Cidades, desde sua fundação em 1954. Quanta troca de idéias, quanto apoio, quanta informação, quanto frutos do seu arruar influíram em minha linha de ação, em meus rumos de trabalho.

Um dos sonhos de minha utopia editorial – mistura de amizade fraternal e de orgulho profissional – foi realizado com a publicação pela Livraria Duas Cidades, de dois textos, testemunhos escritos de seu arruar: *Os parceiros do Rio Bonito* e *Vários Escritos*, duas de suas “leituras” importantes da realidade humana: a sociológica e a literária.

A utopia, porém, é teimosa e insaciável. E por acreditar na verdade da utopia como tal, aqui deixo o terreno da utopia pessoal para me situar no plano do desejo amplo e impessoal. Um arruar tão rico, tão marcado pelo que já produziu, terá que nos devolver rapidamente, o que está guardado nos arquivos da observação e da reflexão.

Numa época em que não se sabe mais arruar, quando se anda às pressas pelas ruas, é importante que a escrita de quem saber ver o real que está nas ruas do humano, andando “à toa”, como no caso da personagem de Machado de Assis, ou com a arte de traçar e abrir ruas ou demarcar caminhos, seja tirada de seus arquivos e posta em circulação, para iluminação dos que precisam aprender a arruar.

São Paulo, maio de 1979.

Transcrevemos a íntegra do texto que expressa uma autêntica admiração de Santa Cruz por Antonio Candido. As palavras do livreiro-editor manifestam um relacionamento que perpassa os laços familiares e ultrapassa os interesses eminentemente acadêmicos, livreiros e editoriais. Há uma simbiose entre amigos nos interstícios desse texto, como também há uma

simbiose no artigo que o crítico literário publicou na *Folha de S. Paulo* sob o título “Um caso triste”. Não por acaso, Santa Cruz agradeceu o esforço de um dos mais ilustres autores de sua editora em mantê-la viva cumprindo sua linha de ação e os rumos do trabalho concebidos desde a fundação. Se é verdade que o arruar do decano uspiano viabilizou a sobrevivência da editora por meio da publicação de pesquisas de crítica literária e a permanência da livraria com uma clientela de professores e estudantes universitários durante os anos 1970, não é menos verdade que as portas abertas pelo livreiro-editor colaborou para Antonio Candido burilar seu capital simbólico e divulgar a linha de pesquisa em teoria literária e literatura comparada lançando os trabalhos de seus discípulos por meio do selo editorial de seu amigo.

O arruar de Antonio Candido é o espelho do arruar de Santa Cruz.

Davi Arrigucci Jr⁹⁵. foi um dos poucos entrevistados a chamar nossa atenção para a significado do verbo escolhido por José Petronilo. Ele nos confidenciou que o livreiro-editor gostava de flunar pelas ruas do centro de São Paulo, assim como era um construtor de coisas com “[...] vocação de formador. [...] E como todo grande livreiro, ele desempenha um papel nisso, na formação intelectual dos outros, que é uma atitude de dar dádiva de si também, e de orientação intelectual, de [saber] arruar o pensamento”. Segundo o entrevistado, Santa Cruz utilizava sua livraria e editora para promover a cultura paulistana e brasileira daqueles anos. Para Davi, a Duas Cidades foi em São Paulo, o que a Leonardo da Vinci foi no Rio de Janeiro, locais onde universo livreiro era expresso pelas importações em diferentes idiomas e áreas do conhecimento humano. Enquanto outros entrevistados nos disseram que Santa Cruz foi um farol, um ponto de ligação entre as pessoas, um articulador de convergências, Davi Arrigucci Jr. nos assegura que ele era “[...] uma figura civilizatória, [...] uma espécie de catalizador de uma série de inquietações e projetos [...] [como] uma forma dele manter essa coisa do arruamento”. Em sua percepção, da qual nós concordamos e endossamos, o fundador da livraria e editora gradualmente migrou a calha da filosofia e teologia progressista para um pensamento com valor de cultura geral, humanística e social.

A seguir veremos como o arruar de Antonio Candido desaguou no arruar do Professor Santa Cruz à frente da Livraria Duas Cidades durante os anos 1970. Primeiro vamos abordar o livreiro e a livraria, depois o editor e a editora. Tanto numa quanto noutra vertente percebemos o programa de uma livraria editora de autor, e de um livreiro-editor que era um intelectual mediador com valentia para desenvolver e promover seu empreendimento de maneira a colocar em prática seu modo de pensar o mundo do livro.

⁹⁵ Davi Arrigucci Jr., entrevista, 16 jun. 2020.

O livreiro e a livraria de intelectuais e universitários paulistanos

O livreiro e a livraria ainda pertenciam aos dominicanos no início dos anos 1970, mas o ingresso de *Vários Escritos* no catálogo da editora é o primeiro indício de uma nova fase. Outros sinais das mudanças em curso nesse período são identificáveis no perfil dos livros importados e do público da livraria, momento em que a casa passou a solicitar obras estrangeiras associadas às áreas de ciências humanas e sociais e a ser frequentada por setores da artes, da intelectualidade e de algumas universidades da capital paulista. Assim que Frei Benevenuto tornou-se Professor Santa Cruz em 1972, os clientes e amigos da Duas Cidades adstritos ao universo religioso cederam o espaço para homens e mulheres do campo universitário, intelectual e artístico, os quais enxergavam o estabelecimento como um manancial para fomentar seus estudos, pesquisas e bibliotecas, ou até mesmo para realizarem encontros, cursos, filmagens, lançamentos de livros, entre outras atividades com finalidade cultural. Ainda havia pessoas que se dirigiam à livraria procurando confessar seus pecados para o ex-religioso, às vezes pedindo para ele benzer um terço, em certas ocasiões procurando os títulos traduzidos de Michel Quoist ou as obras importadas de outros autores da vertente progressista do catolicismo francês. Parece-nos evidente que a transição de um terreno clerical para secular não ocorreria sem percalços e incompreensões, assim como também é evidente que os quinze primeiros anos da história de um estabelecimento extremamente ligado ao cristianismo ainda seria reconhecido por muitos como um local a irradiar uma aura religiosa aberta e ecumênica.

A decisão de atravessar o rubicão não foi tomada intempestivamente. Nosso personagem tinha um aliado de peso no campo universitário e acionou outras amizades da elite industrial de São Paulo para desvencilhar-se dos obstáculos colocados pela Ordem Dominicana durante o processo de aquisição das quotas. Entrementes, José Petronilo aposentou a batina, deu liberdade para Humberto Pereira dirigir a editora na primeira metade dos anos 1970, reforçou o departamento de importações da livraria e em 1971 contratou Maria Antonia com o propósito de assegurar maior dinamicidade às vendas de livros. O livreiro e a livraria iniciavam uma nova fase, sobretudo quando Frei Benevenuto desvinculou-se de suas obrigações religiosas, aproximou-se do meio acadêmico e passou a ser chamado de Professor Santa Cruz. Se a ação do editor promoveu uma inflexão na linha editorial a partir dos anos 1970, o livreiro manteve esse compasso ao ampliar as nacionalidades dos livros estrangeiros importados e impulsionar a criação de um espaço de sociabilidade para leitores, amigos e clientes da casa.

Antes de analisarmos a nova fase do editor e da editora, propomo-nos a explorar a nova fase inaugurada pelo livreiro e livraria. O percurso está traçado em três etapas. A primeira

envolve analisar o universo livreiro dos anos 1970 partindo das características da distribuição e dos canais de venda de livro no Brasil e em São Paulo, o que abarca o perfil das importações de livros realizadas pelo país, os índices de matrículas no ensino superior, as características do comércio livreiro no eixo Rio-São Paulo, sobretudo no centro da capital paulista.

Após traçarmos o panorama do mercado livreiro dos anos 1970, na segunda etapa analisamos a figura do livreiro e da livraria nessa década. Tendo em vista esse objetivo, entremeamos os relatos de Humberto Pereira, Maria Antonia, Laura de Mello e Souza, Rogério C. de Cerqueira Leite, Roberto Schwarz, Davi Arrigucci Jr. e Fernando Uchoa Santa Cruz às perspectivas teórico-metodológicas sobre as noções de campo, *habitus* e elites culturais, e a uma série de matérias e reportagens jornalísticas de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, além de incluirmos os documentos abrigados no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades. Por meio dessas fontes é possível apresentar e discorrer sobre o perfil dos clientes e frequentadores da casa; as características de suas importações; as entidades em que a livraria era filiada; sua parceria com outras casas; as virtudes e imperfeições do livreiro; a espacialidade do estabelecimento; os lançamentos de livros; os cursos promovidos; a livraria como biblioteca e distribuidora de obras de caráter universitário e cultural, assim como a sua proximidade com as ciências humanas e sociais; as estratégias de venda e publicidade; sua relação com uma parcela da vida intelectual e cultural da capital paulista; sua posição geográfica no centro de uma cidade gradualmente degradada; suas facetas comercial e intelectual em disputa; as dificuldades do livreiro, suas ligações com o *Folhetim* e sua representatividade adquirida no comércio livreiro.

E encerramos este subcapítulo com a apresentação e investigação de empresas com características semelhantes à Duas Cidades. As livrarias Francesa, Pioneira, Mestre Jou e Leonardo da Vinci projetaram-se nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro como grandes importadoras de livros e locais de encontro de intelectuais, universitários e poetas ávidos por obras que pudessem ampliar seus conhecimentos, estudos e pesquisas em curso.

O mercado livreiro nacional e paulista durante os anos 1970

A cadeia de edição, produção e circulação de livros faz parte do ciclo comercial elementar do mercado livreiro. As redes de importação e exportação entre países, bem como a distribuição e comercialização de bens culturais em território nacional são mecanismos imprescindíveis para a promoção da cultura, sendo que os livros têm a dupla característica de auferir ganhos financeiros e promover o trânsito de ideias e pessoas. A história do livro no Brasil foi

extremamente beneficiada pela difusão de valores civilizacionais por meio de obras e livreiros que residiam no país para ganharem a vida com livrarias revendedoras de títulos estrangeiros, responsáveis por instigar a vida intelectual do país. Como vimos no segundo capítulo, o mercado livreiro começou a adquirir autonomia durante os anos 1950, quando reestruturou parte do seu parque gráfico durante e após a Segunda Guerra Mundial, aproveitando as boas condições tributárias para realizar as importações, e depois servindo-se das auspiciosas fases da economia nacional para abrir livrarias e editoras que atendessem o público universitário em expansão decorrente do investimento no ensino superior.

Nem mesmo as turbulências políticas e econômicas, ou as crônicas precariedades educacionais, impediu o país de atravessar a década de 1960 ampliando gradualmente o número de leitores alfabetizados e estruturando um mercado que pudesse espraiar os livros em território nacional. Ainda assim, a distribuição e a comercialização⁹⁶ eram dois gargalos a serem solucionados. Enquanto as grandes editoras geralmente estruturavam depósitos regionais nas capitais dos estados, os selos de pequeno e médio porte tentavam criar mecanismos próprios de disseminação, seja enviando os títulos direto para as livrarias das cidades, seja estabelecendo parcerias com empresas especializadas na distribuição de livros. As editoras procuraram atenuar as falhas nesse sistema por meio da divulgação dos livros em jornais, revistas e outras publicações periódicas brasileiras, e assim promoviam suas obras procurando receber pedidos de encomenda ao invés de enviar seus títulos para uma livraria ou distribuidora que não garantiam a venda dos exemplares.

O envio de títulos por meio do serviço de reembolso postal foi uma das estratégias adotadas com hesito e eficiência durante anos, a despeito das disfunções desse expediente durante a segunda metade dos anos 1960. Paralelamente, os mecanismos de distribuição foram fortalecidos ao ponto de os estados de São Paulo e Rio de Janeiro contarem com 91 agentes distribuidores no ano de 1970, período em que havia outros canais importantes de propagação do livro no Brasil, como supermercados e farmácias que difundiam obras infantis e populares. Pouco a pouco, editoras criavam táticas de vendas diretas de coleções e enciclopédias ao leitor por intermédio de crediário, da mesma forma que o crescimento dos didáticos e paradidáticos nos anos 1970 fez com que boa parte da disseminação desses livros fosse realizada por órgãos governamentais, como o Instituto Nacional do Livro (INL)⁹⁷. Além das próprias livrarias, havia outras iniciativas de comercialização, a exemplo das queimas de estoque, das feiras do livro, dos Clubes do Livro, entre finais dos anos 1940 e 1960, e do Círculo do Livro de 1973, sendo que

⁹⁶ ANDRADE, Olímpio., *op. cit.*, 1974, p. 66-69.

⁹⁷ Falaremos sobre o INL no próximo subcapítulo.

as duas últimas foram criadas na cidade de São Paulo com a finalidade de editar e vender obras que pretendiam formar uma escola de leitores.

Andrade e Hallewell são dois autores a exporem um conjunto de dados relativos às importações de livros do Brasil, os canais de distribuição em atividade no país e suas variações geográficas durante o decênio de 1970.

O primeiro⁹⁸ apresentou os percentuais do ano de 1974 retirados do boletim mensal do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), ocasião em que os distribuidores e as livrarias foram os mais importantes canais de distribuição dos 191,7 milhões de exemplares impressos nesse ano. Desse total, 27,13% eram disseminados por meio de distribuidoras próprias e 30,49% utilizavam distribuidoras de terceiros, da mesma forma que 12,77% eram enviados para livrarias próprias e 5,15% utilizavam livrarias de terceiros, o que indica a opção de algumas editoras em possuírem suas próprias livrarias nesse período. Papelarias, bazares, escolas, vendas domiciliares, bancas de jornal, bibliotecas, reembolso postal, clubes do livro, supermercados, farmácias e postos de gasolina eram outros canais com percentuais abaixo de dois por cento. Levando em consideração o mesmo número de exemplares impressos em 1974, os estados de São Paulo, com 28,83%, e do Rio de Janeiro, com 31,85%, recebiam a grande maioria dessa quantia, embora o autor chame a atenção para o fato de essas regiões terem sido beneficiadas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, órgão instituído pelo governo civil-militar em março de 1968.

O segundo extraiu os dados do SNEL contabilizando maiores intervalos temporais, pautando os canais de distribuição (1973-1980)⁹⁹ e a área geográfica de vendas de livros (1966-1991)¹⁰⁰. Escolhemos os anos de 1973 e 1980 como referenciais da década de 1970. Em 1973, as distribuidoras alcançaram o patamar de 46,6%, as livrarias atingiram 16,3% e as bancas de jornal 2,2%; já em 1980, as distribuidoras decaíram para 45,6% (após quedas abruptas em 1978 e 1979) e as livrarias subiram para 20,1%. Com exceção dos anos de 1978 e 1979, as distribuidoras e livrarias representavam mais de sessenta por cento da distribuição de livro no país, o que nos permite deduzir que eram os canais mais fortes de circulação do livro em território nacional. Quanto à distribuição geográfica de livros pelos estados, é inegável a proeminência de São Paulo e Rio de Janeiro quando comparado às outras regiões do Brasil, sendo que o primeiro assumiu a liderança em 1973 (considerando a produção total de 166,2 milhões de exemplares), com 29,1%, e 31,36% em 1980 (considerando a produção total de

⁹⁸ ANDRADE, Olímpio., *op. cit.*, 1974, p. 69-71.

⁹⁹ HALLEWELL., *op. cit.*, 20212, p. 907. Ver Tabela 36. Distribuição de livros segundo o canal, 1973-1980.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 908. Ver Tabela 37. Distribuição geográfica das vendas de livros, 1966-1991.

242,90 milhões de exemplares), ao mesmo tempo que o segundo atingia as marcas de 18,8%, em 1973, e 19,55%, em 1980. A liderança incontestada do estado de São Paulo está relacionada ao parque industrial gráfico e editorial bem estruturado, sua força econômica e populacional expressiva, a qual possuía cerca de 8 milhões em 1970¹⁰¹ e 12 milhões em 1980¹⁰², dados que sugerem o potencial mercado consumidor de livros e de outros bens de consumo.

No que tange aos índices de importação de livro, dedicamo-nos a apresentar os volumes referentes às quantias totais de obras importadas de diversos países, enfatizando as parcelas oriundas da França, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, locais onde a Duas Cidades trazia a maioria dos títulos que eram revendidos na livraria durante os anos 1970, estruturando um serviço de importação que a tornou prestigiosa no comércio livreiro desde sua fundação. Dentre esses países, a França teve forte impacto nas importações nacionais até o início dos anos 1950, mas foi perdendo espaço principalmente para os Estados Unidos, que adotou uma prática mais agressiva de difusão cultural. Aproveitando o decreto de 1966, cujo regulamento isentou o livro e outros itens de impostos alfandegários, o Brasil importou, em 1970, 112,560 mil quilos da França e 915,720 mil quilos dos Estados Unidos¹⁰³.

Mas para termos uma ideia em termos absolutos, a quantia total de livros importados pelo país¹⁰⁴ foi de 2 559 879 toneladas em 1971, e de 6 980 000 toneladas em 1979. Os dados fornecidos por Hallewell demonstram o declínio da importação de livros franceses¹⁰⁵, quando o Brasil trouxe, em 1971, 191,540 mil quilos de títulos da França, o que representava 7,5% do peso total de livros importados, sendo que a quantia foi ainda menor em 1979, com 87,649 mil quilos e 1,3% da quantia total de títulos estrangeiros adquiridos. A França perdeu espaço para os países de língua inglesa¹⁰⁶ quando comparamos esses números com os volumes importados do Reino Unido e dos Estados Unidos nesses anos. Em 1971, o Brasil trouxe 162,55 toneladas dos ingleses (6,40% do total) e 863,61 toneladas dos norte-americanos (33,70% do total), ao passo que em 1979 o país importou 314,517 toneladas dos ingleses (5,60% do total) e 1 571, 631 toneladas (27,8% do total) dos norte-americanos. Embora Hallewell não tenha apresentado os números do ano de 1979 para as importações provenientes da Espanha¹⁰⁷, é digno de nota a

¹⁰¹ Ibid., p. 889. Ver Tabela 23. População das cidades brasileiras comparada com a de cidades de outros países, 1950-1970.

¹⁰² Ibid., p. 912. Ver Tabela 39. População das maiores cidades brasileiras comparadas com a de cidades estrangeiras, 1980-2004.

¹⁰³ ANDRADE, Olímpio., *op. cit.*, 1974, p. 81-82.

¹⁰⁴ HALLEWELL., *op. cit.*, 20212, p. 857. Ver Tabela 11. Importações brasileiras de livros.

¹⁰⁵ Ibid., p. 863-865. Ver Tabela 15. Declínio da Importação de Livros Franceses desde 1910.

¹⁰⁶ Ibid., p. 877. Ver Tabela 19. Importações de Países de Língua Inglesa.

¹⁰⁷ Ibid., p. 884. Ver Tabela 21. Tabela 21. Importações Brasileiras de Livros da Espanha e de países latino-americanos.

quantia que o Brasil importou desse país em 1971, com 248,723 mil quilos (9,7% do total), ultrapassando a França nesse ano. Segundo Andrade¹⁰⁸, o país de Cervantes foi o maior fornecedor de livros para terras brasileiras em 1974. E mais adiante veremos que esses números dialogam com as nacionalidades dos livros importados pela Livraria Duas Cidades. Se o estabelecimento optou predominantemente por títulos franceses no decorrer dos anos 1960, na década seguinte ampliou o leque de obras procedentes de outros países para atender sua clientela universitária, artística e intelectual, importando títulos do Reino Unido, Estados Unidos, Espanha e Itália.

Ao nos determos no comércio livreiro do eixo Rio-São Paulo durante os anos 1970, notamos que a maioria dos comerciantes de livro estavam localizados nesses estados. “Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1972, 56,1% dos 3012 varejistas que trabalhavam com livros no Brasil encontravam-se no Rio e em São Paulo”¹⁰⁹. Hallewell nos alerta para as diferenças entre as quantias apresentadas e os critérios adotados pelas instituições que indicaram o número de livrarias existentes no país entre finais dos anos 1960 e início de 1970. Enquanto um instituto indicava mil estabelecimentos livreiros em 1969 – dos quais duzentos estavam na capital paulista, cem no Rio de Janeiro e cem em Porto Alegre –, outro apresentou que o país possuía setenta e duas livrarias em 1971 – vinte e duas em São Paulo, vinte e duas no Rio de Janeiro e o restante em outras capitais brasileiras.

O autor¹¹⁰ também apresentou algumas estimativas do SNEL, que registrou seiscentas livrarias existentes no país em 1972, incluindo mil e duzentas lojas que vendiam livros e outros artefatos. De acordo com o mesmo sindicato, passados oito anos houve a queda de um terço no número de livrarias brasileiras ao atingirmos o patamar de quatrocentos estabelecimentos. A retração também interferiu nos locais de comércio de obras e outros artigos manufaturados em 1981, quando havia mil cento e quarenta e sete pontos secundários de venda de livros. As razões apontadas pelas entidades representativas da indústria do livro argumentaram que a redução das livrarias e de outros pontos de venda estavam relacionadas às inexpressivas margens de lucro (principalmente nos períodos inflacionários), aos tributos cobrados até mesmo do estoque não comercializado e aos valores dos aluguéis dispendidos por essas empresas.

Poderíamos acrescentar a baixa clientela frequentadora de livrarias como um fator que corrobora a redução do número de estabelecimentos. O tênue relacionamento dos indivíduos com os livros dificultavam (e ainda dificultam) o comércio dessas lojas. “[...] Os livros vendem-

¹⁰⁸ ANDRADE, Olímpio., *op. cit.*, 1974, p. 83.

¹⁰⁹ HALLEWELL., *op. cit.*, 20212, p. 672.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 673.

se bem no seio das pequenas elites que se mantêm em estreito contato social e intelectual e entre cujos membros as novidades e as discussões sobre os literatos e os acontecimentos literários são lugar-comum e circulam rapidamente [...]”¹¹¹. Os setores ilustrados e formados das grandes cidades mundiais e dos países ricos tendem a fazer parte de um grupo seletivo de indivíduos que compram livros e frequentam livrarias. Representam, assim, uma camada social privilegiada que tem o descortino e as condições financeiras de investirem em suas formações. Geralmente são pessoas que conhecem seus autores e críticos prediletos, por vezes estabelecendo contatos com essas figuras e frequentando eventos literários ou associados ao mundo do livro. Fora dessa camada, o comércio de livros era geralmente irrisório, na medida em que o grande público desconhecia (e ainda desconhece) esse universo. Os setores populares usualmente compravam *best-sellers* ou folhetos populares, os quais eram, nas palavras ditas por José Petronilo de Santa Cruz em 1981, “tudo o que já foi mastigado pela classe média hoje é consumido pelo ‘povão’ com uma grande margem de atraso”¹¹².

A despeito da estreita margem da comunidade de leitores durante a década 1970, houve importantes transformações nessa época devido ao vigoroso crescimento do número de alunos matriculados no ensino superior brasileiro¹¹³. Se em 1950 havia 44.100 mil universitários, em 1960 o país atingiu o patamar de 93.206 mil alunos, dez anos depois passou para 425.478 mil estudantes e em 1975 ultrapassou o patamar de um milhão de alunos. A pós-graduação acompanhou essa evolução; de 2.489 mil mestrados em 1960 foi para 16.002 mil em 1975, da mesma forma que os 500 doutorandos em 1970 avançou para 2.473 em 1979¹¹⁴. O aumento do número de estudantes universitários da graduação e pós-graduação impulsionou a demanda por obras nacionais e estrangeiras dos livros didáticos e paradidáticos voltados ao ensino superior, da mesma maneira que impeliu a modernização da indústria gráfica, das editoras que se voltaram para esses setores, da criação e desenvolvimento das editoras universitárias (como veremos na próxima etapa deste capítulo), e dos números de exemplares impressos. Apesar disso, as livrarias ainda tinham dificuldade de manter-se de pé em decorrência dos problemas anteriormente elencados e da necessidade de situarem-se nas cercanias das grandes zonas financeiras e comerciais das cidades.

No mesmo período que o país e o estado de São Paulo ampliavam sua produção e importação de livro, houve uma série de livrarias da capital paulista que abandonavam o centro

¹¹¹ Ibid., p. 751-752.

¹¹² Ibid., p. 704.

¹¹³ Ibid., p. 756-757.

¹¹⁴ Ibid., p. 903. Ver Tabela 32. População e educação no Brasil, 1976-1982.

da cidade ou simplesmente deixavam de existir por dificuldades econômicas, societárias ou em razão da censura provocada pelo regime civil-militar, que proibiu e impediu a comercialização de alguns livros e revistas, principalmente durante a vigência do Ato Institucional nº 5. De todos esses fatores, acreditamos que a redução¹¹⁵ do número de livrarias do bairro central da cidade estava relacionado ao deslocamento do mercado financeiro, à especulação imobiliária e às mudanças no traçado viário que dificultavam o deslocamento de pessoas e carros nessa região. No segundo capítulo deste trabalho indicamos que os imóveis do centro de São Paulo estavam progressivamente incompatíveis com os avanços econômicos, tecnológicos e arquitetônicos, o que induziu a mudança das instituições bancárias e das grandes livrarias para a avenida paulista e suas imediações a partir de 1969, a exemplo da Cultura, Siciliano e Parthenon. Com efeito, o antigo epicentro industrial e financeiro da capital espalhou-se pelos bairros e arrabaldes da cidade em razão do crescimento dessas regiões. Também havíamos sinalizado que a construção das linhas de metrô aos poucos modificaram as conexões entre as diferentes zonas da urbe e os deslocamentos das pessoas, forçando as grandes livrarias a deslocarem-se para as localidades que cresciam do ponto de vista comercial, financeiro e urbano.

Mas a Duas Cidades foi um dos poucos estabelecimentos de pequeno e médio porte que decidiu continuar sua história no centro de São Paulo, que abrigava apenas 19 livrarias na década de 1970. Apesar das mudanças provocadas pelo crescimento da cidade, e do progressivo abandono do centro por parte das autoridades públicas, a livraria conservou seu perfil missionário (de 1955 a 1969 religioso, de 1970 em diante universitário e intelectual) mesmo diante da invasão dos agentes do DOPS e da transferência USP da rua Maria Antônia para a cidade universitária, permanecendo, assim, fiel à identidade construída desde sua fundação.

Professor Santa Cruz e a Livraria Duas Cidades nos anos 1970

Ao longo desse período foi possível conservar a aura da casa. Beneficiada pelos laços criados com Antonio Candido, com uma parcela da elite industrial e cultural da cidade e com setores ilustrados e artísticos da capital, o livreiro e seu estabelecimento usufruíram do crescimento da indústria editorial, das importações, do número de alunos do ensino superior e da experiência adquirida nos anos anteriores. Mesmo diante dos numerosos percalços ocorridos nesse decênio, sobreviveram às intempéries ocasionadas pela instabilidade econômica do país na segunda metade da década de 1970 e pelo aumento das taxas alfandegárias de importação de livros. A

¹¹⁵ GONÇALVES., *op. cit.*, 2012, p. 24-27, p. 50-51.

duras penas, a Duas Cidades conseguiu traçar seu arado graças à colaboração de amigos, frequentadores, professores e estudantes da USP e de outras instituições como a Mackenzie, PUC-SP, ELSP e até mesmo da UNICAMP e UNESP, na medida em que diversos membros destas universidades iam ao estabelecimento para visitar o Professor Santa Cruz e prestigiar a livraria. A seguir veremos algumas das estratégias adotadas pelo livreiro e pelos funcionários da casa que permitiram a firma sustentar suas características vitais sem abandonar o centro da cidade e os desejos de sua seleta clientela de intelectuais, universitários, poetas, dramaturgos, artistas, cineastas e outras personalidades do meio artístico que muitas vezes se dirigiam à loja para conversarem com o proprietário, frequentarem a livraria e reiteradamente comprar os livros importados e editados pela empresa cultural.

Para examinarmos o livreiro e a livraria, alinhavamos os depoimentos de Humberto Pereira, Maria Antonia, Laura de Mello e Souza, Rogério C. de Cerqueira Leite, Roberto Schwarz, Davi Arrigucci Jr. e Fernando Uchoa Santa Cruz ao arquivo pessoal de José Petronilo e às matérias da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Essas fontes nos permitem dissertar e examinar uma época em que a Duas Cidades era frequentada pelo meio ilustrado da capital e procurada por livrarias do país. Nesse contexto passaram a promover lançamentos e cursos, participaram de eventos nacionais e internacionais, ao mesmo tempo que o livreiro estudava o catálogo das editoras estrangeiras para planejar as importações, estabelecendo contato com a vida universitária e intelectual de São Paulo, com os meios de comunicação e com as entidades representativas de livrarias e editoras.

Ainda sob a égide da ditadura, houve altas autoridades do governo que eram clientes da livraria e continuaram a frequentá-la mesmo após a invasão dos agentes do DOPS. Houve um episódio paradoxal que exemplifica outros constrangimentos causados pelo regime. Alfredo Buzaid, então Ministro da Justiça do presidente Emílio Garrastazu Médici, era um dos fregueses que se dirigia ao estabelecimento acompanhado de seus seguranças, comprando seus livros por meio de cheque bancário. Entre um misto de ironia e senso histórico, houve um dia que Santa Cruz disse para o coordenador¹¹⁶ do departamento editorial: “[...] eu guardo esse cheque de lembrança? Olha aqui, assinado pelo Ministro da Justiça nessa data, o que faço?”. Nesse mesmo dia, Humberto comentou que um dos seguranças do ministro precisou ir ao único banheiro da livraria localizado no mezanino, e por esse motivo passou pelo seu local de trabalho e reparou numa estante de livros que abrigava obras para sua consulta, alguns originais para serem traduzidos, títulos recém editados, exemplares para presentear visitas ilustres e também

¹¹⁶ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

o livro *Mein Kampf*, de Hitler, cujo título estava censurado no Brasil. Segundo o entrevistado, o segurança bateu o olho na obra, e disse: “[...] ‘aquele livro está censurado, o senhor está sabendo?’. Eu falei: ‘eu sei, mas aquele livro não está à venda, aquele é só para consulta aqui’. Aí o [rapaz] deu uma risadinha, e desceu”.

Figura 42. Fotografia do interior da livraria – escada de acesso ao mezanino



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Aproveitamos a fala do entrevistado sobre o mezanino e o questionamos sobre o local de trabalho do Professor Santa Cruz. Humberto relatou que o escritório do livreiro-editor estava localizado no segundo pavimento da loja, mas em finais dos anos 1970 ele foi trabalhar no andar térreo em razão do avançar da idade e dos cubos dissonantes da escada (ver figura 42) que dava acesso à sobreloja. O livreiro solicitou a retirada de algumas estantes do fundo da livraria e colocou sua mesa de trabalho nesse local. Um pouco mais adiante perguntamos a Humberto como era seu relacionamento com José Petronilo, ao que ele afirmou terem tido um vínculo amigável e profissional, com exceção do ano que ele saiu da firma, quando surgiu pequenas rugas entre eles. Mesmo assim, ele nos garantiu que seu desempenho contribuiu para o desenvolvimento do estabelecimento, a exemplo das personalidades da área de teatro e cinema que passaram a frequentar a livraria em virtude da convivência que ele tinha com essas pessoas. Ressaltou que a equipe do filme *Compasso de Espera* (ver imagem 43), de Antunes Filho, o procurou para filmarem uma sequência do filme no interior da Livraria Duas Cidades.

Figura 43. Trecho do filme *Compasso de Espera*¹¹⁷ na Livraria Duas Cidades



Ao longo dos anos que trabalhou na Duas Cidades, Humberto aproximou-se do livreiro-editor. Às vezes almoçavam juntos, Santa Cruz o levava em eventos e *vernissages* de seus amigos e chegaram a passar um fim de semana na casa de campo de Wladimir Toledo Piza, prefeito de São Paulo entre 1956 e 1957. Em decorrência desse relato, o interpelamos se a livraria possuía um espaço de sociabilidade para amigos, autores e clientes da casa, ao que ele nos respondeu declarando que esse ambiente foi criado quando ele saiu da empresa em agosto de 1975, na ocasião em que José Petronilo foi trabalhar no térreo, mais precisamente no local onde Antonio Candido proferiu uma palestra (ver figura 44) no início dos anos 2000.

Ato contínuo, perguntamos a Humberto quem era o público frequentador da livraria. Em seu ponto de vista eram pessoas “[...] de formação superior, [de] universitários, tanto alunos quanto professores, [de] jornalistas e intelectuais em geral, [de] pessoas de cinema e teatro, porque [na livraria havia] os clássicos, [como] uma versão, em francês, da *Ilíada* ou da *Odisseia*”. Ele destacou que o livreiro edificou uma rede de informantes com o universo livreiro da França e de outras nacionalidades, e assim recebia os catálogos de muitas editoras francesas.

¹¹⁷ COMPASSO DE ESPERA. 1973. Direção: Antunes Filho. 1 vídeo (93 min). Publicado pelo canal Cult Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbyhLyOAOpo>. Acesso em: 13 ago. 2019. O filme foi rodado e censurado em 1970, sendo liberado, em 1973, com a condição de não participar do circuito comercial. A sequência no interior da Livraria Duas Cidades vai de 19m35s até 25m49s. Em linhas gerais, a trama se desenrola em torno de dois personagens principais, Jorge (Zózimo Bulbul) e Cristina (Renée de Vielmond). Jorge era um poeta negro que se apaixonou por Cristina, uma jovem estudante branca de classe média. O enredo desenvolve-se a partir dessa relação: o poeta negro sofrendo o preconceito da sociedade por se relacionar com uma jovem branca, e seus familiares questionando o afastamento do escritor da família e de suas origens sociais.

“[...] Você chegava na mesa do Benevenuto, ele tinha todos os catálogos da *Éditions du Seuil*, da *Éditions du Cerf*, da *Éditions Hachette*, de algumas editoras alemãs e italianas”. De posse dessas listas, Santa Cruz fazia as escolhas dos livros que iria importar para vender na livraria e às vezes escolhia um ou outro título que seria traduzido e publicado pela editora. Segundo o entrevistado, “[...] a Livraria Duas Cidades fazia manualmente o que a Amazon faz hoje. Você queria um livro estrangeiro, podia ser até inglês ou americano, [...] a gente encomendava [...]. Era complicado, [mas a empresa] tinha uma carteira no Banco do Brasil só para fazer isso”. Os funcionários da casa entravam em contato com os clientes quando os livros chegavam ao estabelecimento, incluindo nosso entrevistado, que encomendou algumas obras de Proust e a coleção completa de História Universal de Jacques-Auguste de Thou.

Figura 44. Antonio Candido palestrando na Livraria Duas Cidades



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Pelo serviço de importação estruturado pela empresa, Humberto expressou que embora a editora tenha publicado livros “[...] maravilhosos, [editando] coisas que ninguém teria [editado] [...], a livraria foi, no meu modo de ver, mais importante. Até porque [ela também] vendia todos os livros da editora [e revendia os] livros [importados] que no Brasil você só achava lá, não achava na livraria Francesa”. À vista desse argumento, perguntamos em que medida o livreiro e a livraria poderiam ser considerados formadores de intelectuais, e Humberto retorquiu assegurando que não tinha a menor dúvida de que a loja cumpriu papel formador, mencionando

que no Rio de Janeiro também parecia haver um comércio livreiro com esse perfil. Quanto ao proprietário, sua opinião é de que a solércia do livreiro edificou um forte setor de importações ao estabelecer contatos com editoras estrangeiras, ao mesmo tempo que era hábil e criterioso na seleção dos livros a partir do perfil da clientela da casa. Por outro lado, o livreiro-editor “[...] não tinha a virtude do administrador, do micro administrador, [de] saber administrar uma empresa. [...] Ele trabalhava tanto com amigos subsidiando, acho que o Ciccillo Matarazzo também ajudou, lá para trás, não no meu tempo”. Humberto notou que nosso personagem não era bom gestor quando deixou a empresa e teve outras experiências profissionais, enfatizando que ele cometia deslizos no recolhimento de impostos, em pequenos atrasos no pagamento de salário dos funcionários e na quitação de outros compromissos.

Em seu ponto de vista, Santa Cruz se recusava a dirigir o estabelecimento simplesmente para ganhar dinheiro, citando o exemplo de uma proposta feita por um representante da livraria chamado seu Avelino, que sugeriu ao livreiro: “vamos fazer o seguinte, professor, vamos vender livros de outras livrarias, livros que vendem bem, o senhor pode comprar da editora barato e vender aqui. Deixa comigo, eu faço, não precisa [colocar os livros nas estantes], eu vendo por correspondência”. Avelino preparou o negócio e colocou dois rapazes empacotando livros diuturnamente, os quais eram vendidos por reembolso postal. O proprietário desgostou do que viu, e falou: “a Livraria Duas Cidades não é isso”. Interrompeu o esquema montado por seu Avelino e, nas palavras de Humberto, teve um escrúpulo que os franciscanos da Vozes não tiveram, a qual direcionou sua livraria para um público amplo e fora de um nicho do mercado. Apesar das debilidades administrativas e gerenciais, o entrevistado afirmou que o livreiro-editor era muito respeitado e prestigiado por seus pares, declarando que a empresa fazia parte do SNEL e da CBL, como podemos notar o nome da Duas Cidades entre as livrarias que faziam parte da propaganda¹¹⁸ natalina desta entidade.

Na perspectiva de Humberto, a livraria era uma fonte valiosíssima de livros, sobretudo para a cidade de São Paulo. A loja possuía títulos que não eram facilmente encontrados em outros estabelecimentos livreiros da capital, da mesma forma que os clientes podiam encomendar quaisquer obras estrangeiras. Apesar da íntima ligação com a metrópole, ele enfatizou que a firma também foi capaz de atender outros comércios livreiros no Brasil, citando como exemplo a prestigiosa livraria recifense chamada Livro 7¹¹⁹, que comprava algumas das

¹¹⁸ CBL. Livros dá prêmios no Natal nestas livrarias. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 1976. p. 10.

¹¹⁹ Para Hallewell (*op. cit.*, 2012, p. 695), a Livro 7 “[...] foi uma livraria aberta no dia 7 do mês 7 (julho) de 1970 na rua Sete, que afirmam ser a maior livraria do país sob um teto de vão único: seiscentos metros quadrados de área construída e seis mil títulos em exposição”. Tecendo mais detalhes sobre a história desse estabelecimento, Ubiratan

obras importadas e editadas pela Duas Cidades para revendê-las na capital pernambucana e em outras cidades nordestinas.

A partir de consulta na Livraria Duas Cidades e na Book Centre, a *Folha de S. Paulo* levantou os livros nacionais e importados mais vendidos na última semana do mês de novembro de 1973¹²⁰. Com base na lista dos livros estrangeiros mais vendidos, conhecemos um pouco mais dos preços títulos revendidos e do perfil das importações da loja, como *El verdadero Barba-Azul*, de Georges Bataille (Cr\$ 20,00); *Martinique charmeuse des serpentes*, de André Breton (Cr\$ 9,90); *La Culture contre l'Homme*, de George Steiner (Cr\$ 45,00); *Le theatre et la Revolution*, de Daniel Hamiche (Cr\$ 19,75); e *Legique du Recit*, de Claude Bremond (Cr\$ 100,00). Na semana seguinte¹²¹, o mesmo jornal consultou as livrarias Duas Cidades, Pioneira, Cultura e Book Centre para catalogar os títulos nacionais e internacionais mais vendidos da primeira semana de dezembro de 1973, quando, entre os primeiros, apareceu *A pedra e o Rio*, de Lauro Escorel, publicado pelo selo do nosso personagem (Cr\$ 15,00). Entre os estrangeiros selecionamos dois que figuram na lista, como *La vuelta al día en ochenta mundos*, de Julio Cortázar (Cr\$ 38,00), e *Biologie et Connaissance*, de Jean Piaget (Cr\$ 10,25). A partir dessa relação constatamos que os títulos estrangeiros comercializados pelo livreiro iam da biografia, passavam pela literatura surrealista e latino-americana e alcançavam a crítica literária e a biologia, muitos dos quais eram oriundos de autores renomados em suas respectivas áreas. Levando em conta essa lista, Humberto parece ter razão quando afirmou que outros livreiros compravam os preciosos livros cuidadosamente escolhidos e importados pelo livreiro.

Apesar de o contato profissional entre Humberto e Santa Cruz ter se esgotado no último ano em que nosso entrevistado trabalhou na editora, eles contornaram as divergências e mantiveram a convivência e a amizade. Entre finais de 1974 e 1975, o primeiro notou que o livreiro-editor passou a tratá-lo de modo diferente porque estava insatisfeito com a forma como ele vinha negligenciando a propaganda de alguns livros e outras tarefas da editora. Humberto nos confidenciou que estava desgasto com o trabalho que vinha desempenhando e pediu demissão. Em menos de um ano após ter saído da Duas Cidades, ele visitou nosso personagem

Machado (*op. cit.*, 2008, p. 221-222) relatou que a Livro 7 se antecipou à criação das megalivrarias. Mas a loja fundada por Tarcísio Pereira começou em uma pequena sala comercial do Recife. O livreiro logrou um crescimento exuberante e a partir de 1974 estava localizada num casarão da rua 7 de setembro, e depois foi para um depósito de dois mil metros quadrados. Segundo o autor, a livraria foi um local de resistência à ditadura e recebia escritores famosos, como Gilberto Freyre, Ariano Suassuna e outros. Com o tempo, abriu filiais em Maceió, Campina Grande e João pessoa, chegando “[...] a dominar 70% do mercado livreiro nordestino, que representava (início dos anos 90) 18% do total de livros vendidos no país”. O gigantismo, porém, foi uma das causas que levou a empresa a entrar numa crise financeira nos anos 1990 e fechar suas portas em 1999.

¹²⁰ MAIS VENDIDOS. Livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 dez. 1973. Folha Ilustrada, p. 35.

¹²¹ MAIS VENDIDOS. Livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 dez. 1973. Folha Ilustrada, p. 35.

na livraria e o convidou para almoçar em seu restaurante predileto, o *La Casserole*, localizado no centro de São Paulo e fundado no mesmo ano da livraria editora, em 1954. Foi nessa ocasião que eles se reconciliaram. Durante o almoço, Humberto disse a Santa Cruz: “eu já tive dois pais na vida, um foi o meu e outro foi você. Então, o meu respeito por você é de pai. Você me ajudou, eu cresci na [Duas Cidades]”. A partir daí mantiveram uma intimidade fraterna, a filha de Humberto estagiou na livraria e ele continuou a frequentar a casa.

O testemunho de um ex-funcionário do estabelecimento oferece-nos uma série de nuances sobre o livreiro e a livraria. Por meio de seu relato descobrimos outro constrangimento causado pela ditadura, compreendemos um pouco melhor a relevância do setor de importações para a loja e em que medida ele contribuiu para ampliar a clientela frequentadora do estabelecimento ao ter possibilitado a filmagem de uma sequência do filme *Compasso de Espera* no interior da loja. Um dos pontos altos de seu relato foi o reconhecimento das virtudes e das falhas do proprietário da empresa, identificando no livreiro-editor alguém capaz de construir um setor relevante para a formação de leitores ao mesmo tempo que dirigia o empreendimento cometendo equívocos administrativos que prejudicavam o crescimento da firma. O fato de nosso personagem conduzir seu negócio sem desvirtuar o programa cultural da livraria editora não necessariamente o impedia de quitar seus compromissos em dia e de estabelecer um planejamento que conjugasse uma gestão eficiente com sua visão do livro como um elemento de formação intelectual.

Outro aspecto do depoimento sumamente importante, e que foi recorrente em outras entrevistas, tem a ver com as redes sociais edificadas por Frei Benevenuto/Professor Santa Cruz com personalidades da elite política, financeira e cultural da cidade. Tanto aqui como em outras partes desta tese identificamos os contatos do livreiro-editor com Lucas Nogueira Garcez, Jânio Quadros, Wladimir Toledo Piza, entre outros agentes políticos, sendo que alguns de seus amigos, como Carlos Pinto Alves, Ciccillo Matarazzo, Severo Gomes, Antonio Delorenzo Neto e Antonio Candido foram fiadores da Livraria Duas Cidades nos momentos mais difíceis de sua história. Alguns dos documentos consultados nos acervos que pesquisamos e a costumeira menção de nossos entrevistados a esses e outros nomes que colaboraram com a trajetória da casa nos induz a refletir sobre o papel das elites culturais¹²² na conformação de um estabelecimento que perdurou durante 52 anos na cidade de São Paulo.

A influência e a colaboração dos ilustres amigos de José Petronilo foi crucial para o estabelecimentos sobreviver por cinco décadas. Pessoas como Carlos Pinto Alves e Ciccillo

¹²² SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 259-280.

Matarazzo contribuíram não apenas materialmente com a empresa, mas também colocaram nosso personagem em contato com personalidades distintas do meio político e cultural no mesmo ritmo que propagavam o trabalho do livreiro-editor para distintas parcelas do tecido social e empresarial da capital paulista. Severo Gomes e seu pai foram responsáveis por cederem as salas comerciais da Praça da Bandeira ao mesmo tempo que Severo colaborou financeiramente com a Duas Cidades no momento dos embates com a Ordem Dominicana. Antonio Delorenzo Neto conseguiu trabalho para o Professor Santa Cruz iniciar uma carreira docente e volta e meia intermediava suas relações com outros agentes de peso do meio universitário e político paulistano, viabilizando o aumento de rendimento do livreiro-editor e de seu negócio. Nessa linha de considerações, Antonio Candido e outros docentes e intelectuais foram decisivos para o estabelecimento, seja transferindo seu prestígio para a empresa quando levavam suas obras para serem publicadas pelo selo, seja reinvestindo seus direitos autorais em outras publicações da editora, seja comprando e encomendando as obras da livraria, seja levando amigos, professores e estudantes a frequentarem a casa.

Uma parcela da vida intelectual, política e cultural da cidade de São Paulo passou a estabelecer relações com a livraria e editora por interesses próprios e pela amizade que tinham com Frei Benevenuto/Professor Santa Cruz. Em certa medida, aproveitavam o espaço da livraria e as publicações da editora para reverberar seus projetos no meio social. Alguns realizaram lançamentos de livros, outros indicaram autores para o selo e uma parte, a exemplo de Antonio Delorenzo e Wladimir Toledo Piza, publicaram livros pela casa. Daqueles que faziam parte do meio estritamente intelectual e universitário, aproveitavam a editora para escoar os projetos desenvolvidos por seus orientandos ou publicar as pesquisas que vinham desenvolvendo nas instituições onde lecionavam, havendo até mesmo os que financiavam a publicação de suas obras. O círculo no entorno do livreiro-editor e da Duas Cidades, suas relações com agentes do Estado e das universidades públicas por meio do lançamento de obras, dos livros importados para bibliotecas e clientes da casa deu vazão a projetos artísticos e intelectuais que posteriormente influenciaram os meios acadêmicos e culturais paulistanos e de outras cidades brasileiras. Sabemos que essas elites culturais adquirem status social que lhes permitem amplificar e repercutir suas ações no tecido social, assim como também sabemos que parte dos nossos entrevistados fazem parte dessa elite e são capazes de utilizarem a memória de modo a ocultar ou omitir algumas nuances relacionadas à livraria e ao livreiro. De todo modo, ao longo deste trabalho temos procurado demarcar de que maneira os testemunhos colhidos cobrem assuntos que não constam em outras fontes, enriquecendo a história de um intelectual mediador chamado José Petronilo e de uma casa difusora de bens culturais.

Quando enveredamos pelo depoimento de Maria Antonia¹²³ conhecemos um pouco mais o departamento de importação e os lançamentos realizados na livraria durante os anos 1970. Segundo sua exposição, o setor de aquisição de livros estrangeiros estava no mezanino do estabelecimento e o proprietário reforçou esse departamento nesse período, momento em que ele encomendou não apenas os títulos franceses, mas também obras da Holanda, Suíça, Espanha, Itália, Estados Unidos, Reino Unido, e às vezes da Argentina, México e Venezuela. Podemos constatar a predominância do livro oriundo do país de Émile Zola a partir da matéria publicada na *Folha de S. Paulo*¹²⁴ em 27 de agosto de 1974, que divulgou uma revista e dois livros franceses importados pela Livraria Duas Cidades, *Revue l'architecture d'aujourd'hui*, (n. 171, por Cr\$ 72,00), fundada por André Bloc; *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* (Éditions Seuil, por Cr\$ 101,40), de Nicos Poulantzas; e *Design Graphique* (Éditions du Cheine, por Cr\$ 351,00), de Milton Glaser, com texto de André-Charles Cohen.

Mas em virtude dos planos econômicos do regime civil-militar nessa década, os quais interferiam no reajuste diário do dólar e das taxas alfandegárias, houve encarecimento das importações de livros sem uma contrapartida dos órgãos governamentais em relação à subvenção do negócio livreiro. Notamos a falta de apoio do Estado para o comércio livreiro quando a *Folha de S. Paulo* publicou, em 10 de setembro de 1974, uma página inteira dedicada a refletir sobre crise nesse mercado.

As matérias sobre esse temática consultaram editores, livreiros¹²⁵ ou livreiros-editores, como o nosso personagem em “Quando importar é um bom negócio”, o proprietário do estabelecimento especializado “[...] na importação de livros para a faixa universitária, principalmente dos cursos de pós-graduação”¹²⁶. O diretor da Duas Cidades explicou à reportagem que as possibilidades de venda fora desse nível de especialização eram mínimas, enunciando que a livraria importava de 100 a 200 exemplares de cada título estrangeiro, caracterizando-os como “[...] ‘trabalhos com o que se costuma chamar de livros de erudição’”. A matéria informou que a livraria importava livros italianos, espanhóis, ingleses e franceses, declarando que aparentemente era “[...] um mercado muito rico, mas o Professor Santa Cruz

¹²³ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016.

¹²⁴ LIVROS/LANÇAMENTOS. Importados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1974. Folha Ilustrada, p. 38.

¹²⁵ Outra matéria que é digna de nota chama-se “Por que fechamos”, a qual publica uma carta da Livraria El Dorado, de Ribeirão Preto, sobre o fechamento dessa loja. Nesta epistola há um quadro que apresenta a quantidade de livrarias existentes em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto naquele ano, assim como a média de livrarias em relação à população dessas cidades. Enquanto Campinas (população de 376.407 mil) tinha 5 livrarias por 64.000 mil habitantes, Ribeirão (população 212.000 mil) possuía 6 livrarias por 35.000 habitantes, e a cidade de São Paulo (populações de 5.921,796 milhões) continha 60 livrarias (provável) por 100.000 mil habitantes. Consultar: LIVROS. Por que fechamos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 1974. Folha Ilustrada, p. 40.

¹²⁶ LIVROS. Quando importar é um bom negócio. *Folha de S. Paulo*, 10 set. 1974. Folha Ilustrada, p. 40.

não tem ilusões a respeito. Os descontos para esse tipo de livro varia de 5 a 33%, [sendo que] os baixos são os mais comuns. O livreiro nacional tem em geral 90 dias para pagar, mas os exemplares demoram 60 dias para chegar”. Acrescentaram que “embora a livraria que dirige vivia praticamente das importações (99%), [o proprietário] acha que o livro nacional é o que realmente pode dar alguma margem de lucro”, argumentando que “[...] ‘as livrarias não são obrigadas a fazer estoque. Podem comprar das distribuidoras um ou dois exemplares’”. O repórter concluiu o texto relatando que esse horizonte levou a Duas Cidades a reorientar sua linha editorial ao dar prioridade à publicação de autores nacionais.

Por meio desta reportagem nos acercamos do livreiro, do perfil de importações da livraria, do público leitor das obras estrangeiras, das características (e dificuldades) de comercialização desses títulos, e da decisão de Santa Cruz em mudar a linha editorial do selo para a publicação de autores brasileiros, o que ocorreu justamente na década de 1970, como veremos mais adiante. A despeito do cenário desolador para as importações, Maria Antonia declarou que estudantes e professores precisavam dos livros estrangeiros para suas pesquisas, ressaltando que as livrarias Duas Cidades, Italiana e Francesa eram as grandes casas importadoras em São Paulo, e a Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro. Essas lojas encomendavam desde livros técnicos à literatura, mas a especificidade dessas livrarias era as ciências humanas.

Sob o título “Mudam os temas dos livros”, a *Folha de S. Paulo* publicou, em 31 de julho de 1974, uma matéria sobre a diversidade temática de algumas obras estrangeiras que estavam a ser comercializadas nas livrarias. O texto mencionou que as prateleiras dessas firmas estavam a importar obras sobre “[...] alquimia, sobrenatural, astrologia, parapsicologia, sociedades secretas [...]”¹²⁷ e outros assuntos que aos poucos tomavam o lugar dos romances e ensaios. Das três obras mencionadas, a primeira, *Lumieres de l’Alchimie* (Maison Mame, por Cr\$ 83,20), de Arnold Waldstein, discorria sobre alquimia, a segunda, *Histoire Naturelle du Surnaturel* (editora Albin Michel, sem preço), de Lyall Watson, abordava o sobrenatural, e a terceira, *Sociedades Secretas* (editora Luis de Caral, por Cr\$ 184,00), coordenada por Norman Mackenzie e escrita por autores que refletiram sobre as modalidades desse tipo de organização.

Tanto o primeiro quanto o terceiro livros podiam ser adquiridos na Livraria Duas Cidades. A variedade temática dessas obras nos faz crer que as escolhas do livreiro não eram necessariamente pautadas pelos tipos de assuntos tratados, e sim pela qualidade dos livros e de seus autores. Como nos disse Maria Antonia, a maior parte da vida de Santa Cruz foi dedicada ao universo livreiro e editorial, destacando que ele participou de feiras do livro no Brasil, em

¹²⁷ MUDAM OS TEMAS DOS LIVROS. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 jul. 1974. Folha Ilustrada, p. 13.

Frankfurt, Madrid, Paris e em outros lugares. Nessas ocasiões, ele conhecia as novidades, trazia títulos para serem revendidos na livraria e adquiria os direitos de tradução de obras para serem publicadas pela editora. Ela contou que era habitual vê-lo estudando e pesquisando catálogos e mais catálogos dos selos estrangeiros. Sem mencionar quais títulos foram proibidos, comentou que a firma teve muitos livros barrados pelos órgãos de censura da ditadura¹²⁸. A herdeira da Duas Cidades não mencionou outros constrangimentos do regime à livraria, talvez porque uma parte do público frequentador inibisse ações mais ousadas contra o estabelecimento. Maria Antonia citou os nomes de Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso como frequentadores da loja, acrescentando que Ministros da Cultura e da Educação também iam ao estabelecimento quando estavam em São Paulo, assim como os professores e estudantes da USP e de outras universidades que eram clientes da casa.

Os lançamentos de livros na livraria durante os anos 1970 ocorreram sem interferência direta dos organismos censores. Muitos desses eventos contaram com a participação de políticos, da intelectualidade e de pessoas das classes médias e altas de São Paulo e de outras cidades, o que de certo modo ilustra o raio de segurança do estabelecimento e o espaço de sociabilidade gerado por esses lançamentos. Segundo Maria Antonia, o pintor primitivista José Antonio da Silva¹²⁹ expôs algumas de suas telas na Duas Cidades, onde também publicou e lançou seus livros. O pintor atraía a elite cultural da capital paulista, como Ciccillo Matarazzo, responsável por estabelecer a ponte entre o artista e o livreiro-editor. Na opinião da entrevistada, esses encontros¹³⁰ reuniam intelectuais e amigos do Professor Santa Cruz, da mesma forma que

¹²⁸ No acervo do DOPS/SP (Arquivo Público do Estado de São Paulo) infelizmente encontramos apenas uma relação de correspondências (50-Z-45-305 e 50-Z-045-002/80-2148) que informam os impressos apreendidos por infração regulamentar, como a revista italiana *L'Espresso*, importada pela Duas Cidades em junho de 1971.

¹²⁹ José Antonio da Silva (1909-1996) nasceu em Sales de Oliveira, interior do estado de São Paulo, e faleceu na capital paulista. Aos doze anos idade começou a desenvolver seu autodidatismo desenhando no chão de sua casa e em folhas de café. Com o passar dos anos, começou a desenhar em papelão, depois utilizou tinta em óleo em tábuas de madeira, e em seguida mudou-se para São José do Rio Preto (SP), onde passou a pintar sobre tela, período que produziu seus primeiros quadros posteriormente expostos. José era conhecido por muitos como um pintor primitivista que explorou a cultura popular e caipira em suas telas. A partir de 1946 seus quadros passaram a ser expostos em eventos nacionais e internacionais. Em maio de 2018 fomos à Pinacoteca, onde vimos a exposição de 13 quadros do pintor na sala D do museu, sob o título “José Antonio da Silva: ‘nasci errado e estou certo’”. Dos cinco livros (auto)biográficos que ele escreveu em vida, *Romance de minha vida* (1949) foi editado pelo MAM; *Maria Clara* (1970) – com prefácio de Antonio Candido –, *Alice* (1972) e *Fazenda Boa Esperança* (1987) – com apresentação José Petronilo de Santa Cruz e Paulo Dantas – foram publicados pela Livraria Duas Cidades; e *Sou Pintor, Sou Poeta* (1982) foi publicado pela Livraria Kosmos Editora.

¹³⁰ Os encontros não se resumiam aos lançamentos de livros. Encontramos um anúncio, publicado no dia 15 de junho de 1974 em *O Estado de S. Paulo*, sobre o período de “[...] inscrições para o curso de formação de professores pelo Sistema Montessori, a ser ministrado no segundo semestre pela professora Vera Lagoa. Os interessados devem procurar a Livraria Duas Cidades”. Ver em MONTESSORI, inscrições até dia 28. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 1974. p. 11. Além disso, no arquivo pessoal de Santa Cruz e de sua empresa há uma série de convites, datados dos anos 1990 e 2000, para oficinas de criação em poesia, encontros sobre teatro, literatura, haicai, exposição de origami e cursos de tarô.

era uma oportunidade para o estabelecimento divulgar as obras da casa e de outros selos e autores, como o livro de Alceu Amoroso Lima, publicado pela Paz & Terra e lançado na livraria.

Ambos tiveram seus os livros lançados pela Duas Cidades. Em 1970 foi publicado *Maria Clara*, o segundo título autobiográfico de José Antonio da Silva, cujo enredo inclui o prefácio de Antonio Candido, ilustrações do autor e uma escrita marcada¹³¹ pelo mesmo tipo de lirismo espontâneo e *naïf* que caracterizavam as telas que o projetou internacionalmente. No mês de dezembro de 1971, a *Folha de S. Paulo*, por meio da coluna social de Tavares de Miranda, publicou uma nota informando que o casal Maria Dulce Muller Carioba (filha de Joaquim Carioba e Maria da Penha Muller Carioba – parêlha amiga do livreiro-editor) e Jean Martin Sigrist apadrinhava o novo livro do pintor, que estava sendo editado pela Livraria Duas Cidades e tratava “[...] do cotidiano e de suas entranhas folclóricas e vivenciais do homem do povo”¹³².

Em março de 1972, o casal Maria Dulce e Jean Martin receberam o pintor em sua casa¹³³ para conversarem sobre o lançamento de *Alice*, o terceiro romance autobiográfico do autor, cujo entrecho era “uma espécie de ‘causo’ contado ao pé do fogo”¹³⁴ e acompanhava o prefácio do escritor e crítico literário José Geraldo Nogueira Moutinho. A obra foi publicada e comercializada pela editora de Santa Cruz no valor de Cr\$ 12,00, e a livraria promoveu a noite de autógrafos às 18h30 do dia 28 de abril de 1972¹³⁵. O evento contou com a presença de figuras ilustres da elite sociocultural paulistana e teve o registro fotográfico promovido pela coluna de Tavares de Miranda¹³⁶, que mencionou o comparecimento de Luis Ernesto Kawall, do Sr. e Sra. Joaquim Muller Carioba, de Luis Arrobas Martins, do prefaciador da obra, de Israel Dias Noaves, dos patrocinadores do livro, de Lamberto Ramenzoni, de Luiziro Coutinho, de Carlos Adhemar Campos, do casal Sr. e Sra. Bernard Duchene e de Gunnar Muller Carioba. Já o professor Alceu Amoroso Lima parece ter se deslocado à cidade de São Paulo em agosto de 1974 com o propósito de receber o título de doutor honoris causa pela PUC-SP¹³⁷ e lançar sua obra, *Em busca da liberdade*, editada pela Paz & Terra. A noite de autógrafos de lançamento do livro ocorreu na Livraria Duas Cidades a partir das 18 horas do dia 28 de agosto de 1974¹³⁸ e contou um registro fotográfico¹³⁹ do autor ao lado de Sérgio Buarque de Holanda.

¹³¹ MEMÓRIAS. Maria Clara. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. 1970. Suplemento Literário, p. 2.

¹³² TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 1971. Vida Social, p. 58.

¹³³ TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 mar. 1972. Vida Social, p. 58

¹³⁴ LIVROS NOVOS. Alice. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai. 1972. Suplemento Literário, p. 2.

¹³⁵ LANÇAMENTO. Alice. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1972. P. 3.

¹³⁶ TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 1972. Vida Social, p. 24.

¹³⁷ ALCEU AMOROSO LIMA autografa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1974. Folha Ilustrada, p. 38.

¹³⁸ NOITE DE AUTÓGRAFOS. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1974. Nacional, p. 3; NOITE DE AUTÓGRAFOS. *O Estado de S. Paulo*, 28 ago. 1974. P. 5.

¹³⁹ TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 set. 1974. p. 28.

Os livros de José Antonio da Silva e Alceu Amoroso Lima exibidos na livraria com direito a noite de autógrafos é um fato revelador de como a elite cultural e intelectual da cidade se relacionava com a Duas Cidades, seja financiando os eventos ou as publicações de autor, seja prestigiando esses acontecimentos. Apesar de Ciccilo Matarazzo não figurar na lista de pessoas participantes do lançamento do livro do pintor primitivista não invalida suas ações de apresentar José Antonio ao então Frei Benevenuto, de ter publicado a primeira obra do autor/pintor pelo selo do MAM, assim como ele pode ter sido quem solicitou ao casal Maria Dulce Müller Carioba e Jean Martin Sigrist para financiarem a obra e o evento, sendo que os pais da menina eram amicíssimos de Santa Cruz e faziam parte da elite social da cidade. Também notamos o círculo intelectual no entorno da livraria e a rede de contatos do livreiro-editor quando abriu as portas de sua casa para realizar a noite de autógrafos do livro de Alceu editado por outro selo, ocasião que motivou a presença de Sérgio Buarque de Holanda na livraria, intelectual que era conhecido do livreiro-editor desde os tempos em que este portava o hábito dominicano.

Esses eventos atraíam uma parcela da elite ilustrada, financeira e cultural da cidade também em razão do prestígio que nosso personagem e sua empresa foram construindo desde o período religioso. O livreiro e a livraria sempre se relacionaram com esses grupos, em especial com os intelectuais e universitários quando orientou seu estabelecimento para a cidade dos homens. Maria Antonia¹⁴⁰ nos disse que o caráter formador da livraria não era exclusivamente circunscrito aos estudantes e docentes paulistanos, que durante os anos 1970 e 1980 se dirigiam à loja para comprarem livros ou solicitarem a encomenda de obras relevantes para suas pesquisas. Ela relatou que o professor e crítico literário Benedito Nunes, de Belém do Pará, era um dos clientes da Duas Cidades e da Francesa quando viajava para São Paulo, da mesma forma que docentes e intelectuais do Rio Grande do Norte e da Bahia passavam pela livraria ou entravam em contato por telefone solicitando a importação de um ou mais livros. A herdeira do estabelecimento afirmou que a livraria ainda era um ponto de referência importante desse público no decênio de 1980, mas aos poucos deixou de promover lançamentos de livros, noites de autógrafos e receber seus clientes em virtude da deterioração do centro de São Paulo.

Apesar disso, ela expressou que o aspecto formador da casa estava relacionado às áreas de ciências humanas e sociais – filosofia, sociologia, política, história, literatura francesa e espanhola, cinema, teatro e música. Mas no decorrer dos anos ampliaram a temática dos títulos comercializados para Arquitetura e Urbanismo, Arte e outras áreas do conhecimento, abertura

¹⁴⁰ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016

que pode ser identificada na nota publicada em *O Estado de S. Paulo*¹⁴¹, que enunciou a Duas Cidades como a única distribuidora do livro *O alicerce cultural da China*, de Ricardo Joppert (publicado pela Avenir Editora), na capital paulista, obra cuja temática versava sobre a filosofia, história, arqueologia, arte e antropologia chinesa.

O depoimento de Maria Antonia nos chamou a atenção para dois aspectos relevantes que temos procurado examinar neste trabalho; a livraria como um espaço de sociabilidade por meio de seu público frequentador, e os outros estabelecimentos concorrentes da Duas Cidades, os quais eram importadores de livros e dedicavam-se à área de ciências humanas. Mais adiante analisaremos um pouco mais sobre como era o campo¹⁴² de livrarias que disputavam o mercado e a clientela com a casa do Professor Santa Cruz. Para compreender como ele e sua loja lutavam por um espaço no comércio de livros, desde o princípio estamos a identificar e caracterizar o ponto de vista do nosso personagem sobre o mundo do livro. Também buscamos situar em que lugar do quadrante de livreiros (livreiros-editores ou editores) ele desenvolveu sua atividade na tanto na fase de Deus como na fase dos homens, de modo que nos colocamos a missão de objetivar o pensamento e a ação do livreiro-editor “[...] e a origem de suas representações”¹⁴³.

Examinamos a trajetória de José Petronilo, desde sua formação educacional fortemente ligada ao meio religioso dominicano até os meios que ele utilizou para aplicar e projetar suas experiências pessoais e profissionais na atividade como livreiro-editor. Outrossim, verificamos de que maneira as ações desencadeadas por seu trabalho o influenciaram em seu ofício, formando, assim, seu *habitus*¹⁴⁴ no universo do livro e da edição, a partir do qual ele conduziu sua profissão e delimitou sua área de atuação. O campo livreiro e editorial, como outros campos culturais, funcionam de modo “[...] bastante semelhante a um jogo – [...] e, finalmente, há regularidades imanentes a um campo, sanções, censuras, repressões e recompensas, sem que nada disso tenha sido instituído”¹⁴⁵. Quando as regras do jogo se tornam definidas e delimitadas, quando os participantes reúnem as condições de institucionalização, o campo ao qual pertencem adquiriu autonomia. Assim, o mercado editorial conquistou sua autonomia a partir dos anos 1950, ao passo que o comércio livreiro parece alcançar sua autonomia a partir dos anos 1970.

Ao alinhavarmos as relações do livreiro e da livraria com outros estabelecimentos e personalidades do meio cultural e universitário pretendemos identificar os mecanismos de

¹⁴¹ O ALICERCE cultural da China. Distribuição em São Paulo: Livraria Duas Cidades. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1978. p. 13.

¹⁴² BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Ensaio Geral; 3). p. 27.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 49.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 57-68.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 73-74.

sociabilidade, as relações entre indivíduos de uma determinada classe social, o perfil dos livros importados e o tecido social do público frequentador e leitor. Um campo cultural organiza-se diferentemente de um campo estritamente econômico, na medida em que a questão monetária no mercado de bens culturais está relacionada à produção simbólica, a qual considera o lado estético e intelectual contra o desejo imediato do lucro e da acumulação de capital, fundamentando-se “numa capacidade de reflexão, de autorreflexão, de consciência de si”¹⁴⁶. Ainda assim, os campos econômico e cultural se relacionam com outros campos (a exemplo do político) que interferem direta ou indiretamente no funcionamento do campo livreiro e editorial. Como exemplo, podemos mencionar que as mudanças dos planos econômicos governamentais implicavam no planejamento das livrarias e das editoras, da mesma forma que o crescimento do campo acadêmico gerava um flanco de atuação para os estabelecimentos ligados ao mundo do livro. Diante dessas premissas, objetivamos o livreiro-editor e sua empresa considerando seu espaço¹⁴⁷ de atuação, as dificuldades, censuras e coações que eram impostas a ele e ao estabelecimento, procurando examinar como a sua rede de relações e de concorrência interferia no modo como ele definia a linha dos livros editados, importados e comercializados pela casa.

Por meio do relato da professora Laura de Mello e Souza¹⁴⁸ avançamos na compreensão do espaço ocupado por Santa Cruz e seu estabelecimento no campo livreiro. Na sua opinião, a Duas Cidades, em São Paulo, “[...] era a livraria, por excelência, de ciências humanas [...]” até os anos 1980. Assim que ingressou no curso de História da USP, ela e seu amigo combinavam de ir à livraria; ele comprava os livros de história medieval e ela adquiria os livros de seu interesse. Frequentar o circuito livreiro do centro da cidade era um programa que ela e suas amigas faziam quando iam à Duas Cidades, Francesa, Kosmos e Italiana.

A afirmação da historiadora e de outros entrevistados sobre o perfil temático dos livros importados e comercializados pela casa vai ao encontro de uma propaganda das livrarias Saraiva, Duas Cidades e Hucitec publicada na *Folha*. Esses estabelecimentos divulgaram a possibilidade de venda de títulos a crédito, sendo que a Duas Cidades foi identificada como uma loja especializada em ciências humanas e cuja maioria das obras eram importadas da França, Espanha, Inglaterra, Holanda, Suíça, Estados Unidos, Argentina, México e outros países latino-americanos. “O crediário é oferecido para as compras superiores a 600.000 no sistema de duplicatas, cada uma valendo o mínimo de 200.000. Os preços variam nas 2 Cidades vai de 15,00 (livros de bolso) até 12 mil cruzeiros – EDIÇÃO DE UMA POESIA MEDIEVAL

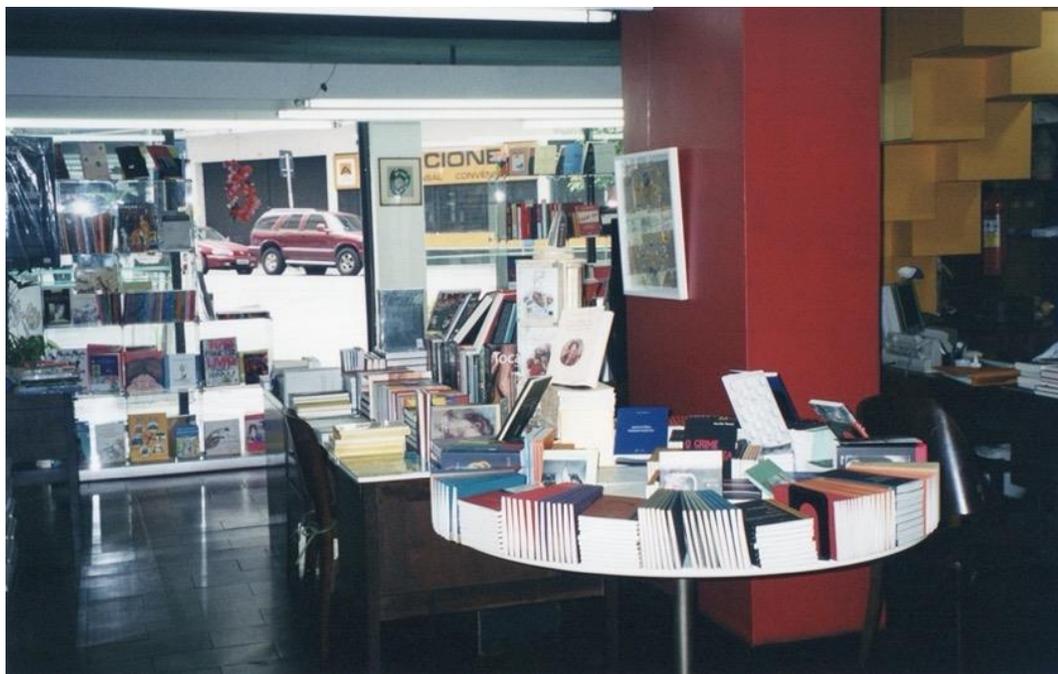
¹⁴⁶ Ibid., p. 90.

¹⁴⁷ Ibid., p. 100.

¹⁴⁸ Laura de Mello e Souza, entrevista, 01 out. 2020.

e 18 mil cruzeiros (edição de arte)¹⁴⁹. Ao final mencionaram que as entregas em domicílio seriam realizadas somente se o cliente residisse nos arrabaldes da livraria.

Figura 45. Fotografia do interior da livraria – hall de entrada



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Para Lara de Mello e Souza, o Professor Santa Cruz era um bom livreiro porque sabia escolher os títulos adquiridos para o acervo da loja e atendia o público universitário de distintas disciplinas. Ela comentou que era possível encontrar títulos de filosofia, literatura, história, ciências sociais, geografia e muitas obras de psicologia¹⁵⁰, expondo que seus amigos psicanalistas iam amiúde ao estabelecimento. Antes da degradação do centro da cidade durante os anos 1980, a historiadora declarou que a livraria ficava numa região charmosa, a alguns metros do teatro Aliança Francesa na rua General Jardim, da confeitaria Dulca quando localizada na avenida Vieira de Carvalho, de alguns restaurantes icônicos, citando o A Baiúca

¹⁴⁹ LIVROS A CRÉDITO. Livrarias Saraiva, Duas Cidades e Hucitec. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 out. 1977. *Folha Ilustrada*, p. 39. Grifos no original.

¹⁵⁰ Em 17 de setembro de 1978, a livraria anunciou na *Folha de S. Paulo* um conjunto de obras importadas na área de literatura espanhola e francesa, alguns livros de poesia, filosofia e sociologia. Comunicou, ademais, que estava “[...] aceitando encomendas para a edição das obras completas de Jung, em tradução inglesa ‘Collected Works of C. G. Jung’, em 20 volumes. Preço da coleção: Cr\$ 12.000,00, para os pedidos feitos à Livraria até 15.X.78. Data prevista para entrega da coleção: dezembro de 1978”. Consultar: OS LIVROS DO MÊS. Livraria Duas Cidades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1978. *Folha Ilustrada*, p. 59.

da Praça Roosevelt, e o *La Casserole* do Largo do Arouche, ao mesmo tempo que ressaltou as instituições universitárias circunscritas nas imediações da rua Bento Freitas.

Na correspondência eletrônica que trocamos com a historiadora, ela aceitou contribuir com esta tese alegando que “[...] a Duas Cidades foi um farol para vida intelectual paulistana dos anos 1960 a 1980”. Aproveitamos a entrevista para questioná-la por qual motivo a livraria foi esse foco luminoso para a intelectualidade da cidade, ao que ela respondeu: “porque era tudo de bom, porque tinha muito bom gosto para escolher os livros, porque encomendava os livros, porque tinha o Bené, que era o mais simpático dos livreiros”. A historiadora recordou das diversas vezes que seu pai chegava em casa com um livro comprado na Duas Cidades para a sua mãe, que raramente ia à livraria. Em suas lembranças, um dia seu pai “[...] chegou com o livro do Mikhail Bakhtin sobre o Rabelais, e acho que mamãe foi a primeira pessoa no Brasil que usou esse livro [comprado] na Livraria Duas Cidades”. Por essas e outras que ela enxerga a casa de Santa Cruz como um farol da vida intelectual paulistana, mesmo reconhecendo que outras pessoas poderiam mencionar outras livrarias importantes para suas formações. “[...] Quer dizer, são livrarias icônicas, eu acho a Leonardo da Vinci no Rio, que tinha dona Vanda, e o Bené em São Paulo, na Duas Cidades. Eu não peguei a Jaraguá na geração do papai. [...] Para mim, o meu farol era a Duas Cidades”.

Uma das razões para a casa ser um ponto de referência para a entrevistada tem a ver com a abertura do livreiro, um homem de espírito esclarecido e despedido de preconceitos. As facetas do livreiro podiam notadas na arquitetura (ver figura 45) da loja, que “[...] era uma livraria bonita, de bom gosto, requintada, sofisticada, com livros que não estavam lá para... não tinha *best-seller* na Livraria Duas Cidades, que eu me lembre”. À vista dessas características, Laura sustenta que a livraria abasteceu de duas a três gerações de universitários da área das humanidades, quem precisava dessas obras e enxergavam na livraria o meio para adquiri-las. Ao final da entrevista, ela nos disse que volta e meia pega alguns de livros de sua biblioteca pessoal e se dá conta de que comprou as obras na Marcabru, Leonardo da Vinci e Duas Cidades, três livrarias que foram indispensáveis para sua trajetória pessoal e profissional.

Mas o trabalho da livraria não se restringia à loja. Por meio do acervo pessoal do livreiro-editor e da *Folha de S. Paulo* descobrimos que a empresa levou sua marca e seu acervo para a quinta e sexta Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Foi somente no ano de 1970 que “[...] a indústria livreira sentiu-se suficientemente segura para organizar, [...] no Parque Ibirapuera, [...] a primeira das bienais internacionais do livro, trazendo da Argentina, para sua

abertura, o decano da literatura latino-americana, Jorge Luis Borges”¹⁵¹, evento que contou com a participação de 23 países. Em 1972 ocorreu a segunda Bienal, com 140 expositores incluindo as editoras universitárias, enquanto na quinta, ocorrida entre os dias 11 e 20 de agosto de 1978, foi frequentada por um público de 250 mil pessoas e recebeu por volta de 1200 editoras.

Figura 46. Duas Cidades na Vª Bienal do Livro de São Paulo (1978)

OS LIVROS DO MÊS	
ELIADE, M. — Ocultismo, brujeria y modos culturales	152,00
FICHTE, J.G. — Doctrina de la ciencia	315,00
GENTILUCCI, A. — Guia para escuchar la musica contemporánea	304,00
JAKOBSON, R. — Ensayos de lingüitica general	350,00
JUNG, C.G. e Wilhem, R. — El secreto de la flor de oro	198,00
LACAN, J. — Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis.	385,00
MALMBERG, B. — Teoría de los signos	133,00
WAIMANN, F. — L. Wittgenstein y el Circulo de Viena	143,00
ADORNO, T.W. — Philosophy of modern music	475,00
CHAUCER — The Canterbury Tales	95,00
AGNI YOGA SERIES — Agni Yoga 1929	304,00
AGNI YOGA SERIES — Heart 1932	304,00
HEIDEGGER, M. — On time and being	95,00
BENEVOLO, L. — La avventure della città.	288,00
SVEVO, I. — Senilità	135,00
SVEVO, I. — Una vita.	135,00
AUGUET, R. — Le juif errant.	410,00
CARUSO, I.A. — La psychanalyse contre la société?	402,00
KRIEGLER, A. — Les juifs et le monde moderne.	344,00
SAUVY, A. — Coût et valeur de la vie humaine	344,00
TODOROV, T. — Théorie du symbole	483,00
VISITE O NOSSO STAND (Nº 29) na Vª BIENAL DO LIVRO (IBIRAPUERA), DE 11 A 20 DE AGOSTO.	
LIVRARIA DUAS CIDADES — Rua Bento Freitas, 158	
Telefone: 220.5134.	

Fonte: OS LIVROS DO MÊS. Livraria Duas Cidades. *Folha de S. Paulo*, 13 ago. 1978. Ilustrada, p. 65.

Na *Folha* encontramos dois vestígios da participação da casa de Santa Cruz nessa quinta edição da bienal. No primeiro vestígio, a loja anuncia os livros estrangeiros do mês que estavam a ser comercializados no estande do estabelecimento no pavilhão do Parque Ibirapuera (ver figura 46). E depois encontramos o seguinte anúncio: “[...] no stand da Livraria Duas Cidades, a partir das 19 horas, lançamento do livro de Joan Dassin ‘Política e Poesia em Mário de Andrade’”¹⁵², livro publicado pelo selo do livreiro-editor, prefaciado por Telê Ancona Lopez e

¹⁵¹ HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 630. Sobre as Bienais do Livro no Brasil, o autor diz: “De 1970 a 1981, São Paulo detinha o monopólio de uma feira de livros internacional na forma de sua Bienal do Livro; a partir dessa data, o Rio também passou a ter a sua feira, nos mesmos moldes, proporcionando ao Brasil uma feira internacional do livro por ano”. *Ibid.*, p. 669.

¹⁵² LANÇAMENTO. Vª Bienal Internacional do Livro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1978. *Folha Ilustrada*, p. 33.

resultado de uma tese de doutoramento da autora em Pensamento e Literatura Modernos da Universidade de Stanford, Califórnia.

Figura 47. Santa Cruz e o Ministro Eduardo Portella na VIª Bienal do Livro (1980)



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

No arquivo pessoal de José Petronilo há um registro fotográfico da Livraria Duas Cidades na VIª Bienal do Livro de São Paulo. Realizada em agosto de 1980, o evento reuniu 180 estandes e um público de aproximadamente de 500 mil pessoas que visitaram a exposição apesar dos desentendimentos entre algumas editoras e a organização da bienal. Santa Cruz levou uma estande de seu empreendimento, como podemos notar no retrato (ver figura 47) do livreiro-editor acompanhado do então Ministro da Educação, Cultura e Desporto Eduardo Portella¹⁵³.

Outro depoimento a entoar mais traços distintivos do livreiro e da livraria veio por meio do relato de Rogério Cezar de Cerqueira Leite¹⁵⁴, físico, engenheiro eletrônico e docente emérito da UNICAMP, onde foi professor titular de 1970 a 1987. Antes de se tornar um dos

¹⁵³ Eduardo Portella (1932-2017) foi escritor, editor, conferencista, membro da Academia Brasileira de Letras, Ministro da Educação, Cultura e Desporto, e diretor da Biblioteca Nacional nomeado pelo presidente FHC. Durante os anos 1950 e 1960 dedicou-se a docência universitária em instituições nacionais e internacionais, depois fundou a editora Tempo Brasileiro na década de 1960 e assumiu o ministério em março de 1979, no governo João Figueiredo. Considerado um ministro liberal e sem pulso para lidar com uma greve de professores universitários ocorrida durante sua gestão, ele conduziu o ministério até dezembro de 1980. Era contra a censura e defensor do decreto que restringia o ingresso de editoras no setor de livros que não tivessem ao menos 60% do capital nacional. Para maiores informações, consultar: HALLEWELL, *op. cit.*, 2012, p. 594; 659; 759.

¹⁵⁴ Rogério C. de Cerqueira Leite, entrevista, 10 set. 2018.

autores com o maior número de títulos (ver tabela 6) publicados pela Duas Cidades, Rogério passou a frequentar a loja porque morava naquela região da cidade. O entrevistado disse que conheceu o Professor Santa Cruz “[...] como dono da livraria, que tinha um diferencial porque entendia do que vendia. Ele era leitor assíduo, isso fazia uma diferença. Eu me lembro que Antonio Candido era um amigo, digamos, dileto. [...] E tinha muita gente entre os intelectuais paulistas que circulavam pela livraria”. Também expôs que houve um momento durante os anos 1980 que o livreiro convidou ele, José Mindlin e outros amigos para serem sócios da Duas Cidades, porém a iniciativa não prosperou porque eles não tinham condições de sanar a dificuldade financeira da empresa.

Ao questionarmos como ocorreu a aproximação do autor com o livreiro-editor, Rogério disse que havia uma afinidade intelectual entre eles. Com o passar dos anos, eles estreitaram a amizade, o livreiro sabia que o físico morava em um sítio em Valinhos nos finais dos anos 1970, e certo dia Santa Cruz perguntou a Rogério se ele, Maria Antonia e uma senhora que não se recorda o nome poderiam passar uma semana nessa chácara. Esse episódio lhe deu a impressão de um certo ativismo político de José Petronilo, que parecia estar “[...] se escondendo de alguma coisa ou procurando abrigo”, o que supomos estar relacionado ao pedido de busca solicitado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), como vimos no terceiro capítulo.

Outro curioso trecho do depoimento tem a ver o fato de o professor Rogério ter contratado nosso personagem para criar sua brasileira e depois o convidou para integrar o conselho editorial do Folhetim¹⁵⁵, então suplemento dominical da *Folha de S. Paulo*. O entrevistado pediu para o livreiro adquirir não apenas a brasileira da José Olympio, mas uma brasileira que envolvesse temas e problemas brasileiros de quaisquer outras editoras. E o do físico foi atendido pelo livreiro e Maria Antonia. Em decorrência dessa aproximação, Rogério, que coordenou o Folhetim por aproximadamente um ano, convidou Santa Cruz, Severo Gomes, Paulo Mendes da Rocha, Eunice Duhren, Miguel Reale Jr., J. A. Guilhon Albuquerque e Joelmir Beting para integrarem o conselho editorial desse suplemento entre finais de 1981 até meados de 1982¹⁵⁶, ocasião que José Petronilo participou ativamente do conselho segundo o relato do físico.

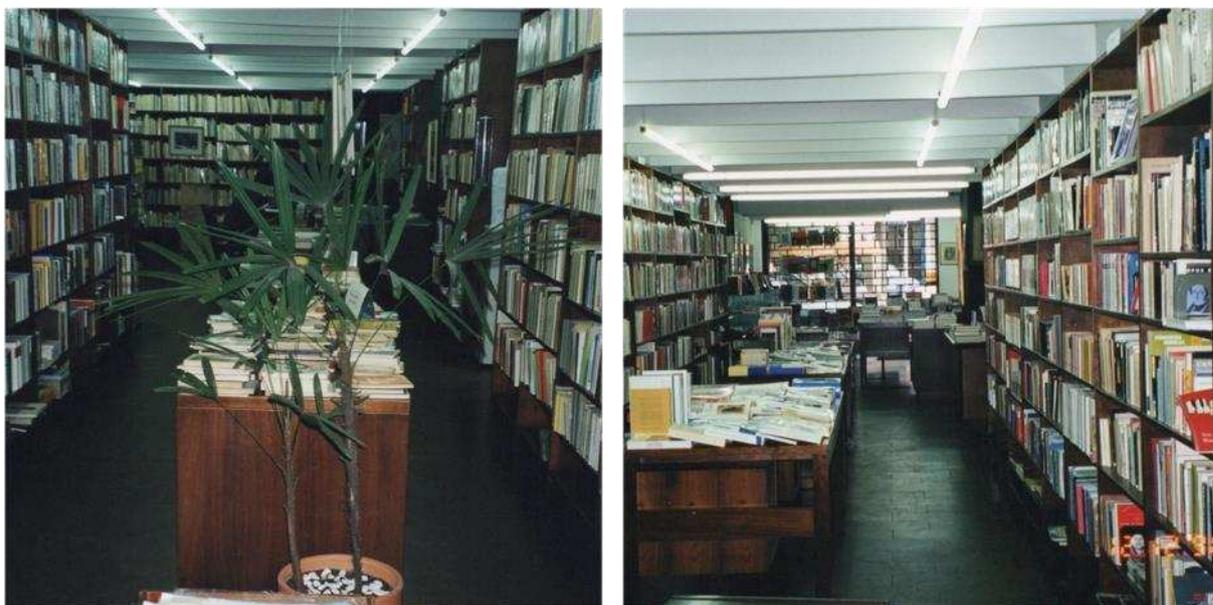
Em suas palavras, o livreiro “[...] era um intelectual competente, conhecia muita coisa: [...] literatura italiana, francesa, americana, alemã, brasileira. Tudo que a gente pedia, ele

¹⁵⁵ Fundado em 1977 pelo jornalista Tarso de Castro, Folhetim era um suplemento dominical da *Folha de S. Paulo* publicado até 25 de março de 1989. Esse caderno especial do jornal tratava de assuntos artísticos, culturais e até mesmo políticos, integrando pessoas de renome intelectual, político e cultural durante sua existência.

¹⁵⁶ O nome dos integrantes do conselho e o período que José Petronilo integrou a comissão editorial do Folhetim foi desvendado a partir da pesquisa que fizemos no acervo digital da *Folha*, de modo que nos responsabilizamos por eventuais falhas nos anos que Santa Cruz fez parte do conselho coordenado pelo professor Rogério.

importava”. Um pouco mais adiante, ele expôs que durante os anos de repressão houve muitos professores e intelectuais que desejavam ter a liberdade de dizer o que pensavam mesmo diante da censura, e Rogério sublinhou que Santa Cruz apoiava essas iniciativas na livraria. Em sua opinião, o livreiro-editor “[...] era uma dessas figuras que a presença estabiliza as coisas, fazia com que tudo fluísse com naturalidade”, considerando que a loja “era um lugar realmente de sossego. Algumas livrarias procuram ser isso de maneira artificial, mas [esse espaço foi criado] com tal naturalidade que pessoas de esquerda [...]” e de outras tendências políticas frequentavam o local pelas mesmas razões. O espaço propiciava uma atmosfera de estabilidade (ver figura 48) que fazia os clientes se sentisse bem dentro daquele espaço. Por vezes nosso entrevistado e estudantes iam à loja para ver as novidades e ler, como um dia ele viu sua sobrinha passando horas na loja. Em suas palavras, “[...] você podia folhear os livros, pegá-los da prateleira, ficar à vontade [enquanto os lia], depois voltava para a prateleira. Isso era muito bom: não era apenas uma livraria, era também uma biblioteca”. Enquanto estava ali, ele se desvinculava da realidade corriqueira e do nível ordinário da política em tempos de ditadura.

Figura 48. Fotografias do interior da livraria – corredor de acesso ao fundo da loja



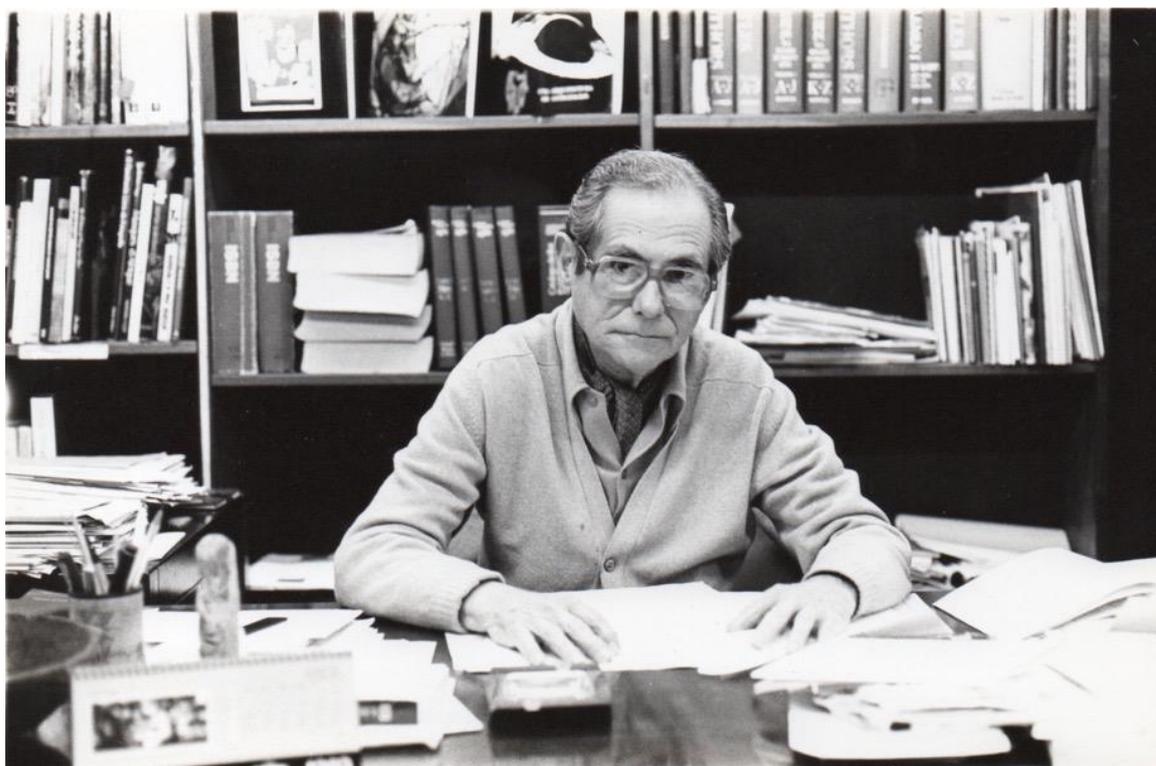
Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Roberto Schwarz¹⁵⁷ foi outro ilustre cliente, autor e assíduo frequentador da casa. Não apenas se dirigia ao estabelecimento para comprar livros, mas também palpitava nas edições do selo, afirmando que se tornou amigo da Mara (assistente editorial), da Maria Antonia e do

¹⁵⁷ Roberto Schwarz, entrevista, 17 jun. 2020.

Professor Santa Cruz, com quem conversava muito sobre política brasileira. Seu relato reforça outros depoimentos que avaliaram a loja como um espaço simpático e preñado de bons livros, declarando que o livreiro tinha habilidade para indicar muitas das obras que os clientes adquiriam. Segundo Roberto, a seleção dos títulos comercializados era muito inteligente até por se tratar de uma loja pequena, “[...] então o estoque de livros era muito criterioso, e sempre se encontrava coisas boas lá. [...] Era uma ótima livraria, era uma livraria simpática, era bonita, estantes bonitas, a disposição do espaço era bonita, e lá no fundo, no cantinho, tinha a mesinha do Santa Cruz” (ver figura 49). O autor e cliente da casa declarou que a Mara trabalhava no mezanino e Maria Antonia era vendedora da livraria, enquanto o livreiro-editor recebia os leitores e amigos do estabelecimento, que se sentavam na cadeira disposta à frente de sua mesa de trabalho para conversarem sobre política, literatura, cultura e outros assuntos.

Figura 49. Professor Santa Cruz em sua mesa de trabalho na Livraria Duas Cidades



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Tendo em vista que o crítico literário tinha o hábito de conversar com nosso personagem, questionamos se ele saberia identificar a filiação política de José Petronilo. Em sua opinião, “[...] o que eu posso te dizer é que ele era um homem de posições de esquerda, muito atento à política brasileira, muito cético; tinha um lado, digamos, quase amargo em relação ao que era possível no Brasil. [...] Ele tinha a posição dos brasileiros progressistas”. Quanto à faceta

intelectual do livreiro-editor, Roberto Schwarz enunciou que “[...] ele era um intelectual sem dúvida nenhuma, [...] interessado em tudo que dizia respeito ao espírito. Gostava de discutir muito, era um homem afável, muito educado [...]”. Prosseguimos a entrevista questionando qual era o grupo de frequentadores da Duas Cidades, ao que ele expôs que era habitual encontrar conhecidos na livraria, argumentando que se tratava de um “[...] um público entre uspiano e intelectualizado, tinha gente que não era da USP, [mas] que era do âmbito das letras, das ciências sociais, [...] da história [...] e da teologia. [...]”. E tinha bastante [gente] de poesia, você encontrava os poetas concretistas [...]”.

O crítico literário e intelectual uspiano foi um dos poucos entrevistados a mencionar a presença de poetas na loja. Apesar disso, os concretistas e outros poetas frequentaram a casa e publicaram pela editora, assim como o livreiro comercializou títulos de poesia de vanguarda na livraria. Por meio da *Folha de S. Paulo* encontramos uma reportagem sobre *Inverso*, obra de Florisvaldo Menezes editada pelo selo Inversão e com prefácio de Ronaldo Azeredo. Em 11 de setembro de 1973, uma leitora afirmou ao redator jornal que tinha lido a matéria sobre o livro de Florisvaldo, ficou interessada na obra e perguntou onde poderia adquiri-la, ao que o redator respondeu: “segundo o autor seu livro encontra-se à venda na Livraria Duas Cidades e na Alameda Alcás, 830”¹⁵⁸. Outra reportagem da *Folha* que identifica a livraria como um ponto de venda e distribuição da poesia de vanguarda pode ser comprovada em “A preferência dos poetas da revista ‘Muda’”¹⁵⁹, matéria assinada por Nei Duclós que registra a venda dessa publicação na Duas Cidades e nas bancas do Rio e de São Paulo, periódico que reunia os poetas Carlos Ávila, Régis Bonvicino, Waly Salomão, Walter Silveira, Paulo Leminski, entre outros.

Sobre o posicionamento geográfico da livraria na cidade de São Paulo, Roberto Schwarz comentou que era uma região muito boa de frequentar até ocorrer a degradação do centro da cidade. Em suas recordações, disse que era habitual ele e seus colegas irem caminhando tranquilamente da faculdade até o estabelecimento, mas depois as pessoas tinham receio de andar por aquela região, o que em sua opinião afetou a Duas Cidades, a Francesa e outras lojas que faziam parte de um centro cultural abandonado. Posteriormente questionamos se a casa do Professor Santa Cruz era um espaço de discussão de projetos culturais que posteriormente eram levados para o âmbito universitário ou de outras instituições, ao que ele argumentou que os lançamentos de livros na livraria eram momentos animados, reuniam professores e estudantes a prestigiarem publicações de ponta num local que ele considerava um centro intelectual, onde os participantes desses eventos discutiam e refletiam sobre o Brasil.

¹⁵⁸ O LEITOR CRÍTICA. Livro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1973. p. 32.

¹⁵⁹ DUCLÓS, Nei. A preferência dos poetas da revista “Muda”. *Folha de S. Paulo*, 5 dez. 1977. Ilustrada, p. 23.

Os relatos dos professores Rogério C. de Cerqueira Leite e Roberto Schwarz revelaram algumas nuances da livraria e do livreiro. O primeiro considerou um certo ativismo político do Professor Santa Cruz sem saber ao certo qual seria a dimensão desse ativismo, declarando, porém, que o livreiro-editor propiciava discussões na livraria e publicações pela editora sem se intimidar com os órgãos censores da ditadura civil-militar, colocando sua empresa a serviço da cultura e da abertura política em tempos de exceção. O testemunho do segundo corroborou a ideia da livraria como um ponto de encontro de universitários e intelectuais, oferecendo-nos alguns detalhes da postura política do livreiro, identificando-o como uma pessoa de esquerda e progressista, que embora estivesse desiludido com as possibilidades de mudança do regime no país, estava interessado em debater os problemas e os impasses da nação. Ambos dizem que o livreiro era um grande leitor, tinha a habilidade de indicar as obras para a clientela e foi responsável por livros importados de grande valia para o público da livraria.

O depoimento do professor Davi Arrigucci Jr.¹⁶⁰ vai ao encontro dessas reflexões. Como a historiadora Laura de Mello e Souza, o crítico literário tinha o costume de frequentar o circuito livreiro do centro da cidade, sugerindo que durante os anos 1960 foi cliente habitual da Pioneira, e aos poucos passou a frequentar a Francesa e a Duas Cidades. Num primeiro momento, os livros de filosofia foi o que chamou sua atenção na livraria, onde havia uma diversidade de títulos nessa área temática, o que em sua opinião tem a ver com a sólida formação do livreiro-editor em filosofia e teologia. Pouco a pouco, a livraria tornou-se um centro revendedor das literaturas em geral, sobretudo da literatura hispano-americana, que era a área de atuação do professor Davi Arrigucci Jr. quando começou sua carreira docente. Muito dos livros de filosofia e literatura de sua biblioteca pessoal foram adquiridos na Duas Cidades, onde comprou uma obra do filósofo italiano do século XVIII chamado Giambattista Vico e outras do escritor russo Anton Tchekhov. A loja era próxima da sua residência na rua dona Veridiana, que depois se tornou seu escritório e acervo particular, onde ele possui mais de vinte mil livros que começaram a ser colecionados a partir dos anos 1960. Em suas palavras, “[...] fui formando uma biblioteca que em parte foi munida pelo professor José Petronilo de Santa Cruz, que tinha essa paixão pelas letras [...]. Conheci ele [quando eu estudava na USP da rua] Maria Antônia”.

Antes de continuarmos o diálogo com o testemunho do crítico literário, encontramos duas reportagens publicadas pela *Folha de S. Paulo* que confirmam as importações da livraria para a literatura hispano-americana e de outras nacionalidades. A primeira delas, de 1 de junho de 1974¹⁶¹, informa que estava disponível na Duas Cidades o livro *Solo a Dos Voces* (por Cr\$

¹⁶⁰ Davi Arrigucci Jr., entrevista, 16 jun. 2020.

¹⁶¹ POESIA E FIM DO FUTURO, segundo Octavio Paz. *Folha de S. Paulo*, 1 jun. 1974. Folha Ilustrada, p. 25.

80,00), publicado pelo Editorial Lumen e de autoria do poeta, ensaísta e diplomata mexicano Octavio Paz em parceria com jornalista espanhol Julián Ríos. Wladyr Nader anunciou outros livros na *Folha* em 24 de setembro de 1974¹⁶², os quais eram das áreas de literatura, teoria literária e cultura, e estavam a ser comercializados pela loja. As obras eram *Octaedro*, de Julio Cortázar (selo Alianza Editorial e vendido por Cr\$ 27, 60); *Teorías de la Cosmología Moderna*, de Jagjit Singh (Alianza Editorial por Cr\$ 64,40); *Mystics Chinese*, escrito por diversos autores (Harper e Row por Cr\$ 29,40); e *The generation of Syntactic Structures from a Semantic Base*, de W. J. Hutchins (North-Holland Publishing por Cr\$ 184,14).

Davi Arrigucci Jr.¹⁶³ aproximou-se do Professor Santa Cruz devido a suas idas recorrentes à Livraria Duas Cidades. Nos primeiros anos, o entrevistado nos disse que o proprietário da casa descia do mezanino para conversar com as pessoas, afirmando que ele era “[...] um homem falante e gostava de comunicação social, [...] [assim como o ambiente] era muito acolhedor, [característica particular de muitas] livrarias antigas”, ressaltando que alguns livreiros conheciam o acervo e as novidades que tinham adquirido, e assim tornavam-se um ponto de atração da clientela. Segundo o crítico literário, durante anos ele manteve o hábito de fazer caminhadas pelo centro da cidade para refletir sobre o que estava escrevendo ou pesquisando, e por esse motivo começou a tornar rotineiro sua visita à livraria ao menos de duas a três vezes por semana. Às vezes ele passava horas na loja trocando ideias com Maria Antonia sobre os títulos recém-chegados, comprando algum livro e colocando a prosa em dia com o nosso personagem. Embora tenha dito que foi cliente habitual da Francesa, declarou: “[...] eu nunca tive na Francesa a mesma frequência que tive na Duas Cidades, que parecia uma extensão da casa da gente. Foi uma coisa que [...] levou o sonho de muita gente a se realizar, porque, na verdade, transformou em livros projetos de jovens intelectuais da USP”. Mencionou que seus colegas e conhecidos eram um público assíduo da casa, como “Celso Lafer, [que teve] muita ligação com o professor [Santa Cruz] [...], [da mesma forma que] Antonio Candido [...]. Vários extratos certamente passaram por lá, a [poetisa] Ordes [Fontela], que era de uma família distante e humilde, foi acolhida ali como gente igual a Celso Lafer”.

Para o entrevistado, o ponto da livraria no centro da cidade remete ao tempo dos modernistas, quando a região começou a ter importância no cotidiano cultural de São Paulo. As livrarias do centro foram vitais para a vida cultural paulistana, sobretudo nos anos em que era possível andar por essa região. A Duas Cidades se tornou um espaço importante não apenas por ter abastecido parte importante de sua biblioteca pessoal, mas também porque as leituras e os

¹⁶² NADER, Wladyr. Lançamentos Importados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1974. Folha Ilustrada, p. 38.

¹⁶³ Davi Arrigucci Jr., entrevista, 16 jun. 2020.

lançamentos de livros eram instantes em que se podia presenciar um espaço de sociabilidade político-cultural, quando debatiam e trocavam impressões sobre o país e os livros. Houve muitas leituras de textos e de poesia na livraria. Em sua opinião “era um espaço onde ecoava o que acontecia na vida intelectual da USP e no entorno dela. Quer dizer, era o centro da intelectualidade paulistana, um lugar que repercutiu aquilo que se pensava no momento e ao mesmo tempo funcionou como um elemento de formação de muita gente”.

Mais três noites de autógrafos ocorridas na livraria em princípio e em finais dos anos 1970 certificam a ideia de que a loja foi um ponto de encontro, de sociabilidade, de conformação de projetos culturais e de discussão sobre os destinos país ao menos para uma parcela da comunidade uspiana e da intelectualidade paulistana que foram frequentadores assíduos do local. Por intermédio do convite do governo do estado de São Paulo, o filósofo espanhol Julián Marías esteve na capital para proferir uma palestra na Biblioteca Municipal, em 04 de junho de 1971, sobre “O homem e a vida humana”. Antes da conferência, o filósofo esteve presente na Duas Cidades para lançar “[...] seu livro *Antropologia Metafísica*, traduzido por Diva Ribeiro de Toledo Piza”¹⁶⁴ e publicado selo editorial da casa. Passados aproximadamente cinco anos, em 22 de janeiro de 1976 a Livraria Duas Cidades publicou e lançou *Sagarana Emotiva*, de autoria do escritor sergipano Paulo Dantas, título que reuniu suas trocas epistolares com Guimarães Rosa e o evento contou com a presença da esposa do autor, “[...] Zulia Maia Dantas, e a viúva de Guimarães Rosa, Aracy Moebius de Carvalho”¹⁶⁵.

Sílvia Pélica na liberdade foi um dos poucos livros de literatura infantil¹⁶⁶ publicados pela Livraria Duas Cidades, cujo lançamento ocorreu no estabelecimento do Professor Santa Cruz com direito a tarde de autógrafos do autor Alfredo Mesquita, que também foi teatrólogo e fundador da Livraria Jaraguá. *O Estado de S. Paulo* anunciou que o evento ocorreria a partir das 17 horas do dia 21 de março de 1979 e seria realizado “[...] em benefício da Seção de Crianças do Hospital do Câncer”. Expôs que o livro era uma “[...] evocação para crianças da vida paulista de 30 anos atrás, ‘Sílvia Pélica’ foi lançado originalmente em 1946, em edição fora de comércio, sob solicitação do então editor Clóvis Graciano [...], da Livraria Jaraguá”¹⁶⁷. Passados alguns dias, a coluna social de Tavares de Miranda registrou o lançamento da obra de

¹⁶⁴ JULIÁN MARIÁS HOJE. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 jun. 1971. Livros, p. 23.

¹⁶⁵ TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976. p. 34.

¹⁶⁶ A Livraria Duas Cidades teve três obras infantis publicadas entre 1979 e 1984. A primeira foi *Sílvia Pélica na Liberdade* (a primeira edição com 4000 exemplares e a segunda, em 1982, com 4500 exemplares). A segunda foi *Madalena Pipoca: estórias e ilustrações* (com quatro edições – em 1979 com 2000 exemplares, em 1981 com 2000 exemplares, em 1983 com 32000 exemplares e em 1984 com 2700 exemplares), de Maria Heloisa Penteado, que também publicou pela casa, em 1984, *O nome da Irmãzinha*, com uma única edição de 300 exemplares.

¹⁶⁷ SÍLVIA PÉLICA, 30 anos depois. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 mar. 1979. p. 16.

Alfredo Mesquita, ressaltando que a capa era de autoria de Clóvis Graciano com ilustrações de Hilde Weber – artista plástica, chargista e ilustradora brasileira. Segundo a matéria, “[...] para os cumprimentos a Alfredo Mesquita, chegou a se formar uma vasta fila na Livraria Duas Cidades”¹⁶⁸, com direito ao registro fotográfico do escritor ao lado do livreiro-editor José de Barros Martins, Otávio Abreu Sampaio e Fernanda Forbes Vasone.

Agora trazemos à baila o último depoimento que nos ajuda a analisar o livreiro e a livraria. O testemunho de Fernando Uchoa Santa Cruz¹⁶⁹ – empresário, sobrinho e o familiar mais próximo de José Petronilo, ou tio Zé, como ele frisou ao longo de seu testemunho – entoa algumas novidades sobre o perfil profissional e pessoal do nosso personagem. Sobre o livreiro, o sobrinho comentou que seu tio compartilhava com ele as dificuldades vivenciadas na livraria, como os obstáculos da importação e da falta de crédito para quitar as dívidas contraídas no exterior, algumas das quais Fernando liquidou a pedido do tio. Segundo o empresário, os dois chegaram a avaliar a possibilidade de abrir uma filial da Livraria Duas Cidades no Rio Janeiro, o que não aconteceu por falta de dinheiro, na medida em que Fernando vivia na militância trotskista em meados dos anos 1970. A opinião do sobrinho era de que seu tio era muito admirado e respeitado por seus pares, mas ninguém o encarava como concorrente porque ele desenvolvia apenas o lado acadêmico do negócio, negligenciando o lado comercial, ao que Fernando presume ter sido uma escolha deliberada do proprietário da casa. Em suas palavras, “[...] meu tio tinha zero de ambição. [...] As roupas dele eram as mesmas, o sapato era o mesmo a anos, ele não era consumista em nada. [...] A echarpe que ele usava no frio de São Paulo era a mesma (ver figura 49). O casaquinho furado, e ele estava pouco se lixando para isso. Pergunta a Maria Antonia. Vaidade zero. Se ele fosse marqueteiro? Ah!, [era outra história]”. Apesar disso, Fernando concluiu seu relato afirmando que a vida acadêmica de São Paulo devia muito à Duas Cidades, que importava e editava o que era relevante para o meio universitário.

Essas afirmações partiram de um sobrinho que durante um período da vida atuou na área de publicidade e depois tornou-se empresário bem-sucedido. Por isso não soa estranho a afirmação da exploração do marketing, pois ele acreditava que o tio Zé poderia compatibilizar a faceta intelectual e universitária da empresa cultural ao explorar o trânsito que ele tinha elite cultural e social de São Paulo e o comércio de outros de livros que ampliassem as vendas e os clientes da loja. Mas esse não era o perfil de Santa Cruz e de sua casa. O conjunto de depoimentos e reportagens jornalísticas apresentadas até aqui deixam-nos vestígios da escolha traçada pelo livreiro durante os anos 1970, quando migrou do meio religioso para o acadêmico

¹⁶⁸ TAVARES DE MIRANDA. Sílvia Pélica na Liberdade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1979. p. 37.

¹⁶⁹ Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

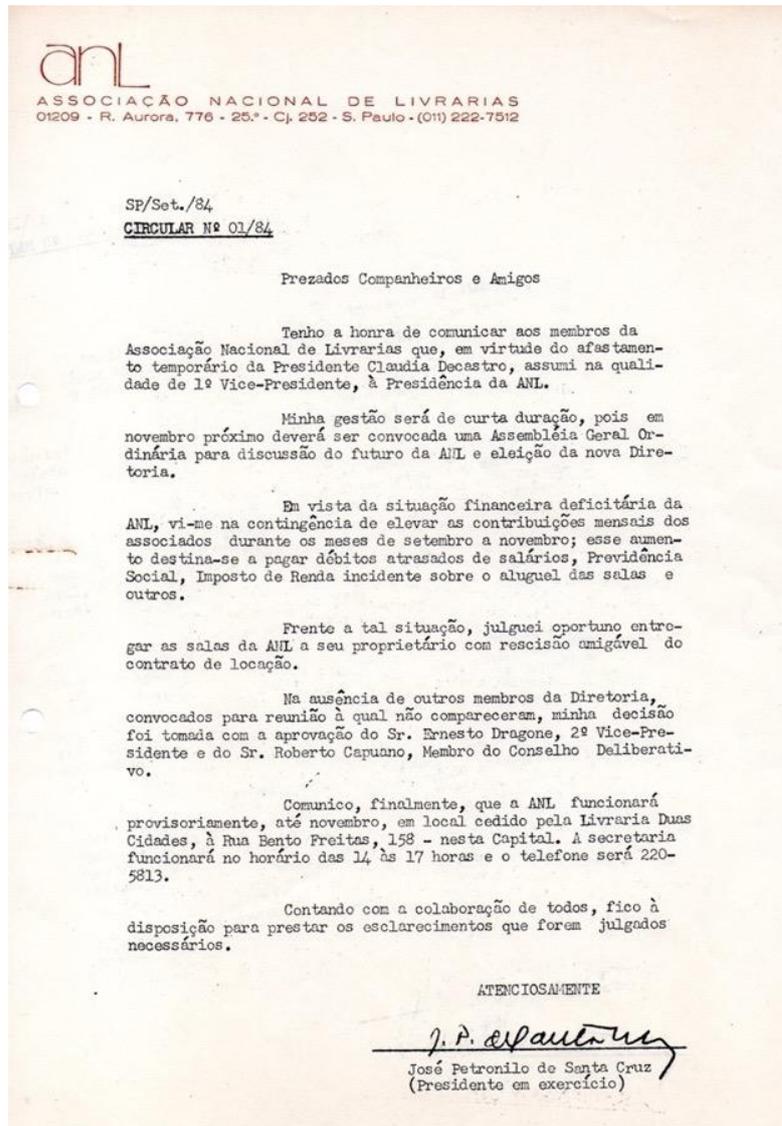
sem perder a coerência de um trabalho iniciado antes de fundar a casa. Já no primeiro capítulo indicamos a atuação de Frei Benevenuto na importação de revistas (e livros) de filosofia e teologia que atendiam tanto aos clérigos quanto aos leigos católicos. Ele ampliou as temáticas e o volume de títulos importados quando fundou a livraria editora, sendo um dos responsáveis por abastecer a biblioteca do Convento Santo Alberto Magno, e a atender padres, sacerdotes bispos e o público da Ação Católica, os quais procuravam obras estrangeiras que entremeasse o catolicismo com as questões terrenas. Com sua saída da Ordem dos Dominicanos, ele optou por redirecionar seu empreendimento para a elite cultural e intelectual da cidade, em especial para professores e estudantes universitários, importando obras de ciências humanas, sociais e de outras áreas temáticas que pudessem atender esse público leitor.

Outro índico da reorientação da loja por parte do livreiro-editor está relacionado à filiação da empresa a algumas entidades do universo livreiro e editorial, demonstrando seu interesse na profissionalização, organização e representatividade desse mercado. Não sabemos ao certo quando a Livraria Duas Cidades se filiou ao SNEL e à CBL, porém temos vestígios de que a empresa se inscreveu nas duas entidades ao menos desde os anos 1960. Sabemos, entretanto, que Santa Cruz não pertenceu à diretoria do SNEL e tampouco sua empresa foi uma das fundadoras da CBL, de modo que a representação da empresa provavelmente tenha estado circunscrita à filiação nessas entidades. Ainda assim, o fato mais relevante tem a ver com o papel do livreiro no desenvolvimento da Associação Nacional de Livrarias (ANL), instituição erigida em 05 de maio de 1978, cuja fundação e concepção provavelmente envolveu a presença e o trabalho do nosso personagem, que integrou a diretoria executiva na terceira gestão da associação então dirigida por Claudia Decastro. Apesar de o endereço eletrônico da entidade¹⁷⁰ não mencionar o nome da livreira e de José Petronilo no curto período em que ele foi o primeiro vice-presidentes da associação, no arquivo pessoal do livreiro-editor abrigam três documentos que nos ajudam a compreender o papel que ele cumpriu num período tumultuado da ANL. O primeiro documento é uma carta de Claudia Decastro¹⁷¹ dirigida aos vice-presidentes da entidade em 11 de agosto de 1984, por meio da qual ela expôs as dificuldades que sua livraria vinha passando naquele momento, obrigando-a a fechar o estabelecimento e se desligar da presidência da instituição. Foi por isso que José Petronilo assumiu a presidência interina da ANL em agosto daquele ano e encaminhou uma circular aos companheiros e amigos associados, conforme podemos constatar no documento que segue abaixo (ver figura 50):

¹⁷⁰ QUEM SOMOS. Associação Nacional de Livrarias (ANL). Galeria dos presidentes. Disponível em: <https://www.anl.org.br/v1/quemsomos/>. Acesso em: 04 fev. 2021.

¹⁷¹ Não encontramos informações sobre a livreira e sua loja no site da entidade.

Figura 50. O livreiro como presidente em exercício da ANL



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Este documento explicita o tamanho da dificuldade enfrentada pela associação quando José Petronilo foi presidente em exercício da ANL. A sua orientação para uma gestão de curta duração foi convocar uma Assembleia Geral Ordinária para ser realizada em novembro daquele ano, ao mesmo tempo que elevou as contribuições mensais dos associados para quitar as obrigações da entidade e entregou as salas alugadas pela ANL aos inquilinos, o que o impeliu a colocar a Livraria Duas Cidades como sede provisória da instituição. Em 12 de novembro de 1984, o presidente em exercício convocou a assembleia¹⁷² para o dia 27 de novembro com o fito de apresentar e aprovar o relatório da diretoria e das contas relativas ao último exercício, e assim eleger a nova diretoria e conselhos para o período de 1984 a 1986.

¹⁷² Documento disponível no Arquivo Pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

Desconhecemos as discussões ocorridas na assembleia, mas no endereço eletrônico da entidade descobrimos que José Antônio Homem de Montes a presidiu de 1984 a 1989. Na reportagem “Livreiros em processo eleitoral”¹⁷³, publicada em *O Estado de S. Paulo* em 24 de novembro de 1984, encontramos um pouco dos impasses vivenciados pela associação e a eleição da nova diretoria da ANL. De acordo com a matéria, a instituição buscava fortalecer sua representatividade perante a categoria, razão pela qual seria eleita uma nova diretoria, quando havia apenas a chapa presidida por José Antonio, da Livraria Klaxon, inscrita para a disputa, a qual tinha como candidatas a vice-presidente Anaelena Lima (livraria Capitu) e Ana Aparecida de Andrade Glkowicz (livraria Belas Artes). Os outros membros da chapa representavam as livrarias de São Paulo (como a Duas Cidades, entre outras), de Jundiaí, de Campinas e de Ribeirão Preto. Nas palavras do candidato a presidente, sua proposta era dar ênfase à representação dos livreiros, levando em consideração que as outras entidades do setor do livro eram tomadas por uma maioria de editores que nem sempre tinham os mesmos interesses dos livreiros. Citou como exemplo a progressiva atuação dos editores vendendo livros diretamente aos leitores, sem envolver os livreiros e suas livrarias, argumentando que uma associação forte evitaria esse tipo de procedimento. O candidato também expressou que sua gestão pretendia promover cursos, eventos, assistência jurídica, um centro de informações de apoio aos livreiros, entre outras iniciativas para defender a categoria.

A despeito de outras informações sobre a atuação do livreiro-editor e da Duas Cidades perante as entidades de representação de empresas do ramo livreiro e editorial, o envolvimento direto de Santa Cruz na ANL é um importante indício da importância da sua livraria para uma entidade que ainda pretendia se fortalecer. Apesar disso, no decorrer deste subcapítulo frisamos a linha edificada pelo livreiro e pela livraria ao longo dos anos 1970, período em que o Professor Santa Cruz promoveu uma série de ações para desvencilhar sua empresa da órbita católica e religiosa. Esses esforços têm a ver com o público universitário da capital paulista e de outras cidades brasileiras que passou a frequentar a casa, adquirir os títulos importados para sua pesquisa, estudo e deleite, ao mesmo tempo que procurou estabelecer laços com a elite cultural da capital paulista, seja por meio das obras editadas, importadas e comercializadas, seja pelas tardes e noites de autógrafos com afamados escritores. Mediante o testemunho de Humberto Pereira vimos que artistas, teatrólogos e cineastas também foram clientes do estabelecimento, da mesma forma que Roberto Schwarz e Davi Arrigucci Jr. disseram que poetas e poetisas estavam presentes na casa divulgando, comprando ou distribuindo sua poesia.

¹⁷³ LIVREIROS EM PROCESSO ELEITORAL. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1984. p. 16.

As matérias jornalísticas nos possibilitaram identificar as temáticas e o preço dos livros importados comercializados pela livraria, e os relatos percorreram desde o posicionamento geográfico da empresa no centro da cidade até os lançamentos de livros e de outros eventos que eram realizados na loja, momentos em que o público discutia os livros publicados e alguns temas relacionados ao país ainda regido por uma ditadura. Também investigamos os traços manifestos pelo livreiro ao reconhecer que era um grande leitor e estudioso do catálogo das editoras estrangeiras, ao mesmo tempo que viajava para a Europa a fim de participar de feiras internacionais. Paralelamente, ele procurava estreitar as relações com alguns clientes, autores e frequentadores da casa e levar sua livraria para as bienais do livro no Parque do Ibirapuera. Esses e outros elementos distintivos do livreiro-editor somente comprovam seu papel como intelectual mediador da elite da cidade e dos professores e estudantes universitários que por meio de seu estabelecimento conformaram um campo cultural e intelectual na capital paulista dos anos 1970. O selo da casa foi parte indispensável nesse projeto dirigido pelo Professor Santa Cruz, mas antes de averiguarmos as filigranas do editor e da editora com característica universitária, julgamos relevante discorrer sobre a atuação de outras livrarias do Rio de Janeiro e de São Paulo com perfil semelhante à Livraria Duas Cidades.

Francesa, Pioneira, Mestre Jou e Leonardo Da Vinci: livrarias importadoras e universitárias

Ao investigarmos o desenvolvimento das livrarias por meio da história do livro reconhecemos o papel desses estabelecimentos para a formação de professores e estudantes universitários. A partir da Idade Média¹⁷⁴ constatamos que a expansão da malha de instituições universitárias foi vital para o crescimento das livrarias, dos livreiros, dos artesãos e de técnicas em torno do livro em sua materialidade. É por essas e outras razões que devemos estudar o papel de livrarias envolvidas ao meio acadêmico e intelectual, sobretudo os pequenos e médios estabelecimentos que muitas vezes não têm a devida atenção por parte dos historiadores e cientistas sociais que se dedicam a pesquisar o comércio livreiro. Essas lojas cumpriram (e ainda cumprem apesar da internet) uma função cardeal ao disponibilizar obras que norteiam trabalhos intelectuais, literários e poéticos. Nessa linha de considerações, trouxemos à baila uma sinopse de quatro livrarias importadoras e universitárias que estiveram (e duas ainda estão) presentes nas capitais paulista e carioca, as quais foram contemporâneas e concorrentes da Duas Cidades, motivo pelo

¹⁷⁴ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 60.

qual pretendemos examinar as especificidades que as aproximam e as diferenciam da firma do Professor Santa Cruz.

No segundo capítulo deste trabalho apresentamos a Francesa, livraria que mudou para Avenida Indianópolis, 1697, em 2020, após 73 anos de história na rua Barão de Itapetininga, 275, centro da capital paulista, a quinhentos metros da rua Bento Freitas, 158, onde a Duas Cidades habitou entre 1968 e 2006. Vimos que Paul Monteil fundou a Francesa em 25 de julho de 1947, e após o falecimento do fundador, em 1973, sua filha, Claudie Monteil dirigiu a empresa que Ubiratan Machado julga ter sido “[...] a maior livraria de livros franceses do mundo, fora da França, [...] que deu origem à editora Difel – Difusão Europeia do Livro”¹⁷⁵. Também vimos que a casa recebeu a visita ilustre do filósofo Jean-Paul Sartre em 1960 e de outras personalidades do meio intelectual e universitário de São Paulo e de outras cidades brasileiras, ao ponto de receber a medalha de honra da USP, em 1989, pela utilidade pública do estabelecimento para o meio acadêmico. Após o falecimento de sua mãe em 2005, a neta de Paul, Silvia Monteil, passou a dirigir a loja difusora da cultura francesa.

Sob a orientação da professora Marisa Midori Deaecto, a historiadora Fabiana Marchetti atualmente está colocando em prática o projeto de pesquisa “Paul Monteil e Difel: edição e difusão do pensamento universitário brasileiro (1947-1983)”, estudo que abrange a Livraria Francesa e certamente contribuirá para a história do livro no Brasil. Por ora gostaríamos de frisar que a pesquisa da Marchetti analisa de que maneira “a livraria esteve relacionada ao desenvolvimento da cultura e educação em São Paulo, especialmente com o público de nível universitário. A partir desse lugar, acredita-se que ela viabilizou a expansão das atividades do livreiro Paul Monteil [...]”¹⁷⁶ no comércio editorial de São Paulo e do Brasil ao fundar a Difel nos anos 1950. Levando em consideração esses pressupostos, a investigação de Marchetti tem o objetivo de averiguar como a livraria e a editora de Paul Monteil colaboraram na formação e irradiação do conhecimento universitário no país.

Este estudo está muito próximo do horizonte que temos procurado destrinchar nesta tese, ainda que a livraria e editora de Santa Cruz tenha perfilado pelo universo religioso nos anos 1950 e 1960. Embora ela ainda não tenha concluído a investigação em curso, seu artigo com apontamentos para uma história da Livraria Francesa ensinam que o livreiro se dirigia à Paris para negociar com os editores franceses a aquisição dos livros que posteriormente eram vendidos em sua loja. Boa parte desses selos editoriais pertenciam ao movimento de Resistência

¹⁷⁵ MACHADO, Ubiratan., *op. cit.*, 2008, p. 176.

¹⁷⁶ MARCHETTI, Fabiana. Importações de livros franceses no Brasil: apontamentos para uma história da Livraria Francesa de São Paulo. *Réel*, n. 3, p. 111-128, dezembro 2019. p. 114.

da França e publicavam obras que discutiam e refletiam sobre os temas políticos candentes no pós-guerra. Algumas universidades brasileiras tinham interesse nessas obras, sobretudo as de linhagem francesa como a USP, tendo em vista que havia um parcela de docentes e discentes interessados em pensar e investigar o capitalismo e o comunismo. “A Livraria nasce, portanto, como instituição mediadora das novas representações do pensamento francês, participando do movimento de retomada dos livros franceses no universo de importações brasileiras”¹⁷⁷. Com efeito, Marchetti defende que o estudo sobre a livraria e a editora de Monteil ajuda a desvelar de que modo o pensamento produzido na França influenciou o público intelectualizado brasileiro e os intercâmbios promovidos pelas editoras em nível internacional.

Paul Monteil, Santa Cruz e suas livrarias reverberam o trabalho iniciado por Anatole Louis Garraux e seu estabelecimento vincado na cidade de São Paulo na segunda metade do Oitocentos¹⁷⁸. Dentre todos os comércios livreiros apresentados neste trabalho, acreditamos que a Francesa é uma das duas livrarias que possui maior convergência com a Duas Cidades. Ambas foram importadoras e irradiadoras do pensamento francês no Brasil. Enquanto a Francesa esteve fortemente vinculada às áreas de ciências humanas e sociais, a Duas Cidades começou irradiando o pensamento católico progressista oriundo dos dominicanos franceses e de outras ordenações religiosas, e depois direcionou suas encomendas para as humanidades.

A diferença talvez recaia no assuntos dos livros importado. A Francesa dedicou-se particularmente à literatura e à política francesa, ao passo que a Duas Cidades concentrou seus esforços na crítica literária, na história, na psicologia e até mesmo na literatura francesa e de outros países. Como vimos anteriormente, parte significativa dos entrevistados para esta tese, sobretudo daqueles que têm laços com o meio universitário, identificaram a Francesa e a Duas Cidades como as livrarias que tinham o hábito de frequentar na cidade de São Paulo. Embora tenham dito que tiveram maior proximidade com o estabelecimento do Professor Santa Cruz, acreditamos que outras pessoas possivelmente conviveram mais acentuadamente com a loja de Paul Monteil, na medida em que cada interlocutor tinha, como nos disse Davi Arrugucci Jr., uma livraria predileta. É inegável, porém, que as duas firmas foram grandes difusoras do pensamento francês no Brasil, influenciando gerações de professores, estudantes e intelectuais de São Paulo e de outras partes do Brasil que eram clientes rotineiros desses estabelecimentos.

A Pioneira foi outra livraria mencionada nos testemunhos colhidos para este trabalho. Fundada por Enio Guazzelli, em fevereiro de 1948, após anos de prática como funcionário de

¹⁷⁷ Ibid., p. 127.

¹⁷⁸ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011. pp. 280-301.

livraria, sua loja funcionou no quarto andar de uma modesta sala comercial localizada na rua 15 de novembro, 228, também no centro da capital paulista e consagrada por comercializar livros importados. As eventuais dificuldades de encomenda das obras estrangeiras o levou a priorizar a venda de títulos de ciências sociais, técnicos e de ensino da língua inglesa, abrindo uma fonte generosa de dividendos para sua empresa, que a partir de 1951 se tornou distribuidora de *pocket books*. No mesmo ano de fundação da Duas Cidades, a livraria de Enio abriu uma filial na rua Maria Antônia, 380, onde estavam as faculdade de Economia e Letras da USP, na circunvizinhança das faculdades de Serviço Social, Psicologia e Arquitetura da PUC-SP e nas adjacências da Mackenzie. A filial situada no então epicentro letrado da cidade São Paulo tornou um ponto de encontro “[...] de intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Egon Schaden; de estudantes da USP, como Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, e de jovens escritores como Décio Pignatari e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos”¹⁷⁹. Essa loja promoveu o crescimento da Pioneira, que inaugurou outra filial em 1958, depois criou uma editora e ampliou o perfil dos títulos comercializados ao vender obras usadas. Mas a partir dos anos 1970 enfrentou as primeiras dificuldades financeiras, não conseguiu quitar as dívidas contraídas e suas lojas entraram em liquidação em julho de 1979, quando fechou as portas da livraria e mantiveram apenas a editora.

A livraria de Enio Guazzelli era outro estabelecimento com características semelhantes às casas de Paul Monteil e do Professor Santa Cruz. Voltou-se ao público universitário, importou obras para essa clientela e inovou ao distribuir os *pocket books*. A expansão provavelmente má planejada parece ter sido a peça que levou a Pioneira à falência. Um ponto comum entre as três livrarias foi a tentativa de expansão em determinados momentos de suas trajetórias, mas parecem não terem tido fôlego para bancar as filiais, talvez até mesmo por falta de vocação empresarial dos livreiros. Entre Guazzelli, Monteil e Santa Cruz, o primeiro parece ter sido o que buscou ampliar as áreas de conhecimento e os tipos de livros comercializados, diferentemente da direção adotada por Monteil, Santa Cruz e até mesmo por Felipe Mestre Jou.

Filho de pais catalães, este chileno migrou para o Brasil com a bagagem preta de livros e com o projeto de importar produtos espanhóis para a pátria que o acolhia. Num primeiro momento encomendou vinhos, ervas aromáticas e outras miudezas da terra de Cervantes. Mas optou por seguir sua vocação de trabalhar com os livros, e em 1952 optou por comercializar as obras espanholas no mercado brasileiro ao fundar a Livraria Mestre Jou no centro histórico da capital paulista, mais precisamente no edifício do Banco do Estado de São Paulo, situado na

¹⁷⁹ MACHADO, Ubiratan., *op. cit.*, 2008, p. 179.

Praça Antonio Prado. Segundo Ubiratan Machado, o livreiro começou vendendo obras editadas no Brasil, mas depois notou as deficiências bibliográficas em algumas áreas de conhecimento e decidiu “[...] importar da Espanha, França e Inglaterra, representando o Fondo de Cultura Económica, do México e diversas livrarias espanholas e argentinas. A fundação da editora, em 1956, foi consequência natural da evolução comercial de Mestre Jou”¹⁸⁰. Entrementes, o livreiro notou que teria um flanco a ser explorado por meio da tradução de livros, o que lhe permitiu reduzir o preço do livro e atingir um público que não lia na língua de origem, vendendo, assim, mais obras traduzidas do que os poucos exemplares importados. Foi no decênio de 1960 que a Livraria Mestre Jou se tornou outro ponto de escritores, estudantes e professores universitários, também de jornalistas e artistas que tinham ligações diretas ou indiretas com a cultura espanhola e latino-americana, de modo que a loja cresceu e permitiu o livreiro a abrir cinco filiais em São Paulo e uma no Rio de Janeiro.

Enquanto trabalhava na revisão de um livro, o livreiro-editor faleceu em setembro de 1980 e logo em seguida a empresa foi dissolvida. A Livraria Mestre Jou é outra casa importadora e selo editorial que mereceria uma pesquisa atilada por pesquisadores ligados ao mundo do livro, na medida em que o estabelecimento atendeu diversas camadas sociais e formou um público universitário em expansão na capital paulista, os quais estavam desejosos das novidades hispano-americanas, como também esteve a Duas Cidades a partir dos anos 1970 ao importar obras de literatura e de ciências humanas e sociais provenientes dessa região. Aliás, essas áreas também foram bem trabalhadas por uma charmosa livraria carioca.

Leonardo da Vinci começou sua história ao ser fundada pelo romeno Andrei Duchide e sua esposa ítala-romana Vanna Piraccini. Em 1952, o casal edificou a livraria na avenida Presidente Vargas, 446, no centro do Rio de Janeiro, revendendo obras importadas da França e de outros países com o intuito de suprirem uma demanda do público fluminense. Foi por meio dessa iniciativa que a livraria atraiu uma clientela de professores e estudantes universitários, de sorte que mudaram a sede do estabelecimento para o local onde está sediado atualmente, no edifício Marquês de Herval da Avenida Rio Branco, 185. Iluminados pelo pintor renascentista, a Livraria Leonardo da Vinci aproveitou o novo local para ampliar e diversificar o estoque para diversas áreas do conhecimento, mas conservando a maioria do acervo na área de ciências humanas. Por volta dos anos 1970, o estabelecimento vendia obras em ao menos cinco idiomas e promovia encontros na loja, “[...] como o café com rum, servido aos clientes, o ambiente aconchegante, com poltronas para se ler à vontade, criaram uma legião de amigos fiéis da casa,

¹⁸⁰ Ibid., p. 195.

um dos últimos redutos da vida literária da cidade”¹⁸¹. A livraria recebia a visita de ministros de Estado, mas também de escritores, universitários e intelectuais cariocas e de outras cidades que eram assíduos frequentadores.

Flávia Maria Zanon Baptistini estudou a trajetória da Leonardo da Vinci durante seu mestrado¹⁸² cursado na Fundação Getúlio Vargas. Ela publicou uma síntese de seu estudo no artigo “Reminiscências da livraria importadora Leonardo da Vinci na vivência político-cultural da cidade do Rio de Janeiro”¹⁸³, por meio do qual traçou os principais episódios ocorridos no estabelecimento até 2016, quando a casa ainda pertencia à família dos membros fundadores. O casal vindo da Europa se associou a três engenheiros para edificarem um estabelecimento cujo nome era devido à veneração de Vanna por Leonardo da Vinci e em razão da comemoração, em 1952, dos 500 anos de nascimento do pintor italiano. Se a loja começou a importar e a revender obras técnicas durante os dez primeiros anos de existência, foi a partir de 1960 que reorientaram suas encomendas para as obras de ciências humanas, o que a tornou conhecida por muitos homens de estado, intelectuais e universitários. “A inclinação à produção editorial francesa, aos seus pensadores e publicações, esteve presente na Da Vinci desde a sua fundação e é parte constitutiva de sua trajetória”¹⁸⁴, em grande parte devido a influência que a cultura e o pensamento francófono influenciavam as camadas ilustradas principalmente do eixo Rio-São Paulo, mas também em virtude de a proprietária do estabelecimento ter iniciado um curso de Línguas Neolatinas na Université de Sorbonne durante sua juventude.

Quando decidiram mudar a livraria para o subsolo do Marquês de Herval, inauguraram uma loja tão modernista quanto o edifício que abrigava a nova sede. Entrementes, fundaram filiais da Leonardo da Vinci que não sobreviveram por muito tempo; uma no bairro de Copacabana e outra na capital gaúcha. Outra iniciativa que não prosperou foi o fracasso de vendas da Madrigal, coleção de livros infantis publicados pelo Scala Editora, selo fundado por Andrei e Vanna no início dos anos 1960. Cinco anos depois, o livreiro faleceu e a sua esposa assumiu a gerência do negócio. Em razão desses episódios, a livraria viveu um período difícil até o final desse decênio, quando reestruturou o estoque para as humanidades, adquirindo livros de filosofia, antropologia e de obras originárias do pensamento político de esquerda. Enquanto

¹⁸¹ Ibid., p. 191.

¹⁸² BAPTISTINI, Flávia Maria Zanon. *Livrarias, Memória e identidade: a importação de livros o Brasil e a trajetória da Livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro*. Orientador: Bernardo Borges Buarque de Hollanda. 2017. 175 f. (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2017.

¹⁸³ BAPTISTINI, Flávia. Reminiscências da livraria importadora Leonardo da Vinci na vivência político-cultural da cidade do Rio de Janeiro. *Mosaico*, v. 8, n. 13, pp. 337-355, 2017.

¹⁸⁴ Ibid., p. 341.

a ditadura apertava o cerco, a casa teve seus livros importados, censurados ou retidos no porto carioca, mas nem por isso deixou encomendar a literatura marxista e de ter a vigilância do DOPS à espreita da livraria. No mês de dezembro de 1973, a Leonardo da Vinci ardeu em chamas pelo incêndio que proporcionou sérios prejuízos à loja, destruindo seu acervo e mobiliário, pairando uma suspeita nunca provada de que a combustão foi obra deliberada do regime de exceção¹⁸⁵. Antes do ocorrido, Vanna recebia ligações anônimas e intimidadoras, assim como foi convidada a se dirigir à sede do DOI-CODI para esclarecer os motivos pelos quais pretendia vender o livro *Pour la libération du Brésil* (1970), de Conrad Detrez em coautoria com Marighella, obra confiscada na alfandega fluminense.

Malgrado os infortúnios causados pela ditadura, houve um movimento de reconstrução da livraria com o apoio de ilustres amigos da casa, a exemplo de Carlos Drummond de Andrade. O poeta rogou aos amigos da livraria que colaborassem com um estabelecimento relevante para a cultura da cidade e para a formação de estudantes, universitários, escritores e pensadores do Rio e de outras partes do Brasil. Se o incêndio é uma nódoa na trajetória da casa, o evento foi causador de um ponto de viragem a partir dos anos 1970, momento que a firma consolidou seu prestígio na cultura e intelectualidade carioca, projetando-a para o cenário nacional e ampliando a clientela do estabelecimento. Esse período auspicioso estendeu durante os anos 1980 e 1990, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, ao ponto de Vanna ter sido uma empresária bem-sucedida¹⁸⁶ apesar dos duros reveses que sofreu.

Uma das razões de seu sucesso tem a ver com o tirocínio atilado na escolha do estoque da Leonardo da Vinci, nas viagens internacionais realizadas com o propósito de estabelecer contatos com as editoras estrangeiras e de participar de feiras internacionais, circunstâncias que adquiria as obras que atendiam aos desejos de sua clientela e oferecia novas matrizes de pensamento para o público leitor. O perfil de empresária exitosa não está restrito aos livros que encomendava para a livraria, envolvia a boa relação com a imprensa carioca, os clientes e os funcionários da loja, além da habilidade para lidar com as questões administrativas.

Alceu Amoroso Lima, Eduardo Portela, Glauber Rocha, Décio Pignatari, Jorge Amado, Lygia Fagundes Teles, Drummond e até mesmo Golbery do Couto e Silva eram clientes da casa. A proprietária aproveitou o prestígio conferido ao seu negócio procurando vender obras que atendiam os ilustres frequentadores e os universitários sem descuidar do lado comercial ao incluir no acervo livros e autores com potencial de venda.

¹⁸⁵ Ibid., p. 342-343.

¹⁸⁶ Ibid., p. 347.

Nos anos 2000, a loja passou por uma série problemas financeiros e dona Vana Piraccini e sua filha, Milena Duchiate, venderam o histórico estabelecimento cultural, em 2016, para Daniel Louzada, atual proprietário da livraria.

No quesito administrativo, comercial e financeiro, a direção da dona Vanna à frente da Leonardo Vinci durante muito tempo foi tida como exitosa, diferenciando-a nesse aspecto da forma como o Professor Santa Cruz conduziu sua Livraria Duas Cidades. De resto, ambos estabelecimentos livreiros tornaram-se icônicos em suas respectivas localidades, sendo responsáveis por atenderem um público intelectual, universitário e até mesmo dos altos extratos da elite política e cultural, além de terem enfrentado as garras da ditadura civil-militar. Não nos resta dúvidas de que a loja de dona Vanna foi a outra livraria com características semelhantes à casa de Santa Cruz. Foram importadoras de livros franceses e de outras nacionalidades, atenderem de políticos a poetas, passando por escritores, literatos, jornalistas, cineastas, artistas, estudantes, professores universitários até mecenas da cultura, reunindo em torno de seus estabelecimentos ilustres convidados e cumprindo a missão precípua de formar leitores voltados ao meio acadêmico e cultural das capitais paulista e fluminense, projetando suas influências para outras localidades do território nacional.

Se é verdade que os meios digitais vêm modificando o papel de livreiros e de livrarias, nem por isso devemos deixar de compreender e examinar esses estabelecimentos. Os personagens responsáveis por essas lojas dedicaram a maior parte de suas vidas ao mundo livreiro, sobretudo os que conduziram a atividade pouco preocupados em auferir lucro. Livreiros como Paul Monteil, Enio Guazzelli, Felipe Mestre Jou, Vanna Piraccini e Santa Cruz verteram seus esforços para a promoção da cultura, da intelectualidade e do meio universitário em suas respectivas áreas de atuação, formando gerações de leitores.

Depois de termos examinados o livreiro e a livraria de universitários e intelectuais paulistanos, partimos para a derradeira etapa deste capítulo que investiga o editor e a editora com linhagem universitária por meio dos livros e coleções publicadas durante os anos 1970, período em que a crítica literária liderou as edições do catálogo.

O editor e a editora de universitários: um catálogo ilustrado

As escolhas do livreiro não estavam dissociadas escolhas do editor. O ponto de viragem guiado pelo livreiro caminhou lado a lado da linha editorial conduzida pelo editor. Dissociamos a figura do livreiro e do editor com o propósito de analisar as especificidades das tarefas e das ações coordenadas no âmbito da livraria e da editora, cuja direção do um livreiro-editor foi do universo divino para terreno no início dos anos 1970. Se as publicações da casa durante a década de 1960 vislumbrou o diálogo entre esses mundos, quando Frei Benevenuto lançou numerosos títulos de um cristianismo social e progressista, no decênio posterior ele deixou a vida religiosa e ficou conhecido como Professor Santa Cruz para clientes, amigos e autores da Livraria Duas Cidades, momento que passou a publicar livros voltados sobretudo para o público universitário. A editora continuou a reeditar algumas obras cristãs, mas a partir de 1975 não lançou um único livro voltado à cidade de Deus. A partir do ano de 1970, o livreiro-editor ainda dominicano diminuiu o número de livros religiosos publicados pela casa, e ao sair da Ordem optou pela via acadêmica com o apoio de Antonio Candido e de outros docentes, intelectuais e poetas de São Paulo e de outras cidades brasileiras que tinham contato com o nosso personagem desde os tempos em que ele atuava no movimento Economia e Humanismo.

No final do segundo capítulo examinamos as características dos livros publicados pelo editor e editora de linhagem religiosa, agora iremos nos ater ao perfil das obras lançadas pelo editor e editora de estirpe universitária consolidada na década de 1970. Partimos de uma série de referências bibliográficas, do arquivo pessoal de José Petronilo e da Livraria Duas Cidades, dos depoimentos colhidos para este trabalho e de nosso levantamento quantitativo do quadro cronológico de livros publicados pela casa para averiguar, investigar e problematizar como o Professor Santa Cruz promoveu essa inflexão no perfil dos títulos publicados quando ingressou na cidade dos homens, lançou títulos oriundos de pesquisas produzidas no ensino superior e procurou desvencilhar-se da pecha de ser o diretor de um estabelecimento cultural dominicano.

Muitos dos questionamentos perfilados na fase religiosa da empresa são compatíveis com o escrutínio que iremos proceder para o editor e a editora de universitários, a exemplo de investigar como o nosso personagem dirigiu seu selo editorial tanto na perspectiva empresarial quanto cultural; de que maneira ele procedia com o pagamento dos direitos autorais e com era a distribuição de funções no departamento editorial do estabelecimento. Outrossim, indagamos quais eram as condicionantes que conduziam o processo de seleção dos títulos lançados; se havia (e quais eram as) pessoas que participavam dessas escolhas; qual era o grau de diversificação das temáticas publicadas; o que levou determinados autores e obras ganharem

terreno no catálogo da casa; quem eram os autores e suas nacionalidades; qual foi o espaço dos livros traduzidos e em que medida as coedições viabilizaram diversas publicações da editora nesse período. Procuramos identificar qual foi o gênero nuclear, os títulos mais vendidos, o preço de capa de algumas obras e as características das edições e reedições com alto número de exemplares impressos, a fim de destacar o perfil dos livros que se sedimentaram no catálogo e receberam resenhas nos grandes jornais paulistanos. Outros temas serão examinados, tais como a/os capistas mais relevantes, a unidade estilística dos livros publicados na fase universitária (quando a crítica literária tornou-se o grande filão da Duas Cidades); a quantidade de títulos e exemplares lançados e reeditados pela editora nos anos 1970; as apostas do editor que procurava atender um público leitor ligado ao ambiente acadêmico; os anos em que houve crescimento proeminente das edições; e outros traços elementares da editora durante a ditadura civil-militar.

Esboçamos um itinerário dividido em quatro etapas para esquadriharmos essas e outras indagações que procuram compreender o editor e a editora circunscrita na cidade dos homens. Iniciamos apresentando o mercado editorial e os selos universitários brasileiros, ao mesmo tempo que identificamos outros editores e editoras com características semelhantes à Livraria Duas Cidades e verificamos algumas das mudanças provocadas pelo governo no regime de funcionamento e expansão das instituições de ensino superior público do país. Na etapa seguinte adentramos no exame do editor e da editora de universitários por meio de testemunhos, dos gráficos gerados a partir dos livros publicados, dos documentos do acervo pessoal de Santa Cruz e de sua empresa e de alguns dos títulos publicados, da mesma forma que avaliamos as relações entre autor e editor, entre capista e editora, entre outras conexões e materialidades que estiveram presentes no processo de edição e lançamento de alguns livros. Na terceira etapa avaliamos de que maneira as coedições e a crítica literária uspiana participaram na construção do catálogo durante esses anos, e finalizamos o capítulo explorando as características fundantes das coleções promovidas pela editora entre 1970 e 1979, período que a empresa completava sua bodas de prata reunindo fracassos e sucessos em sua jornada.

Mercado editorial e os selos universitários brasileiros nos anos 1970

Propomos apresentar os traços elementares da organização do setor editorial, algumas editoras privadas e o selos universitários brasileiros dessa época a fim de identificar qual era o quinhão da Livraria Duas Cidades no mercado editorial do país. Aqui nos interessa verificar os pontos de convergência e divergência da editora de Santa Cruz com o universo editorial nacional e

com outras editoras particulares que procuravam atender um público intelectual, universitário e geralmente vinculado aos programas de pós-graduação do ensino superior.

Trazemos à baila o *Mercado Editorial Brasileiro*, de Sandra Reimão¹⁸⁷, por ser um dos poucos estudos que investigou as características da indústria livreira nacional entre os anos 1960 e 1990. Apesar de a autora apresentar uma análise panorâmica desse mercado, ela ao menos logrou assinalar os traços marcantes da edição brasileira a partir dessa conjuntura histórica, apresentando as quantidades de títulos e exemplares lançados e comercializados por ano, os segmentos das áreas temáticas dos livros comercializados, alguns locais de venda e obras mais vendidas. No segundo capítulo desta tese utilizamos a obra de Reimão para refletir sobre o mercado editorial brasileiro dos anos 1960, agora iremos examinar o diagnóstico produzido pela autora para compreender esse mercado durante o decênio de 1970, momento de industrialização do mercado de bens culturais, da criação de universidades, do “milagre econômico” e período em que o país transpôs a infame média de um livro por habitante ao ano.

A euforia provocada com o vultoso crescimento econômico nos primeiros anos da década de 1970 foi fortemente impulsionado pelo desenvolvimento industrial. Houve aumento nas taxas do Produto Interno Bruto até 1974, ano que apresentou um recuo nessa expansão em decorrência da crise do petróleo no final do ano de 1973 e dos desacertos da política econômica governamental que conduziu o país à recessão nos anos 1980. Reimão corretamente indicou que o Estado desenvolveu alguns projetos voltados para área cultural durante os anos 1970, assinalando que esse decênio foi especialmente marcado pela censura do regime vigente tanto no que concerne à produção quanto distribuição dos produtos culturais. Ainda assim, o crescimento econômico viabilizou que o país alcançasse a marca de 1,3 livros por habitante em 1972, quando a população brasileira era de 98,6 milhões de pessoas e foram publicados 136 milhões de livros, ao passo que chegamos em 1979 com a relação de 1,8 livros por habitante, a população era de 119,6 milhões de habitantes e 222,6 milhões de livros publicados nesse ano¹⁸⁸. Partindo desse diagnóstico, a autora avaliou o mercado editorial nacional considerando o “milagre econômico” e as políticas governamentais para esse setor.

Ao longo dos anos 1970 foram criados projetos estatais de fortalecimento da educação, da cultura e do ramo livreiro. O poder Executivo fortaleceu o ensino superior, formulou uma Política Nacional de Cultura (PNC) e promoveu uma série de incentivos para algumas áreas produtoras de bens culturais, ao passo que no fim dessa década ocorreu uma reorganização da sociedade civil brasileira colocando em xeque o regime ditatorial. Para Reimão, o PNC foi um

¹⁸⁷ REIMÃO, Sandra, *op. cit.*, 2018, pp. 26-39.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 28.

meio pelo qual o governo autoritário articulou uma forma de investir nas produções artísticas e culturais por meio de premiações, projetos e outras formas de custeio desse setor quando o “milagre brasileiro” começou a ser visto com ceticismo pela classe média brasileira, a principal beneficiária dos anos auspiciosos. O processo de abertura propiciado pelo governo Geisel também procurou desenvolver as áreas intelectuais, científicas e culturais com dois objetivos. Por um lado, arrefecer os ânimos daqueles que vivenciaram o boom econômico brasileiro e depois viram uma crise inflacionária deter seu poder de compra. Por outro lado, iniciar uma mediação com aqueles que sofreram, direta ou indiretamente, as agruras de uma ditadura, procurando se contrapor à reorganização da sociedade civil brasileira por meio do sindicalismo, da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outras iniciativas coletivas.

Mas o texto de Sérgio Miceli¹⁸⁹ nos mostra que o processo de arquitetura institucional do setor cultural federal começou no governo Médici, que empossou Jarbas Passarinho no Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1969. O ministro assumiu o cargo e iniciou duas ações importantes para esse setor que marcaram sua gestão à frente da pasta entre 1969 e 1974; uma delas estava ligada às atividades do Instituto Nacional do Livro (INL) e outra à concepção e execução do Programa de Ação Cultural. Com relação ao INL, o ministério conferiu ao órgão a coordenação na área do livro didático e o programa de coedições em parceria com editoras particulares. Ainda assim, a marca mais proeminente do período de Jarbas Passarinho no comando do ministério foi o considerável crescimento do ensino superior brasileiro, como sinalizamos anteriormente, e outras realizações no setor educacional do país.

O general Ernesto Geisel assumiu a presidência e nomeou Ney Braga para o MEC. O novo ministro dirigiu a pasta de 1974 a 1978, sendo o grande responsável por aprofundar a arquitetura institucional da área cultural da pasta, implantando conselhos nacionais do direito autoral e do cinema, promovendo a campanha em torno da defesa do folclore brasileiro, reestruturando a Empresa Brasileira de Filmes, criando a Fundação Nacional de Arte e o Serviço Nacional de Teatro, os quais foram os principais órgãos de sua gestão para o setor cultural. Foi durante a gestão de Ney Braga à frente do ministério que se formalizou a PNC, o primeiro plano que estabeleceu diretrizes e princípios para fomentar a cultura do país.

Assim que o general João Figueiredo foi empossado na presidência da República, ele nomeou Eduardo Portella para dirigir o MEC em março de 1979, o qual ficou um pouco mais de um ano na direção da pasta em razão da crise universitária desencadeada em 1980. Apesar disso, foi em sua gestão que se criou a Fundação Nacional Pró-Memória, cuja orientação era

¹⁸⁹ MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984a. (Coleção Corpo e Alma do Brasil). pp. 53-83.

promover a preservação do patrimônio histórico e artístico, inclusive financiando edições brasileiras que tratassem do legado cultural e paisagístico do país, como foram algumas obras lançadas pela Livraria Duas Cidades com o apoio dessa instituição.

Tanto Ney Braga quanto Eduardo Portella foram os principais artífices de iniciativas que procuraram delinear um arranjo institucional para a divisão cultural do MEC durante os anos 1970. Enquanto o primeiro teve um importância ainda maior que o segundo, até mesmo pelos numerosos órgãos criados e pelo tempo em que esteve na gestão do ministério, o segundo aproveitou o curto período que dirigiu a pasta para dinamizar a área cultural. Até mesmo nos projetos pouco exitosos conseguimos avaliar suas atuações empreendedoras ao procurarem fundar empresas de economia mista. O primeiro criou Radiobrás e o segundo a Embralivro. Esta pretendia estimular a criação de diversos pontos de vendas de livro no país com o objetivo de sanar o grave problema da distribuição de títulos no território nacional.

Esses e outros projetos procuraram ampliar as ações do governo em ramos lucrativos da produção cultural, o que desencadeou forte reação das empresas privadas que atuavam no comércio de bens culturais. Na perspectiva desses empresários, o Estado colocava em prática programas que disputavam um mercado consumidor em crescimento na área do livro, da comunicação e do entretenimento, onde havia forte investimento dos agentes particulares. “[...] Aliás, o ‘esvaziamento’ do INL [entre finais dos anos 1970 e início de 1980] se explica, a rigor, pelas resistências cada vez mais orquestradas que os editores particulares e suas entidades corporativas oferecem diante de qualquer presença governamental na indústria do livro”¹⁹⁰. Por esse motivo, e ao contrário dos argumentos elencados pela iniciativa privada, boa parte do trabalho institucional desenvolvido para a área cultural no decorrer da década de 1970 ficou delimitada nos setores de pouca lucratividade, cuja produção era artesanal ou dependia de investimentos estatais por falta de interesse das empresas particulares, como foi o caso do cinema, do teatro, da música erudita e das artes plásticas.

Para se ter uma ideia do crescimento e da consolidação da indústria cultural, deve-se considerar a queda dos índices de analfabetismo e a expansão do número de estudantes universitários entre os anos 1970 e 1980. Embora o ensino superior público tenha progredido, o aumento foi mais significativo com a propagação de universidades e escolas privadas do ensino fundamental e médio, o que ocorreu em decorrência da abertura do governo para o capital privado nesse setor. Com relação ao progressivo desenvolvimento do mercado editorial, um dos elementos que viabilizou sua industrialização tem a ver com a permissão do comércio

¹⁹⁰ Ibid., p. 63-64.

varejista para o comércio de livros. A editora Abril esteve entre os selos que mais se beneficiaram dessa medida ao disponibilizar suas publicações religiosas e coleções de filosofia nas bancas de jornais entre meados dos anos 1960 e 1970, quando lançaram livros com “[...] tiragens [...] entre cinquenta mil e quinhentos mil exemplares. Um claro caso de industrialização profissional da produção e da comercialização editorial”¹⁹¹. Outro ramo que expandiu nesses anos foi a área da comunicação, sobretudo da televisão que obteve investimento do poder Executivo, construiu uma rede de sinais para possibilitar o funcionamento dos aparelhos televisivos e ofereceu crédito para as pessoas adquirirem suas TVs.

Se é verdadeiro que a televisão se tornou o setor do entretenimento dominante durante essa quadra histórica, também é fato que esse modelo ao menos prestigiou o mercado livreiro voltado para os *best-sellers*, em virtude dos autores que participavam dos programas televisivos ou tinham seus livros divulgados nos canais de televisão. Em outra perspectiva, Reimão chama nossa atenção para o crescimento do número de leitores da classe média que passaram a se interessar por temas e questões nacionais a partir do declínio econômico iniciado em 1974.

Nessa conjuntura houve autores que escreviam uma literatura politicamente engajada; alguns dedicando-se aos romances políticos, outros a memórias ou relatos testemunhais e uma parte a entretecer uma literatura que expressava os tormentos dos anos ditatoriais. Destes, os romances políticos de Érico Veríssimo e Chico Buarque entraram na lista dos livros mais vendidos no decênio de 1970, cujo período também apresentou uma diversidade de temáticas publicadas, as quais não estavam necessariamente atreladas ao engajamento político e ao questionamento do regime vigente. Dos autores brasileiros que entraram nesse espectro mais amplo, Reimão cita os livros de Pedro Nava, José Mauro Vasconcelos, Clarice Lispector, Lígia Fagundes, Raquel de Queirós e Jorge Amado, ao passo que dos estrangeiros ela cita Gabriel Garcia Márquez e Mario Vargas Llosa. Com efeito, a autora enfatiza que a lista de livros mais vendidos em meados dos anos 1970 dialogavam com diversos segmentos culturais, desde os livros *best-sellers*, passando pelos romances políticos, literatura nacional e estrangeira engajada e de vanguarda, ao mesmo tempo em que se comercializava literatura de massa e obras relativas ao *boom* do movimento literário latino-americano. E essa ampliação e diversificação de leitores foi possível graças à expansão e consolidação do mercado livreiro.

A abertura lenta, gradual e segura promovida pelo governo de Ernesto Geisel no final dos anos 1970, a lei da Anistia e a reorganização da sociedade civil foram alguns dos fatores que incitaram o crescimento da venda de livros de não-ficção. Segundo o levantamento feito por

¹⁹¹ REIMÃO, Sandra., *op. cit.*, 2018, p. 31.

Reimão, o livro *A Ilha*, de Fernando Morais, atingiu a marca de *best-sellers* em 1977, e no ano seguinte foi a vez de *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, acompanhado de outros autores e títulos nacionais e internacionais, os quais abordavam questões políticas e históricas, sobretudo os assuntos nacionais, a exemplo de *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira, publicado em 1979 com 80 mil exemplares vendidos nesse ano.

Tendo como base a pesquisa de Reimão, nos acercamos da industrialização, da produção cultural e do mercado editorial brasileiro na década de 1970. Mediante a ênfase da autora nos dados quantitativos do negócio livreiro, do crescimento universitário, do número de leitores e da expansão da televisão no mercado do entretenimento, ela identificou o panorama editorial desses anos ao caracterizar os segmentos do mercado de bens culturais hegemônicos, os assuntos mais recorrentes, bem como os autores e livros mais vendidos nesse período. O percurso traçado procurou demonstrar que a industrialização e a massificação da cultura ampliaram a oferta e as temáticas comercializadas, expressando que o entroveiro provocado por um governo ditatorial encorajou a organização da sociedade civil, a ampliação da variedade de assuntos publicados que atendiam as novas preferências dos leitores, o que em certa medida levou o governo a expandir o ensino superior e as instituições promotoras da cultura como forma de serenar os ânimos da classe média. Nesse sentido, as abordagens de Reimão e Miceli sobre a produção cultural nos ajudam a analisar o perfil editorial da Livraria Duas Cidades nessa época, tendo em vista que a editora estabeleceu uma parceria com o sistema de coedições do INL e editoras universitárias, assim como promoveu publicações que também discutiam temas nacionais em voga naquela época e editou uma série de livros voltados ao público acadêmico.

Os aportes de Hallewell para atividade editorial durante os governos militares ampliam o conjunto de informações que nos ajudam a compreender a trajetória da casa do Professor Santa Cruz nesses anos. Com uma visão menos acusatória do regime civil-militar, o autor considerou que a taxa de inflação de 15% ao ano alcançada pelo governo é um sinal de que a equipe econômica atingira um patamar de quase estabilidade para o Brasil, o que em sua opinião foi a grande colaboração do regime para a boa fase da indústria editorial brasileira entre finais da década de 1960 e início de 1970. Ele apontou que nos primeiros anos da ditadura houve isenção de quase todos os impostos para “[...] todos os estágios da produção e venda de livros, inclusive à fabricação do papel de impressão, e um dispositivo nesse sentido foi incluído na nova Constituição (1967)”¹⁹², o que levou o país a exportar celulose e papel em larga escala nos anos 1980. Em relação ao maquinário disponível na indústria gráfica, o autor afirma que o decreto-

¹⁹² HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 609.

lei 46 de 1968 isentou as taxas para importação de equipamentos gráficos para produção de livros até 1971, influenciando no crescimento do parque gráfico que aos poucos passou a atender a demanda de outros países. Assim, “o sistema *offset* passa a concorrer com a tipografia como processo normal de impressão de livros e logo superá-la. [...] Em 1978, 77% da produção livreira nacional era em *offset*, apenas 13% em tipografia e os restantes 10% em retrogravura”¹⁹³. Esse sistema provocou um novo horizonte no trabalho de numerosas editoras pequenas que dependiam da tipografia, embora a maior contribuição do novo maquinário instalado em território nacional tenha proporcionado um melhor acabamento dos livros num período em que a produção dos miolos era confeccionado de modo artesanal e provocava o encarecimento dos títulos quando comparado aos preços comercializados em outras nações.

A despeito de as altas taxas de crescimento econômico do início dos anos 1970 proporcionarem o regozijo da elite, da classe média e de setores populares, a indústria editorial foi pouco beneficiada com esse desenvolvimento. As vendas de livro aumentavam, mas o lucro era progressivamente diminuído até o momento em que a crise nacional e internacional provocada com a alta do preço do barril de petróleo resultou num momento crítico para a população e o mercado livreiro brasileiro, considerando que o país dependia do combustível importado para viabilizar diversos setores da economia. “[...] A taxa de inflação estourou, em menos de um ano, para 30% por ano e, em 1979, havia alcançado novamente o nível pré-revolucionário de 80%, com tendência a subir ainda mais. [...] Os preços do papel estavam subindo rapidamente”¹⁹⁴. É evidente que as editoras (de grande, médio e pequeno porte) sofreram as consequências desse período inflacionário e fizeram múltiplos esforços para manterem o preço dos livros mesmo diante de uma conjuntura econômica catastrófica.

Por esse motivo houve selos adotando mecanismos para simplificar a customização do livro. Muitos passaram a utilizarem margens estreitas, papel mais leve, eliminarem as orelhas, diminuir o tamanho das fontes, além de um acabamento que infelizmente prejudicou a materialidade de muitos dos livros brasileiros publicados na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980¹⁹⁵. Diante de um contexto econômico atribulado e com a progressiva insatisfação das classes outrora beneficiadas, não houve outra opção para o governo de Ernesto Geisel a não ser amainar o ambiente político, social e cultural do país para garantir os militares no poder por mais alguns anos. Foi assim que boa parte dos livros mencionados anteriormente

¹⁹³ Ibid., p. 610.

¹⁹⁴ Ibid., p. 650.

¹⁹⁵ Ibid., p. 651-653.

foram publicados com menos restrições dos órgãos censores, ainda que em 1978 foi proibido de circular cerca de quinhentos em território nacional.

As editoras universitárias brasileiras começaram a fazer parte do mercado livreiro um pouco antes do início da ditadura e cresceram durante a vigência do regime. Ainda que Hallewell aponte para a possibilidade de a Universidade Federal de Pernambuco ter sido a primeira instituição de ensino superior a fundar sua própria editora em 1955¹⁹⁶, Leilah Santiago Bufrem¹⁹⁷ assegura que a Universidade de Brasília inaugurou o primeiro selo acadêmico do país em 1961. E aqui nos interessa refletir o sobre o processo de construção e desenvolvimento das editoras universitárias brasileiras para avaliar as razões que levaram a Livraria Duas Cidades a publicar numerosos títulos oriundos de pesquisas acadêmicas desenvolvidas por professores, mestrandos e doutorandos no decorrer dos anos 1970 e 1980. Partimos da hipótese de que a ausência de uma rede bem estruturada de editoras universitárias de instituições de ensino superior privilegiou o trabalho de algumas casas particulares que aturam nesse ramo de publicações, lançando títulos e coleções acadêmicas. É interessante notar que as primeiras editoras universitárias surgiram nos anos 1960, cresceram na década posterior por meio de coedições e começaram a publicar muitas das investigações produzidas em suas instituições a partir dos anos 1980, quando a Duas Cidades e outros selos particulares de médio e pequeno porte perderam espaço para as editoras acadêmicas. Assim, alinhavamos o contexto de surgimento e desenvolvimento dessas editoras para aquilatar o grande filão de atuação da casa do Professor Santa Cruz no decênio de 1970, quando a crítica literária, a filosofia e publicações de outras áreas temáticas produzidas por estudantes e professores universitários foram predominantes no catálogo.

De acordo com a informação apresentada por Hallewell¹⁹⁸, o mercado editorial escolar do Brasil representava quase a metade dos exemplares impressos nos anos 1950, e em 1979 ainda constituía uma fatia expressiva de 36,2% do número de tiragens divulgadas pelo SNEL. No terceiro nível do setor editorial educacional encontravam-se as editoras universitárias que progrediam e aperfeiçoavam sua estrutura de funcionamento, sobretudo em fins dos anos 1970 e início de 1980, quando adquiriram um grau de autonomia administrativa que lhes permitiram migrar de departamentos gráficos para editoras propriamente ditas. Para o autor, o funcionamento de muitos desses selos universitários era semelhante ao modelo anglo-saxão de

¹⁹⁶ Ibid., p. 698.

¹⁹⁷ BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para reformulação da prática*. 2. ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Edusp, 2015. (Coleção Memória Editorial; 3). p. 38.

¹⁹⁸ HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 766-767.

projeto editorial, sendo que alguns foram capazes de construir um pujante canal de distribuição de livros em território nacional. Os editores universitários mais exitosos acabaram fundando suas editoras comerciais, a exemplo de Darcy Luzzato, que foi coordenador da editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e criou a Saga Editora; e de Plínio Martins Filho atualmente, que durante muitos anos foi diretor-presidente da editora da Universidade de São Paulo e em 1995 fundou sua Ateliê Editorial.

A experiência brasileira com a editoração universitária iniciou nos anos 1960¹⁹⁹. Algumas surgiram com o nascimento de instituições de ensino superior, outras nasceram a partir das imprensas universitárias, e pouco a pouco foram criando os conselhos editoriais e elaborando regimentos próprios. Essas editoras esboçavam um projeto editorial comumente definido como cultural e com a meta de atender o ensino, a pesquisa e a extensão universitária ao publicar trabalhos desenvolvidos nessas instituições, possibilitando o lançamento de novos autores e até mesmo editando trabalhos de vanguarda e estudos decorrentes de práticas forjadas em sala de aula. Logo após a UNB, a USP fundou sua editora em 1962 e em seguida houve um interregno de oito anos sem a criação de outros selos acadêmicos, embora muitas instituições de ensino superior publicassem materiais administrativos e textos informativos por meio de suas gráficas e imprensas. Foi nesse período que os periódicos científicos impulsionaram suas publicações, criando comissões editoriais ou equipes que aprovavam os artigos. Essas revistas não eram comercializadas por serem produtos de universidades públicas e estavam sujeitas a censura, como estiveram as publicações dos selos comerciais entre 1964 e 1985. Apesar disso, “a partir de 1971, com a criação da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ocorreu uma reativação editorial nas instituições universitárias que, de 1982 em diante, ganha intensidade”²⁰⁰. Os dezenove selos acadêmicos criados entre 1985 e 1988 somente foi possível graças ao movimento encabeçado por essas editoras durante os anos 1970, as quais desenvolveram um programa de distribuição de suas produções, esboçaram projeto de trabalho editorial e deram origem a um seminário nacional.

Quando o Estado, por meio de suas universidades e programas de coedição de livros, adentrou no terreno editorial, houve reação de alguns editores particulares que acusavam o poder público de concorrer com a iniciativa privada. Esse comportamento não impediu que as editoras universitárias, o INL e algumas secretarias estaduais tenham procurado estabelecer canais de diálogo e de desenvolvimento de programas em parceria com os selos comerciais, rompendo a barreira criada pelos críticos da presença estatal no mercado editorial. Assim, os

¹⁹⁹ BUFREM., *op. cit.*, 2015. p. 28-41.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 42.

valores criados em torno da editora universitária procuraram reforçar os benefícios que ela pode oferecer a sociedade ao impulsionar a divulgação de conhecimento produzido por seu corpo docente, discente e de outros autores ligados ao universo acadêmico nacional ou estrangeiro, preenchendo um nicho relevante do comércio livreiro e colaborando para o desenvolvimento da ciência, da sociedade e da educação infantil, básica e superior.

Desde o momento em que os selos universitários decidiram publicar as dissertações e teses produzidas em suas instituições houve o seguinte impasse: uns defendiam que os textos avaliados por uma banca examinadora deveriam ser publicados nesse formato, preservando o trabalho investigativo e a originalidade presente nesses textos; outros discordavam desse ponto de vista e diziam que as teses e dissertações deveriam ser trabalhadas editorialmente para alcançarem um público para além de universitário. Essa discordância nos impele a recordar um trecho do relato de Humberto Pereira expressando que muitas das pesquisas universitárias publicadas pela Livraria Duas Cidades durante o período em que ele foi editor da casa passavam por uma revisão que buscava dar uma feição menos solene para esses escritos.

Apesar de todas as iniciativas criadas para aprimorar os selos acadêmicos, o bafo da censura, da espionagem e das delações motivadas por critérios exclusivamente ideológicos inibiu a autonomia na condução da linha editorial sem amarras ou impedimentos ditatoriais. A modernização universitária brasileira adotando modelo norte-americano nos anos 1970, como discutimos no terceiro capítulo, fez com que a gestão²⁰¹ das instituições de ensino superior conduzida por docentes de certas áreas do conhecimento, a exemplo da economia e da administração, dirigissem as universidades numa perspectiva empresarial a realçar os aspectos financeiros e produtivos. O cerceamento provocado por um regime repressivo procurou não afetar o crescimento de uma economia capitalista; mas proibiam a publicação de livros que atentassem contra os valores da ditadura, embora geralmente não impedissem o funcionamento da grande maioria das editoras existentes no interregno dos anos sob a batuta dos militares.

Uma das razões que nos conduzem a aproximar a Livraria Duas Cidades de editoras universitárias tem a ver com o fato de estas apoiarem tanto Antonio Candido como autores desconhecidos, geralmente desprestigiados pelos selos particulares. Por terem um projeto editorial cultural, a escolha das publicações não se baseavam exclusivamente no aspecto financeiro e comercial. Desde o desenvolvimento das editoras universitárias havia os que defendiam o direito de essas casas equilibrarem as publicações de investigações acadêmicas com outros tipos de obras que lhes permitissem atingir um público para além das raias das

²⁰¹ Ibid., p. 58-60.

universidade. Como nos anos 1970 ainda não havia muitas editoras vinculadas a instituições de ensino superior, a Duas Cidades e outros e selos comerciais voltaram a maior parte de suas edições para o público acadêmico, cobrindo uma lacuna que depois veio a ser preenchida pelas editoras universitárias. Os selos acadêmicos e as editoras privadas a apresentarem satisfatório resultado financeiro foram aquelas que equilibraram as publicações de caráter universitário com obras mais rendáveis, ao passo que a casa do Professor Santa Cruz optou pelos gêneros musical e poético para além da crítica literária e da filosofia fecundada na academia.

Os pontos de aproximação entre a Duas Cidades e as editoras universitárias também estiveram presentes nos conselhos editoriais criados nos anos 1970. Formado por professores e pesquisadores insígnies no contexto universitário, essas comissões procuram avaliar o rigor científico de suas publicações e colaborar para o aperfeiçoamento dessas editoras. Nosso personagem convidou professores universitários, sobretudo da Universidade de São Paulo, para conceberem muitas das coleções publicadas por sua casa nessa década, ao mesmo tempo que recebiam sugestões de publicação de teses e dissertações, algumas das quais chegaram a ser premiadas. Mas o trabalho de coedição iniciado principalmente por editoras da USP e da UNB com os selos particulares foi o que permitiu benefício para ambos os lados, a exemplo dos livros que a Duas Cidades chegou a coeditar com essas editoras universitárias e outras instituições públicas, como veremos mais adiante. Para a Edusp²⁰², a parceria com as editoras particulares possibilitou que ela constituísse um acervo de mais de 2000 títulos nos anos 1980 sem possuir oficina gráfica própria e transferindo a tarefa da distribuição e comercialização para os selos comerciais privados. Esse sistema também foi positivo para a Edunb, cuja ampliação das publicações com as editoras comerciais nas áreas de ciências humanas e sociais lhe permitiu executar um linha editorial própria e corajosa ao publicar obras do pensamento universal.

Nos acercamos um pouco mais da Edusp por estar estabelecida na cidade que a Livraria Duas Cidades atuou durante cinquenta anos e pelo fato de muito docentes e estudantes da humanidades terem publicado suas investigações pelo selo do Professor Santa Cruz. A editora da Universidade de São Paulo²⁰³ começou lançado livros de forma autônoma, mas a partir de 1964 firmou as primeiras coedições com as casas particulares, adotando exclusivamente esse sistema entre 1968 e 1989, ano que começou a desenvolver uma linha editorial autônoma. E o grande responsável por essa reorientação foi o professor João Alexandre Barbosa, que chegou a ser orientando do Antonio Candido, teve sua tese publicada (sobre a qual falaremos mais adiante) pela Duas Cidades, depois ingressou na USP como docente e assumiu a presidência da

²⁰² Ibid., p. 86-89.

²⁰³ Ibid., p. 146-149.

editora dessa instituição em fins dos anos 1980, na mesma ocasião em que ocupava o cargo de pró-reitor de cultura. Pelo tempo que a coedição perdurou na história dessa editora, é bem provável que o sistema foi benéfico para a instituição universitária e para as editoras privadas parceiras, as quais submetiam o manuscrito que desejavam publicar em parceria com a Edusp acompanhado de um cheque para quitar os custos do parecerista responsável por avaliar a qualidade e viabilidade do texto para o público leitor.

O parecer era submetido ao escrutínio do conselho editorial para a recusa ou aprovação da coedição. Caso aprovassem a publicação, partiriam para a derradeira etapa de apreciação do preço de capa e condições de comercialização do livro. Aprovada todas as etapas, cabia as editoras privadas arcar com os custos de confecção do livro, desde a revisão, passando pela definição de capa, diagramação, entre outras. Por contrato, a Edusp era obrigada a comprar 30% da tiragem, o que era uma garantia para o selo comercial cobrir os custos de produção do livro, embora vendessem os exemplares para universidade concedendo um desconto de 30% sobre o preço de capa, cujo valor era repassado aos estudantes e professores da USP. Embora o sistema de coedição não fosse unanimidade pelos profissionais da área, ao menos é certo que havia algumas vantagens para ambos os lados. Se a Edusp reduzia seus custos com a coedição, as editoras privadas eram beneficiadas com a garantia da venda à vista de uma parcela significativa da tiragem impressa, quantia que representava os custos de confecção da obra, permitindo, assim, aumentarem a quantidade de exemplares impressos por título, diminuírem o custo de venda do livro e contarem com o assessoramento do conselho editorial para avaliar a qualidade e viabilidade das submissões nacionais ou até mesmo de textos de professores estrangeiros.

Mediante o sistema de coedição e outras especificidades apontadas anteriormente, notamos como os selos acadêmicos foram progredindo no decorrer do período em que as universidades viviam entre repressão e modernização. Embora tenhamos pronunciado algumas reflexões sobre o que veio a ser a modernização das instituições de ensino superior públicas no período da ditadura, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o modo como essa modernização amalgamada com repressão resultou na dinâmica da indústria cultural, de modo que a Livraria Duas Cidades e outras casas foram beneficiadas pela contradição desencadeada com a expansão do ensino universitário no Brasil. O estímulo modernizador reestruturou o funcionamento das universidades ao dissolver as cátedras, estimular a profissão docente com o estabelecimento da dedicação de tempo integral, impulsionar o financiamento da pesquisa e edificar as cidades universitárias. “[...] Apesar de gerarem, com frequência, situações paradoxais, os impulsos repressivos e modernizadores se combinaram e se alavancaram

mutuamente, servindo ao projeto de poder e aos planos econômicos da ditadura”²⁰⁴. Assim, o ponto central para compreender a relação entre as universidades e o regime civil-militar passa por examinar os fenômenos de adesão, resistência e posterior acomodação.

Ainda que panoramicamente, anteriormente abordamos como ocorreu adesão e a resistência de parte do corpo docente, discente e diretivo de algumas universidades nesses anos. Discorreremos sobre como muitos setores alinhados ideologicamente com a esquerda foram expurgados da universidade, e apesar disso publicaram livros com boa vendagem, participaram de programas televisivos e alguns trabalharam nos grandes meios jornalísticos. Agora nos interessa examinar o que Rodrigo Patto Sá Motta chamou de acomodação dos interesses universitários e governamentais durante a ditadura civil-militar, o que equivale a afirmar que houve um grupo de docentes e outros atores da academia que se dedicaram a construir uma situação intermediária entre adesão e resistência, conciliando os interesses entre as partes em disputa por meio de uma atitude enraizada no tecido político e sociocultural brasileiro.

Essa acomodação colocava em prática as mediações envolvendo pessoas com poder na universidade e no governo, a fim de desimpedir contratações embargadas, soltar professores ou estudantes encarcerados, aprovar a realização de eventos científicos, entre outras situações que buscavam amainar a contenda entre as partes. A possibilidade de acomodar os interesses em disputa era sedutora para setores da elite nacional que viam nessa medida a possibilidade de apaziguar os ânimos, evitar crises agudas e controlar a ordem vigente. Como as universidades eram frequentadas pelas elites, era natural que elas quisessem manter os valores universitários sem rupturas no ambiente acadêmico, ao mesmo tempo que a ditadura civil-militar aproveitava essa condição para aceitar a presença de quadros da oposição nas instituições de ensino superior, evitando divisões que pudessem desgastar ainda mais o regime que gerenciava uma fase difícil na economia e decaía seus índices de aprovação no tecido social.

A acomodação pressupunha ambiguidades e contradições. Muitos acadêmicos conviviam pacificamente com os órgãos da ditadura infiltrados na universidade, por vezes firmando entendimentos e até ocupando cargos nomeados pelo governo. “[...] A lógica do jogo de acomodação implicava manter alguns espaços abertos à participação de intelectuais pertencentes ao campo esquerdista, tanto no mundo privado (editoras, televisão, jornais, teatro) quanto no próprio Estado (universidades, instituições de pesquisa)”²⁰⁵. O regime foi macabro para o desenvolvimento democrático do país e para a vida de muitos de seus concidadãos, e

²⁰⁴ PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. Universidades e cultura na ditadura militar brasileira. *Revista Estudios del ISHiR*, Año 8, n. 20, pp. 92-106, 2018. p. 93.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 104.

procurou minorar os efeitos corrosivos conformando reivindicações. Esse comportamento conciliatório proporcionou uma situação em que muitos docentes e funcionários das instituições de ensino superior pública evitassem críticas áspers contra o regime no interior dos ambientes universitários, levando-os a promover as discussões sobre as questões nacionais na cadeia de produção cultural fora do ambiente universitário, da qual fazia parte as editoras particulares.

Principalmente a partir da presidência do general Ernesto Geisel ocorreu uma distensão da censura de livros. “[...] O ano de 1977 assistiu à publicação de uma enxurrada de títulos políticos”²⁰⁶, e durante o governo do general João Figueiredo o afrouxamento foi ainda maior com relação à censura. Se durante os dez primeiros anos da ditadura a editora Brasiliense, fundada por Caio Prado Júnior²⁰⁷, viveu à custa das publicações de Monteiro Lobato, a casa aproveitou a aura da abertura do regime quando foi assumida pelo filho do criador, Caio Graco Prado (1931-1992), responsável por redefinir a linha editorial e uma nova fase para a editora²⁰⁸. Entre finais da década de 1970 e início dos anos 1980, o editor e seu assistente editorial, Luiz Schwarcz, inauguraram uma auspiciosa fase para a Brasiliense; primeiro lançando, em 1977, o periódico *Leia Livros*, e no decênio seguinte inaugurando a coleção Primeiros Passos por sugestão de Schwarcz, coleção concebida para publicar “[...] títulos próprios e autores pouco conhecidos do público, professores universitários jovens ou não. [...] Entre 1980 e 1989 foram mais de 200 títulos e cinco milhões de exemplares vendidos. Somente nos primeiros quatro anos da coleção, a Brasiliense publicou mais do que em toda sua história anterior”²⁰⁹. A Brasiliense, diferentemente da Difusão Europeia do Livro (Difel) e da Perspectiva, nos anos 1970 e 1980 foi uma editora de linhagem política e ideológica bem definida, publicando livros introdutórios direcionados não apenas ao público universitário, mas também a pessoas que se interessassem sobre títulos com noções introdutórias de filosofia, literatura e outras temáticas.

A Difel foi fundada em 1951 na cidade de São Paulo por Paul-Jean Monteil, responsável por inaugurar um selo editorial com características semelhantes à editora do Professor Santa Cruz. Sob a condução do livreiro-editor francês, a Difel iniciou sua atividade publicando as traduções de livros francófonos voltados para o público acadêmico. Monteil passou a editar títulos nacionais após ter publicado “[...] uma versão em português da *Histoire Générale des Civilisations*, organizada por Maurice Crouzet, [e] convidou Sérgio Buarque de Holanda para organizar a *História Geral da Civilização Brasileira* (publicada em seis volumes, entre 1960-

²⁰⁶ HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 659.

²⁰⁷ IUMATTI., *op. cit.*, 2016, pp.127-174.

²⁰⁸ ROLLEMBERG, Marcello. Caio Graco Prado, o editor como agitador cultural. *Jornal da USP*, jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=340542>. Acesso em: 06 mar. 2021.

²⁰⁹ *Ibid.*

1971, cobrindo até 1889)”²¹⁰. A pesquisa de Fabiana Marchetti irá oferecer um exame detido da trajetória desse selo editorial, por ora é possível afirmar que boa parte de seu catálogo era direcionado às ciências sociais e linguística, como também foi responsável por lançar a *Corpo e Alma do Brasil*, coleção de estudos brasileiros, “[...] que merece um lugar ao lado da *Brasiliana*, da *Documentos Brasileiros* e da *Retratos do Brasil*”²¹¹. Nos anos 1980, a editora criada por Monteil começou um trabalho em parceria com a *Civilização Brasileira*, que na década seguinte incorporou a *Difusão* e a *Bertrand* dando origem a *BCD União de Editoras*.

Jacó Guinsburg, além de ter sido crítico de teatro, jornalista e professor universitário, foi um dos funcionários da *Difel* a se destacar no ramo editorial cultural e universitário brasileiro. Antes de criar sua editora *Perspectiva* em 1965, Guinsburg relatou que seu período na *Difel* lhe permitiu aproximar da produção francesa por diversas razões, uma delas era a predileção do fundador da casa pelos livros franceses²¹². Sua tentativa de dissuadir Monteil para as edições de autores alemães e de outras línguas era recorrentemente frustrada. Apesar disso, Jacó argumentou que os livros editados pela *Difel* cumpriram o papel de difundir obras relevantes para a intelectualidade brasileira, ponderando apenas que muitas dessas obras faziam parte do espírito do tempo do proprietário do selo.

Já na *Perspectiva*²¹³, Guinsburg pôde levar a cabo seu próprio projeto editorial. Tendo como uma de suas metas divulgar livros ainda desconhecidos por leitores brasileiros, inaugurou o catálogo lançando uma coleção *Judaica* composta de treze volumes. Embora a coleção fosse relevante do ponto de vista cultural, o baixo número de títulos vendidos quase inviabilizou a continuidade da editora. O ponto de viragem começou com a publicação da coleção *Debates* em finais dos anos 1960. Principiou publicando *A personagem de ficção*, de Antonio Candido, Anatol Rosenfeld, Décio de Almeida Prado e Paulo Emílio Salles Gomes, e prosseguiram editando Umberto Eco, Le Corbusier, Octavio Paz, entre outros ilustres intelectuais estrangeiros e brasileiros. Na década posterior lançaram a coleção *Estudos*, a qual congregava Haroldo de Campos, Décio Pignatari, Benedito Campos, entre outros. “[...] Menos de trinta anos após sua fundação, a *Perspectiva* contava com cerca de quatrocentos títulos em catálogo, distribuídos em dez coleções, conseguiu situar-se entre as mais destacadas editoras paulistas”²¹⁴. José Mindlin foi um dos que deixaram seu testemunho sobre a empresa de Guinsburg ao afirmar que a

²¹⁰ HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 762.

²¹¹ *Ibid.*, p. 761.

²¹² AMORIM, Sônia Maria de Amorim; TREMEL, Vera Helena F. (org.). *Jacó Ginsburg*. São Paulo: Prol/Com-Arte, 1989. (Editando o Editor, 1). p. 28.

²¹³ HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 795-796.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 795.

relevância cultural da casa era tributária do rigoroso processo de eleição dos títulos editados, o que não necessariamente correspondia ao sucesso de vendas de muitos dos livros do catálogo.

Dentre todas as editoras mencionadas, a Perspectiva é aquela com maior proximidade do perfil de edições da Livraria Duas Cidades da década de 1970 em diante. O selo que ainda faz parte do mercado editorial brasileiro, foi capaz de formar um robusto catálogo ao longo de sua história, e um dos motivos para tal sucesso foi o tirocínio do fundador da editora, que executou um trabalho próximo do que foi concebido por Santa Cruz. Os depoimentos e artigos de Jacó sobre seu trabalho como editor de livros nos auxilia a refletir sobre a tarefa desempenhada pelo livreiro-editor da Duas Cidades.

Na percepção de Guinsburg, “[...] o trabalho editorial tem feição individualista, mas também decorre de estímulos que vêm de fora”²¹⁵, sublinhando que o contexto social, político e cultural provocam novas concepções na sociedade e no editor, que tem o dever de divulgá-las para o público leitor. Diante da maneira como ele pensava e dirigia sua casa, procurou evitar a seleção de títulos atendendo a critérios eminentemente pessoais e a edição de livros do momento, evitando que a Perspectiva se tornasse uma editora a publicar livros destoantes da linha cultural que ele projetou. Em sua opinião, “[...] o que importa é o caráter, o critério de cada editor. A editoração é sempre um risco, uma opção. Às vezes sabemos que estamos indo contra tudo: a responsabilidade é inteiramente nossa. O importante é que se defina o que vai de encontro à política do indivíduo”²¹⁶. Guinsburg considerou que a Zahar²¹⁷ e a Difel foram duas editoras particulares que começaram a publicar livros destinados aos universitários da área de ciências humanas e sociais. Chamando a nossa atenção para a ausência de editoras brasileiras que atuavam na área das humanidades, Jacó afirmou que certos livros somente poderiam ser publicados por meio da parceria entre Estado e selos comerciais.

O experiente editor de origem judaica refletiu que as primeiras editoras universitárias tinham suas publicações restritas às instituições de ensino superior. Por elas estarem menos preocupadas com a lucratividade, podiam contar com muitas edições não necessariamente rentáveis do ponto de vista de comercialização, acrescentando que em sua opinião os responsáveis por esses selos estavam mais despreocupados em serem hábeis homens de

²¹⁵ GUINSBURG, Jacó. Uma proposta editorial. In: FILHO, Plínio Martins (Org.). *Livros, Editoras e Projetos*. São Paulo: Atêlie Editorial, 1997. pp. 27-44. p. 27.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 28-29.

²¹⁷ Para mais informações sobre a Zahar, ver: AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. *Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970)*. Orientadora: Tânia Maria Tavares Bressone da Cruz Ferreira. Co-orientador: Thomás Augusto Santoro Haddad. 2018. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2018.

negócios, os quais muitas vezes produziam um catálogo preocupando-se apenas em editar livros que atendiam ao público universitário.

Mas havia editores particulares que não podiam deixar a dimensão comercial como um elemento menos importante, ainda mais os que desenvolviam um projeto editorial de caráter cultural, como fizeram Guinsburg e Santa Cruz. O primeiro relatou que durante o ano de 1962 esteve na França como estagiário e bolsista de edições financiado pela Difel, onde trabalhava. Em suas palavras²¹⁸, a experiência foi essencial para ele conhecer o mercado editorial francês ao mesmo tempo que se aproximou da literatura e do teatro que estavam em cena em Paris, e depois regressou ao Brasil com um projeto na cabeça, cujo esboço era próximo do que programou para a Debates. Publicada pela Perspectiva, esta coleção procurou alinhar a dimensão cultural e visual ao âmbito editorial ao criar uma identidade bem definida. Ele elaborou uma coleção cuja reunião de obras incluíam distintas perspectivas da filosofia, da história, da arquitetura, das ciências humanas e sociais, da teoria e crítica literária, entre outras áreas do conhecimento.

Na opinião de Guinsburg, o fator determinante para a definição do preço de capa de um livro não tem a ver com o tamanho da obra, e sim com a tiragem: quanto maior a quantidade de exemplares impressos, menor será o preço do título. Baseando-se nessa percepção, a Debates procurou diminuir o custo do livro por meio da produção de uma capa específica para cada obra, e por isso elaborou, como dissemos no segundo capítulo, uma única identidade visual para todos os títulos que compunham coleção, diminuindo os custos da edição sem agravar a qualidade material das obras publicadas. Essa talvez tenha sido um das razões que levou a Debates a reunir mais de duzentos títulos na coleção no final dos anos 1990.

A paixão era o outro motivo alegado pelo editor com o sucesso desse projeto. Sua paixão pelo livro algumas vezes o levou a realizar escolhas impróprias, embora tenha defendido esse sentimento como o elemento norteador para quem dirige editora universitária ou de selos comerciais que atendiam o público acadêmico. Jacó manifestou que os selos universitários devem agir como um serviço cultural para a promoção desse perfil de edição, salientando a impossibilidade de as editoras particulares terem dificuldade de publicar uma tese sobre Guimarães Rosa ou Bakhtin sem considerar a necessidade do fator cultural, tendo em vista que uma casa de pequeno porte dificilmente consegue arcar com os custos e comércio desse tipo de livro geralmente pouco comercializado. “[...] Uma editora universitária, de certo modo, não tem esse problema, porque a produção cultural de sua universidade supre o investimento da

²¹⁸ GUINSBURG., *op. cit.*, 1997, p. 31-33.

pesquisa”, acrescentando que “[...] um sistema dos mais interessantes que surgiram foi o da coedição que permite esse jogo, essa flexibilidade”²¹⁹.

Guinsburg defendeu a coedição como um sistema benéfico para ambos os lados, principalmente pela maleabilidade de atuação dos selos comerciais no mercado e nas distribuição das obras pelo país. Em função do exposto, o editor da Perspectiva afirmou que a sua editora cumpria o papel de uma editora acadêmica: “[...] noventa por cento do nosso catálogo tem essa natureza. Não foi uma coisa deliberada, [...] mas tudo decorre da natureza do nosso projeto, o que acaba por nos levar ao exercício de uma função universitária”²²⁰. Talvez seja por esse motivo que o trabalho editorial não se reduzia a uma escolha profissional; para muitos tornou-se uma escolha de vida por se tratar de uma atividade cativante, ofício que muitas vezes é difícil de aquilatar racionalmente por envolver a dimensão afetiva, em especial quando analisamos editores e editoras com o propósito cultural na construção de seus catálogos.

A linha editorial concebida por Jacó Guinsburg na Perspectiva tem muitos pontos de contato com o projeto encabeçado pelo Professor Santa Cruz em sua Livraria Duas Cidades. Ambos estavam próximos do meio universitário, conheciam o mundo editorial francês em profundidade, fundaram casas de médio porte, da mesma forma que desenvolveram catálogos partindo da paixão que tinham pelo mundo do livro. Se é verdade que a produção da Perspectiva foi maior que a quantidade de títulos editados pela Duas Cidades, também é procedente a noção de que os dois selos cumpriram um papel relevante para a cultura brasileira e paulistana, sobretudo para a academia. A primeira estava restrita as edições, enquanto a segunda equilibrava-se entre a livraria e a editora cuja proposta editorial, como veremos a seguir, estava voltada preponderantemente para o público universitário durante os anos 1970. Num período em que cerca de 150 novas empresas²²¹ do ramo livreiro eram filiadas a CBL entre meados de 1970 e 1980, quando a economia do país também vivia em sobressaltos, iremos avaliar como nosso personagem e sua editora publicaram obras destinadas a universitários e interessados em refletir sobre os temas nacionais vigentes nesse contexto histórico.

Professor Santa Cruz e o selo Livraria Duas Cidades: o editor e a editora de universitários

Na etapa anterior buscamos entretecer algumas características elementares do mercado editorial brasileiro dos anos 1970 com a finalidade de situar a Duas Cidades nesse contexto. Constatamos

²¹⁹ Ibid., p. 37-38.

²²⁰ Ibid., p. 39.

²²¹ HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 797.

que a indústria editorial nacional adquiriu sua maioria nesse período em razão de o mercado cultural ter ampliado a oferta de bens culturais para o entretenimento televisivo, assim como foram construídas mais instituições de ensino superior durante os anos de abertura do governo, ocasião em que também havia demanda tanto para os livros *best-sellers* quanto para as obras que discutiam os temas nacionais. Entrementes, a ditadura dava sinais de desgaste após a euforia do “milagre econômico”, de modo que o regime procurou atuar na área cultural para apaziguar o descontentamento de setores médios da sociedade, assim como procurou exercer sua perseguição aos livros e ao ambiente universitário de forma negociada.

Especificamente no campo editorial, o governo civil-militar, as universidades públicas e outros órgãos que pertenciam a administração dos estados federados apostaram nas coedições como um meio de viabilizar a publicação de obras que discutiam os temas candentes em nível nacional ou livros que eram resultados de pesquisas universitárias. Mas também houve editoras particulares que produziram seu catálogo para esse público sem necessariamente contar com a parceria de instituições públicas.

Brasiliense, Difel e a Perspectiva foram algumas das editoras situadas na cidade de São Paulo que tiveram um linha de publicações similar a Duas Cidades, tanto pelo tamanho de seus estabelecimentos quanto pelas características dos livros editados. Das informações que temos disponíveis atualmente, a Perspectiva foi aquela com uma identidade próxima da Duas Cidades não apenas pelo tamanho e pelo tipo dos livros publicados para o público intelectual e universitário, mas sobretudo pela maneira como Jacó Guinsburg e Professor Santa Cruz pensavam e realizavam o trabalho editorial, imbuídos de uma paixão que às vezes lhes traziam severos prejuízos financeiros.

Agora vamos imergir na construção da figura do editor do nosso personagem e de sua editora chancelada como Livraria Duas Cidades. No segundo capítulo dedicamo-nos a analisar o editor e a editora da cidade de Deus durante os anos 1960, aqui propomos a escarafunchar o editor e a editora da cidade dos homens no decênio de 1970. E iremos dimensionar o trabalho do editor e de sua editora por intermédio da publicação de trabalhos escritos por intelectuais, professores e estudantes universitários num período em que o país vivia a contradição de um regime ditatorial que paralelamente investia e estruturava o mercado cultural. Ao longo desta tese temos procurado delinear a trajetória do livreiro-editor e de sua casa a fim de aquilatarmos o capital simbólico²²² de Santa Cruz e de sua casa ao analisarmos o tempo de existência, o local de funcionamento da empresa e o fundo editorial construído ao longo de meio século de história.

²²² BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. *Política & Sociedade*. Florianópolis – vol. 17, n. 39, pp. 198-249, mai./ago. de 2018. p. 212.

Procuramos descrever e problematizar as condicionantes sociais, políticas, culturais e educacionais das universidades públicas (e de suas editoras) antes de penetrarmos no catálogo construído pela Duas Cidades durante a década de 1970. Optamos por essa forma de enredo levando em consideração a proposta de Pierre Bourdieu sobre a atuação do editor inserido na estrutura do campo editorial, o qual exerce sua atividade num terreno preñado de relações e coerções com outros editores e agentes livreiros que disputam espaço no mercado editorial, da mesma forma que estabelecem um programa de publicações para seus estabelecimentos editoriais influenciados pelo contexto que vivem. Para o sociólogo francês, a objetivação do campo editorial nos permite investigar as particularidades que diferenciam uns editores de outros: “[...] tanto as características objetivas, como a origem social, o capital escolar e a trajetória social; quanto traços mais difíceis de definir, como as disposições éticas, a competência específica – literária, técnica e comercial”²²³; assim temos procurado entremear a trajetória de José Petronilo desde o nascimento no engenho de açúcar alagoano, passando pelos vínculos com a França, as múltiplas funções como frade dominicano até aposentar a batina e inaugurar uma nova etapa para sua livraria e editora.

As teorias bourdianas de campo intelectual e editorial nos ensinam que as investigações em torno da história do livro e da edição devem se realizar sob o enfoque multidisciplinar. Tendo como exemplo as relações entre a história e as ciências sociais nesse campo de estudo, constatamos que há uma série de condicionamentos a interpelar e modificar as ações e realizações de editoras voltadas a desenvolver um programa cultural, as quais promovem seus projetos em determinada conjuntura histórica e social e forjam uma rede de sociabilidade em torno de um selo editorial. Muitos dos agentes do mundo do livro atuam no campo livreiro e editorial composto por temas, problemas e ações que formam um caldo inconsciente cultural a partir do qual procuram construir e projetar seu peso funcional²²⁴ no mercado do livro. A autoridade ou o poder de um agente é geralmente mensurada pelas posições que ocupam e operam no interior desse campo. Nesse sentido, os ensinamentos de Bourdieu colaboram para uma análise da figura do editor e de sua editora considerando a estrutura, os conflitos, as características e as concorrências constitutivas do seu campo de atuação.

Neste trabalho avaliamos a figura do editor como um intelectual mediador e um homem duplo, cujo foco de ação tende a harmonizar os aspectos comerciais e a paixão pelo mundo do livro, compatibilizando as facetas econômica e cultural. Também ressaltamos que um editor é

²²³ Ibid., p. 221.

²²⁴ BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et. al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp. 105-145. p. 106.

o personagem responsável por viabilizar a publicação de um manuscrito, a pessoa que tem o poder de evidenciar autores e obras, capaz de torná-los famosos, de modo que o reconhecimento (capital simbólico) de seus autores e publicações são geralmente transferidos para o editor e seu estabelecimento. Nesse sentido, o conjunto de livros publicados por um selo editorial pode indicar o patamar de consagração simbólica da editora por intermédio dos ilustres autores publicados ao longo de sua trajetória. A autonomia do editor e de sua casa são relativas, na medida em que o rol de decisões tomadas depende, entre outras coisas, de que modo as ações, omissões e tensões provocadas pelos agentes que atuam no campo editorial determinam o catálogo a ser esboçado por uma casa que executa um programa cultural e intelectual.

Agora examinamos a figura do Professor Santa Cruz e as edições de sua Livraria Duas Cidades não apenas localizando o peso e a dimensão de seu empreendimento (antes no contexto religioso e agora) no horizonte terreno. Utilizaremos os testemunhos colhidos para este trabalho e os documentos abrigados no arquivo pessoal de José Petronilo e de sua empresa como fontes que nos ajudam a avaliar o grau de liberdade do nosso personagem na decisão dos livros que seriam publicados. Por se tratar de uma editora de pequeno para médio porte, as decisões tomadas em sua empresa não envolviam muitas pessoas, o que reforça nosso argumento de que a Duas Cidades era uma livraria e editora de autor, cuja característica primordial era publicação de livros que faziam parte dos interesses do livreiro-editor ou do que ele acreditava ser relevante para a formação do público leitor.

Como veremos a seguir, as tiragens médias da casa diminuíram no período em que editou preponderantemente livros voltados aos setores intelectuais e universitários, o que relativiza sua importância do ponto de vista comercial. Apesar disso, outra forma de examinar a empresa foram os prêmios obtidos com uma parte dos livros publicados pela casa de Santa Cruz, o que ocorreu com Antonio Candido e alguns de seus orientandos. Ademais, nesse período o editor de universitários procurou sopesar suas dificuldades comerciais aumentando o número de títulos publicados por meio do sistema de coedições com editoras universitárias e órgãos públicos federais e estaduais, permitindo-lhe enfrentar as dificuldades financeiras e ampliar seu catálogo. A sede do estabelecimento no centro de São Paulo começou a se deteriorar nos anos 1970, quando ainda era um bairro prestigioso para muitos dos intelectuais, professores e estudantes que frequentaram ou publicaram pela Duas Cidades nessa década. Todos esses fatores possibilitaram a existência dessa livraria e editora cinquentenária sempre situada na área central da cidade, resistindo aos altos e baixos da economia, da política e da cultura, publicando livros importantes para o pensamento das ciências humanas e sociais brasileiras. Num período em que as editoras universitárias ainda não realizavam esse papel a contento, Santa Cruz e sua

equipe inovou em algumas edições e coleções lançadas pela casa por meio de uma estratégia caudatária das vanguardas acadêmicas e poéticas, colaborando para a conformação de um campo cultural e intelectual em São Paulo e no Brasil.

Quando perguntamos a Humberto Pereira²²⁵ em que medida o contato de Santa Cruz com a França foi essencial na sua formação como livreiro-editor, o entrevistado declarou que essa foi uma oportunidade para o então Frei Benevenuto visitar as grandes bibliotecas dos conventos de Paris e de outras cidades francesas e europeias, o que possivelmente lhe sugeriu a grandeza do trabalho do livreiro e do editor. Acrescentamos que o religioso de fato frequentou livrarias e editoras europeias, mas vimos, no segundo capítulo, que ele se aproximou do trabalho editorial realizado pela *Éditions du Cerf* e *Éditions Ouvrières*. Não obstante, Humberto manifestou que, assim como ocorreu com ele, nosso personagem certamente desenvolveu as habilidades do trabalho de produção editorial com a prática do ofício, que envolve dialogar com a gráfica, adquirir papel, determinar o tipo e o tamanho da fonte, e as dimensões do livro, a exemplo do formato padrão de 14 centímetros de largura por 21 centímetro de comprimento.

O entrevistado enunciou que a maior parte do processo de produção editorial ele aprendeu no decorrer de duas semanas. Nessa altura do depoimento, recordou-se dos ensinamentos do diretor da empresa em seus primeiros dias de trabalho, declarando que Benevenuto pegou uma folha de papel, dobrou-a em vários lados demonstrando que o resultado das dobraduras representava o caderno de um livro. No decorrer de sua aprendizagem como produtor editorial, Humberto apontou as seguintes especificidades de seu trabalho. Era o responsável por escolher a gramatura de papel, às vezes utilizando um modelo com camada de caule por cima ou papel cuchê. Com relação à capa, a editora convidava um(a) capista para desenvolvê-la, a qual era impressa numa gráfica diferente de onde imprimiam o conteúdo do livro, e posteriormente expôs que a editora possuía um conjunto de revisores dos originais, ressaltando que o trabalho específico do editor era escolher o manuscrito a ser publicado, as condições de edição e qual público atenderia o livro.

No período que Humberto Pereira esteve à frente do departamento editorial da Livraria Duas Cidades, conviveu com políticos, produtores culturais, professores e estudantes universitários, assim como exerceu a tarefa de produtor editorial e chegou a participar do processo de decisão ou recusa de obras a serem publicadas. Após ter declarado que a inclusão de Antonio Candido e Mário de Andrade foi crucial para a editora se manter nos anos 1970, destacando que o limite orçamentário muitas vezes impediu que autores de peso entrasse

²²⁵ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

catálogo. Disse, por exemplo, que Paulo Emílio Salles Gomes pretendia publicar um texto imenso pelo selo do Professor Santa Cruz, título que certamente teria alto custo edição pelo tamanho do original, pela tiragem reduzida que fariam desse tipo de livro que levaria anos para esgotar uma edição de alto custo.

Tendo em vista os aspectos tecnológicos da primeira metade os anos 1970, Humberto ponderou que as impressões giravam em torno de 3000 a 5000 exemplares na primeira edição, sendo que alguns títulos ficavam encalhados no estoque, o que para ele hoje é mais difícil de ocorrer devido a possibilidade de realizar impressão sucessivas de poucos exemplares por causa da digitalização das oficinas gráficas. Sobre o espaço de sociabilidade gerado especificamente pela editora situada no mezanino do estabelecimento, Humberto descreveu:

A editora tinha duas mesas, duas cadeiras na frente dessa e duas cadeiras na frente daquela outra. Se você quisesse fazer uma reunião um pouco maior, tinha uma sala que era do Benevenuto, em que a gente punha mais cadeiras e fazia uma reunião de dez pessoas, para alguma necessidade maior, mas ali não era muita gente que você tinha de conversar. Duas, três, quatro pessoas. Eu me lembro, eu ali naquela cadeira, um dia chega um cara para conversar comigo: Franco Montoro. “Oi, como vai? Tudo bem? Como é que vai as coisas? Como você está vendo o país?”

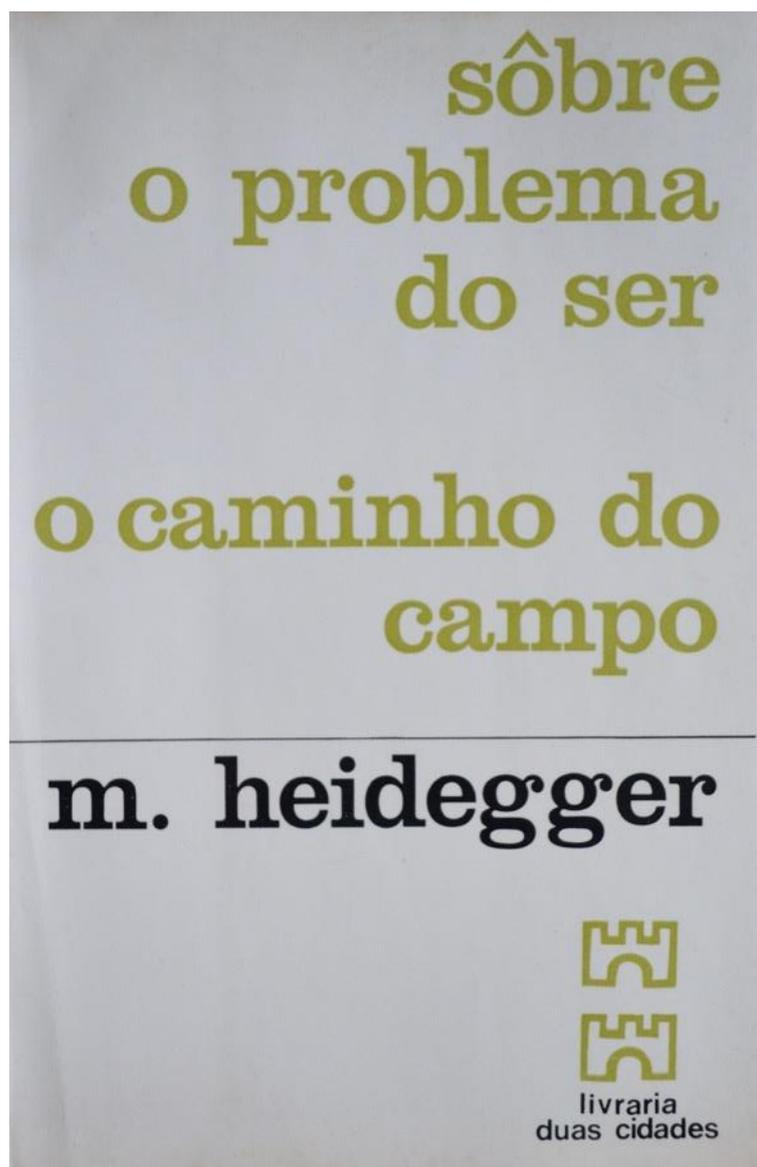
Era habitual ele conversar com personalidades do campo político e cultural da cidade, assim como também era recorrente os autores residentes em São Paulo se dirigirem até a editora para resolver suas pendências com a edição do livro ou receber os direitos autorais. Em suas palavras, a editora possuía uma assistente editorial e houve um período que foi contratada uma pessoa para cuidar das inúmeras correspondências da casa. Posteriormente declarou que a relação entre autor e editor era familiar na dinâmica da casa, mas houve um dia que o professor gaúcho Ernildo Stein bateu à porta editora para perguntar se seria viável a Duas Cidades editar as obras do filósofo alemão Martin Heidegger. Segundo Humberto, o docente e tradutor se apresentou, contou que tinha sido aluno de Heidegger na Alemanha, expôs que tinha traduzido alguns livros filósofo e deixou os originais acompanhando das traduções e de uma carta da editora Vittorio Klostermann autorizando a publicação do livro em língua portuguesa.

Em 1969, a Livraria Duas Cidades lançou o primeiro livro de M. Heidegger, intitulado *Sobre o problema do ser: o caminho do campo* (ver figura 51), com 5000 exemplares impressos, revisão de José Geraldo Nogueira Moutinho, capa da Yasuko Tominaga e tradução²²⁶ de Ernildo Stein. Em nota escrita em julho de 1968 e publicada nesta obra, o tradutor enfatizou

²²⁶ Sobre os desafios da tradução de títulos de filosofia, ver: GUINSBURG., *op. cit.*, 1997, p. 34-36.

sua experiência no ensino universitário, manifestou que o pensamento de Heidegger estava incorporado à tradição filosófica contemporânea e declarou que a Duas Cidades inaugurava a primeira de outras obras ensaísticas do filósofo alemão que tratavam sobre o problema do ser. Nesse meio-tempo, Ernildo publicou pela editora, em 1973, *A questão do método na filosofia: um estudo do modelo heideggeriano*, com 2060 exemplares impressos em uma única edição.

Figura 51. *Sobre o problema do ser: o caminho do campo* (1969), de Martin Heidegger



Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

É interessante notar que os outros livros do filósofo alemão seguiram o mesmo padrão visual concebido pela capista Yasuko Tominaga, quem assinou a capa de todos os livros de Heidegger editados pela Duas Cidades, apenas com exceção da terceira edição de *Que é isto* –

a filosofia? – identidade e diferença, publicado, em 2006, em coedição com a Vozes. Outra curiosidade tem a ver com a revisão de José Geraldo Nogueira Moutinho (1933-1991), o qual foi próximo do livreiro-editor da casa, ao ponto de Frei Benevenuto ter sido o padre responsável por abençoar seu casamento²²⁷ com Jessita Maria na Igreja de São Domingos, em dezembro de 1961. Nogueira Moutinho destacou-se no cenário cultural paulistano como crítico literário, poeta e redator da *Folha de S. Paulo*, jornal por meio do qual ele publicou cerca de dezesseis resenhas dos livros publicados pela Livraria Duas Cidades nos anos 1970, sendo que a primeira²²⁸ delas apresentou o terceiro título de Heidegger editado pela casa – *Sobre a Essência da Verdade: a tese de Kant sobre o ser*, lançado, em 1970, com tiragem de 4000 exemplares. O segundo livro foi *Que é metafísica?*, de 1969, com 5000 exemplares impressos; o quarto foi a primeira edição de *O que é isto – a Filosofia? – identidade e diferença*, de 1971 com 3200 exemplares, sendo que a segunda edição (1978) saiu com 1600 exemplares; o quinto, *Sobre a essência do fundamento: a determinação do ser do ente segundo Leibniz*, saiu em 1971, com 4172 exemplares; e o derradeiro lançamento, de 1972, foi *O fim da filosofia ou a questão do pensamento*, título com tiragem de 2000 exemplares.

De acordo com o testemunho de Humberto Pereira²²⁹, os livros de Martin Heidegger disponíveis no mercado brasileiro dos anos 1970 eram as edições publicadas pela Livraria Duas Cidades, ao que ele acrescentou que nem mesmo a afamada coleção Os Pensadores, da editora Abril, incluía Heidegger. Para o entrevistado, a atipicidade das publicações desse filósofo pelo selo editorial de Santa Cruz estava no fato de o tradutor procurar a editora para realizar as publicações de um autor estrangeiro, na medida em que o habitual era o autor, ou a editora que possuía os direitos autorais do autor, fazer o contato diretamente com a casa.

Outra situação insólita relatada por Humberto foi a publicação de *Angústia, culpa e libertação* (1975), escrito pelo psiquiatra suíço Medard Boss, traduzido pela pintora teuto-brasileira Barbara Spanoudis e a capa elaborada por Yasuko Tominaga, com um projeto gráfico idêntico às capas dos livros do filósofo alemão. Medard Boss, que foi aluno de Jung e desenvolvia estudos sobre a psicanálise existencialista, teve apenas esse título publicado pela Duas Cidades, mas com quatro edições entre 1975 e 1988, a primeira, segunda e quarta contou 2000 exemplares em cada edição, e a terceira imprimiu 3000 exemplares. Segundo Humberto, alguns psiquiatras paulistanos daqueles anos sugeriram a publicação do autor suíço, que vinha costumeiramente ao Brasil porque um de seus filhos possuía fazendas no estado de São Paulo.

²²⁷ TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 dez. 1961. *Vida Social*, p. 2.

²²⁸ MOUTINHO, Nogueira. Heidegger & Max Weber. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1970. p. 21.

²²⁹ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

Concluimos a entrevista com Humberto Pereira perguntando como ele enxergava a construção do catálogo da editora Livraria Duas Cidades. Em sua opinião, “[...] a editora nunca teve um volume e uma diversidade muito grande de títulos, ela não tinha um catálogo gordo, era um catálogo magro, muito magrinho em termos de quantidade”. Ele acrescentou que embora o programa da editora e os livros comercializados pela livraria tenham ultrapassado o terreno católico, a casa ainda era extremamente identificada com o universo religioso.

Gráfico 12. Nacionalidade dos autores da Livraria Duas Cidades (1970-1979)



Fonte: dados levantados pelo autor

Como o próprio entrevistado ressaltou ao longo de seu depoimento, o fato de relatar que a quantidade de livros editados pela casa era inexpressivo perto de outros selos de grande envergadura não implica em diminuir a qualidade de livros editados. Mesmo assim, para ele a livraria foi mais relevante que a editora, justificando que o serviço de importação de livros era um serviço reconhecido pela clientela da casa. Nós, por outro lado, acreditamos que a editora ampliou a diversidade dos títulos editados a partir do decênio de 1970, como julgamos que tanto a livraria quanto a editora tiveram fases boas e ruins. Houve períodos em que a importação de livros não era rentável justamente pela falta de apoio do Estado na isenção de taxas tributárias, e isso conduzia o Professor Santa Cruz a apostar nas traduções ou edições de autores nacionais por seu selo (ver gráfico 12). Podemos notar que os ensaios de Heidegger publicados pela Livraria Duas Cidades ocorreram de 1969 até 1972, quando a importação ainda estava vantajosa e as traduções de livros estrangeiros não era tão dispendiosa, porém apresentamos que o cenário econômico foi modificando no decorrer dos anos 1970, impelindo-o a apostar no autor nacional.

Mesmo que tenha traduzido autores estrangeiros, como Medard Boss, em 1975, a obra e suas reedições atendiam à demanda de um pequeno público ligado a área de psiquiatria brasileira. Nesse contexto, nos parece que a crítica de Maria Antonia²³⁰ sobre o fato de o nosso personagem não ter optado pela livraria ou pela editora nos parece o argumento mais acertado, na medida em que certas épocas os recursos da livraria socorria a editora, e em outras ocasiões era o contrário. Em sua avaliação, “[...] talvez tenha sido um erro não ter optado por uma ou por outra num determinado momento da história da Duas Cidades, mas eu percebia que ele não queria desvincular, queria continuar” com a livraria e editora.

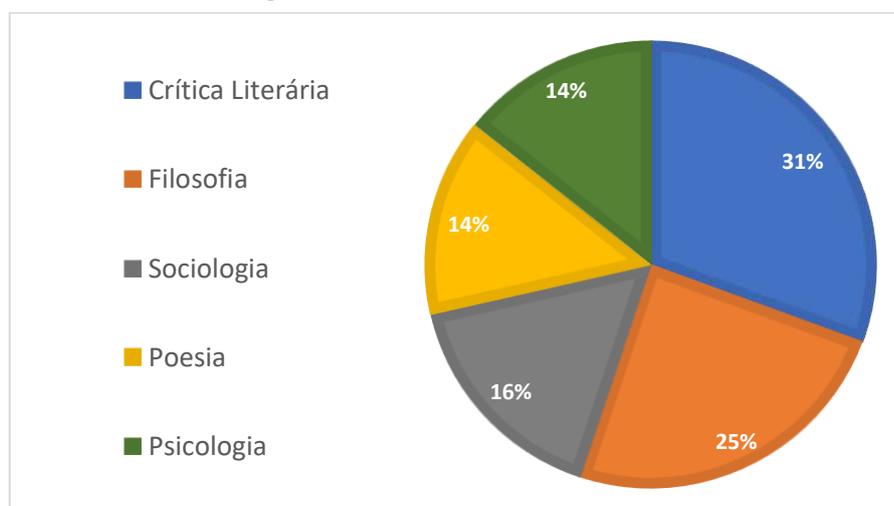
A herdeira do estabelecimento enunciou a capacidade de Santa Cruz em se relacionar com o público artístico, afirmando que ele teve contato com Cacilda Becker, Mira Schendel, José Antonio da Silva, ao mesmo tempo que era muito próximo da intelectualidade. Maria Antonia ponderou que Antonio Candido, seus amigos e orientandos publicaram livros pela casa às vezes financiando parte dos custos da edição para viabilizarem o lançamento dos livros pela Livraria Duas Cidades. Pelo acervo da casa não conseguimos indicar todos os autores que arcaram com os custos das edições, mas pelo quadro cronológico de livros publicados é possível notar a presença de amigos do crítico literário no catálogo. Fernando de Azevedo lançou dois títulos pela casa; o primeiro, *Figuras do meu convívio* (1973), era uma autobiografia com tiragem de 3000 exemplares; e o segundo, *Princípios de Sociologia* (1973), que já tinha sido publicado pela Companhia Editora Nacional, saiu pela Duas Cidades com 3000 exemplares. Celso Lafer, em coautoria com Félix Peña, lançou *Argentina e Brasil* (1973), o qual saiu com 3050 exemplares. Mas Antonio Candido não trouxe apenas professores e estudantes universitários para serem autores da casa, a exemplo de ter indicado o mineiro de Poços de Caldas, Jurandir Ferreira, que também era farmacêutico, escritor, crítico literário e autor de *Saia Branca* (1972), uma reunião de contos com 2950 exemplares impressos.

Aliás, e embora a presença de títulos literários tenha sido pouco expressiva no catálogo, Maria Antonia chama a nossa atenção para os romances, relato de guerra e peça de teatro que foram editadas pela editora. *A crônica do Valente Parentins* (1976) era um romance de 800 páginas escrito por Ewelson Soares Pinto, então promotor do estado de São Paulo que era amigo de Santa Cruz, e teve sua obra lançada pelo selo com 1500 exemplares, o que é um indicativo de o autor ter financiado ao menos parte da edição. Outro romance, porém de caráter histórico, foi escrito por Henrique Simas, *1949 não terminou*, publicado, em 1977, com tiragem de 3000 exemplares. Este e outros títulos que veremos a seguir indicam a intenção da casa em atender

²³⁰ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016.

uma parcela dos leitores que estavam interessados por livros que abordassem temas nacionais, assim como era *Mina R.* (1973), de Roberto de Mello e Souza, quem escreveu este relato de sua participação na Segunda Guerra Mundial como ex-cabo do exército brasileiro, obra que contou com 3020 exemplares impressos. Ainda na ala da literatura, a editora teve o privilégio de publicar *Santa, Automóvel e Soldado* (1975), três peças de teatro escritas por Osman Lins e lançadas numa única edição com tiragem de 3000 exemplares.

Gráfico 13. Ranking das 5 maiores áreas temáticas entre 1970 e 1979



Fonte: dados levantados pelo autor

Mas a publicação de romances, contos, relatos ou peças de teatro nem de longe se firmaram no catálogo da Livraria Duas Cidades. Na perspectiva de Laura de Mello e Souza²³¹, houve um período que nosso personagem foi editor de vanguarda em São Paulo ao publicar os irmãos Campos, Décio Pignatari, outros poetas e a coleção Claro Enigma, como veremos no próximo capítulo. Ainda assim, a historiadora declarou que o perfil universitário talvez tenha sido a característica proeminente da editora, sobretudo por meio da crítica literária, das ciências sociais e outras áreas do conhecimento (ver gráfico 13) viabilizadas pelas dissertações e teses que tiveram grande acolhida no selo do Professor Santa Cruz. Na esteira desses argumentos, a entrevistada sugeriu que o espírito ecumênico guiava o trabalho do editor, sublinhando que ele era uma pessoa intelectualmente aberta, habilidosa para circular em diferentes círculos sociais, políticos e culturais ao fazer amizade com pessoas de diferentes tendências políticas e artísticas. Quando a interpelamos sobre qual seria o papel simbólico da Livraria Duas Cidades e do Professor Santa Cruz para a história social e cultural de São Paulo e do Brasil, a historiadora

²³¹ Laura de Mello e Souza, entrevista, 01 out. 2020.

afirmou que ele foi um herói, principalmente quando se considera a dificuldade de realizar o projeto de uma livraria e editora com as características da casa de Santa Cruz. A entrevistada nos advertiu para a escassez de recursos do livreiro-editor, o que não o impediu de publicar livros importantes para a cultura e o meio universitário paulistano e brasileiro. Apesar de esse trecho do testemunho de Laura de Mello e Souza revelar sua intimidade com o Bené, expondo, nas entrelinhas, uma avaliação menos objetiva da empresa, a sua opinião, porém, nos parece acertada no que tange ao fato de o editor ter sido capaz de produzir uma linha editorial religiosa, universitária e cultural de caráter aberto, por vezes vanguardista, mesmo diante da falta de recursos financeiro e da pouca destreza no quesito administrativo da empresa.

De acordo com Fernando Uchoa Santa Cruz²³², seu tio não gostava de poesia concreta, e mesmo assim permitia a publicação dos autores concretistas. Ressaltou que as vendas dessas obras eram irrisórias, e essa escolha às vezes fazia com que a livraria cobrisse os gastos da editora. O testemunho do sobrinho corroborou o argumento de outros entrevistados sobre a recorrente dificuldade financeira da empresa, ao ponto de Fernando assegurar que houve momentos em que ele, sua irmã e seu cunhado deram dinheiro para o tio Zé quitar as contas do estabelecimento, ao ponto de uma vez ele ter financiado, a pedido do tio, a metade da publicação de 1300 exemplares do livro *Maria Padilha e toda sua quadrilha: de amante de um rei de Castela a pomba-gira de umbanda* (1993), de Marlyse Meyer. Como agradecimento ao apoio do sobrinho, o editor colocou o nome da empresa de Fernando, EBC Nordeste Ltda., na folha de rosto do livro. O sobrinho custeou parte da edição mesmo sem compreender a razão de seu tio querer a publicação de um título sobre pomba-gira, o que nos impele a supor que sua visão publicitária e empresarial era crítica ao tirocínio do livreiro-editor despido de comercialismos.

Essas características do nosso personagem e as dificuldades financeiras da empresa não foram apenas realçadas por Laura de Mello e Souza e Fernando Uchoa, os depoimentos de Roberto Schwarz e Rogério Cezar de Cerqueira Leite trouxeram à tona essas peculiaridades do editor e da editora.

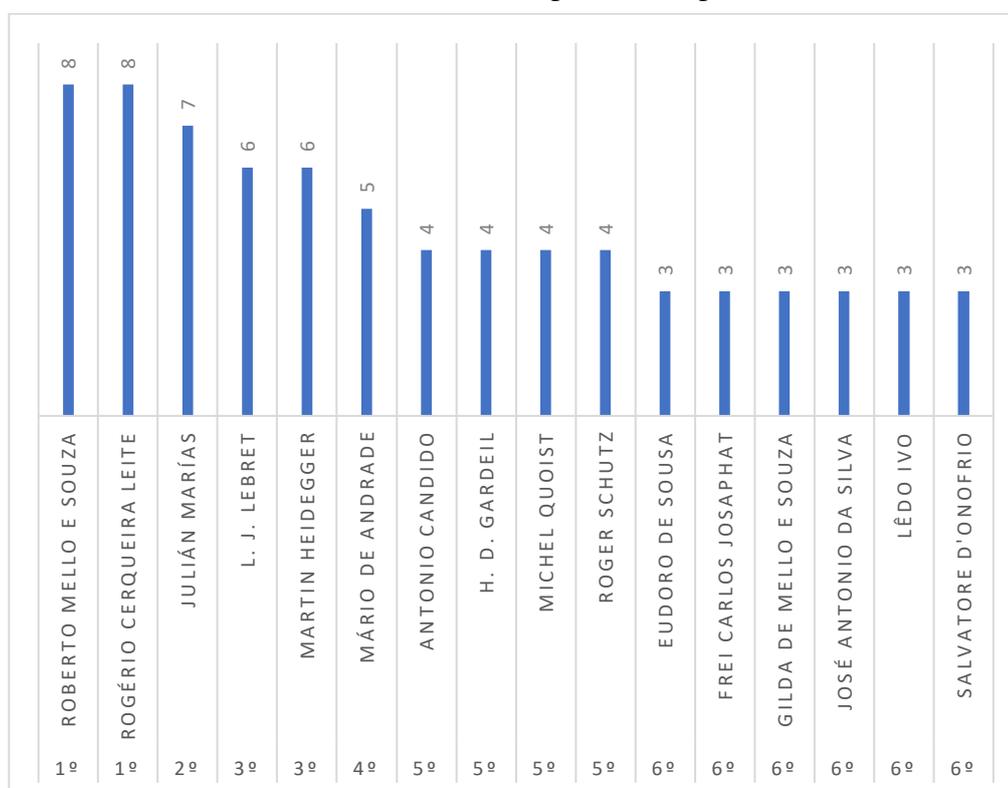
O primeiro²³³ foi categórico ao enunciar que “[...] o Santa Cruz [dirigia] uma editora para o bem do espírito e para o bem do Brasil, uma editora pouco comercial, tanto a editora como a livraria, de modo que eu penso que ele nunca ficou rico”. Um pouco mais adiante, o crítico literário e autor da Livraria Duas Cidades argumentou que “[...] havia certo clima [...] de espiritualidade ou de intelectualismo, diferente das outras editoras, e isso certamente era ligado à figura dele e à maneira como ele procedia”. Schwarz contou-nos sobre um episódio ilustrativo

²³² Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

²³³ Roberto Schwarz, entrevista, 17 jun. 2020.

da dificuldade financeira do empreendimento: ele tinha um amigo francês católico, esquerdista e ligado aos padres operários, amigo que faleceu e deixou um romance autobiográfico digno de publicação na opinião de Roberto, que possuía o manuscrito. Como o amigo não conseguiu publicar o livro na França, o entrevistado apresentou o texto ao Professor Santa Cruz, que leu e apreciou o romance, mas alegou que não podia publicar por falta de dinheiro para a tradução. Em sua avaliação, o episódio é uma demonstração de como uma casa com um fundo editorial prestigioso estava impedida de publicar um texto que interessava o editor pela falta de recursos.

Gráfico 14. Os 16 autores com mais títulos publicados pela Livraria Duas Cidades



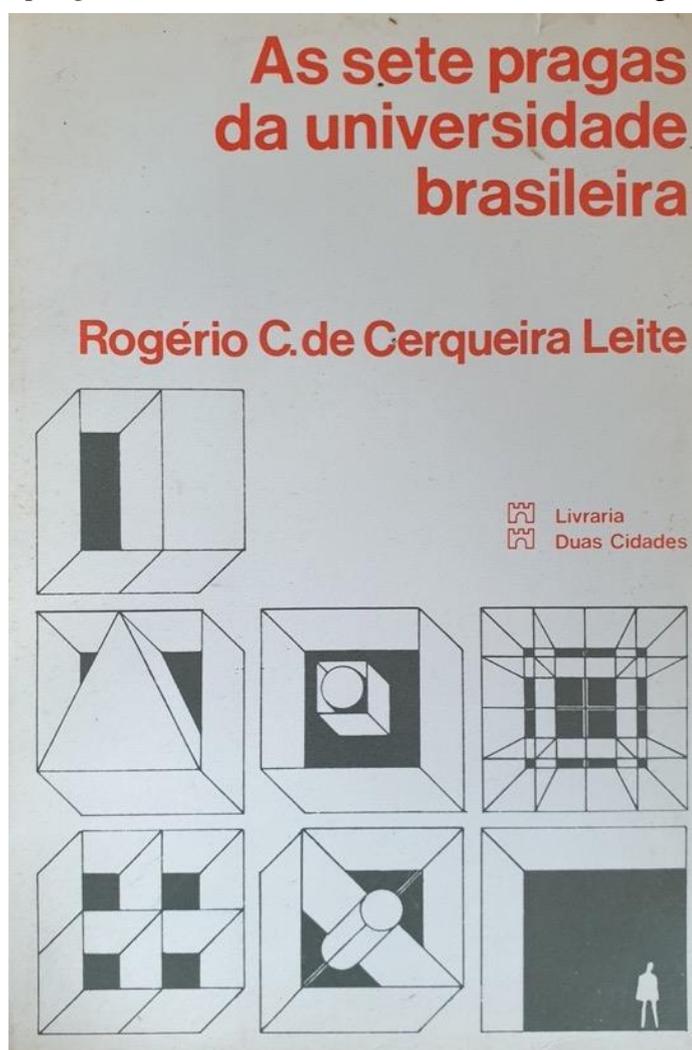
Fonte: dados levantados pelo autor

Apesar desses obstáculos, Rogério C. de Cerqueira Leite²³⁴ apontou a coragem, dignidade, serenidade e seriedade como os traços marcantes do Professor Santa Cruz. Segundo o entrevistado, que ao lado de Roberto de Mello e Souza foi o autor com o maior número de títulos editados pela Livraria Duas Cidades (ver gráfico 14), o perfil editorial do selo partia da crença do editor na função cultural que a editora poderia cumprir. Autor de 8 livros do catálogo, Rogério relatou que os livros publicados pelo selo demonstram que o aspecto econômico era o menos relevante para Santa Cruz, que lançava obras de autores progressistas, alguns dos quais

²³⁴ Rogério C. de Cerqueira Leite, entrevista, 10 set. 2018.

eram de esquerda, e também de autores que o editor gostasse da obra independente da filiação ideológica. Ao questionarmos o físico e professor universitário as razões por ter escolhido a Duas Cidades para publicar seus livros, ele respondeu da seguinte forma: “[...] em primeiro lugar porque era uma livraria que eu tinha acesso, eu o conhecia [e] era ambiente intelectual interessante. E, sei lá, aconteceu”. Expressou, em seguida, que não lia os contratos porque havia uma confiança mútua entre eles, afirmando que a editora tinha o cuidado de lhe mostrar as capas e a diagramação que eram produzidas para seus livros.

Figura 52. *As sete pragas da universidade brasileira* (1978), de Rogério Cerqueira Leite



Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

Dos 8 títulos de Rogério C. de Cerqueira Leite publicou pela editora, o primeiro, *Tecnologia e Desenvolvimento Nacional* (1976), com 3000 exemplares impressos, era uma compilação de artigos anteriormente lançados na *Folha de S. Paulo*, e posteriormente reunidos no livro, cujo enfoque discutia sobre como proceder em relação ao desenvolvimento

tecnológico e econômico do Brasil. *Antoninho finca-pé e seu defunto* (1976) foi o segundo livro do autor com tiragem de 2100 exemplares, o qual é uma reunião de contos autobiográficos. Já o terceiro livro, *As mil e uma noites das multinacionais* (1977), com 2120 exemplares impressos, incorporava outros artigos do autor que tinham sido publicados pelo jornal e diziam respeito à inaptidão do país em solucionar os problemas e impasses de uma nação em desenvolvimento. *Energia Nuclear e outras mitologias* (1977) foi o quarto livro, com 2000 exemplares lançados, e cujo conteúdo reunia outros artigos do autor publicados pela *Folha*, porém o enfoque dessa vez estava na luta que Rogério travou contra o acordo nuclear do Brasil com a Alemanha, assinado pela ditadura civil-militar. A quinta obra, *As sete pragas da universidade brasileira* (1978, ver figura 52) envolvia outra compilação de textos originalmente publicados em jornal, os quais demonstravam o interesse do autor pelos limites do ensino superior brasileiro, incluindo alguns artigos não diretamente vinculados à questão universitária, mas que poderiam interessar estudantes e professores, como foi o caso de Antonio Candido, que, segundo o entrevistado, gostou do livro. Enquanto o sexto título, *A agonia da tecnologia nacional* (1978), teve 2000 exemplares impressos e dissertava sobre indústria, economia, energia nuclear e tecnologia, o sétimo, *Colonização Consentida* (1980), com tiragem de 2000 exemplares, problematizava as questões nacionais relacionadas à política econômica e tecnológica, à influência do estrangeiro no país e outros assuntos em torno da independência brasileira, e que também reuniu de artigos que tinham sido publicados na *Folha de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil* durante o ano de 1979. A oitava obra foi sobre música e falaremos sobre ela no quinto capítulo deste trabalho. Mas ao analisarmos a pasta com o nome da autor abrigada no acervo da Livraria Duas Cidades nos demos conta de que o contrato de seus livros seguiam o padrão de outros contratos do selo, com exceção de dois itens: ele renunciava aos direitos autorais da primeira edição de suas obras e se comprometia a comprar 200 exemplares da primeira edição de seus títulos no valor do preço de capa, comprovando que ele foi um dos autores da casa a financiar parte da edição de seus livros.

Além desses títulos, o autor participou da organização de três obras. *Ciência, Tecnologia e Independência* (1978), a qual teve 2000 exemplares impressos e reunia artigos de autores que participaram do seminário homônimo ao título do livro, a exemplo de Severo Gomes, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro, Jorge Sabato, entre outros. O segundo livro organizado por Rogério em parceria com outros professores universitários foi *Nióbio, uma conquista nacional* (1988), de 2000 exemplares, e *Quartzo* (1992), com tiragem de 1000 exemplares. Por intermédio dos livros escritos ou organizados pelo físico e professor aposentado da Unicamp, notamos que a universidade e assuntos ligados ao desenvolvimento

nacional eram características elementares dessas obras, o que em certa medida justifica a publicação da editora naquele período em que havia interesse dos leitores brasileiros por obras que abordassem as questões nacionais em épocas de abertura do governo ditatorial.

Do conjunto de títulos de Rogério Cezar de Cerqueira Leite, apenas o oitavo título não teve a capa produzida por Lúcio Gomes Machado, que foi o responsável por produzir o maior número de capas para a Livraria Duas Cidades (ver tabela 2) entre 1975 e 1989. Filho do afamado intelectual Lourival Gomes Machado, Lúcio²³⁵ se formou em arquitetura, em 1969, pela Universidade Mackenzie, trabalhou em sua área de formação e depois foi convidado a realizar as capas de algumas coleções da editora Perspectiva durante a primeira metade dos anos 1970, nomeadamente a Khronos e a Stylus.

Tabela 2. Os cinco maiores capista da Livraria Duas Cidades (1955-2006)

Os cinco maiores capistas da Duas Cidades	1ª edição	Todas as edições
Lucio Gomes Machado (1975-1989)	68	76
Ana Luisa Escorel (1971-1998)	19	24
Luis Dias (1984-1993)	16	22
Yasuko Tominaga (1968-1988)	16	22
Moema Cavalcanti (1988-1990)	13	15

Fonte: dados levantados pelo autor

Após esse período, Lúcio Gomes Machado foi contratado pelo então diretor da Faculdade de Arquitetura da USP para estruturar um laboratório de artes gráficas, onde ficou nove anos para depois assumir um cargo numa empresa pública do estado de São Paulo. Foi no ano de 1979 que Lúcio e Eduardo J. Rodrigues fundaram um escritório de arquitetura voltado ao desenvolvimento de projetos arquitetônicos e à comunicação visual de empresas públicas ou particulares. Pelo levantamento que fizemos dos livros publicados na história da Livraria Duas Cidades, antes mesmo da fundação desse escritório aparecia o nome dos dois arquitetos como responsáveis pelo projeto gráfico dos livros, porém Lúcio nos afirmou²³⁶ que ele era o responsável por desenvolver as capas da Duas Cidades e seu sócio elaborava as capas da Paz &

²³⁵ Lúcio Gomes Machado, entrevista, 03 jun. 2020.

²³⁶ Em razão do exposto pelo entrevistado, consideramos que ele foi o responsável por desenvolver as capas que estavam apenas seu nome (9) e as que mencionavam Lúcio Gomes Machado e Eduardo J. Rodrigues (59).

Terra. Havia momentos que debatiam quais seriam as soluções mais adequadas para um ou outro livro desses selos, inclusive porque o pagamento do serviço era feito para o escritório.

O arquiteto não se recorda o que o levou a produzir 68 capas para a primeira edição de livros editados pelo selo do Professor Santa Cruz. Em sua vaga lembrança, alguém o comunicou que a editora estava precisando de uma pessoa para elaborar as capas e entrou em contato com livreiro-editor que foi grande amigo seu pai. Foi assim que começou a desenvolver o trabalho para a editora em 1975, quando produziu duas capas de lançamentos da Livraria Duas Cidades, e foi até 1989, ano em que seu nome consta como o responsável por elaborar o projeto gráfico de reedições da casa. Durante esse período, Lúcio relatou que a grande dificuldade era confeccionar capas com um custo mínimo em razão das dificuldades financeiras da editora, e isso o levou a utilizar outros recursos técnicos. Como naquela época não havia computador, ele nos disse que a elaboração era basicamente feita à mão. Seu ofício de capista começou na Perspectiva e depois na oficina gráfica da Faculdade de Arquitetura da USP, onde utilizava “[...] recursos da impressão *offset* com fotolito, e às vezes sem usar fotolito, [empregando] simplesmente as transparências construídas manualmente com [a finalidade de produzir] imagens”. Esse procedimento baixava o custo da produção das capas, tendo em vista que a maioria delas faziam uso da custosa quadricromia, e por isso ele utilizava a superposição de cores para produzir uma terceira ou quarta cor – “[...] este era o macete daquelas capas”. Se o mercado editorial usualmente empregava a quadricromia para as capas de livros, Lúcio optou por uma maneira econômica de confeccioná-las.

A despeito de ter cursado um disciplina voltada para as questões gráficas durante sua graduação em Arquitetura, cursada entre 1965 e 1969, a aprendizagem em *design* gráfico foi absolutamente autodidata e colocada em prática durante seu trabalho na Perspectiva e no Laboratório de Programação Gráfica da USP, que funcionou durante anos como uma editora experimental voltada a publicar livros de arquitetura de professores da universidade e de outras instituições, numa época em que os livros desse ofício eram dispendiosos. Logo em seguida perguntamos se ele definiria suas capas confeccionadas para a Livraria Duas Cidades como artísticas, gráficas ou capas-anúncios²³⁷, ao que ele respondeu:

“[...] a maior parte dessas capas foram feitas com o esquema [de sobreposição de cores]; elas tinham que ser de certo modo chamativa, ter certa unidade gráfica, mas ao mesmo tempo serem diferentes, porque eu tinha vivido a experiência da Perspectiva, que era trágica pela questão das coleções Debates e Estudos, que eram livros fantásticos, mas as pessoas não percebiam que eram

²³⁷ ESCOREL, Ana Luisa., *op. cit.*, p. 28-35.

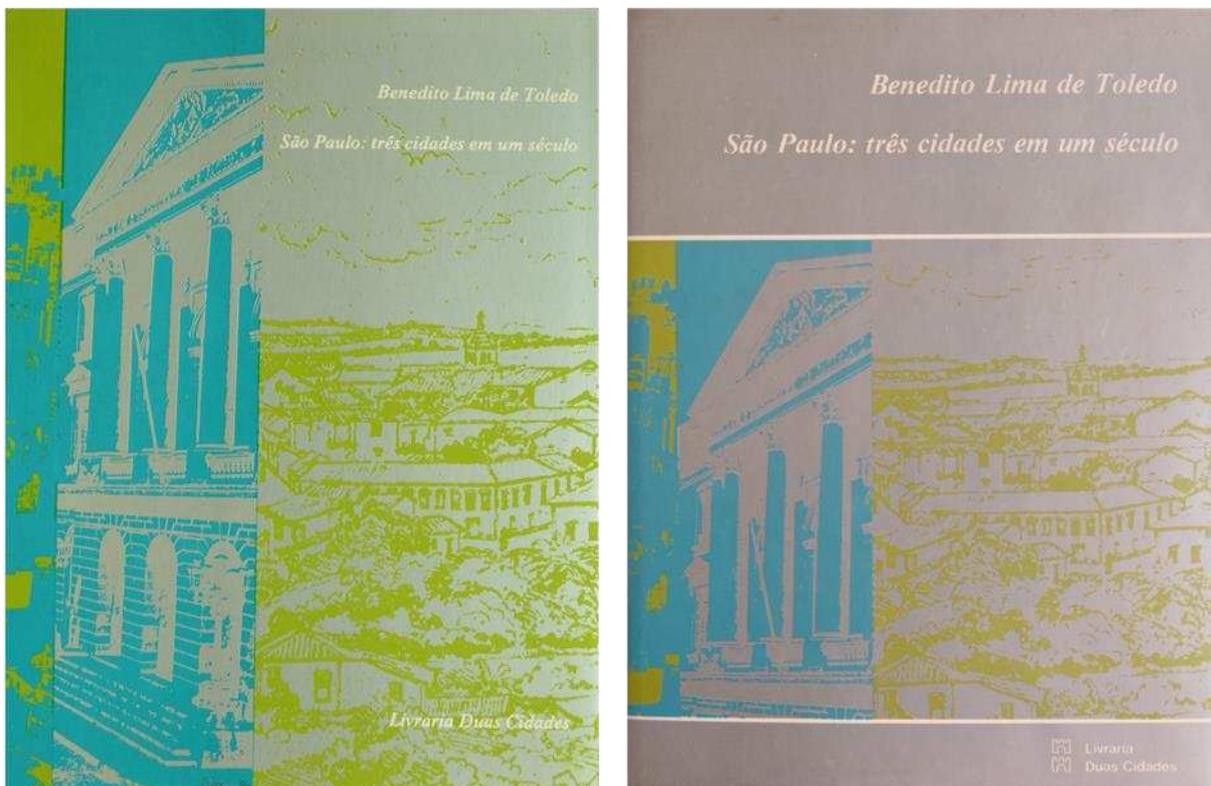
livros novos na vitrine, sobretudo a Debates. Elas não foram projetadas por mim. [...] Na própria Perspectiva eu já tinha feito a coleção chamada Khronos, que era uma coleção já pensada como uma série de livros e que os primeiros nove foi eu que projetei, [e] eram uma progressão de cores do arco-íris. Todas elas tinham imagem, era um grafismo trabalhado com linhas brancas, com um negativo branco em cima da cor para ter unidade e ao mesmo tempo ver que era muito diferente. Já nessa época a gente já tinha feito coisa muito importante, que era ter o título na parte de cima, porque era muito comum os livros ficarem enfileirados na vitrine. Então se o título ficasse embaixo, ninguém sabia que livro era, o que era uma [estratégia] comercial, [de modo que] na Duas Cidades todos os títulos estão na parte superior [...]. Outra coisa que a gente fez – já tinha feito na Perspectiva e continuei na [Duas Cidades] – é que a capa não era só a frente, a capa era frente e verso, um desenho só, [e a partir da lombada o leitor] reconhecia que era um livro diferente.

A tática de fazer um único desenho para capa, lombada e contracapa foi utilizada por Lúcio Gomes Machado levando em consideração que a maioria dos livros eram dispostos nas estantes das livrarias pela lombada ou pela vitrine. Ele deflagrou essa tática nas coleções da Perspectiva que produziu, e depois aprofundou essa ideia na Duas Cidades. Ao fim e ao cabo, o arquiteto, capista e professor universitário enunciou que suas capas eram visuais e vinculadas a um processo gráfico, o que no conceito da *designer* gráfica Ana Luisa Escorel significava que as capas de Lúcio eram gráficas não projetadas, isto é, gerada por meio de elementos gráficos ao mesmo tempo que utilizavam uma atitude artística. Em determinada altura do relato, o arquiteto nos disse que podia gerar “[...] uma gravura [...] feita para ser capa de livro, para ser impresso em *offset*, [mas] não era objeto único. [...] [Podíamos pegar] esse projeto e vender como sendo gravura, mas não era nosso interesse. [...] Você nota que algumas são figurativas, então a maioria era totalmente abstrata”, sem relação com o conteúdo do livro.

Ato contínuo, questionamos se ele desenvolvia o projeto para o miolo dos títulos da Duas Cidades, ao que ele afirmou que em alguns livros trabalhou com soluções para todos os aspectos atinentes ao miolo da obra. Como exemplo, citou o livro de Benedito Lima Toledo, *São Paulo: três cidades em um século*, cujo lançamento da primeira edição foi em 1981, (2010 exemplares) e a segunda edição saiu em 1983 (3500 exemplares), com capa dura e aperfeiçoada (ver figura 53). O entrevistado nos alertou para o fato de que o professor Benedito fora seu orientador de mestrado e doutorado, e ele levou a obra de seu orientador para a Duas Cidades. Já *Engenho e Tecnologia* (1981), com tiragem de 2000 exemplares, de autoria do arquiteto Ruy Gama, foi outro autor da editora indicado por Lúcio Gomes Machado. Em sua opinião, o livro de Ruy Gama somente não teve o mesmo sucesso que o livro de Benedito Lima de Toledo porque muitos livreiros colocavam a obra do autor na seção incorreta, argumentando que foi muito

comum o livro ser encontrado na seção de Engenharia ou Tecnologia da Informação, enquanto deveria estar na seção de História ou Arquitetura.

Figura 53. *São Paulo: três cidades em um século*, de Benedito Lima de Toledo (1 e 2 ed)



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

O maior capista da casa de Santa Cruz sopesou as numerosas dificuldades de vendas dos livros da editora. A tiragens eram baixas para os anos 1970 e o conteúdo das obras era voltado para um público restrito, de modo que os títulos da Duas Cidades faziam parte “militância intelectual do Benevenuto, de achar que [tinha de lançar livros] que fizessem diferença; não eram *best-seller*, era outro espírito”. Um pouco mais adiante, o arquiteto confidenciou que o editor fazia muita questão de capas elaboradas apenas com letras, o que Lúcio disse que infelizmente não atendeu ao único desejo de Santa Cruz argumentando que os recursos técnicos disponíveis naquela altura dificultavam a realização desse tipo de capa. Quando o questionamos se havia um diálogo entre autores e capista, Lúcio contestou afirmando que infelizmente não houve esse relacionamento, expondo que os autores não o procuraram e ele não contactou os autores, muitos dos quais ele gostaria de ter conhecido. Em seu juízo, “[...] o nome capista [dizia respeito] a um [profissional] muito desqualificado, era um nada. Eu achava bacana fazer, eu achava importante, mas a maior parte das pessoas não estavam nem aí para o capista, [nem]

mesmo para o revisor”, ambos desacreditados no panorama intelectual, a despeito de se tratar de profissionais bem-formados.

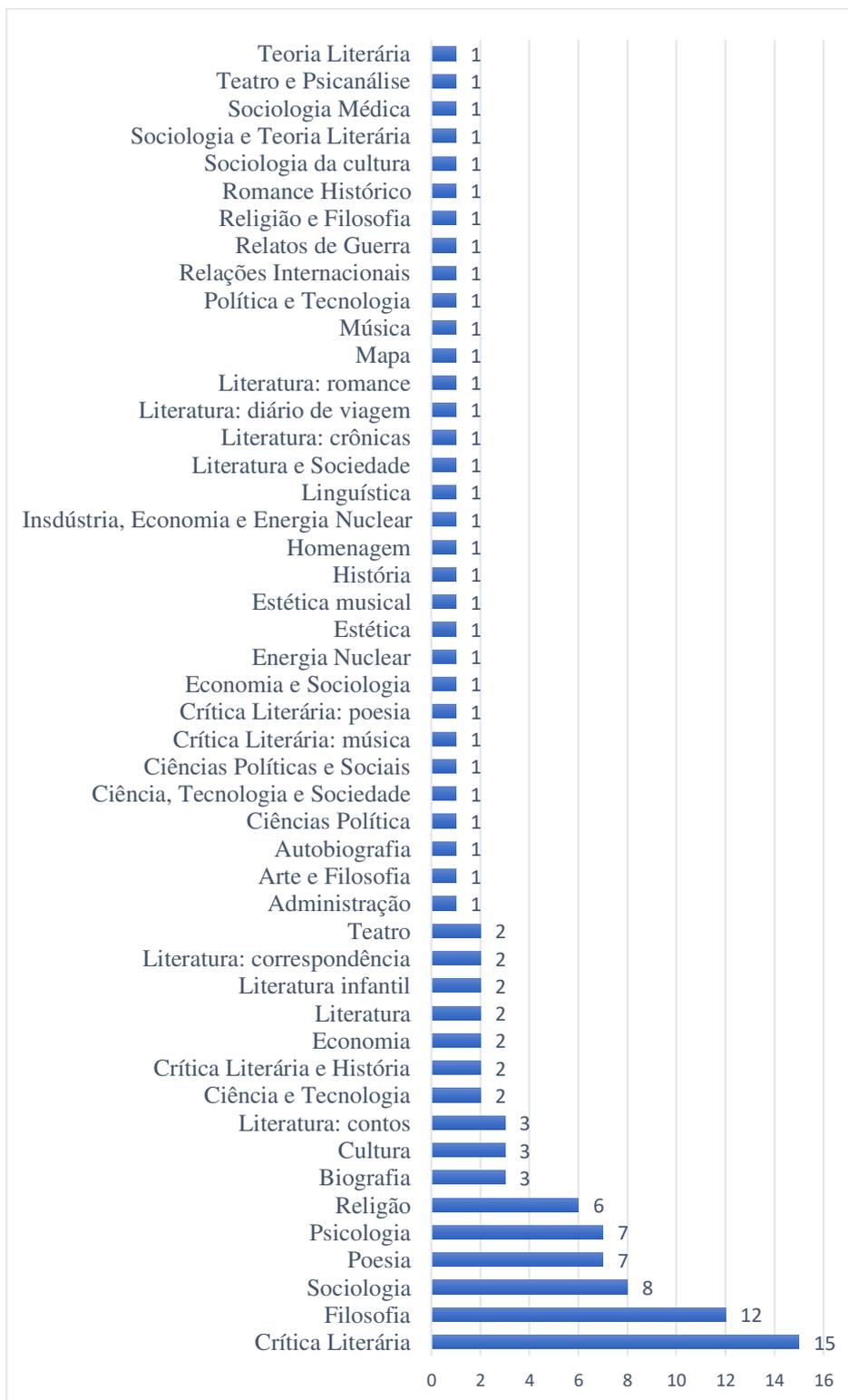
Os depoimentos trazidos à baila oferece-nos um conjunto de indícios sobre algumas especificidades do editor e da editora durante os anos em que os títulos lançados pela casa ampliaram as áreas temáticas publicadas. Vimos que o ponto de viragem foi inaugurado por *Vários Escritos* (1970), de Antonio Candido, quem foi o grande responsável por tornar a crítica literária a área temática mais expressiva do catálogo da Livraria Duas Cidades, ocupando a faixa de 31% dos títulos publicados, seguida pela Filosofia (25%), Sociologia (16%), Psicologia (14%) e Poesia (14%). Essas foram as cinco áreas temáticas de maior destaque (ver gráfico 13) no rol de livros publicados pela editora do Professor Santa Cruz no decorrer do decênio de 1970, cujo período se destaca pela diversidade das 48 gêneros temáticos (ver gráfico 15) figurados pelos títulos publicados nesses anos. Por meio das obras anteriormente mencionadas é possível identificar as questões nacionais presentes nas publicações de Rogério C. de Cerqueira Leite e de outros autores que veremos mais adiante, assim como a presença de filosofia com as obras de Martin Heidegger e de alguns títulos literários.

Se é certo que as tiragens aparentam demonstrar o recrudescimento do número de exemplares impressos em relação à fase religiosa, não é menos verdadeiro constatar que o editor migrou seu trabalho editorial para o terreno da cidade dos homens. Aliás, o nosso personagem, com todas as dificuldades financeiras e comerciais relatadas por nossos entrevistados, levou a cabo um programa de edições que atendia a intelectualidade e o público universitário, em especial os pós-graduados, ao mesmo tempo que lançava livros que lhe interessava ou que ele imaginava importantes de serem publicados. Mas estamos a falar de um público leitor restrito, por mais que consideremos o aumento do número de estudantes e professores do ensino superior devido à progressiva expansão das universidades brasileiras na década de 1970.

Tanto *Perspectiva* como *Duas Cidades* eram selos dirigidos por editores que conduziam sua atividade enfatizando mais o lado cultural que financeiro ou comercial, diferentemente do que a Zahar promoveu na área das humanidades. Isto não significa que a editora de Jorge Zahar tenha sido mais ou menos importante que a casa de Jorge Guinsburg ou de José Petronilo de Santa Cruz, apenas constatamos que os dois últimos não tinham o objetivo de lançar *best-sellers*, não decidiam os livros que seriam publicados pensando no aspecto comercial, mas consideravam se o livro publicado colaboraria com a aprendizagem de um público leitor em alto grau de formação intelectual. Não colocamos em xeque a inquestionável relevância da editora Zahar para as ciências sociais brasileira e para o mercado editorial do país, apenas

salientamos que os proprietários da Perspectiva e da Duas Cidades jamais se guiavam pela moda ou comercialismos correntes, o que certamente os prejudicou financeiramente.

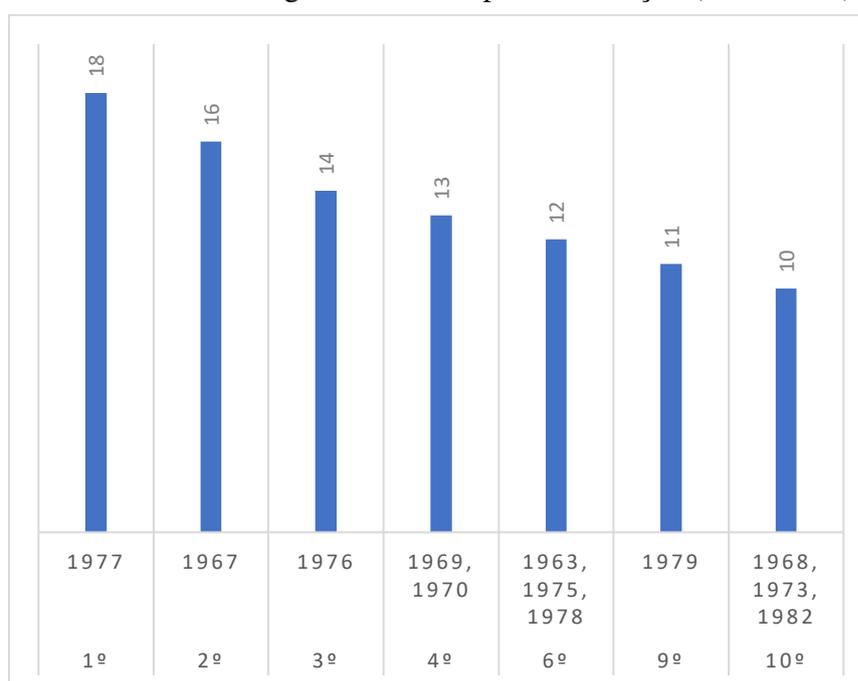
Gráfico 15. Áreas temáticas por número de títulos em primeira edição (1970-1979)



Fonte: dados levantados pelo autor

Tendo em mente essas ressalvas, prosseguimos nossa análise dos livros publicados pela Livraria Duas Cidades durante os anos 1970 amparando-nos na antropologia das edições de Sorá²³⁸, como procedemos no segundo capítulo. O quadro cronológico de livros publicados pela casa do Professor Santa Cruz foi o ponto de partida para nos embrenharmos nos títulos, autores gêneros temáticos²³⁹, coedições e coleções lançadas pela editora entre 1955 e 2006, de modo que identificamos as áreas temáticas mais editadas (ver tabela 3), os anos com maior número de lançamentos em primeira edição, assim como os anos com maior número de reedições (ver tabela 4). Ainda que essas características nos permita avaliar as áreas temáticas que se consolidaram no catálogo e as décadas com maior número de títulos editados e reeditados pela casa, também não nos furtamos de examinar algumas táticas de publicidade da editora, resenhas que saíram em jornais ou revistas, prefaciadores, capistas e tradutores de determinados livros, e até mesmo o conjunto de documentos presentes nas pastas de algumas obras da editora, como forma de avaliar as numerosas negociações e decisões por trás da publicação dos livros da casa.

Gráfico 16. Ranking de títulos em primeira edição (1955-2006)



Fonte: dados levantados pelo autor

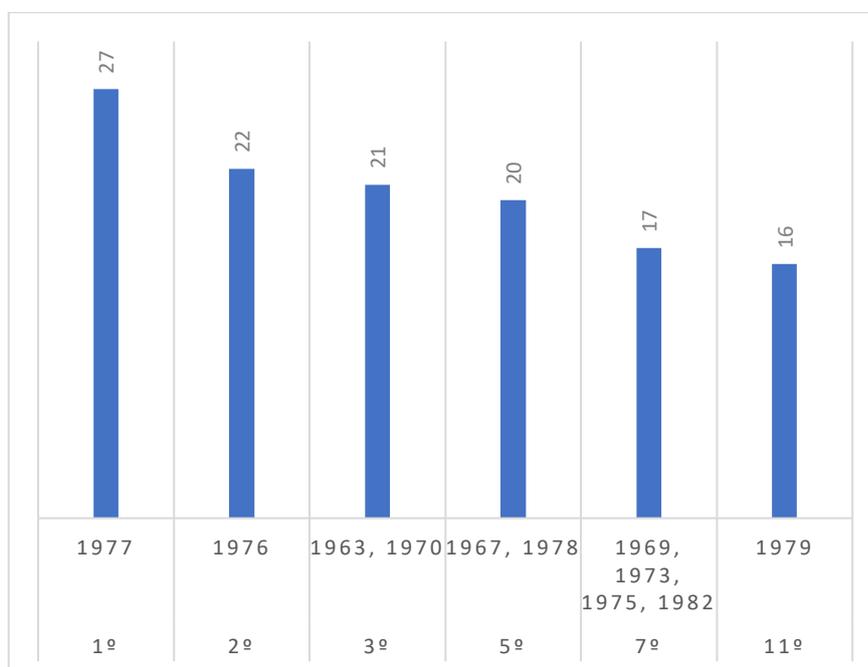
No segundo capítulo enunciamos que a Livraria Duas Cidades lançou (em primeira edição) 288 livros no decorrer de sua trajetória, dos quais 10 saíram entre 1955 e 1959, 90

²³⁸ SORÁ, Gustavo, *op. cit.*, 2010, p. 270-275

²³⁹ Os nomes de todas as áreas temáticas presentes no histórico de livros publicados pela Livraria Duas Cidades podem ser consultados na nota de rodapé número 281 do segundo capítulo.

durante a década de 1960, 110 no decorrer dos anos 1970, 58 nos anos 1980, 18 durante a década de 1990 e apenas 12 nos anos 2000. Esses números demonstram que quase a metade dos 288 livros lançados pela editora foram publicados no interregno dos anos 1970, sendo que no primeiro ano desse decênio publicaram 13 títulos, em 1971 foram 8, em 1972 saíram 4, em 1973 lançaram 10, em 1974 saíram 8, 1975 foram 12, em 1976 publicaram 14, em 1977 (o ano com maior número de títulos lançados pela casa, ver gráfico 16) saíram 18, em 1978 foram 12 e em 1979 publicaram 11 títulos. Diante do levantamento de livros lançados nos anos 1960 e 1970, parece-nos inquestionável que essas décadas foram as mais relevantes para a história da editora, como podemos inferir dos dados expressos no gráfico 16, que indica os anos com maior número de títulos publicados em primeira edição, apenas constando o ano de 1982 com 10 títulos lançados. Estamos conscientes de que essas quantidades fazem da editora um selo de pequeno para médio porte, tendo em vista que muitas editoras de médio para grande porte lançavam, por ano, todos os livros que a Duas Cidades lançou no decorrer de sua história. Salientamos, porém, que o nosso intuito é reconhecer qual era o padrão de lançamentos da casa e como esse padrão influenciou na divulgação de um pensamento intelectual e cultural.

Gráfico 17. Ranking de título em todas as edições (1955-2006)

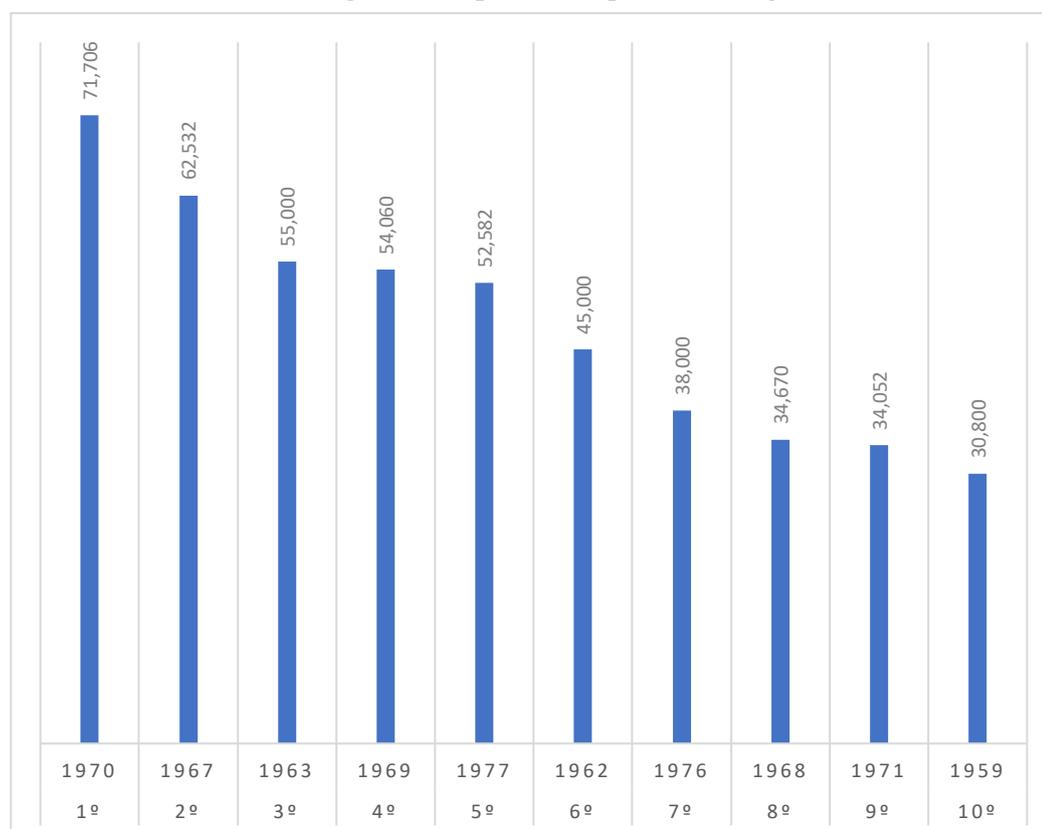


Fonte: dados levantados pelo autor

A predominância dos anos 1960 e 1970 quando consideramos todas as edições e reedições da editora (ver gráfica 17) fortalece o argumento de que essas foram as décadas mais auspiciosas da trajetória da Livraria Duas Cidades. Ainda assim, o decênio de 1970 foi o

período que contabilizou o maior número de títulos impressos, com 283 títulos publicados, dos quais 173 eram reedições (ver tabela 4). A partir do gráfico 17 constatamos que o ano de 1977 foi emblemático na história da editora, com 27 livros publicados (todas as edições), assim com verificamos que essa foi a década mais relevantes no ranking de títulos publicados em primeira e outras edições. Não podemos deduzir que esse movimento decorre exclusivamente do ponto de inflexão que ocorreu no catálogo, tendo em vista que os lançamentos se aproximavam do público universitário, e boa parte das reedições eram livros religiosos com boa vendagem entre os leitores católicos. Esses números, conjugados com os dados do gráfico 12 e com as especificidades do mercado editorial brasileiro, nos impele a afirmar que ao longo dos anos 1970 houve uma predileção do Professor Santa Cruz pela publicação de autores nacionais em decorrência das dificuldades financeiras do país, dos custos de importação e de tradução de livros pelas questões cambiais ou econômicas, e do trânsito do livreiro-editor com o meio universitário e do canal aberto por Antonio Candido com a crítica literária.

Gráfico 18. Ranking de exemplares em primeira edição (1955-2006)

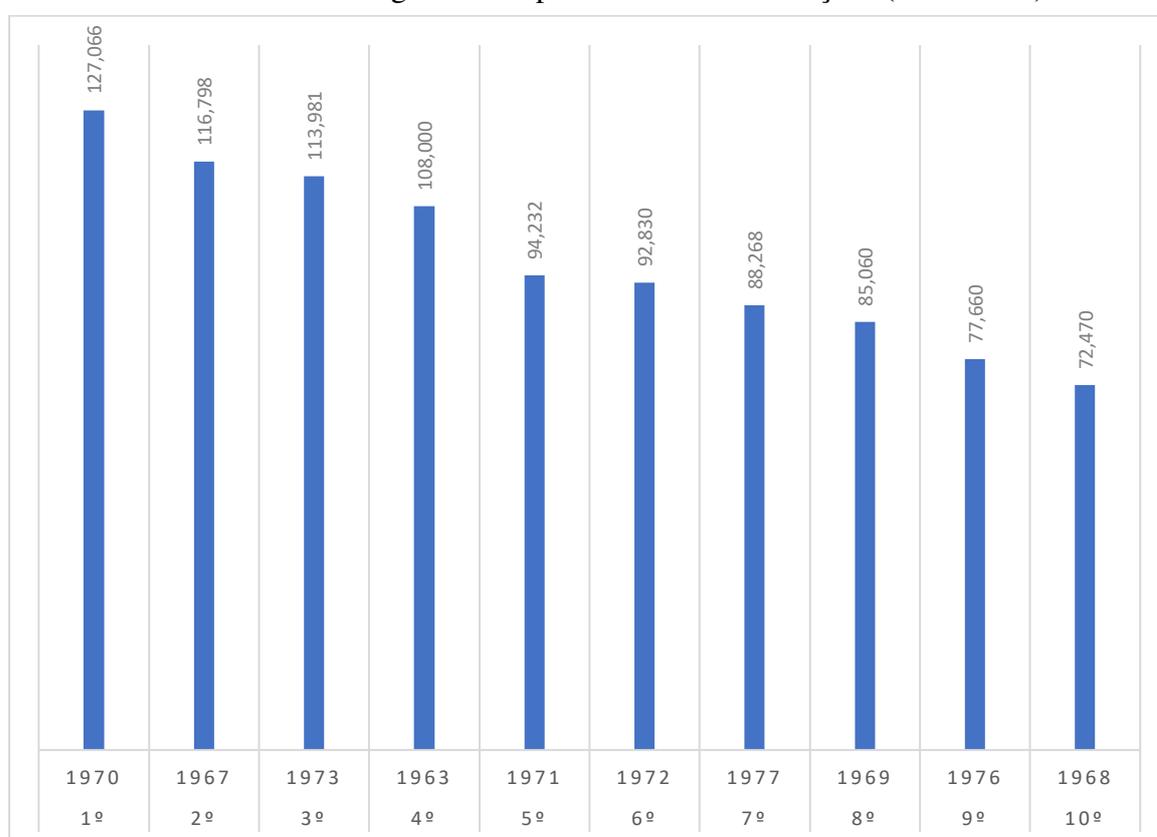


Fonte: dados levantados pelo autor

Nossa percepção sobre a primazia de títulos publicados no decorrer das décadas de 1960 e 1970 permanece ao considerarmos os exemplares impressos nesses anos. Mas cabe algumas

ponderações e distinções quando avaliamos o ranking de exemplares em primeira edição (ver gráfico 18) e o ranking de exemplares de todas as edições (ver gráfico 19). Julgamos que o alto número de exemplares em primeira edição em 1970 (71.706), 1967 (62.532), 1963 (55.000) 1969 (54.060), 1977 (52.582) e os outros anos listados no gráfico 17 também está relacionado à presença dos títulos religiosos, os quais tinham tiragens mais expressivas – com média de 4000 a 5000 exemplares por título – quando comparados aos livros universitários, com média de 2000 a 3000 por obra publicada.

Gráfico 19. Rankings de exemplares em todas as edições (1955-2006)



Fonte: dados levantados pelo autor

Não por acaso, os anos de 1960 foram mais expressivos que os anos 1970 no que diz respeito à tiragem de exemplares em primeira edição (ver gráfico 18). E mesmo quando consideramos o ranking de exemplares de todas as edições (ver gráfico 19), a dianteira assumida pelo decênio de 1970 somente foi possível graças às reedições dos títulos religiosos, os quais atingiam um amplo público católico, como demonstramos no segundo capítulo. Um dado interessante dos gráficos 18 e 19 tem a ver com o fato de em 1970, quando o editor (ainda dominicano) começou o ponto de viragem no catálogo, ter sido o ano com o maior número de

exemplares impressos em primeira edição (71.706) e em todas as edições (127.066), o que em nossa opinião reflete a iniciativa do então Frei Benevenuto em migrar ou equilibrar seu programa editorial entre livros religiosos e universitários.

Se é certo que a linha católica da casa era progressista, ecumênica e propunha um diálogo entre Deus e homens, a linha de caráter universitária era resultado de pesquisas, dissertações e teses de estudantes e professores do ensino superior que também podia interessar ao menos uma parcela dos leitores católicos, a exemplo daqueles que fizeram parte da JUC, participaram do movimento Economia e Humanismo ou até mesmo fossem religiosos. Um indicativo das pontes estabelecidas no catálogo entre a cidade de Deus e a cidade dos homens podem ser em certa medida problematizadas por meio dos 12 títulos de filosofia publicados entre 1970 e 1979 (ver gráfico 15), representando a segunda área temática (ver gráfico 13) mais expressiva do catálogo nesse período. Como indicamos no primeiro e segundo capítulos, a Filosofia fazia parte da formação de padres e sacerdotes de distintas congregações, da mesma forma que o curso também era frequentado por leigos, ateus e quaisquer outras pessoas que se interessassem pela filosofia. As obras de Heidegger, em grande maioria publicadas entre 1969 e a primeira metade dos anos 1970, assim como os livros de outros filósofos publicados nesta década, é uma pista de que a disciplina recebia o apelo de distintos públicos.

De todo modo, o perfil editorial arquitetado pelo Professor Santa Cruz durante a década de 1970 não nos permite deduzir que a Livraria Duas Cidades publicou livros contra a ditadura, e tampouco foi uma editora de oposição no Brasil. Uma leitura contrária dessa afirmação foi feita por Flamarion Maués²⁴⁰ em *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*, livro que abordou o crescimento da publicação e das vendas de livros de oposição ao regime civil-militar a partir da abertura inaugurada por Ernesto Geisel. Não discordamos do argumento de Maués ao apontar a existência de editoras de oposição à ditadura, porém divergimos da inclusão da Duas Cidades entre os selos de oposição ao governo pela indicação de apenas 12 títulos do catálogo da casa de Santa Cruz como livros contrários ao regime. Em nossa opinião, as obras mencionadas pelo autor discutiam temas e problemas nacionais que atravancavam o desenvolvimento político, econômico e sociocultural do país.

Mas precisamos nos aprofundar na obra do autor para compreender o que ele entendia por livros contra a ditadura e editoras de oposição. Maués indica, corretamente, que houve uma retomada dos livros políticos nos anos 1970, sobretudo no final dessa década, momento em que um conjunto de selos produziram uma linha editorial distinguida pela oposição ao governo

²⁴⁰ MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

civil-militar, quando os anos de abertura possibilitou o engajamento no debate público da sociedade civil contrária regime. Partindo dessa hipótese, o historiador indicou que esse período ficou marcado tanto pelo surgimento de editoras (a exemplo de Alfa-Ômega, Edições Populares, entre outras) com perfil notadamente contrário à ditadura, da mesma forma que houve uma reorientação de selos como Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes e Paz & Terra, que retomaram as publicações com ênfase política e opostas à ditadura. Diante desse cenário, o autor define “[...] o que caracteriza o conjunto das editoras de oposição será seu perfil e sua linha editorial claramente oposicionista, sem que isso implicasse que essas empresas tivessem necessariamente vinculações políticas explícitas”, mas que em certo aspecto provocassem ações de oposição. E um pouco mais adiante, ele sentenciou que essas eram “[...] editoras com perfil claramente político e ideológico, que publicavam livros de oposição ao regime civil-militar ou à sua ideologia”²⁴¹. Para ele, essas editoras não almejavam lucro e estabeleciam um foco na militância política ao propagar ideias, opiniões e ideologias por meio dos livros.

Maués partiu de três pequenas editoras de oposição engajadas e localizadas na cidade São Paulo²⁴² para alinhar sua tese. Ciências Humanas (1975), Kairós (1978) e Brasil Debates (1979) foram os selos editoriais examinados em profundidade pelo historiador, os quais desenvolveram edições direcionadas a confrontar a ditadura e existiram apenas até o início dos anos 1980. No primeiro capítulo de seu livro, “As editoras de oposição”, o autor aprofundou na caracterização dessas editoras ao afirmar que essas casas promoviam a edição política no Brasil, desenvolvendo uma linha editorial ao aliar a participação política à realização editorial, de modo que em sua perspectiva tanto os editores quanto as editoras dessas editoras trabalhavam com o propósito de intervir socialmente e provocar o debate público a partir das obras lançadas. Essas premissas caracterizaram o catálogo dessas editoras, que definiam seu projeto editorial com a finalidade de provocar o meio social ao divulgar títulos que se posicionavam claramente contra o regime ditatorial. Segundo o historiador, os responsáveis por esses selos alinhavam-se ao campo oposicionista ao governo, tiveram perfil eclético e não estavam precisamente atrelados à esquerda, de sorte que havia selos progressistas ou ligados aos setores democráticos que discordavam de muitas das ações daqueles que chefiavam a nação.

Levando em consideração a delimitação ampla do autor, essas editoras seriam aquelas que praticavam oposição ao governo por meio de certa quantidade de títulos. “Um número suficiente, na produção daquela editora, para que fique claro que tais livros representassem

²⁴¹ Ibid., p. 13.

²⁴² Ibid., p. 17-18.

parcela importante da produção da empresa”²⁴³. A amplitude do conceito abarca que as editoras ditas de oposição tinham um caráter político ou ideológico identificado não apenas por meio dos livros publicados, mas também delimitado pelas predileções políticas e ideológicas do editor e/ou proprietário do estabelecimento. Para Maués, “[...] algumas editoras que não tinham características políticas de oposição eventualmente editaram obras com este caráter, seja por motivações comerciais, seja por outras motivações. Nesses casos, não considero que essas sejam editoras de oposição”²⁴⁴. A partir dessas premissas e definições²⁴⁵, o autor catalogou 40 editoras com o perfil de oposição que existiram no Brasil entre meados dos anos 1970 e 1980, incluindo a Livraria Duas Cidades entre elas, declarando que a casa de Santa Cruz se envolveu no episódio que culminou no assassinato de Carlos Marighella, em seguida discorrendo que o empreendimento era fortemente identificado com a importação de livros e mencionando uma reportagem²⁴⁶ em que a professora Marilena Chauí declarou para a *Folha de S. Paulo* que “além de possuir livros de qualidade, a livraria tornou-se um dos raros espaços de liberdade para a discussão no tempo da ditadura”.

Ao final de seu livro, mais precisamente no apêndice B, “Editoras de oposição por estado, com alguns títulos por ela publicados”, Maués listou alguns livros publicados por cada uma das editoras entendidas por ele como de oposição, ressaltando que se tratava de uma listagem parcial e tinha apenas o propósito de oferecer uma panorama inicial ao leitor da produção de livros de oposição lançado por essas casas editoriais. No que diz respeito à Duas Cidades, o historiador indicou 12 títulos²⁴⁷, entre os quais estavam três (*Tecnologia e desenvolvimento nacional*; *As sete pragas da universidade brasileira*; e *Colonização consentida*) do professor Rogério C. de Cerqueira Leite, assim como *Saco de gatos* (1976), de Walnice Nogueira Galvão; *JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista* (1976), por Roland Corbisier; *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* (1977), de Roberto Schwarz; *Os cangaceiros* (1977), de Maria Isaura Pereira de Queiroz; *Capitalismo: notas teóricas* (1977), de Luiz Pereira; *Ordem burguesa e liberalismo político* (1978), de Wanderley Guilherme dos Santos; *Classe operária: situação e reprodução* (1978), de Luiz Pereira; *Os clandestinos e os direitos: estudos dos trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco* (1979), de Lygia Sigaud; e *Entre o passado e o futuro* (1982), de Severo Gomes.

²⁴³ Ibid., p. 27.

²⁴⁴ Ibid., p. 27.

²⁴⁵ Ibid., p. 31-36.

²⁴⁶ REPORTAGEM LOCAL. Editora e livraria é marco na história cultural de São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2904200008.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

²⁴⁷ Ibid., p. 253.

Fizemos questão de esmiuçar as características centrais da tese de Flamarion Maués a fim de explicar as razões pelas quais discordamos da inclusão da Livraria Duas Cidades no rol de editoras de oposição responsável por publicar livros políticos contrários à ditadura civil-militar. Quando nos acercamos do perfil de Frei Benevenuto/Professor Santa Cruz, nos damos conta de que sua formação política, social, cultura e ideológica o colocam no campo progressista, com tendências de esquerda, defensor incontestado da democracia, capaz de estabelecer relações próximas com políticos que nos anos 1980 forjaram a socialdemocracia no Brasil, ao mesmo tempo que conviveu com pessoas de direita e conservadoras, a exemplo de Carlos Lacerda e Severo Gomes. Este, por exemplo, como vimos no segundo capítulo, foi central na fundação da livraria e editora, participou do movimento Economia e Humanismo, depois ocupou postos-chave no governo civil-militar e somente nos anos derradeiros do regime decidiu se posicionar enfaticamente contra a ditadura.

Se o livreiro-editor da casa transitava em diferentes camadas sociais, a editora que criou, dirigiu e depois se tornou proprietário sempre teve a aura ecumênica quando religiosa e um espírito aberto quando universitária. Tanto ele como alguns autores de sua casa não tinham um posicionamento politicamente engajado e ostensivo contra o regime, o que não implica em dizer que ele passou pano para as atrocidades da ditadura ou foi conivente na publicação de autores defensores do golpe de Estado. Pelo contrário, ele utilizou o espaço de sua livraria e editora para fomentar a discussão dos temas e problemas nacionais, utilizando-a como um meio de sociabilidade para reunir intelectuais, professores e estudantes universitários, a elite cultural e outros setores sociais de São Paulo que eram contrários ao regime e frequentavam a livraria ou publicavam pela editora, os quais reconheciam a casa como um local dirigido por um defensor inveterado da democracia. Além disso, utilizamos esse trecho da fala de Marilena Chauí para perguntar aos entrevistados que contribuíram com esta tese se a Duas Cidades era um espaço de resistência à ditadura, e enquanto alguns disseram que o lançamento de livros e outros eventos eram ocasiões em que havia confraternização e discussão do país, outros afirmaram que ali era um ponto de encontro de um franja progressista e democrática da capital paulista.

Mesmo se partimos das definições de Maués para livros e editoras de oposição, nem mesmo os livros da Livraria Duas Cidades se encaixam em todos os traços distintivos elencados pelo autor. As 12 obras mencionadas faziam parte de um conjunto pequeno da totalidade de títulos publicados pela casa entre meados dos anos 1970 e 1980, de modo que nos parece mais apropriada a observação do autor ao dizer que houve editoras que eventualmente lançaram alguns títulos contrários ao regime, mas que essas não eram editoras de oposição. Um dos traços característicos de Santa Cruz era sua descrição, sua marca pessoal também identificada tanto na

livraria quanto na editora. Ele promovia um engajamento sem alaridos, editando livros decorrentes de pesquisas universitárias que sem sombra de dúvidas discutiam os paradoxos do país. Para além dos livros listados por Maués, poderíamos incluir outros livros lançados por Santa Cruz nesse período, como *O dinheiro do Brasil* (1980), do ex-prefeito de São Paulo Wladimir de Toledo Piza, *Latifúndio e reforma agrária* (1980), de Manuel Correia de Andrade, e até mesmo *Embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro* (1985), de Maria Arminda do Nascimento Arruda. Mas esses livros não eram intrinsecamente contrários ao regime; eram obras que tratavam das disfunções e contradições presentes na história cultural e política brasileira por meio da crítica literária, da ciência política, da tecnologia, do desenvolvimento do país e das interferências de outras nações nas questões nacionais.

Eram livros que provocavam o debate sobre um país que vivia sufocado pela ditadura e iam além da ditadura ao propor reflexões profundas sobre o Brasil. É evidente que obras como os dos cientistas políticos Wanderley Guilherme dos Santos e Luiz Pereira, que segundo Maria Antonia²⁴⁸ era amigo íntimo de Santa Cruz, e mesmo as obras de Rogério C. de Cerqueira Leite e Rolando Corbisier traziam discussões mais aferradas contra o regime. Mas tanto estas quanto as outras mencionadas pelo autor eram decorrentes de investigações de pessoas que integravam o ambiente universitário e debatiam os problemas nacionais em distintas áreas do conhecimento, sem necessariamente escreverem obras com claro objetivo político contra o regime, mas que tinham interesse de discutir as idiossincrasias do país.

A aproximação da livraria e editora com o meio universitário fica ainda mais evidente ao avaliarmos as ligações da casa com a Universidade de São Paulo. Essas vinculações dizem respeito, de um lado, ao programa de estágio desenvolvido pelo curso de editoração da Escola de Comunicação e Artes (ECA), e, de outro lado, com a tentativa de parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Por meio de fontes abrigadas no acervo pessoal de Santa Cruz e de sua livraria editora averiguamos a publicação de estudantes e professores da USP e as outras formas de relacionamento da universidade com o estabelecimento editorial.

A carta datilografada em 09 de setembro de 1974 por Sinval Freitas Medina, então coordenador suplente do departamento de jornalismo e editoração da ECA/USP, foi destinada à Livraria Duas Cidades explicitando que o curso de editoração daquela escola estava próximo de lançar um programa de estágio para os alunos do último ano da graduação. Segundo o remetente, o objetivo do estágio era envolver os alunos na realidade profissional, possibilitando que entrassem em contato com o mercado de trabalho estagiando em firmas do ramo editorial,

²⁴⁸ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016.

e por esse motivo perguntava se aquela editora poderia apoiar o programa aceitando o estágio de estudantes do curso. Ao final da epístola, o professor Sinval informou que encaminhava o regulamento do programa e pedia que o estabelecimento informasse quantos alunos poderiam receber caso concordassem em participar do projeto. Passado alguns dias, Sinval enviou outra carta à Duas Cidades, em nome de Humberto Pereira, para convidar a editora a participar da II Semana de Estudos de Editoração, promovida pela ECA entre os dias 4 e 8 de novembro sob o tema “Mercado de Trabalho e Dinamismo da Indústria Editorial no Brasil”, enviando o programa do evento e a ficha de inscrição.

A documentação presente no arquivo não nos permite afirmar se a editora participou do seminário, porém o convite demonstra a iniciativa da ECA/USP em aproximar a casa do Professor Santa Cruz nos eventos institucionais do curso de editoração. Com efeito, o programa do evento informava que buscava reunir estudantes, profissionais, pesquisadores e docentes que trabalham ou estudam o mercado editorial brasileiro, ressaltando que foram convidados nomes de destaque como Paulo Saraiva, então presidente da CBL e responsável pela palestra inaugural do evento, de Caio Graco, de Mário Guimarães Ferri, entre outros nomes que não incluíam Santa Cruz na lista. E esse fato nos impele a concordar com Humberto Pereira, quando afirmou que um selo outrora religioso dificilmente conseguiria desfazer a pecha de católico, sobretudo em meados dos anos 1970 – quando ocorreu o início da viragem no perfil da linha editorial.

A propósito, Humberto Pereira enviou uma carta ao professor Sinval em 26 de novembro de 1974. Nesta, declarou que as alunas Maria Lúcia Ferreira de Carvalho e Maria Silvia Marcondes Barreto cumpriram o estágio no setor editorial durante seis meses e doze horas semanais. E continuou listando as atividades realizadas pelas estagiárias:

1. Relacionamento com autores nacionais;
2. Avaliação e preparação de originais;
3. Revisão de provas pré-tipográficas e tipográficas;
4. Relacionamento com gráficas e linotipadoras;
5. Relacionamento com copistas e artistas;
6. Detalhes e confecção de livros brochuras, com cálculo de papel, diagramação, técnicas de composição e de impressão, etc;
7. Acompanhamento da produção de um livro desde o contato com o autor até a liberação da última prova. Acompanhamento de produção de outros livros desde a composição até a colocação em venda;
8. Cálculos de custo e estabelecimento de preços de venda;
9. Processamento de pagamento de direitos autorais de autores estrangeiros. (Contatos com a CBL, Banco Central, etc.)

Ato contínuo, o remetente enunciou que a casa buscou envolver as estagiárias na dinâmica do trabalho de um selo editorial, aproximando-as da linguagem comercial, da relação com os colegas da equipe e com os profissionais do setor gráfico. Nos últimos meses de estágio, a

editora conferiu-lhes responsabilidades cumpridas tanto no âmbito externo quanto interno, atribuições semelhantes às desempenhadas por funcionários desse setor, e ressaltou que elas prestaram um serviço de grande valia para a editora.

No arquivo da Duas Cidades há outras cartas comprovando o estágio de estudantes do curso de editoração da USP em 1974 e 1976, mas também há uma carta escrita pelo Professor Santa Cruz em 10 de agosto de 1977 e destinada a Caio Graco, a qual menciona o estágio de uma estudante do quarto ano do curso de editoração da então Faculdade de Comunicação Social Anhembi. O remetente declarou que a aluna, Alice Hayashibara, realizou estágio em sua editora e cumpriu as funções anteriormente mencionadas, o que nos faz crer que esta missiva provavelmente seria utilizada pela aluna para tentar uma vaga de emprego ou estágio na Brasiliense. Independente da finalidade da carta, o conjunto de fontes sobre as relações do curso de editoração da ECA/USP com a casa do Professor Santa Cruz demonstram mais alguns vínculos construídos pela editora com o meio universitário, ao mesmo tempo nos permite aquilatar o quanto o curso relativizava a importância do livreiro-editor para a indústria editorial não o convidando a palestrar no evento que promoviam.

Outros laços entremeados com instituições uspianas deu-se por meio do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Em 1973, três correspondências trocadas entre a Livraria Duas Cidades e o órgão ilustram que o IEB reconhecia o trabalho da casa. Logo no início de uma das pastas abrigadas no acervo da editora consta um bilhete manuscrito, datado de 05 de junho de 1975, e provavelmente assinado por Humberto, dizendo que a editora poderia tentar viabilizar coedições com o IEB, citando a possibilidade de lançarem obras de Mário de Andrade.

Mas o primeiro contato partiu da carta que Humberto Pereira destinou aos diretores do instituto em 12 de março de 1973, por meio da qual enunciou que a Livraria Duas Cidades admirava as publicações do instituto por serem de grande importância para o meio universitário. Apesar da inquestionável qualidade das edições do IEB, o remetente declarou que a Duas Cidades não compreendia por que essas publicações eram de difícil acesso para o público leitor, afirmando que tomaram conhecimento de algumas edições do órgão através dos autores dessas obras ou de pessoas próximas desses autores. Prosseguiu declarando que desconheciam o sistema de distribuição das edições do instituto para o mercado nacional, porém estavam cientes de que o órgão não tinha o objetivo de obter lucro com suas publicações ainda que pudessem melhorar a distribuição e divulgação de seus livros.

Em face do exposto, o remetente disse que a Duas Cidades trabalhava com o serviço de reembolso postal e possuía canais de distribuição em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Salvador, e que se dispunha a colaborar na

disseminação das obras publicadas pelo IEB, sobretudo do livro *Brasil: 1º Tempo Modernista 1917/29: Documentação*, organizado por Marta Rossetti Batista, Telê Porto Ancona Lopez e Yone Soares de Lima. Em sua opinião, “[...] achamos que se trata de obra das mais importantes entre as que ultimamente vieram à luz sobre o tema do modernismo”. E encerrou declarando que gostaria de agendar uma reunião com os diretores do instituto para tratar desse assunto.

Humberto Pereira encaminhou outra carta à diretoria do IEB em 22 de março de 1973 para dar continuidade ao tema da missiva enviada no dia 12 e aos entendimentos verbais que a Duas Cidades e o IEB tiveram no dia 16 de março daquele ano. Após formalizar a proposta (dividida em cinco partes) de disseminação da obra pelo território nacional, o remetente expressou que enviava alguns livros recentemente lançados pelo selo e finalizou manifestando o desejo da editora em estabelecer este e outros projetos com o instituto. No dia 28 de março, Eduardo Kneese Mello (então vice-diretor em exercício do IEB) respondeu à última missiva enviada por Humberto agradecendo o envio dos livros, parabenizando a Duas Cidades por suas edições e pela seleção dos autores do catálogo, e declarando que em breve responderia sobre a divulgação do livro editado pelo instituto.

Infelizmente não sabemos se a obra realmente foi distribuída pela Livraria Duas Cidades, mas pelo catálogo da editora deduzimos que o IEB jamais participou de uma coedição com o selo dirigido por nosso personagem. Apesar disso, houve uma aproximação entre o instituto e a editora provavelmente em decorrência da intermediação de autoras da casa com o órgão, a exemplo de Telê Porto Ancona Lopez e outras, que podem ter promovido o diálogo entre as partes com a finalidade de viabilizarem as coedições. Desde aquela época Telê integra o corpo docente do IEB, que abriga o acervo de Mário de Andrade, cujo material era investigado por ela e outras orientandas de Antonio Candido. Apesar de a editora não ter logrado uma parceria duradoura com o instituto, ao menos conseguiu lançar as pesquisas de algumas orientandas e orientandos do crítico literário, da mesma que granjeou a possibilidade de publicar originais de Mário de Andrade por meio de coedições com outras instituições, como veremos a seguir.

As coedições no catálogo da Livraria Duas Cidades

Ao longo dos anos 1970 a editora de livros universitários conseguiu estabelecer um programa de coedições com o INL, a secretaria do estado de São Paulo, selos universitários, órgãos de fomento à pesquisa, departamentos acadêmicos e editoras particulares. Foi justamente nesse período que a Duas Cidades publicou a crítica literária uspiana orientada por Antonio Candido,

muitos de seus alunos de mestrado e doutorado que concluíam suas pesquisas e levavam seus trabalhos acadêmicos para receberem a chancela do Professor Santa Cruz.

As coedições se tornaram uma prática recorrente entre as editoras comerciais e as instituições educacionais a partir dos anos 1960. Segundo Hallewell, a Edusp inaugurou esse sistema encabeçado “[...] por Mário Guimarães Ferri, em 1963, quando se tornou presidente [deste selo universitário]. [...] Para o nível da pós-graduação, davam preferência a livros escritos originalmente em português: era opinião da Universidade que nesse nível ela não tem de proporcionar tradução aos seus graduados”²⁴⁹. Mediante esse projeto, a editora da USP deixou de produzir uma linha editorial própria para alocar a maior parte de seu investimento no aumento do número de livros publicados, alcançando a marca de 1787 títulos em setembro de 1984²⁵⁰. Esse sistema diminuiu com o falecimento de Ferri, e a editora universitária, sob a presidência de João Alexandre Barbosa acompanhado do editor Plínio Martins Filho²⁵¹, desenvolveu sua própria linha editorial. Ainda assim, a Edusp e a Livraria Duas Cidades (ver gráfico 20) lançou 1500 exemplares de *Poetas do Brasil* (1996), obra de crítica literária escrita por Roger Bastide, com prefácio de Antonio Candido, e organização e notas de Augusto Massi.

A despeito de a Edusp ter iniciado os programas de coedições com editoras particulares, Hallewell e Bufrem²⁵² defendem que o Instituto Nacional do Livro (INL) foi o organismo público mais relevante no apoio à produção do livro, o qual distribuía, gratuitamente, sua quota de exemplares impressos em coedição para as bibliotecas públicas. Antes da dissolução do INL pelo governo Collor, em 1991, o instituto optou por se dedicar exclusivamente ao sistema de coedições no decorrer dos anos 1970 com o fito de promover a publicação de novos autores e a reedição de clássicos. Um decreto presidencial de 1976 obrigou o órgão a executar um “[...] programa a reimpressão de ‘obras fundamentais da cultura brasileira’ (de literatura, história e sociologia), ao mesmo tempo em que determinava que o INL também restabelecesse sua atividade editorial própria nesse campo”²⁵³. Diferente da Edusp, geralmente era o instituto a propor a coedição do livro com a editora comercial, a elaborar o orçamento para produção e o preço da obra que deveria constar na capa dos títulos até 1979. Nesse período, o fundo orçamentário disponível “[...] para livros para adultos era, na época da ‘abertura’: 15% poesia e teatro, 20% ficção e 65% ‘estudos brasileiros’”. Dava-se preferência a obras de autores

²⁴⁹ HALLEWELL, Laurence, *op. cit.*, 2012, p. 619.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 620.

²⁵¹ ROLLEMBERG, Marcello. O editor dos 3 mil livros. *Jornal da USP*, São Paulo, 05 fev. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/o-editor-dos-3-mil-livros/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

²⁵² BUFREM, Leilah Santiago., 2015, p. 61-65.

²⁵³ HALLEWELL, Laurence, *op. cit.*, 2012, p. 621.

brasileiros [...]”²⁵⁴. Foi nesses anos que o INL ultrapassou a marca de cem livros coeditados com a média de 5000 exemplares por título entre um conjunto de trinta e três editoras que foram catalogadas por Hallewell. O bibliotecário, porém, não incluiu a Livraria Duas Cidades, cuja coedição de 6 títulos com o instituto ocorreu apenas entre 1977 e 1987 (ver gráfico 20), ainda que o INL tenha inaugurado, em 1972²⁵⁵, a possibilidade de coedições com editoras particulares produtoras de livros universitários. O estudioso britânico ressaltou que

muitas outras áreas culturais e científicas brasileiras desenvolveram, nessa época dos anos 1970 e 1980, esquemas de estímulo à publicação de livros, quase sempre na forma de coedição. Entre elas, podemos citar: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), Unicamp, FCEB, Fapesp, nesse caso, quase sempre na forma de subvenção a autores para o preparo de originais [...]. São apenas alguns exemplos a reforçar minha opinião de que a iniciativa da Edusp, pioneira nesse esquema ao implantá-lo em 1964, frutificou: a favor do livro e, sobretudo, em benefício do consumidor final²⁵⁶.

Em finais dos anos 1970, o INL estava subordinado à Secretaria de Assuntos Culturais do MEC e à Fundação Nacional Pró-Memória, que durante o governo Sarney (1985-1990) se juntou à Biblioteca Nacional para formar a Fundação Pró-Leitura, fundações posteriormente dissolvidas²⁵⁷. Para além da Edusp e do INL, a Livraria Duas Cidades coeditou alguns títulos em parceria com algumas das áreas culturais e científicas citadas por Hallewell. Um dos casos foi a coedição com a Unicamp (por meio do departamento de teoria literária do Instituto de Estudos da Linguagem, ver gráfico 20) de 2000 exemplares do livro *Ficção em Debates e outros temas* (1979), escrito por diversos autores da área de crítica literária que pretendiam criar uma coleção com esse título. O outro caso foi a coedição com o Cnpq (ver gráfico 20) de 2000 exemplares de *Vencendo o azul* (1989), título de João Alexandre Viégas sobre tecnologia e indústria aeronáutica. Segundo Bufrem, o Cnpq²⁵⁸ passou a apoiar a publicação dos resultados das pesquisas realizadas por bolsistas ou pesquisadores do conselho a partir de 1982, quando criou uma comissão editorial e decidiu adotar o sistema de coedições para viabilizar as publicações decorrentes de pesquisa científica.

²⁵⁴ Ibid., p. 621.

²⁵⁵ Ibid., p. 622. Analisando o catálogo das coedições do INL entre 1971 e 1974, o autor listou as editoras que mais se beneficiaram da coedição com o instituto nesse período, como a Melhoramentos, Abril, José Olympio, Martins, Civilização Brasileira, entre outras, mencionando também a Brasiliense e a Globo, que tiveram pouquíssimos livros coeditados com o INL entre 1975 e 1978.

²⁵⁶ Ibid., p. 623.

²⁵⁷ BUFREM, Leilah Santiago., *op. cit.*, 2015, p. 64.

²⁵⁸ Ibid., p. 67-68.

Apesar da falta de regularidade das ações desencadeadas por órgãos públicos, Bufrem²⁵⁹ expõe que algumas instituições públicas vêm incentivando o setor editorial brasileiro ao menos desde a década de 1970. Neste decênio havia duas correntes predominantes no MEC, a patrimonialista e a ação cultural. A primeira partia pressuposto que uma obra clássica reeditada possibilita o debate crítico e propositivo, promovendo a construção e evolução do pensamento humano. Diferente da vertente patrimonialista, a ação cultural defendia tanto a promoção de publicação de obras escritas por autores novos como o amparo à pesquisa de assuntos inéditos ou pouco investigados, resultando em trabalho merecedores de publicações que integrassem o patrimônio cultural da união, do estado ou do município. Vimos que o processo de arquitetura institucional do Estado brasileiro para área cultural começou nos anos 1970, incentivando diversas setores da cultura, a exemplo da publicação de livros por meio da coedição com editoras particulares, o que não impediu as críticas de agentes da indústria editorial sobre a ingerência do poder público no comércio privado. Se a vertente da ação cultural foi proeminente no MEC ao definir sistema de edições e coedições do INL com a publicação de novos autores e assuntos, o questionamento dessa medida pelas editoras comerciais fez com que a corrente patrimonialista ganhasse terreno e começasse a dedicar-se às coedições e reedições de clássicos.

A tentativa de uma ou outra corrente se fazer hegemônica na definição de produção editorial apoiada por essas instituições federais em certa medida nos auxilia a avaliar o relato de José Mindlin enquanto esteve à frente da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. A despeito da falta de informações sobre o fomento da produção editorial por parte dessa secretaria, que teve 8 títulos coeditados com a Livraria Duas Cidades ao longo dos anos 1970, as ponderações de Mindlin ajuda-nos a compreender o papel do Estado na promoção do setor cultural do país apoiando iniciativas dos setores privados.

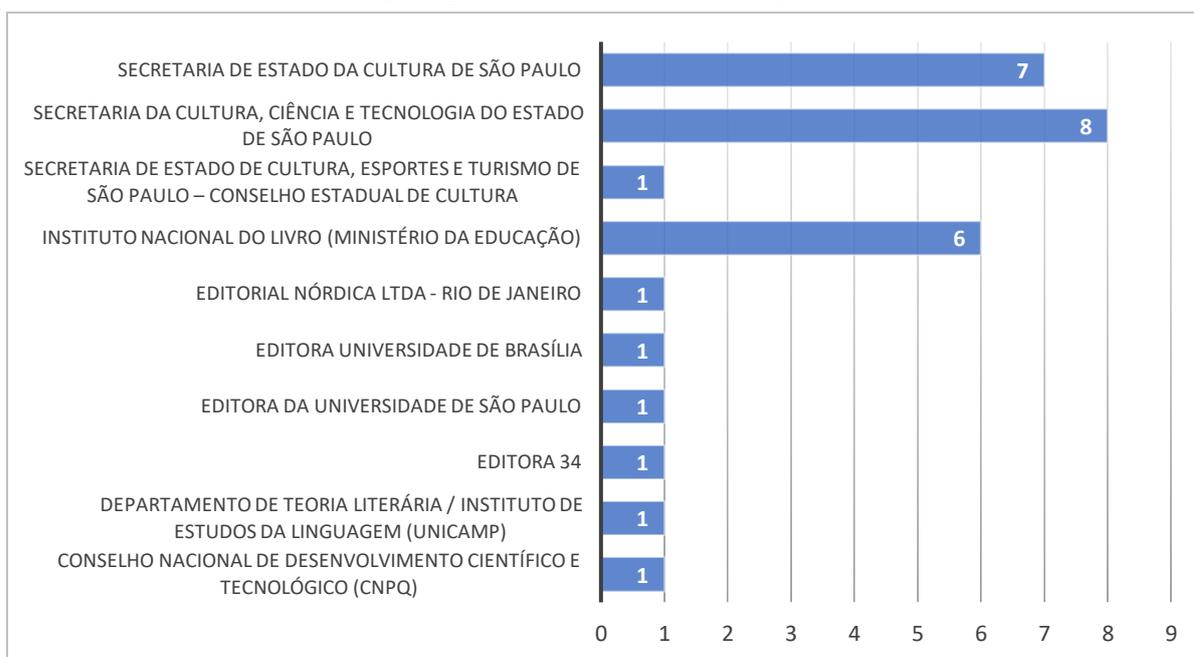
O empresário e bibliófilo José Mindlin (1914-2010) assumiu a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo entre março de 1975 e janeiro de 1976. Como ele apontou em seu depoimento²⁶⁰, uma de suas primeiras iniciativas foi reestruturar o âmbito de atuação do órgão, que até 1975 se chamava Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo (a qual chegou a coeditar o livro com a Livraria Duas Cidades, ver gráfico 20), alegando que a dimensão cultural não tinha muito peso nas decisões da secretaria. O governo de Paulo Egydio Martins (governador do estado de São Paulo entre 1975 e 1979) partia do princípio de que a cultura não se restringia às humanidades e às artes, mas também deveria incluir a ciência e a

²⁵⁹ Ibid., p. 70-71.

²⁶⁰ MINDLIN, José E. Uma experiência de programação cultural. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. (Coleção Corpo e Alma do Brasil). pp. 209-222.

tecnologia. A conceituação era correta para Mindlin, que traçou um conjunto de diretrizes para cuidar de todas as áreas no âmbito da secretaria, guiando as ações da pasta tendo como base o papel do Estado indutor da produção cultural, o que viabilizou numerosas ações culturais do poder público para a sociedade civil.

Gráfico 20. Editoras e órgãos governamentais em coedição com a Duas Cidades (1 ed)



Fonte: dados levantados pelo autor

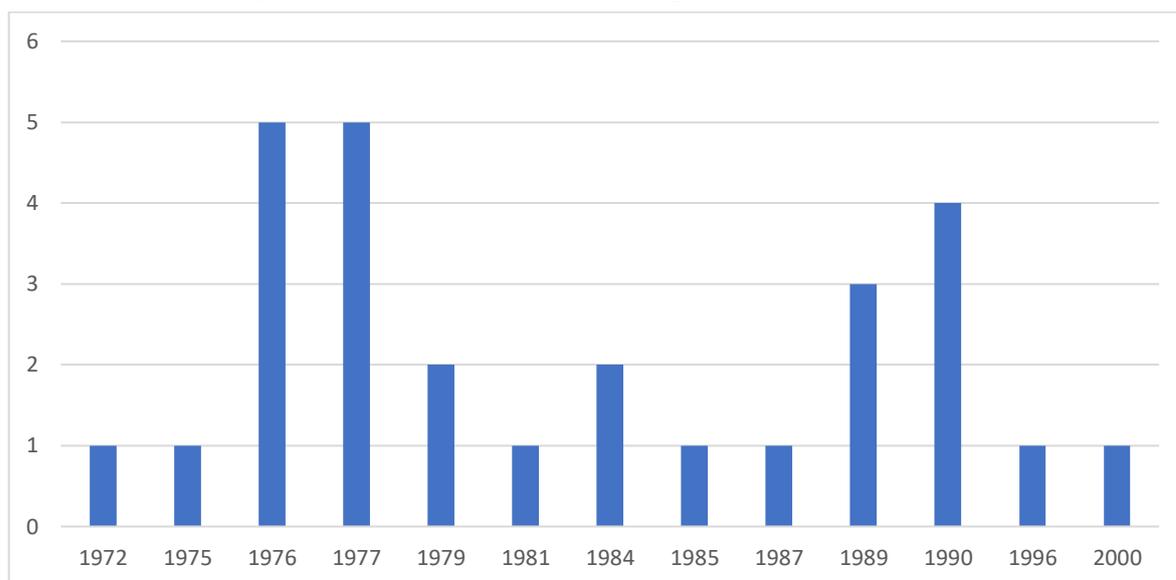
Partindo dessa premissa, Mindlin dirigiu a secretaria financiando os projetos que eram submetidos ao órgão, cujo investimento deveria abarcar o amparo à pesquisa científica e as ações culturais. Durante os meses em que ele esteve na condução da secretaria foram realizados numerosos eventos nacionais e internacionais que estabeleceram pontes entre o meio científico e o governo, e paralelamente se dedicou a promover a interiorização da cultura no estado de São Paulo ao investir em museu, teatro e música. Sobre os livros, declarou²⁶¹:

Vocês talvez estejam estranhando que, com o meu fraco por livros, eu ainda não tenha falado em literatura. Mas isso também entrou na programação da Secretaria. Durante o tempo de minha permanência, foram feitas cerca de 20 coedições de obras várias, com diversas editoras, num programa que envolveu a aquisição de cerca de 30 mil volumes, para serem distribuídos às bibliotecas do Estado e vendidos ao público por baixo preço. Para 1976 chegou a ser prevista uma verba para cerca de 60 coedições, mas parece que o ritmo diminuiu bastante.

²⁶¹ Ibid., p. 218.

Esse relato nos permite conhecer um pouco mais das múltiplas ações de Mindlin à frente da secretaria. Foram diversas ações com a finalidade de promover ações culturais e artísticas, a despeito de seus detratores o condenarem de promover atividades subversivas com o dinheiro público, acusações que desencadearam em sua renúncia ao cargo. Mas o sistema de coedições estruturado em sua gestão seguiu a corrente da ação cultural (publicando autores novos/livros inéditos) e continuou nos anos seguintes. Por mais que tenha diminuído o número de coedições previstas para o ano que ele deixou o cargo, a Livraria Duas Cidades teve 8 títulos coeditados com a secretaria (ver gráfico 20), 4 publicados em 1976 e 4 lançados em 1977 (ver gráfico 21). O governo (1979-1982) de Paulo Salim Maluf promulgou o decreto 13.426, de 16 de março de 1979, que criou a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, responsável pela coedição de 7 obras com a editora de Santa Cruz (ver gráfico 20) entre 1981 e 1990 (ver gráfico 21).

Gráfico 21. Quantidade de títulos coeditados por ano com a Duas Cidades (1ed)



Fonte: dados levantados pelo autor

Do total de 28 títulos coeditados com a Livraria Duas Cidades em primeira edição²⁶², 16 foram realizados com a secretaria da cultura do estado de São Paulo se considerarmos suas diferentes terminologias e áreas atendidas, sendo que a primeira obra foi em 1972 e a última em 1990. Antes de a livraria e editora fechar suas portas em 2006, o selo dirigido então dirigido por Maria Antonia publicou sua última coedição no ano 2000 com a editora 34 (ver gráfico 20 e 21), quando lançou *Teoria do Romance*, de Georg Lukács, obra que fazia parte da Espírito

²⁶² Foram 6 títulos reeditados a partir da coedição entre editoras particulares (Pólis e Editora 34) e a Duas Cidades.

Crítico, que ainda hoje publica títulos dessa coleção com a logo e o nome da Livraria Duas Cidades. Já em 1976 houve a coedição do selo de Santa Cruz com a carioca editorial Nórdica, quando publicaram *A língua e o homem: introdução aos problemas gerais da linguística*, de Bertil Malmberg. Foram 12 áreas temáticas predominantes ao consideramos o conjunto de livros publicados em primeira edição por meio do sistema de coedição, entre 1972 e 2000 (ver gráfico 21). A crítica literária teve 10 títulos, a poesia 5, a linguística 2 e o restante com 1 livro distribuído em outros gêneros temáticos.

A tiragem de 3000 exemplares de *Horizonte e complementaridade: ensaio sobre a relação entre mito e metafísica* (1975), de Eudoro de Sousa, foi o único título da Livraria Duas Cidades coeditado com a editora da Universidade de Brasília (ver gráfico 20), livro de crítica literária que fazia parte de uma das coleções da casa publicadas nos anos 1970. Nesta década, o INL teve apenas duas obras coeditas com a Duas Cidades, uma delas foi a impressão de 3900 exemplares de *O mar tem várias cores* (1979), um conjunto de contos de Ribeiro Fester, e a outra foi a tiragem de 4000 exemplares de *O navio adormecido no Bosque* (1976), de Lêdo Ivo, que lançou *Teoria e Celebração: ensaios* (1977) pelo selo do nosso personagem em coedição com a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia o Estado de São Paulo. Aliás, a parceria entre a editora e a secretaria permitiu as edições de boa parte da crítica literária uspiana orientada por Antonio Candido, mas nesse meio-tempo também possibilitou o lançamento de *Cornélio Pires: criação e riso* (1977), com tiragem de 3000 exemplares da biografia de Cornélio Pires escrita por Macedo Dantas, e duas obras originais de Mário de Andrade.

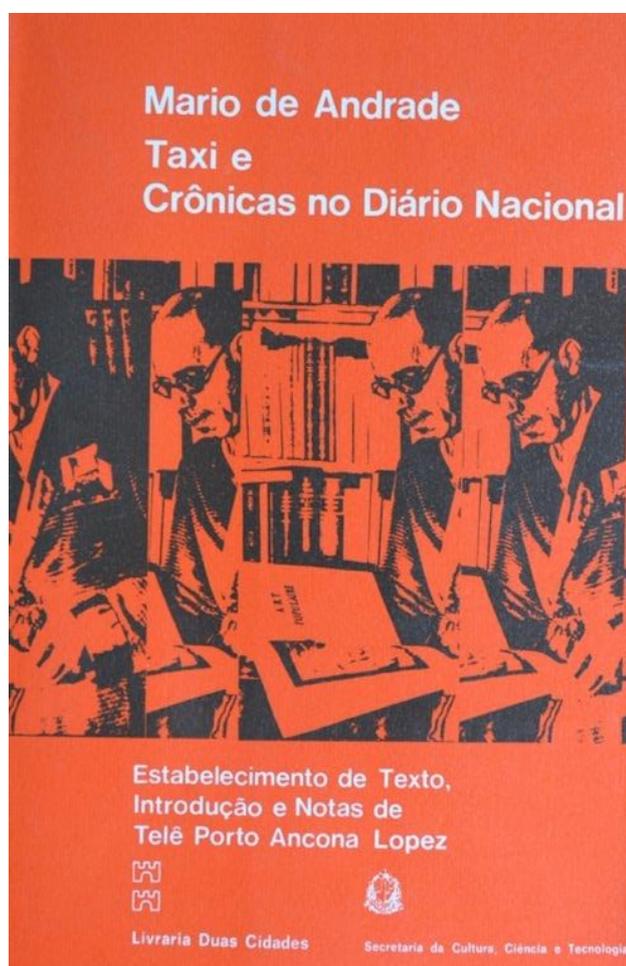
Ambas as obras contaram com o estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez, que foi a primeira orientanda de Antonio Candido a ter um livro publicado pela casa do Professor Santa Cruz. Mas antes de analisarmos a publicação de sua obra e dos outros orientandos do crítico literário que tiveram seus livros lançados pela Duas Cidades em coedição com a secretaria do estado de São Paulo, acercamo-nos do ofício realizado por Telê na organização de duas obras originais de Mário de Andrade. *Táxi e Crônicas no Diário Nacional* (1976), com 5000 exemplares impressos, e *O Turista Aprendiz* (1977), com a mesma tiragem. Nas primeiras páginas dos dois títulos constam a seguinte mensagem:

Esta edição, sem prejuízo das normas e princípios gerais que orientarão o projeto da edição-crítica das Obras Completas de Mário de Andrade, pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, embora ainda não se trate propriamente de uma edição-crítica, já está comprometida com este plano. Sua elaboração – na forma com que ora se apresenta e oportunamente de maneira definitiva dentro projeto de Edição-Crítica da Obra

de Mário de Andrade – é trabalho da pesquisadora Telê Porto Ancona Lopez, por incumbência do Conselho de Administração daquele Instituto.

O arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades abrigam as pastas dos dois títulos supramencionados, o que nos permite examinar as negociações que envolviam a produção desses livros, avaliando o sistema de coedição com a secretaria do estado de São Paulo, os entraves relacionados à produção da capa, o período que levou para esgotar a quantidade de exemplares impressos, as tratativas com o familiar responsável por autorizar a publicação do material de Mário de Andrade, a publicação no exterior, entre outros fatores.

Figura 54. *Táxi e Crônicas no Diário Nacional* (1976), de Mário de Andrade



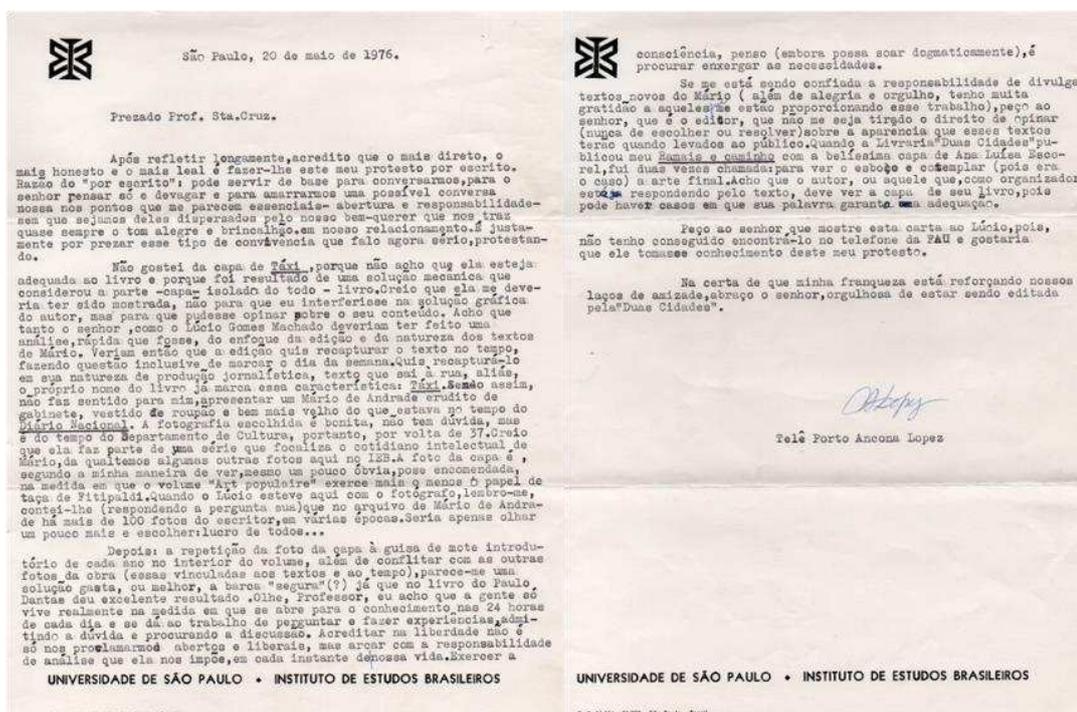
Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Os preparativos da edição de *Táxi e Crônicas no Diário Nacional* começaram em dezembro de 1975, ano em que a editora cotou os primeiros orçamentos da composição gráfica da obra. Nos primeiros meses de 1976 contrataram revisoras *freelance* para corrigir as primeiras provas e uma pessoa para executar o serviço fotográfico das imagens de Mário de Andrade que

seriam posteriormente utilizadas na capa do livro. Em abril desse ano, a editora pagou o fotolito para a capa, enviou 198 pacotes *offset* extra branco de papel para a Símbolo S. A. Indústria Gráfica, a qual foi contratada para imprimir 5000 exemplares desse livro, no formato 14x21, com 608 páginas, sendo que o papel, a capa e o fotolito foram fornecidos pela Duas Cidades, e o custo da impressão de toda a tiragem saiu por Cr\$ 37.685,00.

O livro foi publicado em maio de 1976, mês em que Telê Porto Ancona Lopez enviou uma carta ao Professor Santa Cruz (ver figura 55) protestando contra a capa produzida para a obra. Nesta missiva, a pesquisadora transpareceu sua proximidade e confiança no livreiro-editor ao dizer que enviava a epístola para que ele pudesse refletir sobre o assunto, e depois conversassem pessoalmente “[...] nos pontos que me parecem essenciais – abertura e reponsabilidade – sem que sejamos deles dispensados pelo nosso bem-querer que nos traz quase sempre o tom alegre e brincalhão em nosso relacionamento”. Telê disse desgostar da capa de *Táxi*, expondo que ela parece ter sido elaborada sem considerar o teor e conteúdo do texto. Ressaltou que deveria ter sido consultada por Lúcio Gomes Machado ou pelo Professor Santa Cruz antes da versão final, alegando que não tinha o intuito de interferir na solução gráfica, mas apenas avaliar se a capa produzida era compatível com o livro. Fundamentou seu ponto de vista ao sentenciar que a imagem de Mário de Andrade era bonita, mas posada num escritório, vestido de roupão e mais velho da idade que tinha quando escreveu as crônicas para o *Diário Nacional*.

Figura 55. Carta de Telê Porto Ancona Lopez para Professor Santa Cruz (maio de 1976)



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Em suas palavras, “[...] quando o Lúcio esteve aqui [no IEB] com o fotógrafo, lembrome, contei-lhe (respondendo a pergunta sua) que no arquivo de Mário de Andrade há mais de 100 fotos do escritor, em várias épocas. Seria apenas olhar um pouco mais e escolher: lucro de todos...”. Como podemos verificar no restante da carta (ver figura 55) escrita por Telê, ela não apenas justificou os pontos que a faziam desacreditar na capa produzida para aquele livro, como se sentia desprestigiada ao não ser chamada a opinar na confecção daquela capa, ressaltando que em *Ramais e Caminho* foi convidada duas vezes pela editora para conhecer o esboço e a arte final da capa de Ana Luisa Escorel. Assim, esta missiva é uma excelente demonstração das relações, por vezes tensas, entre capista, editor e autores.

É interessante notar que o contrato de edição dessa obra foi firmado após a impressão do livro. Em 02 de junho de 1976, Carlos Augusto de Andrade Camargo, representante dos sucessores do autor, e a Livraria Duas Cidades assinaram o documento de edição da obra. Além dos termos habitualmente previstos nos contratos da editora, conseguimos verificar alguns detalhes da produção e coedição desse livro, a exemplo da casa ficar responsável por todas as etapas de edição e lançamento da obra em português. O artigo 4 estabelece que a Duas Cidades iria pagar a Carlos Augusto de Andrade Camargo 10% do preço de capa de cada um dos 3500 exemplares que fossem vendidos. Para os 1500 exemplares comprados pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, em regime de coedição, o selo se comprometeu a pagar 10% do preço de capa de cada um dos exemplares adquiridos pela secretaria no valor de Cr\$ 76,00 por exemplar. Os artigos subsequentes preveem que a editora utilizaria 200 exemplares para serem distribuídos à imprensa e outros meios de comunicação a fim de divulgarem a obra, dos quais não seriam pagos direitos autorais. Tanto Carlos quanto Telê receberiam 10 exemplares da primeira edição e 2 exemplares de cada nova edição, e ambos teriam um desconto de 40% sobre o preço de capa para adquirirem mais exemplares do livro. Já o artigo 10 definiu que os direitos de tradução deveriam ser requeridos à editora, para quaisquer idiomas e sempre com consulta ao representante dos sucessores do autor, quem dividiria com o selo (responsável pela propriedade intelectual do livro – *copyright*), em duas partes iguais, os vencimentos resultantes das traduções.

Mediante o sistema de coedição, a editora garantiu a venda de 2000 exemplares vendidos ao preço de capa para a secretaria no valor de Cr\$ 57,00. Pelos documentos disponíveis na pasta deste livro, não conseguimos descobrir por qual motivo a secretaria comprou mais exemplares por um valor menor do preço de capa estabelecido em contrato. O dado concreto é que a Livraria Duas Cidades pagou Cr\$ 15.207,60 a Carlos Augusto de Andrade Camargo em 19 de abril de 1977, valor referente ao pagamento de 10% dos direitos autorais, dos quais 2000 exemplares

foram vendidos a Cr\$ 57,00 e 513 exemplares vendidos a Cr\$ 100,00 o preço de capa. O restante dos exemplares foram vendidos até finais dos anos 1990, tendo em vista que, em 1993 (quando o preço de capa do exemplar chegou a valer Cr\$ 90.000,00), a editora ainda possuía 812 exemplares desse livro em estoque.

As etapas preliminares para a publicação de *O Turista Aprendiz* começaram em outubro e novembro de 1976, quando uma revisora *freelance* recebeu Cr\$ 1.140,80 pelos serviços prestados na datilografia do manuscrito e a editora solicitou um serviço fotográfico no valor de Cr\$ 720,00. O contrato entre o representante dos sucessores do autor e a Livraria Duas Cidades foi assinado em 10 de janeiro de 1977, antes, portanto, da impressão dos 5000 exemplares do livro em março daquele ano. Dessa vez ficou estabelecido que 2000 exemplares seriam comprados pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, em regime de coedição, no valor de Cr\$ 55,00, dos quais Carlos Augusto teria direito a 10% do preço de capa de cada um dos exemplares impressos. O representante dos sucessores do autor também receberia 10% do preço de capa de cada um dos 3000 exemplares vendidos pela editora.

Em 15 de fevereiro de 1977, a Livraria Duas Cidades solicitou o orçamento da Símbolo S. A. Indústria Gráfica para a impressão de 5000 exemplares no formato 14x21, com 384 páginas, acabamento plastificado da capa (duas cores) colada e miolo costurado, sendo que o selo se comprometia a fornecer os fotolitos e o papel para a gráfica. O valor do orçamento foi de Cr\$ 30.600,00 para a impressão da quantia pré-definida. No mesmo dia, a editora forneceu 08 pacotes de 125 folhas do papel *offset – samb-champion* – para a gráfica que executou o serviço em março daquele ano. A capa ficou muito parecida à de *Táxi*, na medida que utilizaram a mesma imagem fotográfica²⁶³ de Mário de Andrade, trocando o vermelho por caramelo.

O representante dos sucessores do autor recebeu, em outubro de 1977, a quantia de Cr\$ 10.210,00 referente aos direitos autorais de 2000 exemplares vendidos para a secretaria. Além desses exemplares, naquele ano a editora comercializou 876 exemplares a Cr\$ 75,00 o preço de capa, ao que Carlos Augusto recebeu mais Cr\$ 6.570,00 de direitos autorais. Da quantia total de exemplares impressos, restou 2036 em dezembro de 1977, a qual foi vendida até dezembro de 1982, ano em que o preço de capa do livro valia Cr\$ 100.000,00 e a editora possuía apenas 20 exemplares. Em novembro de 1983, a casa lançou 2100 exemplares da segunda edição da obra cuja venda ocorreu até 2001, quando havia 32 exemplares dessa edição em estoque.

Uma editora italiana e outra francesa procuraram tanto o representante dos sucessores do autor quanto o Professor Santa Cruz para traduzirem *O Turista Aprendiz* para esses países. A

²⁶³ Do conjunto de documentos inseridos na pasta da obra *O Turista Aprendiz*, abrigada no acervo da editora, aparentemente não houve queixas de Telê Porto Ancona Lopez em relação à capa desse título.

primeira comunicação partiu da italiana Edizioni Biblioteca del Vascello, que por intermédio do editor Andrea Ciacchi²⁶⁴ enviou uma carta, de Roma, para Carlos Augusto em 3 de setembro de 1992. Nesta, o remetente disse que sua amiga Telê Porto Ancona Lopez possivelmente o teria comunicado que a editora italiana tinha interesse em traduzir um conto e uma obra de Mário de Andrade, com tiragem de 2000 exemplares cada. O conto era “Primeiro de Maio”, publicado na obra do autor chamada *Contos Novos*, e o livro era *O Turista Aprendiz*. Ambos os textos seriam traduzidos por Andrea Ciacchi. Em suas palavras, o conto faria parte da coleção Frammenti (“Fragmentos”), teria por volta de 80 páginas com texto em italiano e português, e seria comercializado por 12 mil liras italianas, ao passo que o livro sairia pela coleção Viaggi (“Viagens”), teria 250 páginas e a previsão era de ser vendido por 24 mil liras. E concluiu exprimindo as seguintes condições: direitos de tradução exclusivos para a Itália por dez anos, adiantamento de 30%, pagos na hora da assinatura do contrato; direitos autorais de 6% sobre o preço de cada exemplar vendido; e prestação de contas anualmente.

O Professor Santa Cruz enviou uma carta a Andrea Ciacchi em 18 de maio de 1993, por meio da qual pediu desculpas pelo atraso na resposta da epístola que o destinatário tinha enviado a Carlos em setembro de 1992. Como a Livraria Duas Cidades tinha os direitos de tradução de *O Turista Aprendiz*, nosso personagem enunciou que ele e o representante dos sucessores do autor estavam de acordo com a proposta feita por Biblioteca del Vascello, solicitando apenas que esta casa enviasse um exemplar da obra assim que fosse publicada. Depois de algumas cartas extraviadas e de entendimentos prévios entre os editores, o livreiro-editor enviou outra missiva a Andrea Ciacchi em 03 de setembro de 1993, na qual informava o envio da minuta de contrato e chamava a atenção do destinatário para o prazo de sete anos para vigorar os direitos exclusivos para tradução do italiano, o que era exigência de Carlos Augusto. Andrea respondeu José Petronilo em 06 de setembro, confirmando o acordo com as condições contratuais e solicitando poucas alterações, a exemplo da contagem do prazo dos direitos de tradução a contar a partir da publicação da obra e da substituição de seu nome para Cláudio Maria Messina, então proprietário da editora italiana. Ao final, o remetente solicitava os dados bancários e um documento fiscal da Duas Cidades, e agradeceu o envio de dois livros que ele tinha pedido a Santa Cruz: *O coro dos contrários*, de José Miguel Wisnik, e *O discurso e a cidade*, de Antonio Candido. O contrato de tradução foi assinado em 10 de setembro de 1993 considerando as

²⁶⁴ Andrea Ciacchi foi orientador do mestrado do autor desta tese. O professor Andrea cursou Antropologia na Universidade de Roma “La Sapienza” (1984), o mestrado em Letras na Universidade Federal da Paraíba (1988) e o doutorado em Estudos Ibéricos na Universidade de Bolonha (1993), período em que era diretor editorial da Edizioni Biblioteca del Vascello. Atualmente é docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

negociações discutidas nas cartas, e *Il Turista Apprendista* foi publicado pela Biblioteca del Vascello em 1995, no volume 31 da coleção Viaggi.

Já o processo para a tradução francesa desse livro não iniciou por intermédio de um selo editorial, e sim com a iniciativa de duas tradutoras francesas chamadas Monique Le Moing e Marie-Pierre Mazéas. Diretamente de Paris, elas endereçaram uma carta a Santa Cruz em 16 de dezembro de 1992, a partir qual disseram que enviaram uma carta ao editor, em 1987, expressando o interesse de traduzirem *O Turista Aprendiz*. Em seguida, disseram que ainda pretendiam publicar este título pela editora l'Harmattan, onde tinham traduzido três romances de Lima Barreto. Após salientarem que essa editora era forte em literatura brasileira, declararam que aguardavam uma resposta do destinatário para que pudessem receber o apoio financeiro do ministério da cultura francês, e deveriam solicitar o subsídio até o dia 4 de junho de 1993.

José Petronilo de Santa Cruz destinou sua resposta a Marie-Pierre Mazéas no dia 29 de dezembro de 1992. Após relatar que recebeu com atraso a carta enviada por ela no dia 16 daquele mês e garantir que respondeu a destinatária em 1987, Santa Cruz disse que seria prazeroso para ele ver a obra publicada em tradução francesa. E fez a seguinte proposta de tradução: adiantamento de 1.500 dólares, o que naquela época equivaleria a algo em torno de 8.246,22 francos (porém, como a Duas Cidades tinha um dívida com a Harmattan, propôs que esse valor fosse abatido dessa obrigação em atraso); direitos de autor de 7,5% sobre o preço de capa dos primeiros 1000 exemplares vendidos e 8% para os demais exemplares comercializados; e solicitou que 10 exemplares da edição francesa fossem encaminhados à Livraria Duas Cidades depois de impressos.

Em 17 de março de 1993, Marie-Pierre Mazéas e Monique Le Moing enviaram uma carta para Carlos Augusto de Andrade Camargo dizendo informando que pretendiam traduzir o livro e ainda não tinham recebido uma resposta do nosso personagem. Porém, conforme relatado na carta que Santa Cruz enviou para Monique Le Moing em 30 de março de 1993, ele esclareceu que a missiva foi corretamente endereçada para a destinatária, enunciando que enviava uma cópia de tal missiva e declarando que aguardava sua resposta.

Não sabemos por qual razão essa primeira negociação não foi adiante. O fato é que Eric Jacolliot, da editora La Quinzaine, enviou uma epístola a Santa Cruz no dia 12 de maio de 1995 expressando seu interesse na publicação de *O Turista Aprendiz*, tradução que seria feita por Monique Le Moing, e o título integraria a coleção Voyager Avec, ressaltando que Carlos Augusto estava de acordo com as condições e solicitando qual seria a proposta do editor para a tradução de 2000 exemplares. Santa Cruz respondeu à carta de Eric Jacolliot em 19 de junho de 1995 afirmando que estava de acordo com as condições apresentadas para tradução do livro

e que enviaria o contrato por fax. Assim que eles ajustaram o prazo para a publicação do livro, o contrato foi assinado em 01 de julho de 1995, de um lado a Livraria Duas Cidades e de outro a Société d'Édition Littéraires et Scientifique, representada por Eric Jacolliot. As condições de tradução foram assim definidas: direitos autorais de 7% do preço de capa do título, tiragem de 2000 exemplares, adiantamento de 1000 francos franceses que seriam pagos na assinatura do contrato e envio gratuito de 6 exemplares para a Duas Cidades após a publicação da obra.

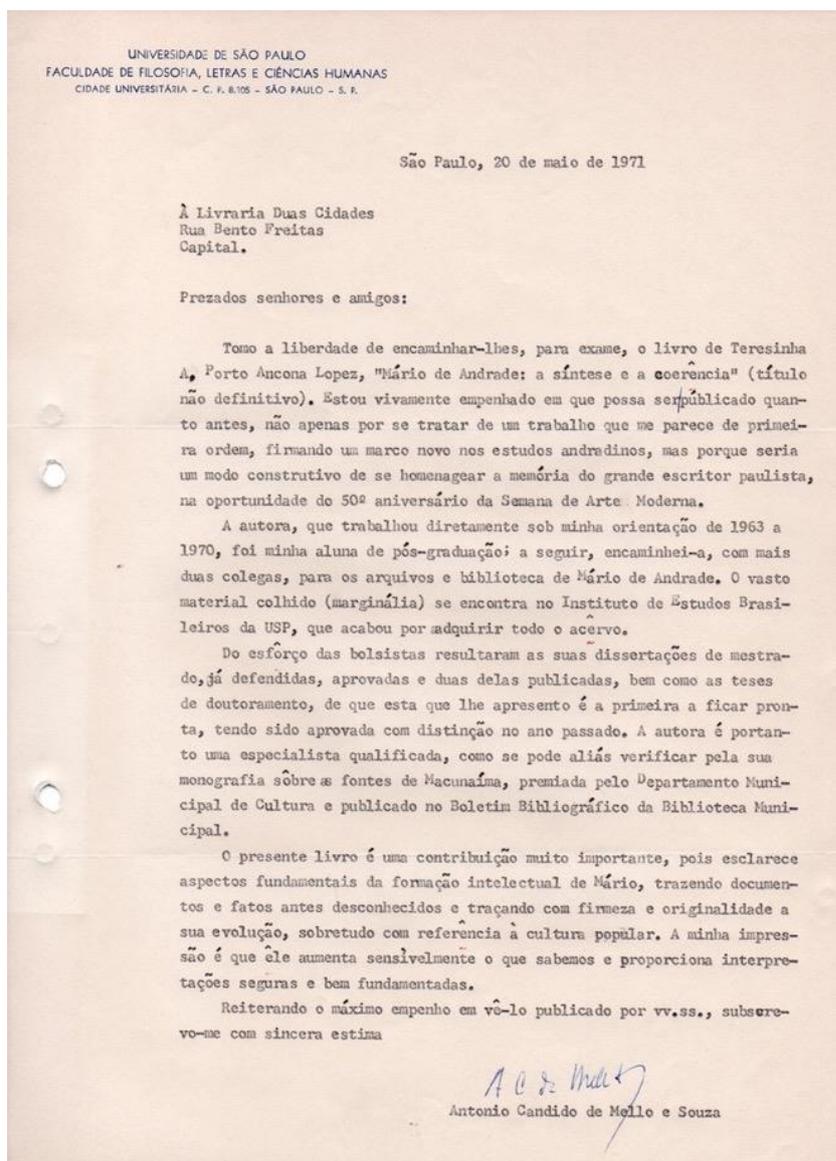
As publicações das duas obras de Mário de Andrade e a posterior tradução de uma delas para o italiano e o francês são alguns dos indícios das vantagens do sistema de coedição para a cultura brasileira. Talvez essas obras não fossem publicadas sem o financiamento de um órgão público, o qual permitiu que uma editora comercial com característica universitária, como era a Livraria Duas Cidades, pudesse imprimir tiragens expressivas para esse perfil de livro escrito por um ilustre autor e promotor da cultura paulistana e brasileira. Desconhecemos os motivos pelos quais a editora não conseguiu publicar esses e outros títulos do autor em coedição com o IEB, mas a relação da casa com a pesquisadora do instituto, Telê Porto Ancona Lopez, foi fundamental para tornar exequível a publicação de originais de Mário de Andrade, até mesmo porque ela foi a primeira orientanda de Antonio Candido a ter um livro publicado pelo selo editorial de Santa Cruz, título que era resultado de sua pesquisa sobre o modernista.

A crítica literária uspiana publicada pela Livraria Duas Cidades

A maioria dos títulos da crítica literária uspiana orientada por Antonio Candido foram publicados em 1972, 1976 e 1977, em virtude do sistema de coedição da Livraria Duas Cidades com a secretaria do estado de São Paulo relacionada à área cultural. A parceria entre a editora particular e o órgão público paulista possibilitou o lançamento de novos autores, que concluíam suas dissertações, teses e publicaram suas investigações desenvolvidas no programa de pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada concebido e coordenado pelo crítico literário. Por meio da coedição com a secretaria, a Duas Cidades publicou uma obra em 1972, três em 1976 e duas em 1977, o que permitiu a editora angariar recursos para o lançamento de outros orientandos/as do crítico sem utilizar esse sistema. Algumas dessas obras ganharam prêmios nacionais e tiveram apelo comercial, outras fizeram parte das coleções publicadas na década de 1970 e não necessariamente implicaram em boas vendas, porém todas representavam os melhores frutos da crítica literária brasileira desse período, por serem investigações originais e muitas delas realizadas a partir de consulta em acervos recém disponíveis ao público.

Telê Porto Ancona Lopez foi a primeira das orientadas a ver sua pesquisa lançada pela Livraria Duas Cidades em 1972. A autora dedicou o livro a Antonio Candido, quem enviou uma carta (ver figura 56) à editora, em 20 de maio de 1971, afirmando que estava empenhado em viabilizar a publicação daquele manuscrito o quanto antes fosse possível, argumentando que o lançamento da obra, em 1972, seria uma forma de saudar “a memória do grande escritor paulista, na oportunidade do 50º aniversário da Semana de Arte Moderna.

Figura 56. Carta de Antonio Candido à Livraria Duas Cidades (maio de 1971)



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

O orientador defendeu o manuscrito com unhas e dentes ao ponderar que a pesquisa seria um ponto de referência nos “novos estudos andradinos”; depois discorreu sobre sua orientação de alunas do programa que foram bolsistas da Fapesp e desenvolveram investigações nos

acervos e biblioteca de Mário de Andrade, abrigados no IEB. Realçou que duas tiveram suas dissertações publicadas e que submetia à apreciação da editora a tese de doutoramento de Telê, aluna que já tinha sido premiada por um trabalho monográfico sobre o autor modernista. Após mencionar as contribuições e a originalidade daquele trabalho que problematizava fatos e documentos ainda não pesquisados, o afamado remetente transferiu seu prestígio à autora reafirmando que se empenharia ao máximo para ver o trabalho publicado.

A carta talvez tenha sido enviada a pedido do ainda Frei Benevenuto, que a utilizou para viabilizar a publicação da tese de doutoramento. Em 07 de julho de 1971, o frade encaminhou uma carta a Paulo Bonfim, então diretor técnico do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo. Nesta epístola, o editor dominicano expressou a honra de encaminhar uma missiva à Comissão de Literatura do conselho com o objetivo de propor a coedição da obra *Mário de Andrade: síntese e coerência*, de Telê Porto Ancona Lopez. Prosseguiu alertando o destinatário para a carta escrita por Antonio Candido, a qual fundamentava a importância daquela pesquisa e as vantagens de publicá-la num ano em que se comemoraria o aniversário da Semana de Arte Moderna. Ato contínuo, o remetente antecipou a quantia de dez mil cruzeiros para uma edição de 3000 exemplares e concluiu dizendo aguardar uma apreciação do conselho.

A ata da 32ª reunião ordinária da Comissão Estadual de Literatura, ocorrida no dia 01 de setembro de 1971 na sede do Conselho Estadual de Cultura, tratou do assunto exposto na carta de Santa Cruz. Os membros da comissão que se reuniram nessa data foram Homero Silveira (Vice-Presidente), Maria de Lourdes Teixeira, Nelly Novaes Coelho, Lygia Fagundes Telles, José Geraldo Nogueira Moutinho, Nilo Scalzo, Gilberto Mello Kujawski e Fernando Goés, que ali estavam para avaliarem numerosas incumbências relativas às atividades da comissão. Uma delas era o processo 1208/71, “[...] em que a Livraria Duas Cidades propõe a coedição da obra ‘Mário de Andrade, a Síntese e a Coerência’, de autoria de T. A. Ancona Lopez. Foi aprovada, levando-se em consideração o parecer favorável do Dr. Nogueira Moutinho, que teve oportunidade de examinar o trabalho”. Com a aprovação da coedição, e contando com o apoio de um grande amigo do nosso personagem, o Conselho Estadual de Cultura solicitou uma declaração da Câmara Brasileira Livro, emitida em setembro daquele ano, a expressar que a obra “Mário de Andrade, a síntese e a coerência” seria editada e distribuída pela Livraria Duas Cidades, estabelecimento associado à CBL e possuidor dos originais daquela obra.

O contrato entre Therezinha Aparecida Porto Ancona Lopez e a Livraria Duas Cidades foi assinado em 13 de outubro de 1971. Este documento seguiu o padrão dos demais contratos da casa, porém não mencionou a tiragem de exemplares que seriam impressos e tampouco a participação do Conselho Estadual de Cultura na coedição daquela obra.

Esses itens talvez não tenham sido descritos porque a editora ainda estava nas tratativas com o referido conselho, como podemos verificar na carta que José Petronilo enviou à Comissão Estadual de Literatura, em 21 de outubro de 1971, para descrever aspectos técnicos da materialidade de *Mário de Andrade – a síntese e a coerência*. Após transcrever o título da obra e o nome da autora, ele enunciou que o livro se tratava de um ensaio sobre o escritor Mário de Andrade, com tiragem de 3000 exemplares, aproximadamente de 200 páginas cada exemplar em formato 14x21, que seriam impressos em papel bouffant, gramatura 75. Seriam utilizadas ilustrações em 8 páginas com papel cuchê de 94 gramas, sendo que a capa utilizaria papel *offset* de 180 gramas, duas cores e plastificada, ao passo que o acabamento previsto era brochura costurada com capa colada, e o preço de capa do livro seria de Cr\$ 25,00. O remetente aproveitou a ocasião para entregar mais documentos solicitados pelo conselho ao fornecer dados da empresa, a declaração de exclusividade emitida pela CBL, entre outros. Passados menos de uma semana, o diretor da Livraria Duas Cidades enviou outra carta à comissão no dia 27 de outubro, a qual informava que a autora solicitou a modificação do título do livro para *Mário de Andrade – ramais e caminhos*; alteração que engrandecia a obra na visão do editor.

Humberto Pereira convidou Ana Luisa Escorel para elaborar a capa do livro em 09 de novembro de 1971. Pouco tempo depois, a *designer* gráfica enviou a Humberto o *layout* da capa a reproduzir o retrato de Mário de Andrade tirado a partir de uma tela pintada por Lasar Segall, em 1927, salientando que enviava o esboço do projeto para que a editora e a autora tomassem conhecimento do trabalho e da reprodução da tela por meio do retrato. Ao final da epístola, Ana Luisa disse que aguardava a decisão de todos para preparar a arte final. Em 15 de dezembro de 1971, Humberto enviou uma missiva a Ana Luisa assegurando que o projeto foi aprovado o pela autora e pela família da capista, sugerindo poucas alterações textuais previstas na capa e algumas modificações gráficas solicitadas pelos profissionais da oficina gráfica. Ela respondeu à carta de Humberto em 09 de janeiro de 1972, cuja matéria evidencia as negociações e disputas entre a editora e a *designer* que projetou a capa (ver figura 57).

Desconhecemos quem foi o responsável por proceder com as modificações alegadas por Ana Luisa. Ainda assim, tanto a editora quanto a oficina gráfica mantiveram o projeto da capa como foi projetado pela *designer*, que recebeu, em 14 de janeiro de 1972, Cr\$ 345,00 pelos serviços prestados na confecção da capa de *Mário de Andrade: ramais e caminho*. Diante dessas modificações, Santa Cruz enviou uma carta à Comissão Estadual de Literatura em 11 de fevereiro de 1972, informando que a editora mantinha o preço de capa enunciado na última epístola, o prazo de entrega dos exemplares para o conselho, a capa teria três cores e o papel utilizado no miolo seria o *offset*.

Figura 57. Carta de Ana Luisa Escorel para Humberto Pereira (janeiro de 1972)

Rio, 9 de janeiro de 72

Caro Humberto,

As indicações quanto à côm e retícula estão dadas sobre o próprio lay-out, que mais uma vez volta para orientar gráfica e clichéria.

A tipografia vai numa prancha à parte, onde vocês deverão colocar a marca da Duas Cidades. No que diz respeito a marca, aliás, o ideal seria que vocês mandassem reduzi-la um milímetro na altura, tomando como base a que está na capa dos Parceiros, porque eu também usei a tipografia do nome da livraria com um milímetro a menos.

Ainda quanto a marca, eu gostaria que vocês me mandassem uma boa cópia daquele original que fiz para vocês, para que de agora em diante eu possa colocá-la aqui mesmo, mandando tudo pronto.

A fotografia vai com indicação de corte, já em tamanho 1x1. Deve ter 4,65cm de largura, correspondentes à largura de cada faixa. Dei essa indicação, aliás, na parte inferior da prancha das letras.

Me surpreendi um pouco com a modificação que vocês fizeram no lay-out, quanto à côm da tipografia. Se é uma mudança intencional e não o fruto de uma passada de dedo distraída sobre o desenho, queria que vocês soubessem que não estou de acordo.

Gostaria que a capa saísse sem modificações mesmo por que a decisão de fazer a tipografia toda branca, é resultado de um projeto, não de uma escolha caprichosa e aleatória.

Recebemos o recorte do Estado de São Paulo com a nota do Novaes sobre os curta metragem do Farnas.

Meu presente é utilíssimob, obrigada.

Abraços a você e ao Frei

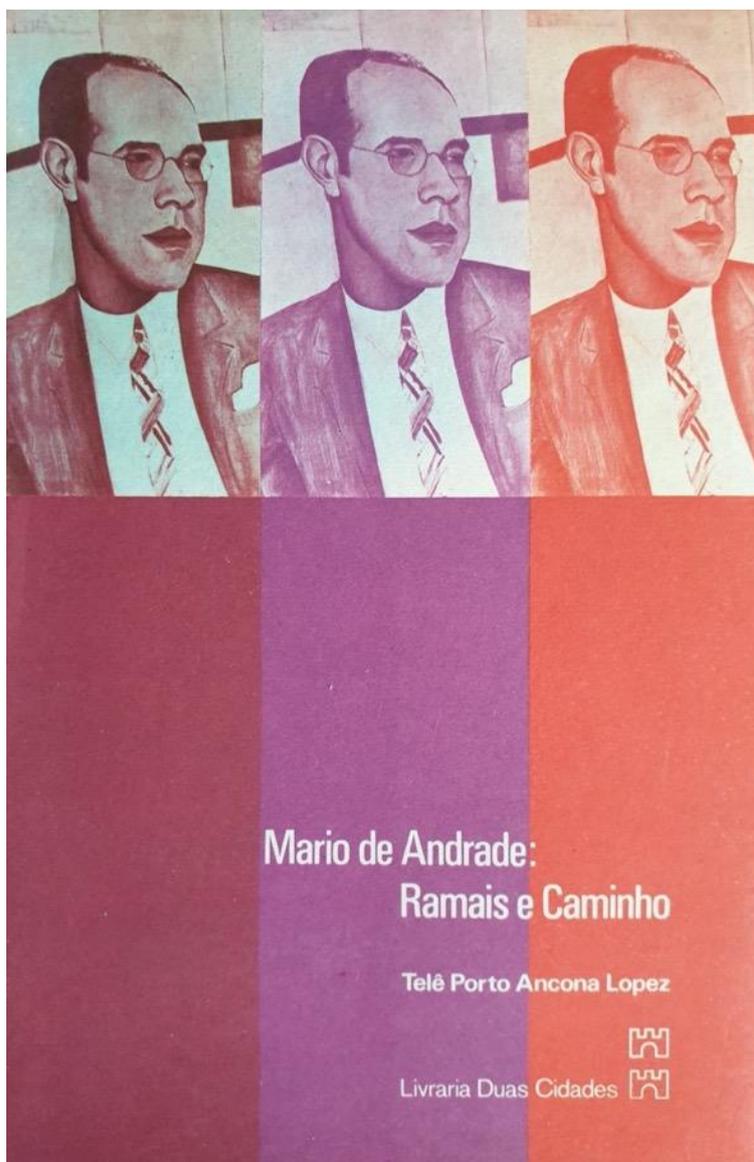
A. L. Escorel

Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Após a revisão tipográfica e os ajustes gráficos feitos pela Impres – Companhia brasileira de impressão e propaganda –, a empresa imprimiu 3100 exemplares do livro de Telê ao custo total de Cr\$ 11.036,00. Somente após a impressão dos livros que foi assinado o contrato, em 25 de abril de 1972, entre o Conselho Estadual de Cultura e a Livraria Duas Cidades para a coedição da obra em tela. Neste documento encontram-se as especificações gráficas da obra de 268 páginas, o preço de capa para todos os exemplares da edição, ressaltando que a editora se obrigava “[...] a inscrever no frontispício de todos os exemplares os seguintes dizeres: esta edição é feita em convênio com o Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo – Conselho Estadual de Cultura”. Mais adiante, o contrato estabeleceu que a editora entregaria ao conselho 1000 exemplares com 50% de desconto do preço de capa do

livro, ressaltando que o estabelecimento receberia Cr\$ 12.500,00 pagos à vista pelo órgão público após confirmarem que a obra foi impressa conforme as cláusulas contratuais. Entre outras obrigações, estabeleciam que o título não podia ser reeditado antes de esgotada a tiragem da primeira edição e sem a autorização prévia do conselho.

Figura 58. *Mário de Andrade: Ramais e Caminho* (1972), de Telê Porto Ancona Lopez



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

A mensagem de propaganda, elaborada provavelmente pela editora, colaborou para a divulgação do livro de Telê Porto Ancona Lopez: “A formação de Mário de Andrade, sua solução. Coisas que ele leu, autores que influenciaram. Elementos que possibilitaram o surgimento do modernismo. Os ramais por onde ele passou e o caminho encontrado”. Em 18 de maio de 1972, a autora recebeu a primeira parcela dos direitos autorais no valor de Cr\$

2.300,00 referente ao pagamento dos 1000 exemplares adquiridos pela Secretaria. Após o pagamento à autora, o editor endereçou uma carta ao conselho em 30 de maio daquele ano, expressando que a boa repercussão do livro vinha do mercado e da crítica especializada. Na opinião de Santa Cruz, a recepção da obra podia ser mensurada pelos comentários elogiosos de Tristão de Athayde no *Jornal do Brasil*, em 27 de maio em 1972. Por esses motivos, e em razão do eminente esgotamento do título, o remetente expôs que a editora entrava em contato com o conselho para solicitar a autorização da segunda edição da obra.

Em 11 de julho de 1972, o Conselho Estadual de Cultura respondeu afirmativamente à solicitação de José Petronilo ao autorizar a reedição do livro. Nesse meio-tempo, Humberto Pereira enviou uma carta à editora Hucitec, em 27 de julho de 1972, para tratar de outro manuscrito de Telê, chamado *Macunaíma: a margem e o texto*. O editor informou que a Duas Cidades infelizmente não poderia publicar esse trabalho, expressou seu contentamento com a iniciativa da Hucitec em lançar o estudo da autora e desejou sucesso na edição do livro.

Ignoramos os motivos pelos quais a Duas Cidades não publicou a segunda edição de *Mário de Andrade: ramais e caminho*. Partimos da hipótese de que as vendas da tiragem da primeira edição decaíram a partir de 1973. Quando constatamos a quantidade de exemplares vendidos por ano, parece-nos que a obra teve boas vendas logo após a publicação, inclusive entrando na lista dos títulos nacionais mais vendidos em 1973, segundo a *Folha de S. Paulo*²⁶⁵. Mas o patamar de comercialização do livro decaiu nos anos seguintes, de modo que os exemplares da primeira edição se esgotaram apenas em dezembro de 1980, quando o preço de capa do livro valia Cr\$ 120,00 e ainda havia 7 exemplares do título em estoque.

Para além da boa recepção da obra, das resenhas do livro escritas por Tristão de Athayde no *Jornal do Brasil* e por Nogueira Moutinho na *Folha de S. Paulo*²⁶⁶, a autora recebeu um telegrama da sua editora com a seguinte mensagem: “Parabéns. Prêmio Mário de Andrade. Seus amigos [da] Livraria”. Em virtude do 17º prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), Telê Porto Ancona Lopez recebeu o troféu Mário de Andrade (literatura, na categoria ensaio), entregue, em 14 de maio de 1973, durante a cerimônia ocorrida no Teatro da Universidade Católica, em São Paulo.

Ainda que o livro de Telê não tenha tido uma segunda edição, é inegável o sucesso da obra pelo acolhimento da crítica e pela premiação conferida à autora. E supomos que o êxito desse título tenha demonstrado a Santa Cruz e Antonio Candido o quanto os laços de amizade entre eles gerava resultados positivos para todos os envolvidos na publicação das investigações

²⁶⁵ MAIS VENDIDOS. Livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 1973. Folha Ilustrada, p. 36.

²⁶⁶ MOUTINHO, Nogueira. Mário de Andrade revisitado. *Folha de S. Paulo*, 20 mai. 1972. Folha Ilustrada, p. 34.

orientadas pelo crítico literário. O lapso temporal entre o lançamento do livro de Telê e as próximas obras publicadas de uma orientanda de Candido talvez tenha ocorrido pela ausência das coedições, pois foi apenas em 1976 que a Livraria Duas Cidades lançou 4 títulos de suas orientandas. O primeiro foi *Saco de gatos: ensaios críticos*, de Walnice Nogueira Galvão, com tiragem de 3000 exemplares, e os três restantes foram publicados em coedição com a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia: *3 linhas e 4 verdades: o jornalismo de Oswald de Andrade*, de Vera Maria Chalmers, com tiragem de 3000 exemplares, a mesma quantia impressa para *Caos e cosmos: leituras de Guimarães Rosa*, de Suzi Frankl Sperber e *A Mascarada Sublime: estudo de Quincas Borba*, de Teresa Pires Vara, título com tiragem de 3100 exemplares.

Figura 59. *Ao vencedor as Batatas*, de Schwarz; e *O coro dos Contrários*, de Wisnik



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Em 1977, a Secretaria ainda coeditou com a Livraria Duas Cidades os 3000 exemplares de *O coro dos contrários: a música em torno da semana de 22*, escrita por José Miguel Wisnik. No mesmo ano, a editora tentou uma parceria com a Secretaria para lançar *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, de Roberto Schwarz, mas os 3180 exemplares do livro foram impressos às custas da editora. E a ousadia

valeu a pena para a editora, na medida em que as duas obras, cujas capas foram elaboradas por Lucio Gomes Machado, receberam o prêmio Jabuti de 1978²⁶⁷, conferido pela CBL, que aproveitou o evento para realizar um concurso com o tema: “A função do livro numa sociedade democrática”. A cerimônia de entrega do galardão conferido ao concurso e ao Jabuti ocorreram durante a Vª Bienal do Livro em São Paulo, ocasião em que Roberto Schwarz ganhou na categoria estudos literários (ensaio) e José Miguel Wisnik na categoria autor revelação.

Do conjunto de autoras e autores anteriormente mencionados, Roberto Schwarz foi o único orientando de Antonio Candido a ter duas obras editadas pela Livraria Duas Cidades. A primeira saiu em 1977 e a segunda, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, foi publicada em 1990 com 3000 exemplares, e teve mais três edições pela casa até 1999, sendo que no ano 2000 lançou a quinta edição desse livro em coedição com a Editora 34, tornando-se um dos 15 títulos da casa com maior número de exemplares impressas (ver gráfico 10). Além disso, Roberto é o sexto autor (ver gráfico 11) com maior número de tiragens pela editora, quando levamos em consideração a quantidade de exemplares impressos dois títulos que ele publicou pela Duas Cidades. Segundo o próprio autor²⁶⁸, sua experiência com a casa foi excelente porque conduziam o processo editorial, a revisão textual e a confecção do livro com seriedade e esmero, sempre consultando o autor.

Numa altura do depoimento de Roberto Schwarz, perguntamos se em algum momento ele teve interesse em transferir os dois livros publicados pela casa do Professor Santa Cruz para outra editora, ao que ele respondeu afirmando que chegou a receber oferta de casas maiores “[...], mas nunca me ocorreu porque eu estava muito satisfeito com a Duas Cidades. Depois, quando houve a [coedição com a editora] 34 [...], eu me simpatizei porque é uma ótima editora também. E aí ficou, por assim dizer, nas duas. Então nunca quis sair de lá”. Mas por intermédio do testemunho que Augusto Massi²⁶⁹ nos concedeu, descobrimos que Roberto chegou a duvidar se mantinha seus livros na coleção que seria coeditada pela editora 34 com a Livraria Duas Cidades. Massi foi o responsável por articular essa coleção chamada Espírito Crítico, e ele nos disse que precisou dissuadir Schwarz da ideia de levar seus livros publicados pela Duas Cidades para a Companhia das Letras, na medida em que o autor tinha algumas ressalvas em relação ao trabalho da editora 34 naquele período. Com os argumentos apresentados por Massi, o autor manteve as duas obras no catálogo e aceitou entrar na coleção coeditada pelas duas casas.

²⁶⁷ PRÊMIO JABUTI será entregue dia 25. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 1978. Folha Ilustrada, p. 39.

²⁶⁸ Roberto Schwarz, entrevista, 17 jun. 2020.

²⁶⁹ Augusto Massi, entrevista, 26 jul. 2019.

Esse episódio evidencia o perfil de determinados autores do selo. Foi a partir da editora do Professor Santa Cruz que conseguiram se projetar no meio intelectual e acadêmico nacional, alguns chegaram a ser assediados por grandes companhias editoriais, mas decidiam continuar na modesta editora mesmo num período em que esta enfrentava numerosas dificuldades. Roberto Schwarz conseguiu publicar seu primeiro livro quando estava cursando o doutorado em Paris, e muitas editoras receavam publicar autores reconhecidamente de esquerda. Aliás, os documentos relativos à edição de *Ao vencedor as batatas* encontram-se na pasta do acervo da Duas Cidades e corroboram o argumento de que o editor não mediu esforços para publicar o livro, o qual foi muito bem recebido pela crítica e pelas vendas, chegando a ter cinco edições entre 1977 e 2000, ano que saiu pela coleção Espírito Crítico.

Quando estávamos a analisar a relação entre Antonio Candido, Santa Cruz e a livraria e editora, demonstramos o quanto o crítico literário foi crucial na promoção desse livro de Roberto Schwarz, ao ponto de encaminhar uma carta (ver figura 35) para a editora defendendo os méritos do estudo de seu orientando realizado na França. Outra personagem fundamental foi a mãe do autor, dona Kathe Schwarz, quem recebeu a dedicatória do livro e foi responsável por intermediar o processo de produção do livro e assinar o contrato de publicação da obra. Como o autor estava morando no estrangeiro, uma parte das comunicações era feita por sua mãe e outra parte ocorria através da correspondência entre autor e editora. Um delas foi a carta de Mara Valles enviada a Roberto Schwarz em 28 de janeiro de 1977, por meio da qual ela informava que enviava a primeira prova de *Ao vencedor as batatas* para que ele fizesse as correções necessária e reenviasse o material à casa o mais rápido possível, tendo em vista que a secretaria do estado de São Paulo estipulava um prazo para submeterem a proposta de coedição. Este órgão solicitou a seguinte declaração emitida pela CBL em 7 março de 1977: “[...] a obra [...] de Roberto Schwarz é de edição e distribuição exclusiva da Livraria Duas Cidades Ltda., associada a esta entidade, onde se encontra matriculada sob o n. 160”.

A assistente editorial da editora enviou outra missiva para o autor em 13 de maio de 1977. Ela o informou que a publicação do livro estava atrasada porque dependiam da Secretaria para definirem a data de publicação da obra, expondo que a decisão final sobre a coedição do livro sairia dentro de uma semana, mas imprimiriam o título às custas da editora se a resposta fosse negativa. Mara Valles prosseguiu enunciando que dona Kathe informou a editora que o autor gostaria de incluir o subtítulo, “forma literária e social nos inícios do romance brasileiro”, na capa do livro. Mas a assistente editorial disse que não seria possível realizar esse procedimento e o garantiu que a frase seria colocada no frontispício, logo abaixo do título. A remetente alegou que surgiu outra dúvida “[...] quanto ao número I que você deu ao livro. Achemos que só terá

sentido essa indicação se houver a intenção de ser feito outro livro seu com o mesmo nome, caso contrário, ele não se justificaria, visto não ser parte de um contexto maior de publicações”. E fechou a carta dizendo que aguardava comentários do autor sobre esses assuntos.

A resposta de Roberto Schwarz foi enviada em 27 de maio de 1977, de Paris. Ele agradeceu as ponderações da editora e tratou de todas as questões expostas na carta. Primeiro afirmou que preferiria ver o subtítulo na capa, assim o leitor fortuito saberia qual era assunto do livro. Logo em seguida explicou que o número I era para distinguir do II, que sairia em breve, e prosseguiu questionando se a editora fez uma boa revisão da obra, argumentando que ele fez uma correção da primeira prova às pressas para atender a urgência da própria editora, e por isso não comparou o manuscrito com a prova. Ele fez esse questionamento expondo que encontrou um equívoco nas primeiras páginas que lhe foi enviada, indicou a correção do trecho, rogou para não ter outras falhas e concluiu perguntando se a Secretaria confirmou a coedição e se havia uma data para publicação do livro.

A contestação de Mara Valles foi enviada para o autor em 06 de junho de 1977, ocasião em que ela disse que não seria possível colocar o subtítulo na capa por decisão do capista e do Professor Santa Cruz, os quais argumentaram que a capa ficaria carregada de texto, destoando do “esquema pré-montado para as capas das coedições com a Secretaria da Cultura”. Em seguida, ela lhe garantiu que manteriam o número I e a palavra “continua” no final do livro, e prosseguiu dizendo para ele se tranquilizar quanto à revisão: “posso me gabar de que temos uma ótima equipe de revisão aqui na Livraria”. Ato contínuo, a remete lhe assegurou que a coedição com a Secretaria estava confirmada, apenas aguardavam a data de liberação do livro por parte do órgão governamental. Independente da coedição, ela afirmou que o livro sairia “em meados de julho para aproveitar o público universitário do 2º semestre”. Dito e feito, os 3000 exemplares no formato 14x21, com 172 páginas, foram impressos pela Símbolo Indústria Gráfica no dia 08 de julho pelo custo de Cr\$ 13.650,00, e outros 180 exemplares foram impressos pela mesma gráfica em 12 de julho no valor de Cr\$ 819,00.

Tanto as informações disponíveis no miolo do livro quanto o teor do contrato (assinado em 12 de julho de 1977 pela dona Kathe) não fazem alusão a coedição com a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Na pasta com os documentos da edição de *Ao vencedor as batatas* tampouco encontramos as razões pelas quais não houve a coedição, sendo que em dezembro daquele ano a secretaria aprovou esse sistema para o lançamento do livro de Wisnik. A título de mera especulação, podemos supor que a reconhecida filiação do autor ao campo da esquerda pode ter prejudicado a coedição. Nem mesmo a carta de Mara Valles enviada a Roberto em 15 de julho de 1977 toca nesse tema, oportunidade em que ela

destinava 10 exemplares do livro para o autor, solicitou que ele enviasse o nome das pessoas que ele desejava oferecer o livro e informou que a editora reservou 20 exemplares da edição para serem distribuídos aos críticos e às revistas especializadas.

Mesmo sem a coedição foi possível vender 1501 exemplares do livro até dezembro de 1977, pelo preço de capa de Cr\$ 60,00. Conseguimos mensurar as boas vendas do título pelos dois anos e meio que durou o estoque da primeira edição, esgotada em junho de 1980, quando restava apenas 08 exemplares da obra. Em novembro desse ano, a editora iniciou as etapas da segunda edição lançada em 1981 e esgotada em junho de 1987.

Foi em 03 de junho de 1981 que Fanny M. Fossa, da editora Ática, enviou uma carta para a Livraria Duas Cidades informando que estavam preparando a coleção Estudos de Autores Brasileiros, dirigida aos universitários. Mencionou que os estudos de Alfredo Bosi, José Carlos Garbuglio, Valentin Facciolo e Mário Curvello estariam presentes na coleção, cuja primeira obra trataria de Machado de Assis por meio de ensaios escritos por críticos e estudiosos machadianos, dentre os quais constavam o texto “Generalidades”, de Roberto Schwarz, presente na edição de *Ao vencedor as batatas*. A remetente solicitava a autorização da Duas Cidades para a publicação desse ensaio no primeiro volume da coleção, que foi consentida pelo o Professor Santa Cruz em 22 de junho de 1981.

Na pasta desta obra abrigada no acervo da Livraria Duas Cidades há uma fatura do selo alemão Suhrkamp Taschenbuch Verlag, datada de 01 de julho de 1984 e referente ao pagamento de 5 % pro rata da publicação de trinta e cinco páginas de um texto de Roberto Schwarz que integrou a antologia “Materiais sobre Literatura Brasileira” (Materialien zur brasilianischen Literatur), editada por Mechtild Strausfeld e que faria parte da Série Suhrkamp Taschenbücher. Na pasta não há outros documentos que informem qual texto de Roberto Schwarz foi publicado nesse título, mas um ensaio do crítico literário seguramente fez parte dessa coleção.

Outra iniciativa relacionada ao livro de Schwarz ocorreu por intermédio de Flávio Vinicius Macedo, então coordenador geral do Fundo Nacional de Cultura (FNC). O servidor enviou um fax para a Livraria Duas Cidades em 10 de abril de 1997, informando que o fundo ligado ao Ministério da Cultura estava desenvolvendo um Programa de Apoio a Bibliotecas Públicas por meio da doação de acervo bibliográfico. Ele expôs que *Ao vencedor as batatas* foi selecionado a participar desse programa e pediram que a editora enviasse a cotação para a venda de 624 exemplares do livro. Ressaltou que a tiragem deveria ser entregue nas bibliotecas públicas dos locais beneficiados, razão pela qual os custos de distribuição da obra deveriam constar no preço final de cada livro. Como o fundo tinha urgência no envio dos livros, o servidor solicitou que a editora apresentasse a proposta dentro de três dias úteis. Mas o Professor Santa

Cruz respondeu à carta em 24 de abril, dizendo que aceitava fornecer os 624 exemplares pelo valor de R\$ 19,50 por livro. Flávio enviou outro fax no dia 01 de setembro de 1997, com as mesmas informações expostas em abril, mas os documentos não nos permite garantir se o livro realmente fez parte desse programa.

Ao fim e ao cabo, apresentamos e analisamos algumas obras da crítica literária uspiana orientada por Antonio Candido a fim de circunscrever a importância do grande amigo do Professor Santa Cruz e de seus orientandos para a Livraria Duas Cidades. Foi por intermédio de alguns dos melhores frutos orientados pelo crítico literário que o selo conquistou capital simbólico no meio universitário e importantes premiações nacionais, mantendo-se atuante no cenário intelectual e cultural brasileiro dos anos 1970. As fontes anteriormente examinadas nos permitiram embrenhar nas múltiplas relações, negociações e impasses durante o processo de produção do livro, a posterior comercialização e a possível tradução da obra no mercado editorial, e a seguir vamos analisar as coleções da editora edificadas nessa década.

As coleções da Livraria Duas Cidades nos anos 1970

Catalogamos 23 coleções publicadas entre 1959 e 2005. Desse conjunto, 10 saíram durante o período religioso da editora (1955-1969), o primeiro livro em 1959 (coleção Cidade dos Homens) e o último em 1971 (coleção Teologia Hoje). Já durante a fase que alcunhamos de universitária (1970-1979), o selo editou 6 coleções, a primeira obra em 1970 (coleção Psicologia e Grupos) e a última em 1979 (coleção Remate dos Males). Durante os anos 1980 e 1990 a casa publicou mais quatro coleções voltadas ao público universitário – O Baile das Quatro Artes (1980-1982), Estudos de Motivação Humana (1982), Estante do Estudante (1988) e Mundo Enigma (1997) –, e uma coleção de poesia chamada Claro Enigma (1988-1990). Durante os anos 2000 foram publicadas duas coleções, a Literatura e Ensino (2000-2001) e a Espírito Crítico (2000-), esta coeditada com a editora 34, que ainda hoje²⁷⁰ é publicada com a

²⁷⁰ De 2000 a 2021 foram 22 livros publicados pela coleção Espírito Crítico. Entre 2000 e 2005 foram 13 títulos: *Ao vencedor as batatas* (2000 – 1 edição; 2012 – 6 edição), de Roberto Schwarz; *O cacto e as ruínas: a poesia entre outras artes* (2000), de Davi Arrigucci Jr; *Um mestre na periferia do capitalismo* (2000 – 1 edição; 2012 – 5 edição), de Roberto Schwarz; *A Teoria do Romance* (2000), de Georg Lukács; *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (2002), de Walter Benjamin; *Textos de Intervenção*: seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas (2002), de Antonio Candido; *Bibliografia de Antonio Candido* (2003), de Vinicius Dantas; *Céu, Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica* (2003), de Alfredo Bosi; *O Tupi e o Alaúde: uma interpretação de Macunaíma* (2 edição, 2003), de Gilda de Mello e Souza; *Notas de Literatura I* (2003), de Theodor W. Adorno; *Grandesertação.br: o romance de formação do Brasil* (2004), de Willi Bolle; *A dimensão da noite: e outros*

logo e o nome da Livraria Duas Cidades, cuja última obra lançada foi *Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa* (2021), de Paulo Eduardo Arantes. Nesta tese contabilizamos até a publicação de *A ideia e o figurado* (2005), de Gilda de Mello e Souza, lançada um ano antes de a livraria e editora fechar suas portas.

Aqui apresentamos as 6 coleções circunscritas à década de 1970, todas voltadas ao público acadêmico e distribuídas entre as áreas de psicologia, filosofia, sociologia, economia, história, crítica literária, estética, arte, ciência política, ciências sociais e cultura. A primeira contou com 4 títulos, a segunda com 8, a terceira com 4, a quarta com 10, a quinta com 3, e a sexta, Remate dos Males, apenas com o livro *Ficção em Debate e outros temas* (1979), escrita por vários autores, capa produzida por Lucio Gomes Machado, delimitada na área de crítica literária e com tiragem de 2000 exemplares em coedição com o departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos de Linguagem da Unicamp.

A quantia de títulos presentes em cada uma dessas coleções da Livraria Duas Cidades nos impele a dialogar com a advertência feita por Jacó Guinsburg²⁷¹ no que diz respeito à manutenção de coleções por uma editora. O editor nos alerta para o fato de que as pequenas e médias casas geralmente encontravam dificuldade para o prosseguimento de suas coleções. Enquanto algumas eram acanhadas, outras extravasam suas proporções pela infindável quantidade de títulos publicados. Em sua opinião, a melhor forma de manter as coleções de uma editora com o perfil da Perspectiva era estabelecer uma linha editorial clara e permanecer no programa definido independente das perdas financeiras ocasionais. Isso faria com que o público conhecesse as grandes áreas temáticas de uma editora, que passaria a conquistar leitores cativos para esses gêneros e evitaria a publicação de modismos ocasionais.

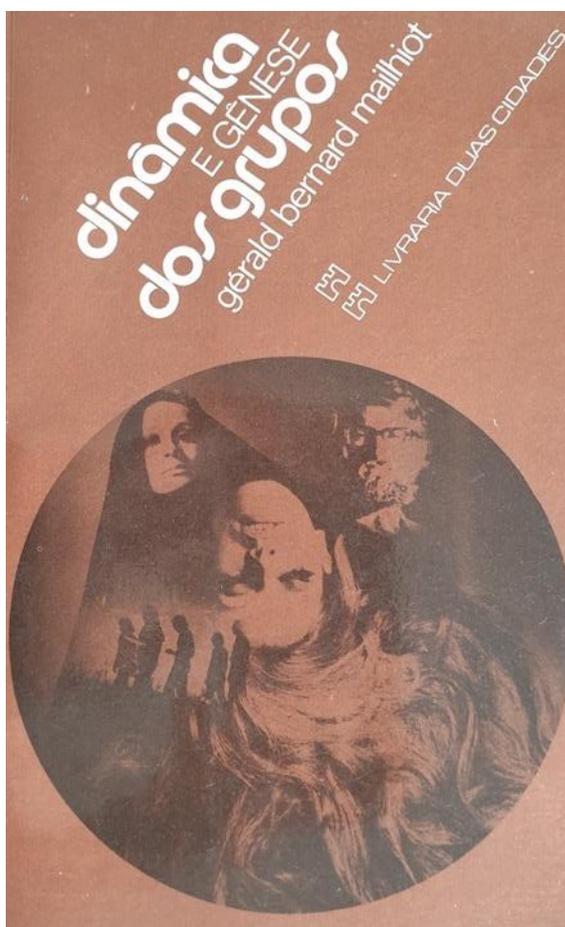
Já afirmamos que a linha cultural estabelecida pela Perspectiva também foi desenvolvida pela Livraria Duas Cidades, que ao contrário daquela editora não conseguiu firmar coleções com um número razoável de títulos. Supomos que a multiplicidade de temáticas das coleções lançadas nos anos 1970 foi uma das razões para a existência de coleções com poucos títulos. Foram diversos gêneros temáticos presentes nas coleções, algumas das quais não passaram da

ensaios (2004), de João Luiz Lafetá; *A ideia e o figurado* (2005), de Gilda de Mello e Souza. Entre 2007 e 2021 foram 9 títulos publicados: *Ensaio de literatura ocidental* (2007 – 1 edição; 2012 – 2 edição), de Erich Auerbach; *Exercícios de leitura* (2009), de Gilda de Mello e Souza; *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe* (2009 – 1 edição; 2018 – 2 edição), de Walter Benjamin; *Trabalho de Brecht: breve introdução ao estudo de uma classicidade contemporânea* (2010), de José Antonio Pasta; *Escritos sobre mito e linguagem* (2011 – 1 edição; 2013 – 2 edição), de Walter Benjamin; *Seja como for: entrevistas, relatos e documentos* (2019), de Roberto Schwarz; *Serão mar: Glauber Rocha e a estética da fome* (2019), de Ismail Xavier; *A novela no início do Renascimento* (2020), de Erich Auerbach; e *Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa* (2021), de Paulo Eduardo Arantes.

²⁷¹ GUINSBURG, Jacó., *op. cit.*, 1997, p. 40-42.

faixa de 1 título publicado, o que corrobora o argumento da falta de planejamento e da tentativa de firmar as coleções voltadas à crítica literária, a área temática mais divulgada pela casa nesse período. Mesmo assim, os títulos que integravam essas coleções reuniam autores conhecidos no meio universitário pela qualidade e originalidade de seus trabalhos, muitos dos quais desenvolviam pesquisas de ponta naquele período. Outrossim, algumas das coleções lançadas nessa década discutiram muitos assuntos importantes para o desenvolvimento do Brasil, problematizando os temas que atravancavam o progresso de um país que naquela altura ainda vivia sufocado por uma ditadura civil-militar.

Figura 60. *Dinâmica e gênese dos grupos* (1970), de Gérald Bernard Mailhiot



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Levando em consideração a bibliografia teórico-metodológica utilizada para examinar as coleções lançadas durante o período da cidade de Deus, agora iremos analisar e apresentar as que foram publicadas na cidade dos homens. Definimos a sequência de exposição de cada coleção tendo em conta o ano de publicação do primeiro livro da coleção, razão pela qual começamos pela Psicologia e Grupos, seguimos pela Série Universidade, depois abordamos a

Problemas Atuais e Suas Fontes, partimos para História e Sociedade e concluimos a apresentação da coleção Através.

O projeto gráfico da coleção Psicologia e Grupos foi elaborado por Zé Pinto, que utilizou a mesma imagem em todos os títulos, apenas alterando a cor de fundo de cada capa. Foram 4 livros publicados entre 1970 e 1974, todos tiveram os direitos de tradução adquiridos de duas editoras francesas – Éditions Universitaire e Éditions de L’Epi. O primeiro deles, *Análise de grupo* (1970), de Roberto Meigniez, teve 4000 exemplares impressos, ao passo que o segundo, *Dinâmica e gênese dos grupos* (1970, ver figura 60), de Gérald Bernard Mailhiot, foi o maior sucesso da coleção por conquistar oito edições publicadas entre 1970 e 1998, gerando um total de 17796 exemplares impressos nesse período. O terceiro livro foi *O teatro da vida: psicodrama* (1970), de Anne-Ancelin Schutzenberger, com 4000 exemplares impressos, e o derradeiro foi *Psicologia do conflito* (1974), de Anne-Marie Rocheblave-Spenlé, com 3000 exemplares.

Figura 61. 1930: a crítica e o modernismo (1974), de João Luiz Lafeté



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

A Série Universidade foi concebida e dirigida por Antonio Candido, Milton Vargas, Celso Lafer, Gilda de Mello e Souza, Antonio Delorenzo Neto e Lucrécia D’Alessio Ferrara, os quais

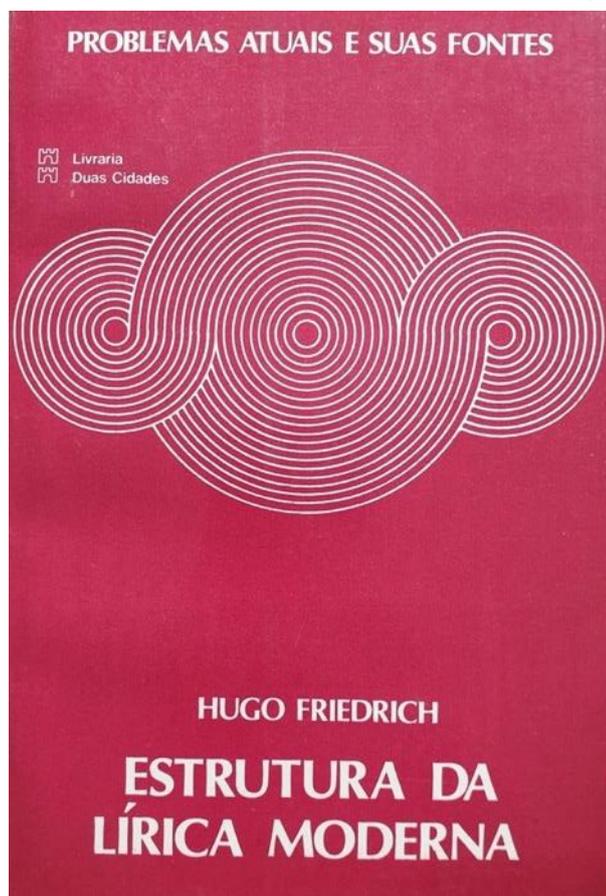
se aliaram à Livraria Duas Cidades com o objetivo de divulgar as investigações e estudos realizados na área de humanidades. Segundo os dizeres inscritos na coleção, a muito tempo “[...] fora verificado que, lamentavelmente, tanto os resultados dos trabalhos dos professores mais categorizados, como as teses dos mais jovens, que defendiam seu grau de mestre ou doutor, permaneciam inacessíveis ao grande número de interessados”. Assim, a meta da coleção era “[...] selecionar alguns desses trabalhos e colocá-los ao alcance de todos, juntamente com obras consagradas de professores estrangeiros. Dentro de suas possibilidades concretas, seu critério será tão-somente o da qualidade”. Partindo desse princípio, a editora escolheu Ana Luisa Escorel para realizar o projeto gráfico (que alterou a cor da capa em cada número) da série coordenada por prestigiosos docentes do meio universitário, responsáveis por selecionar 8 obras publicadas entre 1974 e 1977, cinco de autores brasileiros e três de autores estrangeiros.

Dionísio em creta e outros ensaios (1974), de Eudoro de Sousa, inaugurou a coleção com um título de filosofia impresso em 2000 exemplares. O segundo livro, *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*, de Douglas Teixeira Monteiro, estava situado na área de ciências sociais e teve 3100 exemplares impressos. *1930: a crítica e o modernismo* (1975, ver figura 61), de João Luiz Lafetá, foi o terceiro título da coleção, lançou 2000 exemplares e veio acompanhado do elogioso prefácio de seu orientador Antonio Candido. João Alexandre Barbosa foi outro orientando do crítico literário que teve seu livro, *A imitação da forma: uma leitura de João Cabral de Melo Neto* (1975), representando a quarta obra da coleção, cuja tiragem foi de 2100 exemplares. A quinta obra, *Análise Macroeconômica* (1975), do economista francês Jacques Lecaillon, teve 3100 exemplares impressos. *Horizonte e complementaridade: ensaio sobre a relação entre mito e metafísica, nos primeiros filósofos gregos* (1975), de Eudoro de Sousa, foi a sexta obra, cuja publicação ocorreu em coedição com a editora da Unb em tiragem de 3000 exemplares. As duas últimas foram de autoria de filósofos e críticos literários franceses. Enquanto a sétima, *Introdução às filosofias da existência* (1976), de Jean Beufret, foi lançada com 2700 exemplares, a oitava, *Mito e tragédia na Grécia antiga* (1977), de Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, teve tiragem de 3000 exemplares.

Já a terceira coleção publicada pela Livraria Duas Cidades nesses anos foi dirigida pelo filósofo italiano Ernesto Grassi, responsável por reunir quatro títulos de autores estrangeiros em torno da coleção Problemas Atuais e Suas Fontes, cuja proposta definia: “[...] para o homem vivendo em alta velocidade e que não tem tempo de sozinho [pesquisar as fontes] é que esta coleção se propõe. Alguns problemas serão nela tratados e se tentará oferecer uma antologia dos principais textos que correspondem à sua fonte geradora”. Grassi inaugurou a coleção com *Arte como Antiarte: a teoria do belo no mundo antigo* (1975), obra na área de estética com

2000 exemplares impressos. O segundo livro com a mesma quantia de exemplares foi *O tema do homem* (1975), do filósofo espanhol Julián Marías. *Estrutura da lírica moderna* (1978, ver figura 62), do crítico literário alemão Hugo Friedrich, foi o terceiro e mais bem sucedido livro em termos editoriais, na medida em que teve duas edições, a primeira de 2960 exemplares e a segunda (1991) de 1000 exemplares. E o diretor da coleção encerrou a coleção com seu livro *Poder da Imagem, impotência da palavra: em defesa da retórica* (1978), com tiragem de 3000 exemplares. Uma curiosidade dessa coleção foi o projeto gráfico concebido por José Márcio Brandão nos primeiros títulos, e depois Lúcio Gomes Machado assinou a capa dos livros restantes com pequenas alterações na disposição da logo da editora, do nome da coleção e do tamanho da fonte utilizada no título da obra e no nome do autor.

Figura 62. *Estrutura da lírica moderna* (1978), de Hugo Friedrich

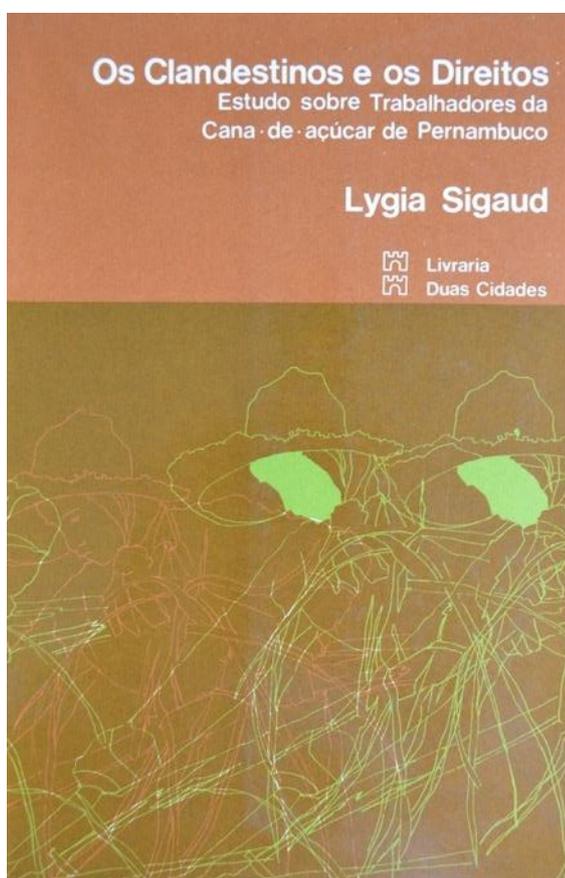


Fonte: fotografias extraídas pelo autor

História e Sociedade nomeia a quarta e maior coleção publicada pela editora do Professor Santa Cruz nos anos 1970. Com 10 títulos de autoras e autores brasileiros publicados entre 1976 e 1985, a coleção foi dirigida por Carlos Guilherme Mota (USP), Luiz Pereira (USP) e Moacir

G. Palmeira (UFRJ), o primeiro docente de história, o segundo de sociologia e o terceiro de antropologia. O projeto gráfico da coleção foi concebido por Lúcio Gomes Machado, que apenas não assinou a capa do último livro, cujo projeto manteve a proposta do arquiteto e capista de inserir os título da obra, o nome do autor e a logo da editora na parte superior da capa, enquanto a imagem ficava na parte de baixo, conforme ele nos explicou em seu depoimento. Embora os organizadores não tenham escrito uma sinopse descritiva do propósito daquela coleção, o nome que a define traça os eixos previstos desde o primeiro até o décimo título publicado, investigando assuntos que afligiam o país com o arrimo da sociologia, da economia e da ciência política. A tiragem de cada livro girou em torno de 2000 a 3000 exemplares.

Figura 63. *Os clandestinos e os direitos* (1979), de Lygia Sigaud

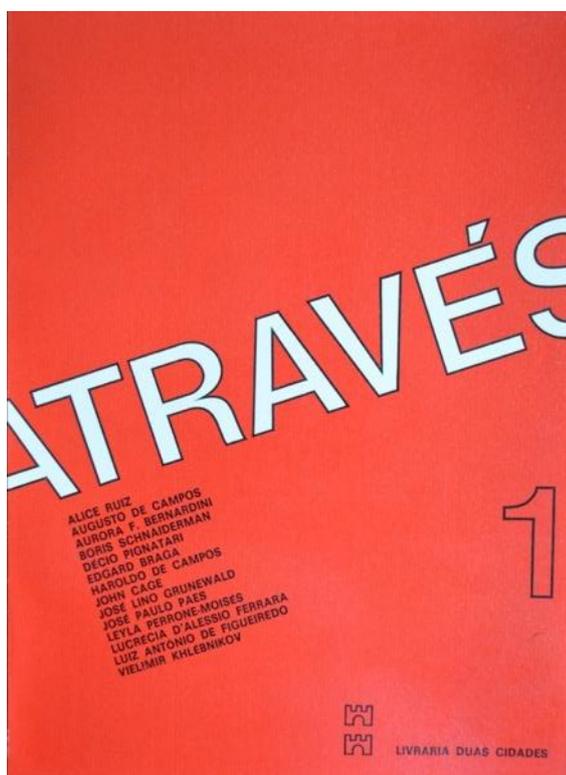


Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Saúde e Sociedade (1976), de Maria Cecília F. Donnangelo e Luiz Pereira abriu a coleção, que seguiu com *Capitalismo: notas teóricas* (1977), de Luiz Pereira, quem organizou o terceiro livro, *Populações Marginais*, com textos escritos por ele, Aníbal Quijano e José Nun. O quarto título da coleção foi do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, que publicou *Ordem burguesa e liberalismo político* (1978), enquanto Luiz Pereira lançou a quinta obra com *Classe*

operária: situação e reprodução (1978), e a antropóloga Lygia Sigaud publicou o sexto livro, *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco* (1979, ver figura 63). A sétima obra foi *A ideologia nacionalista* (1979), de Adalberto Marson; a oitava, *Latifúndio e reforma agrária* (1980), de Manuel Correia de Andrade; a nona, *Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930* (1982), de Brasílio Sallum Jr.; e a última foi *A Embalagem do Sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro* (1985), de Maria Arminda do Nascimento Arruda.

Figura 64. *Através 1* (1977), escrito por vários autores



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Encerramos a apresentação das coleções da década de 1970 com *Através*. Ainda que a resenha escrita por Nogueira Moutinho²⁷² tenha a apresentado como “uma revista para todos os confrontos”, a apresentação do primeiro número da coleção, assinada por Décio Pignatari, consta a seguinte mensagem: “embora não seja uma revista, mas uma coletânea seriada de trabalhos, sem periodicidade, *Através* vem ajudar a reforçar e ampliar o espaço o tempo e espaço culturais criados por essas e outras publicações [...]”. No verso da capa dos três números

²⁷² MOUTINHO, Nogueira. Uma revista para todos os confrontos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. de 1977. *Folha Ilustrada*, p. 26.

publicados pela Livraria Duas Cidades a definem como “Coleção cultural”. A despeito da controvérsia se era revista ou coleção, o apresentador da *Através 1* (1977), com 2036 exemplares impressos, expôs que a publicação buscava demonstrar o quanto a noção de artístico e literário vinham sendo postos à prova naqueles anos.

Boris Schnaiderman, Décio Pignatari, Leyla Perrone-Moisés e Lucrecia D’Alessio Ferrara era o conselho editorial de peso da *Através*, os quais eram intelectuais reconhecidos pela vanguarda nos estudos universitários e culturais daquela época. O programa visual da coleção ficou a cargo de Julio Plaza, artista espanhol radicado no Brasil a partir de 1973, quem pensava o livro como objeto artístico²⁷³, foi próximo de Décio e dos irmãos Campos, e fez todas as capas dos livros que eles publicaram pela Duas Cidades. Aqui nos interessa realçar a vanguarda presente nessa coleção, a qual aproveitou a *Através 2* (1978) para homenagear Patrícia Galvão, Pagu, a “musa-mártir antropófaga” nos dizeres do próprio número, que teve tiragem de 2000 exemplares e reuniu textos dos concretistas, de Julio Plaza, Willy Corrêa de Oliveira e Willi Bolle. E a *Através 3* (1979) teve tiragem de 1500 exemplares e textos de Alice Ruiz, Boris Schnaiderman, Ivan Cardoso, Régis Bonvicino, Paulo Leminski, Júlio Medaglia, concretistas, João Alexandre Barbosa, entre outros, o que comprova a abertura do editor e de sua editora para uma corrente de vanguarda da cultura nacional.

Após uma breve apresentação das coleções que fizeram parte do catálogo da Livraria Duas Cidades nos anos 1970, constatamos que a editora não se especializou na publicação de coleções. Na fase universitária foram 30 títulos publicados, o que representa apenas 23% dos 130 livros lançados nesse decênio. Apesar disso, as seis coleções foram relevantes não apenas por tratarem de temas e problemas decorrentes de pesquisas universitárias brasileiras e estrangeiras, mas também por dar guarida aos estudiosos e escritores que naquela altura representavam uma vanguarda da cultura brasileira, os quais pretendiam romper com dogmas vigentes na academia e propunham uma leitura ampliada de arte, literatura e cultura. Não tememos afirmar que as coleções lançadas nesse período conformaram a síntese da linha editorial alinhavada pelo Professor Santa Cruz nesses anos em que ele e sua casa se firmaram como um editor e editora de universitários. E isso foi possível porque José Petronilo deixou a vida religiosa, aproximou-se de Antonio Candido, promoveu a livraria como importadora e espaço de sociabilidade, enquanto a editora publicou livros para o público intelectual e universitário. Foi a paixão, a poesia e a música que nortearam o projeto concebido pelo livreiro-editor de Deus e dos homens, conforme constataremos nas cenas do próximo capítulo.

²⁷³ KHOURI, Omar. Julio Plaza e o livro pensado como objeto artístico. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, n. 68, 2012. pp. 95-120.

5. POESIA, MÚSICA E AFETO NAS DUAS CIDADES DE SANTA CRUZ

Para não morrer antes dos 30 anos

Prezado amigo:

Fundada por mim em dezembro de 1954, a Livraria Duas Cidades tem uma história que é conhecida por meus amigos, colaboradores e clientes.

Não me parece exagero afirmar que ela faz parte da fisionomia cultural de São Paulo, com uma importante ação local e irradiação no país inteiro.

No campo da importação, procurei trazer para nossos centros de reflexão e pensamento o que havia de melhor nas grandes editoras de vários países, em Filosofia, Ciências Humanas e Arte.

No setor editorial conquistei um lugar de destaque seja em traduções de obras estrangeiras, seja com a edição de inúmeros autores brasileiros. Nesse campo, Duas Cidades trouxe uma contribuição cultural importante, Filosofia, Ciências Humanas, Teoria Literária [...]. De nosso catálogo constam 200 títulos editados, dos quais 50 esgotados, obedecendo a um padrão gráfico de reconhecido valor entre os críticos e profissionais do setor editorial.

A conjuntura econômica e financeira que atravessamos ameaça agora este esforço e este serviço cultural, em escala muito difícil de ser superada. [...]

Tentar enfrentar em 1983 os problemas acima resumidamente expostos levar-me-ia totalmente à morte por asfixia. Cheguei, no início do novo ano que agora começa, à conclusão que, de um lado não posso deixar perecer um tão longo esforço cultural e que, de outro lado, continuar só será possível com a colaboração de amigos convencidos de que a obra é válida e merece ser apoiada. [...] Conto, pois, com o apoio de todos os meus amigos para a estruturação desta nova fase da Livraria Duas Cidades, velho sonho que eu não desejaria ver morrer antes de completar seus 30 anos...

São Paulo, 1º de fevereiro de 1983.

José Petronilo de Santa Cruz¹

¹ Carta abrigada no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

O derradeiro capítulo desta tese adentra nas camadas poética, musical e sentimental, dimensões entranhadas em Santa Cruz e em sua Livraria Duas Cidades, principalmente nos anos 1970 e 1980. Identificamos os lugares, as pessoas e os projetos edificados pelo livreiro-editor que disseminou o afeto na ventura da livraria editora. Destrinchamos o papel de Maria Antonia na trajetória da empresa, as edições da casa em música e poesia, e refletimos sobre a livraria como um ponto de encontro de intelectuais, amigos e poetas, destacando a presença e a relevância de Augusto Massi nos últimos anos de existência do estabelecimento. Massi tornou-se parceiro e amigo da empresa, e foi responsável por conceber e dirigir uma coleção de poesia publicada por meio da editora, o que reafirma o pendor do livreiro-editor em abrir caminhos editoriais durante os 43 anos em que esteve à frente da casa.

A função exercida por Maria Antonia na empresa ultrapassou a moldura meramente institucional. Abordamos a tarefa que ela desempenhou como gerente da livraria, e depois como esposa do livreiro-editor e proprietária da empresa, a fim de entranharmos numa relação que instigou as nuances afetiva e profissional de Santa Cruz. Em seguida, esmerilamos outras paixões de nosso personagem por meio das obras de música e poesia lançadas por sua editora, da sociabilidade em torno da livraria, das amizades e do lar de José Petronilo, colecionador de vinis de música clássica e de música popular brasileira. Esses elementos reforçam ainda mais a caracterização da livraria como um ponto de encontro de intelectuais, poetas, alunos e professores universitários, um espaço que auxiliou na formação de gerações de religiosos, clérigos e acadêmicos cristãos ou seculares, a exemplo de Augusto Massi, que passou a frequentar a livraria durante a década de 1980 e estabeleceu uma estreita relação de amizade com Santa Cruz. Entre finais dos anos 1980 e início de 1990, Massi elaborou e executou a audaciosa coleção Claro Enigma, publicada com a chancela da Livraria Duas Cidades, projeto que reinseriu a empresa na vitrine dos grandes jornais nacionais, da crítica literária especializada e do cenário cultural e universitário paulistano.

Partimos da atmosfera gerada pela música, poesia e afeto para entretecer o último capítulo deste trabalho. Consagramos as paixões e as amizades que circuncidaram a trajetória de Santa Cruz e do empreendimento cultural que ele fundou, dirigiu e foi proprietário majoritário depois que negociou a aquisição de suas quotas com a Ordem Dominicana. Essa aura carinhosa e lírica tornou-se explícita por meio de Maria Antonia, de Augusto Massi, dos livros de música e poesia editados, da livraria como um espaço de sociabilidade, e do virtuoso trabalho do livreiro-editor para o universo livreiro paulistano e brasileiro.

Unha e carne: José, Maria e a livraria

A Duas Cidades somente chegou aos cinquenta anos de idade graças ao trabalho inveterado de Santa Cruz e Maria Antonia. Ambos exerceram o ofício com determinação e paixão. Ele fundou e geriu o empreendimento desde o período o religioso, ela começou a trabalhar no setor de vendas da livraria em fevereiro de 1971, vinte e seis anos depois tornou-se proprietária da empresa após o falecimento do livreiro-editor. Ela conseguiu manter a empresa aos trancos e barrancos até 2006, quando fechou as portas da casa que edificou um dínamo cultural na cidade de São Paulo e espraiando suas publicações e importações para o Brasil. Pouco a pouco, o trabalho de Maria Atonia conquistou Santa Cruz e ela passou a assumir novas funções e responsabilidades no empreendimento até que nos anos 1980 iniciaram um relacionamento, casaram-se no início dos anos 1990 e depois de viúva assumiu a firma. O papel cumprido por ela a partir de 1970 é fundamental para analisarmos como o livreiro-editor e sua empresa conseguiram concretizar um conjunto de importações e edições, ao mesmo tempo que a livraria continuava a representar um espaço de sociabilidade num período em que o centro de São Paulo estava cada vez mais distante dos grandes polos econômicos, sociais e culturais da cidade.

Aqui nos interessa examinar como se desenrolou o relacionamento entre livraria, Santa Cruz e Maria Antonia, e em que medida esse vínculo resultou em ganhos para a Duas Cidades. Percorremos tanto pela dimensão afetiva quanto profissional, utilizando as fontes testemunhais que colhemos para este trabalho e as documentais presentes no arquivo pessoal de José Petronilo. Os relatos descrevem como o nosso personagem percebia sua livraria e editora, como era sua relação com a música, literatura, culinária, mulheres e Maria Antonia, sobretudo quando ela assumiu a gerência da livraria e começou a se relacionar com o Bené, como ela se refere a ele no decorrer de seu depoimento. Já o conjunto de cartas escritas de José para Maria nos permitem alinhar as sutilezas afetivas e sentimentais presentes no acervo pessoal do livreiro-editor, demonstrando o quanto sua atividade envolvia não apenas conhecimentos específicos do ofício, mas também o universo das emoções² quando mensuramos a relevância da livreira na vida pessoal e profissional do nosso personagem. Aliás, esta tese não teria sido possível sem apoio incansável de Maria Antonia, tendo em vista que ela nos franqueou o acesso à massa documental de José Petronilo e da Duas Cidades, e colocou-se inteiramente disponível para sanar quaisquer dúvidas que surgissem no decorrer da nossa pesquisa.

² SOBRAL, Camilla Campoi de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. Antropologia das emoções em arquivos pessoais: a interdisciplinaridade como instrumento. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, pp. 101-121, jul./dez., 2017.

Seu primeiro³ testemunho para este trabalho ajudou-nos a definir os traços fundantes de José Petronilo e do livreiro-editor de Deus e dos homens (ver figura 65). Em sua avaliação, “[...] a vida do Bené, foi muito focada em livros, [...] a Livraria Duas Cidades era a vida dele. Então ele entrava às oito e meia, e saía seis e meia, sete horas da noite. E depois que eu me casei com ele, chegando em casa ele ainda levava vários catálogos para estudar”, a partir dos quais ele definia as encomendas para a livraria. Questionamos se Santa Cruz publicou ou teve intenção de publicar um livro de sua autoria, e a livreira respondeu que ele chegou a escrever um manuscrito sobre a utopia em Ernest Bloch (1885-1977), o filósofo alemão com quem ele chegou a trocar correspondências em finais dos anos 1940. O projeto, porém, ficou inacabado. Sem termos a pretensão de nos aprofundar nas reflexões conceituais sobre utopia, questionamos Maria Antonia se a casa foi a utopia realizada do Professor Santa Cruz, e ela sentenciou que a empresa foi seu ideal até o fim da vida. E prosseguiu dizendo que não conseguiria imaginar como ele suportaria as numerosas dificuldades que surgiram após seu falecimento. Ela ilustrou a ideia da utopia declarando que ele, “[...] mesmo doente, numa UTI, quando eu chegava, a primeira coisa que ele queria saber era da livraria, a primeira coisa. Se ele não pudesse falar, ele escrevia [...]. Então, a livraria realmente foi essa utopia que ele sempre buscou”. Um pouco mais adiante, a herdeira nos confidenciou que “[...] ele não dizia o tempo todo, mas você sentia isso quando alguém comprava determinado livro que ele sabia que aquilo era importantíssimo para aquela pessoa que estava levando e que ele [escolheu e] trouxe aquilo”.

Era comum um cliente se dirigir ao estabelecimento para pedir indicações de livros, para saber se ele podia importar um título que precisavam para suas pesquisas. Assim como ela também nos contou que um título às vezes era vendido, o Professor Santa Cruz procurava saber quem tinha comprado aquela obra, mencionavam o nome do cliente, e ele resmungava dizendo que o livro não podia ter saído da loja porque tinha outra finalidade, e por isso importava outro exemplar do título. Houve uma altura da entrevista que perguntamos como ela avaliava o prestígio que ele adquiriu como personagem do mundo do livro em São Paulo, e sua resposta foi sentido de considerar que a “[...] Duas Cidades era o auge para a maioria dos intelectuais [paulistanos até os anos 1980] [...]. Esse contato que ele tinha, que era uma coisa discreta, [...] com pessoas influentes no meio intelectual, no meio artístico e que iam até lá, ou que então o convidavam [para eventos], contribuíram muito [para a livraria]”. Pedimos que ela identificasse o traço mais marcante do José Petronilo, do Professor Santa Cruz e do livreiro-editor, e Maria Antonia contestou da seguinte forma:

³ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016.

[...] então, o Bené [...] era fanático por Dostoiévski; ele conhecia a obra de cabo a rabo, tinha tudo que você pensasse, acho que só não tinha alemão. Tudo que saia sobre Dostoiévki ele lia, religiosamente, de uma a duas horas por dia no tempo em que eu o conheci. Relia. Porque ele conhecia quase que de cor e salteado. E aí, como ele viajou também para a Rússia, ele tentou entender russo para entender melhor a obra, mas não falava, sabia um pouco. Então era o autor preferido dele. [...] E Mozart, ouvia música quase que diariamente, senão pelo menos sábado e domingo. [Na livraria] a gente ouvia a rádio cultura, aqui de São Paulo, que tocava muito mais [música clássica que hoje]. [...] Em casa, a gente tinha música clássica de tudo que você pensar. Mozart, Mozart, Mozart, tinha muito. Schubert, Bach, ele conhecia muito. Ele tinha anotações incríveis [sobre os músicos e seus discos, ele tinha muito vinil]. [...] Viajava, comparava. Tem até correspondência do Murilo [Mendes com ele encomendando discos]. [...] Gostava muito de música clássica e [popular] brasileira. [...] Lia muito Ernest Bloch sobre utopia [...]. E adorava vinho, diariamente, almoço e jantar tinha que ser! Queijo...

O sobrinho de Santa Cruz também enumerou as predileções de José Petronilo para a música e culinária. Na opinião de Fernando⁴, seu tio Zé ficava no sofá de casa escutando música clássica por horas, mas enfatizou que ele também gostava de música popular brasileira. Ao questionarmos qual era a presença do Nordeste na vida de Santa Cruz, o sobrinho respondeu que era muito grande, afirmando que ele gostava dos cantadores, poetas populares e comida nordestina. “Quando ele vinha aqui, pedia para comer comida nordestina”. Esse trecho do depoimento de Fernando vai ao encontro do artigo “Pratos para um menino de Pernambuco”, escrito por Nina Horta para a *Folha de S. Paulo*⁵, e publicado em 21 de fevereiro de 1988.

A tradutora, e então proprietária do bufê e cozinha experimental Ginger, iniciou o texto comentando sobre a ação de despejo que ocorria contra a Duas Cidades naquela época, lamentando o episódio com o seguinte comentário: “[...] a livraria inteligente é uma raça em extinção e esta...! esta é inteligentíssima. Quem estudou a partir dos anos 50 e pôde ter acesso aos livros importados pelo ex-Frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz, tem para com ele uma dívida de ‘desembrutecimento’”. Para Nina, uma livraria não se restringia à venda de livros em seu diferentes gêneros temáticos, realçando que o “[...] o Professor Santa Cruz é dono daquele raro tipo de esperteza que aglutina as informações mais gerais dando-lhes imediatamente um lugar, um sentido dentro do todo. Culto e modesto, gosta muito de comida”. Ainda que José Petronilo (ver figura 65) tenha nascido no interior do estado de Alagoas, Nina mencionou que o “[...] menino de Pernambuco, de fazenda-usina, lambuzado de melado, doce de jaca e de caju, sorvete de mangaba, refrescando a boca com sapotis, pitangas, romãs, carambolas e araxás. Nadou e pescou em água de rio, lagoa e mar e morre de saudade das ostras,

⁴ Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

⁵ HORTA, Nina. Pratos para um menino de Pernambuco. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 1988. p. B-4.

dos siris, [...]” e de outros peixes e mariscos da região. Prosseguiu declarando que a “geografia gulosa” alargou as fronteiras, “quando estudante pobre” foi para França, conheceu os bistrôs com comida boa e barata, deliciando-se com crepes e *cassoulets* e frutos do mar espanhóis.

Figura 65. O Professor Santa Cruz em sua Livraria Duas Cidades no ano de 1987⁶



Nina assegurou que essas eram as razões pelas quais os livros de cozinha vendidos na Livraria Duas Cidades eram muito bem selecionados. “[...] Estão na vitrine, e num canto lá no fundo, junto com o turismo e teoria da arte. Quase sempre em português, francês e espanhol”. Logo voltou ao assunto que abriu o artigo, defenendo que a Ordem e o inquilino deveriam resolver o impasse ao argumentar que o fechamento da livraria representaria uma perda para a cidade de São Paulo. Sugeriu aos leitores: “[...] temos que aparecer na Bento Freitas, onde a Maria Antonia, doce alicerce, eficiente, atenta nos recebe, como em casa. Temos é que assinar listas, brigar de verdade por um grande centro de difusão de cultura. Vamos lá. À luta”. E finalizou mencionando os livros de culinária⁷ disponíveis na firma do livreiro-editor.

⁶ Fotografia do Professor Santa Cruz na entrada da livraria e editora. O crédito da foto é de Homero Sérgio, publicada na Folhapress. Mas nós a encontramos em MEMÓRIAL DA RESISTÊNCIA. Livraria Duas Cidades. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/livraria-duas-cidades/>. Acesso: 20 nov. 2020.

⁷ Os livros listados por Nina Horta foram: “*Recetario de la Cocina Murciana* (Maria Adela Diaz Párraga, ed. Regional de Múrcia, 1981, 173 páginas, Cz\$ 980,00); *Historia de la Gastronomía Española* (Manuel Martinez Llopis, ed. Nacional, Madrid, Cz\$ 4,2 mil); *Le Festin Occitan* (Prosper Montagné, litografias de Jean Camberoque, ed. Jacques Brémond, 101 páginas, Cz\$ 24 mil); *Septem Coquiorum Convivum* (El banquete de los site Cocineros, Lorenzo Millo, ed. Laia, 1983, Cz\$ 700,00); *La Cucina Romantica* (Rafael Castellano, ed. Laia, 1983, 215 páginas, Cz\$ 3,5 mil); *Arte de Cozinha* (Domingos Rodrigues ed. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 354 páginas, Cz\$ 2,1 mil); *Dois na Cozinha* (Lillian Hellman e Peter Freibleman (Paz e Terra, 1988, 200 páginas, Cz\$ 1.676,00)”. Ibid., p. B-4.

Por meio desses depoimentos e reportagens notamos o quanto as paixões de Santa Cruz estavam voltadas para música, literatura, culinária e mulheres. Não que ele tenha tido envolvimento com muitas mulheres, mas Fernando, Humberto e Márcia Vinci, cada um a seu modo, ressaltaram que muitas delas admiravam seu jeito cativante, cortês, brincalhão e em certa medida sedutor. Na percepção do sobrinho⁸, “[...] as mulheres eram loucas por ele, os aniversários dele era só mulheres”, que emendou falando que uma delas foi Ida Delorenzo, esposa de Antonio Delorenzo, assegurando-nos, porém, que nunca houve relacionamento entre Ida e Santa Cruz. No mesmo caminho, Humberto Pereira⁹ disse que o bom relacionamento com homens e mulheres era outra característica do Bené, “[...] mas [ele] se dava muito melhor com mulheres em geral. Velhas, novas, jovens. Era ótimo para mulher”. Em tom de brincadeira, Humberto disse que ia visitá-lo amiúde no leito hospital um pouco antes de seu falecimento, e houve ocasião que ele falou: “[...]‘Oh, Bené, você sabe que eu sempre tive uma grande inveja de você. Nunca vi um cara que se dá tão bem com mulher quanto você, eu tenho inveja disso’. Ele não falava mais, ele sorriu [quando eu fiz o comentário]. Ele tinha uma grande amiga chamada Ida Delorenzo [...], jantava quase todo dia na casa dela”. Uma das hipóteses do entrevistado para o bom relacionamento de José Petronilo com as mulheres era o fato de ele ter sido confessor de muitas delas no período em que foi padre.

Uma coisa é certa, Santa Cruz era querido por mulheres de quaisquer idades. Um delas era a publicitária Márcia Vinci¹⁰, que trabalhou no setor de vendas da livraria no início da juventude, entre maio de 1986 e setembro de 1987. Ela procurava emprego nessa época em que tinha recém-ingressado no curso de cinema na Fundação Armando Alvares e Penteadó (FAAP) e conseguiu a vaga disponível na Duas Cidades por indicação de seu pai, que era militante da JOC quando conheceu o então Frei Benevenuto nos anos 1950. Márcia se apaixonou pelo Professor Santa Cruz instantaneamente, “[...] no sentido de que ele era um puta cara legal”, e depois nos confidenciou que tinha boas lembranças do período que trabalhou na livraria ao declarar que “[...] adorava quando chegava os livros [...], porque a livraria tinha movimento [nesses dias]. [...] Os dois não tinham uma relação comigo de patrão, ele tinha uma relação comigo quase de pai, de tio, muito carinhoso. E a Maria Antonia também [...]”, embora ressaltou que ela tinha uma postura de chefia por ser a gerente da livraria. Ainda falando sobre os dois, Márcia relatou que livreira “[...] mandava e desmandava lá dentro. Ele não queria saber muito, ele não vendia. [O professor] ficava no canto dele e um ou outro ele atendia, um ou outro cliente

⁸ Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

⁹ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

¹⁰ Márcia Vinci, entrevista, 27 jul. 2019.

que era mais ligado. Tinha muito isso. Os clientes iam, sentavam na frente [dele] e ficavam horas conversando”. A entrevistada se recordou da presença recorrente de Augusto Massi, Antonio Candido e Orides Fontela na Duas Cidades. Em suas palavras, a poetisa ia quase todos os dias, “[...] entrava na livraria, ia para uma prateleira e ficava ali [procurando] os livros dela, porque ela queria saber se os livros estavam ali e a Maria Antonia era a única pessoas que tinha muita paciência com ela [...]. Não dava para deixá-la sair muito da caixinha”, esclarecendo que Orides por vezes perdia o tino e fazia alguns uns escândalos na loja.

Aos poucos Márcia se deu conta de que ali não era um estabelecimento qualquer, enfatizando que o espaço era bem frequentado por intelectuais e universitários. Contou-nos que “[...] sábado era um dia muito legal de trabalhar, sábado a gente trabalhava das nove às uma, e era um dia que [ia mais gente]. E aí esses caras se encontravam ali dentro, então era um dia festivo vamos dizer assim” (ver figura 66).

Figura 66. Antonio Candido, Ana Maria Rappa, Maria Antonia e Alberto Martins (Betito)



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Outra recordação da publicitária diz respeito sobre o quanto Maria Antonia gostava de arrumar a vitrine da livraria logo cedo, dispondo determinados livros em destaque. Às vezes ela colocava um livro mais chamativo, tipo *best-seller* no mostrador, e o livreiro-editor desgostava de ver esse perfil de livro na vitrine, porém Márcia ressaltou que a livreira “[...] foi forçando a mão ali porque ela queria manter a livraria [...]”, e por esse motivo precisavam ampliar os perfis

dos livros vendidos na firma no contexto em que iniciou as livrarias *megastore* na capital paulista. Sobre o relacionamento deles, a publicitária expôs que “[...] Maria Antonia cuidava muito dele. Da livraria e dele. Tinha ali uma devoção aquilo tudo. Então eram muito próximos, muito amigos...”. Ela não ultrapassou a palavra amizade, embora tenha dito que Santa Cruz fosse muito discreto na maneira como se vestia, nas caretas que fazia, no tom brincalhão e em outros sentidos, dando a entender que Maria e José eram profissionais no ambiente de trabalho.

Em outra perspectiva, o sobrinho de José Petronilo pronunciou em alto e bom som o quanto era visível a adoração de Maria Antonia por seu tio. Fernando¹¹ ilustrou essa devoção dizendo que certo dia Santa Cruz ligou para o sobrinho, pediu avisar quando ele fosse para São Paulo pois queria tratar de um assunto pessoal com o familiar. Esse dia chegou, Fernando ligou para o tio, combinaram de se encontrarem na livraria, e de lá foram para o *La Casserole*, “[...] que era o restaurante predileto dele na época. E aí fomos eu, ele e Maria Antonia. [...] Ele fechou a livraria às sete horas da noite e fomos andando pelo Largo do Arouche, e chegando lá no *Caserole*, os garçons todos conheciam ele: ‘professor, professor!’”, dizendo que a herdeira do estabelecimento foi atendê-los à mesa. O sobrinho não se recordou se tomaram uísque ou vinho, as duas bebidas apreciadas pelo tio, mas o fato é que começaram conversando amenidades até que chegou um momento que ele notou o tio Zé e a Maria Antonia se entreolharem com frequência; e assim Santa Cruz tomou coragem para dizer ao sobrinho que precisava de falar uma coisa, ao que Fernando o interrompeu declarando: “olha, antes que você comece eu só quero te dizer uma coisa; se for para vocês dois se casarem, você tem a minha aprovação total”. Era isso que o tio pretendia dizer, sentiu-se aliviado com a aprovação do sobrinho e beijou a mão de Maria Antonia. Nosso personagem convidou Fernando e o casal Antonio Candido e Gilda de Mello e Sousa para serem os padrinhos do casamento, que ocorreu num cartório de Higienópolis. Fernando, o tio e a Maria Antonia foram caminhando até o tabelionato, lá estavam o casal amigo esperando e depois da cerimônia civil foram para o lar dos recém-casados, onde o livreiro-editor cozinhou um bacalhau para os íntimos convidados.

Fernando não compreendeu por que seu tio e Maria Antonia não se casaram no religioso. Ressaltou que José Petronilo tinha senso prático e ainda era temente em Deus, mas evitava qualquer aproximação dos ritos católicos após ter aposentado a batina. O presente de lua de mel para o casal foi oferecido pela irmã de Fernando e o marido dela, os quais eram próximos do tio, que pediu uma viagem para a França com a justificativa de que queria apresentar a Maria Antonia o lugar que ele viveu. A única condição de Santa Cruz era de que o sobrinho pudesse

¹¹ Fernando Uchoa Santa Cruz, entrevista, 21 jul. 2019.

estar presente, e assim foram para Paris os recém-casados, Fernando e sua ex-mulher. Segundo o entrevistado, seu tio estava radiante em flunar com sua companheira na cidade onde residiu e se aproximou do mundo do livro. Assim que retornaram de viagem, o acervo de livros e discos levou Santa Cruz a reformar o apartamento para acomodar melhor o casal.

Depois de casados, José e Maria passaram dez dias em Recife a convite de Fernando. De acordo com o relato do sobrinho, seu tio visitou o amigo Pelópidas Silveira (1915-2008) – engenheiro, professor universitário e político pernambucano que foi o primeiro prefeito de Recife eleito pelo voto direto, em 1955 –, e também foi à oficina Brennand, do artista plástico Francisco Brennand (1927-2019), e à casa de Ariano Suassuna (1927-2014). Esses e outros relacionamentos do livreiro-editor atestam o quanto ele conhecia artistas, escritores, políticos, intelectuais e professores universitários da capital paulista, carioca, mineira e de várias capitais da região do Nordeste, como temos identificado ao longo deste trabalho. E de acordo com Fernando, seu tio jamais procurou mobilizar essas amizades para expandir seu negócio ou ganhar vantagens, expondo que o sonho do José era a livraria editora, como ele a concebeu e dirigiu desde a fundação até sua morte. O sobrinho disse que uma vez encontrou com José Mindlin num evento, se apresentou como familiar do Professor Santa Cruz, e o bibliófilo-empresário lhe confidenciou que seu tio foi um dos primeiros a orientá-lo na edificação de sua biblioteca pessoal. Ao final de seu relato, Fernando assegurou que a força do tio para seguir no ofício até o fim da vida foi possível graças à presença afetiva e profissional da Maria Antonia.

A união de José e Maria possibilitou que a Duas Cidades continuasse sua história até o início do século XXI com as portas abertas para a cultura e intelectualidade brasileira e paulistana. Mas foi entre 1975 e 1985 que José enviou uma carta para dona Semíramis, mãe de Maria Antonia, e outras seis epístolas para sua futura esposa. Essas correspondências emotivas¹² (ver figura 66) estão abrigadas no acervo pessoal do livreiro-editor e figuram uma trajetória de vida que ultrapassa as relações sociais e profissionais, demonstrando que as dimensões afetiva, sentimental e amorosa foram cruciais para o desenvolvimento de seu empreendimento cultural. Por meio das missivas notamos que a livraria foi o elemento central para a união do casal José e Maria. O amor, o carinho e o cuidado entre eles surgiu a partir livraria e foram constantemente nutridos por causa das atividades que desempenhavam na Duas Cidades, possibilitando que a empreendimento continuasse seu percurso imbuído de afetos não apenas gerados por clientes, autores e amigos da casa, mas sobretudo pelo comprometimento de Maria Antonia com o

¹² SOBRAL, Camilla Campoi de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna., *op. cit.*, 2017, p. 107-111.

projeto pensado e dirigido pelo Professor Santa Cruz, quem desde o princípio a enxergou como uma profissional capaz de ajudá-lo nos momentos auspiciosos e agudos da casa.

Figura 67. Correspondência de José para Maria entre 1975 e 1985



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Foi em 24 de dezembro de 1975 que José P. Santa Cruz endereçou uma longa carta à dona Semíramis, residente em Ibitinga. Escrita de próprio punho, o remetente iniciou dizendo que decidiu escrever aquela epístola mesmo sem conhecê-la pessoalmente. Ele sentia-se inspirado pelo desejo de felicitá-la pelo trabalho, pela vida, pelo ano novo que se aproximava, e especialmente porque sentia uma “[...] dívida de gratidão e de amizade pela [senhora] quando penso que em fevereiro de 1976 vão fazer cinco anos que Maria Antonia trabalha comigo. Eu penso que a conheço bem e por isso sei como nela é grande a medida da dedicação, da grandiosidade, da alegria no trabalho”. A presença da filha de dona Semíramis em sua vida foi tão magnífica que ele precisava dizer à destinatária o quanto sua filha vinha cumprindo um

papel crucial na desenvolvimento do empreendimento. Em suas palavras, “[...] a senhora não imagina o quanto eu me sinto tranquilo e seguro desde o momento em que resolvi entregar a Maria Antonia a gerência da nossa loja, na livraria”. Prosseguiu dizendo que isso ocorreu num momento delicado e ao mesmo tempo oportuno, ressaltando que ela era a única pessoa com as habilidades necessárias para assumir o posto. Segundo o livreiro-editor, “[...] nela o importante não é só a qualificação para o trabalho; é também, e sobretudo, a confiança que tenho nela, o que me deixa tranquilo e seguro para poder enfrentar problemas e dificuldades que não faltarão, numa época difícil”. Enunciou que precisava compartilhar esses sentimentos com a destinatária, “[...] certo de que a senhora ficará contente ao saber quanto a Maria Antonia representa como colaboradora do meu trabalho”. E encerrou a epístola com votos de amizade e agradecimento.

A herdeira do acervo nos confidenciou que o relacionamento entre ela e Bené transpôs o âmbito profissional em finais dos anos 1970, quando a clientela da livraria passou a convidá-la para almoços e jantares na casa de amigos do livreiro-editor. Foi nesse período que Santa Cruz se aproximou mais intimamente da livreira e conquistou-a com sua sabedoria, cortesia e gentileza. Decidiram manter o relacionamento às escondidas tanto para os funcionários da casa quanto para as pessoas mais íntimas do casal. Embora não seja difícil imaginar que alguns desconfiassem da proximidade de José e Maria, ambos declararam para familiares, amigos e funcionários da loja apenas por volta dos início dos anos 1990, logo após um grave acidente sofrido por Santa Cruz, quem recebeu os cuidados de Maria Antonia, que vivia com sua tia viúva e passou a morar na casa do livreiro-editor para ajudá-lo no tratamento. Quando ele se recuperou, Maria disse que voltaria a morar com sua tia, mas José dissuadiu-a da ideia, pediu-a em casamento, e no dia 30 de junho de 1993 se casaram em cerimônia civil.

O teor de quase todas as correspondências trocada entre o casal envolvia a livraria. A casa do Professor Santa Cruz se fez presente desde a carta que ele enviou para a dona Semíramis até a última epístola enviada para a Maria Antonia em julho de 1985, embora as declarações de carinho, afeto e amor estivessem cada vez mais presente nas missivas. Em 23 de abril de 1979, José enviou uma carta para Maria considerando que a Livraria Duas Cidades atingia suas bodas de prata naquele ano, chamando a atenção para o fato de que ela começou a trabalhar na empresa quando esta entrava na juventude aos 18 anos de idade. Declarou que a casa alcançou as bodas de prata com a ajuda inestimável da livreira, e ele não sabia dizer “[...] (aliás, isso não se mede em cifras e números) qual foi a percentagem de sua participação. Sei, apenas, que foi muito grande e decisiva. E quero que você saiba isso, tanto quanto eu”. Disse que planejava a comemoração de aniversário da empresa com ela, concluiu discorrendo sobre sua alegria de tê-la na livraria e assinou esta e as outras cartas com seu primeiro nome.

Participante do primeiro *Salon du Livre de Paris*, o livreiro-editor enviou uma epístola a dona Maria em 28 de maio de 1981 relatando sobre sua estada de trabalho na capital francesa. Começou afirmando que a jornada estava extremamente agitada desde o dia que aterrissou em Paris, ainda assim conseguiu rever conhecidos e estabelecer bons contatos com pessoas do universo livreiro. Em suas palavras, “[...] só a partir de segunda-feira vou poder conversar com calma com vários editores e distribuidores com os quais já marquei hora. Domingo passei o dia com Michel Quoist no Havre, ele foi me esperar na estação, almoçamos juntos e conversamos muito com ele”. Esse comentário nos permite deduzir que ele não descuidou de manter boas relações com um dos autores que rendia mais dividendos financeiros para seu empreendimento, tanto que ele considerou que seu contato foi fundamental para aperfeiçoar os detalhes de direitos autorais de Quoist, entre outros assuntos tratados com o autor de *Poemas para rezar*. Depois de contar que o início da primavera parisiense estava chuvosa, escreveu que o *Salon du Livre* contava com a participação de aproximadamente 400 editoras, mais de dez mil pessoas frequentavam o evento e as vendas de livro atingiam grandes proporções. Mais adiante expressou que estava apreensivo de deixar inúmeros problemas da sua empresa sob a responsabilidade da destinatária, cogitou a possibilidade de retornar antes do previsto, mas em seguida declarou que ao falar com ela pelo telefone ficou convencido de cumprir todas as tarefas que havia planejado para aquela viagem. Ao final da carta, mandou abraço e lembranças para todos, e para ela um abraço carregado de boas coisas.

Ainda em Paris, José enviou outra carta para Maria em 2 de junho de 1981. Abriu a escrita relatando que a chuva cessou, a temperatura havia aumentado e disse que aos poucos cumpria a empreitada prevista para aquela estada parisiense. Comentou que Desroche o convidou para hospedá-lo em sua casa, o que foi uma ótima oportunidade para rever o amigo desde os tempos de Economia e Humanismo. Após mencionar que estava indeciso em relação à viagem para a Espanha, tratou de temas práticos: primeiro pediu que ela comunicasse Celso Lafer sobre sua ida à secretaria da revista *Commentaire* a fim de tirar uma cópia do artigo que o jurista e professor universitário precisava, mas ele não encontrou o texto; seguiu declarando que abriu um conta na editora *L’Arche* (obras de teatro e filosofia); e relatou sua visita em outros selos, como *L’Avant-Scène*, que segundo ele eram desagradáveis no trato, os quais disseram que enviariam as revistas para a casa apenas se quitassem as faturas em atraso, e por esse motivo José pediu para Maria verificar se seria possível enviar 2000 francos para esse selo. Por último, disse que se sentia pesaroso em ter deixado demasiadas obrigações para a livreira, mas ao mesmo tempo tinha consciência de que a viagem lhe possibilitou realinhar seus contatos com editoras e agentes literários franceses e europeus, e encerrou declarando que sentia saudades.

As três últimas cartas de José para Maria discorreram sobre música, preocupações com a livraria (como não poderia deixar de ser) e declarações de amor. No dia 22 de dezembro de 1982, ele enviou uma carta que tratava do disco de Mozart dado pela livreira como presente de natal. Supondo que ela não soubesse da importância daquele presente, José declarou que aquele Quinteto para piano e instrumento de Mozart foi composto em 1784, quando o jovem músico tinha apenas 28 anos e estava a sete anos de sua morte prematura, período em que ele “[...] compôs 3 peças da maior importância: os concertos números 16 e 17 para piano e o meu Quinteto. Veja o que descobri: em 10 de abril de 1784, ele escreve ao pai que acabava de compor dois concertos muito importantes para piano [...]”; carta em que o músico expressiu estar seguro de que o pianista daquelas peças musicais iam transpirar em bicas durante as encenações públicas, acrescentando que o Quinteto era um das melhores de suas obras. José continuou discorrendo sobre a sonoridade e a façanha que Mozart conseguiu a partir daquelas peças musicais, expressando que esse era motivo de sua “[...] ansiedade infantil e meu desejo inexprimível de poder ter este Quinteto. Já ouvi umas 15 vezes e estou com medo que o disco se acabe de tanto tocar. Mas onde achar outro? Não existe mais em São Paulo. Veja bem: você certamente nem sabia que estava sendo o seu presente de Natal 82 para mim”. E despediu-se com a expressão “Mozarteano seu”.

O bilhete-carta de 03 de março de 1985 é o único registro em que ele expressou seu amor a Maria (ver figura 66), assim como a agradeceu a limpeza de seus discos e assegurou que até junho daquele ano conseguiriam salvar a livraria. Já a derradeira epístola de José a Maria foi enviada em 21 de julho de 1985, quando ele pediu desculpas por sua impaciência nos últimos dias, declarando que os infindáveis problemas da Duas Cidades o tiravam do foco e do prumo por perder tempo com questões superficiais ou com obstáculos aparentemente intransponíveis. Por fim, pediu ajuda: “[...] acordo sistematicamente às 4 ½ ou 5 horas, cada madrugada é uma tentação de desespero e, ao mesmo tempo, um apelo à coragem. Fique perto de mim. Don José”.

Tanto os testemunhos concedidos para este trabalho como as correspondências de Santa Cruz para Maria Antonia deixam patentes o elã de um sentimento alimentado por meio da livraria editora, dos livros, dos discos e de tantos outros quereres. A livreira nos disse que pretendia ingressar no magistério após acabar o curso de Letras na USP, mas nos primeiros anos de sua experiência como livreira chegou à conclusão de que aquele era seu mundo, em especial ao lado da aura de Bené. Ainda hoje ela exerce a profissão como eficiência e inteligência, guardando boas recordações dos 35 anos que trabalhou na Livraria Duas Cidades.

Outras paixões: música e poesia no catálogo

Enveredamos pela música e poesia publicada pela Livraria Duas Cidades durante os anos 1970 e 1980 a fim de averiguarmos duas expressões artísticas encravadas n'alma do livreiro-editor. A poesia esteve no horizonte de Santa Cruz desde os tempos de sua adolescência e início de juventude no Recife, assim como o progressivo interesse pela música ocorreu quando iniciou sua formação religiosa e estudou Filosofia e Teologia na França. Foi colega de João Cabral de Melo Neto no Colégio Marista, conheceu Lêdo Ivo nesse período, assim como teve Willy Lewin como padrinho de crisma. Ao mesmo tempo supomos que cultivou o gosto pela música popular brasileira nesse época pernambucana, refinando seus interesses musicais quando residiu em terras europeias e conheceu a música erudita. Ele cultivou o prazer por essas artes ao longo de sua vida pessoal e profissional, e acreditamos que esse foi o motivo pelo qual nosso personagem decidiu não apenas publicar e comercializar títulos de poesia, como também editar e vender livros sobre música, cuja sonoridade irradiava no ambiente da livraria.

Neste trecho vamos apresentar e analisar as obras publicadas em torno dos gêneros musicais e poéticos com o objetivo de realçar a paixão do livreiro-editor por essas áreas e a diversidade temática presente no catálogo da casa. Mais que isso, a paixão de Santa Cruz pela música e poesia reafirma seu amor pela cultura e pelo livro, uma devoção que vai ao encontro do argumento de Jacó Guinsburg sobre a fundação de um empreendimento cultural: “sempre há um princípio utópico que está na ponta de sua realização prática, e quem não tem ilusões não faz nada, simplesmente não pode dar um passo adiante, principalmente numa empresa”¹³. O então editor da Perspectiva vai além ao afirmar que a utopia é condição essencial para quem atua no campo cultural, na medida em que a edição e comercialização de livros ligados a movimentos de vanguarda ou fora do âmbito *best-seller* não estão necessariamente amparados na racionalidade do negócio livreiro, mas sobretudo no entendimento de que uma obra deve ser publicada independentemente do horizonte estritamente monetário.

Guinsburg também ponderou que a estrutura das grandes editoras muitas vezes impedem a divulgação de determinados pensamentos e expressões artísticas e literárias porque pautam suas publicações levando em conta as numerosas instâncias decisórias de diretorias, conselhos e demais departamentos que impedem o lançamento de novas perspectivas. A editora de José Olympio e seus romancistas nordestinos e a Civilização Brasileira conduzida por Ênio Silveira são dois exemplos mencionados por Guinsburg como editores que conduziram seu ofício entre

¹³ AMORIM, Sônia Maria de Amorim; TREMEL, Vera Helena F. (org.). *Jacó Ginsburg*. São Paulo: Prol/Com-Arte, 1989. (Editando o Editor, 1). p. 23.

o cálculo financeiro e a paixão intelectual, de modo a edificarem selos editoriais também voltados ao horizonte cultural e intelectual.

O Professor Santa Cruz figura entre esses agentes do mundo do livro que governou sua trajetória profissional com paixão. A música e a poesia foram indispensáveis nos caminhos percorridos pelo livreiro-editor, como podemos examinar a partir dos diversos documentos presentes no acervo pessoal de José Petronilo e de sua empresa. Primeiro vamos percorrer o universo musical e depois vamos para o universo poético, situando esses gêneros temáticos no catálogo da editora e na formação pessoal e laboral de Santa Cruz como operador do mundo da cultura que se relacionava com músicos, poetas, filósofos, intelectuais, artistas e empresários que tinham essas duas expressões do espírito em seus horizontes de interesses.

Através de um bilhete-carta¹⁴ escrito por Carlos Pinto Alves e dirigido a Frei Benevenuto em 28 de março de 1944, o remetente expressou que presenteava o destinatário com o livro *História da Música* (sem mencionar o autor) e informou que devolvia dois títulos emprestados pelo religioso. Passados cinco anos, notamos o quanto o movimento Economia e Humanismo possibilitou ao frade ampliar seus interlocutores, pois ele acabara de voltar do estágio na França com a equipe lebreiana e recebera uma carta¹⁵ datilografada em francês pelo filósofo alemão Ernest Bloch, que em 18 de setembro de 1949 redigiu a missiva diretamente de Munique para “meu querido padre Benevenuto”. O filósofo estudioso da utopia recordou-se das poucas e produtivas conversas que tiveram, lamentando o retorno abrupto do frade para o Brasil ao dizer que o padre Lebreit o informou que Benevenuto foi chamado às pressas para seu país. Em suas palavras, “[...] eu adoraria vê-lo em nossa casa antes de seu retorno ao Brasil e levá-lo em um concerto de Furtwängler, por exemplo. A impressão de uma vila alemã, ainda que destruída, do teatro alemão e das ciências alemãs seria forte para você”¹⁶. Ao final da epístola, Ernest Bloch sugeriu ao religioso escrever artigos sobre poder, violência, liberdade e a possibilidade de reação cristã perante a instrumentalização do mal, na medida em que um “europeu-brasileiro” poderia tecer comentários relevantes sobre esses assuntos. E despediu-se expressando sua amizade pelo religioso.

Enquanto a carta de Carlos Pinto Alves é um indício do interesse do frade pela música, a missiva do filósofo alemão é uma demonstração inequívoca de como a música fazia parte de suas conversas com pessoas como Ernest Bloch. Outra fonte a identificar sua predileção pela

¹⁴ Fonte abrigada no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

¹⁵ Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

¹⁶ [No original]: “[...] J’aurais tellement aimé de vous voir chez nous avant votre retour au Brésil et de vous amener dans un concert de Furtwängler par exemple. L’impression d’une ville allemande, quelque détruite qu’elle soit, du théâtre allemand et des sciences allemandes aurait été forte pour vous”. Ibid.

música erudita está no pedido¹⁷ que Antonieta (então secretária do frade) enviou para Lucia Kawall Filgueiras (1924-2012)¹⁸, a pioneira do serviço social no Brasil que em meados dos anos 1950 foi para os Estados Unidos com o propósito de aperfeiçoar seus estudos nessa área. Frei Benevenuto encomendou os seguintes discos: “Mozart – concerto nº 24 in C Minor (For Piano and orchestra) K. 491. A Victor musical masterpiece. A gravação é inglesa. Note bem: adquirir apenas o primeiro disco do concerto (DB 8410). 1st. Mouvement (Part 1)”, incluindo no pedido um livro sobre movimento social-econômico. Já em 23 de julho de 1952, Antonieta enviou uma missiva¹⁹ ao chefe da primeira seção do departamento dos correios e telégrafos brasileiro expondo que em 18 de janeiro daquele ano foi despachado de Paris por volta de dezoito discos em nome do frade, os quais ainda não tinham chegado no Brasil e por isso a remetente solicitava que averiguassem o paradeiro do volume extraviado.

Esses exemplos evidenciam o quanto o envolvimento de Santa Cruz com a música vinha ao menos desde os anos 1940, quando desenvolveu sua paixão pela música erudita durante as duas vezes que residiu na França e ao longo dos anos manteve esse sentimento, como nos relatou Rogério C. de Cerqueira Leite²⁰. O professor da Unicamp e autor da Livraria Duas Cidades declarou que o livreiro-editor tinha bom gosto musical e o orientava na aquisição de alguns discos. Eles tinham o hábito de conversarem sobre música, especialmente nos dez anos em que o entrevistado manteve uma coluna na *Folha de S. Paulo* dedicada a esse tema. Não por acaso, os artigos dessa coluna foram reunidos e publicados em *Um roteiro para música clássica* (1992), obra com tiragem de 1000 exemplares, capa de Luis Díaz e prefácio da professora Valeria Maria Fuser Bittar, quem organizou os textos publicados no único título da editora a tratar especificamente de música erudita.

Mas foi durante o ano de 1977 que a casa lançou suas primeiras obras em torno da música. A primeira delas foi *O Banquete*, de Mário Andrade, com tiragem de 4000 exemplares em primeira edição e 3000 exemplares na segunda edição de 1989. Obra direcionada à área de estética musical, capa produzida por Lucio Gomes Machado, prefácio de Jorge Coli e Luiz Carlos da Silva Dantas, a edição foi realizada por sugestão de Gilda de Mello e Sousa, que utilizou as orelhas do livro para apresentar a obra como um estudo praticamente inédito do autor, cujo foco abordava as precariedades das artes musicais brasileiras e depois enveredava

¹⁷ Documento presente no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

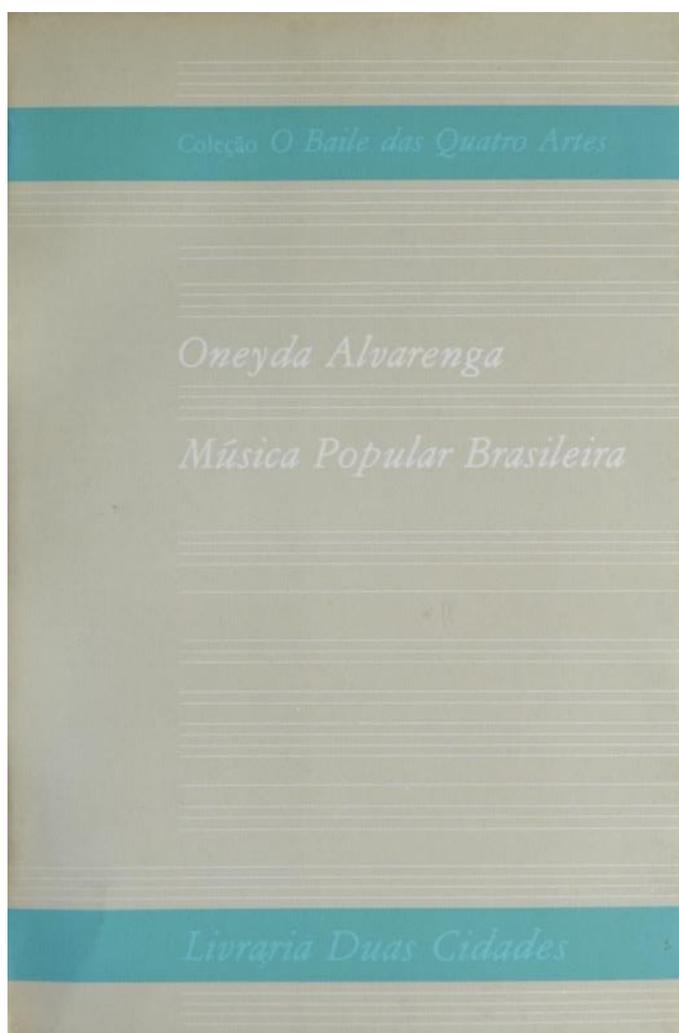
¹⁸ Sobre a assistente social, ver: BERTONI, Estevão. Lúcia kawall Filgueiras (1924-2012) – uma pioneira do serviço social. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 2012. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1156274-lucia-kawall-filgueiras-1924-2012---uma-pioneira-do-servico-social.shtml>. Acesso em: 02 mai. 2021.

¹⁹ Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

²⁰ Rogério C. Cerqueira Leite, entrevista, 10 set. 2018.

para as diferentes faces da estética artística. Já a segunda obra teve tiragem de 3000 exemplares, capa igualmente elaborada por Lucio Gomes Machado e tradução de Diva Ribeiro de Toledo Piza de *Introdução à música de nosso tempo*, do compositor argentino Juan Carlos Paz, que escreveu sobre as várias expressões musicais contemporâneas produzida em diversos países. E no quarto capítulo tratamos da última obra musical publicada nesse ano, a crítica literária de José Miguel Wisnik em *O coro dos contrários: a música em torno da semana de 22*, título reeditado em 1983 com tiragem de 1000 exemplares.

Figura 68. *Música Popular Brasileira* (1982), de Oneyda Alvarenga



Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

O próximo livro dessa área temática fez parte da coleção O Baile das Quatro Artes. Dirigida por Gilda de Mello e Souza e José Petronilo de Santa Cruz, a coleção de cinco títulos teve dois deles publicados em 1980 e três lançados em 1982, ao passo que do projeto gráfico foi desenvolvido por Lucio Gomes Machado. *Exercício de Leitura* (1980), de Gilda de Mello e

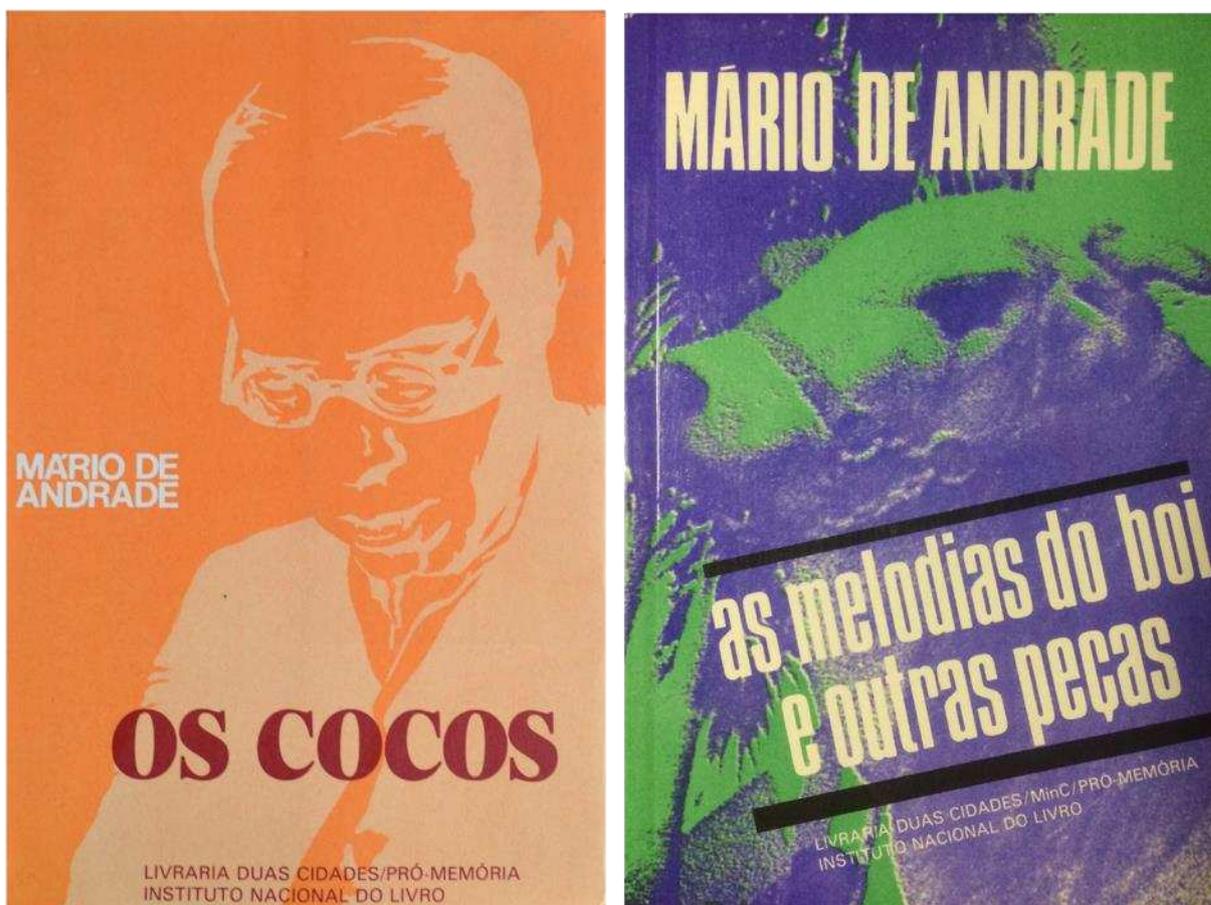
Souza, com tiragem de 2000 exemplares, foi a obra inaugural da coleção a discutir a crítica de arte; e logo em seguida publicaram 1910 exemplares de *Em cena, o sentido: semiologia do teatro* (1980), de José Teixeira Coelho Neto. Dos três lançamentos da coleção publicados em 1982, dois tiveram 2000 exemplares impressos e diziam respeito à crítica literária, um deles era *Razão e emoção literária*, de Fábio Lucas, e o outro era *O mito e sua expressão na literatura hispano-americana*, de Edward Lopes em coautoria com Eduardo Pañuela Cañizal. Mas essa coleção também abrigou a publicação dos 1665 exemplares do livro *Música Popular Brasileira* (ver figura 68), da jornalista Oneyda Alvarenga, que explicou a publicação da obra a partir do pedido realizado pela editora mexicana Fondo de Cultura Económica, que lançou a primeira edição do livro em 1947. A autora prosseguiu expondo que aceitou o convite feito pela Livraria Duas Cidades devido à procura da obra no Brasil, alegando que o título era dedicado a pensar a música popular brasileira, embora em diálogo profundo com a música folclórica. Este livro de Oneyda Alvarenga foi dedicado à memória de Mário de Andrade, com quem publicou, em 1983, *Cartas*, obra editada pela Livraria Duas Cidades a reunir o intercâmbio epistolar (de 1932 a 1940) entre o intelectual paulistano e a jornalista mineira.

Para além dos títulos mencionados aqui e no quarto capítulo desta tese, o autor modernista teve mais dois livros publicados pelo selo do Professor Santa Cruz. Ambos os títulos (ver figura 69) foram coeditados com o INL, tiveram tiragem de 3000 exemplares cada obra e contaram com a preparação, introdução e notas de Oneyda Alvarenga. *Os Cocos* (1984), com capa de Lucio Gomes Machado, e *As melodias do Boi e outras peças* (1987), com capa produzida por Luis Díaz, são livros decorrentes de estudos originais de Mário de Andrade em torno da música folclórica brasileira. O acervo da editora abriga um conjunto de documentos sobre a publicação dos dois livros que abordam as diversas melodias do boi, peças de danças e cantos pesquisados pelo autor durante sua viagem ao nordeste brasileiro.

Herberto Sales, então diretor do INL, encaminhou um ofício²¹ (sem data, mas supomos ser de 1984 pelo teor do assunto tratado) para a Duas Cidades relatando que o Instituto revisou as provas completas de *Os Cocos*. O órgão avaliou que o material atendia aos requisitos de coedição, e informaram que devolviam o manuscrito para que a editora pudesse iniciar a produção do livro. Depois de agradecer o selo pela iniciativa, o diretor fez uma observação ao final do ofício declarando que Oneyda Alvarenga, por ter contribuído com diversas obras de Mário de Andrade, merecia uma nota da editora chamando a atenção dos leitores para o fato de que ela faleceu sem o devido reconhecimento e próximo à data de lançamento daquela obra.

²¹ Os documentos relativos à publicação desses livros de Mário de Andrade encontram-se no acervo da editora.

Figura 69. *Os Cocos* e *As melodias do boi e outras peças*, de Mário de Andrade



Fontes: fotografias extraídas pelo autor

Mas a editora pretendia publicar *Os Cocos* e *As melodias do boi e outras peças* anos antes, conforme constamos no ofício nº 16 de 1977, enviado por Herberto Sales ao nosso personagem. O diretor do Instituto confirmava o recebimento do cheque no valor de Cr\$ 1.500,00 referente à inscrição dos dois manuscritos de Mário de Andrade e de *1949 não terminou* (1977) – romance²² de Henrique Simas – no programa de coedição do INL. Em 26 de junho de 1978, Herberto enviou outro ofício a Santa Cruz por meio de uma carta a informar que devolvia os originais de Mário de Andrade à Duas Cidades e enviava as fichas de orçamento, que deveriam ser preenchidas pela editora para tiragens de três, quatro e cinco mil exemplares.

Por aproximadamente dois anos e meio não houve comunicações do Instituto com a editora. Foi em 20 de janeiro de 1981 que o livreiro-editor enviou uma carta a Herberto Sales reafirmando seu interesse em publicar as duas obras de Mário de Andrade em coedição com o INL, inscritas neste órgão em 1977 e autorizadas a serem publicadas pelo representante do

²² Embora os documentos presentes no acervo da editora não mencionem o motivo pelo qual este livro não foi publicado em coedição com INL, o romance saiu exclusivamente pela Livraria Duas Cidades em 1977.

sucessor da família do autor. Em suas palavras, “temos clareza de que em virtude do mérito do autor e do valor dos textos propostos, o INL aprovará a edição das duas obras”, e concluiu enunciando que aguardavam a manifestação do órgão sobre a viabilidade da parceria para que pudessem iniciar o processo de preparação da edição a partir de um orçamento atualizado. A resposta de Herberto Sales foi enviada a Santa Cruz em 16 de junho de 1982, por meio da qual reafirmou o interesse do Instituto na coedição das duas obras acima mencionadas, expôs que o impasse decorria da ausência de recursos disponíveis para planejarem as coedições e encerrou autorizando a editora a iniciar a produção dos dois livros, expondo que ambos estariam incluídos no orçamento do órgão previsto para o ano seguinte.

O contrato para publicação de *Os Cocos* foi assinado por Carlos Augusto de Andrade Camargo e a Livraria Duas Cidades em 23 de agosto de 1983. Seguindo o padrão dos contratos da casa, a especificidade era o artigo que estabeleceu os 10% de direitos autorais que o familiar de Mário receberia sobre o preço de capa dos 1500 exemplares adquiridos pelo Instituto, e 10% sobre o preço de capa dos outros exemplares comercializados pela editora. Já o contrato firmado entre a Fundação Nacional Pró-Memória/INL e a casa de José Petronilo em 23 de setembro daquele ano, celebrado na sede do órgão localizado no Distrito Federal, teve por objeto a publicação em coedição de *Os Cocos*. Dentre as cláusulas contratuais, sublinhamos que a editora não poderia modificar as especificações (título, capa, ilustrações etc) do livro previstas no anexo do contrato, assim como deveriam mencionar os órgãos de fomento daquela obra na capa, na folha de rosto – onde deve estar indicado, “em convênio com o Instituto Nacional do Livro e Fundação Nacional Pró-Memória” – e ao pé da contracapa por meio da informação de que o livro era coeditado com esses órgãos e integraria “[...] os acervos de todas as bibliotecas por efeito de convênios por ele firmados com Prefeituras Municipais e Secretarias de Estado em todo o território nacional”.

As outras cláusulas contratuais dispuseram que a editora deveria fornecer algumas informações ao Instituto durante o processo de preparação e edição do título, comprometendo-se a enviar para o órgão as últimas provas do livro, as cópias da arte final da capa e das ilustrações. Assim, confeririam se o estabelecimento atendia ao dispositivo que obrigava a editora a manter o projeto gráfico e as especificações mencionadas na assinatura do contrato. O livro somente estaria autorizado a imprimir a tiragem de 3000 exemplares (dos quais 1500 eram do Instituto) após avaliação das provas finais encaminhadas pela casa. Na cláusula sétima ficou definido que o “preço de lançamento será de Cr\$ 3.500,00, sendo que ao INL será concedido um desconto de 20%, totalizando um investimento de Cr\$ 4.200.000,00. Deste valor, Cr\$ 525.000,00 correspondem aos direitos autorais da conta do INL na tiragem da coedição”. Desse

montante, a editora receberia Cr\$ 1.680.000,00 em adiantamento, correspondente a 40% do valor estabelecido no contrato, faltando o pagamento de Cr\$ 2.520.000,00 que seriam quitados quando selo entregasse os exemplares adquiridos pelo órgão.

Com relação a *Melodias do Boi e outras peças*, publicado pela casa do professor Santa em coedição com o INL apenas em 1987, na pasta de Mário de Andrade abrigada no acervo da editora consta apenas um recorte de jornal (não identificado) com uma resenha desse livro escrita pelo poeta e escritor carioca Fernando Py, em 20 de dezembro de 1989. Por outro lado, e para além dos documentos anteriormente mencionados, a pasta guarda duas resenhas de *Os Cocos*. Uma publicada na *Folha de S. Paulo*²³ a divulgar o livro lançado pela Livraria Duas Cidades/INL (preço de capa a Cr\$ 10 mil) como resultado do trabalho empreendido por Oneyda Alvarenga, que organizou a obra publicada próxima aos 90 anos do nascimento de Mário, comemorados em 1983. “[...] O material recolhido por Oneyda fazia parte de um grupo de 35 documentos contendo melodias folclóricas, fichas, recortes de jornais, papéis diversos e ainda originais de alguns estudos pronto ou em andamento”, destacando que as composições ali reunidas iriam fazer parte de “Na pancada do ganzá”, título do livro que o autor pretendia publicar em vida sobre a música folclórica do Nordeste. Mas a jornalista ampliou o escopo do projeto do autor e alterou o título para abarcar outros estudos de Mário. A outra resenha foi assinada pelo jornalista e crítico de música erudita Luiz Paulo Horta²⁴, que publicou seu texto sob o título “A pancada do Ganzá”, esclarecendo que este seria o título utilizado por Mário em sua pesquisa em torno da música popular nordestina. Luiz explicou que Ganzá era uma forma de chocalho a delimitar o ritmo da harmonia utilizada no folclore dessa região do país, e posteriormente sublinhou que o livro foi preparado por Oneyda e publicado com o título *Os Cocos*, o qual representava algumas manifestações da alma musical do nordestino.

Assim concluímos a aproximação do livreiro-editor com o universo da música, assim como apresentamos uma coleção e as obras deste gênero publicadas pela Livraria Duas Cidades de 1970 até princípios dos anos 1990. A despeito dos poucos títulos musicais publicados, o teor e relevância das obras permitia que o público estudioso de música popular brasileira e música erudita tivessem à sua disposição livros com notória relevância nessa área temática. Os títulos de Mário de Andrade foram possível graças à coedição com o INL, o que em certa medida realça a importância desse programa para a história do livro brasileiro numa época em que tanto o Instituto como outros órgãos e editoras universitárias fomentaram publicações realizadas por meio desse sistema. Já os contratos de coedição não apenas revelam os valores e as formas de

²³ OS COCOS. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1984. Folha Ilustrada, 8º Caderno, p. 70.

²⁴ HORTA, Luiz Paulo. A pancada do Ganzá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1984.

negociação entre editora comercial e INL, como também ensinam sobre os numerosos entendimentos envolvidos durante o processo de edição da obra e o alto preço de capa dos livros no início dos anos 1980, em decorrência do alto índice inflacionário da economia do país.

A seguir vamos tratar das publicações de poesia editadas pela Livraria Duas Cidades no mesmo período em que foram lançados as obras de música, a fim de investigarmos como a outra paixão do livreiro-editor foi representada no catálogo de sua empresa. Antes de analisarmos essas obras, convém alguns esclarecimentos sobre a edição de poesia no Brasil.

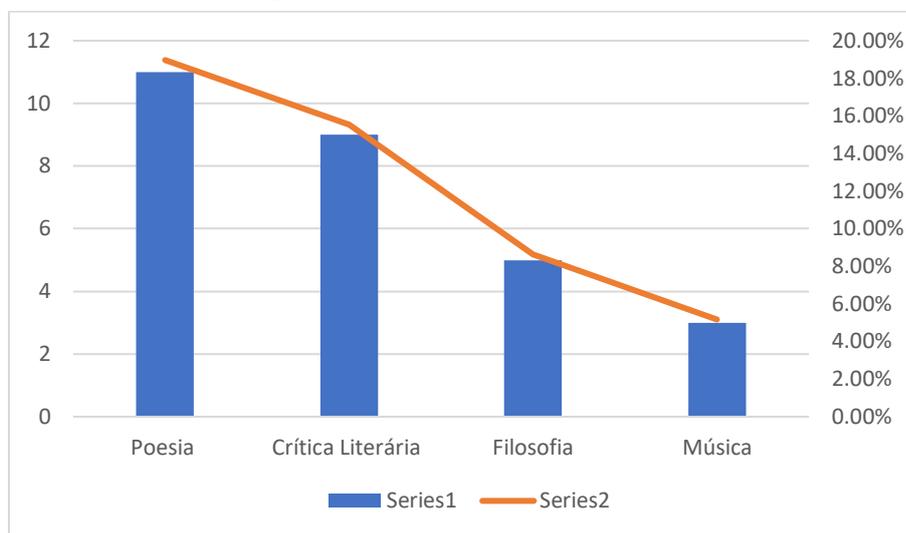
A literatura brasileira atingiu uma tiragem média de dois a três mil exemplares por título em finais dos anos 1950, chegando ao patamar de cinco mil exemplares por livro no final década da década de 1960 em razão do crescimento econômico desse período, cujo desenvolvimento em termos absolutos levou à impressão de tiragens ainda maiores para outros gêneros temáticos. Ainda assim, houve uma contínua progressão de livros literários publicados, ao ponto de, em 1980, alcançar uma tiragem média de 8500 exemplares e 3968 títulos publicados nessa área, o dobro da quantidade de livros lançados em 1969. Essa evolução ocorreu em grande medida por causa das obras de autores brasileiros, que em 1986 publicaram 4703 livros e depois lançaram 6127 títulos em 1990, quando a editora Brasiliense inaugurou a coleção de ficção nacional nomeada Espaço Brasileiro. Apesar desse cenário, Hallewell²⁵ nos adverte que as dificuldades de editar livros ficcionais e literatura em geral nem sequer se aproximam dos obstáculos de editores especializados em poesia moderna no Brasil, os quais são dignos de nota e elogio por terem enfrentado (e ainda enfrentarem) as dificuldades de publicação de poesia escrita por autores de alto calibre e muitas vezes desconhecidos.

Um dos editores de poesia moderna foi o paulistano Massao Ohno (1936-2010), quem publicou poesia de qualidade desde meados dos anos 1960 até o final de sua vida, sendo que durante o percurso se manteve atilado ao *design* gráfico das obras lançadas e à tradição da impressão tipográfica. Outra editora foi Roswitha Hellbrugue (1928-1989), que em finais dos anos 1970 trabalhou com Massao Ohno, e depois fundou sua própria casa de poesia, a Roswitha Kempf Editores, cuja meta era o lançamento de poetas pouco conhecidos ou clássicos do gregos antigo. Em sua lista de editores de poesia moderna, Hallewell incluiu Augusto Massi, que hodiernamente é editor, poeta e professor de literatura brasileira da USP, e quem concebeu a coleção Claro Enigma, publicada pela Livraria Duas Cidades entre finais dos 1980 e início dos anos 1990. Analisaremos esta coleção idealizada por Massi e publicada em parceria com a Livraria Duas Cidades por meio do longo depoimento que ele nos concedeu, relato preñado de

²⁵ HALLEWELL, Laurence., *op. cit.*, 2012, p. 798-800.

detalhes sobre a produção da coleção e a bonita relação de amizade que ele teve com o Professor Santa Cruz, Maria Antonia e a livraria editora de Deus e de dos homens.

Gráfico 22. Ranking das 4 maiores áreas temáticas entre 1980 e 1989



Fonte: dados levantados pelo autor

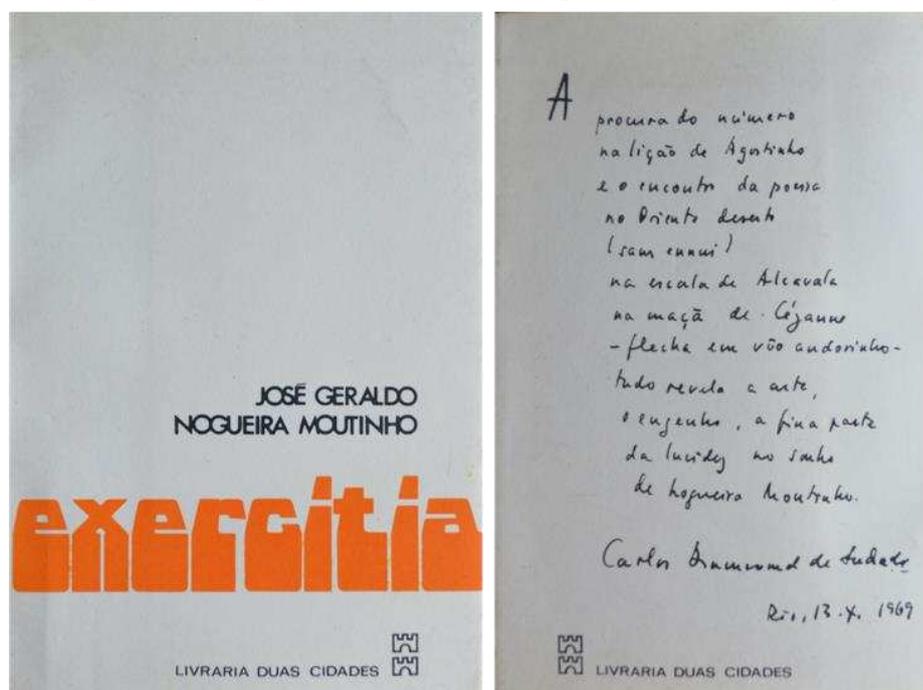
O bibliófilo britânico aproveitou a alusão à Claro Enigma para tecer algumas palavras sobre a empresa de José Petronilo. Registrou o percurso religioso de Frei Benevenuto, o episódio de Carlos Marighella envolvendo a livraria, depois assinalou que a editora publicou os poetas concretos nos anos 1960, embora essas edições tenham ocorrido no decênio de 1970. Em nota de rodapé, ele listou algumas das áreas publicadas pela casa e fez referência a *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (1990), obra de Roberto Schwarz publicada pela Livraria Duas Cidades. Esta foi uma das poucas passagens da obra de Hallewell em que ele se dedicou a divulgar o trabalho de Santa Cruz e de sua empresa, justamente no trecho em que o autor apresentava a literatura e a poesia publicada no Brasil dos anos 1980 e 1990, o que de certo modo demonstra a relevância deste gênero no catálogo da casa do livreiro-editor que lançou 11 títulos de poesia na década de 1980, a maior área temática da casa nessa época (ver gráfico 22), enquanto a música publicou apenas 3 títulos e ficou na quarta posição.

Ainda sobre a poesia, Hallewell pondera que nem mesmo as obras de autores como João Cabral de Mello Neto e Murilo Mendes estavam livres das dificuldades encaradas pelos poetas menos conhecidos. O primeiro teve 2 títulos impressos pelo próprio autor e 26 títulos lançados em vinte editoras diferentes, o que é um indício dos entraves enfrentados pelos poetas, os quais geralmente alcançavam notoriedade editorial depois do falecerem, como ocorreu com Carlos Drummond de Andrade, que teve sua obra disputada pela José Olympio, Companhia das Letras

e Nova Fronteira. Dentre estes selos editoriais, a Nova Fronteira teve forte presença na área da literatura durante anos, em especial da poesia, motivo pelo qual compram os direitos de publicação da obra completa de João Cabral e Murilo Mendes (ambos amigos do Professor Santa Cruz), assim lançaram a coleção Poesia de Todos os Tempos em finais dos anos 1980, dedicada a divulgar poetas tradicionais do Brasil e de outros países.

Houve um breve episódio²⁶ da Livraria Duas Cidades com a Nova Fronteira. Em 10 de junho de 1988, Santa Cruz enviou uma carta datilografada para este selo demonstrando seu interesse em publicar as traduções dos poetas catalães feitas por João Cabral, alguns dos quais já tinham sido lançados por outras editoras nacionais. O livreiro-editor perguntou quais seriam as condições para sua editora incluísse esses textos no volume que desejava publicar com “[...] características de uma publicação de arte, com fotos e reproduções fac-simile e de tiragem limitada”; e concluiu solicitando uma rápida resposta da Nova Fronteira. Em 29 de junho de 1988, Sebastião Lacerda (diretor vice-presidente desta casa) respondeu à demanda de Santa Cruz mencionado que agradeciam a epístola enviada e a gentil visita feita pela pessoa responsável por organizar as coleções da casa (provavelmente Augusto Massi), salientando, porém, que não poderiam autorizar a inclusão de João Cabral e Murilo Mendes nas coleções pretendidas pela editora porque iriam publicar as obras desses autores.

Figura 70. Capa e contracapa de *Exercitia* (1970), por José Geraldo Nogueira Moutinho



Fonte: fotografias extraídas pelo autor.

²⁶ As duas cartas que retratam esse episódio estão abrigadas no acervo pessoal do livreiro-editor e da Duas Cidades.

Por meio dessas iniciativas e das amizades do nosso personagem com figuras de peso da poesia brasileira começamos compreender o quanto ele apreciava a poesia desde a adolescência. Mesmo consciente de que este gênero não lhe proporcionava bons rendimentos financeiros, foi no ano de 1970 que Santa Cruz lançou os três primeiros livros de poesia de sua casa. Uma deles foi *Amoressência* (1970), da psicóloga Adelaide Petters Lessa, cuja tiragem foi de 1033 exemplares; o outro foi *Exercitia* (1970), de José Geraldo Nogueira Moutinho, com 1057 exemplares impressos; e o terceiro foi *Convergência*, de Murilo Mendes, com a expressiva impressão de 16616 exemplares. Com exceção deste título, a baixa tiragem dessas obras sinalizam o pequeno alcance da poesia nos apreciadores de literatura, ainda mais quando se tratava de autores desconhecidos como poetas até mesmo para os leitores amantes do gênero.

José Geraldo foi crítico literário, jornalista, poeta e amigo de Santa Cruz desde o tempo em que este portava a batina, como descrevemos em outros trechos desta tese e como podemos constatar a partir da pasta que abriga os documentos relativos à publicação desse livro. Não sabemos o que levou o Professor Santa Cruz a publicar a obra de José Geraldo, mas supomos que a longa relação de amizade foi relevante na decisão de lançar o livro. Os documentos presentes na pasta²⁷ desse autor nos indicam o processo de produção e financiamento da obra, os comentários elogiosos de outros poetas, o projeto da capa e contracapa desenvolvido por José Armando Ferrara²⁸ (ver figura 69) e a dificuldade de vender os exemplares impressos.

Por meio de alguns artigos descritos no contrato de publicação de *Exercitia* identificamos as condições de edição do livro. Firmado pelo autor e Humberto Pereira em 06 de outubro de 1970, um dos dispositivos que chamam nossa atenção é o artigo terceiro, cujo texto estabelece que a editora se encarregava de realizar todas as etapas da editoração e da divulgação do livro. Mas o parágrafo primeiro desse artigo esclarecia que “as despesas decorrentes da composição, paginação, impressão, execução da capa e encadernação da obra e encadernação serão debitadas ao autor”, e no parágrafo seguinte ressaltou que as demais despesas ficariam a cargo da editora. Como nos outros contratos da casa, os direitos autorais era 10% do preço de capa, a editora destinaria 50 exemplares para divulgação e propaganda da obra, o autor ficava com 200 exemplares da edição e o restante seria vendido por Cr\$ 10,00 no ano do lançamento.

No dia 23 de outubro daquele ano, a poetisa mineira Henriqueta Lisboa (1901-1985) enviou uma carta datilografada em Belo Horizonte e dirigida a José Geraldo Nogueira

²⁷ Abrigada no arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

²⁸ Paulistano nascido em 1938, Ferrara iniciou sua formação em 1955, com o curso de Artes Gráficas do SENAI, e a partir de 1961 foi aluno da Escola de Arte Dramática. Essas experiências lhe possibilitaram ganhar alguns prêmios nas artes plásticas, atuar como designer gráfico e cenógrafo, e depois como diretor de cenografia da TV Cultura e produtor da decoração de diversas peças teatrais encenadas na PUC-SP.

Moutinho. Nesta missiva, Henriqueta acusou o recebimento do livro com alegria, comentou que leu e releu os poemas do autor, ressaltando que a obra transmitia rigor, nobreza e serenidade, transitando entre a utilização de termos arcaicos e técnicas modernas de criação. “[...] Sua poesia é singular e bela: denota uma visão filosófica da existência, descerra clareiras espirituais, tem reflexos lúdicos e encarna o feitio aristocrático do autor. EXERCITIA é uma flor de cultura”. Ela prosseguiu parabenizando o autor pelo trabalho, “[...] até mesmo pela excelente apresentação gráfica, a recomendar a editora”, e encerrou a missiva deixando um afetuoso abraço para José Geraldo e sua esposa. É interessante notar o comentário elogioso da remetente sobre o trabalho gráfico realizado pela Livraria Duas Cidades, na medida em que ela publicou uma parte de sua poesia completa pelo selo Professor Santa Cruz no ano de seu falecimento, em 1985 – *Obras Completas I - Poesia Geral (1929-1983)*, de Henriqueta Lisboa, capa produzida por Luis Díaz e tiragem de 2000 exemplares.

Ainda sobre o livro de José Geraldo, outro ilustre poeta a louvar a obra foi Carlos Drummond de Andrade. Uma de suas cartas foi publicada na contracapa de *Exercitia* (ver figura 69) e a outra, também escrita à mão, foi escrita no Rio de Janeiro e enviada diretamente ao autor em 07 de dezembro de 1970, a partir da qual o remetente disse que o livro era poesia adulta, rigorosa, importante e coerente com os descaminhos daquela época. Drummond agradeceu o oferecimento do título e deixou um abraço de admiração ao destinatário. As missivas do poeta e da poetisa, ou até mesmo a crítica da obra escrita por Ernildo Stein no Caderno do Povo, em 11 de março de 1972, deixa-nos a impressão de que os comentários transcendiam uma análise imparcial do livro de poesia escrito por José Geraldo, e em certo aspecto demonstram a amizade e os afetos que o crítico literário tinha com o livreiro-editor, Drummond, Henriqueta ou até mesmo o filósofo, tradutor e professor universitário, tendo em vista que Nogueira Moutinho escreveu as críticas dos livros de Heidegger publicados pela Duas Cidades. Independente disso, podemos afirmar que as vendas foram lentas, a primeira edição possivelmente não se esgotou pelo que deduzimos das fichas de vendas presentes no acervo da editora. Foram vendidos 82 exemplares de *Exercitia* até 1972, sendo que em dezembro de 1981 ainda havia 530 exemplares em estoque, o que comprova a dificuldade de comercialização de livros de poesia.

Mas a obra de Murilo Mendes (1901-1975) foi exceção à regra por uma série de fatores. O primeiro deles foi a longa amizade que o poeta construiu com o então Frei Benevenuto desde finais dos anos 1940. Há três pastas do poeta no acervo da Livraria Duas Cidades em que constam correspondências e fotografias trocadas entre o poeta mineiro e Santa Cruz desde 1949 até 1975. Em uma dessas pastas abrigam 4 cartas, todas enviadas de Murilo Mendes para Frei Benevenuto, duas em 1949 e duas em 1950. No conjunto, as missivas discorrem sobre Minas

Gerais; discos de música clássica (assunto abordado em praticamente todas as cartas); revistas cristãs progressistas; capela de Matisse para os dominicanos; poeta Jorge de Lima; auxílio a Frei Benevenuto enquanto este morava na França; reacionarismo de altas figuras do clero; poeta Marcos Konder Reis; Vivaldi; livros religiosos; Carlos Pinto Alves, Antonio Candido; e o quanto era importante o então frade cultivar a amizade com o poeta e crítico de arte Paulo Mendes de Almeida. Embora não tenhamos o intuito de adentrar nas minúcias dessas epístolas, um breve panorama dos assuntos tratados indicam a amizade e a rede de contatos que havia entre eles, ao ponto de o poeta deixar o religioso extremamente a vontade para solicitar recursos financeiros para custear o estágio de Benevenuto com a equipe lebreiana.

Figura 71. Murilo Mendes e Frei Benevenuto em frente à *Fontana di Trevi*, em 1961



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Os documentos presentes nas outras duas pastas aprofundam ainda mais os laços de amizade que os atavam, assim como elas incluem as longas e sucessivas negociações para a publicação de um livro do poeta pela Livraria Duas Cidades. Para se ter uma ideia do volume de correspondência, numa dessas pastas constam 01 fotografia e 23 cartas, das quais 11 eram

de Murilo Mendes para Frei Benevenuto, 09 de Murilo Mendes para Livraria Duas Cidades, 01 do autor para Nogueira Moutinho e 01 do autor para Humberto Pereira, documentos que percorrem o lapso temporal de 1959 a 1975. Já a terceira e última pasta do acervo da editora relativa ao poeta mineiro contempla 11 correspondências intercambiadas entre 1970 e 1976, das quais 08 cartas são de Humberto Pereira para Murilo Mendes, 02 da assistente editorial para o autor e 01 de José Petronilo de Santa Cruz para Maria da Saudade Cortesão Mendes, esposa do poeta, lusitana e conhecida como Saudade para o marido e os amigos do casal. Ela foi a responsável por registrar o encontro de Frei Benevenuto e Murilo Mendes em 1961, quando foram fotografados (ver figura 71) enquanto conversavam descontraidamente em frente à *Fontana di Trevi*, em Roma. De finais dos anos 1950 até início dos anos 1960, as cartas do poeta para o livreiro-editor seguiam um tom alegre e confidente entre amigos de longa-data.

Foi em 18 de agosto de 1966 que Murilo Mendes respondeu uma carta do religioso por meio de uma epístola redigida à mão diretamente de Lisboa. O poeta, que também era professor universitário, se desculpou pela demora na resposta alegando o período das defesas de teses tanto em Roma como em Lisboa. Disse que seria um prazer ter um livro seu editado pela Duas Cidades e descreveu como ele pensava as características materiais da obra: “[...] inútil dizer-lhe que gostaria de apresentação simples do “Contacto”, graficamente falando: nada de enfeites, nada de desenho, nada de perfil do autor e bifo de pena. Claro que gostarei de um aspecto moderno do livro, isto é, tipos modernos, linhas claras, retas, etc”, acrescentando que confiava no gosto de Santa Cruz. Prosseguiu dizendo que seria importante ele receber as provas do livro para poder corrigi-las antes da impressão, e despediu-se afetivamente do amigo.

O poeta mineiro enviou outra epístola ao caríssimo Frei Benevenuto em 08 de outubro de 1966, por meio da qual respondia as dúvidas apresentadas pelo frade e dava orientações gerais sobre o livro a ser produzido. O título da obra era *Contacto*, e no frontispício deveria constar as palavras “contacto” e “exercício” em caixa alta, as quais representavam cada uma das duas partes que ele dividiu o livro; a primeira com poemas acompanhados de títulos e ano de criação, os quais estar dispostos na obra seguindo a ordem cronológica; e a segunda eram poemas sem títulos, mas que deveriam estar disponibilizados cronologicamente e serem separados por linha. Tanto a primeira (conctaco) quanta a segunda (exercício) parte deveriam estar inscritas em folhas separadas. Entre elas deveria constar uma folha em branco e no fim da segunda parte deveria ter outra folha em branco somente com a palavra “índice”, e nas páginas seguintes estaria o sumário listando os poemas da parte “contacto”, os poemas do entreato chamado “Murilogramas” e os poemas de “exercícios”. Por fim, o poeta ressaltou que havia certos trechos e palavras experimentais, as quais seriam revisadas pelos irmãos Campos,

argumentando que o editor possivelmente não teria tempo de revisá-las. E deixou dois *post-scriptum* com as seguintes recomendações: “Como disse antes: aspecto gráfico severo, nada de ilustrações, nada de desenho ou foto de autor. Caso possível, o dorso do livro em branco, sem anúncios. Talvez Fernando Lemos pudesse fazer a capa. No Máximo, uma vinheta geométrica. Tenho horror ao informal”.

Murilo Mendes enviou outra carta ao livreiro-editor em 16 de novembro de 1966. Nesta, o poeta escreveu que Haroldo de Campos faria revisão de “exercício” (segunda parte) antes de encaminhá-lo para editora. Prosseguiu considerando outras alterações feitas no manuscrito e ao final disse que a alusão ao escultor italiano Ettore Colla e ao poeta lusitano Cesário Verde não vinha com notas sobre a trajetória desses personagens porque em sua opinião o livro era destinado a um público culto. Ainda assim, ele poderia fazer breves notas se o caríssimo Benevenuto julgasse necessário. Já em 22 de novembro daquele ano, o poeta enviou outra carta ao religioso, e logo de início relatou que o poeta concreto lhe escreveu dizendo que ficou muito contente de ter conhecido Santa Cruz e pretendia cultivar a amizade, o que não era surpreendente na opinião do remetente que conhecia nosso personagem a mais de vinte anos. Ato contínuo, Murilo ressaltou que as pontuações do original, como o uso de bolinha ou asterisco entre certas estrofes, deveriam estar presentes na obra impressa. Em suas palavras, “[...] preferiria que o livro não fosse publicado, caso não se pudesse fazer o que peço, mas penso que se pode”. Depois teceu mais algumas considerações sobre o livro, a exemplo da homenagem que queria fazer à filha do poeta português Miguel Torga, e despediu-se com um saudoso abraço apertado.

Em 30 de dezembro de 1966, o poeta enviou uma carta a Santa Cruz indicando mudanças estruturais no título (ver figura 72). Na primeira página desta missiva, o remetente informou o destinatário da alteração do título do livro para *Convergência*, alegando que tinha outra obra publicada no Brasil com o nome anteriormente previsto. Na página seguinte, Murilo ressaltou que no frontispício do livro deveria constar o período de composição dos textos alegando que em quase toda a obra havia a data prevista de criação dos poemas. Prosseguiu afirmando que tinha feito uma pequena alteração no Murilograma para Manuel Bandeira, e encerrou a carta retomando temas expostos nas outras correspondências sobre o livro.

Após a passagem de ano, Murilo Mendes enviou duas cartas para Frei Benevenuto, uma do mês de janeiro e outra de fevereiro, as quais praticamente seguiram as sugestões elencadas pelo poeta nas correspondências anteriores, com exceção de duas propostas. Uma delas era para o editor publicar o livro aberto (o que não ocorreu), e a outra era não imprimir o livro antes de

sua revisão final, alegando a necessidade de produzir uma errata a ser colada entre a última página e a contracapa de *Convergência*.

Figura 72. Carta de Murilo Mendes para Frei Benevenuto (1966)

Roma, 30.12.66.

Caríssimo Frei Benevenuto,

Muito grato pela sua última carta, com ~~tas~~ boas notícias. Primeiro de tudo (forma italianizada) aceite a mais sincera ~~voto~~ que Saudade e eu lhe enviávamos por um feliz 1967, e que nesse ano passamos no encontrar, seja no Brasil, seja na Europa.

Infelizmente deverei mudar o título do livro: acabo de receber carta de um amigo do Rio, anunciando-me a saída, lá, de um livro CONTACTO, da Senhora Lidia Bexouckes, a quem conheço de resto, há muitas anos: pessoa simpática e engraçada. Diante disto, tenho que mudar o título para CONVERGÊNCIA. Portanto, na página seth frontespício se deverá ler:

MURILO MENDES

CONVERGÊNCIA

1 - CONVERGÊNCIA
2 - EXERCÍCIO

{ Bem no cento, é claro

SÃO PAULO... 1967

Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Daí em diante houve poucas correspondências entre o autor e o livreiro-editor. Apenas a partir de novembro e dezembro de 1970 foram enviadas três cartas de Murilo Mendes à Livraria Duas Cidades, que também recebeu outras sete missivas do poeta em 1971. Nas epístolas de 1970 notamos que o livro já estava impresso quando ele enviou as missivas, a partir das quais informava que o livro somente deveria ser comercializado após incluírem a errata em todos os exemplares impressos. Ressaltou que o frontispício deveria constar o período de produção dos

poemas (1963-1966), informou que Haroldo de Campos iria rever as provas finais e pediu que o nome da segunda parte do livro se chamasse “estudos”, “linhas” ou “Sintaxe” (esta foi a escolhida), tendo em vista que a Duas Cidades tinha publicado *Exercitia*. Além disso, ele pediu que a editora enviasse três exemplares por via aérea, os quais seriam entregues para o cineasta Ruggero Jacobbi, para a historiadora Luciana Stegagno e para o crítico literário José Guilherme Merquior. Nas linhas finais, agradeceu o magnífico trabalho da casa na publicação de *Convergência*, realçando que o livro saiu perfeitamente a seu gosto, desde a capa (ver figura 73) elaborada por José Armando Ferrara até a composição feita a cargo da editora.

Figura 73. *Convergência* (1970), de Murilo Mendes



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Ao longo das correspondências de 1971, o autor praticamente se dedica a definir com a editora quais seriam as pessoas agraciadas com seu livro ao listar um conjunto de nomes e endereços de diplomatas, artistas, poetas, professores e amigos brasileiros e estrangeiros que a obra deveria ser encaminhada. Em algumas delas expôs o quanto era eficiente o trabalho de

Humberto Pereira, o responsável por intermediar praticamente todas as comunicações sobre a edição do livro a partir de 1970. No depoimento que Humberto²⁹ nos concedeu, ele enfatizou que se tratava de um livro interessantíssimo, abarrotado de palavras pouco conhecidas ou inventadas pelo autor, obra que era importante pela sua qualidade e pelo prestígio do autor. Declarou que o atraso na publicação do livro decorreu da falta de dinheiro da Duas Cidades naquele período, agravada ainda mais depois do episódio envolvendo os frades dominicanos com o assassinato de Carlos Marighella. O entrevistado disse que os anos foram passando, Murilo Mendes ficou muito incomodado com a demora no lançamento e chegou a ameaçar a tirar o livro da editora se Benevenuto não providenciasse a publicação, ao que Humberto tem a impressão de que o livreiro-editor recorreu ao engenheiro e professor Milton Vargas (1914-2011), quem era próximo de Santa Cruz e possivelmente financiou a edição de *Convergência*. Outro ponto interessante do relato de Humberto tem a ver com José Armando Ferrara, o convidado a fazer a capa dessa obra por ser seu amigo.

Pelas correspondências presentes no arquivo da editora podemos constatar que a amizade não foi prejudicada pelo atraso na publicação do livro. Ainda em 1975 (ano de falecimento do autor), Murilo Mendes chegou a pedir ajuda de Santa Cruz para distribuir seu livro *Retratos-Relâmpago*, editado pelo Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, órgão que não se responsabilizou pela distribuição do livro e Haroldo de Campos alertou o poeta que a Livraria Duas Cidades poderia ajudá-lo a fazer esse serviço, o que de fato aconteceu.

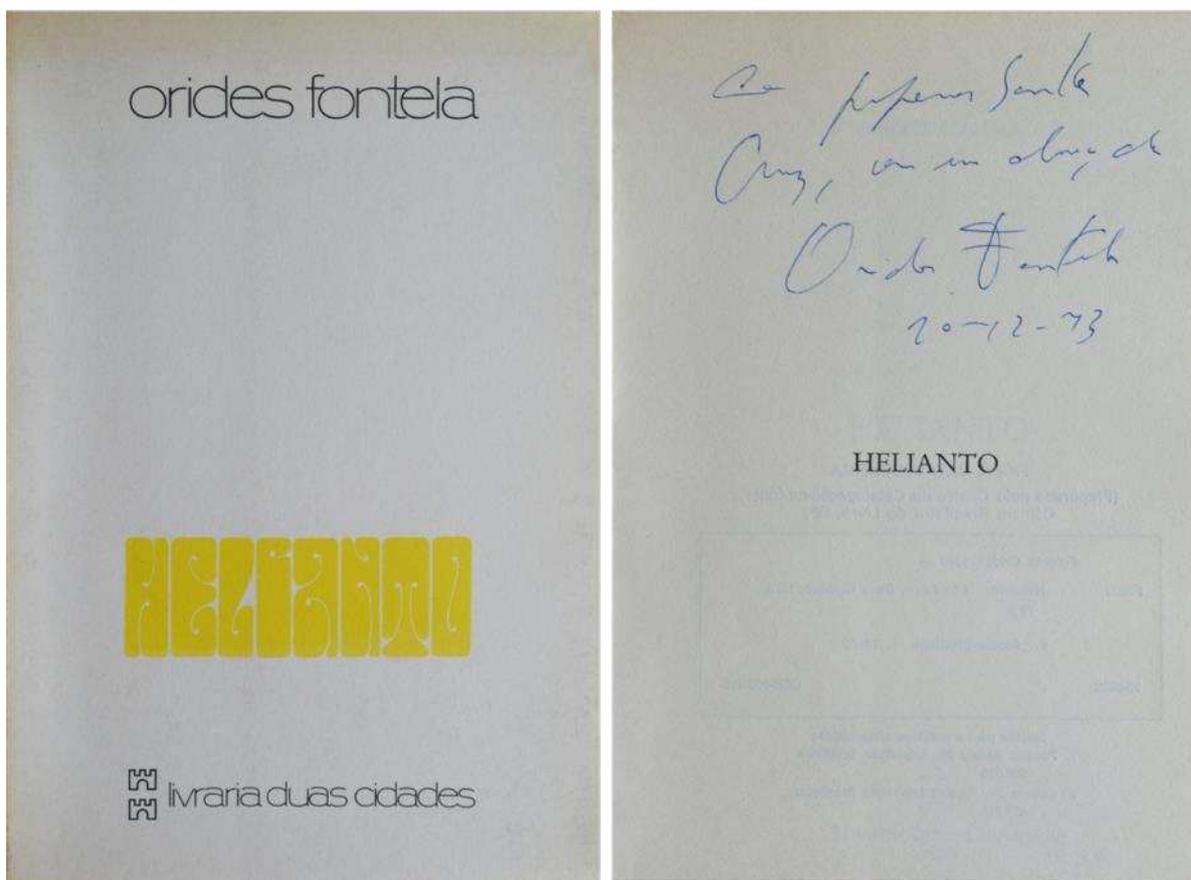
Apesar da riqueza epistolar presente nas pasta de *Convergência* abrigada no acervo da editora, infelizmente não constam as fichas demonstrativas das vendas da obra, cuja tiragem, como dissemos, foi de 16616 exemplares – e o período de venda desse montante poderia nos mostrar quanto tempo levou para esgotar o título de um poeta renomado. Ainda assim, o conjunto das epístolas intercambiadas nos permitiram trafegar nas relações entre autor e editor, nos impasses e intermediações que decorrem da publicação de um livro escrito por um autor já consagrado naquela altura, o qual impunha uma série de exigências para a publicação da obra sem ser questionado pela editora. Essas correspondências também nos permitem averiguar o quanto era estreita a amizade entre o então religioso e o poeta, assim como conseguimos identificar que um dos poetas concretos foram apresentados ao nosso personagem por intermédio de Murilo Mendes, permitindo a divulgação da vanguarda poética pela editora.

Mas falaremos sobre as publicações dos concretos mais adiante, antes gostaríamos de apresentar duas obras poéticas lançadas pela Livraria Duas Cidades em 1973. Uma delas foi

²⁹ Humberto Pereira, entrevista, 25 jul. 2019.

Uma via de ver as coisas, de Dora Ferreira da Silva, com capa de José Márcio Brandão e Edmar José de Almeida, com tiragem de 1090 exemplares. E a outra foram os 1023 exemplares impressos de *Helianto* (ver figura 74), livro da poetisa Orides Fontela (1940-1998) e capa de Rosa Maria Delorenzo. Por meio de alguns testemunhos que colhemos para esta pesquisa conseguimos investigar a proximidade de Orides com a Livraria Duas Cidades, onde ela foi frequentadora assídua e teve dois livros publicados pela editora – *Helianto* e sua poesia completa lançada pela coleção Claro Enigma. Enquanto os relatos de Maria Antonia e Marcia Vinci enunciaram algumas passagens anedóticas das visitas da poetisa na livraria, o depoimento do crítico literário Davi Arrigucci Jr.³⁰ explicitou a vida e obra de Orides Fontela, e sua relação com o livreiro-editor e sua casa, como constatamos no autógrafo (ver figura 74) do livro.

Figura 74. Capa e folha de guarda de *Helianto* (1973), por Orides Fontela



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Davi e a poetisa eram naturais de São João da Boa Vista, interior do estado de São Paulo. Ela era paciente do pai do crítico literário, que era médico pediatra. Os dois eram mesma

³⁰ Davi Arrigucci Jr., entrevista, 16 jun. 2020.

geração e estudaram no mesmo grupo escolar. Para além da aproximação familiar, Orides tinha o hábito de ler suas poesias nas confraternizações do colégio, o que aproximou Davi de “[...] uma menina muito sensível, delicada e ao mesmo tempo muito fora dos hábitos corriqueiros”. Num primeiro momento, a poesia de Orides não chamou tanta atenção do nosso entrevistado, mas em meados dos anos 1960 ele leu o poema dela chamado “Eligir”, publicado no jornal *Município*, de sua cidade natal. A poesia, que dizia respeito à morte de um pássaro, era de altíssima qualidade segundo o crítico literário, provocando sua curiosidade de retomar o contato com Orides. Assim que se encontraram, nosso entrevistado perguntou se ela tinha outros poemas como Eligir e a convidou para ir à casa de seus pais em São João da Boa Vista, ocasião que ela levou uma coleção de poemas, alguns dos quais foram posteriormente publicados no Suplemento Literário do *Estado de S. Paulo*.

Foi a partir desse reencontro que o crítico literário possibilitou a publicação de três poemas de Orides nesse suplemento, na época dirigido por Décio de Almeida Prado, e depois convenceu-a a residir na capital paulista para estudar Filosofia na USP. Já em São Paulo, ela não apenas passou a frequentar a biblioteca pessoal do crítico literário como também começou a visitar a Livraria Duas Cidades por causa dos livros de filosofia que ali eram comercializados e editados. Segundo Davi Arrigucci Jr., Orides teve destaque entre os alunos do curso de Filosofia. As professoras Marilena Chauí, Olgária Matos e outras sabiam da vocação da poetisa para os universos das humanidades e do pensamento filosófico pelas intervenções que ela fazia em sala de aula e pelos trabalhos elaborados para as disciplinas. Orides formou-se em Filosofia, mas continuou poeta ao se aproximar de pessoas como Augusto Massi e Antonio Candido, a quem ela dedicou *Helianto*. Os entevos na Livraria Duas Cidades em razão de seus espasmos emocionais incontidos não impediu que o Professor Santa Cruz e a Maria Antonia a acolhessem, sobretudo a livreira que era muito atenciosa e cuidadosa com Orides, que se tornou autora dessa casa e de outros selos editoriais³¹ especializados em poetas modernos.

A hospitalidade dos responsáveis pela Duas Cidades, os lançamentos ocorridos na livraria e muitos dos autores publicados pela editora estavam dentro de um círculo de convivência com irradiações no tecido sociocultural paulistano. Como nos disse Davi Arrigucci Jr., o empreendimento tornou-se “[...] uma extensão da nossa vida social, ou seja, afetivo-social, ali virou uma casa de amigos [...] que cumpriu um papel relevante na história cultural de São Paulo

³¹ O primeiro livro de Orides Fontela foi *Transposição* (1969), publicado pelo Instituto de Espanhol da USP, onde Davi Arrigucci Jr. trabalhava naquela altura. O segundo foi *Helianto* (1973) e o terceiro *Alba* (1983), que saiu pela Roswitha Kempf Editores; o quarto foi sua poesia reunida em *Trevo* (1969-1988), lançado, em 1988, pela coleção Claro Enigma; e o último foi *Teia* (1996), publicado pela Marco Zero. Depois a Cosac Naify e a Hedra publicaram a poesia completa da poetisa.

e do Brasil”, realçando que o Professor Santa Cruz “[...] era um homem encantador sob muitos aspectos, e que desempenhou uma vida rica [e] fértil” na vida intelectual do país. Assim o crítico literário concluiu seu relato, por meio do qual conseguimos perceber o apoio ostensivo da casa aos amigos mais próximos do círculo uspiano e de outras instituições universitárias.

Nem por isso o livreiro-editor deixou de dar guarida a projetos de vanguarda no cenário intelectual e cultural da metrópole brasileira, abrindo sua livraria e editora para novas correntes literárias. Enquanto os livros de autores conhecidos geralmente são publicados pelas grandes editoras, os pequenos e médios selos editoriais, como a Livraria Duas Cidades, usualmente são responsáveis por irradiar distintas expressões culturais. Um exemplo paradigmático de editor que abrigou autores de vanguarda foi o alemão Kurt Wolff (1887-1963)³², que fundou sua editora em Leipzig e foi responsável por lançar os então desconhecidos Franz Kafka, Heinrich Mann, Karl Kraus e tantos outros escritores do surrealismo e expressionismo europeu. Editores como Wolff e Santa Cruz foram sinônimos de seu trabalho, expressaram a cultura de uma época, e permitiram a criação e divulgação de conhecimento por meio das obras editadas e comercializadas. Guiados pelas vicissitudes de suas gerações e por suas respectivas maneiras de executarem o trabalho livreiro, ambos conceberam e dirigiram um projeto editorial que partia da formação que tinham como leitores, dos conhecimentos previamente adquiridos de literatura mundial, da perícia em distinguir novidades de falsificações, da compreensão ampla do universo científico e cultural, e da habilidade que tinham em estabelecer relações com distintos atores sociais, agentes livreiros, críticos, editores e leitores.

Um dos hábitos assumidos por Kurt Wolff desde a adolescência era a visita diária às livrarias de Bonn, sua cidade natal, e em outras livrarias dos lugares onde viajou, estudou ou trabalhou. Para o editor alemão³³, os amantes do livro e da edição exaltavam a livraria como uma casa onde se podia adquirir cultura geral, ponderando que o ofício de editor dependia tanto das livrarias como do conhecimento de alguns idiomas e de literatura universal, o que em sua opinião eram habilidades mais relevantes que títulos universitários. Além dessas características, a definição do projeto editorial a ser executado era outro elemento fundamental para o editor, cujo êxito era desenvolvido pelo tempo de trabalho, pela exaltação criadora, pela intuição e pelo gosto literário e cultural desse profissional, o que envolve o gosto de se envolver na construção da materialidade do livro.

No julgamento de Wolff, o editor publica obras “[...] que achamos que o público *deve* ler ou livros que o público *quer* ler. [...] Para uma atividade editorial [deste] tipo não são

³² WOLFF, Kurt. *Memórias de um editor*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. (Coleção Das Andere)

³³ *Ibid.*, p. 13-14.

necessários nem entusiasmo nem o gosto. Publica-se a mercadoria segundo a demanda”³⁴. Por outro lado, ele se inseria entre os editores que executavam o ofício de maneira criativa, com o fito de oferecer ao leitor obras originais e potencialmente capazes de alargar as fronteiras da literatura e do conhecimento, livros que permaneceriam no tempo e no espaço a despeito das dificuldades de atingir grande público leitor. Essa maneira de conceber e executar o trabalho editorial estão alinhadas à trajetória de Santa Cruz como editor, que esteve, assim como Wolff, aberto às novas gerações de autores sobretudo de não ficção, embora tenha aberto as portas de sua empresa para poetas e estudiosos da música e da literatura, permitindo que textos científicos e líricos pudessem expandir o horizonte cultural da capital e do país.

Tanto Wolff³⁵ como Santa Cruz contaram com âmbito do afeto e da amizade durante suas respectivas jornadas. Publicaram livros de alguns amigos por suas editoras, autores que indicavam novos autores, estabelecendo as pontes para que mais pessoas pudessem ser conhecidas por suas obras editadas em casas que respeitavam à liberdade de criação dos autores. Foi assim que a cepa paulistana da poesia concreta encontrou abrigo na Livraria Duas Cidades (ver figura 75), que em 1975 lançou 3000 exemplares de *Teoria da Poesia Concreta*, de Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos. Depois anos depois publicaram *Poesia Pois é Poesia* (1977), de Décio Pignatari, com tiragem de 2030 exemplares, e em 1979 lançaram *Viva Vaia – Poesia 1949-1979*, de Augusto de Campos e 1934 exemplares impressos.

Figura 75. Décio Pignatari e os irmãos Campos na Livraria Duas Cidades (1975-1979)



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

³⁴ Ibid., p. 15. Grifos do autor.

³⁵ Ibid., p. 24.

Enquanto o primeiro teve sua capa criada, em 1965 (ano da primeira edição do livro), por Décio Pignatari com arte-final de Roberto Esteves Lopes, os dois últimos (atualmente publicados pela Ateliê Editorial) tiveram projeto gráfico desenvolvido por Julio Plaza, sendo que a capa do livro de Augusto de Campos foi elaborada pelo próprio autor. As baixas tiragens dessas obras sinalizam o alcance de um público leitor restrito e ao mesmo tempo curioso e interessado pela forma, imagem e iconoclastia dos concretistas. Aliás, essas são características fundantes dessa corrente literária que provocou a literatura e a estrutura material dos livros comumente publicados pela Duas Cidades pela disposição da poesia nas páginas, pelo formato dos caracteres utilizados ou até mesmo pelas tiras e imagens coladas em muitas de suas páginas. A obra de Augusto de Campos acompanha um vinil de Caetano Veloso colocado entre a última página e a contracapa, um disco do tropicalista a cantar poesias do concretista.

Essas obras continuam a ser reeditadas justamente por sua potência criativa. O fato de os três livros terem sido publicados, distribuídos e comercializados pela casa do Professor Santa Cruz são a demonstração cabal de que a linha editorial conduzida por nosso personagem continha obras de vanguarda literária, de poetas e poetisas de todas as tendências e idades, da mesma forma que teve o condão de publicar música popular brasileira e música erudita. A partir de seus empreendimentos culturais, Santa Cruz, Kurt Wolff, Roswitha Hellbrugge, Massao Ohno, Jacó Guinsburg e outros arruaram e abriram alas para projetos de amigos, parceiros e autores de suas casas vincadas em São Paulo e em outros rincões do mundo.

Augusto Massi, um cliente que virou parceiro e amigo

Augusto Massi simboliza a terceira geração de amigos da Livraria Duas Cidades. Mesmo antes da fundação da casa, padre Lebret foi um dos grandes entusiastas desse empreendimento e apoiou diversas iniciativas do então Frei Benevenuto no mundo dos livros. O frade criou a casa à luz do movimento Economia e Humanismo, aos poucos estabeleceu uma linha editorial e um programa de importações de revistas e obras que ecoavam a verve progressista da Igreja Católica dos anos 1950 e 1960. Um pouco antes de aposentar a batina começou a contar com o apoio de seu amigo-irmão Antonio Candido, quem auxiliou o livreiro-editor na transição de edições divinas para seculares, particularmente universitárias, ao levar algumas de suas obras para o selo, preparando coleções, indicando seus orientandos para serem publicados, comprando os livros importados pela livraria e apoiando o Professor Santa Cruz nas crises agudas vivenciadas pela empresa. Houve uma ética da solidariedade, da ação, da amizade e do afeto gestada no tempo de Lebret, passando pelo período de Candido e desembocando em Massi, três personagens que simbolizam o espírito ecumênico e geracional presente na casa.

Jornalista, poeta, editor e professor de Literatura Brasileira da USP, Augusto³⁶ nasceu na cidade de São Paulo em 1959, mas durante a infância morou em Paranavaí, interior do estado do Paraná. Seu avô, Remo Massi, foi um pobre imigrante italiano que deixou a pátria para tentar ganhar a vida no Brasil. Primeiro passou pelo interior do estado de São Paulo até chegar em Paranavaí, onde se enriqueceu cultivando café. José Holando Massi era o pai de Augusto e filho caçula de Remo, o único dos filhos que teve acesso à universidade ao estudar Direito, porém faleceu em um acidente de avião enquanto viajava para tratar dos negócios da família, deixando a esposa e o filho com apenas dois anos de idade. Passados alguns anos, a mãe de Augusto se casou com outra pessoa e por esse motivo ele se mudou para São Paulo, onde cresceu estudando em colégios progressistas e depois ingressou no curso de Direito do Largo de São Francisco por insistência de sua mãe e do padrasto, embora seu desejo pessoal e profissional fosse estudar e trabalhar com literatura.

A mãe de Augusto deixou o curso de Filosofia para se casar com seu pai. E este era um grande admirador e leitor de literatura e poesia, de modo que seus pais tinham contato com livros, eram leitores e formaram uma boa biblioteca. O fato de ele ter sido criado por uma família que tinha apreço pela leitura não impediu que a mãe e o padrasto o convencesse em ingressar no curso de Direito. Mas o instinto de Massi falou mais alto, e ele simplesmente largou

³⁶ Augusto Massi, entrevista, 26 jul. 2019.

a carreira jurídica, ingressou em Jornalismo na PUC-SP e chegou a cumprir algumas disciplinas de Letras na USP, mas não concluiu o curso. Assim que se tornou jornalista diplomado, Massi finalmente começou a exercer o que desejava ao entrar na Pós-graduação de Letras desta universidade e ao mesmo tempo trabalhar na *Folha de S. Paulo*. No meio do caminho entre o Direito e as Letras havia a Livraria Duas Cidades. Enquanto estudava no Largo de São Francisco, Augusto adquiriu o hábito de flunar pelo centro da cidade à procura de livrarias e sebos que pudessem alimentar seu conhecimento e suas curiosidade literárias.

Foi por volta de finais dos anos 1970 que ele topou com o estabelecimento do Professor Santa Cruz. Como a degradação dessa região ainda não era um fato consumado em finais dos anos 1960, as livrarias importadoras do centro pretendiam atender um público universitário situado naquele enclave urbano, sobretudo os estudantes da Maria Antônia. Nas palavras de Massi, “[...] você percebia que havia uma topografia sentimental e intelectual da cidade, que tinha sobrevivido, mas que [perdeu a] força [com a mudança da USP] para a cidade universitária”. Apesar disso, ele considerou que os clientes residentes nos bairros próximos do centro de São Paulo ainda iam à livraria. Uma parte de sua formação ocorreu em razão dos livros que ele comprava Duas Cidades, e a partir da relação de cliente ele aproximou-se do nosso personagem, da Maria Antonia e das pessoas que frequentavam o estabelecimento, muitos dos quais eram professores universitários. Antonio Candido, Marilena Chauí, Celso Lafer, Davi Arrigucci Jr., Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão era alguns dos que iam recorrentemente à casa. “Você batia o olho e rapidamente identificava um Boris Schnaiderman, ou poetas jovens, [como] Nelson Ascher e Regis Bonvicino”.

Tratava-se de um público variado. Era comum encontrar jornalistas, jovens intelectuais, professores, poetas e outras pessoas pesquisando, encomendando ou comprando livros. Parte considerável das obras importadas pelo livreiro partia da demanda realizada pela clientela. Após alguns meses, o proprietário da casa telefonava para os leitores informando que os livros da França, Espanha ou Itália tinham chegado e que eles iriam abrir as caixas com a mercadoria em determinado dia. Os clientes próximos, como Augusto, acompanhavam a abertura dessas caixas abarrotada de títulos estrangeiros encomendados pelos leitores e por Santa Cruz, responsável por selecionar obras que poderiam interessar a clientela. O público que acompanhava a abertura das caixas abarrotada de livros proporcionava uma atmosfera de sociabilidade gerada por conversas em pequenas rodas sobre as obras importadas recém-adquiridas.

O ambiente da livraria era convidativo para esse *ethos* gerado em torno do livro. A disposição de parte do mobiliário e dos títulos da livraria era remodelado semanalmente, havia “[...] mudança de vitrine, os móveis tinham rodinhas e às vezes eram deslocados, bancadas com

livros de promoção [...]. Era uma livraria que tinha um desenho, ela não era grande como essas grandes livrarias que a gente vê hoje, mas ela tinha um espaço médio [...] e essa coisa móvel, que sempre estavam mexendo e reorganizando”. Assim que chegavam as caixas com os títulos estrangeiros, Maria Antonia e as funcionárias distribuía alguns livros nas prateleiras, sendo que outros ficavam separados com um elástico indicando qual cliente tinha feito a encomenda. Em certas ocasiões era possível constatar os pedidos de Antonio Candido, Celso Lafer, Marilena Chauí, assim como as compras feitas pela nova geração, a exemplo de José Miguel Winisk, João Luiz Lafeté, Roberto Schwarz e Davi Arrigucci. Tanto uns quanto outros utilizavam os livros adquiridos em seus cursos de graduação e pós-graduação, muitos dos quais eram obras adquiridas pelas pessoas em primeira mão. Pouco a pouco, Massi foi criando uma percepção mística da livraria não apenas porque ele gostava de literatura, poesia e crítica literária, mas também porque estava consciente de frequentar um espaço simbólico, onde o livreiro-editor e os clientes da casa faziam parte de um grupo de pessoas que ele admirava.

Augusto ingressou na Pós-graduação de Literatura Espanhola da USP por ter uma admiração profunda pela poesia de João Cabral e Murilo Mendes, os quais tiveram vínculos profundos com a pátria de Cervantes. Ao tomar conhecimento que o Professor Santa Cruz foi amigo desses poetas, ele aproximou-se ainda mais do diretor da Duas Cidades, onde encomendava obras sobre o barroco, a exemplo dos livros do poeta Luis de Góngora y Argote (1521-1627), e ao mesmo tempo convivia com o livreiro-editor que lhe contava histórias da sua amizade com os poetas pernambucano e mineiro.

Ao comprar os livros da livraria, Massi foi formando sua biblioteca abastecida de literatura e crítica literária brasileira, e de livros de provenientes de pequenas editoras espanholas situadas fora das grandes cidades, onde era difícil a importação, mas a experiência de Santa Cruz no mundo do livro possibilitava a importação de títulos produzidos por selos inusitados e longevos. Às vezes as obras demoravam seis meses para chegar no porto de Santos, em algumas ocasiões levava meses para a mercadoria ser liberada, o que hoje é impensável com as empresas que promovem o comércio transnacional por meio da internet.

Outro fator importante era o envolvimento proporcionado pelo proprietário da casa com os clientes assíduos. Era recorrente ver Santa Cruz entregar o catálogo de algumas editoras estrangeiras nas mãos desses amigos mais próximos a fim de que sugerissem alguns livros para a livraria importar. “[...] Ele comprava livros franceses, mas de outros lugares, às vezes comprava alguns autores que a livraria francesa tradicionalmente não compraria, [justamente] por sua descoberta de pequenas editoras francesas, italianas [...]”. Isso permitiu que os amigos e clientes pudessem conviver e compartilhar interesses comuns naquele espaço. A forma como

o livreiro-editor permitia que alguns clientes se envolvessem na dinâmica da livraria fez com que Augusto desenvolvesse um gosto pela obra “[...] bem-acabada, [provenientes] de editoras alternativas, [ao mesmo tempo que era possível] ver a paixão dele pelo livro”. Segundo Massi, a materialidade do livro era algo que despertava a curiosidade do nosso personagem, que também apreciava e importava várias coleções estrangeiras. “[...] Isso foi um encantamento, então foi o primeiro encantamento que eu passei a dividir com ele essa alegria de abrir caixas e selecionar os livros. Tudo [era] feito informal, não tinha vínculo profissional”. E assim constatamos o momento em que o cliente se tornou um parceiro da livraria.

Entre 1984 e 1992, Massi cursou um ano do mestrado na Espanha ao mesmo tempo que era correspondente da *Folha de S. Paulo*. Durante sua estada nesse país, ele trocou correspondências³⁷ com o Professor Santa Cruz sobre editores, editoras, feira do livro de Madrid, autores e poetas, sendo que algumas eram pedidos do livreiro-editor para Augusto contatar uma editora, demandas que eram prontamente atendidas. Essas epístolas também envolviam o gosto que tinham de trocar impressões sobre literatura e materialidade do livro.

Tanto antes quando depois da residência no estrangeiro, o nosso entrevistado aproveitava seu espaço na *Folha* para divulgar os livros importados ou publicados pela Livraria Duas Cidades, procurando ampliar o alcance de uma casa que já não possuía o prestígio dos novos estabelecimentos livreiros dos anos 1980. Em suas palavras, “[...] eu procurava dar destaque quando eu podia, acho que esse foi um reforço, como seu desse um retorno para ele dá importância que ele tinha, e que ele já estava começando a enfrentar dificuldades financeiras por estar no centro, então eu sempre que podia ajudava [...]”. Alguns meses após o retorno da Espanha, Massi deixou de colaborar com o jornal para trabalhar na editora da Unicamp por apenas seis meses, argumentando que o selo estava completamente desestruturado, “[...] sem atividade, salas paradas [...]”, além de outros obstáculos que lhe dissuadiram da ideia de continuar desenvolvendo a atividade nessa editora universitária. Apesar disso, a energia e a aprendizagem acumulada na tentativa de reerguer esse espaço lhe incutiu a vontade de desenvolver um projeto editorial de cunho cultural, o que acabou por se realizado em finais dos anos 1980 com o apoio do Professor Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.

Sobre isso falaremos um pouco mais adiante. Por ora nos interessa realçar que a riqueza de detalhes do depoimento de Augusto permitimo-nos adentrar nas esferas dos afetos gerados por um cliente que virou parceiro e amigo do livreiro-editor, da Maria Antonia e do estabelecimento cultural que frequentou durante aproximadamente duas décadas. Baseando-

³⁷ Esse conjunto de cartas pertencem ao arquivo pessoal de Augusto Massi. Não tivemos acesso às cartas, mas estas foram mencionadas no decorrer do depoimento que ele nos concedeu.

nos em seu relato, nos damos conta de que a livraria exercia um engajamento de cunho social no centro de São Paulo ao ajudar as pessoas necessitadas que viviam nas ruas dessa região. Ajudavam recolhendo roupas para serem doadas, dando dinheiro ou comida quando podiam, ou até mesmo participando da associação *Viva o Centro*, fundada em 1991 e cuja atividade abarcava a publicação de uma revista e promovia ações em apoio à recuperação do coração da metrópole. Mediante essas informações podemos afirmar que a formação humanística, política, solidária e mediadora de Santa Cruz permaneceu consigo e com sua empresa, incluindo os anos em que ela foi de propriedade da Maria Antonia.

Mas o proprietário da casa desenvolvia uma atividade em múltiplas frentes. Para Massi, “[...] [o professor] sempre soube abrir espaço para as pessoas atuarem, eu diria que muita gente atuou dentro da livraria não concordando supostamente com tudo, nem ele concordando com todos, mas [havia] um ponto de contato [por ele] ser [hábil] interlocutor”. Um pouco mais adiante, Augusto disse ter herdado “[...] um pouco [dessa] essa habilidade, modernizando um pouco mais [...]”, expondo que o trabalho que concebeu e coordenou nas coleções *Claro Enigma* e *Espírito Crítico*, assim como a direção da *CosacNaify* por dez anos partiu da experiência que ele começou a desenvolver na parceria com o nosso personagem.

A relação entre eles adentrou na esfera dos projetos editoriais quando colocaram em prática algumas publicações num determinado contexto histórico e sociocultural, particularmente entre os anos 1980 e 1990. Ainda que Massi tenha sua trajetória estabelecida pela docência universitária na USP e tenha se tornado doutor em Literatura Brasileira sob a orientação de Alfredo Bosi, seu grau de especialização ocorreu paralelamente ao trabalho como editor. Tanto ele como Santa Cruz foram intelectuais mediadores que elaboraram programas editoriais de impacto cultural, os quais atingiam setores acadêmicos, intelectuais e pessoas que simplesmente gostavam de poesia e literatura.

Analisar esses intelectuais mediadores sob o ponto de vista geracional nos permite investigar como ocorrem os “[...] processos de ‘transmissão ou transferência cultural’”. Um primeiro aspecto a merecer destaque é o fato de esta mediação cultural se faz também no inteiro desse ‘pequeno mundo’, isto é, entre os próprios intelectuais (vivos ou mortos)”³⁸. Nesse sentido, livreiros-editores, editores e pessoas que exerciam outros ofícios são considerados intelectuais mediadores quando possibilitam a divulgação de projetos políticos, culturais e sociais. Massi e Santa Cruz são intelectuais mediadores por terem publicado obras provenientes de intelectuais, poetas e demais escritores/as do universo cultural. Mas a rede que os atava

³⁸ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos., *op. cit.*, 2016, p. 27.

envolvia o padre Lebret e Antonio Candido, e assim identificamos os legados e heranças absorvidos, redimensionados ou até mesmo transformados no decorrer dos anos em que esses personagens de distintas gerações se conheceram, desenvolveram uma série de atividades e foram influenciados uns pelos outros, de modo a intervirem na cena urbana, social, política e cultural da capital paulista, mas com irradiações pelo território nacional.

Figura 76. Massi, Candido e Betito lançando a Espírito Crítico na Livraria Duas Cidades



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

É evidente que o padre Lebret era próximo do então Frei Benevenuto. Mas Antonio Candido veio a conhecer os dois últimos por causa do movimento Economia e Humanismo, ao ponto de o crítico literário e sua família terem se tornado amigo íntimo de Santa Cruz. E foi por meio da Duas Cidades que Augusto Massi conheceu os dois últimos e outros professores e intelectuais que frequentavam a casa do livreiro-editor, quem foi a primeira pessoa a lhe dar oportunidade de executar seu projeto editorial. Desde o princípio desta tese temos procurado alinhar como nosso personagem foi um mediador cultural³⁹, sobretudo por meio de suas mais variadas ações no meio livreiro e editorial, uma das quais era possibilitar que ao menos três gerações pudessem se comunicar por meio de um empreendimento cultural, e nesse espaço construir suas identidades profissionais por terem seus caminhos entrecruzados. A teoria lebretiana influenciou Santa Cruz e Antonio Candido, ao passo que a livraria editora do

³⁹ Ibid., p. 28-33.

primeiro e as obras do segundo influenciaram o trabalho e o pensamento de Augusto, que envolvia outras pessoas nas atividades editoriais (ver figura 76) sob sua coordenação.

Nessa linha de considerações, notamos que Massi e Santa Cruz desenvolveram suas trajetórias abrindo pontes, meios de passagens, arruando vias para que outros pudessem fazer ainda mais pontes. Eles não executaram seus trabalhos no universo cultural sozinhos, nem procuraram recolher os louros de suas ações somente para si, possibilitando que outros frutos pudessem nascer no arado que traçavam. Tanto um quanto outro exerceram (o primeiro ainda exerce) uma intermediação em torno do livro e da edição, que eram suas canais de transmissão de bens culturais, muitas vezes inovando nas práticas do ofício e na difusão de novas tendências estéticas, literárias, poéticas e universitárias, e paralelamente relacionavam-se com pessoas de diferentes estratos político, sociais e culturais. Eles permitiram a irradiação de novas ideias e pensamentos por meio dos planos editoriais e do comércio de livros, provocando novas maneiras de pensar e agir lançando poesia, pesquisa universitária na área das humanidades e novos autores. E realizavam esse tipo de trabalho porque estavam conectados com outros grupos de intelectuais que lhes permitiram trocar experiências culturais que desaguavam na produção de livros relacionados com o ambiente político e sociocultural do país, como foram muitas das edições da *Duas Cidades*, a exemplo dos poetas concretos e dos poetas publicados pela coleção *Claro Enigma*, que segundo Massi foi uma tentativa de dialogar a tradição com a vanguarda.

Maria Antonia⁴⁰ nos confidenciou que Augusto conversou com Santa Cruz sobre a publicação dessa coleção de poetas brasileiros com a chancela da Livraria Duas Cidades após ter recebido a recusa de outras editoras. Mas como “[...] o Bené sempre foi admirador, sempre lia muita poesia [...]”, abriu as portas das casa sem fazer quaisquer objeções. Como veremos no próximo subcapítulo, a produção dessa coleção ocorreu no mezanino da livraria editora e foi uma oportunidade para a empresa voltar a ter evidência no cenário cultural paulistano. Sobre o Augusto, a livreira disse que “[...] ele foi muito especial, durante todo o tempo que ele teve contato com a Duas Cidades. Ele financiou essa coleção [...], [assim como foi responsável pela *Espírito Crítico*], que se a [editora] 34 não tivesse aceito, acho que a livraria teria morrido ali”. Para ela, a presença de Massi “foi primordial, foi marcante, tanto que [ele] até tentou me abrir os olhos bem antes do fechamento da livraria, que já devia ter sido fechada [...] em outra época”.

Maria Antonia encerrou a Livraria Duas Cidades quando todas as demissões foram realizadas conforme os longevos funcionários da casa desejavam. E o amigo da casa a ajudou na comunicação sobre o fim da cinquentenária livraria e editora quando sugeriu aos jornais *O*

⁴⁰ Maria Antonia, entrevista, 14 set. 2016.

Estado de S. Paulo e *Folha de S. Paulo* para divulgarem o bota-fora da livraria. Assim comprovamos que Augusto Massi traçou um percurso como cliente, parceiro e amigo da casa do nosso personagem, que em sua opinião⁴¹ era uma relação verdadeira, profunda e discreta para ambas as partes. Assim também eram os laços de amizade do livreiro-editor com Antonio Candido, nenhum deles utilizava o ofício do outro para tirar vantagens supérfluas, aliavam-se a partir de uma amizade familiar e depois aproveitavam seus ofícios para formularem projetos editoriais em parceria. Não havia uma amizade baseada em interesses diretos e imediatos.

Na percepção de Massi, o fato de o crítico literário participar de muitos lançamentos que ocorriam na livraria era uma forma de transferir seu prestígio, “[...] mostrar o carinho e afeto que ele tinha pelo Professor Santa Cruz”. Aos poucos Augusto foi notando que a amizade do crítico com o livreiro-editor era algo constante e mediado pelos trabalhos que faziam juntos, tanto que nosso personagem foi o primeiro a publicar um livro em homenagem a Candido, e este indicou seus orientandos para serem publicados pela editora do amigo. Mas foi apenas no enterro de José Petronilo que ele captou a dimensão da amizade: “[...] aí eu me surpreendi, eu não sabia a profundidade de tudo, mas quando ele foi enterrado no túmulo da família do professor Antonio Candido, [...], achei um gesto em um grau que eu não podia imaginar [...]”. Essa relação tornou-se paradigmática para Massi, que se deu conta da possibilidade de haver uma zona de afeto até mesmo quando projetos editoriais estão em jogo, porque ambos sabiam acolher outras pessoas interessadas em divulgar obras universitárias ou literárias.

Augusto nos disse que Santa Cruz jamais empurrava uma obra para um cliente. O ambiente da casa permitia essa paixão em torno do livro que abre caminhos e pensamentos, o que envolvia a sonoridade da música a tocar no rádio sintonizado na estação Cultura. “[...] A livraria, quando você entrava, você tinha essa sensação de um lugar, que na balburdia do centro, era um lugar que conseguia ter esse diálogo, porque era muito bem-organizada espacialmente, de visualidade, [com móveis] feitos especialmente para aquele lugar”. A boa circulação no espaço era possível graças à disposição dos móveis, da organização da vitrine em torno de temáticas, como se fosse “[...] sugestão de leitura ou a bibliografia de um curso. Porque normalmente você põe os lançamentos na vitrine, mas eles eram capazes de combinar coisas. Vamos dizer, novas e antigas, para formar o leitor”. Para o entrevistado, ali era o projeto cultural de Santa Cruz, local que atraía pessoas interessadas nas obras importadas ou editadas pela casa.

Essa atmosfera era sutil, delicada e reunia pessoas de diferentes idades. O estabelecimento servia café, suco e chá para os frequentadores, muitos se sentavam em algumas das poltronas

⁴¹ Augusto Massi, entrevista, 26 jul. 2019.

dispersas pela livraria e ficavam conversando, e assim ofereciam um atendimento sofisticado na “[...] atenção ao cliente, de saber tratar bem a pessoa, de saber indicar os livros, isso me impressionava muito. A luminosidade não era forte nem fraca, [...] você conseguia ver bem os livros, tinham os quadros colocados nas paredes, retratos”. Por mais que a livraria tenha passado por muitas fases desde sua fundação, era perceptível que o Professor Santa Cruz e a Maria Antonia procuraram acompanhar algumas das mudanças ocorridas no mercado livreiro e editorial, mas sem perderem a identidade do espaço construído ao longo de décadas.

Segundo Massi, o livreiro-editor abasteceu três gerações de universitários e intelectuais pelos livros que editou, e especialmente por ter criado um sistema de importação inteligente. O livreiro tinha o hábito de encomendar suas descobertas de filósofos, sociólogos, poetas e demais obras que para ele fossem relevantes de estarem disponíveis para clientes da livraria. O diretor da firma procurava se atualizar com os catálogos das editoras estrangeiras e com os periódicos relacionados à edição de livros. Como Santa Cruz era leitor inveterado e grande conhecedor de poesia e de poetas, Augusto tentou realizar com o livreiro-editor a publicação de um ensaio de João Cabral sobre o pintor espanhol Joan Miró (1893-1983). Por isso supomos que Augusto era o representante da Duas Cidades que se dirigiu à Nova Fronteira para tratar das publicações dos poetas, tendo em vista que essa era a editora que possuía os direitos autorais desses autores. Eles almejavam lançar uma obra que fosse uma “[...] materialidade pictórica, poesia e pintura, um livro artesanal. O João Cabral sabia da nossa vontade, concordava com isso, e liberou”, mas o livro somente veio a ser publicado, em 2018, pela editora carioca Verso Brasil.

Tentaram promover outras publicações antes do falecimento de José Petronilo. Algumas deram certo, outras pararam no meio do caminho. Mas a coleção de poesia contemporânea deu muito certo, ao ponto de Massi afirmar que “[...] cinquenta por cento do legado eu devo ao Professor Santa Cruz, foi ele que me abriu a porta, foi ele que me deixou trabalhar com a Claro Enigma lá dentro, ele que não me cobrou nada, abriu o espaço e [pude] aprender muita coisa”. Augusto tinha apenas 29 anos em 1988, quando lançou a coleção. Talvez seja por isso que tenha ajudado a firma não apenas financeiramente, mas também transferindo parte do prestígio adquirido com a Claro Enigma e a Espírito Crítico ao divulgar o trabalho do estabelecimento nos grandes jornais. Essa retribuição afetuosa era uma forma de demonstrar o quanto ele aprendeu com Antonio Candido e Santa Cruz, da forma como tratavam as pessoas e realizavam trabalhos em que o foco material estava nos últimos degraus de interesse. Augusto conquistou o apoio e a confiança desses personagens, o que lhe possibilitou realizar outros trabalhos exitosos. Mas tudo começou com o cliente que se tornou parceiro e amigo da Duas Cidades, quem colocou a casa novamente em evidência no panorama cultural brasileiro.

A coleção Claro Enigma e a editora de volta à vitrine

O jovem Augusto Massi tinha um projeto na cabeça e a Livraria Duas Cidades para executar a coleção Claro Enigma. Estruturada para reinserir a poesia contemporânea brasileira no plano cultural do país, o estudante do mestrado de Letras da USP formulou essa coleção que também era uma homenagem a seu falecido pai e a Carlos Drummond de Andrade, autor da obra chamada *Claro Enigma* (1951), publicada originalmente pela José Olympio. O pai de Massi admirava esse livro tanto quanto o filho, talvez pelo fato de os 41 poemas contidos nesse título procurarem representar as dores vivenciadas pela humanidade na primeira metade do século passado. É partindo dessa admiração que nos propomos a avaliar as características elementares da coleção concebida por Augusto, procurando compreender em que medida essa publicação colocou o empreendimento do Professor Santa Cruz de volta à vitrine dos grandes jornais, e do meio intelectual e cultural paulistano e brasileiro.

Seu projeto editorial somente foi possível graças à herança recebida de seu avô paterno. Quando soube que iria receber parte do patrimônio do cafeicultor, Augusto⁴² estava convicto de que utilizaria boa parte do montante para concretizar seu desejo de fazer uma coleção de poesia, a qual seria uma oportunidade para ele prosseguir o trabalho editorial iniciado na UNICAMP. Massi a planejou no decorrer de um ano, escolhendo os poetas que seriam selecionados e a editora mais adequada para executar seu projeto. Inicialmente procurou estabelecer uma parceira com a Brasiliense (uma das editoras com maior prestígio e atividade nos anos 1980), conversou com o editor Caio Graco sobre assunto, argumentou que bancava todo o processo editorial, os direitos autorais, as impressões e que somente precisava do selo para executar sua intervenção literária. Ainda que o proprietário da Brasiliense tenha gostado da proposta, ele a recusou por se tratar do gênero poético.

Augusto se deu conta de ter batido na porta errada. Logo em seguida percebeu que a pessoa mais adequada para compreender seu programa editorial era o Professor Santa Cruz: “[...] aí eu fui procurá-lo, e de cara ele falou, ‘você pode fazer com a maior tranquilidade, te empresto o selo, você não tem que fazer notas, não tem que...’”. Massi o garantiu que utilizaria o nome da Duas Cidades nos livros, assim como iria bancar as despesas decorrentes da realização da coleção e faria o lançamento das obras na livraria. Por mais que nosso entrevistado tenha desempenhado diversas atividades no meio editorial, ainda hoje ele guarda uma saudosa lembrança dessa parceria ao lembrar que nunca assinou um contrato com o estabelecimento,

⁴² Augusto Massi, entrevista, 26 jul. 2019.

jamais tiveram uma discussão e todo o processo ocorreu em absoluta confiança, de modo que essa experiência foi crucial na sua formação como editor.

Como Santa Cruz tinha se envolvido no imbróglio do aluguel com a Ordem Dominicana, ele poderia dizer a Augusto que estava endividado e precisava de dinheiro, porém esse assunto nunca foi objeto de conversa entre eles. Pelo contrário, o dono do estabelecimento colocou o mezanino da loja à disposição de Massi: “[...] e também não me cobrou nada, tirou umas coisas que tinham lá; eu usava aquela sala, recebia as pessoas, fazia reunião lá, e aí eu vesti a camisa, estou trabalhando com eles, sou um funcionário da Duas Cidades [...]”. Assim ele começou a programar a produção editorial da coleção, o livreiro-editor permitiu que as duas funcionárias da editora (também revisoras) o auxiliassem no trabalho, e Augusto convidou Gisela Creni⁴³ para participar da equipe que executaria a coleção.

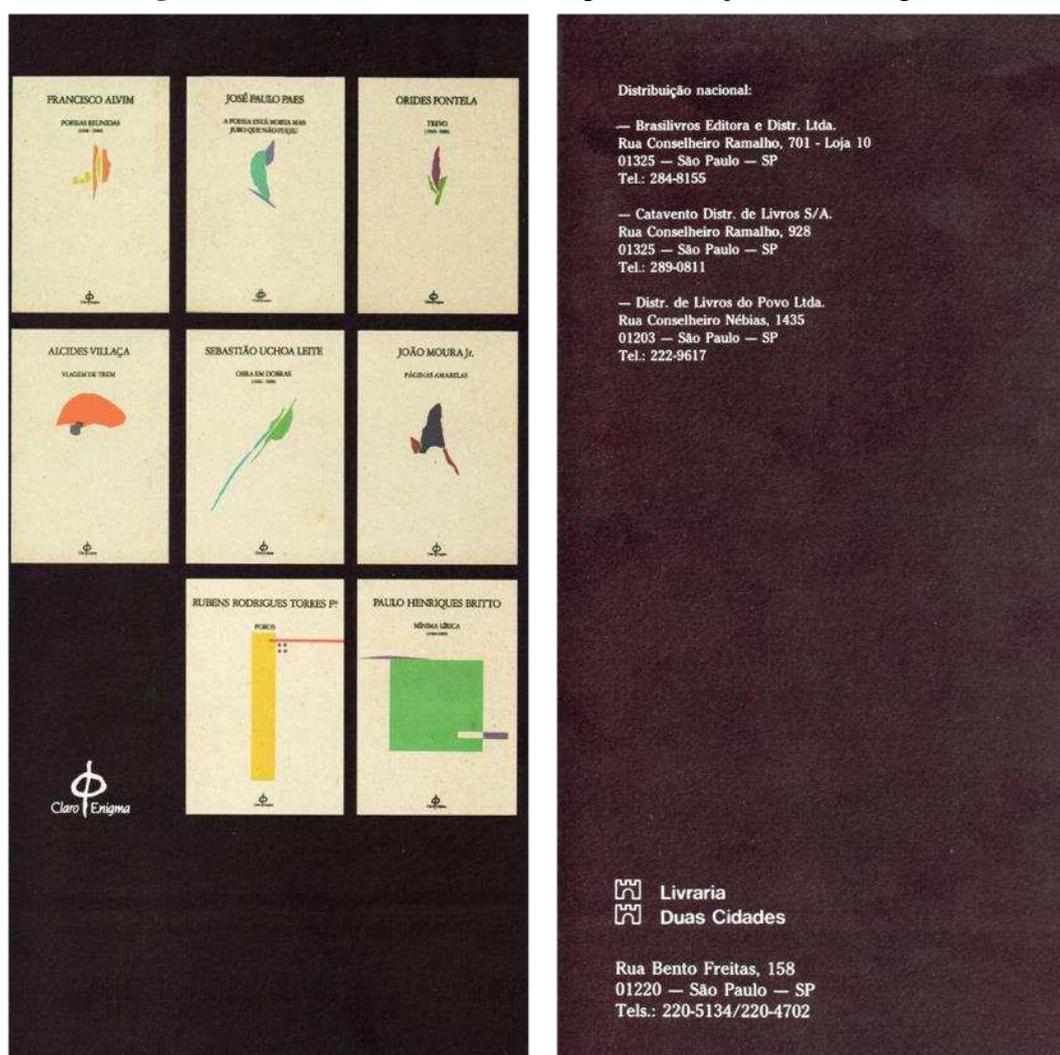
Um pouco antes de iniciar o trabalho, Massi hesitou em executar um projeto com aquelas características num país onde a economia vivia de sobressaltos. Mas como tinha dinheiro disponível naquele momento, ele decidiu lançar a coleção com seis livros publicados, assim causaria impacto com a divulgação da coleção, e se a repercussão fosse ruim ao menos seis títulos estariam publicados. Tendo esse aspecto no horizonte, Augusto estruturou as publicações dos poetas sempre em duplas – um livro seria lançado com poesias inéditas e outro seria o conjunto da produção poética. E assim o fez em dezembro de 1988, quando publicou 1500 exemplares de cada um dos seis títulos publicados. A primeira leva de três pares foi composta, de um lado, pelo poeta paulista José Paulo Paes (1926-1998), com o livro inédito *A poesia está morta mas juro que não fui eu*, e pelo poeta mineiro Francisco Alvim (1938-), que teve editada sua *Poesia Reunida (1968-1988)*; de outro lado, a dupla de paulistas vinha representada pelo conjunto poético de Orides Fontela (1940-1988) com *Trevo (1969-1988)*, e a poesia inédita de Alcides Villaça (1945-) em *Viagem de Trem*; e o terceiro par foi a reunião da lírica do pernambucano Sebastião Uchoa Leite (1935-2003) com *Obras em Dobras (1960-1988)* e os poemas inéditos do carioca João Moura Jr. (1950-) em *Páginas Amarelas*.

O criador da Claro Engima aproveitou sua curiosidade para preparar as várias etapas e características de seu plano editorial realizado em parceria com a Livraria Duas Cidades. Uma dessas etapas foi definir qual seria o logograma a identificar a coleção, o que o levou a utilizar seu livro de pictogramas comprado na Espanha e selecionar o desenho a remeter ao título do projeto. Este símbolo rupestre foi utilizado na capa de todos os livros e no catálogo (ver figura

⁴³ Paulistana nascida em 1965, Gisela Creni formou-se em Editoração pela USP, onde cursou o mestrado em História. Sua dissertação foi publicada pela Autêntica, em 2013, com o título *Editores Artesanais Brasileiros*. Ela começou a atuar no ramo editorial na época da Claro Engima, e sua carreira tem ocorrido na Companhia das Letras.

76) produzido para divulgar a coleção, o qual constava a capa dos seis títulos anteriormente mencionados e dos dois primeiros livros lançados em março de 1989 – *Mínima Lírica* (1982-1989), com a reunião da poesia do carioca Paulo Henriques Britto (1951-), e a poesia inédita do paulista Rubens Rodrigues Torres Filho (1942-) publicada em *Poros*. No interior desse catálogo consta a foto de cada um dos autores, uma breve sinopse dos livros, uma poesia de cada um deles, alguns trechos das críticas publicadas nos grandes jornais e revistas do país, bem como o texto de Augusto Massi a apresentar a coleção.

Figura 77. Frente e verso do catálogo da Coleção Claro Enigma



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Como dissemos há pouco, a coleção pretendia criar uma espaço de intervenção e reflexão cultural e literário, razão pela qual Massi a planejou nos mínimos detalhes. Por intermédio do catálogo, ele expôs que a coleção pretendia recuperar “[...] a tradição de publicar poesia, mantida durante toda a década de 70 pela *Duas Cidades* que, em edições graficamente ousadas

e inovadoras, reuniu boa parte da produção teórica e poética do movimento concreto. A ênfase do projeto atual recai, outra vez, sob uma concepção gráfica original”. Ainda que resumidamente, mencionou algumas das pessoas convidadas a participarem desse projeto e enunciou algumas iniciativas relativas à materialidade das obras, “[...] como o papel da capa e o polyester da sobrecapa, [que] soube privilegiar o branco da página, o espaçamento das letras e, conseqüentemente, a experiência de leitura”. Do ponto de vista da reflexão proposta pela coleção, o idealizador expôs que havia um esforço em revigorar alguns debates teóricos, de modo que a publicação não objetivava trazer argumentos predeterminados, grupos consolidados ou em formação. “A ideia que nos anima é a de suscitar encontros e confrontos, cultivar afinidades e contradições. Claro Enigma nasce sob o signo da linguagem e das analogias”. Por essa razão decidiram publicar dois livros simultaneamente, partindo do princípio de que “a diferença fecunda”. Ao fim e ao cabo, a meta da coleção era recolocar o gênero poético em evidência, retomando o espaço que habitualmente exerceu na história cultural do Brasil.

Augusto fez questão de convidar críticos de arte, docentes universitários e os críticos literários ligados à casa do Professor Santa Cruz para escreverem as orelhas dos livros. Também convidou pintores para ilustrarem a folha de abertura de cada uma das obras que pertenciam à coleção, como contratou Silvia Massaro para elaborar o projeto gráfico e a pernambucana Moema Cavalcanti (1942-) para produzir as capas dos treze livros que fizeram parte da Claro Enigma. Nas palavras de Massi, “[...] a minha ideia era fazer uma coleção que articulasse um núcleo de debate [a partir de] boas críticas, que as orelhas fossem elogiosas e ao mesmo tempo tivessem uma reflexão, [e por isso] eram orelhas grandes”. Dos seis primeiros livros lançados, o crítico de arte Rodrigo Neves apresenta o livro *A poesia está morta mas juro que não fui eu*, cujo desenho de abertura é de Rubens Matuk; o crítico literário Roberto Schwarz escreveu a orelha de *Poesia Reunida (1968-1988)* e Pedro de Andrade Alvim ilustrou a primeira folha desse título; já Antonio Candido redigiu a orelha de *Trevo (1969-1988)* e a gravura de abertura foi realizada por Mira Schendel, ao passo que João Luiz Lafetá apresentou *Viagem de Trem*, com desenho de Alberto Alexandre Martins (Betito, ver figura 75); o idealizador da coleção assinou a orelha de *Páginas Amarelas*, título que acompanha a ilustração de Elizabeth Jobim; e *Obras em Dobras (1960-1988)* teve a apresentação escrita por João Alexandre Barbosa e a gravura de entrada de Amilcar de Castro. Das obras lançadas em março de 1989, *Mínima Lírica (1982-1989)* teve a orelha escrita por Ítalo Moriconi Jr. e o desenho de José Resende, enquanto *Poros* teve apresentação de Benedito Nunes e ilustração de Nuno Ramos.

Esses nomes figuram entre as personalidades de destaque no campo da crítica literária, da crítica de arte, da pintura e da intelectualidade brasileira. O compromisso dessas pessoas em

participar do projeto representado numa coleção de poesia contemporânea é um indício contundente do propósito cultural encabeçado por Augusto, que não apenas se preocupou em escolher os poetas que fariam parte coleção, em reunir as pessoas que trariam uma reflexão crítica para as obras, e os pintores e desenhistas que ilustraram a poesia presente nesses livros, como também cuidou da materialidade⁴⁴ dos livros figurados em seu programa editorial.

Massi decidiu utilizar o sistema de tipografia na impressão dos títulos, e “[...]” foi uma grande aventura [...]” encontrar a gráfica que concordasse em imprimir os livros como ele havia planejado. Ele e sua equipe pretendiam produzir uma capa rústica empregando o papel Kraft, em seguida decidiram utilizar o papel impuro que integra os chapéus da fábrica Ramenzoni. Até mesmo os representantes desta indústria duvidavam da possibilidade de aplicar esse modelo de papel em livro, e se comprometeram a doá-lo para a íntegra da coleção caso conseguissem realizar a impressão. Muitas das gráficas procuradas por Augusto recusaram-se a imprimir as capas utilizando esse papel, alegando que a impureza do material prejudicaria a impressão. Mas ele queria utilizar esse papel a todo custo, e desafiou uma gráfica ao afirmar, inveridicamente, que uma concorrente conseguia imprimir com aquele material, e a gráfica desafiada garantiu a possibilidade da impressão com a ressalva de que o resultado seria insatisfatório. O trabalhador gráfico colocou o papel na máquina e a beleza da impressão o impressionou ao ponto de concordar em produzir as capas, e assim Massi recebeu a doação da Ramenzoni para a produção da capa de todos os títulos da Claro Enigma.

Como se tratava de papel impuro, Augusto teve a ideia de proteger as capas com uma película de acetato de plástico. Na percepção do nosso entrevistado, o planejamento do trabalho o levou a confeccionar uma coleção materialmente nova para o mercado brasileiro daquela época, algo que transitava entre o rústico e o sofisticado. Sua intensão era lembrar a materialidade das edições italianas, espanholas, francesas e de outros países, “[...] então os livros vieram com uma marca de alguém que tinha sido bem formado numa edição de poesia internacional [...] e o Professor Santa Cruz acompanhou tudo isso”. Após definirem o papel e as questões gráficas da impressão da capa e do miolo, o desafio era organizar e promover o lançamento dos primeiros livros publicados.

O centro da capital paulista era considerado um lugar perigoso nos anos 1980, sobretudo no período noturno. Apesar disso, Massi decidiu enfrentar essa adversidade e fazer a divulgação

⁴⁴ Nas últimas páginas dos livros da coleção há as seguintes especificações: “[...] esta obra composta pela Linoart, em Garamond corpo 12, para a Livraria Duas Cidades, acabou de ser impressa, pela Prol Editora Gráfica, na primavera de 1988, na cidade de São Paulo. Da edição de 1500 exemplares, 25 foram impresso em papel Suzano Classic – com a rubrica F. C. (Fora de Comércio) –, numerados e assinados pelo autor”. E um pouco mais abaixo: “Apoio Cultural: Indústrias de Papel R. Ramenzoni S/A”.

das obras inaugurais da coleção no local que viabilizou a publicação de seu projeto e o acolheu sem ressalvas. Ele criou as condições para que as pessoas se sentissem seguras de ir à Livraria Duas Cidades, e no convite de lançamento das duas primeiras obras foi informando a data de 2 de dezembro de 1988 e o estacionamento gratuito na rua Aurora, 1011, localizada a 46 metros da livraria editora. “[...] O primeiro lançamento foi um sucesso, abarrotou de gente, a rua ficou aberta até uma da manhã, todo mundo foi de carro, adoraram que tinha estacionamento, passou todo o medo de ir ao centro”. Augusto nos confidenciou que esse foi um dos poucos momentos em que viu a Maria Antonia e o livreiro-editor radiantes, e era uma forma de ele retribuir o acolhimento do proprietário da casa atraindo os antigos frequentadores, ex-clientes e demais interessados, muitos dos quais comparam livros e reataram os laços com o estabelecimento. Assim, a Claro Enigma concebida por Massi colocou a casa de Deus e dos homens de volta à vitrine cultural da cidade de São Paulo.

Os outros títulos da coleção também foram lançados (16 de dezembro de 1988 e 23 de junho de 1989) na Duas Cidades e contaram com ainda mais pessoas do que o primeiro lançamento. O estacionamento contratado por Augusto se deu conta do volume de gente que frequentava o espaço e passou a cobrar mais caro, mas nem mesmo o oportunismo o desmotivou de realizar a divulgação dos livros na loja. Um dos motivos que atraiu muitas pessoas para os lançamentos foi a repercussão da Claro Enigma em diferentes meios jornalísticos de alcance nacional. Houve uma grande matéria sobre a coleção que saiu na revista *Veja*⁴⁵, outra que ocupou uma página de *O Estado de S. Paulo*⁴⁶, além de duas substanciais reportagens na *Folha de S. Paulo* (uma na seção Ilustrada e outra na seção Livros)⁴⁷, assim como uma notícia possivelmente⁴⁸ publicada no *Jornal da Tarde*.

Essas matérias cobrem o feito provocado pela Claro Enigma aproveitando-se do fato de o idealizador do projeto ser herdeiro de um patrimônio que foi reinvestido na publicação de poesia contemporânea brasileira. Massi somente aceitou a alusão à herança recebida desde que todas as reportagens publicassem fotos dos poetas e do Professor Santa Cruz na parte externa

⁴⁵ Esta matéria foi mencionada durante o relato que colhemos de Augusto Massi. Eles nos mostrou a reportagem, mas infelizmente não anotamos as informações bibliográficas dessa publicação.

⁴⁶ SOARES, Ricardo. Um encontro marcado para a poesia brasileira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Caderno 2, Leitura, p. 7.

⁴⁷ NETO, Alcino Leite. Coleção quer recolocar a poesia em alta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Ilustrada, p. E-1; DA REDAÇÃO. Claro Enigma começa com Alvim e Paes; SCHWARZ, Roberto. Lirismo e conhecimento convivem na poesia de Francisco Alvim; NAVES, Rodrigo. José Paulo Paes emprega ironia contra uma sabedoria duvidosa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Livros, Primeira Leitura, p. H-4.

⁴⁸ Há um recorte de jornal no acervo da Livraria Duas Cidades que é escrito pela jornalista cultural Teresa Ribeira, com o título “Coleção resgata a poesia brasileira”. Porém, o trecho recortado não consta o nome do periódico e a data publicação, que supomos ser 1988 no *Jornal da Tarde*, tendo em vista que a jornalista neste jornal nesse ano.

(ver figura 78) ou interna da Livraria Duas Cidades, assim como deveriam colocar o nome dos poetas lançados, uma pequena biografia e trechos de poemas de cada um deles.

Figura 78. Villaça, Orides, Moura Jr., Paes e Santa Cruz na Livraria Duas Cidades



Fonte: Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Além do fato anedótico de um “tresloucado” que reaplicou seu dinheiro de herança numa coleção de poesia, boa parte dessas reportagens trataram sobre a poesia e os poetas publicados. Essas reportagens deram repercussão à coleção e propiciaram uma identidade aos autores, como queria Massi ao forçar a publicação dessas matérias com informações adicionais sobre as poetisas, os poetas, as capas dos livros e trechos de suas poesias, permitindo que as pessoas identificassem as autoras e autores daquelas obras. O fato de Augusto ter trabalhado na *Folha* o possibilitou conhecer os caminhos para explicar a relevância de seu projeto nesses jornais e revistas. Foi importante publicar seis poetas em um único lance, o que impactou o noticiário cultural e surpreendeu tanto o livreiro-editor como os poetas da coleção.

A despeito do sucesso de mídia, o ano de 1988 terminou com pouquíssimos livros vendidos. Somente no lançamento houve boas vendas, ainda assim havia muitos exemplares no estoque e os livros ainda não estavam disponíveis nas livrarias. Esse fato ensinou a Massi o que era o mercado do livro: “[...] você pode fazer um livro com orelha do Antonio Candido, desenho do Iberê Camargo, nomes importantes como Chico Alvim, José Paulo Paes, e aquilo não sair do lugar”, acrescentando que uma das razões para as poucas vendas tinha relação com o preconceito do mercado livreiro e editorial com a poesia. Nem mesmo essa dificuldade o impediu de correr atrás do prejuízo ao pegar umas caixas dos exemplares estocados na Duas Cidades, colocá-las no carro e ir à Cultura para conversar com Pedro Herz, proprietário de uma das livrarias mais famosas da cidade, naquela época situada na estratégica Avenida Paulista.

O jovem Augusto explicou a situação para o livreiro e depois ouviu a repetição do que outras pessoas tinham lhe dito sobre o fato de poesia não ter apelo comercial e de a coleção ter sido publicada por uma editora pequena. Apesar do exposto pelo livreiro, Massi ficou horas insistindo para ter um espaço na Cultura onde pudesse divulgar a Claro Enigma, e acabou por vencer Herz pelo cansaço, que o autorizou a montar uma vitrine na loja, e assim Augusto divulgou para as pessoas que os livros estavam disponíveis na afamada livraria. Durante aproximadamente três dias, Massi acompanhou o fluxo de pessoas que iam à Cultura e se dirigiam à estante que ele havia montado. Havia uma parte considerável da clientela que achavam os livros bonitos, mas desistiam de comprá-lo quando se davam conta de que era poesia. Quando ele notava esse tipo de comportamento do leitor, nosso entrevistado conversava com a pessoa e tentava algumas abordagens de venda, afirmando, por exemplo, que aqueles livros poderiam ser apresentados para um membro da família que gostasse de poesia, ou mesmo oferecendo outro livro para o cliente caso comprasse um título da coleção.

Ele utilizou essas táticas para tentar atrair mais pessoas com as vendas dos exemplares. E apesar de todos dizerem o quanto seria difícil vender os livros de poesia, Augusto traçou sua batalha e foi aperfeiçoando as formas de negociação ao propor descontos progressivos se a pessoa levasse uma ou mais obras da coleção. Ao ver o empenho do jovem editor, Santa Cruz lhe dizia: “estou vendo que você gosta, que você tem umas ideias”. Ele ria muito do meu jeito, e dizia: ‘você não se entrega’. Deveras motivado, Massi organizou eventos de lançamento no Rio de Janeiro e entrou em contato com livrarias da capital fluminense e de outras localidades para tentar distribuir as obras pelo país, e assim as vendas finalmente foram crescendo.

A dificuldade de Augusto em vender os exemplares da Claro Enigma se imiscuíam à árdua situação da Duas Cidades em 1988. O Professor Santa Cruz tinha acabado de resolver a pendência do aluguel com a Ordem Dominicana e ainda havia outros obstáculos financeiros,

tendo em vista que as publicações da editora deixaram de ter relevância nos anos 1980 e as importações de livro nesse período eram inviáveis em razão da alta inflação. Mas o lançamento da coleção reluziu o momento áureo da casa do Professor Santa Cruz, que ficou contente em rever antigos clientes e frequentadores do estabelecimento. A coleção possibilitou a sobrevivência da casa não apenas pelo fato de ter ampliado o número de títulos de poesia, colocando o gênero no topo das áreas temáticas do selo nos anos 1980 (ver gráfico 22), mas sobretudo porque os lançamentos motivaram o livreiro-editor e a Maria Antonia a promoverem saraus aos sábados com a finalidade atrair público nos finais de semana. Esses eventos possibilitaram que a Livraria Duas Cidades fosse lembrada não por sua peleja com os dominicanos ou por sua crise financeira, e sim por cumprir uma atividade de relevância cultural.

Nesse ínterim, Augusto havia lançado dois poetas em março de 1989. Como vimos, um deles era Rubens Rodrigues Torres Filho, que era autor da *Brasiliense* e decidiu tirar seu livro que iria sair por esta editora para participar do projeto editorial coordenado por Massi, e por isso lançou *Poros* pela coleção. Caio Graco compareceu ao lançamento do livro de Rubens e disse para Augusto dizendo que ele deveria ter explicado melhor o plano da coleção na época que foi procurá-lo, mas nosso entrevistado o contrapôs expondo que tinha apresentado seu projeto minuciosamente, declarando ao editor que estava contente com a publicação pela Duas Cidades justamente porque esta casa tinha um perfil cultural e intelectual compatível com o plano delineado para a *Claro Enigma*.

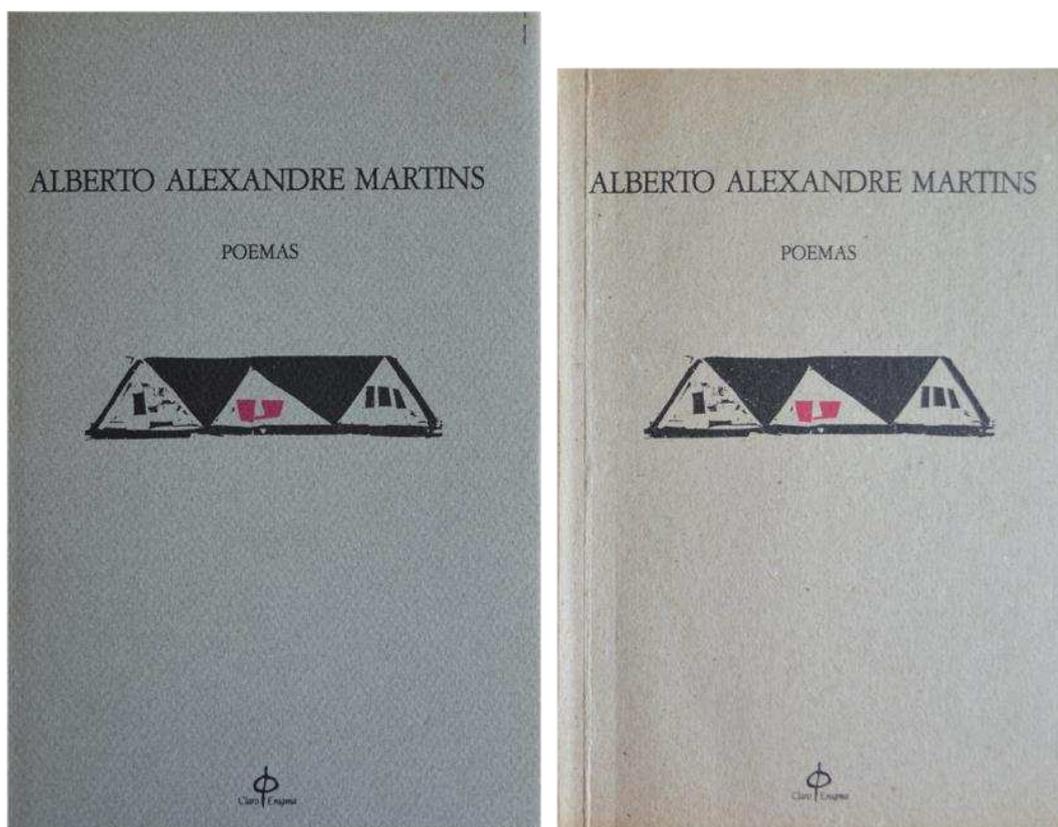
Embora nesse trecho do depoimento de Augusto seja possível notar uma certa amargura em não ter publicado a coleção por uma das mais prestigiosas editoras daquele período, é visível como as recusas recebidas pelo jovem editor o aproximou ainda mais dos valores irradiados pela casa de Santa Cruz. Desde sua fundação, o estabelecimento abriu seu espaço para pessoas ou instituições que desejassem fornecer obras para um público religioso ou secular progressista, intelectual, universitário ou amante da poesia. Supomos que uma algumas das diferenças entre Massi e Santa Cruz tem a ver com o fato de que o primeiro não queria se dar por vencido com as pressões do mercado livreiro, e por isso divulgou a coleção em diversos jornais e revistas, incluindo os periódicos do interior e das capitais de outros estados brasileiros.

O esforço do jovem editor não foi em vão, o sucesso de seu projeto resultou em galardões literários recebidos em 1989. Além do prêmio de Literatura da APCA conferido à *Claro Enigma*, foram três prêmios Jabuti – o primeiro entregue para João Moura Jr. (autor de *Páginas Amarelas*) na categoria de autor revelação adulta, o segundo concedido a Francisco Alvim (autor de *Poesias Reunidas*) na categoria autor de poesia, e o terceiro distinguiu a *Claro Enigma* como produção editorial de obra em coleção. As premiações conferiram prestígio ao programa

concebido por Massi e lhe deu fôlego para publicar mais duas obras no segundo semestre de 1989, e três em 1990, reunindo as cinco últimas da coleção que foram coeditadas em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (ver gráfico 20).

Foram 13 títulos lançados pela Claro Enigma entre 1988 e 1990, tornando-a a segunda maior coleção publicada na história do selo Livraria Duas Cidades, apenas com a exceção da *Espírito Crítico* pelas razões que mencionamos no quarto capítulo. Tendo em conta que Maria Antonia nos autorizaria a pesquisar as caixas com os documentos dessa coleção apenas com a anuência de Augusto, que não se pronunciou sobre o assunto, examinamos a Claro Enigma partindo do depoimento do idealizador e das obras abrigadas na biblioteca da editora.

Figura 79. *Poemas* (1990), de Alberto Alexandre Martins em capa dura e brochura



Fonte: fotografias extraídas pelo autor

Soubemos que os últimos cinco livros da coleção foram publicados em coedição consultando as informações disponíveis nos exemplares desses títulos. Assim como também identificamos a edição de 25 exemplares especiais da tiragem de 1500 exemplares de cada uma das 13 obras porque na última página consta os dizeres que livro é composto pela gráfica Linoart (ou Panka Realizações Gráficas), “[...] em Garamond corpo 12, para a Livraria Duas Cidades, acabou por ser impressa pela Prol Editora Gráfica [...]”. Ainda mencionam o ano em que o título

foi publicado, o papel Susano Classic utilizado nos exemplares especiais que estavam fora de comércio, os quais deveriam ser assinado e numerados pelo autor da obra, e finalizavam constando o apoio da fábrica Ramanzoni. Além disso, a nossa consulta aos títulos impressos também nos permitiu constatar as diferenças de materialidade entre o exemplares especiais e comuns, tendo em vista que o primeiro era capa dura com formato 23x14 e o segundo era brochura com formato 21x14 (ver figura 78).

Mas a coleção possivelmente chegou ao patamar de 13 títulos devido à coedição com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Em 1989 saiu *Quarta do Singular*, livro de poesias inéditas do pernambucano Ronaldo Brito (1951-), com apresentação escrita por Flora Süssekind e ilustração de Iberê Camargo; e *Vivenda (1959-1989)*, a poesia reunida da mineira Maria Lucia Alvim (1933-1921), que ilustrou seu próprio livro apresentado por Berta Waldman. No ano seguinte, Massi quebrou a regra do lançamento duplo para triplo, quando publicou a reunião da poesia do baiano Duda Machado (1944-) com *Crescente*, livro prefaciado por Nelson Ascher e desenho de Guto Lucaz; depois foi a poesia reunida do paraense Age de Carvalho (1958-) em *ROR (1980-1990)*, título apresentado por Júlio Castañon Guimarães e desenho de Thomas Kussin, e a coleção encerrou com *Poemas* (ver figura 78), a poesia inédita do santista Alberto Alexandre Martins (1958-), conhecido pelos amigos como Betito, que criou as ilustrações de seu livro apresentado por Murilo Marcondes Moura.

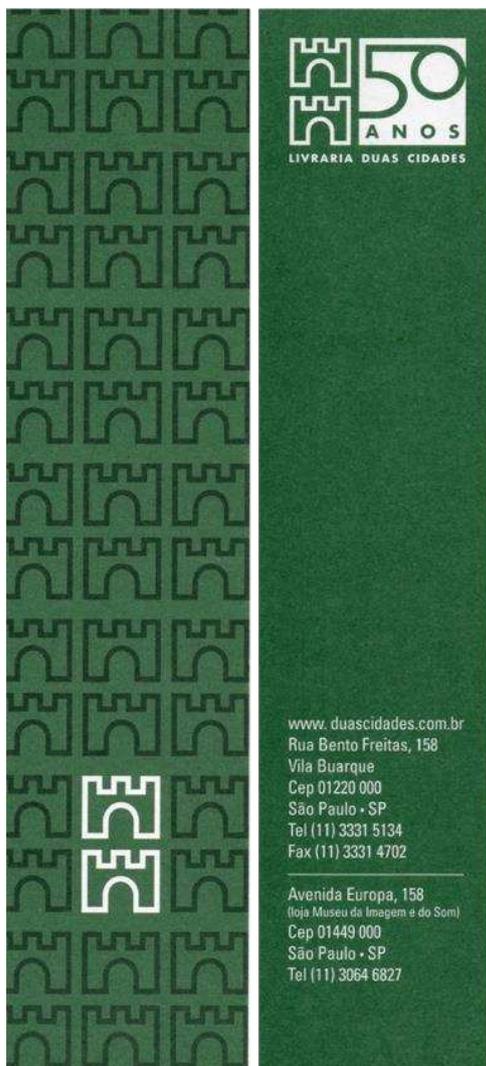
Um simples olhar panorâmico para os poetas, poetisas e demais colaboradores da Claro Enigma nos permite deduzir que se tratava de uma coleção a reunir uma parcela importante da poesia brasileira daquele período, congregando autores do Sudeste, Norte e Nordeste, ao mesmo tempo que envolvia prefaciadores e pintores de diversas localidades do país.

Parece-nos inegável a importância dessa publicação para a Livraria Duas Cidades, para os autores, para a trajetória de Augusto como editor e para a literatura brasileira. A repercussão da coleção causou problemas para Massi, pois alguns autores começaram a criar intrigas uns com os outros, sem contar a numerosa quantidade de poetas a enviarem seus originais para o idealizador da coleção, alguns exigindo a publicação de suas poesias. Isso o desgastou ao ponto de ele decidir interromper o projeto. Mas o fez em grande estilo ao promover um evento e uma publicação chamada *Artes e Ofício da Poesia* (1990), editada pela Artes Ofício de Porto Alegre, obra que reúne alguns dos poemas enviados por poetas de diversas regiões do país. O evento ocorreu no MASP em 1 de maio de 1990, teve o apoio da Secretaria Municipal de Cultura então chefiada pela professora Marilena Chauí e a Duas Cidades participou com uma estande vendendo seus livros e reencontrando os clientes da casa. Essa celebração recebeu a cobertura

dos jornais paulistanos, foi prestigiada pelo meio universitário e cultural da cidade, contou com a participação de alguns poetas da coleção e corou o fim da Claro Enigma.

A coleção foi intensa na vida de Augusto Massi e repercutiu positivamente no cenário literário brasileiro e na trajetória da Livraria Duas Cidades. Depois desse projeto, o jovem editor dedicou-se à carreira universitária e a outros trabalhos editoriais de maior envergadura, mas essa experiência serviu-lhe de arrimo para outras tarefas que ele desempenhou no mundo do livro e até hoje ele rememora esse período com ternura e alegria. Na percepção de Maria Antonia, a presença da coleção no catálogo da casa e a presença de Augusto na história do empreendimento foi muito do que se poderia pedir a um cliente. Ele tornou-se amigo íntimo da casa, da livreira e do livreiro-editor, ao passo que a Claro Enigma reascendeu a chama dos tempos áureos do estabelecimento, colocando-o na vitrine da capital paulista e do país por meio de um projeto cultural, como sempre desejou Santa Cruz.

O ARRUAR DO LIVREIRO-EDITOR DE DEUS E DOS HOMENS



Logo aprendi que as livrarias eram diferentes entre si, o que não acontece hoje, quando quase todas estão entulhadas, para não dizer entulhadas de best-sellers que me dão enjoio visuais compulsivos que só passam quando desvio os olhos de suas cores venais. [...] Não, não eram assim os labirintos da primeira Livraria Duas Cidades, na Praça da Bandeira, onde um bravo ex-dominicano, Benevenuto [de] Santa Cruz, distribuía os livros-fonte do cristianismo de esquerda em que bebi a grandes goles, começando pelo sólido Guia do Militante do infatigável Padre Lebrete (“que dínamo!” dele dizia Celso Furtado), manual de ver claro para bem julgar e melhor agir.

Alfredo Bosi¹

Quem teve a ideia de fundar essa livraria editora foi o então Frei Benevenuto de Santa Cruz, atual professor José Petronilo de Santa Cruz. Foi ele quem, com a devida licença de seus então superiores, fez o plano, escolheu o nome, deu a orientação, arranjou o dinheiro, constituiu a firma, encontrou o local. [...]

Antonio Candido²

Dentre essa estirpe, quero destacar um tipo mais raro, capaz de reunir num só espírito, o tino do livreiro e o destino do editor. Entre os mais célebres figuram Baptiste Louis Garnier, Francisco Alves, José Olympio e José de Barros Martins. Embora com atuação mais discreta, nem por isso menos importante, quero lembrar do Frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz – José Petronilo de Santa Cruz, Professor Santa Cruz ou, simplesmente, Bené – responsável pela criação da Livraria Duas Cidades.

Augusto Massi³

¹ BOSI, Alfredo. Quem diz livraria diz refúgio. *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 1, Ateliê Editorial, pp. 13-17, mai. 2011.

² CANDIDO, Antonio., *op. cit.*, 1987, p. A-28.

³ MASSI, Augusto., *op. cit.*, 2012, p. 24.

Era uma livraria e editora de um intelectual mediador; era uma livraria e editora de autor. Foi nosso personagem quem a concebeu, criou e levou adiante o projeto elaborado quando era frade dominicano. Homem de seu tempo, ele estava consciente de que a humanidade avança quando existem pessoas dispostas a contribuir para a construção do conhecimento. Por isso dirigiu a empresa situada na cidade de Deus, depois deixou a Ordem e continuou a dirigi-la com sua aura aberta para a universidade, suas expressões de vanguarda e linhas de pesquisa na área das ciências humanas, em especial da crítica literária. Com a ajuda de amigos religiosos, cristãos e ateus, o livreiro-editor a manteve viva na cultura e na intelectualidade brasileira, mas com enraizamentos profundos no tecido sociocultural paulistano.

Como Antonio Candido e tantos outros de sua geração, Santa Cruz arruou enquanto esteve vivo. Ele não apenas cultivou o hábito de flunar pelas cidades onde viajou, passeou ou residiu, como também abriu suas primeiras veredas ao sair de Alagoas para Pernambuco, e do Recife mudou-se para a França com o propósito de estudar Filosofia e Teologia para tornar-se padre. A estadia no exterior começou na juventude, e ao conhecer padre Lebret, ingressou no movimento Economia e Humanismo e aproximou-se das revistas e livros identificados com a Ação Católica. Ao mesmo tempo se relacionou com o mecenato cultural paulista em finais dos anos 1940, estabeleceu relações com escritores, tradutores, poetas e artistas nordestinos, mineiros, paulistas, cariocas, gaúchos, franceses, alemães e de outras regiões do Brasil, da Europa e da América Latina. Aliou a sociabilidade com agentes do campo cultural à sua paixão pelo livro, pela leitura e pela possibilidade de coordenar um espaço difusor de livros importados, nacionais e de uma linha editorial planejada com a finalidade de contribuir para a formação de pessoas progressistas e interessadas na área das humanidades, seja de universitários católicos ou seculares, seja de intelectuais cristãos ou leigos.

Os primeiros caminhos abertos por Santa Cruz no mundo do livro e da edição percorreram o Centro de Difusão de Revistas Dominicanas e a Sociedade Amigos do Livro. Esse trabalho envolveu suas incursões nas artes sacras e nos projetos de planejamento urbano com a equipe da SAGMACS, dirigida por ele e Lebret. Enquanto cursava o estágio na sede do movimento EH, conheceu editoras cristãs e laicas voltadas para um tempo que queria dinamitar os horrores das duas grandes guerras mundiais, as quais promoviam um diálogo com os valores civilizacionais e humanos. Essa experiência lhe possibilitou visitar livrarias, bibliotecas e diversos países do velho continente; assistir concertos de música clássica; conhecer filósofos, teólogos, artistas, autores cristãos, e assim tornou-se o diretor de EH no Brasil. A presença de Lebret em sua vida foi decisiva para formar o livreiro-editor. Foi nesse período que ele se aprofundou nas imensas carências socioculturais do país, dando-se conta da necessidade de

divulgar aquele pensamento por meio da edição e comercialização de obras que colocassem um público leitor em contato com uma filosofia e teologia católica atenta às questões sociais, políticas e urbanas, obras que propunham a construção de uma humanidade socialmente comprometida com a ideia de bem-comum.

A Livraria Duas Cidades foi o maior projeto cultural e intelectual engendrado pelo então Frei Benevenuto. Sua experiência de importação e venda de livros e revistas iniciada em meados dos anos 1940 somou-se às primeiras práticas editoriais com a SAL em princípio dos anos 1950, e culminou na fundação do empreendimento onde unificou o ofício de livreiro e editor, profissão que exerceu até o fim da vida. Durante a fase religiosa, a livraria foi grande importadora do pensamento católico progressista Europeu, enquanto a editora publicava as traduções de autores estrangeiros e títulos de autores nacionais que estivessem circunscritos ao engajamento social de uma ala da Igreja Católica dos anos 1950 e 1960.

Nesse meio-tempo, a editora dirigida pelo frade foi uma extensão de sua incursão no EH, de sua concordância com muitos dos diálogos produzidos pelo Concílio Vaticano II e pela II CELAM, e muito provavelmente teria publicado alguns ideólogos da Teologia da Libertação na década seguinte se não tivesse aposentado a batina em 1972. As edições do selo então dominicano e outras editoras religiosas provocaram o meio editorial católico do país nessa quadra histórica. Livros de Lebrecht, Frei Mateus Rocha, Quoist, Frei Carlos Josaphat, Mounier, entre outros teólogos e filósofos municiaram as pessoas que se identificavam com a Ação Católica. Foi nesse contexto que a expansão da indústria editorial, da malha universitária e do número de leitores lhe possibilitou ampliar e diversificar as importações e publicações da casa.

A ditadura civil-militar rompeu a democracia e vilipendiou a história do país a pretexto de defender a economia dos comunistas reais ou imaginários. Os jovens frades dominicanos e tantas outras pessoas foram presas e torturadas, e a Livraria Duas Cidades foi invadida sob a orientação do sádico delegado Sérgio Paranhos Fleury. No ano seguinte ao assassinato de Carlos Marighella, Frei Benevenuto iniciou a abertura do catálogo da editora para Antonio Candido e outros intelectuais e universitários, inaugurando sua transição da cidade de Deus para a cidade dos homens, seguindo sua profissão como Professor Santa Cruz para clientes e frequentadores da livraria e editora.

Muitos dos nossos entrevistados o identificam como uma figura discreta e determinada em seu propósito de manter o empreendimento como havia planejado em 1954. Alguns disseram que ele era um foco de luz, outros o definiram como um homem que estabelecia pontes, houve ainda aqueles que disseram que ele era um livreiro-editor a transitar em polos não necessariamente opostos. Nós acreditamos que ele traçou seu arado em constante

transformação, em compasso com seu tempo e atento ao amanhã; um personagem do mundo do livro que sob nenhuma hipótese desistiu de seu programa cultural e intelectual para vender ou editar *best-sellers*; um profissional que tinha um pé estabelecido na tradição e outro na vanguarda. Sua atuação pautou-se muito pouco no horizonte comercial, sobretudo porque seu objetivo era auxiliar na formação de intelectuais, universitários e poetas. Assim vieram as parcerias com Antonio Candido, seus orientandos e outros docentes e estudantes da USP e de outras universidades. Também deu espaço à poesia, música e outros gêneros temáticos que dialogavam com seu projeto de difusão de bens culturais, acolhendo jovens *designer* gráficos e quem quisesse ou fosse impelido a desenvolver quaisquer ofícios em torno do livro e da edição.

Santa Cruz arruou, enfrentou dificuldades e manteve a casa com a ajuda de Maria Antonia e de muitos amigos. Parafraseando Ênio Silveira⁴, é preciso existir editores e livreiros que se preocupem em plantar e semear ideias que promovam o desenvolvimento cultural da humanidade, tarefa pouco realizada pelos massificadores que atuam no mundo do livro. O tamanho do estabelecimento foi compatível com a dimensão de sua utopia, cuja harmonia foi ter conseguido conformar um campo cultural e intelectual vincado na cidade de São Paulo e com veredas abertas para o território nacional e estrangeiro. Sua formação cosmopolita, sua habilidade como intelectual mediador e suas amizades lhe permitiram atuar numa indústria editorial diversificada, onde atuavam empreendimentos como a Francesa, Difel, Vozes, Herder, Da Vinci, Perspectiva, Mestre Jou e tantas outras.

A originalidade da Duas Cidades foi o espírito ecumênico cultivado e preservado durante o meio século de sua trajetória. O relato de Maria Antonia descreve como emocionante e triste o dia em que a livraria fechou suas portas em setembro de 2006. Com a ajuda de Augusto Massi, a livreira vendeu boa parte do estoque e reencontrou muitos clientes que levaram seus filhos e netos para conhecerem o importante espaço para suas formações como leitores.

Lá da cidade de Deus, pode ser que o livreiro-editor tenha ficado comovido com o encerramento de um trabalho construído com tanto esforço, aprendizados e erros, quem sabe tenha flanado pela livraria para despedir-se de seu dínamo cultural. Cá na terra dos homens, o arruamento de Santa Cruz edificou um empreendimento muito vivo na história social e cultural de São Paulo da segunda metade do século passado, uma livraria editora que preenche um capítulo importante da história do livro e da edição no Brasil.

⁴ *Leia* (n. 26, junho de 1988) *apud* HALLEWELL., *op. cit.*, 2012, p. 665.

FONTES

Arquivos

Archives Nationales – Pierrefitte-sur-Seine, Paris, França – Fundo R. P. Lebret (45 AS)

Archives Nationales – Pierrefitte-sur-Seine, Paris, França – Fundo Raymond Delprat (87 AS)

Arquivo Bienal – Arquivo Histórico Wanda Svevo (fundos MAM e Bienal de São Paulo)

Arquivo Público do Estado de São Paulo – acervo do DOPS/SP

Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (CCJ – UFPE)

Arquivo da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP)

Arquivo da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)

Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas – Arquivo dos Frades Dominicanos

Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades

Biblioteca Padre Lebret – São Paulo

Casa Alceu Amoroso Lima – correspondência com padre Benevenuto de Santa Cruz

Câmara Brasileira do Livro – prêmio Jabuti de 1994

Entrevistas

Ana Luisa Escorel. Questionário respondido a Hugo Quinta. E-mail – 17 ago. 2020.

Augusto Massi. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 26 jul. 2019.

Davi Arrigucci Jr. Entrevista concedida a Hugo Quinta. Telefone – 16 jun. 2020.

Domingos Zamagna. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 22 jul. 2019.

Fernando Uchoa Santa Cruz. Entrevista concedida a Hugo Quinta. Recife – 21 jul. 2019.

Frei Carlos Josaphat. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 11 set. 2018.

Frei Betto. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 26 jul. 2019.

Humberto Pereira. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 26 jul. 2019.

João Antonio Caldas Valença. Entrevista concedida a Hugo Quinta. Skype – 12 ago. 2019.

Laura de Mello e Souza. Entrevista concedida a Hugo Quinta. Paris – 01 out. 2019.

Lúcio Gomes Machado. Entrevista concedida a Hugo Quinta. Telefone – 03 jun. 2020.

Márcia Vinci. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 27 jun. 2019.

Maria Antonia Pavan de Santa Cruz. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 14 set. 2016.

Maria Antonia Pavan de Santa Cruz. Entrevista concedida a Hugo Quinta. Ibitinga – 22 fev. 2019.

Roberto Schwarz. Entrevista concedida a Hugo Quinta. Telefone – 17 jun. 2020.

Rogério C. de Cerqueira Leite. Entrevista concedida a Hugo Quinta. São Paulo – 10 set. 2018.

Jornais, Blogs e Sites

2ª BIENAL de São Paulo. Bienal. Disponível em:
<http://www.bienal.org.br/exposicoes/2bienal>. Acesso em: 01 out. 2020.

A COMISSÃO do IV Centenário ao povo de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1952. p. 3.

A IGREJA na América Latina: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano – Medellín, 26/08 a 06/09/1968. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano XLVIII, n. 14.336, 15 set. 1968. Caderno Especial, capa.

À PROCURA de uma civilização autêntica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 set. 1960. Folha Ilustrada, p. 4.

ABREU, Alzira Alves de; PANDOLFI, Dulce Chaves. Entrevista disponível em áudio na sala de consulta do CPDOC. Entrevistado: Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau. *FGV*, Rio de Janeiro, 17 fev. 2006. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/historia-oral/entrevista-tematica/maria-violeta-arraes-de-alencar-gervaiseau>. Acesso em: 20 set. 2020.

ALCEU AMOROSO LIMA autografa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1974. Folha Ilustrada, p. 38.

ALMEIDA, Renato Rua de. Biografia e obra de Jacques Maritain. Instituto Jacques Maritain do Brasil. São Paulo, mai. 2016. Disponível em: <http://maritain.org.br/biografia-e-obra-de-jacques-maritain/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALVES, Tarcísio. Deops envolveu livraria em atentado: versão policial afirma que Freis dominicanos delataram Marighella, líder da ALN. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 3, n. 105, 18 mar. 1996. Seu Bairro, p. Z12.

ANA Maria Rappa Sad. Biografia. Disponível em:
<https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Ana%20Sad%20-%20Ana%20Maria%20Rappa%20Sad/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ANTÓNIO Alçada Baptista. Breve Biografia. Disponível em:
<http://www.antonioalcadabaptista.org/biografia.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ASSINATURAS de revistas francesas Livraria Duas Cidades. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Suplemento Literário, 12 dez. 1968. p. 2.

BERTONI, Estevão. Lúcia kawall Filgueiras (1924-2012) – uma pioneira do serviço social. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 2012. Cotidiano. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1156274-lucia-kawall-filgueiras-1924-2012---uma-pioneira-do-servico-social.shtml>. Acesso em: 02 mai. 2021.

CANDIDO, Antonio. Um caso triste. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 67, n. 10.092, 25 dez. 1987. Ilustrada, p. A-28.

CARIELLO, Rafael. Livraria de intelectuais paulistanos chega ao fim: Duas Cidades, no centro de SP, foi centro de referência e editora de ponta nos anos 70. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 86, n. 28297, 23 set. 2006. Ilustrada, p. E3.

CASA ALCEU AMOROSO LIMA. Correspondência. Padre Benevenuto de Santa Cruz. Disponível em:
<http://acervoal.ddns.net:8080/pessoa/search?nome=Padre+Benevenuto+de+Santa+Cruz>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CAUSSÉ, Françoise. Pie-Raymond Régamey. *Dictionnaire biographique des frères prêcheurs*. [Online], Notices biographiques, S. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/dominicains/1131?lang=en>. Acesso em 05 out. 2020.

CBL. Livros dá prêmios no Natal nestas livrarias. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 1976. p. 10.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS. Notícias diversas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 mai. 1953, p. 9.

COMPASSO DE ESPERA. 1969/1973. Direção: Antunes Filho. 1 vídeo (93 min). Publicado pelo canal Cult Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbyhLyOAOpo>. Acesso em: 13 ago. 2019.

COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1954. p. 9.

CONFERÊNCIA PREPARATÓRIA DA PÁSCOA UNIVERSITÁRIA. *Folha da Manhã*, São Paulo, 27 mai. 1948.

DA REDAÇÃO. Despejo ainda ameaça livraria Duas Cidades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 68, n. 10.170, 12 mar. 1988. Ilustrada, p. A-30.

DA REDAÇÃO. Claro Enigma começa com Alvim e Paes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Livros, Primeira Leitura, p. H-4.

DUCLOS, Nei. A preferência dos poetas da revista “Muda”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1977. Folha Ilustrada, p. 23.

DURAN, Sérgio. Liquidação marca o fim de livraria histórica: depois de 52 anos, Duas Cidades encerra suas atividades no centro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 127, n. 41248, 23 set. 2006. Cidades/Metrópole, p. C8.

SCOREL, Ana Luisa. Antonio Candido e a menina. *Piauí*, São Paulo, edição 20, mai. 2008. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/antonio-candido-e-a-menina/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ESTÁ NO RIO famoso orador sacro. *O Estado*, Florianópolis, ano XXX, n. 9209, 29 set. 1944. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1944/EST19449209a.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ETAPAS DE FORMAÇÃO. *Ordem dos Pregadores*, Província Frei Bartolomeu de Las Casas. Disponível em: <http://www.dominicanos.org.br/site457/detalhes1.php?id=128>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FAMÍLIA Cristã. Histórico. Disponível em: <https://www.paulinas.org.br/familia-crista/?system=paginas&id=2259&action=read#!prettyPhoto>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FREI BENEVENUTO fará conferência religiosa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1962. p. 9.

GUARANESIANOS EM DESTAQUE. Dr. Antonio Delorenzo Neto. *Coletivo Museu Casa da Memória de Guaranésia*. Disponível em: <https://guaranesiamemorias.wordpress.com/guaranesianos-de-sucesso/>. Acesso em 10 mai. 2020.

HISTÓRIA. *Colégio Marista São Luís*, Recife. Disponível em: https://marista.edu.br/saoluis/?page_id=1227. Acesso em: 10 mar. 2020.

HORTA, Luiz Paulo. A pancada do Ganzá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1984.

HORTA, Nina. Pratos para um menino de Pernambuco. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 1988. Culinária, p. B-4.

IBGE. Usina Santa Bárbara: Santa Bárbara d’Oeste (SP). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=450576&view=detalhes>. Acesso em: 22 jul. 2020.

INAUGURADA exposição de livros. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abril. 1967. p. 9.

JULIÁN MARÍAS HOJE. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 jun. 1971. Livros, p. 23.

LA MAISON. Les éditions du Cerf. Disponível em: <https://www.editionsducerf.fr/librairie/la-maison>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LIMA, Alceu Amoroso. Carlos Pinto Alves. *Site oficial Moussia*. Disponível em: <https://www.moussia.com.br/artigo-de-tristao-de-ataide-sobre-c>. Acesso em: 10 fev. 2019.

LANÇAMENTO. Alice. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1972. P. 3.

LANÇAMENTO. Vª Bienal Internacional do Livro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1978. Folha Ilustrada, p. 33.

LIVREIROS EM PROCESSO ELEITORAL. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1984. p. 16.

LIVROS NOVOS. Alice. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai. 1972. Suplemento Literário, p. 2.

LIVROS/LANÇAMENTOS. Importados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1974. Folha Ilustrada, p. 38.

LIVROS. Por que fechamos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 1974. Folha Ilustrada, p. 40.

LIVROS. Quando importar é um bom negócio. *Folha de S. Paulo*, 10 set. 1974. Folha Ilustrada, p. 40.

LIVROS A CRÉDITO. Livrarias Saraiva, Duas Cidades e Hucitec. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 out. 1977. Folha Ilustrada, p. 39.

MAIS VENDIDOS. Livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 dez. 1973. Folha Ilustrada, p. 35.

MAIS VENDIDOS. Livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 dez. 1973. Folha Ilustrada, p. 35.

MAIS VENDIDOS. Livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 1973. Folha Ilustrada, p. 36.

MEMÓRIAS. Maria Clara. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. 1970. Suplemento Literário, p. 2.

MEMÓRIAL DA RESISTÊNCIA. Livraria Duas Cidades. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/livraria-duas-cidades/>. Acesso: 20 nov. 2020.

MONTESORI, inscrições até dia 28. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 1974. p. 11.

MOUTINHO, Nogueira. Heidegger & Max Weber. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1970. p. 21.

MOUTINHO, Nogueira. Mário de Andrade revisitado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 1972. Folha Ilustrada, p. 34.

MOUTINHO, Nogueira. Uma revista para todos os confrontos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. de 1977. Folha Ilustrada, p. 26.

MUDAM OS TEMAS DOS LIVROS. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 jul. 1974. Folha Ilustrada, p. 13.

MUSEU DE ARTE MODERNA. Curso sobre Problemas da Arte Sacra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 1950. p. 4.

NADER, Wladyr. Lançamentos Importados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1974. Folha Ilustrada, p. 38.

NAVES, Rodrigo. José Paulo Paes emprega ironia contra uma sabedoria duvidosa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Livros, Primeira Leitura, p. H-4.

NETO, Alcino Leite. Coleção quer recolocar a poesia em alta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Ilustrada, p. E-1.

NOITE DE AUTÓGRAFOS. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1974. Nacional, p. 3.

NOITE DE AUTÓGRAFOS. *O Estado de S. Paulo*, 28 ago. 1974. P. 5.

NORCIO, Lúcia. Caravana da Anistia concede indenizações para perseguidos políticos no Paraná. *Agência Brasil*, Brasília, ago. 2008. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-06-27/caravana-da-anistia-concede-indenizacoes-para-perseguidos-politicos-no-parana>. Acesso em: 13 dez. 2020.

‘NUNCA analisaram meu humor’, diz João Cabral. *Folha de S. Paulo – Especial Mais!*, São Paulo, 30 mar. 1991. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/300391b.htm>. Acesso em: 02 abr. 2020.

O ALICERCE cultural da China. Distribuição em São Paulo: Livraria Duas Cidades. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1978. p. 13.

O LEITOR CRITICA. Livro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1973. p. 32.

O SANTO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1951. p. 9.

OLIVIER, Chatelan. Thomas Suavet. *Dictionnaire biographique des frères prêcheurs*. [Online], Notices biographiques, S. Disponível em: <https://journals.openedition.org/dominicains/624#entries>. Acesso em 19 set. 2020.

OS COCOS. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1984. Folha Ilustrada, 8º Caderno, p. 70.

OS LIVROS DO MÊS. Livraria Duas Cidades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1978. Folha Ilustrada, p. 65

OS LIVROS DO MÊS. Livraria Duas Cidades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1978. Folha Ilustrada, p. 59.

PADRE L. J. LEBRET. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1966. p. 23.

PALMA, Bruno. Ordem Dominicana responde sobre caso livraria Duas Cidades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 68, n. 101.141, 12 fev. 1988. Ilustrada, p. A-42.

PAULO DE TARSO SANTOS. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-de-tarso-santos>. Acesso em: 01 set. 2020.

POESIA E FIM DO FUTURO, segundo Octavio Paz. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 jun. 1974. Folha Ilustrada, p. 25.

PRÊMIO JABUTI será entregue dia 25. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 1978. Folha Ilustrada, p. 39.

QUEM SOMOS. Associação Nacional de Livrarias (ANL). Galeria dos presidentes. Disponível em: <https://www.anl.org.br/v1/quemsomos/>. Acesso em: 04 fev. 2021.

RECEPÇÃO NOS CAMPOS ELÍSEOS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1954. Capa.

REPORTAGEM LOCAL. A livraria Duas Cidades deve mudar de endereço. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 67, n. 10.051, 14 nov. 1987. Ilustrada, p. A-35.

REPORTAGEM LOCAL. Livraria recorre a abaixo-assinado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 67, n. 10.092, 25 dez. 1987. Ilustrada, p. A-28.

REPORTAGEM LOCAL. Editora e livraria é marco na história cultural de São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 2000. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2904200008.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ROLLEMBERG, Marcello. Caio Graco Prado, o editor como agitador cultural. *Jornal da USP*, jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=340542>. Acesso em: 06 mar. 2021.

ROLLEMBERG, Marcello. O editor dos 3 mil livros. *Jornal da USP*, São Paulo, 05 fev. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/o-editor-dos-3-mil-livros/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROMANO, Roberto. O triste fim de uma livraria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 68, n. 10.115, 17 jan. 1988. Cidades, p. A-22.

SANTA CRUZ, Frei Benevenuto de. L. J. Le Bret, um homem universal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, suplemento especial Grande São Paulo, p. 368-369, 17 a 23 set. 1967.

SCHWARZ, Roberto. Lirismo e conhecimento convivem na poesia de Francisco Alvim. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Livros, Primeira Leitura, p. H-4.

SEVERO GOMES. Verbete. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>. Acesso em: 20 set. 2020.

SÍLVIA PÉLICA, 30 anos depois. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 mar. 1979. p. 16.

SOARES, Ricardo. Um encontro marcado para a poesia brasileira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1988. Caderno 2, Leitura, p. 7.

TAMBASCO, J. C. Vargens. 70 anos que o Frei Rosário chegou à Serra da Piedade. *Jornal Opinião*, Caeté, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.opiniaocaete.com.br/70-anos-que-o-Frei-rosario-chegou-a-serra-da-piedade/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 dez. 1961. Vida Social, p. 2.

TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 1971. Vida Social, p. 58.

TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 mar. 1972. Vida Social, p. 58

TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 1972. Vida Social, p. 24.

TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 set. 1974. p. 28.

TAVARES DE MIRANDA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976. p. 34.

TAVARES DE MIRANDA. Sílvia Pélica na Liberdade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1979. p. 37.

TEREZINHA DE GODOY ZERBINI. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/therezinha-zerbini/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VILAÇA, Antonio Carlos. A fé o diálogo como transcendência. *O Estado de S. Paulo*, ano VII, n. 428, 1 out. 1988. Cultura, p. 1-3.

ZAMAGNA, Domingos. Frei Romeu Dale, OP (1911-2207). *Gentil Weblog*. Disponível em: <https://pgentil.wordpress.com/2008/12/01/homenagem-a-Frei-romeu-dale/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Duas cidades. *Blog da Reformatório*. São Paulo, mai. 2004. Disponível em: <https://blogdareformatorio.wordpress.com/2015/10/15/duas-cidades/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BIBLIOGRAFIA

Álbuns, Artigos, Coleções, Dissertações, Fascículos, Livros e Teses

ALBARIC, Frère Michel; MIGNON, Jacques. L'édiction religieuse en France. In : FOUCHÉ, Pascal (dir.). *L'édiction française* : depuis 1945. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1998, p. 279-311.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 73-98, dez. 2008.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 155-202.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita*. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 15-38.

AMORIM, Sônia Maria de Amorim; TREMEL, Vera Helena F. (org.). *Jacó Ginsburg*. São Paulo: Prol/Com-Arte, 1989. (Editando o Editor, 1).

ANGELO, Michelly Ramos de. *Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS: a formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. São Paulo: Almedina, 2013.

ANGELO, Michelly Ramos de. *Les Développeurs: Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. São Carlos, 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro: desde 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978. A primeira edição foi publicada pela editora Paralelo, em 1974.

ANDRADE, Francisco Jatobá de; ARAUJO, Tarcisio Patricio de (Org.). *Diálogos com Lebret: 60 anos depois*. Recife: Cepe, 2016.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008. p. 21.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no Meio Século XX*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. pp. 45-54.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970). Orientadora: Tânia Maria Tavares Bressone da Cruz Ferreira. Co-orientador: Thomás Augusto Santoro Haddad. 2018. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2018.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina)

BAPTISTINI, Flávia Maria Zanon. *Livrarias, Memória e identidade: a importação de livros o Brasil e a trajetória da Livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro*. Orientador: Bernardo Borges Buarque de Hollanda. 2017. 175 f. (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2017.

BAPTISTINI, Flavia. Reminiscências da livraria importadora Leonardo da Vinci na vivência político-cultural da cidade do Rio de Janeiro. *Mosaico*, v. 8, n. 13, pp. 337-355, 2017.

BATISTELA, Erica Dias. Mira Schendel: todas as formas de dizer o indizível. *Revista Criação & Crítica*, n. 25, p. 181-197, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v1i25p181-197>.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. Da “Maria Antônia” à Cidade Universitária: narrativas e experiências de uma comunidade docente em trânsito (FFLCH-USP). *História Oral*, v. 20, n. 1, p. 77-100, jan./jun. 2017.

BIGNOTTO, Cilza Carla. *Figuras de autor, figuras de editor: as práticas editoriais de Monteiro Lobato*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOCCHINI, Maria Otilia. Projetos Editoriais em Laboratório. In: FILHO, Plínio Martins (org.). *Livros, Editoras & Projetos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

BOSCHI, Caio. O historiador, os arquivos e as novas tecnologias: notas para o debate. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. (Org.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. pp. 59-71.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et. al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp. 105-145.

BOURDIEU, Pierre. La ilusión biográfica. *Acta Sociológica*, México D. F., n. 56, p. 121-128, septiembre-diciembre, 2011.

- BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 39, p. 198-249, mai./ago. de 2018.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Ensaio Geral; 3)
- BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, p. 249-266, 2012.
- BOSI, Alfredo. Quem diz livraria diz refúgio. *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 1, Ateliê Editorial, pp. 13-17, mai. 2011.
- BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor: notas para a sua história. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.
- BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Rei do Livro: Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Lihed/UFF, 2016. (Coleção Memória Editorial, 9).
- BREUIL, Mathilde Le Tourneur. *Le père Lebret et la construction d'une pensée chrétienne sur Le développement* : dans le sillage de modèles politiques et intellectuels émergents au Brésil, 1947-1966. École des Hautes Études en Sciences Sociales, mémoire de master II, 2006.
- BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para reformulação da prática*. 2. ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Edusp, 2015. (Coleção Memória Editorial; 3).
- CABRINI, Conceição A.; GUEDES, Maria do Carmo (org.). *Flávio Aderaldo*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1991. (Editando o Editor, 2).
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, f. 2, p. 27-39, jul. dez. 2009.
- CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 17-22.
- CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, V.2, n. 4, abr. 1984, p. 27-36, abril de 1984.
- CANDIDO, Antonio. O mundo coberto de moços. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 35-39.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Memórias da Maria Antonia. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 27-34.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Maria Antonia: a integração sobre um lugar a partir da dor. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, 8(2), outubro de 1996, p. 1-10.

CARVALHO, David Oliveira; MOURA, Rhayza Rodrigues. Organização e classificação de documentos digitais de arquivos pessoais nas nuvens. *Ciência da Informação em Revista*. Maceió, v. 5, n. 3, p. 58-70, set./dez. 2018.

CARVALHO, Sofia Alexandre Costa de. *O arquivo pessoal como construção auto/biográfica: a reconstrução da narrativa de vida do arquivo pessoal Godofredo Ferreira*. Lisboa, 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e Documentação) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CESTARO, Lucas R. A atuação de Lebrecht e da SAGMACS no Brasil (1947-1964): ideias, planos e contribuições. São Carlos, 2015. 376 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, USP.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Um lugar chamado Maria Antônia. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 240-255.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. São Carlos, 2011. 265 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo.

CIACCHI, Andrea. Antonio Candido, eccetera: conciso roteiro italiano de um crítico brasileiro. *Graphos*, v. 1, n. 2, p. 75-88, 1996.

CLARO, Mauro. *Dissolução da Unilabor: crise e falência de uma autogestão operária* –. São Paulo, 1963-1967. Orientadoras: Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsányi e Fernanda Fernandes da Silva. 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CORNILLE, Jean-Louis. La Mort de l'éditeur. Axe Représentation. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (orgs). *Figures de l'éditeur*. Paris : nouveau monde, 2005. p. 43-57.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. *Manual de organização de arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Usp, 2015.

ESCOREL, Ana Luisa. *Brochura brasileira: objeto sem projeto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/INL, 1974.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, dez. 2018, pp. 95-114, dez. 2018.

FARIA, Rodrigo Santos de. O município em face do planejamento regional: a atuação profissional de Antonio Delorenzo Neto na construção do pensamento municipalista interamericano nas décadas de 1950-1960. *Anais do XV Enanpur*, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2013.

FAVIANO, Giovana Beraldi. Fundo Camargo Guarnieri: reflexões multidisciplinares. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 73, ago. 2019, p. 291-302.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue*. São Paulo, 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Magali Oliveira; MONTONE, Sonia; FONTANA, Carla Fernanda; LARSSON, Fábio (editores). *Cláudio Giordano*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2003. (Editando o Editor, 6).

FERRARI, Márcio. Metodologia epistolar: projeto franco-brasileiro estabelece critérios para a publicação de correspondência intelectual. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 262, p. 52-55, dez. 2017. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/12/052-055_epistolografia_262.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021

FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Arlindo Pinto de Souza*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1995. (Editando o Editor, 4).

FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Jorge Zahar*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2001. (Editando o Editor, 5).

FERREIRA, Jerusa Pires Ferreira (org.). ALMEIDA, Maria Assis de; FERNANDES, Magali Oliveira; SENRA, Mirian (editoras). *Ênio Silveira*. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2003. (Editando o Editor, 3).

FILHO, O. C. Louzada. Crônica do Secundário. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 88-90.

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2016. (Coleção Memória Editorial, 10).

GODOY, José Henrique Artigas de. A práxis de Lebret: economia humana, desenvolvimento católico e a industrialização do Nordeste. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 36 (2), p. 188-219, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872016v36n2cap09>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GODOY, José Henrique Artigas de. Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebret: Desenvolvimentismo e Práxis Progressista Católica nas Décadas de 1950 e 1960. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 63(1):e20170188, p.1-41, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582020198>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, pp.121-127.

GOMES, Angela de Casto Gomes; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Casto Gomes; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Denise Pedroso. *O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização da leitura*. Orientadora: Maria Rita de Almeida Toledo. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo. *Cartografia das livrarias do Centro de São Paulo (1930-1970)*. Orientadora: Marisa Midori Deaecto. 2012. 55 f. Relatório final (Trabalho apresentado ao Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria da USP, feito com apoio do PIBIC/CNPq) – Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2012.

GUINSBURG, Jacó. Uma proposta editorial. In: FILHO, Plínio Martins (Org.). *Livros, Editoras e Projetos*. São Paulo: Atêlie Editorial, 1997. pp. 27-44.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mai. 2005, p. 17-53.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador, Conjuntura do final do século: a evidência em questão?, Epílogo: Michel de Certeau, In: *Evidência da História; O que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 203-228, 229-252, 253-264.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. pp. 67-76.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n. 19, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, Luciana. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, f. 2, p. 40-57, jul. dez. 2009.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Arte & Trabalho: aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2016.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 78, 2018, pp. 97-120.

JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

KHOURI, Omar. Julio Plaza e o livro pensado como objeto artístico. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, n. 68, 2012. pp. 95-120.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2006. (Coleção Memória Editorial, 4)

LACERDA, Aline Lopes de. A imagem nos arquivos. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. p. 63-64.

LAFER, Celso. Apresentação. In: LAFER, Celso (Org.). *Esboço de Figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. p. 7.

LEGENDRE, Bertrand. Autour de quelques figures de l'éditeur. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (orgs). *Figures de l'éditeur*. Paris : nouveau monde, 2005. p. 345-347.

LOFEGO, Silvio Luiz. A construção da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, v. 2, n. 2, p. 25-44, 2006.

LORIGA, Sabina. *O Pequeno X: da biografia à história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (História e Historiografia, 6)

LUDOVICO, Sara. Um editor já desmascarado ou marcado: a Livraria Moraes Editora e a censura. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 16, p. 453-473, 2016.
DOI:https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_20

MACHADO, Ubiratan. *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MAMMÌ, Lorenzo. O Centro Universitário Maria Antonia, entre Universidade e cidade. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (Coord.); CULTURAL, Centro de Preservação (Org.). *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2005. p. 28-34.

MARCHETTI, Fabiana. Importações de livros franceses no Brasil: apontamentos para uma história da Livraria Francesa de São Paulo. *Réel*, n. 3, p. 111-128, décembre 2019.

MASSI, Augusto. Revisitando Duas Cidades. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. V. 68, p. 23-37, dezembro de 2012.

MAUÉS, Flamarion. Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Edição digital), 2014. pp. 17-44.

MELLO, Simone Homem de. *Guilherme Mansur*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2018. (Editando o Editor, 9).

MEMÓRIA DOMINICANA. Implantação da Ordem dos Frades Pregadores no Brasil, 1878-1952: pela Província de Toulouse (França). Juiz de Fora: Ordem dos Dominicanos, 1980-2013, n. 20. Semestral.

MEMÓRIA DOMINICANA. Implantação da Ordem dos Frades Pregadores no Brasil, 1952-1965: pela Província Dominicana Brasileira São Tomás de Aquino. Juiz de Fora: Ordem dos Dominicanos, 1980-2013, n. 21. Semestral.

MENESES, Adélia Bezerra de. Maria Antônia: década de 60. SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 118-131.

MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. (Coleção Corpo e Alma do Brasil). pp. 53-83.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINDLIN, José E. Uma experiência de programação cultural. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. (Coleção Corpo e Alma do Brasil). pp. 209-222.

MOLLIER, Jean-Yves. Naissance de la figure de l'éditeur. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (Org.). *Figures de l'éditeur*. Paris: nouveau monde, 2005. p. 13-24.

MOARES, Marcos Antonio de; NEVES, Rodrigo Jorge Ribeiro. Apresentação do dossiê artífices da correspondência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 67, p. 103-105, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i67p103-105>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/137594/133215>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MOSQUEDA, Ana. Archivos de editores: ¿cómo elaborar los segmentos epistolares? *Translaciones. Revista Latinoamericana de Lectura y Escritura*. V. 5 (10), pp.12-38, diciembre 2018.

MOURA, Frei Sérgio Lobo de. Desafios de uma reimplantação: a ordem dominicana no Brasil entre as duas guerras mundiais. *Perspectiva Teológica*, ano 29, n. 78, mai./ago., 1997, p. 233-243.

NASCIMENTO, Ana Paula. *MAM: museu para metrópole*. Orientadora: Maria Cecília França Lourenço. 2003. 280 f. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), FAU, USP, São Paulo, 2003.

NETO, João Cabral de Melo. *A educação pela pedra e outros poemas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NEVES, Juliana. São Paulo no segundo pós-guerra: imprensa, mercado editorial e o campo da cultura na cidade. *RBCS*, v. 26, n. 75, p. 119-132, fev. 2011.

PAGÈS, Alain. A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autógrafos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 67, p. 106-123, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i67p106-123>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/137569/133197>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. Universidades e cultura na ditadura militar brasileira. *Revista Estudios del ISHiR*, Año 8, n. 20, pp. 92-106, 2018.

PELLETIER, Denis. *Économie et Humanisme: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers monde (1941-1966)*. Paris: Éditions du Cerf, 1996.

PEREIRA, Humberto. Michel Quoist tem um objetivo: tornar Cristo conhecido. Entrevistado: Michel Quoist. *Família Cristã*, São Paulo, ano 39, n. 455, p. 8-11, nov. 1973.

PIC, Claire. *Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952): de la mission a l'apostolat intellectuel*. Directeur de thèse: Richard Marin. 2014. 338 f. Thèse (Doctorat en Histoire) – École doctorale TESC, Université Toulouse II – Le Mirail, Toulouse, 2014.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores e das editoras e das “coleções Brasileiras”, nas décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 2º semestre de 1988.

PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PONTUAL, Virgínia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: práticas urbanísticas, CEPUR e SAGMACS. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V.13, n. 1, pp. 151-169, maio de 2011.

PONTUAL, Virgínia. *Louis-Joseph Lebreton na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. Orientadora: Heloisa Pontes. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1970). *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 19, p. 13-34, 2010.

REIMÃO, Sandra. *Mercado Editorial Brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018.

QUINTA, Hugo. Garraux e os irmãos Teixeira: os livreiros-editores da pauliceia finissecular. *Tempos Históricos*, vol. 23, p. 289-315, 2º Semestre de 2019.

QUINTA, Hugo. O caleidoscópio telúrico de Guilherme Mansur: tipógrafo-poeta-editor e artista gráfico. *História Unisinos*, v. 24, n. 1, p. 157-160, janeiro/abril. 2020.

QUINTA, Hugo; SILVA, Wilton Carlos Lima da. O arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz: o livreiro-editor da Livraria Duas Cidades. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 76, p.241-264, ago. 2020.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 103 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SAID, Edward W. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTA CRUZ, José Petronillo de. O arruar de Antonio Candido. In: LAFER, Celso (Org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. pp. 69-70.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 259-280.

REZENDE, Antônio Muniz de. Minhas memórias com Frei Mateus da Rocha: um testemunho. *Pólemos*, Brasília, v. 2., n. 3, p. 220-234, jul. 2013.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, n. 17, Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 85-91.

SALLES, Marcelo Yamashita Salles. (org.). 2013. *Plínio Coêlho*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2013. 104p. (Editando o Editor, 8).

SANTA CRUZ, José Petronilo de. O arruar de Antonio Candido. In: LAFER, Celso (org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. pp. 69-70.

SANTOS, João Baptista Pereira dos. *Unilabor: uma revolução na estrutura da empresa*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

SANTOS, Marcelo dos. Paratextos cabralinos: uma sugestão de leitura da obra de João Cabral de Mello Neto. *Boletim de Pesquisa Nelic*, Florianópolis, v. 4, p. 82-93, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-784X.2011nesp4p82>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014. p. 7-46.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SERRY, Hervé. Figures d'éditeurs français après 1945 : habitus professionnel et transformation du champ éditorial. Axe Représentation. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (orgs). *Figures de l'éditeur*. Paris : nouveau monde, pp. 73-89, 2005.

SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008a.

SILVA, Wellington Teodoro da. Brasil, Urgente: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963-1964). Juiz de Fora, 2008b. 344 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas e de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz e Fora, 2008b.

SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo e revolução: fragmento de um caso brasileiro. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 173-180, jan./jun. 2012.

SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da. *Editoras católicas no Brasil*. Orientadora: Isabel Siqueira Travancas. 2011. 68 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Produção Editorial) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. *Diálogos*, Maringá, v.21, n. 2, set., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i2.39526>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SILVA, Wellington Teodoro da Silva; BAPTISTA, Paulo Agostinho N. A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 23, e59752, 5 ago. 2020. DOI: 10.5216/sec.v23.e59752.

SOBRAL, Carolina Bednarek. *Edições Paulinas: Religião, Política, e Prática Editorial (1962-1994)*. Orientadora: Marisa Midori Deaecto. 2021. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOLIA. *Dominicains*. Bellegarde (Ain): presses de SADAG, 1943. 93p.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2010. (Coleção Memória Editorial, 6)

SORÁ, Gustavo. Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América Latina”. *Fontes*, n. 3, 2015-2, p. 15-28.

SOUZA, Ademar Mendes de. *Estado e Igreja católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. São Paulo, 2009. 388 f. Tese

(Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Maria Antonia: um mito?. *Plural*, Sociologia, USP, São Paulo, 2, p. 98-108, 1 sem. 1995.

VICENTINI, Raquel Maygton. *Samuel Leon*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2010. (Editando o Editor, 7).

VICHNEWSKI, Henrique. *As indústrias matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. Campinas, 2004. 295 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007, pp. 3-13.

ZOREK, Bruno de Macedo. Esgarçamento do futuro: transformações nas representações do destino de São Paulo na década de 1950. *Plural*, São Paulo, v. 25.1, p. 226-247, 2018.

ANEXOS

José Petronilo de Santa Cruz: cronologia (1918-1997)

1918	<ul style="list-style-type: none">• José Petronilo de Santa Cruz nasceu no dia 03 de abril de 1918, em São Luiz do Quitunde (no engenho São Salvador ou “guindaste”), estado de Alagoas. Filho da dona de casa Julieta Aguiar Santa Cruz de Oliveira e do cartorário Theotonio de Santa Cruz de Oliveira. Certidão de nascimento emitida em 19 de setembro de 1953. (Arquivo pessoal)• Foi batizado em 13 de setembro de 1918 na Igreja Nossa Senhora dos Prazeres de Maceió, pelo padre Armando de Gusmão. Os padrinhos foram Francisco de Barros Pimentel Goulart e Aurea de Aguiar, e o vigário, Antonio Valente. Certificado de Batismo emitido em 22 de maio de 1937. (Arquivo pessoal)
1921	<ul style="list-style-type: none">• Fundação da revista <i>A Ordem</i> por Jackson de Figueiredo.
1922	<ul style="list-style-type: none">• Fundação do Centro Dom Vital por Jackson de Figueiredo, cuja meta era difundir o apostolado intelectual no Brasil.• No dia 08 de dezembro de 1922 é fundada a Confederação Católica do Rio de Janeiro por Dom Sebastião Leme.
1927	<ul style="list-style-type: none">• Fundação do Convento São Tomás de Aquino no Rio de Janeiro, quando se inicia-se apostolado intelectual da congregação dominicana nas capitais brasileiras. (PIC, 2014, p. 266)
1928/9	<ul style="list-style-type: none">• Alceu Amoroso Lima assume o <i>Centro Dom Vital</i> após o falecimento de Jackson de Figueiredo, e funda a Associação Universitária Católica.
1932	<ul style="list-style-type: none">• Fundação da Liga Eleitoral Católica e do Instituto Católico de Estudos Superiores no Rio de Janeiro.

<p>1937</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em 10 de setembro de 1937, aos 19 anos de idade, José Petronilo foi crismado por Dom Joaquim Mamede na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Rio de Janeiro. Teve como padrinho o poeta e crítico literário pernambucano Willy Diniz Lewin. (Arquivo pessoal) • Frei Benevenuto de Santa Cruz tem sua tomada de hábito (vestição) em 21 de novembro de 1937. (Arquivo dos dominicanos)
<p>1938</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Profissão temporária (simples) de Frei Benevenuto de Santa Cruz no dia 25 de dezembro de 1938, em Toulouse, França. (Arquivo dos dominicanos) • De 1938 a 1941, Benevenuto realiza o curso de Filosofia e Teologia no Convento de Saint-Maximin, localizada no sudeste da França. (Catálogo da Província de Toulouse, 1941- Biblioteca Lebret)
<p>1941</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Profissão solene de Frei Benevenuto em 25 de dezembro de 1941, no Convento de Sain-Maximin. (Arquivo dos dominicanos) • Padre Lebret funda o grupo e a revista <i>Economie et Humanisme</i>.
<p>1942</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No dia 02 de agosto, desembarcou no Rio de Janeiro o grupo de frades dominicanos que estudavam na França e foram repatriados pelo governo brasileiro em razão da Segunda Guerra Mundial. (Memória Dominicana, n. 20, p. 78) • Em Maceió, no 21 de agosto de 1942, José Petronilo de Santa Cruz recebe o certificado de reservista no qual consta a profissão como religioso e a informação de que irá residir em São Paulo, na Rua Caiubí, nº 126. (Arquivo pessoal)
<p>1944</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Centro Dom Vital</i> cria as edições Agir, responsável por publicar e difundir as obras de Maritain em português. Os missionários divulgam o pensamento de Jacques Maritain nos círculos intelectuais católicos. (PIC, p. 272)
<p>1945</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração e testemunho assinado pelo Bispo Sebastião Thomas, o qual informa que Frei Benevenuto de Santa Cruz, no dia 6 de janeiro de 1945, está devidamente atraído para ordem sagrada do sacerdócio ao celebrar sua primeira missa no Convento de Santo Alberto Magno, em São Paulo. (Arquivo pessoal) • Padre Lebret cria a SAGMA – <i>Société pour l'Application du Graphisme et de la Mécanographie à l'Analyse</i> (PIC, p. 274) • Fundação do Convento de La Tourette, na França.

<p>1946</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação da Livraria Sociedade Amigos do Livro (SAL), por Carlos Pinto Alves, Inah de Oliveira Ribeiro e Sylvio Whitaker Leite Penteado, na cidade de São Paulo.
<p>1947</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Padre Lebret realiza curso em São Paulo, ocasião em que funda um núcleo de Economia e Humanismo, cria o Centro de Difusão das Revistas Dominicanas, e na sequência, o Centro de Assinatura das Revistas Dominicanas, o qual funcionou por dois anos na portaria do Convento de São Paulo – transferindo-se, posteriormente, para a Livraria Duas Cidades. (Memória Dominicana, nº 20, p. 80) • Padre Lebret vem ao Brasil convidado pelo padre Romeu Dale (PIC, p. 273). Os dois se encontraram pela primeira vez no ano de 1941, em Saint Maximin, quando Dale realizava seus estudos de Filosofia e Teologia. Esse frade foi responsável por apresentar Lebret a Alceu Amoroso Lima. • Alceu Amoroso Lima torna-se delegado brasileiro na OCDA, realizada em Montevideú, e lê um texto de Lebret durante a conferência que inaugurou o movimento democracia cristã. • Curso de Lebret na Ação Social Arquidiocesana do Rio de Janeiro (PIC, p. 274) • Frei Benevenuto iniciou o Centro de Difusão das Revistas Dominicanas
<p>1948</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação da Juventude Operária Católica (JOC) (PIC, p. 6) • Padre Romeu Dale é designado para o convento do Rio de Janeiro. Frei Benevenuto de Santa Cruz substitui Romeu Dale na SAGMACS. • Exposição de Frei Benevenuto na “Conferência Preparatória da Páscoa Universitária”, ocorrida em 26 de maio de 1948 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. • Entre os dias 22 e 29 de setembro, Benevenuto esteve em Recife, onde realizou contato com membros do movimento Economia e Humanismo e com familiares. O período antecedia sua viagem para França. (Arquivo pessoal, Diário de Viagem) • Em outubro, Benevenuto vai para La Tourette com o objetivo de realizar um estágio com grupo do padre Lebret.

<p style="text-align: center;">1949</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O frade esteve em diversas cidades francesas e ficou hospedado muitos dias em Paris. Também viajou para Bélgica, Suíça e Luxemburgo, aproximando-se dos grupos operários católicos, dos membros de EH e de importantes figuras da cultura vinculadas ao laicato católico. • Em agosto, Benevenuto retorna ao Brasil, após período de estágio na sede central do movimento EH, na França. • Frei Benevenuto se corresponde com Murilo Mendes • Há três pastas do poeta no acervo da editora, as quais abrigam correspondências e fotografias trocadas entre Murilo Mendes e Santa Cruz, desde 1949 até 1975. A maioria delas são escritas pelo poeta mineiro para o livreiro-editor, e tratam da amizade entre eles e do livro <i>Convergência</i>, publicado pela Livraria Duas Cidades em 1970. • Ano em que Frei Benevenuto conhece Antonio Candido.
<p style="text-align: center;">1950</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Curso de Problemas da Arte Sacra”, realizado por Frei Benevenuto de Santa Cruz, de 25 de outubro a 6 de dezembro de 1950, às quartas-feira, às 18hs, no MAM. (Arquivo Bienal e Arquivo Santa Cruz) • No dia 2 de dezembro Frei Benevenuto de Santa Cruz e o motorista do carro que o levava para Ubatuba sofrem grave acidente. No local de destino seria realizado uma Semana de Economia e Humanismo. (Arquivo pessoal de Santa Cruz) • Frei João Batista Pereira dos Santos inaugura o Centro Social Cristo Operário, na rua Vergueiro, em São Paulo. (Memória Dominicana, nº 20, p. 81)
<p style="text-align: center;">1951</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Provável fundação das Edições SAL por Frei Benevenuto, Carlos Pinto Alves, Sylvio Whitaker Leite Penteadado, Eduardo Bastos e dois membros da Ação Católica. • Organização da Exposição de Arte Religiosa Francesa por Frei Benevenuto e Sr. Berard, realizada no MAM entre dezembro de 1951 e janeiro de 1952. (Arquivo Bienal e Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades). • Palestra de Frei Benevenuto no evento “O Santo Sacramento do Matrimônio”, que ocorreu em São Paulo, entre os dias 13 e 20 de maio, e contou com a participação de André Franco Montoro. No dia 15, o frade expôs sobre “As jovens de hoje, lares de amanhã”, dirigida aos casais. (Estado de S. Paulo, 15 mai. 1951)

1952

- Em 7 de março ocorreu a fundação da província dominicana brasileira São Tomás de Aquino. (PIC, p. 278)
- Padre Lebret esteve no Brasil nos meses de junho, julho, agosto e setembro para realizar trabalho em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maceió e cidades interioranas. Proferiu uma palestra no Instituto Estadual de Educação de Maceió em 07 de setembro de 1952. Frei Benevenuto o acompanhou em praticamente todas as atividades que realizou nesse período.
- Benevenuto viaja para a África na companhia do padre Lebret. Deixaram o Aeroporto de Recife com destino a Dakar, capital do Senegal, no dia 10 de setembro. No dia 13 partiram para Conakry, capital da República da Guiné, no dia 15 foram para a Abidjã, capital da Costa do Marfim entre 1934 e 1983, no dia 17 para Bamako, capital do Mali, e no mesmo dia vão para Casablanca, onde ficaram até o dia 21, quando partiram para Lyon, França. (Cartas de Lebret aos contatos africanos – *Archives Nationales*, Fond Lebret 45AS). Essa viagem foi relatada nas *Notas tomadas por Frei Benvenuto de Santa Cruz durante a viagem*, em 13 de setembro de 1952. (Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz)
- Frei Benevenuto participa da reunião do Conselho de Direção do Economia e Humanismo Francês. Nessa ocasião, é nomeado diretor da equipe brasileira, Raymond Delprat da equipe francesa e o Padre Lebret da equipe geral (Reunião do Conselho de Direção da Economia e Humanismo, em 4 de outubro de 1952 – *Archives Nationales*, Fond Lebret, 45AS).
- Permanece em La Tourette entre os dias 21 e 30 de setembro (Carta de Lebret a Augustine le Rouxel, enviada em 29 de agosto deste ano – *Archives Nationales*, Fond Lebret 45AS).
- Benevenuto retorna ao Brasil no mês de outubro e padre Lebret no mês de dezembro com o objetivo de realizar, entre os dias 27 de dezembro de 1952 e 06 de janeiro de 1953, um Curso de Formação para Pesquisadores, voltado aos os membros da SAGMACS. Lebret retorna à França em janeiro de 1953.

1953

- Cerimônia de instalação do Centro Brasileiro de Estudos realizada no Palácio dos Campos Elíseos, no dia 30/04, com a presença de Frei Benevenuto de Santa Cruz, Roberto Paiva Meira, Francisco Matarazzo Sobrinho, Fernando Milan, Alfredo Mesquita, Maria Luiza de Almeida, entre outros. (Estado de S. Paulo, 01/05)
- Concurso de monografia econômica realizado no bojo do IV Centenário da Cidade de São Paulo. A comissão Julgadora do certame, constituída pelos senhores Frei Benevenuto de Santa Cruz, Caio Prado Júnior e Dorival Teixeira Vieira. (Estado de S. Paulo, 09/07)
- Jânio Quadros, então prefeito de São Paulo nomeia Frei Benevenuto de Santa Cruz para exercer a função de “Membro da

	<p>Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo, 8 de outubro de 1953. (Arquivo pessoal de Santa Cruz)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Frei Benevenuto de Santa Cruz é nomeado um dos membros do conselho de administração da II Bienal de São Paulo, que ocorreu entre dezembro de 1953 e fevereiro de 1954, patrocinada pela comissão da IV Centenário da Cidade de São Paulo. (Arquivo Bienal)
1954	<ul style="list-style-type: none"> • No dia 12 de janeiro, Frei Benevenuto pede exoneração do cargo na Comissão do IV Centenário, assinada por Jânio Quadros no dia 15 do mesmo mês. (Arquivo pessoal de Santa Cruz) • Cerimônia no salão da prefeitura de São Paulo, em 14/01, para nomeação de Candido Fontoura como novo membro da Comissão do IV Centenário, em substituição à Frei Benevenuto de Santa Cruz. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 15/01) • Em nome da Comissão do IV Centenário, Frei Benevenuto de Santa Cruz saudou os autores premiados no concurso literário e no concurso de vitrinas, em 23 de janeiro de 1954. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 23/01) • I Congresso Internacional de Economia Humana entre os dias 18 e 25 de agosto. Evento promovido pelo Instituto Internacional de Economia Humana sob patrocínio do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Frei Benevenuto de Santa Cruz foi presidente da comissão organizadora do evento. • Fundação da Livraria Duas Cidades no mês de dezembro.
1955	<ul style="list-style-type: none"> • Eleita nova diretoria da SAGMACS, e Frei Benevenuto de Santa Cruz torna-se Diretor-Técnico desta sociedade.
1956	<ul style="list-style-type: none"> • Frei Benevenuto torna-se Diretor da Economia e Humanismo e da Livraria Duas Cidades. (Catálogo da Província de São Tomás de Aquino, 1956, Biblioteca Lebret) • Lebret e Delprat chegam ao Brasil no dia 1º de Julho.
1957	<ul style="list-style-type: none"> • Frei Benevenuto de Santa Cruz realiza a conferência “Problemas espirituais no mundo de hoje”, durante o evento Três dias de espiritualidade, realizado no convento das Perdizes, (<i>Estado de S. Paulo</i>, 27/04) • Lebret permanece no Brasil ao longo do mês de agosto.

<p>1958</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana, estudo elaborado pela SAGMACS e pela Comissão de Pesquisa Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo. Frei Benevenuto era o diretor técnico da SAGMACS e diretor de Economia e Humanismo no Brasil. (<i>Archives Nationales</i>, Fond Lebret, 45AS) • Em agosto de 1958 foi aberta a filial da Livraria Duas Cidades em Belo Horizonte, localizada na rua São Paulo, n. 848, loja B,.
<p>1959</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da primeira edição de <i>Poemas para rezar</i>, de Michel Quoist, o livro mais vendido do selo Livraria Duas Cidades.
<p>1960</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência de Frei Benevenuto de Santa Cruz sobre os níveis de vida no Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre no bojo das reuniões do CIBPU. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 05/07) • Lançamento do livro do padre Lebret, <i>Suicídio ou sobrevivência do Ocidente</i>, na Livraria Francesa, em 28 de julho de 1960, com a presença de Frei Benevenuto e Lucas Nogueira Garcez. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 29/07) • O livreiro-editor envia o primeiro relatório ao Capítulo Provincial sobre a Livraria Duas Cidades, em julho de 1960. (Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas)
<p>1961</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Frei Benevenuto e Dom Helder Camara proferiram uma palestra sobre “O desenvolvimento em face das exigências do humanismo cristão” e a “Educação de base”, ambas realizadas durante o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, entre os dias 15 e 20 de maio de 1961 no Rio de Janeiro. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 12/05) • Fechamento da filial da Livraria Duas Cidades em Belo Horizonte. • O Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) inaugurou, em 22/11, um curso sobre a obra do padre Lebret, <i>Manifesto para uma civilização solidária</i>, o qual ocorreu na Federação dos Círculos Operários. A palestra inaugural foi proferida por Frei Benevenuto de Santa Cruz sob o título “Problemática do Manifesto”. No dia 18/12, realizou a palestra “A instauração de uma nova civilização, tarefa de nosso tempo”. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 23/11 e 28/11) • Em dezembro de 1961, Frei Benevenuto de Santa Cruz celebrou o casamento do crítico literário, poeta e então redator da <i>Folha de S. Paulo</i>, José Geraldo Nogueira Moutinho com Jessita Maria.

<p>1962</p>	<ul style="list-style-type: none"> No dia 4 de setembro, Frei Benevenuto proferiu uma palestra sobre “A influência da religião no desenvolvimento social e econômico”, realizada no Anfiteatro de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 31/08)
<p>1964</p>	<ul style="list-style-type: none"> Golpe civil-militar no Brasil.
<p>1965</p>	<ul style="list-style-type: none"> O Ministro da Educação da França, Christian Fouchet, por meio do decreto de 23 de dezembro de 1965, nomeou <i>Chevalier dans l'Ordre des Palmes Académiques</i>, Frei Benevenuto de Santa Cruz pelos serviços prestados à cultura francesa. (Arquivo pessoal de Santa Cruz)
<p>1966</p>	<ul style="list-style-type: none"> Carta de Jean de Latour (cônsul geral da França em São Paulo) a Frei Benevenuto de Santa Cruz, em 28 de janeiro de 1966, informando que o religioso foi distinguido com a condecoração <i>Chevalier dans l'Ordre des Palmes Académiques</i>, que homenageia divulgadores da cultura francesa. (Arquivo pessoal de Santa Cruz) Movimento religioso <i>Cristãos vão orar juntos</i>. Durante a Semana de Orações pela Unidade Cristã (22/05 a 29/05), os atos do culto comum começam com Frei Benevenuto de Santa Cruz na Igreja Metodista (<i>Estado de S. Paulo</i>, 21/05) Em 10 de agosto de 1966, Frei Benevenuto, representando a SII, comprou a loja e sobreloja de 300 m², localizada na rua Bento Freitas, n. 158, centro de São Paulo, onde a Duas Cidades se estabeleceu de 1968 a 2006. O projeto arquitetônico da livraria foi desenvolvido pelos arquitetos e <i>designers</i> modernistas, João Carlos Cauduro e Ludovico Martino.
<p>1967</p>	<ul style="list-style-type: none"> Em 10/04, Frei Benevenuto de Santa Cruz recebeu a comenda do governo francês “Cavaleiro das Artes e das Letras” (<i>Estado de S. Paulo</i>, 11/04) Exposição de livros religiosos franceses, organizada pela Livraria Duas Cidades, com a participação de 40 editoras outras editoras especializadas em livros franceses, entre os dias 10/04 e 21/04. Evento realizado na sede da Aliança Francesa, presidido pelo cônsul Jean de La Tour. (<i>Estado de S. Paulo</i>, 11/04) Em setembro deste ano, Frei Fernando de Brito começou a trabalhar no setor editorial da Livraria Duas Cidades, onde esteve até novembro de 1969, quando foi preso e torturado pelo DOPS. (Arquivo Público do Estado de São Paulo)

1968

- Frei Benevenuto é nomeado para exercer o cargo de professor titular da cadeira “Instituições e Doutrinas do Cooperativismo”, da quarta série do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco. Nomeação realizada pelo professor doutor Antonio Delorenzo Neto, diretor dessa faculdade. (Arquivo pessoal)
- Indicação do nome de Frei Benevenuto para reger a cadeira “Cooperativismo (Doutrina e Técnica)”, da quarta série do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Municipal de Laranjal Paulista. Indicação de Antonio Delorenzo Neto, encarregado da organização dessa faculdade. (Arquivo pessoal)
- Frei Fernando começou a trabalhar como assistente editorial da Livraria Duas Cidades em meados de 1968. (João Antonio Caldas Valença, entrevista, 12 ago. 2019)
- Em agosto de 1968, a sede da Livraria Duas Cidades é transferida para a rua Bento Freitas, 158. (Arquivo dos Dominicanos)
- Frei Benevenuto é nomeado enviado especial da *Folha de S. Paulo* para cobrir a Segunda Conferência Geral Episcopal Latino-Americana (II CELAM), promovida pelo Conselho Episcopal Latino-Americano e ocorrida em Medellín, Colômbia, entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro de 1968.
- A *Folha de S. Paulo* lançou o caderno especial, “A Igreja na América Latina: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Medellín, 26/08 a 06/09/1968”, editado por Frei Benevenuto de Santa Cruz.
- Confronto entre estudantes do Mackenzie e da USP, episódio conhecido como Batalha da Maria Antônia, em outubro de 1968.

1969

- Frei Benevenuto torna-se Cons. da Prov. E Cons. Econ. da Prov. (Catálogo do Conventos, Frades e Irmãs, Província de São Tomás de Aquino, São Paulo, 1969, Biblioteca Lebet)
- Os Freis Maurício e Fernando, que trabalhavam na Livraria Duas Cidades, foram presos e torturados pela ditadura civil-militar em novembro de 1969.
- No dia 04 de novembro de 1969, Frei Fernando foi levado à Livraria Duas Cidades para supostamente receber a ligação de Carlos Marighella. Os telefones da livraria foram grampeados e os arredores da rua Bento Freitas foram cercados por policiais.
- Na primeira semana do mês de novembro de 1969, Humberto Pereira (então Frei Patrício) substituiu Frei Fernando como assistente editorial da Livraria Duas Cidades, posição que ocupou até 19 de junho de 1975.

<p style="text-align: center;">1970</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Livraria Duas Cidades publica <i>Vários Escritos</i>, de Antonio Candido. Primeiro livro do crítico literário lançado pela casa. Na biblioteca da editora consta um exemplar da primeira edição com a seguinte mensagem do autor para Santa Cruz: “Ao heroico Frei Benevenuto, protestando inocência quanto ao resultado, fraternalmente, Antonio Candido”. • <i>Amoressência</i> (1970), da psicóloga Adelaide Petters Lessa; <i>Exercitia</i> (1970), de José Geraldo Nogueira Moutinho; e <i>Convergência</i>, de Murilo Mendes, foram os três primeiros títulos de poesia secular publicados pela Livraria Duas Cidades.
<p style="text-align: center;">1971</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O conselho departamental da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco transferiu Frei Benevenuto de Santa Cruz para o cargo de professor regente de Sociologia do Desenvolvimento, da terceira série do Curso de Bacharelado de Ciências Econômicas. (Arquivo pessoal) • A Livraria Duas Cidades publica <i>Os Parceiros do Rio Bonito</i>, de Antonio Candido. Segundo livro do crítico literário lançado pela casa. Foram nove edições dessa obra entre 1971 e 2001, sendo que a última foi lançada em coedição com a Editora 34. • Em 04 de junho houve tarde de autógrafos na Livraria Duas Cidades com o filósofo espanhol Julián Marías, que lançou seu livro <i>Antropologia Metafísica</i>, publicado pela casa em 1971. Depois da sessão, e a convite do governo do estado de São Paulo, o autor proferiu a palestra “O homem e a vida humana”, proferida na Biblioteca Municipal. (<i>Folha de S. Paulo</i>). • Ano em que Maria Antonia começa a trabalhar no departamento livreiro da Duas Cidades
<p style="text-align: center;">1972</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Frei Benevenuto de Santa Cruz é ex-clausturado em 06 de fevereiro de 1972. (Catálogo da Província de São Tomás de Aquino, 1972, Biblioteca Lebret, e Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas, pasta Frei Benevenuto de Santa Cruz) • Inicia-se a negociação de Santa Cruz com a Ordem Dominicana para aquisição das quotas da livraria e editora pertencentes à Sociedade Impulsionadora da Instrução (SII), entidade jurídica dos dominicanos. (Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas) • Em 28 de abril houve o lançamento e a noite de autógrafos do livro <i>Alice</i>, de José Antonio da Silva, na Livraria Duas Cidades, que acolheu o evento patrocinado pelo casal Maria Duclé Müller Carioba e Jean Martin Sigrist. O evento contou com a participação de figuras ilustres da elite social e cultural paulistana. (<i>Folha de S. Paulo</i>, 26 mai. 1972, vida social, p. 24)

<p style="text-align: center;">1973</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rodado em 1970, <i>Compasso de Espera</i>, de Antunes Filho, teve uma sequência filmada no interior da Livraria Duas Cidades. Esta película foi censurada pela ditadura civil-militar. • <i>Mário de Andrade: ramais e caminho</i>, de Telê Porto Ancona Lopez recebeu o troféu Mário de Andrade (literatura, na categoria ensaio), conferido durante o 17º prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 14 de maio de 1973, no Teatro da Universidade Católica, em São Paulo.
<p style="text-align: center;">1974</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Documento do DOPS/SP sobre “Benevenuto de Santa Cruz ou José Petronilo de Santa Cruz, ‘sem qualificação’”, produzido em 21 de março de 1974, o qual relata as informações que o órgão policial possuía sobre Santa Cruz. (Arquivo Público do Estado de São Paulo) • Em 28 de agosto de 1974, Alceu Amoroso Lima lançou <i>Em Busca da Liberdade</i>, editado pela Paz e Terra, com uma noite de autógrafos na Livraria Duas Cidades. O evento contou com a participação de Sérgio Buarque de Holanda. (<i>Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo</i>) • A <i>Folha de S. Paulo</i>, em 10 de setembro de 1974 (Folha Ilustrada, p. 40) publicou uma série de matérias sobre a crise no mercado livreiro e editorial. Em uma delas, “Quando importar é um bom negócio”, conversaram com o Professor Santa Cruz para tratar dos problemas da importação de livros no Brasil.
<p style="text-align: center;">1975</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em junho de 1975, Humberto Pereira deixou a chefia do departamento editorial da Livraria Duas Cidades. O Professor Santa Cruz assumiu pessoalmente essa seção da casa, apoiado pela assistente editorial Mara Valles. (Arquivo Frei Bartolomeu de Las Casas) • Publicação pela Livraria Duas cidades da obra <i>Teoria da poesia concreta</i>, de Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos.
<p style="text-align: center;">1976</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Exemplo de tenacidade a serviço da cultura</i>, depoimento de José Petronilo de Santa Cruz sobre Francisco Matarazzo Sobrinho, escrito em 17 de julho de 1976. (Arquivo Bienal) • Propaganda de Natal da CBL inclui a Livraria Duas Cidades entre os estabelecimentos livreiros. (<i>O Estado de S. Paulo</i>) • Em 22 de janeiro, a Livraria Duas Cidades lançou <i>Sagarana Emotiva</i>, de Paulo Dantas, que publicou suas trocas epistolares com Guimarães Rosa. O evento contou com a presença do autor autografando seu livro, de sua esposa e da viúva de Guimarães Rosa. (<i>Folha de S. Paulo</i>)

<p style="text-align: center;">1977</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Serviço Nacional de Informação do regime civil-militar requereu o pedido de busca nº 0346/750, de 14 de janeiro de 1977, com o assunto “José Petronillo de Santa Cruz”. Neste documento há informações sobre a filiação, os antecedentes e dados solicitados pelo órgão de inteligência da ditadura. (Arquivo Público do Estado de São Paulo) • Após cinco anos de negociação, José Petronilo de Santa Cruz comprou as quotas da Duas Cidades que pertenciam à SII e tornou-se o principal sócio da casa, dividindo a sociedade apenas com Ana Maria Rappa Sad. • Ano em que a Livraria Duas Cidades publicou <i>Banquete</i>, de Mário de Andrade. O autor teve outras duas obras de música folclórica brasileira publicadas pelo selo do Professor Santa Cruz: <i>Os Cocos</i> (1984) e <i>As melodias do boi e outras peças</i> (1987), ambas em coedição com Instituto Nacional do Livro. • Publicação pela Livraria Duas Cidades de <i>Poesia Pois é Poesia</i>, de Décio Pignatari.
<p style="text-align: center;">1978</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Livraria Duas Cidades participou da Vª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, no pavilhão do Parque Ibirapuera. Por meio da <i>Folha de S. Paulo</i> descobrimos que a livraria montou um estande, comercializou os livros importados e as obras editadas, promovendo o lançamento do livro <i>Política e Poesia em Mário de Andrade</i>, de Joan Dassin, publicado pela casa. • Ambos publicados, em 1977, pela Livraria Duas Cidades, <i>O coro dos contrários</i>, de José Miguel Wisnik, e <i>Ao vencedor as batatas</i>, de Roberto Schwarz, ganharam o prêmio Jabuti de 1978, em cerimônia realizada durante a Vª Bienal do Livro em São Paulo. O primeiro ganhou na categoria autor revelação e o segundo na categoria estudos literários. • Segundo Augusto Massi, foi a partir de 1978 que ele passou a frequentar a Livraria Duas Cidades e a conviver com o Professor Santa Cruz e com a Maria Antonia.
<p style="text-align: center;">1979</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Livraria Duas Cidades publica <i>Esboço de Figura</i>, primeiro livro brasileiro dedicado a homenagear Antonio Candido. <i>O arruar de Antonio Candido</i>, de José Petronilo de Santa Cruz, é um dos textos que compõem essa homenagem. • A Livraria Duas Cidades lançou e publicou <i>Sílvia Pélica na Liberdade</i>, de Alfredo Mesquista, que esteve presente na tarde de autógrafos realizado na livraria em 21 de março. Evento que contou com a participação de membros da elite cultural paulistana. (<i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>Folha de S. Paulo</i>). • Publicação de <i>Viva Vaia – Poesia 1949-1979</i>, de Augusto de Campos, pela Livraria Duas Cidades.

<p>1980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Livraria Duas Cidades participou da VIª Bienal Internacional do Livro de São Paulo. No arquivo pessoal do livreiro-editor há um registro fotográfico de Santa Cruz com o então Ministro da Cultura Eduardo Portella no estande da casa. • José Petronilo de Santa Cruz e Gilda de Mello e Souza inauguram a Coleção O Baile das Quatro Artes com o lançamento de <i>Exercício de Leitura</i> (1980), da autora. Foram cinco títulos lançados até 1982.
<p>1981</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Entre maio e junho, o livreiro-editor foi convidado a participar do primeiro <i>Salon du Livre de Paris</i>, ocasião em que reestabeleceu contatos com livreiros, editores, autores e tantos outros gentes da industrial editorial francesa e europeia. (Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades)
<p>1984</p>	<ul style="list-style-type: none"> • José Petronilo de Santa Cruz foi presidente em exercício da Associação Nacional de Livrarias (ANL), de agosto a novembro de 1984. (Arquivo pessoal do livreiro-editor e da Duas Cidades)
<p>1985</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Redemocratização do Brasil após 21 anos de escuridão.
<p>1987</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Livraria Duas Cidades promoveu um abaixo-assinado contra a ação de despejo impetrada pelos superiores da Ordem Dominicana em 1987, quando esta era representada pelo Frei Bruno Palma. O documento contou assinaturas de prestigiosas personalidades do universo intelectual, universitário e artístico de São Paulo e de docentes da UFMG e UNICAMP. (Arquivo pessoal de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades)
<p>1988</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Pratos para um menino de Pernambuco”, artigo escrito por Nina Horta para a Folha de S. Paulo e publicado em 21 de fevereiro de 1988. Embora erroneamente tenha dito que José Petronilo de Santa Cruz fosse pernambucano, o texto percorre os gostos culinários do livreiro-editor e os livros de cozinha que eram vendidos na Livraria Duas Cidades. • Lançamento da coleção Claro Enigma com seis títulos publicados em 1988: <i>A poesia está morta mas juro que não fui eu</i>, de José Paulo Paes; <i>Poesia Reunida</i>, de Francisco Alvim; <i>Trevo</i>, de Orides Fontela; <i>Viagem de Trem</i>, de Alcides Villaça;

	<p><i>Páginas Amarelas</i>, de João Moura Jr.; e <i>Obras em Dobras</i>, de Sebastião Uchoa Leite. No conjunto, a coleção teve treze títulos publicados entre 1988 e 1990.</p>
1989	<ul style="list-style-type: none"> • A coleção Claro Enigma fatura três prêmios Jabuti. O autor revelação literatura adulta foi para <i>Páginas amarelas</i>, de João Moura Jr.; o autor de poesia foi Francisco Alvim com <i>Poesias Reunidas (1968-1988)</i>, e o galardão de produção editorial de obra em coleção foi para Claro Enigma. • Esta coleção também recebeu o prêmio de Literatura da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), sendo considerada como um marco editorial pela associação.
1993	<ul style="list-style-type: none"> • A Livraria Duas Cidades publica <i>O Discurso e a Cidade</i>, de Antonio Candido. Terceiro livro do crítico literário lançado pela casa. Foram duas edições desse título (1993 e 1998). • José Petronilo de Santa Cruz e Maria Antonia casam-se na capital paulista.
1994	<ul style="list-style-type: none"> • A pedido de Antonio Candido, José Petronilo de Santa Cruz foi à cerimônia de entrega do prêmio Jabuti receber o galardão concedido à obra <i>O Discurso e a Cidade</i>, na categoria ensaios. (Arquivo pessoal de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades)
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Falecimento de José Petronilo de Santa Cruz. A pedido de Antonio Candido, o livreiro-editor foi enterrado no jazigo da família Mello e Souza localizado na cidade de São Paulo. • Maria Antonia torna-se a proprietária majoritária da Livraria Duas Cidades de 1997 até 2006.

Tabelas das edições da Livraria Duas Cidades

Aqui listamos algumas das tabelas que foram extraídas a partir do Quadro Cronológico de livros publicados pela Livraria Duas Cidades. Agregamos outros dados depois da consulta que fizemos à biblioteca que abriga os títulos lançados pela editora desde 1955, quando publicou o primeiro livro, até 2006, ano de encerramento da casa.

A Tabela 3 retrata as áreas temáticas dos livros publicados em primeira edição; a Tabela 4 apresenta o ranking da quantidade de títulos e exemplares por ano; a Tabela 5 lista os quinze primeiros títulos com o maior número de exemplares impressos; a Tabela 6 enumera os dezesseis primeiros autores por quantidade de títulos publicados; a Tabela 7 apresenta as nacionalidades dos autores da editora; a Tabela 8 figura as editoras e instituições públicas em coedição com a Livraria Duas Cidades; a Tabela 9 enumera todas as coleções da editora; a Tabela 10 lista as editoras estrangeiras das obras traduzidas pela casa do Professor Santa Cruz; a Tabela 11 apresenta o/as tradutore/as que trabalharam para a editora; a Tabela 12 figura os capistas da casa; e a Tabela 13 contabiliza todas as gráficas utilizadas pelo selo.

Tabela 3. Áreas temáticas da editora Livraria Duas Cidades (1955-2006)

(continua)

Ranking	Períodos		
	1955-2006		
	Área Temática	Qtde	%
1º	Religião	56	19,44%
2º	Crítica Literária	37	12,85%
3º	Filosofia	25	8,68%
4º	Poesia	21	7,29%
5º	Sociologia	13	4,51%
6º	Psicologia	10	3,47%
7º	Economia e Humanismo	7	2,43%
8º	Filosofia da Religião	6	2,08%
9º	Literatura: contos	5	1,74%
9º	Música	5	1,74%
11º	Administração	4	1,39%
11º	Biografia	4	1,39%
11º	Crítica Literária: poesia	4	1,39%
11º	Economia	4	1,39%
11º	História	4	1,39%
16º	Ciência e Tecnologia	3	1,04%
16º	Crítica Literária e História	3	1,04%
16º	Cultura	3	1,04%
16º	Literatura infantil	3	1,04%
16º	Literatura: correspondência	3	1,04%
16º	Teatro	3	1,04%
22º	Autobiografia	2	0,69%
22º	Ciências Política	2	0,69%

Tabela 3. Continua

Ranking	Períodos		
	1955-2006		
	Área Temática	Qtde	%
22°	Ciências	2	0,69%
22°	Literatura	2	0,69%
22°	Literatura: crônicas	2	0,69%
22°	Literatura: novela	2	0,69%
22°	Religião e Filosofia	2	0,69%
22°	Religião e Política	2	0,69%
30°	Antropologia e Religião	1	0,35%
30°	Arquitetura e Urbanismo	1	0,35%
30°	Arte e Filosofia	1	0,35%
30°	Bibliografia	1	0,35%
30°	Capitalismo	1	0,35%
30°	Ciência e Filosofia	1	0,35%
30°	Ciência, Tecnologia e Sociedade	1	0,35%
30°	Ciências Humanas e Sociais	1	0,35%
30°	Ciências Políticas e Sociais	1	0,35%
30°	Ciências Sociais	1	0,35%
30°	Crítica de Arte	1	0,35%
30°	Crítica Literária: cordel	1	0,35%
30°	Crítica Literária: música	1	0,35%
30°	Direito	1	0,35%
30°	Economia e Sociologia	1	0,35%
30°	Educação	1	0,35%
30°	Energia Nuclear	1	0,35%

Tabela 3. Continua

Ranking	Períodos		
	1955-2006		
	Área Temática	Qtde	%
30°	Estética	1	0,35%
30°	Estética musical	1	0,35%
30°	Ética e Política	1	0,35%
30°	Filosofia do Direito e Sociologia	1	0,35%
30°	Filosofia e Biografia	1	0,35%
30°	Filosofia e História	1	0,35%
30°	Filosofia e Psicologia	1	0,35%
30°	Fotografia	1	0,35%
30°	Homenagem	1	0,35%
30°	Indústria, Economia e Energia Nuclear	1	0,35%
30°	Linguística	1	0,35%
30°	Literatura e Psicanálise: ensaios	1	0,35%
30°	Literatura e Sociedade	1	0,35%
30°	Literatura hispano-americana	1	0,35%
30°	Literatura: diário de viagem	1	0,35%
30°	Literatura: romance	1	0,35%
30°	Mapa	1	0,35%
30°	Política e Tecnologia	1	0,35%
30°	Política, Economia e Tecnologia	1	0,35%
30°	Relações Internacionais	1	0,35%
30°	Relatos de Guerra	1	0,35%
30°	Religião e Sexualidade	1	0,35%
30°	Religião e Sociedade	1	0,35%

Tabela 3. Conclusão

Ranking	Períodos		
	1955-2006		
	Área Temática	Qtde	%
30°	Religião e Sociologia	1	0,35%
30°	Romance	1	0,35%
30°	Romance Histórico	1	0,35%
30°	Sociologia da cultura	1	0,35%
30°	Sociologia e Teoria Literária	1	0,35%
30°	Sociologia Médica	1	0,35%
30°	Teatro e Psicanálise	1	0,35%
30°	Tecnologia e Indústria Aeronáutica	1	0,35%
30°	Teoria Literária	1	0,35%
	78	288	100%

Tabela 4. Quantidade de títulos e exemplares por ano (1955-2006)

(continua)

Ano	Livros 1ª edição	Ranking 1ª Edição (Títulos)	Exemplares 1ª Edição	Ranking 1ª Edição (Exemplares)	Livros outras edições	Ranking outras edições (Títulos)	Exemplares outras edições	Ranking outras edições (exemplares)	Títulos todas as edições	Ranking de títulos todas edições	Exemplares todas edições	Ranking todas edições
1955	1	43	0	43	0	43	0	40	1	47	0	45
1956	1	43	0	43	0	43	0	40	1	47	0	45
1957	0	49	0	43	0	43	0	40	0	52	0	45
1958	3	30	8870	30	0	43	0	40	3	39	8.870	33
1959	5	20	30800	10	0	43	0	40	5	32	30.800	25
1960	5	20	24000	15	3	25	25000	19	8	23	49.000	16
1961	3	30	10000	27	4	18	17000	26	7	26	27.000	28
1962	8	13	45000	6	6	9	26000	18	14	12	71.000	11
1963	12	6	55000	3	9	1	53000	6	21	3	108.000	4
1964	4	25	15300	22	5	11	23040	21	9	21	38.340	22
1965	4	25	16000	20	2	32	20000	25	6	28	36.000	23
1966	5	20	19000	19	3	25	10000	28	8	23	29.000	26

Tabela 4. Continua

Ano	Livros 1ª edição	Ranking 1ª Edição (Títulos)	Exemplares 1ª Edição	Ranking 1ª Edição (Exemplares)	Livros outras edições	Ranking outras edições (Títulos)	Exemplares outras edições	Ranking outras edições (exemplares)	Títulos todas as edições	Ranking de títulos todas edições	Exemplares todas edições	Ranking todas edições
1967	16	2	62532	2	4	18	54266	5	20	5	116.798	2
1968	10	10	34670	8	3	25	37800	10	13	13	72.470	10
1969	13	4	54060	4	4	18	31000	15	17	7	85.060	8
1970	13	4	71706	1	8	3	55360	4	21	3	127.066	1
1971	8	13	34052	9	5	11	60180	3	13	13	94.232	5
1972	4	25	10050	26	6	9	82780	2	10	19	92.830	6
1973	10	10	25437	14	7	7	88544	1	17	7	113.981	3
1974	8	13	23200	16	2	32	21000	24	10	19	44.200	20
1975	12	6	27200	12	5	11	36500	12	17	7	63.700	13
1976	14	3	38000	7	8	3	39660	8	22	2	77.660	9
1977	18	1	52582	5	9	1	35686	14	27	1	88.268	7
1978	12	6	27960	11	8	3	36892	11	20	5	64.852	12

Tabela 4. Continua

Ano	Livros 1ª edição	Ranking 1ª Edição (Títulos)	Exemplares 1ª Edição	Ranking 1ª Edição (Exemplares)	Livros outras edições	Ranking outras edições (Títulos)	Exemplares outras edições	Ranking outras edições (exemplares)	Títulos todas as edições	Ranking de títulos todas edições	Exemplares todas edições	Ranking todas edições
1979	11	9	26849	13	5	11	27306	16	16	11	54.155	15
1980	7	18	19910	18	4	18	26450	17	11	17	46.360	17
1981	5	20	9991	28	8	3	36090	13	13	13	46.081	18
1982	10	10	20695	17	7	7	24700	20	17	7	45.395	19
1983	8	13	16000	20	5	11	38600	9	13	13	54.600	14
1984	4	25	11000	24	5	11	22700	22	9	21	33.700	24
1985	3	30	7000	31	4	18	13000	27	7	26	20.000	29
1986	4	25	5000	33	0	43	0	40	4	37	5.000	40
1987	2	36	6000	32	4	18	22000	23	6	28	28.000	27
1988	8	13	12978	23	3	25	5200	30	11	17	18.178	30
1989	7	18	11000	24	1	37	3000	35	8	23	14.000	31
1990	5	20	9500	29	1	37	3000	35	6	28	12.500	32

Tabela 4. Continua

Ano	Livros 1ª edição	Ranking 1ª Edição (Títulos)	Exemplares 1ª Edição	Ranking 1ª Edição (Exemplares)	Livros outras edições	Ranking outras edições (Títulos)	Exemplares outras edições	Ranking outras edições (exemplares)	Títulos todas as edições	Ranking de títulos todas edições	Exemplares todas edições	Ranking todas edições
1991	2	36	2000	39	3	25	4000	32	5	32	6.000	36
1992	3	30	3000	35	2	32	5000	31	5	32	8.000	34
1993	2	36	3300	34	1	37	2000	39	3	39	5.300	39
1994	3	30	3000	35	0	43	0	40	3	39	3.000	42
1995	1	43	1000	41	3	25	3500	34	4	37	4.500	41
1996	1	43	1500	40	0	43	0	40	1	47	1.500	44
1997	1	43	800	42	2	32	40000	7	3	39	40.800	21
1998	0	49	0	43	5	11	2695	38	5	32	2.695	43
1999	0	49	0	43	2	32	6000	29	2	46	6.000	36
2000	2	36	3000	35	4	18	4000	32	6	28	7.000	35
2001	2	36	3000	35	1	37	3000	35	3	39	6.000	36
2002	3	30	0	43	0	43	0	40	3	39	0	45

Tabela 4. Conclusão

Ano	Livros 1ª edição	Ranking 1ª Edição (Títulos)	Exemplares 1ª Edição	Ranking 1ª Edição (Exemplares)	Livros outras edições	Ranking outras edições (Títulos)	Exemplares outras edições	Ranking outras edições (exemplares)	Títulos todas as edições	Ranking de títulos todas edições	Exemplares todas edições	Ranking todas edições
2003	2	36	0	43	1	37	0	40	3	39	0	45
2004	2	36	0	43	3	25	0	40	5	32	0	45
2005	1	43	0	43	0	43	0	40	1	47	0	45
2006	0	49	0	43	1	37	0	40	1	47	0	45
Total	288		861.942		176		1.045.949				1.907.891	

Tabela 5. Os 15 títulos com maior número de exemplares impressos

(continua)

Ranking	Títulos dos Livros Publicados	Autor	Nacionalidade	Editora de Origem	Área Temática	Período de publicação	Edições	Exemplares impressos
1º	Poemas para rezar	Michel Quoist	Estrangeiro	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	Religião	1959-1992	39	353.053
2º	Construir o Homem e o Mundo	Michel Quoist	Estrangeiro	Les Editions Ouvrières	Religião	1961-1987	35 ^a	236.516
3º	Rezar Os Salmos Hoje	Bíblia	Estrangeiro	/	Religião	1969-1998	23 ^a	104.045
4º	Cristo Está Vivo	Michel Quoist	Estrangeiro	/	Religião	1971-1982	5 ^a	47.584
5º	Os Parceiros do Rio Bonito	Antonio Candido	Nacional	/	Sociologia e Teoria Literária	1971-2001	9 ^a	43.926
6º	Madalena Pipoca: estórias e ilustrações Jesus Cristo	Maria Heloisa Penteadado	Nacional	/	Literatura Infantil	1979-1984	4 ^a	38.700
7º	marcou encontro comigo	Michel Quoist	Estrangeiro	Les Editions Ouvrières	Religião	1974-1982	4 ^a	33.268

Tabela 5. Conclusão

Qtde	Títulos dos Livros Publicados	Autor	Nacionalidade	Editora de Origem	Área Temática	Período de publicação	Edições	Exemplares impressos
8º	Um mestre na periferia do capitalismo	Roberto Schwarz	Nacional	/	Crítica Literária	1990-2000	4ª	29.412
9º	Mapa da Grande São Paulo	Maria Adelia Aparecida de Souza e Vincenzo Bochicchio	Nacional	/	Mapa	1970	1ª	20.000
10º	Quem é este homem?	Frei Mateus Rocha	Nacional	/	Religião	1969-1995	6ª	18.460
11º	Manifesto por uma civilização solidária	L. J. Lebret	Estrangeiro	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	Economia e Humanismo	1961-1963	4ª	18.000
11º	O Drama do Século XX	L. J. Lebret	Estrangeiro	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	Economia e Humanismo	1963-1966	3ª	18.000
13º	Dinâmica e Gênese dos Grupos	Gérald Bernard Mailhiot	Estrangeiro	Editions de l'Épi	Psicologia	1970-1988	8ª	17.796
14º	Convergência	Murilo Mendes	Nacional	/	Poesia	1970	1ª	16.616
15º	Suicídio ou sobrevivência do ocidente	L. J. Lebret	Estrangeiro	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	Economia e Humanismo	1960-1964	4ª	15.040

Tabela 6. Os 16 primeiros autores por quantidade de títulos publicados

(continua)

Ranking	Autor	Quantidade de títulos	Nacionalidade	Área Temática
/	Diversos	17	Diversas	Religião; Ciências Humanas e Sociais; Filosofia e Biografia; Ciências Sociais e Políticas; Cultura; Sociologia da Cultura; Ciência e Tecnologia; Crítica Literária; Homenagem; Cultura; Ciências; Crítica Literária: poesia. (11)
1º	Roberto Mello e Souza	8	Brasileiro	Administração; Relatos de Guerra; Literatura: contos; Literatura: novela; Filosofia. (5)
1º	Rogério Cerqueira Leite	8	Brasileiro	Ciência e Tecnologia; Literatura: contos; Política e Tecnologia; Energia Nuclear; Ciência, Tecnologia e Sociedade; Indústria, Economia e Energia Nuclear; Política, Economia e Tecnologia; Música. (8)
2º	Julián Marías	7	Espanhol	Filosofia; Sociologia; Literatura e Sociedade. (3)
3º	L. J. Lebreton	6	Francês	Economia e Humanismo; Religião. (2)
3º	Martin Heidegger	6	Alemão	Filosofia (1)

Tabela 6. Continua

Ranking	Autor	Quantidade de títulos	Nacionalidade	Área Temática
4°	Mário de Andrade	5	Brasileiro	Literatura: crônicas; Literatura: diário de viagem; Estética musical; Música. (4)
5°	Antonio Candido	4	Brasileiro	Crítica Literária e História; Sociologia e Teoria Literária; Crítica Literária. (3)
5°	H. D. Gardeil	4	Francês	Filosofia da Religião (1)
5°	Michel Quoist	4	Francês	Religião (1)
5°	Roger Schutz	4	Suíço	Religião (1)
6°	Eudoro de Sousa	3	Brasileiro	Filosofia e Teatro (2)

Tabela 6. Conclusão

Ranking	Autor	Quantidade de títulos	Nacionalidade	Área Temática
6°	Frei Carlos Josaphat	3	Brasileiro e Pt.	Religião (1)
6°	Gilda de Mello e Souza	3	Brasileira	Crítica Literária e Crítica de Arte (2)
6°	José Antonio da Silva	3	Brasileiro	Biografia (1)
6°	Lêdo Ivo	3	Brasileiro	Crítica Literária e Literatura (2)
6°	Salvatore D'Onofrio	3	Brasileiro e It.	Crítica Literária e Crítica Literária e História (2)

Tabela 7. Nacionalidades dos autores da Livraria Duas Cidades (1955-2006)

Nacionalidade	Quantidade	%
Nacional	181	63%
Estrangeiro	107	37%
Total	288	100%

Tabela 8. Editoras e instituições públicas em coedições com a Livraria Duas Cidades

Editoras e Instituições governamentais em coedições com a Livraria Duas Cidades	Quantidade	%
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	1	4%
Departamento de Teoria Literária / Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP)	1	4%
Editora 34	1	4%
Editora da Universidade de São Paulo	1	4%
Editora Universidade de Brasília	1	4%
Editorial Nórdica Ltda - Rio de Janeiro	1	4%
Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação)	6	21%
Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo de São Paulo – Conselho Estadual de Cultura	1	4%
Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo	8	29%
Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo	7	25%
Total	28	100%

Tabela 9. Coleções da editora Livraria Duas Cidades

(continua)

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
		Princípios para a ação	1959		Economia e Humanismo	L. J. Lebret	Francês	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	
Cidade dos Homens (03 títulos)	/	O Cristão e a Cidade	1959	(1959-1964)	Religião	Edgard de Godói da Mata Machado	Brasileiro	/	/
		A Reforma da Empresa: depoimento de um patrão	1964		Economia e Humanismo	Alexandre Dubois	Francês	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	
		Construir a Igreja (apostolado da Técnica, Técnica do apostolado de hoje)	1959		Religião	Thomas Suavet	Francês	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	
Coleção Cidade de Deus (10 títulos)	/	Dimensões da Caridade	1960	(1959-1968)	Religião	L. J. Lebret	Francês	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	/
		Renovar o exame da Consciência	1960		Religião	L. J. Lebret & T. Suavet	Francês	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	

A Doutrina Espiritual do Evangelho	1960	Religião	B. M. Chevignard	Francês	Les Editions du Cerf - Paris
A espiritualidade em Plena Vida	1962	Religião	Thomas Suavet	Francês	Les Editions Ouvrières
Rumos de um catolicismo evangélico	1962	Religião	René Girault	Francês	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières
Apelos ao senhor	1963	Religião	L. J. Lebret	Francês	Les Editions Ouvrières
Problemas de Vida Espiritual	1963	Religião e Filosofia	Yves de Montcheuil	Francês	Editions de l'Épi
/	/	/	/	/	/
Ação e vida cristã	1968	Religião	M. A. Levassor	Francês	Editions de l'Épi

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Coleção O Evangelho no Século XX (08 títulos)	/	A juventude, o evangelho e a igreja	1961	(1961-1969)	Religião	P. A. Liégé (Pierre-André Liégé)	Francês	Les Editions du Cerf - Paris	/
		Construir o Homem e o Mundo	1961		Religião	Michel Quoist	Francês	Les Editions Ouvrières	
		As exigências do reino de Deus	1962		Religião	Yves de Montcheuil	Francês	Editions de l'Épi	

Cristianismo e Juventude	1963	Religião	Frei André Muniz de Rezende	Brasileiro	/
Crônicas do reino de Deus	1963	Religião	Frei Lucas Moreira Neves	Brasileiro	/
O Evangelho e o Povo: missão operária	1967	Religião	Jacques Loew	Francês	Editions Economie et Humanisme
Panorama espiritual da atualidade	1967	Religião	Albert-Marie Besnard	Francês	Les Editions du Cerf - Paris
Povo de Deus no Mundo	1969	Religião	M. D. Chenu	Francês	Les Editions du Cerf - Paris

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
		Sociologia e Religião	1962		Religião e Sociologia	Alain Birou	Francês	Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières	
Coleção doutrinas e problemas (08 títulos)	Frei Benevenuto de Santa Cruz	De Marx a Mao Tse-Tung: introdução crítica ao marxismo-leninismo	1963	(1962-1967)	Religião e Política	Henri Chambre, S. J.	Francês	Les Éditions SPES	/
		A Estrutura Social: teoria e método	1963		Sociologia	Julián Marías	Espanhol	Revista de Occidente - Madrid	
		Do Direito Natural à Sociologia	1963		Filosofia do Direito e Sociologia	Jacques Leclerq	Belga	Les Éditions SPES	

As classes sociais	1964	Sociologia	Émile Pin	Francês	Les Éditions SPES
Nação e Nacionalismo	1965	História	José Comblin	Belga	/
Ética do desenvolvimento	1966	Economia e Humanismo	Deni A. Goulet	Norte-Americano	/
Ética e Política	1967	Ética e Política	José Luis Aranguren	Espanhol	Ediciones Guadarrama

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
		O homem moderno e a vida espiritual	1963		Religião	Max Thurian	Suíço	Editions de l'Épi	
		Viver o momento de Deus	1963		Religião	Roger Schutz	Suíço	Les Presses de Taizé	
Coleção Ecumenismo (05 títulos)	/	Dinâmica do provisório	1967	(1963-1967)	Religião	Roger Schutz	Suíço	Les Presses de Taizé	/
		Unidade, Esperança de Vida	1967		Religião	Roger Schutz	Suíço	Les Presses de Taizé	
		Unanimidade no Pluralismo	1967		Religião	Roger Schutz	Suíço	Les Presses de Taizé	

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Coleção A Igreja sem Fronteiras (04 títulos)	/	A Igreja sem Fronteiras: um ensaio pastoral	1965	(1965-1969)	Religião	Bernardo Catão	Brasileiro	/	/
		A pregação na renovação da Igreja	1965		Religião	Ivo Zanlorenzi	Brasileiro	/	
		À procura do Espírito Conciliar	1967		Religião	A. A. Andrey	Brasileiro	/	
		Diálogo com os Ateus	1969		Religião	Michel Lelong	Francês	Les Editions du Cerf - Paris	
Coleção A Palavra de Deus (04 títulos)	/	A palavra de Deus: introdução ao Mistério da Sagrada Escritura	1967	(1966-1971)	Religião	Georges Auzou	Francês?	Editions de l'Orante - Paris	
		O evangelho da unidade e do amor	1966		Religião	Frei Carlos Josaphat	Brasileiro	/	
		O Sermão da Montanha: manifesto de santidade cristã e de promoção humana	1968		Religião	Frei Carlos Josaphat	Brasileiro	/	
		A Tradição Bíblica	1971		Religião	Georges Auzou	Francês?	Editions de l'Orante - Paris	

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Coleção Questões Abertas (05 títulos)	/	Ontologia e História	1968		Filosofia e História	Henrique C. de Lima Vaz	Brasileiro	/	
		A Arte da Conjectura	1968		Sociologia	Bertrand de Jouvenel	Francês	Editions du Rocher - Mônaco Editions Casterman -	/
		História e Mistério	1968	(1968)	Filosofia	Jean Lacroix	Francês	Paris, Tournay	
		A Civilização e o Átomo	1968		Economia e Humanismo	Dominique Dubarle	Francês	Editions du Cerf	
		Diálogo com Teilhard de Chardin	1968		Filosofia da Religião	Oliver A. Rabut	Francês	Editions du Cerf	
Coleção Teologia Hoje (06 títulos)	/	Estudo Sobre a Ceia do Senhor	1968		Religião	Jean-Jacques Von Allmen	Suíço	Delachaux et Niestlé - Neuchâtel	
		Os Sinais dos Tempos e Evangelização	1969	(1968- 1971)	Religião	José Comblin	Belga/Brasileiro	/	Yasuko Tominaga
		Novas Fronteiras da Teologia	1969		Religião	André Dumas, Jean Bosc e Maurice Carrez	Francês	Revista Foi et Vie , n. 3, 1966 - Paris	
		Futuro da Teologia	1970		Religião	Diversos	/	Les Editions du Cerf - Paris	

Quem é teu Deus?	1970	Religião	Jacques Durandeaux	Francês	Desclée de Brouwer
A Secularização	1971	Religião	Hubert Lepargneur	Brasileiro	/

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Coleção Religião e Sociedade	/	A experiência da Salvação: pentecostais em São Paulo	1969	1969	Religião e Sociedade	Beatriz Muniz de Souza	Brasileira	/	Yasuko Tominaga
Coleção Psicologia e Grupos (04 títulos)	/	Análise de Grupo	1970	(1970 e 1974)	Psicologia	Robert Meigniez	Francês	Editions Universitaire - Paris	Zé Pinto
		Dinâmica e Gênese dos Grupos	1970		Psicologia	Gérald Bernard Mailhiot	Francês ?	Editions de l'Epi	
		O teatro da vida: psicodrama	1970		Psicologia	Anne-Ancelin Schutzenberger	Russa	Editions Universitaire - Paris	
		Psicologia do Conflito	1974		Psicologia	Anne-Marie Rocheblave- Spénlé	Francesa	Editions Universitaire - Paris	
Série Universidade (08 títulos)	Antonio Candido, Milton	Dionísio em Creta e outros ensaios	1974	(1974- 1977)	Filosofia	Eudoro de Sousa	Português/Brasileiro	/	Ana Luisa Escorel
	Vargas, Celso Lafer, Gilda de Mello e Souza, A.	Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado	1974		Sociologia	Douglas Teixeira Monteiro	Brasileiro	/	

Delorenzo Neto	1930: a Crítica e o Modernismo	1975		Crítica Literária	João Luiz Lafetá	Brasileiro	/
	A Imitação da Forma: uma leitura de João Cabral de Melo Neto	1975		Crítica Literária	João Alexandre Barbosa	Brasileiro	/
	Análise Microeconômica	1975		Economia	Jacques Lecaillon	Francês	Éditions Cujas - Paris
	Horizonte e complementariedade: ensaio sobre a relação entre mito e metafísica, nos primeiros filósofos gregos	1975		Filosofia	Eudoro de Sousa	Português/Brasileiro	/
	Introdução às Filosofias da existência	1976		Filosofia	Jean Beufret	Francês	Édition Denoel - Paris
	Mito e Tragédia na Grécia Antiga	1977		Crítica Literária e História	Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet	Franceses	François Maspero - Paris

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Problemas Atuais e Suas Fontes (04 títulos)	Ernesto Grassi	Arte como Antiarte: a teoria do belo no mundo antigo	1975	(1975-1978)	Estética	Ernesto Grassi	Italiano	Verlag M. DuMont Schauberg - Colônia	José Márcio Brandão
		O Tema do Homem	1975		Filosofia	Julián Marías	Espanhol	Revista de Occidente - Madrid	

Estrutura da Lírica Moderna	1978	Crítica Literária	Hugo Friedrich	Alemão	Rowolt Taschenbuch Verlag GmbH - Hamburgo	Lúcio Gomes Machado e
Poder da Imagem impotência da palavra racional	1978	Arte e Filosofia	Ernesto Grassi	Italiano	Verlag M. DuMont Schauberg - Colônia	Eduardo J. Rodrigues

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Coleção História e Sociedade (10 títulos)	Carlos Guilherme Mota, Luiz Pereira e Moacir G. Palmeira	Saúde e Sociedade	1976		Sociologia Médica	Maria Cecília F. Donnangelo e Luiz Pereira	Brasileira e Brasileiro	/	
		Capitalismo - notas teóricas	1977		Economia	Luiz Pereira	Brasileiro	/	
		Populações Marginais	1978		Sociologia	Luiz Pereira (Org.) e Diversos	Diversos	/	Lúcio Gomes Machado e
		Ordem Burguesa e Liberalismo Político	1978	(1976- 1985)	Ciência Política	Wanderley Guilherme dos Santos	Brasileiro	/	Eduardo J. Rodrigues
		Classe Operária: situação e reprodução	1978		Sociologia	Luiz Pereira	Brasileiro	/	
		Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco	1979		Sociologia	Lygia Sigaud	Brasileira	/	

A Ideologia Nacionalista	1979	Economia e Sociologia	Adalberto Marson	Brasileiro	/	
Latifundio e Reforma Agrária	1980	Sociologia	Manuel Correia de Andrade	Brasileiro	/	
Capitalismo e Cafeicultura	1982	Capitalismo	Basílio Sallum Jr.	Brasileiro	/	
A Embalagem do Sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro	1985	Ciências Sociais	Maria Arminda do Nascimento Arruda	Brasileira	/	Luis Días

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
	Bóris Schnaiderman,	Através 1	1977		Cultura	Diversos	Brasileiras e Brasileiros	/	
Coleção Revista Através (03 títulos)	Décio Pignatari, Leyla Perrone-Moisés e D'Alessio Ferrara	Através 2	1978	(1977-1979)	Cultura	Diversos	Diversas	/	Julio Plaza
		Através 3	1979		Cultura	Diversos	Brasileiras e Brasileiros	/	

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Coleção Remate de Males	/	Ficção em Debate e outros temas	1979	1979	Crítica Literária	Diversos	Brasileiras e Brasileiros	/	Lúcio Gomes Machado e Eduardo J. Rodrigues
		Exercícios de Leitura	1980		Crítica de Arte	Gilda de Mello e Souza	Brasileira	/	/
Coleção O Baile das Quatro Artes (04 títulos)	Gilda de Mello e Souza e José Petronilo de Santa Cruz	Em Cena, o Sentido Semiologia do Teatro	1980	(1980- 1982)	Teatro	José Teixeira Coelho Neto	Brasileiro	/	
		Razão e Emoção Literária	1982		Crítica Literária	Fábio Lucas	Brasileiro	/	Lúcio Gomes Machado
		O mito e sua expressão na Literatura Hispano- Americana	1982		Literatura hispano- americana	Edward Lopes e Eduardo Peñuela Cañizal	Brasileiros	/	
Estudos de Motivação Humana	José Roberto Malufe e Maria Regine Maluf	Consciência, Comportamento e Personalidade	1982	1982	Psicologia	Joseph Nuttin	Belga	/	Lúcio Gomes Machado
Estante do Estudante	/	Introdução a Retórica	1988	1988	Crítica Literária	Dante Tringali	Brasileiro	/	Luis Días

Tabela 9. Continua

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Claro Enigma (13 títulos)	Augusto Massi	A Poesia Está Morta mas juro que não fui Eu	1988		Poesia	José Paulo Paes	Brasileiro	/	
		Poesia Reunida	1988		Poesia	Francisco Alvim	Brasileiro	/	
		Trevo	1988		Poesia	Orides Fontela	Brasileira	/	
		Viagem de Trem	1988		Poesia	Alcides Villaça	Brasileiro	/	
		Páginas Amarelas	1988		Poesia	João Moura Jr.	Brasileiro	/	
		Obras em Dobras	1988		Poesia	Sebastião Uchoa Leite	Brasileiro	/	
		Mínima Lírica	1989	(1988- 1990)	Poesia	Paulo Henrique Britto	Brasileiro	/	Moema Cavalcanti
		Poros	1989		Poesia	Rubens R. T. Filho	Brasileiro	/	
		Quarta do Singular	1989		Poesia	Ronaldo Brito	Brasileiro	/	
		Vivenda (1959- 1989)	1989		Poesia	Maria Lucia Alvim	Brasileira	/	
		Crescente	1990		Poesia	Duda Machado	Brasileiro	/	
		ROR (1980-1990)	1990		Poesia	Age de Carvalho	Brasileiro	/	
		Poemas	1990		Poesia	Alberto Alexandre Martins	Brasileiro	/	

Tabela 9. Conclusão

Coleções Duas Cidades	Diretor/a	Títulos das obras	Ano	Período	Área Temática	Autores/as	Nacionalidade	Editora de Origem	Capista
Mundo Enigma	/	O Cacto e as Ruínas	1997	1997	Crítica Literária	Davi Arrigucci Jr.	Brasileiro	/	Ettore Bottini
Literatura e Ensino (02 títulos)	Hélder Pinheiro	Poemas para Crianças	2000	(2000-2001)	Crítica literária: poesia	Diversos	Brasileiros	/	Edna A. W. Gabriel
		Cordel na sala de aula	2001		Crítica literária: cordel	Hélder Pinheiro e Ana Cristina Marinho Lúcio	Brasileira e Brasileiro	/	
Espírito Crítico (13 títulos) *Ainda continua a ser publicada	Alfredo Bosi, Antonio Candido, Augusto Massi, Davi Arrigucci Jr., Flora Sussekind, Gilda de Mello e Souza, Roberto Schwarz	A Teoria do Romance	2000	(2000-2005)	Crítica Literária	Georg Lukács	Hungara	/	Bracher & Malta Produção Gráfica
		Ao vencedor as batatas	2000		Crítica Literária	Roberto Schwarz	Brasileiro	/	
		O Cacto e as Ruínas	2000		Crítica Literária	Davi Arrigucci Jr.	Brasileiro	/	
		Um mestre na periferia do capitalismo	2000		Crítica Literária	Roberto Schwarz	Brasileiro	/	
		Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação	2002		Educação	Walter Benjamin	Alemão	/	
		Textos de Intervenção: seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas	2002		Crítica Literária	Antonio Candido	Brasileiro	/	
Bibliografia de Antonio Candido	2003	Bibliografia	Vinicius Dantas	Brasileiro	/				

Céu, Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica	2003	Crítica Literária	Alfredo Bosi	Brasileiro	/
O Tupi e o Alaúde: uma interpretação de Macunaíma (2ª edição)	2003	Crítica Literária	Gilda de Mello e Souza	Brasileira	/
Notas de Literatura I	2003	Crítica Literária	Theodor W. Adorno	Alemão	/
grandesertão.br: O romance de formação do Brasil	2004	Crítica Literária	Willi Bolle	Brasileiro	/
A dimensão da noite: e outros ensaios	2004	Crítica Literária	João Luiz Lafetá	Brasileiro	/
A idéia e o figurado	2005	Crítica Literária	Gilda de Mello e Souza	Brasileira	/

Tabela 10. Editoras estrangeiras das obras traduzidas pela editora Livraria Duas Cidades

(continua)

Editoras Estrangeiras de obras traduzidas pela editora Livraria Duas Cidades	Livros por editora 1 ed	%	Países
Bauchense et ses fils – Paris	1	1,2%	França
Delachaux et Niestlé – Neuchâtel	1	1,2%	Suíça
Desclée de Brouwer	1	1,2%	Espanha
Economie et Humanisme – Les Éditions Ouvrières	9	10,5%	França
Edição de Vittorio Klostermann – Frankfurt-am-Main	3	3,5%	Alemanha
Ediciones de la Revista de Occidente S.A. – Madrid	1	1,2%	Espanha
Ediciones Guadarrama	1	1,2%	Espanha
Édition Denoel – Paris	1	1,2%	França
Éditions Bloud et Gay – Paris	2	2,3%	França
Éditions Casterman – Paris, Tournay	2	2,3%	França
Éditions Cuja – Paris	1	1,2%	França
Éditions de l'Épi	6	7,0%	França

Tabela 10. Continua

Editoras Estrangeiras de obras traduzidas pela editora Livraria Duas Cidades	Livros por editora 1 ed	%	Países
Éditions de l'Orante – Paris	2	2,3%	França
Éditions du Rocher – Mônaco	1	1,2%	França
Éditions du Seuil – Paris	2	2,3%	França
Éditions Economie et Humanisme	1	1,2%	França
Éditions Julliard – Paris	1	1,2%	França
Éditions Ouvrières	1	1,2%	França
Éditions Universitaire – Paris	4	4,7%	França
Editora Nórdica – Rio de Janeiro	1	1,2%	Brasil
Editora Nueva Visión – Buenos Aires	1	1,2%	Argentina
Editorial Sudamericana – Buenos Aires	1	1,2%	Argentina
Edizioni Mondo Migliore – Roma	1	1,2%	Itália
Espase-Calpe S.A. Madrid	1	1,2%	Espanha
François Maspero – Paris	1	1,2%	França

Tabela 10. Continua

Editoras Estrangeiras de obras traduzidas pela editora Livraria Duas Cidades	Livros por editora 1 ed	%	Países
Informations Catholique Internationales	1	1,2%	França
Les Éditions du Cerf – Paris	14	16,3%	França
Les Éditions Ouvrières	3	3,5%	França
Les Éditions SPES	4	4,7%	França
Les Presses de Taizé	4	4,7%	França
Livraria Moraes Editora	1	1,2%	Portugal
Max Niemeyer Verlag Tubingen	1	1,2%	Alemanha
Presse Universitaire de France – Paris	1	1,2%	França
Pfullingen, Günther Neske	0	0,0%	Alemanha
Revista de Occidente - Madrid	2	2,3%	Espanha
Revista ESPRIT, n. 402, abril de 1971	1	1,2%	França
Revista Foi et Vie, n. 3, 1966 – Paris	1	1,2%	França
Revista Frères du Monde – Bordeaux	1	1,2%	França

Tabela 10. Conclusão

Editoras Estrangeiras de obras traduzidas pela editora Livraria Duas Cidades	Livros por editora 1 ed	%	Países
Rowolt Taschenbuch Verlag GmbH – Hamburgo	1	1,2%	Alemanha
Sociedad de Educación Atenas S.A.	1	1,2%	Espanha
Verlag Hans Huber – Berna	1	1,2%	Suíça
Verlag M. DuMont Schauberg – Colônia	2	2,3%	Alemanha
Total	86	100%	

Tabela 11. Tradutore/as da editora Livraria Duas Cidades

(continua)

Quantidade	Tradutores da Livraria Duas Cidades	Quantidade de obras traduzidas 1 ed.	Ranking
1	A. C. Villaça	1	12
2	Aida Tavares Delorenzo	1	12
3	Alfonso Zimmermann	1	12
4	Alípio Maia de Castro	1	12
5	Anna Lia A. de Almeida Prado, Filomena Yoshie Hirata Garcia e Maria da Conceição M. Cavalcante	1	12
6	Antonieta Scarabelo	1	12
7	Antonio Alves Guerra	1	12
8	Antonio Dimas	1	12
9	Barbara Spanoudis	1	12
10	Carlos Eduardo M. Matheus	1	12
11	Carlos Pinto Alves	1	12
12	Cristiano Maia e Roque de Aniz	1	12

Tabela 11. Continua

Quantidade	Tradutores da Livraria Duas Cidades	Quantidade de obras traduzidas 1 edição	Ranking
13	D. J. Lafayette	1	12
14	Denise Guimarães Bottmann	1	12
15	Diva Ribeiro de Toledo Piza	7	1
16	Domingos Zamagna	1	12
17	Enzo Azzi e Vera Lúcia Pereira Castro	1	12
18	Ernildo Stein	5	2
19	Fatima de Souza	1	12
20	Francisco Teixeira e Carlos Mesters	1	12
21	Frei Alexandre O. Lustosa O. P.	1	12
22	Frei Benevenuto de Santa Cruz	1	12
23	Frei Benevenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza	1	12
24	Frei Bernardo M. Catão O. P.	1	12
25	Frei Eliseu Lopes	3	3

Tabela 11. Continua

Quantidade	Tradutores da Livraria Duas Cidades	Quantidade de obras traduzidas 1 edição	Ranking
26	Geraldo Gerson de Souza	1	12
27	Geraldo Pinheiro Machado, Gilda Lessa Mellilo e Yolanda Ferreira Balcao	1	12
28	Glycia Maria Barbosa da Silva	2	6
29	Haroldo de Campos	1	12
30	Heni Savaia	1	12
31	Henrique Lima Vaz, S. J.	1	12
32	Henriqueta Ehlers e Rubens Siqueira Bianchi (Terceira Parte)	1	12
33	Hilton Ferreira Japiassú	2	6
34	Irles Coutinho de Carvalho	1	12
35	Irmã Maria Angelita	3	3
36	Irmã Rosa Maria	1	12
37	Jaci Maraschin	1	12
38	Jayme Leite de Godoy Camargo	2	6

Tabela 11. Continua

Quantidade	Tradutores da Livraria Duas Cidades	Quantidade de obras traduzidas 1 edição	Ranking
39	José Aleixo Dellagnelo	1	12
40	José Marcos Mariani de Macedo	1	12
41	José Roberto Maluf e Maria Regina Maluf	1	12
42	Lia e José Solero	1	12
43	Livia de Moraes Gomes Ferreira	1	12
44	Lucas Moreira Neves O. P.	1	12
45	Luiz Roberto S. S. Malta e Maria Luiza Giardina	1	12
46	M. Cecilia de M. Duprat	1	12
47	M. Conceição Goulart Pacheco	1	12
48	M. Lopes	1	12
49	Margarida Maria Oliva	1	12
50	Maria de Jesus A. Albuquerque	1	12
51	Maria de Lourdes Heider	1	12

Tabela 11. Continua

Quantidade	Tradutores da Livraria Duas Cidades	Quantidade de obras traduzidas 1 edição	Ranking
52	Maria Lúcia de Freitas Moreira	2	6
53	Marise M. Curioni e Dora F. da Silva	1	12
54	Monjas Beneditinas da Abadia de Nossa Senhora das Graças	1	12
55	Monsenhor Luiz Gonzaga Miele	1	12
56	Naomi Antônio de Vasconcelos	1	12
57	Neusa e Jean Schwartz	1	12
58	Norberto de la Rocque Romero	1	12
59	Olympia Salte Rodrigues	2	6
60	Oscar de Figueiredo Lustosa	1	12
61	Paulo Eduardo Arantes	2	6
62	Pe. Augusto J. Chiavegato	1	12
63	Pedro Paulo de Sena Madureira e Bruno Palma	1	12
64	Por uma equipe de professores e alunos da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil	1	12

Tabela 11. Conclusão

Quantidade	Tradutores da Livraria Duas Cidades	Quantidade de obras traduzidas 1 edição	Ranking
65	Raquel Queiroz Matoso	1	12
66	Ritinha Alzira Stevenson de Godoy Camargo	1	12
67	Rosie Marie Muraro	1	12
68	Salma Tannus Muchail	1	12
69	Tradução da autora	1	12
70	Wanda Figueiredo	3	3
Total	70	92	

Tabela 12. Capistas da Livraria Duas Cidades

(continua)

Quantidade	Capistas	Quantidade 1 edição	Ranking	%	Quantidade todas as edições	Ranking	%
1	Ana Luisa Escorel	18	2	9,42%	24	2	10,39%
2	Antônio Lizárraga	1	14	0,52%	2	12	0,87%
3	Bracher & Malta Produção Gráfica	9	6	4,71%	15	5	6,49%
4	Carlos Ebert	1	14	0,52%	1	17	0,43%
5	Clovis Graciano (Ilustrações de Hilde Weber)	1	14	0,52%	1	17	0,43%
6	Diana Mindlin	1	14	0,52%	1	17	0,43%
7	Domingos Guimarães	2	12	1,05%	2	12	0,87%
8	Edna A. W. Gabriel	2	12	1,05%	2	12	0,87%
9	Ettore Bottini	1	14	0,52%	1	17	0,43%
10	Fernando Fabrini	1	14	0,52%	1	17	0,43%
11	Fernando Lemos	1	14	0,52%	2	12	0,87%
12	Fernando Secchin	1	14	0,52%	1	17	0,43%

Tabela 12. Continua

Quantidade	Capistas	Quantidade 1 edição	Ranking	%	Quantidade todas as edições	Ranking	%
13	Jerônimo Soares	1	14	0,52%	1	17	0,43%
14	José Armando Ferrara	5	9	2,62%	7	7	3,03%
15	José Márcio Brandão	6	7	3,14%	6	8	2,60%
16	José Márcio Brandão e Edmar José de Almeida	1	14	0,52%	1	17	0,43%
17	José Roberto Carvalho	1	14	0,52%	1	17	0,43%
18	Julio Plaza	5	9	2,62%	5	10	2,16%
19	Laura Vinci e Elaine Ramos	1	14	0,52%	1	17	0,43%
20	Lena Bergstein	1	14	0,52%	1	17	0,43%
21	Livraria Duas Cidades	0	35	0,00%	1	17	0,43%
22	Lúcio Gomes Machado	68	1	35,60%	76	1	32,90%
23	Luis Días	16	3	8,38%	22	3	9,52%
24	Luis Días e José Antonio da Silva	1	14	0,52%	1	17	0,43%

Tabela 12. Conclusão

Quantidade	Capistas	Quantidade 1 edição	Ranking	%	Quantidade todas as edições	Ranking	%
25	Luiz Cassino	1	14	0,52%	1	17	0,43%
26	Marta de Mello e Souza	1	14	0,52%	1	17	0,43%
27	Mira Schendel	1	14	0,52%	2	12	0,87%
28	Moema Cavalcanti	13	5	6,81%	13	6	5,63%
19	Nô, sobre esboço de Matisse	0	35	0,00%	1	17	0,43%
20	Roberto Claudio Ramacciotti	1	14	0,52%	1	17	0,43%
21	Rosa Maria Delorenzo	1	14	0,52%	1	17	0,43%
22	Rosa Maria Delorenzo e Maria da Graça L. R. de Aguiar	0	35	0,00%	1	17	0,43%
23	Silvia Massaro	1	14	0,52%	1	17	0,43%
24	Simas	1	14	0,52%	1	17	0,43%
25	Suzana Moraes Barros	6	7	3,14%	6	8	2,60%
26	Yasuko Tominaga	16	3	8,38%	22	3	9,52%
27	Zé Pinto	4	11	2,09%	4	11	1,73%
Total	27	191		100,00%	231		100,00%

Tabela 13. Gráficas utilizadas pela editora Livraria Duas Cidades

(continua)

Gráficas	Qtde. 1 edição	Qtde. outras edições	Todas as edições	Período 1 edição	Período todas as edições	%	Ranking
Artegráfica (SP)	2	0	2	1969 e 1970	/	0,7%	19
Bartira Gráfica e Editora	1	4	5	2000	2000 e 2001	1,8%	10
Cia. Editora Fon-Fon e Seleta (RJ)	2	0	2	1976	/	0,7%	19
Cirma Gráfica Editora	1	0	1	1976	/	0,4%	25
DAG - D'Agostino Artes Gráficas Ltda. (SP)	32	9	41	1976 até 1994	1987 até 1992	14,7%	2
EDIPE Artes Gráficas (SP)	2	0	2	1969 e 1970	/	0,7%	19
Editora Ave Maria Ltda (SP)	4	0	4	1973	/	1,4%	11
Editora e Gráfica Vida e Consciência (SP)	3	0	3	2000 e 2001	/	1,1%	16
Editora Pensamento S/A (SP)	4	0	4	1970 e 1971	/	1,4%	11
Empresa Gráfica Carioca (SP)	11	6	17	1958 até 1966	1960 até 1967	6,1%	6

Tabela 13. Continua

Gráficas	Qtde. 1 edição	Qtde. outras edições	Todas as edições	Período 1 edição	Período todas as edições	%	Ranking
Empresa Gráfica Revista dos Tribunais (SP)	13	1	14	1963 até 1973	1965	5,0%	7
Escolas Profissionais Salesianas (SP)	2	0	2	1963	/	0,7%	19
Graf-Karla Editora e Impressora Ltda (SP)	4	0	4	1974 e 1975	/	1,4%	11
Gráfica da Editora VOZES (RJ)	1	0	1	1971	/	0,4%	25
Gráfica Editora Hamburg Ltda. (SP)	1	0	1	1994	/	0,4%	25
Gráfica Imperial (Lisboa)	1	0	1	1963	/	0,4%	25
Gráfica Olímpica Editora (RJ)	2	0	2	1958	/	0,7%	19
Gráfica Santo Antônio (SP)	2	0	2	1967 e 1968	/	0,7%	19
Gráfica Urupês (SP)	4	0	4	1968 até 1971	/	1,4%	11
Impres (SP)	40	1	41	1959 até 1975	1971	14,7%	2

Tabela 13. Continua

Gráficas	Qtde. 1 edição	Qtde. outras edições	Todas as edições	Período 1 edição	Período todas as edições	%	Ranking
Indústria Gráfica Siqueira S/A (SP)	8	1	9	1962 e 1963	1963	3,2%	8
Linográfica Editora Ltda (SP)	4	0	4	1963 até 1965	/	1,4%	11
Marcobel Editora Artes Gráficas Ltda (SP)	1	0	1	1977	/	0,4%	25
Minha Gráfica Editorial Ltda. (SP)	1	0	1	1985	/	0,4%	25
Monsanto Editora Gráfica Ltda. (SP)	3	0	3	1981 e 1982	/	1,1%	16
Oficinas Gráficas da Editora Cupolo Ltda	6	0	6	1973 até 1975	/	2,2%	9
Oficinas Gráficas de J. Bignardi (SP)	1	0	1	1964	/	0,4%	25
Paika Realizações Gráficas Ltda. (SP)	1	0	1	1977	/	0,4%	25
Planimpres Gráfica e Editora (SP)	33	12	45	1970 até 1984	1977 até 1984	16,2%	1
Prol Editora Gráfica (SP)	18	5	23	1988 até 1997	1978 até 1998	8,3%	5

Tabela 13. Conclusão

Gráficas	Qtde. 1 edição	Qtde. outras edições	Todas as edições	Período 1 edição	Período todas as edições	%	Ranking
Rumo Gráfica Editora Ltda (SP)	3	0	3	1976 e 1978	/	1,1%	16
Símbolo S.A. Indústria Gráfica (SP)	21	5	26	1970 até 1979	1976 até 1979	9,4%	4
Sociedade Impressora Pannartz Ltda. (SP)	1	0	1	1986	/	0,4%	25
Tipografia Edanez S.A. (SP)	1	0	1	1956	/	0,4%	25
Total	234	44	278			100%	